



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "A" AO Nº 50 TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de março de 2016..... 4

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de março de 2016..... 33

1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2016..... 74

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2016..... 97

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2016..... 106

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2016..... 112

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2016..... 144

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de março de 2016..... 162

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2016..... 185

1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2016..... 199

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2016..... 226

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2016..... 249

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2016..... 285

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2016..... 312

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2016..... 352

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2016..... 372

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2016..... 376

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2016..... 395

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2016..... 417

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2016..... 418

1.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2016..... 439

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2016..... 461

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Donizeti Nogueira, Walter Pinheiro, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, José Agripino, Davi Alcolumbre e Douglas Cintra. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 13 de 2016 (Aviso nº 63/GMF/MF-DF), de 29 de fevereiro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de janeiro de 2016, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Ofício SGP nº 13/2016, de 5 de janeiro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para apoio à carta do 59º Congresso Estadual de Municípios, que reivindica a exclusão dos recursos da saúde da Desvinculação de Receitas da União - DRU e a criação de receita específica para o atendimento dos pequenos hospitais e unidades mistas de saúde; Ofício SGP nº 15/2016, de 5 de janeiro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para que sejam tomadas medidas menos pesadas aos contribuintes neste momento de busca de equilíbrio das contas públicas; Ofício GP/DP nº 39/16, de 17 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Valinhos, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para que seja desenvolvido um novo programa denominado Fundo de Garantia Empresarial, visando o desenvolvimento e sustentação das grandes e microempresas; Ofício nº 72/16, de 22 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina, encaminhando cópia de moção de repúdio contra as novas regras que alteraram a forma do cálculo e estipula a partilha do ICMS entre os estados de origem e consumidor; Ofício 015/2016, de 1º março de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, Rio Grande do Sul, encaminhando cópia de moção de apoio à demanda apresentada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul de renegociação da dívida pública com a União; e Ofício P 0178-2016, de 1º de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá, São Paulo, encaminhando cópia de requerimento manifestando repúdio aos percentuais dos cortes orçamentários contidos na Lei Orçamentária Anual para 2016, que resultarão em danos ao regular funcionamento do Judiciário Trabalhista. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidenta esclarece que a reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária e apresentar os argumentos que justificam a manutenção da taxa de juros em 14,25%, após diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal e ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1 de 2016, de iniciativa do senador Flexa Ribeiro, tendo como expositor o presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini. A presidenta comunica que também se encontra presente o diretor de política econômica do Banco Central do Brasil, Altamir Lopes.

Após a exposição do ministro, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Donizeti Nogueira, Fernando Bezerra Coelho, Ataídes Oliveira, Humberto Costa, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro e José Serra. Foi lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 7 de 2016, de autoria dos senadores Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro, que requerem, nos termos dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, para que compareça em audiência pública à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a fim de discorrer sobre as estratégias da Caixa para o desenvolvimento regional e econômico do nosso País. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia!

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos a audiência, comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Ministério da Fazenda. Aviso nº 13, de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2016 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Correspondências:

– Ofício nº 13, de 5 de janeiro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para apoio à carta do 59º Congresso Estadual de Municípios, que reivindica a exclusão dos recursos da saúde da Desvinculação de Receitas da União e a criação de receita específica para o atendimento dos pequenos hospitais e unidades mistas de saúde;

– Ofício nº 15, de 5 de janeiro, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para que sejam tomadas medidas menos pesadas aos contribuintes neste momento de busca de equilíbrio das contas públicas;

– Ofício nº 39, de 17 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Valinhos, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para que seja desenvolvido um novo programa denominado Fundo de Garantia Empresarial, visando ao desenvolvimento e sustentação das grandes e microempresas;

– Ofício nº 72, de 22 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina, encaminhando cópia de moção de repúdio às novas regras que alteram a forma de cálculo e estipulam partilha de ICMS entre os Estados de origem e consumidor;

– Ofício nº 15, de 1º de março de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, Rio Grande do Sul, encaminhando cópia de moção de apoio à demanda apresentada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul de renegociação da dívida pública com a União;

– Ofício 0178, de 1º de março de 2016, da Câmara Municipal da Instância Turística de Guaratinguetá, São Paulo, encaminhando cópia de requerimento manifestando repúdio aos percentuais dos cortes orçamentários contidos na Lei Orçamentária Anual para 2016, que resultarão em danos ao regular funcionamento do Judiciário trabalhista.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

Audiência pública.

O assunto hoje é discutir, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, observando o Requerimento nº 1, de 2016, do Senador Flexa Ribeiro, para apresentar os argumentos que justificam a manutenção da taxa de juros em 14,25%, após diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica.

Convidado: Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e/ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

S. Exª o Sr. Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço aos Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

Comunico que se encontra presente ainda o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Política Econômica do Banco Central. *(Pausa.)*

Dou as boas-vindas ao Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, e também ao Diretor Altamir Lopes.

S. Exª o Sr. Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interelação pelos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo para a tréplica.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ex^{ma} Sra Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ex^{mas} Sras Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores, é uma honra retornar ao Senado e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a V. Ex^{as} e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária, assim como para atender ao Requerimento CAE nº 1, de 2016, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro.

Aproveitarei esta oportunidade para trazer a V. Ex^{as} e à sociedade a nossa avaliação sobre as condições atuais e as perspectivas das economias internacional e doméstica, bem como a nossa visão sobre os passos que devemos dar para o restabelecimento da confiança das famílias e dos empresários na economia brasileira.

Iniciarei o pronunciamento discorrendo sucintamente sobre os desenvolvimentos mais recentes da economia global.

Desde o final do ano passado, o quadro macroeconômico global tornou-se mais complexo e, consequentemente, menos previsível. Entre outros fatores, dúvidas em relação ao ritmo da desaceleração da atividade econômica na China e a evolução do renminbi alimentaram uma dinâmica desfavorável à recuperação econômica mundial. Numa onda de aumento à aversão ao risco nos mercados internacionais, a pressão derivada de saídas de capital naquele país se acentuou. Os preços do petróleo e das *commodities*, em geral, declinaram com mais intensidade e a volatilidade dos mercados financeiros globais aumentou.

A previsão de que o crescimento da economia norte-americana viesse a tracionar a economia global vem sendo cada vez mais questionada pela combinação de dólar forte com as demandas global e doméstica mais fracas do que o esperado. Nesse cenário, a comunicação mais recente do Federal Reserve (banco central norte-americano) indica que o ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos deverá ser mais suave do que se esperava inicialmente.

Os questionamentos quanto à efetividade e à conveniência de avanços dos programas de estímulo monetário na Área do Euro e no Japão ecoam com maior intensidade na medida em que, primeiro, não aparecem os efeitos previamente esperados aos estímulos já oferecidos sobre a atividade econômica e, segundo, aumentam os temores em relação aos riscos à estabilidade financeira global advindos da abundante liquidez fornecida pelos programas.

As economias emergentes, por sua vez, são beneficiadas pelo ritmo mais suave do ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos, pois ganham mais tempo para se adaptarem a um contexto de condições financeiras mais apertadas. Por outro lado, importantes economias emergentes, em particular aquelas cuja atividade econômica é significativamente dependente do comércio internacional, se ressentem da debilidade da demanda agregada global e dos baixos preços das *commodities*.

Vivemos, hoje em dia, em um mundo mais interconectado financeiramente, e isso tem implicações significativas para a formulação das políticas no âmbito doméstico. Se, por um lado, as interconexões financeiras favorecem um compartilhamento de riscos mais eficiente, diminuindo os impactos localizados dos riscos idiossincráticos, por outro lado, tornam as economias cada vez mais interdependentes, aumentando o risco de contágio. Não foi por acaso que os principais bancos centrais do Planeta reformularam as suas comunicações no início do ano, quando os temores dos mercados financeiros, com destaque as preocupações em relação à China, se elevaram.

Em resumo, o que se vislumbra para este ano é um menor dinamismo da economia global e a manutenção de níveis altos de volatilidade e de incerteza.

Nesse contexto, o Banco Central do Brasil continuará atuando para assegurar a estabilidade e o bom funcionamento do sistema financeiro e dos mercados.

Ex^{mas} Sras Senadoras e Ex^{mos} Senadores, em relação ao cenário doméstico, como é do conhecimento de V. Ex^{as}, a economia brasileira está passando por ajustes nas áreas externa, fiscal e monetária. Esses ajustes, que foram intensos em 2015, são importantes para a solidez de nossa economia e para estabelecimento de um ambiente de negócios propício ao crescimento mais à frente. Os ajustes nas três áreas mencionadas se processam em velocidades e intensidades distintas.

Em relação ao setor externo, encerramos o ano de 2015 com uma expressiva redução de mais de 40% no déficit de transações correntes do balanço de pagamentos, de US\$104 bilhões, em 2014, para US\$58,5 bilhões, em 2015.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, esse material aqui está sendo distribuído para o nosso debate posterior. Vamos fazer referência aos gráficos ali, mas a minha introdução não contempla esse material.

Ao final do último janeiro, esse déficit acumulado em 12 meses já havia recuado para US\$51,6 bilhões, e nossas avaliações mais recentes apontam para valores de déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, para este ano de 2016, abaixo dos US\$30 bilhões ao final de 2016, ou seja, sair de US\$104 bilhões em 2014 para menos de US\$30 bilhões em 2016 é um ajuste significativo.

Em números aproximados, houve uma reversão de déficit para superávit da ordem de US\$25 milhões na balança comercial entre 2014 e 2015. Esse resultado é ainda mais notável tendo em conta que nossos termos de troca, ou seja, o preço de nossas exportações sobre as nossas importações recuou 11% nesse período, a maior redução anual de nossos termos de troca desde 1999. O saldo acumulado da balança comercial nos últimos 12 meses, até fevereiro, somava US\$27 bilhões, e projetamos que esse saldo, em 2016, cresça de modo expressivo em relação ao saldo de 2015, superando os US\$30 bilhões como projeção para o superávit da balança comercial no ano de 2016.

O regime de câmbio flutuante, conforme esperado, atuou como primeira linha de defesa nesse período. Em resposta à deterioração dos termos de intercâmbio, dos termos de troca, a nossa moeda experimentou significativa desvalorização nos últimos anos.

Os ganhos de competitividade do ajuste da taxa de câmbio para a economia nacional são indiscutíveis. A título de exemplo, destaco a redução em torno de 40% no custo unitário do trabalho na indústria, quando medido em dólares, desde o pico desse indicador em meados de 2014.

Esses ganhos de competitividade têm estimulado o crescimento da quantidade exportada, que registrou avanço acumulado de mais de 11% nos 12 meses encerrados em fevereiro, mas também a substituição de importações, especialmente nos setores de bens intermediários e de bens de consumo durável.

A despeito das incertezas geradas por fatores econômicos e não econômicos em 2015, a combinação do ajuste relativo dos preços domésticos em relação aos internacionais e a perspectiva de recuperação econômica no médio prazo mantiveram a atratividade da economia brasileira, resultando em investimento direto no País da ordem de US\$75 bilhões em 2015, suficiente para financiar com folga o déficit em transações correntes, fato que não ocorria desde 2012. Para 2016, o investimento direto no País deverá financiar o déficit entre as ações correntes do balanço de pagamentos com mais sobra ainda do que o fez em 2015.

O ajuste da taxa de câmbio também contribui para reduzir os potenciais danos que mudanças exógenas no nível de aversão ao risco global possam causar à estabilidade financeira doméstica.

A história e a literatura econômica nos ensinam que, quando aumentam os temores dos mercados globais, economias cujas moedas se encontram subapreciadas estão mais sujeitas às pressões por saídas de capital e a surtos de volatilidade da própria taxa de câmbio.

Essa dinâmica favorável nas contas externas e da competitividade da indústria após o choque adverso nos termos de troca reforça a importância do regime de câmbio flexível, um dos pilares do nosso tripé macroeconômico. Entretanto, para que a taxa de câmbio possa flutuar sem causar maiores desequilíbrios, é necessário que a economia doméstica esteja preparada para isso.

É importante destacar que, em um passado relativamente recente, as depreciações cambiais geravam severos impactos macroeconômicos. Atualmente, esses movimentos não desencadeiam desequilíbrios patrimoniais ou instabilidade financeira porque a economia não se encontra mais excessivamente exposta ao risco cambial.

As principais razões para a menor exposição do País ao risco cambial foram, primeiro, a preservação de um importante colchão de reservas internacionais, segundo, a adoção de um programa de *swaps* cambiais voltado à manutenção da estabilidade financeira interna, o que permitiu às empresas e aos investidores atravessarem com segurança o período de volatilidade cambial e de acentuada depreciação do real, e, por último, a mudança estrutural no balanço de pagamentos, cujos passivos, hoje, são constituídos, em sua maioria, por investimentos diretos e, por conseguinte, mais aderentes ao ciclo econômico.

O ajuste no setor externo e seus efeitos sobre a economia brasileira não se restringiram a 2015. Do lado real da economia, veremos que os setores mais expostos à concorrência internacional continuarão a se beneficiar em 2016 e devem impulsionar, em alguma medida, sua cadeia de fornecedores e outros setores econômicos.

Em síntese, o ajuste no setor externo está se processando com rapidez e de forma intensa, beneficiando a produção e a competitividade de importantes setores da economia brasileira. Além disso, investimentos estrangeiros favorecendo a expansão do produto mais à frente contribuem para que a retomada do crescimento econômico ocorra sem desequilíbrios nas contas externas.

Ex^{mas} Sras Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores, um segundo ajuste crucial e imprescindível é o ajuste fiscal. Não há como sustentar conquistas econômicas e sociais se não houver confiança por parte da sociedade na gestão fiscal, sobretudo num horizonte de médio e longo prazos. Para isso, é preciso garantir uma trajetória de resultados primários que permita a estabilização e a posterior redução do endividamento público em relação ao Produto Interno Bruto, medida crucial para criar uma percepção positiva sobre o ambiente econômico, para recuperar a confiança das famílias e dos empresários e para contribuir na ancoragem das expectativas de inflação.

Devemos ter clareza sobre a importância do ajuste fiscal para estabelecer as bases para o crescimento sustentável. Além de procurarmos os meios para obtenção dos resultados de curto prazo, amplamente afetados pela contração das receitas tributárias, é importante perseverarmos na busca por soluções de natureza estrutural.

Passo agora a tratar das questões pertinentes à inflação e à condução da política monetária, relacionadas à missão precípua do Banco Central do Brasil de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

Em 2015, a inflação foi intensamente afetada pelo fortalecimento do dólar norte-americano e pelo realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres de nossa economia. Esse processo de mudança nos preços relativos se mostrou mais prolongado e mais intenso do que inicialmente previsto, per-

durando durante todo o ano de 2015, o que nos levou aos patamares de inflação observados recentemente e repercutiu sobre o horizonte de convergência da inflação para a meta.

Nessa conjuntura de forte mudança de preços relativos, o Banco Central vem atuando para conter a propagação desses aumentos para os demais preços da economia, de modo a evitar a transmissão dos níveis mais elevados de inflação corrente para os períodos mais distantes.

Essa é uma tarefa de mais alta relevância devido à presença de mecanismos inerciais no processo de formação de preços na economia brasileira. Os resultados da atuação no Banco Central ocorrem gradativamente, enquanto os efeitos da mudança de preços relativos na inflação ocorrem de forma relativamente rápida. Os efeitos da política monetária sobre a formação dos preços demoram mais tempo para se materializarem.

Portanto, a nossa visão de agora em diante os efeitos desinflacionários da política monetária tendem a preponderar sobre os efeitos de segunda ordem decorrentes das mudanças de preços relativos ocorridas principalmente em 2015.

Após um IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE mensal alto em janeiro, causado principalmente por alimentos *in natura* e transporte público, o mês de fevereiro representou o início do declínio da inflação acumulada em 12 meses. Nos próximos meses, outros importantes fatores levarão à manutenção da tendência de declínio da inflação.

Primeiro, espera-se maior convergência entre a variação de preços administrados e preços livres para 2016. Vários itens dos preços administrados que pressionaram a inflação de forma significativa em 2015 devem apresentar comportamento moderado neste ano. Depois de a maior parte do ajuste ter sido realizada em 2015, a razão entre os preços administrados e os preços livres está mais alinhada, em patamar próximo ao do final da década passada.

Segundo, o hiato do produto, a diferença entre produto e produto potencial, mais desinflacionário do que anteriormente previsto, deverá reduzir a pressão inflacionária em 2016, limitando a propagação da inflação para horizontes mais distantes. O ajuste das condições da economia real tem sido significativo e contribuirá para a redução da inflação. No mesmo sentido, a distensão no mercado de trabalho tem-se intensificado, servindo para conter as pressões de custo na economia brasileira. Entretanto, a experiência histórica e a literatura econômica mostram que a transmissão das condições do lado real da economia para os preços ocorre com defasagens, embora de forma cumulativa no tempo. Por esse motivo, é importante que os desdobramentos da gestão de política monetária sejam avaliados sob uma ótica prospectiva.

Por fim, outro fator que deverá contribuir para uma trajetória declinante da inflação nos próximos meses será o menor impacto do câmbio sobre os preços domésticos em 2016, seja por uma expectativa de menor depreciação à frente, seja porque o coeficiente de repasse cambial tende a ser menor em um ambiente de demanda agregada doméstica mais retraída, conforme o que se projeta para este ano.

A despeito dos fatores aqui mencionados, quais sejam perspectiva de menor repasse cambial para os preços, menor ajuste de preços administrados, maior abertura do hiato do produto e ambiente externo com tendência de menor crescimento, o balanço de riscos para a inflação permanece desafiador. Os riscos inerentes ao comportamento recente das expectativas de inflação e das taxas observadas de inflação combinados com a presença de mecanismos de indexação na economia brasileira e de incertezas quanto ao processo de recuperação dos resultados fiscais e de sua composição não nos permite trabalhar com a hipótese de flexibilização das condições monetárias.

De qualquer maneira, reitero que o Banco Central não se furtará, caso novos desenvolvimentos alterem o balanço de riscos da inflação, em adotar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas, ou seja, circunscrever a inflação aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional em 2016 e fazer convergir a inflação para a meta de 4,5% em 2017.

Ex^{mas} Sras e Ex^{mos} Srs. Parlamentares, na fase em que estamos, quando ocorrem simultaneamente queda da atividade econômica e inflação ainda elevada, a percepção dos agentes econômicos é naturalmente afetada pelos custos inerentes ao processo de ajustamento, por serem esses correntes e mais palpáveis. No entanto, os ajustes vêm-se materializando, e alguns fatores de dinamismo começam a ganhar tração.

Como mencionado anteriormente, os setores mais expostos à competição internacional já colhem alguns frutos e devem impulsionar a atividade em outros setores à medida que os efeitos positivos dos ajustes se intensifiquem.

Além disso, o processo de convergência da inflação para a meta ajudará a reduzir as incertezas e ampliará o horizonte de planejamento dos agentes, melhorando, assim, o ambiente macroeconômico.

Devemos lembrar que o próprio processo de realinhamento dos preços relativos, a despeito dos seus efeitos de curto prazo sobre a inflação, tem aumentado a eficiência na alocação dos recursos, condição necessária para uma recuperação da produtividade e do crescimento sustentável à frente.

No curso desse processo, a contribuição do Banco Central do Brasil se dá não somente pela condução da política monetária, mas também por sua ação para assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional, que continua bem capitalizado, líquido e pouco dependente de recursos externos.

O crescimento moderado dos índices de inadimplência não representa risco material para o sistema, pois as instituições contam com níveis adequados de provisionamento. Numa análise prospectiva, a solidez do nosso sistema financeiro será um fator crucial para a recuperação econômica mais à frente.

Ex^{mas} Sras Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores, os mencionados ajustes ainda não completaram seu ciclo. Há muito o que fazer para resgate da confiança da sociedade na economia brasileira. A consolidação do processo de transformação econômica ora em curso requer pragmatismo, determinação e perseverança de todos.

No contexto atual, a principal contribuição do Banco Central é continuar trabalhando para proteger o poder de compra da moeda e para assegurar a solidez do sistema financeiro, bases para o crescimento econômico.

Essas foram minhas palavras iniciais. Coloco-me à inteira disposição da Comissão, Ex^{ma} Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Ministro Alexandre Tombini pela explanação.

Vamos passar, agora, às arguições dos Srs. Senadores e Senadoras, pela ordem de inscrição e também intercalando partido.

A sugestão que faço para que possam as respostas satisfazer os que vão indagar é que nós façamos rodadas de três Senadores. No primeiro bloco, nós teríamos, como primeiro inscrito, o Senador Ricardo Ferraço, do PSDB, a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, e o Senador Donizeti Nogueira, do PT.

No segundo bloco, nós teríamos o Senador Fernando Bezerra, do PSB, o Senador Ronaldo Caiado, do Democratas, e o Senador Humberto Costa, do PT.

E aí, conforme forem se inscrevendo os demais Senadores, nós vamos dando conhecimento à Comissão. Passo a palavra, então, ao Senador Ricardo Ferraço, que terá cinco minutos para sua interpelação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Alexandre Tombini, é sempre um prazer e uma honra receber V. Ex^a aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nesta oportunidade, inaugurando o ano de 2016.

Dr. Tombini, V. Ex^a é Diretor do Banco Central desde 2005 e Presidente do Banco Central desde 2011, portanto, V. Ex^a é um ator dos mais importantes e relevantes nessa concertação da política econômica que foi constituída ao longo dos últimos anos em nosso País. Foi e naturalmente é um importante protagonista, na minha modesta avaliação, dessa desconstrução que nós estamos, infelizmente, vendo na nossa conjuntura econômica, em que pese meu profundo respeito por V. Ex^a, pela carreira de V. Ex^a, pelo mérito, mas o fato objetivo é que o Banco Central vem descumprindo sistematicamente a meta de inflação. O IPCA foi superior a 5,8% em todos os anos, desde o início da gestão de V. Ex^a.

Neste período, o Banco Central tem tentado – e me desculpe a dureza das palavras – ludibriar os agentes econômicos sistematicamente. Até a ata da reunião de setembro de 2015, o Banco Central ainda prometia entregar um IPCA de 4,5% em 2016, quando todos sabíamos que essa meta não seria possível. Agora, o objetivo já mudou para entregar um IPCA abaixo de 6,5%.

Esses erros vêm ocorrendo sistematicamente na atual administração. O Banco Central se recusa, a meu juízo, a falar a verdade para os agentes econômicos e para a população; tangencia com os dados da vida real, perdendo, com isso, um dos ativos mais importantes, a credibilidade, para qualquer banco central, do Brasil ou de qualquer lugar do mundo. Quer dizer, credibilidade é premissa, é preliminar.

Ano passado, tivemos um forte choque de preços relativos com depreciação do câmbio e aumento do preço da energia. Era óbvio para todos que o Banco Central não seria capaz, portanto, de entregar a meta de inflação. Por que o Banco Central não fez uma meta ajustada para o IPCA entre 2015 e 2016, à luz dessas variáveis da vida real, inclusive como já foi feito em gestões anteriores, como a do Presidente Henrique Meirelles?

Uma meta ajustada é o Banco Central avisar para a sociedade, para a população, para os agentes econômicos que, em função dos choques, a inflação ficará temporariamente acima da meta; porém, o Banco Central já avisa qual será a trajetória de convergência da inflação para a meta à frente. Se as pessoas confiam nessa trajetória de convergência proposta pelo Banco Central, a necessidade de alta dos juros é bem pequena. E o Banco Central não fez isso, a meu juízo, por ausência de credibilidade.

A teoria econômica e a evidência empírica internacional nos mostram que um banco central sem credibilidade tem um custo maior para a redução da inflação, ou seja, um banco central sem credibilidade precisa gerar uma recessão muito maior para que a inflação caia, uma vez que, como ninguém confia nas palavras do banco central – e essa é a verdade, é isso que os agentes econômicos falam à luz do dia –, a alta da inflação é vista como permanente e não como temporária. Essa é a realidade que está diante de nós.

Outra forma de ver o custo para o País da falta de credibilidade do Banco Central é olhar para o cenário atual. Usando os dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, vemos que os salários nominais estão crescendo apenas 3% nos últimos 12 meses, abaixo, portanto, da meta de inflação. Os bancos centrais com credibilidade, como é o caso do FED, como é o caso do Banco Central europeu, têm dado uma relevante importância ao comportamento dos seus salários nas suas decisões de política monetária. Assim, com a desaceleração forte dos salários que estamos vivendo no Brasil, era para o Banco Central estar cortando os juros, em resposta ao aumento cavalgar do desemprego e da desaceleração econômica em nosso País.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso não ajudaria o País a sair dessa dramática e complexa crise em que estamos envolvidos?

Já encerro, Srª Presidente, mas não poderia perder a oportunidade de perguntar ao Ministro Alexandre Tombini sobre a utilização das reservas internacionais.

O Partido dos Trabalhadores, no seu Programa Nacional de Emergência, no item 2, está propondo a utilização de parte relevante das reservas internacionais para a composição de um fundo nacional de desenvolvimento e emprego, destinado a obras de infraestrutura, saneamento básico, habitação, renovação energética e mobilidade urbana. É isso que consta do programa do Partido dos Trabalhadores.

Qual a avaliação de V. Exª, nessa conjuntura de tamanhas incertezas e imprecisões, de ausência de credibilidade, a respeito dessa iniciativa do Partido dos Trabalhadores em tentar botar a mão naquilo que representa a última coluna de solidez que pode e que continua sendo muito importante para o nosso País. V

V. Exª, se chamado a opinar sobre esse tema, pela Presidente da República, como opinará?

Muito obrigado, Srª Presidente; muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço.

Passo a palavra agora à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Srª Presidente. Quero cumprimentar o Diretor Altamiro, o Presidente Tombini, do Banco Central.

Eu perguntaria – acho que é um dos temas que interessa muito ao debate – acerca da utilização das reservas cambiais, mas, como o orador que me antecedeu já fez essa pergunta, economizo o meu tempo. Não tenho capacidade de fazer tantas perguntas, como V. Exª, ao mesmo tempo, Senador Ferraço, mas, primeiro, quero destacar que o que deparei da exposição de V. Exª agora, Presidente Tombini, é que o Banco Central trabalha é com projeções, que podem ou não se confirmar. Percebi que V. Exª foi muito contundente quando disse que existem tendências de queda da inflação. Haver tendências de queda da inflação, isso é muito importante agora, que elementos da economia que podem acontecer podem determinar maior ou menor crescimento.

Não vejo como correto chegar aqui e dizer que todas as previsões do Banco estão incorretas ou foram incorretas nos últimos tempos e que estamos caminhando para uma perda de credibilidade do Banco Central. Vejo essa análise muito mais como uma análise política do que como uma análise real. Mas acerca ainda da inflação, pergunto a V. Exª, Dr. Tombini: a inflação que tivemos em 2016 foi a mais alta desde 2002 – desculpe, 2015, a mais alta desde 2002. Há uma previsão para a inflação este ano? Há uma queda, como V. Exª bem destacou, mas ainda há uma previsão, por parte do mercado financeiro, de que ela chegue em torno de 7%, 7,4% mais ou menos, o que ainda está muito acima da meta. Então, pergunto a V. Exª: o Banco Central precisa de maior contribuição fiscal para começar a reduzir a taxa de juros? Porque há um outro problema: um dos mecanismos tem sido o crescimento da taxa de juros, e já temos uma taxa muito elevada. Então, qual é o ponto que V. Exª acha que poderíamos iniciar uma diminuição da taxa de juros, visto que isso é essencial para a retomada do crescimento. Taxa de juros muito elevada logicamente leva a um processo de recessão e de queda na produção.

Uma outra questão que lhe pergunto: o Governo anunciou ontem que vai propor um projeto de lei complementar para criar os depósitos voluntários remunerados do Banco Central, um instrumento, portanto, para o Banco Central conseguir captar mais depósitos feitos nos bancos. O senhor poderia nos explicar melhor isso, Presidente Tombini? Acho que essa é uma questão muito importante.

E, sobre a dívida, tivemos obviamente um crescimento da dívida no último tempo. Pergunto a V. Exª: temos ainda atualmente uma dívida sustentável? Quais as projeções do Banco Central para a dívida nos próximos anos? Era isso, muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, penso que as perguntas já feitas praticamente preenchem, do meu lado, a maioria ...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... das que eu gostaria de fazer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpe, Senador Donizeti, vai começar a contar seu tempo agora, porque a Senadora Vanessa tinha deixado um tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Olhe aí, está vendo?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E, nesse aspecto, eu gostaria de perguntar sobre a taxa de juros porque me parece que o País precisa fazer os investimentos, mas a taxa de juros poderia ser um impeditivo.

Segundo, comparando 2016 com 2003, qual a diferença? Nós tínhamos uma relação entre dívida e PIB maior ou menor? Ao que me parece, a relação entre dívida e PIB de hoje em relação à de 2003 é bem menor. A diferença da nossa reserva cambial em relação à de 2003 também é bem maior. E, nesse aspecto, a nossa dívida interna – não tenho conhecimento disto e gostaria de saber – é maior do que a de 2003 ou menor, já que a dívida externa e as reservas cambiais, pelas informações que temos, são muito maiores? Nesse aspecto, temos, agora, em 2016, melhores condições para sair da crise do que tínhamos em 2003?

Por último, eu tenho visto uma tendência a dizer que nós não conseguiremos debelar a crise no mundo, que essa próxima fase no mundo a gente vai viver administrando uma crise sustentada, de uma forma que a crise não leve ao caos, mas que nos obrigue a estarmos em permanente administração da crise. O senhor tem conhecimento disso?

Em resumo, minha expectativa é esta: nós precisamos retomar os investimentos, gerar empregos, e pensar que temos as ferramentas.

O senhor disse que o crescimento americano vai ser menor este ano do que foi no ano anterior. Já a previsão de crescimento americano para o ano passado, no real, foi bem menor que o previsto. Há expectativa de recuperação da China em curto prazo, já para este ano, pois, como se sabe, esse é um dos principais fatores que impulsionam a crise no mundo?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Donizeti.

Passo a palavra agora ao Ministro Alexandre Tombini, que terá até 15 minutos para fazer suas considerações.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Ex^{ma} Srª Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Começando, então, pela ordem, com o Senador Ricardo Ferraço, que fez uma série de considerações a respeito do trabalho do Banco Central. Eu queria só pontuar algumas questões aqui.

Primeiro, o marco jurídico do Regime de Metas para a Inflação foi estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de junho de 1999. Esse decreto estabelece que o Governo fixará, por meio do Conselho Monetário Nacional, a meta de inflação e o intervalo de tolerância e definirá o índice de preços que será a medição para aferir se o Banco Central atingiu ou não a meta de inflação a cada final de ano. E também pressupõe, esse decreto, que, havendo o descumprimento do sistema de metas de inflação, o Presidente do Banco Central escreverá uma carta aberta ao Ministro da Fazenda.

Eu queria dizer, só para ajustar uma informação que V. Exª mencionou no seu pronunciamento, que, nos cinco anos em que estou à frente do Banco Central, eu escrevi uma carta aberta ao Ministro da Fazenda apenas no ano de 2015. Nos demais anos, de 2011 a 2014, o Regime de Metas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de junho de 1999, foi cumprido. O decreto não especifica cumprimento melhor ou pior; ele especifica o cumprimento. Em caso de descumprimento, há essa carta aberta explicitando as razões que deram curso ao não cumprimento, o que o Banco Central fez ao longo do período e como ele vê o que precisa fazer para que a inflação seja compatível com o Regime de Metas e qual a estimativa do Banco Central de convergência dessa inflação para o curso das metas.

Então, para ajustar o que foi dito anteriormente, nos cinco anos em que estou à frente do Banco Central, apenas em 2015 nós descumprimos o regime de metas, e, por isso, escrevemos uma carta aberta ao Ministro da Fazenda, em janeiro de 2016, quando saiu o número fechado de 15.

Como V. Exª se referiu e a Senadora Vanessa Grazziotin também, a inflação em 2016 foi 10,7%, ou seja, acima de 6,5%, que era o *top* da banda do regime de metas para a inflação.

Sobre a questão do ajuste de metas, há controvérsias. Creio que o regime na forma como foi colocado em 99 já contempla o descumprimento. Ajustar a meta para quê? Para não escrever a carta? Ajustar a meta para coordenar expectativas?

Eu creio que, no início de 2015, no final de 2014, quando a nova equipe econômica assumiu, a comunicação em relação ao mercado foi de convergência da inflação em 2016; ou seja, em 2015, dados os choques

de preços relativos que já antevíamos, já começavam a impactar a economia brasileira, não haveria condições de se atingir a meta. Então, isto já foi o comunicado em 2015, convergência para 2016, que, depois, foi ajustada pela intensidade e prolongamento, até porque, quando falo em composição do ajuste fiscal, uma parte do ajuste fiscal feita foi o ajuste no preço das tarifas, o ajuste nos preços públicos. Então, essa parte foi feita; foi feita com intensidade.

Portanto, essa composição do ajuste também fez com que o preço relativo aumentasse, mas isso foi direcionado desde então. Então, houve um ajuste, mas não um ajuste formal; ou seja, nós escrevemos a carta, mas sabíamos e comunicamos que não seria cumprida em 2015.

Então, eu creio que o regime já contempla as salvaguardas e a própria explanação do Banco Central quando não cumpre, no caso deste Banco Central sob minha liderança, apenas uma vez, e essa vez em 2015.

Bem, em relação à atividade econômica, acho que há uma série de fatores impactando. Acho que a confiança vem caindo desde meados de 2013. Acho que há uma série de fatores não econômicos que têm impactado a economia brasileira. Eu vejo, no trabalho do Banco Central, uma necessidade de fazer o controle da inflação na presença desses grandes choques de preços relativos; foi a maior combinação de choques relativos, câmbio e preços administrados de que se tem notícia no período recente da economia brasileira. Então, o câmbio, dependendo de como se mede em relação ao dólar, desvalorizou-se 50% em 2015. Os preços administrados subiram 20%.

Essa combinação de choques levou a esse ajuste de preços relativos, que acho que diminui a vulnerabilidade da economia, olhando para frente e já indo para a resposta ao Senador Donizeti mais adiante. Mas, enfim, tira vulnerabilidades que havia na economia brasileira, e isso não daria para contra-arrestar em apenas um ano. Então, foi dito de fato, e posteriormente foi ajustado, mas não formalmente; ou seja, se neste ano o Banco Central não entregar 6,5%, vai ter de escrever uma carta novamente. Mas a nossa percepção e o nosso trabalho são no sentido de atingir o nível superior da meta de inflação da banda.

Alta de inflação permanente na presença desse choque. O que vemos? Vamos olhar para as expectativas de mercado. A inflação acaba em 10,7% em 2015, e o mercado está esperando agora a inflação de 7,4%, ou seja, acima dos 6,5%, mas já espera uma desinflação. Espera uma inflação em torno de 6% para o ano que vem. Então, o próprio mercado já contempla uma desinflação grande.

Nós pensamos que podemos fazer melhor, até porque as expectativas do mercado também estiveram bastante impactadas com a evolução, por exemplo, da economia internacional, dessa tendência de dólar forte, e parece que há certa reversão no início deste ano, não por razões necessariamente domésticas, mas também por razões internacionais em relação a essa tendência de dólar forte que vimos ao longo de 2015. O nosso avançou mais, a nossa moeda se depreciou mais, mas o dólar avançou em relação às demais moedas, e essa tendência parece que está menos marcada para o ano de 2016.

Então, cremos que a expectativa de inflação vai recuar e vamos ser capazes de passar com a inflação dentro dos limites do Regime de Metas em 2016, convergindo para 4,5% em 2017.

Em relação às reservas internacionais, na minha exposição introdutória, eu mencionava que uma das razões pelas quais tem sido possível transitar num regime de câmbio flutuante com grandes mudanças na taxa de câmbio é justamente porque temos reservas internacionais.

Então, creio que essas reservas são um seguro para permitir a economia transitar em cenários diversos da economia global, ou seja, a primeira linha de defesa da nossa economia é a taxa de câmbio, mas mesmo com câmbio flutuante, com um lastro de reservas como temos no Brasil, ele é importante. Eu diria que o nível de reservas internacionais brasileiro, na faixa de 15% do Produto Interno Bruto, é um nível moderado, não é exagerado e também não é pequeno, é satisfatório. Acho que esse nível deve ser preservado onde ele está. Enfim, as reservas são um seguro, elas têm que estar aplicadas com segurança, em ativos de alta liquidez, e é isso que nós temos feito. Essa é minha posição em relação a esse assunto.

Acho que as questões do Senador Ferraço foram respondidas.

Em relação às questões da Senadora Vanessa Grazziotin, sobre reserva, essa é minha posição, aquela sua primeira questão.

Em relação a inflação, de fato, 10,7% em 2015, acima da meta, nós esperamos, sim, vamos ver... Nossas projeções vão ser divulgadas agora, no final do mês de março, no Relatório de Inflação, onde nós, com base também nas expectativas de inflação, na evolução do câmbio, na evolução do hiato do produto, na evolução de uma série de outras variáveis, nós fazemos a nossa projeção oficial para o ano. Acreditamos que é possível sim, que é factível essa meta de 6,5%. Política fiscal, eu sempre disse nesta Comissão, ao longo dos anos, que, quanto mais apertada, para nós do Banco Central, melhor, facilita o nosso trabalho. Naturalmente, política fiscal é uma outra área do Governo, e V. Ex^{as} têm suas posições em relação a essa política fiscal. Naturalmente que

um avanço nas medidas que vêm sendo propostas pelo Governo seria importante nesse processo de ancorar as expectativas e na distensão monetária mais à frente.

Em relação à dívida, a dívida é sustentável sim, nós acreditamos que a dívida do setor público é sustentável. Precisamos trabalhar nas medidas de médio prazo, para que não reste dúvida em relação à capacidade de colocar a relação dívida/PIB numa trajetória mais favorável, mas ela é sustentável. Nós temos que olhar, na minha visão, a dívida em relação aos ativos líquidos da economia. Hoje há uma posição de caixa do Tesouro da ordem de R\$1 trilhão, ou, visto de outra forma, podemos ver, então, a dívida bruta menos as reservas internacionais. Tenho até uma transparência aí, ao final da apresentação, que mostra a evolução das dívidas. A dívida bruta em janeiro de 2016, a dívida bruta menos as reservas internacionais estava em 41,9% em janeiro de 2016. Em relação à proposta de projeto de lei complementar para criação dos depósitos voluntários remunerados do Banco Central, esse é um mecanismo que vários bancos centrais têm. Nos Estados Unidos, é chamado depósito voluntário sobre excesso de reserva. O que é reserva? São os compulsórios.

Incidentalmente, tenho visto muita discussão a respeito desse tema, dizendo que isso seria panaceia. Acho que é mais um instrumento, é um instrumento complementar, é mais um instrumento que permite ao Banco Central administrar a liquidez da economia, controlar a liquidez da economia, que é a função precípua do Banco Central. Então, seria mais um instrumento. Não creio que substituiria outros instrumentos. Então, esse o que é? É o depósito voluntário, ou seja, acima dos depósitos compulsórios – nós temos bastante depósito compulsório no Brasil hoje –, que seria remunerado a uma taxa a ser definida. Outros países têm, os Estados Unidos têm utilizado esse depósito em excesso de reservas para justamente administrar a liquidez, principalmente agora, que ele está saindo, digamos, do período em que ele adotou uma série de medidas não convencionais de política monetária.

Então, acho que é positivo. Nós participamos dessa discussão. Não substitui outros instrumentos. O Banco Central precisa de instrumentos para administrar, fazer o controle da liquidez, mas seria um instrumento adicional, em que não é diferente do depósito compulsório, apenas é voluntário. O depósito compulsório também tem uma grande parte que é remunerada. Então, remuneração de depósito é algo que o Banco Central já faz. Nesse caso, seriam depósitos voluntários. Naturalmente, como é voluntário, não depende só do Banco Central para atrai-los.

Depende de o mercado aceitar depositar no Banco Central contra outras alternativas. Então, é algo positivo; nós apoiamos. O depósito compulsório é um passivo monetário do Banco Central; não entra em qualquer composição de dívida. O voluntário, talvez, tivesse o mesmo tratamento. Mas é um passivo monetário do Banco Central que, como tal, seria mais uma ferramenta, acho, positiva.

Estamos à disposição – eu mesmo e a equipe – para tirar quaisquer dúvidas e entrar no debate posterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – ... faltou a questão da inflação em queda e a questão dos juros, mas o Senador Fernando vai perguntar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim; eu vou falar. Deixemos para o próximo bloco.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ah, está bem. Obrigado.

Em relação ao Senador Donizeti Nogueira, também falando de juros, eu acho que o que nós estamos fazendo, hoje, no Banco Central, é promover esse processo de desinflação, que está começando agora. Vamos acompanhar esse processo. Como eu disse, no início da convergência, é importante que os agentes econômicos e a população se convençam da convergência da inflação, e, no futuro, abrir-se-á espaço para a distensão. Mas, para isso, é fundamental que a inflação convirja para a meta ao final do ano que vem. Nós não precisamos esperar até o final do ano que vem, mas as nossas projeções têm de estar bem ancoradas e as expectativas dos agentes têm de estar mais baixas do que estão hoje para que esse processo de distensão seja positivo. Agora, no momento, para recuperar a confiança, sobretudo dos consumidores, é importante que a inflação decline, porque isso vai ajudar a recuperar a confiança dos...

Os números em relação a dívida/PIB e reservas cambiais, posso lhe assegurar, são melhores hoje do que eram em 2003. Eu tenho aqui os números...

Temos aí os números? (*Pausa.*)

Bom; a dívida líquida, nesse caso, era de 54,3% do PIB, em 2003. Em janeiro de 2016, é de 35,6%. A dívida bruta menos reservas era...

Aqui não tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação à dívida bruta, nós não temos o número de 2003, mas temos o número de 2006, que já era de 55,5%. Hoje, está em torno de 67%. Ou seja, essa subiu, mas o número que nós temos aqui é de 2006.

Mas, enfim...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Parece-me que a dívida bruta era de 118%.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em 2003?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu tenho que conferir esse número, porque não o tenho aqui neste momento. Contudo, passaremos para a sua assessoria.

Eu creio que, em relação à sua questão sobre a capacidade de reação da economia brasileira, em várias dimensões nós estamos reduzindo as vulnerabilidades. Hoje, a vulnerabilidade externa praticamente vem sendo atendida. Não há vulnerabilidade externa na economia brasileira como havia no passado. Nós temos uma conta corrente que está caminhando para o equilíbrio. E isso num contexto em que o preço das *commodities* já declinou bastante desde o seu pico lá, em meados de 2011. E esse é outro fator importante de ser lembrado: desde meados de 2011, as *commodities* só declinaram de preço, mas, a despeito disso, nós temos, hoje, um ajuste na conta externa importante. Há vários participantes do mercado achando que, já para o final do ano, seria possível praticamente chegarmos a um equilíbrio na conta corrente do balanço de pagamentos. Ou seja, nós precisamos de muito menos financiamento externo aos níveis atuais da economia brasileira.

Então, em vários aspectos, as questões objetivas estão melhorando. Os preços administrados também estão corrigidos. Nós temos uma redução desse desequilíbrio externo e temos reservas da ordem de US\$370 bilhões, coisa que não tínhamos lá atrás. Nós tínhamos uma reserva – uma reserva líquida, porque havia um comprometimento com o Fundo Monetário – de algo em torno de US\$15 bilhões. Então, US\$15 bilhões à época, e, hoje, nós temos US\$370 bilhões. Assim, do ponto de vista da vulnerabilidade externa, creio que nós estamos robustos hoje em relação a como estávamos lá atrás.

São essas as minhas considerações, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Ministro Tombini.

Antes de passarmos para a segunda rodada, eu queria corroborar com o que disse o Ministro Tombini em relação às reservas internacionais, as reservas são o grande diferencial no enfrentamento dessa crise. Nós estamos passando, talvez, por uma crise financeira mundial muito pior do que aquela das décadas de 80 e 90, e o que nos está dando um diferencial para a enfrentá-la são justamente as nossas reservas.

Quando muito poderíamos utilizá-las para abater dívida bruta, mas também acho que não é o caso nesse momento.

Na segunda rodada, temos inscrição do Senador Fernando Bezerra, Ronaldo Caiado e Humberto Costa. Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr^a Presidente, Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Tombini...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A minha primeira pergunta: a última reunião do Comitê de Política Monetária...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu gostaria de solicitar – peço desculpas – para inverter a ordem, porque fui chamado em caráter de urgência na Câmara dos Deputados. Eu gostaria que meu colega tivesse a oportunidade de ter o espaço que seria concedido a mim nesse momento...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Trocando com o Senador Ataídes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está o.k.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu dizia que a última reunião do Comitê de Política Monetária encerrou-se no dia 2 de março passado, há pouco mais de duas semanas. Naquela ocasião, o Comitê decidiu, por maioria, manter a taxa de juros inalterada. Dois diretores chegaram a defender uma elevação de meio ponto percentual. Nas duas semanas que nos separam daquele momento, o noticiário foi inundado com diversos desenvolvimentos políticos que mudaram o curso dos acontecimentos, influenciaram as expectativas em relação à economia e política econômica, e tiveram impactos expressivos no câmbio, que se apreciou cerca de 10%, e sobre a Bolsa de Valores, que reagiu com a alta de 40%.

Não é possível ignorar os efeitos que essas mudanças terão sobre a economia real. A distensão cambial representará menor pressão sobre os preços e propiciará uma convergência mais rápida da inflação à meta enquanto o aumento das cotações das ações sinaliza maior interesse pelo investimento e pela retomada dos projetos de infraestrutura que nos tirará da crise e do desemprego. Ao menos, essa é a minha visão e a minha

esperança, Sr. Presidente. Por isso, eu gostaria de saber de V. Exª se esse novo quadro pode influenciar a política monetária, se uma redução das taxas de juros se torna uma possibilidade mais palpável e, finalmente, se surge uma luz no fim do túnel para o setor privado, que precisa crescer e gerar empregos.

A segunda pergunta é, de novo, em relação às reservas. V. Exª já se manifestou dizendo ser terminantemente contra a utilização das reservas para bancar investimentos, sobretudo para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego. Mas, nos últimos dias, tem também sido comentada a possibilidade de utilizar as reservas para abater dívida pública, como aqui colocou a nossa Presidente, nossa Senadora Gleisi Hoffmann. A alegação é de que o custo do carregamento das reservas supera R\$70 bilhões por ano e que essa medida de abater a dívida seria, portanto, benéfica. Quero, portanto, ouvir um comentário de V. Exª a respeito da utilização das reservas para abatimento da dívida pública.

Por fim, uma palavra – estamos próximos de votar isso em plenário – sobre a iniciativa de um projeto de iniciativa de um projeto do Senador José Serra que limita o endividamento público, cria limites para a dívida pública federal. Então, eu gostaria de um comentário de V. Exª a respeito dessa questão. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra agora o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, estamos aqui a discutir a vida de milhões de brasileiros. Esses cinco minutos, Srª Presidente, é muito pouco para se discutir a economia do nosso País, economia essa que sabemos que está destruída. Isso é fato.

Vejo, tentando fazer comparação de 2003 para 2015, Srª Presidente, uma taxa de juros de 14,25%, inflação acima de 10%, um desemprego acima de 20%, que é a taxa hoje, e não 10%.

Uma dívida pública, interna e externa, superior a R\$4 trilhões. É só aqui que quero me pautar para fazer a minha pergunta. Como está a situação econômica do nosso País? É muito fácil, qualquer pessoa vai entender.

Nós temos uma dívida interna e externa superior a R\$4 trilhões. No ano passado, nós pagamos, Ministro Tombini e Dr. Altamir, R\$501 bilhões só de juros dessa dívida, para uma receita corrente, em 2015, de R\$1,221 trilhão. Aí dá para a gente ter um esqueleto, uma fotografia perfeita de como se encontra a nossa economia hoje. Nós pagamos R\$501 bilhões para uma receita de R\$1,221 trilhões. Ou seja, o Governo quebrou a economia do nosso País. Isso é fato! Hoje, a nossa dívida interna e externa bruta está batendo na casa de 70% do PIB, e, se não houver nenhuma mudança pela frente, em 2018, nós deveremos chegar a 85% do PIB. Então, alguma coisa tem que acontecer neste País. Nosso povo está sofrendo. E a postura do Banco Central é extremamente importante neste momento, Ministro Tombini. Alguma coisa precisa ser feita.

Eu tenho aqui várias coisas para perguntar, dezenas de perguntas, eu queria fazer uma boa exposição, mas o tempo... Já se passaram praticamente três minutos.

A história do *swap* cambial, Ministro, é o grande problema. No ano passado, nós tivemos um prejuízo com *swap* cambial de R\$89 bilhões.

Uma das minhas perguntas já foi, inclusive, feita. Qual a postura do Banco Central diante dessa intervenção no câmbio? O Brasil vai continuar perdendo, agora, este ano, R\$100 bilhões com essa intervenção? Essa taxa Selic de 14,25! Nós sabemos que não dá para continuar com essa taxa! O Banco Central imagina reduzir essa taxa?

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Presidente, eu queria fazer muitas perguntas.

Nós tivemos uma perda de poupança, no ano passado, de R\$54 bilhões. Só neste ano nós já perdemos R\$18 bilhões de poupança, e sabemos que é a poupança que irriga o mercado imobiliário, a construção civil. E aí já foram perdidos milhares de empregos. A queda de arrecadação que nós tivemos, a dívida da Petrobras...

Enfim, a minha pergunta é tão somente esta. Eu queria ter aqui, no mínimo, 30 minutos para debatermos esse tema tão relevante.

Desde que V. Exª assumiu a Presidência do Banco, em 2011, Ministro Tombini, que V. Exª não consegue trazer a inflação para a meta. Como V. Exª, diante desse quadro de hoje, dessa catástrofe, pretende trazer essa inflação para a meta, se V. Exª não conseguiu fazer isto até hoje?

Vou encerrar, Srª Presidente.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Ataídes.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, eu gostaria de fazer três perguntas, no máximo quatro, e serei breve, para que S. Exª possa responder.

A primeira delas é a seguinte: em outros momentos, foi a retomada do comércio exterior que permitiu que o Brasil pudesse reencaminhar-se no rumo do crescimento econômico.

Esse aumento do comércio exterior – V. Exª teve oportunidade de dizer – está sendo uma das válvulas de escape para a nossa economia. Ao mesmo tempo, V. Exª falou que, paralelamente a isso, o movimento de substituição de importações também vem-se consolidando. Eu pergunto a V. Exª qual a sustentabilidade dessa combinação hoje para pensarmos, como aconteceu em outros momentos, que pode estar se desenhando uma saída para o processo de recessão, de redução da atividade econômica, como vemos agora.

Então, eu gostaria de ter uma palavra mais clara sobre a sustentabilidade, até porque muitos afirmam que esses saldos todos estão se constituindo, porque, na verdade, há redução de importações, importações inclusive de bens de capital, que são importantes para a retomada da atividade econômica. Essa é a primeira pergunta.

A outra pergunta é que temos assistido aí, inclusive, a comentaristas econômicos que se dizem *experts* afirmarem que essa queda do dólar que tem acontecido ao longo dos últimos dias é reflexo da situação política no sentido de que o mercado deseja a queda do Governo. Sempre que há alguma denúncia nova, sempre que há qualquer vislumbre de que o Governo possa não se sustentar, haveria essa redução do dólar. Quais são, na verdade, as razões para essa queda que nós estamos vendo nesse momento? Qual é o patamar esperado pelo Banco Central, em que haja uma estabilidade do dólar? Até porque esse processo de desvalorização do real criou as condições para que esse crescimento do comércio exterior possa ter-se instalado. Então, a minha pergunta é esta: a que V. Exª atribui isso? Inclusive há coisas absolutamente paradoxais. Até pouco tempo atrás, quanto mais se enfraquecia o Governo, mais crescia a cotação do dólar.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é: qual é o impacto imediato que V. Exª espera da queda efetiva, visível, da inflação? Por exemplo, fala-se que, agora, no mês de março, teremos uma queda mais acentuada. A que V. Exª pode...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ...associar, em termos de expectativas, qual a consequência que podemos ter...? É algo que vai mexer de fato com os agentes do mercado? Nós podemos esperar melhores expectativas, ou não?

Posso fazer a última pergunta? *(Pausa.)*

A última pergunta que faço é a seguinte: V. Exª admitiu aí que um dos fatores mais importantes para o crescimento da inflação foi exatamente o realinhamento dos preços administrados pelo Governo. V. Exª disse também que não só neste momento nós temos uma queda importante da demanda, por tudo o que está acontecendo neste momento – incerteza, inflação, queda da renda, desemprego, enfim. Por outro lado, V. Exª diz que esses preços já estão suficientemente alinhados. Por que, então, não um pouco mais de ousadia no trato da questão da política de juros no País neste momento?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Antes de passar ao Presidente do Banco Central para responder, informo que estamos recebendo perguntas e comentários do e-Cidadania. Queria aproveitar para ler rapidamente três perguntas, para que possamos intercalar. Acredito que os assuntos são muito conexos com o que já foi perguntado. Talvez o Presidente possa apenas esclarecer.

A primeira pergunta é de Marília Fontes:

Sr. Tombini, queda de juros este ano não seria uma aposta, posto que a recessão ainda não nos assegura que a inflação voltará para 4,5%? O Banco Central não deveria ter uma postura mais conservadora?"

A outra é do César Fonseca, de Sobradinho/DF: "Por que, mesmo com a taxa de juros tão elevada, a inflação continua alta, tendo em vista que normalmente as duas seguem trajetórias opostas? Será porque a inflação que atualmente temos no Brasil é uma inflação disseminada?"

E uma terceira pergunta, do Camilo de Lelis: "1) Por que o Bacen insiste em não auditar a dívida pública (interna e externa) da República Federativa do Brasil? 2) Por que o Bacen não se opôs ao aval em aberto dado pelo BNDES ao BID realizado pela Vale do Rio Doce ao jazigo carbonífero de Moatize em Moçambique?"

São as perguntas que chegaram pela internet.

Passo a palavra, então, ao nosso Ministro Alexandre Tombini, que terá até 15 minutos para responder.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em relação às questões do Senador Fernando Bezerra, que aponta uma série de ajustes que têm havido nos mercados internacionais e sobretudo aqui no Brasil, se esse novo quadro gera alguma mudança na perspectiva, no comportamento do Banco Central nas suas políticas: eu creio que parte da ancoragem, reancoragem das expectativas passa por uma visão dos agentes sobre qual seria a evolução de algumas variáveis financeiras, como taxa de câmbio, enfim. Nós vimos muitas das projeções mais elevadas para inflação deste ano passando dos 8%, e quando você vai para as projeções dessas variáveis financeiras que V. Ex^a mencionava, há projeção de taxa de câmbio encerrando o ano a 4,70 ou 4,80. Enfim, eu acredito que esse quadro que V. Ex^a mencionava vai sensibilizar também os agentes econômicos para fazer as suas respectivas revisões em relação às perspectivas de inflação. Acho que isso é importante.

Eu creio que sim, o Banco Central olha todas as variáveis, mas, como eu disse na minha introdução, dado o nível elevado da inflação corrente, que está em dois dígitos hoje, no IPCA, a nossa expectativa é de que, já em março, ela caia para um dígito alto – e depois vou atacar essa questão do Senador Humberto Costa –, mas, enfim, nós vimos uma melhora em fevereiro, veremos uma melhora em março, há uma expectativa de redução de inflação no primeiro semestre, algo em torno de dois pontos na nossa visão. Enfim, estamos fazendo progresso, acho que vamos fazer progresso nesse período à frente. Portanto, à medida que a inflação reflui, à medida que as expectativas dos participantes de mercado também reflui, deste ano e do próximo ano, à medida que as nossas projeções se ancoram nos nossos objetivos – de novo, passar com a inflação em 6,5 este ano, fazer a convergência para 4,5 em 2017 –, na medida em que isso ocorrer de uma forma mais consolidada, aí teremos oportunidade, no futuro, de pensar em distensão de política, mas como mesmo falou a Sr^a Marília Fontes, do e-Cidadania, certamente nós temos que ser ousados no sentido de trazer a inflação para baixo. Acho que agora é o momento dessa desinflação, e ela vai ajudar nesse processo de restabelecimento da confiança, principalmente dos consumidores. Nós precisamos recuperar a demanda privada, precisamos recuperar o gasto privado, incluindo investimento e consumo, e nisso, do ponto de vista do Banco Central, a nossa ajuda se dá pelo processo de desinflação.

Então, o que V. Ex^a mencionou é verdade, vai afetar os agentes de mercado, deve afetar nossas projeções. Enfim, nós vislumbramos algo que parecia inatingível, 6,5 este ano, e que se torna cada vez mais factível. Creio que essa desinflação é importante. O Brasil precisa disso, principalmente vindo dos choques que nós observamos no ano de 2015.

Utilização das reservas, eu creio que há várias ideias de todo o espectro possível, enfim. O momento é o momento de resguardar esse nosso colchão de liquidez, resguardar esse nosso seguro. A situação internacional está complexa, nosso nível é relativamente moderado

Temos feito alguns ajustes em outras áreas, que depois vou mencionar, em relação às questões levantadas pelo Senador Ataídes. Mas, em relação ao colchão de liquidez, as reservas internacionais são algo importante e não devemos mexer, por melhores que sejam as ideias que estão aí flutuando, de vários matizes, inclusive esse que V. Ex^a menciona.

Em relação ao projeto de limite para endividamento público, parece uma ideia positiva, e já tive oportunidade de falar aqui acho que na última reunião da CAE, creio que temos que ter cuidado porque estabelecer limites para sub-regional é algo, estabelecer limites para a União, que conduz, por exemplo, entre outras, a política cambial e monetária, pode gerar um constrangimento para o controle da liquidez e, logo, para o controle da inflação.

Então, creio que é meritório, mas precisa ser discutido. Os nossos técnicos estão sempre à disposição para eventuais calibrações desse processo, para evitar esse tipo de constrangimento. Parece interessante a ideia de se colocar limites para o endividamento público.

Em relação aos comentários do Senador Ataídes, como eu havia mencionado anteriormente, o regime de metas de inflação no Brasil – aí vamos para o arcabouço legal desse regime – foi definido lá atrás em junho de 1999, pelo Decreto presidencial nº 3.088, que estabeleceu que o Conselho Monetário Nacional vai definir o percentual da inflação, a meta, e também o intervalo de tolerância no cumprimento dessa meta. E há uma previsão específica para quando o Banco Central descumpra esse regime e, inclusive, a consequência. A consequência é o Presidente do Banco Central escrever uma carta aberta ao Ministro da Fazenda com as razões para o descumprimento da meta, o que o Banco Central fará para que a meta seja cumprida no futuro e qual o horizonte temporal que o Banco Central espera para que essa inflação convirja para os parâmetros estabelecido pelo decreto, combinado com as resoluções do Conselho que fixam, ano a ano, quais são aqueles objetivos numéricos.

Dentro desse arcabouço regulamentar, legal, o decreto, que não foi criado recentemente, já se vão 17 anos, na minha gestão de 2011 a 2015, apenas uma vez o regime de metas não foi cumprido. Apenas uma vez

o Presidente do Banco Central foi obrigado, pelo regime, e assim o fez, a escrever uma carta aberta ao Ministro da Fazenda. Isso foi feito, agora, em janeiro de 2016. Essa é a condição objetiva.

Se cumpriu bem ou mal, enfim... O cumprimento é estabelecido pelo Decreto nº 3.088 e esse decreto foi descumprido. O decreto mesmo prevê essa condição que deve ser atendida em caso de descumprimento. E no ano passado, V. Exª bem mencionou, a inflação foi mais de 10% e o topo da banda era 6,5%. Então, aconteceu isso.

Em relação aos *swaps* cambiais, eu queria dizer a V. Exª que, até o momento, este ano, inclusive pelas evoluções, de novo – já tive oportunidade de discutir aqui com V. Exª –, o objetivo desse colchão de *swaps* é assegurar estabilidade financeira no seu sentido mais amplo. O que vários países hoje estão enfrentando? Um descasamento entre as receitas do setor corporativo e as despesas. Nós temos, por exemplo, na China, que vinha perdendo, pelos últimos dados, na ordem de US\$100 bilhões por mês, principalmente pelas empresas pagando as suas dívidas antecipadamente, com dúvidas sobre qual seria o custo dessa dívida no futuro em função das mudanças cambiais.

No Brasil, nós criamos esse colchão. Esse colchão serve justamente para evitar o descasamento. Nós temos uma série de problemas no setor corporativo, não estou aqui pintando um quadro cor-de-rosa. Há uma série de pressões, a demanda interna caiu, há as questões não econômicas que têm afetado importantes setores, há a queda do preço do petróleo. E há os outros eventos não econômicos, que eu não vou mencionar aqui, mas V. Exªs conhecem bem. Então, o setor corporativo tem problemas hoje.

O sistema financeiro tem capacidade de tratar esses temas nesse horizonte relevante que estamos falando, este ano e o próximo ano, enfim, está com gordura para isso, está provisionado, tem uma base de capital forte, apresentou lucros importantes, foi importante para enfrentar esse momento de dificuldade. Mas, enfim, o sistema de *swap* foi montado justamente para o Banco Central ficar assentado em cima de US\$370 bilhões e o resto da sociedade sem proteção nenhuma? Não. Esse sistema foi feito para proteger.

Quanto àqueles 80 ou um pouco mais a que V. Exª se referia, eu queria dizer que até esta data nós já recuperamos quase 50 bilhões pelo próprio movimento cambial. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que lembrar que a nossa posição de reserva é três vezes maior do que o *swap* cambial, está certo? Então, se nós ganhamos no *swap*, nós perdemos na reserva. Se nós perdemos no *swap*, nós ganhamos três vezes mais na reserva medida em reais. Isso é ganho contábil de fato, mas precisa passar por resultado. E V. Exª conhece bem a contabilidade. Precisa passar por resultado e precisa transferir para o Tesouro Nacional. Tanto é que a posição de caixa do Tesouro Nacional hoje é de R\$1 trilhão.

Então, acho que essa questão é importante, mas nós temos que ver em perspectiva. Primeiro, o setor público, de uma forma consolidada, é credor em moeda estrangeira. Então, a depreciação, na realidade, a restrição financeira do setor público, não estou falando em resultado primário, em gasto corrente, enfim, mas a situação financeira melhora quando há uma depreciação, diferentemente do passado, quando também o setor público estava endividado. Por isso que eu falei hoje que nós conseguimos passar por situações mais bruscas do câmbio por conta dessas proteções. O setor público consolidado tem essa posição de reserva de 370 bilhões e o mercado tem uma profundidade para o *swap* de nós fornecermos em torno de US\$100 bilhões de posição que é reciclada mês a mês.

Obviamente que nós auscultamos o mercado. O mercado tem dito recentemente que não precisa de tanta proteção. Então, nós temos feito rolagens parciais, nós fizemos algumas operações de redução da posição, mas essa posição, ela é importante. E é importante para quê? Para assegurar que o setor privado não financeiro não sofra desse descasamento cambial. Pode estar sofrendo de uma série de outras coisas, mas desse descasamento, como outros países que têm que queimar reserva, têm que dar saída, nós temos conseguido não só, digamos assim, evitar ou mitigar esse descasamento de moeda estrangeira do setor privado não financeiro, mas também, como mostrei aqui, nós continuamos atraindo investimento direto. Acho que uma das razões é porque temos esses colchões de liquidez, essas proteções que são recicláveis na economia doméstica. Quem não quiser correr o risco cambial, mas quiser se expor, no Brasil, consegue por conta disso. Então, é uma posição que está aí.

Recentemente ouvimos o mercado. O mercado tem dito que precisa de um pouco menos em função, eu diria, aí já entrando na questão do Senador Humberto Costa, do Senador Bezerra, dessa percepção de que aquela ideia de dólar, de tendência de dólar forte no mundo arrefeceu no início deste ano com a mudança de comunicação do Banco Central norte americano e com uma maior aderência do que o mercado esperava e que as autoridades lá têm dito em relação às perspectivas da política monetária. Só para lhe tranquilizar, aquela posição agora está dando um resultado na outra direção, já meio que quase 50% foi coberto. Mas não foi feita para dar retorno para o Banco Central, mesmo porque, quando perdemos na posição, ganhamos muito na reserva. Então serve até como um *hedge* para a nossa própria reserva.

O que se verá no resultado do Banco Central quando há uma apreciação do real, como agora, é que o resultado em reais das reservas diminui e o resultado da posição de *swap* aumenta, então mitiga um pouco as perdas. Quando é o contrário, se tem perda do *swap*, se tem um ganho três vezes maior na reserva. Então, ajuda também o trabalho do Banco Central de conduzir esse ativo para a União, de administrar, de torná-lo, enfim, seguro e líquido, como é necessário para o setor externo brasileiro.

Então, acho que já falei sobre a nossa estratégia para trazer essa inflação para a meta. De novo, já entrando...

O Senador Ataídes, perguntou a respeito, o Senador Humberto Costa também perguntou sobre a inflação. Bom, a nossa visão é a seguinte: fevereiro já deu um sinal de declínio na inflação acumulada em doze meses. Em março se intensifica. A nossa visão é que, no primeiro semestre, em torno de dois pontos de percentagem a inflação caia. Então, vem lá do 10,7%, que é como encerrou o ano passado, para 8% alto. Agora, para atingir a nossa meta de 6,5% para este ano, precisa cair 4,20 ou 4,17.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Então, tem chão pela frente no segundo semestre. Mas creio que, com a queda da inflação e com os efeitos defasados das políticas, vamos chegar lá. Enfim, o mercado tem feito revisões para baixo na sua expectativa de inflação, mas ainda estão muito altas em relação aos nossos objetivos.

Senador Humberto Costa, sustentabilidade da questão do aumento das exportações. Nos eslaides que eu distribuí, há vários sobre as contas externas. Então, vemos ali que, de fato, as exportações cresceram em torno de 11% em quantidade. Obviamente, os preços estão deprimidos pelo valor das *commodities* e as importações caíram mais em quantidade.

O ajuste. Como falei, a nossa previsão este ano é para mais de US\$30 milhões de superávit comercial; acumulado em doze meses, até janeiro, era da ordem de 27. E vimos já um processo, além do impacto no balanço de pagamento, de menor necessidade de financiamento externo e um impacto direto nos setores que exportam, ainda que o comércio internacional esteja crescendo pouco, ainda que os preços das *commodities* tenham estabilizado recentemente, mas em nível mais baixo do que nos últimos quatro a cinco anos. A despeito disso, vemos os setores exportadores tendo impacto positivo dessa desvalorização.

Eu mencionei a questão da produtividade. Hoje, nós vemos comparações entre empresas que estão aqui e em outros lugares, como a China, por exemplo, e as empresas aqui estão até mais competitivas, em função do ajuste dos custos quando medidos em dólares, por conta da depreciação cambial.

Nós temos visto o dado agregado, e há uma tabela, no caderno que distribuí para V. Ex^{as}: o Gráfico nº 37, onde mostramos três setores. Dividindo a economia em três setores, pelo lado da indústria: bens de capital, intermediários e bens de consumo durável, o que vemos é... (Pausa.)

É natural que ocorra. Nós não vamos ver substituição de importações no setor de bens de capital. Talvez até não seja desejável que haja uma substituição de importações porque, enfim, queremos o *top*. Haverá alguma, mas não necessariamente vemos esse processo ocorrendo em depreciações cambiais, como temos visto no momento.

Nós vemos um ajuste mais rápido no setor de intermediários; a substituição de importações é mais rápida. Então, já vemos que o coeficiente de importação sobre produção...

Estamos chegando lá. Trinta e sete, por favor. Trinta e sete passou. Mais um. Volta. Aí.

Bom, aqui os três setores. Então, bens de capital. O que interessa é aquela linha vermelha ali. A verde é a queda da importação, a azul é a queda da produção. Quando se coloca importação sobre produção, se ela está subindo é porque não está havendo a substituição de importações; está caindo tudo. Então, bens de capital ainda continuam caindo.

Bens de consumo intermediário é a primeira a virar. Então se vê aquela linha vermelha virando, já de algum tempo. Nós já temos a substituição de importações e ali puxa mais forte. É o primeiro setor a cair.

Bens duráveis vinha mais ou menos estabilizado, ou seja, caía importação, caía produção. Mais na ponta, é esse gráfico debaixo, em que vemos a linha vermelha caindo. Então, em nível agregado, na economia como um todo está havendo processo de substituição de importações, agora também no setor de bens de consumo. Acho que esse processo é duradouro, consistente. Enfim, vamos acompanhá-lo no futuro.

Redução na inflação. Então, mais ou menos naquela base em torno de dois pontos percentuais no primeiro semestre. Essa inflação continua caindo e naturalmente isso vai ajudar a recuperar também a confiança sobretudo do consumidor.

Em relação ao dólar, o grande pano de fundo da evolução é o que vem acontecendo com o *dollar index* no mundo inteiro, ou seja, a força do dólar contra as principais moedas. Nós vemos que essa força era muito intensa. Temos aqui um gráfico no começo da apresentação mostrando que ele subiu muito em 2015 e estabiliza no início de 2016; e começa a perder um pouco de força.

Não é por acaso que a comunicação também muda em relação às principais economias, principalmente os Estados Unidos, sobre as perspectivas futuras de normalização das condições monetárias, porque queiramos ou não, há uma interconexão entre as economias.

Hoje, as economias emergentes representam mais de 50% do produto. Então, aquela tendência de dólar forte que nós vimos em 2015 colocava pressão em economias como a China, por exemplo, que estava atrelada mais diretamente ao dólar e, então, se apreciava em relação aos seus parceiros comerciais. Assim, surgiu uma série de esforços para destravar isso, o que gerou aquela volatilidade em meados do ano passado, gerou uma volatilidade, novamente, no começo deste ano, e, agora, com essa ideia de uma normalização mais suave da política nos Estados Unidos, essas tensões cambiais perdem força. Então, nós vimos o dólar perdendo força no mundo inteiro, o que também se refletiu aqui dentro.

Enfim, o dólar, como uma variável financeira, sofre impacto de um sem-número de outras variáveis. Eu diria que a base é essa: se a tendência continuasse de um dólar forte lá fora, independentemente do que ocorresse aqui, o dólar desvalorizava. Agora, como lá fora está assim e com essas percepções de mercado aqui dentro, enfim, o produto final é esse que nós temos visto recentemente: uma apreciação do Real.

Eu acho que o segredo aqui é acreditar na taxa flutuante, na flexibilidade cambial como primeira linha de defesa. Então, nós não temos, assim, um patamar de dólar. Por definição, ele é flutuante; então, ele reflete as condições externas e as percepções internas. E é bom deixar ajustado, porque ele acaba ajustando o balanço de pagamentos, e, aí, a gente usa a taxa de juros para controlar a inflação. Quando começar a inverter as coisas, eu acho que não dá certo, ainda que vários de V. Ex^{as} quisessem uma inflação mais baixa neste momento. De fato, nós queremos também, mas deixemos o dólar tomando conta do balanço de pagamentos e vamos usando a política monetária para, digamos, desinflacionar, como vem sendo o caso recentemente.

Acho que é basicamente isso.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Ministro Tombini.

Agora, no terceiro bloco, nós temos os Senadores Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella. Então, com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr^a Presidente, Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, Diretor de Política Econômica, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, primeiramente, Presidente, eu devo dizer que tenho uma certa dificuldade em entender a explicação de que os termos de troca no País foram tão decisivos para explicar a recessão interna. É sabido que o Brasil é um dos países mais fechados do mundo em termos de comércio internacional, e, a não ser que o cálculo do grau de abertura da economia que se divulga esteja errado, não é possível essa explicação tão simples, evidentemente.

Agora, algumas questões atuais que me preocupam, porque V. Ex^a falou que os bancos estão sólidos – acredito e espero –, mas eu gostaria de saber por que, na sua avaliação, as provisões de devedores duvidosos dos bancos estão subindo entre 50% a 100%.

Gostaria de saber, Presidente Tombini, ainda, de duas questões que me preocupam bastante no momento. Primeiro, saber se o Banco Central está acompanhando de perto a inadimplência da Caixa Econômica, já que existem insistentes informações sobre o tamanho dessa inadimplência, que é preocupante. Nós não podemos repetir os mesmos erros do passado e esconder ou não prestar a devida atenção, ou não dar a devida relevância a esses números. Eu até tenho aqui, Presidente, um requerimento convidando a Presidente da Caixa Econômica para vir a esta Comissão. Espero que ela aceite, já que se trata de um convite, o mais rápido possível, porque são informações importantíssimas.

Em segundo lugar, dentro dessa mesma linha de preocupação, Presidente Tombini, eu gostaria de perguntar a V. EX^a: sendo a Petrobras o maior cliente individual de todos os bancos estatais, federais e bancos privados, qual o eventual risco sistêmico que a Petrobras constitui? Isso em virtude do balanço recente que vimos da Petrobras e que apresentou talvez um dos maiores prejuízos da história empresarial brasileira. Por que o Banco Central deu tratamento excepcional a essa empresa, permitindo que os limites prudenciais de Basileia não fossem respeitados quando o Grupo Petrobras toma crédito junto ao BNDES? Essa exceção ainda é mantida? Qual o impacto brutal da desvalorização das empresas brasileiras no mercado acionário sobre o sistema bancário, em particular, no caso da Petrobras, Vale, Eletrobras, inclusive sobre o BNDES?

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Por que o Banco Central – estou terminando, Presidente – deu tratamento excepcional, dispensando que a marcação a mercado desses ativos fossem levados a resultados e, assim, os lucros minguariam ou até se transformariam em prejuízos? O Banco Central atentou que os auditores externos recriminaram tais práticas assim como as exigências do *rating*? Ainda mantém tal exceção? São essas as minhas questões, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Tasso Jereissati. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente Tombini, Srª Presidente, eu gostaria de trazer aqui algumas das afirmações que o Presidente fez em relação a perguntas minhas e outras sobre taxa de inflação e dívida que, a meu ver, não coincidiram. Mas vou esquecer, vou deixar de lado, quero olhar para o futuro.

Presidente Tombini, é de todos quase um consenso de que a taxa de juros está alta. Divergimos quando alguém acha que isso é culpa do Tombini, do Banco Central. Não acho. Não tenho informações suficientes para dizer se o Copom deveria aumentar, baixar; não tenho. Então, evito. A minha pergunta é em outro sentido: Presidente Tombini, o que é que o Brasil precisa fazer para que a taxa de juros baixe? Ou seja, o que é que o Presidente do Banco Central gostaria de ver nos indicadores do Brasil para que ele possa, junto com seu conselho, tomar decisões de baixar a taxa de juros não politicamente, não arbitrariamente, não porque o Presidente decidiu, mas porque as condições permitem. O que está faltando no nosso dever de casa, na realização dos nossos indicadores para que essa taxa possa cair. Sabemos que ela tem a ver com a dívida, tem a ver com a expectativa da inflação, e aí vem aquela discussão se ela é de demanda ou não, e eu não quero entrar nesse detalhe. Eu gostaria de saber: o que o Presidente do Banco Central gostaria de ver nos indicadores brasileiros para que a taxa de juros possa cair?

E uma pergunta, se é que não estou sendo pretensioso: o que o Senado pode fazer? Em que o Senado pode ajudar para que a taxa de juros no Brasil venha a cair não por determinação política do Presidente do Banco Central – se que o senhor não vai fazê-lo –, mas porque as condições estão dadas?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Presidente. Sr. Presidente Tombini, é um prazer ver V. Exª aqui.

Presidente, sou daqueles que defende que o Banco Central não permita que a taxa de câmbio, por especulação – porque não há nenhuma razão estrutural, o País tem reservas muito maiores do que sua necessidade – chegue ao ponto que chegou. V. Exª sabe que a nossa inflação decorreu do realinhamento dos preços regulados e por causa da taxa de câmbio. Hoje, os preços controlados já sofreram reajuste.

Hoje, nós já diminuimos o consumo ao nível de sacrifício, mas o Banco Central não cumpre o seu papel de, com as reservas que tem, deter a especulação da taxa cambial, que é, sim, um problema sério, na geração da nossa inflação, pois não permite que baixemos a taxa de juros. Inflação alta, mantemos a taxa de juros alta por um longo período, não há resposta, não cai a inflação, demora a cair... Mas a taxa de câmbio é pura especulação. Não há, repito, nenhuma razão estrutural para termos essa taxa de câmbio a essa altura. É bem verdade que os países, em épocas de crise, todos eles, contêm a demanda para gerar excessivos para serem exportados. Todos os países fazem isso. Segura-se o consumo e, com o excedente da produção, vai-se buscar moeda lá fora. É isso que o Brasil está fazendo. E a nossa taxa de câmbio, que, como todos os economistas dizem, seria um conforto para as exportações e, ao mesmo tempo, combateria a inflação, em torno de R\$3,00, tendo passado de R\$4,00, Presidente Tombini!

Onde estava o nosso Banco Central, o paladino da defesa do valor da moeda? Onde estava o Banco Central, Presidente, quando os especuladores faziam ataques à nossa moeda e faziam o dólar passar de R\$4,00? Qual o sentido disso, Presidente?

Segunda: Presidente, o senhor defende, o senhor aceita, o senhor acha correta a diminuição do percentual do compulsório dos depósitos à vista?

O senhor deve estar acompanhando a crise política que estamos vivendo, com processo de *impeachment*, inflação alta, desemprego alto, governabilidade em risco. Então, nós precisamos, o País precisa retomar o caminho do progresso e da paz.

Eram estas as minhas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós só temos mais um Senador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro. Se não houver outro Senador que queira se inscrever para arguir, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Então, fecharíamos esse bloco e o Ministro Tombini finalizaria sua explanação. (*Pausa.*) Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço, Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann.

Srs. Senadores, Ministro Alexandre Tombini, Dr. Altamir Lopes, Diretor de Política Econômica do Banco Central, primeiramente, quero pedir desculpas ao Ministro Tombini por não ter participado desde o início e não ter ouvido a palestra de S. Exª, mas já recebi uma cópia e vou fazer uma leitura acurada. Coincidentemente – houve uma superposição de agenda –, eu estava em uma audiência com o Ministro Nelson Barbosa, com

vários Senadores e vários Deputados, para tratarmos da questão do fundo de exportação de 2015, que ainda não foi transferido aos Estados, como uma pequena, minúscula compensação pela perda de receita dos Estados por não tributar os produtos primários, em especial, no caso do Pará, dos impostos que cabem aos Estados e Municípios, e não poderia estar nos dois lugares ao mesmo tempo.

Ministro Tombini, uma preocupação, em relação à qual, inclusive, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a, que foi levantada nessa reunião no Ministério da Fazenda é de que, lamentavelmente, a expectativa é de que o PIB de 2016 seja novamente negativo, com valores próximos do que aconteceu em 2015. Isso não ocorre no Brasil desde 1930: ter dois anos consecutivos de PIB negativo.

Então, gostaria de ouvir também de V. Ex^a sua opinião sobre essa perspectiva que, espero, como brasileiro, não venha a acontecer.

V. Ex^a não cumpriu, vamos dizer assim, um protocolo, uma regra que o Copom tem entre aspas, que é o “silêncio do Copom”, um período, para evitar informações privilegiadas, de silêncio entre o dia da reunião e a divulgação da ata. Na véspera da última reunião, V. Ex^a divulgou o comunicado, alertando para as projeções do FMI sobre a queda do PIB brasileiro. Isso trouxe uma especulação muito grande ao mercado.

Eu perguntaria a V. Ex^a o que tem a dizer sobre a matéria que a revista Época publicou, em 25 de janeiro, dizendo que V. Ex^a – aspas, palavras da matéria, não são minhas –: “desobedeceu, de uma só vez, a três princípios da liturgia do cargo: a discricção, a prudência e a previsibilidade”.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – As declarações, para efeito de mercado, acabaram reforçando a suspeita da ingerência do Governo no Banco Central. Fazer tal declaração um dia após encontrar-se com a Presidente da República e dois dias antes da decisão do Copom não foi, no mínimo, uma imprudência grave?

V. Ex^a poderia nos dizer o que aconteceu? O Banco Central não passou os recados certos? Ou teve que mudar de opinião na última hora?

Eu, assim como o Senador Cristovam Buarque... Com relação à taxa do Copom, todos acreditamos que os juros, os maiores do mundo, estão reais. A taxa Selic está alta. Agora, se, pela política econômica do Governo, ela deve ser reduzida, mantida ou alterada, sobre isso, cabe ao Banco Central, dentro da sua política, fazer a orientação.

Mas o Banco Central sinalizava ao mercado que haveria uma queda da taxa Selic. E, na realidade, depois desse encontro com a Presidente, houve uma alteração de rumo. Houve alguma ingerência da Presidência, ou há alguma ingerência? Porque todos nós, no Congresso, defendemos a independência do Banco Central. Acho que o Banco Central não pode estar atrelado ao Executivo. Sua política tem de ser uma política de país, uma política de Estado. Então, tem de ser independente.

Preocupa-nos também, Ministro Tombini – gostaria de ter a avaliação de V. Ex^a –, toda essa repercussão negativa com a entrada do ex-Presidente Lula no ministério, até porque, a juízo meu, ele fala demais, e fala de forma indevida. Ele estaria sendo convidado para assumir a chefia da Casa Civil, mas fala como se fosse ministro da Fazenda, ministro do Planejamento e, eu diria até, presidente da República. Então, ele já está ditando a regra da política econômica que o País deve ter, caso ele assuma a Casa Civil, o que acho que está difícil.

Eu queria ouvir sua opinião – e há um comentário de que, se isso ocorresse, V. Ex^a não permaneceria no Banco Central, o que seria uma pena – em relação a essa guinada à esquerda de usar os recursos do estoque, os recursos externos que o Brasil tem, de trezentos e tantos bilhões de reais, para investimentos, para aquecer a economia.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só que isso é... Talvez eu venha aqui também para aprender isso, mas, a juízo meu, não se pode usar os recursos desse estoque para investimento, tem que usar para pagamento de dívida, amortizar dívida, mas o efeito é o mesmo, você tira do pagamento da dívida do Tesouro, onde teria que fazer uso desse recurso, usa o estoque e usa o pagamento da dívida para vir incentivar o investimento. Não sei se esse seria o caminho correto. Todos nós queremos que o Brasil saia da crise em que está.

Então, a pergunta que eu faço é se essa guinada é a solução para a economia do País, a juízo seu.

E V. Ex^a falou da...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Flexa, só para falar a V. Ex^a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já concluo, um minuto só, estou no final.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passaram três minutos. Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Os últimos têm um tempinho a mais, já não há mais ninguém depois de mim, V. Exª disse que eu seria o último. Eu posso usar 30 segundos e já concluo.

Aqui foi falado várias vezes sobre a questão da taxa de inflação limite, a meta de inflação. E sempre, Ministro, o teto virou piso, nunca mais se falou em... Porque a meta é 4,5, e passou-se a raciocinar que a meta é 6,5, quando ela é o teto. Então, o teto virou piso. Lamentavelmente, ano passado, esse piso foi extrapolado, e muito. Então, qual a expectativa de V. Exª em relação à crise atual e quais as medidas a serem adotadas para reverter essa situação, para que a inflação volte para dentro da meta estabelecida? Em quanto tempo nós vamos chegar nos 4,5% ou abaixo deles?

Muito obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É só uma coisa aqui, porque as pessoas, no meu e-mail, estão dizendo que eu não fui claro: quando eu falo de compulsório, depósito à vista, apenas para as pessoas que estão assistindo em casa, é que, de cada R\$100 que nós, brasileiros, depositamos nos bancos, R\$44, o Banco Central segura, e o banco não pode usar esse dinheiro para emprestar. Isso é a razão clássica de o *spread* ser alto no Brasil. A ideia é essa, quer dizer, se o Banco Central, em vez de pegar R\$44, pegar menos, vai sobrar mais dinheiro para os bancos emprestarem, deve cair o *spread* bancário, os juros, taxa de juros.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Crivella.

E só para terminar aqui com algumas perguntas também dos nossos telespectadores, a primeira é sobre depósito consignado, do Raimundo Marques da Silva, sugerindo: “Que seja criada uma emenda que derrube os juros e data de prestações. Que mude de 96 para 36 o prazo para pagamento dos consignados, principalmente para os idosos aposentados e pensionistas. Ambos fazem empréstimo de R\$2 mil e pagam R\$10 mil.”

A segunda é do Camilo de Lelis Santos Cardoso: “Por que, mesmo com a criação de alertas para movimentações altas, realizadas no sistema financeiro [...] [há] trânsito de tantos bilhões entre o Brasil e paraísos fiscais [...]?”

E, por último, do Ewerton Ferreira Guimarães, que é do meu Estado, do Paraná: “Aumento de venda ao mercado exterior não faz que, com a entrada maior de dólar, nossa moeda valorize-se? E, se sim, o Governo estuda essa opção?”

Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em relação às questões do Senado Tasso, eu acho que não fui muito claro em relação aos termos de troca. De fato, eu apontei os termos de troca como declinando desde meados de 2011, mas não atribuí a desaceleração da economia apenas a isso, apenas, creio, para fazer um ponto em relação à evolução da nossa conta comercial hoje, mesmo com os termos de troca em níveis bastante mais baixos do que estiveram no pico recente, em meados de 2011.

Em relação a questões específicas aqui sobre instituições financeiras, eu, por definição, não falo de instituições específicas, mas vou tentar, digamos, responder os seus questionamentos.

Em relação a provisões, de fato, o Senador Flexa Ribeiro apontava dois anos de contração econômica. Então, as instituições se preparam para isso. O Banco Central exige essa preparação, e uma parte disso é refletida justamente no incremento das provisões.

A provisão, só rapidamente, é aquele capital para perda não esperada. Então, a provisão é importante. Como já há uma visão de dois anos de contração, enfim, as instituições financeiras se preparam para esse período.

Em relação à instituição específica que V. Exª mencionou, assim como as outras, o Banco Central acompanha de perto a evolução de inadimplência, enfim, nós acompanhamos de perto a evolução de todas as variáveis. Temos equipes específicas para tratar de instituições específicas, sistêmicas.

Em relação à empresa, de fato, é a maior empresa brasileira, tem exposição no sistema financeiro – tem mais exposição fora do País do que dentro –, mas não há dúvida de que ela tem esse caráter sistêmico para o sistema financeiro nacional.

Quero dizer que, incidentalmente, o setor de energia vem gerando impactos na indústria de fundos no mundo inteiro e também na indústria bancária. Hoje, um dos principais pontos de atenção de organismos como o regulador dos bancos centrais, enfim, o Comitê de Estabilidade Financeira, é olhar para essa questão com muito cuidado, ou seja, a repercussão do que aconteceu com o preço do petróleo sobre o endividamento dessas empresas, que captaram muitos recursos ao longo dos últimos anos, em função mesmo dos preços que estavam bastante altos – mais de US\$100,00 o barril. E isso tem repercussões potenciais sobre os investimentos. Nós vimos, nos Estados Unidos, o setor de *shale gas* tendo uma redução drástica nos seus investimentos

recentemente e, enfim, outros setores mais tradicionais do campo da energia, com impactos diretos. Quando isso se transmite para outros setores, é um ponto de atenção.

Então, respondendo a sua pergunta, eu diria que, sim, é de fato sistêmico. Não há exceção na linha que V. Ex^a mencionava, que não há determinação de Basileia, por exemplo, sobre exposição a cliente. Essa é uma decisão mais interna. Enfim, não havia isso.

Eu não saberia lhe dizer em relação à sua última questão, mas posso, certamente, respondê-la bilateralmente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Em relação à Caixa, eu não ouvi. Desculpe.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ah, sim; eu disse que não falaria sobre instituições específicas, mas eu queria assegurar que instituições do porte dessa instituição que V. Ex^a menciona têm equipes específicas para tratarem dessas instituições, assim como é o caso de bancos privados e de outros bancos públicos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Espero que o País não seja tomado de surpresa novamente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Novamente em relação a quando?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Em relação a aporte de recursos para cobrir inadimplências; aportes gigantescos que atingem o déficit fiscal e que atingem a todos nós. E, evidentemente, o Banco Central tem uma responsabilidade enorme, no caso específico da Caixa, se chegar a um ponto que nós não esperamos que chegue.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Nós acompanhamos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas há, Presidente, em relação à Caixa, como não é uma S/A e não tem as mesmas obrigações de um Banco do Brasil, por exemplo, ou de uma Petrobras, uma preocupação enorme, e o único fiscalizador que existe para a Caixa sobre eventuais perdas é o Banco Central, sendo, portanto, o responsável final.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Olhamos, sim, do ponto de vista da regulação prudencial, da fiscalização, com todo o cuidado, para todas as instituições, em particular, as maiores. Em relação aos bancos públicos, além do Banco Central – a nossa função é a regulação, a fiscalização na condição de banco – os entes públicos têm outras camadas de controle como, por exemplo, Controladoria-Geral, Tribunal de Contas, coisas que os bancos privados não têm. Então, o Banco Central, sim, cuida como cuida dos grandes bancos privados, mas eu complementaria dizendo que os entes públicos, para além da regulação e supervisão prudencial do Banco Central, têm outras camadas de controle.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Desculpe-me, Presidente Tombini, mas V. Ex^a está a par dos números que correm no mercado sobre a inadimplência da Caixa e a eventual necessidade de aporte de recursos, de capital, sendo que o Banco Central é o grande responsável final e ao final?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – De novo, não vou fazer comentários sobre instituições específicas. Quero assegurar que temos nossos números sobre todas as instituições, sobretudo sobre as instituições sistemicamente importantes, incluindo a Caixa Econômica Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – V. Ex^a está dizendo que não tenho com o que me preocupar?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu me preocupo com todas as instituições sob a nossa supervisão. Então, V. Ex^a, enfim, tem a responsabilidade de arguir e se informar a respeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – A responsabilidade é sua.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A minha responsabilidade eu cumpro, mas posso lhe assegurar – não posso falar de instituições em particular – que essa é uma instituição grande como as demais e tem uma fiscalização direta e indireta do Banco Central. Há equipes especializadas para tratar de instituições de porte como é o caso da que V. Ex^a mencionou.

Em relação à questão do Senador Cristovam Buarque, enfim, creio que a questão da ancoragem da inflação, da convergência da inflação para os objetivos do Governo... Se não me equivoco, esta era a sua pergunta: o que eu gostaria de ter e contar para facilitar o atingimento desse objetivo e o que o Senado poderia fazer?

Bem, creio que temos que trabalhar com nosso arcabouço. Do ponto de vista das outras políticas macro, tenho dito que quanto mais ajustada estiver a política fiscal, tanto mais facilitado estará o trabalho do Banco Central. Vimos isso o ano passado. Havia uma percepção de grande ajuste da política fiscal até meados do ano, havia uma convergência das expectativas crescente em relação às metas dos anos seguintes, e, quando a incerteza sobre a política fiscal aumenta, a expectativa sofre um impacto imediato.

Acho que na última vez que estive aqui, em dezembro, tivemos a oportunidade de olhar para essa evolução da estatística fiscal e a percepção em relação à política fiscal. Então, quanto mais bem ajustada estiver

a política fiscal, tanto mais facilitado estará o trabalho do Banco Central. Creio que, aí, o Senado, certamente, tem muito a contribuir.

O Ministro da Fazenda anunciou medidas de médio em longo prazo em relação a isso. Há vários de V. Ex^{as} que têm propostas acerca dessa matéria, então, vejo um papel importante, central para o Senado Federal e o Congresso Nacional apoiarem esse ajuste fiscal.

Creio que essa seria, digamos, a principal contribuição externa. O restante acho que cabe ao Banco Central, que tem seus instrumentos para fazer com que essa convergência ocorra.

Bom, V. Ex^a pode dizer: se a economia brasileira fosse mais aberta do que ela é, facilitaria? Creio que sim, do ponto de vista de estabilização dos preços de convergência, certamente facilitaria. Acho que o Senador Tasso Jereissati mencionava o grau de abertura da economia brasileira, e a contestabilidade do mercado externo ajudaria mais no combate à inflação.

Enfim, são essas as minhas considerações em relação à contribuição de políticas fora do Banco Central para convergência da inflação.

O Senador Crivella menciona duas questões: a da especulação do mercado cambial e a relacionada aos depósitos à vista. Começando pela segunda, os depósitos à vista, como V. Ex^a bem sabe, uma parte relevante do depósito à vista é direcionado para o financiamento da agricultura, que é um ciclo curto e tem sido fundamental na oferta de recursos para a agricultura.

A base do depósito à vista é uma base que tem, digamos, se contraído ao longo do tempo. Quanto mais se mexe no depósito à vista, tanto menor, potencialmente, será essa base. Então, tem que se ter cuidado. Ela já serve, de forma importante, para o financiamento do setor agrícola. A gente tem tido o cuidado de trabalhar conjuntamente com outros órgãos de outros ministérios para assegurar esse recurso.

Em relação à especulação, bem, o câmbio é flutuante. V. Ex^a mencionou que um câmbio de R\$3,00 por dólar seria um câmbio adequado. Aqui há Senadores colegas seus que talvez gostariam de um câmbio um pouco mais desvalorizado. Então, em relação a câmbio, não há muito acordo sobre nível. Por isso, eu volto à questão inicial, de que a melhor forma e que tem servido bem ao País é o câmbio flutuante. Há excessos em determinados momentos, o mercado ganha vida própria, acho que aí sim, é possível que aconteça.

Em setembro do ano passado, nós tivemos um episódio, e acho que nós lidamos bem com esse episódio. Enfim, de tempos em tempos... O que o Banco Central tem dito é que, independentemente da dinâmica de preço, porque o câmbio é flutuante, nós estaremos presentes para assegurar o funcionamento do mercado – independentemente da dinâmica de preço. O que quer dizer assegurar? Que haja compradores e vendedores, independentemente da dinâmica do preço, porque o câmbio é flutuante.

Então, acho que isso tem servido bem ao País. Isso reflete condições externas, reflete outras variáveis, e o câmbio está do jeito que está porque é flutuante. Eu creio que o câmbio tem que tomar conta do balanço de pagamentos. Da inflação, toma conta a política monetária. Mas essa é a minha visão.

Em relação aos comentários do Senador Flexa Ribeiro, queria dizer que a expectativa de mercado é esta, de contração do PIB por dois anos, o ano passado e este ano. As nossas projeções para este ano vão ser divulgadas no final do mês, quando divulgaremos o Relatório de Inflação. A última projeção que nós tínhamos era uma contração ao redor de 2%, que vai ser revisada, infelizmente, mas esse é o quadro que hoje enfrentamos. Acho que nós temos que fazer tudo para a economia começar a apresentar alguma recuperação já no final deste ano – na margem, não em relação ao ano inteiro – e para o ano 2017.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esses 2%, Ministro, não é a previsão de mercado?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, não é a previsão de mercado. A previsão de mercado é na faixa de 3,5 ou coisa que o valha, 3,6 para este ano. Nós vamos divulgar nossa projeção no final do mês.

Em relação à questão do Banco Central, da reunião de janeiro, que V. Ex^a mencionava, que faz parte do seu requerimento, enfim, todos os bancos centrais têm suas tradições e regras em relação a esse período de silêncio, o *purdah* ou o *blecaute*. Isso não quer dizer que, diante de uma situação onde haja uma expectativa que não se alinha com uma visão mais recente, mais contemporânea do Banco Central, principalmente o Presidente do Banco Central não possa fazer um comentário, ainda que seja cinco minutos antes de começar a reunião. Isso, os bancos centrais também utilizam.

Se V. Ex^a quiser, eu lhe mando depois regras escritas – nós não temos isso escrito. É que, no Brasil, já fizemos inúmeras vezes no passado. O importante, nesse caso, é que a informação seja divulgada simultaneamente, de forma tempestiva, na hora que o Presidente ou algum membro do comitê assim defina. Então, nesse caso, foi uma informação pública, ou seja, divulgada para todos ao mesmo tempo, que visou, na realidade, a ajustar percepções que, na minha visão, estavam já desalinhadas com o que pensava o Presidente do Banco Central. Então, isso ajudou para fazer essa abertura.

Os bancos centrais, o Banco da Inglaterra, por exemplo, define o *purdah*, o período de silêncio antes do Copom, e respeitamos isso aqui também. No entanto, há a prerrogativa para o Presidente, a qualquer momento, mesmo que seja um minuto antes de iniciar a reunião – no nosso caso, foi no primeiro dia da reunião de janeiro... O importante é que todos recebam essa informação ao mesmo tempo, e isso aconteceu. Foi tempestivo, aconteceu. As decisões deste Banco Central são bem comunicadas, e havia aí umas duas dezenas de reuniões, em que havia uma convergência em relação à comunicação do Banco Central e o que os mercados esperavam.

Esse caso foi mais, digamos assim, extraordinário, porque V. Ex^a se recorda de que, na sequência até do Banco Central – fomos os primeiros a decidir –, o Japão entrou em território negativo de taxa de juros; o Banco Central americano mudou de forma importante a comunicação em relação ao futuro da política monetária lá; o Banco Central europeu subiu duas oitavas a sua preocupação em relação aos riscos deflacionários; enfim, o Banco da Inglaterra também comunicou o adiamento das suas decisões. Ou seja, foi algo concertado? Não, mas esses bancos centrais, incluindo o Banco Central brasileiro, viram o mesmo cenário, um cenário comum, ou seja, com maiores incertezas com relação à China, por exemplo, com relação ao preço do petróleo e, com isso, fizeram ajustes na comunicação.

O nosso, coincidentemente, já estava bem em cima da reunião e foi feito daquela forma, para todo mundo ao mesmo tempo, e dentro de princípios bem estabelecidos, bem guardados nos bancos centrais. Acho que a decisão foi acertada.

De novo, repetindo, não estamos aqui para surpreender o mercado, mas o mercado também não define, digamos, os passos que a autoridade monetária vai ou tem que tomar. Creio que a decisão foi bastante acertada, vendo o quadro que se seguiu depois da decisão. Quanto à decisão basicamente, V. Ex^a mencionou, havia a expectativa de que haveria um aumento, e não houve esse aumento. Incidentalmente, a decisão foi exatamente a mesma que tínhamos tido lá em novembro de 2015, ou seja, de não mexer com a taxa básica de juros. Basicamente, foi isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ministro, a preocupação do mercado e que soou de forma estranha é ter sido feita a comunicação após a audiência de V. Ex^a com a Presidente. Então, passou para o mercado – pode não ser verdadeiro – a impressão de que haveria uma ingerência do Executivo, como houve no passado. O Brasil está ressabiado pelo que aconteceu em 2014, o que gerou toda essa crise, de que poderia estar retornando essa ingerência. Como eu lhe disse, a juízo meu, o Banco Central tem de ser independente na questão da política econômica.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – De fato, eu não tinha encerrado a minha resposta à sua consideração. Não houve reunião na véspera. Essa reunião não houve; não existiu essa reunião.

Só para passar a limpo essa questão. Pressão política é só ler os jornais. Uma turma dizia que não pode subir os juros porque a dívida está entrando em rota explosiva. Outra turma diz que tem de baixar os juros porque a economia está em contração. Enfim... Não só economistas, professores, mas também Congressistas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ingerência não. Pressão política sempre há. Pressão política é só lermos os jornais que vamos ver que, a cada reunião, há vozes, e em algumas reuniões mais do que em outras; mas certamente há pressões de todos os lados.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Mas ingerência zero, até porque a decisão é colegiada, não é? Então, eu não tenho esse poder de definir o que cada um vai fazer na reunião.

Acho que é isso.

Em relação à questão ministerial, acho que isso é uma prerrogativa da Presidente da República. Ela define. O ministro não tem de comentar sobre outros ministros.

Acho que é isso.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Consulto o Senador José Serra, de quem estávamos sentindo falta nesta reunião.

Nós encerramos as intervenções com o Senador Flexa Ribeiro, mas V. Ex^a chegou e pergunto se V. Ex^a quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu tenho esse requerimento desde 1º de março colocado aí, convidando a Presidente da Caixa Econômica para que venha fazer uma exposição, aqui nesta Comissão, sobre a Caixa Econômica e sobre todas essas circunstâncias.

Eu gostaria que esse requerimento pelo menos fosse lido hoje, porque foi entregue aqui em 1º de março. Nós já estamos completando um mês, e é uma situação muito importante neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu fui informada pela Secretaria da Mesa de que nós realmente temos um requerimento aqui, mas hoje não é uma reunião deliberativa e sim uma audiência pública. A ideia seria nós convocarmos uma reunião deliberativa e colocarmos na próxima reunião. Se não houver, por parte dos Srs. Senadores, nenhum problema, nós encerraríamos a audiência pública com o Ministro Tombini e poderíamos fazer, logo em seguida, uma leitura... E aí, como temos outros requerimentos, eu solicitaria, então, à Secretaria da Comissão que preparasse os requerimentos para leitura, porque, na próxima semana, mesmo havendo uma audiência pública, poderemos ter uma reunião deliberativa para tanto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pode ser? Ninguém é contrário?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sem querer colocar em votação agora, porque não se justificaria, eu queria lembrar que apresentei um requerimento na semana passada para que o Ministro Lula, da Casa Civil, viesse aqui para expor o que tem falado sobre economia. É claro que ele, neste momento, não é Ministro, mas eu gostaria, assim que se confirmar a posse dele como Ministro, que nós tomássemos essa decisão de convidá-lo para vir aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exª encaminhou o requerimento como convocação, e nós não podemos convocá-lo porque ele não é Ministro empossado. Se V. Exª quiser reformular o requerimento para convite, poderemos lê-lo, sem problema nenhum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sem nenhum problema. Se saiu como convocação, confesso que foi uma falha.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Então, passo a palavra ao Senador José Serra.

V. Exª tem cinco minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Presidente Tombini parece ver com bons olhos nosso projeto de fixação de teto para o endividamento bruto e líquido do governo no horizonte de longo prazo, da ordem de 15 anos. Lembro que a nossa meta, no caso da dívida bruta, é levar de 6 vezes a receita para 4,4 vezes, no final de 15 anos, e, no caso da dívida líquida, de 2,6 vezes para 2,2 vezes a receita. Prevíamos também que, nos próximos cinco anos, os dois indicadores poderão crescer, em função dos desequilíbrios hoje existentes, e que, de fato, piorarão a relação entre dívida bruta e receita e entre dívida líquida e receita. O indicador da dívida bruta é um indicador realmente muito levado em conta na formação das expectativas sobre a economia brasileira. O Presidente Tombini diz que concorda sempre que, desde logo, não esbarre o atingimento dessas metas com a política monetária e cambial. Eu estou de acordo.

Por outro lado, é importante também que se meçam constantemente e que se levem em conta constantemente os impactos fiscais da política monetária e cambial, um ponto em que insisto bastante e que, em geral, infelizmente, tende a ficar de lado em muitas discussões. Quer dizer, política monetária e política cambial têm também impacto fiscal, e impacto fiscal é significativo. E, muitas vezes, o seu impacto fiscal termina anulando os propósitos que são perseguidos com determinadas práticas nessa área de políticas.

Outro aspecto, com relação a essa espécie de pacote que tem sido apresentado – vejo mais pelos jornais – pelo Ministério da Fazenda, em relação a limites de gastos, aí estabelecendo vários dispositivos de corte, de segurança, de suspensão de pagamentos e tudo mais.

É um projeto bem intencionado, mas, de alguma maneira, também vai atrás dos acontecimentos. O importante, no caso da dívida, é que fixa um horizonte a médio e longo prazo, coisa que tem, inclusive, implicações positivas a respeito da economia brasileira. E não é contraditório com as medidas que a Fazenda vem anunciando. Posso ser cético quanto à sua efetividade, mas, cético ou não, não há contradição entre ambos os propósitos.

Eu estou dizendo isso porque, inclusive, eu levei em conta a reivindicação da Senadora Gleisi e de outros colegas da Bancada do PT, que queriam uma discussão mais aprofundada. Estou tratando isso exatamente em função desse pleito e da necessidade que vejo, da importância que eu vejo para a economia, para as expectativas de votação do projeto do teto do endividamento.

Eu disse, Senadora, que não é contraditório este projeto com o outro de estabelecimento de teto, sub-tetos, possibilidades de alterações no padrão de pagamentos e tudo o mais. Na verdade, são complementares.

E disse também – isso V. Exª ouviu; eu fiquei prestando atenção no que ouvia e no que não ouvia quando eu estava falando – que o Presidente Tombini ressalta com razão a importância das circunstâncias em que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os tetos esbarram com orientações da política monetária cambial. É verdade. Há que se prestar atenção nisso. Mas também o contrário, ou seja, qual é o impacto fiscal dessas políticas monetárias cambiais. Esse é um elemento que sempre tem de entrar na balança quando se avalia, quando se tomam as decisões de política nessas áreas.

Mas outra questão que eu queria abordar é com relação aos juros, lembrando que a recessão acumulada no ano passado e neste vai implicar uma queda do PIB superior a 7%. E ainda para o ano que vem – são projeções, tomara que isso não aconteça –, uma recessão de pelo menos 1,3%.

O risco Brasil explodiu e já se aproxima, inclusive, do nível observado em 2008. Isso encarece o dinheiro para o Brasil. Hoje o juro, o que o Brasil tem de pagar, porque o risco se reflete nisso, é cerca de quatro vezes... A taxa de juros que nós temos de pagar para renovar financiamentos é cerca de quatro vezes a americana, para que se tenha uma ideia da importância desse risco sobre a economia hoje.

Nós estamos próximos – e até superando, em matéria de risco – à Argentina, que tem uma economia ainda com fragilidades estruturais muito mais fortes do que a brasileira. No entanto, eles foram beneficiados recentemente pelo efeito expectativa. Antes, em janeiro do ano passado, o risco País estava em 750 pontos. Ou seja, sete vezes a taxa americana, grosso modo. E hoje está na ordem de 500 pontos base. Isso é o fator político pesando, coisa que, no caso do Brasil, tem tido um peso grande. Inclusive, eu reconheço que não deixa de ser um dado mórbido.

Mas, Senadora Gleisi, as expectativas de mudança do Governo aqui tem feito cair o risco Brasil, de fevereiro deste ano, de 569, Senador Tasso, para 427. A simples expectativa de que a Presidente Dilma venha a deixar o cargo. É um dado da realidade, não é um juízo de valor meu, para que se veja como a questão política tem um peso grande nessa situação.

Agora não estou dizendo que a saída da Presidente eventualmente resolveria por si o problema econômico. Apenas menciono o efeito sobre o risco e o custo da dívida pública, que, sem dúvida nenhuma, parece ser importante.

Volto aos dados ainda da produção econômica. Para que se tenha uma ideia, o consumo das famílias terá uma queda acumulada, entre o ano passado e este, de 7%. Ou seja, um quinze avos. Vão consumir um em cada quinze a menos. Para 17, se espera uma redução de 5%. Os investimentos – é o Brasil indo para trás – caíram 26% no biênio, ano passado e este ano. Para 17, a estimativa ainda é de queda de 5%. A produção industrial caiu neste biênio 14,7%! E continuará no vermelho.

O mesmo vale para o comércio, com queda de 17% entre o ano passado e este ano. E a massa real de salários acumulará uma queda de cerca de 11% – 10,7%, 11% – entre o ano passado e este ano, e continuará negativa em 2017.

Mas aqui há dados, também, a respeito da questão fiscal, em que a deterioração continua ganhando força. O resultado do déficit nominal encerrou 2015, ano passado, em 10,4% do PIB, sendo que, desses 10,4% do PIB, os gastos com juros equivalem a 8,5% do PIB.

É realmente impressionante hoje o peso dos juros na formação do déficit. Aliás, é interessante notar a relação juros reais e dívida bruta para países selecionados: o Brasil tem um dos índices mais altos, que é da ordem de 66%; a Índia, que é um país em desenvolvimento como o nosso, também tem um peso semelhante, 64%.

Onde diferem os números? Na taxa de juros. Os juros reais aqui se projetam para o futuro: juros esperados da ordem de 7%, 6,7%, 6,87%, e os da Índia, 1,8%. Aliás, nós somos, de longe, mas de longe, os campeões mundiais de taxas de juros reais esperadas. O segundo país é a Rússia, cuja taxa é da ordem de 3,7%, e a do Brasil é da ordem de 7%, nas nossas estimativas.

São números aproximados, para que se veja o peso que os juros têm hoje na formação dos desequilíbrios econômicos. Não estou dizendo, com isso, *a contrario sensu*, que deveríamos pôr os juros no chão, mas outra coisa é pensar ainda em subir mais os juros, como recentemente defendeu um diretor do Banco Central, que, praticamente, toda vez em que há uma reunião do Copom, sai a público fazendo uma animação, em geral com teses erradas.

O Presidente Tombini disse que há pressões políticas em relação aos juros. Estou inteiramente de acordo, mas há também pressões da razão, de economia, de saber economia. Acho que boa parte da diretoria do Banco Central sabe economia e que uma parte e outra não sabem economia. É um problema, Senador Raimundo Lira, de ignorância, de afobação e de tudo mais.

Isso já apareceu na reunião de janeiro, quando o Banco Central chegou a passar que haveria aumento da taxa de juros. Depois reviu essa decisão, a meu ver, sábia e corretamente, mas causou um problema de

expectativas na área privada, e muitos, inclusive, argumentaram que se tinha revisto por pressão política da Presidente da República.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou à vontade completa para dizer que não foi por causa de pressão da Presidente da República, mas porque os números, os dados indicavam que não era aconselhável aumentar a taxa de juros.

Pois bem, voltamos a isso. No dia 17 de março, vem o mesmo diretor dizer que o cenário externo favorável recomenda uma ação decisiva por parte da política monetária e que isso permitiria retomar mais rapidamente o processo de ancoragem das expectativas.

Avalia [diz o jornal Valor] que, com o menor apetite nos Estados Unidos para subir os juros, o BC ganhou uma chance para retomar com o ajuste discreto da taxa Selic.

Ou seja, os Estados Unidos têm um apetite menor sobre os juros, Senador Tasso, então vamos aumentar aqui, embora discretamente, a nossa taxa de juros, dizendo que foi uma estratégia desinflacionária interrompida em 2015.

Não é uma estratégia anti-inflacionária interrompida, é uma estratégia anti-inflacionária equivocada. Nós vivemos... Tenho defendido isto, há muito tempo, e minha diferença com muitos economistas é a de que acho que isto vige há mais tempo: continuamos numa situação de dominância fiscal. Ou seja, aumentam-se os juros, e, em vez de se convergir a inflação, pioram as contas públicas.

Quero lembrar que um ponto percentual da taxa de juros custa no agregado, em termos de serviços da dívida, incluindo-se as prefixadas, etc., cerca de R\$25 bilhões, e que o aumento dos juros também desacelera a atividade econômica – alguma coisa a mais –, o que leva à queda da receita.

A piora dos indicadores fiscais piora as expectativas, inclusive aposta no dólar, o que pode provocar mais inflação. Ou seja, a política monetária termina tendo o efeito contrário àquele que se deseja.

Foi a compreensão disso que levou o Banco Central a recuar na questão dos juros em janeiro. E espero que seja essa situação que também leve não diria nem a recuar, porque vejo...

Na verdade, o tom da exposição do Ministro Tombini aqui não é um tom que sugere que ele deseja ou está pensando, planejando que os juros venham a subir na próxima reunião do Copom. Não está dizendo o contrário, mas também, do que eu captei... Apesar de não estar aqui, acompanhei pelo rádio os debates, inclusive por anotações dos assessores. Espero que essa posição prevaleça.

Seria um enorme equívoco, inclusive no contexto político em que está o Brasil hoje, com um Governo fraco, bastante fraco na capacidade de iniciativa, na credibilidade... Eu espero que pensamentos técnicos – e, no fundo, políticos – equivocados não levem a uma medida com essa insanidade, dizendo: “O Governo está fraco, portanto vamos subir os juros para resguardar a estratégia anti-inflacionária e tudo o mais.”

Na verdade, subida de juros hoje – não é sempre assim – tende a produzir o efeito contrário, devido à situação de dominância fiscal. Esta é uma posição que eu tenho apresentado aqui já há muito tempo, antes, inclusive, de que a convicção a esse respeito fosse bastante disseminada.

Por outro lado, tenho sempre o cuidado de conhecer a opinião de economistas em diferentes posições, seja no mundo acadêmico, seja no mundo empresarial, da área financeira. E o pensamento deles é semelhante ao que estou apresentando aqui. Aí não se pode também atribuir à pressão política, estou atribuindo à chamada pressão racional.

Por último, quanto à questão da inércia e da indexação...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador José Serra, sem querer atrapalhar...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu já estou terminando.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só por conta do tempo, porque todos os Senadores tiveram...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou terminando. É o último pensamento.

O Presidente Tombini assinala corretamente, a meu ver, que por trás da subsistência de uma taxa de inflação mais alta estão a inércia – ou seja, a inflação no ano n existe porque ela existiu no ano $n-1$; o ano número 7 tende a reproduzir, por inércia, a inflação do ano anterior – e a indexação, cujos mecanismos persistem.

O que eu reclamo é sobre a necessidade de atuarmos nesses fatores, não apenas pelo lado dos juros, no sentido da dissuasão, mas também com medidas que em algum momento precisam ser postas – são pouco acolhedoras do ponto de vista dos agentes econômicos, mas precisam ser feitas. Mecanismos formais de indexação subsistem e questões que envolvem a inércia inflacionária precisam ser enfrentadas, inclusive no plano

psicológico e quiçá de medidas. Isso não está sendo feito, principalmente de maneira direta, pelo Governo, mas eu advogo que no futuro isso seja feito, porque é um fator crucial e é muito brasileiro.

Não há país no mundo onde a inércia inflacionária e os mecanismos de indexação sejam tão fortes quanto no Brasil. Nós somos os primeiros em juros elevados e os segundos em matéria de inércia e de indexação em relação à inflação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permite-me...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Senador José Serra. Sim, pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu continuo achando que estamos enfrentando um problema tão sério como a inflação em posições contraditórias, sem procurar uma convergência. De um lado, aqueles que acham que é uma questão fiscal; aqueles que até pouco tempo achavam que era uma questão de demanda – já se vê que não é; e os que acham que é uma questão de política monetária, forçando baixa da taxa de juros. Na verdade, deve ser uma combinação de tudo isso, e exige um rigor muito grande na análise.

Eu temo muito quando a gente caminha para defender redução da taxa de juros sem ter feito o dever de casa na política fiscal. Temo muito que termine incentivando a volta de uma demanda crescente, que pode até ajudar o emprego, mas que termina pressionando outra vez os preços. E se o Governo não colabora, reduzindo seus gastos – não dá mais para aumentar receitas –, nós vamos continuar tendo um problema inflacionário.

Eu queria sugerir, portanto, que fizessemos aqui uma audiência e que trouxéssemos pessoas com posições bem contraditórias para falar para nós. Alguém que defende a política... A gente vê tantas pessoas com a cabeça ainda nos anos 1950, defendendo o aumento da demanda de qualquer maneira e dizendo que a demanda nada tem a ver com a inflação. E a gente tem visto discurso nesse sentido de pessoas que se dizem de esquerda. Eu acho que isso não tem nada de esquerda, isso daí é posição de quem não conhece aritmética.

Quanto à ideia da redução da taxa de juros, confesso que tinha mais horror, Senador Serra, a essa ideia da redução da taxa de juros como política. Até pouco tempo atrás, eu achava que isso era absurdo. Hoje já começo a achar que talvez devamos caminhar para forçar, forçar, veja o verbo, a redução da taxa de juros.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Forçar o quê?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Forçar a redução da taxa de juros.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu devo dizer, se me permite, Senador Cristovam, que eu não advogo isso para este momento da economia, porque acho que mexeria com as expectativas de maneira desastrosa, neste momento. O que não significa que para um futuro de maior estabilidade, de expectativas e de fortaleza governamental...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fiscal, sobretudo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...isso pudesse eventualmente ser feito.

Com relação à questão fiscal, há um fato: o que está piorando a situação fiscal não é a explosão de gastos, é a queda de receita derivada da recessão que estamos vivendo e a impossibilidade de aumentar impostos, seja pela pressão barreira do Congresso, seja também pelo fato de que aumentar imposto num quadro recessivo tende a aumentar a recessão.

O meu ponto com relação aos juros é que subir os juros hoje provocaria uma deterioração fiscal maior, porque aumenta a despesa de um lado e diminui a receita de outro, piorando as expectativas sobre a economia, provocando desvalorização da moeda pela insegurança, pelo aumento do risco e tudo mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O meu medo é que, a partir disso, a gente sinalize um afrouxamento fiscal.

Eu gostaria de ver aqui um debate sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Cristovam, até para lhe informar, nós temos alguns requerimentos que foram aprovados para a gente fazer debate público sobre tendências da economia, situações da economia. E nós podemos depois conversar com as assessorias e harmonizar esses requerimentos, colocando junto com esses debates o que V. Exª está propondo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu gostaria de concentrar em inflação, porque se a gente vai para as tendências da economia, cada um aqui chega, fala o que quer, e a gente vai embora sem nada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, eu iria sugerir a V. Exª que nos enviasse um requerimento específico sobre uma audiência pública nesse sentido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Farei isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria passar a palavra ao Presidente Alexandre Tombini, para que faça as suas considerações em relação ao que colocou aqui o Senador José Serra, e também as suas considerações finais em relação a esta audiência pública.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Srª Presidente.

Creio que o debate foi bastante intenso e muito produtivo do nosso ponto de vista, com visões distintas em relação a câmbio, em relação ao tratamento da inflação, às causas da inflação, mas certamente houve muitos consensos.

Com relação ao que colocou o Senador Serra, nós já tivemos a oportunidade de discutir algumas vezes o seu projeto de limitação da dívida. Agradeço a V. Exª por concordar com as nossas preocupações. Nós tivemos na última ocasião oportunidade de discutir a diferença entre União, Estados e Municípios no que diz respeito à imposição de limites, o constrangimento pelo fato de a União ter a responsabilidade da política cambial e monetária, mas V. Exª tem isso previsto no seu projeto. Talvez pudéssemos contribuir, a essa altura – não sei exatamente onde anda o projeto –, com aqueles níveis de chegada.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me esclarecer, Presidente Tombini, que é um projeto de resolução do Senado, não vai à Câmara. E a qualquer momento...

(Interrupção do som.)

...propor alterações. A flexibilidade é muito grande e pode ser exercida de maneira muito rápida.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ok, nós vamos fazer o dever de casa, olhar esses números com cuidado, a transição dentro de uma avaliação de risco. Muitas vezes nós não prevemos todas as situações que podem ocorrer em determinado período de tempo.

De maneira que também me falava o Diretor Altamir que o conceito de dívida não é exatamente o conceito de dívida do abaixo da linha do Banco Central, é um conceito do Tesouro. Então, devemos ter um cuidado de nossa parte para calibrar esse percentual, mas é algo que parece bastante meritório, do meu ponto de vista.

Eu não tenho muito mais a dizer. O debate foi muito bom e agradeço mais uma vez a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Queria agradecer ao nosso Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...mas não quero que ele se manifeste sobre a minha conclusão, não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não acredito que ele manifestou concordância, Senador Serra. Ele apenas disse que não tinha mais nada a comentar.

Mas quero aproveitar, já que V. Exª está falando em concordância e discordância, para manifestar uma minha, que V. Exª colocou e até se referiu a mim, sobre a questão do risco País em relação à Presidenta Dilma no Governo, ou não.

Pode ser que, até num primeiro momento, isso tenha um certo impacto, mas o risco País, mesmo elevado, está muito compatível com os dos BRICS, que é o nosso bloco econômico ou de atuação na economia global.

Eu acredito, Senador Serra, que um rompimento da ordem democrática, com certeza, faria muito pior ao risco País do que o que V. Exª está considerando de avaliação do mercado. Não tenho dúvidas disso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não diria rompimento da ordem, porque o *impeachment* pode estar dentro da legalidade, mas estou de acordo com o seguinte: se se muda de uma situação para outra e, nessa outra, não há o mínimo de estabilidade, a situação também pode continuar complicada. Não há nenhuma garantia, não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois é, parece-me que estamos numa situação que vai requerer de todos muita serenidade e equilíbrio.

Eu queria agradecer ao Presidente do Banco Central e dizer que, das vezes que V. Exª esteve aqui, das vezes mais recentes, com certeza, essa foi a exposição mais animadora que V. Exª fez em relação aos ajustes do setor externo, que se estão processando com mais agilidade; à redução do déficit no balanço de pagamentos – nós temos uma perspectiva de 30 bilhões para 2016; antes, 100 bilhões, em 2014 –; ao investimento estrangeiro direto de 75 bilhões; à balança comercial superavitária; à melhoria da competitividade e também da produtividade no setor de exportação; e, por fim, a uma trajetória de queda da inflação, que, ainda que tenhamos dificuldade de atingir o centro da meta, nós vamos chegar muito perto da banda superior.

Eu acho que são notícias realmente animadoras e que, com certeza, têm melhor impacto do que nas outras vezes que nós tivemos conversas aqui, em que eu avaliava que o setor, inclusive o externo, pela crise que nós temos e que continuamos tendo, fazia com que tivéssemos indicadores mais deteriorados. Com cer-

teza, reafirmo aqui que o fato de termos reservas robustas de 15% do Produto Interno Bruto nos ajuda muito a enfrentar essa crise internacional.

Eu acredito que dois fatores têm colaborado muito para o Brasil fazer frente a essa crise que nós vivemos, que não tenho dúvidas é maior do que a da década de 80 e 90. Primeiro, é nós termos reservas robustas, reservas internacionais da ordem de 15% do PIB. Segundo, é termos também nos preparado por um colchão de proteção social em que os mais pobres não estão tão afetados como estavam outrora, naquela crise que vivemos.

Eu quero agradecer o Presidente do Banco Central, agradecer também o Dr. Altamir Lopes e dizer que nós vamos estar sempre aqui à disposição e logo, com certeza, marcaremos a nossa próxima conversa. Muito obrigada pela presença.

Eu queria só que os Senadores permanecessem um minutinho, porque nós temos dois requerimentos para fazer a leitura. O Senador Cristovam pediu para fazer a leitura do requerimento. Também pediu o Senador Tasso Jereissati, mas foi subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. Essa leitura é para ficar registrada, para que nós possamos deliberar na próxima reunião.

ITEM 1 REQUERIMENTO Nº 7, de 2016

Requeiro, nos termos dos arts. 90 e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a senhora Miriam Belchior, Presidente da Caixa Econômica Federal, para que compareça em audiência pública à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a fim de discorrer sobre as estratégias da Caixa para o desenvolvimento regional e econômico do nosso País.

Autoria: Tasso Jereissati e Senador Flexa Ribeiro

Nós temos outro requerimento do Senador Cristovam e foi pedido para fazer a leitura, mas como é de praxe desta Comissão, nós fazemos a leitura apenas com a presença do Senador que apresentou o requerimento. Como não temos subscrição a esse requerimento do Senador Cristovam, nós deixamos para lê-lo na próxima reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico que, na próxima terça-feira, dia 29, às 10 horas, teremos uma audiência pública com a presença do Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado da Fazenda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e dezesesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Humberto Costa, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Marta Suplicy, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Dário Berger e Ana Amélia. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Roberto Requião, Ricardo Franco, Alvaro Dias e Lúcia Vânia. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes e perspectivas da política econômica brasileira, explicar o processo de deterioração fiscal que o país vive e quais são as medidas que o Governo Federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público, em atendimento ao Requerimento nº 4 de 2016, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, tendo como expositor o ministro de Estado da Fazenda, Nelson Barbosa. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Tasso Jereissati, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Dalirio Beber, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública interativa.

Assunto/finalidade:

1. Discutir as diretrizes e perspectivas da política econômica brasileira;

2. Em atendimento ao Requerimento (RQE) nº 4 de 2016, “explicar o processo de deterioração fiscal que o País vive e quais são as medidas que o Governo Federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público”.

Requerimento de realização da audiência de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O convidado é o Ministro de Estado da Fazenda, Nelson Barbosa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Lembro que, logo após esta audiência pública, teremos uma pauta deliberativa, em reunião extraordinária.

S. Exª o Sr. Nelson Barbosa já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Humberto Costa, que o acompanha, que conduza o convidado ao plenário da Comissão. (Pausa.)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas. S. Exª o Sr. Nelson Barbosa terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Agradecendo a presença, passamos a palavra ao Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado da Fazenda.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senadora.

Bom dia a todos. Cumprimento os Parlamentares presentes, técnicos, membros da imprensa e demais participantes desta audiência.

Agradeço o convite para vir, mais uma vez, à CAE, para poder apresentar nosso diagnóstico sobre a situação atual da economia brasileira e, principalmente, qual é a estratégia, qual é a lógica das medidas que o Governo tem tomado, tem anunciado e tem proposto ao Congresso Nacional.

Vou fazer uma breve apresentação sobre isso, mas, antes de começar, eu gostaria de enfatizar um ponto mais geral.

Nós passamos, hoje, no Brasil, por um momento de bastante debate político e também um momento econômico desafiador. Nesse momento, obviamente, a evolução do debate político pode ajudar a resolução dos problemas econômicos e, no mesmo sentido, a resolução dos problemas econômicos também pode ajudar a encontrar saídas no debate político. Essa é uma via de mão dupla que, sempre que funcionou apropriadamente, facilitou a resolução dos problemas do nosso País.

Vou focar minha fala principalmente nas questões econômicas, especialmente em como nós propusemos enfrentar os principais problemas que nós temos hoje. Hoje, nosso principal desafio é promover, ao mesmo tempo, uma estabilização da renda e do emprego, tendo em vista que as projeções de mercado e do próprio Governo indicam a probabilidade de termos um segundo ano de retração do nível de atividade econômica. Então, é crucial estabilizar a renda e o emprego. Mas também é crucial fazer isso de uma forma consistente com a estabilidade econômica, de uma forma consistente com o controle da inflação e com a estabilidade das contas públicas. Esse é um desafio duplo, é um desafio que exige a adoção de medidas de estabilização rapidamente, medidas de estabilização no curto prazo, para preservar empregos e estabilizar renda, e, ao mesmo tempo, exige a adoção de reformas de longo prazo, para garantir que essa estabilização e a posterior recuperação do crescimento ocorra de forma duradoura.

Então, esses são os princípios, esses são os desafios que se colocam para a política econômica neste momento, para a equipe econômica e para todos os órgãos do Governo Federal, não só do Executivo.

Começando esta breve apresentação, nós temos já alguns resultados iniciais que apontam para um equilíbrio da economia brasileira. Em primeiro lugar, temos um rápido ajuste externo, como foi colocado pelo Presidente do Banco Central, Tombini, na última semana. Do ponto de vista do nosso balanço de pagamentos, do balanço de todas as transações comerciais e financeiras do Brasil com o resto do mundo, está ocorrendo um ajuste muito mais rápido do que era esperado anteriormente. Então, nosso saldo comercial está crescendo, nosso déficit em conta-corrente está caindo, e o volume de financiamento externo será mais do que suficiente para cobrir nosso déficit em conta-corrente.

Mais recentemente, há sinais de uma redução mais rápida da inflação. As expectativas de mercado têm sido reduzidas devido às perspectivas de redução do preço da energia, devido à perspectiva de mudança de patamar da taxa de câmbio e pelos próprios efeitos da evolução do nível da atividade econômica.

Porém, apesar desses bons resultados do lado externo e do lado da inflação, nós ainda temos o desafio de estabilizar o nível de atividade econômica, pois as projeções indicam que nós devemos ter um segundo ano de redução do nível de renda e de emprego. Por isso, esses itens adquirem uma importância fundamental na estratégia do Governo.

Ao mesmo tempo, é necessário adotar uma reprogramação fiscal para o ano de 2016, de modo que o Governo possa atuar como um agente de estabilização da economia, que o Governo possa preservar algumas despesas e principalmente possa absorver uma eventual frustração de receita sem a necessidade de elevar mais os seus impostos, suas contribuições.

Esse espaço de curto prazo, de reprogramação fiscal para estabilizar a economia também tem que ser acompanhado de uma reforma fiscal de longo prazo que crie regras – regras para o controle do gasto público que garantam que essa recuperação, uma vez iniciada, possa ser duradoura. Não se trata somente de adotar medidas de estabilização e de incentivo do nível de atividade no curto prazo, trata-se de adotar isso de uma forma consistente com a recuperação também da estabilidade fiscal de modo duradouro. Por isso é importante combinar estas duas iniciativas aparentemente contraditórias: uma ação de curto prazo de estabilização e uma regra fiscal de médio e longo prazo que garanta o controle do gasto.

Só para ilustrar com alguns números o que eu acabei de falar, o balanço comercial do Brasil em percentual do PIB – balanço comercial é a diferença entre exportações e importações, é a diferença entre quanto o Brasil vende para o resto do mundo e quanto o resto do mundo compra do Brasil. A partir da modificação da taxa de câmbio, que começou em 2014 e ganhou força em 2015, já há uma recuperação do nosso saldo comercial: ele subiu para 1% do PIB em 2015, e, este ano, a expectativa é que ele suba para 2,5% do PIB. Através desse aumento do saldo comercial, será possível gerar mais empregos e mais renda no Brasil. Então, esse é um número que indica a rapidez do chamado ajuste externo da economia brasileira.

Outro número nessa direção é a evolução do saldo em conta-corrente. Nós temos, na verdade, um déficit em conta-corrente, que chegou a atingir o máximo de 4,3% do PIB no ano de 2014. A partir de então, com a mudança na taxa de câmbio e com a mudança das taxas de crescimento no Brasil e no mundo, tem ocorrido uma forte redução do nosso déficit em conta-corrente. A previsão do Banco Central para este ano é de uma nova redução – e uma forte redução –, saindo de um déficit de conta-corrente de 3,3% do PIB para 1,6% do PIB. Isso diminui a necessidade de captação de recursos externos por parte do Brasil e aumenta a solidez, a sustentabilidade nas nossas contas externas.

Hoje o Brasil não tem um problema substancial de financiamento externo. Nossas contas comerciais, nossas contas-correntes estão se ajustando muito rápido, e o Brasil também tem um elevando estoque de reservas internacionais, que nos possibilita ter mais autonomia de política econômica, autonomia para lidar com nossos principais problemas, que hoje são muito mais internos do que externos.

O próximo eslaide mostra a perspectiva de inflação. No ano passado, houve um forte aumento da inflação, resultado da combinação de vários fatores, de uma depreciação da taxa de câmbio e, principalmente, de um realinhamento dos preços monitorados, principalmente preços de energia e de combustíveis.

Em terceiro lugar, também de tarifas de transporte urbano. É o realinhamento de preços monitorados que foi necessário para reequilibrar os preços relativos da economia à nova realidade da economia brasileira e isso causou um aumento temporário da inflação que chegou a atingir 10,7% no final de 2015.

Para este ano, as atuais expectativas de mercado estão em 7,3%, ou seja, uma redução de quase quatro pontos. E essa redução pode ser ainda maior, dependendo da evolução da taxa de câmbio, dependendo da evolução dos preços de energia ao longo do restante do ano. Então, nas últimas semanas tem ocorrido uma revisão para baixo das expectativas de inflação e nós esperamos que essa revisão, que essa redução da inflação continue a ocorrer de modo que seja possível e muito provável que a inflação em 2016 possa fechar este ano abaixo de 7%. Com base nas tendências mais recentes de comportamento de preços, essa é uma possibilidade que deixou de ser remota e passou a ser uma possibilidade provável.

Na questão do crescimento, a expectativa de crescimento para este ano do mercado é de uma redução de 3,7. Nós do Ministério da Fazenda, nas nossas projeções orçamentárias, colocamos uma redução de 3,1%, ou seja, uma redução menor do que o mercado espera porque nós contamos com a aprovação e com o papel da União principalmente mais ativo na estabilização do nível de renda e emprego. Nós contamos com a permissão para que a União possa manter alguns gastos considerados prioritários, completar alguns investimentos considerados essenciais e absorver a frustração de receita que eventualmente possa ocorrer no Brasil, sem a necessidade de aumentar novos impostos. Com esse cenário nós esperamos uma volta do crescimento já em 2017 e o crescimento se acelerando ao longo dos próximos anos.

A trajetória, a direção é similar ao que hoje o mercado espera, mas o ritmo é diferente, porque nós achamos que é possível, através de medidas concretas de política econômica, medidas que, em grande parte, dependem também da autorização no Congresso Nacional, recuperar o nível de atividade econômica mais rapidamente e voltar a crescer – voltar a crescer não só mais rapidamente, mas voltar a crescer de modo sustentável, de modo que seja compatível com o reequilíbrio fiscal e com o controle da inflação.

Como eu falei, hoje nosso maior desafio é um desafio interno, é um desafio de reequilíbrio fiscal. Do lado das contas externas, o ajuste está ocorrendo muito mais rápido do que todos esperavam um ano atrás. Do lado da inflação, a inflação já dá sinais de maior desaceleração a partir do último mês e isso tende a prosseguir. Do lado fiscal, é onde está o maior desafio. Do lado fiscal, nós estamos ainda experimentando uma redução real das nossas receitas – o que esse gráfico demonstra é a taxa de crescimento da chamada receita administrada da União, são as receitas de impostos e contribuições que, em certa medida, tendem a acompanhar a evolução da renda da economia. Então, nos últimos doze meses a queda real está em cerca de 4,8%. Normalmente a receita flutua mais do que o PIB. Se o PIB cai 3% a receita cai mais do que o PIB. Ela tem uma volatilidade maior. Então nós estamos vivendo um cenário hoje de redução real das nossas receitas, o que coloca maior pressão sobre o reequilíbrio fiscal. Nós temos que promover o reequilíbrio fiscal num contexto em que as receitas do Governo estão apresentando uma queda em termos reais.

Em certa medida, isso está acontecendo não só com o Governo Federal. Isso está acontecendo com os vários agentes na economia brasileira. Nos últimos anos houve uma desaceleração no nível de atividade econômica que reduziu a receita esperada das empresas, reduziu a receita esperada das famílias e reduziu a receita esperada também do Governo. Então todos esses agentes têm que ajustar suas despesas ao novo patamar de receitas e, ao fazer isso, cada agente tem velocidades diferentes. Uma família consegue ajustar as suas despesas mais rapidamente que uma empresa. Ou uma empresa consegue ajustar suas despesas mais rapidamente que o Governo. O Governo normalmente é o agente que tem mais dificuldade, tem mais lentidão em ajustar as suas despesas por quê? A maior parte das despesas do Governo são chamadas despesas obrigatórias, despesas

que estão fixadas, *a priori*, por leis ou pela própria Constituição; logo, são despesas que, para serem ajustadas, precisam da aprovação de leis ou de mudanças constitucionais por parte do Congresso Nacional.

Isso não é uma particularidade do Brasil, isso é uma característica de todas as democracias avançadas do mundo. As questões orçamentárias são decididas, são autorizadas pelo Congresso Nacional. Nesse processo, cabe ao Poder Executivo a iniciativa de propor medidas e cabe, obviamente, ao Congresso Nacional aprovar ou não essas medidas, adotando as mudanças que achar necessárias.

Para dar outro exemplo do desafio da Receita com outro número, o próximo gráfico mostra a evolução da chamada Receita Primária da União, a receita em percentual do PIB, que junta tanto receitas de impostos como receitas não tributárias, como concessões, dividendos, *royalties*. Em 2016, nesse início de ano, essas receitas estão no patamar de 21,1% do PIB, ou seja, voltaram a um patamar próximo ao verificado em 2002, que foi de 21,5% do PIB. Voltaram a um patamar próximo ao de 14 anos atrás.

Houve um grande aumento das receitas primária em meados da década passada, quando houve o *boom* de *commodities*, quando o preço do petróleo chegou a US\$140, US\$145, quando o preço do minério de ferro também atingiu um valor bem elevado. Isso proporcionou lucros maiores para as empresas, uma arrecadação de impostos diretos também para o Governo Federal, para o governo estadual – receitas de *royalties*.

Desde então, com a mudança dos preços de *commodities*, a gente tem visto uma redução de patamar da arrecadação do Governo Federal. E essa redução do patamar da arrecadação do Governo Federal torna necessário também um ajuste do patamar de despesas do Governo Federal.

Como eu falei, como a maior parte das despesas é obrigatória, esse processo inevitavelmente envolve uma iniciativa legislativa, uma proposta por parte do Executivo para avaliação e aprovação por parte do Congresso Nacional.

Outro número que ilustra essa restrição fiscal com maior intensidade é a evolução das chamadas receitas tributárias não previdenciárias. Nós excluímos a parte da previdência porque a previdência foi uma receita que cresceu muito nos últimos anos devido a formalização do mercado de trabalho.

Se nós considerarmos as receitas não previdenciárias, aquelas receitas tipicamente tributárias, receitas de IPI, Cofins, imposto de renda, CSLL, vemos que essas receitas, na verdade, sofreram uma forte queda a partir da crise de 2008. O patamar dessas receitas muda. Elas flutuavam em torno de 15% do PIB até a crise de 2008 e, desde então, ficaram flutuando entre 13% e 14% do PIB. Neste ano, até janeiro, nós temos um patamar de receitas não previdenciárias que equivale a 12,8% do PIB. Ou seja, um patamar parecido ao que se verificou no ano 2000. Nós voltamos a um patamar de receitas não previdenciárias equivalente ao que ocorria no Brasil há 16 anos.

Então, diante desse desafio, o Governo, como qualquer agente, também tem que ajustar as suas despesas ao novo patamar de receitas. Esse é o desafio fiscal.

Passando para as despesas: as despesas primárias em percentual do PIB, apesar da queda do patamar de receita, continuaram a crescer e cresceram sobretudo, como os senhores podem ver, a partir de 2014. Essa é uma mensuração das despesas em proporção do PIB. A evolução desse número depende tanto da evolução das despesas, como da evolução do PIB. Como o PIB desacelerou a partir de 2014, essas despesas aceleram. Então, podem chegar até 19,1% do PIB; com um contingenciamento que nós apresentamos recentemente, elas ficariam em 18,6% do PIB.

Então, nós temos aqui um caso clássico de uma instituição que tem que ajustar as suas despesas ao novo patamar de receitas. Essa instituição, diferentemente de uma família, diferentemente de uma empresa, tem uma particularidade: a maior parte das despesas dessa instituição chamada governo é de despesas obrigatórias. São despesas que são fixadas antecipadamente por leis ou pela própria Constituição. Por isso esse processo de ajuste de despesas envolve várias iniciativas, envolve ações de curto prazo nas chamadas despesas discricionárias, mas envolve, sobretudo, ações de longo prazo, de reformas estruturais para adequar as despesas obrigatórias.

Para exemplificar isso, quebramos aquele número naquilo que é despesa discricionária e o que é despesa obrigatória. Se olharmos as despesas chamadas obrigatórias, o que são essas despesas obrigatórias? Gastos com previdência, gastos com folha de pessoal. Dois terços da despesa total primária do Governo está concentrada nestes dois itens: previdência e folha de pagamentos. São 64% do gasto total. Essa despesa obrigatória estava mais ou menos estável em torno de 13% do PIB, 13,5% do PIB até 2014. Com a desaceleração do nível de atividade, com a redução do nível de atividade, em 2015 e 2016, essas despesas sobem fortemente. Essa, novamente, não é uma particularidade o Brasil. Todos os países que enfrentaram uma redução do seu nível de atividade após a crise de 2008 viram suas despesas subirem em proporção do PIB porque essas despesas têm regras de longo prazo, que não são ajustáveis rapidamente diante de uma redução do PIB.

Então, o primeiro impacto de uma redução do PIB é aumentar o peso das despesas obrigatórias. O segundo passo para lidar com isso é adotar reformas estruturais que permitam e deem os instrumentos ao Go-

verno para controlar essas despesas obrigatórias. Foi isso que foi feito nos Estados Unidos, foi isso que foi feito na Europa, é isso que precisa ser feito no Brasil. Só que esse é um processo que não é automático.

Como os Srs. Parlamentares conhecem melhor do que ninguém, a análise das regras de despesas obrigatórias envolve vários aspectos, várias regras complexas, mas que, nem por isso, deve deixar de ser feito. No ano passado, já fizemos algumas regras nesse sentido, com despesas de seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte. Neste ano, temos que progredir na mesma direção.

Passando para despesas discricionárias, que são as despesas sobre as quais o Governo tem maior controle no curto prazo, a evolução demonstra um crescimento dessas despesas discricionárias atingindo um pico maior em 2014 e demonstram também o forte ajuste fiscal que foi feito em 2015, que trouxe essas despesas discricionárias de 4,6% do PIB para 3,9% do PIB. Houve uma redução de 0,6 ponto percentual do PIB no ano passado, algo em torno, ao preço do PIB de hoje, R\$38 bilhões.

A linha de 2016 apresentada ali mostra o que será o impacto das alternativas que temos diante de nós neste ano. Em fevereiro, apresentamos o primeiro decreto de contingenciamento. Contingenciamos R\$23,7 bilhões, quase R\$24 bilhões. Esse contingenciamento será capaz de trazer as despesas discricionárias de 3,9% para 3,8% do PIB. É um ajuste que consideramos necessário. Esse eslaide mostra que estamos dispostos e tomando medidas para continuar a reduzir as despesas discricionárias, só que em uma velocidade mais moderada do que a de 2015 porque a economia brasileira também está em uma situação mais frágil neste ano de perspectiva de redução do nível de emprego, do nível de renda. Temos que continuar com a consolidação fiscal, mas adequar seu ritmo à preservação da renda e do emprego.

O número que está embaixo, de 3,4, é o contingenciamento que seria necessário para cumprir a meta atual vigente de resultado primário, o que, no caso da União, é R\$24 bilhões. Com base na revisão das projeções de receita, seria necessário cortar, além dos R\$23,7 bilhões que cortamos em fevereiro, mais R\$21,5 bilhões, trazendo essa despesa para 3,4% do PIB, um nível, por exemplo, ligeiramente inferior ao verificado em 2008, ligeiramente inferior ao verificado há oito anos.

Esse é um corte muito substancial e é um corte, como colocarei, como destacarei mais à frente, que achamos que não é um volume adequado na situação atual da economia brasileira. Então, estamos fazendo duas coisas: estamos propondo o corte necessário para cumprir a meta vigente, apresentando os efeitos desse corte, e, ao mesmo tempo, apresentando uma proposta de alteração da meta fiscal para que o Governo possa, se o Congresso assim permitir, preservar algumas despesas, as despesas essenciais que vou detalhar mais à frente, neste momento de retração do nível de atividade econômica.

Pode passar, por favor.

O outro gráfico é para mostrar um problema estrutural, que é um problema que não foi criado por esta administração nem pela administração anterior; é um problema que vem crescendo no Brasil e que precisa ser enfrentado. É o fato de que a maior parte da despesa primária da União consiste de despesas obrigatórias, despesas que não estão sob o controle imediato do Governo Federal.

O que são despesas obrigatórias? E repito, principalmente, para as pessoas que estão nos assistindo. Despesas obrigatórias são aquelas despesas fixadas em lei ou pela Constituição; logo, elas não estão sob o controle direto do Governo para serem alteradas por medidas infralegais – decretos e portarias.

Então, do total de despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016, quase 45% correspondem à Previdência e à Assistência Social. As despesas com pessoa ativo da União correspondem a 10,3%; as despesas com pessoal inativo da União correspondem também a 10,3%. Então, se a gente somar as despesas de pessoal e as despesas de Previdência, nós temos 64% dos gastos primários, ou seja, quase dois terços dos gastos primários são esses dois itens, que são despesas obrigatórias; são despesas que o Governo tem a obrigação por lei de cumprir, de pagar os salários dos servidores, de pagar os benefícios da Previdência – e é bom que seja assim, isso dá estabilidade ao Orçamento.

Do total de despesas primárias previstas para este ano, as que são efetivamente contingenciáveis – traduzindo: despesas que podem ser reduzidas ou cortadas pelo Governo Federal – correspondem a 8,3% do total. Então, de cada R\$100,00 das despesas primárias que o Governo tem previstas para este ano, só estão sob o controle direto do Governo R\$8,30. Os outros 91,7% são despesas obrigatórias... Não são despesas imunes ao controle da União; elas podem ser controladas, mas só que, para serem controladas, precisam ser objeto de alteração legislativa. Elas não são controláveis por medidas administrativas.

Então, essa é a situação que nós vislumbramos hoje.

Para dar um último exemplo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BARBOSA – A despesa está no “discricionárias contingenciáveis”. Ela é de cerca de 4% daqueles 8,3%. Ou seja, metade do que é contingenciável está ali.

Para dar outro exemplo do tamanho do esforço fiscal requerido para cumprir a meta atual, nós colocamos esse gráfico – um gráfico elaborado pelo Ministério do Planejamento, apresentado pelo Ministro Valdir Simão na sua proposta –, onde se coloca o quanto é despesa efetivamente contingenciável que foi prevista na Lei Orçamentária em cada ano, o quanto foi empenhado em cada ano e como aquilo vem evoluindo em proporção do PIB.

Então, nós podemos ver que as despesas flutuaram ali em torno de 2,7%, 2.6% do PIB até 2013. Já, a partir de 2014, há uma redução; e, em 2015, uma forte redução. E, diante da queda do patamar de receitas previstas para este ano, o contingenciamento adicional de R\$21 bilhões, somado ao contingenciamento inicial que nós anunciamos em fevereiro, daí, então, cerca de R\$44 bilhões, reduziria o valor nominal que pode ser empenhado nessas despesas, para R\$87,6 bilhões, um valor inferior, em termos nominais, ao feito em 2010, ou seja, seis anos atrás.

Então, esse é o tamanho do esforço fiscal.

Eu apresento esses números às senhoras e aos senhores para mostrar que o Governo está, sim, fazendo um esforço naquilo que o Governo controla. Só que esse esforço está se mostrando um esforço excessivo e substancial num quadro ainda de redução do nível da atividade econômica. Esse esforço representa reduzir essas despesas contingenciáveis para um nível, em termos nominais, abaixo do verificado em 2010. Então, esse esforço, levado a cabo, pode acabar prejudicando a recuperação da economia brasileira. E é por isso que nós apresentamos um conjunto de propostas que procura combinar duas coisas: um maior espaço fiscal do Governo para que ele possa preservar a despesa, estabilizar a economia no curto prazo, mas fazer isso de uma forma consistente com a recuperação do equilíbrio fiscal em médio e longo prazos, com regras bem claras de como controlar as despesas.

Qual é o resumo dessa nossa estratégia fiscal?

Como disse, nós estamos propondo combinar duas ações aparentemente contraditórias, mas, ainda assim, necessárias para a recuperação do nível de atividade e do nível de emprego da economia brasileira: combinar medidas de estabilização no curto prazo, uma normalização da oferta de crédito e uma autorização para que o Governo possa preservar algumas despesas discricionárias consideradas essenciais para o funcionamento da economia, sobretudo investimentos, com a adoção de regras de maior controle de gasto público no médio e no longo prazo.

Nós estamos tentando fazer uma proposta balanceada, uma proposta que dá a flexibilidade necessária para o Governo atuar, estabilizar a renda e o emprego imediatamente, mas faz isso em contrapartida à adoção de regras de médio e longo prazo que vão garantir que essa recuperação seja sustentável, que essa recuperação resulte numa trajetória de dívida mais controlada e num maior controle sobre o gasto público. Esse é o princípio que tem norteado as nossas ações, tanto nas propostas que nós apresentamos para os Estados quanto nas propostas que nós apresentamos para a União.

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON BARBOSA – E nos dois lados nós temos uma proposta de reforma: no lado dos Estados, combina-se uma reforma fiscal de médio e longo prazo com auxílio financeiro imediato e, no lado da União, uma proposta de reforma fiscal de médio e longo prazo que contém também medidas para estabilizar a renda e o emprego já neste ano.

Então, agora eu vou fazer um breve resumo desses dois itens, o que nós propusemos de auxílio aos Estados e o que nós propusemos para a União. No caso dos Estados, a proposta é promover um alongamento do prazo de pagamento da dívida dos Estados com a União em vinte anos e, além disso, promover também um alongamento das dívidas dos Estados com o BNDES em até dez anos, sendo que, desses dez anos, haverá quatro anos de carência do principal.

Nesse momento de maior restrição financeira em que várias famílias, várias empresas estão se ajustando, estão renegociando suas dívidas, no caso dos Estados, o principal credor dos Estados é a União. Então, diante da situação também em que vários Estados estão tendo problemas para cumprir seus compromissos, achamos necessário que a União possa dar esse auxílio na forma de um alongamento de prazos, tanto das dívidas da 9.496 quanto das dívidas do BNDES. Esse é o alívio. Em troca do alívio, que tenham novamente um compromisso maior com a estabilidade para a frente, para que não adotemos só medidas de estabilização, adotemos também medidas que garantam que essa estabilização não vai ser desperdiçada, que ela vai resultar numa situação fiscal mais sólida no futuro, que nada mais é do que o que foi feito, por exemplo, no final dos anos 1990, início dos anos 2000, quando o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma gran-

de renegociação de dívida de Estados e Municípios e depois, com a LRF, estabeleceu regras mais sólidas que resultaram numa melhora das finanças públicas dos Estados e Municípios nos anos seguintes.

Quais são essas contrapartidas? Eu posso detalhar aos Senadores na sessão de perguntas; são várias, por isso eu vou apenas falar rapidamente sobre elas, e nossa equipe está à disposição para discutir os detalhes dessas medidas, mas, basicamente, são contrapartidas para evitar um aumento de despesa no curto prazo. Então, ficam proibidos, por exemplo, novos incentivos fiscais, novos aumentos salariais nos próximos 24 meses, para os Estados que aderirem, e também medidas estruturais. Fica também condicionado à adoção de regras mais estritas de controle de gasto de pessoal e principalmente de reequilíbrio das Previdências estaduais. Isso inclui, por exemplo, um aumento gradual da contribuição dos servidores e do Governo para suas Previdências estaduais porque, no nível estadual, esse tem sido um dos principais fatores de desequilíbrio.

Então, Sras e Srs. Senadores, o que nós estamos propondo aqui é uma coisa balanceada: um alívio que os Estados precisam já e imediatamente para poder pagar suas folhas e cumprir seus compromissos de endividamento, mas esse alívio em troca da adoção de regras que vão garantir que essa estabilização vai ser consistente com a melhora das finanças públicas mais à frente.

Essa é a proposta geral para todos os Estados que têm dívidas ou com o BNDES ou com a União. É uma proposta por adesão, cabe ao Estado decidir se adota isso ou não. Há Estados que têm mais dívidas e que, obviamente, querem adotar isso. Há Estados que não têm tantas dívidas e podem não querer adotar isso.

Além disso, para os Estados mais endividados...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ministro, no caso do incentivo fiscal aí, o Estado que optar por essa renegociação não pode conceder incentivo fiscal?

O SR. NELSON BARBOSA – Novos incentivos fiscais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Novos, sim.

O SR. NELSON BARBOSA – Os que já existem estão valendo; não pode conceder novos incentivos fiscais pelo prazo de 24 meses, mas os que estão valendo... Então, as empresas podem entrar nos incentivos que já estão valendo.

Essa é uma importante pergunta do Senador. Essas condições foram construídas numa ampla conversa com os governadores e com os secretários de Fazenda. Várias das medidas aqui propostas vieram, na verdade, dos próprios secretários de Fazenda depois de uma longa discussão. Foram feitas cerca de seis reuniões entre mim e os governadores, além de reuniões técnicas com os secretários de Fazenda.

Bom, essa proposta atende as demandas da maioria dos Estados, mas há Estados que têm uma dívida maior, há Estados que estão em situações mais difíceis. Então, para esses Estados, foi feita uma proposta complementar, também uma proposta que é voluntária, é por adesão. Para esses Estados, que são principalmente Estados do Sudeste, foi oferecida, após negociações e conversa, por uma sugestão dos próprios governadores, uma redução temporária de até 40% nas prestações que eles têm que pagar à União, por 24 meses, limitada a 160 milhões por mês, ou seja, a 2 bilhões por ano.

Os Estados que optarem por esse auxílio adicional terão, obviamente, contrapartidas adicionais. As contrapartidas adicionais serão a redução de 20% dos cargos comissionados, usando como base julho de 2014, porque vários Estados já fizeram isso. Então, na verdade, quem já fez já cumpriu essa redução. Nós estamos usando como referência 2014. Também a limitação de despesas de publicidade e principalmente a não realização de operações de crédito pelo dobro do período da vigência da redução da prestação.

Deixem-me traduzir isso: esses Estados que estão mais endividados serão mais beneficiados por essa redução da prestação, então, é natural e adequado que eles não sejam mais beneficiados pela autorização de novos empréstimos, que possamos utilizar a capacidade que o Governo tem de autorização e da garantia de novos empregos para os Estados menos endividados. Com isso, nós estamos procurando equilibrar as coisas: aqueles que têm mais dívidas podem optar por uma redução da sua prestação e, em troca disso, não vão ser beneficiados por novas autorizações de crédito; aqueles que têm menos dívidas logo podem ser mais beneficiados por novas autorizações de operação de crédito. E cabe a cada Estado decidir o que é melhor para sua população, para suas finanças.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ministro, há uma expectativa de custo? O impacto fiscal dessas medidas, quanto é que isso vai representar?

O SR. NELSON BARBOSA – Sim, há uma expectativa de custo, eu passo para o senhor na resposta que está nas apresentações. Eu fiz aqui um resumo de todas as apresentações. Nas apresentações que fizemos, o alongamento de dívida com a União dá um impacto de até 36 bilhões em três anos. O alongamento de dívida com o BNDES, se eu não estou enganado, dá cerca de 6 bilhões em três anos, e esse alongamento em relação aos Estados e Municípios pode dar algo em torno de 9 a 10 bilhões também ao longo de três anos. Isso depende, obviamente, da adesão. Nem todos os Estados vão aderir a todas as modalidades. Já vários governadores

manifestaram que a essa redução de 40% eles não pretendem aderir, que eles preferem ter operação de crédito porque eles têm uma dívida pequena. Outros governadores, que têm uma dívida alta, preferem adotar essa redução e não ter autorização para novas operações de crédito. Então, o número final, nós vamos saber ao final desse processo de renegociação, que esperamos que seja rápido.

Uma vez aprovada essa lei, os Estados já podem assinar os aditivos e têm o prazo de 180 dias para promover as reformas previstas na lei, para aprovar nas suas Assembleias estaduais as reformas necessárias previstas na lei.

Bom, passando para a União, que é o segundo ponto, a lógica é a mesma, só que as medidas são diferentes porque a realidade da União é diferente da realidade dos Estados. Por que eu digo que a lógica é a mesma? É combinar regras de longo prazo que vão garantir um melhor controle das despesas ao mesmo tempo em que se adota uma flexibilização fiscal de curto prazo para que a União possa, nesse momento em que a economia precisa, atuar mantendo investimentos e despesas prioritários e, com isso, acelerar a recuperação da economia.

Então, quais são as medidas de longo prazo? Eu vou detalhar uma por uma: estabelecer limite para a expansão do gasto em proporção do PIB, estabelecer um teto para o gasto da União, que é uma ideia que já vem circulando e sendo debatida por economistas e Parlamentares há bastante tempo. Então, nós procuramos apresentar uma proposta objetiva de como fazer isso.

Melhorar a relação entre Tesouro e Banco Central, criando um depósito voluntário remunerado no Banco Central.

E criar um regime especial de contingenciamento para ser utilizado somente em período de baixo crescimento, de modo a poder preservar despesas essenciais e investimentos em fase de conclusão, se e quando a economia estiver em baixo crescimento.

Essas medidas são estruturais. Uma vez incorporadas, elas poderão ser adotadas por este Governo e pelos próximos governos. É uma reforma fiscal.

E há as medidas de curto prazo. Diante da queda observada da receita e diante do fato de a maior parte das nossas despesas ser obrigatória, nós estamos solicitando uma redução da meta fiscal de 2016, para absorver, principalmente, a frustração de receitas e para possibilitar a manutenção de investimentos e despesas prioritárias.

Eu vou falar rapidamente sobre cada um desses itens.

O limite do crescimento do gasto. Por que é importante estabelecer um limite para o crescimento do gasto? Porque isso concentra a discussão orçamentária na composição das despesas públicas. Frequentemente, ao concentrarmos a discussão somente no resultado, a discussão orçamentária fica muito concentrada na obtenção de novas fontes de receitas para justificar um aumento de gastos. Se nós estabelecermos um limite para o gasto, não vai importar se vamos ter mais ou menos receitas, pois nós vamos ter sempre que atender a esse limite de gastos. Essa é uma regra que vai colocar mais claramente quais são as alternativas, qual é o que os economistas chamam de *trade-off* entre os diversos gastos públicos. Se eu gastar menos numa despesa, quanto eu posso gastar mais na outra? Esse é o debate orçamentário mais adequado, um debate orçamentário que nós vemos nas principais economias do mundo, que têm o chamado orçamento impositivo, em que a principal discussão é qual o tamanho do gasto público e qual a composição do gasto público. Se nós limitarmos o crescimento do gasto público, nós vamos evitar uma pressão recorrente por aumento de carga tributária. O que tem acontecido recentemente é que se aumenta o gasto por diversas iniciativas e depois se corre atrás de aumento de carga tributária ou de um imposto ou de uma receita adicional para financiar esse aumento de gasto. Além disso, não menos importante, se nós controlarmos o gasto obrigatório, nós vamos diminuir a rigidez do gasto público e, então, vamos ter mais flexibilidade para adotar medidas de estabilização, de variação do gasto discricionário, quando isso for necessário. Por exemplo, no caso que temos hoje, em que apenas 8,3% do gasto do Governo são discricionários, nós temos uma capacidade muito limitada para atuar sobre a economia, para manter investimentos, para manter programas discricionários, devido à pequena magnitude disso. Com base na literatura internacional e nas experiências de outros países, a maioria dos casos mostra que regras de gasto contribuem para um melhor desempenho fiscal, muito mais que regras de contenção de resultados ou de dívidas. Se nós pudermos sumarizar a política fiscal em quatro variáveis, há a dívida pública, que é a soma dos resultados fiscais, que é a diferença entre receitas e despesas. Desses quatro itens, o item em que o Governo tem mais controle é o seu gasto. É por isso que nós estamos propondo, então, adicionar uma nova regra que possibilite ao Congresso Nacional, a partir de uma iniciativa, uma proposta do Executivo, colocar um limite para o gasto público e combinar isso com as demais regras existentes.

Como funcionaria esse limite para os gastos? Seria incluída na LRF uma cláusula que diria que o governo tem que colocar um limite plurianual para suas despesas primárias federais. Digamos o seguinte: no primeiro ano de governo, se faz o PPA, em que o governo, então, colocaria que o gasto primário do governo vai ser de

18% do PIB, estável, ou vai cair de 18% do PIB para 17%, estabelecendo uma trajetória do gasto; feito isso, a cada ano, na elaboração do Orçamento, esse limite dado pelo PPA vai ser traduzido num valor. Assim, vamos supor que o limite seja de 18%; para este ano específico, 18% seriam R\$1,324 trilhão, o que seria o máximo que o governo pode gastar em despesas primárias. Feito isso, o governo vai, então, fazer suas projeções de qual será a despesa primária com base nas leis e nas regras vigentes. Se a despesa primária ameaçar superar esse valor, podem ser acionados ajustes automáticos de despesas em três estágios.

Quais seriam esses ajustes automáticos de despesas? O primeiro estágio, basicamente, suspenderia aumentos reais, manteria somente aumentos nominais de despesa de custeio e despesa de pessoal. Se isso for suficiente, para-se por aí. Se isso não for suficiente, vai-se para um segundo estágio. No segundo estágio, suspendem-se aumentos nominais de quê? De despesas de pessoal e de despesas discricionárias. Se isso for suficiente para controlar a despesa, para-se nesse estágio. Se isso não for suficiente, vai-se para um terceiro estágio em que se reduzem despesas, como benefícios para os servidores; adotam-se programas de licença voluntária para servidores ou, eventualmente, de desligamento voluntário de servidores onde isso for possível. E suspende-se temporariamente o aumento real de salário mínimo. Mas preserva-se a correção do salário mínimo pela inflação. O poder de compra do salário mínimo está preservado em toda e qualquer situação.

Nessa proposta, nós utilizamos como referência algo que foi feito recentemente nos Estados Unidos, que estabeleceu, por exemplo, o acionamento de algumas cláusulas de controle de despesas, que lá foram chamadas “*the sequester*”, sequestro de recursos, quando a despesa ou a dívida ameaçava subir muito. Aquilo então disparava uma série de ajustes automáticos sequenciais para trazer o gasto abaixo do limite.

O que nós estamos propondo neste caso aqui não é só estabelecer um limite. É estabelecer um limite e dar os instrumentos para que o Governo, o Estado brasileiro possa cumprir esse limite. Estabelecer somente o limite sem dar os instrumentos acaba criando problemas maiores, porque, se o Governo tem uma despesa muito rígida, ele não tem instrumentos para cumprir esse limite.

A outra proposta de reforma estrutural, mais ligada ao orçamento monetário e financeiro, não tanto ao orçamento primário, é criar o que se chama na literatura de um depósito voluntário remunerado no Banco Central. Na literatura internacional, por exemplo, no Federal Reserve, isso se chama *excess reserves*, são reservas voluntárias. Assim como os bancos têm reservas compulsórias – porque um percentual do depósito à vista tem que ser depositado no Banco Central, um percentual do depósito de poupança tem que ser depositado no Banco Central –, também existem depósitos voluntários. Às vezes, os bancos têm recursos excedentes e, em alguns países do mundo, eles podem depositar isso no Banco Central em troca de uma remuneração.

Esta é uma prática adotada pelos principais bancos centrais do mundo – é adotada pelo Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve, e é adotada pelo Banco Central europeu. Esse é um instrumento que permite ao Banco Central ter mais alternativas para administrar a quantidade de moeda na economia quando isso é necessário. E como o Banco Central administra a quantidade de moeda na economia hoje, no Brasil? Hoje se faz isso basicamente pelas chamadas operações compromissadas, que são a compra e venda de títulos. Quando há muita liquidez na economia, o Banco Central vai lá e vende títulos públicos, e aí ele tira liquidez da economia. Quando há pouca liquidez na economia, o Banco Central compra títulos públicos e joga reais na economia.

Os outros bancos centrais do mundo também podem fazer isso. Só que existem situações em que o volume de títulos públicos que o Banco Central tem não é suficiente para ele realizar essa administração de dia a dia de liquidez. Então, no Brasil, o que tem acontecido recorrentemente é que o Tesouro tem que fazer emissões voluntárias ao Banco Central, para dar títulos ao Banco Central, para ele poder fazer as operações compromissadas e administrar a liquidez.

Na maior parte dos países do mundo, existe outro mecanismo, que é esse depósito voluntário. O Banco Central, em vez de fazer operações compromissadas, ele pode retirar a liquidez da economia captando depósitos voluntários, ou injetar liquidez na economia devolvendo depósitos voluntários. Foi isso que o Federal Reserve adotou para neutralizar aquela liquidez excessiva que eles injetaram com *quantitative easing*. Foi isso que o Banco Central europeu fez para também administrar aquela liquidez excessiva que eles jogaram na economia quando houve aquela crise na Europa.

No caso brasileiro, nós tivemos que administrar a liquidez somente com operações compromissadas, o que cria uma assimetria entre as operações do Banco Central no Brasil e o que acontece no resto do mundo.

Esse é um passo necessário. Isso vai aliar ao Brasil as melhores práticas internacionais. Isso vai evitar que o Tesouro tenha que emitir títulos excedentes para a carteira do Banco Central e vai melhorar a administração da política monetária. E esse é um primeiro passo para nós melhorarmos a relação entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Uma vez criado esse depósito, não haverá mais necessidade de o Tesouro emitir recorrentemente títulos para o Banco Central, porque o Banco Central tem outro instrumento para administrar a liquidez. Uma vez ado-

tado esse depósito, será possível evoluir para outras propostas que estão sendo discutidas nesta Casa de melhorar a relação de liquidez, adotando, por exemplo, um novo relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ministro, os depósitos voluntários entram na contabilidade da dívida bruta?

O SR. NELSON BARBOSA – Eles podem entrar ou não entrar, dependendo de você colocar ou não o Banco Central dentro da dívida pública. Nos países... No Federal Reserve e no Banco Central Europeu, creio que eles não entram na contabilidade da dívida pública. Mas eles podem entrar ou não, dependendo de como for definida a dívida pública pelo Banco Central brasileiro.

Com essa proposta, a principal vantagem para o Brasil é, primeiro, evitar que o Tesouro tenha que emitir títulos, em excesso o Banco Central colocar em carteira, e, ao ter isso, poder avançar em outras propostas que estão sendo discutidas aqui e por vários economistas de melhorar a relação entre o Tesouro e o Banco Central, por exemplo, fazer com que essa relação possa ser somente via títulos, que o Banco Central pague ao Governo via títulos e que o Governo pague ao Banco Central via títulos. Mas, para nós podermos avançar nessa direção, primeiro é preciso eliminar o que hoje é essa necessidade recorrente de o Tesouro ter que emitir títulos para o Banco Central poder fazer política monetária. Uma vez criado esse depósito voluntário, o Banco Central não vai mais precisar depender do Tesouro toda hora para títulos, e aí nós podemos ter uma relação mais equilibrada entre Banco Central e Tesouro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas esses depósitos à vista são os responsáveis pelo pré-custeio da agricultura. Esses depósitos voluntários seriam a mesma coisa?

O SR. NELSON BARBOSA – Não, não, esses depósitos voluntários... O depósito à vista... Não afeta os depósitos à vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não afeta.

O SR. NELSON BARBOSA – Isso é apenas como os bancos vão administrar a liquidez que eles têm no final do dia. Os depósitos à vista estão preservados, o direcionamento dos depósitos à vista para agricultura, o direcionamento da poupança para habitação, isso está preservado, Senador.

Pode passar.

Esta é uma alteração que também está no projeto de lei que nós entregamos ao Congresso Nacional: alterar a Lei nº 4.595/1964, de criação do Banco Central, incluindo, além das operações compromissadas naquele inciso XII, de operações de compra e venda de títulos públicos federais, também a possibilidade de recebimento de depósitos voluntários e remunerados.

Bom, o terceiro item de reforma estrutural, no caso da União, é criar o que nós estamos chamando de Regime Especial de Contingenciamento. É um regime que pode ou não ser utilizado pela União somente em situações de baixo crescimento, nos termos já previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em primeiro lugar, isso aqui é uma adaptação, uma extensão para a União de uma cláusula que já existe para Estados e Municípios. A LRF, se eu não me engano no art. 65, estabelece que, em caso de baixo crescimento – baixo crescimento é definido como o crescimento de menos de 1% nos últimos quatro trimestres –, os Estados podem ter o período de ajuste às metas da LRF prolongado por até duas vezes, então, o prazo de ajuste fica duplicado.

No caso da União, não se previu isso, porque quando a LRF foi promulgada, a principal preocupação naquele momento era ter um maior controle sobre as finanças estaduais e municipais, porque tinha acabado de ocorrer um grande refinanciamento de dívidas estaduais e municipais. No caso da União, naquele momento, havia muita liberdade para se alterar as metas fiscais, as metas poderiam ser alteradas por MP, as MPs eram prorrogadas. Então, não foi considerado necessário incluir uma cláusula como essa para a União.

Passados 16 anos, muito mudou e muito se avançou. Hoje, as ações orçamentárias têm que ser objeto de projeto de lei específico, têm que tramitar na CMO, então, nós achamos necessário também haver uma cláusula de baixo crescimento para a União. O que essa cláusula de baixo crescimento vai dizer? Pode passar. Ela vai, primeiro...

Desculpem. O que define esse baixo crescimento? É um crescimento menor do que 1% em quatro trimestres. Isso não é uma situação recorrente, mas é uma situação que, às vezes, acontece. Nos últimos 20 anos, ela aconteceu quatro vezes. Ela aconteceu ali na crise de 1999; ela aconteceu ali, muito temporariamente, em 2002; ela aconteceu durante a crise de 2008/2009 e está acontecendo agora. Então, nos últimos 20 anos, nós tivemos quatro episódios de baixo crescimento como definido pela LRF.

O que nós estamos propondo?

Quando isso ocorrer, que o Governo possa preservar do contingenciamento despesas consideradas essenciais e prioritárias. Por quê? Vários dos Srs. e das Sras Parlamentares conhecem isso melhor do que ninguém.

Quando se tem uma redução de receita, segundo a legislação atual, temos que cortar todas as despesas discricionárias, não importa sua natureza, no valor equivalente à redução de receita. Quando essa redução de receita é muito grande, isso, às vezes, implica que tenhamos que cortar as despesas essenciais, por exemplo, de custeio de universidade, de hospitais, de conclusão de investimentos que estão muito próximos de serem completados. Então, a ideia, nesse caso, é propor a inclusão de uma cláusula na LRF que diga que, em situações de baixo crescimento, e somente nestas situações, o Governo poderá preservar as despesas prioritárias e essenciais.

E, para fazer isso, o Governo vai ter que justificar. Isso não é um cheque em branco. O Governo vai ter que justificar por que essas despesas são essenciais e prioritárias nos seus relatórios. Por exemplo: vou preservar a conclusão da Ferrovia Norte-Sul. Por quê? Faltam 5% para terminar a Ferrovia Norte-Sul. É mais barato concluí-la agora do que parar e voltar a fazê-la daqui a dois, três anos. São as despesas de custeio das universidades, não são, por exemplo, expansão de novas unidades. Então, o Governo vai ter que justificar por que é essencial no seu relatório e, depois, enviar ao Congresso Nacional, ao final do ano, um relatório sobre o que foi preservado, o porquê, qual foi o custo e qual foi o benefício dessa preservação. Novamente, essa é uma prática que é adotada de diferentes formas em outros países do mundo, que fazem cortes de gastos, mas há cláusulas específicas para preservar os gastos considerados essenciais ou prioritários, principalmente quando a economia está em situação de baixo crescimento.

Pode passar.

Por fim, passando para a proposta de curto prazo – essas são as propostas de longo prazo, digamos, de reforma fiscal – colocar um limite para o crescimento do gasto e dar os instrumentos para o Governo cumpri-lo; criar um depósito voluntário remunerado no Banco Central, para dar mais instrumento para o Banco Central administrar a liquidez; criar o regime especial de contingenciamento para ser utilizado somente em caso de baixo crescimento com justificativa, transparência e prestação de contas para a população brasileira, através dos relatórios usuais que o Governo manda ao Congresso Nacional. Essas são propostas estruturais, de Estado, que valerão, se aprovadas, para este Governo, mas, sobretudo, para os próximos.

Agora, vou focar na situação atual, e, com isso, vou concluir a minha apresentação, agradecendo o tempo extra a mim concedido. Temos também uma questão imediata, porque, provavelmente, teremos o segundo ano de retração econômica no Brasil, e isso exige do Governo uma atuação mais ativa para estabilizar a renda e o emprego. As nossas previsões de receita têm caído e, com base nessas previsões de receitas e na meta atual faz-se necessário ou um aumento substancial de impostos ou um corte substancial de gastos discricionários, o que, neste momento da economia brasileira, pode, na verdade, prejudicar mais do que ajudar o esforço de estabilização do crescimento.

Neste momento que passamos, é vital que o Governo seja um agente de estabilização da economia. E é com esse espírito e com esse objetivo que estamos enviando – enviamos ontem – ao Congresso Nacional, uma proposta para ajustar nossa programação fiscal 2016. Essa proposta consiste dos seguintes ajustes que estão listados na tela e vou comentar um por um.

Em primeiro lugar, para cumprir a meta de R\$24 bilhões, tivemos que fazer um contingenciamento adicional de R\$21,2 bilhões. Isso eleva o contingenciamento previsto para este ano para cerca de R\$44 bilhões, trazendo a despesa discricionária para um nível, como coloquei antes, inferior ao verificado em 2010. Achamos esse corte excessivo, neste momento de retração de efetividade da economia brasileira, mas apresentamos esse corte como manda a meta vigente.

Em paralelo a isso, estamos solicitando ao Congresso Nacional como alteração da meta de R\$21,2 bilhões para R\$2,8 bilhões, de modo que o Governo possa, se o Congresso Nacional assim concordar, reverter esse corte que foi anunciado recentemente e, com isso, preservar principalmente as despesas essenciais de investimentos, de programas sociais e de custeio de saúde e educação.

Em segundo lugar, a evolução das receitas, e hoje à tarde será anunciado o relatório do Tesouro Nacional do mês de fevereiro... A Receita já anunciou o resultado de fevereiro, e houve uma frustração de receita em relação ao projetado, em relação ao previsto na LOA, somente em fevereiro, de quase R\$8 bilhões. O desempenho da economia tem afetado o lucro das empresas, os salários das famílias e a arrecadação da União. Então, diante dessa frustração de arrecadação, nós estamos solicitando a possibilidade de reduzir a meta. Se algumas receitas não se materializarem, que isso possa ser absorvido via redução da meta e não via corte adicional de gastos ou via aumento adicional de outros impostos. Em qual valor? Em R\$40,3 bilhões da receita administrada, da receita tributária, e em R\$41,7 bilhões da chamada receita não administrada, as receitas de concessão, as receitas de dividendos. Então, a maior parte da redução que estamos propondo na meta deste ano consiste de uma redução por frustração de receitas: R\$40,3 bilhões de receita tributária e R\$41,7 bilhões de receitas não tributárias, num total de R\$82 bilhões.

Srs e Srs. Senadores, a maior razão para nós pedirmos uma redução na meta fiscal de 2016, uma reprogramação, é o comportamento da receita esperada para este ano. Como falei, o Governo tem um controle maior, ainda que limitado, sobre seus gastos, mas, sobre as nossas receitas, nós temos projeções. Quando essas projeções não se verificam, é necessário cortar mais gastos ou aumentar a receita ou alterar a meta de resultado. Na situação atual da economia brasileira, nós não achamos adequado aumentar demasiadamente a arrecadação porque isso pode empurrar a economia mais para baixo. Nós também não achamos adequado cortar muito mais os gastos do que já foram cortados porque isso também pode empurrar a economia mais para baixo. Então, é melhor que a União absorva essa frustração de receita temporariamente e, em paralelo, atue naquelas medidas de médio e longo prazo de reforma fiscal, que vão gradualmente melhorar as finanças públicas.

Do lado do gasto, nós também estamos pedindo uma autorização ao Congresso Nacional para poder destinar recursos para alguns programas, se isso for necessário. Nós estamos pedindo a possibilidade de destinar até R\$3 bilhões para os gastos com saúde, de modo a fortalecer programas como o atendimento de procedimentos de média e alta complexidade e programas de assistência básica.

Nós estamos também propondo poder destinar até R\$9 bilhões para investimentos. Nesse caso, é para investimentos em andamento, não é para começar investimentos novos; é para concluir as obras que já estão em execução no Brasil, principalmente as obras do PAC, as obras de transporte, as rodovias, as ferrovias, as obras de integração do São Francisco, as obras dos aeroportos, as dragagens dos portos e as obras de saneamento básico e desenvolvimento urbano. É uma autorização para que o Governo possa completar as obras do PAC que já estão em andamento.

Em terceiro lugar, uma dedução para gastos com defesa em até R\$3,5 bilhões. Nós temos vários programas de defesa que envolvem desenvolvimento tecnológico e também geração de empregos. Há programas estratégicos, como o programa de lançamento de satélite – nós temos que aproveitar a janela que foi disponibilizada para o Brasil lançar o seu satélite. Há programas de desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento do cargueiro por parte da Embraer, o programa de desenvolvimento dos caças, que vai trazer tecnologia e empregos para o Brasil. Há o programa de submarinos, o programa dos veículos militares. São programas que têm importância estratégica do ponto de vista tecnológico, têm importância estratégica para a geração de empregos e, do ponto de vista financeiro, eu queria enfatizar que esses programas, por envolverem em sua maior parte colaboração com organismos internacionais, eles são objeto de contratos com outros países, e esses contratos preveem que eles podem ser atrasados, mas, se eles forem atrasados, se pagam juros e multas muito elevados. Então, adiar a execução desses programas acaba saindo mais caro do que executá-los no cronograma previsto. É por isso que estamos também propondo que o Congresso dê autorização para serem executados até R\$3,5 bilhões em gastos de defesa.

Por fim, nós queremos resolver mais uma pendência.

Desde que eu assumi o Ministério da Fazenda, tenho procurado resolver pendências que, por variados motivos, alguns dos meus antecessores não resolveram. A lei de mudança da dívida, do indexador da dívida de Estados e Municípios foi aprovada em 2013. Em 2014, o Governo pediu para adiar isso para 2015. Em 2015, o Governo pediu para adiar isso para 2016. Pois bem. Em 2016, eu não estou pedindo para os senhores adiarem isso; eu já estou fazendo a mudança dos indexadores da dívida dos Estados e Municípios.

Na questão dos passivos apontados pelo TCU, das transferências do Governo, pagamento de equalização de taxas de juros aos seus bancos públicos, essa é uma discussão que começou em 2014 e o Governo não resolveu isso em 2014. Em 2015, ao tomar posse no Ministério da Fazenda, eu fiz questão de fazer os pagamentos apontados pelo TCU para também resolver essa situação que já se arrastava há dois anos.

E tem mais uma situação que já se arrasta há alguns anos. Em 2014, não foi pago o FEX 2014. Então o FEX 2014, principalmente os Senadores dos Estados exportadores conhecem isso melhor do que eu, o FEX 2014 foi pago em 2015. E este ano está programado, em 2016, está programado pagar o FEX 2015 e não está programado o FEX 2016. Então eu também estou propondo ao Congresso Nacional que autorize que a gente coloque uma dedução para poder regularizar essa situação do FEX, pagar neste ano o FEX 2015, que está atrasado, e pagar o FEX também de 2016. Com isso nós resolvermos mais uma pendência, não deixamos problemas para os orçamentos seguintes e, o mais importante, essa é mais uma forma com que a gente pode auxiliar os Estados, cumprindo as obrigações da União neste momento em que vários Estados têm dificuldade financeira em pagar sua folha ou cumprir seus projetos de investimento.

Considerando todas essas medidas, o máximo que pode acontecer é uma redução do resultado da União do atualmente previsto na LDO, de R\$24 bilhões – próximo, por favor; esse eslaide não ficou bom – para R\$96 bilhões. Esse é o máximo que pode acontecer. Se todas essas prerrogativas forem utilizadas, a União pode ter um resultado negativo de até R\$96,6 bilhões neste ano. É um resultado que não é confortável, é um resultado que não deixa o Governo satisfeito, mas é um resultado que, num momento de retração no nível de atividade

econômica, é necessário para que o Governo possa atuar para estabilizar a economia, é necessário para que o Governo possa manter os programas essenciais tanto de custeio como principalmente de investimento e é um resultado necessário para que o Governo possa prestar neste momento o auxílio que os Estados precisam.

Mas esse, e eu gostaria de terminar com essa colocação, não é simplesmente um pedido de alteração e flexibilização do resultado fiscal como foi feito nos últimos anos. Esse é um pedido que está sendo feito no início do ano, ao invés de ser feito no final do ano, para dar transparência e previsibilidade ao que pode acontecer e principalmente é uma solicitação que estamos fazendo ao Congresso Nacional em conjunto com reformas de longo prazo. No âmbito estadual, para que os Estados adotem regras que vão possibilitar que eles controlem melhor a sua folha de pagamento e reequilibrem sua previdência e, no âmbito da União, com reformas fiscais que vão colocar um limite para o crescimento do gasto. Essa é uma flexibilização fiscal que nós estamos pedindo, ao mesmo tempo em que nós estamos propondo regras de longo prazo para que essa flexibilização não seja desperdiçada, como foram desperdiçadas outras flexibilizações no passado. Que essa flexibilização seja parte de um processo que inclui também uma reforma fiscal de longo prazo que vai garantir que o crescimento se recupere, e se recupere de forma duradoura, que ele seja compatível com a redução da dívida pública mais à frente e com o controle e com a redução da inflação.

Muito obrigado pela paciência dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Ministro Nelson Barbosa.

Nós temos dez Senadores e Senadoras inscritos, e pergunto ao Plenário se podemos fazer como fizemos na audiência pública passada: de três em três Senadores, o Ministro responde. Se precisar de algum esclarecimento adicional, teria a palavra novamente. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, os três primeiros Senadores a fazer pergunta são o Senador Ricardo Ferraço, Humberto Costa e Wellington Fagundes.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, para uma preliminar. Está programada, após este diálogo com o nosso Ministro Nelson Barbosa, uma reunião ordinária.

Não nos parece mais adequado que a gente deveria fazer esse debate com o Ministro Nelson Barbosa com calma e deixar essa sessão ordinária para a próxima terça-feira para que a gente não se submeta à pressa e isso prejudique a importância da presença do Ministro da Fazenda?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, nós não faríamos com nenhuma pressa, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Já são 11h40!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, nós ouviríamos todos os Senadores, daríamos todas as respostas e, ao final, é uma pauta curta, são alguns requerimentos que solicitaram incluir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – São operações de crédito...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Uma operação de crédito e uma extensão de prazo de operação de crédito. Eu acho que a gente tem condição de avaliar na sequência da reunião. V. Exª com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ministro Nelson Barbosa, V. Exª dispõe de um denso e robusto currículo acadêmico em prestigiadas instituições não apenas do Brasil, mas também do exterior. É, portanto, um quadro qualificado tecnicamente, para chegar aonde chegou.

Não tem apenas uma robusta vida acadêmica, tem também uma vida no governo brasileiro já há muitos anos. V. Exª está no governo desde 1994, salvo melhor juízo, no Banco Central, esteve no BNDES, foi Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Ministro do Planejamento e, finalmente, Ministro da Fazenda. Portanto, V. Exª percorreu uma longa trajetória, não apenas acadêmica, mas também profissional. É, portanto, V. Exª protagonista dessa – me perdoe – tragédia que nós estamos assistindo no nosso País.

Para chegar até aqui, nós não chegamos de qualquer maneira. Foram anos de equívocos e de opções políticas na linha de orientação econômica que se traduzem num quadro dramático vivido pela economia brasileira.

É admirável, evidentemente, o equilíbrio com que V. Exª coloca, do ponto de vista técnico e teórico, essa estruturação dividindo, inclusive, as ações de curto prazo das ações de longo prazo, dando um sentido de emergência e não misturando as duas estações, tendo em vista as necessárias mudanças que o Estado brasileiro precisa fazer.

Mas eu não tenho como discordar que tudo isso me parece absolutamente insuficiente. Eu ainda acho, sinceramente – me perdoe a franqueza – que o Governo está dissimulando o enfrentamento da brutal crise que vive o Estado brasileiro. É como escreveu, dia desses, *The Economist*, o Governo parece brincar, dançando

à beira do precipício. V. Ex^a, como nosso Ministro da Fazenda, do Estado brasileiro, faz uma série de projeções, mas nós precisamos olhar para o passado recente. E o passado recente não dá a esse Governo credibilidade para que possamos acreditar nesse plano teórico.

Ora, nos últimos anos, o Governo da Presidente Dilma elevou em 30 pontos percentuais a dívida bruta do Estado brasileiro! Nós estamos, hoje, na faixa de 70% e há muitos analistas do mercado achando que, com esse “mais do mesmo”... Por que eu digo “mais do mesmo”? Porque o tamanho da complexidade da crise brasileira está para além do Ministério da Fazenda! Exige ação de governo e não há unidade no Governo!

V. Ex^a fala na necessária reforma da Previdência. Só V. Ex^a fala nisso. O Ministério da Previdência não fala nisso. Os demais ministérios não falam nisso. Essa reforma que estava prometida para vir para o Congresso não se tem notícia. E todos nós sabemos que a situação é dramática.

Então, diante desse quadro, o que temos hoje aqui no Congresso brasileiro para enfrentamento da crise?

V. Ex^a pede que acreditemos na perspectiva e na possibilidade de que o Governo brasileiro vá, finalmente, colocar um limite nas chamadas despesas vinculadas, nas despesas obrigatórias, mas não sequer unidade dentro do Partido da Presidente da República para fazer esse enfrentamento! Na prática, estamos assistindo ao empurrar para frente. É como se diz no dia a dia: o Governo está “barrigando” essas questões. E a cada semana, e a cada mês, não apenas a crise se acelera, mas a perspectiva para frente se traduz numa brutal desconfiança na possibilidade de este Governo reverter a realidade – sejamos aqui sinceros – que ele mesmo construiu. Como se diz na linguagem do povo, o Governo construiu uma casa de caboclo para ele mesmo, deu um nó muito bem dado. Foram anos de equívocos, a meu juízo, para chegar até aqui.

Quer dizer, a perspectiva de que possamos, em 2018, ultrapassar a casa dos 80% da dívida bruta em relação ao PIB está posta, porque tudo o que precisamos fazer depende inicialmente de muita unidade por parte do Governo e de seus aliados, e tudo o que nós não temos hoje é unidade no Governo e entre os aliados. Não há como desconhecer que nós estamos vivendo um *impeachment* no Congresso brasileiro, e todas essas medidas com as quais V. Ex^a sinaliza – a meu juízo, absolutamente insuficientes – necessitam de unidade e apoio político, e esse apoio político não existe no Congresso e não existe na sociedade brasileira. De novo, sejamos aqui sinceros: V. Ex^{as} estão colhendo aquilo que plantaram ao longo desse período todo.

A única proposta do Governo que temos aqui para deliberar – não no Senado, ainda na Câmara – vem depois de termos tido um rombo de R\$111 bilhões em 2015. O Governo pede que o Congresso autorize, de novo, um rombo de até – no limite – R\$97 bilhões em 2016, acreditando que esse rombo será menor em função do corte, anunciado na semana passada, de R\$21,2 bilhões.

Quer dizer, olhando para trás é difícil imaginar que o Governo vá cumprir alguma coisa. Então, estamos, na prática, diante de um rombo de R\$120 bilhões em 2016 em cima de um rombo de R\$111 bilhões em 2015. Quer dizer, o que o Governo professa pelo seu discurso não professa em sua prática política e em sua orientação econômica. O Governo está sinalizando, neste mesmo projeto em que pede autorização para gastar, como se estivesse cumprindo a meta fiscal: “Congresso, me autorize a gastar, que ainda assim eu vou gastar para além daquilo a que me comprometi há pouquíssimos meses ou semanas. Mesmo gastando além do que eu devo, do que eu posso, eu vou cumprir a meta fiscal.” Esta é a única proposta que nós temos aqui: o Governo pedindo autorização para gastar mais. Isso é mais do mesmo o tempo todo. Foi isso o que nos trouxe até aqui. Esse nó górdio que ata o Brasil é produto disso.

A realidade é dramática para o povo brasileiro. Nós estamos vivendo a pior realidade da nossa história republicana, uma recessão acumulada só vista em 1901, pior do que a crise de 1930. Nós temos hoje pelo menos 10 milhões de brasileiros desempregados, e um pai de família desempregado, uma mãe desempregada ou um jovem chegando ao mercado de trabalho desempregado é alguém com sua autoestima muito baixa.

Em 2015, 100 mil estabelecimentos comerciais fecharam as suas portas e 4,4 mil indústrias fecharam no Brasil, e o Governo, parece-me, assiste a isso tudo como se isso não tivesse a gravidade que tem e, de novo, somos chamados a confiar num plano teórico de um Governo que não consegue organizar essas mudanças e essas transformações sequer dentro do Partido hegemônico da Base política, que é o Partido dos Trabalhadores.

Isso porque temos V. Ex^a defendendo a reforma previdenciária e temos o Partido dos Trabalhadores dizendo que não há necessidade de fazer essa reforma previdenciária ou que essa reforma pode ser adiada, postergada.

Então, eu não tenho, na prática, uma pergunta para fazer a V. Ex^a. Eu quero dar esse depoimento de quem está, no dia a dia, convivendo com o drama do cidadão brasileiro, das pessoas que olham para a crise com enorme preocupação e indignação, mas que estão olhando, assim, com muita incerteza e com muita desconfiança para esse Governo, por tudo que esse Governo construiu até aqui. Quem fez o que fez até aqui, num ambiente como este...

O partido do Vice-Presidente está se desligando do Governo hoje. Se o Governo não se entende com a sua base, como é que vai se entender com a sociedade brasileira? Sim; porque o País definiu quem deveria ser

governo e quem deveria ser oposição, e a população definiu que vocês deveriam ser governo. Vocês são governo e vocês construíram um drama muito complexo para a sociedade brasileira.

Eu tenho respeito por V. Ex^a, que tem, de fato, uma carreira meritória, mas os fatos se apresentam com muita contradição em relação a esse pouso suave, a esse *soft landing* que V. Ex^a faz aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. É como se nós não estivéssemos com a nossa casa pegando fogo.

Então, não é uma pergunta, Sr^a Presidente, mas uma reflexão sobre esses equívocos todos que fizeram o Governo chegar até aqui – ou, se não houve equívoco, por que chegou? – e, ainda, imaginar o que o Governo vai fazer para construir base política e confiança para que nós possamos sair desta quadra dramática, inclusive neste ambiente em que nós estamos.

O Congresso brasileiro está deliberando sobre o *impeachment* do Governo de V. Ex^a. Como, num ambiente como este, construir unidade para implantar, ainda que insuficiente, essas reformas que V. Ex^a apresenta aqui?

Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Ricardo Ferraço, autor do requerimento, razão pela qual teve um tempo maior, de 13 minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero passar a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de dizer que, de fato, nós cometemos erros, especialmente ao longo desses últimos quatro anos. Talvez tenhamos exagerado na renúncia das nossas receitas, na concessão de desonerações; tenhamos errado em outras ações no sentido de uma necessidade de maior controle da situação fiscal no nosso País. Porém, esquecer que nós estamos vivendo, desde 2008, uma crise internacional que quebrou economias tão sólidas como a nossa, ou ainda mais sólidas, é, na verdade, uma tentativa de falsear a realidade.

Outra coisa que eu acho importante, na medida em que há no Brasil, hoje, em curso um golpe para colocar um novo governo na Administração federal, é que os artífices desse golpe parem de simplesmente criticar e digam o que querem fazer ou o que poderiam fazer se no Governo estivessem. Nós já estamos cansados dessa crítica. O povo brasileiro não se alimenta de críticas; nós queremos uma solução.

O Governo está apresentando uma proposição para envolver vários pontos críticos do momento que nós estamos vivendo hoje: o caso da situação dos Estados, o caso da necessidade de retomada do equilíbrio fiscal; porém, sem sacrificar ainda mais a população, a garantia de programas sociais.

Eu tenho visto aí propostas mirabolantes para o Brasil, pontes para o futuro que defendem, por exemplo, cortes nos gastos sociais; defendem, por exemplo, que o Governo tire dos pobres boa parte das conquistas que eles obtiveram até agora.

Portanto, até para justificar a posição que têm de derrubar o Governo, os que pensam assim têm que começar a dizer à sociedade brasileira o que propõem para essa quadra política que estamos vivendo hoje.

Segundo, dirijo-me ao Ministro para fazer algumas perguntas que pretendo fazer rapidamente: pergunto a V. Ex^a se considera que esse movimento que está sendo feito agora e que aponta para uma mudança de quadro no que diz respeito ao aumento das exportações e de substituição das importações é algo efetivamente sólido que aponte para o início de um caminho de recuperação econômica, o que já aconteceu em outros momentos, ou seja, esse caminho sendo o início dessa mudança.

Em segundo lugar, pergunto sobre a repatriação. Estamos falando aí de recursos, estamos falando de metas orçamentárias, enfim, e o Governo fez um registro de recursos que espera arrecadar com a repatriação, alguns acham que é subestimado. Pergunto a V. Ex^a se a avaliação permanece a mesma, se há uma expectativa de crescimento, se há uma expectativa de redução no que diz respeito a esses recursos.

O terceiro ponto é que o Governo colocou, e colocou claramente, que um dos pilares para essa retomada do crescimento é o tema das concessões. Então, é sempre importante para nós, aqui, sabermos em que ponto, em que pé estão as concessões que foram anunciadas há um ano. É um programa de concessões, um programa de infraestrutura logística, com várias propostas de concessões, e estamos aí há um ano e não...Gostaria de saber qual é o cronograma, o que está previsto efetivamente.

Por fim, sei que não é especificamente tarefa do Ministério, mas também não deixa de ser: V. Ex^a analisa, diante desse novo cenário, com uma queda consistente da inflação, que o Banco Central vá ter uma posição mais conservadora nessa política de elevação dos juros com objetivo de conter a inflação? Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, Ministro Nelson, para mim é uma oportunidade falar aqui logo após o companheiro Ferraço e também o Líder do Governo no Senado, Senador Humberto Costa.

Nesses 25 anos que aqui estou, já tive oportunidade de presenciar algumas crises, principalmente o *impeachment* do Presidente Collor, depois a assunção do Itamar; o Governo Fernando Henrique com o momento da sua crise, quando também, na Câmara dos Deputados, analisamos a questão do *impeachment*; e, agora, uma nova crise. Claro – e eu já disse aqui em outras oportunidades –, a única vez que temos duas crises acumuladas: uma crise política, como já tivemos no Governo Collor, e uma crise econômica, como já tivemos no passado. Mas, agora, repito, temos duas crises acumuladas. É claro que isso traz uma preocupação muito maior a todos nós.

Sem dúvida nenhuma, a crise política acaba agravando a crise econômica, porque tudo que se procura decidir... Claro que o equilíbrio que o Ministro mostrou aqui, com a busca de alternativas, vai refletir as decisões que tomarmos aqui no Congresso. Por isso, entendo que agora, mais do que nunca, é hora de todos nós termos o equilíbrio e a responsabilidade de buscar os caminhos para resolver essas duas crises.

Eu vejo com uma certa boa expectativa. Ministro, o senhor vir aqui com tranquilidade, ainda porque, se a equipe econômica entrar no clima de nervosismo da crise política, a coisa realmente desanda completamente.

Então, em relação a essa proposta que V. Sª traz aqui, acho é obrigação do Governo buscar alternativas. E caberá a nós aqui, com equilíbrio suficiente, analisar e até propor alguma coisa que possa aperfeiçoar aquilo o Governo, através do Ministério da Fazenda, está trazendo para nós.

Claro que a questão política vamos discutir. E aí, Presidenta Gleisi, sempre entendi que o *impeachment* é uma previsão constitucional, portanto é um processo democrático. Aliás, esta semana, eu tive oportunidade de assistir a sessão do *impeachment* do Presidente Fernando Henrique, e, por incrível que pareça, parece que se repete tudo ao contrário, inclusive as falas daqueles que eram a favor do *impeachment* e as falas daqueles que eram contrários ao *impeachment* naquele momento.

Mas o certo é que, felizmente, naquele momento, o País entendeu que o caminho do *impeachment* poderia ser mais prejudicial ao País.

Nós vamos analisar no momento certo... Aliás até muitos... O nosso Partido já disse, eu sou um Parlamentar moderado e penso que nem tanto ao céu nem tanto ao mar. E teremos que, se aqui chegar ao Senado, analisar o melhor caminho para proporcionar principalmente à população brasileira perspectivas, com o V. Sª traz aqui hoje nessa apresentação.

Quero aqui, como Parlamentar do Mato Grosso, do Centro-Oeste, fazer uma pergunta. Se fala muito hoje do índice de sonegação no Brasil, que é muito grande e que, se o Governo não tomasse essas medidas, talvez não precisaria estar fazendo mais pacotes para aumentar carga tributária. Ou seja, melhorar a eficiência na arrecadação.

Essas providências, Ministro, estão verdadeiramente sendo tomadas? O que falta para que com essa possibilidade o Governo consiga chegar a um patamar satisfatório?

Aqui se falou muito das desonerações. É claro que a gente percebe, não apenas em nível de Governo Federal, mas em nível de governos estaduais... O meu Estado, por exemplo, vive hoje uma CPI das desonerações, porque, em princípio, dadas as desonerações de forma indiscriminada.

É isso mesmo? Eu gostaria que V. Sª falasse um pouco sobre essa questão do impacto das desonerações. O que foi bom para o Brasil em termos de desoneração e o que o Governo entende que foi maléfico. O que precisa ser corrigido em termos das desonerações?

Aqui também foi colocada a questão do FEX. É uma luta que a gente vem travando, principalmente a Bancada do Centro-Oeste, em especial a Senadora Lúcia Vânia, que é de Goiás, o Senador Blairo, com quem trabalhei nessa questão. E conseguimos, como foi dito pelo senhor aqui, o pagamento de 2014, no ano passado. Agora, depois de várias audiências, inclusive com a própria Presidente Dilma, mostramos a importância do FEX para os Estados produtores, como é o caso de Mato Grosso e do Centro-Oeste brasileiro como um todo.

Então, nós do Centro-Oeste queremos analisar realmente essa proposta porque isso representa uma possibilidade de recursos para fazer com que o setor, que está dando resposta efetiva ao Brasil, possa continuar respondendo com mais produção, mais produtividade, mais compra de equipamento, mais geração da indústria brasileira, enfim.

Quero trazer, neste aspecto aqui, o meu entusiasmo pela cobrança que fizemos e a sensibilidade que o Governo está tendo neste momento, porque, para o Mato Grosso, isso representa 800 e tantos milhões de reais. E olhem, eu sou um Parlamentar que no Mato Grosso sou oposição. Aliás, estive em palanque oposto, mas nunca fiz uma crítica ao Governador Pedro Taques, que tem uma posição firme de oposição ao Governo Federal.

Eu, como Parlamentar, não poderia estar aqui, mesmo neste momento de crise, dizendo: "Não. Não mande o dinheiro para o Mato Grosso, porque vai ajudar o adversário".

Não, muito pelo contrário. Queremos que o recurso chegue aos Estados, principalmente no caso de Mato Grosso, porque ele também vai, em grande parte, para o Governo do Estado e, em outra grande parte, para as prefeituras.

Aliás, tivemos audiência com o Presidente da AMM, o Prefeito Neurilan Fraga, que representa todas as prefeituras. Portanto, esse recurso será fundamental para o que tanto falamos na campanha, que é o Pacto Federativo.

Então, quero trazer aqui o meu apoio nesse aspecto, porque realmente as prefeituras dos Estados produtores precisam desses recursos, pois o nosso maior problema é a questão da infraestrutura – pontes, as estradas vicinais –, para que esse produto, produzido em regiões tão distantes, como a do Araguaia, das novas fronteiras agrícolas, possa chegar.

Assim, a forma de se fazer essa infraestrutura mínima é através desses recursos para os nossos Estados. Essa é a minha observação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Por certo, temos opiniões divergentes sobre a oportunidade do *impeachment*, mas discutiremos isso em lugar apropriado.

Antes de conceder a palavra ao Ministro, gostaria de comunicar que estamos recebendo perguntas pelo *e-mail*, pela participação das pessoas nesta audiência pública, que é interativa.

Já temos algumas perguntas. Queria ler a primeira, que se trata de uma série de comentários, que penso ser importante deixar registrada.

Vamos lá. É da Ana Flávia Baranski. Ela diz o seguinte: “Ministro, eu te acho o máximo. Um dia, quero conhecê-lo pessoalmente”. (*Risos.*)

Aí, a sugestão dela:

Conter o aumento dos salários dos funcionários efetivos, cortar adicionais, dar um tempo na contratação de comissionados, derrubar os juros, fazendo com que eles alcancem a alíquota de 2%, diminuir os impostos incidentes sobre a água e energia em 30%, e aumentar a concessão de microcréditos para as pessoas físicas e jurídicas. Proponho os seguintes valores para as pessoas físicas, MEI e pequenas empresas: pessoas físicas: R\$15mil; MEI: R\$35.000,00; pequenas empresas, agricultores pecuaristas, aquicultores e pescadores: R\$70.000,00. Não precisa ser economista para saber que, para haver crescimento, é preciso injeção de dinheiro para a base do mercado interno. Até o presente momento, houve mais retirada de dinheiro do que injeção de dinheiro. O povo é quem sustenta o Governo, e não o contrário. Para que ele tenha ânimo de continuar sustentando o Governo, é preciso investir no povo.

Então, esse é o comentário. Depois, temos três perguntas, que as passo na próxima palavra.

Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado. Vou começar pelo Senador Ferraço.

Senador Ricardo Ferraço, agradeço os comentários de V. Exª sobre a minha pessoa. Já temos também, nesse longo histórico mencionado por V. Exª de minha atuação no Governo, atuado juntos em várias coisas, que considero de forma construtiva.

Entendo perfeitamente a sua ansiedade, angústia e seu sentimento de urgência, mas quero dizer que todos nós partilhamos disso. Tenho colocado em várias palestras e também nos debates internos que devemos agir com a urgência necessária, mas com a seriedade, que é preciso, por parte da equipe econômica.

Devemos ser um agente de estabilização. Temos adotado, como coloquei aqui, algumas propostas que, a meu ver, não são iguais às adotadas no passado. Não são uma simples repetição do que foi adotado no passado.

Temos procurado colocar, sim, a flexibilização necessária, para que o Governo possa atuar neste momento – como V. Exª mesmo reconheceu –, que é único. O Brasil não tem dois anos consecutivos de retração no nível de atividade desde o século passado.

Então, esta não é uma situação usual, mas temos de fazer isso de um modo diferente do que foi feito no passado, em que se solicitava alterações fiscais no final do ano e, depois, não se tomavam iniciativas estruturais, para que aquilo não se repetisse.

Por isso, estamos tendo o cuidado de apresentar tanto questões de curto prazo, quanto questões estruturais. E a Previdência é uma questão importante. Ela é mencionada por V. Exª.

A questão da Previdência é importante para o Governo. Há visões diferentes, obviamente, dentro da base do Governo, assim como há visões diferentes dentro da base de outros partidos.

Nós temos seguido um cronograma nesse aspecto. Foi criado o fórum de discussões, se não me engano, encerra-se na próxima semana. O Governo colocou sete temas para ouvir a sociedade. Esses sete temas vão resultar em críticas, sugestões e, a partir disso, o Governo vai formular sua proposta e encaminhar ao Congresso no tempo adequado.

Como o senhor mesmo colocou, vivemos também um tempo político mais turbulento, mas isso permanece como item da agenda do Governo. Sabemos que há pontos a serem esclarecidos. Eu diria que há uma concordância em preservar aquele que é o principal programa social no Brasil e no mundo, que é a Previdência Social. Obviamente, há diferenças de como fazer isso, tanto em termos de medidas como em termos de velocidade, e nós vamos procurar construir esse consenso.

Este momento que nós passamos, mesmo diante de turbulências políticas e de uma dificuldade maior econômica, é o momento em que o Governo como um todo, e a equipe econômica em especial, não deve nem pode ficar paralisada. É dever da equipe econômica continuar apresentando as propostas que nós achamos adequadas para resolver os problemas do Brasil, nas velocidades em que cada proposta pode tramitar.

O senhor fala da questão da credibilidade. Entendo perfeitamente sua crítica, mas a credibilidade vem com o resultado, nada fala mais alto do que o resultado. Nesses três meses em que temos atuado no Ministério da Fazenda, nós procuramos resolver o pagamento dos passivos do TCU; nós regulamentamos a mudança do indexador de dívidas dos Estados e Municípios; em três meses, construímos uma proposta de auxílio aos Estados, também de reforma fiscal, que envolve até a previdência estadual; construímos uma proposta de colocar um limite para o gasto. Temos apresentado resultados que são possíveis apresentar neste momento. Como a maior parte das iniciativas que temos que adotar hoje – e acho isso bom – são iniciativas que envolvem o Parlamento, porque isso é uma democracia avançada, existe um limite ao que o Governo pode fazer através de decretos e portarias. A maior parte do que o Governo pode fazer exige lei, exige Constituição e exige o Parlamento. Então, no que nos cabe, estamos atuando com a urgência necessária, mas também, como colocou o Senador, procurando atuar com a serenidade necessária e com o respeito que a população brasileira merece. É por isso que nós optamos, diferentemente do passado, em já apresentar, no início do ano, a nossa proposta fiscal, a nossa proposta de meta, qual é o mínimo que pode ser feito, para que isso pode ser utilizado, e criar um compromisso de que, se isso for utilizado, se o Congresso assim concordar e nos der essa permissão para atuar mais rapidamente para estabilizar a economia, obviamente, vamos prestar contas de tudo que será feito nisso.

Na pergunta do Senador Humberto, com certeza, Senador Humberto, há hoje um consenso de que algumas desonerações foram longe demais e que esse momento não é o momento de insistir em desonerações. Eu creio que as desonerações em alguns pontos são necessárias, como houve uma desoneração para a cesta básica, para transporte público. Acho que esse tipo de desoneração é necessária. Agora, existem outras desonerações que não são o principal instrumento para promover o desenvolvimento, seja regional, seja tecnológico. Nesse caso, ao invés de tentar fazer uma iniciativa via instrumento tributário, é muito melhor tomar essa iniciativa através de um instrumento orçamentário, através de uma transferência de recurso. Em vez de baixar o imposto de determinada atividade, de determinada firma, para que ela faça algo, é muito mais transparente e adequado ter um programa de incentivo em que a pessoa, para obter aquele incentivo, tenha que preencher algumas condições e prestar contas à sociedade. A política tributária, quanto mais simples e mais igualitária ela for, melhor para o funcionamento da economia. Isso obviamente não impede que o Governo atue para incentivar setores, para incentivar alguns grupos da sociedade, mas atue através do Orçamento, que é mais transparente, no qual é possível prestar contas com maior facilidade e maior objetividade.

O senhor menciona e eu concordo que vivemos uma situação que tem fatores domésticos importantes, mas também tem fatores internacionais que não podem ser desprezados, como a recente queda de preços de *commodities*.

Também é bom lembrar que, no ano passado, a estiagem acabou levando a um aumento muito forte nos preços de energia, que pressionou bastante a inflação no ano passado e, agora, com a normalização do regime de chuvas, está contribuindo para trazer a inflação para baixo.

Então, esse é um fator também que independe de política econômica ou da orientação do Governo. Ele é um fator climático.

O aumento das exportações, neste momento, é o fator que está contribuindo para o crescimento. Temos colocado que o primeiro fator de recuperação no crescimento da economia brasileira é o aumento do nosso saldo comercial, que começou no ano passado.

Isso é bom. Já está dinamizando alguns setores. Já está beneficiando principalmente o agronegócio e alguns setores industriais, mas a economia brasileira, devido a sua dimensão continental ou o comércio exterior sozinho, não é capaz de puxar a economia da atual situação de nível de atividade mais baixo. É crucial dizer que a maior parte das coisas produzimos e vendemos é feita para os próprios brasileiros.

Então, é vital recuperar o investimento e o consumo. Para isso, temos adotado algumas medidas de normalização da oferta de crédito, de promoção de investimento e, principalmente, com essas ações que estamos propondo neste momento, de permitir que o Governo complete as obras que estão em andamento, vai dinamizar os investimentos, vai gerar emprego de uma forma descentralizada no Brasil inteiro, de forma que o Governo, ao pagar as suas contas, completar uma obra de estrada, aquele empreiteiro vai pagar os seus funcionários, dinamizar o comércio local, gerar aquele efeito multiplicador regional que vai ajudar o desempenho da economia.

Assim, a recuperação do comércio exterior é uma primeira marcha da recuperação do crescimento. Ele é importante e vital, mas insuficiente para uma economia do tamanho do Brasil. Temos de engatar a segunda marcha: recuperar o crescimento. É para isso que estamos pedindo a autorização do Congresso Nacional.

Em recuperando o investimento, com a queda da inflação e a normalização das contas públicas, a confiança dos consumidores e dos empresários vai restaurar-se, e o consumo pode começar a crescer em bases mais sustentáveis e iniciar o novo ciclo de desenvolvimento positivo tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social de redução de desigualdade.

No caso da repatriação, na proposta de lei orçamentária, foi colocada uma estimativa de R\$21 bilhões de receita tributária, o que, na taxa de câmbio da época, significava R\$5 bilhões. Grosso modo, significava, como o Governo esperava arrecadar cerca de um terço, uma expectativa de entrada de US\$15 bilhões de dólares, por conta da repatriação.

Na verdade, repatriação não é um nome adequado. É a regularização. A pessoa não precisa necessariamente trazer o recurso, mas só precisa declará-lo.

A lei foi regulamentada recentemente. No dia 4 de abril, a próxima 2ª feira, o formulário vai estar no *site* da Receita, para as pessoas começarem a fazer as suas declarações.

O mercado tem expectativas muito maiores do que a nossa. O mercado espera receitas... A expectativa mais alta que ouvi foi de R\$80 bilhões. Acho essa receita, com toda a sinceridade, um pouco elevada, mas, diante das expectativas que o próprio sistema financeiro nos coloca, está havendo no mundo um movimento de maior fiscalização.

Os próprios países avançados, países onde as pessoas têm conta, os próprios paraísos fiscais estão exigindo mais comprovações, mais documentos e regularização por parte dos seus depositantes. Isso está também forçando uma maior repatriação.

Então, nós elevamos, no último decreto, a estimativa de receita para o Governo de repatriação de R\$21 bilhões para R\$35 bilhões, com base nessa estimativa de mercado. É uma receita que esperamos que vai ocorrer, principalmente no segundo semestre, lembrando: a lei especificava que, a partir da regulamentação, havia 210 dias.

Assim, esse prazo vai até o final de agosto. As pessoas vão ambientar-se, contactar os escritórios de advocacia, e esse processo deve ocorrer de uma forma crescente. Prevejo que a maior parte dos recursos devam entrar provavelmente a partir de meados do ano.

Na questão das concessões, o seu programa continua em andamento. Foram submetidos ao TCU já dois editais de rodovias, e o terceiro deve ir nas próximas semanas. Um edital de rodovia, que envolve Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chamado rodofrango, que liga o interior de Santa Catarina ao entorno do Paraná.

Segundo informações que tenho do TCU, deve ser liberado nas próximas semanas, e aí podemos proceder à licitação.

A outra rodovia, em Goiás e Minas Gerais, também está próxima de ser concluída. Nós esperamos poder fazer de três a quatro licitações de rodovias ainda este semestre, o que já está em andamento.

No caso de ferrovias, recebemos os estudos. Já temos os estudos prontos para a chamada Ferrogrão, que vai ser colocada em audiência pública pelo Ministério dos Transportes na próxima semana, para vermos qual é o melhor modelo: se fazemos uma concessão em que a variável é o período de concessão – quem pedir o período menor leva –, ou se a variável é um valor de outorga. A mesma coisa vale para a Norte-Sul.

Na questão dos portos, as autorizações para terminais de uso privativo e renovações têm andado com uma velocidade razoável. Na questão de terminais públicos, infelizmente tivemos que adiar o leilão que estava programado para esta semana por razões técnicas da ANP, que não conseguiu responder em tempo hábil alguns questionamentos, mas os leilões estão mantidos para os portos do Pará.

Na questão dos aeroportos, nós submetemos, no final do ano passado, o edital dos quatro aeroportos. A equipe de TCU se dispôs a trabalhar durante o recesso, analisando isso. Já passou à Secretaria de Aeroportos as mudanças que acha necessárias. A equipe está trabalhando nisso, de modo a poder viabilizar a atender as determinações do TCU nas próximas semanas e, se isso for possível, realizar os leilões de aeroportos ainda neste semestre.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mais uma vez, Ministro, eu quero fazer aqui, de público, a cobrança do Aeroporto de Cuiabá/Várzea Grande, se bem que a gente já está trabalhando na SAC. Hoje mesmo o Ministro me ligou, informando que o processo está adiantado, mas há importância para a região na questão do aeroporto e há a manifestação de interesse já definida também.

O SR. NELSON BARBOSA – Além do aeroporto de Cuiabá, também já há outros pedidos para concessões. Nós podemos incluir, na próxima rodada, até quatro aeroportos, só que neste momento nós estamos também em um processo de reestruturação da Infraero e isso está sendo encarado dentro desse processo, quais aeroportos continuam ou não continuam com a Infraero.

A última pergunta foi sobre a queda da inflação. Com essa queda da inflação, S

Se as tendências atuais persistirem, talvez seja, sim, possível uma redução de taxa de juros mais à frente no ano. Essa é, obviamente, uma decisão do Banco Central, mas as expectativas de mercado já começam a precificar essa possibilidade, porque nas últimas semanas houve uma redução substancial das previsões de inflação.

Agradeço também o apoio do Senador Wellington nessa questão do FEX. A partir de uma visita das bancadas dos Estados portadores, da qual o Senador participou e liderou, nós procuramos e decidimos que queremos regularizar a situação do FEX ainda este ano. Isso envolve duas iniciativas. Nós estamos procurando transferir o pagamento do FEX, que estava previsto para o segundo semestre, para o primeiro semestre, de forma a já dar esse auxílio para os governos ainda neste primeiro semestre, porque em termos de resultado anual, o resultado é o mesmo se pagar em dezembro ou se pagar agora. Então, nós estamos tentando readequar nossa programação orçamentária para já pagar isso a partir de abril. Essa é uma decisão que ainda não está tomada, ainda não está sacramentada, mas muito provavelmente vamos conseguir antecipar esse pagamento. E pediremos a autorização do Congresso para poder também, este ano, regularizar o FEX de 2016. Acho que isso vai ajudar os Estados no momento em que eles mais precisam, que é agora, não é no final do ano. É por isso que estamos atuando com a urgência e com a transparência necessárias.

Na questão da sonegação, sobre a qual V. Ex^a pergunta, nós temos uma situação em que várias empresas estão tendo dificuldades de receita. Nesse processo, algumas empresas atrasam os seus impostos, e atrasam os seus impostos de uma maneira que é registrada pela Receita, e depois é cobrada pela Receita com juros e com multas. O que tem ocorrido neste momento é que, principalmente devido a uma dificuldade de caixa, empresas têm dificuldade de pagar os seus impostos. Nós estamos procurando atender a isso, tentando normalizar a oferta de crédito, principalmente para capital de giro. Obviamente, esses débitos que foram atrasados vão ser cobrados com seus juros e com suas correções no momento em que as empresas acharem melhor pagá-los. Mas há uma questão, nesse caso, que é que, devido à ocorrência, nos últimos anos, de vários Refis, isso também acabou criando um incentivo ruim. As empresas acabam adiando o pagamento dos impostos na esperança de que em algum momento vá ocorrer outro Refis. Isso acaba criando um efeito negativo. Quando as empresas adiam o pagamento de impostos esperando o Refis, o Governo tem que aumentar outros impostos, e cria uma solução negativa.

Eu acho que temos que evoluir, primeiro, para que não haja mais um Refis em sequência crônica, como ocorreu no passado, e dar os instrumentos de crédito, que são os instrumentos adequados, para que, quando a empresa estiver com dificuldade de caixa, tenha uma linha de crédito adequada para poder administrar essas operações sem ter que atrasar os impostos.

Quanto ao que foi perguntado pela ouvinte, na questão do salário do funcionalismo, há um PL, que enviamos ainda no ano passado, que procura uniformizar os critérios de cálculo do teto do funcionalismo, utilizando regras, por exemplo, de ações adotadas pela União e pelo Poder Legislativo como referência para todos os Poderes, principalmente para o Poder Judiciário. Esse é um PL importante, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, cujo Relator acho que é o Deputado Ricardo Barros, que vai proporcionar também uma maior organização nessas diversas indenizações que são utilizadas de forma diferente pelos setores.

Na questão do crédito, como eu já coloquei, temos uma preocupação de oferecer mais crédito para pequenas e médias empresas e para a agricultura, e isso foi objeto de medidas já lançadas a partir de janeiro. Algumas delas já começam a dar resultados, principalmente no mercado habitacional, com a volta das condições de financiamento praticadas pela Caixa Econômica, com o aumento da disponibilidade de recursos para financiamento imobiliário. Eu sei que é um dado ainda muito preliminar, mas dados iniciais de lançamentos imobiliários em São Paulo, que acho foram publicados ontem, mostraram um aumento considerável em relação a janeiro do ano passado. É apenas um sinal, espero que seja o início de uma recuperação duradoura, mas essas iniciativas já começam a dar efeito em mercados localizados, e esperamos que isso seja cada vez mais disseminado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Ministro.

Temos agora as inscrições das Senadoras Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy. E pergunto ao Senador Douglas Cintra, que estava aqui... *(Pausa.)*

Saiu.

Então, ficariam nessa rodada: Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Marta Suplicy e Senador Caiado. Se também não estiver, passamos para o próximo, que é o Senador Tasso Jereissati.

Senador Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero cumprimentar V. Exª, Senadora Gleisi e cumprimentar o Ministro da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa.

Eu acho que é a primeira vez que discutimos com V. Exª numa comissão como Ministro da Fazenda. Costumávamos muito debater quando V. Exª ocupava o Ministério do Planejamento.

Quero cumprimentar o nosso querido Senador Raimundo Lira também.

Lamento, Senadora Gleisi – comuniquei a V. Exª, cheguei cedo, fiz minha inscrição –, mas tive que me ausentar para uma consulta médica. Eu já fui informada do tema que está sendo debatido, assim como da exposição de V. Exª, Ministro Nelson Barbosa.

Eu quero começar invertendo um pouco a ordem talvez do que esteja sendo debatido aqui. Na realidade, algumas pessoas – e fazem isso não acreditando, apenas por questões políticas, mas não porque creem naquilo que dizem – ainda insistem, em nosso País, em dizer que a crise econômica pela qual passamos, que não é uma crise simples, é uma crise crônica, que vive momentos agudos, não é uma crise simples, foi uma crise fabricada tão somente pelo governo local, que não tem absolutamente nada a ver com a crise internacional. Eu tenho convicção plena de que quem assim fala não acredita no que diz, mas o diz por uma mera questão política, que é tentar colocar o problema nas costas da política econômica praticada nos últimos anos.

Daí que, a partir de 2014, ano de eleições, cresceram muito as críticas sobre as políticas anticíclicas. Que era uma irresponsabilidade, Senador Raimundo, garantir subsídios além da conta, garantir ganhos reais para os trabalhadores, sobretudo através da política da valorização do salário mínimo; que era um absurdo aumentar o crédito para a população brasileira. Então, foi a partir de 2014 que vimos o crescimento das críticas à política desenvolvida pelo Governo Federal, sem que se olhasse, ou que se dissesse o que aconteceu no mundo e no Brasil a partir do ano de 2008. Por que a partir do ano de 2008?

Porque, a partir do ano de 2008, é quando a crise eclode nos Estados Unidos e se espalha para o mundo inteiro.

A nossa realidade brasileira em 2009, 2010, 2011, 2012 foi muito diferente da realidade de outros países. Enquanto outros países amargavam números extremamente negativos em relação ao emprego, à arrecadação, ao próprio desenvolvimento da economia, o Brasil só colhia bons frutos. E eu, para não ficar apenas no discurso vazio, faço questão, Senadora Gleisi, de ler e relatar alguns dados.

Primeiro, foi uma opção clara que o Governo Federal fez, a partir de 2008, ao estabelecer essas medidas anticíclicas, não seguindo o receituário recessivo do Fundo Monetário Internacional. Utilizou bancos públicos para aumentar o crédito; ampliou a formalização no mercado de trabalho; manteve a política de aumento real do salário mínimo; manteve e ampliou os investimentos em infraestrutura; ampliou os gastos sociais; ampliou os programas de subsídios – e subsídios não só aos grandes, subsídios aos pequenos também, assim como ampliou as renúncias fiscais.

A partir de 2014, é certo que nós começamos a ter um problema de queda de arrecadação, em decorrência de todas essas decisões tomadas em anos anteriores. Mas, antes de analisarmos o que vem acontecendo no Brasil a partir de 2014, vamos analisar o que aconteceu no período anterior, de 2008 a 2014. E o que aconteceu no Brasil? O Brasil teve um crescimento do PIB de 22,7%, de 2008 a 2014. Só não crescemos mais no mundo do que a China e do que a Índia. Só não crescemos mais, Senador Raimundo, do que esses dois países, mesmo sabendo que, no período de 2011 a 2014, o nosso crescimento foi somente de 8,8%, mas precisamos olhar desde 2008. O crescimento, repito, só não foi maior do que dois outros grandes países emergentes que detêm a maior população do Planeta, que são exatamente China e Índia.

Mas vamos seguir.

Então, sem dúvida nenhuma, essas medidas anticíclicas retardaram a internalização da crise econômica internacional.

Mas vamos a um outro dado, o que diz respeito ao emprego. Quanto ao mercado de trabalho e quanto ao emprego – e vamos pegar emprego e pobreza –, o que aconteceu no mundo neste período de 2008 a 2014? Segundo o Unicef, aumentou em mais da metade dos 41 países da OCDE e da União Europeia a pobreza infantil. A pobreza aumentou em todo o mundo, no lado mais desenvolvido do mundo, que é a União Europeia, Senador Ferraço. Aumentou também, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o nível de emprego. Foram subtraídos, no mundo...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em 2014, havia em torno de 201 milhões de desempregados no mundo. De 2007 a 2014, cresceu, no mundo, 31 milhões de postos de trabalho foram fechados. E o que aconteceu no Brasil? Aconteceu o inverso. No Brasil, a pobreza caiu; o Brasil saiu do mapa da fome; o desemprego e a informalidade diminuíram nesse momento; a renda do trabalho também ampliou.

Eu poderia dar vários outros dados aqui que mostram como nós evoluímos, como nós crescemos no momento em que o mundo involuía, em que o mundo decrescia. Esses dados são importantes.

O que acontece agora, a partir de 2014? Obviamente um país que passa sete anos aplicando políticas anticíclicas, como disse V. Exª, vai sentir.

Aí querer exigir deste País chamado Brasil de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 200 milhões de habitantes, que nós façamos um superávit, continuemos a fazer – porque ainda fizemos em 2014; ainda fizemos em 2013; enquanto todos os países do mundo faziam déficit, o Brasil fazia superávit –, continuar exigindo que, agora, nesses momentos em que a crise chega até aqui, por conta de todas essas medidas, que nós continuemos a fazer superávit é querer jogar a população à sua sorte única e fazer com que todos os direitos que nós conquistamos até agora sejam jogados na lata do lixo.

Portanto, Sr. Ministro, das medidas todas que V. Exª anunciou, semana passada, às quais, infelizmente – estou concluindo, Senadora Gleisi –, pouco o mundo político prestou atenção, muito pouco... E por que não prestou atenção? Porque está envolvido numa artimanha de tentar promover um golpe no Brasil.

E eles dizem que não é golpe, que é *impeachment*, e que *impeachment* é legal. E colocam todo dia os Ministros, para repetir isso – os Ministros do Poder Judiciário –, nos meios de comunicação, algo que todos nós sabemos, porque *impeachment*, de fato, é previsto na Constituição, que determina quais os crimes. E, se nenhum daqueles crimes estiverem perfeitamente identificados, o *impeachment* deixa de ser *impeachment* e passa a ser golpe.

Poucos prestaram atenção nas medidas anunciadas por V. Exª. Então, eu quero, em relação a essas medidas, às três que são mais significativas, apenas destacar uma, que é o déficit de aproximadamente R\$96 bilhões, o que, na nossa economia, para um país que tem uma reserva cambial superior a US\$370 bilhões, não é nada, porque isso será um pouquinho mais do que 1,5 % do PIB, pelo que eu li. É muito pouco, diante da nossa capacidade, mas é o que tem que ser utilizado agora, para garantir essas conquistas que nós tivemos nos últimos anos.

Se o desemprego começou a aumentar, nós temos que agir imediatamente, para estancar esse aumento do desemprego.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E como fazê-lo? Não é usando o receituário neoliberal. Usando o receituário desenvolvimentista, que é o que V. Exª põe à nossa frente. Então, eu não vou fazer pergunta, Senadora, apenas cumprimentar o Ministro pela sua exposição.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu não vou fazer palestra. Eu vou fazer uma pergunta mesmo. A minha pergunta é a seguinte. (Risos.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Apreendi com o Senador Ferraço, Senadora. (Risos.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Prezado Ministro da Fazenda,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Olha, eu vou requerer o art. 14. Estou sendo provocado aqui, sem me manifestar, Presidente. (Risos.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer uma pergunta, Ministro, referente ao Super-simples, que é o Projeto de Lei nº 125, do qual sou a Relatora, e está em regime de urgência. E, fazendo uma ponderação: a arrecadação do Simples Nacional registrou um crescimento superior às demais receitas administradas pela Receita Federal, mantendo a mesma tendência observada em 2014. Enquanto as receitas administradas pela Receita Federal apresentaram uma variação acumulada de menos 4,66% em 2015, a arrecadação do Simples Nacional continua apresentando variação positiva, comparada com 2014, de 2,92%.

Nós fizemos já audiência pública, várias discussões, em São Paulo e aqui também. E temos um relato, inclusive, da participação do senhor, quando estava na FGV, de uma avaliação que, ao contrário do que a Receita

coloca hoje – e os dados não conseguimos obter, porque sempre há uma desculpa cada vez mais estapafúrdia –, que essa perda que poderia existir seria mínima residual, que seria suplantada pela formalização, o que, em virtude do que observamos e principalmente neste momento de crise, nós observamos é que provavelmente vai nessa direção, porque nós temos muitas empresas fechando, despedindo gerentes, diretores que querem se encaminhar para um Supersimples, para um MEI e tal, mas estão avaliando a situação.

Fora isso, nós temos uma pressão grande de quem já está no Supersimples e está enforcado até aqui, e quer um Refis, que hoje é de um tipo, e estamos aumentando para um pouco mais.

Isso poderia aliviar muitos deles e evitar a quebraadeira que está começando a acontecer com os pequenos, sendo que o grande criador de emprego no País são os pequenos. Nós temos esta dificuldade hoje: uma posição da Receita muito drástica. Ela não dá os dados. Fica uma situação em que os governadores têm uma ideia de que vão perder muito; os Municípios, nós já conseguimos explicar que – e fazer algumas concessões – que isso foi ultrapassado; e dos governadores fica essa ideia de uma perda gigantesca que é absolutamente, segundo os dados que nós temos, porque, apesar de não termos os dados oficiais, alguns dados nós conseguimos recolher, são muito diferentes do que a Receita coloca para os governadores, mas não manda para uma Senadora da República que já requisitou esses dados oficialmente.

Essa é uma das questões. Eu gostaria de saber se a ideia do senhor mudou. A situação do Brasil piorou, é evidente, mas mais ainda hoje o Supersimples seria importante para as pessoas não terem esse tranco tributário quando mudam de faixa; que as pessoas possam crescer, porque hoje é difícil crescer, pois o tributo muda de uma forma que o que nós vemos é que a empresa, em vez de crescer, cria uma outra empresinha, com a tia, com a avó, e aí não cresce.

O que nós queremos? Queremos menos imposto, mais emprego e crescimento dessas empresas. Então, a primeira pergunta é esta: gostaria de saber sua posição.

A outra questão é mais complexa. A cidade de São Paulo apresenta uma dívida que chega a R\$79 bilhões, segundo dados de dezembro de 2015, do Banco Central. Eu gostaria de comparar, porque, quando me dei conta disso, levei um susto muito grande. A dívida da cidade de São Paulo, em 2015, é equivalente aos 15 Estados brasileiros das Regiões Norte e Nordeste, que é de R\$60 bilhões. É assustadora a dimensão. E eu vejo, e V. Exª discorreu, que esse alívio que está sendo dado para os Estados em dois anos, para pagamento da sua dívida – não vamos entrar na desoneração, fui Relatora desse projeto, foi uma coisa muito boa que aconteceu, eu tentei isso também várias vezes, os prefeitos que se seguiram a mim também tentaram, agora foi conseguido, e acho que já na sua gestão que isso foi determinante, foi bom.

Mas eu pergunto ao senhor: por que São Paulo, que é a maior cidade brasileira – e hoje, na grande São Paulo, o número de empregados na indústria paulista caiu 10,2% neste trimestre, o que equivale ao fechamento de 424 mil postos de trabalho, o maior número dos últimos cinco anos –, não pode entrar nesse cômputo junto com os Estados?

Essas são as minhas duas questões.

Aliás, teria outra aqui também, mas essas são as duas que mais me interessam. Vamos diminuir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senadora Marta. E só para aproveitar sua pergunta sobre micro e pequena empresa, eu quero dizer também que o nosso telespectador Igor Gutemberg vai na linha que a senhora vai, mostrando que o número de empregos gerados pelo pequeno empreendedor é maior proporcionalmente do que os gerados pelas multinacionais. Então, o melhor caminho não seria melhorar o programa de incentivo ao micro e pequeno empreendedor?

Só aproveito para deixar registrado, porque aí já responde na mesma pergunta.

Passo a palavra, agora, para o Senador Tasso Jereissati. Na sequência, nós passamos para ...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro Nelson Barbosa, Presidente Senadora Gleisi, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, muito aqui já foi falado, eu já ouvi várias aulas de economia aqui, de várias tendências de corrente, mas eu vou tentar, Ministro, ser bastante objetivo.

Ministro, pelo que tenho lido e ouvido no mercado e em áreas acadêmicas, a grande preocupação da economia brasileira, motivo principal do rebaixamento das notas de crédito do Brasil, do *rating* do Brasil, é a trajetória da dívida. Essa é a grande, grande preocupação.

A minha pergunta, com certeza V. Exª conhece os números melhor do que eu, mas coletando previsões de vários economistas, eu colocaria 80% em 2018.

A maioria dos economistas que eu ouvi coloca uma expectativa de 80% do PIB em 2018.

Ao mesmo tempo, vendo aquela sua *pizza* das despesas do Governo Federal e dos Estados também, a grande responsável é a Previdência – naquela parte da *pizza* em vermelho, se não me engano. Se esse é o grande problema, a grande preocupação e a Previdência é a grande responsável, como é possível reverter essa expectativa sem mexer na Previdência? Essa é uma dúvida que eu acho que vai continuar pairando, até por-

que, como colocou muito bem aqui o Senador Ferraço, não existe, aparentemente, o apoio do PT, o principal Partido do Governo, para qualquer intervenção ou mudança. Então, esse é um ponto importantíssimo. Se ele é o ponto fulcral e não se mexe na questão central do ponto fulcral, fica difícil haver uma mudança de expectativa e dar credibilidade a essa proposta.

Basicamente, era essa a minha pergunta, mas eu vou também aproveitar uma colocação feita por V. Ex^a que diz o seguinte: nós não podemos mais aumentar a carga tributária em função de que, num momento como este de recessão, aumentar mais ainda a carga tributária significaria aprofundar a recessão de uma maneira importante. Eu sei que V. Ex^a está fazendo esse esforço, mas, por outro lado, os Estados estão aumentando a carga tributária através do ICMS de uma maneira voraz. Enquanto o Governo da União faz esse esforço, por outro lado, todos os Estados da Federação em conjunto aumentando de forma voraz, às vezes desproporcional até, a carga tributária, desfazem esse esforço, aprofundando mais a questão da recessão. Não seria possível colocar numa dessas condições para redução ou alongamento das dívidas qualquer coisa nessa linha também? Não está sendo fácil o que está acontecendo nos Estados.

Por outro lado, eu queria colocar mais um ponto aqui, sobre o qual eu gostaria de ouvir a sua opinião. Trata-se da questão das estatísticas do Tesouro Nacional e do Banco Central que são tratadas de forma consolidada. Quanto à proposta do Governo sobre o compulsório voluntário remunerado, que, pelo que tenho ouvido, todas as pessoas, os economistas, a academia, o mercado, os empresários entendem como boa, existe também a ideia de que o momento não é o mais adequado. Esse é um consenso que existe, em função de que isso pode ser interpretado como uma maquiagem. Sei que não é esse o objetivo, mas isso pode ser interpretado como uma maquiagem para a dívida do Governo. Não existiria uma maneira, por exemplo, de acabar com essa desconfiança mudando a maneira, como colocou também, se não me engano, o Senador Ferraço, de se contabilizar o estoque dos depósitos voluntários, computando carteira livre, não consolidando Tesouro e carteira livre? Se mudar e se o Governo anunciar essa mudança, não cria um clima de confiança maior, o que é um problema que V. Ex^a também está percebendo?

E a outra é aqui apenas reforçando uma curiosidade muito grande que tenho à pergunta da Senadora Marta sobre a posição do Ministério da Fazenda em relação ao Simples. Porque, pelos números que eu tenho ouvido e lido, do próprio Ministério da Fazenda, através da Receita Federal, não dá para entender se a Base do Governo está de um lado e o Governo está de outro, novamente, ou se existe realmente um consenso em torno do número que nós não estamos sabendo.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Tasso.

Eu queria passar a palavra, para encerrar este bloco, porque eu já tinha avisado, ao Senador Douglas Cintra. E aí passamos ao Ministro.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, em função da hora, e até porque tenho um compromisso e preciso sair, eu prefiro passar a palavra ao Ministro, para que possamos ver as suas posições e ser mais objetivos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Presidente, eu posso aditar uma questão que me parece muito relevante, muito rapidamente, já que o Senador Douglas Cintra não quis se manifestar?

Ministro, a impressão que nós estamos tendo, com a proposta que foi encaminhada ao Congresso, é de que o Governo prevê que todo ou quase todo ajuste das contas públicas, nos próximos anos, será feito com aumento de receita. O projeto de lei que altera a meta fiscal deste ano, encaminhado ao Congresso Nacional, foi elaborado com a estimativa de que a despesa da União vai se manter constante de 2016 até 2018, no nível mais elevado da história em proporção ao PIB, enquanto haverá um aumento de arrecadação de 1,6 ponto percentual.

Nessa projeção feita pelo Governo, está-se sinalizando que, em 2018, a nossa dívida bruta pública estará em 71,3%. Isso contraria o mercado e inclusive a pesquisa Focus. A pesquisa Focus não trata diretamente de dívida bruta, mas não há ninguém no mercado sinalizando com esses indicadores. É essa contradição que causa uma espécie de desorientação espacial, porque o Governo está vendo uma coisa que ninguém está conseguindo enxergar.

Perdoe-me, Presidente, é apenas para aditar esta questão.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ferraço.

Dado o adiantado da hora, porque nós temos ainda vários Senadores inscritos, eu vou, se assim entender a Comissão, acatar a sugestão do Senador Ricardo Ferraço e deixar a parte deliberativa para a próxima sexta-feira. E terminaremos aqui a reunião apenas com a audiência pública.

Desculpem, será na terça-feira. Mas se quiserem trabalhar na sexta-feira, também, não há problema, nós poderemos fazer uma extraordinária.

Eu passo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Sobre as colocações da Senadora Vanessa Grazziotin, concordo que nós vivemos hoje uma combinação de problemas internos e externos, não são somente problemas internos.

Nas questões externas, vale destacar que, no final de 2014, houve uma queda muito forte de preço de *commodities*. Quando o petróleo caiu fortemente, afetou a taxa de câmbio de vários países. E mais recentemente, no início deste ano, houve outra queda forte de preço de *commodities*, que afetou novamente a moeda de vários países, mas agora voltou a se normalizar.

No Brasil, tivemos um efeito também externo, mas não externo do ponto de vista da economia internacional. É externo do ponto de vista da economia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, eu posso só complementar? Existe um cálculo, se não me engano, feito pelo Prof. Marcos Lisboa, que contabiliza isto: apenas entre 1,5% e 2% do decréscimo do PIB é crise internacional e os 4% restantes são questão nacional, equívocos nacionais. Eu estou dizendo só para esclarecer.

O SR. NELSON BARBOSA – Sim, um terço, três vírgula...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Um terço. Mas eu só queria lembrar que este é outro erro do Governo, porque, em 2008, a crise foi considerada não um *tsunami*, mas uma marolinha. Foi outro equívoco do Governo.

O SR. NELSON BARBOSA – Não, a recuperação em 2008 foi bem forte. Em 2010 e 2011, ela durou. Houve uma crise mais forte em 2012.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu falo que o Presidente da República à época considerou a crise internacional como uma marolinha, e não uma crise que viesse a ter consequências.

O SR. NELSON BARBOSA – Naquela crise, nós nos recuperamos rápido. Essa mudança maior, Senador Jereissati, ocorreu principalmente a partir do final de 2012, não foi em 2010.

Mas só para colocar os números, houve um outro fator externo que a gente tende a minorar, que não é só a economia internacional: foi a questão do clima, que provocou alta de preço de energia e alta de preço de água em alguns lugares do Brasil também, o que acabou tendo um efeito como se fosse um choque externo.

Mas das análises que se faz do desempenho da economia brasileira no ano passado, a maior parte da queda é concentrada em três setores: construção civil, óleo e gás e automotivo. Esses são os três setores que mais respondem. Óleo e gás, por vários motivos: está passando por uma reestruturação, por motivos internos da Petrobras, pela questão das investigações, e pela própria dinâmica do preço do petróleo; o setor de construção civil, devido à redução do ritmo de investimentos por parte do Governo, e também por outras questões relacionadas a questões jurídicas, mas que são necessárias; e o setor automotivo, porque havia ocorrido uma grande expansão de financiamento e, naturalmente, uma grande antecipação de consumo, devido à redução de IPI. Quando aquilo foi retirado, o setor sofreu. Vamos colocar um terço internacional e dois terços domésticos – é uma combinação em que se tem concordância.

Na questão que a Senadora colocou, antes que a senhora saia, acho que é importante colocar também as medidas. O Governo adotou as medidas, em 2008 e 2012, de combater a crise, enquanto o Governo tinha espaço para absorver aquilo no seu orçamento. Na medida em que as questões domésticas e internacionais se tornaram muito mais prolongadas do que o que o Governo antecipou inicialmente, não foi mais possível continuar com as medidas anticíclicas na intensidade necessária. Isso levou a essa reversão a partir do final de 2014, e sobretudo 2015.

Mas eu concordo plenamente que, em uma situação em que a economia pode enfrentar – e tudo indica que vai enfrentar – um segundo ano de redução do nível de atividade, nessa situação, é necessário que o Governo atue para estabilizar a economia. Nessa proposta que nós estamos colocando, de redução da meta junto com reformas estruturais, há uma redução de R\$96 bilhões. Desses R\$96 bilhões, R\$82 bilhões são devidos à frustração de receita. Não é uma redução para gastar mais. É uma redução porque a receita está vindo muito abaixo do esperado inicialmente. Só R\$14 bilhões são pedidos de autorização para reforçar alguns programas. Que programas? Saúde, investimento, defesa, e o auxílio aos Estados via FEX. Então, a maior parte da revisão da meta é devida à frustração de receitas. O Governo, assim como qualquer agente, qualquer trabalhador e qualquer empresa, não controla o quanto recebe. A gente tem a projeção do quanto a gente recebe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ministro, me perdoe, mas, no documento encaminhado, o Governo está prevendo que a receita aumentará...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ferraço, vamos só deixar o Ministro terminar de responder, porque ainda há vários Senadores inscritos, e nós estamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas acho que é importante para o Ministro esse esclarecimento, Presidente, porque no documento encaminhado ao Congresso, o Governo afirma que a

receita subirá de 22,59% do PIB em 2016 para 23,59% em 2017 e 24,19% em 2018. Nesse ambiente recessivo, como nós vamos fazer a receita aumentar, sem aumentar a carga de impostos, que é o que V. Ex^a está falando?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Melhorando a economia.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu vou responder a sua pergunta. Esse aumento é para 2017. Eu estou falando de 2016.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu agradeço.

O SR. NELSON BARBOSA – A Senadora Marta pergunta a posição do Supersimples. Eu agradeço a pergunta, até para esclarecer alguns pontos.

Quando eu estava na FGV, eu participei de um grupo de estudos que fez uma proposta para uma reforma do Supersimples, uma proposta para tentar enfrentar o que é o maior problema operacional do Supersimples, que é o fato de haver uma mudança súbita da alíquota de tributação quando você deixa de ser Supersimples. Você passa de uma alíquota de – se não me engano – cerca de 11% ou 12% para 17%. Se você faturar um centavo a mais, você pula de uma alíquota de 11% ou 12% para 17%. Então, aquilo estava causando, obviamente, um desincentivo às empresas crescerem. A partir dessa proposta – que conta até, do ponto de vista lógico, com o apoio da Receita Federal –, você tem que ter uma saída suave do Supersimples. A alíquota não pode subir de uma hora para outra, naquele chamado “paredão tributário”, em que se chega com uma alíquota e, de repente, por mais um centavo, ela vai para outra alíquota. Dada essa concordância qualitativa, como tudo em política, o diabo mora nos detalhes: como nós fazemos essa transição suave? Nós vamos fazer essa transição suave de R\$3,6 milhões até R\$7,2 milhões, ou nós vamos fazer essa transição suave de R\$3,6 milhões até R\$14,4 milhões, que eu acho excessiva.

A proposta original que foi feita pela consultoria do Sebrae era para fazer uma transição suave de R\$3,6 milhões até R\$7,2 milhões, de modo que a alíquota ia convergindo gradualmente à alíquota que seria do lucro presumido.

Então, acho que essa ideia de fazer uma faixa de saída do Supersimples conta com o apoio do Governo, conta com o apoio da Receita.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Qual é a faixa de V. Ex^a, será de R\$7 milhões? De R\$14 milhões todo mundo já desistiu.

O SR. NELSON BARBOSA – O que a Receita está fazendo agora... Aí vem o outro lado: estamos passando por uma fase de alta restrição fiscal, então essa é uma fase também em que o Governo não pode abrir mão de receitas.

Temos que fazer essa saída suave com o mínimo de perda de arrecadação do Governo, quiçá com uma arrecadação neutra. Então, o debate hoje está num debate de como fazer a mudança atual, que é aquela alíquota que é uma escadinha, numa linha e como essa linha vai se adequar. É isso que a Receita está discutindo. Como Ministro da Fazenda, a minha posição é que isso tem que ser feito da maneira mais neutra possível.

Quanto a esses dados, se a senhora não teve acesso, temos um grupo trabalhando na Receita, com o Ministro Afif, justamente para comparar os números, e esses números serão apresentados ao Senado.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Peço licença a V. Ex^a para colocar: exatamente o Ministro Afif, depois de várias reuniões com a Receita e acho que até com V. Ex^a, está achando que não existe – não diria uma boa vontade – esse empenho.

É muito difícil entender por que não existe esse empenho para chegar a uma solução, a uma proposta, porque eu mesma já conversei com a Receita – com o senhor não, mas com a Receita várias vezes –, e o que se observa é que é alguma coisa que fica empatando, colocando em termos bem claros. É uma coisa que fica para lá, para cá, e não dá nenhuma proposta. Isso já está aqui há meses. Há uma premência grande não só para o pequeno empresário, mas até para o Brasil.

Veja só um pouquinho aqui: já houve manifestações pela internet – o nosso gabinete tem muito, o ex-Ministro Afif, no Sebrae, também é muito cobrado por isso. Então, eu me pergunto: não é tão complicado fazer isso, não é tão complicado ter uma rampa. Se ela não pode ser de R\$14 milhões, não pode ser de R\$7 milhões, qual seria? Não é complicado fazer. Qual é o prazo para fazer isso? Vamos esperar o que para fazer isso? E a essas pessoas que estão quebrando e falindo que desculpa damos? Que Receita está fazendo a rampa, em seis meses, sete meses, não sei lá quanto? Não é complicado fazer. Se não querem fazer com R\$7 milhões, digam qual é o percentual que não vai atrapalhar o trâmite aqui, porque já chegamos muito perto de entendimentos e, aí, sabemos que a coisa descamba: começa uma operação ativa da Receita nos governadores, com números astronômicos de perda, que sabemos que não é verdade – V. Ex^a fez os estudos e sabe que não procede isso.

Então, a ideia que fica é que, de repente, há tantos problemas mais sérios, que esse fica relegado. Não sei se é isso.

Agora, do jeito que está... Eu gostaria de uma fala de V. Ex^a mais contundente, de que, em tanto tempo, teremos a resposta da proposta da Receita, que eu, como Relatora, vou avaliar se interessa ou não. Temos outras sugestões de outros Senadores, temos sugestões de manter até R\$13,6 milhões, com a inflação retroativa de 30% e uma reposição de inflação anual. Podemos considerar. Agora, o que não dá é a Receita não se posicionar e, a cada vez que vai à votação, atrapalhar, quer dizer, isso é contra o Brasil. É essa resposta que eu gostaria do senhor mais contundente.

O SR. NELSON BARBOSA – Esse não é um assunto simples, Senadora. Infelizmente não é, porque envolve várias faixas, envolve vários setores, são várias tabelas.

A Receita está trabalhando, retomou os trabalhos com o Ministro Afif nas últimas semanas, até porque estávamos dedicados a resolver essas outras questões que apresentamos ao Congresso Nacional.

Como eu falei, a questão de criar essa saída é um ponto de consenso, mas temos de calcular a perda possível que o Governo pode absorver, ou se o Governo pode absorver essa perda. Essas contas estão sendo feitas.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas que perda é essa?

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Marta, só vamos deixar o Ministro terminar.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu não tenho esse número para a senhora, mas posso dizer que a Receita está trabalhando com o Sebrae para alinhar esses números e apresentar justamente uma proposta que possa ser votada.

Sobre a questão dos dados, os dados estão sendo trocados entre a Receita e o Sebrae. Eu acho que isso não é problema colocar aqui.

E, quanto à questão dos governadores, se eu bem me lembro da proposta feita pela FGV, ela não se aplicava ao ICMS. Ela se aplicava, principalmente essa faixa de saída, basicamente aos tributos federais, justamente para não haver restrições, diminuir restrições por parte dos governadores. Essa foi a proposta que a FGV tinha feito, não sei se aqui foi adicionada também a questão do ICMS; a gente já vislumbrava que no ICMS poderia haver mais restrições.

Quanto à sua outra pergunta sobre a Prefeitura de São Paulo, a dívida – não sei se é esse o número –, em dezembro, era elevada. Foi feita a mudança de indexador, e a Prefeitura de São Paulo foi a mais beneficiada pela mudança dos indexadores, até porque ela tinha taxa de juros mais alta, que era o IGP-DI + 9,5%. Então, do total de descontos que foram dados às prefeituras, na mudança de indexadores, quase 80% foram dados à Prefeitura de São Paulo.

É por isso que nós não incluímos as prefeituras nessa proposta de auxílio dos Estados, porque as prefeituras foram as mais beneficiadas pelas mudanças de indexadores, principalmente a Prefeitura de São Paulo e a Prefeitura do Rio de Janeiro. E por que isso? Porque a dívida foi contraída principalmente a partir de 2001, 2002, quando as taxas de lucro dos contratos se revelaram muito desfavoráveis em relação à Selic.

A dívida dos governadores foi contraída em 1998, 1999. Naquela época, a taxa dos contratos IGP-DI + 6,5% ainda era mais baixa do que a Selic. Então, na hora em que se mudaram os indexadores, as prefeituras foram mais beneficiadas pelos indexadores, por essa mudança, do que os Estados, e é por isso que agora estamos complementando isso com a proposta de auxílio focada nos Estados, e não nas prefeituras.

Eu acho até que a Prefeitura de São Paulo já assinou o aditivo. E esses números, quando estiverem... Não sei se ainda são públicos, mas, logo, logo, serão públicos, e a gente vai poder saber o valor, e é um valor substancial que reduz essa dívida consideravelmente.

O próprio Senador Jereissati coloca a trajetória da dívida. O próprio conceito de estabilidade fiscal é a estabilidade da dívida: é ter uma dívida estável em proporção da sua receita, em proporção do PIB. Há várias controvérsias acadêmicas sobre qual é o nível em que fica estável, se é 70, se é 80, se é 90, mas, com certeza, uma dívida que vai crescendo, crescendo, é um sinal de instabilidade.

Infelizmente, na situação atual, ainda há uma previsão de crescimento da dívida, mas a gente espera que seja possível estabilizar a dívida bruta em 2017, ou, no mais tardar, em 2018. Para reverter isso, passa-se por uma recuperação da receita que exige a recuperação do crescimento e exige também algumas medidas tributárias. Nós já apresentamos até medidas temporárias, como a CPMF, e estamos trabalhando sobre as medidas mais permanentes, principalmente na tributação direta, para serem apresentadas ao Congresso Nacional mais à frente.

E envolve, sobretudo, o controle do gasto. Aí, como o senhor mesmo colocou, o principal problema é a Previdência: 44% da Previdência Social, e a Previdência dos servidores é mais 10%. Então, na verdade, 54%, como um todo, são só Previdência.

Como atuar sobre isso? Há uma concordância em atuar sobre isso. Só lembrando, no último ano, com o apoio dos Parlamentares, nós reformamos a regra de pensão por morte, a regra de auxílio-doença. E agora a grande questão sobre o debate da Previdência, que está se travando no fórum, é que ela pode ser dividida em

duas partes: uma parte tem a ver com as regras de aposentadoria por idade; e outra tem a ver com regras de valor de benefício. Nós não achamos necessário nem adequado mexer em regras de valor de benefício; isso não faz parte das propostas do Governo, até porque essa discussão se refere mais a salário mínimo do que à Previdência. Nós achamos necessário adequar as regras de idade à evolução da demografia brasileira.

E, para informação, qual é a posição do Governo? O Governo não tem posição. O Governo, neste momento, convocou o fórum, para ouvir as diversas alternativas. E essa discussão está se organizando basicamente em duas frentes: uma proposta é fazer uma transição, utilizando os sistemas que já existem. Então, na aposentadoria por tempo de contribuição, seria usado aquele fator 85/95 móvel, de modo que possa prosseguir e ir crescendo. Hoje, ele já vai crescendo até 90/100, e, em 90/100, ele para.

Então, é uma regra em que ele continuaria a crescer como eventual manutenção ou redução da diferença entre homens e mulheres. Essa é uma coisa que vários membros da esquerda, do PT e de outros partidos consideram adequada; os sindicatos consideram adequada. E, ao mesmo tempo, seria feita uma alteração correspondente.

Se você vai mudar as regras da aposentadoria por tempo de contribuição, também será necessário adequar as regras da aposentadoria por idade, porque, senão, uma se move, e a outra fica parada.

Essa é uma linha de discussão que os sindicatos, as lideranças de esquerda estão propícias a discutir, é uma questão de grau, de velocidade, qual o ponto de chegada e a que velocidade se chega.

Outra discussão é de ajuste mais rápido, que é adotar a idade mínima, que é uma discussão que os economistas de mercado, uma discussão em que economistas não ligados às centrais, mas ligados à indústria ou até os partidos de oposição que defendem a adoção dessa idade mínima e, mesmo se for adotada, tem que ser adotada com uma regra de transição lenta, com previsibilidade, para não causar surpresa nem sobressalto.

Esse é o estágio da discussão, Senador, e acho que é possível chegar a um consenso, mas não estamos lá ainda na formulação de propostas, estamos ainda na fase de discussão em que as pessoas estão trocando opiniões e vendo quais são os impactos de cada uma dessas regras.

Como economista, sou favorável à regra que resolver o problema, não sou favorável a uma regra só, isso é uma questão ideológica, melhor ter ou a idade ou regra 85/95, há várias maneiras de promover uma adequação da nossa Previdência ao envelhecimento da população, é isso que tem sido feito nesse fórum, concordo com o senhor que esse é ponto central, esse é 54% do gasto primário do Governo. Esse é um desafio para a geração atual do Brasil.

Tenho colocado que as diversas gerações políticas do Brasil já conseguiram fazer muitas coisas que não são insignificantes: conseguiu voltar à democracia, conseguiu controlar a inflação, abrir a economia, reduzir a desigualdade, e a Previdência é um tema a ser enfrentado por toda e qualquer democracia – não é só o Brasil – neste século. Todos os países do mundo estão tendo que adequar ao seu regime de previdência e não somos diferentes. Estamos procurando fazer isso de uma forma antecipada e de forma previsível, sem também querer ser o dono da verdade, porque há várias formas de fazer isso. Portanto, estamos avaliando como foi feito no mundo, principalmente ouvindo as opiniões dos principais interessados.

Na questão de incluir uma proibição de aumento de carga nas condições para adesão, entendo a sua preocupação, realmente isso houve, optamos por não colocar, porque procuramos trabalhar com o mínimo denominador comum. Isso chegou a ser discutido no âmbito dos Secretários de Fazenda, não houve um consenso generalizado, portanto, estamos procurando trabalhar aqui em propostas que, de um lado, resolvam o problema, mas que também não provoquem um conflito muito grande, porque o Brasil tem pressa, os Estados têm pressa e precisam desse auxílio o mais rápido possível.

Em certa medida, dar certos auxílios para os Estados evita a necessidade que têm de aumentar a carga tributária. O que aconteceu no último ano foi que os Estados, diante de restrição, cada um foi resolver da sua forma: uns pegaram depósito judicial, outros aumentaram tributação, outros pegaram recurso da Previdência. E essa solução, ainda que faça sentido em nível local, se ela for desordenada, acaba criando um problema sistêmico para a economia.

Ao oferecermos um auxílio financeiro, esperamos que, com isso, se tornem desnecessárias medidas como essas que foram adotadas.

Sobre a questão do Banco Central e do Tesouro, é uma lei que, se aprovada, pelo Congresso Nacional, pelos senhores, pelas senhoras, vai dar um instrumento para o Banco Central. Uma vez dado esse instrumento, não é o objetivo deste Governo e, com certeza, posso falar aqui pelo Presidente Tombini, usar esse instrumento para fazer uma mudança abrupta nos gerenciamentos das operações compromissadas.

Na verdade, com esse instrumento, poderemos avançar para outros temas que o senhor, a assessoria do PSDB e outros economistas têm colocado, que é melhorar as relações entre o Tesouro e o Banco Central, fazer, por exemplo, que o pagamento, entre outros, seja somente na forma de títulos; fazer, por exemplo, com que o

resultado da variação cambial não precise ser necessariamente transferido para o Governo a todo momento, como é adotado também em outros países do mundo. Só que para fazer isso, primeiro é preciso dotar o Banco Central desse instrumento de depósito voluntário que evita essa necessidade recorrente de o Tesouro emitir títulos para o Banco Central.

Tendo esse depósito, o Tesouro não vai precisar ficar emitindo títulos para o Banco Central e o Banco Central, quando tiver que fazer alguma transferência ao Tesouro, poderá fazer em títulos e não em moeda, porque não vai precisar desses títulos para fazer operações compromissadas, porque há outro instrumento para administrar a liquidez.

Acho que essa é uma proposta que vem no momento adequado, uma vez autorizada será aplicada parcimoniosamente pelo Banco Central à medida que as operações compromissadas forem enrolando, o Banco Central vai decidir como rolar isso, se com compromissada, se com depósito voluntário. E, mais importante, estamos trabalhando também numa proposta para melhorar o relacionamento entre o Tesouro e Banco Central, principalmente no que se trata dos resultados de variação cambial.

Em vários países do mundo, esse resultado fica apartado. Ele não é, imediatamente, transferido para o Tesouro Nacional. Às vezes, ele é transferido depois de três anos ou não é transferido. A contrapartida dele é uma variação no patrimônio líquido do Banco Central. Isso era feito no Brasil até 2008. Isso gerou alguns momentos em que o Banco Central tinha um patrimônio líquido negativo, o que, às vezes, acontece em alguns bancos centrais, até porque o Banco Central, apesar de ter o nome de banco, não é um banco como um todo. Ele é uma autoridade monetária. Toda autoridade monetária que emite dinheiro, às vezes, tem um patrimônio líquido negativo.

Então, nós estamos dispostos a ter essa discussão, mas, para que possamos ter uma relação mais equilibrada entre o Tesouro e o Banco Central, em que, por exemplo, os pagamentos de uma parte seja em títulos, nós precisamos, primeiro, eliminar a necessidade recorrente de que o Tesouro tenha que emitir títulos para o Banco Central poder fazer política monetária. E a maneira de se fazer isso é criar outro instrumento para o Banco Central poder fazer política monetária.

Voltando à pergunta do Senador Ferraço, nós prevemos uma recuperação de receita porque prevemos uma recuperação de crescimento no ano que vem. Este ano ainda é um ano de retração de atividade. Nós esperamos que, com a recuperação do crescimento, possa haver uma recuperação da receita.

Além disso, há propostas em discussão. Eu sei que é uma proposta polêmica a questão da CPMF, mas nós ainda achamos necessária. Se não for possível aprovar no prazo previsto na lei orçamentária, que trabalhe-mos com essa receita em 2017, que é uma fonte de receita. Além disso, temos trabalhado também em outras medidas de aperfeiçoamento da tributação, sobretudo da tributação direta, tornando essa tributação mais progressiva, o que pode resultar no aumento de arrecadação.

Essa previsão de despesa ainda relativamente alta reflete a situação atual e também reflete as tendências que a despesa pode apresentar na ausência de reformas estruturais. Se conseguirmos aprovar essas propostas de limite de gastos e se conseguirmos avançar em propostas como a transição gradual na Previdência, essa trajetória de despesa também tende a ser mais favorável.

Agora, também é importante frisar, Senador, que nós vamos enviar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamen-tárias) ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril, quando vamos fazer uma nova reavaliação dessa trajetória de receitas e despesas, vamos incluir os efeitos da tramitação dessas propostas que acabamos de apresentar e vamos apresentar, detalhadamente, quais são as bases de todos esses números que estão sendo feitos.

Nesse PL a que o senhor se refere, nós nos focamos bastante no número de 2016 e optamos por não mudar, demasiadamente, o número de 2017 neste momento, até porque estamos fazendo, neste momento, as projeções para 2017, que envolvem não só as projeções de crescimento, mas, sobretudo, qual a previsão de tributação de CPMF e de outras medidas que o Governo planeja encaminhar ao Congresso Nacional até meados do ano, que vão resultar tanto em uma trajetória mais favorável de despesa quanto também em uma trajetória mais favorável de receita.

Independente disso, nós trabalhamos com a possibilidade de estabilizar o nosso endividamento até 2018, de modo a voltar a reduzi-lo até 2019. Se a economia se recuperar mais rapidamente, isso pode acontecer antes.

E há outro fator de dinâmica da dívida, que é importante. O senhor não mencionou isso, mas sei que o senhor sabe, que tem sido discutido bastante por dois Senadores que hoje, infelizmente, não estão aqui: o Senador José Serra e o Senador Lindbergh Farias. No ano passado, uma parte grande do nosso resultado ne-gativo foi devido ao *swap* cambial. Foi a proteção necessária que o Governo ofereceu. Foi 1,7% do PIB. Com a estabilização da taxa de câmbio, deixa de ocorrer essa despesa. Então, se o câmbio se estabilizar este ano – tudo indica que vai estabilizar –, o Governo deixa de pagar, por exemplo, 1,7% do PIB. Vai pagar 1,7% do PIB a menos do que pagou em relação ao ano passado. Aí os senhores já têm um fator de estabilização financeira

somente pela promoção da estabilidade cambial. Foram R\$88 ou R\$89 bilhões no ano passado. Com o câmbio estável, isso cai para zero. Então, só a estabilização da taxa de câmbio já diminui o déficit do Governo em quase dois pontos percentuais, que é outro fator que também é incluído nessas projeções.

Mas peço sua compreensão, porque nós podemos e vamos detalhar melhor isso quando enviarmos o projeto de LDO, porque vai trazer toda a trajetória e nós vamos apresentar todas as hipóteses e ações que estão implícitas nessa trajetória.

Neste momento, devido à urgência da questão, nós nos focamos em apresentar as mudanças que achamos necessárias para 2016 e não alterar imediatamente as previsões para 2017.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Ministro.

Nós temos aqui inscritos o Senador Blairo Maggi, o Senador Dalirio Beber, o Senador Ataídes e o Senador Flexa Ribeiro. Eu proponho que nós façamos então um bloco único dos Senadores, e aí o Ministro também já encaminha para suas considerações.

Então, Senador Blairo Maggi, depois Senador Dalirio, Senador Ataídes e Senador Flexa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente, Senadora Gleisi. Cumprimento o Ministro Nelson Barbosa. Seja mais uma vez bem-vindo aqui ao Senado Federal, Ministro, que tem uma história já dentro do Governo, e eu o conheço fora do Governo também, e merece todo o nosso respeito.

Ministro, eu tenho uma desconfiança com respeito ao Governo, e é uma desconfiança que o mercado tem lido também nos últimos anos, e acho que nós aceleramos uma crise política em função dessas coisas que vou relatar, ou pelo menos muito rapidamente dizer.

Ainda em 2014, quando o Ministro Mantega vinha aqui a esta Comissão, e outros ministros, nós sempre reclamávamos ou fazíamos comentários de que aqueles números que estavam sendo apresentados oficialmente pelo Governo não eram números condizentes. Parecia que não era aquilo que o mercado estava lendo.

No entanto, o Governo sempre vendeu uma condição econômica em 2014, ano das eleições, que depois veio a se mostrar que não era real, logo no início de 2015, quando se teve que fazer uma guinada bastante grande na política econômica que se vinha fazendo. Então, ali em 2014 se criou uma insatisfação e se criou uma desconfiança muito grande nas contas públicas, que foram chamadas “pedaladas fiscais.” Não aquelas que resultaram agora no pedido de *impeachment*, mas de uma maneira geral, a gente via as exportações brasileiras, “exportou uma plataforma de petróleo, a Petrobras exportou uma plataforma, entrou na conta.” Quer dizer, são coisas assim, que a gente percebe que não são reais, é muita espuma, não há realidade nisso.

Bom, o mercado acabou lendo, e o Governo perdeu a confiança do mercado, e nós aprofundamos, junto com a crise política, a econômica, e a econômica foi levando a política. Misturaram-se as duas, e estamos nós agora aqui nos debatendo, como sair das duas questões, da política e da econômica também.

E parece-me que os números que o Ministro traz – eu infelizmente cheguei atrasado, estava numa outra Comissão – mostram um desarranjo na nossa economia, e não sei como vai ser resolvido isso. Enquanto que a evolução da nossa arrecadação é negativa. Comparando 2010 com 2016, em 2010 nós tínhamos 15%, mais ou menos, do PIB na arrecadação; hoje é 12%. Também a evolução das despesas primárias, lá em 2010, eram 16% do PIB, hoje são 19%. Quer dizer, subiu 3 pontos percentuais. As despesas obrigatórias passaram de 12% para 15%, e as despesas discriminatórias, que se podem controlar, o Governo conseguiu baixar um pouco, de 3,9% para 3,4%. É um esforço gigante com um resultado muito pequeno, não é? Mas é assim que tem que ser feito na hora do arrocho.

Então, Ministro, eu vou resumir numa única pergunta: para haver confiança, precisa haver transparência. Eu vou contar uma história muito rápida aqui. Quando era criança, meu pai era um agricultor, mas ele sempre tinha um espírito empreendedor, e na época, lá em São Miguel do Iguaçu, não havia banco. Ele tomava dinheiro emprestado dos outros agricultores, dos amigos dele. E no final da missa de domingo, ele ficava à porta da igreja conversando com os amigos, aqueles que emprestavam dinheiro para ele. E eu louco para ir ao rio tomar banho e jogar bola. Eu não entendia o que meu pai ficava fazendo à porta da igreja no domingo de manhã. Fui entender bem mais tarde que o que ele fazia ali à porta da igreja era dar explicações para os credores dele do que ele estava fazendo, do que ele faria e que os comentários de que ele era um cara quebrado não eram verdadeiros. E assim ele conseguiu avançar e se transformou num empresário de bastante sucesso, mas foi preservando e cuidando do seu crédito.

E daí vem uma história que ele sempre nos dizia, Senadores, que é a seguinte: “Eu prefiro estar sem dinheiro no bolso, mas com crédito, porque o dinheiro uma hora dessas vai acabar, e, se eu tiver crédito, eu vou adiante, consigo levar para frente.”

Então, levando em conta essas considerações, eu pergunto ao Ministro: o que V. Exª, o que o Governo está colocando na mesa hoje como negativo, como o déficit que estamos prevendo aí, de quase cem bilhões, noventa e poucos bilhões, agora, para este ano, é tudo que o Governo deve? Quer dizer, a situação é real? Por-

que a situação apresentada quando do início do mandato do Ministro Levy, em que nós tínhamos que fazer aquela travessia, fazer o ajuste fiscal, mostrou-se não ser a realidade. É mais ou menos assim: a gente sai para atravessar o rio e não tem forças nem para atravessar, nem para voltar, e a gente acaba morrendo afogado.

Então, essa é a pergunta que eu gostaria de fazer ao Ministro, e acho que a sociedade deveria entender isso. Mas esse entender é ter efetivamente a confiança. Quer dizer: “Olha, o nosso problema é este. E, resolvido dessa maneira ou daquela maneira, nós vamos seguir para frente.” Porque, enquanto nós não tivermos como uma certeza absoluta que tudo que o Governo tem de problema está colocado na mesa, não adianta o Congresso flexibilizar A, B, C ou D, porque, daqui a pouco, vai querer outra coisa de novo. E acho que a sociedade brasileira, como um todo, se ressentiu disso, dessa falta de credibilidade das coisas que foram ditas, das coisas que foram experimentadas e em que não conseguimos chegar ao final. Se hoje o Governo, através de V. Ex^a, que está aqui, tem a plena consciência e a certeza absoluta de que tudo que há de ruim, de contas a pagar, de problemas que nós temos, de restos a pagar está sobre a mesa, e nós temos um número para trabalhar, eu acho que é um início, é um começo. Aí, resolvido o problema político, vai se resolver o problema econômico.

Eu não tenho dúvida nenhuma, Ministro Nelson, de que, em determinados momentos da vida – e esse momento vai chegar –, nenhum brasileiro, ninguém vai se furtar a resolver ou a ajudar a resolver o problema da Pátria brasileira. Nós não queremos um País esfacelado, nós não queremos um País que não tenha futuro. Nós queremos um País de futuro. E, se tivermos que dar mais uma cota de sacrifício, nós o faremos. Não tenho dúvida nenhuma disso. Mas queremos fazê-lo na certeza de que aquilo que estamos dando será o suficiente para resolver o problema da Nação.

Eram essas as minhas considerações e a minha pergunta, Ministro. Muito obrigado.

Quero só reforçar o pedido do Senador Wellington sobre o FEX. Não se esqueça do nosso dinheiro de Mato Grosso e do Pará também.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Blairo Maggi. Com a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Gleisi, demais Senadores, Ministro Nelson Barbosa, na verdade, nós ouvimos nesta manhã a sua apresentação e ouvimos também, atentamente, os diversos questionamentos feitos pelos Senadores. Eu não vou acrescentar muito. Quero apenas dizer que nós ouvimos falar muito em Estados e em União e pouco ouvimos falar em Municípios, a não ser na questão da renegociação das dívidas dos poucos Municípios brasileiros que têm de fato esse comprometimento com a União.

No entanto, nós somos uma República Federativa. E hoje uma parcela que vive um grande sacrifício são os mais de cinco mil prefeitos municipais, que estão, com certeza, na expectativa de ouvir, de ver como podem ter as suas situações aliviadas, uma vez que hoje vivem em total penúria, em angústia absoluta, com dificuldades de pagar até os salários dos próprios funcionários públicos.

Ontem, nós estivemos em Florianópolis, reunidos com os representantes de hospitais filantrópicos, e eles vêm pedindo socorro por parte dos prefeitos municipais, no sentido de fazer com que os programas de responsabilidade da União, em parceria com Estados e Municípios, sejam sustentados, como, de fato, é desejo das suas respectivas populações. No entanto, os Municípios brasileiros estão comprometendo além dos 15% constitucionais, em alguns casos até mais de 30% da sua receita corrente líquida. O que nós estamos acenando de possível? A renegociação e o oferecimento de um eventual desconto, durante 24 meses, de 20% ou de 40% na parcela de amortização dessa dívida, de fato alivia o fluxo de caixa dos Estados, mas isso não vai significar nada nas administrações municipais, salvo a renegociação das dívidas de São Paulo, Rio de Janeiro e de alguns outros poucos Municípios brasileiros que estão com esse endividamento perante a União.

Então, nós gostaríamos de saber o que o Ministério da Fazenda, que é sensível, que conhece, uma vez que a União pode criar mecanismos para reforçar a sua receita de forma mais significativa, os Estados também têm mecanismos em que uma pequena mexida – até aqui foi falado – em nível de alíquotas de ICMS aumenta consideravelmente, agora, os Municípios, não; os Municípios vivem de transferência de receitas da União, através do FPM, e do Estado, através da participação no ICMS... Aqui só falamos em um item, que pode dar uma aliviada pequena no caixa dos Municípios, que é a questão do fomento às exportações, ou seja, desse auxílio financeiro.

O Senador Humberto perguntou, e eu acho que não foi respondido, pelo menos eu não ouvi, qual é a expectativa real, real, da União com relação à repatriação. O que de fato se imagina arrecadar, uma vez que isso vai para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios e pode, de fato, reforçar um pouco o caixa dos Municípios brasileiros?

E a outra pergunta, até sobre a repatriação que, na verdade, são 15% sobre os valores do dia 31 de dezembro de 2014 a todos aqueles que quiserem regularizar os seus valores que estão no exterior. Foi estabelecida lá uma multa de 100%, ou seja, mais 15%. Essa multa, na sua opinião, ela é tributária ou ela é administrativa,

uma vez que aqui, em nível de Congresso, houve o indicativo, a aprovação de que ela deveria ser partilhada com Estados e Municípios e, infelizmente, ela foi vetada, veto que deve ser apreciado nos próximos dias? Ou seja, a União parece desconhecer a existência e as dificuldades que vivem os Municípios brasileiros, por isso nós gostaríamos muito que o Ministro nos desse alguma sinalização para dar, ou devolver, ou mitigar essa angústia que os prefeitos municipais, que os administradores municipais vivem na atualidade.

Com relação a esse depósito voluntário remunerado que será gerido, esse instrumento, pelo Banco Central, pergunto: a remuneração quem estabelece é o próprio Banco Central em função da necessidade de buscar ou diminuir, digamos, o volume de moeda no mercado. Isso não vira, digamos, um *overnight*, ou seja, diariamente se estabelece, digamos, para que os bancos também ofereçam essa mesma alternativa para a sua clientela?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Dalirio.

Só para complementar, nós temos uma pergunta de um ouvinte, de um telespectador nosso, Renato Chiodaro, de São Paulo, que também gostaria de saber se a remuneração dos depósitos voluntários propostos seria superior ou inferior à remuneração dos títulos emitidos pelo Tesouro. Eu não sei se o Ministro tratou disso, mas eu já deixo essa pergunta, juntamente com a fala do Senador Dalirio Beber.

Agora, com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann.

Ministro Nelson Barbosa, nós estamos vivendo e convivendo com uma crise política, moral e econômica. A crise política e moral está muito próxima de ser resolvida no nosso País. Agora, a crise econômica, nós vamos demandar muito tempo. A curto ou médio prazo nós não vamos resolver o problema econômico do nosso País. Esse estrago em nossa economia vai custar muito caro para o povo brasileiro e V. Exª, Ministro, com todo esse belíssimo currículo, com essa formação acadêmica maravilhosa que V. Exª tem, desde 2003, fez parte deste Governo, portanto, de todo esse estrago V. Exª participou. Isso é lamentável.

Nós estamos hoje, Ministro, com a taxa de juros de 14,25%, uma recessão de 10,67%, uma retração do PIB, em 2015, de 3,80%. Para este ano, alguns economistas dizem que será 4%, mas da forma como está percebendo que vai superar os 5%, enquanto o mundo cresceu, no ano passado, em média, 3%.

Na receita corrente líquida de 2015, tivemos uma retração de 6,47%. Essa foi a retração da nossa receita corrente líquida no ano passado. Em contrapartida, tivemos um aumento nas nossas despesas de 11,6%, ou seja, inversamente proporcional.

Hoje, estamos convivendo, segundo o IBGE, com um desemprego na casa dos 9,6%, algo em torno de 9,6 milhões de trabalhadores, o que não é verdade. O nosso desemprego, hoje, é superior a 20%. Falo isso com toda convicção e consciência. Temos, hoje, no Brasil, sem contar com os “nem-nem”, os que nem estudam nem trabalham, um desemprego de mais de 20 milhões de brasileiros – desafio que me provem o contrário.

Dívida. A nossa dívida interna e externa bruta já superou os R\$4 trilhões. Em 2015, conforme V. Exª sabe, pagamos R\$501 bilhões tão somente dessa dívida. Em contrapartida, tivemos uma receita corrente líquida, em 2015, de R\$1,221 trilhão. Praticamente 50% de toda nossa arrecadação de 2015 foi tão somente para pagar juros da dívida, dívida essa que o Ministro Tombini disse aqui na semana passada que é sustentável. Como sustentável? Repito: como sustentável? E vi a preocupação de V. Exª com a dívida aqui, hoje. Lamentavelmente, não pude assistir à apresentação de V. Exª.

Dessa dívida, geralmente se fala dela com relação a PIB. Acho uma coisa tão antagônica, porque PIB, o produto interno bruto, é uma coisa... Acho que temos que fazer relação da dívida com a receita corrente líquida, ou seja, se um cidadão ganha R\$10 mil e paga R\$5 mil de juros por mês, ele está quebrado, ele está falido.

Swap cambial, Ministro. No ano passado, perdemos quase R\$90 bilhões com *swap* cambial.

Déficit primário. No ano passado, tivemos um déficit primário de R\$111,2 bilhões, que representou 3,8% do PIB. Este ano, começou com pouco mais de 20, foi para 60 e agora estão falando em 90. Dessa forma, vai chegar a R\$180 bilhões, no mínimo.

Venho da contabilidade, Ministro, e do Direito Tributário. Amo essa área econômica. Então, estou colocando esses números com muita consciência e com muita responsabilidade, como um Senador da República tem que agir.

BNDES, Ministro. De 2008 a 2015, o Brasil teve um prejuízo com subsídios de R\$123 bilhões. Graças a Deus, hoje, sabemos isso, porque, por uma emenda do Senador Serra inscrita por mim, o Banco Central teve que publicar. Então, de 2008 a 2015, tivemos um prejuízo de R\$123 bilhões. Está se falando que, até 2060, teremos um prejuízo de R\$323 bilhões.

Poupança. Perdemos R\$54 bilhões em 2015. Pouco mais de R\$53 bilhões, R\$54 bilhões. Somente neste ano, passamos de R\$20 bilhões de perda de poupança, que, sabemos, fomenta o mercado imobiliário, que hoje está no fundo do poço.

A Petrobras tem uma dívida superior a R\$500 bilhões.

Previdência, uma dívida de R\$86 bilhões até o ano passado e a perspectiva, até o final deste ano, é de algo em torno de R\$125 bilhões.

Mas, pior, Ministro, nós perdemos o que é mais valioso, e o Senador Blairo Maggi colocou com muita sabedoria, nós perdemos o nome, nós perdemos a credibilidade. E é tudo que um ser humano e uma nação não podem perder.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou concluindo, Srª Presidente.

Nós perdemos a credibilidade. As agências de risco Brasil afora, Fitch, a Moody's e a Standard & Poor's colocaram o Brasil como um caloteiro. E eu não vejo outra saída a não ser o calote do pagamento dessa dívida. O Brasil, em 2016, não vai conseguir honrar o pagamento desses juros, que deve superar R\$600 bilhões.

Portanto, Ministro, eu só lamento profundamente. Venho de lá do norte do País, de Tocantins, e lá eu vejo nas nossas pequenas cidades o quanto nosso povo está sofrendo, sofrendo por esta política errática. Não tenho dúvida de que V. Exª, com toda essa formação, com certeza, tem boas intenções de acertar, mas alguma coisa fez com que V. Exª, com toda a sua sabedoria em todo esse currículo acadêmico, não botasse em prática o que deveria.

Portanto, eu tenho n perguntas, mas só quero fazer uma.

Eu disse ao Ministro Levy: V. Exª, o Governo está falando em CPMF, que vai haver uma arrecadação em torno de R\$10 bilhões. Vamos fazer o seguinte: o Sistema S – Sesi, Senai – hoje, inclusive, administrado pelo PT, tem uma arrecadação anual, isso foi no início do ano passado, em torno de R\$36 bilhões. Em outubro do ano passado, o Sistema S tinha 20 bilhões aplicados no mercado financeiro, eu disse para ele. E hoje, Ministro Barbosa, o Sistema S deve ter algo em torno de R\$23 bilhões aplicados no mercado financeiro. Eu disse para o Ministro Levy: por que V. Exª não pega parte de toda essa arrecadação, uma vez que o sistema não está utilizando esse dinheiro para dar cursos gratuitos na formação da nossa mão de obra? Ele gostou muito da ideia e a levou para a Presidente Dilma, mas, lamentavelmente... Acredito que V. Exª também estava no processo, evidentemente, como Ministro Planejamento.

Eu só quero perguntar a V. Exª: por que, ao invés de aumentar impostos, o Governo não apropriou, naquele momento, os 30% que o Ministro Levy queria apropriar? Eu só queria ouvir isto de V. Exª: por que não foi avante essa proposta do Ministro Levy?

Muito obrigado, Presidente Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ataídes. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann; Srs. Senadores, Ministro Nelson Barbosa, é um prazer tê-lo aqui, mais uma vez, na CAE.

Lamentavelmente, não assisti à palestra de V. Exª, estava em outros compromissos. Aqui nós temos várias comissões ao mesmo tempo e fomos relatores de vários processos na CMA, na CCT... Mas vou poder depois, com o material que será distribuído, ter acesso a sua palestra.

Os Senadores que me antecederam já devem ter esgotado os temas todos. Lamentavelmente, eu tenho certeza de que V. Exª sofre junto com os 202 milhões de brasileiros. Não somos só nós, são todos os brasileiros que estão sofrendo essa situação lamentável por que passa o nosso País.

No final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro foi entregue ao Governo do PT com um superávit primário da ordem de 3% do PIB, com uma dívida pública e uma inflação sob controle. Treze anos e meio depois, estimamos um déficit de 1,5% do PIB, uma dívida pública e inflação galopantes. A dívida pública aproxima-se dos R\$3 trilhões. Nunca dantes, neste País, como se gostava de dizer, chegou-se a uma situação como esta. O Brasil nunca esteve atravessando uma dificuldade tão grande, nem à época em que a inflação era de 83% ao mês, nem nessa época. Ainda dizem, Ministro, ainda dizem os ocupantes do Governo de hoje que receberam uma herança maldita do Governo de Fernando Henrique. Imagine que tipo de herança este Governo vai dar para o que o suceder! Se lá era maldita, esta pode ser maligna, ou ter outro adjetivo que se queira colocar, mas é lamentável.

O Projeto de Lei Complementar 257, que foi encaminhado, e foi criado um grupo de Parlamentares para tratar do FEX, estivemos com V. Exª em audiência no Ministério da Fazenda exatamente na terça-feira em que V. Exª deu entrada aqui. Já recebi a informação sobre a questão do FEX de 2015 e 2016. Pergunto se aquilo que V. Exª nos adiantou lá, que era a sua proposta e dependia de uma decisão de Governo, de pagar o FEX de 2015 neste primeiro semestre ainda, e o FEX de 2016 ao final do segundo semestre, se isso já está definido e já é um compromisso firmado para que os Estados possam ter a confiança e considerar isso nos seus orçamentos.

Esse projeto de lei complementar que tramita na Câmara, inicialmente, e V. Exª já tinha nos dito, traz alguns, muitos enquadramentos, Senadora Gleisi, e dificilmente os Estados vão aceitar isso. Destaco um. É que nenhum dos Estados, Ministro, acredito, nenhum deles pode dar aumento este ano de 2016 a qualquer categoria que seja, porque vão todos eles, se já não extrapolaram, extrapolar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ainda nesse projeto vem uma condição de trazer para a conta de pessoal os terceirizados e as OS. E aí o estouro vai acontecer. Não tenho aqui o gráfico, mas existe um gráfico de como estão todos os Estados em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aí pergunto a V. Exª: V. Exª pede aqui que o Congresso autorize um déficit público na faixa de R\$100 bilhões em 2016. Vamos para o segundo ano de PIB negativo. A previsão do Governo é algo de 2,5%, a previsão do mercado...

O SR. NELSON BARBOSA – De 3,1.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já chegou a 3,1? Era 2,5, já chegou a 3,1; a previsão de mercado é de 3,8. Não acontece no Brasil de ter dois anos de PIB negativo desde 1930, e estamos correndo o risco de não termos só dois anos de PIB negativo, o mercado diz que, em 2017, também o PIB será negativo – previsão de mercado, previsão de mercado.

Agora, eu conversei com V. Exª sobre o tratamento diferenciado em relação aos Estados da Federação brasileira. A *Folha de S.Paulo* de ontem trouxe uma matéria exatamente sobre aquilo que eu tive oportunidade de comentar com V. Exª. Ela faz uma análise dos riscos dos Estados, uma avaliação de risco dos Estados, e coloca aqui – vou só ler um pequeno trecho para que...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Flexa, peço que V. Exª conclua a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já concluo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós já estamos com o horário bastante adiantado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu tenho a mesma preocupação de V. Exª com relação ao tempo. Eu só preciso concluir meu raciocínio, se V. Exª permitir.

A matéria da *Folha de S.Paulo* diz assim:

Em 2015, governo algum conseguiu se aproximar das notas máximas [governos estaduais]. Em um índice que vai de A+ até D-, o melhor colocado foi o governo do Pará, com conceito B+.

Aí traz o mapa do Brasil aqui. Traz o mapa do Brasil com a classificação de todos os Estados. O único Estado com nota B+ é o Estado do Pará. Também não tem nenhum B-, só de C para baixo, de C para D.

Agora, por que, Ministro, por que o Estado do Pará, que tem 12% da relação da sua dívida em relação à receita corrente líquida, duas vezes a receita corrente líquida, é penalizado igual aos Estados que têm 254%? Por que esse tratamento? Por que não liberam R\$600 milhões, mais trezentos e tantos milhões de dólares aprovados no Congresso, aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional desde 2014? Em 2015 iam liberar e não liberaram até hoje.

Vou deixar registrado aqui aquilo que disse a V. Exª e sobre o que pedi ajuda de V. Exª. No momento em que o Governo busca de todas as maneiras incentivar a geração de emprego, buscar recurso... O projeto de V. Exª diz respeito exatamente a que se tenha recursos para não paralisar as obras do PAC que estão em conclusão para quê? Para gerar emprego e renda, Senadora Gleisi Hoffmann.

O Governo do Estado do Pará – a senhora precisa saber e ajudar para que isso seja feito – tem 530 milhões concedidos de empréstimo pelo governo japonês. O dinheiro está disponibilizado. O Governo do Pará está... Os paraenses – porque não há um real do Governo Federal – estão pagando taxa de permanência, porque esses recursos não estão sendo usados.

O Governo está com o projeto do BRT da região metropolitana de Belém pronto – projeto executivo, licença ambiental –, pedindo a delegação do Ministério dos Transportes, porque é uma ação numa BR. O parecer do DNIT, eu tenho cópia, é favorável. O Ministro dos Transportes disse a mim que é favorável, como é favorável a qualquer pedido de delegação, em qualquer rodovia federal, que seja feito com recursos do Estado, Ministro. E motivos de política com “p” minúsculo fizeram o Governo Federal lançar uma PMI em cima do trecho onde será feito o BRT só para que não sejam gerados emprego e renda.

Então eu peço de público, Ministro, que V. Exª, na intenção de haver uma retomada de investimento no Brasil, resolva esse problema que é político, está lá no gabinete da Casa Civil, de fazer com que a Presidente possa autorizar a delegação e gerar emprego e renda com 530 milhões, vou repetir, do Tesouro japonês, e 120 milhões de contrapartida do Tesouro estadual; não tem um real do Governo Federal.

Então, eu peço, de público, a V. Exª que ajude o Pará, porque a demonstração da gestão do Governador Simão Jatene, gestão austera, fez com que o Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu costumo dizer, quando dizem: “Ah, o Estado do Pará está numa situação boa”, não, não está numa situação boa. Ele é o menos pior. Ele é o menos pior, porque todos estão numa situação de dificuldade, lamentavelmente.

Eu espero que, Ministro, a gente encontre um caminho, encontre uma solução para que o Brasil saia desta situação em que se encontra e volte ao caminho da normalidade e do desenvolvimento econômico e social.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom, Senador Flexa, a Mesa foi bastante condescendente não só com V. Exª, mas com todos os Senadores, porque avaliamos que esta é uma audiência de grande relevância para o Senado, para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas sabemos também da agenda do Ministro e dos compromissos que tem.

Eu queria só, rapidamente, antes de passar a palavra para o Ministro, registrar aqui quem nos mandou também perguntas: o Ricardo Pessoa, que fala da CPMF, se há algo que possa ser equivalente a um plano B se não conseguir aprovar e como está a redução dos três mil cargos comissionados; o Ewerton Ferreira Guimarães, que é lá do meu Estado, parabeniza-me pela condução dos trabalhos e também pergunta ao Ministro Nelson Barbosa sobre o controle de gastos, se essa agenda está comprometida; o Felipe Arthur Paz, que pergunta se existe alguma proposta para mudar o sistema de arrecadação que está voltado ao produto e não à renda; o Jaques Antônio, de São Paulo: “Por que o Ministério da Fazenda não retira a taxa de importação dos produtos que contribuem para a alta da inflação, como, por exemplo: tomate, cebola e batata”; também o Felipe Arthur Paz, que fala sobre o sistema tributário que está baseado na produção e precisa mudar para a renda, não é quem produz quem mais deve pagar imposto e sim quem mais lucra; o Licurgo, que pergunta ao Ministro se cortar aumento de salário para servidor público é a solução, porque, se for, ele apoia totalmente, e a questão do ICMS, que a guerra fiscal tem gerado grandes problemas para o País; o Felipe e a Franciena também falam sobre isso e querem sugerir uma tabela de ICMS que seja única; e o Alvin da Cunha Figueiredo, que pergunta se o Governo estuda alguma medida que torne a contratação no setor privado menos onerosa.

Também há aqui manifestações de apoio ao Ministro: “Parabenizo o Ministro Nelson Barbosa pelo excelente discurso. Sou a favor das propostas defendidas por ele. É visível a sua honestidade, a transparência e o interesse pelo desenvolvimento do Brasil” – essa é do Roberto dos Santos.

O Felipe Arthur Paz diz que na crise americana de 2008, os Estados Unidos injetaram na economia 2,3 trilhões através do sistema financeiro para salvar bancos. Não entende, então, as críticas do Senado sobre a proposta do Ministro. São propostas sensatas, uma vez que o projeto é dar fôlego aos Estados e os fazer crescer.

Também manifesta opinião favorável à fala do Senador Humberto Costa e acredita ele, o Roberto dos Santos, que a vida do brasileiro mudou quando o ex-presidente Lula assumiu a presidência e a Presidenta Dilma Rousseff mantém.

Então, essas são as colaborações.

Eu agradeço muito aos nossos telespectadores por terem mandado suas perguntas aqui. E também aos Senadores que as fizeram.

Lamento que o Senador Flexa não tenha ficado aqui até o final para ouvir de V. Exª as considerações que fez, mas passo a palavra a V. Exª para que responda às perguntas e teça as considerações finais.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para as considerações finais não, porque eu tenho ainda uma perguntinha para fazer ao Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Ah, pois não, desculpe-me.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Estava assistindo lá no gabinete.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois é, desculpe-me, vi que V. Exª chegou agora. V. Exª quer fazer a pergunta?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Quero.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, vamos aproveitar porque o Ministro já...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Ministro, rapidamente, parabéns a V. Exª pela calma e ponderação. Neste momento de crise é o que mais precisamos.

O que não foi dito aqui é que a mãe de todas essas crises é a crise política. E realmente nos faltou, eu acho que por parte da oposição e por parte do Governo, genialidade política para nós vislumbrarmos novos caminhos e procurarmos soluções que não passassem pela radicalização que hoje vivemos no País.

Mas o que eu queria perguntar a V. Ex^a era o seguinte: no meu Estado, o Rio de Janeiro, nós temos os *royalties* do petróleo e sofremos muito porque o preço do petróleo caiu. A produção da Petrobras também ficou estagnada e, com isso, Estados e Municípios tiveram perda de receita. O Estado foi compensado porque nós conseguimos, no Congresso Nacional, aliviar essas despesas dando a eles os depósitos judiciais; os Municípios, não.

Quando V. Ex^a fala em nós alongarmos a dívida dos Estados, isso vai aliviar, e a contrapartida é ótima, porque o meu Estado mesmo, na empolgação, deu muita isenção da qual hoje se arrepende, isenções bilionárias que não geraram empregos. Segundo o Conselheiro Graciosa, do Tribunal de Contas do nosso Estado, hoje, era para nós arrecadarmos, no Rio de Janeiro, R\$60 bilhões, mas arrecadamos R\$30 bilhões por causa de empolgação.

Pois bem, os Municípios não têm dívidas com a União. Os Municípios conseguiram, por conta da resolução aprovada no Congresso Nacional, o interesse do Banco do Brasil de financiá-los com R\$1 bilhão. Eles podem fazer investimentos. O empréstimo para o Estado está engasgado porque a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional disse que não pode ser para nada a não ser investimentos. E os *royalties* do Estado vão todos para o Rioprevidência. Já há uma lei aprovada no Estado há muito tempo. Então, quem está captando o recurso – R\$1 bilhão – é o Rioprevidência, mas não pode, porque, segundo a Procuradoria, não pode ser para outra coisa a não ser investimento.

Eu pediria a V. Ex^a, com essa boa vontade, com esse espírito cristão que tem de ajudar o Brasil neste momento, que ajudasse o Estado do Rio de Janeiro nesta fase difícil para todos, mas que para nós é mais acentuada por causa dos *royalties* do petróleo. Eu não conheço Municípios no meu País que tenham tido uma queda na receita no valor de \$1 bilhão, de R\$800 milhões, como Campos, como Macaé, como Cabo Frio. Em Cabo Frio, hoje, só há o prefeito. Todos os secretários estão trabalhando sem salários, se demitiram. E é um gesto até bonito neste momento em que a política traz tanto desalento, tantos maus exemplos, tantos escândalos. Em Cabo Frio, todos foram demitidos e continuam trabalhando.

Eu queria ouvir de V. Ex^a uma palavra – há muitos telespectadores do Rio de Janeiro –, que nos trouxesse algum alento a respeito.

Obrigado, Ministro.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado.

Começando pela pergunta do Senador Dalirio Beber, que também tem a ver com a pergunta do Senador Crivella, no que se refere à questão dos Municípios, como o próprio Senador colocou, na verdade são poucos os Municípios que têm grandes dívidas com a União. E é por isso então que um alongamento de dívidas não foi pensado agora para os Municípios. Na verdade a principal ajuda foi para os grandes Municípios, através da mudança de indexadores. A principal linha que nós temos para auxiliar os Municípios hoje é uma linha indireta, através desse auxílio aos Estados. Com os Estados podendo regularizar o pagamento de suas folhas, retomar os seus investimentos, vão acabar também melhorando a situação em geral nos seus Municípios.

Na questão específica do FEX, os Estados que são afetados pelo FEX, a transferência desses recursos, parte dela vai ser transferida pelos Estados para os Municípios.

Eu creio que o principal auxílio, Senador, que pode ser dado aos Municípios na verdade não vem com o nome de uma assistência aos Municípios, mas vem com a conclusão dos diversos investimentos em andamento no Brasil, os investimentos do PAC, principalmente os que se referem ao saneamento e ao desenvolvimento urbano, que são obras que são feitas principalmente em convênios com os Municípios, seja através de financiamento, seja através do OGU. Uma parte daqueles R\$9 bilhões que nós estamos pedindo autorização para concluir os investimentos em curso, a maior parte deles, uma parte grande vai para o Ministério das Cidades, para essas obras. Isso tende a ajudar bastante os Municípios.

No caso dos Municípios do Rio de Janeiro, eu estou ciente desse pedido de uma operação de antecipação de *royalties* similar ao que já foi autorizado ao Estado. Nós estamos avaliando isso. Provavelmente será dada – e foi aprovado pelo Congresso numa resolução – permissão para que os Municípios e Estados que tiveram uma perda de *royalties* possam financiar essas perdas. Isso está sendo avaliado para ser concedido via autorização do Conselho Monetário Nacional. No caso dos Municípios, fico feliz de saber que a maior parte se destina a investimentos, porque não é por um parecer da PGFN, mas por uma determinação da LRF que financiamentos feitos por entes da União não devem se direcionar a financiamento de despesas correntes. Isso é hoje o motivo do debate sobre essa operação do Rio de Janeiro, ou seja, se o aporte no Rioprevidência é considerado uma

operação de capital, no sentido de aumentar o capital daquela instituição, ou uma operação corrente. É isso que os técnicos estão debatendo, acho que até hoje, e as equipes que estão aqui.

Mas, no caso dos Municípios, os Municípios têm capacidade de pagamento e podem realizar essas operações, seja com os bancos públicos ou até com os bancos privados. Na verdade, o importante, aí, é ter-se a garantia da União. Nós estamos trabalhando com isso e já vamos anunciar algumas medidas iniciais nesse sentido, um primeiro *tranche* para esses Municípios mais afetados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O Rio de Janeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – ...agradece V. Ex^a.

O SR. NELSON BARBOSA – Voltando à pergunta do Senador Dalirio Berger...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Beber.

O SR. NELSON BARBOSA – Beber, desculpe.

A questão da multa. Nós vetamos aquela transferência, Senador, porque aquele recurso da multa, uma pequena parcela estava destinada, no nosso entendimento, para formar o fundo que vai auxiliar a reforma da ICMS. Entendemos a preocupação dos Municípios de que aquilo poderia ser um alívio de receita já neste ano, só que, também, é muito importante resolver a questão do ICMS, que hoje tem gerado muita incerteza jurídica, muita complicação, muita burocracia para empresas e para os próprios Governos. Então, nós achamos importante manter esse recurso da multa alocado para esse fundo. Consideramos essa multa eminentemente administrativa na nossa interpretação. E, obviamente, sabemos que o veto vai ser apreciado, e podemos discutir com V. Ex^a, no momento adequado, essa questão. Mas, neste momento, é importante a manutenção desse veto para que nós tenhamos os recursos que viabilizarão um avanço na questão do ICMS.

Na questão do depósito voluntário no Banco Central – o senhor perguntou e um telespectador também perguntou –, provavelmente, vai ser um depósito de curto prazo. Provavelmente, a taxa de remuneração desse depósito será algo próximo à taxa básica de juros – ou um pouco acima, ou um pouco abaixo. Existem países que pagam um pouco acima; existem países que pagam um pouco abaixo. Naqueles países em que há um excesso de liquidez e que querem forçar os bancos a emprestar, eles penalizam um pouco e pagam um pouco abaixo. Então, esta é uma discussão que existe no mundo: se existe o depósito voluntário, deve-se pagar exatamente a taxa de juros? Ou deve-se pagar um pouco acima porque ele é um depósito sem um título correspondente? Ou deve-se pagar um pouco abaixo para forçar os bancos a emprestar? Nós não estamos nesse estágio ainda. Esse é um debate que eu espero ter, mas, para chegar a esse debate, primeiro, se os senhores concordarem, nós temos que autorizar a criação desse depósito por parte do Banco Central. Uma vez feito isso, o passo seguinte, obviamente, vai ser decidir qual é a taxa de remuneração que vai ser fixada para esses depósitos. Nos Estados Unidos, por exemplo, paga-se um pouquinho acima; na Europa, tem-se pago um pouco abaixo. Então, depende da situação de cada economia.

Senador Ataídes, eu partilho da sua preocupação com a situação econômica. Nós temos este problema: a despesa cresce e grande parte da despesa é obrigatória. E não por acaso a nossa proposta procura exatamente enfrentar isto, enfrentar o crescimento da despesa obrigatória, colocando um limite para o crescimento do gasto, e com mecanismos para cumprir esse limite. E também uma proposta para enfrentar o maior desafio de política fiscal no Brasil e no mundo que é a previdência social. Isso está em construção.

Nós temos, hoje, uma situação em que a receita cai – e é importante lembrar que o Governo não controla a sua receita, nós temos projeção de receita, a Lei Orçamentária vem com uma autorização para o gasto e com uma projeção de receita. Então, na verdade, quando a receita flutua muito, nós temos que ajustar o nosso gasto à nossa receita. Nesse sentido, o Governo é diferente de uma família ou de uma empresa, porque a maior parte dos gastos do Governo é um gasto obrigatório. Então, nós não conseguimos ajustar aquele gasto na velocidade necessária para adequar nossa despesa à flutuação de receita. E isso envolve, então, passar leis no Congresso Nacional. E isso não é uma jabuticaba, isso acontece em todos os países do mundo, em todas as democracias avançadas. Eu acho que esse, hoje, é o grande desafio da democracia brasileira.

À parte das questões políticas que estão tomando conta das manchetes do dia a dia, o fato é que nós chegamos no momento de ter uma discussão fiscal ampla, profunda e muito bem detalhada. Hoje, nós não temos um problema em moeda externa, a nossa inflação começou a cair e hoje nós temos que enfrentar o desafio fiscal. E o desafio fiscal tem uma boa e uma má notícia. A boa notícia é que só depende de nós mesmos. A má notícia é que só depende de nós mesmos. Nós temos que nos entender para resolver os nossos problemas fiscais, que, em última análise, é: quem paga os impostos e onde é gasto o dinheiro dos contribuintes. Esse é o debate que, se os senhores se atentaram, foi o grande debate nos Estados Unidos.

Quando houve a crise nos Estados Unidos, o que aconteceu no primeiro impacto da crise? O Presidente Obama assumiu; eles não cortaram todas as despesas, até porque lá o orçamento é impositivo; as receitas caíram; o déficit americano foi para 13% do PIB; e, a partir daquele momento, começou um grande debate entre democratas e republicanos sobre como fazer a reforma fiscal nos Estados Unidos. Isso levou a impasses, à paralisação do governo, a propostas de cortes só do gasto, ou só de aumento de receita. Depois de um grande embate, chegou-se a uma solução de meio-termo, em que o ajuste foi feito metade do lado da receita e metade do lado da despesa. Oito anos depois, no final do governo Obama, os Estados Unidos estão crescendo e têm um déficit público bem menor do que o nosso.

Ou seja, se se der tempo à democracia, a democracia resolve. Eu acredito que isso vale para os Estados Unidos e também para o Brasil. Os nossos problemas fiscais não têm solução rápida nem serão eliminados num passe de mágica por qualquer que seja a solução política encontrada para o problema atual. Nós temos que enfrentar a rigidez de nossas despesas e ser capazes de recuperar as nossas receitas.

O Senador Flexa se retirou, mas eu já havia respondido a ele sobre a questão... Ele saiu, mas eu queria responder uma pergunta que ele deixou. Ele colocou uma dúvida de que os Estados não aceitarão todas as condições que nós colocamos no projeto de lei de reforma fiscal. Eu queria novamente enfatizar que essas condições foram discutidas com os secretários de Fazenda. Então, várias das propostas que foram colocadas nesse projeto de lei foram fruto de sugestões dos secretários de Fazenda.

Nesse ponto, eu queria esclarecer, principalmente para as pessoas que estão nos ouvindo – agora já saímos da TV Senado, mas, eventualmente, elas vão ouvir em algum momento –, que nós colocamos que não deve haver aumentos novos, não deve haver incentivos novos além dos que já estão aprovados. Então, se um Estado já aprovou um plano que prevê aumentos salariais para os próximos anos, isso está mantido. O que não pode haver são aumentos novos. Para quê? Para que não se use esse auxílio que a União está dando neste momento para conceder novos aumentos. Por quê? Porque, neste momento em que a economia passa por dificuldades, é muito mais justo que qualquer recurso que a União, que o povo brasileiro destine para auxiliar um Estado seja utilizado para cumprir os compromissos existentes para completar os investimentos em andamento, e não para conceder novos aumentos salariais.

E a mesma coisa vale para as questões de terceirizados. Nós sabemos que, ao se apertarem as regras, vários Estados vão se desenquadrar – na verdade, a maioria. É por isso que a regra também prevê um período de 10 a 15 anos para que os Estados possam se adequar. Então, é um período gradual, seguindo exatamente o que foi feito quando foi elaborada a LRF.

Vamos lembrar um pouco a história econômica brasileira. A LRF veio em 2001, depois do quê? Depois de um amplo processo de renegociação de dívida dos Estados e Municípios, a União absorveu a dívida, deu um perdão e, depois de ter feito isso, estabeleceu as regras da LRF e um tempo para que os Estados se adaptassem à regra.

Pois bem, nós estamos fazendo algo parecido, mas, como o Brasil, hoje, precisa de pressa, o que foi feito lá atrás, em três, quatro anos, nós estamos tentando fazer ao mesmo tempo: dar o auxílio necessário de curto prazo e as regras de médio e longo prazo que vão resultar numa situação fiscal mais saudável.

Por fim – o Senador Blairo também saiu –, eu queria só finalizar, aproveitando uma fala dele para as minhas considerações finais.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ministro, apenas com relação à repatriação, existe uma expectativa, um valor que possa...

O SR. NELSON BARBOSA – Desculpa. Eu havia falado para o Senador Humberto. A expectativa que está no Orçamento é de R\$21 bilhões, e nós elevamos isso para R\$35 bilhões neste ano. Essa estimativa é com base no retorno que tem sido dado pelos escritórios de advocacia e pelo próprio sistema financeiro. Então, achamos que isso vai de R\$21 bilhões para R\$35 bilhões.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Em função dos 15% que são considerados uma taxa administrativa, não daria para aliviar exatamente os Municípios brasileiros e permitir, nessa discussão em torno dos recursos necessários, a formação dos fundos para as compensações em função da guerra fiscal que se quer eliminar?

O SR. NELSON BARBOSA – É o assunto que está...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Isso não seria possível? Pelo menos, seria possível sinalizar positivamente.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu entendo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – A sua colocação de que os Municípios brasileiros, em função dos investimentos via PAC – saneamento e outras atividades... Hoje, os Municípios têm a sua situação agravada, porque precisam dar contrapartida, e essa contrapartida sai exatamente do orçamento. Eles

estão sem capacidade até de fazer frente às suas contrapartidas. Então, a União tem obrigação de ser sensível a essas questões.

Os Estados vão ter um ajuste no seu fluxo de caixa por 24 meses e, com certeza, vão realizar investimentos que vão melhorar as condições daquela comunidade. No entanto, estou aqui pontuando: no Município brasileiro que está sendo de fato assistido, se houvesse hoje mais recursos para a saúde e pudéssemos dispensar o Município da obrigação de bancar além dos 15% constitucionais, tenho certeza que a grande maioria dos Municípios brasileiros já teria condições de fazer essa transição, de fazer o enfrentamento das dificuldades nos dias de hoje somente com aquilo que eles excedem em comprometimento na sua atividade para dar assistência à saúde dos brasileiros.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador. Essa é uma ideia que tem sido apresentada nas discussões com as frentes dos Municípios. Nesse recurso que colocamos no PAC, uma das ideias que tem sido colocada é que parte dele seja destinado especificamente para os Municípios, para fazer pequenas obras de urbanização nos Municípios, e não sejam somente para as grandes obras de integração. Isso está em discussão.

Sobre a questão da destinação da repatriação, como eu coloquei, achamos importante destinar isso ao fundo que auxiliará a reforma do ICMS. Estamos dispostos também a discutir isso mais à frente quando chegar o momento de apreciação desse veto. Sabemos dessa necessidade.

Para terminar, sobre a questão que foi colocada pelo Senador Blairo – e também uma questão que foi colocada também pelo Senador Ataídes –, acho que, no momento em que estamos, sabemos da grande volatilidade, vivemos um momento em que é preciso restaurar a confiança. Restaurar a confiança envolve restaurar credibilidade. Credibilidade vem através de transparência e de resultado. É preciso ser transparente no que você propõe – e é isso que estamos procurando fazer aqui. Ao invés de propor uma mudança de resultado ao final de um ano, estamos propondo já no início do ano, para deixar bem claro até onde nós podemos ir e o que nós achamos que é necessário neste momento é essa autorização. E não só dizendo o quanto, mas para quê será utilizado. Acho que mesmo as pessoas que não concordam, ainda assim, pelo menos têm uma referência. E, a partir dessa referência, produzir os resultados necessários.

Alguns resultados já estão sendo produzidos, como eu coloquei, na construção dessas iniciativas para auxiliar Estados, nessas iniciativas para resolver pendências do passado. Infelizmente viemos carregando muitas pendências do passado: pagamento de equalização de taxas de juros de 2014; necessidade de mudança de indexador de Estados e Municípios vem desde 2013; o pagamento do FET está atrasado em um ano. Resolver essas pendências demonstra resultado. E espero que com esse resultado aumente a credibilidade e aumente a confiança da população brasileira em seu Governo. E isso pode criar então um círculo virtuoso.

Mas eu queria terminar colocando uma coisa. O Senador Ataídes colocou uma pergunta que é legítima, mas respeitosamente discordo da sua avaliação, e o Senador Blairo colocou uma coisa parecida. O Brasil, hoje, não está em uma situação de insolvência. Acho que precisamos diferenciar o que é uma volatilidade do que é uma insolvência. O que temos visto no Brasil de hoje é uma grande volatilidade. A taxa de câmbio flutua muito, os preços dos títulos brasileiros – devido à avaliação de *rating* das agências – flutuaram, mas isso não significa que o Governo brasileiro deixa de honrar seus compromissos. Muito pelo contrário, quem compra um título público do Governo brasileiro – seja um título doméstico, seja um título internacional – pode ter certeza que está fazendo um bom investimento, porque o Governo brasileiro honra todos seus compromissos: honra seus compromissos financeiros, honra seus *swaps* cambiais, e estamos pedindo autorização do Congresso para que honremos também nossos compromissos de investimento, que são obras que começaram e têm que ser completadas. O Governo tem o dever de completar aquilo que começou. Então, não vamos confundir volatilidade – que acontece, os preços flutuam – com solvência. Todo investidor, todo poupador que adquirir um título do Governo brasileiro está fazendo investimento seguro e, nesse mundo de hoje, de alta rentabilidade.

Nesse caso, um exemplo fala mais do que qualquer coisa. Há cerca de uma semana ou uma semana e meia atrás, voltamos ao mercado internacional. Então, fizemos uma colocação de títulos internacionais, até para testar o mercado e criar uma referência de taxas de juros para as empresas brasileiras que eventualmente desejem voltar a captar internacionalmente. Colocamos, inicialmente, uma oferta de US\$1 bilhão de captação. A demanda foi de quatro a cinco vezes maior pelos títulos brasileiros. No final, a taxa que nós esperávamos pagar acabou sendo reduzida em cerca de 125 pontos básicos. Ou seja, para os investidores internacionais, mesmo depois de uma redução do *rating* do Brasil, ainda há uma grande demanda por títulos brasileiros. Por quê? Porque os investidores percebem que uma coisa é volatilidade – que é o que a gente, infelizmente, vive hoje, volatilidade de preço –, e outra coisa é solvência.

O Governo brasileiro tem honrado e vai continuar a honrar todos os seus compromissos não só financeiros, mas principalmente nossos compromissos com a população brasileira. E é para isto que estamos pedindo essa autorização ao Congresso Nacional: para poder preservar aqueles programas sociais, aquelas despesas

de custeio e os investimentos que são necessários para promover uma recuperação mais rápida da economia brasileira neste momento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ministro, só para...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Ministro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente, vou ser muito breve, vou ser muito breve. Prometo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Querido Senador, então vamos. Muito breve.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ministro, toda essa volatilidade que V. Exª colocou é causa dessa política errática da nossa economia. Nós sabemos que a nossa vida é pautada por acertos e erros, por ganhos e perdas. O Governo errou nessa política econômica. Isso é fato. É impossível voltar atrás.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ataídes...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou ser bem rápido, Presidente, bem rápido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É porque nós já encerramos as perguntas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, mas eu tenho a réplica, não é?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós não usamos isso hoje aqui, mas, por favor, então. Por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – São dois minutinhos.

V. Exª já falou que comparar a empresa, uma pessoa com a União é difícil. Não, Ministro. A contabilidade é uma partida dobrada: dois mais dois é igual a quatro. O que este Governo não fez, lamentavelmente, quando perdeu receita por causa dessa política errática, foi cortar despesas, e qualquer empresa faz isso. Sou empresário há 30 anos. A partir do momento em que você projeta uma receita e ela não acontece, você tem que ir lá nos custos. O Governo não fez isso e, ao invés de baixar os custos – e V. Exª sabe muito bem disso –, aumentou as despesas só no ano passado em 11,6. Então, nós podemos, sim, comparar com uma empresa, uma pessoa física, por exemplo, um trabalhador que ganha R\$5 mil, está pagando R\$2,5 mil de juros e, de repente, vai ter um corte no salário, vai ter que cortar as despesas dele. Isso é óbvio.

É interessante, Ministro. Estados Unidos. Em janeiro de 2008, quando explodiu a crise, a bolha imobiliária nos Estados Unidos – V. Exª lembra muito bem –, a taxa de juros era de 4,25, a taxa Selic deles, igual a taxa de juros. Em janeiro de 2008, o Presidente chamou os empresários e disse: “Olha, vamos fazer o seguinte: eu vou baixar essa taxa de juros, e vocês produzem, o.k.?” “O.k.” Chegaram, então, no final do ano, com uma taxa muito próxima de zero e depois chegaram, inclusive, a zero. Nós, aqui, fizemos o contrário, Ministro. A crise bateu na porta por essa política e nós aumentamos a taxa Selic, que hoje está 14,25.

A minha indagação e o meu questionamento é o seguinte: por que não copiamos os Estados Unidos? Claro que é outra nação, outra cultura, etc., mas a grande causa de tudo isso, a meu ver, é a elevação dessa taxa de juros. O que pode combater inflação, no meu entendimento, é produto na prateleira, ou seja, produtividade. Produtividade é igual desenvolvimento, é igual emprego, é igual recessão baixa, inflação baixa.

Eram só essas colocações que queria fazer, Sr. Ministro, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O.k., Senador Ataídes.

Pergunto se o Ministro quer finalizar.

O SR. NELSON BARBOSA – Acho que sim, só esclarecendo, em primeiro lugar, sobre a questão da taxa de juros. Obviamente, se for possível ter uma taxa de juros menor, melhor para todos, só que a taxa de juros é mais resultado. O fato de não podermos ter uma redução da taxa de juros mais rápida é porque ainda temos inflação elevada. Na medida em que a inflação cair – e ela já está caindo –, isso vai possibilitar uma redução da taxa de juros.

No caso que V. Exª menciona, nos Estados Unidos, nesse mesmo momento, houve também uma queda muito forte da inflação, e isso facilitou com que eles reduzissem a taxa de juros deles sem criar problemas para o controle da inflação.

No caso da questão do Governo, concordo com o senhor. A contabilidade é a mesma, inventada lá pelo Luca Pacioli, em mil quinhentos e pouco, de partidas dobradas. As famílias seguem isso, as empresas seguem isso, e o Governo também, mas, no caso do Governo, você tem as despesas chamadas obrigatórias, aquelas despesas que, se eu decidir cortar, não posso decidir cortar; na verdade, se eu decidir cortar, o que tenho que fazer é apresentar uma proposta para o Congresso Nacional, que decide, aprova aquilo ou não. Foi o que fizemos ano passado em algumas despesas obrigatórias e o que estamos procurando fazer agora.

Concordo com o senhor: por que não adotar algumas boas ideias que deram certo no resto do mundo? A nossa proposta de colocar um limite para o gasto e se aquele limite ameaçar ser rompido aquilo automati-

camente acionar ajustes automático de despesa foi muito baseada na proposta que os americanos adotaram, que lá se chamou sequestro, lá era o limite da dívida, se superasse o limite de dívida automaticamente... Havia três níveis, lá as despesas são diferentes, porque o orçamento deles é diferente, mas havia três níveis de ajuste automático. Também estamos procurando adaptar ideias que deram certo no resto do mundo para a realidade brasileira e tenho certeza de que passamos por uma situação desafiadora, mas temos todos os instrumentos para resolver o nosso problema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E o Sistema S?

O SR. NELSON BARBOSA – A questão do Sistema S acabei esquecendo, não respondi. Foi feita a proposta pelo Ministro Levy para o Sistema S, foi apresentada pelo Ministério da Fazenda; em negociação com o próprio Sistema S, se chegou a um acordo de que esse iria cobrir algumas das despesas da União indiretamente através de cursos, assumindo as despesas de treinamento, principalmente na área de educação. Isso está sendo feito, coordenado pelo Ministro Armando Monteiro e pelo Ministro Mercadante. Em vez de o Governo se apropriar da receita do Sistema S, o Sistema S direcionar a maior parte da sua receita para assumir programas públicos, tanto na área de desenvolvimento industrial, treinamento industrial quanto de educação e ensino técnico. Não tenho maiores detalhes de como isso tem progredido, mas vou pedir para a minha assessoria que levante e passe isso ao senhor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – O Armando jamais vai tirar um centavo do Sistema S. Pelo contrário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

Senador, por favor...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – O Sistema S vai pagar o Pronatec agora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço muito a presença do Ministro Nelson Barbosa e o parabenizo pela sua exposição.

Finalizo aqui, como finalizei em relação à exposição do Presidente do Banco Central, dizendo que, das últimas vindas da Fazenda aqui, esta, com certeza, é a mais alentadora e animadora. Primeiro, pelos resultados que nós já víamos na economia, pela queda da inflação, pela área externa que se recupera, mas também pelo conjunto de medidas que estão sendo propostas nesta Casa, tanto medidas emergenciais, como medidas de médio e longo prazo. E, no campo emergencial, o entendimento de que nós precisamos de medidas contracíclicas para poder fazer com que o País retome o seu crescimento.

Quero concordar plenamente com o Ministro Nelson Barbosa que o tempo da democracia é fundamental para que possamos resolver inclusive os problemas da economia.

Quero agradecer também aos técnicos do Ministério da Fazenda, à assessoria que está aqui, aos assessores dos Senadores, aos Senadores que ficaram até agora conosco nesta audiência pública e também à imprensa.

Comunico que na 3ª Reunião da Comissão foi informado que, de acordo com o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas comissões permanentes deve ocorrer até o final de março, portanto, hoje. Até o presente momento foi apresentado à CAE requerimento de autoria do Senador Lindbergh Farias. Assim, com vistas a dar cumprimento ao disposto no mencionado dispositivo regimental, vamos receber novas sugestões de políticas públicas até as 16 horas de hoje, na Secretaria da Comissão.

Agradeço a todos.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 24 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Neste momento, a Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: **1) Ofício nº 05/2016 (SF)**, da Primeira Secretaria do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 001, de 2016- GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Interino, Luiz Cláudio Costa, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.197, de 2015, de iniciativa desta Comissão, relativo ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); **2) Ofício nº 22/2016 (SF)**, da Primeira Secretaria do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 002, de 2016-GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Interino, Luiz Cláudio Costa, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.248. De 2015, de iniciativa desta comissão, relativo à alegada cessão do livro Habilis para a rede de escolas públicas. **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2015 - Não Terminativo.** Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. É aprovado o Relatório da Senadora Fátima Bezerra, que passa a constituir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Item 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 141, de 2015.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol, com os seguintes convidados: Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF; e Carlos César Ramos Custódio, presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol – ABTF. Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **Item 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 146, de 2015.** Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 204/2013, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 3. Representante do Ministério da Cultura; 4. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2013 - Não Terminativo.** Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado em virtude da aprovação do Requerimento nº 146, de 2015-CE, para a realização de Audiência Pública de instrução da matéria. **Item 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2015 - Não terminativo.** Confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal. Autoria: Deputado Pr. Marco Feliciano. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade. Resultado: Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. Durante a reunião, a Senadora Marta Suplicy apresentou Relatório reformulado pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO nº 426, de 2015 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior aos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº1-CE (Substitutivo). **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, de 2015 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado (Substituído por

Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 6) TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014 – Terminativo.** Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador José Pimentel. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014 – Terminativo.** Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e a Emenda nº 1-CE, e declarada a recomendação de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 1, de 2016.** Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Educação, uma Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular a fim de aprofundar o debate sobre o tema, e sugerimos que sejam convidados o Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB), Dr. João Batista Araujo e Oliveira, e a senhora Illona Becskeházy, Mestre em Educação pela PUC-Rio e Doutoranda em Educação pela USP. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado. **Item 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, de 2016.** Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para tratar do tema “Currículo Pediátrico Global”. Os convidados serão informados oportunamente. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6, de 2016.** Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, com o objetivo de instruir o PLS nº 379, de 2013, que dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior. Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria desta Comissão. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **Item 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 2, de 2016.** Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, que tratou de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”, a substituição de Clarice Salete Traversini, em razão de a convidada não mais ocupar a Diretora de Currículos e Educação Integral, pelo seguinte convidado: 1) Ítalo Modesto Dutra – Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. **Item 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, de 2015 – Não terminativo.** Denomina Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376 entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Autoria: Deputado Edmar Arruda. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, de 2015 – Não terminativo.** Denomina Viaduto Elizete Aparecida Romagnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Autoria: Deputado Edmar Arruda. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 24) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 4, de 2016.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia mundial de doenças raras que é lembrado no dia 28 de fevereiro. O evento ocorrerá no dia 25, no Senado Federal. Autoria: Senador Romário. Resultado: aprovado. **Item 25) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 5, de 2016.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá nos dias 21 e 22 de março, no Senado Federal. Autoria: Senador Romário. Resultado: aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 26: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 7, DE 2016.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE1/2016, sejam incluídos os seguintes convidados: Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; representante do Ministério da Educação, representante do Conselho Nacional de Educação - CNE; e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED para participarem da Audiência Pública destinada a tratar da Base Nacional Comum Curricular. **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. **Ficam adia-**

dos os seguintes itens: ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2014; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, de 2014. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às treze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os senhores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

- Ofício nº 05/2016 (SF), da Primeira Secretaria do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 001, de 2016- GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Interino, Luiz Cláudio Costa, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.197, de 2015, de iniciativa desta Comissão, relativo ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

- Ofício nº 22/2016 (SF), da Primeira Secretaria do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 002, de 2016-GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Interino, Luiz Cláudio Costa, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.248. De 2015, de iniciativa desta comissão, relativo à alegada cessão do livro *Habilis* para a rede de escolas públicas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta comissão aos Senadores e Senadoras que desejarem ter acesso ao seu conteúdo, e uma cópia será encaminhada aos autores dos requerimentos.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 25.

Antes de passarmos ao primeiro item, gostaria de lembrar que, ao final do ano passado, eu tive a satisfação de apresentar os significativos resultados desta Comissão, a qual conseguiu realizar suas atividades com eficiência, produtividade e participação colaborativa da classe política e da sociedade civil, sendo a Comissão permanente que mais votou projetos de lei ou de resolução em 2015, nesta Casa.

Desta forma, gostaria de aproveitar a presença dos Senadores para desejar um ano legislativo ainda mais proveitoso e produtivo a todos nós.

Muito obrigado a todos que participam desta Comissão.

Item 1.

Projeto de Lei do Senado nº 282...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, primeiramente, quero cumprimentá-lo e os demais integrantes e colegas aqui da nossa Comissão. Associo-me a V. Exª, desde já, também desejando mais um ano de muito trabalho aqui em nossa Comissão e que possamos ter uma produção legislativa cada vez mais voltada para fortalecer a educação em nosso País.

Mas, Senador Romário, não poderia, na abertura aqui dos trabalhos da Comissão neste ano de 2016, deixar de fazer um registro sobre o primeiro projeto aprovado no Senado, em nossa Casa, neste ano de 2016. Refiro-me exatamente ao projeto de lei que trata da primeira infância. A matéria estava, inclusive, aqui em nossa Comissão, onde fui designada por V. Exª como relatora. Na oportunidade, houve o pedido de regime de urgência e o projeto terminou indo para o plenário da nossa Casa, onde foi votado e aprovado por unanimidade.

O projeto, Senador Romário, é muito meritório porque, na verdade, trata de um conjunto de iniciativas voltadas para a chamada primeira infância, que é essa fase de 0 até aos 6 anos.

V. Exª, como Presidente desta Comissão, participou das gestões para que esse projeto fosse aprovado ainda o ano passado. Como não foi possível, nós concluímos agora.

Mas o que eu quero colocar é que a importância do projeto reside no fato de ele reunir uma série de diretrizes, todas elas voltadas para fortalecer as políticas públicas relacionadas à primeira infância. Na verdade, o que a lei pretende é articular as políticas públicas existentes nas mais variadas esferas e, portanto, cobrar o cumprimento dessas políticas públicas na medida em que elas são fundamentais para garantir uma formação saudável da criança.

Nós sabemos – e é dito por todos os especialistas – que é exatamente nessa fase em que se deve ter o máximo de cuidado com relação à criança pelo que isso representa para a sua formação como adolescente, como indivíduo e como cidadão.

E ainda dizer a V. Exª que o projeto trouxe inovações, Senador Romário, porque ele amplia a licença paternidade de cinco para 20 dias. Isso é uma conquista extraordinária, vindo na direção de quebrar aquele paradigma de que, de repente, a criança é mais a mulher, a mãe que cuida. Não; o pai também deve cuidar. Portanto, ampliando essa licença de cinco para 20 dias nós estamos dando condições aos homens, aos pais para que eles possam dispor de um maior tempo para também se dedicar tanto à convivência com a mãe, antes do parto ou pós-parto, como com a própria criança.

Por fim, quero dizer a V. Exª que, assim que a Presidenta Dilma sancionar a lei – e é essa a nossa expectativa –, o Senado já decidiu que vai tratar de criar as condições para que os benefícios, como as licenças e outros, sejam estendidos às servidoras e aos servidores desta Casa que sejam pais e mães.

Então, eu queria só fazer este registro para V. Exª e parabenizar toda a Comissão, porque esse projeto contou com o apoio e o envolvimento de todos nós.

Parabenizo a Rede Nacional Primeira Infância, na pessoa do Professor Vital Didonet, que foi realmente o timoneiro que coordenou esse debate ao longo desses três anos – o projeto veio da Câmara – que resultou nessa vitória. Agora, é esperar a sanção da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autoria: Senador Raimundo Lira.

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;
2. Em 08/12/2015, foi concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais;
3. Em 16/12/2015, foi apresentado pelo Senador Antonio Anastasia requerimento para a realização de Audiência Pública para instrução da matéria (Item 20) .
4. O requerimento foi subscrito pela Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para a leitura do Requerimento da Comissão de Educação nº 147, de 2015, que constitui questão prejudicial à apreciação desse projeto.

Por favor, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, como o tema não é terminativo aqui, Senador Romário – e o será na Comissão de Assuntos Econômicos –, por economia processual, para agilizar a apreciação nesta Casa, faremos a retirada do requerimento, para que seja feita a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, pois se trata de repartição de recursos públicos na área da educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para suas considerações finais sobre o projeto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A assessoria podia me dar o meu relatório, por favor? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, Senadora, o relatório já foi lido. Eu só gostaria das considerações finais aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Já foi lido. Perfeito. Exatamente. Então, vamos lá, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero saudar a iniciativa do Senador Raimundo Lira. Eu fiquei muito honrada com a indicação para a relatoria desse projeto, Senador Romário, porque, em outras palavras, o que se busca com essa iniciativa legislativa é uma distribuição mais equânime entre as unidades da Federação, beneficiando, claro, as regiões mais carentes do País.

Eu concordo com a Senadora Ana Amélia: como o assunto aqui não é terminativo e há questionamentos do ponto de vista do aspecto da repartição de recursos tributários, nada mais oportuno que deixarmos esse debate para a própria Comissão de Assuntos Econômicos.

O fato é que o projeto é extremamente meritório e bom para a educação do Brasil. Portanto, pedimos sua aprovação, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Consulto se algum Senador ainda gostaria de discutir a matéria. *(Pausa.)*

Senador Raimundo Lira, autor do projeto, com a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Presidente Romário, eu, quando preparei esse projeto, imaginei exatamente que a pessoa certa para relatá-lo seria a Senadora Fátima Bezerra, porque a sua história, no Rio Grande do Norte e no Nordeste, é exatamente toda voltada para a defesa da educação de qualidade. E educação de qualidade precisa ser respaldada, também, por recursos necessários para que mantenha essa educação de uma forma contínua e permanente.

Manifesto a minha satisfação e a minha honra de tê-la como Relatora desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Romário, só aqui para fazer o registro de duas emendas que estão encartadas ao projeto: os recursos distribuídos nacionalmente de acordo com a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal deverão ser distribuídos entre os Estados e seus Municípios, considerando o número de matrículas da Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino; e que o número de matrículas da Educação Básica em cada rede pública de ensino será contabilizado conforme o senso escolar mais atualizado e realizado pelo Inep.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem Senadora.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 18...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Romário, desculpe-me, mas é bem rapidinho. Gostaria só de fazer a solicitação de um requerimento extrapauta, Senador. Depois V. Exª vê aí qual o melhor momento de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O. k., Senadora.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 141, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), acerca do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol, com os seguintes convidados: Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); e Carlos César Ramos Custódio, presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF).

Autoria: Senador Romário.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria de subscrever o item 19, que é um requerimento de autoria da Senadora Regina Sousa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passemos ao item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 146, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 204/2013, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 3. Representante do Ministério da Cultura; 4. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Autoria: Senadora Regina Sousa e Angela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para a leitura do requerimento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Só um minutinho, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Leitura do requerimento, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 204, de 2013, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Proponho, juntamente com a Senadora Regina, autora do requerimento, que a audiência conte com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Educação;
2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
3. Representante do Ministério da Cultura; e
4. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Este é o requerimento que gostaria de submeter à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, o PLS nº 204, de 2013 fica sobrestado nesta Comissão aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. Matéria a ser apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa;
2. A matéria constou da pauta da Reunião de 15/12/2015;
3. Em 15/12/2015, foi apresentado pela Senadora Regina Sousa Requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução da matéria (Item 19).

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para leitura do Requerimento da Comissão de Educação nº 146, de 2015, que constitui questão prejudicial à apreciação deste projeto.

Senadora, por favor, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Para justificar porque já foi lido.

Não é ser contra o projeto; é louvável a iniciativa do projeto, mas a gente precisa ter informações dos setores responsáveis, porque a gente sabe que isso tem custo e pode encarecer as moradias. Então, a gente precisa ouvir os setores responsáveis para ver da viabilidade, porque a gente sabe, por exemplo, que hoje as residências são entregues e ainda nem o título da terra a gente consegue dar para as pessoas. A casa é dele, mas a terra não é. Então, a gente está passando por esse processo de regularização fundiária nas cidades.

É, pois, preciso saber se a gente tem condições mesmo de fazer isso, até para não ficarmos aprovando uma lei que, depois, não tenha viabilidade. Então, não prejudica, não é nada contra o projeto e somos a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, uma ponderação só: essa matéria não é terminativa nesta Comissão; ela já foi aprovada em várias comissões. Assim, eu quero propor que a audiência pública a que se refere a Senadora Regina Sousa possa ser feita numa etapa seguinte para que, se dúvidas existirem... Estou entendendo que, no mérito, não há dúvidas. A iniciativa do Senador Cristovam Buarque é dar àqueles que vão habitar as unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida o direito à instrução, direito à porta de saída da pobreza, e uma ferramenta importante é o computador, é o *software*, é o instrumento para que as pessoas se habilitem ao algo mais na vida. A questão é custo, ou seja, saber quanto custa isso. Eu acho que a informação de que a Senadora se vale para solicitar a audiência pública está na informação sobre custo, isto é, quanto custa e qual a programação que se pode fazer.

Então, como esse é um assunto cujo mérito fundamentalmente reside na apreciação da Comissão de Educação, mas ela não é, no meu entendimento, terminativa nesta Comissão, o que quero sugerir é que a Comissão delibere sobre o mérito da matéria e que a audiência pública possa se processar na próxima etapa, a fim de que os esclarecimentos de ordem financeira, de custos de implementação do projeto, sejam feitos na próxima etapa quando a matéria for votada antes do Plenário.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, só para informar que acabei cometendo aqui um ato falho.

O requerimento da Senadora Angela Portela é o mesmo requerimento em relação a esse projeto. Então, essa audiência pública acabou de ser aprovado minutos antes de V. Exª entrar aqui na Casa. Então, já foi aprovado o requerimento e será feita essa audiência pública. Marcaremos já.

Desculpe-me pela falha.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu agradeço a V. Exª a explicação.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Presidente, pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2015

- Não terminativo -

Confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal.

Autoria: Deputado Pr. Marco Feliciano.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da Reunião de 15/12/2015.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o relatório.

Por favor, Senadora, com a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.210, de 2012, na Casa de origem), do Deputado

Marco Feliciano, que confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal.

Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015, do Deputado Marco Feliciano, que confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposição consta de dois artigos, o primeiro dos quais confere o referido título ao Município de Orlândia. O art. 2º, por seu turno, determina o início da vigência da lei para a data de sua publicação.

De acordo com a justificação, o projeto busca reconhecer a relevância conquistada por Orlândia na prática do futsal, em nível nacional e mesmo no exterior, especialmente por meio da equipe ADC Intelli, detentora de grande número de títulos de torneios desse esporte.

Encaminhada ao Senado Federal, a matéria foi destinada à apreciação exclusiva da Comissão de Educação, onde não foram oferecidas emendas.

Após a apreciação da Comissão de Educação, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Análise.

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de cultura e desportos, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

São incontestáveis os méritos do Município paulista de pouco mais de 40 mil habitantes em criar e manter uma equipe de futsal que acumula conquistas impressionantes. Não se deve deixar de reconhecer, particularmente, a visão ampla do empresário Vincenzo Spedicato, que, além de criar o importante grupo empresarial Intelli, teve a iniciativa de fundar, em 1977, a Associação Desportiva Classista Intelli, ou ADC Intelli, que visava a oferecer oportunidades de lazer e esporte a seus funcionários.

A equipe de futsal logo passou a se destacar no Campeonato Paulista do Interior, sagrando-se campeã pela primeira vez em 1987 e repetindo o feito por cinco vezes na primeira década do século XXI. A taça do Campeonato Paulista é arrebatada em 2003, 2010 e 2011. Em nível nacional, a equipe ADC Intelli, também conhecida por “Orlândia”, tornou-se, em 2012 e 2013, campeã da Liga de Futsal, a mais importante competição do País. No mesmo ano de 2013, conquista a Taça Libertadores da América e fica em terceiro lugar no Campeonato Mundial de Clubes.

Sem dúvida, um desempenho tão admirável por parte de um time de uma pequena cidade do interior tem contribuído muito para tornar a prática do futsal, juntamente com a vibração por ele, extremamente difundida entre os orlandinos.

O futsal não é apenas uma abreviatura do futebol de salão, já que ambos podem ser considerados modalidades próximas, mas distintas de um mesmo esporte, com algumas diferenças de regras. Pode-se dizer que o futsal, a modalidade mais recente, tornou-se, pela adoção de regras como a de uma bola mais leve que a tradicional de salão, mais próximo do futebol de campo.

Seja como for, as duas modalidades constituem o que muitos consideram como o esporte mais praticado no Brasil, uma vez que as maiores facilidades para se montar uma equipe ou construir uma quadra tornam-no mais acessível do que o futebol tradicional.

Mostra-se incontestável o mérito da cidade paulista de Orlândia ao adotar o futsal com entusiasmo e competência, levando, com suas conquistas, o nome do Município para além das fronteiras nacionais, e difundindo e estimulando uma importante modalidade de prática esportiva, tão relevante para a formação e a saúde da população.

Ressalte-se, por fim, que a proposição atende plenamente aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Voto.

Conforme o que expus, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015, parabenizando não só a cidade, mas o empresário que teve essa iniciativa. É para podermos ver que, quando nós temos um investimento focado no esporte, ele dá frutos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar a Senadora Marta pelo relatório e o autor, Deputado Marco Feliciano.

Quero dizer que, em agosto de 2013, nesta mesma Comissão, na relatoria do Senador Paulo Paim, votamos e aprovamos um projeto de 2012, de minha autoria, que confere um título a Carlos Barbosa, que tem no futebol de salão ou futsal um dos destaques maiores, porque é pentacampeã. V. Exª, Senador Romário, entende o que significa um pentacampeonato. Pentacampeã, bicampeã mundial de futsal e, no ano passado, ganhou mais um campeonato em cima do time de Hortolândia. É uma disputa bonita essa, porque o esporte cria essa, digamos, torcida adversária.

A questão agora não é apenas essa de quem é melhor, de quem merece ou de quem não merece, mas é que tivemos uma lei, bem anterior a essa, aprovada aqui no Senado. Assim, a minha dúvida – daí perguntar a V. Exª – é sobre como fica essa matéria do ponto de vista do que está valendo, do que fica invalidado. Regimentalmente, como é que vamos trabalhar em relação a isso?

Não havendo uma resposta adequada, eu pediria vista do projeto relator pela Senadora Marta para que eu possa, neste processo, fazer uma avaliação, pois entendo que seria uma superposição de leis, embora meritórias. Reconheço o espírito de prestigiar Hortolândia, tal como no caso de Carlos Barbosa, da mesma forma. Nesta caso, foi o empresário Clóvis Tramontina, que o nosso Paim conhece bem, mais do que um patrocinador, mas um idealizador, um torcedor fanático, que leva sempre, a todos os lugares, como empresário, o estímulo à ACBF, a Associação Carlos Barbosa de Futsal, que, como eu disse, é pentacampeã e bicampeã mundial de futsal.

Então, essa é a questão que eu faço em relação ao PLC nº 89, de 2015, lembrando que, em 20 de agosto de 2013, foi aprovado por esta Comissão de Educação, em caráter terminativo, matéria congênere.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, vista concedida, nos termos do Regimento.

Antes, porém, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Prezada Senadora Ana Amélia e Senador Paim, também do Rio Grande do Sul, eu acredito que realmente nós devemos agora sentar, tentar ver como proceder. E o único comentário que eu posso fazer é repetir o que acabei de fazer: quando dois empresários resolvem investir seriamente num esporte, esse esporte dá certo. É mais uma comprovação essa situação que a Senadora Ana Amélia está relatando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com certeza, o futsal é um dos esportes mais vencedores que temos no nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, só uma frase, se me permitir, sobre o tema. É porque eu sou funcionário, inclusive, do grupo Tramontina. A iniciativa foi da Senadora Ana Amélia, que gentilmente me convidou para ser relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por essa relação afetiva, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu acompanho. V. Exª sabe que eu sempre fui e sou um apaixonado pelo futebol, e dei, com muita alegria, o meu parecer em relação ao projeto.

Eu acho que é importante o pedido de vista para que questões como essa não voltem a acontecer. Já houve momentos como esse, e o entendimento foi, naquele fato, considerar o projeto mais antigo, ficando o mais recente, prejudicado, já que tratava exatamente do mesmo tema. Mas não estou aqui nem dizendo que tem que ser isso ou aquilo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Se me permite, Senador, eu não busquei esse projeto. E, a partir do que V. Exª está relatando, eu acho que não pediria nem vista. Eu mudava o meu relatório aqui mesmo pela rejeição do projeto em virtude do relatado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ou melhor, pela prejudicialidade, não pela rejeição. Assim, já resolvíamos a questão, porque, em face de tudo o que a Senadora Ana Amélia colocou e o que o Senador Paim agora reitera, não faz nenhum sentido pedir vista ou reconsiderar. Esse espaço já está ocupado. Nós podemos instituir um prêmio. O Deputado que fez o projeto original poderia fazer outra manifestação de homenagem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a ela nós nos associaremos Senadora Marta com muita alegria.

Quero agradecer muito essa providência. Eu acho que essa é, do ponto de vista regimental, do ponto de vista político até, uma demonstração clara de compromisso para evitar a burocracia, porque a matéria voltaria na próxima semana etc. Então, eu acho que essa alternativa é absolutamente sensata e inteligente.

Então, Senadora Marta, eu agradeço.

Lembro apenas, Senadora Marta, que o Rio Grande do Sul, por ter um inverno muito rigoroso, todos os esportes *in door*, ou seja, os praticados em estádios fechados, têm um grande destaque, e o futsal não é diferente. Por isso, no Rio Grande do Sul, em todo o Estado, a prática desse esporte é extremamente valorizado, dos pequenos aos grandes, como é o caso de Carlos Barbosa.

Então, por todas essas razões, eu também quero fazer uma homenagem a todos os atletas que praticam, não só no Rio Grande do Sul, mas fora dele também, um esporte que já entrou agora nas disputas internacionais e que é reconhecida internacionalmente.

Então, muito obrigada, Senadora Marta; obrigada, Senador Paim; e obrigada, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem! Já que ambas senadoras já chegaram a um acordo, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório reformulado.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório que foi aprovado passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade.

A matéria vai ao plenário.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero pedir para retirar o item 2 da pauta, para que eu o traga na próxima reunião; e, se possível, discutirmos o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Será retirado o item 2.

Item 3.

Projeto de lei do Senado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero só cumprimentar a Senadora Marta Suplicy pela sua posição, ainda porque isso vai resolver outras questões daqui para frente, para que a mesma matéria não seja votada duas vezes.

Então, Senadora Marta, aceite os meus cumprimentos. Eu sei que a senhora fez um brilhante relatório, mas entendeu que esse seria o melhor caminho para evitar a burocracia na nossa Casa, aqui no Senado.

Meus cumprimentos a V. Exª e meus cumprimentos também à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem!

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior aos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador Donizeti Nogueira.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira para proferir o relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, essa iniciativa é uma sugestão do projeto Jovem Senador que nós acolhemos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e estamos relatando aqui na Comissão de Educação.

Para não ser demorado sem a necessidade, quero ir logo a análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – De acordo com o art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpra a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre matérias de natureza educacional, nomeadamente diretrizes e bases da educação brasileira. Daí a pertinência regimental da presente apreciação.

Passando a exame do mérito, é oportuno salientar, preliminarmente, que o projeto sob análise é originário da Sugestão nº 20, de 2014, advinda do Programa Senado Jovem, cujos protagonistas são estudantes do ensino médio. Isso nos permite uma primeira abordagem de mérito da iniciativa a partir de sua legitimidade, pois se trata de uma demanda formulada com base nas necessidades mais prementes do cotidiano desses jovens, e que, nem sempre, aparecem nas pesquisas sobre e com eles.

No que toca ao tema da orientação profissional ou vocacional propriamente dita, a literatura especializada aponta quase um século de estudos. Entretanto, até os dias de hoje, a orientação profissional não se pretendeu conclusiva no apontamento de escolhas. Conduzida como campo de trabalho da psicologia, mais precisamente como avaliação psicológica, a orientação tem como uma de suas vertentes mais adotadas e difundidas a de processo, em que o profissional especializado e o orientando discutem escolhas, mas o último é que é senhor dos próprios caminhos.

Isso não quer dizer que o serviço seja irrelevante. Ao contrário, o modelo de orientação centrado no processo dá mais firmeza à decisão do futuro profissional. Além disso, independentemente da abordagem adotada, deve-se ter em mente, tomando como referência a realidade brasileira, que muitos jovens decidem por um curso superior como forma de alçar a um emprego ou cargo público que exige tal titulação. Dados de 2013 indicavam, por exemplo, que o País contava com mais de 930 mil engenheiros formados, mas, naquela ocasião, apenas 300 mil desses profissionais estavam na carreira. Esses números se repetem em praticamente todas as áreas do conhecimento, algumas com distorção ainda maior.

Dessa forma, a orientação se torna relevante, na medida em que permite economia de recursos, seja evitando o desperdício do investimento em formação, seja contribuindo para o aumento de produtividade, como reflexo da presença de profissionais no mercado alocados em face das competências desenvolvidas ao longo de anos de estudos.

No que tange à inserção da proposta no arcabouço normativo vigente, verifica-se que a inclusão do serviço de orientação profissional ou vocacional como diretriz faz sentido. Além do caráter de norma geral, o que dá um matiz republicano e perene à medida, a inclusão da previsão desse serviço na LDB contorna eventual arguição de vício de iniciativa.

Entretanto, até pelas razões retroapontadas, não nos parece adequado restringir as possibilidades da orientação profissional à aplicação de um teste vocacional. De igual modo, discordamos da oportunidade de oferta do serviço. Com efeito, considerando que a profissionalização é possível, em nosso País, a partir do próprio ensino médio, não vemos razão para que eventual serviço de orientação profissional, termo que, a propósito, nos parece mais adequado do que a abordagem limitada do “teste vocacional” em si, não possa ser oferecido também aos jovens que estejam concluindo o ensino fundamental.

A esse respeito, cumpre lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê nada menos do que 5,2 milhões de matrículas na educação profissional técnica de nível médio até o ano de 2024. Frise-se que o padrão de remuneração proporcionado pela educação profissional técnica de nível médio não é necessariamente inferior ao de muitas carreiras que exigem educação superior. Além disso, apesar de a elevação da escolaridade média do País ser sempre desejável, nem todos os jovens pretendem seguir carreira de nível superior. Outra questão a ser considerada é que muitos podem realizar estudos superiores sem que isso implique vontade de mudança de profissão.

No que concerne à implantação de programas preparatórios para os exames de acesso à educação superior, entendemos que a preocupação é parcialmente pertinente.

No entanto, a medida não se harmoniza com a LDB, ante o fato de não ser finalidade precípua, muito menos única, do ensino médio, a preparação para o prosseguimento de estudos em nível superior.

Em adição, essa inovação implicaria a criação de uma despesa continuada, a onerar significativamente o orçamento dos Estados e do Distrito Federal.

Portanto, não se trata de uma providência salutar, cuja adoção se torna ainda mais discutível na atual conjuntura de crise. Ademais, não se tem a dimensão dos efeitos pedagógicos negativos desse tipo de medida em relação ao próprio ensino médio regular. Afinal, sempre há o risco da transferência de responsabilidade quando se cria uma instância dedicada à continuidade de determinadas funções, o que é de se cogitar em relação a tais cursos preparatórios.

Diante desse panorama, é forçoso, pois, excluir do projeto o dispositivo que abriga a criação de cursos preparatórios. Considerando que é necessário adequar também os termos e a oportunidade do serviço de orientação profissional a ser oferecido aos estudantes, apresentamos um substitutivo ao projeto.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2015, nos termos seguintes:

SUBSTITUTIVO

Altera da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a oferta de serviço de orientação profissional especializado na educação básica. O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a oferta de serviço de orientação profissional especializado para estudantes da educação básica da rede pública, ou da rede privada, quando beneficiários de bolsa integral, para fins de cumprimento do disposto no *caput* do art. 22 e nos arts. 35 e 36-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo único. Será ofertado aos estudantes da rede pública e aos beneficiários de bolsa integral na rede privada, a partir do último ano do ensino fundamental, serviço de orientação profissional especializado, para fins de apoio à decisão sobre prosseguimento de estudos em curso técnico de nível médio e na educação superior.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu confesso que tomei conhecimento agora desse projeto. Talvez o autor, Senador Paim, possa me ajudar em relação a ele.

Eu quero parabenizar o Senador Paim pela iniciativa.

O parecer do Senador Donizeti, primoroso, bem detalhado, tenta aprimorar ainda mais o projeto.

Não vou entrar nessa questão, que não conheço, em relação ao termo ideal, se seria “teste vocacional” ou “serviço de orientação profissional.” Acredito que o Senador Donizeti, por meio de pesquisas, deve ter chegado à conclusão de que esse realmente seja o melhor termo.

Eu tenho apenas duas dúvidas aqui. Sobre o texto original, no que se refere também à questão de oferecimento de curso preparatório gratuito para ingresso, concordo com o Senador Donizeti, nós já temos muitos programas que atendem a essa questão. A minha dúvida é se realmente esse teste teria que ser dado no último ano do ensino fundamental, se isso não seria um desestímulo às crianças e jovens de continuar e concluir o ensino médio, que é fundamental.

É básico termos pelo menos jovens que cheguem até o ensino médio, e, a partir daí, sim, escolham se querem entrar numa universidade e concluir o ensino superior ou se querem partir para um curso técnico profissionalizante e exercer sua atividade. Esse é um ponto que me deixou na dúvida.

A outra questão é que da forma como está redigido o substitutivo, Senador Donizeti, embora esteja claro que será oferecido aos estudantes da rede pública, não está muito claro que lhes é assegurada a gratuidade.

Oferecer não necessariamente significa dar de forma gratuita, e o texto original do Senador Paim começa dizendo: “É assegurada a gratuidade para aplicação do teste.” Talvez uma redação, só uma sugestão – é uma mera sugestão de quem acabou de ver o projeto, acabei de acompanhar com a relatoria: em vez de ser “é assegurada aos estudantes” ficaria “é assegurada a gratuidade”.

E aí, quanto a essa questão realmente de ser último ano do Ensino Fundamental, gostaria apenas alguns esclarecimentos, se eu estou, de repente, equivocada no meu posicionamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, só um...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Simone. Só passarei a palavra à Senadora Marta Suplicy. Depois...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Paim pela autoria e pela iniciativa. Parabenizo o Senador Donizeti pelo brilhante relatório, um relatório detalhado que vai nos pontos mais importantes.

Realmente, quanto à orientação profissional – como psicóloga, sempre chamei de orientação vocacional, acho que tanto faz, até onde eu saiba, pode ser que tenha mudado de alguma forma oficiosamente –, ela pode, sim – aí responderei à Senadora –, ela é um instrumento que orienta o jovem quando ele está completamente perdido, em que direção ele vai encaminhar sua vida profissional. Ela pode ter um efeito muito bom. Acredito que possa ser ministrada no primeiro, no segundo e no terceiro anos. O mais conveniente seria realmente no segundo ano, quando já se começa a falar onde se vai estudar, o que se quer fazer, a que faculdade vai prestar, qual cursinho melhor. No segundo ano já começa essa inquietação com os jovens, não sendo, inclusive, obri-

gatória. Foi muito importante tirar essa obrigatoriedade porque se nós formos pensar que – a não ser nosso Presidente Romário, que acho que já tinha bem clara a vocação dele pelo talento – aqui, mais ou menos, ninguém fez esse teste vocacional... Se fez, depois fez outra vocação. Eu mesma sou psicóloga, psicanalista e mudei de profissão totalmente em vários momentos.

Acredito que pode ajudar bastante, não deve ser obrigatório e o relatório do Senador Donizeti realmente está muito bem colocado. Parabenizo novamente os dois: quem trouxe à baila o tema e quem encaminhou de forma tão brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiramente, quero agradecer os elogios que eu recebi pelo projeto. É aquela história que a Senadora Ana Amélia me disse. Como é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faça a fama e deite na cama.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero agradecer a ambas as Senadoras, o projeto não é de minha autoria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é de minha autoria, mas pode ser.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – De quem é então?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O projeto é da Comissão de Direitos Humanos, da qual sou o Presidente. Veio do Programa Jovem Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa Comissão tem a cara do Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É isso aí.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas V. Exª que apresentou em nome da Comissão, Senador Paim.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, não é desmerecimento, mostra que a Comissão se tornou sinônimo do seu nome, Senador. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento ambas Senadoras pelos argumentos e o Senador Donizeti pela relatoria.

Lá foi aprovado, de fato, por unanimidade. O Senador Donizeti participou e entendeu que poderia dar uma aperfeiçoada no relatório final.

Acho que a Senadora Marta, como ninguém aqui, fez uma defesa brilhante. Não sou o autor, mas gostaria de ter sido, só pela sua argumentação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, concede-me um aparte? *(Pausa.)*

Quero me associar aqui à Senadora Marta, parabenizando V. Exª e o Senador Donizeti pelo relatório realmente muito preciso, muito bem fundamentado. Destaco o que o Senador Paim acabou de mencionar, Senadora Marta: é o Legislativo homenageando exatamente a iniciativa popular, porque o projeto vem, como se diz, das ruas. A ideia do projeto foi apresentada pelos meninos, pelos garotos e garotas, enfim, que fazem parte do Programa Jovem Senador. E a Comissão de Direitos Humanos, que é também a Comissão de Legislação Participativa, Senador Romário, cumpriu o seu papel com a sensibilidade que é peculiar ao Senador Paim. Acolheu a iniciativa popular. Que bom que a Comissão de Educação agora – que é a que cuida do mérito, que é o método da educação – respalda, aprovando por unanimidade, que é o que vai fazer.

Parabéns, Senador Paim e Senador Donizeti.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, só um pequeno esclarecimento. Para colher a sugestão da Senadora Simone Tebet, primeiro estamos dizendo aqui que é a partir do último ano do ensino fundamental. Então, você tem um período para processar isso sem onerar o Estado, de modo que seja leve. Acho que é muito importante.

Segundo, para acolher a sugestão da gratuidade, colocaríamos aqui no parágrafo... Eu acolheria aqui o seguinte: Será ofertado aos estudantes da rede pública e aos beneficiários de bolsa integral na rede privada, a partir do último ano do ensino fundamental, o serviço de habilitação profissional especializado gratuito. Então, ficaria assim a redação. Gratuito para os fins de apoio à decisão sobre prosseguimento de estudos em cursos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, apenas para louvar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e o relatório do Senador Donizeti Nogueira, pela iniciativa que considero fundamental para um País em desenvolvimento como o Brasil e que precisa de cabeças pensantes; pessoas que ao ingressarem no ensino superior, de fato tenham a vocação profissional para o exercício daquilo que escolheram no ensino médio.

Muitas vezes nós temos exemplos diários de pessoas que ingressam no ensino superior no intuito de exercer uma profissão e logo no início, ou até mesmo no meio, ou no fim do curso terminam saindo, causando, sem dúvida alguma, um transtorno pessoal e familiar e um prejuízo incomensurável para o nosso País, que precisa de pessoas de todas as profissões que tenham uma vocação direcionada para aquilo que escolheram.

De fato, do ponto de vista econômico é da mais alta relevância, e do ponto de vista social mais ainda, porque vai prevenir possíveis erros de escolha de profissões de jovens que resolvem entrar na faculdade e depois descobrem que não têm nenhuma vocação para aquilo que escolheram durante seus estudos no ensino fundamental e também no ensino médio.

Então, meus parabéns ao Senador Donizeti pelo brilho do seu relatório e a força que deu à Comissão de Direitos Humanos, presidida por este Senador eficiente, trabalhador e dinâmico que é o Senador Paulo Paim.

Votarei favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu queria realmente parabenizar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos como também parabenizar o Senador Donizeti que produziu este brilhante relatório. E dizer que de fato, nesta faixa etária muitos jovens têm graves dificuldades de se definir, muitas vezes até em função de pressões familiares, de pressões do próprio grupo onde vivem, quanto à vocação, quanto ao preparo para buscar uma perspectiva segura para vencer os desafios do futuro.

Por isso, serem assistidos esses jovens, durante esse período, com uma orientação profissional adequada, com certeza vai contribuir enormemente para que tenhamos mais gente satisfeita com as escolhas vocacionais que fazem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o relatório.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, desta Comissão, Substitutivo.

A matéria vai ao plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

Ficou contemplado, Senadora Simone, que vai ser efetivamente gratuito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com essa adaptação que garantiu a gratuidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 4.

Designo Relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para proferir o parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com enorme satisfação mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só um minuto, Senador.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, de 2015

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 30/09/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 24/11/2015, 01/12/2015, 08/12/2015 e 15/12/2015.

Senador Paim como Relator *Ad Hoc*. Por favor, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É com satisfação que mais uma vez relato um projeto de V. Ex^a, todos de uma grandeza principalmente social e humana. Não vou ler na íntegra, Sr. Presidente, porque só o preâmbulo já diz com muita clareza o objetivo desse projeto de V. Ex^a aqui no Senado.

Institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo.

Vou ao projeto na sua principal justificativa.

A presente iniciativa vem ao encontro desse anseio, conquanto seja forçoso reconhecer que a diferença não importa restrição ao exercício de atividades comuns a qualquer pessoa, em toda sua plenitude.

Tanto é que chama a atenção o desempenho de brasileiros com deficiência nos Jogos Parapan-Americanos realizados recentemente em Toronto. Foram 109 medalhas de ouro, 74 de prata e 74 de bronze, num total de 257 conquistas, contra 168 do Canadá – ou seja, nós, 257; Canadá, 168 – e 135 dos Estados Unidos, o que demonstra o elevado nível de participação e de capacidade de desempenho dos para-atletas nacionais, em cujo conjunto se incluem pessoas com nanismo. Louve-se, nos referidos Jogos, a atuação de Luciano Dantas, halterofilista com nanismo que esteve presente em audiência pública perante esta Comissão, com a presença de V. Ex^a, como autor, que preside esta Comissão. O mesmo laureado com honrosa medalha de bronze.

O que falta às pessoas com deficiência – no caso em tela, as com nanismo – é um reconhecimento mais vigoroso por parte da sociedade e do Poder Público, no sentido de que se insiram efetivamente no seio da vida comunitária e na atividade produtiva, a fim de que conquistem a liberdade plena de agir e de conviver.

Para tanto, torna-se fundamental lutar contra qualquer forma de preconceito, que, felizmente, mas aos poucos, tem perdido muito de sua intensidade, graças ao trabalho de associações que congregam pessoas com deficiência, seus pais e seus amigos, e do Parlamento brasileiro, ao estabelecer um permanente fórum de discussão e de legislar acerca de tais questões, como está em tela.

O estabelecimento de uma data que marque a luta contra o preconceito às pessoas com nanismo, como a constante do projeto que ora se examina, se insere nesse virtuoso leque de atuação, conforme acentua o autor, Senador Romário.

Sr. Presidente, o relatório é longo porque foi bem produzido por V. Ex^a e sua equipe, mas fiquei só nas últimas duas páginas.

A instituição do Dia Nacional de Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo tem o objetivo de mobilizar esforços com vistas a divulgar informações, promover encontros, trocar experiências e ampliar conhecimentos com profissionais especializados no assunto, bem como buscar a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho.

Do ponto de vista da constitucionalidade e da regimentalidade, a presente iniciativa do Senador Romário não apresenta qualquer óbice ao prosseguimento de sua tramitação.

Quanto à juridicidade, impõe-se a matérias que objetivem a criação de efemérides o atendimento aos ditames da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010.

Observe-se que, por força da aprovação do Requerimento da Comissão de Educação nº 90, aditado pelo RCE nº 97, ambos de 2015 e de autoria do patrono da iniciativa, Senador Romário, em comento, foi realizada audiência pública no dia 30 de setembro, de que participaram Kenia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro; Liana Cristina Hones, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Vanderlei Linck, representante de pessoas com nanismo; Marlos Nogueira, representante de pais das pessoas com nanismo; Lorena de Castro Oliveira, representante da Associação Pequenos Guerreiros; Luiz Numeriano, representante da Associação Gente Pequena do Brasil; e Luciano Bezerra Dantas, anteriormente mencionado, atleta profissional de halterofilismo na categoria nanismo, agraciado com Medalha de Bronze nos Jogos Parapan-americanos de 2015, realizado em Toronto, no Canadá.

Na ocasião, foi acordado o dia 25 de outubro, coincidente com dia internacional alusivo a essa celebração.

Dessa forma, cumpriu-se o que determina o art. 2º daquela norma, quanto à realização de audiência pública destinada a avaliar o critério de alta relevância da efeméride, previamente ao oferecimento da proposição que ora se concretiza.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação e ao consequente prosseguimento na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2015.

Este é o voto favorável, Sr. Presidente, deste Relator indicado *ad hoc* por V. Ex^a. Meus parabéns a V. Ex^a como autor e também ao Senador Ronaldo Caiado, o Relator original, que gentilmente, por não estar presente, teve a grandeza de liberar V. Ex^a para indicar o Relator. E eu o fiz com muito orgulho.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu que agradeço, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

(*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o autor e com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, que este projeto seja o início do fim da discriminação social com que essas pessoas têm de conviver diariamente. Parabéns pela iniciativa, parabéns por essa bandeira que V. Exª carrega nesta Casa pela luta a favor das minorias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Com o senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma observação, se me permite V. Exª.

O dicionário *Aurélio*, nosso aurelíssimo brasileiro, diz que o nanismo é uma forma de hipodesenvolvimento corporal acentuado atribuível a causas diversas endócrinas, circulatórias, que pode ou não apresentar desproporcionalidade entre as várias porções constituídas do corpo.

Então, quem adquire o nanismo durante a sua vida, adquire por motivos alheios à sua vontade. É a natureza que lhe atribuiu essas qualidades. Portanto, não merece ser visto de forma preconceituosa o homem ou a mulher que tenham adquirido o nanismo.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Exª pela iniciativa e reconhecer a oportunidade dessas pessoas de viverem em paz com a sociedade, para que possam exercer suas atividades normais, não só intelectuais como também físicas desportivas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Obrigado.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Gostaria de agradecer aos Relatores, Senador Paulo Paim e Senador Ronaldo Caiado, pelo brilhante relatório, e dizer que toda comunidade do nanismo nos acompanha agora, do Rio de Janeiro, e tenho certeza de que eles estão muito felizes.

Obrigado pela aprovação. É uma honra ser o autor desse projeto.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para confirmar meu voto com o Relator e também para parabenizar o senhor pela iniciativa de relevância e essa consistente e perseverante atuação no combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Meus parabéns pela sua postura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, há o item 21, que é um requerimento da Comissão de Educação de autoria do Senador Fernando Bezerra, que eu subscrevo. Quando for oportuno, gostaria que esse requerimento fosse votado – quando oportuno.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 6.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014

- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014

- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e outra para a emenda.

2- Em 24/11/2015, foi lido o Relatório.

3- Em 08/12/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação.

Em votação o PLS nº 184, de 2014, ressalvada a emenda.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – De acordo com o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com os Relatores e com os autores, Sr. Presidente, por que percebo aqui que houve um encaminhamento conjunto de dois grandes Senadores: Senador José Pimentel e um grande Senador que infelizmente não pôde ser candidato – de quem jamais esquecerei –, e que marcou sua atuação nesta Casa, que foi o Senador Inácio Arruda. “Sim”, com muita força a ambos autores e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

(Pausa.)

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto. Em votação a emenda.

Se as Srs e os Srs. Senadores concordarem, podemos repetir a votação do projeto para a emenda. (*Pausa.*)

Resultado, a emenda é aprovada.

Aprovados o PLS nº 184, de 2014 e a Emenda nº 1 desta Comissão. Fica prejudicado o PLS nº 187, de 2014.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Item 21.

Requerimento da Comissão de Educação nº 1, de 2016.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só queria lembrar que o item 7 é terminativo. O meu medo é o quórum se sairmos dos terminativos e entrarmos nos não terminativos.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, permita-me lembrar também o item 9, terminativo, do qual já foi lido o relatório também. Vamos aproveitar o quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Poderíamos aproveitar para votar rapidamente o 7 e o 9, que são terminativos. O meu também já foi lido. Concordo. Os dois foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós daremos aqui prioridade aos terminativos por causa do quórum.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 11/12/2014, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

2- Em 08/07/2015, foi lido o Relatório.

3- Em 08/12/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação.

A matéria voltou a constar na pauta da Reunião de 1º/12/2015.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a matéria, lembrando que a discussão já foi encerrada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, é só uma frase para situar.

Psicofobia é o preconceito contra as pessoas que têm transtornos e deficiência mentais. Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o projeto.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013

- Terminativo -

Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Em 01/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Acabou de cair o quórum. Passaremos para outro projeto.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 1, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Educação, uma Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular a fim de aprofundar o debate sobre o tema, e sugerimos que sejam convidados o Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB), Dr. João Batista Araujo e Oliveira, e a senhora Illona Becskeházy, Mestre em Educação pela PUC-Rio e Doutoranda em Educação pela USP.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para a leitura do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, o requerimento foi apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho e assinado também por mim.

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, requeremos que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Educação, uma audiência pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular a fim de aprofundar o debate sobre o tema, e sugerimos que sejam convidados o Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB), Dr. João Batista Araujo e Oliveira, e a Srª Illona Becskeházy, Mestre em Educação pela PUC-Rio e Doutoranda em Educação pela USP.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, nesse sentido eu também apresentei um requerimento, com a anuência dos Senadores, das Senadoras e do próprio Senador Valadares, para que sejam convidados também representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e do Consed, pois creio que isso irá enriquecer o debate, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estou totalmente de acordo com as indicações da Senadora Fátima Bezerra, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Acrescentando o requerimento da Senadora Fátima Bezerra, consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há mais um requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Há alguns outros requerimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com relação aos itens 15 e 16, que não são terminativos, prometo em cinco minutos ler os dois relatórios, a fim de limpar a pauta da Comissão, Presidente. Se os Senadores concordarem, farei isso, pois os autores e os relatores são os mesmos e eu sou relatora *ad hoc* dos dois. Farei isso com a brevidade de no máximo cinco minutos e votaremos dois projetos ao mesmo tempo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos dar prosseguimento ao que estávamos fazendo. Há mais três requerimentos, Senadora. Depois V. Exª pode...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Romário, é exatamente para solicitar a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aqui há muitos pedidos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, é para retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Qual?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para contribuir, peço a retirada de pauta do meu requerimento extrapauta, de realização de audiência pública, em conjunto com a CCJ, para discutir as mudanças propostas na PEC 2012, relatada pelo Senador Anastasia, que acaba de me dar a boa notícia de que em seu relatório na CCJ retirou a parte que falava da educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está retirado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 23.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para tratar do tema “Currículo Pediátrico Global”. Os convidados serão informados oportunamente.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É muito simples, Senador: existe uma associação mundial de pediatras que criou o Currículo Pediátrico Global, no mundo inteiro. E eles me procuraram, dizendo que gostariam que houvesse um debate sobre isso em nível nacional.

Então, o meu requerimento é para que possamos discutir esta ideia do Currículo Pediátrico Global.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto as Sras e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o item 23.

Agora, o requerimento extrapauta.

Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

Antes, porém, lerei o requerimento.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, com o objetivo de instruir o PLS nº 379, de 2013, que dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior. Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Esse é um tema que, não tenho dúvida, vai dar grande repercussão. Trata-se de debater como é que devemos escolher os reitores de nossas universidades federais. Esta audiência pública permitirá discutir as diversas formas, desde o que se usa hoje em muitos países, em que se contratam caça-cabeças, não importa de onde, põe-se anúncio no jornal para ver quem quer ser, até eleição direta, paritária, universal, em que o voto do aluno vale igual ao do professor. Tudo isso precisa ser discutido.

Eu fui, talvez, o primeiro reitor eleito, mas está na hora de a gente rever qual é o sistema ideal. Depois de 30 anos, talvez... Talvez, não, certamente nós precisamos de ajustar.

Existe o PLS do Senador Delcídio, e eu gostaria que houvesse uma audiência pública para debatermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, que tratou de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”, a substituição de Clarice Salete Traversini, em razão de a convidada não mais ocupar a Diretora de Currículos e Educação Integral, pelo seguinte convidado: 1) Ítalo Modesto Dutra – Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Convido a palavra ao Senador para leitura do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem simples, Presidente Romário. Trata-se de um aditamento ao Requerimento nº 24, que trata de uma audiência pública para instruir o PLC nº 37, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Em substituição a Clarice Salete Traversini, uma vez que esta convidada não ocupa mais a Diretoria de Currículos e Educação Integral, peço a substituição pelo Sr. Ítalo Modesto Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, de 2015

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376 entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Autoria: Deputado Edmar Arruda.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.

A relatoria *ad hoc* fica com a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra. Também, para o item 16, a Senadora Ana Amélia é a Senadora *ad hoc*.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, de 2015

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Autoria: Deputado Edmar Arruda

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, item 15 primeiro.

O autor é o mesmo, o Deputado Edmar Arruda, e o Relator foi o Senador Alvaro Dias, de quem tenho a honra de ser a Relatora *ad hoc*.

O item 15 trata de um projeto da Câmara do Deputado Arruda, que denomina Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376, entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Para lembrar quem é a pessoa homenageada com essa denominação: ele foi um pioneiro da cidade de Maringá, trabalhando como motorista profissional. Mato-grossense, da cidade de Três Lagoas, o Sr. Manoel chegou a Maringá em 1930. Foi pioneiro como taxista na cidade, tendo, posteriormente, também atuado como caminhoneiro.

Sempre na cidade de Maringá, o Sr. Manoel casou-se e teve oito filhos. Seus filhos prosseguiram o trabalho do pai e hoje são sócios de uma empresa de transportes maringaense.

Essa denominação está dentro do que prevê o art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979. Portanto, está dentro dos critérios legais e, por isso, o voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2015.

Este é o voto em relação ao Item 15.

Já o Item 16, lido também por V. Exª, tem o mesmo autor – Deputado Edmar Arruda – e denomina Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7; cruzamento da Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Da mesma forma, o autor fez uma homenagem à Dona Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção. Ela sempre foi uma pessoa muito ativa na área social, atuando como voluntária, dando seu apoio e recursos

financeiros aos mais necessitados, visitando doentes em hospitais e nas suas casas. Dedicou sua vida ao atendimento das necessidades das pessoas.

Faleceu de forma trágica, muito chocante para toda a sociedade Maringaense, no dia 3 de fevereiro de 2013, em um acidente de avião de pequeno porte, que caiu em uma propriedade rural na cidade de Cândido Mota, a 432 Km de São Paulo.

Vale destacar que o Viaduto que se pretende denominar de Elizabete Aparecida Romagnoli Piveta Assunção trouxe melhorias consistentes para o trânsito interestadual, beneficiando não somente os trabalhadores em torno da estrada, mas também todos os brasileiros que circulam por essa região.

Da mesma forma, está dentro dos preceitos e dos dispositivos legais. Por isso, sou favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Item 15.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. A matéria vai ao Plenário.

Item 16, da mesma forma.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 4, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia mundial de doenças raras que é lembrado no dia 28 de fevereiro. O evento ocorrerá no dia 25, no Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 5, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá nos dias 21 e 22 de março, no Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico que amanhã, quarta-feira, às 11h, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater a instituição do Dia do Policial Legislativo, em atendimento ao Requerimento nº 143, do Senador Dário Berger.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e quinze minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Dário Berger, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalírio Beber e Roberto Rocha, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 143/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Dário Berger, destinada a debater a instituição do Dia do Policial Legislativo. Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhor Paulo Marques Pereira da Paixão, Diretor da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados; Senhor Pedro Ricardo Araújo Carvalho, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal; Senhor Geraldo Magela da Silva Neto, Presidente da União Nacional de Polícias Legislativas; e Senhor Robson Gonçalves, Representante da Associação da Polícia do Congresso Nacional. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da Palavra o Senhor Senador Dalírio Beber. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e onze minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador Dário Berger, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR DÁRIO BERGER

Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária para dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 143, de 2015, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater a instituição do Dia do Policial Legislativo.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os nossos eminentes convidados para tomarem assento à nossa mesa.

Registro, com prazer, a presença do Senador Dalirio Beber, digno representante de Santa Catarina que nos prestigia nesta audiência pública.

Informo ainda que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, que são o Alô Senado, através do telefone 0800612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirão ao vivo a presente reunião e possibilitarão o recebimento de perguntas e comentários dos expositores via internet.

Bem, dando continuidade à nossa audiência pública, cumprimento, mais uma vez, o Senador Dalirio Beber, os demais convidados, os nossos palestrantes.

Quero ainda salientar que, por intermédio de Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 143, de 2015, de nossa autoria, começamos agora nossa audiência pública, que discutirá a criação do Dia do Policial Legislativo.

O presente requerimento se baseia nos ditames da Constituição Federal, em seu art. 59, § 2º, inciso II, também se baseando na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir a discussão e posterior instituição do Dia do Policial Legislativo.

A presença de autoridades da área, como o Sr. Pedro Ricardo Araújo Carvalho, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, do Sr. Paulo Marques Pereira da Paixão, Diretor da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, do Sr. Geraldo Magela da Silva Neto, Presidente da União Nacional das Polícias Legislativas, e o Sr. Robson José de Macedo Gonçalves, representante da Associação da Polícia do Congresso Nacional, mais a abertura dos canais opinativos que a audiência pública possui para a participação de todos certamente levarão a discussão a um patamar diferenciado de compreensão da função e da importância desse tipo de polícia para a tranquilidade e o bom desenvolvimento das ações que toda casa legislativa realiza.

Saliento o meu apreço por essa instituição, uma vez que aqui fui acolhido com muito respeito e sem nenhuma distinção.

Portanto, estou convicto de que a alta significação do corpo policial legislativo, seja qual for o seu escopo de atuação – federal, estadual ou distrital – será fortalecida hoje, aqui na Comissão de Educação. Acredito que esta audiência pública vem da estrita necessidade de estabelecermos uma homenagem aos servidores das polícias legislativas, que, com constância, inteligência e dedicação, dedicam-se ao exercício da vigilância das casas legislativas do Brasil.

As polícias legislativas existem há muito tempo. Na Roma Antiga, já era possível reconhecer um corpo policial atuando em defesa das garantias de independência de atuação do senado. A guarda do senado, ao ser criada, é uma verdadeira novidade, e é diversa da guarda pretoriana, que se vinculava fundamentalmente ao imperador.

Com a elevação das sociedades humanas e, especialmente, com o advento da modernidade da contemporaneidade, as guardas passaram a se associar à divisão dos três Poderes.

Desde a Primeira Constituição, de 1824, já havia disposição que autorizava a criação do órgão próprio do Poder Legislativo Federal. Atualmente, essa disposição encontra-se na Constituição Federal, no art. 51, inciso IV e no art. 52, inciso VIII, que atribui às Casas do Congresso Nacional competência privativa para a organização de seus próprios órgãos policiais.

Naturalmente, nossa discussão com os especialistas convidados tocará brevemente nos aspectos históricos, mas, sobretudo, na importância que assume a guarda do Poder Legislativo na chamada Polícia Legislativa. Queremos saber – e quem nos assiste, acredito, também deseja saber – quais são as atribuições da Polícia Legislativa; quais são os fundamentos do seu trabalho e atuação; quais são os resultados colecionados por ela ao defender o Poder Legislativo.

Ao fim desse debate, acredito que estabeleceremos as diretrizes de escolha do dia a ser consagrado a comemorar a atuação dos policiais legislativos pelo desempenho de suas funções no patrulhamento das instalações, apuração das infrações penais, assim como na preservação do patrimônio e da ordem, além da efetiva segurança dos agentes públicos que são representantes do povo.

Então, passo, inicialmente, como está estabelecido, Senador Dalirio, a palavra ao primeiro orador do dia, o Sr. Pedro Araújo Carvalho, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal. A não ser que V. Ex^a, como tem precedência... *(Pausa.)*

Então, com prazer, vamos ouvir o nosso primeiro orador, Sr. Pedro Ricardo Araújo Carvalho, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas para destacar que eu tenho o privilégio de estar numa audiência pública que foi requerida por V. Ex^a e tem na Mesa um colega de trabalho lá do gabinete, que é o Robson.

Então, fico muito feliz de poder estar aqui para prestigiar esta importante audiência. Tenho certeza de que todos nós vamos sair deste momento muito mais conhecedores desta atividade tão importante que é exercida por um número tão expressivo de profissionais, tanto na Câmara Federal e no Senado Federal quanto nas demais casas legislativas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois então, pelo que percebo, V. Ex^a, naturalmente, já se sente mais seguro do que todos nós.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu tenho o privilégio de ter alguém muito próximo protegendo, digamos, o meu trabalho parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – É isso aí.

Bem, acho que poderíamos estabelecer um tempo de dez minutos para as nossas apresentações. Senão, avançamos muito no tempo. Se for necessário, é evidente que temos condições de prorrogar.

Portanto, mais uma vez, dando continuidade aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Pedro Ricardo Araújo Carvalho, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, a quem compete iniciar os debates desta audiência pública nesta manhã.

O SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO – Obrigado, Senador.

Primeiro quero cumprimentar o Sr. Senador Dário Berger e aproveitar esta oportunidade para agradecer-lhe o reconhecimento do trabalho do Policial Legislativo. Este projeto realmente veio nos engrandecer.

Inicialmente, antes de entrar nessas questões que o senhor levantou, eu queria aproveitar para falar sobre a data escolhida, o porquê do dia 23 de junho. Na verdade, a achamos essa data bastante importante no contexto da democracia moderna, notadamente da Revolução Francesa de 1789. Um fato que nos chamou a atenção foi que, quando se iniciou a Revolução Francesa, o rei francês à época, Luís XVI, cercou a Assembleia da França com sua guarda pessoal com o intuito de protegê-la. Porém, os congressistas viram que era uma

forma de intimidação e, por isso, resolveram não permitir a entrada, decretaram também a imunidade do Parlamento e criaram uma polícia própria.

A propósito, uma frase chama muito a atenção, e eu gostaria de lê-la. É a seguinte: “A polícia da sala onde a Assembleia se reúne só pode pertencer à própria Assembleia”. Então os senhores vejam que uma situação que ocorreu mais de 200 anos atrás mostra a preocupação, naquela época já, com a independência do Poder Legislativo.

Eu acho que uma das nossas maiores preocupações... O senhor perguntou sobre as atribuições dos policiais legislativos. Recentemente nós fizemos um levantamento e chegamos à conclusão de que hoje, na Polícia do Senado, nós temos mais de 60 atribuições. Mas uma das mais importantes atribuições que nós temos – eu gosto muito de usar esta expressão – é que a Polícia é um dos pilares da independência do Poder Legislativo. Por quê? Porque o nosso trabalho aqui é criar este ambiente tranquilo em que nos vemos aqui agora para que os Congressistas, os Senadores e Deputados que venham aqui trabalhar, tenham um ambiente tranquilo. Os servidores também, quando vêm exercer suas funções aqui, também encontram um ambiente favorável ao seu trabalho. Eu acho que o Parlamentar tem que votar com a sua consciência, não por pressão, porque senão não teremos uma democracia. Na democracia nós temos que ouvir todas as partes e respeitar os contraditórios, não é? Então a importância do nosso trabalho é essa.

Acho que uma das grandes atribuições da Polícia Legislativa, tanto do Senado quanto da Câmara e das assembleias, é permitir que o Parlamentar, quando venha trabalhar, venha exercer sua função dentro do Parlamento, tenha este ambiente tranquilo. E também que os visitantes, quando venham ao Congresso ou às assembleias, também consigam assistir aos debates, muitas vezes também deles participar, por meio de audiências públicas, mas de uma forma ordeira também, sabendo que às Casas eles podem vir participar, mas desde que cumpram as normas da Casa.

Sabemos que, às vezes, é difícil as pessoas entenderem que têm de respeitar as normas. Nesses 23 anos em que estou no Senado, trabalhando na Polícia do Senado, percebemos o seguinte: pessoas de diversas classes da sociedade, pessoas com grande conhecimento, professores universitários ou pessoas humildes vêm aqui com o mesmo intuito, elas acham que têm um direito que é seu, que elas têm que ser atendidas. E às vezes isso não é possível. Às vezes, em função de um momento político, de um momento financeiro ou de algo semelhante, não é possível atendê-las. Mas o fato é que as pessoas vêm, muitas vezes, com o intuito de querer impor sua vontade por meio da intimidação, por meio de pressão, às vezes até por meio de atos mais graves, como a tentativa de agressão a um Parlamentar. E o nosso trabalho é evitar que isso aconteça, esse é o nosso trabalho.

Há um exemplo que gostamos muito de dar: somos muito parecidos com – vou fazer alusão ao esporte de que o brasileiro mais gosta, o futebol – o juiz de futebol. Quando ele não aparece é porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO – Exatamente.

A polícia é a mesma coisa: quando aparecemos, alguma coisa falhou, porque normalmente não aparecemos.

E a Polícia do Senado hoje – depois o meu colega Paulo Marques vai falar da Câmara, o Magela vai falar sobre as assembleias e o Robson também – tem um corpo policial, Senador Dário, dos mais técnicos do Brasil. Hoje trabalhamos muito com inteligência. Nós não esperamos simplesmente acontecer, nós trabalhamos com inteligência para tentar prevenir que algo venha a acontecer. Em praticamente 99,9% dos casos, nós já sabemos de todas as manifestações que vêm ao Congresso e conseguimos fazer um planejamento para que essas manifestações não prejudiquem o andamento dos nossos trabalhos no dia a dia, dos trabalhos do Congresso. Nós trabalhamos com isso.

Nós hoje também fazemos um trabalho junto às comissões parlamentares de inquérito. Nós temos pessoas que fazem não apenas intimações ou mesmo conduções de pessoas que venham depor nas CPIs, mas também pessoas capacitadas para manusear, tratar, fazer relatórios envolvendo todos os documentos que as CPIs recebem.

Então, hoje o campo de atuação da Polícia Legislativa do Senado é muito amplo, mas o que mais chama a atenção, o mais visível, é o nosso pessoal que fica ostensivamente lá fora ou o nosso pessoal que faz o policiamento interno ou o nosso pessoal que trabalha no plenário. Mas não se limita só a isso hoje o nosso trabalho.

Acho que era o que eu podia falar, inicialmente, sobre essa questão da importância das atribuições da Polícia.

Em relação ao outro questionamento do senhor, a questão do resultado: é difícil mensurar o trabalho policial. Nós não produzimos, não somos como uma fábrica que produz um determinado número de peças por dia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO – Exatamente. Era isso que eu ia falar.

Há, no entanto, algo que podemos mensurar. Como falei, estou há 23 anos aqui e posso falar, com bastante orgulho, que o Senado nunca parou por causa de uma manifestação ou por causa de algum evento que tenha ocorrido dentro dos próprios do Senado. Nunca houve alguma perturbação que tenha atrapalhado de tal forma a Casa que tenha sido necessário suspender algum trabalho legislativo. Então, se pudermos pegar isso como exemplo, seria esse o resultado que a Polícia Legislativa proporcionou para a Casa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito bem. Eu agradeço a manifestação extremamente pertinente e importante do Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, Sr. Pedro Ricardo Araújo Carvalho.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, agradeço a participação do Dr. Pedro e também a participação do Sr. Paulo Marques Pereira da Paixão, que agora vai usar da palavra na condição de Diretor da Polícia Legislativa da nossa Câmara dos Deputados, a quem concedo a palavra por dez minutos – ou um pouco mais, se for necessário, uma vez que sou um dos Senadores mais tolerantes que há aqui no Senado Federal.

O SR. PAULO MARQUES PEREIRA DA PAIXÃO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa e o corpo técnico de policiais legislativos aqui presentes na pessoa do Senador Dário Berger e também do Senador Dalirio Beber, do PSDB de Santa Catarina.

Para nós, policiais legislativos, é uma grande honra estar aqui nesta audiência pública. Era um anseio da categoria que chegasse este dia. Demorou, mas chegou no momento certo.

Eu tenho algo a falar sobre a Polícia Legislativa. O tema e a missão da Polícia Legislativa, não só da Câmara e do Senado, mas também das assembleias, é a proteção do Parlamento. Essa é a nossa principal missão. Quando se fala em proteção do Parlamento, englobam-se aí Parlamentares, servidores, visitantes e demais autoridades.

Há aqui uma foto ilustrativa da atividade da Polícia Legislativa na rampa do Congresso Nacional em época de manifestações: estamos aí preparados para proteger o Parlamento. Não é por acaso que ambas as cúpulas estão protegidas.

Qual é a visão do Parlamento? Talvez o Parlamento brasileiro seja o mais democrático e o mais aberto de todas as nações. Qual é a principal visão do Parlamento? Consolidar-se como centro dos debates dos grandes temas nacionais de maneira transparente e com ampla participação dos cidadãos, captar os anseios dos cidadãos e de segmentos da sociedade organizada. É nesse cenário que a Polícia Legislativa atua.

O cidadão, cada dia mais, faz questão de participar do processo de discussão das matérias dentro do Parlamento brasileiro, e a Polícia Legislativa é quem faz o controle desse acesso, é quem faz essa orientação, é quem passa os normativos da Casa a serem respeitados e é quem dá o tom nessa atividade da sociedade aqui dentro Parlamento. Permite o acesso, mas evita a desordem. Nós temos que priorizar a atividade legislativa. Quando o Parlamento para, certamente o Brasil para.

E qual é a visão da Polícia Legislativa? A visão de uma polícia cidadã, que está aqui para atender todos os segmentos da sociedade que venham conhecer ou fazer uma interlocução com a classe política. É uma polícia mediadora da solução pacífica dos conflitos. Não é interessante para o Parlamento que tenhamos aqui uma polícia de repressão. Se tivermos uma polícia de repressão, os presidentes de ambas as Casas, os diretores-gerais de ambas as Casas terão problemas.

A nossa Polícia é a polícia mais vigiada de todas as polícias deste País. O que acontece no Parlamento, em menos de um minuto, vira notícia no mundo inteiro, para cada ação nossa há um *flash*. Então, temos de estar bem atentos para termos sempre uma conduta equilibrada, para que não venhamos a colocar em xeque ou trazer problemas para os presidentes das Casas, para os Parlamentares, que a cada dia chamam também interlocutores dos seus Estados, categorias funcionais para conhecerem a Casa, para participar dos debates nas comissões, nos plenários. O primeiro contato que a sociedade tem quando chega ao Parlamento é com a Polícia Legislativa. Nós temos o papel de garantidores do exercício da cidadania. Tivemos uma relevância muito grande na consolidação da democracia do País, porque a Polícia Legislativa participou de todo o processo de apreciação, de discussão e de votação daquela que hoje norteia a estrutura do Estado brasileiro, que é a Constituição de 1988.

As áreas de atuação da Polícia Legislativa.

A nossa Polícia é uma polícia de ciclo completo. Quer dizer, engloba todos os papéis das demais polícias: é uma polícia preventiva; uma polícia ostensiva, que trabalha na preservação da ordem interna e externa, que são as áreas adjacentes ao Congresso; é uma polícia que também pode ser repressiva; é uma polícia investi-

gatória, porque também exerce o papel de polícia judiciária no âmbito das Casas Legislativas. Esse papel é de extrema relevância para a consolidação dos trabalhos na Casa.

Somos uma polícia preventiva e ostensiva, fazemos o policiamento ininterrupto do Congresso Nacional, áreas adjacentes e blocos residenciais, inclusive com auxílio do CFTV. Fazemos o controle de acesso a ambas as Casas Legislativas, porque, muitas vezes, temos grupos de 30, 40, 50 mil pessoas em frente ao gramado do Congresso querendo acessar as Casas, e nós não temos espaço para que esse grupo esteja todo aqui. Fazemos o controle do acesso para permitir que uma parcela desse grupo possa ser representada também aqui, no interior da Casa.

Mediamos sempre os conflitos, como eu tenho falado. E eu acho que este é um pensamento único, tanto da Polícia Legislativa da Câmara e do Senado como das Assembleias: o diálogo é a nossa principal ferramenta de trabalho. A democracia brasileira é aberta – não poderia ser diferente – e a sociedade tem que estar presente, tem que fazer esse corpo a corpo com o Parlamentar. É nesse corpo a corpo que ela traz algo novo e interessante para as discussões das matérias que estão aqui na pauta.

Temos fotos aí das manifestações de 2013, 2014 e 2015 – agora em frente ao gramado principal do Congresso Nacional, onde não raras vezes temos 15, 20 mil pessoas. É um palco de manifestações pacíficas de competência da Polícia Legislativa. É claro que é humanamente impossível somente a Polícia Legislativa fazer esse trabalho. Aqui nós contamos também com o apoio irrestrito dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

Essa aí é uma foto emblemática, percorreu o mundo inteiro no ano de 2015, em abril. Os movimentos dos povos indígenas ganharam a cúpula do Congresso Nacional. E aí temos dois dos nossos agentes da Polícia Legislativa da Câmara, o Maury Rosa, que está aqui presente, e o Rocha. Havia também policiais do Senado Federal. Nesse momento aí, havia em torno de 400 representantes dos povos indígenas. Eles ganharam a cúpula e ali ficaram por um longo período fazendo um ato, uma manifestação, todos eles armados – e os nossos policiais ali mediando e orando para não serem atingidos pelas flechas.

Atua também como polícia judiciária, tem um papel investigativo que, no âmbito da União, é exercido pela Polícia Federal, mas aqui é exercido pela Polícia Legislativa. Ela faz o registro de ocorrências policiais, abordagens policiais e prisões em flagrante, investigações e diligências, que são interrogatórios, intimações pessoais, apreensão de objetos de crimes, condução de suspeitos, solicitação de perícias, instauração de inquéritos policiais e auxílio também às comissões parlamentares de inquérito.

Essa aí é uma foto emblemática do ano de 2006, que foi a invasão, na Câmara dos Deputados, do Anexo II.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO MARQUES PEREIRA DA PAIXÃO – Permita-me mais dois minutos, Presidente.

Um grupo do MLST invadiu a portaria do Anexo II, depredando a porta e jogando um veículo praticamente dentro do Anexo II da Câmara. Era um grupo muito grande. Foi a maior prisão coletiva já realizada no País, 533 pessoas foram detidas nesse dia – o Presidente da Câmara à época era o Deputado Aldo Rebelo.

Outra situação de prisão no interior da Casa.

Nós temos que ter sempre equilíbrio no uso seletivo da força para não permitir uma conotação política de abuso de autoridade, aspectos políticos que possam ser discutidos em relação ao papel da Polícia. Então, nós temos que ter uma ação muito equilibrada, sempre pautada pela legislação pertinente, para que não tenhamos que responder internamente.

Seria isso. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo extra.

Quero agradecer a presença maciça da nossa categoria de policiais legislativos e dizer que esta iniciativa do Senado Federal vem casar com algo em que realmente acreditamos, que é a relevância da Polícia Legislativa no âmbito do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a participação do Sr. Paulo Marques Pereira da Paixão, Diretor da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra agora ao Sr. Geraldo Magela da Silva Neto, Presidente da União Nacional das Polícias Legislativas.

O SR. GERALDO MAGELA DA SILVA NETO – Senador Dário Berger, Senador Dalirio, companheiros de Mesa e policiais legislativos presentes, sou policial legislativo da Assembleia de Minas há quase 30 anos e hoje estamos aqui por um motivo muito especial, que é justificar o requerimento dos Srs. Senadores para a criação do Dia do Policial Legislativo.

Não vou fazer um histórico longo, mas gostaria de começar respondendo a um questionamento do Senador Dário, que ficou, salvo engano, sem ser respondido objetivamente, qual seja, em que se fundamenta a atividade policial legislativa.

Acho que é bom esclarecer que a nossa atividade se fundamenta basicamente na preservação da ordem e na garantia da incolumidade dos Srs. Parlamentares, além, é claro, de garantir plenamente o exercício da cidadania por todos aqueles que vêm aqui participar da atividade parlamentar, seja propondo, seja sugerindo, seja pressionando, enfim, de qualquer forma exercendo o seu direito de cidadão. A nossa atividade se fundamenta basicamente nesses quesitos.

Pois bem, o Pedro falou da Polícia do Senado; o Paulo, da Polícia Legislativa da Câmara, enfim, a Polícia do Congresso Nacional foi muito bem representada. Agora cabe a mim falar um pouquinho sobre a nossa atividade nas assembleias estaduais e também na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Quero ressaltar e agradecer a presença de alguns colegas de assembleias legislativas que estão aqui, como os nossos colegas de Goiás, o pessoal da Câmara Legislativa Distrital, representada pelo Luís e por outros colegas. Meu muito obrigado a vocês por virem, marcarem presença e prestigiarem este evento.

As polícias legislativas estaduais, com amparo legal na Constituição de 1988 – art. 27 para as polícias legislativas estaduais; art. 32 para a polícia da Câmara Legislativa do Distrito Federal – têm basicamente a mesma missão das polícias do Congresso Nacional. Ocorre que, após a promulgação da Constituição de 1988, as polícias do Congresso deram um salto em qualidade de trabalho, em aplicação de técnicas policiais, e passaram a representar para nós um ideal, um modelo a ser perseguido nos Estados e também, acredito, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Escudados nesse sucesso, nessa aplicação de boas técnicas, fazendo contato aqui no Congresso com os chefes das respectivas polícias, resolvemos marcar um encontro em âmbito nacional e, a partir desse encontro, criar uma entidade que pudesse fazer convergirem esforços para que as demais polícias, nos Estados, tivessem o mesmo apoio em suas casas legislativas que estávamos vendo os policiais do Congresso receberem para que pudessem levar a termo a sua missão.

Feito isso, no ano de 2009 começamos a trabalhar e a buscar, com apoio na Polícia do Senado e da Câmara também, modelos de trabalho que pudessem representar um ganho para nós.

É bem verdade que algumas polícias legislativas nos Estados foram criadas e regulamentadas até um pouco antes desse encontro. Um exemplo típico foi a Polícia do Acre, que foi a primeira polícia legislativa estadual, criada no ano de 2003. A partir daí, vieram outras – a de Rondônia, em 2005; a de Minas Gerais, em 2007; e assim sucessivamente – culminando recentemente com a mais nova polícia legislativa estadual criada: no Rio Grande do Norte, no ano de 2014.

Temos procurado fazer encontros, buscar organismos parlamentares que nos deem suporte. Um exemplo típico é a Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Sempre que essa entidade promove os seus encontros anuais, procuramos mostrar para os parlamentares estaduais que estão nesse evento a importância de se valorizar a Polícia Legislativa em cada unidade da Federação, porque, dessa forma, conseguimos formar um corpo institucional mais sólido e oferecer ao Parlamentar aquilo que é a nossa missão enquanto policiais e servidores das Casas Legislativas: garantir a presença pacífica do público, que é a razão de ser da Casa Legislativa. Obviamente, o principal motivo é o membro do Poder, mas ele não vive sem o seu eleitor. Então, precisamos garantir que esse eleitor esteja ali, que ele exerça o seu direito, que busque apoio do Parlamentar, mas, ao mesmo tempo, precisamos ter instrumentos para garantir que o Parlamentar também cumpra o seu papel, ainda que sob pressão, mas sem que isso interfira na sua decisão ou na sua atuação parlamentar.

Basicamente, esse é o nosso escopo de atuação. Vejam que não é nada diferente do que tem sido no Congresso Nacional. Porém, muitas vezes ocorre que, nos Estados, talvez até em função do número menor de parlamentares, é um pouco mais difícil a regulamentação das polícias legislativas.

Hoje nós temos nove polícias legislativas estaduais regulamentadas, além obviamente, das duas polícias do Congresso e da Polícia da Câmara Legislativa Distrital.

Vejam que ainda temos um terreno enorme a percorrer. Precisamos consolidar esse trabalho, e entendo que caminhamos nesse sentido nesta oportunidade em que está sendo criado, através desse requerimento – e possivelmente da aprovação através de um projeto de lei – o Dia do Policial Legislativo.

Cabe a nós, como policiais legislativos, a partir dessa aprovação, buscar dar mais visibilidade à nossa atuação. No Congresso Nacional, ela acontece naturalmente, porque os olhos do Brasil convergem para cá, mas nós, que estamos nos Estados, precisamos criar mecanismos para dar um pouco mais de visibilidade para as nossas polícias, de maneira a ganhar em credibilidade e em respeitabilidade.

É este o registro que gostaria de fazer, sem deixar de mencionar o fato de que foi muito feliz a escolha da data de 23 de junho, lá da Revolução Francesa, pelo fato de ser uma data universal e não ficar circunscrita a uma data que diga respeito ao Congresso ou à Câmara Legislativa Distrital. Apesar de não estar inserida no contexto histórico da Polícia Legislativa do Brasil, a data é universal, e isso nos deixou muito felizes.

Era este o registro que gostaria de fazer.

Agradeço mais uma vez aos Srs. Senadores que tiveram a brilhante ideia de criar essa data.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós é que agradecemos a participação do Sr. Geraldo.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Robson José de Macedo Gonçalves, que representa a Associação da Polícia do Congresso Nacional.

O SR. ROBSON GONÇALVES – Bom dia a todos.

Agradeço a iniciativa do Senador Dário Berger de requerer esta audiência pública.

Cumprimento os Senadores Dário Berger e Dalirio Beber, os demais componentes da Mesa e todos os presentes.

Estou aqui representando a Associação da Polícia do Congresso Nacional no lugar do nosso presidente, o Sr. Suprecílio Barros, que infelizmente teve uma emergência médica – foi internado – e não pôde vir a esta reunião. Então, coube a mim esta missão.

Quero falar um pouco da história da Polícia Legislativa, que, para muitos, é uma invenção do Brasil, já que não se falava muito disso, mas a própria história já mostra que a Polícia Legislativa existe há muito tempo.

O Senador Dário Berger falou de Roma, onde havia a guarda senatorial e a guarda pretoriana, e do dia 23 de junho de 1789, quando houve um cerco ao Parlamento francês. As tropas do rei cercaram o Parlamento, e os parlamentares se reuniram e exigiram a retirada das tropas, dizendo que o policiamento de uma reunião do Parlamento só poderia ser exercido pela polícia do próprio Parlamento e não por uma polícia externa. Assim, tivemos esse reforço na separação dos Poderes; ficou bem delimitada, como herança da Revolução Francesa, a separação dos Poderes, o equilíbrio e a independência entre os Poderes.

O fato de o Parlamento exigir a retirada das tropas do rei, argumentando que tinha o direito de promover sua própria segurança, ter a sua própria polícia, é um fato muito marcante. Daí a importância da data de 23 de junho – no caso, de 1789.

Quanto à Polícia Legislativa do Congresso Nacional, o Paulo Marques falou sobre algumas atividades. Há vários colegas aqui da Polícia Legislativa, tanto da Câmara Legislativa, quanto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Todos sabem que trabalhamos muito, temos muitas atividades. As pessoas acham que, no Senado, na Câmara e em outras câmaras legislativas não ocorrem situações que necessitam de atuação policial, mas não é o caso. Ocorrem crimes e diversas situações de conflito que precisam da intermediação de alguém que tenha o poder de polícia, que possa exercer autoridade naquela situação.

Então, acho muito justa a ideia dessa homenagem, o nosso trabalho merece ser reconhecido. Todos aqui têm desejo, como policiais, como servidores públicos, de sempre acertar no seu trabalho de forma honesta e correta, cumprindo todas as leis.

Também ressalto que as polícias legislativas, principalmente no Senado e na Câmara dos Deputados, apoiam o trabalho das CPIs, fazem diligências, acompanham testemunhas, fazem prisões, acompanham o trabalho parlamentar e ajudam na análise da documentação das CPIs.

Foi uma surpresa para mim ter de vir aqui – telefonaram-me hoje pela manhã pedindo-me para substituir o Barros – portanto, não tenho muito a dizer. Vou ficar por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Robson, você disse o necessário.

Dando continuidade aos nossos trabalhos – já estamos chegando ao fim da nossa audiência pública praticamente – quero sublinhar, de maneira muito especial, o que já foi mencionado pelos nossos oradores e debatedores.

Um tema recorrente que observamos nas falas está relacionado às manifestações. Penso que elas são legítimas, importantes, justas, necessárias e, inclusive, bem-vindas, desde que observados os devidos preceitos legais. As manifestações são importantes em determinados momentos para alertar os legítimos representantes do povo que algo não está sendo conduzido de acordo com o que a sociedade vem pensando.

O nosso compromisso é o de respeitar o direito democrático de participação e manifestação. Diga-se de passagem que – parece-me – uma das manifestações recentes mais legítimas ocorreu agora, no ano de 2013, quando multidões foram às ruas, desde as pessoas mais humildes até aquelas de escrita mais apurada. Percebemos que, em todo o País, elas aconteceram, foram legítimas e sem conflitos, o que evidentemente facilita muito o trabalho das polícias, sobretudo a nossa, que é uma polícia especial, diferente da polícia do dia a dia, normal.

Quero parabenizar todos e dizer que me sinto muito honrado de poder representar a categoria aqui e apresentar o projeto de lei que, justa e legitimamente, institui o Dia do Policial Legislativo, a ser celebrado no Congresso Nacional.

Agradeço a presença do Senador Dalirio Beber, a quem passo a palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, na verdade, havia declinado de falar, até pelo adiantado da hora, mas devo dizer que foi uma oportunidade ímpar estar aqui. Parabenizo V. Ex^a pela iniciativa de fazer a convocação de uma audiência pública com o propósito de aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre a importância das polícias legislativas, tanto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal quanto nas câmaras e assembleias legislativas.

Tenho certeza de que o estabelecimento de uma data comemorativa dessa importante atividade vai fortalecê-la cada vez mais e encher de orgulho os profissionais que a escolheram para o desempenho de sua ação profissional.

Um grande abraço. Meus parabéns pela iniciativa.

Parabéns a todos os policiais legislativos que estão aqui e a todos que não puderam vir, mas estão acompanhando atentamente o desenvolver desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Esta Comissão é que agradece. Particularmente, agradeço a participação do Senador Dalirio Beber, meu companheiro de Santa Catarina, que só engrandeceu e enalteceu a nossa audiência pública de hoje.

Passo a fazer a assinatura do projeto de lei, que será encaminhado agora às comissões. Gostaria de tornar público que se trata de projeto de lei que institui o Dia do Policial Legislativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Policial Legislativo, a ser celebrado anualmente no dia 23 de junho [como aqui foi defendido].

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Aproveito para fazer uma justificativa que considero importante e pertinente neste momento solene e importante da vida do Policial Legislativo do Congresso Nacional.

O presente projeto de lei visa homenagear o Policial Legislativo, servidor público responsável pela execução de atos inerentes ao poder de polícia parlamentar.

Consoante previsão constitucional, cada assembleia do Poder Legislativo, seja federal, estadual ou do Distrito Federal, possui poder de polícia próprio, que abrange, entre outros aspectos, a dotação de um órgão de polícia interna com vistas a dar cumprimento a essa prerrogativa constitucional.

A data escolhida, dia 23 de junho, remete ao dia em que, no ano de 1789, em meio à Revolução Francesa, quando a Assembleia Nacional francesa foi cercada pelo regimento da guarda do corpo real, liderada pelo próprio Rei Luís XVI, sob o pretexto de proteger o Parlamento, os constituintes reunidos perceberam que tal ato era, de fato, uma tentativa de intimidação do Poder Legislativo.

Nesse momento, um grande orador, o parlamentar conhecido como “o orador do povo”, Honoré Mirabeau, asseverou: “Estamos aqui pela vontade do povo e só sairemos pela força das baionetas”.

Em nome da separação dos Poderes, e marcando uma etapa importante da Revolução, a Assembleia Nacional decretou a imunidade dos seus membros e da sede do Parlamento, sob o argumento de que a polícia da sala onde a Assembleia se reúne só pode pertencer à própria Assembleia.

Após esse episódio, o poder de polícia parlamentar foi consagrado na primeira Constituição francesa, em seu título III, capítulo III, seção I, artigo 4º. A promulgação da Constituição francesa teve importante papel no desenvolvimento, no constitucionalismo e na consolidação do parlamentarismo e das suas ideias. Notadamente, o princípio da separação dos Poderes se respeitaria por toda a Europa.

A primeira constituição espanhola, conhecida como Constituição de Cádiz, de 1812, influenciada pelo movimento do constitucionalismo, tratou de, em nome da separação dos Poderes, assegurar o poder de polícia do Parlamento de possíveis interferências externas. Para tal, previu, em seu art. 122, II, que o rei não poderia ingressar na Assembleia com a sua guarda.

O pensamento liberal, reproduzido nas constituições europeias, bem como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, também influenciou outros países americanos.

No Brasil, a primeira Carta Política, a Constituição Política do Império, de 1824, bem como as demais constituições, tratou de assegurar a imunidade da sede do Poder Legislativo ao dotar cada assembleia com um corpo de polícia própria.

Atualmente, a Polícia da Câmara dos Deputados, a Polícia do Senado Federal, as Polícias Legislativas das Assembleias Estaduais e das Câmaras Legislativas do Distrito Federal estão previstas no art. 51, IV, art. 52, VIII, art. 27, §3º e art. 32, §3º, respectivamente.

Diante da importância dos acontecimentos do dia 23 de junho de 1789 para a afirmação das prerrogativas do Poder Legislativo, particularmente a de dotar o Parlamento com um corpo de polícia próprio, presente no ordenamento jurídico brasileiro e de outras grandes nações democráticas, este projeto objetiva instituir a data

de 23 de junho como o Dia do Policial Legislativo, em homenagem ao profissional que personaliza uma conquista tão cara ao livre e normal funcionamento de um dos Poderes do Estado, portanto, à defesa da democracia.

É assim, com esse espírito, que rogamos a todas as Sras e a todos os Srs. Parlamentares o apoio a essa iniciativa que, evidentemente, já subscrevi.

Diante disso, partindo para o encerramento de nossos trabalhos, agradeço a presença dos expositores que aqui já foram mencionados e também as presenças honrosas dos demais policiais legislativos do Congresso Nacional – seja da Câmara dos Deputados, seja do Senado Federal – e de outras autoridades que nos prestigiaram nesta audiência pública.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 23 de fevereiro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gláson Cameli, Simone Tebet, Dário Berger, Ricardo Franco, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. **Item 10) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2015 - Não Terminativo.** Dispõe sobre a prática da equoterapia. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010. Resultado: Aprovado. **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2015 - Não Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita. Autoria: Deputado Chico D'Angelo. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo.** Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2015 - Não Terminativo.** Concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação). Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer. **EXTRAPAUTA: Item 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 8, de 2016.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 1/2016, seja incluído o seguinte convidado: 1. Representante do União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 3) TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2014 e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, de 2014. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2015. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015 e ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11.

ITEM 10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática da equoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010.

Observações: - *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, e caros colegas Senadores, para economia regimental, vou reduzir a leitura e vou diretamente à análise.

No caso da emenda ao PLS nº 264, de 2010, o Regimento Interno do Senado Federal dispõe, em seus artigos, que emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, devendo o substitutivo da Câmara a projeto do Senado ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o fato de emenda da Câmara só poder ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Entendemos que as modificações propostas, de 2015, da Câmara dos Deputados, são meritórias e aperfeiçoam o projeto originalmente aprovado no Senado Federal. Destacamos o adequado acréscimo da equitação como área integrante da abordagem interdisciplinar que caracteriza a equoterapia. Ademais, entendemos adequada a obrigação de qualificação em equoterapia pelos membros da equipe de atendimento. Igualmente meritória é a especificação para que o cavalo de uso na equoterapia não seja usado para outros fins, o que assegura a docilidade do animal. Da mesma forma, entendemos adequada a necessidade do uso do equipamento de proteção e de montaria, bem como da vestimenta adequada, apenas quando as condições físicas e mentais do praticante permitirem. A prática da equoterapia demonstra que, por recomendação médica, pode-se dispensar tais itens.

Igualmente adequadas são as modificações que dizem respeito à garantia de atendimento de urgência ou de remoção para unidade de saúde, bem como a exigência de autorização da Vigilância Sanitária ou de laudo de Medicina Veterinária. A modificação realizada no art. 6º, por fim, torna a lei consentânea com o disposto no §2º do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, meu caro Presidente, caros colegas Senadores, voto pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao substitutivo.

A matéria vai ao plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas cumprir o autor, o ex-Senador Flávio Arns, que foi um Parlamentar muito voltado à questão da inclusão social, especialmente em relação às pessoas portadoras de deficiência, e um homem muito amigo das APAEs, um líder político muito amigo das APAEs.

Portanto, em homenagem ao autor, Senador Flávio Arns, faço questão de fazer este registro e de dizer que tive a honra de ter sido Relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, meu caro Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita.

Autoria: Deputado Chico D'Angelo.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015, 15/12/2015 e 16/02/2016.

Designo Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Amorim, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos que estão aqui na reunião e os que nos acompanham pelas redes sociais, a proposta foi aprovada no âmbito do VI Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis, em 2006. A instituição legal dessa data comemorativa, acompanhada de atividades de que participem os profissionais e gestores de saúde, viria, decerto, reforçar a consciência sobre a necessidade de prevenção, diagnóstico e tratamento adequados da sífilis.

Essa doença infecciosa, tão temida em séculos pretéritos, já tem, há várias décadas, meios para ser diagnosticada e tratada com eficácia. Mesmo assim, contamina milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, não constituindo o Brasil uma exceção.

Sua transmissão se dá principalmente pelas relações sexuais, bem como por transfusão de sangue ou contato direto com sangue contaminado, e, no caso da sífilis congênita, por via vertical da gestante para seu filho. Esta última é uma das formas mais graves de sífilis, podendo causar má-formação do feto. Entre os males que podem ocorrer estão: alterações ósseas, surdez neurológica, dificuldade no aprendizado e retardo mental.

Mesmo com diversas medidas tomadas pelo Ministério da Saúde e a adesão do Brasil a iniciativas de organismos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde, a sífilis congênita persiste no País com uma taxa de 4,7 casos por 1.000 nascidos vivos. Já a sífilis em gestantes, a taxa chega a 7,4 casos para cada 1.000 nascidos vivos.

Diante de tais estatísticas, é de grande importância buscar-se o aumento da eficiência da detecção, prevenção e tratamento da doença pelos sistemas de saúde, assim como maior conscientização da população em relação às formas de transmissão e os modos de evitá-la. O Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita pode contribuir significativamente nesse sentido.

O projeto de lei foi apresentado, na Casa de origem, em 2007, na Câmara dos Deputados, não devendo ser exigido, portanto, o cumprimento dos requisitos procedimentais estabelecidos pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que lhe é posterior, conforme a orientação constante do parecer emitido em 2011 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, tal como explicitada no item “d” do voto e também pelo item “a”, pois trata-se de uma data comemorativa de alta significação.

Ainda que assim não fosse, é de se ressaltar que o presente projeto de lei atende ao principal critério estabelecido no art. 1º da mencionada lei, qual seja, a alta significação da data comemorativa, especialmente tendo em vista seu objetivo de erradicar a transmissão da sífilis e da sífilis congênita.

Portanto, Sr. Presidente, o voto exposto aqui pelo nobre Senador Ronaldo Caiado, e também com a nossa aprovação, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2015, Projeto de Lei nº 2.228, de 2007, na Casa de origem.

Para tanto, Sr. Presidente, peço o apoio dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, é que fui informada aqui que a reunião já está se encaminhando para a sua conclusão. Queria, portanto, aproveitar a oportunidade aqui, Senadora Ana Amélia e Senador Romário, só para reforçar a audiência pública que teremos nesta quarta-feira,

que vai tratar de um tema muito importante, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que é um programa coordenado pela Capes, do Ministério da Educação, em parceria com as instituições de ensino superior – as universidades e os institutos técnicos de educação profissional e tecnológica – e as escolas de educação básica de todo o País. Esse programa tem se revelado, Senador Romário, como uma das melhores e mais exitosas iniciativas voltadas exatamente para a política de formação inicial e continuada do magistério. Em virtude das dificuldades pelas quais passa o País, há todo um debate acerca de possíveis contingenciamentos que o programa estaria sofrendo. O fato é que a Comissão abre as portas amanhã, para acolher os representantes das universidades e dos próprios professores beneficiados com as bolsas do Pibid. O MEC vai estar aqui, bem como diversas outras autoridades. A gente queria, nesta ocasião, Senador Romário, só reforçar o convite para essa audiência de amanhã. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Comunico que amanhã, quarta-feira, às 10h da manhã, será realizada uma reunião extraordinária em forma de audiência pública, essa mesma que nossa Senadora acabou de citar, destinada a debater o papel estruturante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), em atendimento ao Requerimento nº 88, de 2015, da CE, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra e Paulo Paim.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente!

É que, se fosse possível, eu gostaria que a Mesa pudesse acolher um requerimento de aditamento nosso para a audiência pública da tarde, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que também vai tratar de outro tema muito importante, que é a base nacional curricular. Era apenas, Sr. Presidente, para que pudesse também ser convidado a participar do debate o representante da Undime, que representa os secretários municipais de educação de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senadores, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Romário, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria só reforçar a audiência de amanhã. Eu recebi hoje, pela manhã, um grupo de professores. Falaram muito de V. Exª, Senadora Fátima Bezerra. Eles estão muito preocupados. Segundo eles, o número de vagas foi cortado em quase 50%. Eles acham que o programa vai inclusive terminar. Essa audiência de amanhã pode salvar um programa que teve repercussão até em nível internacional no momento em que ele estava a pique. Então, quero reforçar o convite para todos, para estarmos amanhã aqui nessa importante audiência pública na Comissão presidida por V. Exª, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais nada a tratar...

Vou aproveitar a chegada do nosso mestre, Senador Cristovam Buarque.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2015

- Não terminativo -

Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se de um projeto de 2006, de autoria do nosso querido Senador Roberto Saturnino, do seu Estado, que foi aprovado pelo Senado, encaminhado à Câmara dos Deputados, e agora nós discutimos o Substitutivo que veio da Câmara, de nº 14, de 2015.

O projeto altera o §6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, tratando do ensino de artes.

Em seu art. 2º, a proposição determinava o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino implantassem as mudanças decorrentes da futura lei.

O art. 3º tratava da entrada em vigor da proposição, que viria a ser a data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, entretanto, onde tramitou pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto sofreu substanciais alterações.

Assim, suprimiu-se a alteração proposta ao §2º e modificou-se o teor da redação proposta para o §6º, ambos do art. 26. A modificação realizada inclui as artes visuais (em substituição às “artes plásticas”) e a dança (além da música e do teatro, já previstos anteriormente), entre as linguagens que constituirão o componente curricular referente ao ensino da arte.

A matéria será apreciada exclusivamente por esta Comissão, cujo parecer instruirá a deliberação do Plenário.

Inicialmente, analisando-se os debates realizados sobre a proposição na Câmara dos Deputados, verificamos a relevância dos aperfeiçoamentos realizados.

Entendemos serem apropriadas as modificações que têm como objetivo, essencialmente, ampliar o alcance da proposição, contemplando, também, a dança e adotando a terminologia mais atualizada e abrangente de “artes visuais”, em lugar de “artes plásticas”.

Nesse sentido, a nova redação, além de mais concisa, mostra-se mais consentânea com o conceito contemporâneo de artes, sobretudo no contexto educacional.

Avaliamos, pois, como meritória a alteração proposta pela Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senador Saturnino Braga.

Esse é o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2015

- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, esse é um projeto a que eu dou o meu parecer favorável com muito prazer, até porque eu próprio cheguei a dar entrada a um projeto similar algum tempo atrás, que, por diversas razões, terminou arquivado. Então, a minha total aprovação é óbvia.

Eu não vou ler todos os detalhes que os Senadores receberam, mas vou apenas dizer que, nos termos do art. 102 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão apreciar a matéria e cabe ressaltar que a proposta ora em análise reproduz o texto do substitutivo ao projeto de lei do Senado aprovado por esta Comissão em 30 de novembro de 2010. No referido parecer, a Comissão de Educação concluiu pela aprovação do substitutivo. Cabe ressaltar ainda que, após a aprovação nesta Comissão, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Diante disso, vale reiterar os termos da análise ao mérito da matéria, realizada por aquela comissão.

É inegável, Sr. Presidente, que o músico, em determinado momento da carreira, precisa adquirir instrumentos de alta qualidade que lhe proporcionem condições para aprimorar-se artisticamente e progredir profissionalmente. Contudo, a indústria nacional, apesar de muito promissora, ainda não consegue, em muitos casos, produzir equipamentos com a mesma qualidade técnica que as tradicionais marcas internacionais oferecem. A preferência dos guitarristas brasileiros por uma Gibson ou uma Fender, dos tecladistas por um Hammond ou um Yamaha e dos gaitistas por uma Hohner é lendária. Esse fenômeno não se limita ao Brasil, uma vez que todos esses instrumentos são as estrelas de suas categorias.

De toda forma, a indústria de instrumentos musicais no Brasil vem crescendo muito nos últimos anos, com uma sensível melhora de qualidade, e merece nosso apoio. O País fabrica, praticamente, todos os instrumentos de sopro, sendo hoje um nicho de excelência da indústria metal-mecânica nacional. Além disso, também são fabricados instrumentos de cordas e uma infinidade de instrumentos de percussão. Segundo profissionais do setor, a evolução tecnológica dos instrumentos brasileiros explica o crescimento das empresas que investiram em novos materiais e na diversificação de modelos.

A iniciativa em análise, contudo, apresenta elementos nesse sentido, pois além de restringir os benefícios da isenção de imposto às orquestras ou às entidades afins e ao músico profissional, restringe, também, para o músico profissional, a aquisição de apenas um instrumento a cada três anos. Com isso, nós estamos, de certa maneira, protegendo a indústria nacional, mas, na hora de escolher entre a proteção radical de uma maneira que sacrifique a música e a liberdade total de importação para beneficiar a música, nós preferimos esse ponto de acordo, conforme o projeto prevê, que, ao mesmo tempo, privilegia a música, permitindo a importação com liberação dos impostos dos equipamentos de mais qualidade, mas limitando o número de equipamentos a serem importados pelos músicos.

Para o aperfeiçoamento do músico, é de fundamental importância o acesso a esses instrumentos. Por isso, estamos olhando do ponto de vista da arte, da cultura, sem esquecer os interesses da indústria – não nego que o voto aqui tem o olho mais na arte, na cultura que na indústria.

A importância do respeito às normas de direito financeiro foi comprovada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados ao rejeitar proposições iniciadas no Senado Federal que não estavam acompanhadas da estimativa da renúncia fiscal, apesar de conterem fórmula semelhante à adotada no art. 5º do projeto de lei em análise. É preciso dizer que o sacrifício fiscal é muito pequeno e o benefício cultural, muito grande.

Por isso, no que respeita ao mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2015, do Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos senhores pela presença.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Romário, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Simone Tebet, Dário Berger, Dalírio Beber, Blairo Maggi, Douglas Cintra, Regina Souza, Telmário Mota e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 88/2015-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Fátima Bezerra e do Senhor Senador Paulo Paim, destinada a debater o Papel Estruturante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID. Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhora Irene Maurício Cazorla, Diretora de Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC; Senhor Luiz Fernando Dourado, Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE; Senhora Alessandra Santos, Presidente do fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID; Senhor Belchior de Oliveira Rocha, Membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF; e Senhor Jesualdo Pereira Farias, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes na reunião. Usam da Palavra os Senhores Senadores Gleisi Hoffmann (não membro), Dário Berger, Blairo Maggi, Ângela Portela, Romário, Donizeti Nogueira. A Presidência, excepcionalmente, passa a palavra para os Senhores Deputados Waldenor Pereira (PT/BA), Maria do Rosário (PT/RS), Pedro Uczai (PT/SC) e Helder Salomão (PT/ES). Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às quatorze horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 88, de minha autoria e do Senador Paim, para realização de audiência pública destinada a: “Debater o Papel Estruturante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)”.

Eu gostaria, primeiro, aqui, de agradecer a presença honrosa do companheiro Deputado Paulo Teixeira, do Deputado Esperidião Amin, do Deputado Aliel.

Por força do Regimento, a palavra é concedida aos Senadores e aos convidados, mas, evidentemente, nós não poderíamos, de maneira nenhuma, deixar de ouvir aqui a palavra do Deputado Paulo Teixeira e do Deputado Esperidião Amin, daí por que o fizemos antes do início da reunião.

Chega aqui também mais um Deputado, Waldenor Pereira, outro militante na luta em defesa da educação.

Quero dizer para todos o quanto é importante a presença de vocês aqui na Câmara, porque fortalece a nossa luta na defesa da educação pública.

A audiência de hoje, que busca exatamente defender a manutenção de um programa tão importante como este, como é o Pibid, é exatamente um ato muito importante para a luta em defesa da educação pública no nosso País.

Nós queremos aqui já registrar a presença entre nós da Senadora Angela e da Senadora Gleisi, que tem participado intensamente dessa luta também – não é, Senadora Gleisi? Ainda, semana passada, nessas últimas semanas, já aconteceram reuniões e mais reuniões. A Senadora Lídice, a Senadora Angela, a Senadora Regina também... Enfim, a Comissão de Educação e Cultura aqui do Senado Federal está totalmente envolvida nesse debate, participando desse debate, aliás, cumprindo seu papel, seu dever, que é exatamente se debruçar sobre os temas mais importantes, que dizem respeito à questão da educação brasileira. Então, aqui nós não estamos fazendo nenhum favor. É nosso dever, nossa obrigação.

O requerimento para realização da presente audiência pública, como eu já disse, de autoria minha e do Senador Paim, atende exatamente a uma solicitação do Fórum de Coordenação do Pibid em todo o Brasil.

Então, nós queremos dar início à audiência pública.

Convido aqui o Prof. Jesualdo Pereira Farias, Secretário de Educação Superior do MEC; convido o Prof. Belchior, Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica lá do meu Estado – com todo respeito aos demais, é o melhor reitor do Brasil. *(Risos.)*

O Prof. Belchior também presidiu agora, terminou agora em fevereiro o mandato, Senadora Gleisi, à frente do Conif, que é o conselho nacional dos reitores e reitoras dos institutos federais. Portanto, ele está aqui como representante do conselho.

Quero chamar aqui a Profª Irene Mauricio Cazorla, Diretora de Educação Básica lá da Capes. Quero chamar a Profª Alessandra, representando aqui o Fórum Nacional do Pibid, e o Prof. Luiz Fernandes Dourado, aqui representando a Câmara de Educação Básica.

Bom, quero informar que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800, e e-Cidadania, por meio do portal, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Fátima, pela ordem, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia a todos, aos que estão na Mesa, aos colegas Senadores, Deputados, a todos os representantes do Fórum do Pibid que estão aqui, à Profª Alessandra. A gente já esteve também com a Profª Irene.

A CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, abriu. Eu, na realidade, não faço parte da Comissão de Educação. E o pessoal está me chamando na CCJ.

Eu gostaria muito de ouvir a explanação do Prof. Jesualdo, já tive oportunidade de ouvir a Profª Irene, V. Exª conhece muito bem o assunto, tem acompanhado, e acho que, assim como diz o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Bornhausen e o Deputado Esperidião Amin, nós temos que encontrar uma solução. O que não pode é haver uma restrição do programa sem que a gente minimamente possa fazer uma conversa sobre isso e ter encaminhamentos. O diálogo sempre foi uma marca deste Governo, uma marca nossa. Não há justificativa para não fazermos esse diálogo. Sabemos que estamos em situação de dificuldade, ninguém aqui desconhece isso. E as situações de dificuldade requerem ainda mais compreensão e diálogo.

Então, eu não vou poder acompanhar, Senadora, a audiência. Eu vou até a CCJ e quero voltar aqui. Mas queria me colocar à disposição para nós ajudarmos nessa situação, na mediação e em uma saída para mantermos esse programa, que é um dos programas mais importantes e de reconhecimento nacional que nós temos hoje através do nosso Ministério da educação, tão importante para as nossas instituições superiores de ensino como também para as escolas de ensino fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora, quero agradecer e, mais uma vez, reiterar, claro, o quanto é importante a participação da Senadora Gleisi na luta em defesa da educação e, no caso específico aqui, no Pibid, por toda compreensão que nós temos de que não estamos tratando aqui de um tema qualquer. Na verdade, tratar do Pibid significa tratar de uma das iniciativas mais ousadas, mais exitosas adotadas nesses últimos anos em Governos do PT, do Lula e da Presidenta Dilma, no campo da política nacional de formação inicial e continuada.

Nós temos aí o Plano Nacional de Educação, um plano nacional de educação que, inclusive, estabelece metas também bastante ousadas no que diz respeito à questão da valorização social e profissional do magistério. E para que a gente avance no tema da valorização social, profissional e salarial do magistério, é fundamental não só melhorar a remuneração, mas, ao mesmo tempo, apostar na política de formação inicial e continuada.

Então, é disso que se trata. E, como disse a Senadora Gleisi, os demais, nós da Comissão de Educação, nosso dever é fazer a mediação.

Aqui, Deputado Waldenor, o que se propõe é ouvir ambas as partes, é ouvir, sim, trazer aqui a voz do Pibid de todo Brasil através da Profª Alessandra, que está aqui legitimamente representando um programa que hoje está presente em quase 300 instituições pelo País afora, um programa que está presente hoje em quase 6 mil escolas pelo País afora.

Eu não vou me alongar, até porque nós vamos ouvir aqui os relatos de quem está lidando diretamente com o programa, portanto tem muito mais dados para apresentar ao nosso debate.

O que é importante destacar, repito, é o papel da mediação da Comissão, de forma suprapartidária, até porque o que nós queremos é não só manter o programa – e isso o MEC já tem colocado claramente, mas va-

mos ouvir –, mas fortalecê-lo, repito, com a compreensão que temos de que é, sim, uma das iniciativas, Senador Dalirio, mais exitosas no que diz respeito à política de formação dos docentes em todo o País.

Nós vamos passar a palavra, começar pelo Jesualdo.

Mas, Senadora Gleisi, antes de V. Ex^a sair, bem rapidinho, queria aqui só fazer um registro, me permitam, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, sobre a votação de ontem aqui no Senado Federal, dizer da nossa tristeza com a votação de ontem. Por 33 votos a 31, o Plenário do Senado aprovou manter a urgência para votar o Projeto de Lei 131, de autoria do Senador José Serra, que altera a atual legislação que diz respeito ao marco regulatório do pré-sal.

Por que faço aqui esse registro? Porque é de conhecimento que, na comunidade educacional de todo o País, há, sim, uma preocupação, uma apreensão muito grande com relação exatamente ao Projeto 131. Por quê? Porque a lei que vigora hoje, a lei que trata do marco regulatório do pré-sal, em boa hora, consignou que 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do fundo social irão para educação, ao mesmo tempo que nós temos a convicção de que mexer na atual legislação, mexer na partilha, mexer na política de conteúdo nacional, isso não é, de maneira nenhuma, adequado do ponto de vista dos interesses nacionais, do ponto de vista da Petrobras. Ou seja, deixando muito claro: nós tínhamos uma avaliação que alterar a legislação do marco regulatório do pré-sal, portanto, a aprovação do PL 131 traz prejuízos para o Brasil e, consequentemente, para a educação.

Então, eu queria fazer aqui esse registro. O debate ainda não se encerrou. A votação do projeto vai ser hoje à tarde. Portanto, é hora exatamente de a gente lutar ainda, de lutar. Porque votar contra o Projeto 131 é lutar inclusive para não haver cortes na educação, para não haver cortes no Pibid. Votar contra o 131, na nossa opinião, é continuar a defesa de que o pré-sal é da educação, de que o pré-sal é da sociedade brasileira.

Então, eu gostaria só de fazer esse registro aqui.

Vamos passar imediatamente para o Sr. Jesualdo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a estabelece a dinâmica de ouvir primeiro os nossos oradores, os nossos convidados para depois conceder a palavra para os Senadores?

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Porque eu gostaria de me manifestar. E considerando que a senhora bem conhece a nossa responsabilidade nas Comissões – e me parece que hoje, no Senado, nós temos em funcionamento, neste momento e durante todo o dia, cerca de 30 ou aproximadamente 30 comissões, o que quer dizer que a gente tem que estar presente, talvez, em dois ou três lugares ao mesmo tempo. Por essa razão, solicito a V. Ex^a que eu me manifeste antes, e depois retorno para fazer as perguntas.

Na medida em que puder, vou participando desta audiência pública que me causa grande interesse, mas também tenho a responsabilidade de participar de outras Comissões. Não sei se V. Ex^a concorda com essa minha sugestão.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Tudo bem. Eu só faria um apelo, Senador... Claro que sua presença aqui é muito importante, inclusive porque é um Senador muito atuante aqui na Comissão de Educação e membro desta Comissão. Eu só faria um apelo porque seria importante a gente ouvir rapidamente a Mesa, passar a palavra para os senhores e senhoras. Mas se V. Ex^a quer fazer uma consideração inicial breve... Eu gostaria de, se possível, passar imediatamente para a Mesa, para a gente ouvir e devolver a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A senhora vai conceder quantos minutos para cada orador, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É só para eu me organizar no meu tempo também.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O senhor já está inscrito. Eu pergunto: o senhor espera para a gente ouvir primeiro os oradores?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está certo.

Vou pedir à Mesa que já inscreva o Senador Dário.

Dário Berger é o primeiro inscrito, de Santa Catarina.

Então, passamos imediatamente a palavra ao Prof. Jesualdo.

Antes disso, eu gostaria de pedir licença à Mesa para passar um filme que o Fórum de Coordenação Nacional do Pibid fez. São cinco minutos só.

Está pronto?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos dar início e depois passamos o restante do filme.

Registro aqui, com muita satisfação, a presença do Deputado Jorge Solla, da Bahia.

Vamos passar a palavra, imediatamente, para o Prof. Jesualdo.

Peço a compreensão de todos, na verdade, só para esclarecer para os Senadores e as Senadoras o atraso da presente audiência, que se deveu a delegações vindas de praticamente todos os Estados do Brasil. Seis ônibus vieram até Brasília exatamente para participar deste debate, hoje, o que traduz a importância do tema e o interesse por ele.

Com a palavra o Prof. Jesualdo. Peço aos nossos convidados que se atenham ao tempo de dez minutos, com a devida tolerância final.

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – Bem, obrigado, Presidente, Senadora Fátima Bezerra, uma grande batalhadora pela educação neste País. Quero saudar Senadores e Senadoras. Saudar os amigos da Mesa: a Alessandra, Presidente do Fórum Nacional do Pibid; a Prof. Irene, que aqui representa a Capes; saudar o nosso amigo Belchior, ex-presidente do Conif; e saudar o Conselheiro Luiz Dourado.

Quero fazer uma saudação especial à nossa colega, Prof. Helena Nader, que está aqui presente, da Academia Brasileira de Ciências.

Saúdo assessores, Parlamentares, estudantes, demais professores presentes a esta reunião.

Inicialmente, parabéns esta Comissão pela iniciativa, e os Senadores que a subscreveram, ressaltando a importância deste debate em função de muita informação que surgiu sobretudo nos últimos dias, que não dialoga com a realidade, conforme vou relatar.

Primeiro, é lógico, todos nós sabemos que esta Comissão tem dado contribuições enormes aos desafios que o Governo tem, e não só o Governo Federal, mas os estaduais e municipais, frente ao Plano Nacional de Educação, que está em curso, com metas ousadas. São 19 metas, algumas delas já para serem cumpridas neste ano de 2016. A 19ª meta diz respeito ao financiamento das 18 anteriores.

A Senadora colocou rapidamente aqui os impactos que algumas medidas pensadas podem causar na 20ª Meta do Plano Nacional de Educação e que inclusive podem comprometer a realização das 18 metas.

Se avaliarmos esse contexto, vamos perceber que o grande desafio, o maior desafio, o mais importante, aquele sobre o qual devemos nos debruçar no dia a dia são exatamente as metas relacionadas ao ensino básico de uma forma geral, compreendendo aqui desde a educação infantil até o ensino médio. Isso é importante porque exatamente neste setor o País padece dos piores índices de avaliação.

Estou colocando isso para ressaltar a importância desse programa, se quisermos avançar rapidamente na melhoria dos índices nas avaliações do ensino básico de uma forma geral.

Então, de início destaco o reconhecimento do MEC da importância do Pibid. Não foi por acaso, conforme relatou de início a Presidente, Senadora Fátima, que esse programa surgiu a partir do Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, que foi uma proposta da época em que o Ministro da Educação era o atual Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o Presidente da República era o Presidente Lula. Foram eles os signatários desse programa. E desde 2010, a partir dos desdobramentos desse decreto, esse programa vem crescendo em importância, em atividades desenvolvidas – conforme a Senadora colocou aqui – em centenas de escolas públicas do ensino básico, com o objetivo de melhorar a educação.

Mas não só isso. Esse programa também trouxe para as universidades uma motivação excepcional que terminou atraindo jovens para os cursos de Licenciatura que antes não tinham tanta atratividade. Portanto, esse programa mudou tanto a forma como os cursos de Licenciatura nas universidades, nos institutos federais, passaram a ser vistos, como também o seu papel fundamental nas escolas públicas do ensino básico assistidas pelo programa.

Portanto, mesmo antes do novo Plano Nacional de Educação, já há a configuração de uma política pública de grande importância no âmbito do Plano Nacional de Educação, porque envolve várias das metas estabelecidas para a melhoria do ensino básico. Insisto que vai desde a educação infantil até o ensino médio. Portanto, esse papel estratégico é extremamente reconhecido pelo MEC.

O que estamos fazendo agora? Em nenhum momento – e quero deixar isso bastante claro –, no MEC, foi cogitada a possibilidade de acabar com o programa Pibid. Isso jamais aconteceu. Eu inclusive coloquei essa afirmação em reunião com representantes do fórum, com estudantes, quando estiveram na Sesu, no ano passado. O que de fato está ocorrendo é um trabalho para melhorar o programa e atingir um número maior de escolas, sobretudo aquelas de ensino médio público que não estão bem avaliadas. Portanto, é um redireciona-

mento do programa para atender uma política pública que é a melhoria do ensino básico, conforme eu falei, aumentando o número de escolas e direcionando das ações para aquelas escolas onde os estudantes têm o pior desempenho nas relações realizadas pelo Inep.

Então, hoje, sob a liderança do Ministro Mercadante, estamos com um trabalho que envolve a Capes, que é a responsável pelo programa; que envolve a Sesu (Secretaria de Educação Superior), de que eu sou Secretário; a Secretaria de Educação Básica; a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); que envolve a Secadi e ainda a Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior), responsável pela regulação.

Não há qualquer iniciativa no sentido de extinção do programa, pelo contrário, o que o MEC vem fazendo é fortalecer, dar mais institucionalidade ao programa, e nós, já no segundo semestre, uma vez feito todo esse redirecionamento, sem contudo alterar os objetivos originais do programa, que vou ler em seguida, deveremos ter editais com novas bolsas e as universidades todas – as que já participam e outras que ainda não participam – poderão concorrer, desde que aceitem as condições colocadas, que têm como eixo central – repito – atuar nas escolas onde os estudantes têm o pior desempenho.

Por que essa reavaliação? Primeiro, porque se olharmos os objetivos do programa, que lerei rapidamente aqui, apenas para mostrar que não há, em nenhum momento, mudanças com relação aos objetivos que constam do art. 3º do decreto que eu citei... O primeiro deles é incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica.

Como eu falei, um dos grandes impactos iniciais do programa...

(Soa a campanha.)

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – ...foi exatamente o fortalecimento das licenciaturas a partir da motivação dos estudantes para ingressarem nesses cursos. Depois, contribuir para a valorização do magistério, que inclusive é uma meta do Plano Nacional de Educação. Elevar a qualidade da formação inicial de professores dos cursos de Licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, um papel fundamental do programa que vai continuar existindo.

O item 4 é inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes uma oportunidade de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas, e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem.

Talvez esse item 4 seja o que precisa ser intensificado nessa nova versão do programa, e isso ficará bem claro nos editais, a partir do trabalho que está sendo feito pelas secretarias que se tem anteriormente.

Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério, contribuindo para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de Licenciatura.

É impossível imaginar que ante objetivos tão nobres o MEC cogitasse a possibilidade de extinguir esse programa. Não há absolutamente... Insisto que em nenhum momento foi feita essa declaração através de qualquer servidor do MEC, qualificado, que esteja trabalhando no programa. Portanto, esses objetivos consideramos extremamente nobres, porque fortalecem as licenciaturas, que é uma demanda histórica de todos os professores que militam na área de formação e fortalece as ações para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem na escola básica, e no caso – insisto – esses processos deverão ser fortalecidos sobretudo naquelas escolas onde os estudantes têm o pior desempenho.

Portanto, Presidente, esses são os esclarecimentos iniciais que eu gostaria de colocar, e deixar para todos os representantes do Pibid aqui, professores, estudantes, a mensagem do MEC de que não há, não houve e nem haverá de forma alguma a extinção de tão importante programa para a educação do nosso País, sobretudo no âmbito das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Prof. Jesualdo.

Vamos passar agora para a representante da Capes. Antes, quero registrar, com muita satisfação, a presença do Senador Blairo Maggi, do Mato Grosso, que é o Relator da Comissão Especial que trata da Agenda Brasil, dizendo que por decisão dele, repousa sobre minhas mãos uma série de projetos muito especiais para a educação brasileira, que dizem respeito ao Fundeb. Eu quero aqui de público registrar a sensibilidade do Senador Blairo no que diz respeito ao tempo pedido, devido à magnitude...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – São muitos. Exatamente. A magnitude desses projetos, a implicação que têm, inclusive para programas como esse, porque o Fundeb diz respeito à educação básica como um todo.

Então, quero aqui fazer esse registro da sensibilidade de V. Exª como Relator geral, que me designou como sub-relatora. E vamos adiante.

Registro também, com muita satisfação, a presença da minha colega e companheira, Deputada Maria do Rosário, lá do Rio Grande do Sul, outra militante atuante na luta em defesa da educação; do Senador Cristovam, que como não poderia deixar de ser, já se encontra presente aqui na nossa escola; da Deputada Carmen Zanotto, que acaba de chegar.

Já registrei o Deputado Jorge Solla, o Deputado Waldenor, bem como a Senadora Regina, muito presente aqui na Comissão de Educação, na luta em defesa da educação; e Senadora Angela, Senador Dalirio e Senador Dário.

Vamos agora, imediatamente, para a Professora Irene. A senhora tem direito a dez minutos.

Quero mais uma vez lembrar que esta audiência pública está sendo gravada e transmitida agora pela internet, inclusive através do e-Cidadania.

Professora Irene Mauricio, representando aqui a Diretoria de Educação Básica da Capes.

A SRª IRENE MAURICIO CAZORLA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de, em nome da Senadora Fátima Bezerra, cumprimentar todos os Parlamentares, e em nome da nossa querida Alessandra Assis, todos os “pidibianos”.

Através do Decreto nº 6.755, a Capes assume a formação de professores em serviço. Recentemente, fui convidada para assumir a Diretoria de Educação Básica. Ao assumir a Diretoria, a primeira reflexão trazida para nós, dentro do próprio contexto do MEC, foi por que, apesar de tanto investimento na educação, 20% das nossas crianças mal conseguem fazer uma garatuja? Por que, apesar de termos tido Pró-Letramento, Gestar, formação de professores em consórcios em diversos Estados e Municípios, nosso Ideb não consegue alcançar minimamente as metas?

Recentemente, todos nós, tristemente, verificamos que ficamos em penúltimo lugar no Pisa. Por quê?

Essas reflexões trazidas sob a liderança de nosso Ministro têm nos desafiado a perguntar por quê? Se temos inúmeros programas de formação de professores e de políticas educacionais que visam a superar o analfabetismo na escola, o letramento, as aprendizagens, garantindo o direito de cada jovem e cada criança à leitura, o direito ao conhecimento, como nós temos de refletir? Agradeço essa oportunidade para que todos nós, nesta audiência, reflitamos e de fato consideremos a situação.

Então, fazendo um balanço do programa da política nacional de formação de professores, temos que nos pautar na formação inicial, nos programas como o Parfor, que ofertam cursos de Licenciatura para os nossos professores da educação básica que não têm formação em nível superior, que é o cumprimento da Meta 15.

O Pibid é um programa institucional, faz parte também das nossas metas. A formação continuada é através das especializações e dos mestrados profissionais. Para quem não sabe, temos o Profimat, o Profletras, o Profhistória, o Profartes e o ProFis, que ofertam cursos de mestrado profissional para nossos professores da educação básica.

Nesse bojo, hoje discutimos a base nacional comum que diz respeito aos conhecimentos que precisam ser trabalhados na educação básica, que vão reverberar nos cursos de formação de professores e nos mestrados profissionais; o papel de nossas instituições, em especial as públicas, na institucionalização desses programas; a necessária organicidade desses programas dentro das nossas instituições, para que elas tenham sustentabilidade e organicidade; a necessária integração entre as políticas de formação de professores e a política educacional.

Então, o Pnaic tem que dialogar com a formação de professores que formam os alfabetizadores e a necessária articulação com os sistemas de ensino.

De nada vai adiantar colocar programas nos quais formamos professores em nível de pós-graduação, em mestrados profissionais, se nossos sistemas de ensino não estiverem capacitados para segurar esses nossos professores.

Todas essas políticas devem ter como sua grande missão a garantia das aprendizagens mínimas de nossas crianças, de nossos adolescentes, na educação básica.

E, para vocês terem uma ideia, de todos os programas que estão no bojo da Política Nacional de Formação de Professores, nós temos o Parfor Presencial, na Diretoria da qual nós estamos à frente; o Pibid; e nós temos esse leque de programas – gostaria que vocês olhassem com muito carinho –, nós temos Obeduc, Residência Docente, Life, Novos Talentos, Prodocência, Olimpíadas, que serão cortados para poder dar sustentação ao Pibid. E, na Educação a Distância, nós temos os mestrados profissionais, as especializações e o Parfor a Distância, através da Universidade Aberta do Brasil.

A gente gostaria de mencionar que o ano passado não implementamos 397 turmas do Parfor Presencial. Nós não atendemos 13 mil professores da Educação Básica no seu direito ao ensino superior.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Profª Irene, só bem rapidinho, quero registrar a presença do Presidente da nossa Comissão, Senador Romário, bem como a do Senador Paulo Paim, que é Coautor do requerimento para a realização da presente audiência pública.

Quero dizer ao Senador Romário que, se ele quiser presidir aqui a audiência...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, Senadora, obrigado, está em ótimas mãos.

Gostaria só de pedir desculpas, porque tive uma reunião da minha Bancada que, em princípio duraria meia hora, mas todos sabem como é a política – não é? –, e acabou durando 2h30. Mas eu não poderia deixar de estar aqui numa audiência pública dessa relevância, dessa importância para a educação do nosso País. E desejo aqui que a gente possa fazer um grande evento, e que as pessoas saiam daqui realmente conscientes de algumas coisas que vêm acontecendo de negativo em nosso País!

Em relação à Presidência, não poderia estar em melhores mãos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidenta, embora eu seja um dos Autores, e V. Exª a primeira signatária, eu tenho que abrir agora a Comissão de Direitos Humanos, em que haverá uma série de projetos na pauta; e tenho quatro relatorias e duas autorias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, vou lá tentar agilizar, e voltarei para cá, como disse muito bem o nosso querido Presidente Romário, pela importância desse debate.

A Profª Alessandra esteve comigo ontem, e me assustou aquele número de 45 mil vagas que poderemos perder – aquele número me assustou muito! Então, eu tinha um discurso para fazer em plenário ontem, e me recomendaram fazer depois da audiência pública, porque aqui vai ser resolvido... *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... positivamente, para se garantirem as vagas.

Então, eu vou lá, e volto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Volte e será muito bem-vindo! *(Palmas.)*

Vamos devolver a palavra à Profª Irene.

A SRª IRENE MAURICIO CAZORLA – Bom, então, nesse ponto, é preciso também verificar que tanto a Secretaria... Enquanto nós cuidamos da formação de professores, também o MEC tem programas, tanto pela Secretaria de Educação Básica (SEB), quanto pela Secadi, de formação de professores. E, na SEB, nós temos os pactos, principalmente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

E, quando a gente olha de forma sistêmica... E aqui o que nós temos que discutir com ousadia e com coragem é a formação de professores, porque ao que nós temos assistido... No Programa de Formação de Professores em serviço era para haver um curso de licenciatura adequado a esses professores, e não tem muito acontecido isso.

Então, o que está acontecendo? Nós temos o curso de licenciatura regular, que é formatado para esses nossos professores que vêm, que não foram liberados de suas salas de aula; professores que não recebem bolsa. E aí esses professores têm que acompanhar uma licenciatura que tem um caráter marcadamente bacharelesco, como a Profª Bernadete Gatti já mostra isso nos seus trabalhos. E o melhor: que o Pibid consegue mostrar o quanto desses 70% de disciplinas da educação superior não ajudam na educação básica.

Então, aqui nós temos que nos perguntar se nossas licenciaturas formam professores para a educação básica ou para o ensino superior.

A grande questão para nós está aqui, por isso temos a iniciativa de trabalhar de forma conjugada: a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria da Educação Básica, junto com as outras secretarias.

É importante dizer que dentro de nossas instituições, nós temos os nossos programas que chegam. Então, nós temos os coordenadores do Parfor Presencial, os coordenadores do Pibid, os coordenadores dos cursos a distância, os coordenadores dos mestrados, mas não trabalham de forma orgânica, cada um trabalhando dentro da sua especificidade. O que colocamos como necessário nessa integração e nessa organicidade? É preciso dar organicidade a esse amontoado de programas, não podemos mais continuar, nós precisamos dar organicidade, sustentabilidade e institucionalização.

É importante mostrar que as nossas universidades públicas só respondem por 30% da formação de professores e a sua falta de capilaridade. Nós precisamos mostrar que devemos formar professores para os Municípios; nós precisamos formar professores para Xapuri, para Campo Alegre de Lourdes...

(Soa a campanha.)

A SRª IRENE MAURICIO CAZORLA – ... para Itaju do Colônia.

É importante também reconhecer que o conhecimento da educação básica é legítimo e que nossos professores que estão na escola têm o conhecimento profissional do saber fazer e podem, sim, ajudar as nossas instituições a formar uma rede de conformadores de professores.

Nesse sentido, é preciso que se produza conhecimento, que nasce na educação básica, que nasce na escola, e nossos “pibidianos” fazem isso, porque eles estão lá escola; mas não só nossos “pibidianos”, nossos estudantes do estágio supervisionado também estão lá.

Quanto a essa dificuldade que nossos professores enfrentam ao alfabetizar uma criança: por que essa criança não consegue, depois de dois, três anos, alfabetizar-se? Então, esse estudante, vivenciando essa realidade, fazendo de sua ação o celeiro de investigação, leva para a universidade, e a universidade, com toda sua capacidade de formar professores, de investigar, de fazer uso dos marcos teóricos, metodológicos, pedagógicos, pode dar auxílio a esse professor que está na escola e, assim, iniciar um círculo virtuoso da produção de conhecimento sobre saber ensinar e aprender os conhecimentos da educação básica.

É somente com essa produção de conhecimento, meus caros... E aí nós precisamos olhar a discussão da base nacional comum, que não pode se limitar a discutir os conhecimentos da educação básica, mas que deve reverberar no programa de formação de professores nas licenciaturas e nos mestrados. Nós não podemos correr o risco de fazer, nos nossos mestrados, uma fragmentação que já existe nas nossas licenciaturas. Então, nós precisamos fazer, criar esse conhecimento.

Nós estamos propondo que isso seja de uma forma integrada, que o conhecimento que precisa ser discutido na educação básica seja insumo para a nossa licenciatura, insumo para a nossa especialização, para o nosso mestrado. Nós temos os instrumentos: nós temos o Pibid, nós temos o Parfor, nós temos os mestrados profissionais, nós temos os programas que vão para a escola, nós temos o PNAIC, nós temos o Mais Educação, nós temos o ProEMI, então nós temos as ferramentas. O que está faltando? Está faltando o círculo virtuoso da produção de conhecimento, e isso nossas universidades têm de melhor. As nossas universidades são nossas grandes parceiras.

Nós temos dois polos: o polo centrado na licenciatura, que tem que ser alimentada pelos conhecimentos e pelas tecnologias e inovações que nascem do Parfor Presencial, no momento em que um professor chega à universidade sem a formação.

O que inovações pedagógicas, tecnológicas podem implementar na própria licenciatura?

Em que os nossos “profs”... Em que os nossos Profmat e Profletras estão contribuindo para essa produção de conhecimento?

De outro lado, a escola tem o Pnaic, a escola tem o Mais Educação, a escola tem o Pacto, tem os seus próprios programas. Como isso se articula?

Nesse ciclo virtuoso, nossos estudantes do estágio supervisionado... E agora a prática como componente curricular, que as novas diretrizes vão encaminhar... E aqui nossos “pibidianos”.

Então esse programa é relevante porque ele tem... E nossos estudantes, nossos jovens levam para a escola essa alegria, essa jovialidade e eles são inspiração para as nossas crianças, para os nossos jovens.

Então, senhores, vemos que todas as nossas instituições estão comprometidas, vemos que nossa sociedade científica, porque não é só... Nós temos olimpíadas de Língua Portuguesa, nós temos olimpíadas de Matemática. Todos nós estamos preocupados.

Do que nós precisamos? Nós precisamos nos dar as mãos e trabalhar de forma orgânica, de forma institucional.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos passar imediatamente para a Professora Alessandra, que é a Coordenadora do Fórum Nacional do Pibid.

Por intermédio da Professora Alessandra, nós queremos saudar todos os coordenadores, estudantes, enfim, os “pibidianos” de todo o Brasil.

Nós temos aqui uma delegação... Temos mais três salas acompanhando o nosso debate com delegações de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Amapá, do Amazonas, de Tocantins, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás, do Distrito Federal, etc.

E rapidamente registrar com muita alegria a presença da Professora Helena Nader, que é Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); da Professora Adélia, que é Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); do Professor Paulo Roberto, Reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; do Professor Pedro Fernandes, que é Reitor da Universidade Estadual do nosso Estado; e de Evandro Nascimento, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Com a palavra a Professora Alessandra.

A SRª ALESSANDRA SANTOS – Bom dia a todos.

Ex^{mo} Professor Jesualdo, representando aqui o Ministro da Educação; Ex^{ma} Senadora Fátima; demais autoridades, Senadores e Deputados presentes, senhoras e senhores aqui presentes, é com grande satisfação, mas também com senso de responsabilidade que eu venho aqui para falar em nome do Fórum Nacional do Pibid e do Pibid Diversidade.

Primeiro, gostaria de agradecer o convite para participar desta mesa, feito pela Senadora desta audiência pública, a Senadora Fátima, e também parabenizar a Senadora por esta atividade tão rica, com tantos participantes, com uma participação realmente surpreendente e animadora.

Agradecemos a presença, nesta sala, de estudantes dos cursos de licenciatura, de seus professores e dos representantes do Forpibid.

Parece que esta não é a única sala, não é, Senadora? Há mais três salas aqui no Senado com a presença... E há pessoas lá fora. A colega Márcia aqui... Muitos não conseguiram ter acesso ainda, não é? Mas devem conseguir entrar.

Então agradeço a presença de todos que se deslocaram para cá hoje, nessa caravana, demonstrando um indicador importante pela relevância desse tema.

Agradecemos também a todos que acompanham pela televisão e internet. Isso a gente não tem como mensurar agora, mas creiam que muitos também nos acompanham pela TV Senado e pela internet.

Agradecemos as mais de cem mil pessoas que assinaram. Aqui eu coloquei dois volumes, senão vocês não iriam poder me ver, mas aqui atrás de mim são duas pilhas de materiais encadernados, com mais de cem mil assinaturas de pessoas que concordam com a nossa carta em defesa do Pibid, por mais e melhor formação de professores e por mais qualidade na escola pública.

Agradecemos também o apoio incondicional da SBPC, aqui na presença da Presidente da SBPC, a Profª Helena Nader. Também registro a presença da Anped, aqui nos apoiando, e todas as principais entidades de representação dos reitores do Brasil. Nós temos aqui o Conif presente; a Presidente da Abruem, Professora Adélia, a quem agradecemos; membros do Andifes. O Andifes está reunido agora, neste momento, mas, em contato com a gente aqui pelo WhatsApp, vários reitores passam informes de que o assunto está sendo tratado neste momento, simultaneamente, aqui no Senado; e também agradecemos à CAFe.

Este momento é de extrema importância para nós, e eu gostaria de registrar a importância política. É um momento histórico, de luta em favor da formação de professores para a qualidade da educação básica, e é muito importante ver o quanto a gente conseguiu integrar tantos e diversos atores nessa causa, inclusive suprapartidariamente, para falar do segmento de Parlamentares. Mas há muitas mães, crianças... Infelizmente o vídeo não foi passado de uma forma completa, mas é muito importante ver todos esses atores sociais, sujeitos de direito antenados e conectados na defesa da educação pública, entendendo que sem os professores, a gente não faz mudança nenhuma de qualidade na educação.

Aos futuros professores aqui presentes e que nos escutam nas outras salas, eu gostaria de lembrar Paulo Freire quando disse que o que nós estamos fazendo aqui é o nosso dever, porque é dever dos professores conquistar o respeito aos educadores. Cabe aos próprios professores conquistar esse respeito, é um dever irrecusável, não é uma simples escolha. Essa busca de conquistar o respeito a educadores faz parte da atividade docente. É, portanto, como atividade docente, uma prática inerente a esse programa que vocês ouviram falar aqui, que é o Pibid. Estamos fazendo isso, hoje, reconquistando o respeito por fazer bem feito.

Quando vemos os depoimentos das crianças... Infelizmente achei que o vídeo seria tratado aqui, mas eu peço que seja compartilhado com todos, é um vídeo extremamente sensibilizador. Temos a certeza de que...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Passamos só uma parte, Alessandra, porque deu problema, mas vamos vê-lo no final, o.k.?

A SRª ALESSANDRA SANTOS – É muito bonito. Vale muito a pena.

Nós percebemos quantos brasileiros estão empenhados nessa luta pela reconquista do respeito aos educadores, fazendo diferença no cotidiano das escolas, num trabalho contínuo, sistemático, planejado, comprometido com o desenvolvimento integral dos cidadãos de zero aos mais velhos. Aí não tem fim.

Então, não estamos nas escolas de braços cruzados, não estamos indiferentes, não estamos acomodados. E, nessa luta, as armas que nós usamos são o conhecimento, mas também a alegria e a esperança do verbo esperar de Paulo Freire. Daí os resultados indiscutíveis do Pibid: impactos nas instituições, nos cursos, nas trajetórias formativas, em outras políticas.

Essa grande mobilização e apoio dos diversos atores sociais, os sujeitos de direito deste País, a esse programa não é casual, não é casual. É resultado de um trabalho que vem sendo feito há pouco tempo, inclusive, e isso é um fenômeno surpreendente, mas que vem sendo feito com muita qualidade.

E, então, perdoem-me em não entrar numa discussão mais ampla e mais complexa e me permitam ir direto ao ponto que nos aflige e nos traz aqui, ao problema que nos traz aqui.

Quando essa audiência foi marcada – e já havia um requerimento aprovado desde o ano passado –, nós estávamos preocupados com o futuro do Pibid, pela precarização que o programa já vinha sofrendo desde 2014.

Em 15 de outubro do ano passado, Dia do Professor, em uma audiência realizada nesta Casa – e eu agradeço aqui a presença do Deputado Waldenor, que foi o Presidente daquela audiência, realizada na Câmara –, foi solicitada à Capes transparência e diálogo com as IES, em um trabalho integrado, para que a gente pudesse repensar, redirecionar o programa, fazer com que o programa seguisse um caminho contínuo de desenvolvimento, de aperfeiçoamento, porque a gente entende que, assim como a educação é formação para a excelência, a ação contínua é fundamental. Uma ação fragmentada, desconectada, desarticulada, só faz com que a gente gaste dinheiro e não chegue a lugar nenhum. Mas isso não ocorreu. Esse foi um compromisso desde o Dia do Professor, no ano passado, mas de fato nós não tivemos avanço nenhum, Deputado Waldenor, infelizmente, apesar de todo o esforço que nós sabemos que a Comissão de Educação da Câmara Federal fez.

Mas, para falar dos fatos atuais e ir direto ao ponto, não esperávamos que a Capes, por meio de um único ato isolado, antecedendo esse momento tão importante como o de hoje, já programado, já divulgado, tomaria essa medida que gerou toda uma preocupação, decidindo excluir, até o final desta semana, mais de 45 mil bolsistas, conforme anuncia o Ofício nº 02, da Diretoria de Educação Básica da Capes. Isso está já divulgado para todas as IES.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Esse ofício foi da Capes?

A SRª ALESSANDRA SANTOS – Isso. É um ofício da Capes que diz que os bolsistas que completarem 24 meses agora, em 29 de fevereiro, que já é segunda-feira, não terão continuidade no programa.

(Soa a campanha.)

A SRª ALESSANDRA SANTOS – Os bolsistas no Pibid podem prorrogar até 48 meses. As IES têm autonomia para gerenciar, selecionar seu quadro de estudantes que demandam formação. Enfim, esses bolsistas que serão excluídos não poderão ser substituídos. Então, essa regra, na verdade, de excluir bolsistas quando fazem a formatura ou precisam sair do programa e não admitir que outro bolsista entre no lugar vai aos poucos, e desde o ano passado, provocando, no efeito cascata, uma redução séria do programa. De imediato, essa medida causa o desligamento de muitas escolas, de professores das universidades e professores das escolas que atuam no programa.

Para vocês terem uma ideia, quem não está acostumado com o programa: a gente tem que seguir um regulamento no programa. Esse regulamento diz que se devem formar equipes com cinco estudantes de licenciatura e dois professores formadores, um da universidade e um da escola. Se, nesse grupo de cinco, um desses bolsistas tiver completado 24 meses, a gente perde esse bolsista. No entanto, a gente está irregular, mantendo quatro bolsistas para esses dois professores formadores, e a gente precisa também eliminar esses quatro bolsistas, porque nós não vamos ter como continuá-los, independentemente de eles terem 24 meses ou não. Eu estou trazendo um exemplo bem nuclear, bem elementar, para vocês entenderem a gravidade da situação.

Por isso é que 45 mil é o mínimo. A gente tem aqui um comunicado do coordenador da UFRJ, que diz que lá, já a partir da segunda-feira, a previsão é de uma redução de 67% do programa na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, é 80% de redução do programa, segunda-feira. E a gente, certamente, não podendo cumprir o regulamento, dos cinco mais dois formadores, vai ter o desligamento de algumas instituições, talvez até imediatamente.

Nós temos, infelizmente, que ponderar sobre a gravidade dessa medida para um programa que hoje tem o reconhecimento que tem.

Nós temos ouvido muito da Capes e não duvidamos, mas estranhamos, que o programa seja prioridade, que o programa faça parte do DNA da Capes. São algumas expressões que vimos ouvindo. Não duvidamos, mas estranhamos essa postura que, na verdade, acaba por decretar o fim do programa. Decretar o fim do programa pode parecer uma questão polêmica, e eu acho que é uma questão para debate. A gente talvez não possa aprofundar aqui, mas o fórum tem todas as evidências que vocês possam pedir ou imaginar para mostrar que o programa termina efetivamente.

Falei das causas e dos efeitos. Já com o simples anúncio, desde o ano passado, nós temos essa instabilidade provocada no programa. É com muito respeito, mas também com muito senso de responsabilidade, que o Fórum precisa colocar que muitas dessas questões e problemas apresentados hoje aqui tiveram um acento e uma ênfase a partir de mudanças na gestão da Capes.

Nós já temos problemas desde o ano passado, com evasão de licenciandos do programa. O programa incentiva a inserção de licenciandos. Quando retira o incentivo, também dificulta a continuidade desse estudante no curso de licenciatura. A gente tem, em instituições menores, o risco de licenciaturas, cursos serem fechados, principalmente nas comunitárias, que são fortes, e têm dado uma contribuição importante no Sul do País.

Toda a estrutura que foi construída pelo Pibid, todo o edifício que foi levantado a tantas mãos, por meio de ações concretas, contínuas, colaborativas, revelou algo que, no começo, não estava previsto, revelou um potencial notável com o desenvolvimento de todas as demais políticas educacionais. Nós já somos frequentemente chamados para discutir políticas de implantação de ciência na escola, políticas de letramento, para discutir a base nacional – o Prof. Ítalo fez várias reuniões conosco –, pela inserção que o programa conseguiu, e uma aproximação entre universidade e escola, criando uma ponte jamais vista neste País, que não é uma ponte simplesmente de transferência de conhecimento, mas de trabalho.

(Soa a campanha.)

A SRª ALESSANDRA SANTOS – É por isso que nós trouxemos e tínhamos encaminhado para a Senadora Fátima... São várias as questões que gostaríamos de debater aqui, mas acho que a problemática das nossas preocupações está um pouco esboçada. O Fórum tem proposições. Eu finalizaria dizendo isso. O Fórum, desde sempre... Na verdade, o sucesso da política tem a ver com essa gestão democrática. Todos os anos, fazíamos reuniões de todos os coordenadores do Brasil, analisávamos os problemas, fazíamos o programa avançar. O modelo de formação atual é um modelo aperfeiçoado, a partir das experiências das IES nas escolas. É bem diferente do primeiro, do original. Então, o Fórum é, por natureza, propositivo, tem contribuído com o crescimento, com o desenvolvimento dessa política, e tem inúmeras proposições a apresentar. A principal delas é uma solicitação, aqui nesta audiência, de que esse ofício que determina o fim do programa até segunda-feira seja revogado e que a gente estabeleça de fato – e aí a gente precisa muito do apoio desta Casa Parlamentar –, que a gente assegure o diálogo, Senadora e Deputado Waldenor, para que a gente possa analisar a situação com mais calma, com mais detalhe. Todas as outras proposições aqui têm a ver com essa possibilidade e necessidade de abertura de diálogo.

Agradeço e peço desculpas pelo avançar do tempo. Muito obrigada! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço a participação da Profª Alessandra. A voz dela aqui, Senador Blairo, a quem eu vou passar a palavra, é uma voz muito importante, porque ela traz exatamente a voz da realidade do Pibid em todo o Brasil, do ponto de vista do olhar dos professores e dos estudantes.

O tema que ela traz aqui é para qualificar, para enriquecer o debate cada vez mais, porque o que se pretende aqui é, com a mediação, apontar as saídas, e jamais acabar com o Pibid.

Eu vou passar a palavra ao Senador Blairo. *(Palmas.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente Fátima.

Eu pedi para falar um pouquinho, bem rápido, porque eu tenho outros compromissos, assim como outros Senadores e Senadoras têm também, mas é só para deixar aqui o meu apoio a essa causa, a essa discussão da permanência desse programa, em nome do professor Franciano, que é coordenador de gestão da Universidade do Estado de Mato Grosso. Ele está aqui, liderando o grupo de lá, também trazendo essa preocupação com o fim desse programa, conforme a Alessandra colocou aqui agora.

Nós somos um Estado grande territorialmente, mas pequeno de população; mas os números de Mato Grosso são significativos para nós. Nós temos lá 2.279 bolsistas, em 203 escolas, que são frequentadas por esses bolsistas, e em torno de 42 mil alunos beneficiados. Segundo o professor me falava ontem, com a presença desses professores nas escolas que têm tido esse reforço, essa formação continuada, a mudança é perceptível no Ideb e em outros programas de avaliação do Governo.

Então, quero deixar aqui registrada a nossa preocupação pelo Estado de Mato Grosso, e também o nosso apoio para que o Governo busque uma solução. Eu acho que terminar com o programa assim, de repente, não é a melhor solução.

Eu entendo o problema fiscal, o problema monetário que o Governo enfrenta neste momento. Algumas atitudes o Governo tem que tomar. Nós temos cobrado isso diuturnamente na tribuna, no Senado, que o Governo precisa acertar as suas contas, ajustar a máquina pelo tamanho da arrecadação que nós temos, e eu sei que passa por todos os processos. Ninguém vai sair desse processo de ajuste econômico que nós temos no Brasil sem sofrer alguma coisa, tanto na educação, quanto na saúde, nos investimentos – tudo vai ter algum problema. Mas acho que esse é um programa que merece uma atenção especial. Se não dá para segurar todo, pelo menos uma parte. Acho que se busca uma negociação, para que até não se perca – como disse aqui a professora –, inclusive, aqueles que dão as aulas, aqueles que fazem a instrução, aqueles que estão prepara-

dos, porque uma vez que você desmonta um programa desses, é difícil remontá-lo, colocá-lo novamente em condições de funcionar daqui um ano, daqui dois anos.

Presidente, muito obrigado pela cessão da palavra, no meio da conversa, mas quero deixar registrado meu posicionamento, meu apoio à causa, e também à causa dos professores e dos alunos do Estado do Mato Grosso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Blairo. Mais uma vez, quero ressaltar que o senhor tem sido um parceiro muito importante nessa luta.

A Senadora Angela pediu e vou passar a palavra para ela. Depois, queria pedir a compreensão dos Senadores, se a gente podia, Senador Dário – se bem que é o primeiro inscrito –, ouvir o Prof. Belchior e o Prof. Luiz Dourado. Só faltam eles dois.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, poderia, sim, desde que fosse respeitado que eu seria o primeiro orador inscrito. Na medida em que a senhora abre para os colegas Senadores, fica difícil. Inclusive a senhora cometeu uma injustiça muito grande comigo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Cometi.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Lamentavelmente, então também vou querer usar a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu queria só... A Senadora Regina, por exemplo, tem um compromisso. Ela, colaborando aqui, vai lá à Comissão e volta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Fátima, para não criar um constrangimento com o Senador Berger, eu também vou à Comissão de Direitos Humanos e depois volto aqui, para que a gente possa ter uma sistemática de funcionamento justa, e que um não passe à frente do outro. Eu acho que fica mais interessante. Obrigada! Eu vou lá e volto.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mesmo assim, eu queria pedir para V. Exª a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Angela, agradeço a sua colaboração, até porque quero reforçar que o segundo momento, Senadora Angela, desta presente audiência, a meu ver, vai ser um dos mais importantes para que nós possamos aqui tirar os devidos encaminhamentos.

Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu quero saudar V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, professora, e uma professora aqui no Senado Federal também.

Eu quero saudar as demais delegações que nos honram com sua presença, especialmente, a delegação de Santa Catarina, a quem eu represento, nas pessoas das professoras catarinenses Gicele Maria Cervi e Adriana Mendonça Destro e também quero saudar o representante do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais de Santa Catarina, o Sr. Adriano; e quero também cumprimentar os nossos convidados.

De fato, eu tenho a convicção de que este debate que estamos travando nesta audiência pública é de extrema relevância, não só quando consideramos a conjuntura da redução dos recursos para educação, mas, sobretudo, num contexto de discussão de políticas públicas educacionais efetivas de natureza estruturante.

Estamos diante de um momento crucial e extremamente importante e preocupante na formação, na profissionalização dos nossos jovens e de forma a garantir um futuro melhor para o Brasil e também de desenvolvimento para o nosso País e incentivar a formação de mais e melhores professores é uma missão básica de todos nós.

Mas não é o que temos testemunhado, não é o que estamos observando, não é o que está acontecendo. Se, por um lado, é no professor que se deposita grande parte da responsabilidade pela condução do processo de consolidação de novos paradigmas científicos, éticos e culturais, por outro lado, é verdade também que ele está destinado a um lugar socialmente desvalorizado.

E o corte do orçamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – o Pibid – reforça, sobretudo, esse paradoxo que eu defendo, é mais, um forte desincentivo, além de tudo, para os nossos jovens entrarem para o magistério.

Vejam que pesquisas indicam uma constante diminuição de matriculados em cursos de licenciatura específicos, como Física, Matemática, química, entre outros, da mesma maneira, a desistência nesses cursos pelos matriculados é muito alta, estimada, pelos dados que recebi, em torno de, muitas vezes chegando a 70%, por incrível que possa parecer.

E é nesse contexto que convivemos com uma preocupante carência de professores nas áreas científicas. No caso de formados em Física, por exemplo – só para dar um exemplo –, o quadro de ausência de professores é alarmante, conforme dados do Censo Escolar de 2013, apenas 26,8% dos professores de Física, em exercício, no Ensino Médio, possuem formação específica para suas competências. Que educação nós esperamos para o futuro, se essa é a triste realidade do presente? Infelizmente, é difícil de entender esse cenário.

É inegável, Srª Presidente, que no longo prazo testemunhemos um quadro desolador para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. Também gostaria de salientar que o Pibid não pode ser concebido somente como um programa de incentivo aos novos profissionais da educação, já que atua também em outros eixos importantes da sociedade brasileira.

Quero ainda mencionar que a presença de universitários em sala de aula, inegavelmente, oxigena e dinamiza o ensino com novas ideias e com novas metodologias. Como se vê, senhores convidados, senhoras convidadas, demais participantes desta importante e relevante audiência pública, não se trata apenas de um incentivo financeiro para os bolsistas, é de fato uma das poucas políticas educacionais que já traz resultados no presente e é como se o Governo Federal estivesse ignorando isso de que é sobre os ombros do professor que reside a responsabilidade de formar consciências e preparar o nosso futuro. Portanto, eu quero compartilhar da ideia de que, ao contrário da redução do número de bolsas, é fundamental ampliar iniciativas exitosas como essas, que geram perspectiva de um novo horizonte na formação inicial dos professores brasileiros e de ganhos para toda a sociedade.

Na minha opinião, a educação deve seguir uma receita simples: respeitar e valorizar o professor de maneira a garantir o futuro do aluno, que, no final das contas, representa, fundamentalmente, a esperança básica de um futuro melhor.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Portanto, não espere de mim a possibilidade de diminuir, de reduzir e de subtrair recurso para a educação brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecer a participação do Senador Dário Berger.

Vamos agora passar a palavra, imediatamente, para o Prof. Belchior, depois para o Prof. Luiz Dourado, em seguida vamos abrir aqui para o plenário.

Senador Dário, a audiência está e batendo recorde de participação popular, por meio do e-Cidadania, enfim, mensagens... *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... do País inteiro, de todas as regiões, do Nordeste, do Sul, do Sudeste chegando aqui, estou dando uma olhada. São muitas mensagens, mas todas elas expressam aqui a preocupação com relação exatamente aos rumos, Prof. Jesualdo, do programa.

Então, o pessoal está acompanhando aqui atentamente, claro, enfim, reforçando aqui a importância do programa e, ao mesmo tempo, a expectativa, Deputado Waldenor, Deputada Rosário, com relação aos rumos do programa, o que é natural.

Vamos passar, agora, imediatamente a palavra para o Prof. Belchior, como já disse, para nossa alegria, reitor de lá da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Aliás, vai deixar a reitoria, em breve, e vai ser substituído pelo Prof. Willys, aqui também presente e o Prof. Belchior traz aqui exatamente a voz do Conif. Prof. Belchior, com a palavra.

O SR. BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa, saudando a nossa Senadora Fátima Bezerra, uma entusiasta, uma lutadora pela educação do Brasil, não somente pelo Rio Grande do Norte, uma luta pelo Brasil; quero saudar a Alessandra, a coordenadora do Forpibid; saudar a Profª Irene, aqui representando a Capes, a Diretoria que ela coordena, que coordena esse tão importante programa; saudar o Prof. Jesualdo, o Secretário da Sesu, da Secretaria de Ensino Superior; saudar aqui Luiz Dourado, representando aqui o Conselho Nacional de Educação, que tem atribuições e prerrogativas muito diretamente ligadas a essa discussão que está aqui hoje sendo posta; quero fazer uma saudação especial à Profª Andreza, que é coordenadora do Pibid lá do meu Estado e da minha instituição e ao Prof. Willys que é o reitor eleito – como disse aqui a Senadora Fátima Bezerra –, aqui também presente, acompanhando essa discussão.

Eu quero fazer primeiro um registro, depois dar um depoimento e, no final, fazer um apelo aqui. O registro: estou concluindo a minha segunda gestão à frente da instituição e passei também pela presidência do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal e Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e aqui estou representando o Presidente, Prof. Marcelo Bender Machado, lá do Instituto Sul-Rio-Grandense, que não pôde estar aqui neste momento.

Nesses oito anos à frente da instituição e como presidente do conselho, observando e conhecendo a rede federal dos institutos federais dos dois Cefets e do Colégio D. Pedro II, eu pude perceber o quanto o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência, esse programa Pibid, fez diferença na formação de professores. E, aqui, tanto a Profª Irene quanto a Profª Alessandra, quando falam do Pibid, geralmente se reportam às universidades,

mas os institutos federais atuam fortemente, até por prerrogativa de lei, com 20% da sua oferta na formação de professores.

Então, hoje temos mais de 608 unidades de ensino espalhados pelo Brasil, interiorizadas nos rincões do País, fazendo licenciaturas, formando professores, qualificando a educação básica deste País, por meio da qualificação dos professores que estão nas redes públicas municipais e estaduais, não somente na formação de novos professores. Isso tem feito uma grande diferença.

Eu estou há oito anos finalizando a minha segunda gestão e fiz, durante esse tempo, diversas formaturas, diversas solenidades de colação de grau. Antes do Pibid, principalmente nas áreas das ciências da natureza e da matemática, eu ia a formaturas de turmas com cinco, dez concluintes. Após o Pibid, faço formaturas hoje com vinte, vinte e cinco, de turmas de quarenta, até com trinta concluintes... (Palmas.)

...fazendo aí a sua formação e concluindo os seus cursos com qualidade.

E qual é a grande diferença do Pibid? É que esses concluintes, através da motivação e do estímulo, porque eles já estão vivenciando o *locus* do seu trabalho futuro, que é a sala de aula, presente nas escolas municipais e estaduais, o contato direto com o aluno, o acompanhamento do professor, do orientador da instituição a que ele pertence e o da instituição onde ele está atuando, isso faz toda a diferença na orientação e no estímulo à sua formação e à qualidade do que ele vai fazer futuramente. Ele está ali já tendo um laboratório. É um laboratório vivo, presencial, em que ele está atuando, ali se formando e qualificando o seu fazer.

Então, essa diferença que é feita para esses alunos é muito grande. E percebemos também que a permanência e o êxito – e foi dado já na conclusão – se dão com muito mais qualidade. Isso é um problema na educação brasileira, onde ingressam muitos e saem poucos. Nós temos um funil nas universidades, nos institutos federais também e até nas instituições privadas. Muitos ingressam, mas não saem na mesma quantidade que ingressam.

Então, a eficiência do ensino termina sendo prejudicada e o custo aluno, no final, para a Nação sai muito maior. Então, o investimento desse do Pibid na formação docente, na preparação do aluno, futuro professor, para estar em sala de aula, fazendo com que ele permaneça na instituição, no seu curso, e obtenha êxito, isso faz uma grande diferença, tem feito uma grande diferença para a eficiência geral do sistema.

É lógico que não queremos que tenha cortes não é só no Pibid, mas em todas as ações da educação brasileira, como disse aqui o Senador Dário Berger. Em todas as ações. Estamos passando por momento de crise no País, por crise orçamentária, financeira, por diversas crises, por crise política, inclusive, mas precisamos superar todas elas. E a melhor forma de superar as crises, Senador Romário, é investir na educação, é formar os cidadãos e cidadãs brasileiras para que possam dar o retorno à sociedade na sua competência, fazendo o melhor e avançando na formação dos meninos e meninas que são os futuros gestores deste Brasil e os futuros trabalhadores para alavancarmos e sairmos deste momento de dificuldades. A educação é a mola básica. Então, precisamos ter uma atenção especial em tudo isso.

Um depoimento que quero dar aqui.

Tivemos recentemente, no meu Estado, e não foi diferente em outros Estados, concurso para professores, concurso do Governo Estadual para professor. Formamos física, química, matemática, biologia, geografia, licenciatura em espanhol, em informática, diversas licenciaturas na nossa instituição. O Governo fez um concurso – e a Senadora Fátima bem sabe – regionalizado. São 16 DIREDs, 16 diretorias regionais. Foi feito por diretorias, nos rincões do Estado, onde antes tinham dificuldade de preenchimento, porque somente a Universidade Federal e a Universidade Estadual – uma fica em Natal e a outra em Mossoró, que era a sede de Mossoró – formavam professores. Está aqui o Prof. Pedro Fernandes, que é o reitor da UERN, da nossa Universidade Estadual. Elas formavam professores. E os professores formados em Natal, com sua base familiar em Natal, não queriam se deslocar, não concorriam para ir para os rincões do nosso Estado, como para Pau dos Ferros, para Tenente Ananias, para os rincões, para o Alto Oeste Potiguar. Isso era uma dificuldade, principalmente nas áreas das ciências da natureza e da matemática, como para física, química e biologia, para quais ainda temos grande carência no Brasil ainda, como foi falado aqui.

Apenas 27% dos professores têm formação em física e estão atuando. Então, precisamos qualificar.

Nesse concurso que houve agora, mais de 200 egressos do IFRN, somente do IFRN, aqui eu não estou computando a UFRN, Jesualdo, que também teve muitos aprovados lá, pois a interiorização da universidade e a expansão da educação profissional tiveram um grande crescimento, a inserção e a interiorização, principalmente, isso tem feito uma diferença enorme. Tivemos mais de 200 aprovados e, na sua quase totalidade, egressos do Pibid.

Então, foram bolsistas do Pibid que foram estimulados a participar de um concurso desse e hoje vão ser professores que estão presentes ou estarão presentes daqui a pouco na sala de aula, fazendo a diferença na formação básica, melhorando o ensino médio e melhorando o ensino fundamental desta Nação.

O salto na educação não acontece do dia para a noite, leva um tempo, planta-se hoje, colhe-se amanhã. Temos muito investimento, como disse aqui a Profª Irene. Precisamos, Irene, e eu concordo, concatenar essas ações todas, integrá-las, para que trabalhem conjuntamente, para que possamos otimizá-las, mas isso não quer dizer que podemos reduzir um programa da importância do Pibid. *(Palmas.)*

Precisamos, sim, aperfeiçoá-lo, precisamos aperfeiçoá-lo para dar mais resultados. No meu entendimento, acho até que o Pibid deveria ser censitário, todos os alunos de licenciatura deveriam fazer parte do programa. *(Palmas.)*

E não precisa de, necessariamente – e aqui é um chamamento para todos que estão nos assistindo pela *web* ou aqui presencialmente –, bolsistas, podemos ter Pibid voluntário. Precisamos estimular o voluntariado neste País também.

(Soa a campanha.)

O SR. BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA – Que os alunos participem do programa voluntariamente como estímulo e como laboratório para o seu trabalho futuro.

Então, quero aqui fazer um apelo final para o Ministério da Educação, para a Capes, para todo este Congresso Nacional, para o Senado brasileiro que está aqui presente, para que trabalhem pela manutenção deste programa importante e pela manutenção das verbas integrais para a educação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer aqui a importante contribuição do professor Belchior, o quanto significativo é este dado que ele apresentou aqui, Senador Romário.

O concurso realizado lá em nosso Estado e, conforme ele destacou aqui, só de egressos do IFRN, sem computarmos aqui a Universidade Federal e a Universidade Estadual. Mais de 200 estudantes que foram aprovados no concurso que passaram, exatamente, pelo Pibid.

Vamos passar imediatamente a palavra para o Prof. Luiz Dourado, que vai falar pela Câmara de Educação Básica, não é isso, professor?

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO *(Fora do microfone.)* – Educação Superior do Conselho Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Do CNE, Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Ao tempo em que registro, com muita satisfação, a presença aqui do Senador Capiberibe entre nós.

Depois da participação do Professor Luiz Dourado, nós vamos passar a palavra, imediatamente, para o Plenário. E já está inscrito o Senador Romário.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Bom dia a todos, inicialmente eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Paim, pela oportuna proposta de audiência pública, haja vista as questões importantes aqui elencadas.

Gostaria de cumprimentar os Senadores aqui presentes, na presença do Senador Romário, Presidente da Comissão, também os Deputados, na presença da companheira do Rio Grande do Sul, Maria do Rosário.

Saudar os companheiros da Mesa, Prof. Jesualdo, Secretário da Sesu; Profª Irene, da Capes; Alessandra, do Fórum do Pibid e o Prof. Belchior, pelo Conif, além, obviamente, da Senadora Fátima Bezerra, que muito nos representa pela sua inserção altamente qualificada no campo educacional.

Acho esta audiência bastante oportuna e, como membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e tendo assumido relatorias cuja interface com esta matéria é de extrema e grande intersecção, eu gostaria de fazer a discussão do Pibid num contexto amplo das políticas educacionais.

Inicialmente, chamando a atenção para questões estruturais. Entre elas, a aprovação do Plano Nacional de Educação, e o entendimento que tenho de que o Plano Nacional de Educação deve ser o epicentro das políticas educacionais.

Tendo em vista os desafios colocados pelas 20 Metas do Plano Nacional de Educação, e, particularmente, pelas Metas 15, 16, 17 e 18 no tocante à formação de professores, uma questão estrutural que se coloca é que, em face desse cenário de ajustes fiscais, que ele não pode ser numa perspectiva linear. E, aqui, particularmente, eu me coloco como aqueles que se colocam contrários à redução de recursos para a educação em face dos desafios enormes colocados para o Estado brasileiro.

Então, pela minha proposição, farei essa discussão, buscando articular a política nacional e as diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada. Eu fui relator dessas diretrizes que foram aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Educação, em 9 de junho de 2014, e, no mesmo mês, homologadas sem nenhuma restrição pelo Ministério da Educação. E no bojo dessa discussão, quero chamar a atenção para o Pibid.

Mas, antes, de continuar a discussão, acho que é importante trazer alguns indicadores que nos colocam que o desafio para a formação de professores é um desafio estrutural. Pelos dados do Censo de 2013, nós te-

mos mais de 2,1 milhões de professores, dos quais 24,8% sem formação em nível superior. Portanto, nós temos um estoque de mais de 500 mil professores para formação. Se nós considerarmos que entre os profissionais da educação básica, com variação de uma unidade da Federação para outra, nós temos na ordem de 20 a 30% de profissionais com idade para aposentadoria, esse número fica ainda maior porque vamos ampliar a necessidade desses profissionais. Se adicionarmos a esse contexto, as Metas, sobretudo, 1, 2 e 3 do Plano Nacional de Educação, que são aquelas no tocante à expansão e à garantia de preceito constitucional de universalização da educação básica, nós teremos ainda a necessidade de mais professores, sobretudo se considerarmos, não apenas, mas se focarmos como destaque no ensino médio – ensino médio esse em que, alguns Estados, particularmente os Estados do Nordeste, têm quase que vivenciado um processo de duplicação para atender a meta de universalização que é uma meta constitucional até 2016.

Ora, esses são dados mais gerais e estruturantes, que eu acho que são fundamentais para pensarmos a discussão aqui e que têm a ver, particularmente, com o Pibid.

Inicialmente, gostaria de fazer um destaque de uma questão de ordem, também estrutural: é preciso entender os programas no bojo da política. Por isso, chamo a atenção para a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, a Meta 15 do Plano Nacional de Educação. O Ministério da Educação apresentou uma proposta, que substitui a do Decreto nº 6.755, em junho 2014 e que recebeu contribuições da sociedade. E é necessário que essa política nacional esteja consolidada como base fundante para o desenvolvimento das ações.

Essa articulação – políticas e programas – vem sendo defendida pelas entidades do campo. E, aqui, saúdo também a Presidente da SBPC, professora Helena Nader, bem como as instituições correlatas – Andifes, Anped, Abruem, Conif e outras entidades do campo – que vêm com um esforço muito grande que é o de pensar o macro articulado ao micro. Portanto, os programas sendo uma consequência das políticas. E acho que essas questões são fundantes.

As diretrizes recém-aprovadas e homologadas pelo Ministério da Educação preveem três modalidades de formação inicial para atender a esse cenário tão diverso e complexo que já destaquei quando fiz referência aos indicadores educacionais. Tratam-se de cursos de licenciatura, de cursos de formação pedagógica, e de cursos de segundas licenciaturas, além da formação continuada.

O que isso tem a ver com o Pibid? Tudo a ver, na medida em que essas diretrizes, que devem ser a base de se articular às políticas para a reorganização dos programas, trazem uma concepção ampla de docência envolvendo um processo pedagógico metódico e intencional, a partir de princípios e conceitos em que se articule valores éticos e estéticos inerentes ao processo de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento. Quer dizer, essa compreensão é impactante para a compreensão a seguir.

Mas, além disso, essas diretrizes requerem, das instituições de educação superior, não somente das universidades, mas também dos centros universitários e das faculdades, uma reestruturação da formação, com exigência de um projeto integrador, de um projeto de formação de professores – formação inicial e continuada.

Aqui é importante dizer que, sempre que fazemos referência à formação de professores, falamos das universidades. Mas é fundamental destacar que a maior parte dessa formação se dá em faculdades isoladas. Daí a importância de pensarmos programas, como este de apoio à iniciação à docência, que se articulem e que se expandam no horizonte das universidades públicas e comunitárias, tendo em vista, inclusive, a sua inserção por meio da interiorização, aqui já relacionada.

Ora, todas essas questões nos remetem também a refletir sobre o cenário da política nacional – e eu não vou aqui fazer referência a todos os pontos –, coloco que a discussão de programas tem implicações com essas questões de ordem mais estrutural.

Sou, também, relator das diretrizes curriculares para a educação a distância, que foram aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Educação, Sr. Secretário Jesualdo, certamente, elas serão homologadas pelo Ministério da Educação nos próximos dias. Elas têm uma intersecção muito grande com a questão aqui colocada.

Ora, esses pontos que têm a ver com qualidade, articulação, teoria e prática – a intersecção de instituições de educação básica e de educação superior – já vêm sendo experimentados pelo Pibid. Mas, além disso, as diretrizes curriculares chamam a atenção para uma base comum nacional, onde haja organicidade entre formação inicial e formação continuada. Ou seja, sólida formação teórica e interdisciplinar, e inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica como espaço privilegiado da formação.

E, aqui, eu também quero reforçar que deve fazer parte dos projetos das instituições – e não apenas espremer essa expansão do Pibid –, mas, também, verificar outras formas e possibilidades de ação e intersecção da educação básica e da educação superior como fundantes nesse processo.

Ora, mas vamos focar agora no Pibid. Inicialmente, aqui a Mesa, toda ela caracterizou o Pibid, um programa de bolsas de iniciação à docência que tem sido um fomento, um estímulo à participação estudantil ...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – ... e à manutenção dos estudantes nos cursos de licenciatura.

Esse é um dos pontos altos e centrais do Pibid, na medida em que ele, ao buscar aperfeiçoar a formação de docentes, tem um impacto substantivo na melhoria da educação básica. Porque, na verdade, por meio do Pibid, muda não somente a relação da instituição de educação superior com as instituições de educação básica, mas vice-versa. Mas ele também é feito a partir de relações de cooperação envolvendo essas instituições e, obviamente, quem oferta prioritariamente a educação básica no Brasil, que são os sistemas em educação pública.

Por outro lado, nós temos várias avaliações sobre o Pibid. Farei aqui referência àquelas que são feitas pelas instituições de educação superior e a sistemas de ensino que apontam pontos extremamente favoráveis ao Pibid – como esses que já foram destacados aqui pelo Prof. Belchior no tocante à inserção de profissionais egressos do Pibid na condição de docente –, como também a um conjunto de outros elementos.

Logicamente, que tal questão não secundariza a importância de nós repensarmos a articulação entre os programas aqui colocados – não é? Até porque faço parte daqueles que entendem que nós temos um conjunto de programas, por vezes fragmentados, e que é necessário haver uma sinergia e maior organicidade e institucionalidade, para avançarmos neste momento e, sobretudo, no cenário que se coloca atualmente.

Manifestações diversas de fóruns dos institutos federais, das universidades – fóruns diversos e entidades aqui já nomeados – que chamam a atenção para o impacto do programa, para a sua lógica de inovação, e para o repensar da formação no bojo dessas instituições de educação superior que transitam com esse programa. E o entendimento de que eles elevam a qualidade, propiciam, em termos laboratoriais e de vivência, uma articulação entre a educação básica e a educação superior, que não é apenas desejável, mas que já é elemento fundante – agora um requerimento das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

É preciso, aliado a isso, avançar nessa inserção dos licenciados no setor público. E, obviamente, repensar cenários no tocante ao que foi destacado aqui pelo Secretário Jesualdo, de que esse programa, não apenas seja fortalecido – e aqui estou defendendo o fortalecimento do Pibid nessa rediscussão do conjunto de programas –, mas que ele possa também ter uma focalização para aquelas escolas de pior desempenho estudantil. Exatamente, o impacto de melhoria. Eu acho que é assegurar determinadas perspectivas, e isso vai requerer certamente uma articulação com a política nacional e com as diretrizes curriculares. Eu já fiz essa discussão na Capes com a professora Irene, e acho que essa questão é fundamental.

E a organicidade do programa: nós vimos ali – professora Irene, mesmo, destacou – um conjunto de programas. A minha questão é: será que precisamos de todos esses programas? Ou podemos, de fato, focar naqueles programas que já têm uma avaliação positiva, e buscar uma intersecção maior entre eles, uma vez que, quando falamos da educação básica, nós temos que pensar a formação da creche ao ensino médio, mas também incluindo as modalidades educativas? Então, todas essas questões.

Por outro lado, em articulação – essa é a questão –, a priorização das instituições da educação básica como espaço de interlocução e de formação das instituições de educação superior faz-se necessária. E nós temos dois espaços nas diretrizes que foram fortalecidos, que são o estágio supervisionado e a prática como componente curricular. Ou seja, é possível. E muitas das instituições já têm vivenciado o Pibid na triangulação, na articulação com o estágio supervisionado. E o estágio supervisionado previsto pelas diretrizes não é aquele da instituição de educação superior que faz uma radiografia da educação básica e, depois, produz *papers*, dissertações e teses – isso até pode ocorrer –, mas é aquele que tem um impacto na formação dos formadores. Ou seja, que ao dialogar, ao articular com a educação básica, possa dar retorno a essas instituições.

Pensando então a formação dos formadores.

Já encaminhando para a finalização, eu acho que uma proposição bastante salutar desta Mesa é a de que pudessemos avançar numa Mesa de negociação, Senadora Fátima, numa mesa de negociação em que MEC, Capes e os fóruns, particularmente o Fórum do Pibid,...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – ... pudessem discutir aí alternativas nessa sinalização.

Por fim, quero chamar a atenção:

- que advogo, como relator que sou da comissão de monitoramento no Conselho Nacional de Educação, do Plano Nacional de Educação, a importância de que o PNE seja o epicentro das políticas educacionais;
- para a necessidade da institucionalização do Sistema Nacional de Educação, objeto de discussão no Congresso Nacional de Educação;

- para a importância da valorização dos profissionais da educação, entendida a partir daquilo que foi defendido na Conferência Nacional de Educação de 2010 e de 2014. Valorização entendida como formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho – todas essas são questões que terão impacto, em face do desafio que temos, num curto prazo, de contratação e de formação de cerca de um milhão de professores para atender aos desafios da universalização da educação básica;

- também, certamente, para uma maior articulação entre financiamento, gestão e qualidade. O que significa dizer que cortes não podem ser lineares. É preciso considerar as especificidades e, certamente, a excelência de programas já tão bem avaliados;

- para a maior organicidade entre políticas e programas;

- e, certamente, para uma mudança substantiva, no âmbito das nossas instituições superiores, que é de programa institucional e de maior articulação com a educação básica.

Esses são os pontos.

E esta audiência, parece-me, que converge na centralização e na importância do Pibid. E eu gostaria de sinalizá-lo no horizonte das diretrizes curriculares nacionais da Política Nacional de Formação de Profissionais e, certamente, do Plano Nacional de Educação como epicentro a essas políticas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós agradecemos a importante contribuição do Prof. Luiz Dourado, aqui falando pelo Conselho Nacional de Educação.

Nós vamos passar, agora, a palavra aos Senadores e às Senadoras, começando pelo Senador Romário e pela Senadora Angela, ao tempo em que queremos registrar a presença do Reitor Rangel Junior, de lá da Paraíba, meu Estado de origem; também da Profª Adélia Pinheiro; e, mais uma vez, do Prof. Pedro Fernandes, lá da UERN – ambos, aqui, representando a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

E, também, queremos registrar, aqui, com muita satisfação, a presença da Presidente da Ubes, Srª Camila – Camila, por favor, seja muito bem-vinda –; e, também, da Diretora e do Diretor da UNE – por favor, sejam muito bem-vindos. Esse debate diz respeito – e muito – à União Nacional dos Estudantes e à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Muito obrigada pela presença.

Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Presidente desta Comissão neste momento.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar e de agradecer a presença aqui dos convidados: o Sr. Jesualdo Pereira Farias; a Srª Irene Mauricio Cazorla; o Sr. Luiz Fernandes Dourado; o Sr. Belchior de Oliveira Rocha; e a Srª Alessandra Santos.

Eu quero dizer que, como Presidente desta Comissão, as portas estarão sempre abertas para debates dessa importância, dessa relevância, principalmente em se tratando desta Comissão, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E eu vejo que não poderia ser em outro lugar um debate como este.

Ouvi, aqui, os palestrantes. Ouvi, aqui, também, alguns Senadores que me antecederam. E, dentro do que eu pude perceber, definitivamente, entendo que o Pibid é um programa de grande importância e muito positivo para a nossa educação.

Eu formatei, aqui, algumas perguntas, que são cinco, e gostaria de fazê-las.

As primeiras perguntas vão para a Srª Irene e para o Sr. Jesualdo, que podem se revezar nas respostas.

Já que é positivo, pelo menos o que eu entendi aqui, esse programa, eu gostaria de saber como podem faltar recursos, atingindo uma área prioritária, especialmente para este Governo que tem como *slogan* “Pátria Educadora”? É, realmente, um pouco contraditório o que vem acontecendo nessa situação.

A outra pergunta é: o MEC tem estudos sobre a atuação profissional dos egressos do Pibid? Os alunos participantes estão, realmente, se tornando professores ou utilizam o Pibid e evadem para outras áreas profissionais?

Eu tenho, aqui, duas outras perguntas para a Srª Alessandra Santos, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Na opinião da senhora e com a sua experiência, para não ser decretado o fim desse programa, qual seria a solução urgente para que isso não acontecesse? A pergunta é, na verdade: na prática, na realidade, o que poderia ser feito hoje para que isso não acontecesse?

E a outra é: quais são os maiores impactos do Pibid na formação dos professores? O que vocês têm observado na prática da sala de aula?

Essas são as minhas perguntas.

E, mais uma vez, muito obrigado pela presença dos senhores da Mesa e de todos que estão nos acompanhando aqui na Comissão e através da internet também. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer a participação do Senador Romário, Presidente desta Comissão da nossa Casa, Senador com quem eu tenho a alegria de compartilhar, aqui, exatamente os desafios da Mesa Diretora.

Passo a palavra, imediatamente, à Senadora Angela, ao tempo em que, Senador, eles estão aqui anotando as perguntas e, se V. Exª concordar, no final eles responderiam.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, que fiquem bem à vontade.

Eu só não sei se vou poder estar aqui para ouvir as respostas, mas fiquem à vontade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra, autora do requerimento que solicitou esta importante audiência pública para discutir aqui a reestruturação de um programa muito importante para a formação inicial dos nossos professores. No momento em que temos um Plano Nacional de Educação, com metas, objetivos e estratégias claras para avançar na formação dos nossos professores e na melhoria da qualidade do ensino de modo geral, é difícil para todos nós aqui da Comissão de Educação, Senadores e Deputados, admitir, aceitar que se tenha uma redução de 45 mil bolsas do Pibid em nosso País. É difícil aceitar, Alessandra!

Já conversamos aqui, inicialmente, com o atraso do início da reunião, com alguns Deputados Federais e resolvemos organizar uma comissão de Deputados e Senadores para que possamos ir até ao MEC, à Secretaria de Ensino Superior, à Capes, para tentar sensibilizá-los da importância desse programa para que não haja uma perda de orçamento tão forte. Nós compreendemos que o País passa por um momento difícil de ajuste das contas públicas, de equilíbrio fiscal, mas também não podemos admitir que todo esse ajuste penalize os programas educacionais e sociais do nosso País. Nós entendemos que, com essa articulação que será feita, ajudando todos os que estão envolvidos em salvar o Pibid, poderemos, sim, sensibilizar o Governo.

Ouvi aqui as argumentações do Secretário Jesualdo, falando em redirecionamento do programa para atender às escolas de baixo Ideb. Acho que é uma questão a ser considerada, mas, definitivamente, não podemos deixar que algumas instituições de ensino que trabalham com o Pibid tenham 67% de redução.

Então, uma medida prática que podemos adotar, a partir desta importante audiência pública, é tomar medidas concretas para poder sensibilizar o MEC, o Governo e a Capes para essa questão de tentar redirecionar o orçamento que seria investido em outros programas, priorizando a educação do nosso País, priorizando esse programa de formação continuada, porque a perda desse programa vai intensificar a perda da atratividade dos jovens pelos cursos de licenciatura. Hoje já vemos essa realidade. É fato! As nossas universidades federais, os nossos institutos oferecem 40 vagas para curso de licenciatura em História, em Letras, em Biologia, em Matemática, que nem são preenchidas no vestibular. A que se deve isso? Não há interesse dos jovens em fazer os cursos de licenciatura porque não existe uma política de valorização desses cursos. E nós não podemos jamais negligenciar na formação dos nossos professores de educação básica.

Então, perdendo o orçamento para a continuidade do programa, a Capes negligencia na formação da educação básica, uma coisa que já ocorre na formação continuada dos nossos professores, Irene. Você sabe que nós temos um número muito elevado de professores brasileiros que vão fazer curso de especialização, de pós-graduação e de mestrado na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e, quando chegam ao Brasil, têm uma dificuldade imensa de fazer a revalidação dos seus diplomas.

Digo isso porque, se a Capes ofertasse um número maior de vagas para a formação continuada dos nossos professores, para a formação especializada, principalmente, dos professores de Física, Química e Matemática, porque há uma carência maior desses em todas as escolas públicas do País, esses professores, certamente, não iriam investir recursos próprios para se especializar, para se preparar em outros países, sabendo da dificuldade para revalidar os seus diplomas quando chegam ao Brasil. Então, é uma situação preocupante do ponto de vista da formação inicial e continuada dos nossos professores e dos nossos alunos.

Eu quero deixar aqui registrado o nosso apoio para que possamos tomar medidas práticas, como anunciei inicialmente, e possamos, junto com a Irene e com o Prof. Jesualdo, discutir uma proposta para diminuir os efeitos do corte no orçamento desse programa.

Era isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Angela, parabenizar pela qualificação contribuição que acaba de dar ao debate.

Também registrar, com muita satisfação, a presença do meu colega lá da Câmara dos Deputados, o Deputado Deley, do Rio de Janeiro. Obrigada pela presença.

Como o Senador Paulo Paim, que é o autor do requerimento, está na Comissão de Direitos Humanos e ainda vai chegar, vou passar, imediatamente, para o Senador... Senador Capiberibe, o Senador Dalirio Beber havia pedido antes. Pode ser? O.k. Depois, V. Exª e o Senador Donizeti.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Gostaria, primeiro, de dizer da satisfação de nós podermos participar de uma importante audiência pública. Com certeza, pela demonstração simples de tantas pessoas terem se dirigido a Brasília, ocupando quatro salas de reuniões, ela é real e extremamente importante.

Queria cumprimentar, em primeiro lugar, um pessoal de Santa Catarina que está aqui, preocupado com essa questão do programa que está sujeito a ter uma descontinuidade. Se não para todos, mas para aqueles que tiverem, digamos, a sua bolsa interrompida, isso significa assim: para mim o programa foi extinto. Nós não queremos a extinção desses que hoje já fazem parte do programa. São mais de 90 bolsistas. Que possamos, sim, implementar, acrescentar ao programa para atender aquelas regiões onde o Ideb, digamos, ainda não é satisfatório ou não atende as necessidades que o próprio setor educacional brasileiro determinou.

Então, queria cumprimentar, primeiro, o Reitor da Universidade de Blumenau, minha cidade, Prof. João Natel, que me procurou e manifestou as suas preocupações com relação ao que está acontecendo, a Profª Gicele, que é representante do Fórum em Santa Catarina, a Profª Adriana, que também é a representante também do Fórum, e o Prof. Adriano, da Acafe.

Em Santa Catarina, temos um modelo em que a interiorização do ensino superior passou a acontecer na década de 60. Foram as nossas instituições de ensino superior comunitárias que permitiram que todo o Estado de Santa Catarina tivesse acesso ao ensino superior, porque a universidade federal estava sediada, como continua sendo sediada, em Florianópolis. Agora, nesses últimos anos, existe, digamos, a política de criação de novos *campus* e também os institutos, além da nossa Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina).

Falando em educação, eu sou filho de uma professora do interior. A escola onde estudei e onde minha foi professora já não atua mais. Por quê? Porque o pessoal saiu. E a gente percebia a dificuldade que era, de fato, levar um professor com qualificação para aquele interior e proporcionar àquela população um ensino adequado. Mas, com o passar do tempo, sabemos que essas nossas faculdades foram, realmente, difundindo e melhorando a condição de vida e de opção para as diversas profissões.

Agora, o magistério, talvez até em função da remuneração, não tem sido estimulado pelos próprios pais. Ou seja, muitas vezes, quando o filho ou a filha começam a manifestar alguma disposição de aderir à carreira do magistério, eles são desestimulados? Por quê? Porque é difícil e tal. Se ainda assim eles tiverem que bancar todo o seu ensino, fica muito mais difícil. E, lamentavelmente, as universidades de ensino gratuito não estão em todos os quadrantes do nosso País. Por isso, me preocupam sobremaneira, além de defender a permanência do programa, as informações de que somente as escolas públicas continuariam a ter o programa diminuído, conforme a manifestação de hoje.

Gostaria também de fazer uma pergunta: qual a economia em reais que essa redução vai trazer para o Governo? Porque não me parece que o custo-benefício... Ou seja, nós temos um prejuízo grande. E acho que dá para manter o programa na totalidade – talvez não aumentá-lo, porque condições financeiras não existem, mas...

(Soa a campanha.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... buscar, digamos, esse recurso, essa diminuição para o ajuste fiscal de outra fonte.

E, ao mesmo tempo, deixar aqui consignado que nós não gostaríamos de ver a eliminação das nossas fundações educacionais, das instituições de ensino superior comunitárias, também as privadas. Por quê? Porque é difícil de sustentar um curso de licenciatura apenas e tão somente pela disposição, vontade dos pais e dos estudantes.

E dizer que hoje nós vimos aqui uma unanimidade em torno da manutenção do programa do Pibid. *(Palmas.)*

Ora, se o Ministério da Educação e aquele que tem a responsabilidade de decidir tivessem a oportunidade de ouvir o que nós ouvimos hoje, com certeza nós vamos manter o programa intacto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecer também a contribuição igualmente importante aqui do Senador Dalirio. Senador que tem sido sempre muito presente aqui nos debates aqui na nossa Comissão.

Rapidamente, nós vamos passar agora para o Senador Capiberibe. Depois, para o Senador Donizeti. E eu... Deputado Pedro Uczai, eu não o reconheci. Está de barba. Seja muito bem-vindo. Deputado Pedro Uczai, lá de Santa Catarina, Deputado Federal, nosso colega. Deputado também muito atuante na luta em defesa da educação.

Nós vamos passar para o Senador Capiberibe. Nós tínhamos depois o Senador Donizeti e o Senador Dário, que solicitou fazer algumas perguntas. E aí, apesar de o Regimento aqui do Senado não permitir, eu vou quebrar esse ritual e vou conceder a palavra ao Deputado Waldenor, à Deputada Rosário e ao Deputado Pedro Uczai.

E, depois, volto aqui para a Mesa responder as perguntas, Alessandra, e para que a gente termine a audiência aprovando exatamente os encaminhamentos no sentido daquilo a que se propõe a audiência, que é não só a manutenção, mas o fortalecimento exatamente do programa.

Quero pedir só a compreensão de todos, em função de horário que nós temos. Até porque nós temos já uma nova audiência para as 14h.

Com a palavra, com muita alegria, passar a palavra para o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado pela oportunidade de me manifestar neste momento. Agradeço também a contribuição de todos os expositores, o que nos deu uma compreensão do tamanho, eu diria, da tragédia que nós estamos vivendo. Porque reduzir ou extinguir esse programa, que é o que está acontecendo no meu Estado. A partir do dia 1º de março, há uma redução de 95% das bolsas lá no Amapá.

Isso significa exterminar a possibilidade de avançarmos na melhoria da qualidade da educação. E hoje eu queria lembrar, hoje, em 1932, as mulheres conquistaram o direito à participação política. As mulheres não tinham direitos políticos até 1932 e foram elas que educaram este País. Foram as mulheres.

A maioria dos professores de que eu me lembro, na minha infância, e já vai longe, eram todas mulheres. Eu não havia professor homem. E elas só conquistaram o direito à educação, à participação política em 1932.

Depois, este País é um País organizado por poucos. Em 1891, na Constituição de 1891, foi proibido o voto aos analfabetos e às mulheres. Então, no Censo de 1890, nós tínhamos 86% de analfabetos, 14% de letrados. Desses 14%, eu tenho certeza de que a maioria eram mulheres porque eram as mulheres que estavam em sala de aula. Então, deve ter restado... Vamos dizer que tenha restado a metade.

Foram sete por cento de homens brancos que organizaram este País que nós temos aqui que nós levamos quase quinhentos anos para universalizar a educação. Foram quase quinhentos anos para universalizar a educação, com um problema tremendo de qualidade da educação.

Quando chega agora, o governo da Pátria Educadora corta exatamente as possibilidades de melhorar a qualidade da educação, e isso é inaceitável. Sabe por que é inaceitável? Porque, ao mesmo tempo em que se corta um programa tão fundamental para a melhoria da educação, paga-se em juros e serviço da dívida quase a metade do orçamento público, da nossa contribuição. A metade da nossa contribuição vai para a mão de banqueiros.

E, mais uma vez, o governo da Pátria Educadora veta uma possibilidade, inclusive, de conseguir dinheiro para colocar na educação, veta a auditoria da dívida pública. A Presidenta Dilma vetou.

E eu quero fazer um apelo aqui aos Senadores para que a gente derrube o veto. Eu acho que seria o caminho para responder a pergunta do Senador Romário sobre onde obter recursos para continuar o programa. É lá, é nessa dívida que ninguém conhece, nessa dívida de cuja origem ninguém sabe, nessa dívida cujos beneficiários ninguém conhece. A gente só sabe que ela cresce a cada ano.

Nós estamos, hoje, consumindo 70% do PIB na dívida pública e a metade do orçamento do Brasil, da União vai para pagar a dívida. Se nós derrubarmos e auditarmos essa dívida, eu tenho convicção, eu tenho certeza absoluta de que nós vamos ter dinheiro para a educação. Vamos ter, porque uma parte dessa dívida é obscura. Ela é resultado, certamente, de muitas falcatuas. A gente sabe que os banqueiros não são santos e eles têm, evidentemente, o controle deste País, porque não é possível que, ao longo da história do Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ..., a Constituição preveja a auditoria da dívida desde 1988 e que, até hoje, a gente não consiga realizá-la.

Portanto, este é o momento de o Congresso se manifestar e se comprometer com a educação, auditando a dívida pública e colocando mais dinheiro. Eu acho um absurdo que, no meu Estado, um Estado da Amazônia, um Estado com grande dificuldade na área da educação – nós universalizamos a educação lá atrás, em 1995 –, para universalizar a educação, Senadora Fátima, nós tenhamos tido que lançar mão dos prédios que estavam disponíveis. Transformamos boates em escola, transformamos galpões em escola, para poder colocar as crianças, porque a ordem era universalizar antes do Fundeb, antes do Fundef. Era fundamental universalizar a educação. Agora, é muito importante melhorar a qualidade da educação.

Portanto, há um caminho, sim. É uma questão de decisão política. Não se justifica retirar dinheiro da educação para ficar pagando o rentista deste País, que ganha fortunas sem fazer nada. O dinheiro dos bancos eles entregam para o governo, que os remunera com juros estratosféricos, os maiores do mundo. E eles estão

aí, engordando a cada dia, e a gente adiando a possibilidade de desenvolvimento do nosso País. Isto não pode continuar!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer a participação do Senador Capiberibe, importante aqui demais para o debate, e passar a palavra, imediatamente, ao Senador Donizeti Nogueira.

Antes, informo a quem interessar possa que agora, a partir das 13h, vai começar o “tuitaço” em todo o Brasil em defesa do pré-sal. O pré-sal é nosso, o pré-sal é da educação. A partir das 13h.

Com alegria, passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, senhoras e senhores convidados, não podemos negar os avanços que nós tivemos ao longo desses últimos 10 ou 12 anos na educação, em todos os aspectos.

Às vezes, eu sinto – e hoje eu já senti isto duas vezes – que é como a história daquele aleijado que levaram a Jesus Cristo para ver se Jesus o curava. Na hora em que ele entrou lá, Jesus falou “levanta-te e anda”. Aí ele se levantou e andou. Então, quando saiu lá fora, bateram nas costas dele e lhe perguntaram: “E aí, o que ele fez?”. Resposta: “Não, não fez nada, não. Mandou só eu me levantar e andar. Ele não fez nada”.

Às vezes, eu fico ouvindo alguns Parlamentares, sobretudo da oposição, e parece que não se fez nada neste País, parece que não se construiu nada. Inclusive, nós estamos aqui lutando para manter uma conquista que não existia, dada uma crise que nós estamos vivendo.

Então, eu quero reconhecer, primeiro, o avanço extraordinário que nós tivemos na educação do Brasil depois do Presidente Lula, inegavelmente. Segundo, quero dizer que não é concebível, realmente, que possamos acabar com esse programa agora. Vai chegar o dia em que nós não precisaremos mais do programa, mas hoje nós ainda precisamos muito dele, e é preciso que o Ministério da Educação, que a Capes, compreenda isso, e que nós, Parlamentares, os dirigentes dos movimentos, encontremos, numa mesa de negociação, uma saída que minimize o problema.

Eu sou muito mais a favor de reduzir o valor da bolsa do que de reduzir o número de bolsas. Eu nem estou falando para fazer isso, não, mas se temos que cortar orçamento, nós podemos pensar nisso também. Eu não vou nem tanto no que eu tenho defendido ao longo dos anos, que os alunos de universidades públicas deveriam dar uma contrapartida à sociedade no período em que estão estudando, prestando serviço na área da alfabetização, numa área como essa, mas eu não acho que nós podemos acabar com a bolsa. Ela foi criada com um objetivo e o vem cumprindo extraordinariamente bem. Então, nós precisamos permanecer com ela. Precisamos encontrar agora uma saída para não levarmos ao fim desse programa, porque ainda não é hora disso. A educação ainda não tem tudo que precisa ter para poder abrir mão de um programa como esse. Então, eu acho que nós não podemos abrir mão desse programa. E, se ele existe, existe realmente porque, no passado, não se fez nada, porque nós entramos no processo educacional, no Brasil, séculos depois do resto da América espanhola. A América portuguesa entra para o processo de educação séculos depois da América Espanhola. Então, nós estamos atrasados nesse aspecto. Mas eu acredito que nós avançamos muito e quero deixar o meu apoio integral naquilo que depender de nós, na mobilização, no diálogo com o Governo, a fim de que possamos reverter essa situação.

Eu queria fazer pelo menos duas perguntas. A primeira é: qual é o volume de recursos no orçamento anual para esse programa? E, hoje, quantos bolsistas existem? São estas as minhas duas perguntas. No mais, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e reafirmar que a educação no Brasil mudou muito e para melhor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Senador Donizeti, que traz aqui também a sua contribuição, muito importante para o debate.

S. Exª é um Senador de primeiro mandato e tem sido um mandato muito presente, muito atuante aqui nos debates acerca da educação.

Nós vamos passar a palavra ao Deputado Waldenor, à Deputada Rosário e ao Deputado Pedro. Antes, porém, eu vou conceder a palavra ao Senador Dário, que quer fazer...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Depois.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – São somente perguntas que o senhor quer encaminhar à Mesa, não é? Então, vamos passar ao Deputado Waldenor, depois à Deputada Rosário e ao Deputado Pedro Uczai, na ordem de chegada.

Com a palavra o Deputado Waldenor, do PT da Bahia, membro titular da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que já foi presidente daquela Casa, com quem eu tive a alegria e a honra de compartilhar o debate acerca da educação quando do meu exercício como Deputada Federal.

Seja muito bem-vindo.

Muito obrigada pela sua presença.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Quero cumprimentar os demais membros da Mesa, saudar a companheira Prof^a Alessandra, Presidente do Fórum Nacional do Pibid, cumprimentar os demais Senadores e Senadoras e os meus colegas Deputados Maria do Rosário e Pedro Uczai e saudar de forma especial todos os “pibidianos” das diferentes delegações de todo o Brasil que participam deste importante evento.

Eu quero, de forma breve, reafirmar o nosso apoio a esse movimento em defesa do programa, em defesa do fortalecimento do Pibid, um programa reconhecido por todos – nesta audiência e na audiência anterior, que realizamos na Câmara dos Deputados – como um programa exitoso. O Conselho Nacional de Educação, a SBPC, a Anped, a Andifes, a Abruem, a UNE, a Ubes, todas as organizações e entidades vinculadas à educação brasileira, quando ouvidas, têm se manifestado positivamente, têm avaliado positivamente a implementação desse programa, programa do nosso Governo. É importante fazer este destaque. É mais um programa exitoso, dos tantos que a Prof^a Irene apresentou aqui, implementado pelo nosso Governo. Ele foi concebido inicialmente pelo Ministro Fernando Haddad, mas já implantado no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, e vem experimentando um crescimento progressivo do número de bolsas e de fortalecimento do programa pelo Brasil afora.

No dia 15 de outubro, como a Prof^a Alessandra já destacou, o nosso mandato teve o privilégio de ter sido o mandato proponente de uma audiência similar a esta na Câmara dos Deputados. Naquela oportunidade, em que me parece que o Prof. Jesualdo esteve presente, assim como como a Prof^a Irene e outras representações do Ministério da Educação, ficou estabelecido o compromisso de o Ministério da Educação abrir uma pauta de diálogo para que, de forma pactuada, nós pudéssemos, reconhecendo as dificuldades financeiras do Estado brasileiro, reestruturar o programa.

Eu tive a oportunidade, inclusive, de participar de uma reunião com o Ministro Mercadante – a Senadora Fátima estava presente, assim como a Deputada Maria do Rosário e o Deputado Pedro Uczai – na qual chamamos a atenção do Ministro para a necessidade de organização desta agenda de diálogo, mostrando a seriedade com que o Fórum do Pibid vinha tratando a questão, inclusive aberto a negociações, reconhecendo o momento difícil por que passa o País. Em seguida, nós nos reunimos com o Presidente da Capes – eu, a Deputada Margarida Salomão e a Deputada Alice Portugal –, estivemos ainda com o Prof. Carlos Nobre, também mostrando a ele a necessidade da abertura desse diálogo.

Portanto, a nossa expectativa, eu tenho certeza – o Prof. Jesualdo já afirmou aqui em nome do Ministério da Educação –, é da preservação do programa. Mas, sem dúvida nenhuma, Prof. Jesualdo, aqui está muito claramente apresentada a dificuldade de abertura e manutenção desse diálogo. Então, eu acho eu e os demais Parlamentares, Deputados e Senadores, vamos fazer a defesa aqui, no encerramento desta audiência, da abertura de um imediato diálogo com o Ministro Mercadante e com o Prof. Carlos Nobre para que nós possamos, de forma paritária, com a participação do Fórum do Pibid... Aqui estão presentes também reitores de diversas instituições. Inclusive, eu quero destacar aqui a presença da Prof^a Adélia, reitora de uma universidade estadual da Bahia e Presidente da Abruem, e dos Reitores Paulo Roberto e Evandro, de universidades estaduais do nosso Estado. É muito bom que eles estejam aqui presentes. Eu ouvi a referência da Mesa a vários reitores de outros Estados da Federação, revelando a importância, a significação desse programa na formação de professores no nosso País.

Portanto, eu acho que essa representatividade de Parlamentares, Deputados e Senadores, de reitores e de diversas entidades representantes da educação brasileira é suficiente para que o Ministro Aloizio Mercadante, sensível como é, possa, imediatamente, abrir uma agenda para nós tratarmos do Pibid e, quem sabe, atendermos à reivindicação do Fórum de suspensão do decreto, para que possamos, dentro da realidade do Estado brasileiro, das suas dificuldades financeiras, mas de forma pactuada, de forma democrática, como tem sido a trajetória do nosso Governo, do nosso projeto político, chegar a um bom termo.

Então, este é o nosso posicionamento, de reafirmar apoio e de solicitar do Ministério da Educação, e tudo faremos para que esse diálogo seja reaberto imediatamente, a fim de que cheguemos a um bom termo a respeito desse importante programa de iniciação à docência que é o Pibid.

Obrigado, Fátima, pela quebra do protocolo, mas quero, respeitosamente, dizer que na nossa audiência, lá na Câmara dos Deputados, falou todo mundo: estudante, professor, Senador, Deputado... Então, fica o meu protesto também quanto ao Regimento Interno do Senado.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Deputado Waldenor. Compar-tilhamos desse protesto.

Imediatamente, com muita alegria, passo a palavra à companheira Deputada Maria do Rosário, com quem, igualmente, eu tive a alegria de ter, durante 12 anos, lá na Câmara dos Deputados, enfrentado muitas lutas e abraçado muitas causas, uma delas, muito especial, a causa em defesa da educação pública.

Então, agradeço também pela sua presença.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada, Senadora Fátima. Eu a cumprimento como Senadora e quero dizer que, para nós, é uma alegria, como Parlamentares, sobretudo como professores e professoras, termos a senhora na condução desses trabalhos e que a sua modificação, a sua abertura do Regimento é típico de alguém que, na educação, na sala de aula, no contato com os alunos, enfim, ao longo de sua vida, sempre soube se movimentar da forma mais democrática possível. Então, eu lhe agradeço por esta audiência e pela oportunidade.

Cumprimento todos os integrantes da Mesa, os representantes do Ministério da Educação, da Capes, a Profª Alessandra, o prezado Prof. Luiz Dourado, do CNE, o Prof. Belchior, as senhoras e os senhores e os colegas Waldenor e Pedro Uczai.

Trago comigo, Senadora Fátima, uma carta escrita em Lajes, Santa Catarina, e assinada pela Coordenação do Fórum Pibid da Regional Sul, pela Profª Cristiane Antonia Hauschild, que é da Univates, uma instituição comunitária do Rio Grande do Sul, uma belíssima instituição, como muitas outras instituições comunitárias.

Quero sustentar aqui, a partir, inclusive, da leitura que fiz dessa carta construída naquele fórum, que o maior valor da educação brasileira, ao longo dos últimos anos, como disse o Prof. Waldenor, colega Parlamentar, é termos conquistado uma perspectiva sistêmica da educação, em que os programas interagem entre si, em que os objetivos estão, hoje, inclusive, mais claramente definidos no Plano Nacional de Educação, o qual, conforme o Prof. Luiz Dourado indica, não podemos perder de vista como a referência para a educação brasileira.

Ao longo dos últimos anos, nós, como Parlamentares ou educadores, com a comunidade acadêmica e com as escolas de educação básica, de onde viemos, trabalhamos, juntamente com o Ministério da Educação e com o CNE, a construção deste plano e as suas prioridades. O nosso objetivo, com esta audiência, é buscarmos uma palavra do Ministério da Educação que reforce aquilo que nós sabemos que orienta o trabalho do Ministro e do Ministério, que é a dimensão da integração desses programas.

Eu, assim como fizeram outros colegas, quero sublinhar aqui que este programa e esta perspectiva foram compostos ao longo dos últimos anos. E até por ter trabalhado juntamente com a Presidente Dilma – e me sinto honrada por isto –, na sua equipe, no último governo, na área de direitos humanos, eu sei que ela própria quer ser, e é, uma Presidenta que constrói políticas e que não quer, e não deve, passar para a história como a titular de um governo que diminuiu um programa tão importante como este, que ela consolidou. *(Palmas.)*

Então, eu me pronuncio aqui no sentido de que um programa como esse, Senadora Fátima Bezerra, que já nos oferece resultados rapidamente, certamente, como disse a Profª Irene, precisa ser pensado, ser analisado, democraticamente, com o conjunto dos seus atores, a cada momento, mas ele não pode ter, neste momento, sofrer uma diminuição de metas.

Então, a minha proposta aos senhores e às senhoras é que possamos nós, no ambiente político do Congresso Nacional, contribuir para a não redução de recursos para a educação. Proponho que possamos reverter cortes que sejam colocados na educação brasileira. Inclusive, aqueles que se pronunciam dizendo que o governo tem que gastar menos, alguns políticos, alguns Parlamentares que fazem esse discurso, que retomam o discurso do Estado mínimo, deveriam, por favor, pensar sobre isso, porque os que defendem a diminuição dos recursos investidos pelo Estado estão, direta indiretamente, propondo redução de bolsas. Eu não me filio jamais à lógica do Estado mínimo ou à lógica da diminuição dos recursos da educação ou de qualquer política pública.

Portanto, eu acredito que nós podemos, Prof. Jesualdo, mover um diálogo com o Ministério da Educação e, inclusive, com o Ministério da Fazenda, integrando Planejamento, Fazenda e Educação, para que a Capes, que é a grande mudança que houve na educação brasileira, assuma responsabilidades com a educação básica e possa levar adiante o Pibid como ele se encontra. Se houver uma necessidade de mudança de metas, que isso se faça de forma pactuada e paulatina, porque nós não podemos perder um programa, nem a vontade, nem o “esperançar”, como foi dito pela Profª Alessandra, citando o Paulo Freire.

Então, nós somos aqui parceiros para que a educação brasileira mantenha o seu financiamento conquistado e que o Pibid se mantenha como um programa de alta resolutividade capaz de dar resultados para a qualidade da educação hoje e, ainda mais, para os próximos anos. A Profª Alessandra e o MEC podem contar conosco para a solução dessa questão.

Muito obrigada, Senadora Fátima.

(Manifestação da galeria.) (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mais uma vez, registro aqui a presença da Ubes e da UNE.

Antes de passar a palavra ao Deputado Pedro Uczai, quero parabenizar a Deputada Maria do Rosário pelo que aqui acaba de colocar, bem como dizer que o caminho é exatamente este, Deputada Maria do Rosário. Nós estamos em contato com o MEC e já temos, inclusive, uma data marcada. Tão logo encerremos o debate aqui, nós queremos aprovar, juntamente com todos e todas aqui presentes, os encaminhamentos.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Quero saber se poderíamos ter como encaminhamento um pedido para reverter o dia 29, porque isso significaria muito, hoje, para... (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza. Já estão incluídas nos encaminhamentos a suspensão desse ofício e a realização de uma reunião urgente. Ou seja, queremos colocar o GT para funcionar. Já estamos, inclusive, com data marcada para a realização dessa audiência.

Passamos imediatamente ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Obrigado, Presidenta desta Comissão, desta audiência pública que promove este debate, nossa colega, que foi nossa colega de Parlamento lá na Câmara dos Deputados, Senadora Fátima Bezerra.

Meus cumprimentos a todos os membros da Mesa.

Objetivamente, eu acho que, em relação a algumas coisas, no período da crise, nós tomamos decisões porque precisamos tomar, como de renúncia de receita, de diminuição de receita, mas há algumas coisas que nós temos que reafirmar na crise, e eu acho que esta audiência pública junta a sociedade brasileira, junta o Parlamento, o Congresso Nacional, a Base do Governo e a Base de oposição num único ponto, que é a defesa do Pibid.

Eu acho que há muitas outras audiências em que entramos em confronto de posições, em divergência de posições, mas aqui há uma posição que nos unifica. Unifica do ponto de vista das instituições que oferecem e constroem esse programa do Pibid. E eu me refiro aqui aos institutos federais e às demais instituições... E, na nossa Região Sul, a Maria do Rosário foi a primeira protagonista do projeto das universidades comunitárias, que transformamos em públicas comunitárias, que são as grandes protagonistas do Pibid de nossa região, para a instituição formar professores lá, o Pibid é estratégico, não para o aluno da universidade, mas para a instituição que oferece cursos de licenciatura. É o debate da sobrevivência e do fortalecimento dos cursos de licenciatura nas diferentes instituições, portanto, em formação de professores.

O segundo é para os próprios estudantes, que, efetivamente, é uma oportunidade de dialogar entre a experiência cotidiana de um programa com a experiência e formação profissional. Por isso, é isso que discutimos historicamente, e aí lembraram Paulo Freire e tantos outros intelectuais.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Portanto, efetivamente, ele dá um salto na formação dos professores do presente e do futuro.

E, terceiro, para a comunidade escolar, para a comunidade educacional, não só para o professor, mas para os estudantes e para a sociedade, o Pibid também é central.

Portanto, se estamos falando do óbvio e se o óbvio precisa ser dito, o encaminhamento concreto a que nos somamos aqui é impedir o cancelamento dessas bolsas. Dessa forma, o ato político imediato da revogação do Ofício nº 2 da Capes é a decisão política que queremos que o Ministro da Educação tome.

Segundo, fazer audiência neste momento com o próprio Ministro da Educação – aqui, acho que a Deputada Fátima poderia capitanear, e acho que foi esse o encaminhamento dado, o que eu só quero reafirmar e fortalecer – é uma decisão do Ministro da Educação. Para um ato desse, não será o Presidente da Capes que vai revogar o ofício, na minha humilde avaliação aqui, mas, sim, o Ministro da Educação, que, entendendo e compreendendo todo esse movimento que está ocorrendo, tomará uma decisão política buscando em outras fontes para aumentar receita ou diminuindo as despesas em outros programas, mas não esse, pelo mérito que ele tem.

Esta é a minha posição, óbvia, mas quero me solidarizar e parabenizar esse movimento, porque, efetivamente, é o comprometimento do futuro da educação brasileira, principalmente pública. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer ao Deputado Pedro Uczai, que reforça, mais uma vez, os encaminhamentos que estão aqui em discussão e que serão definidos logo mais ao término da nossa reunião.

O caminho é esse mesmo, Deputado Pedro Uczai.

Vamos passar agora para o Senador Dário, mas, antes, quero registrar a presença do Deputado Helder Salomão, que, se quiser fazer uma consideração...

Pois não.

Com a palavra o Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES) – Quero saudar a Senadora Fátima Bezerra, os demais Senadores presentes, os colegas Deputados, as instituições e os que acompanham essa audiência pública.

A nossa presença aqui é no sentido de defender esse importante projeto, que, a nosso ver, é estratégico para a educação brasileira. Nós temos sido procurados, assim como, creio, todos os Senadores, os Deputados e os que coordenam as instituições, por muita gente que está preocupada com o fim de um programa que trouxe melhorias substantivas para a educação brasileira. E nós estamos falando de formação, o que é estratégico em qualquer área. Imaginemos a importância que tem para a educação brasileira!

Então, estou de acordo com os encaminhamentos aqui apresentados. É preciso que haja, de fato, uma união de esforços que envolva todos os membros do Parlamento brasileiro. Precisamos conversar com os nossos partidos, com a oposição e com a Base aliada, porque, como disse o Pedro Uczai, temos aqui convergência no ponto que é mais importante, que é a manutenção desse programa.

Por isso, quero parabenizá-la, Senadora Fátima Bezerra, pela condução dos trabalhos na Comissão de Educação do Senado e me colocar à disposição, porque acreditamos que, num momento de crise, sabemos todos nós, é fundamental que tenhamos a consciência dos cortes que precisam ser feitos, mas esses cortes não podem atingir, de modo algum, programas que são estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento da educação brasileira e da qualidade do ensino que é ofertado.

(Soa a campanha.)

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES) – Por isso, quero agradecer e me colocar, mais uma vez, à disposição dessa luta para que consigamos, juntamente como Ministério da Educação, a reversão desse quadro, que, infelizmente, hoje, deixa muita gente angustiada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Deputado Helder.

Rapidinho, vamos passar para o representante da Abruem, Prof. Rangel Júnior, da Universidade Estadual da Paraíba.

O SR. ANTONIO RANGEL JÚNIOR – Agradeço e vou pular os cumprimentos cumprimentando todos em nome da Senadora Fátima.

Serei bastante objetivo.

Represento aqui não somente a Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, mas também o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Considero fundamental pensarmos o seguinte: essa pauta não é uma pauta corporativa de professores, não é uma pauta corporativa de estudantes nem de universidade pública ou privada, mas uma pauta brasileira, uma pauta da educação brasileira acima de tudo, e, por isso, quero deixar muito claro... Todos já elogiaram o trabalho, eu conheço o trabalho do Pibid na prática. É preciso ver o brilho dos garotos, dos jovens estudantes, dos futuros professores com esse projeto, com esse trabalho da prática, que é fantástico. Não se aprende a ser professor assistindo a aulas, não se aprende a ser professor somente lendo livros; é na prática que se aprende. Eu aprendi a ser professor dando aulas de Física, de Educação Moral e Cívica, de violão, de Língua Portuguesa, de Educação Artística e, depois, me tornei psicólogo e professor de Psicologia. Eu descobri que poderia ser professor, que aquilo era o meu ofício, a escolha para a minha vida.

O Crub, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, emitiu uma opinião defendendo a manutenção do programa em todos os sentidos e, se possível, o seu fortalecimento.

Eu gostaria apenas de concluir deixando claro que tanto o Governo quanto todos...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO RANGEL JÚNIOR – ... contam, em todos os sentidos, com o apoio dos educadores brasileiros, dos jovens futuros educadores brasileiros, porque essa é, de fato, uma pauta da educação.

Eu gostaria de registrar, sem dúvida nenhuma, que a presença da UNE e da Ubes aqui é uma demonstração clara de que essa é uma pauta de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, professor.

Agora, Senador Dário.

Em seguida, imediatamente, vamos passar a palavra para a Mesa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, na verdade, eu já me considero atendido nas minhas indagações, sobretudo porque eu objetivava fazer o encaminhamento e uma solicitação.

O encaminhamento já foi feito, de forma brilhante, pelo Deputado Federal catarinense Pedro Uczai, professor, conhecedor da matéria, que seria, então, o de revogação do ofício. Mas eu queria propor um pouco mais. Não sei se seria interessante a formação de um grupo de trabalho que pudesse, de forma democrática, participativa, discutir essa questão e propor, efetivamente, os encaminhamentos necessários para que possamos manter esse programa, que é uma unanimidade entre todos os debatedores e todos nós que, de certa forma, participamos desta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Dário.

As sugestões já estão sendo anotadas aqui. Ao final, vamos definir...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tenho uma reclamação, Presidente: está muito quente aqui. Está às raias do insuportável.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Acho que é a temperatura do pré-sal, porque o “tuitaço” está rolando aí pelo País afora. (*Palmas.*)

A turma está se colocando contra o PL 131, dizendo que o pré-sal é nosso, que o pré-sal é da educação, inclusive relacionando-o à luta aqui pelo fortalecimento e pelo “Fica Pibid”.

Agora, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer imensamente a presença de todos e todas vocês.

Vou passar a palavra agora para a Mesa, mas peço o máximo de síntese para que possamos encerrar os nossos trabalhos aprovando o conjunto de encaminhamentos.

Vou começar pelo Prof. Dourado, que fará suas considerações finais.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Mais uma vez, quero agradecer. De fato, quero concordar com as falas no sentido da convergência para a importância desse programa, sem prejuízo, eventualmente, de poder haver alterações visando sua melhoria, seu aperfeiçoamento, ao que acho que ninguém se contrapõe.

A própria sinalização feita no sentido de que se priorizem determinadas escolas em função, por exemplo, dos baixos indicadores, acho que isso tem, sim, uma vinculação com o próprio programa, com a sua natureza e com essa perspectiva que é de tornar a carreira docente atrativa desde o processo de formação.

Nesse sentido, eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, o papel das diretrizes curriculares nacionais para a formação dos profissionais do magistério, da educação básica, formação inicial e continuada, e de dizer que essas diretrizes, aprovadas e homologadas pelo Ministério, devem ser consideradas pela instituição e têm uma interface muito grande com a questão que aqui fizemos.

Por último, destaco que acho que os encaminhamentos feitos são muito oportunos: o encaminhamento no sentido de, primeiramente, não se ter cortes na área educacional – falei sobre isso, que foi referendado... Eu gostaria de frisar mais essa perspectiva. Acho que isso enquanto o esforço que o Estado brasileiro tem que fazer para cumprir o Plano Nacional de Educação; o reconhecimento de que muitas das políticas que estamos defendendo foram construídas nos últimos 12 anos, isso faz uma diferença, porque, na verdade, significa que alargamos direitos, e não queremos ver esses direitos retrocedidos. Isso é parte do exercício da democracia.

Portanto, acho que rever essas questões, rediscutir o Pibid... E aí eu gostaria de colocar um ponto a mais na pauta: nessa rediscussão, numa perspectiva do seu fortalecimento...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – ... que, se puder, se dê um olhar regionalizado, estadualizado, uma vez que vimos que há situações de instituições que chegam a 95%, como foi realçado, e outras a 65%. Bom, vamos fortalecer o programa, mas, ao mesmo tempo, tentar contribuir para romper com essa distribuição de sinal na sua implementação e tessitura.

Muito obrigado por esta oportunidade. Mais uma vez, agradeço à Senadora Fátima e a todo Senado Federal a possibilidade de participar. Nós do Conselho Nacional de Educação estamos sempre à disposição para essas discussões, que são extremamente importantes, sobretudo se considerarmos as metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, cuja incidência é direta à formação de professores e demais profissionais da educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Prof. Luiz Dourado.

Vamos passar agora a palavra para a Irene, representante do Capes.

A SRª IRENE MAURICIO CAZORLA – Eu gostaria de trazer alguns números.

O orçamento da Capes executado e empenhado em 2015 foi de R\$7,7 bilhões. A nossa LOA de 2016 foi de R\$5,2 bilhões.

Nossa LOA sofreu um corte da ordem de 32%. E vocês viram que, na nossa diretoria, cuidamos do Parfor, que é a formação de professor em efetivo exercício e cumprimento da meta; na diretoria de educação básica, temos as especializações e os mestrados profissionais. No ano passado não se abriu nenhuma turma e neste

ano corremos o risco de não ter nenhuma bolsa adicional para os professores da educação básica. E o que fizemos? Concentramos todo o recurso da DEB para o Parfor e para o Pibid.

Esse compromisso nós já tínhamos colocado, inclusive quando estivemos conversando com o nosso Deputado Waldenor, quando S. Ex^a esteve na Capes. Já sabíamos que, com esse orçamento, não daríamos conta. A folha do Pibid é de R\$42 milhões. Se multiplicarmos por 12, todo nosso orçamento já se foi. E, se mantivéssemos o programa nessa ordem, só conseguiríamos pagar bolsas até julho.

Portanto, o que pensamos? Pensamos em um processo de transição, que seria a não renovação das bolsas de 24 meses, e em lançar o edital imediatamente para podermos construir com bases novas.

Então, ninguém falou, em momento algum...

(Soa a campanha.)

A SR^a IRENE MAURICIO CAZORLA – O nosso compromisso está mantido. Nós não dissemos, em momento algum... Muito pelo contrário. Nós defendemos, e defendemos porque sabemos que essa garotada faz diferença lá e é exemplo para nossas crianças. Isto nós sabemos, e o Ministério também sabe disso, só que veio um corte de R\$1,3 bilhão. Então, nós temos que equacionar. Nós somos gestores. Então, como é que eu faço com aquele recurso? Todos vocês se solidarizaram. Quantos Deputados foram para a Capes, todos solidários, mas não houve nenhuma emenda para nós.

Então, eu acho que nós precisamos, de fato...

Mais uma coisa, só para finalizar.

Eu sei que é uma crítica muito forte no sentido de que não houve diálogo, mas temos colocado essa situação no CTC da Educação Superior, no CTC da Educação Básica e convidamos o ForParfor e o ForPibid em dezembro. Nós colocamos isso, nós estamos colocando de forma aberta essa questão.

Para finalizar, no FoProp, com todos os pró-reitores de pós-graduação, nós colocamos esta situação: a necessidade de institucionalizar a formação de professores.

Nós já iniciamos algumas tratativas para podermos dialogar diretamente com a Abruem, com a Andifes, com a sociedade para que elas também assumam a institucionalização dos programas de formação de professores.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero agradecer à Prof^a Irene. Vamos passar agora, imediatamente, para o Prof. Belchior, representando aqui o Conif.

O SR. BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA – Eu quero parabenizar a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública, quero parabenizar a mobilização dos coordenadores, dos alunos que pertencem ao Pibid e todos os educadores brasileiros que se reuniram... São mais de 100 mil assinaturas, como disse aqui a Alessandra, que estão sendo colocadas aqui na Mesa neste momento.

Quero dizer que, em momentos de dificuldades, temos que estabelecer prioridades. É lógico que a pressão não é só sobre a Capes, porque houve redução no seu orçamento, porque sabemos que, como gestores públicos, temos responsabilidade de fazer administração dentro do que temos, mas é, sim, um apelo ao Governo Federal como um todo, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Fazenda, que tem a prerrogativa de estabelecer os limites de corte dentro da junta orçamentária do Governo.

Então, que o Ministério da Educação, em vez de ser impactado com um corte de R\$1,3 bilhão, possa ter uma restrição menor ao seu orçamento para preservar esse programa e outros que são de fundamental importância para a promoção, o sucesso e a elevação da qualidade da educação brasileira. Num governo que tem, como disse aqui algum Senador, como lema ser uma pátria educadora, não podemos retroagir em programas que são importantíssimos para fortalecimento da educação.

Eu sou filho de uma família de agricultores do interior do Estado, uma família pobre e numerosa: nove filhos. Lá em casa, havia momentos de fartura e havia momentos de escassez. Às vezes, acontecia, não era tão raro acontecer. Era uma família que vivia da agricultura. Não havia Bolsa Família nesse tempo como auxílio às famílias.

(Soa a campanha.)

O SR. BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA – Eu, pequeno, jovem, menino, ficava lá observando que, quando minha mãe servia a mesa, os melhores pedaços iam para o meu pai. Eu ficava, às vezes, intrigado com aquilo ali. Num momento de fartura, às vezes, havia para todos; num momento de escassez, só havia aquilo que nós chamávamos, no interior – Jesualdo sabe, porque é vizinho do meu Estado –, de mistura, a carne, aquilo que fortalece, as proteínas. Mas só meu pai ganhava. Eu ficava intrigado com aquilo.

Quando cresci, passei a entender o porquê. Porque meu pai era o esteio estruturante da família. Se ele viesse a ruir, a enfraquecer, todos nós estaríamos perdidos. A educação é o esteio desta Nação. Se ela ruir, toda a Nação ruirá. Então, apoio aos programas da educação.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer, mais uma vez, ao Prof. Belchior.

Vamos passar, imediatamente, a palavra à Profª Alessandra, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

A SRª ALESSANDRA SANTOS – Obrigada, Senadora Fátima.

Parabéns pela condução. Nós estamos caminhando para o encerramento. Eu gostaria de parabenizar a Senadora Fátima pela brilhante condução de toda a manhã, uma manhã bastante movimentada.

Quero dizer que eu gostaria de me limitar, neste momento, embora várias questões aqui nós poderíamos levantar para o debate, mas creio que não é o momento de polêmicas, mas de apontar soluções para as questões principais colocadas, a responder às perguntas, com muita honra e em nome dos coordenadores institucionais do Pibid e do Pibid Diversidade, às questões colocadas pelo Senador Romário.

O Senador Romário perguntava sobre as imediatas e emergenciais resoluções. Eu acho que aí é reforçar mesmo o que já me parecem dois pontos importantes, que são a revogação do ofício e o imediato agendamento do grupo de trabalho, mas quero acrescentar dois outros pontos que têm a ver com a segunda pergunta do Senador Romário, sobre, na nossa opinião, na opinião do fórum, quais os principais impactos do programa.

Aí, vou falar diretamente logo qual seria a proposição de encaminhamento.

Uma é o cumprimento, pela Capes, do edital vigente, que tem data até 2018. Esse edital é o que rege todo o trabalho que está em desenvolvimento neste momento. Com a extinção do Pibid agora...

(*Soa a campanha.*)

A SRª ALESSANDRA SANTOS – ... perderíamos essa oportunidade.

Então, eu acrescentaria aos encaminhamentos o cumprimento do que reza o edital vigente, com o compromisso da Capes com essas instituições aqui até 2018.

O segundo ponto é para não retroceder na política. Por favor, entendam que a luta que o fórum desencadeou e que todo esse movimento desencadeou não é contra o Governo, não é contra o projeto político do PT, não tem nada a ver com isso, mas nós observamos que, para além das questões orçamentárias, nós vivemos efetivamente um retrocesso na condução, na gestão desse programa.

Reconhecemos que o projeto político deste Governo, do Governo do PT deu origem a uma política nacional de educação, que inclui o Pibid. Para não retroceder ao encaminhamento de que nós gostaríamos de colocar, é a retomada da gestão participativa do programa, porque esse é um fator.

O Senador Romário pergunta o que causou tanto esse impacto. Várias condições iniciais são importantes para o sucesso desse programa, um deles é a gestão democrática. Não há como um ministro sozinho, decretando qualquer política, resolver qualquer problema. Uma grande e importante contribuição e lição do Pibid é exatamente a forma de gestão participativa contínua das ações desde o começo até mais recentemente. Então, esse elemento, de fato, é muito importante.

Acreditamos que estes dois pontos – a retomada da gestão participativa e o cumprimento com o edital que está vigente – são dois pontos muito importantes para que não retrocedamos e façamos com que o Pibid avance para colaborar com o desenvolvimento de outras tantas ações, demandas e diretrizes do próprio Governo.

Então, antes de finalizar, quero agradecer e parabenizar pelo movimento de todos os bolsistas, coordenadores de área, professores, que se envolveram com essa culminância hoje.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ALESSANDRA SANTOS – É a culminância de um trabalho longo.

Quero dizer que nós trouxemos essas 100 mil assinaturas com o intuito de entregá-las ao Ministro da Educação. Os bolsistas vieram de toda parte do País com esse objetivo. Então, nós temos essa responsabilidade para com aqueles que não puderam vir, inclusive. Esse é um compromisso.

Eu gostaria – e creio que posso fazer isso em nome de todos os colegas – de, simbolicamente, entregar também essas 100 mil assinaturas à Comissão de Educação do Senado, como também uma forma de reconhecer a importância que esta comissão tem, em nome da Senadora Fátima, com todo o seu empenho, para que o Plano Nacional de Educação saia do papel e se torne uma realidade, com toda sua aproximação e diálogo com os movimentos sociais.

Além de entregar ao Ministro, nós vamos aqui fazer uma entrega também simbólica à Comissão de Educação, em mãos, à Senadora Fátima.

Muito obrigada.

Nós conseguimos finalizar esse ato político tão importante de uma forma realmente interessante para o futuro da educação deste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero saudar a Profª Alessandra, pela seriedade, pela competência, pela responsabilidade, pelo compromisso com que trata o tema, os desafios da educação brasileira, representando tão bem todos e todas vocês, que estão aqui e que estão espalhados hoje pelo País inteiro, inclusive ligados aqui, acompanhando a presente audiência.

Ao final, Profª Alessandra, nós vamos fazer aqui a entrega simbólica.

Vamos passar para o último orador inscrito da Mesa, o último convidado, que é o Prof. Jesualdo, que é o Secretário de Educação Superior, que aqui representa, inclusive, o Sr. Ministro da Educação, ao tempo que queremos também já saudar a presença do Prof. Francisco Soares, Presidente do Inep, que já chegou para a próxima audiência, não é isso?

Muito obrigada, professor.

Daqui a pouco, nós vamos ter uma nova audiência para tratar da Base Nacional Curricular Comum.

Com a palavra o Prof. Jesualdo.

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – Obrigado, Presidenta.

Eu queria encerrar a minha participação nesta audiência pública, primeiro, agradecendo e parabenizando a Senadora, o Senador Paim, os Senadores que participaram do debate, os Deputados e Deputadas, a representação do Pibid, aqui muito bem colocada pela Profª Alessandra.

Quero saudar a representação estudantil aqui, a UNE, a Ubes, saudar todos os bolsistas, estudantes que estão nos acompanhando nas outras salas.

Quero concluir a minha fala exatamente como eu iniciei: não há, vou repetir, por parte do MEC, nenhuma determinação para o encerramento do Programa Pibid. Eu acho que repeti isso pelo menos umas cinco vezes na minha fala. Em nenhum momento, o Ministro colocou ou sequer levantou essa possibilidade. Portanto, não há que se falar em qualquer ofício que faça referência à descontinuidade ou ao fim do programa. Esse ofício deve ser desconsiderado. *(Palmas.)*

Eu não sei por que não fui aplaudido tão efusivamente no início, porque eu disse a mesma coisa.

Bem, a segunda questão é a seguinte: quanto ao anúncio do corte de R\$1,3 bilhão no MEC, quero dizer que nem o Ministro, nem o secretário executivo, nenhum reitor, nenhum professor, nenhum estudante, nenhum de nós ficou feliz ou conformado com esses cortes. Nós não ficamos. A nossa luta diária, o nosso cotidiano é lutar por mais verbas para a educação.

Acho que temos que reconhecer, nesta Casa, Senadora, e na Câmara dos Deputados, o espaço privilegiado para esse debate. Temos que aumentar a arrecadação diante do quadro que está, e eu não vejo outra forma de termos mais recursos para a educação, a não ser através de aumento da arrecadação. Então, essa tarefa me parece bastante própria...

(Soa a campanha.)

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – ..., bastante intrínseca às atividades desta Casa.

Eu não posso também, Senadora, deixar de registrar aqui – até corroborando o que alguns Parlamentares colocaram – os avanços na educação nos últimos 12 anos. Nós estamos falando aqui de um programa que foi criado pelo Presidente Lula, nós estamos falando aqui de um programa que foi institucionalizado e cresceu exponencialmente no Governo da Presidente Dilma, nós estamos falando de um programa que revolucionou as nossas licenciaturas, e eu estou dizendo isso hoje como secretário, mas posso dar o testemunho do período em que passei como reitor da Universidade Federal do Ceará, que é uma instituição que muito bem utiliza esse programa e que tem contribuído para melhorar a educação no nosso Estado, os dados estão aí para podermos comprovar.

Eu não poderia deixar de registrar, Senadora, os avanços do nosso País na formação de professores. São programas que hoje são coordenados pela Capes, pela secretaria de que eu sou responsável, a SESu, pela Setec, que está ligada aos institutos, pela Secretaria da Educação Básica, pela Secadi e pela Seres. Eu não poderia deixar de registrar que foram ações defendidas e lançadas por este Governo que possibilitaram que a grande maioria dos estudantes que estão nas salas aqui presentes conseguissem acesso à educação superior em instituição pública, através do Enem e SESu, através do Programa ProUni, ou ainda através do Fies, que já existia, mas ganhou corpo também no nosso Governo.

Então, tivemos a expansão para o interior, tivemos a criação dos institutos, tivemos a criação de 18 novas universidades, tudo isso dando a oportunidade a esses jovens que antes não tinham sequer condições de sonhar com uma universidade e hoje estão no...

(Soa a campanha.)

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – ... ensino superior, muitos já formados e muitos já atuando como professores na educação básica. Esse é o verdadeiro projeto transformador deste País.

É por isso que estamos aqui defendendo esse projeto. *(Palmas.)*

É por isso que estamos apoiando toda e qualquer ação no sentido de fortalecer as políticas públicas que venham no sentido de intensificar as ações, para que tenhamos mais jovens nas universidades, jovens pobres, índios, quilombolas, negros, filho do trabalhador do campo, que jamais sonhou ingressar numa universidade.

Essa é a realidade que vivemos hoje.

Agora, vivemos um momento difícil, um momento de crise, e, nem por isso, no ano de 2015, reduzimos os investimentos que eram necessários para dar continuidade a esse projeto. Portanto, nós estamos diante de um quadro de corte de R\$1,3 bilhão, que ainda será discutido no MEC, que não sabemos de onde tirar...

(Soa a campanha.)

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – ... nem sabemos se vamos tirar daqui ou dali, ou quanto vamos tirar de cada programa.

Portanto, eu posso deixar todos vocês absolutamente tranquilos de que, primeiro, o Pibid não vai acabar, eu insisto nisso, e, segundo, ele vai ser redirecionado a partir de editais, nós teremos editais, para, insisto, aquelas escolas públicas onde os estudantes obtiveram as piores avaliações nos últimos processos de avaliação tão bem conduzidos pelo Inep.

Então, assumimos, Senadora, o compromisso de, na próxima terça-feira, às 14h, recebermos a comissão de Deputados, Senadores, com representantes dos institutos, das diversas universidades, da Andifes e do fórum, para retomarmos a discussão em cima dessa questão, que é tão importante para a formação dos nossos professores e para a melhoria do ensino médio, que é o Programa Pibid.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pontualmente, são 13h55.

Então, vamos encerrar a reunião agora primeiro destacando o sucesso da presente audiência. Por isso, mais uma vez, parabenizamos o Fórum Nacional do Pibid. Ocupamos quatro plenários aqui. Esta sala da Comissão de Educação e mais quatro plenários foram ocupados por professores e integrantes do Pibid de todo o Brasil.

Como a audiência está sendo transmitida pela internet, Prof. Pedro, as pessoas podem participar diretamente enviando *e-mail*. Normalmente, durante a realização destas comissões, a participação através da internet, pelo e-Cidadania, compreende em torno de 20 a 30 acessos. Na de hoje, houve 250 acessos. Vamos, inclusive, passar isso para o MEC e para quem de direito.

Estiveram presentes 14 Senadores, e num dia de muita concorrência aqui, porque quarta-feira é o dia de maior intensidade do ponto de vista da agenda legislativa. Várias comissões funcionam ao mesmo tempo.

Foi muito boa também a interação com a Câmara dos Deputados. Dez Parlamentares, dez Deputados estiveram aqui, sendo que aqui ainda se encontra presente o Deputado Waldenor, o Nonô.

No abaixo-assinado, como já foi dito aqui, há mais de cem mil assinaturas. E recebemos uma carta de apoio de cinco mil escolas públicas e de duas mil entidades e conselhos.

Sem delonga, meus amigos e minhas amigas, meus queridos companheiros e companheiras, professores, estudantes e servidores, quero dizer que, como vocês sabem, a Comissão de Educação e Cultura do Senado tem por dever, tem por ofício abrir suas portas para acompanhar, para defender os destinos e os rumos da educação brasileira. Isso é feito por lei, isso é da nossa prerrogativa.

Desde o ano passado, quando fomos procurados acerca exatamente de programas importantes para a educação brasileira, como é o caso em debate do Pibid, desde aquela época – não é, Alessandra? –, nós já iniciávamos todo este diálogo, fazendo uma ponte com o MEC e com as demais instituições, na convicção do quanto é importante, é claro, um programa desse porte, inclusive à luz dos desafios que temos diante do próprio Plano Nacional de Educação.

Portanto, agora, mais uma vez, ao sermos demandados pelo Fórum Nacional, realizamos a presente audiência pública, em parceria com o Senador Paim – é bom que se diga –, um Senador muito atuante na luta em defesa da educação. Ele não está aqui agora, porque está na Comissão de Direitos Humanos, mas compartilha integralmente desta luta.

Então, realizamos a presente audiência pública, que julgamos, sem dúvida alguma, muito positiva e muito produtiva. Por quê? Porque o Prof. Jesualdo, aqui representando o Ministério da Educação, já se antecipou e, publicamente, aqui, assumiu dois compromissos conosco. E ele os está assumindo aqui em nome do Ministro da Educação, em nome do MEC. Quais são eles? O primeiro é o de suspender o ofício recentemente encaminhado pela Capes. Trata-se da suspensão dos efeitos desse ofício.

Imediatamente, já na terça-feira, no MEC, vão se sentar o representante do Conif, o representante da Andifes, o representante da Abruem, o representante do Fórum do Pibid. Quero ver com a Alessandra como será a representação aqui do Fórum do Pibid. Naturalmente, as instituições, no âmbito do MEC, são coordenadas pelo Prof. Jesualdo, pelo Ministro e pelo Secretário-Executivo. Não é isso, Prof. Jesualdo?

Então, na terça-feira, vamos nos sentar, com um detalhe: haverá uma representação da Comissão de Educação. Desde já, adianto que lá estarei. Se outros Senadores puderem ir lá comigo, tudo bem; se não, estarei lá como representante desta Comissão.

Quanto à Comissão de Educação da Câmara, como o Deputado Nonô está aqui, eu o convoco também a estar lá conosco, independentemente de outros Parlamentares.

Então, na terça-feira, buscaremos suspender o decreto. Mas não é só isso, não se trata só de suspender os efeitos do decreto, aliás, do ofício. Trata-se não só de suspender os efeitos.

Nessa terça-feira, com a realização dessa reunião, a gente vai instalar um método que garanta, Prof. Jesualdo, exatamente o debate, o diálogo e toda a transparência que esse tema requer, na medida em que qualquer modificação que venha a ser feita, sem pôr em risco jamais a continuidade do Pibid, mas qualquer adequação ou ajuste que venha a ser feito – o próprio fórum Pibid coloca isso –, que seja feito à luz do debate, em diálogo com as instituições, com as universidades, com os institutos federais e com o Pibid.

Não pode, de maneira nenhuma – permita-me dizer claramente –, não é aceitável, não é recomendável de maneira nenhuma que o MEC, seja através da Capes, cujo importante papel no contexto da política nacional de formação dos docentes de todo o País nós reconhecemos, faça qualquer modificação, sem a anuência, sem o entendimento com as instituições que são de fato quem realizam o Pibid pelo País afora, que são as universidades, que são os seus institutos, ou seja, que são os seus professores, coordenadores etc.

Então, eu acho que ficou claro. Ficou claro, Alessandra? Ficou claro, Irene? Ficou claro, Prof. Jesualdo? Todo mundo? Suspendem-se os efeitos do ofício. A reunião, terça-feira, para, a partir daí, esse GT funcionar para valer.

No mais, eu quero, mais uma vez, em nome da Comissão de Educação e Cultura do Senado, agradecer ao Prof. Jesualdo e adiantar que todas as vezes em que temos conversado com o Ministro da Educação temos deixado muito claro para ele a nossa preocupação e a nossa posição de que um programa desses jamais poderia ser extinto. É justo aqui também dizer que o Ministro Mercadante em todas as ocasiões em que conversou conosco foi firme no sentido de dizer que não passou, não passa e não passará pela cabeça do dele a extinção de um programa dessa natureza. Eu tenho o dever de deixar isso claro aqui. Daí porque o estranhamento nosso com esse ofício – nos permita dizer –, sobretudo quando havia essa audiência agendada para a realização deste debate, para fazer a mediação e buscar o entendimento.

Então, agradeço a todos e todas, a toda a mesa pela importante colaboração que deu, Profª Irene, Prof. Jesualdo, Prof. Belchior, Prof. Luiz Dourado, aos nossos convidados reitores aqui presentes. E agradeço, principalmente, aos professores pibidianos de todo o Brasil, que constroem, que levam – como disse aqui a Andressa – essa esperança no peito para as escolas públicas deste País.

Alessandra, vocês e o Fórum Nacional do Pibid deram uma lição de luta, uma lição de cidadania. E a cidadania começa por garantirmos um direito sagrado, que é o direito à educação.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Simone Tebet, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 1/2016-CE, de iniciativa dos Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antônio Carlos Valadares, e nºs 7 e 8/2016-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular. Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhor Antônio José Vieira de Paiva Neto, Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro; Senhor José Francisco Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Senhor Ítalo Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação - MEC; Senhor José Fernandes de Lima, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação - CNE; e Senhor Aléssio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Neste momento, o Presidente Eventual, Senador Fernando Bezerra Coelho, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cristovam Buarque. Posteriormente, o Senhor Senador Cristovam Buarque devolve a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 1, de 2016, de minha autoria e de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e de nº 7 e 8, de 2016, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, para a realização de audiência pública destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Eu quero convidar Ítalo Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação. *(Pausa.)*

Antônio Neto, Secretário de Educação do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

José Fernandes de Lima, Conselheiro do Conselho Nacional Educação. *(Pausa.)*

Chico Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. *(Pausa.)*

E Aléssio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime. *(Pausa.)*

Sejam bem-vindos.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e através do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Senhoras e senhores, nossos convidados, assessores, representantes da imprensa, é com imenso prazer que, diante desta Comissão, realizamos pela segunda vez audiência pública para tratar do tema Base Nacional Comum Curricular e ter, mais uma vez, a oportunidade de ouvir importantes especialistas, conhecedores e interessados no tema.

Em 11 de novembro do ano passado, recebemos aqui integrantes do Movimento pela Base, um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação, que, desde 2013, trabalham para facilitar

na construção de uma base de qualidade, realizando debates, estudos, pesquisas e investigando casos de sucesso de diversos países.

A previsão de termos um currículo nacional surgiu primeiramente para o ensino fundamental, com a promulgação da Constituição em 88, em seu art. 210, e posteriormente para o ensino fundamental e médio, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 26.

Desde então, tenho percebido um grande esforço para o aprimoramento do nosso sistema educacional. O texto inicial do que será a Base Nacional Comum Curricular foi apresentado em 16 de setembro do ano passado pelo Ministério da Educação e, desde então, está aberto a sugestões de qualquer cidadão que se interessar em contribuir na construção do nosso currículo.

De acordo com a página do MEC, já foram recebidos mais de 10 milhões de contribuições à proposta inicial. Tenho certeza de que essa iniciativa irá contribuir de forma decisiva para a melhoria dos indicadores educacionais do nosso País. Sei que ainda há alguns ajustes a serem feitos e, por isso, achei por bem realizarmos mais uma audiência pública e, se preciso, quantas mais forem necessárias para tratar do tema.

Eu queria comunicar que foi convidado também para participar dessa audiência, por minha sugestão, por minha indicação, o professor João Batista, mas ontem à noite ele ligou falando de um imprevisto que surgiu na agenda dele, da impossibilidade de ele aqui estar presente, mas se colocando à disposição para vir numa outra oportunidade, e nós iremos discutir com o Presidente da Comissão, o Senador Romário, para agendarmos, em outro momento, a presença do professor João Batista.

Quero também dizer que temos acompanhado – e a própria imprensa tem dado destaque – esse debate sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular. Recentemente a revista *Veja* publicou nas páginas amarelas uma entrevista provocativa em relação à construção dessa base comum. E eu acho que os nossos convidados de hoje poderão ter oportunidade de fazer uma avaliação e trazer uma contribuição de como evolui a construção da nossa Base Comum Curricular.

É importante destacar primeiro a iniciativa do MEC. Destacamos, aqui na primeira audiência pública, a iniciativa de ouvir a sociedade. Acho que o Ministério da Educação, através do Ministro Aloizio Mercadante, teve a oportunidade de se pronunciar, aqui na nossa Comissão. Na realidade, esse é um tema que está em aberto, que está sendo construído, e é natural que surjam contribuições, críticas, sugestões, da maneira como a proposta vem sendo implementada.

Nós mesmos tomamos uma decisão na última audiência pública, que queria também comunicar aos nossos convidados. Após ouvirmos os especialistas aqui, na Comissão de Educação, realizaremos três grandes debates nos Estados. Nós vamos ao Rio Grande do Sul, em data a ser ainda definida, mas queremos fazer isso nos meses de março, abril e maio; depois ao Rio de Janeiro, e, encerrando, em Pernambuco. Vamos pegar pelo menos as três maiores regiões, do ponto de vista populacional do nosso País, o Sul, o Sudeste e o Nordeste, para ouvir as bases, os nossos professores, os nossos gerentes locais.

Temos aqui, hoje, a alegria da presença do Secretário de Estado do Rio de Janeiro, Antônio Neto. Vamos precisar muito do apoio dele para a organização dessa audiência pública, desse grande encontro lá no Rio de Janeiro. Acho que, com isso, o Senado Federal e, de forma especial, a Comissão de Educação também poderão dar a sua contribuição no debate e nas sugestões, para a construção dessa Base Nacional Comum Curricular.

Dito isso, darei oportunidade agora aos nossos convidados de se manifestarem. Quero chamar também a atenção para a coincidência de datas. Quarta-feira, dia marcado para esta audiência, está, digamos, concorrendo com a instalação de diversas comissões de medidas provisórias. Há dez Comissões sendo constituídas agora, a partir das 3 horas. Eu mesmo sou Presidente de uma das comissões, sou membro de outra de medida provisória. Então, nós estamos com dificuldade da presença dos Senadores, mas eles devem estar chegando ao longo das exposições e, certamente, terão muito a acrescentar às sugestões e às manifestações que vão aqui ser feitas.

Eu consultaria os nossos convidados sobre como oferecer a ordem das falas, se existe alguma sugestão. O nosso Conselheiro José Fernandes de Lima pede a palavra e, se puder ajudar sobre se essa ordem estaria adequada ou não, estamos abertos para fazer aqui as falas da forma que ficar combinado com os nossos convidados.

Por favor, José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Eu, vendo daqui a ordem, não vejo grandes dificuldades, mas quero me colocar à disposição, se for possível, para começar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Se for eu a começar, tentarei fazer um pouco da história desse processo desde alguns anos atrás, não somente a partir da Lei nº 13.005. Se for o caso, submeto, obviamente, aos colegas e peço que controle para eu não falar muito, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O tempo será de 15 minutos, podendo ser...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Eu estou com um problema com o meu horário. Tenho uma reunião com o ministro, que é quase sobreposta a esta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Você quer falar primeiro então?

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Se for o caso, eu posso abrir mão, não tem nenhum problema.

O SR. ÍTALO DUTRA – E o Chico também tem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Você pode falar por último? (*Pausa.*)

O Ítalo fala por último, então vamos lá. Ítalo seria o quinto, quem abre é o Antônio Neto, o José Fernandes é o segundo.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Quantos minutos para cada um?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quinze minutos no máximo.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Tem muito tempo. Acho que é melhor o Lima começar, porque ele vai fazer um histórico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então vamos oferecer ao nosso Conselheiro José Fernandes de Lima, representando o Conselho Nacional de Educação. Ele abre o nosso debate, a nossa palestra. Em sequência, nós vamos ter o Antônio Neto. Na sequência do Antônio Neto, o Chico Soares, depois o Aléssio e, encerrando, teremos o Ítalo.

Então, com a palavra o professor José Fernandes de Lima.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Obrigado, Senador Fernando Coelho. Eu quero cumprimentar todos e todas aqui presentes, os nossos colegas aqui da Mesa, Francisco Soares, o Ítalo, também o Antônio e aqui o Aléssio, e todos que estão nos ouvindo e participando desta reunião.

Eu vou falar da seguinte forma: o Ministério da Educação está construindo um documento que tem este nome, Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento dos Estudantes, está fazendo isso em decorrência de uma lei. A lei que criou o Plano Nacional de Educação estabeleceu um prazo até o próximo São João, para que o Ministério encaminhe ao CNE esse documento, e diz que esse documento deve configurar a Base Nacional Comum.

Nós poderíamos gastar um certo tempo aqui discutindo o que é que significa configurar. Mas eu vou dar um passo para dar oportunidade para os colegas e, se for possível depois, vamos fazer um pouco essa discussão.

A primeira coisa que eu gostaria de chamar a atenção é o seguinte: nós temos um prazo determinado, mas nós não podemos perder de vista que nós estamos discutindo um assunto que não é tão novo. Existe um prazo legal, mas essa é uma discussão antiga. Muito já foi dito sobre esse assunto e muita coisa já está, inclusive, na lei. E aí é muito interessante que quando fizermos essa discussão, quando quisermos propor qualquer documento, qualquer modificação, não percamos de vista que já existe uma lei, que foi, inclusive, feita por esta Casa há muito tempo, com debate com toda a sociedade.

Outra coisa que também considero da maior importância é que, embora possa ser um documento com um certo limite, na realidade tem tudo a ver com um debate sobre a educação que nós queremos e qual é a qualidade de educação que nós queremos. É um documento pequeno, mas ele faz parte de um grande debate.

Na realidade, o que nós estamos debatendo é isto: a agenda de educação do nosso País. E eu digo: como é que se constrói uma agenda para a educação? Uma nação que se quer soberana deve ter uma agenda de educação, e uma agenda de educação pode responder a muitas questões, mas não pode deixar de responder a estas quatro que eu estou colocando: para quem deve ser oferecida a educação, quer dizer, quem são as pessoas; para que, o que é que nós pretendemos com essa educação; o que é que nós devemos ensinar e como deve ser ensinado

E aqui eu queria chamar a atenção para um dado interessante. A construção de uma agenda educacional é um motivo de disputa, sim. Porque nem todo mundo pensa de forma igual e ninguém está autorizado por si só a escrever essa agenda de educação. Ou é uma agenda escrita pela sociedade ou ela não tem valor. Por mais brilhante que seja o indivíduo, genial, ele não está autorizado a escrever uma agenda de educação e impor para o País. Então, tem que haver essa disputa, tem que haver essa discussão. Necessariamente, nós não chegaremos a um consenso, mas chegaremos a um entendimento daquelas coisas que precisam ser colocadas. Nesse sentido, esta Casa aqui sabe fazer isso muito bem, já tem feito.

Só para dizer que essa conversa não é tão nova, em 1932 o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação já dizia: “Toda a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade”.

Nós dissemos no Parecer nº 7, de 2010 (CNE) que o conceito de qualidade de educação é uma construção histórica, que assume diferentes significados, em tempos e espaços diversos, depende de quem fala. Para você, pode a educação de qualidade ser desse jeito, para mim não é necessariamente desse jeito. Então é, sim, um espaço de disputa e está em jogo a discussão sobre o projeto de educação.

Mais uma vez, nós estamos falando que esse documento deve configurar a Base Nacional Comum. A discussão da Base Nacional Comum, eu digo mais uma vez aqui, tem a ver com uma ampla discussão sobre o nosso projeto de nação, sobre o nosso projeto de educação.

A nossa sorte é que nós não precisamos começar do zero. Eu comecei dizendo que já existe um acúmulo e já existe legislação sobre isso. Vou pedir permissão aos senhores para citar as normas feitas aqui, por esta Casa, que já orientam. A Constituição Federal responde às duas primeiras perguntas, quando diz no art. 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Eu separei aí o art. 205 em dois pedaços, para mostrar que esse primeiro pedaço está dizendo para quem. A nossa Constituição está dizendo que a educação é para todos. Então, se você tem uma educação ou vê alguém defendendo uma educação que não é para todos, não oferece a mesma qualidade para todos, está errado, está fora do que propõe a nossa Constituição. E mais: “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, respondeu à segunda pergunta: para que é que nós queremos educação? Queremos para essas três coisas. Então, tendo em vista que esse é o documento maior da nossa Nação, sempre que nós formos avaliar qualquer documento que esteja sendo feito agora, nós não deveremos perder de vista essas informações.

Quando a Constituição Federal tenta responder à terceira pergunta, que é o que ensinar, ela é menos explícita, apenas diz, no art. 210, que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum; que o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, etc. Mas ela vai mais timidamente tentando responder a essas questões.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação discute, com um pouco mais de detalhes, o que ensinar – ela já apresenta o que ensinar.

A lei começa, no art. 9º, estabelecendo que:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

.....
IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio [...] de modo a assegurar formação básica comum.

Mais adiante, quando chega aos arts. 26, 26-A, 27, 32 e 33, a LDB começa a listar os assuntos que precisam ser ensinados.

Aqui eu coloquei o art. 26. A transparência fica muito cheia, muito carregada, e a letra está muito pequena, mas eu queria só que os senhores prestassem atenção nas várias letrinhas verdes. Essas letras verdes são decorrentes de modificações que a LDB já recebeu nesta Casa como aperfeiçoamento dessa legislação.

Então, o que diz o art. 26? “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base [...] comum.” E determina, no §1º: “[...] devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política [...]”. Deve haver ainda o ensino de arte, educação física, história do Brasil e assim por diante. E vários assuntos foram sendo acrescentados, como, por exemplo, sociologia, filosofia, espanhol. Todos foram acrescentados depois da LDB.

O art. 26-A introduz a história da cultura afro-brasileira e indígena.

O art. 27 fala um pouco do cuidado que deve ser tomado, estabelecendo que esses conteúdos devem ser trabalhados levando em consideração a difusão de valores fundamentais, o interesse social, a orientação para o trabalho, e assim por diante.

Estou falando isso porque esses são os critérios que devem ser levados em consideração na análise que o CNE deverá fazer ao receber o documento. Ao receber o documento, o CNE, obviamente, terá que verificar se esse documento contribui para a melhoria da educação; se esse documento está de acordo com a legislação que já foi produzida no Brasil.

Vou passando mais depressa.

O art. 33 fala do ensino religioso.

Além da LDB, nós temos as diretrizes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Três minutos mais.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Três minutos.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Está ótimo. Eu chego lá.

Temos as diretrizes curriculares nacionais, que também procuram explicitar um pouco mais a Base. Dizem aqui o que realmente é a Base Nacional Comum, ou seja, são os conteúdos, os conhecimentos, os saberes produzidos culturalmente e expressos inclusive nesses textos e no que foi produzido por esta Casa.

Acho que posso até parar neste dado. A Base Nacional Comum, desse modo, tem uma definição na Constituição Federal, na LDB e nas diretrizes curriculares. Há quem advogue que essa questão está resolvida, que é uma perda de tempo e que nós nem precisamos mais fazer nada. Basta ler esses documentos apresentados. Obviamente, há outros que defendem que nós precisamos detalhar mais esses conhecimentos, apontando o que os professores precisam fazer a cada ano, em cada etapa, e assim por diante. É isso que está sendo feito, é essa discussão que está sendo feita.

Se a discussão é acirrada, se os documentos produzidos até agora não atendem ao que cada um considera, que se contribua para fazer com que isso aconteça.

No meu ponto de vista, acho excelente, fico entusiasmado com o fato de o Brasil estar discutindo a questão da educação. É muito bom que isso aconteça.

Esse documento será encaminhado ao CNE, que deverá recebê-lo e fazer uma análise com essa Base...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Não há tempo para se pronunciar, mas, obviamente, há interesse de que esse pronunciamento aconteça o mais depressa possível. Se homologado pelo Ministro, obviamente deverá ser obrigatório em todas as escolas do Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado ao nosso Conselheiro José Fernandes de Lima.

Eu vou convidar o meu amigo e ex-Ministro da Educação, Senador pelo Distrito Federal, companheiro Cristovam, para ficar na Presidência, porque eu tenho que ir à comissão mista da medida provisória. Mas eu volto dentro de 15, 20 minutos. Portanto, nesse intervalo, esta audiência será presidida pelo Ministro Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Assumo a coordenação, passando a palavra ao Prof. Ítalo Dutra, Diretor de Currículos e Educação... Desculpa, ao Sr. Antônio Neto, Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Boa tarde a todos os presentes.

Quero saudar a Mesa, agora com o Senador Cristovam Buarque, que já foi Ministro da Educação – isso é importante –, e dizer que venho aqui hoje, representando o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), para trazer ao debate essa discussão da Base Nacional.

O Consed, hoje, tem a necessidade de apresentar um posicionamento, uma vez que reúne secretários que respondem por quase 90% da oferta de educação pública no Brasil. Então, o nível de responsabilidade para a aplicação de qualquer política educacional é extremamente alto, e o Consed entende que é necessário estabelecer um posicionamento em relação ao que se discute hoje sobre a Base.

Quero deixar aqui também frisado que, embora muitos secretários ainda detenham, em suas redes, a oferta de ensino fundamental, basicamente os Estados trabalham com o ensino médio. E é justamente no ensino médio que nós estamos encontrando os maiores desafios a serem enfrentados na proposta da Base Nacional.

O nosso amigo Aléssio, que está aqui, da Undime, vai tratar do fundamental, mas nós gostaríamos de estabelecer também uma visão mais completa do que estamos entendendo hoje sobre a Base.

O primeiro ponto para o Consed é que a Base é um momento histórico importante para o País. Eu me alinho aqui com o Lima, que colocou a visão histórica da Base. Já existem premissas legais para que tenhamos uma Base Nacional Comum – isso é um fato importante. Mas o Consed entende que é necessário que essa Base tenha qualidade. A partir daí, nós precisamos tratar de algumas recomendações importantes na nossa visão.

É importante para o Consed colocar questões conceituais nessa discussão. Primeiramente, o entendimento do que seria realmente uma base. É uma base ou é um currículo nacional? Esse ponto é importante para darmos um passo a seguir. Se entendemos que é um currículo já pronto, precisamos observar se este País, na sua dimensão, é capaz de aplicá-lo de forma uniforme – se é isso que a Base quer para o País inteiro.

Após lermos o primeiro documento do MEC e já observando algumas contribuições que estão presentes na primeira discussão do documento, entendemos que o primeiro ponto é: temos que ter a perspectiva de viabilizar uma formação integral dos jovens, ou seja, não estamos falando apenas de competências meramente cognitivas, mas daquelas que fazem com que esses jovens consigam se situar neste século XXI e ter sucesso na vida. E aí vai muito além de apenas definir alguns conteúdos. Isso já cria um problema adicional para a construção de uma base.

É preciso estabelecer e promover efetivamente direitos de aprendizagem, como está ali na Base. Mas como organizá-los para que criemos exatamente essa formação integral?

Outro ponto é que essa Base, entendida como uma premissa para a construção de currículos, deve realmente possibilitar a inovação na educação básica. Nós precisamos dar possibilidade para que as diversas redes, sejam estaduais ou municipais, tenham condição de criar currículos que sejam efetivamente voltados para a sua juventude. Aliás, acho que este é o ponto principal na fundamentação do Consed hoje: a ideia de que a Base deve se organizar, assim como estava colocado na Constituição, no art. 205. Deve estabelecer competências claras sobre a formação dos nossos jovens, ou seja, deve, pelo menos, ter uma perspectiva de chegada, pensar aonde nós queremos chegar na formação desses jovens, colocando essas competências, e não os conteúdos, colocando o jovem no centro dessa discussão. A ideia que nós queremos passar é de que toda essa Base deve estar a serviço da formação da juventude, e a juventude tem que ter um papel extremamente preponderante na formação desses currículos.

Bom, o que nós observamos hoje, no documento que temos da Base, é que, inicialmente, os próprios enunciados da Base não deixam claro para nós, efetivamente, qual é a formação que queremos, aonde queremos chegar. Essa confusão está sendo colocada para nós com uma certa preocupação, uma vez que, no início, não estabelecemos, como o Prof. Lima bem colocou, qual é a nação que queremos, aonde queremos chegar. Esta pergunta é fundamental e estratégica: que jovem, que juventude nós queremos formar neste século? Só podemos responder a essa pergunta construindo um documento extremamente coerente do início ao fim. Se eu tenho essa pergunta, consigo organizar o documento por dentro. O que nós vemos hoje no documento é que essa pergunta não está feita e não está respondida claramente.

Nós observamos, no documento, que os próprios objetivos de aprendizagem que estariam relacionando as várias etapas de formação não estão coerentes, não estão coesos e não estão possibilitando uma progressão na formação. Ou seja, se nós sabemos que tipo de formação nós queremos, quais são as competências claras na habilidade de domínio da língua, as competências para o raciocínio lógico e da convivência social, se temos claro isso, nós teremos como organizar, depois, todas as áreas de conhecimento para desenvolver essas competências. Esse desenho talvez não esteja presente hoje na Base, e nós encontramos algumas incongruências da educação infantil nos anos iniciais, nos anos finais e até chegar ao ensino médio. Então, a nossa proposta é que a Base consiga ter um sentido de progressão claro, desde a educação infantil até o ensino médio, para que possamos, efetivamente, colocar a Base a serviço da construção de currículos extremamente coesos e viáveis para as redes estaduais e municipais.

A nossa fala aqui vai no sentido de pensarmos numa estrutura para a Base que trabalhe os objetivos de aprendizagem, de forma encadeada; que contenha níveis de complexidade, do mais simples para o mais complexo; e na qual os textos de introdução dos objetivos estejam extremamente conectados com aqueles objetivos que se quer apresentar, para que possamos organizar todos os componentes curriculares em prol desse desenvolvimento. Basicamente, esse é o pensamento estrutural que estamos colocando.

Na nossa perspectiva, hoje, teríamos condição de fazer um ótimo trabalho pelo que já está documentado, pelo que já está construído na Base dentro da educação infantil até o ensino fundamental – anos finais –, fazendo uma ressalva que talvez o Aléssio venha a colocar aqui e que eu considero um ponto importante: a educação infantil precisa estar mais objetivada, precisa estar mais conectada com os anos iniciais e no processo de alfabetização. Para mim, isso ainda não está claro na Base Nacional Comum.

Precisamos definir claramente padrões de desempenho. Isso é importante para quem faz gestão de política pública.

Um dos pontos que observamos é que, na Base, não está claro que padrões de desempenho nós queremos em cada etapa da escolaridade. Isso pode ser um risco, na medida em que nós não consigamos avaliar exatamente aonde cada jovem pode chegar sob o ponto de vista da aprendizagem. Esse é um ponto importante para nós.

É necessário tornar mais precisa a redação dos objetivos, como eu falei, e apontar claramente sistemas integradores, uma vez que esses sistemas integradores são fundamentais no processo de contextualização dos conhecimentos.

Bom, há outro ponto importante. Nós precisamos definir exatamente os limites de atuação da Base Nacional. Como iniciei aqui a minha fala, essa Base já é o currículo, ou essa Base é a premissa para a construção curricular? Vejo que essa discussão, no Brasil, ainda está muito pouco clara, e há uma confusão nessa discussão, porque, quando se fala muitas vezes em Base Nacional Comum, está-se construindo uma ideia de currículo. A própria construção da Base com os 12 componentes curriculares, conforme está montada, pode ser um grande dificultador.

A despeito do que o Prof. Lima colocou aqui e que eu acho que foi uma pontuação extremamente importante do histórico de construção legislativa para a educação, é preciso ver exatamente um ponto que é desafiador para nós hoje.

No ensino fundamental, não estamos discutindo muito a quantidade de componentes curriculares, embora entendamos que a Base, hoje, precisa ser muito mais enxuta do que o é. Ela precisa ter um caráter de essencialidade que hoje não consegue transmitir. Mas, quando apontamos para o ensino médio, nós vemos um grande dificultador. Basta olharmos para o Brasil de um modo geral. Hoje, no Brasil, as redes estaduais trabalham com pouquíssimo tempo de permanência do aluno na escola: 4 horas diárias para 12 ou 13 disciplinas, dependendo do Estado. No Estado do Rio de Janeiro, há ensino religioso obrigatório no ensino médio. Acho que é o único Estado no Brasil em que existe isso. Então, cria-se um adicional de tempo a mais para o aluno. O fato é que, somente no Brasil, existe um ensino médio dessa natureza, com 12 disciplinas, 4 horas diárias e 30 horas semanais. Então, se há hoje um desempenho pífio no ensino médio, nós não podemos esperar nenhum desempenho milagroso com essa estrutura que temos.

O que eu quero dizer é que esse momento histórico da Base é também um momento histórico para estabelecermos aquilo que entendemos que a juventude precisa alcançar. E nesse momento eu acho que precisamos fazer um olhar para toda essa legislação que temos e nos perguntarmos se isso que nós temos hoje atende às expectativas da nossa juventude.

Esse é um debate claro, que é o debate do Consed, é o debate do ensino médio, é o debate da Base como um todo – mas basicamente do ensino médio. O ensino médio hoje é o grande desafio do Brasil e, se nós seguirmos com a estrutura que temos, talvez façamos apenas um currículo nacional. Podemos, talvez, restringir grandes projetos inovadores de ensino médio que já estão em execução no Brasil e que talvez sejam frustrados se errarmos a mão na hora de construir a Base Nacional. Esse é um ponto importantíssimo.

Agora, há questões claras. Uma vez ditado como seria esse processo de discussão e de contribuição, feita a Base, temos de ter um calendário de implementação. Isso é um fato. Já sabemos que deveremos construí-lo, mas há questões que são práticas dentro da Base, sobre as quais nós precisamos nos debruçar, como a questão de haver uma nomenclatura clara, que passe todas as áreas de conhecimento; que tenhamos exatamente um documento coeso.

Para finalizar, eu só queria deixar um desenho de construção que entendemos importante. O desenho da Base é: a construção de objetivos de aprendizagem; uma pergunta inicial de aonde nós queremos chegar; as competências fundamentais que queremos que se desenvolvam nessa juventude desde a educação infantil até o ensino médio, de forma elementar, ou seja, aquilo que essencialmente a juventude precisa ter em cada etapa, e que cada currículo precisa atender no Brasil, do ponto de vista da Matemática, da Língua Portuguesa, da área de Humanas, das Ciências da Natureza.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Nós precisamos fazer esse esforço para além dos componentes. Essa Base será, necessariamente, a base para a construção dos currículos; e esses currículos, necessariamente, serão operados em matrizes curriculares em cada unidade escolar.

Então, esse é um desenho que nós entendemos que começa na Base, mas a Base precisa dar essa liberdade, para que construamos um caminho coerente de formação da educação infantil até o ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Secretário. Passo a palavra agora ao Chico Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – É uma satisfação estar aqui.

Eu queria começar agradecendo à Comissão de Educação do Senado o convite para o Inep, mas devo começar deixando muito claro que quem fala pela Base no MEC é a SEB. Então a fala do Ítalo Dutra, que é o Diretor de Currículos e Educação Integral, é a fala do MEC em relação à Base Nacional. Portanto, eu vou me ater aos impactos da Base no Inep.

Como todos devem saber, o Inep é o órgão que faz, no caso da educação básica, duas atividades importantes: a atividade do censo e a atividade da medida dos aprendizados. Mas eu queria dar a esses dois elementos uma dimensão que não é usual – dizer que a função do Inep é o monitoramento do direito à educação.

Percebam: já nesse início aqui, nós começamos a observar uma coisa que é endêmica na educação, que é nos referirmos a dimensões da educação sem defini-las bem. Então, temos dificuldade em dizer exatamente qual é o direito à educação. No concreto, o que é a educação? E aqui o Inep tem uma contribuição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Boa sorte. O Secretário tem uma missão difícil. Boa sorte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – É, o ensino médio.

Mas percebam: quando estamos falando de educação, eu trago, baseado na experiência do Inep, a seguinte formulação: a educação é de qualidade quando três dimensões foram atendidas, e, aproveitando o que o Secretário Neto falava, em função do aluno. Esse aluno tem de ter acesso a uma escola – isso é fácil, medimos pelos censos do IBGE; depois, ele tem de ter um progresso, uma trajetória dentro dessa escola – eu já falo que trajetória é essa; e finalmente, durante esse período, ele tem de ter adquirido os aprendizados – como o Prof. Lima colocou –, aqueles aprendizados de que ele precisa para a vida. Então, eu tenho três dimensões muito claras para concretizar a educação.

Mas agora, antes de continuar, eu queria trazer a dimensão da qualidade. O que é educação de qualidade? Se a nossa reflexão de concretização estiver correta, vamos dizer que a educação é de qualidade quando a criança tem acesso a uma escola que tenha condições. É uma escola que tem de ter infraestrutura, corpo docente e projeto pedagógico. A educação será de qualidade se a trajetória da criança for regular. Perceba: não é demais sonhar que a criança, aos seis, esteja no primeiro ano; aos sete, no segundo; que ela complete o ensino fundamental, que ela vá para o ensino médio. Então, é a trajetória regular.

O Inep, recentemente, conseguiu sistematizar os dados. Nós temos os dados do Censo por aluno desde 2007. Deixe-me sublinhar isto: nós sabemos a trajetória de cada aluno pelo nome dele, pelo nome da mãe, pela escola, sabemos a trajetória de todos os alunos que estavam em 2007 na escola. Não preciso lhes dizer que hoje nós já podemos voltar àquela escola e nos perguntar: onde estão os que estavam aqui em 2007? E aí a desigualdade já começa a se estabelecer – uns já estão no ensino médio. E os outros? Os outros desapareceram.

Educação de qualidade é uma educação concretizada. Nós temos na educação – no Brasil, de forma geral – uma enorme dificuldade de falar. Por isso é que nós sempre falamos em qualidade sem dizer o que é. E agora há uma coisa que eu vejo como muito ruim, que é adjetivar a qualidade, naturalmente para os excluídos – porque não precisamos para nós. Quando se fala em educação social de qualidade, sem definir o que é qualidade, ficamos pensando: vão me negar alguma coisa. Então, a contribuição do Inep é acesso a uma escola com condições, é trajetória regular e é aprendizado.

O Prof. Lima falou sobre os aprendizados e eu só tenho de concordar com ele. Percebam que estou usando a palavra “aprendizados” no plural, porque eu vejo três dimensões: os técnicos e científicos, que são aqueles muito associados com a experiência escolar; os atitudinais, os socioemocionais – por exemplo, conviver com diferenças, algo que no Brasil é absolutamente fundamental. Não existe o brasileiro típico, portanto isso é algo importante, que tem de estar no projeto pedagógico. E, finalmente, no círculo mais externo eu colocaria as habilidades – e aí a palavra “habilidade” não soa bem – que são éticas e sociais, cidadãs.

Mas uma sequência não exclui a outra. É cinismo eu dizer que o aluno vai aprender cidadania se ele não sabe leitura. A leitura, portanto, e eu vou trabalhar nesse sentido, seria o meu eixo condutor. Quando estamos falando de aprendizados, eu vou dizer o aprendizado da leitura, para conduzir a segunda parte da minha fala.

O Inep está muito envolvido em medir a leitura. Por que temos de medir? Porque o direito é de todos, e a única maneira de eu atingir milhões de alunos é ter um processo sistematizado – esse eu é o Estado. É completamente diferente quanto estou me referindo à relação do professor com seu aluno, numa turma. Aí eu não preciso de medida. Mas nas redes, os sistemas municipais, estaduais ou o que for, nós precisamos ter medidas gerais.

Nós temos três medidas. A primeira é a medida da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que ocorre a cada dois anos. Já ocorreram dois ciclos e nós divulgamos, ano passado, os resultados do primeiro e do segundo ciclo. Nós tivemos oportunidade de divulgar conjuntamente, para que pudéssemos apresentar uma escala, apresentar interpretações.

Já desapareceu do debate o resultado terrível que nós apresentamos, mas isso não deveria desaparecer. O nosso sucesso no acesso é enorme e nos orgulha. Mas depois de três anos, dos alunos, temos 20% que não sabem nada; que sabem muito pouco, que sabem aquém do que oferecemos.

Então, quando falamos de Base Nacional Comum, a pergunta que eu, como Inep, vou fazer é a seguinte: o que a criança, aos oito anos, deve saber? Novamente, é um pedido para uma explicitação do que é estar alfabetizado. Se eu não tenho uma definição do que é estar alfabetizado, dificilmente vou conseguir verificar se o direito de estar alfabetizado foi atendido ou não.

Aqui, a discussão da Base é absolutamente fundamental. Há muita discussão que diz que estar para aprender a ler... Eu gosto muito desse quase jogo de palavras: você está alfabetizado quando deixou de aprender a ler e passou a ler para aprender. Você ganhou autonomia.

Pois bem, há todo um esforço teórico que diz que eu aprendo a ler quando sou capaz de decodificar, descobrir que as letras estão associadas com sons; e eu aprendo a compreensão. Então, tenho estas duas dimensões: a decodificação e a compreensão. Estou aqui falando, não existe decodificação envolvida. A minha fala está indo para o cérebro e vocês estão me entendendo, se estão me entendendo.

Então, nós precisamos dizer o que é estar alfabetizado, para que, então, o Inep possa dar uma estatística que diga onde há e onde não há alfabetização. Se não fizermos isso, já sabemos quem vai pagar: aqueles que precisam mais das definições claras.

A vacina foi muito importante porque ela disse: “Olha, se você não se vacinar, você corre o risco dessa ou daquela enfermidade.” Pois bem, na educação fundamental, estar alfabetizado é o início, e a Base vai nos dizer. No dia em que nos disser, nós vamos mudar os nossos testes de acordo com isso. Mas, percebam, a discussão é importante.

Estou falando de leitura, mas eu expandiria isso, é uma discussão grande. O ensino fundamental, no limite, é um projeto de leitura. Se os nossos estudantes saíssem do ensino médio com capacidade de ler textos – e eu falei médio, não falei fundamental –, entender esses textos e se expressar com uma complexidade adequada à cidadania, seria um grande sucesso.

No ensino fundamental nós temos a Prova Brasil, no quinto e no nono anos. Ela nos dá os insumos para produzir o Ideb, que é a bússola da educação básica brasileira. Como deve ler, o que deve ler um aluno do ensino básico de 11 ou de 14 anos? Essa é uma resposta que a Base tem de nos dar. Qual é a complexidade do texto que um aluno de 15 anos deve ler no Brasil?

O meu colega português, discutindo comigo, e a língua é a mesma, me disse: “Chico – todo mundo me chama de Chico, e eu não acharia ruim, depois de o Papa Francisco ser chamado de Francisco, mas como já sou Chico Soares –, o nosso texto está dois anos à frente do de vocês. Então, o que vocês estão dando para crianças de onze anos é o que nós damos para crianças de nove anos.” Eu não sei se isso é correto; isso foi um encontro num congresso. Mas isso é algo que a nossa Base tem de tratar. Temos de ter expectativas claras de aprendizado.

Eu caminho agora para o Enem, que é o terceiro exame que nós temos. Temos a Avaliação Nacional da Alfabetização, a Prova Brasil e o Enem. A questão da leitura está lá, mas o Enem pauta o ensino médio. Na realidade, ele enjaula o ensino médio. Todo mundo acaba organizando o seu ensino médio em função do Enem. Isso gera muitas dificuldades, mas há algumas vantagens importantes.

O Enem é um padrão nacional. O País, a cidadania, o direito à educação implica padrões. Eu não posso terminar o ensino médio sabendo aqui menos do que ali. Insisto: neste instante estou focado numa coisa simples, mas essencial, que é a leitura.

Bem, o Inep poderia, ainda, contribuir muito na questão da linguagem pedagógica. Por que é tão difícil a educação caminhar? Um dos motivos é que nós usamos as mesmas palavras para conceitos completamente diferentes, ou pelo menos não concordantes. Existe até um certo cansaço, a pessoa fala: “É impossível na educação.”

Eu gosto de fazer uma comparação com a Medicina, que tem a CID, Classificação Internacional de Doenças. Você é atendido lá no sul do Chile, vai para Fortaleza, e o médico entende; de Fortaleza vai para Vladivostok, e o médico entende. Eles se comunicam com alguma coisa internacional. Nós nunca vamos ter isso na área da educação, mas precisávamos convergir para algumas coisas, o que nos ajudaria muito. Então, a Base também vai nos dizer isso.

O Secretário Neto dizia que ele sente falta de uma linguagem, mas, grosso modo, quando ele falava de competências – eu prefiro, aqui, o termo habilidades, e isso já mostra a necessidade da discussão – falava em três níveis: eu tenho o nível do lembrar, eu tenho o nível do compreender e eu tenho o nível do aplicar.

Todos temos de saber que 8 vezes 7 é 56, isso faz parte. Isso é pouco, mas sem isso eu não caminho. O que me interessa, entretanto, é: adquirido esse conhecimento, colocar esse conhecimento dentro da vida. Mas aí eu preciso ter uma linguagem: essa seria a linguagem da Base Nacional Comum. Quer dizer, a Base também pode criar uma linguagem pedagógica.

O fato de não termos linguagem pedagógica tem um custo. E qual é o custo? É o custo das crianças que não aprendem o que precisam para sua progressão e, depois, dos jovens que não aprendem o que precisam para sua inserção.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Eu termino, então, dizendo que o Inep está colaborando, e terá de mudar os seus testes depois que a Base for promulgada. Nós temos capacidade de fazer isso, e faremos isso com toda satisfação. Como o Secretário Neto pediu, haverá um prazo de transição, mas a discussão da Base, insisto, é absolutamente fundamental, não só para garantir direitos, mas também para diminuir desigualdades.

Permitam-me me estender um pouquinho.

Eu falei muito de direitos. É muito importante para mim dizer que, primeiro, vem o direito. Há muitos liberais que gostam de falar em igualdade de oportunidades. E eu olho para a criança chegando à escola aos seis anos: não é igualdade. Alguém tem de se responsabilizar e dizer que está mais do lado de cá, do Estado, da família, a responsabilidade de garantir-lhe o aprendizado. Agora, falar de meritocracia aos seis anos, aos sete anos... Aí é mais difícil ainda.

Entretanto, quando você terminou o ensino médio, está chegando à universidade, é razoável dizer: “Estudou”. Eles todos tiveram condições, você optou. Então, existe uma maneira de pensar, de princípios, em que também a Base deve nos ajudar. Se dependesse de mim – e só posso falar agora por mim, é pessoal – eu diria que a Base, primeiro, é para garantir direitos, para reduzir desigualdades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Prof. Chico.

Eu vou pedir aos que vão falar depois uma coisa difícil: uma redução no tempo. Normalmente, nossas sessões ordinárias começam às 16h, mas hoje começou bem mais cedo, porque estamos discutindo um projeto relacionado ao pré-sal, à Petrobras, à exploração do petróleo. Eu vou querer falar também, mas vou restringir a minha fala a cinco minutos. Eu gostaria que cada um falasse em cinco minutos também. Pode ser? Se for o caso, pedimos que se faça outra audiência no futuro. Cinco minutos.

O SR. ALÉSSIO COSTA LIMA – Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, em nome da Undime, eu gostaria de agradecer o convite formulado por esta Casa para discutir esse tema juntamente com as demais autoridades que se encontram à Mesa e saudar todos em nome do nosso Exmº Senador Cristovam Buarque, que preside esta reunião.

Muito do que eu iria dizer sobre o porquê de construir uma Base Nacional Comum já foi, inicialmente, colocado pelo nosso colega Lima, todo o marco legal que sinaliza a necessidade de se ter uma Base Nacional Comum Curricular. Então, não é uma questão de querer, trata-se de uma questão que já está posta na lei, devemos atender todos esses dispositivos legais, tanto os da LDB como, agora também, do Plano Nacional de Educação. E ressalto essa questão maior que o Chico Soares traz para nós: antes de tudo, o porquê da Base, que é muito mais assegurar direitos, realmente, à aprendizagem para toda e qualquer criança brasileira, esteja onde estiver neste nosso País e, assim, promover um tratamento com mais equidade para todas as crianças brasileiras.

Do ponto de vista das gestões municipais, nos perguntamos por que construir uma Base Comum. Temos 5.570 Municípios que enfrentam as mais diversas dificuldades pela não existência de uma Base Nacional Comum Curricular. Pontuo algumas destas dificuldades aqui.

A primeira é a questão da indefinição sobre a especificidade dos programas de formação inicial de professores. Temos uma diversidade de currículos, o que está sendo formado, como está sendo formado e para quem. Há uma diversidade e nem sempre isso vem ao encontro do que a escola realmente precisa.

Segundo: as divergências dos conteúdos que são trabalhados, tanto pelos professores na sala de aula como daqueles conteúdos que são utilizados como objeto de avaliação e aferição pelas avaliações externas.

Por fim, essa questão da insuficiência que percebemos em alguns locais para o desenvolvimento de propostas curriculares próprias. Assim, a Base iria contribuir para orientar todos esses processos de construção de propostas curriculares e projetos político-pedagógicos das unidades de ensino.

Percebe-se, também, que a construção, a definição de uma Base Nacional Comum, a exemplo do que preceitua a legislação, vem corrigir uma distorção no nosso sistema educacional brasileiro. No Brasil – o Chico, que compõe a Mesa, é testemunha – avançamos na questão da avaliação educacional em larga escala. O País, hoje, tem matrizes nacionais de avaliação e não tem uma matriz curricular nacional comum – inverteu-se a ordem natural dos fatos. Então, o que se percebe hoje no Brasil é que temos avaliações que ditam o currículo – a partir dessas avaliações externas, muitos professores têm norteado a sua prática, passando a ensinar aquilo que é avaliado – e as aprendizagens que são decorrentes desses currículos que são trabalhados por esses

professores. Sabemos que, com a definição da Base Curricular, teríamos essa ordem restabelecida: definindo primeiro a Base, teríamos a definição desses currículos de forma mais clara, transparente e objetiva; a partir de currículos sólidos, teríamos realmente processos de avaliação que levariam, de fato, a assegurar a aprendizagem que esperávamos ter dos nossos alunos.

É difícil falar em cinco minutos, né?

Só para concluir, eu queria colocar – vou pular essas aí – que a Undime está sendo muito questionada sobre o seu posicionamento em relação a todo esse processo. A partir de diversas consultas junto aos gestores municipais de educação, professores, educadores, percebe-se uma forte adesão e aprovação de todos a esse processo e, por isso, apoiamos e temos trabalhado junto com o Ministério da Educação, no sentido de construir a melhor Base para o nosso País.

E vendo esta necessidade de contribuir de forma mais institucionalizada, a Undime realizou, recentemente, uma reunião do seu Conselho Nacional de Representantes, que reúne uma média de 150 secretários municipais da educação de todo o País, todos os Estados estavam representados nessa reunião. Nesse seminário, durante dois dias, nós estudamos e elaboramos um documento preliminar no qual apresentamos algumas sugestões e considerações, algumas com relação à estrutura e ao formato que esse documento tem, o seu desenho.

Algumas coisas que coloquei aqui já foram citadas pelo meu colega do Consed, o Antônio Neto, mas observamos outras, como essa primeira, a questão de dar mais unidade aos textos introdutórios, apresentando uma organização mais uniforme. Em todo o documento, sentimos essas divergências entre os textos. Precisamos refiná-lo. Estamos num processo de construção, mas é preciso já observar e avançar nesse ponto.

É preciso justificar por que alguns componentes curriculares apresentam seu conteúdo por meio de eixos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e outros se organizam por unidade de conhecimento. Então, há essa divergência, que precisa ser clareada para o leitor antes mesmo de ele adentrar o documento.

É preciso também justificar por que alguns componentes se organizam por anos, e outros por ciclos, no que se refere aos tempos de cada etapa. Além disso, no caso da Arte, especificamente, é preciso que seja apresentada uma organização dividida em subcomponentes curriculares.

Então, entendemos que essas questões precisam ser melhor explicitadas e conceituadas para que o leitor possa ter uma leitura mais clara e uma boa compreensão desse texto. Assim como foi apontado pelo Consed, também sentimos a necessidade de ter um glossário ao final do documento para que se possa dar mais unidade a ele.

Outra contribuição se refere aos conteúdos desses documentos. Então, colocamos quatro questões.

A primeira é a necessidade de explicitação dos fundamentos e princípios norteadores do documento preliminar da Base – sentimos necessidade de dizer com mais clareza o que se propõe em cada uma das disciplinas, o que se espera, quais são, de fato, os objetivos de aprendizagem de cada um desses componentes curriculares, em cada uma das etapas.

Defendemos, também, a articulação e a coerência entre os textos apresentados pela Base e seus princípios orientadores e temas. Sentimos esta necessidade de clarear melhor esses objetivos de aprendizagem.

O terceiro, que também já foi ressaltado aqui pelo Consed e tem sido uma crítica recorrente, é a necessidade também de se ter muito clara essa questão da progressão dos objetivos de aprendizagem ao longo de cada ciclo ou cada série de aprendizagem dos nossos alunos. Como se dará a evolução dessa aprendizagem desde a educação infantil até o ensino médio? É importante que isso esteja muito claro e esteja claro para o professor o que a criança precisa aprender ao término de cada uma dessas etapas.

Por último, há essa questão da transição entre as etapas da educação básica, bem como a questão da transversalidade entre as modalidades. Então, tem que ficar muito clara essa sintonia da passagem da criança, sobretudo da educação infantil para o ensino fundamental. Aí sentimos necessidade de clarear mais os objetivos de aprendizagem, sobretudo da pré-escola, de cinco anos, que é onde a criança vai fazer a transição para o ensino fundamental – da forma como está, está muito uniforme e não consegue orientar, a nosso ver, o trabalho que precisa ser desenvolvido com essa criança. É preciso também observar essa passagem do ensino fundamental para o ensino médio.

Para finalizar, entendemos que, após a aprovação dessa Base Curricular Nacional – já pensando mais adiante – há a necessidade de se ter um documento orientador que traga duas questões: que discuta e indique a importância da formação continuada dos professores, bem como a necessidade de mudança nos currículos desses cursos de licenciatura e também do curso de Pedagogia, a fim de garantir, de fato, o cumprimento dos objetivos dessa nova base curricular. Segundo, que esse documento possa orientar o sistema de ensino em escola para a elaboração de uma proposta curricular que contemple a Base e a complemente com a parte diversificada. Entendemos que a construção e a aprovação de uma base curricular nacional comum não substitui o currículo, ela é um documento maior que vai iluminar a construção dos currículos elaborados pelas redes de

ensino estaduais e municipais e, a partir destes, os projetos político-pedagógicos das escolas. Então, são etapas que se somam nesse processo de construção e definição do currículo das nossas escolas. Isso é importante.

Além disso, sentimos uma ausência. É preciso que esse documento venha contemplar tanto as questões de natureza metodológica como as relacionadas à avaliação. Entendemos que não dá para pensar um currículo sem pensar na forma como ele será implementado e, mais ainda, que mecanismo, que proposta de avaliação é mais adequada para garantir a aprendizagem que se pretende desses nossos alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Prof. Aléssio, por sua manifestação.

O Senador Cristovam Buarque já tinha pedido a compreensão dos nossos palestrantes para reduzir a fala a cinco minutos tendo em vista que a Ordem do Dia já começou.

Antes de passar a palavra para o último, que é o Prof. Ítalo Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, quero apresentar as contribuições que estamos recebendo pelo portal e-Cidadania.

Gilberto Luiz Esposito, do Rio de Janeiro: “Apresento minha opinião, contrária à ideologia de gêneros, sou totalmente contra.

Christiano Montenegro, de Alagoas: “Exm^{os} Srs. Senadores, gostaria de saber se é prerrogativa do ensino público a educação sexual de crianças a partir dos 6 anos de idade, pois o Estado deve se preocupar em formar cidadãos e não sexualizá-los, é um ultraje essa atitude. Pura ideologia de esquerda”.

Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: “É preciso ver também a flexibilidade do currículo ante as mudanças do clima...”.

Com a palavra o Diretor de Currículos em Educação Integral do Ministério da Educação, Ítalo Dutra.

O SR. ÍTALO DUTRA – Boa tarde a todas e a todos.

Lamento que tenhamos que reduzir muito a fala, até porque a quantidade de discussões abertas a partir disso é grande.

Eu queria, então, ressaltar um aspecto fundamental para esse processo todo, que é a participação e a construção ampla de um processo dessa natureza. Temos pela primeira vez, eu diria, num documento com esse teor e com essa amplitude, uma discussão que chega a todos os brasileiros e brasileiras, seja por campanhas de TV, campanhas de rádio, acesso ao portal, discussões que estão sendo feitas em número muito grande em escolas – cuja documentação, que já temos toda, pode mostrar como essas opiniões e contribuições chegam à escola – mas também um debate que se abre para uma discussão e uma construção que são conjuntas desde o início.

A proposta preliminar que o MEC apresentou no dia 16 de setembro foi construída a partir de um conjunto de especialistas de universidades indicados pela Secretaria de Educação Básica – metade dessa comissão – e a outra metade, de professores da educação básica indicados pelas secretarias municipais, as Undimes estaduais, e secretarias estaduais de educação, professores de educação básica de escolas públicas.

Um importante passo, na verdade, nesse processo todo foi, finalmente, esse documento sair do MEC para um debate público, e não sair do MEC para ser apresentado como o documento da Base Nacional Comum – esse é um ponto importante desse processo. Havia a previsão inicial de esse documento ficar aberto à discussão por três meses, agora ampliada por mais três meses, ou seja, até 15 de março. Ou seja, esse documento estará sendo debatido socialmente, na imprensa, nas reuniões das escolas, em congressos nas universidades, em congressos estudantis. Haverá um posicionamento em relação a esse debate. Obviamente, chegar a um entendimento nacional não será um processo fácil, mas o Ministério da Educação tem optado por dar toda a transparência possível a esse processo.

O Portal da Base Nacional Comum Curricular foi criado com a finalidade de coletar informações e contribuições dos cidadãos em três categorias, uma de forma mais individual, e duas, mais coletivas, ou seja, qualquer tipo de organização, e privilegiando as unidades escolares de educação básica. Já foi recebido um número muito grande de contribuições, que estão sendo totalmente sistematizadas, todos os relatórios estão sendo colocados no próprio Portal. Todas as contribuições foram publicadas e identificadas – as pessoas, ao acessarem o Portal, deram anuência para que essas contribuições se tornassem públicas. Além disso, estamos tentando fazer toda uma construção e uma concertação no sentido de ouvir esse público ampliado no Portal, mas também ouvir sociedades acadêmicas e científicas.

Quero louvar, mais uma vez, o papel das Comissões de Educação da Câmara e do Senado, que têm feito audiências públicas, onde podemos também ampliar este debate a partir de consulta a especialistas que não fizeram parte da redação – todos os pareceres críticos já estão sendo colocados no Portal da Base Nacional Comum. Então, todo esse processo se abre para uma discussão em termos de participação que é bastante in-

tensa. São mais de 250 mil usuários individuais cadastrados, quase 37 mil escolas cadastradas, mais de 3.500 organizações cadastradas no Portal que estão dando contribuições.

Temos estimulado debates e discussões públicas. Só na equipe do MEC, juntando a equipe de especialistas que fizeram a redação do documento preliminar, temos mais de 600 reuniões registradas em todo o País. Estamos também coletando, junto a cada uma das escolas e organizações que deram contribuições via Portal, quantas reuniões fizeram, quem participou dessas reuniões e como foram organizadas. Então, é um processo de grande monta, a partir do qual esperamos ter informações suficientes que nos permitam constituir um arcabouço de opiniões, de sugestões e de debates que levem a um entendimento nacional – complexo, difícil – balizado pela garantia do direito, pela legislação brasileira, pelas diretrizes, pela LDB, para que possamos dar um suporte às escolhas que vamos ter que fazer a partir dessa ampla discussão nacional.

Então, eu só queria ressaltar a disposição do Ministério da Educação nesse sentido de fazer essa negociação aberta; da compreensão, inclusive, de que muitos dos aspectos que já foram apontados aqui como críticas já estão sendo adotados como diretrizes principais para a revisão da proposta preliminar. Esse relatório e essas diretrizes já constam do Portal da Base Nacional Comum, justamente apontando essas críticas pontuais que têm aparecido de forma bem geral: as questões da progressão, as questões que envolvem componentes curriculares específicos, as questões que envolvem a clareza e organização do documento, a questão da explicitação de conceitos mais gerais. Exatamente pelo ordenamento normativo em que a Base se coloca, por estar submetida às diretrizes curriculares, já tomamos a decisão de que o próprio documento da Base vai ter que repetir muitas dessas coisas que já estão na legislação, fazendo referência à legislação, mas para deixar claro que ela está submetida a um arcabouço normativo legal e, depois, normativo.

Eu só gostaria de ressaltar esse processo e a importância de eventos como este, que ampliam o debate para um número muito grande da população brasileira. Isso nos dá a segurança, digamos, de encaminhar um processo de construção que seja, de fato, nacional, que não seja a partir simplesmente daquilo que o MEC acha ou do que acha um grupo de especialistas que o MEC chamou para discutir, que seja colocado como um documento com esse impacto e com essa importância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Ítalo, pela compreensão.

Ofereço, agora, a oportunidade da palavra para o Senador Cristovam Buarque e, na sequência, para a Senadora Fátima Bezerra,

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vou tentar ficar nos cinco minutos que pedi que os outros ficassem. Eu queria até que marcassem o tempo.

Creio que estamos perdendo tempo com essa história de consultar 10 milhões de pessoas sobre um plano curricular. Juntem 30 pessoas que elas farão um primeiro esboço disso. Essa é uma questão mais técnica do que política, a dimensão política é pequena. Estamos repetindo o que fizemos com o PNA. Prometemos que o PNA resolveria, mas está aí, há dois anos já... Prometemos com o pré-sal: está aí, nem dava.. Eu sempre disse: o Brasil é grande demais para caber num poço de petróleo. E não está chegando... Agora estamos prometendo essa grande mobilização que não virá.

Além disso, não se faz uma base comum se você não tem uma base comum. O que é isso? Não se faz uma base comum curricular se o sistema educacional não tem uma base comum e é municipalizada a educação. É impossível ter uma base comum, concreta, sobre a qual fazer a base curricular. A teoria só vai funcionar se tiver uma base no real, e o real não é comum, é brutalmente desigual.

A primeira coisa para se perguntar é: qual é o sistema educacional que permite ter uma base comum curricular? O atual não permite. E, aí, sabemos do que precisamos: de uma carreira nacional do professor. Com as 5.570 carreiras municipais, não vamos ter uma base comum curricular. Precisamos de padrões de qualidade para as edificações. Não tem como um currículo bonito ir para uma escola feia. Terceiro: tem que ter um padrão comum de equipamentos, porque estamos no mundo da Informática. O aluno só vai aprender história, geografia e matemática se dispuser de coisas de que goste, que são as novas ferramentas. Quarto: tem que ter um horário integral.

Não dá para colocar em quatro horas – e em geral são duas ou três por dia – um currículo, não cabe. Por isso, há lugares que estão deixando de ensinar coisas básicas. Estamos falando em um currículo comum, e estão sendo eliminadas disciplinas. Finalmente: um ano letivo tem de ser sem interrupções, não há base comum curricular com meses de greve todos os anos, gente!

Então é isso. Deveríamos estar discutindo aqui qual é a base comum de que precisamos no Brasil na educação, para as 200 mil escolas, para os 2 milhões de professores, 53 milhões de alunos. Para isso, precisamos, sim, de uma base comum curricular.

O que precisamos saber? Primeiro, o propósito, o que queremos com isso. É simples! Desde os gregos queremos que os alunos aprendam a se deslumbrar com as belezas (arte); a entender o mundo (ciência); a ter um ofício para mudarem o mundo; a se indignar com as injustiças (filosofia, política); que saibam línguas, incluindo a matemática. Sabemos disso. Depois, vem o conteúdo, as sílabas, os currículos específicos. E aí? Aí está bom, discutiríamos os conteúdos desse currículo. Mesmo assim, tem de ter liberdade pedagógica, não se pode amarrar demais.

Há duas coisas mais.

É preciso quebrar o enciclopedismo, e a proposta que fizeram aí é enciclopédica. Acabou o tempo do enciclopedismo, nós temos de afunilar e, ao mesmo tempo, ensinar duas coisas à juventude de hoje, às crianças. Uma é aprender a aprender, porque tudo o que aprenderem hoje, daqui a dez anos, não servirá. Segundo: aprender empreendedorismo para se adaptarem à realidade do mundo e mudarem as coisas.

É preciso também dar espaço para a vocação. O currículo tem de deixar um espaço para cada um escolher o que quer e o que não quer mesmo aprender. Há gente que não gosta de comer carne, há gente que não gosta de aprender certas disciplinas.

Finalmente, a meu ver, o que falta mais do que tudo: a escola tem que dar prazer. Se for escolher um item, meu caro Fernando, é o seguinte: o que ponho no currículo para os meninos gostarem de ir para a escola e não quererem ir para a casa no final do dia? Esta é a grande pergunta: como fazer isso ser prazeroso? Sem isso, mais uma vez: PNE, *royalties*, currículo básico... E daqui a dois, três anos, inventamos outra farsa para não fazer o dever de casa e descobrir como revolucionar a educação brasileira.

Desculpem-me se fui enfático demais, mas estou ficando cansado dessas farsas que, de tempos em tempos, inventamos para enganar o fato de que não estamos fazendo o dever de casa na educação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pela intervenção.

Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Fernando, primeiro quero saudar aqui os nossos convidados, o Senador Cristovam e demais presentes à reunião. Quero também pedir desculpas aos nossos convidados pelo atropelo que houve hoje em função – e os senhores até presenciaram – da agenda muito intensa aqui em nossa Comissão de Educação.

Tínhamos previsto, pela manhã, uma reunião para tratar do Pibid, o programa de formação dos docentes, e a audiência se estendeu. Assim como o Senador Fernando Bezerra, quero agradecer aos senhores que atenderam o nosso convite, ao Prof. Aléssio, representando a Undime; ao Prof. Luiz Fernandes, aqui pelo CNE; ao Ítalo, pela Diretoria de Currículos e Educação Integral do MEC; bem como ao Prof. Francisco Soares, do Inep.

Vou direto ao tema, Senador Fernando Bezerra.

Com certeza, esta não será a primeira nem a última audiência que nós vamos fazer sobre esse tema, um tema que é de muita relevância para os rumos da educação brasileira. É importante aqui destacar que este debate obedece, inclusive, ao marco legal existente, tomando como parâmetro, por exemplo, o próprio PNE, que foi sancionado sem vetos pela Presidenta Dilma em 2014. Esse Plano Nacional de Educação estabeleceu um prazo de 2 anos para que o Ministério da Educação enviasse ao Conselho Nacional de Educação a proposta que trata da Base Nacional Curricular Comum.

Nesse sentido, penso que um tema dessa envergadura tem, sim, de ser pautado por um amplo e intenso debate. Daí por que ele vem sendo objeto de discussão com todas as universidades, com os institutos federais, com os professores da rede pública estadual dos 26 Estados e do Distrito Federal, com representantes dos servidores, dos professores e da comunidade educacional em geral.

Quero aqui mencionar que, à época, o Ministro da Educação Janine Ribeiro, Senador Fernando, ao destacar a importância de uma base nacional comum, colocava exatamente que essa seria uma ferramenta para buscarmos melhorar a qualidade da educação brasileira. Como o próprio Senador Cristovam reconhece, esse é um dever de casa que ainda está por ser feito. E um dever de casa, Senador Cristovam, dessa magnitude, tem de ser, realmente, fruto de um intenso e amplo debate. Nós não estamos tratando de uma coisa qualquer, de maneira nenhuma, nós estamos tratando da alma da escola, da essência da educação brasileira, da Base Nacional Curricular Comum. Esse é um debate, inclusive, que tem de ser feito sob o signo da pluralidade para que se garantam os mais diferentes pontos de vista, as mais diferentes ideias etc.

Vejam bem, a proposta inicial já traz uma premissa que eu considero correta. Por exemplo: quando estabelece que o currículo terá 60% de conteúdos comuns para a educação básica do ensino público e privado. Ou seja, 60% do currículo seriam para o que é comum, e os outros 40%, Senador Fernando Bezerra, seriam exatamente determinados de acordo com a identidade, de acordo com a realidade regional, municipal, considerando exatamente as escolhas de cada sistema educacional.

Ou seja, para se discutir a Base Nacional Curricular Comum hoje temos de partir das seguintes perguntas. Como era antes? Quais são as mudanças? Qual o caráter delas? Qual é o impacto delas? Elas vão valer exatamente para quem? Em quais áreas essas mudanças, essas propostas, serão aplicadas? E há aquilo que eu coloquei aqui: como ficam, dentro da Base Nacional Curricular Comum, os aspectos de natureza regional? Para tudo isso, há um debate.

Como o Senador Cristovam mencionou, por exemplo, há a questão da valorização da carreira do magistério, o desafio que é, de um lado, avançar na oferta do ponto de vista de vagas, desde a creche até o ensino médio... O ensino médio, Senador Fernando Bezerra – e aí deixo como sugestão para a reflexão dos nossos convidados – a nosso ver, deve merecer um debate mais cuidadoso, mais cuidadoso ainda, mais especial, dentro dessa discussão com vistas à formulação da Base Nacional Curricular Comum. E digo isso em função de tudo o que o ensino médio atravessa, que não é de hoje. Há o seu lado sem atrativos. Há, inclusive, infelizmente, um descolamento no ensino médio que é ofertado pelas redes estaduais do País afora: entre a escola e a realidade do aluno, da vida que ele leva. Há ainda um desafio sob o ponto de vista da alfabetização.

Inicialmente, era só essa reflexão que queríamos fazer. Ao mesmo tempo, Senador Fernando Bezerra, quero aqui reiterar o quanto é importante que a Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa promova mais debates dessa natureza para acompanhar essa questão. A Comissão de Educação tem, sim, o que falar, o que dizer. Tem, inclusive, a missão institucional de avaliar, de dar o seu ponto de vista e, portanto, de contribuir. É um tema muito rico, muito amplo, e que deve merecer muita discussão. Aí sim, ao final, que o PNE seja respeitado e que seja entregue a proposta ao CNE, como reza a meta do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados poderem fazer suas considerações finais, tendo em vista as manifestações do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Fátima Bezerra, gostaria de fazer algumas colocações.

A primeira é para dizer que podemos até divergir do Senador Cristovam Buarque, mas uma coisa é fato: poucos homens públicos se identificaram com a causa da educação como o Senador Cristovam Buarque.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Lembro-me, na história mais recente dos meus anos na vida pública, talvez, do Senador João Calmon, mas nenhum outro personagem da história brasileira recente abraçou a causa da educação com tanto entusiasmo, com tanta paixão, com tanto denodo, com tanta dedicação como o Senador Cristovam Buarque. Por isso é que, ao fazer esta consideração, faço essa observação.

Acho que a iniciativa do MEC, ao abrir esse debate com a sociedade, agiu de forma acertada. Reconheço, no entanto, que, ao ampliar muito o debate, podemos até dificultar a chegada da proposta, que tem de ser eminentemente técnica, com conteúdo. Certamente, poderíamos ter uma celeridade maior.

Queria também manifestar a minha concordância quanto a um aspecto que o Senador Cristovam Buarque colocou. É importante ter uma base curricular comum nacional, acho que é importante, mas é importante também ter um sistema comum nacional, e ele é muito desigual – o Senador falou com muita propriedade sobre isso.

Não acredito que a gente vá mudar os indicadores educacionais brasileiros se a gente não tocar numa figura chave do sistema educacional, que é o professor. Eu não tive a oportunidade de ouvir aqui o representante da Undime – peguei as considerações já no final – mas vi a sua preocupação com a formação continuada dos professores, que é muito importante e que deve fazer parte da construção dessa Base Curricular Comum.

Acho que o Prof. Cristovam tem razão, estou me associando a uma luta antiga dele, procurando ser um pouco mais sonhador. Acho que nós deveríamos é federalizar a carreira do professor do ensino fundamental. Na realidade, para ter esse sistema nacional de educação no ensino fundamental, vamos ter que acabar com essa brincadeira de transferir responsabilidades. São 5.600 Municípios, e percebemos que nunca vamos realizar o sonho de remunerar bem o professor. Nós temos hoje mais de 200 mil vagas em aberto para professores de Biologia, Física e Matemática porque nossos jovens não querem ser professores. Quem está indo para os cursos de licenciatura são os excluídos – são os negros, os pardos, as mulheres – porque os jovens que têm alguma renda, alguma oportunidade de formação, estão indo para Direito, Economia, Arquitetura, Engenharia. A sociedade não reconhece o papel e o valor do professor, até porque o professor não é dignamente remunerado. Transferir para os Municípios a responsabilidade de pagar pelo menos um piso nacional não se coaduna com a nação que nós queremos construir.

A nova economia do mundo está virando as costas para a educação. Por isso, acho que temos de nos inspirar em outros países que eram mais atrasados do que o Brasil há 40 anos e, por sua aposta no conheci-

mento, por sua aposta na formação do cidadão, da educação, se transformaram em economias avançadas, em sociedades de elevados IDHs.

Portanto, queria aproveitar a presença ilustre dos convidados que foram indicados pela Senadora Fátima Bezerra, que trouxeram uma grande contribuição para este debate, para compartilhar estas minhas reflexões para que possamos contribuir para este debate que ora se realiza em relação à construção da Base Nacional Curricular Comum.

Quero pedir agora, antes do encerramento – a Ordem do Dia começou e já está começando a votação – aos nossos convidados que sejam breves em suas considerações finais. Estou sugerindo dois minutos, apenas para pontuar alguns temas que foram aqui abordados pela Senadora Fátima e pelo Senador Cristovam.

Começo com José Fernandes, do nosso Conselho Nacional de Educação.

O SR. JOSÉ FERNANDES DE LIMA – Obrigado, Senador. Vou tentar fazer minha colocação de forma bem pontual.

Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com esse debate e que acredito que nós chegaremos a bom termo. Sou otimista quanto à capacidade da sociedade brasileira de fazer essa discussão e chegar a um bom termo.

Segundo: entendo que esse documento necessita melhorar, pode melhorar, e as contribuições que estão sendo dadas apontam nessa direção.

A terceira questão para a qual chamo atenção é que a experiência internacional mostra que esse debate leva tempo. Muitos outros países que estão hoje mais adiantados do que o Brasil fizeram isso com bastante tempo, com idas e vindas etc.

Essa discussão não terminará com a elaboração desse documento, porque nós precisaremos ter um prazo de implantação e fazer outros debates para que nós possamos dar condições para que nossas escolas, realmente, desenvolvam bem essa Base.

Mais uma vez, muito obrigado e parabéns à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Ofereço a palavra ao professor Aléssio.

O SR. ALÉSSIO COSTA LIMA – Primeiro, queria reforçar o que a nossa Senadora Fátima Bezerra colocou. Sua visão com relação à Base é muito semelhante ao que a Undime acredita e defende para a educação pública de nosso País.

A exemplo de outros países desenvolvidos, essa discussão também foi travada. Esses países conseguiram construir suas propostas curriculares nacionais e têm mostrado melhores resultados, inclusive, do que o nosso País, que infelizmente apresenta baixos indicadores de qualidade no padrão nacional. De fato, esse é um caminho.

Considero que a construção da Base – gostaria de dizer ao nosso Senador Cristovam – de fato, é o esteio para a construção do sistema nacional de educação que o nosso País requer e que o próprio Plano Nacional de Educação estabelece. Não comungo com a ideia de centralizar, de federalizar, como sendo a solução para os problemas que o País hoje tem na educação ou em qualquer outra área social do nosso País. Ao contrário, aposto na revisão do pacto federativo, na redivisão da distribuição dos recursos e na oferta das condições ideais para que os entes federativos, sejam Municípios ou Estados, possam executar, de fato, suas políticas e seus projetos, seja na área da educação, seja na área da saúde, seja em qualquer área. Portanto, acho que precisamos oferecer as condições antes de cobrar qualquer resultado, e percebemos que essas condições, de fato, não têm sido implementadas e que o País, antes de tudo, precisa rever essa questão do pacto federativo.

Por último, queria dizer que, de fato, é importantíssimo assegurar o que o Ítalo colocou: a questão da participação. Não dá para chamar um conjunto de especialistas, elaborar um documento para a Base Comum por iluminados e, depois, jogar esse documento para um País do tamanho do Brasil, com a diversidade e a pluralidade que o nosso País tem. Então, acho que o Ministério acerta quando chama um grupo inicial já misto, formado por especialistas e professores. A Undime teve a oportunidade de indicar professores que estão na sala de aula para participar do debate, lado a lado, com especialistas, inclusive para orientar e trazer para a realidade do dia a dia da escola a visão do especialista, que está na academia – muitas vezes sua visão não é a da escola. Então, esse casamento é fundamental para enriquecer o início desse debate.

O Ministério abrir um *site* para uma consulta pública em que qualquer cidadão brasileiro pode entrar e postar suas contribuições é o maior exemplo de democracia e participação que pode dar na construção de uma proposta curricular. Nem os outros países que elaboraram propostas curriculares fizeram tão bem quanto esse processo que está sendo iniciado aqui, de mobilização e participação da sociedade num País do tamanho do Brasil. O Ministério está fazendo e a Undime está participando da mobilização de todos os 5.570 Municípios com o objetivo de que se engajem nessas discussões, organizando reuniões e fóruns para promover o debate

das redes municipais e particulares, para que possam ser dadas as mais diversas contribuições. Que essas contribuições possam ser analisadas e incorporadas e esse documento.

Quero, mais uma vez, enfatizar essa importância. Nós não estamos aqui para dizer se precisamos ou não da Base, mas para dizer que precisamos ter a melhor Base possível, a Base de que o Brasil necessita e merece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Professor Aléssio.

Com a palavra, o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Chico Soares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Direito à educação é direito de aprender. Então, se isso é um consenso, nós tínhamos que discutir como se aprende e como se ensina.

E percebam: quando a gente diz que existe um conteúdo pedagógico na educação, isso cria muita dificuldade, porque vêm as pessoas de fora e dizem: “Não existe conteúdo pedagógico, basta a gestão, bastam os recursos, bastam outras coisas”. E aí eu digo: “Não, se não houver clareza pedagógica – que a Base está criando – nós vamos continuar sem garantir o direito”.

Finalmente, é importante dizer que o Brasil é muito diverso, sim, mas nós temos lugares neste País em que a criança tem os seus direitos atendidos, em todas as condições, em condições pobres, em condições melhores. Agora, não dá para fazer de conta...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – ... que só na escatologia dos tempos, quando tivermos o horário integral, quando tivermos os melhores equipamentos, quando tivermos as melhores escolas e uma carreira nacional, o direito vai ser garantido. Sabem por quê? Porque a criança que está na escola não mais estará lá. Então, o sonho tem que ser o sonho que contempla o brasileiro que existe hoje. Nós estamos lutando por isso agora, nas condições atuais. Sonhar alto demais é uma nova forma de exclusão, porque nós temos milhões, Senador, que estão pedindo ação concreta.

Então, não vamos esquecer daqueles 20% que não estão lendo, que não estão lendo, mas podiam estar lendo. O Inep acabou de fazer um grande levantamento. O professor precisa ganhar mais, sobre isso não há nenhuma dúvida, mas será que não estaria na hora de olharmos aqueles lugares onde as redes estão mais estruturadas e perguntar por que há criança que não aprendeu? É isso que a discussão da Base coloca. E eu entendo que essa discussão incomoda: incomoda, porque ela defende direitos; incomoda, porque ela traça a realidade para a discussão hoje, atender o direito daqueles que existem hoje. É isso.

O Inep contribui como? Mostrando a realidade. O Brasil tem horror ao concreto, e a educação, de forma particular. Então, o Inep apresenta o concreto. Concreto do quê? Da trajetória do aluno e dos aprendizados. Os dados estão aí e eles podem ser utilizados para melhorar o aprendizado dos alunos, nosso grande objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para registrar a presença aqui da estudante Camila Lanes, presidente da Ubes, que estava aqui desde o início participando deste debate que tem tudo a ver, claro, com o interesse dos estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Desculpe, então, falta minha. Seja muito bem-vinda. Agradecemos sua presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ah, obrigado. Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E peço licença, Senador, porque eu também vou. Já estão nos chamando no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou oferecer a palavra ao Professor Ítalo antes de fazer o encerramento do nosso debate.

O SR. ÍTALO DUTRA – Presidente em exercício da Comissão de Educação, volto a agradecer o espaço que foi dedicado a este debate público aqui na Casa. É um debate importante.

Sinto-me muito bem contemplado nas falas dos meus outros três colegas que acabaram de falar aqui. A Base Nacional Comum é, sim, uma intenção clara da sociedade brasileira de garantir um conjunto de direitos

que têm que chegar ao papel do professor de Matemática da escola, do professor de Língua Portuguesa, do professor de História e de Geografia, no sentido de assumirmos um compromisso público com a garantia da aprendizagem para as crianças deste País.

Só queria reforçar a ampla participação que temos hoje. Nós estamos hoje reunindo 130 representantes, 4 a 6 pessoas de todos os Estados do País, lá na UnB, para apresentar os dados da consulta preliminar – fizemos um primeiro recorte da consulta preliminar em 15 de dezembro – para que eles compreendam o processo e a transparência que esse processo precisa ter para que essa discussão chegue nos Estados amadurecida, no sentido de que as deliberações finais em relação ao documento sejam também feitas em caráter territorializado, e não no âmbito do gabinete do Ministério.

Reforço a ideia de que precisamos garantir essa participação, mas garantir a participação com parâmetros claros. Não estamos aqui fazendo um plebiscito sobre a Base Nacional Comum. Temos parâmetros claros, legislação clara que nos dá suporte para fazer essa discussão, assim como conhecimento científico e pesquisa acadêmica de muita qualidade, que também dão suporte às escolhas que precisamos fazer.

Então, quero, mais uma vez, agradecer e colocar o Ministério da Educação completamente aberto para as discussões que nós precisamos fazer em torno de Base Nacional Comum, inclusive das outras condições que precisam acontecer.

A propósito, concordo com o Chico: elas não vão acontecer de maneira preliminar, elas acontecerão de forma conjunta. Nós precisamos discutir Base Nacional Comum, nós precisamos discutir financiamento para a educação, precisamos discutir infraestrutura, valorização dos profissionais da educação, não apenas dos profissionais do magistério – claro que eles são fundamentais, importantes; eu sou professor de Educação Básica, estou no Ministério da Educação – mas também é preciso garantir que outros profissionais tenham sua valorização, para pensarmos a escola como organismo mais complexo do que apenas o que o professor faz na sala de aula, na interlocução que se faz ali dentro. Precisamos garantir uma série de questões, e isso tem que vir junto. Não podemos achar que vamos fazer primeiro uma coisa e depois outra.

Muito obrigado. O MEC está à disposição para seguir ampliando este debate.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Comunico que amanhã, quinta-feira, às 8 horas, será realizado o seminário “A Voz das Pessoas com Doenças Raras”, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2016, da Comissão de Educação, de autoria do Senador, nosso Presidente, Senador Romário.

Convoco ainda, para a próxima terça-feira, dia 1º de março, em caráter excepcional, às 11 horas e 30 minutos, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, aos nossos convidados.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2016.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Wilder Moraes, Simone Tebet, Dário Berger, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. **EXTRAPAUTA: Item 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11, de 2016.** Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Educação, uma Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular a fim de aprofundar o debate sobre o tema, e sugerimos que seja convidado o Presidente do Instituto Alfa e Beto - IAB, Dr. João Batista Araujo e Oliveira. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado. **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2015 - Não Terminativo.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 2) TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2014 – Terminativo.** Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública. Autoria: Senador Fleury. **TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, de 2014 – Terminativo.** Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública. Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Substitutivo. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013 – Terminativo.** Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015 – Terminativo.** Denomina “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015 – Terminativo.** Inscreve o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Ricardo Franco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015 – Terminativo.** Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá. Autoria: Senador Omar Aziz. Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012 – Terminativo.** Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Substitutivo. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2015 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 211, de 2015 - Não terminativo.** Institui o Dia Nacional do Psicólogo. Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 192, de 2015 - Não terminativo.** Confere o título de Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores à cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina. Autoria: Deputado Esperidião Amin. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado. **Item 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9, de 2016 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), moção de apoio ao reconhecimento do Marabaixo, manifestação tradicional da comunidade negra do Amapá, como patrimônio

cultural e imaterial do Brasil. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação. **Fica adiado o seguinte item: ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, no desempenho da competência de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência, as Comissões Permanentes selecionarão políticas públicas até o último dia de março de cada ano, assim com vista a dar cumprimento ao mencionado dispositivo regimental. Esta Presidência se coloca à disposição de V. Ex^{as} no sentido de receber, durante este mês de março, sugestões de políticas públicas a serem objeto de fiscalização.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nº 1 a 12.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a, no sentido de examinar a possibilidade de colocar extrapauta, antes do início da deliberação da pauta ordinária, o requerimento que acabo de dar entrada junto a esta Presidência, para que possamos ratificar aqui o convite ao Prof. Dr. João Batista Araujo e Oliveira, que é Presidente do Instituto Alfa e Beto. Ele estava convidado para a audiência pública que nós realizamos semana passada, mas houve um imprevisto de última hora, ele não pôde comparecer à audiência pública, e nós remarcamos com ele, para realizarmos essa audiência pública amanhã, às 11 horas. Mas, para cumprir os procedimentos regimentais, haveria a necessidade de, mais uma vez, esse requerimento para o convite ao Prof. João Batista Araujo e Oliveira ser submetido à apreciação e à deliberação do Plenário desta Comissão. Portanto, eu faço esse apelo a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Fernando Bezerra.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Essa audiência pública será amanhã, às 11 horas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Passemos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PLS nº 280, de 2015, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Passando à análise do mérito, concordamos que deve ser assegurado acesso à internet a todos os alunos do ensino fundamental e do ensino médio das redes pública e privada.

A escola é um bom lugar para se aprender a lidar com as tecnologias, em especial para as classes socialmente menos favorecidas. Ademais, por meio dessas tecnologias, abrem-se amplos horizontes para a construção de conhecimentos válidos e para o tratamento consistente de conteúdos do currículo escolar. É essencial o acesso às novas tecnologias para o avanço no campo da educação e, por conseguinte, no campo da produtividade e da vivência social plena.

Nesse sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), adota essa perspectiva no inciso II do art. 32, que prevê como objetivo do ensino fundamental a formação básica do cidadão, mediante a compreensão, dentre outras coisas, da tecnologia.

Além disso, insta destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz, entre as estratégias da Meta 7, a universalização, até 2019, do acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade. Conquanto a proposição em análise possa parecer inserida no alcance da estratégia 7.15 do PNE, ela é mais ampla, na medida em que atinge também as escolas particulares e prevê não só a universalização do acesso à internet, mas a sua disponibilização aos alunos, o que parece ter sido o escopo da iniciativa dos Jovens Senadores.

Consideramos, assim, meritória a proposição analisada, que, além de se encaixar dentre as ações estabelecidas como prioritárias pelo PNE, contribuirá para o letramento digital dos estudantes da educação básica, bem como propiciará melhora na qualidade da educação pela utilização da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, estabelece, no art. 7º, inciso IV, que, via de regra, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. Desse modo, entendemos que a matéria veiculada no PLS deva ser inserida no âmbito da LDB, em vez de inovar o ordenamento jurídico por meio de lei esparsa. Com efeito, a Lei nº 9.394, de 1996, é a responsável por disciplinar a educação nacionalmente e, por isso, é o âmbito mais apropriado para a previsão de diretrizes aplicáveis aos ensinos fundamental e médio.

Assim, nossa posição, quanto ao mérito educacional, é pelo acolhimento das contribuições trazidas pelo PLS, na forma do substitutivo apresentado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2015, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a garantia de acesso à Internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.....

VIII – será assegurado acesso à internet aos estudantes, para fins educacionais, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio das redes pública e privada.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos pela possibilidade hoje de aprovarmos uma lei que provém do Projeto Senado Jovem. Ela vem bem a

calhar. Hoje não podemos dispensar a tecnologia. E as classes menos favorecidas, como o projeto bem coloca, têm muito menos acesso.

Também achei importante colocar as escolas particulares, porque sabemos que não só a rede pública, mas muitas escolas particulares também não proveem aos alunos essa possibilidade.

Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senador Valadares, que é o Relator do projeto. Eu discordei um pouquinho aqui. Não sei se V. Exª pensou nessa possibilidade, se daria, talvez, se os nossos pares concordarem... O projeto determina que os estudantes somente poderão utilizar a internet nas escolas para fins educacionais. Eu entendo perfeitamente por que foi colocado desse jeito: senão a turma vai ficar brincando na internet e não vai fazer os deveres e trabalhar nos projetos escolares, mas muitas escolas têm possibilidade de permitir aos alunos, depois do horário escolar, utilizar. Então, será que não daria para colocar alguma emenda neste sentido: de que, a partir do horário escolar, está liberada para uso nas escolas que assim o desejarem ou se a gestora assim achar conveniente, porque, senão, ficará o computador só para fazer lição, e não é todo aluno que tem computador em casa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu pondero o seguinte...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Deixe-me só perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Valadares, por favor.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Desculpa, eu ainda lembrei uma coisa: quando a gente fez o Telecentro de São Paulo, e nem existia computador nas casas, uma das coisas com que as pessoas ficavam muito chocadas é que a meninada ia e só ficava no *chat*, conversando com as pessoas. E eu aprendi com um dos professores... Eu ficava indignada e dizia: mas a gente faz telecentro para eles ficarem só conversando, papeando, com essas bobagens? Daí ele disse assim: “Para aprender a mexer nesse instrumento tem que ser através de uma via que os interesse. Esse é o primeiro passo para eles se interessarem e depois podem progredir na tecnologia”. Concordo, porque achei isso muito adequado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A minha opinião é a seguinte: deveria ficar a critério de cada escola, porque as escolas conhecem os seus alunos, a tendência dos seus alunos. E eu acho que essa liberação já deve acontecer em nível de escola.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas está escrito aqui “somente”. Olha, determina que os estudantes somente poderão utilizar a internet nas escolas para fim... Esse “somente” exclui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O projeto é o seguinte: na verdade, isso está no relatório, mas o art. 24, inciso VIII, tem uma redação diferente do que está no relatório: “Será assegurado acesso à internet aos estudantes, para fins educacionais, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio das redes pública e privada”. Naturalmente, se o Estado vai propiciar – e muitos Estados já estão propiciando, e Municípios, não é? – essa possibilidade de acesso à internet, o ideal é que esse acesso seja para, vamos dizer assim, melhorar, aperfeiçoar o ensino, a educação, inclusive, atender a deveres escolares. V. Exª sabe, Senadora, que os professores frequentemente passam deveres, semanalmente, para que os alunos respondam. E a internet é um meio, sem dúvida alguma, fundamental para responder a essas indagações dos professores.

Acho que será de grande utilidade a internet, como já está sendo em muitos Municípios, para aperfeiçoar o conhecimento do estudante e também propiciar oportunidade de fazer pesquisas voltadas para os temas educacionais. Entretanto, acho que cada escola, dependendo da disponibilidade daquelas máquinas, daqueles computadores, poderá disponibilizar, independentemente de estar na lei. Por isso acho que devemos deixar que a administração escolar resolva essa situação de um aluno querer usar, por exemplo, depois de meio-dia, quando encerra a aula. Aí o diretor vai ter de colocar, quem sabe, até um funcionário, para ver se aquele aluno vai utilizar a internet...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bem, Senador, acho que não tem nenhuma importância. Se o relatório não se impõe sobre o artigo, V. Exª está com toda razão. Não vamos criar confusão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Porque, no artigo, está muito claro mesmo: está assegurado acesso à internet e o gestor da escola é que decide.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Está assegurado, o gestor da escola é que vai decidir.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Daí, acho que não tem nenhum problema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, como estou tomando conhecimento muito em cima da hora da matéria, sou a favor. E na ponderação da Senadora Marta Suplicy, aqui, pelo que estou entendendo, há um parágrafo único que diz: “Os estudantes somente poderão utilizar internet nas escolas para fins educacionais.” Talvez fosse o caso de colocar que é facultativo à direção das escolas liberar para outras atividades. Era mais uma colaboração, mas, desde já, estou a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Obrigado pela participação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Item 2.

Projeto de Lei do Senado...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) –

Sr. Presidente, apenas para confirmar como deliberação da audiência pública da semana passada, realizada na nossa Comissão, da qual V. Exª participou e vários outros Senadores e Senadoras, aos quais, mais uma vez, agradecemos, refiro-me à audiência pública que tratou do Pibid, pois bem, uma das deliberações daquela reunião foi exatamente audiência com o Ministério da Educação para informar e convidar quem queira participar. A audiência está confirmada. Será, Senador Romário, às 16 horas, lá no Mec.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hoje?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Hoje. Com o secretário de ensino superior, a diretoria da Capes e o secretário-executivo, que também irá participar.

Desde já, adianto que estarei lá e, se V. Exª concordar, representando a Comissão, mas isso independentemente de que outros Senadores também estejam, inclusive V. Exª. Se puder estar lá, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.

Autoria: Senador Fleury

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2014.

Observações:

1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A matéria entrou em pauta em 01/12/2015.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 281, do Senador Fleury, Flexurar institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública. Esse projeto foi apensado ao PLS nº 381, de 2014, do Senador Wilder Moraes.

O projeto contém basicamente dois artigos: o art. 1º pretende alterar o art. 4º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, para introduzir o §5º, que determina que os pontos e pontões de cultura estabelecerão parceria com escolas da rede pública de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, e do ensino técnico, a fim de contemplá-las mensalmente com a apresentação de ações culturais, nos termos do regulamento.

Já o art. 2º diz que o referido projeto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Apensado à proposição, encontra-se o PLS nº 381, de 2014, de autoria do Senador Wilder Moraes, que tem idêntico teor. As proposições tramitam em conjunto em virtude da aprovação do Requerimento nº 358, de 2015, do Senador Douglas Cintra.

É necessário, inicialmente, louvar as iniciativas, que demonstram a sensibilidade de seus autores no que concerne às limitações existentes em nosso cenário cultural. Fazer com que todo brasileiro tenha, de fato, condições de conhecer, vivenciar e produzir a nossa cultura é um enorme desafio. Entretanto, divergimos do caminho escolhido pelos autores para lidar com tais questões.

É importante observar que a função estatal de editar normas gerais e abstratas é do Poder Legislativo, mas à Administração Pública é conferida a prerrogativa de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.

Quando se desce a tal grau de detalhamento no que concerne ao funcionamento de um programa do Governo Federal, inclusive determinando a periodicidade da realização de atividades rotineiras, adentra-se seara tipicamente administrativa. Afinal, a regulamentação de tais eventos precisa levar em conta uma série de aspectos da realidade local, incluindo a disponibilidade de recursos para sua realização, a natureza dos projetos executados nos pontos e pontões de cultura existentes na localidade e, inclusive, sua compatibilidade com os planos pedagógicos em andamento nas instituições educacionais da localidade, a classificação indicativa da produção e a eventual recomendação para a idade escolar.

Pelas razões aqui expostas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2014, na forma do substitutivo que apresentamos, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 381, de 2014.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, para discutir.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quero cumprimentar o Senador Roberto Rocha pelo seu relatório e pela sua proposta de substitutivo ao projeto do Senador Fleury ao qual foi apensado outro projeto, com o mesmo propósito, do Senador Wilder Moraes.

Essas apresentações culturais nas escolas da rede pública mensalmente numa parceria entre as escolas e os pontos e pontões de cultura são, em princípio, uma ação bastante positiva e já constam da lei da Lei Cultura Viva.

Como Ministra, tive a satisfação de trabalhar pela aprovação já prevendo isto: interações e parcerias. Inclusive tínhamos um recurso para incrementar a possibilidade às escolas de terem isso.

Mas da forma como previram os Senadores Fleury e Wilder, as apresentações culturais passariam a acontecer de maneira obrigatória nas escolas públicas e isso muda muito a proposta que foi anteriormente aprovada, a proposta original, porque a ideia não é essa. Nós não devemos engessar, e sim estimular as amplas possibilidades que a cultura nos permite e que a Lei da Cultura Viva nos trouxe.

O esforço para aprovar a Lei da Cultura Viva foi estimular a produção da cultura nacional, contemplando os jovens, a produção cultural urbana, a de base comunitária, os indígenas, os quilombolas e as mais diversas manifestações da cultura popular, todos os tipos de cultura e de linguagem artística.

Temos nessa lei um marco histórico, referência na América Latina. Desvirtuaria a lei impor ao pontos e pontões de cultura uma agenda mensal obrigatória, dentro do processo pedagógico das escolas, para apresentações. Isso poderia inclusive sufocar uma boa ideia, a de uma lei que fomenta a cultura.

A ideia que foi iniciada por Gilberto Gil, dos pontos de cultura, é uma ideia sensacional, e funciona muito bem. Ela ampara quem está começando um projeto cultural e vai crescendo. E poder ser acoplada a uma produção cultural da escola é extremamente importante, mas essa obrigatoriedade seria um desastre. Como bem aponta o Relator, a realização obrigatória de apresentações compreenderia também mais recursos.

Assim o Senador Roberto Rocha nos diz que poderão acontecer. O seu substitutivo fundamentalmente muda uma palavra, porém, Senador, corretamente faz toda a diferença para melhor, recoloca o que prevíamos originariamente.

Acompanho e acolho muito bem essa modificação, o substitutivo. Se permanecer facultado, em vez de obrigatório, poderemos ter parcerias interessantes acontecendo onde for possível. E sempre que houver a parceria será excelente para a comunidade, para a escola e para o fortalecimento dos pontos de cultura.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, é só para saudar a iniciativa do Senador Roberto Rocha que, com o seu substitutivo, digamos assim, salvou o projeto, colocou uma possibilidade ampla, sem rejeição do projeto, viabilizou que ele se transformasse em uma possibilidade de união entre a escola e o ponto de cultura, algo que já estava previsto, mas que coloca de forma mais articulada.

Quero parabenizar o Senador pelo esforço que fez de aprovar um projeto de um colega do Senado e dizer que, realmente, da forma anterior, seria impossível, porque, como já disse a Ministra Marta, engessaria completamente tanto as atividades da escola quanto as atividades de cultura. Portanto, quero saudar o esforço do Senador Relator e dizer da sua competência, que permitiu que nós pudéssemos aprovar esse projeto aqui hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, também na mesma linha de argumentação da Senadora Marta e da Senadora Lídice, quero, em primeiro lugar, saudar o Senador Roberto pelo relatório que acaba de apresentar.

Na verdade, nós estamos aqui tratando de um tema muito relevante, Senador Roberto, para expansão e fortalecimento da política cultural no nosso País. V. Exª demonstrou toda sensibilidade. A lei que V. Exª está aqui propondo alterar, como disse a Senadora Marta, foi a lei que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva. Na verdade, essa lei é conhecida em todo o Brasil como a lei dos pontos de cultura ou dos pontões de cultura. Essas ações foram criadas no governo do Presidente Lula, sob a inspiração do Ministro Gilberto Gil, já tendo, inclusive, a participação também do então do Secretário-Executivo, hoje Ministro da Cultura.

Eu quero aqui, mais uma vez, afirmar que, seguramente, os pontos de cultura se constituem na mais bela experiência do ponto de vista de fomento e de incentivo à cultura no nosso País. E eles se constituem na mais bela experiência, Senador Romário, porque é uma ação que não nasceu de cima para baixo, mas, pelo contrário, nasceu de baixo para cima. A ideia do Ministro Gilberto Gil foi de o Estado ser parceiro do ponto de vista de trazer o incentivo financeiro, o apoio financeiro, e, a partir daí, esse apoio ser destinado a incentivar, a fortalecer as manifestações culturais da cidade, da região em seus mais diversos aspectos. É um programa muito exitoso que a Senadora Marta, já na época como Ministra, teve a alegria de ver o programa ter sido transformado em uma ação de Estado, com aprovação da lei, cuja alteração agora nós estamos propondo.

E estamos propondo uma alteração para melhor, até porque não existe um casamento melhor que ponto de cultura e pontões de cultura com as escolas. É um casamento perfeito, porque educação e cultura, cultura e educação são coisas inseparáveis. Agora, o que não poderia acontecer é que isso se desse sob o imperativo da obrigatoriedade, de maneira nenhuma. E é o que V. Exª corrige com o projeto. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Vamos aproveitar o quórum e vamos votar.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2014, cujo Relator é o Senador Roberto Rocha.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMDB - DF) – Com o Relator, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o substitutivo. O substitutivo ao PLS 281, de 2014, é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do RISF. Ficam prejudicados o PLS 281, de 2014, e o PLS 381, de 2014.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para providências cabíveis.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013

- Terminativo -

Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Lembrando que a discussão já foi encerrada.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota “não”.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estava inscrito em uma outra matéria e gostaria só de colocar o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Como o senhor colocou a votação...

Eu quero parabenizar, primeiro, os autores pela iniciativa, que eu considero muito relevante; em segundo lugar, o Senador Roberto Rocha, pelo relatório que viabiliza, na prática, essa parceria entre os pontos e pontões de cultura com as escolas, que já vem acontecendo em alguma medida. Agora a gente estimula isso a partir dessa iniciativa de lei.

Senador Roberto Rocha, parabéns. O senhor viabilizou, de direito, na prática, algumas coisas que vêm acontecendo entre os pontos de cultura, os pontões e as escolas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra. Quem votar com o Relator vota “não” no item 4.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com o Relator. Senador Donizeti Nogueira.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu sei que o parecer já foi lido. Eu não sei se o Senador Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não se encontra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não se encontra.

Veja, o projeto em si, a ideia, não poderia ser melhor. Nós estamos falando de oferecer, até 2023, nas escolas públicas, para uso individual, um computador portátil – os chamados *tablets* – para cada aluno, a partir do sexto ano. Entendi as razões do parecer do Senador Alvaro Dias pela rejeição, seja por vício de iniciativa, seja por outras questões de mérito levantadas.

Eu perguntaria, uma vez que o relator não está presente, e o relatório é pela rejeição em razão de vício no aspecto de constitucionalidade e legalidade – mas não em relação ao mérito, porque todos nós aqui concordamos que o ideal seria que cada aluno, desde o primeiro ano do ensino fundamental, já tivesse um *tablet* –, se nós poderíamos tirar de pauta esse projeto. De repente, ele poderia ser aprimorado, para que não déssemos uma impressão errada de estarmos contra, no mérito, um projeto dessa natureza. E aí poderíamos, se for possível, aprimorá-lo. Do contrário, se não seria o caso até de retirada do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, infelizmente não podemos retirar de pauta, porque a discussão já foi encerrada. Nós temos que ir direto à votação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero concordar com V. Exª. Nas penúltimas reuniões, nós temos discutido os recursos para a educação básica. Metade dos programas de educação estão cortados. Eu acredito que, realmente, a posição do Relator é uma posição realista nos dias de hoje. Realmente, não cabe voltar, neste momento, a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, seguimos a votação. Senadora Simone Tebet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Rejeitado o projeto...
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não votei, Presidente. (*Pausa.*)
Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª foi o segundo.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas eu não...
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.
Rejeitado o projeto.
A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015
- Terminativo -

Denomina “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Lembrando que a discussão já foi encerrada.

Em votação o projeto.

Votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O projeto foi aprovado.
A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015

- Terminativo -

Inscribe o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Ricardo Franco

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Em votação o projeto.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Senadora Regina Sousa. *(Pausa.)*

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015

- Terminativo -

Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Autoria: Senador Omar Aziz

Relatoria: Senadora Sandra Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Relatoria *ad hoc* da Senadora Simone Tebet.

Em votação o projeto.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone.*) –

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, pode registrar o voto de V. Exª no item 6? (*Pausa.*)

O.k.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

Voltamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012

- Terminativo -

Inserir parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A matéria entrou em pauta em 01/12/2015.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições a respeito de normas gerais de educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional.

A CCJ já assegurou a constitucionalidade e juridicidade do projeto, em posição com a qual concordamos, destacando o entendimento de que a proposição não interfere na autonomia dos Estados e Municípios na gerência de seus sistemas de ensino, pois não trata de questão que possa eventualmente ser considerada peculiar às pessoas federativas.

Quanto à técnica legislativa, há um pequeno, mas importante, lapso na redação do projeto que precisa ser sanado. Trata-se da omissão da cláusula de vigência. Assim, optamos por estabelecê-la, tendo por base a data de publicação da lei.

No mérito, a proposição aborda questão delicada e poucas vezes levada ao debate. As decisões sobre alteração da oferta escolar em estabelecimentos públicos e mesmo sua extinção constituem, em geral, medidas adotadas pelas secretarias de educação, sem passar por outra instância da comunidade escolar. Essa situação envolve, não raras vezes, a especulação imobiliária com terrenos situados em locais valorizados pelo mercado e objeto de cobiça de construtoras.

Já a necessidade de atender a novas demandas, como a expansão da educação infantil e do ensino médio, muitas vezes, influencia a oferta dos estabelecimentos de ensino, ensejando mudanças geralmente prejudiciais à vida dos estudantes e de suas famílias, como transferências para escolas mais distantes, separação de irmãos e rupturas no desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Vale frisar que o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal estabelece a gestão democrática do ensino público como um dos princípios da organização escolar. Também o inciso VIII do art. 3º da LDB segue na mesma direção e vai além, ao estabelecer, por exemplo, nos incisos VI e VII do art. 12, que os estabelecimentos de ensino devem articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, e informar os pais ou outros responsáveis legais sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Desse modo, as decisões importantes que afetem a oferta e mesmo a própria existência da escola em determinado endereço não devem ser tomadas à revelia das famílias dos estudantes e da comunidade. É certo que, dada a amplitude de opiniões e a eventual existência de aspectos administrativos que imponham mudanças, consultas dessa natureza podem mostrar-se complexas, todavia, elas são necessárias e, de certa forma, determinadas por lei.

O envolvimento dos conselhos de educação pode conferir caráter mais democrático a esse processo, uma vez que permite contemplar maior gama de opiniões sobre as questões em tela e evitar que aspectos puramente administrativos e financeiros sejam observados na tomada de decisões de cunho educacional.

Igualmente relevante é a regra que estipula que eventuais receitas obtidas com operações imobiliárias envolvendo prédios escolares públicos sejam destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público. Medida dessa natureza pode representar uma forma de conter a especulação com imóveis ocupados por escolas públicas.

Todavia, para que a atuação do gestor escolar não fique totalmente vinculada à decisão do conselho de ensino, o qual poderia, eventualmente, deliberar por razões de caráter tecnicamente menos rigoroso que o necessário à adequada gestão patrimonial dos estabelecimentos de ensino, propomos adequar o projeto, sem deixar de atender a seu espírito original, que é o de ouvir a comunidade afetada pela administração escolar.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2012, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10 DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

Parágrafo único. As unidades escolares públicas de educação básica somente poderão ser extintas ou sofrer reestruturação de sua oferta de escolarização após prévia manifestação do conselho de educação do respectivo sistema, [e eu faço aqui uma emenda de redação no momento: e da comunidade escolar], sem prejuízo para a continuidade dos estudos de seus alunos e observada a destinação total da receita da venda ou aluguel de seu prédio ao órgão responsável pela educação, para a manutenção e desenvolvimento do ensino público.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator, Senador Douglas Cintra. (*Pausa.*)

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando o autor e o Relator por ter encontrado aí um meio-termo principalmente no que se refere à manifestação do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Voto vencido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator e com o autor, Ministro Vital do Rêgo, que foi muito providencial nessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Parabenizo o Senador Douglas Cintra pela sensibilidade que teve, como disse a Senadora Simone Tebet, de estabelecer uma metodologia que faz com que a comunidade escolar possa ser ouvida. Aliás, saúdo o autor, o hoje Ministro Vital do Rêgo, pela iniciativa extremamente oportuna, por tudo o que tem acontecido, pelo que está acontecendo, Senador Romário.

Está correto o Ministro quando altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para estabelecer que qualquer mudança no que diz respeito aos destinos da escola pública deve ser objeto não só de decisão de governador, de presidente, de secretário, de conselho estadual ou conselho municipal, deve passar pelo crivo: a quem de fato aquela escola serve, para quem ela existe? Exatamente para os estudantes e as famílias.

Essa lei, Senador Douglas Cintra, dialoga, por exemplo, com o que está acontecendo no País. Infelizmente, a gente viu o Estado mais rico da Federação, São Paulo, fechando escolas. Foram mais de 90 as escolas, anunciadas pelo Governador de São Paulo, que seriam fechadas, prejudicando mais de 250 mil estudantes, o que provocou toda a revolta por parte dos estudantes e de suas famílias. O Brasil inteiro acompanhou isso. Ao final, ficou claro que o Governo de São Paulo pecou exatamente porque não ouviu a comunidade, não dialogou com os estudantes e com suas famílias.

Não é à toa que as principais instituições de ensino superior de São Paulo se colocaram frontalmente contrárias à decisão que o Governador havia adotado. Os estudantes foram para as ruas e fizeram uma mobilização cidadã que emocionou o País inteiro. E mesmo assim, Senador Douglas Cintra, com toda essa mobilização que houve, liderada pelos estudantes e com a participação da sociedade, infelizmente o Governador de São Paulo adotou algumas medidas que estão trazendo prejuízos para a população.

Mas não é só São Paulo. Eu vou também fazer o registro de outro Estado que tomou medidas nessa direção, aliás, mais graves ainda, porque as medidas que estão sendo adotadas no Estado de Goiás vêm na direção de privatização do ensino, de privatização da educação. O Governador de lá, contrariando não só os estudantes, os professores, a sociedade, infelizmente anunciou transformar as escolas públicas estaduais em OS (Organizações Sociais), numa completa falta de sintonia com o que prega a LDB e a própria Constituição, quando estamos lutando exatamente para fortalecer a escola pública e a educação pública. Lá também faltou e está faltando diálogo com os estudantes, com a comunidade. Pelo contrário. Em vez do diálogo, a gente tem assistido – assim como em São Paulo e no Paraná – à polícia em cima dos estudantes.

Então, faço essas considerações apenas para relacionar com o projeto, em tese, que nós acabamos de aprovar. Alguém pode perguntar: o que esse projeto tem a ver com isso? Tem tudo a ver com isso! A lei que acabamos de aprovar agora vai consignar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Senadora Simone, que não é só – repito – presidente, governador, secretário, conselho estadual, conselho municipal, por mais que tenham legitimidade, que tomarão decisões dessa magnitude. A comunidade escolar, Senador Romário, terá que ser ouvida.

Então, eu parabeno o Senador Douglas pela sensibilidade que teve de ajustar o relatório, melhorando, portanto, a ideia do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também saudar o Senador Douglas Sintra e a ideia do Senador Vital. Mas me permita rapidamente tão somente me referir ao pronunciamento, agora, da Senadora Fátima Bezerra.

Aprovamos todo o projeto por unanimidade, e a Senadora Fátima Bezerra faz aqui ataques aos governos de meu Partido. Naturalmente não posso ficar aqui calado. Quero só fazer um comentário objetivo com base nos fatos.

É interessante que são os Estados governados pelo PSDB que têm os melhores digitadores do ensino e do Ideb: Minas, São Paulo e Goiás, que foi onde mais subiu. Não vejo o mesmo nos Estados governados pelo Partido da eminente Senadora.

Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero apenas...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não. Pode falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero apenas dizer, com todo o respeito que eu tenho ao Senador Anastasia, que não se trata de ataque, trata-se de uma constatação. Eu aqui não inventei nada. Tudo isso foi, vem sendo fartamente noticiado pela imprensa de todo o País. Então, é fato. Apenas relatei que – repito – a lei que nós acabamos de aprovar é muito boa porque vem na direção exatamente de impedir esses desatinos que estão acontecendo. Agora se é em São Paulo, Goiás ou Paraná, enfim, não me importa. Pode ser onde for. Eu estou me reportando a fatos. Fatos – repito – relatados.

Com relação aos IDEBs, eu respeito a opinião de V. Exª, mas há controvérsias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu não tenho condições, Sr. Presidente, eu vou só... Até para celeridade dos assuntos... A questão do IDEB... E até gostaria... Depois vou apresentar uma solicitação formal para que o Ministério apresente os dados objetivos do IDEB, que é um dado do Governo Federal que nós todos respeitamos. É impressionante a resistência de alguns a dados objetivos, matemáticos, apurados pelo Governo Federal, sobre a qualidade do ensino nos Estados que mencionei.

Mas eu não quero politizar aqui na Comissão que, aliás, com a presidência de V. Ex^a, vai muito bem, com a aprovações importantes. Naturalmente nós conhecemos bem o estilo daqueles que me antecederam aqui, o estilo da fala, certo mecanismo de politizar as coisas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu não vou politizar mais essa questão do que já está sendo politizada, mas gostaria de entrar no mérito, porque eu acho que a matéria é realmente de grande relevância.

O Senador Vital do Rêgo foi muito feliz, mas nós não podemos esquecer que o Relator, Senador Douglas Cintra, teve a capacidade realmente de aprimorar o projeto. Da forma como estava, realmente dificilmente teria condições práticas de ser executado.

É importante mencionar, no mérito, que as unidades escolares a partir de agora poderão sofrer reestruturação, claro, ouvindo a comunidade. Não vou entrar no caso concreto do Estado de São Paulo ou de qualquer outro Estado, mas é importante que o faça. Eu acho que esse projeto vai ser uma luz para podermos esclarecer à comunidade escolar, aos pais, às mães, aos professores a importância hoje de se gastar certo do que se refere a educação.

Eu acabei de receber um artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, da nossa queridíssima Senadora Marta Suplicy, que começa com a seguinte frase: “Existe algo mais importante do que o investimento no professor que trabalha com educação básica?” É aí que nós temos que centrar fogo, gastar todas as nossas energias. Se nós não tivermos um bom professor, que tem uma boa licenciatura, com a vida acadêmica dele realmente preparada, nós não poderemos discutir nada mais em relação a educação.

Eu particularmente sou a favor da reestruturação das escolas. Eu acho inclusive que não é por nenhuma questão de economicidade, não é nem por uma questão econômica, que é um fato importante para que nós possamos com isso gastar mais onde deve haver gasto, que é melhorar a qualidade do ensino, pagamento de um piso salarial decente para o professor, mas mais do que pela questão da economicidade.

Nós não podemos esquecer que estamos lidando com crianças. Colocar uma criança do Ensino Fundamental I, junto com uma do Ensino Fundamental II ou a do Ensino Fundamental II junto a do Ensino Médio... Nós temos crianças convivendo com problemas que não são próprios da sua faixa etária. Você coloca crianças de 14 anos, do Ensino Médio, convivendo com uma criança de 9 anos. E ela não está preparada para ver a droga, que rola muitas vezes na escola, para a questão da violência, da arma branca que um aluno mais velho muitas vezes leva para o recinto escolar, sem contar a questão sexual, sobre a qual eu não vou nem entrar em detalhes. Hoje, infelizmente, as escolas não conseguem ter essa segurança em relação ao aluno.

Por essas questões de mérito, eu entendo que este projeto vai permitir que, com muito diálogo, se esclareça aos pais que é preferível que gastem mais cinco minutos deixando um filho numa escola e outro filho noutra escola, para que o aluno tenha condições de frequentar uma escola decente, de qualidade, bem preparada, com professores preparados e melhor remunerados.

A economicidade que poderá ocasionar essa reestruturação das unidades escolares pode permitir que os Municípios e os Estados gastem mais com os professores, qualificando-os e aumentando os salários dos professores que educam nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, só para registrar que, durante o tempo para construir o relatório, pude conversar, participar e ter um bom diálogo com a Senadora Simone, que evidentemente está nesta Casa fazendo um excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas para endossar as palavras da Senadora Simone, que fez uma análise muito clara sobre a necessidade imperiosa de acompanharmos os tempos, que são outros e as dificuldades vão surgindo.

Se nós continuarmos com as dificuldades do presente, cuja tendência é se agravarem, em função da falta de medidas concretas para permitir que haja a estagnação dessa crescente desaceleração da economia, com certeza Municípios e Estados brasileiros terão muitas dificuldades.

O mérito do projeto é criar uma metodologia de como fazer a condução dessa discussão em torno do melhor aproveitamento da infraestrutura já disponível, como também das possibilidades daquele ente, seja Município seja um governo estadual. É louvável a iniciativa e tenho certeza de que estabelece um marco diferente para se discutir essa questão. Agora, discuti-la é necessário, em função de tempos diferentes que passa a viver o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 23/02/2016.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 379, de 2015, que “altera o Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991”, a qual “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do programa.

A proposição compreende dois artigos, dos quais o primeiro altera dispositivos da referida Lei nº 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet, acrescentando, aos segmentos de atividades culturais relacionados no art. 18, a que poderão ser destinadas as doações e os patrocínios incentivados, a “produção de obras literárias, fotográficas e videográficas da gastronomia regional e nacional, bem como doações e acervos gastronômicos (culinária, bebidas, materiais e utensílios usados na produção de alimentos)” e, aos segmentos dos projetos culturais a serem apresentados para fins de incentivo previstos no art. 25, a “gastronomia brasileira”.

O segundo e último artigo preveem que a projetada lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, esclarece o autor que o projeto busca garantir, de modo explícito, a inclusão da gastronomia entre as formas de manifestação cultural que podem ser objeto de incentivo pela Lei Rouanet. Explica, também, que o termo “gastronomia”, no contexto, corresponde a seu sentido mais amplo, abrangendo “a culinária, as bebidas, os utensílios e materiais utilizados, os cardápios [e] as técnicas de preparo dos alimentos”. Frisa ainda o processo de evolução constante das práticas gastronômicas envolvendo novas tecnologias e processos produtivos que buscam propiciar o entretenimento e o prazer da degustação, de grande interesse para o turismo e para cotidiano dos cidadãos.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Análise.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre cultura, a exemplo do projeto em análise.

Não há dúvida de que as práticas sociais de preparo e consumo de alimentos constituem um campo de grande relevância cultural. Já o deixa evidente a consagrada definição de patrimônio cultural constante do *caput* do art. 216 da Constituição da República, complementada, em especial, por seu inciso II:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

.....
II – os modos de criar, fazer e viver;

É certo que a cultura alimentar permeia o dia a dia das comunidades, adquirindo ricos valores simbólicos e de interação social, podendo vincular-se, inclusive, a momentos especiais como festividades e rituais. Tem, assim, marcante expressão no que se refere aos “modos de criar, fazer e viver”.

Sob o ponto de vista patrimonial, não há, decerto, como tombar os bens materiais produzidos pela culinária, caracterizados pela perecibilidade e que só adquirem seu pleno sentido ao serem consumidos. Como patrimônio imaterial, contudo, os bens da cultura alimentar podem e devem ser reconhecidos, o que tem sido feito em relação às técnicas de preparo de certos alimentos, vinculados a determinados contextos socioculturais. Assim, foram registrados como Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o Ofício das Baianas de Acarajé e o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas.

Em um quadro não apenas de acelerada mudança de hábitos alimentares, mas também de uma acentuada tendência a sua uniformização, é muito importante reconhecer e valorizar as práticas da cozinha tradicional e regional, que correm o risco de perder a sua relevância junto aos grupos sociais que as criaram ou adotaram, juntamente com uma série de valores simbólicos e comportamentais que as acompanham. Por outro lado, também se opõe a essa “homogeneização de saberes e sabores” a criatividade na composição de novos pratos e outros produtos, especialmente quando se baseia na reinvenção de comidas, bebidas e ingredientes tradicionais ou no emprego de ingredientes nativos de uso menos comum na culinária.

Em São Paulo, por exemplo, a manutenção da cultura interiorana, na qual está inserida a cultura tropeira, tem que necessariamente passar pela preservação da culinária caipira, que incluem o torresmo, o feijão tropeiro, o arroz de carreteiro, os bolinhos de farinha de milho e de mandioca, com diversos recheios, a galinhada e o café caipira com bolinhos de chuva. Alimentação de riqueza e valor não somente nutricional, mas também cultural e social, assim como são as expressões musicais, artísticas literárias daquela região.

Julgamos, assim, que a iniciativa é meritória, em sua preocupação de incluir, de modo explícito, as atividades vinculadas ao preparo e consumo de alimentos no rol das que podem receber os benefícios previstos na Lei Rouanet. A possibilidade de revogação dessa lei pelo Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que institui o Procultura e tramita, presentemente, nesta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não afeta, em si mesma, a avaliação do mérito da proposição.

Uma questão que se apresenta de início, contudo, é a da escolha dos termos que melhor abarquem tanto a dimensão cultural como a dimensão criativa da culinária. Se o conceito de – entre aspas – “gastronomia” contempla bem o aspecto criativo e até mesmo artístico da culinária, o conceito de – entre aspas – “cultura alimentar” é o que melhor traduz toda a riqueza antropológica das práticas coletivas vinculadas à alimentação. Julgamos, portanto, que se deva seguir o caminho já apontado pelo Deputado Jean Wyllys, quando propôs emenda substitutiva ao Projeto de Lei (PL) nº 6.562, de 2013, da Câmara dos Deputados, de objetivo similar ao do projeto que ora analisamos, que é o de adotar ambas as denominações comentadas, ou, mais precisamente, as de “gastronomia” e de “cultura alimentar tradicional e popular”.

Por outro lado, devemos buscar uma redação clara e concisa para a alínea “i”, que se pretende acrescentar ao §3º do art. 18 da Lei Rouanet, de modo que não destoe das alíneas que a antecedem, e que bem defina quais seriam os “segmentos” – vale dizer, os tipos de atividades de interesse cultural – suscetíveis de receber doações e patrocínios incentivados. Para isso, deve-se considerar que grande parte das atividades relacionadas à gastronomia, por apresentarem viabilidade comercial, não necessitam de incentivo do Estado por meio do Pronac, que é a Lei Rouanet.

Julgamos que se deva privilegiar assim as atividades de, entre aspas, “pesquisa e registro, formação e transmissão de conhecimento” – de modo similar, mas bem mais conciso do que o que se propõe no projeto sob exame ou no referido substitutivo apresentado e aprovado na Câmara dos Deputados.

No que se refere à expressão – entre aspas – “doações e acervos gastronômicos (culinária, bebidas, materiais e utensílios usados na produção dos alimentos)” – fecho aspas –, constante da proposição sob análise, julgamos que se deva entender como “doações de acervos gastronômicos...”, destinadas, em princípio, a museus ou instituições similares. Aí faria sentido, não é? Avaliamos que, além da conveniência de se buscar uma redação mais concisa, a ação assim denominada já está contemplada no texto em vigor da Lei Rouanet, no §3º do art. 18, em suas alíneas “e” (“doações de acervos para museus ... bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para manutenção desses acervos”) e “g” (“preservação do patrimônio cultural material

e imaterial”). Ademais, está compreendida na redação que propomos acima, especialmente no que se refere a “formação e transmissão de conhecimento”.

Entendemos, por fim, que se deva incluir a expressão “cultura alimentar popular e tradicional” também na ementa do PLS nº 379, de 2015, assim como no inciso que se propõe adicionar ao art. 25 da mencionada lei.

Por tais razões, apresentamos a emenda que se segue, por entendermos que possa melhor configurar o objetivo de incentivar os segmentos culturais da gastronomia e da cultura alimentar, patente no projeto sob exame.

Voto.

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, o voto é pela aprovação do PLS nº 379, de 2015, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2015

Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, para inserir a gastronomia brasileira e a cultura alimentar tradicional e popular como segmentos beneficiários do programa.

Art. 1º Os arts. 18, §3º, e 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com os seguintes acréscimos redacionais:

“Art. 18.....

.....

§3º.....

.....

i) gastronomia brasileira e cultura alimentar tradicional e popular, compreendendo atividades de pesquisa e registro, de formação e de transmissão de conhecimento.” (NR)

“Art.25.....

.....

X – gastronomia brasileira e cultura alimentar tradicional e popular.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu queria primeiro parabenizar o Senador Davi Alcolumbre pela iniciativa de apresentar um projeto de lei com essa dimensão e parabenizar a Senadora Marta Suplicy por seu relatório.

De maneira muito sintética, quero acrescer, Senadora Marta, que o tema da gastronomia, além da questão imaterial, tem uma relevância econômica fundamental. Em Minas Gerais, durante o meu governo, fizemos um programa de estímulo à gastronomia que resultou no convite ao Estado para participar do Madrid Fusión, que é considerado o óscar da gastronomia, na Espanha, dando de fato grande destaque à gastronomia de nosso Estado, que tem um peso muito importante na formação cultural de Minas. E da mesma forma, nos demais Estados da Federação. Então acho que essa iniciativa é muito louvável.

O parecer está muito bem lavrado, e as sugestões apresentadas, sob o ponto de vista técnico, pela Senadora Marta, aprimoram e aperfeiçoam o projeto.

Portanto, quero parabenizar a ambos, autor e Relatora, e definir aqui o meu voto, naturalmente, pela aprovação de tal projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, também na mesma linha do Senador Anastasia, quero parabenizar o autor e a Senadora Marta – viu, Senadora Marta? – pelo brilhante relatório que fez.

É muito oportuno, claro, incluir no rol da Lei Rouanet a questão da gastronomia.

Eu encerro, dizendo que o bom relatório que a Senadora Marta fez é uma homenagem, inclusive, Senadora, a todos aqueles e aquelas que no Brasil se dedicaram ao tema da alimentação. E me permita aqui fazer o registro de quem é considerado como o maior pesquisador da cultura da alimentação, que é o meu conterrâneo Luís da Câmara Cascudo. Ficou conhecido, Senador Romário, como o maior pesquisador. Dois livros que

ele publicou viraram *best sellers*, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Refiro-me exatamente a: *História da Alimentação no Brasil* e *Sociologia da Alimentação no Brasil*.

Então, o projeto de V. Ex^a, inclusive, homenageia Câmara Cascudo e todos aqueles e aquelas que se dedicaram a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Encerro a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 211, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Psicólogo.

Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – A proposição consta de dois artigos: o art. 1º propõe a referida efeméride, enquanto o art. 2º sugere que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a data de 27 de agosto já é consagrada pela categoria, por se tratar do dia da edição da Lei nº 4.119, de 1962, que regulamentou a profissão de psicólogo.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.689, de 2015, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC 211, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Como bem afirma o autor da matéria, a instituição do Dia Nacional do Psicólogo, além de chamar a atenção de toda a sociedade para tão importante profissão e convidar a refletir junto com os profissionais acerca dos assuntos de interesse de todos, constitui uma ótima oportunidade para que o povo homenageie a categoria.

Segundo dados do Conselho Federal de Psicologia, existem cerca de 257.000 psicólogos em todo o País, que prestam relevantes serviços em consultórios, escolas, universidades e organizações diversas na área terapêutica, de psicologia clínica ou de aconselhamento psicológico, e em diversas áreas relacionadas ao comportamento humano, como a psicologia do trabalho nos ambientes industriais ou organizacionais, psicologia educacional, psicologia esportiva, psicologia da saúde, psicologia do desenvolvimento, psicologia forense, psicologia jurídica, entre outras.

A criação dessa efeméride permitirá à sociedade conhecer o trabalho dos milhares de profissionais que representam a categoria em todo o País, bem como suas áreas de atuação. Com efeito, a instituição do Dia do Psicólogo proporcionará a oportunidade para mostrar à sociedade a abrangência do trabalho do profissional de Psicologia e permitirá aos brasileiros reconhecer e valorizar a importância dessa profissão.

Sendo assim, é sem dúvida pertinente, justa e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional do Psicólogo, não apenas no sentido de disseminar o conhecimento e valorizar a importância da atuação desse profissional, como também para oficializar a data já tradicionalmente consagrada pela categoria.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cabe, igualmente, apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está regulamentada pela Lei nº 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/

ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, no dia 12 de maio de 2015, cujo tema foi a instituição do dia 27 de agosto como o Dia do Psicólogo. A audiência contou com a participação de representantes do Conselho Federal de Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília. Os oradores foram unânicos em ressaltar a importância do dia 27 de agosto para a categoria profissional dos psicólogos.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de abril de 2001.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica. O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 211, de 2015.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório...

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para esse projeto ir a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Desculpe-me por tê-lo interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Haverá um requerimento de urgência.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 192, de 2015

- Não terminativo -

Confere o título de Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores à cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Esperidião Amin

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vem ao exame da Comissão de Educação, em sede de decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 192, de 2015, do Deputado Esperidião Amin, que confere o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores à cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

O oferecimento da proposição, segundo seu autor, se apoia no fato de que o golfinho da espécie *Tursiops truncatus*, que pode ser avistado não apenas no litoral de Santa Catarina, mas em todo o litoral brasileiro, tem presença destacada na paisagem do Município de Laguna. Essa localidade, segundo o autor do projeto, se destaca pela ocorrência da pesca cooperativa com esse mamífero marinho, fato que ocorre em apenas outros dois pontos no mundo: na África e na Austrália. Segundo o autor, a proposta tem a intenção de não só proporcionar a divulgação dessa forma peculiar de cooperação entre golfinhos e pescadores, como também chamar a atenção para a necessidade de conservar os ecossistemas lagunares da região.

Oriunda da Câmara dos Deputados, a proposição foi despachada a este colegiado para análise e emissão de parecer, devendo ser submetida, em seguida, à decisão do Plenário.

Não houve o oferecimento de emenda ao projeto.

Análise.

Compete à Comissão de Educação, com fulcro no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições referentes a cultura, como é o caso da proposição em comento, que visa conferir título a um Município do Estado de Santa Catarina.

O fenômeno destacado pela proposição é, de fato, único no Território nacional. Em tempos em que Estado e sociedade civil conjugam, cada vez mais, esforços para a preservação do meio ambiente e para a valorização das riquezas naturais, nunca serão excessivas as ações que visem exaltar o nosso patrimônio natural.

Outro aspecto relevante a destacar consiste no fato de que a atribuição de títulos da natureza do que se pretende, por meio da proposição sob análise, outorgar, tem o condão de dar visibilidade ao Município e estimular o turismo. Tal fato proporciona o fortalecimento da economia local e a conscientização da população no que concerne aos temas do meio ambiente.

Por isso, o projeto se reveste de inegável mérito.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, a competência da União para legislar a respeito encontra-se respaldada pelo art. 24, VII, da Constituição da República (CR). Ainda sob esse prisma, não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CR), nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas (arts. 49, 51 e 52, da CR).

O projeto de lei ordinária mostra-se de forma apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, a iniciativa encontra-se igualmente adequada.

Além disso, o projeto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Não se identificam, tampouco, registros de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria ou que haja outra iniciativa semelhante em tramitação nesta Casa. Afastam-se, assim, as hipóteses de arguição de recomendação de prejudicialidade ou de tramitação em conjunto.

Voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 192, de 2015.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), moção de apoio ao reconhecimento do Marabaixo, manifestação tradicional da comunidade negra do Amapá, como patrimônio cultural e imaterial do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para a leitura do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Trata-se de requerimento de minha autoria que, nos termos regimentais, reivindica que seja encaminhada ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) moção de apoio ao reconhecimento do Marabaixo, manifestação tradicional da comunidade negra do Amapá, como patrimônio cultural e imaterial do Brasil.

Sr. Presidente, o Marabaixo é uma das poucas manifestações culturais genuinamente brasileiras trazidas da África a partir da escravidão negra, uma manifestação cultural presente no Brasil somente no meu Estado, o Amapá, na margem esquerda do Amazonas, que retrata a resistência do povo negro à escravidão.

Essa manifestação, por todas suas singularidades, particularidades, por ser genuinamente brasileira, representar a resistência do povo negro à escravidão branca, por esse conjunto de características e por existir somente no Amapá, há muito necessita ser tombada como patrimônio imaterial do País, mas há algum tempo se arrasta o processo nesse sentido no âmbito do IPHAN.

Essa moção é para sensibilizar o IPHAN da necessidade, o quanto antes, de fazer esse reconhecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Reforço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência se coloca à disposição de V. Ex^{as} no sentido de receber, durante este mês de março, sugestões de política pública a serem objeto de fiscalização da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Convoco para amanhã, quarta-feira, às 11 horas, reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2016 (CE), de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 4 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e dez minutos do dia dois de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Ricardo Franco, Antonio Anastasia, Regina Sousa, Telmário Mota, Hélio José, Marta Suplicy e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a presente Comissão. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 11/2016-CE, de iniciativa do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular. Comparece à Audiência Pública como expositor: **Senhor João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto - IAB**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, autor do Requerimento. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa, Simone Tebet e o Senhor Senador Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e vinte e seis minutos do dia dois de março de dois mil e dezesseis, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO

Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 11/2016, da CE, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, para realização de audiência pública destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular.

Dando início a nossa audiência pública, solicito à secretária da Comissão que acompanhe o convidado para tomar assento à mesa.

O convidado de hoje é o Sr. João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB).

Por favor.

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, do *Diário do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como é de praxe aqui, nesta Comissão, convido o Senador Fernando Bezerra para presidir esta reunião.

Antes de mais nada, quero dar as boas-vindas ao Presidente e dizer que tenho certeza de que esta audiência pública terá grande importância e relevância para o momento que estamos vivendo na educação do nosso País.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Senador Romário, eu queria, mais uma vez, agradecer pela distinção e deferência de poder presidir esta audiência pública quando estamos recebendo aqui o Prof. João Batista Oliveira, profundo conhecedor da educação em nosso País que tem acompanhado esse debate em torno da Base Nacional Comum Curricular.

Era para o Prof. João Batista ter estado presente na audiência pública que realizamos na semana passada, mas, em função de imprevistos de ordem pessoal, ele não pôde se fazer presente. Assim, combinamos, com o apoio desta Comissão, de remarcar a sua presença aqui, na Comissão de Educação do Senado Federal, para a manhã de hoje.

Quero também agradecer a presença da Senadora Simone Tebet, que tem grande interesse sobre esse tema.

Esta é a terceira vez que realizamos, no âmbito desta Comissão, audiência pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular e ter, mais uma vez, a oportunidade de ouvir importantes especialistas, conhecedores e interessados no tema.

Prof. João, só para o seu conhecimento, em 11 de novembro do ano passado, realizamos a primeira audiência pública para tratar de temas com integrantes do Movimento pela Base, um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que, desde 2013, trabalham para facilitar na construção de uma base de qualidade realizando debates, estudos, pesquisas e investigando casos de sucesso de diversos países.

Na semana passada, estiveram presentes representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), bem como o representante do Ministério da Educação (MEC).

O texto inicial do que será a Base Nacional Comum Curricular foi apresentado em 16 de setembro do ano passado, pelo Ministério da Educação, e, desde então, está aberto a sugestões de qualquer cidadão que se interessar em contribuir na construção de nosso currículo.

De acordo com a página do MEC, já foram recebidas mais de 10,3 milhões de contribuições à proposta inicial. Tenho certeza de que essa iniciativa irá contribuir de forma decisiva para a melhoria dos indicadores educacionais no nosso País.

Sei que ainda há alguns ajustes a serem feitos, e, por isso, achei por bem realizarmos mais uma audiência pública e, se preciso, quantas mais forem necessárias para tratar desse tema.

Temos hoje aqui a oportunidade de ouvir o Dr. João Batista Araújo e Oliveira, que é PhD em pesquisa educacional e Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB), que está engajado em contribuir com a construção do nosso currículo comum.

Antes de passar a palavra ao Prof. João Batista, informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800612211, e através do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários ao expositor via internet.

Com a palavra o Prof. João Batista Oliveira.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Romário, Senadora Simone, é com grande prazer que eu venho a esta Sala João Calmon, esse ilustre batalhado da educação que, pela primeira vez, há algumas décadas, me trouxe aqui para tratar desse assunto permanente.

Vou falar pouco para dar mais tempo para a gente conversar e gostaria de começar por dois pontos.

Primeiro, infelizmente, Senador Bezerra, não compartilho do seu otimismo em relação à contribuição que esse trabalho da base que vem sendo feito eleve realmente a melhoria da educação, e vou justificar isto.

Em segundo lugar, a razão disso é que nós, no Brasil, temos dado muita asa à semântica, ao uso das palavras. Palavras tão caras à educação, como currículo, não são usadas, e nós inventamos palavras para desconversar a respeito de coisas importantes.

Uma das palavras mais maltratadas nesse processo, mas não apenas nesse, eu acho, é a palavra debate. Acho que, se há algo que não houve até hoje nessa base curricular, foi debate. O debate existe quando você confronta ideias com as pessoas que as defendem, e até hoje não sabemos sequer quem são os autores dessas ideias. Então, para mim, se algo não houve em relação à base, foi debate. E, sem debate, como V. Ex^{as}, aqui, nesta Casa, bem sabem, as coisas não avançam.

Basicamente, o tema que me parece importante para a consideração desta Casa e do País é a questão do processo, da legitimidade do processo. Nós hoje vivemos, no Brasil, várias outras circunstâncias em que, diante do debate de questões importantes da Presidência, do Presidente desta Casa e muitas outras, se discute o tema, sim, mas se discute o processo do tema. O processo, quando não é legítimo, invalida a substância.

O meu questionamento é que o processo de encaminhamento da base curricular não é legítimo – ele é legal, mas não é legítimo – porque não segue os parâmetros, os ditames internacionalmente conhecidos e reconhecidos como parâmetros para se fazer um currículo, além de não seguir coisas óbvias, como dar nome às coisas, informar devidamente a sociedade, etc.

Então, a ideia de que há dez milhões de opiniões assusta, muito mais do que ajuda. Não é assim que se faz um currículo. Isso não é um jogo de plateia. Isso é algo que tem fases, e, em alguma fase, sim, tem de se ouvir um grande público, mas estamos longe dessa fase.

Então, espero convencer V. Ex^{as} de que há um atropelo de legitimidade e, quem sabe, levar às instâncias devidas essa consideração, para que isso seja recomeçado de onde se deve começar.

Obviamente, eu compartilho com todos da ideia de que o País precisa ter um currículo. Acho que a palavra usada no mundo inteiro é currículo ou programa de ensino, não há razão para neologismos, e há razões pelas quais as pessoas não gostam de usar essas palavras.

Um programa de ensino estabelece o que a Nação espera de seus cidadãos no futuro, e um currículo se faz, também, em concerto com o País diante do mundo. Todo dia o conceito de estado ou nação é colocado em questão, a cada dia mais somos globais, e é impossível, hoje, se pensar num processo educacional, num projeto educacional e num currículo sem se levar em conta a inserção de qualquer país dentro do concerto internacional.

Portanto, parâmetros internacionais, tanto para fazer currículo quanto para aferir a sua validade, que é o Pisa, têm de ser levados em conta quanto a gente trata dessas questões. E nada disso foi levado em conta.

O currículo, obviamente, deve ser ensinado, deve dizer o que deve ser ensinado em cada nível, em cada série, deve ter uma definição dos níveis, tem uma estrutura e uma sequência, tem um tempo, tem uma realidade, que são as escolas e os professores, e tem que prever uma transição, que vai afetar na formação dos professores, no trato com os professores atuais, na produção de livros didáticos, nos processos de avaliação. Nada disso foi levado em consideração. Nada disso foi pensado.

Depois, também faltou o ritual pelo qual essas coisas foram feitas e faltou, como falta até hoje, transparência.

Vou entregar a V. Ex^a e a esta Comissão uma lista de quatro páginas de perguntas que não foram feitas e não foram respondidas. São perguntas básicas que me parecem importantes para dar transparência.

Quais são as questões que, a meu ver, são fundamentais antes de se começar um currículo? A primeira coisa é levar em conta o sistema escolar. Este sistema escolar que temos, que hoje tem uma educação infantil, um ensino fundamental, um ensino médio e um ensino superior lá na frente, uma formação profissional, é assim mesmo ou precisa ser questionado? É para esse sistema, que não funciona, que nos coloca entre os piores lugares do Pisa, que expulsa do ensino médio 40% dos alunos, segundo o qual apenas 9% dos alunos das escolas públicas adquirem os níveis mínimos no ensino médio, que a gente quer montar um currículo? Ou antes de montar um currículo, a gente tem que pensar nesse sistema?

Essa pergunta não foi discutida, como se isso fosse irrelevante e como se, ao promulgar um novo currículo, a gente não estivesse engessando um passado que pune violentamente camadas expressivas das populações, especialmente os jovens que chegam até o ensino médio. Isso não foi discutido. Não é que não foi levantada a questão; não houve debate antes de se pensar no currículo. Não houve – e a própria forma do currículo mostra isso – uma orientação sobre a articulação entre os níveis. Qual articulação? Entre a educação infantil e o ensino fundamental, entre o ensino fundamental e o ensino médio, entre o ensino médio e o mundo do trabalho e a universidade. Nada disso foi pensado, nada disso foi debatido, e fazer um currículo sem debater é levar ao fracasso e ao desatino, como o caso dessa proposta que vem por aí.

Outra coisa importante, já no nível mais técnico, mais fundamental: de que tempo estamos falando? Estamos falando de 800 horas por ano, estamos falando de 1.200 horas por ano, de tempo integral para que níveis? Sem falar nesse tempo, como alguém que vai fazer um currículo de português ou de matemática vai saber que carga alocar para se fazer qualquer coisa?

Falou-se... Coloco o “se” porque essa frase não tem sujeito. Os documentos não são assinados, ninguém os assume... Ao entregar o documento à Nação, o então Ministro escreve que esse documento não é do MEC. Está escrito. Embora o *site* mude toda hora, falta transparência, falta documentação... Mas, quando não se diz o que é o tal dos 60% ou o que são os 40%, ou quando não se discute previamente o que é e por que é preciso, ou não, ter tempo opcional... E, depois, qual a relevância desse tempo opcional? É ter a opção para o aluno, é ter opção para a escola, é ter opção para o sistema de ensino, é ter opção para a região? Qual a razão de ser disso? Quer dizer, opção não é uma ideologia: temos que ter opções. Não é assim que se discute. Qual a razão de ser? Como é isso nos outros países? Como é isso no mundo globalizado?

O que falta aqui é se entender o papel da escola e a articulação da escola entre o particular e o universal. Quer dizer, o particular é onde as pessoas vivem, é onde as pessoas estão; o universal é onde a educação pretende levar as pessoas. Se a educação não tem clareza da sua função e dessa dialética, dessa articulação, ela não sabe a que veio, como esse documento que se chama de base curricular não sabe a que veio.

Ao não termos discutido antes e ao não ter o Ministério da Educação, que tem o poder legal de dirimir e de decidir sobre essas questões, nós demos, entregamos a um conjunto de pessoas, que não sei bem quem são bem quem são, a tarefa de fazer algo sem rumo. Então, o resultado que nós temos e que foi objeto de alguns comentários bastante rigorosos no pouco espaço que isso teve na imprensa mostra que chegamos a lugar nenhum.

A outra questão é, parece-me, um caso de imperícia profissional, aquilo que os americanos chamam de *malpractice*. Um país que, há 40 anos, se recusa a discutir o assunto, de repente, quer fazer um currículo para todas as séries, todos os níveis, todos os graus. Quer dizer, no mínimo, é falta de humildade, mas, certamente, é falta de prudência. Nós não temos o hábito, a maioria das pessoas que participaram das comissões para fa-

zer os currículos são pessoas que, até anteontem, falavam mal, falavam contra. Como é que, de um momento para outro, você adquire uma competência para fazer algo que, em sua vida histórica, no seu passado, no seu discurso, na sua prática, você disse que não funciona, que não serve para nada?

Há, aí, um caso, a meu ver, de imperícia por parte do Ministério da Educação na condução desse processo. E, mais, um processo açodado. Um currículo se faz durante muito tempo, durante muitos anos, requer muita discussão. Ele não se faz com prazo de dois meses. Quer dizer, acreditar que, realmente, a comissão foi nomeada no dia que está lá no *Diário Oficial* e entregou um documento dois meses depois é impossível. Dois meses não seria tempo suficiente para se fazer nem a revisão editorial. É impossível! Quer dizer, existe alguma mentira. Existe alguma história não contada por aí, algo que teria sido feito antes ou feito ao lado ou que não foi feito, porque não dá para acreditar.

No entanto, ainda que tenhamos tido esse... Vamos imaginar que, de repente, o País ficou eficiente, que se conseguiu que inúmeros grupos coordenassem todo mundo e fizessem dentro da mesma orientação.... Não é assim que se faz! Ainda que houvesse uma explicação plausível, não se faz assim.

Outra questão sobre a qual não houve debate, e aí não é culpa do Governo, mas da ausência da sociedade civil, da ausência da imprensa, da ausência da oposição, da ausência das elites do País, é a forma de se fazer. Quer dizer, a forma como foi feito o currículo é a forma como o País vem sendo governado, a forma de um Estado aparelhado. É exatamente igual. É a forma pela qual foi aprovado o PNE, esse PNE dos 10% impossíveis.

Quer dizer, será que já não estamos cansados, será que a sociedade, ainda que com dificuldade, já não está dando sinais de que não é essa a forma como o Brasil quer ser governado, a forma de um Estado aparelhado, de um Estado em que só vale um lado? Quer dizer, se não fosse isso, não haveria nenhuma explicação para o currículo de História. O currículo de História, de que todo mundo fala, porque teve mais publicidade, reflete a total imersão ideológica como o ponto de partida. No entanto, isso ninguém discute e é igualzinho nas outras partes do currículo. Isso não foi debatido. Nem o Consed, que é um órgão um pouco mais esclarecido, onde há, pelo menos, um mínimo de espaço de oposição, onde há governadores que parece ser de oposição, nem discute essas questões. Então, a sociedade é que parou de debater, que renunciou a discutir. E, agora, aqui, esta voz de João Batista, que tem a cabeça pronta para ser cortada e colocada na bandeja, está trazendo à reflexão de V. Ex^{as}.

Quer dizer, o Brasil está cansado dessa forma de se conduzir as coisas, a sociedade passa por um momento difícil, em que, certamente, o tema não terá tido a importância que deveria ter na imprensa e tal, mas como é que se explica que nenhuma universidade do País tenha aberto um debate sobre o tema? Nenhuma! Como é que se explica isso? Como é que isso passa em branco? Como é que pode haver, em uma sociedade democrática, o processo do assunto mais polêmico do mundo, que é o caso do currículo de qualquer país, e ninguém questionar? Quer dizer, não se questiona porque há o aparelhamento dessa instituição para que não haja debate. Isso não pode ser ingênuo. Não se pode engolir isso a seco. Alguém tem que chamar o reitor e perguntar: "Escuta, reitor, não vai promover um debate?" Ninguém é contra? Ninguém tem opinião diferente? Todo mundo é como carneirinho? Todo mundo vai mandar a sua informação lá para o escaninho, para o e-mail do MEC, e ninguém vai saber o que se vai fazer com aquilo? Não é possível que ninguém esteja enxergando que há um processo total de aparelhamento, de manipulação, em que a sociedade, caladinha, só tem como espaço mandar um e-mail para algum lugar onde não sabe o que vai acontecer com as suas opiniões, não é?

E, obviamente, temos aí, dos meus colegas da comunidade acadêmica, uma omissão culposa, com raríssimas exceções. Provocados, sobretudo, a partir daquele artigo que eu escrevi lá no *Estado de São Paulo*, um ou outro começou a dizer: "Ah, é mesmo! Quem sabe? Isso não pode!". Alguns falam com mais contundência, outros, com menos contundência.

Então, Senador, eu quero caracterizar, com isso que eu disse até aqui, que esse processo pelo debate da Base Nacional não houve. Há um processo de imperícia, pois a forma como foi feita não é uma forma reconhecida na comunidade internacional para se fazer um currículo, e, portanto, essa questão deve ser recolocada na sua base, que é a base zero.

O segundo ponto, e serei breve, é o debate.

Quando eu digo que não houve debate, é porque não houve. Quer dizer, o debate teria havido se, primeiro, houvesse uma proposta geral e fossemos discutir os princípios dela, o que não houve isso, ou se, ainda, os autores de cada parte, que a gente não sabe quem são, nem quem é o responsável por tudo, se apresentassem: "Eu sou o autor e vim aqui debater. Quais são as opiniões?" Não houve isto, em nenhum lugar. Houve aqui uma conversa ou outra, informal, etc.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de saber se eu já poderia ir intercalando algumas perguntas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ele está dizendo que vai encerrar daqui a cinco minutos justamente para estimular o debate.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então está bem, porque... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – V. Exª será a primeira a indagar.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Eu vou abreviar.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que debate é outra coisa. Debate é as pessoas se exporem, e se exporem com o fim de chegar à verdade. Não é para ninguém ganhar, para ninguém perder, nem para haver consenso. Isso é debate, e não houve isso. E a prova de que não houve avanço é que esse pessoal que se dedicou no Movimento pela Base apresentou uma proposta bem educada que, basicamente, está dizendo “isso que vocês fizeram é uma porcaria”. Quer dizer, esse é o grupo que mais tentou influir e que não conseguiu sequer influência. Então, não houve confronto, não houve debate, e, certamente, essa não é a forma.

Então, concluindo, eu acho que aquilo que cabe a V. Exªs fazer, se acatarem as minhas provocações aqui, é denunciar a imperícia desse processo como um processo inaceitável, um escárnio, uma ofensa à sociedade brasileira, à educação, e propor que se comece de novo, com base naquilo que nós sabemos a respeito de como se faz um currículo. Eu acho que o Brasil merece isso.

Agradeço muito a V. Exª por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Prof. João Batista.

Certamente, teria sido instigante se a audiência pública da semana passada tivesse podido contar com a presença de V. Exª, tendo em vista que nós ouvimos um lado dessa discussão – ouvimos os representantes do MEC e os representantes de algumas instituições, como a Undime e o Consed – que aponta numa direção contrária à que o Prof. João Batista aqui discorreu. Mas eu resumiria essa fala do Prof. João Batista dizendo que é uma provocação à Comissão de Educação do Senado para que nós possamos nos posicionar em relação a esse tema, que é tão importante para o futuro da educação brasileira.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Primeiramente, quero parabenizá-lo, Senador, por esta audiência. Infelizmente, não pude estar presente na do Governo, mas vou vê-la pela internet.

Eu tinha três questões. A primeira é um pouco distante do assunto, mas eu tenho a curiosidade de saber a opinião do Sr. João Batista Oliveira sobre o seguinte: quando esteve aqui, na nossa Comissão, o ex-Ministro Mangabeira Unger, ele apresentou uma posição sobre currículos que eu achei interessante, porque era uma diminuição de currículos – pois ele achava que tudo ficava muito genérico, superficial – e era o contrário do que hoje se propõe. São menos assuntos e maior aprofundamento, mais liberdade para o aluno pesquisar e caminhar por outras direções. Eu gostaria de saber a sua opinião.

Outra questão: aqui nos deram, por parte do Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, uma... Eu estava vendo um documento que foi dado, distribuído agora, que não bate com o que V. Exª está falando, porque diz que a formulação da Base Nacional Comum Curricular tem como destaque a pluralidade das propostas. Esse documento que nos entregaram agora é do dia 31 de julho de 2015. Então, já é um documento de vários meses. Não é um documento de dois meses, que se publica no *Diário Oficial* e daí a dois meses sai uma proposta. E o documento diz que o portal da Base Nacional Comum, lançado na quinta-feira, dia 30 de julho de 2015, é um espaço virtual de participação para agregar ações e informações e permitir interação entre os interessados em elaborar um documento de referência para a educação básica. Quer dizer, coloca-se como um portal aberto. E aí diz que o Secretário de Educação Básica do Ministério, Manuel Palácios, destacou a pluralidade na formulação da proposta da Base Nacional Comum – isso foi o que me intrigou – que está sendo redigida por representantes de 35 universidades e dois institutos federais de educação, ciência e tecnologia e professores das redes públicas estaduais dos 26 Estados e do Distrito Federal indicados pelas secretarias estaduais de educação. Os gestores das redes públicas estaduais também estão indicados pelas secretarias, e, segundo o Secretário, é um grande pacto entre os entes federados. E diz que o portal é uma ferramenta para a construção democrática da Base Nacional Comum Curricular com ampla consulta à sociedade. Então, vai na direção oposta do que o senhor colocou. Eu queria saber o que significa isso.

Além disso, eu gostaria de fazer outra pergunta.

Fui Prefeita de São Paulo e tomei muito cuidado para colocar nas nossas bibliotecas, principalmente nas 21 que foram criadas nos CEUs e nas outras também, uma bibliografia escrita por negros e sobre negritude, sobre África e tudo mais. De indígena, não. Foi uma pena não ter acoplado. Essa foi um pouco a nossa pre-

ocupação. Eu tinha a preocupação de como trazer mais esse contexto na formação do nosso aluno, porque, se nós fomos pensar – esse talvez seja o mergulho ideológico que foi dado –, mais da metade da população brasileira é afrodescendente. Eu gosto, o senhor provavelmente goste, a Senadora Simone, a Senadora Regina e o Senador Bezerra gostam de uma comida com muita influência afro, assim como a nossa música e a nossa dança. Portanto, nós somos um povo com uma marca afro extremamente forte. Isso é o que nos caracteriza, até internacionalmente, quando falamos do samba e tudo mais. Então, não é fora de propósito. O que é fora de propósito é o jeito com que está sendo proposto.

Então, eu queria saber como o senhor faria essa inserção de uma forma que conversasse mais, porque pelo jeito isso não funcionou. Eu não o conheço, mas, como está aqui no Senado, a convite do Senador Bezerra, deve ser um grande especialista. Como faria a inserção disso tudo que estou falando de uma forma que não ignorasse que somos um povo também formado pelo ocidente? Nós temos que ter essa formação também na nossa juventude muito forte, visto que a outra metade da população brasileira também descende de ocidentais e de asiáticos.

Por favor.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Vou começar pelo mais fácil, que é a proposta do Ministro Mangabeira.

Independentemente do mérito da proposta, de concordarmos ou não com ela, ali havia um processo honesto. O Ministro escreveu no jornal: “Vamos conversar.” Ali havia o debate, e eu podia discordar dele. Ele convidou grupos heterogêneos de especialistas que não eram só das universidades federais ou do Pacto Federativo, mas também da sociedade, da comunidade, e que discordavam. Ele os chamou. Ali havia um processo, independentemente de eu gostar ou não das ideias dele ou dele. É assim que se faz. É necessário alguém que assuma uma ideia e proponha: “Vamos conversar. Vamos debater.” Ali havia um processo.

Obviamente, há um detalhe. A ideia de haver menos coisa e mais profundidade é muito melhor do que haver mais coisa em profundidade. É óbvio. É um caminho, sim. Mas o que estamos discutindo, o ponto que eu levanto aqui é o do processo. Ali, sim, havia um processo. Talvez ele não tivesse a legalidade formal, a legitimidade formal, mas tinha – embora não tenha continuado – a capacidade de fazer, porque é um homem que vem de uma comunidade acadêmica realmente inserida no contexto real da vida acadêmica.

O segundo ponto, sobre o qual vou me estender um pouco mais, refere-se àquilo que o MEC diz e àquilo que acontece. Quer dizer, se olharmos as datas, é muito estranho. Há várias maneiras de analisarmos isso. Vou dar só um exemplo para a senhora entender bem como a desconversa atrapalha a conversa.

Quando o pessoal desse núcleo pela base fez uma proposta de sessenta nomes para o MEC para compor a comissão, o MEC só aceitou três. Mas, ao olhar as datas, é possível ver que essas três pessoas já estavam na comissão, que foi criada antes. Então, alguém tem que dizer ao País o que aconteceu de fato. Quando começou isso? Quando as pessoas foram convocadas? Quem escreveu os documentos? Como as pessoas foram convidadas?

Outra questão: o fato de ser das universidades federais – permita-me dizer, se estiver alguém presente me ouvindo – não legitima nada. Eu vou dar apenas um exemplo. Há poucos meses, poucas semanas, fiz uma apresentação na Academia Brasileira de Ciências, em que examinei a questão da base curricular na área de ciências, e tenho o documento, que vai ser distribuído e apresentado a V. Ex^{as}.

Ao assumir essa tarefa, eu fui aonde um pesquisador vai, que é nas referências publicadas, e identifiquei os 87 programas de pós-graduação em ensino de ciências no Brasil. Isso é um absurdo! Devia haver 5 ou 6, bons; nós temos 87. E fui pegar, nos últimos cinco anos, todas as publicações dos professores, dos alunos e as teses. Como se faz em um trabalho dessa natureza, você lê o resumo, o *abstract*, e aí vai se interessar por aqueles que têm mais peso e analisar. Eu peguei, desses militantes, os 500 que poderiam ter alguma promessa, fui ver cada um e, a partir daqueles, os que tinham alguma ideia que podia ser alguma coisa.

Na fritada dos ovos, eu identifiquei seis artigos que podem ser considerados artigos científicos. Quer dizer, o fato de ser da comunidade acadêmica não significa que é científico ou que é acadêmico. O sujeito se vale de onde está, se vale de revistas que não têm qualquer critério para provar artigos e publica alguma coisa. Isso não é carreira científica, isso não é ciência. A ciência tem seus critérios, seus procedimentos.

Então, o que temos aqui são pessoas pagas pelos cofres públicos, travestidas de pesquisadores, mas que não têm honrado o seu compromisso de fazer pesquisas sérias que avançam no conhecimento.

Quando se veem as bibliografias citadas, citam uns aos outros. Quando citam livro estrangeiro, citam “*apud* fulano de tal”. Quer dizer, são pessoas que estão totalmente fora. Eu apresentei na academia assim: aqui está o estudo do Prof. Dernie, que é o maior entendido no assunto tal; aqui estão as pessoas que ele cita; aqui está o estudo da professora tal, brasileira, e as pessoas que ela diz que são especialistas da área. Não havia ne-

nhuma superposição entre os nomes. Quer dizer, como pode haver uma comunidade que se diz científica e que não é internacional?

Então, o fato de ser das universidades federais não significa, infelizmente, que estamos em boas mãos. O fato de ser articulação do Pacto Federativo também não significa que é assim que se faz currículo. Nós temos oito ou nove Estados que fizeram currículo. Um horror! Quer dizer, nós tomamos isso como o estado da arte. Quando a gente faz *benchmarking*, quando faz parâmetros em qualquer área de atuação, vê o melhor que há no mundo. É assim que se compete na sociedade globalizada, Ex^a. Aqui, não; a gente pega o pior que há e parte daí como se isso fosse bom, porque é o que temos. Ora! O Brasil merece mais.

Outra coisa: professor participa de currículo? Sim, mas lá na frente. O professor participa de um currículo, depois que um currículo está elaborado, para dizer o seguinte: isso aqui passa; isso aqui dá para engolir; isso aqui um menino de terceiro ano entende. É nessa hora que entra um professor. O professor não é formado, tipicamente, ele não tem a formação, a base para poder participar de uma coisa nesse momento. É lá num outro momento. Como a sociedade também. Então, o Brasil, a pretexto de que tudo é participativo, de que todo mundo vem, quer substituir isso pela verdadeira forma de diálogo e busca de liberdade na comunidade acadêmica, que é o debate científico. E este não houve. E não houve em nenhum momento. E as pessoas que estão lá, pelas críticas que vieram do próprio movimento da base, se foram incompetentes, não foram reconhecidas como tal.

Deixe-me só, Senadora, dizer de uma área que lhe é cara, que é a da educação infantil. A área da educação infantil. O que fizeram na área de educação infantil é uma barbárie. Com o conhecimento científico que nós temos hoje sobre educação infantil, ler uma proposta daquelas, que não tem uma referência bibliográfica – é tudo apócrifo, é tudo psicografia –, é uma afronta às crianças brasileiras. Quer dizer, nós temos um avanço científico brutal e uma proposta assim: “ah, é preciso brincar com as crianças; o processo é lúdico”, como se isso fosse um embasamento para a gente poder recolocar o Brasil nos trilhos na educação.

Então, Senadora, em relação à segunda pergunta, eu digo: tudo que eles estão dizendo aí é uma grande verdade e é uma enorme mentira.

O terceiro ponto – serei breve – é a questão da cultura. Qual é a função da educação?

Serei breve. O assunto é longo, e eu serei breve.

A função da educação é dar ao indivíduo a condição de recuperar aquilo que seus antepassados fizeram, entender criticamente aquilo e contribuir para avançar. É isso. Nem todo mundo vai contribuir com tudo, mas no mínimo vai contribuir como ser produtivo na sua sociedade. Então, ao negarmos, quer dizer, ao termos um currículo em que era possível, como foi, na história, negar de onde viemos, mostra-se que quem estava conduzindo o processo não é do ramo, não tem a mínima ideia de para que serve a educação.

Acho que isso prova a minha tese.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou oferecer a palavra, nessa ordem, à Senadora Regina, à Senadora Simone Tebet e ao Senador Lasier, que farão as três intervenções em bloco, e, na sequência, ao Prof. João Batista, para fazer os comentários, para que possamos otimizar o tempo, já que muitos Senadores aqui têm outros compromissos.

Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, cheguei depois e não peguei toda a fala. Primeiro, há prejudicialidade por não estarem aqui os dois lados para serem confrontados, porque ele questiona muita coisa, mas não há ninguém aqui do MEC para responder.

Mas, pelo que vi aqui e pelas informações que tenho, quero dizer que valorizo muito aquilo que vem da base. Acho que é importante o “chão da escola” discutir, o professor discutir, independentemente de ele ter um conhecimento maior, porque é ele que está lá no “chão da escola”. Então, eu valorizo muito o “chão da escola” porque fui do “chão da escola” e sei o que é receber um pacote pronto que vem não sei de quem para eu ministrar para as minhas crianças. Eu sempre era considerada rebelde porque nunca fazia isso. Eu recebia textos racistas e, naquela época, nos anos 70 – eu era professora de crianças –, não os dava porque os considerava racistas. Mas eu os recebia de alguém, de uma coordenação pedagógica... Então, acho que só a tentativa de fazer discutir no “chão da escola” já vale. Nascer debaixo, para mim, vale mais do que um grupo de cima fazer, porque, quando o grupo de cima faz, o pessoal do “chão da escola” já fica inibido para mexer naquilo, porque já veio de uma intelectualidade... Então, acho que tem que ser nascido da base mesmo para, depois, alguém, um grupo... E há. A gente sabe que há. Não é possível que esse pessoal todo.... Eu queria até saber se o seu instituto participa ou só está fazendo uma análise? Ele está participando da discussão também?

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Não houve discussão. Não houve interlocutor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sempre há um espaço. Pergunto se mandou alguma contribuição, porque há um comitê, há o Fórum Nacional da Defesa da Escola Pública, há um comitê formado por universidades, por especialistas... Pelo menos, essa é a informação que tenho.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Não houve nenhum fórum em nenhum momento para as pessoas sentarem e discutirem. Nenhum. Não houve.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas, pelo menos mandar a contribuição já valia, não é?

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Mandar a contribuição significa aceitar as regras do jogo, e o que estou tentando dizer aqui, neste plenário é que as regras do jogo são falsas. Esse jogo não se joga assim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom, é a sua opinião, mas eu acho que o fato de abrir para uma base participar já está bom. Se a base não participa, é porque estamos numa geração de amordaçados. O pessoal não se interessa. “Não, está pronto. Deixa alguém fazer. Eu não faço.” Isto eu vivi na escola, eu vivi como professora, eu vivi como militante. As pessoas gostam da coisa pronta. E estamos vivenciando, pela primeira vez, alguém dar a ideia, porque eu sei que a minha criança precisa conhecer os arredores do bairro dela. Eu recebia uma orientação que dizia para estudar a cidade. E, aí, dava-se tudo da cidade sem o menino conhecer nada da cidade. Eu, não. Eu pegava meus meninos, com meu dinheirinho fraco de professora, eu os colocava no ônibus e ia andar na cidade com eles. Aí, eu estava ensinando sobre a cidade para eles. Então, é a experiência de “chão da escola” pública. Já valoriza só o fato de estar abrindo... Infelizmente, eu sei que muita gente não participa, não quer dar opinião, e há muitas opiniões maravilhosas para serem dadas.

Temos uma escolinha, numa cidade de 4,5 mil habitantes, que leva 90 medalhas na Olimpíada de Matemática. Então, o “chão da escola” tem muito a oferecer. Embora esse professor não tenha artigos publicados, não tenha livros publicados, ele está lá, como professor ou diretor de uma escola pública, conseguindo fazer milagres. Então, tem muito a contribuir o “chão da escola”, sim.

E, pelo que vejo no calendário, o texto foi colocado em setembro e ainda vão acontecer seminários regionais, seminário nacional... Pelo menos, é o cronograma que eu tenho. Isto até chegar à redação final, para apresentar ao Conselho Nacional de Educação.

Acho que precisamos criticar, sim, mas precisamos também apresentar. Não adianta ficar de fora criticando. Mandem lá suas opiniões para ver o que é... A gente respeita a intelectualidade, os cientistas, mas também há de se respeitar o saber popular, os saberes locais. Quem sabe o que acontece lá nessa cidadezinha de Cocal dos Alves é o pessoal de Cocal dos Alves. Eu não sei! Então, eles têm uma contribuição a dar. Por que os meninos de lá aprendem matemática com facilidade? O que realmente eles ensinam de matemática para esses meninos? O que é tão interessante assim que os faz aprender?

Lembro-me que o que eu, como professora, recebia para passar para os alunos não tinha nada a ver com a vida deles. E eu, na minha rebeldia, ia mudando. Eu até colocava lá na caderneta, para não ser chamada a atenção, que eu fazia, mas eu fazia aquilo que achava que era bom, que iria influenciar na vida deles. Acho que é isso que o professor, na sala de aula, tem que fazer, aquilo que serve para a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Regina.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra, a quem, antes de mais nada, gostaria de parabenizar pela iniciativa.

Fazendo um adendo e até tentando colaborar com a Senadora Regina, quero dizer que, na realidade, já tivemos uma audiência pública a que o MEC veio, por solicitação da Senadora Fátima Bezerra, para fazer os esclarecimentos em relação à questão da Base Curricular Comum.

É uma honra estar na presença de V. Sª, Prof. João Batista.

Levei em consideração e fui anotando todas as colocações expostas por V. Sª e começo dizendo que lamento não estar preparada para fazer o debate. Eu entro agora na questão da Base Comum Curricular, talvez até – e aí já vai a primeira crítica – por ter faltado – aí comungo do pensamento de V. Exª – um pouco mais – e nós somos da Comissão de Educação, Senador Bezerra – não de divulgação, mas de entrosamento. Talvez tenha faltado, por parte do MEC, chamar para participar desse processo todos os entes que, porventura, possam ou poderiam estar envolvidos.

Não vou discutir em relação ao conteúdo daquilo que está sendo discutido. Vou deixar essa discussão para momento posterior, até porque quero crer que não tenha aí qualquer tendência ou objetivo que não seja o de melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Mas, se houver, como, por exemplo, conteúdos ideológicos, eu serei a primeira a ocupar a tribuna do Senado para me posicionar radicalmente contra o projeto ou a nova

base que venha. Então, não vou entrar no mérito. Mas eu realmente comungo do pensamento de V. Ex^a, tenho muita preocupação com o que está sendo construído.

Começo pela questão temporal. Fala-se em dois anos para se construir. Parece muito tempo de um lado e muito pouco de outro. Desde a promulgação da lei do PNE, em junho ou julho de 2014 – portanto, temos até o meio do ano... Pergunto: quando foi aberto o portal para sugestões? Não acredito que tenha esse ano e meio. Começamos a debater com a sociedade há três ou quatro meses, por mais que o MEC tenha tido a preocupação de escolher aqueles que irão ajudar.

Mas, de qualquer forma, dois pontos só a serem colocados. Sem dúvida nenhuma, o currículo é a base de tudo, porque é a partir dele que levamos o conhecimento ao aluno. Isto é indiscutível! Acho que isto é o ponto inicial, e contra fatos não há argumentos.

Há um dado muito claro. Tenho duas adolescentes, uma já passou do Ensino Médio e a outra está no Ensino Médio. E os números me assustam muito em relação ao Ensino Médio. Embora a grande preocupação nossa seja com a alfabetização, as nossas crianças chegam ao Ensino Fundamental 2 sem saber ler e escrever ou conseguindo ler, mas não conseguindo interpretar aquilo que leram, alunos do 6º ou do 7º ano. Tenho preocupação, inclusive, com a questão curricular do Ensino Médio: 13 disciplinas? Se um aluno não consegue assimilar mais do que seis ou sete por ano, o que dirá dez, onze, doze ou treze!

Então, realmente, esta é uma questão que precisa ser debatida. É isso que estamos fazendo, mas precisamos realmente de mais transparência, de mais envolvimento e de mais debate. Não sei nem se não é o caso, em um futuro muito próximo, de prorrogarmos esse tempo aí, porque me assustou uma fala por parte do Governo. Eu não estava presente na reunião, mas fiquei preocupada quando soube que estão tentando agilizar para apresentar, até dois meses antes do prazo final, para o Conselho Nacional de Educação, para que, na data de comemoração do PNE, que é junho de 2016, possa ser dado – não foi esse o termo utilizado, mas é o que eu utilizarei – esse presente para a educação do Brasil”. Quer dizer, como se dois meses... Como se antecipar para tentar agendar data para que seja coincidente com uma data comemorativa pudesse superar qualquer exigência de qualidade dessa base curricular.

E o segundo e último ponto que eu gostaria de colocar, concluindo em relação à questão do ensino médio, fechando essa questão, é que me preocupo muito com o que virá. Hoje, o que temos é um fosso muito grande, um abismo muito grande entre o conteúdo do ensino médio e a realidade do jovem, principalmente o da periferia e o das grandes cidades brasileiras. Vamos ver o que vem por aí, e estaremos debatendo esse assunto.

Ouvi algumas críticas que foram colocadas, de que há falta de clareza, de que há falta de objetividade da base. Isso tudo pode até ser resolvido, mas não o pode o debate democrático. Preocupa-me ouvir praticamente só um lado no que se refere ao aspecto técnico, não àquilo que vem de informações e de colaboração das ruas pelo portal, que, realmente, é uma forma democrática de se atuar.

Mas fico com uma frase de V. S^a que diz que, antes do currículo, temos que pensar o sistema. Com base nisso, a pergunta que faço é justamente a seguinte: será que não é hora de suspendermos, que seja por seis meses, esta discussão e tentarmos buscar uma saída anterior, que seria a questão da formação dos nossos professores, inclusive daqueles que estão fazendo a Base Comum Curricular?

Tenho essa grande preocupação. Vamos fazer um bom currículo, ainda que saia alguma coisa excepcional... Não vejo como sair em tão pouco tempo, mas suponhamos que saia... Como é que está a formação desse professor, o mesmo professor que ajudou? Como vai ser o material didático? Como essas questões preliminares são resolvidas?

Então, esta é a dúvida. E, aproveitando o vasto conhecimento de V. S^a, pergunto se não teríamos que, paralelamente ou antes, preliminarmente, ter uma base comum de formação dos professores neste País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, a quem cumprimento pelo tema que deve ter seguimento aqui, na Comissão de Educação.

Não pude pegar toda a manifestação do Prof. João Batista, mas a minha colega da assessoria já fez um resumo para mim. Eu queria saber, Prof. João Batista, bem objetivamente, como é que vamos sair dessa enrascada. Estamos vivendo, no País, uma profunda crise econômica, com contingenciamento em tudo que é setor, destacadamente na educação, a Pátria Educadora não passa de um rótulo falso, temos visto os constrangedores resultados dos exames das escolas de ensino médio, básico e universitário, temos, no País, um índice de analfabetismo funcional muito alto, e aí vem esse programa da Base Comum Curricular, que teria sido feito com vários defeitos, sem transparência e merecendo críticas por todos os lados. São editoriais em jornais, são artigos, são manifestações a todo instante denotando que a proposta não é boa. Então, estamos metidos numa situação

muito difícil quando precisamos, para alcançar, para retomar a prosperidade neste País, que vive momentos tão ruins, começar pela educação. E, finalmente, o Governo se deu conta de que tem que começar por baixo, pelo alicerce, pela base, pelo ensino básico, o que se ouve dizer há muitos anos, quando, durante muito tempo, se gastava muito com o ensino superior e se descuidava com o ensino básico. E aí o senhor comparece também com um depoimento fortemente crítico. Foi por isso que lhe perguntei como é que vamos sair dessa enrascada.

E faço-lhe uma pergunta, no desespero de uma solução, nos seguintes termos: será que não era de nos mirarmos em um ou outro exemplo internacional que deu certo? Por exemplo: embora seja um país que tem um quarto da nossa população e ser, há 30 anos, um país economicamente inferior ao Brasil, a Coreia do Sul hoje está muito à frente de nós, sendo um dos países mais adiantados em tecnologia, em inovações, etc. Nossos professores são mal pagos, desestimulados... Então, procurando um atalho, porque não há tempo a perder, não seria prático buscarmos um bom exemplo de quem desempenhou e teve sucesso, não seria prático nos mirarmos em quem deu certo, para ganhar tempo? Aí invoco esse exemplo. Quem sabe poderíamos ir lá para ver como eles fizeram.

Outro dia, li um artigo de um jornalista gaúcho que foi à Coreia do Sul ver como eles fizeram e trouxe de lá três pontos destacados. Em primeiro lugar, a verba para a educação básica é muito alta. São 7% da arrecadação do país, que tem 50 milhões de habitantes, só para a educação básica. Lá, professores ganham, como salário mínimo, o equivalente a R\$4.500, no começo de carreira, podendo a chegar a R\$14 mil no topo. Em terceiro lugar...

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – O senhor está falando dos orçamentos de Brasília. É o que os professores ganham aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, cumprimento. Lá na minha região, o Rio Grande do Sul, é lamentável o que ganham. Por isso, estão em greve todos os dias. O ano letivo começou anteontem...

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Aqui também há greve.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... com greve. E tem sido assim todos os anos, em um Estado, Prof. João Batista, que, nos anos 70, estava em primeiro lugar em educação no Brasil e hoje está em oitavo. Quer dizer, o descalabro é completo.

Então, nessa reportagem que o jornalista gaúcho fez sobre quando foi lá, há um ano e pouco, ele falou, primeiro, na verba governamental para a educação básica, no salário dos professores e na intensa participação dos pais na comunidade escolar.

Bom, são exemplos.

Então, resumindo e pedindo perdão pelo alongamento da pergunta, não seria o caso de nós buscarmos um exemplo pronto, já que aqui está esse embaralho total?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Vou, agora, oferecer a palavra ao Prof. João Batista para fazer as considerações sobre as intervenções que aqui tivemos, mas também quero já deixar uma sugestão com o Prof. João Batista. Eu acho que a virtude está sempre no meio. Nós estamos, aqui, tendo a oportunidade de constatar que a Base Nacional Comum Curricular é um instrumento muito importante para que possamos aprimorar os nossos indicadores educacionais. O que se discute é a forma como está sendo construída essa Base Comum Curricular e o prazo que foi dado para podermos atender a essa demanda que está explicitada no Plano Nacional da Educação.

Eu acho que fica bastante evidenciado que nós precisaríamos fazer o verdadeiro debate que o Prof. João Batista reclama que não ocorreu. Esta Comissão de Educação poderia promover mais uma audiência pública, dessa feita para um embate e um debate, em que tivéssemos, de um lado, a visão crítica de como a Base Comum Curricular está sendo implementada pelo lado do MEC... Poderíamos convidar o Ministro Aloizio Mercadante e um representante daqueles que apoiam a estratégia que o Governo escolheu para implementar a base e, de outro lado, chamar dois representantes daqueles que têm uma visão crítica em relação a essa base.

E acho que, como fruto desse debate e desse embate, a Comissão de Educação poderia mediar uma proposta que pudesse merecer o apoio da Comissão, do Plenário do Senado e do Congresso Nacional. Parece-me que tudo está a indicar que é importante dar sequência ao trabalho iniciado, mas é importante não ter pressa e ter humildade para fazer as revisões de algumas posturas e de algumas atitudes.

Então, fico muito feliz que a gente tenha acumulado as informações que aqui recebemos das duas outras audiências públicas e fico animado para que a gente possa sugerir ao Presidente e aos membros da nossa Comissão que a gente vá para uma próxima audiência pública, para que a gente possa vivenciar esse embate democrático, esse debate construtivo, para que a gente possa, quem sabe, através desta Comissão, mediar

um encaminhamento para que a gente possa construir uma proposta da Base Nacional Comum Curricular que possa, de fato, corresponder às nossas expectativas de ser um instrumento de construção de uma melhor educação para os nossos jovens.

Com a palavra o Prof. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Muito obrigado.

Eu vou começar pelo fim e volto ao fim.

Eu acho que a virtude não está no meio, mas na ordenação entre meios e fins. Isso é que é virtude, não é qualquer coisa.

Eu vou começar pela ordem das intervenções, pela questão do “chão da escola”.

É óbvio que tem que haver debate, agora um ordenamento no debate, o que é debatido com quem. Quando você pega um país como o Brasil... Em nenhum país do mundo se começa a fazer currículo discutindo com o professor. Não é isso. Essa ideia é equivocada.

Agora, pega o caso do Brasil. Você acumulou, por essas várias razões que o Senador Martins falou... Quer dizer, há pessoas que estão na escola que não deveriam estar lá. Eu vou fazer protocolos médicos e ouvir o médico clínico que está no interior há 20 anos ou vou ouvir os melhores médicos? Como é essa história? É diferente na educação? Então, essas coisas têm que ser pensadas com muita seriedade, não com demagogia. Tem que haver, sim, consultas, as pessoas têm que ser, sim, ouvidas.

A outra questão que ela menciona... Quer dizer eu recebi um artigo que era ofensivo, etc. A função do professor é mediar o mundo com a criança. O mundo é o que ele é, o mundo não é o que a gente gosta que seja. A criança saber se Machado de Assis era preto ou não era preto é bastante irrelevante para gostar de Machado de Assis ou deixar de gostar. Agora, se ela souber que era preto, ela vai valorizar muito mais uma cultura se souber que o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras era um negro.

Então, tem que dosar essas questões. Não pode ser essa questão racial discutida com tanta leveza, sem ignorar o papel de cada um dentro dessa cadeia de transmissão da cultura, de análise da cultura.

Quanto às observações da Senadora...

Bom, aqui entramos no processo. Quer dizer, fazer currículo tem a ver com outras questões. Tem a ver com livro didático, tem a ver com a formação de professores, tem a ver com avaliação. Você não pode fazer uma coisa sem pensar nas outras, o que já foi levantado aqui. O próprio Senador levantou essa questão.

Outra coisa: ela tem um ritual. É aí que eu questiono a legitimidade. O ritual de se fazer currículo é um ritual que é seguido nos vários países, e aqui não tem atalho. E quem faz currículo é quem entende do assunto. Você tem que ter quem entende de desenvolvimento de criança, tem que ter quem entende de desenvolvimento cognitivo, quem entende do conteúdo, quem entende da ciência, da estrutura da ciência... Tudo isso tem um processo de escolha.

Quando eu leio os currículos feitos na Irlanda, na Inglaterra, na Austrália, eu conheço pelo menos a metade das pessoas. Nunca fui lá, mas conheço pela literatura. Não conheço ninguém daqui, e milito nessa área há 50 anos.

Quer dizer, não é assim, não pode ser assim. Essas coisas têm rituais, e esses rituais têm um processo. Isso não é objeto de democratização. Isso é um objeto de fazer as coisas... Quer dizer, o governo eleito é democrático para tomar as decisões dentro de processos, não de fazer democracia direto o tempo todo com coisas que não são objeto de democracia direta, mesmo porque essa democracia direta no Brasil está absolutamente instrumentalizada. Então, só ingênuos acreditam que essas coisas se fazem de maneira aberta.

Quanto às questões da Senadora Simone, não há como não concordar. Quer dizer, obviamente, tem que ter tempo, tem que ter transparência... Mas ela toca na questão do Ensino Médio, que é um dos gargalos cruciais. Quer dizer, obviamente, não se pode falar em discutir currículo sem discutir, antes, Ensino Médio. Quer dizer, vamos continuar a ter esse Ensino Médio suicida que nós temos no Brasil, que trucidou a juventude, ou vamos fazer como o resto do mundo faz, que é diversificar o Ensino Médio, dar opções para as pessoas? Isso tem que ser discutido. A evidência está aí em todos os sentidos.

Você olha a estrutura salarial. Quem termina o Ensino Fundamental ganha X, quem termina o Ensino Médio ganha Y e quem fica no meio do caminho ganha menos do que X. Quer dizer, nós estamos punindo as pessoas ao colocá-las num currículo errado no Ensino Médio. A sociedade está sendo punida. As pessoas estão sendo punidas. E estamos falando de legiões de pessoas. Isso tem de ser discutido. Não se pode fazer o currículo antes.

Então, essa é uma questão do ensino médio, sim; é uma questão que tem de anteceder a discussão curricular.

Precisamos discutir formação de professores antes e depois. Quer dizer, as coisas têm de ser discutidas. O mundo é redondo. Se você mexer em qualquer uma dessas coisas, você vai ter de pensar nas outras. Tem-se de começar por alguma.

Acho que currículo é tão bom quanto formação de professores. No fim, só interessa o professor, claro. Nenhum sistema de ensino vai ser melhor do que a qualidade dos professores que estão lá. Mas não importa, se o assunto é currículo, vamos começar por aí.

Mas tem de se levar em conta. Quer dizer, vou fazer um currículo para amanhã, vai ter de haver uma transição com os professores de hoje, mas tenho de me preocupar em formar os professores de amanhã, que vão dar esse currículo, porque, eu fiz esse currículo de hoje, pensando nos professores de hoje, vamos dar para trás.

Então, essas coisas têm de ser pensadas. Não é preciso parar para falar numa coisa, mas se tem de pensar junto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu me interessei muito pelo que V. Sª falou sobre a formação, porque o que percebo é que o mais complicado não é nem o currículo, mas a péssima formação do professor, que vem hoje das classes menos favorecidas, que cursa faculdades que deixam a desejar e que não tem um instrumento para dar uma boa aula.

Então, eu queria sair um minutinho, porque percebo que V. Sª estudou muito essa área... Quando penso em quando começa a alfabetização, depois da creche...

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – A pré-escola.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – A pré-escola. Esse professor me parece que teria de ser aquele em que investiríamos mais, no sentido de que, pela própria condição hoje da criança brasileira, da creche de que ela vem ou não ou da sua família, em que muitas vezes não entrou nunca uma letra, porque não entrou um livro, uma revista ou um jornal, ele precisa ter uma formação muito mais cuidadosa do que o de qualquer outra série, porque ali é o começo, é a alfabetização.

Nós sabemos que isso...

Na semana passada, nós discutimos aqui que o Governo está acabando com metade das bolsas nessa formação, o que é um desastre. A Comissão está se posicionando contra. Vamos ver se conseguimos impedir.

Mas é ínfimo, ínfimo, o que eles estão formando. Era uma coisa muito boa fazer esse investimento na formação desses professores, mas também me pergunto sobre a realidade: o que qualquer pessoa que esteja num posto executivo de uma secretaria hoje pode fazer para que esse professor tenha disposição? Como introduzir uma melhoria na sua didática, na sua formação cultural, na sua experiência? O senhor já viu como isso pode ser feito na metade do caminho?

Isso, porque vamos pegar o bonde andando. Nós vamos pensar um currículo que vai ser imposto em algum momento, mas e os milhares que já estão cursando? E a evasão escolar do ensino médio hoje, que é estonteante?

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Tem de haver uma audiência pública só sobre esse assunto. Vou roubar três minutos do meu tempo, em consideração à importante pergunta da Senadora, e voltar aqui ao nosso tema.

Obviamente, a senhora tocou na questão central. Quer dizer, nós vamos começar a ter uma força de trabalho de professores boa, quando conseguirmos atrair para a Faculdade de Educação pessoas de nível adequado. Hoje não fazemos isso. Oitenta por cento das pessoas que vão estudar Pedagogia e 70% das que vão estudar Licenciatura têm mães com quatro anos de escolaridade, e quase todas são bolsistas. Ou seja, são pessoas que não tiveram na vida oportunidade. Nada errado com as pessoas. O que há de errado é que essas pessoas não são as de que o Brasil precisa para poder formar.

Então, ainda que tivéssemos o melhor currículo do mundo para formar o professor, ele não iria... Mas também não temos. E não temos, porque o Governo não quer que tenhamos. Quer dizer, os currículos... O exame de fim de curso de professores é um teste de ideologia pura. É isso que temos nas faculdades de educação no Brasil há várias décadas.

Então, é algo, realmente, em que o Brasil tem de pensar.

A questão prática do secretário: o que fazer? Aí é uma questão de método, não é uma questão de conteúdo. Qualquer que seja o currículo, o que se faz quando o professor não tem condição de exercitar plenamente a profissão de professor é ajudá-lo, é dar a ele materiais mais organizados, mais estruturados, é acompanhar melhor. Essa é a forma.

Agora, o que ele consegue também é limitado. Depois deste fórum, a gente pode conversar sobre isso, desde que a senhora passe a me chamar de você, não de V. Sª.

Senador, voltando às suas perguntas aqui, como sair dessa? Não tem atalho. Não tem um modelo único, mas nós temos uma semelhança muito grande entre os percursos dos vários países. Ou seja, há um protocolo, há uma forma de fazer currículo que nós podemos imitar, sim. Quer dizer, para qualquer coisa se faça em qualquer área do mundo hoje tem que se rever qual é a literatura científica pertinente no tópico e qual é o estado da arte, ou seja, quais são as melhores práticas. É isso que se tem que olhar. “Ah, um especialista está falando...” Não importa o especialista. Vamos ver o conteúdo. Como é essa história? Como é que se faz? Então, pega-se este trabalho que fala de currículo de Ciências. O que acontece? Existe um teste internacional sobre ciências chamado *TIMSS*, igual ao Pisa, que se aplica a crianças de 5º ano e 9º ano. Aí os cientistas, em face do resultado, vão ver: por que em um país se aprende mais assunto que o outro? Por que esse sabe mais do que o outro? A partir daí, as pessoas vão vendo uma coisa óbvia: se ensinar, tem chance de aprender; se não ensinar, não tem chance de aprender. Agora, para ensinar, tem que estar no currículo.

Então, quando você tem a ideia de como é que formula um currículo, aí você vai ver como é a estrutura dessa disciplina? Ela tem uma estrutura, tem sequência. Matemática tem mais. Ciências, como é que é? Quer dizer, essas questões têm respostas na Ciências. As pessoas que fizeram os parâmetros curriculares não têm a menor ideia disso. Nunca leram essa literatura. Pelo que elas publicam, elas nunca leram. Não tem como fazer o curto circuito. Tem que trazer pessoas que conhecem essa história.

Então começa como? Revendo a literatura, revendo a experiência internacional, com pessoas competentes, que gramaram isso, convidando pessoas do ramo ou nacionais ou de fora, se não tiver, para fazer esse trabalho. E aí propõem à sociedade: escuta, nós pensamos que o caminho é por aqui. Antes de detalhar o currículo. Quais são os princípios, como é a ordenação, o que nós vamos ensinar na pré-escola, o que nós vamos ensinar aqui e ali. É por aqui o caminho? É. Tudo bem. Então, agora vamos chamar pessoas que podem nos ajudar a desenvolver o currículo de acordo. Tem o processo devido. E esse processo dura tempo. Não tem como.

Vai concordar todo mundo? Não! De jeito nenhum! Vão discordar. Vai haver brigas. Em países envolvidos, em todo o lugar em que você vê o documento, tem lá: nota final. Fulano de tal e fulano de tal participaram entendem, mas discordam disso. Isso é natural, mesmo entre os cientistas. Não é para ter consenso absoluto. Mas o processo tem que ser respeitado. As dissensões devem estar registradas lá. Você não faz isso com 10 milhões de palpites. Quer dizer, essa é a forma de criar poeira. Essa é a forma de não fazer. Como você vai discriminar um cara que é bom de um camarada qualquer? Há hierarquia, há respeito, como há nesta Casa. Há o Senador, há o Deputado, há isso, há aquilo. Não é “casa da mãe joana”, em que todo voto é igual. Não. Todo voto não é igual. Aqui nós estamos falando de coisa que tem conhecimento de causa. O sujeito não pode falar de currículo ou de estrutura curricular se ele não tem credenciais para discutir estrutura curricular. Então, onde estão as credenciais? Isso é que falta.

Não vamos morrer por falta de currículo. Nós estamos sem ele há 40 anos. A avaliação tem suprido isso, o livro didático. Então, é preferível, e eu acho que a única forma é começar de novo, começar do jeito certo.

E a minha sugestão, acolhendo aqui a sugestão de V. Ex^a – aqui, sim, V. Ex^a – em relação a promover esse outro passo, seria, antes de convidar, cobrar do MEC respostas a essas perguntas que eu lhe passei, porque isso pode ajudar a Comissão a esclarecer muitos desses pontos que estão obscuros neste debate. E eu me intrigo e falo para os meus colegas jornalistas que não entendo como nenhum jornalista no Brasil faz essas perguntas óbvias. Mas não fazem. O Brasil está absolutamente tampado mentalmente a respeito de qualquer debate. Nós temos que concordar. Nós temos que ser democráticos. Não, nós temos que ser honestos, e honestos com essa população a que a Deputada se refere, que não tem uma família que vai lhe dar condição boa. E, se o Poder Público não agir de forma competente, eles não terão futuro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Professor João Batista. Eu acolho a sugestão. Eu acho que as perguntas que o Professor João Batista deixou para serem encaminhadas ao MEC foram distribuídas para os Srs. Parlamentares aqui.

Então, vamos submeter aos Srs. Parlamentares e vamos, portanto...

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Não. São muitas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos, então, acolher a sugestão. Mas estou entendendo que, após as respostas do MEC, o Professor João Batista também está disposto a que a gente faça o embate e o debate, para que a gente possa, quem sabe, intermediar um encaminhamento para essa questão da construção da Base Nacional Comum Curricular.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Fernando, o senhor, então, não vai encaminhar pedido por enquanto para que alguém do MEC venha aqui, talvez o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A sugestão que o Prof. João Batista... Porque já tivemos aqui, nas duas últimas audiências públicas, representantes do MEC. A minha proposta é, atendendo à sugestão do Sr. João Batista, de encaminhar essas perguntas que ele deixou aqui...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, encaminhar as perguntas!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nós vamos encaminhar por meio de um requerimento, que vai ser submetido à apreciação da Comissão na próxima reunião. Eu farei o requerimento, que poderá ser subscrito pelos Srs. Senadores. Aprovamos o requerimento e, na sequência da aprovação do requerimento, aprovamos um outro requerimento, que é a realização desse embate...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... com a presença do Ministro da Educação...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... e mais um representante daqueles que concordam com a implementação que está sendo conduzida pelo MEC.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... e dois outros convidados que vão fazer uma visão crítica, mais próxima da fala do Prof. João Batista, da necessidade de recomeçar...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ..., para ver se desse embate, podemos tirar uma solução, que foi aqui já, digamos assim, criticada pelo Prof. João Batista... Mas eu alimento a esperança de que, desse embate e desse debate, possamos intermediar um encaminhamento que valorize as posições colocadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom roteiro, Presidente. Esse é um tema fundamental que temos a debater aqui, nesta Comissão, porque é esse projeto que está na berlinda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Convoco os Srs. Senadores para uma reunião desta Comissão na próxima terça-feira, dia 8 de março, em caráter excepcional, às 11h30, para tratarmos da deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e nove de março de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz, Jader Barbalho e Otto Alencar. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016; e dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 199 TCU-Plenário; e Aviso nº 205 TCU-Plenário. PAUTA. ITEM 1) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2014 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 2176/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente aos autos da auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, autorizado pelo acórdão nº 3494/2012 - TCU - Plenário (TC 046.126/2012-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 2) AVISO Nº 44, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2015. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de Audiência Pública. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação de requerimento para a realização de Audiência Pública. ITEM 3) AVISO Nº 47, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1421/2015 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (010945/2014-8). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela apresentação de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Ministro de Estado da Saúde. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Ministro de Estado da Saúde. ITEM 4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, de 2013 - Não Terminativo. Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre procedimentos licitatórios do FNDE para formação de registro de preços tendo por objeto a realização de obras. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Paulo Rocha (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet. Autoria: Deputada Flávia Moraes. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, de 2015 - Não Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos. Autoria: Deputada Lauriete. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, de 2011 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto. Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador

Roberto Rocha (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2012 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013 – Terminativo. Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela prejudicialidade (votação simbólica). Resultado: Prejudicado. ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013 – Terminativo. Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela prejudicialidade (votação simbólica). Resultado: Prejudicado. ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, de 2016. Nos termos do art. 70, combinado com o inciso VII, do art. 71, ambos da Constituição Federal, bem como art. 102-A, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, requirite ao presidente do Conselho de Atividades Financeiras - COAF o seguinte documento: CÓPIA DO INTEIRO TEOR DO RELATÓRIO DO COAF O QUAL APONTA QUE PAGAMENTOS DE 2015 POR SERVIÇO NA NORTE-SUL FORAM TRANSFERIDOS PARA EMPRESAS DIFERENTES DA QUE ATUA NA OBRA. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 5, de 2016. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 e o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a atual situação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), com a participação dos convidados abaixo relacionados: - Ministro de Estado da Saúde, Dr. Marcelo Castro; - Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), Dr. Marcos Arraes; - Representante da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH); - Representante do Tribunal de Contas da União; - Representante do Ministério Público Federal. Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 24) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 6, de 2016. Requeiro, nos termos do Art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do processado referente ao Aviso nº 2, de 2001, que se encontrava no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Autoria: Senador Otto Alencar e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 25) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, de 2016. Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o sr. EUGÊNIO ARAGÃO, Ministro de Estado da Justiça, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os programas desenvolvidos no âmbito do Ministério voltados à segurança pública e ao combate à violência. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado, com aditamento para que a Audiência Pública seja feita em conjunto

com a CCJ. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos e bom dia a todas! Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto a Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 199 TCU-Plenário; e Aviso nº 205 TCU-Plenário.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* a todos os gabinetes de todos os membros, com o *link* para o acesso a seus conteúdos, de forma que os Senadores e as Senadoras possam se manifestar se assim desejem. *(Pausa.)*

Passemos à pauta.

Hoje nós temos na pauta, do item 1 ao item 11, projetos não terminativos. Nós podemos, então, começar a votá-los.

Os itens 22 a 25 da pauta se referem a requerimentos, que nós, então, com o quórum mínimo de nove Senadores e Senadoras, também podemos começar a votar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que comece pelo item 6. Como sou o Relator, obviamente estou presente e ele é não terminativo, com a anuência de V. Exª e do Plenário, poderíamos iniciar por aí.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se o Plenário não tiver algo contra, atenderemos, sim, Senador Blairo, o seu requerimento. *(Pausa.)*

Pois bem; então vamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas,

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 22/03/2016.

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer outra sugestão antes de começar a ler o nosso relatório. Eu também sou Relator do item 20, um projeto de lei de autoria do Senador Alvaro Dias, que é terminativo. Se o Presidente controlar as nossas frequências, as nossas presenças, assim que tivermos quórum, V. Exª podia colocar em votação esse primeiro, porque os demais nós podemos votar sem a necessidade da presença de todos aqui.

Então, posso ler o Item 6. Assim que tivermos quórum, estarei pronto para relatar o Item 20.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – De acordo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não temos quórum ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não temos. Faltam ainda cinco Senadores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, Item 6.

Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara 135, de 2015 (PL nº 6.371, de 2013, na origem), de autoria do Deputado Eli Corrêa Filho, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências.

Relatório.

É submetido à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2015 (PL nº 6.371, de 2013, na origem).

A proposição é composta de três artigos:

O art. 1º estabelece o objeto da proposição: definir o momento processual em que o juiz inverte o ônus da prova no âmbito da lei que dispõe sobre a proteção do consumidor;

O art. 2º acrescenta § 2º ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer que deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo, definir a distribuição do ônus da prova, observado o inciso VIII do mesmo artigo, o qual relaciona, entre os direitos básicos do consumidor, a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

O art. 3º encerra cláusula de vigência, estabelecendo que a lei que se originar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após a análise da CMA, a proposição deverá ser submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar privativamente sobre direito processual.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, conforme detalham os incisos abaixo:

- i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;
- ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico;
- iii) possui o atributo da generalidade;
- iv) se afigura dotado de potencial coercitividade;
- v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ressalvada a necessidade de ajuste em sua ementa, nos termos da emenda que propomos.

Analisados os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade, passamos à análise de mérito da proposição.

Nos termos do Código de Processo Civil (CPC), o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.

O CDC, excepcionando essa regra, insere entre os direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente.

Ocorre que há divergências de posicionamento, tanto na doutrina como na jurisprudência, quanto ao momento processual de inversão do ônus da prova. Muitos entendem tratar-se de regra de julgamento, enquanto outros defendem que são regras de instrução.

O projeto põe fim a essa controvérsia, estabelecendo que se trata de regra de instrução, ao determinar que o juiz deverá, em decisão de saneamento e de organização processual, definir a distribuição do ônus da prova.

Essa solução é a mais condizente com o equilíbrio nas relações de consumo. Ao mesmo tempo em que se permite ao juiz a inversão do ônus da prova, em benefício do consumidor, é preciso assegurar ao fornecedor de bens e serviços a possibilidade de produzir provas durante a instrução processual. A inversão do ônus

da prova na própria sentença, como tem acontecido em muitos casos, prejudica o fornecedor, em detrimento dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Julgamos necessário, porém, ajustes na redação da ementa e do art. 2º da proposição, no primeiro caso para adequá-la à disposição no art. 5º, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em disposição sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o qual determina que a ementa explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objetivo da lei; e no último para dar mais clareza ao dispositivo que se pretende acrescentar ao art. 6º do CDC.

Do Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas:

Emenda da CMA (de redação)

Dê-se à ementa do PLC nº 135, de 2015, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para definir o momento processual em que o juiz deve inverter o ônus da prova.

Emenda da CMA (de redação)

Dê-se ao §2º do art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do que dispõe o art. 2º do PLC nº 135, de 2015, a seguinte redação:

§ 2º. A distribuição do ônus da prova, para os fins do disposto no inciso VIII deste artigo, será definida pelo juiz em decisão de saneamento e de organização do processo.

É esse o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com duas emendas.

Vamos ao Item 5, porque a Senadora Lídice da Mata se encontra presente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

Autoria: Deputada Flávia Moraes.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 22/03/2016.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, Presidente.

Trata-se, como já foi destacado por V. Exª, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 131, de 2015, de autoria da Deputada Flávia Moraes, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

Na Casa de origem, o PLC nº 131, de 2015, tramitou como Projeto de Lei nº 5.207, de 2013, tendo sido analisado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as quais proferiram pareceres pela aprovação da proposta, apenas com a ressalva de uma emenda redacional apresentada pela CCJC para corrigir a expressão 30, assim, na forma numérica, por “trinta” por extenso.

O PLC nº 131, de 2015, é composto por três artigos. O primeiro estatui o objeto da proposição. O segundo assegura mais um direito do assinante do serviço de acesso condicionado, nos termos da redação proposta no art. 33, VII, da Lei nº 12.485, de 2011, qual seja: “ter a opção de cancelar os serviços contratados por via

telefônica ou pela internet”. O terceiro artigo fixa em trinta dias, contados da publicação oficial, o prazo para a entrada em vigor da lei que se originar da proposição.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para apreciação.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar sobre assunto referente ao direito do consumidor, a teor do art. 24, V, da Constituição Federal (CF) e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa utilizada, verifica-se que se revela correta a escolha por um projeto de lei ordinária, pois o tema não está reservado à lei complementar pela Carta de 1988.

No que concerne à juridicidade, a proposição afigura-se irretocável, porquanto: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; (iii) possui o atributo da generalidade, na medida em que as normas do projeto são aplicadas, indistintamente, a todas as prestadoras de serviço de TV por assinatura; (iv) afigura-se dotada de potencial coercitividade; e (v) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema do direito pátrio.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto merece prosperar na medida em que a alteração não invade competência da administração, sendo possível, portanto, a ampliação de mais um direito aos usuários dos serviços de acesso condicionado.

Impende ressaltar que já há previsões de regulamentação acerca do cancelamento de TV por assinatura, pessoalmente ou pela internet, no âmbito infralegal.

No âmbito da legislação de telecomunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Telecomunicações (RGC). O art. 3º, inciso XV, desse Regulamento prevê a rescisão como direito do consumidor nos seguintes termos: “à rescisão do contrato de prestação de serviço, a qualquer tempo e sem ônus, sem prejuízo das condições aplicáveis às contratações com prazo de permanência”.

O RGC, portanto, estabelece como formas de atendimento remoto – inclusive para fins de cancelamento de serviço – aquele efetuado pela internet (art. 20) e pelo centro de atendimento telefônico (art. 24), sendo que os pedidos de rescisão processados sem a intervenção de atendente (internet e telefone) devem ser processados automaticamente e terão efeitos após dois dias úteis do pleito (arts. 15 e 27, §1º).

No âmbito da defesa do consumidor, o Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) –, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Nesse Decreto, compreende-se por SAC o serviço de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados que tenham como finalidade resolver demandas dos consumidores sobre cancelamento de contratos e de serviços, além de outros temas.

O art. 18 da Lei do SAC ainda prevê que o pedido de cancelamento de serviços feito pelo consumidor será assegurado por todos os meios disponíveis para a contratação do serviço, sendo que a demanda será processada automaticamente, surtindo efeitos imediatos à solicitação do consumidor, ainda que o processamento técnico necessite de prazo e que não haja adimplemento contratual.

Portanto, entendemos que tanto os cancelamentos solicitados por telefone ou pela internet já estão previstos no ordenamento jurídico de forma explícita, em âmbito infralegal. No entanto, a positivação dessa regra como norma em formato de lei (ato normativo primário) torna mais rígido o processo de alteração da inovação legislativa, permitindo maior segurança jurídica aos consumidores usuários de serviços de TV por assinatura.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

É esse o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só concluindo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a nossa reunião, eu tomei a liberdade de conversar com V. Exª a respeito do item 25 da pauta, o último item, que é um convite ao Ministro da Justiça para expor ações relativas à segurança pública. É um convite de iniciativa de V. Exª, o qual pedi para subscrever.

Diante do que determina o próprio Regimento Interno do Senado Federal, que fala que o Ministro da Justiça deverá comparecer anualmente à Comissão, vejo esse convite como extremamente apropriado e oportuno.

Como estou sendo chamada à CAE, porque nós temos um Ministro lá, Sr. Presidente, eu queria saber se há consenso e se seria possível invertermos a pauta para votar o requerimento de sua autoria; e que possamos fazer esse debate com o Ministro da Justiça em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, que também tem na sua pauta um requerimento com o mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senadora Vanessa.

Indago do Plenário se há alguma coisa contra. Se não, podemos, sim, colocar em votação.

Concordo com V. Exª que façamos em conjunto com outros requerimentos, até mesmo que não seja o que já está protocolizado junto à CCJ; que façamos, realmente, em conjunto essa audiência pública.

Vamos ao item 25 da pauta.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. EUGÊNIO ARAGÃO, Ministro de Estado da Justiça, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os programas desenvolvidos no âmbito do Ministério voltados à segurança pública e ao combate à violência.

Autoria: Senador Ataídes de Oliveira e outros.

Em votação.

Aqueles que aprovam o aludido requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 10 da pauta...

Pela ordem, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – O item 11 já foi lido, faltando apenas ser votado. Posso pedir inversão de pauta para votarmos rapidamente? Eu terei que ir agora para relatar a MP 701.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O. k. Já foi lido o projeto.

Então, vamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre.

Relatoria: Senador Douglas Cintra.

Relatório: pela rejeição.

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 27/10/2015, sendo concedida vista ao Senador Ronaldo Caiado. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

Em discussão o referido projeto de lei. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, só para registrar que o meu voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O. k.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Isso porque assim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem. Então, quem vota com o Relator permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

Vamos, então, ao item 10 da pauta, uma vez que o Senador Valdir Raupp se encontra presente.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 221, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, o autor da proposição, embora considere a legislação ambiental brasileira uma das mais avançadas no mundo, avalia que é necessário avançar mais na busca de um desenvolvimento sustentável por meio da educação ambiental.

Em consequência, é observado que a educação ambiental não é tratada como uma disciplina obrigatória, mas como um tema transversal às demais disciplinas. Desse modo, a proposição objetiva tornar a educação ambiental uma prática contínua, permanente e com conteúdo próprio, tornando-a uma disciplina específica.

Portanto, o PLS nº 221, de 2015, é uma iniciativa louvável que promove a preservação do meio ambiente pelo aprimoramento da educação e a promoção da educação ambiental em nosso País. Desse modo, merece nossa aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2015. Esse é o voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se, depois de discutido e votado, eu pudesse fazer o relatório do item 18, que também é de minha relatoria... Aí, fica a critério de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

O item 18, Senador, é terminativo e nós, lamentavelmente, não temos quórum neste momento.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, perdoe-me. Como estávamos discutindo aqui a lado uma negociação a respeito de um projeto, eu não queria deixar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não; eu participei, Senador.

Assim, não queria deixar, no entanto, de registrar meu voto pela aprovação, Senador Raupp, porque considero que nós... Não é um projeto terminativo nesta Comissão e nós teremos oportunidade de debatê-lo melhor na Comissão de Educação.

Faço esse registro porque há uma discussão, hoje, em nível nacional, na área de educação, para impedir a incorporação de novas matérias aos currículos escolares, que já têm hoje um número de matérias também muito grande.

A ideia de o meio ambiente estar em outras áreas e ser tratado de maneira transversal não diminui o conceito de defesa do meio ambiente. Ela o amplia, na medida em que, em diversas disciplinas, se forma no cidadão, na criança, no jovem a ideia de analisar a proteção do meio ambiente em diversas áreas do estudo escolar. E, portanto, eu acho que, como não é algo que se define terminativamente nessa Comissão, que nós vamos ter, e eu pessoalmente faço parte da Comissão de Educação, terei oportunidade de debatê-lo melhor e analisá-lo melhor na outra Comissão, eu voto “sim”. Mas queria deixar a minha opinião de que não é ruim a ideia de que o meio ambiente, e o debate sobre meio ambiente, possa ser exercido de forma transversal em diversas disciplinas ao longo do ensino no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senadora Lídice da Mata. Está feito o registro.

Com a palavra, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a minha ideia tem uma certa afinidade, aliás uma enorme afinidade, com aquilo que vem de falar a Senadora Lídice. Eu acho que é louvável a iniciativa, até porque nós precisamos do conhecimento. Eu vou lhe dar aqui um exemplo que me parece estarrecedor: a sociedade brasileira está destruindo a Floresta Amazônica sem saber da sua biodiversidade, sem conhecê-la. É como rasgar um livro sem ler. Então, nós temos uma ignorância que precisa ser vencida em relação ao conhecimento do nosso patrimônio ambiental. Pode, sim, ser introduzida de forma transversal, inclusive quantificando qual é o tamanho desse patrimônio e todas as outras disciplinas, trabalhando para que a gente entenda que esse patrimônio é finito.

Então, eu acho que é uma iniciativa fantástica, louvável, e diria mais: a sociedade brasileira deveria ter uma governança voltada para um outro modelo de desenvolvimento. Porque nós somos um dos países com a maior biodiversidade do Planeta, com um volume de recursos naturais fantástico, e nós estamos dilapidando, nós estamos destruindo e reproduzindo pobreza. Isso é que me parece grave, não é? Pelo desconhecimento.

Evidentemente que, na hora que nós introduzirmos, seja de forma transversal, seja como disciplina – eu acho que vale a pena deixar para a Comissão de Educação aprofundar esse debate, mas eu acho que esse é um debate que tem que ser pautado e que nós temos que tomar uma decisão. O que não é possível é observarmos o que está acontecendo com a nossa riqueza de solo e subsolo, principalmente de solo; estão sendo devastados por uma prática que vai, com certeza, colocar em xeque o futuro dos nossos netos, as gerações futuras vão estar altamente prejudicadas. E para isso é preciso conhecimento. Não há como fazer de outra forma uma preservação do nosso patrimônio, da nossa riqueza, sem que haja esse conhecimento.

Portanto, vamos aprovar aqui na CMA na expectativa de que, na Comissão de Educação, o debate se aprofunde.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador...

Senador, se V. Exª me permite, o Senador, Valdir Raupp chamou primeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pode colocar o Senador Eduardo Amorim primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, eu também entendo que esse é um tema de extrema importância, de extrema relevância. O País tem que se preparar para a escola de tempo integral. Com certeza, temos a maior biodiversidade do mundo, as maiores riquezas naturais do Planeta. Nós é que temos que nos preparar e educar melhor os nossos filhos e as gerações vindouras. Porque, com certeza, o mundo dependerá, e muito, do nosso País.

Acredita-se que, a partir de 2020 – e o Senador Blairo Maggi poderá até confirmar isso –, o Brasil seja o maior produtor de alimentos do Planeta. Em quase todas as mesas do mundo, em quase todas as famílias

chegou algum tipo de alimento oriundo do nosso País. Mas também acredita-se que, a partir de 2040, a nossa população não crescerá mais no ritmo que vem crescendo.

Então, o caminho é colocar disciplinas como essa e partir definitivamente a um projeto de presente, sobretudo, de futuro, que é a escola de tempo integral. Com certeza, com a escola de tempo integral, Presidente, não faltará tempo para que uma disciplina como essa seja instituída tamanha a importância.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que esse é um tema importante, até porque suscitou o debate aqui com a Senadora Lídice, Senador Capiberibe, Senador Eduardo Amorim, e o Senador Blairo Maggi com certeza também tem o mesmo pensamento.

Acho que nós já estamos mudando. A consciência ambiental está ganhando força, mesmo na Amazônia. Nós já tivemos momentos mais difíceis.

Tenho um projeto que está tramitando no Senado, cujo relator é o Senador Jorge Viana, que trata do desmatamento zero. Primeiro, eu entrei com um projeto em que parte dele foi incorporada no novo Código Florestal, e agora entrei com outro que trata do desmatamento líquido zero. Para um Estado autorizar uma pequena área de desmate, ele vai ter de compensar de outra forma, ou com reflorestamento. De alguma forma ele terá de manter do jeito que está hoje. E se nós conseguirmos manter do jeito que estamos hoje, seria um lucro, um ganho extraordinário para o Brasil e para o mundo. Nós preservamos em torno de 50% das nossas florestas. Só na Amazônia Legal, os seus nove Estados, que corresponde a 61% do Território Nacional, estamos preservando em torno de 83% das florestas, somente 17% da Amazônia Legal foi desmatada, por quê? Porque o Estado do Amazonas, que é quase um terço do País, preserva quase 98%, 2% foi desmatado até agora.

Houve uma política. A Zona Franca de Manaus foi justamente para isso. Criou-se uma metrópole no meio da selva, que de certa forma foi um amortecedor de tensão na floresta. Por isso o Estado do Amazonas deveria ser um modelo para todos os nossos Estados do Norte para que tivessem um grande polo industrial que concentrasse a população nas nossas cidades, e não teríamos esse avanço, porque o grande problema é a valorização da terra. As pessoas entram, está comprovado que o desmatamento hoje que está acontecendo no Amazonas é em terras ilegais. O Cadastro Ambiental Rural, a regularização fundiária também de certa forma vai inibir o desmatamento ilegal. O que está acontecendo hoje, pode pesquisar, mais de 90% do desmatamento na Amazônia é ilegal, é em cima de áreas irregulares, sem documento.

Em Rondônia, o nosso Governador, numa campanha extraordinária com o Governo Federal e as prefeituras, já regularizou 82% das propriedades, 82% já há o cadastro ambiental rural, já há a titularização, só faltam 18%. Estamos acima da média nacional. Rondônia está acima da média, da Amazônia nem se fala. Está acima da média nacional no Cadastro Ambiental Rural. Quando tivermos 100% de cadastramento no Cadastro Ambiental Rural, não vamos mais ter desmatamento ilegal, porque as propriedades que fizeram o cadastramento, o CAR, não vão desmatar mais. Essa consciência está formada. Então, nos 82% das propriedades de Rondônia, tenho certeza de que não haverá mais desmatamento, até porque não querem, já há essa consciência ambiental.

E acho que através das escolas, dos veículos de comunicação, de mídias, redes sociais, na televisão, no rádio, nós vamos chegar a praticamente 100% dessa consciência ambiental, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ratifico, então....

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me apenas cumprir o rito da votação, Senador Flexa Ribeiro.

Ratifico a aprovação do relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

O projeto segue, portanto, à Comissão de Educação.

E aproveito aqui para parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima pela autoria desse tão importante projeto para o País e para todos nós. Também parabenizar o Senador Valdir Raupp pela relatoria do projeto.

Senadora Lídice, informação! A informação, eu acredito, tenho a mais absoluta certeza, é o princípio básico que leva as pessoas, todos nós, à conscientização e ao conhecimento da importância da preservação da nossa floresta, dos nossos rios e aí por diante.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes de Oliveira, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na mesma linha de vossa excelência, Presidente, quero parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima, autor do projeto, o Senador Valdir Raupp, relator... É um projeto importante quando ele torna obrigatório no currículo escolar a questão da discussão do meio ambiente, da política nacional de educação ambiental. Não há dúvida sobre isso. Eu acho que você tem que preparar os cidadãos, e se prepara desde a primeira infância, não quando já estão adultos. Mas o Senador Cássio Cunha Lima, quando propõe tornar

obrigada essa matéria, ele busca exatamente fazer com que a consciência pela questão ambiental ela venha a estar na formação do cidadão.

Preocupa-me só – e todos nós defendemos, o Senador Valdir Raupp falou – a questão da Amazônia. A Amazônia tem sobre si o foco do mundo todo. No Pará, assim como ele se referiu à Amazônia como um todo, nós temos 24% do nosso território antropizado, ou seja, alterado. Estamos dentro da relação... Não há necessidade de se derrubar uma única árvore mais. É desmatamento zero! Inclusive, o Governo do Estado, o Governador Simão Jatene, tem um programa, que começou em Paragominas – e, hoje, Paragominas é modelo nacional –, que se chama Municípios Verdes, em que o...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Saiu do Arco de Fogo para o Arco Verde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente.

Paragominas, há 20 anos, era conhecida como “Paragobala”; hoje, é “Parisgominas”. Mudou, mudou completamente, mas é uma mudança, Senador Blairo, a olhos vistos. É impressionante! Mas o importante é que os gestores – e o PSDB está há 20 anos na administração do Município –, que pegaram o Município como Paragobala e agora o transformaram em Parisgominas, seguem na mesma linha e conseguiram algo que eu acho que é fundamental para essa questão ambiental. Não adianta o governo querer fazer por imposição. Eles conseguiram a adesão da sociedade, com a conscientização. Então a sociedade está engajada no projeto. Foi lá que começou o Programa Municípios Verdes.

Há lá um caso que é singular, um empresário tinha uma área totalmente de cobertura vegetal, ou seja, não tinha aberto nada, e a lei permitia a ele que abrisse 20%. A lei permite! Aí, quando ele tirou a licença para abrir os 20% que a lei permitia, a sociedade não deixou. “Não, você não vai abrir não. Aqui é desmatamento zero”. E ele concordou em não abrir. Então faz manejo, faz compensação de reserva...

Agora, uma coisa que é fundamental: não dá para discutir meio ambiente separado de desenvolvimento. Eu acho que o Ministério devia ser Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Ministério do Desenvolvimento e Meio Ambiente. Os dois têm que estar juntos. Não tem como estarem separados, porque eles não são antagônicos; eles são complementares. Então, não tem como serem separados e o Ministério de Meio Ambiente querer impedir o desenvolvimento, porque o desenvolvimento tem que atender ao meio ambiente e tem que ser econômico e social para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Vamos ao item 1 da pauta, já que o Senador João Capiberibe se encontra presente, ele que é o Relator. Item 1...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, enquanto nós aguardamos chegar o relatório do Senador Capiberibe, gostaria de pedir licença e aproveitar o momento para registrar, nesta Casa, já que falamos de sustentabilidade, que a minha querida cidade de Salvador hoje completa 467 anos de existência. Parabéns, Salvador!

Hoje se comemora a criação de uma cidade criativa na sua essência, na sua cultura, na realização de sua economia. Portanto, quero renovar os meus parabéns a Salvador, desejar que seja cada vez mais criativa e que possa se inserir no século XXI num aprofundamento das relações de economia criativa daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns! Salvador é a cidade do nosso querido colega, companheiro e Presidente desta Comissão, Senador Otto Alencar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ele nasceu em Rui Barbosa, mas Salvador o recebe muito alegremente e feliz.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele disse que agora está participando da novela Velho Chico.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ele é o velho. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele é o velho.

ITEM 1

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2176/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente aos autos da auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, autorizado pelo acórdão nº 3494/2012 - TCU-Plenário (TC 046.126/2012-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria constou nas pautas dos dias 01/12/2015, 16/02/2016, 23/02/2016, 15/03/2016 e 22/03/2016.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório é longo, mas vou tratar de resumir-lo. Ele é longo e importantíssimo, pois mostra o resultado do trabalho desta Casa, com a aprovação da Lei de Concessão Florestal, depois de uma auditoria feita exatamente para medir os impactos positivos e negativos provocados pela lei.

Esse aviso é referente a essa auditoria realizada no período entre março de 2006, data da promulgação da lei... Eu não estava aqui no Senado, mas me lembro que, no dia da votação, o Senador Cristovam me ligou porque havia vários itens sobre os quais ele tinha dúvidas em relação à Lei de Concessão. Eu estava afastado, mas no meu ponto de vista a lei é um avanço porque permite a exploração econômica da floresta biodiversa, da floresta heterogênea. Assim, falei a ele que era favorável porque achava que já tínhamos algumas experiências acumuladas.

O problema é que a diversidade de espécies na floresta onera extremamente a exploração. Isso porque se marca uma espécie aqui e daí a 40 ou 50 metros há outra. Não é como uma floresta homogênea em que se corta toda a floresta no mesmo dia.

Ou seja, havia uma série de desconhecimentos que terminaram neste relatório, do qual vou ler os pontos mais importantes.

O TCU disse que houve baixa implementação das concessões florestais, menos de 0,2% - aliás, baixíssima - da extração de madeira na Amazônia Legal teve origem em uma concessão florestal. Portanto, 0,2% é quase insignificante.

Há deficiências no arcabouço institucional e legal relativo à concessão florestal; há fragilidade na estrutura criada para gerir o processo, para identificar que o serviço florestal brasileiro ainda atua de maneira informal, devido à ausência de regimento interno.

Então, há um problema de gestão sério, e isso aí não é específico da lei de concessão de florestas. Boa parte das leis que nós aprovamos aqui são de difícil implementação na sociedade. Há algumas que não pegam de maneira nenhuma; há leis que passamos aqui anos debatendo, discutindo, e a sociedade simplesmente não acolhe os conceitos da lei.

As condições oferecidas pelo Governo para o estabelecimento da concessão florestal federal não impulsionam suficientemente a implantação da política.

A concessão tem sido pouco atrativa economicamente, devido aos seguintes fatores: elevado preço mínimo, alto investimento inicial, longo prazo entre a assinatura do contrato e o início da exploração, exigências da garantia, necessidade de aperfeiçoamento dos inventários, concorrência com a madeira proveniente de exploração ilegal.

Esse é um problema sério, porque nós temos a cultura da ilegalidade no Brasil, diferentemente de outros países, em que se tem a cultura da legalidade. No Brasil, nós temos o contrário. Então, controlar, por exemplo, madeira clandestina não é um mistério, não é segredo, há uma certa facilidade, dado o volume. Quanto maior o volume, mais aparente fica, mas, no Brasil, não é assim. Criam-se vários mecanismos, com base, inclusive, na lei, para continuar a exploração florestal clandestina, ilegal, contrariando. Daí a legalidade tem dificuldade de concorrer com a ilegalidade, com o crime.

Ausência de incentivos e ações de fomento à concessão.

Você tem, claro, que vigiar, incentivar e, às vezes, eventualmente, punir, para poder ter sucesso nessas atividades.

Foram gerados benefícios que, apesar de ainda se mostrarem modestos, em razão da baixa implantação do instrumento, têm importância significativa em nível local.

O Serviço Florestal Brasileiro, no âmbito da governabilidade que lhe compete, tem cumprido as determinações da Lei nº 11.284, relativas ao acompanhamento da execução.

Não basta investir em ações que favoreçam a implantação, mas, sim, oferecer condições de execução dos contratos e monitorar a capacidade financeira necessária para tornar a atividade atraente ao investidor.

Portanto, na verdade, o relatório do TCU mostra uma enorme debilidade nessa lei que foi discutida exaustivamente. Eu não estava aqui, acompanhei a distância, mas lembro que houve uma enorme discussão em torno das leis de concessão florestal. Agora nós temos a primeira auditoria, que mostra que nós precisamos melhorar, aprimorar a lei. É importante essa auditoria do TCU porque nos permite trabalhar novamente e melhorar, para ver se conseguimos, porque a exploração econômica da floresta é fundamental para mantê-la, inclusive, em pé. Se quisermos manter, preservar a Amazônia, nós temos que dar um destino econômico

não depois de eliminar a floresta, mas com a floresta em pé, usando seus recursos madeireiros, que é o caso, e os recursos não madeireiros, que nós desconhecemos ainda, em boa parte. Se juntarmos os dois, nós vamos construir um novo modelo de desenvolvimento.

O Senador Raupp nos falou do modelo da Amazônia de concentrar população urbana. Não, nós podemos manter a população, mas construir uma economia capaz de fazer com que o dinheiro chegue lá na comunidade local. Isso existe hoje. Eu poderia te dar o exemplo do golfo do Marajó, na Ilha do Marajó. A economia hoje está totalmente voltada para a exploração do açaí, que é um recurso da biodiversidade e que ganhou o mercado mundial. Agora, como o açaí, há vários. Aí, claro, depende do conhecimento; esse conhecimento nós não temos, porque a concentração do conhecimento do País está no Centro-Sul.

Mas, considerando o teor do Acórdão nº 2.176, de 2014, do TCU, e as informações obtidas na auditoria operacional que avaliou o processo de concessão florestal, proponho que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 8, este que eu acabo de apresentar à Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Vamos ao Item 7 da pauta, cujo Relator, Senador Flexa Ribeiro, se encontra presente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos.

Autoria: Deputada Lauriete.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 15/03/2016 e 22/03/2016.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Sras e Srs. Senadores, o PLC nº 142, de 2015, tem como finalidade determinar que durante o prazo de vigência da garantia do aparelho telefônico o consumidor terá o direito de receber outro aparelho que possibilite no mínimo originar e receber chamadas e enviar mensagens de texto. Para tanto basta apresentar o aparelho defeituoso na assistência técnica autorizada.

O parágrafo único traz a ressalva de que tal benefício deverá ser concedido livre de ônus.

O projeto é claro em defesa do consumidor.

No Senado Federal, o PLC nº 142, de 2015, foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para apreciação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto merece aprovação, observadas as seguintes considerações.

O próprio Código de Defesa do Consumidor, Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, no seu art. 18, prevê a hipótese de responsabilidade do fornecedor por vício do produto ou do serviço.

No § 1º desse mesmo art. 18, ele preceitua que, se não sanado o problema em até 30 dias, poderá o consumidor, a sua escolha, exigir a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, ou o abatimento proporcional do preço.

Ele já tem regras que o protegem.

Ainda o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, em seu § 3º, diz que o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas previstas no § 1º, as três a que já nos referimos.

No caso do telefone celular, esse é um produto que pode ter o seu problema resolvido com a substituição imediata do aparelho ou de peças, porque ele é feito com a montagem de diversas peças.

O parecer é bastante longo. Eu vou resumir para que tenhamos economia processual na nossa Comissão.

Os tribunais praticamente não recebem demandas com essa temática, uma vez que não há estímulo, sob o ponto de vista processual, para aguardar uma decisão que, em regra, demanda mais tempo que os trinta dias, previstos no art. 18, para que o vício do produto seja sanado.

No âmbito da regulamentação, em decorrência de inúmeras reclamações, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça chegou a emitir a Nota nº 62/CGSC/DPDC/2010, que considerou os aparelhos celulares produtos essenciais, pois constituiriam o único meio de prestação de serviços essenciais de telefonia móvel. A conclusão também abarcava a possibilidade de exigência imediata das alternativas previstas no art. 18, § 1º, do CDC. Entretanto, o Judiciário manifestou-se no sentido de que notas técnicas emitidas pelo DPDC teriam um condão apenas orientador das autoridades de defesa do consumidor e não possuiriam caráter normativo e impositivo de sanções aos agentes do mercado. Portanto, hoje, a orientação exposta na nota técnica não surte efeitos jurídicos para o mercado.

Mais adiante, foi editado o Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, que, além de instituir o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e a Câmara Nacional das Relações de Consumo, prevê, no art. 16, que o Conselho de Ministros da Câmara Nacional das Relações de Consumo elaborará proposta de regulamentação do § 3º do art. 18 do CDC, a fim de especificar produtos de consumo considerados essenciais e dispor sobre procedimentos para uso imediato das alternativas definidas no § 1º do art. 18, também do CDC.

Entretanto, até o presente momento, a proposta não foi apresentada.

Toda vez que é para regulamentar não se regula, haja vista a Lei Kandir, que espera desde 96 para ser regulamentada. A Política Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional está sancionada há dois anos e aguarda para ser regulamentada. Esse é mais um exemplo de que não há regulamentação.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ao longo desses quase três anos, negociou com o setor produtivo os critérios para ser efetivada a substituição imediata prevista para os produtos essenciais.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação com a seguinte emenda.

Nós fizemos uma emenda para ficar mais claro o projeto, não deixar dúvida.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 2º Durante o prazo de vigência da garantia, é direito do consumidor que apresentar aparelho de telefonia celular defeituoso em posto de assistência técnica autorizada receber aparelho que possibilite, pelo menos, originar e receber chamadas, enviar mensagens de texto e conectar-se à internet.

§ 1º O empréstimo do aparelho não acarretará ônus para o consumidor, que o devolverá nas mesmas condições em que o recebeu.

§ 2º A determinação constante no *caput* não prejudica os direitos do consumidor estabelecidos no art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

Quer dizer, se o consumidor chegar a uma assistência técnica com um aparelho com defeito, ele poderá exigir que a assistência técnica lhe dê um outro aparelho semelhante ao que ele está deixando enquanto o seu é recuperado, sem ônus. Depois ele vai retornar o aparelho emprestado, evidentemente nas mesmas condições em que o recebeu, e receber o seu já recuperado, tudo isso sem prejuízo dos direitos que o Código do Consumidor lhe assegura no art. 18. Quer dizer que ele pode pedir a substituição, pode pedir o dinheiro de volta... Todos aqueles direitos que já foram lidos, ele não os perde ao deixar o seu aparelho na assistência técnica e receber outro enquanto o seu é recuperado.

Esse é o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

Esse é, evidentemente, um projeto de extrema importância para todos nós, brasileiros.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com uma emenda.

O projeto segue para o Plenário do Senado Federal.

Quanto aos Itens 8 e 9 da pauta – o Item 8 de autoria do Senador Roberto Rocha, que não está presente, e o Item 9, do Senador Davi Alcolumbre –, eu indago ao Senador Blairo Maggi se S. Exª poderia relatá-los *ad hoc*.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Então, vamos ao Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto.

Autoria: Senador Aécio Neves.

Relatoria: Senador Roberto Rocha.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 22/03/2016.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

O projeto é de autoria do Senador Aécio Neves e será relatado, neste momento, pelo Senador Blairo Maggi, *ad hoc*.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ataídes.

Vamos direto à análise desse projeto.

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA é competente para analisar matéria, nos termos do art. 102, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 712, de 2011, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, no tocante à legitimidade e à iniciativa parlamentar, no processo legislativo, art. 61, *caput*, da Constituição Federal. É com relação à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria.

No tocante à jurisdição, a proposição se afigura correta no meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos: normatização via edição da lei ordinária e adequada.

A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico no PLS, que também possui atributos de generalidade, aplicando-se a todas as situações, de fato, que insiram a hipótese legal que se revela compatível com os princípios diretores do sistema direito-pátria.

A tramitação do PLS observou o Regimento Interno desta Casa. No que tange à técnica legislativa foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração das normas dispositivas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O pleito das empresas estatais de saneamento é legítimo, não olvidando o fato de que a falta de investimentos em saneamento básico prejudica, principalmente, a população mais carente, sobretudo nas áreas rurais e nos Municípios mais pobres, como aqueles localizados na Região Norte e Nordeste.

Portanto, reputamos a proposição como meritória e a apoiamos na integralidade.

No tocante à adequação orçamentária e financeira da proposição, contudo, há que se observar a previsão no art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesses termos, forçoso é admitir que o PLS não se faz acompanhar de estimativa de renúncia fiscal para suprir a falta de dispositivo normativo que atenda aos ditames do referido certificado normativo. Apresentamos emenda estabelecendo que o Poder Executivo estime o montante da renúncia decorrente da conversão do projeto em lei e o inclua no demonstrativo regionalizado no impacto encaminhado, com anexo, ao Projeto de Lei Orçamentária anual, por força do que institui o art. 165, §6º, da Constituição Federal.

Além disso, apresentamos outro aperfeiçoamento para incluir em parágrafo a cláusula de vigência determinando que a isenção que o PLS estabelece só produz efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao cumprimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 717, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CMA (PLS nº 717, de 2011)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao projeto, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

Art. 14 O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente

do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Há uma outra emenda, também...

Agora, aqui, me fugiu o conhecimento dessa sigla. É CEAPF.

EMENDA Nº – CEAPF (PLS nº 717, de 2011)

Acrescente-se o seguinte parágrafo único à cláusula de vigência do projeto, contida no artigo renumerado como art. 3º:

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

É este o relatório do Senador Roberto Rocha, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com duas emendas.

Senador Blairo Maggi, vamos ao item 9?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos limpar a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, vamos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... dos itens não terminativos, hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim; vamos limpar essa pauta.

Estou contente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Lobão Filho.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

- A matéria constou nas pautas dos dias 20/10/2015, 27/10/2015, 10/11/2015, 24/11/2015, 01/12/2015, 16/02/2016, 23/02/2016, 15/03/2016 e 22/03/2016.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, que “altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor”.

Está sob exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 50, de 2012, de autoria do Senador Lobão Filho, que “altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor”.

Análise.

O projeto de lei analisado versa sobre direito econômico e direito do consumidor, matéria de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal (art. 24, incisos I e V, da Constituição), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (caput do art. 48 da Constituição).

A iniciativa parlamentar é legítima, por força do caput do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque busca efetivar o princípio constitucional da defesa do consumidor (art. 170, inciso V, da Constituição).

A análise deste projeto pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está em consonância com o art. 102-A, inciso III, alínea a, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação, dado que altera os limites econômicos das causas que serão submetidas ao Juizado Especial Cível; b) efetividade; c) adequação normativa, já que o tema deve estar previsto em lei ordinária; d) coercitividade; e e) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores e consumidores de bens ou de serviços.

A proposição é vazada em boa técnica legislativa e não há inclusão de matéria diversa ao tema. As expressões utilizadas, por sua vez, preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Seguem-se algumas considerações para, a seguir, dizer:

Ademais, o Brasil, como signatário do Pacto de San José da Costa Rica, recepcionado pela nossa Carta Política com status constitucional, e promulgado pela Presidência da República (Decreto nº 678/1992), garante, a toda a pessoa (nacional ou estrangeiro aqui residente) “direito a um recurso simples e rápido ou qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que as proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção” (art. 25 da Convenção).

Em conclusão, o projeto, escoimado da imperfeição apontada, deve ser aprovado porque contribui para a celeridade judicial na solução de desavenças contratuais nas relações de consumo e consumidor..

Voto:

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, com a emenda que ora apresentamos.

EMENDA Nº 1 - CMA (ao PLS nº 50, de 2012)

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, renumerando-se o art. 3º como art. 2º. Então, esse é o voto e o relatório do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sras e Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto com uma emenda.

Sobre itens 2 e 3, de relatoria do Senador Aloysio Nunes, acabo de ser informado de que o Senador está se dirigindo a esta Comissão. Portanto, vamos aguardá-lo, Senador Flexa Ribeiro, que se dispôs a relatá-los.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com muita honra, até porque o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como sempre, pela sua competência, faz aquilo que temos como obrigação fazer: analisar os relatórios que chegam à Comissão de Fiscalização e Controle e não só mandar arquivar, mas fazer com que a Comissão e os Senadores que compõem a Comissão tomem providências sobre aquilo que o TCU nos informa.

Lamentavelmente, Senador Ataídes, vamos analisar aqui o relatório do primeiro trimestre de 2015, item 2. Quer dizer, já está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não estou relatando, estou comentando só, Senadora.

Precisávamos estar mais próximos. Os malfeitos são tantos que é preciso que a fiscalização e o controle se façam quase que ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos, então, aos itens 13 e 14 da pauta. São terminativos, mas tenho informação de que os referidos projetos podem ser votados, uma vez que são pela prejudicialidade.

De relatoria do Senador Jorge Viana, indago da Senadora Lídice da Mata se ela pode fazer esse relatório *ad hoc*.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, Presidente. Coloco-me à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Então...

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, a Senadora Lídice da Mata já vai iniciar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O relatório *ad hoc* dos itens 13 e 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Depois peço uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013

- Terminativo -

Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

-Matéria apreciada pela CRE e pela CRA com pareceres pela prejudicialidade do projeto.

-A matéria constou nas pautas dos dias 23/02/2016, 15/03/2016 e 22/03/2016.

A Senadora Lídice da Mata vai relatar como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, V. Exª já leu a ementa do projeto.

Vou fazer, portanto, para adiantarmos, uma síntese do projeto e apresentar o voto final.

A proposição pretende alterar o art. 3º da Medida Provisória (MP) nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

O art. 3º da MP nº 2.186-16/2001 dispunha que esta não se aplicava ao patrimônio genético humano. Já o PLS nº 15, de 2013, além da referida exclusão, acrescenta outra, a de que a medida provisória em questão também não se aplica aos recursos genéticos objeto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

A eminente autora, Senadora Kátia Abreu, justifica a iniciativa afirmando que, de modo preventivo, ela busca uma harmonia de aplicação entre dois tratados, o já ratificado TIRFAA e o Protocolo de Nagoia, ainda em análise na Câmara dos Deputados.

A proposição busca garantir que as regras do TIRFAA sejam preservadas para proporcionar a devida segurança jurídica ao setor agropecuário, além de permitir o acesso aos recursos genéticos destinados à produção de alimentos e que esses tenham tratamento diferenciado daqueles destinados ao uso industrial.

Entretanto, o Relator, Senador Jorge Viana, salienta que a Medida Provisória nº 2.186, de 2001, foi completamente revogada pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que estabeleceu novo marco regulatório para o uso da biodiversidade.

Portanto, com a aprovação da Lei nº 13.123, de 2013, pelo Congresso Nacional, a proposição sofreu perda de oportunidade. Sendo assim, compete considerar o PLS nº 15, de 2013, prejudicado.

Assim, o nosso voto, de acordo com a recomendação do exposto, Sr. Presidente, é pela prejudicialidade do PLS nº 15, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Informo que a votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório pela prejudicialidade do projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela prejudicialidade do projeto.

Vamos ao item 9.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pediria a V. Exª se pudesse fazer uma inversão de pauta. Há um requerimento sobre a mesa do Senador Ronaldo Caiado que eu subscrevi. Ele pôde estar presente hoje na CMA e pediu que eu subscrevesse. Pediria a V. Exª que pudesse fazer a leitura, discussão e aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não havendo Senadores contrários ao pedido do Senador Flexa...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De inclusão na pauta, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está incluído na pauta, é o item 23, Senadora Lídice.

Vamos, então, à votação do requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

Item 23:

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 5, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 e o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a atual situação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), com a participação dos convidados abaixo relacionados:

- Ministro de Estado da Saúde, Dr. Marcelo Castro;

- Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), Dr. Marcos Arraes;

- Representante da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH);

- Representante do Tribunal de Contas da União;

- Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros

Foi também subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – A palavra, por favor, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, como se trata de um requerimento de inversão de pauta e eu saí para outra...

O Senador Aloysio chega aqui bastante machucado. Está com o braço machucado. Espero que não tenha sido nada de grave, nem V. Exª tenha participado de nenhuma contenda mais violenta. Imagino que não, até pela característica de V. Exª, que é um homem muito tranquilo e paciente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sereno.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Com um braço só eu dou conta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E com um braço só, V. Exª dá conta do que for necessário.

Já recebi dele os parabéns pela cidade de Salvador, no dia de hoje.

Sr. Presidente, apenas para registrar que quando foi solicitada a inversão de pauta, eu não consegui ver qual era o requerimento. Vejo agora que se trata, depois de V. Exª anunciar, de discutir a situação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia.

Como o Presidente dessa Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia é o Dr. Marcos Arraes, membro do meu Partido e filho do Dr. Miguel Arraes, eu vejo com alegria que possa ter a sua presença nesta participação. Mas ao mesmo tempo se chama também o Ministro de Estado, Dr. Marcelo, para participar de uma audiência pública.

Eu não gosto muito do formato do Ministro de Estado estar debatendo com outras pessoas que em tese são representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público...

Nós geralmente trazemos um Ministro sozinho para debater com as Srªs e os Srs. Senadores. Então, eu gostaria de propor e acho que seria conveniente a retirada do Ministro. Se o Senador quisesse, poderia apresentar outro requerimento para discutir a questão, sem que tivéssemos um debate entre representantes do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas, mais o representante da Associação Brasileira de Hematologia e da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, com um Ministro da República. Acho que não é o modelo mais conveniente.

O modelo mais conveniente seria trazermos o Ministro, fazermos um duro – se for necessário, aqueles que desejarem – debate com o Ministro sobre qualquer assunto. Mas acho que não fica do mesmo tamanho de representação política trazermos representantes que nem sabemos quem será. Podem ser simplesmente assessores. Acho ruim para a organização desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senadora Lídice.

O Regimento Interno deixa muito claro que o Ministro de Estado, uma vez convidado a participar de uma audiência, deverá fazê-lo separadamente de outros convidados.

Eu indago ao Senador Flexa Ribeiro, que subscreve este requerimento juntamente com o Senador Ronaldo Caiado, se podemos aprovar o requerimento e já fica determinado que o Ministro Marcelo Castro será, então...

Faremos, então, uma audiência separadamente com o ministro. A gente aproveita e já a prova agora, neste momento, o requerimento.

Eu indago a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes, apenas sou subscritor do requerimento que é de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Na justificativa, S. Exª coloca considerações que são importantes para a audiência. Mas eu não vejo dificuldade, até porque, à época da audiência, o Ministro já não deve ser o Dr. Marcelo Castro. (*Risos.*)

Vamos ter que verificar quem será o Ministro da Saúde para podermos ouvi-lo ou para ele mandar um representante. Eu não fico muito cavalheiro no sentido de alterar o requerimento do Senador Caiado, retirando um convidado dele. Vamos aprová-lo e o ministro manda um representante, o ministro que estiver lá de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senador Flexa.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só para eu entender, desculpem-me, eu recebi uma mensagem aqui e me distraí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O requerimento será aprovado, Senadora Lídice, mas fica aqui registrado que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, será feita uma audiência separadamente com o Ministro, conforme V. Exª sabiamente colocou.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Os itens 2 e 3 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me V. Exª fazer um convite. Todos Senadores membros da CMA receberão este convite.

A Subcomissão de Acompanhamento das Obras de implantação da Usina de Belo Monte fará uma visita ao sítio das obras nos dias 7 e 8 de abril próximos, na próxima semana. Como eu disse, todos os Senadores da CMA, não só aqueles que são membros da Subcomissão, receberão um convite para que possam – aqueles que têm interesse – ir conhecer essa que é a maior obra em execução no mundo. Ela está entrando em operação

agora, proximamente, na sua primeira turbina. Nós já estivemos lá em visitas anteriores – não em fiscalização da geração, pois não tínhamos dúvida de que ficaria pronta –, a preocupação dos paraenses, em especial daqueles que moram na região impactada, é da execução das condicionantes.

Nós estaremos fazendo mais uma visita de fiscalização dessas obras. Eu queria transmitir o convite a todos os Senadores da CMA para aqueles que tiverem interesse. Eles vão receber nos seus gabinetes o convite e a programação das visitas. Sairemos daqui no dia 7, às 7h da manhã, num avião da FAB, e retornaremos dia 8, às 14h. A programação desse dia e meio que ficaremos lá vai estar junto com o convite. Àquelas Senadoras e àqueles Senadores que tiverem interesse de conhecer a obra, acompanhando os membros da Subcomissão, eu pediria que fizessem contato com a Secretaria da CMA para que nós tivéssemos a relação e pudéssemos encaminhar à FAB, em função do limite de vagas na aeronave.

Concluindo, quero reafirmar a importância dessa visita para que possam efetivamente conhecer aquele projeto que está sendo desenvolvido no Pará para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senador Flexa.

Eu peço, então, ao Dr. Raymundo, nosso Secretário desta douta Comissão que faça esse acompanhamento, Dr. Raymundo, dos membros desta Comissão que queiram fazer essa visita, que vejo de muito importância, nos dias 7 e 8, à Usina de Belo Monte. O convite foi feito pelo Senador Flexa Ribeiro. Os convites inclusive já foram encaminhados.

Os itens 2 e 3 da pauta são não terminativos, de Relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 2

AVISO Nº 44, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2015.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de Audiência Pública

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 15/03/2016 e 22/03/2016.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vem ao conhecimento desta Comissão o Aviso nº 44, de 2015, do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 588/2015, na origem), por meio do qual aquela Corte de Contas apresenta ao Congresso o seu Relatório de Atividades referente ao 1º trimestre do exercício de 2015”.

Convém inicialmente destacar os benefícios efetivos e potenciais estimados das ações de controle realizadas pelo TCU. No período, alcançaram R\$819.930.257,07, dos quais cerca de metade são decorrentes de correção de irregularidades ou impropriedades, e outros tantos da redução de preço máximo em processo licitatório específico.

No 1º trimestre de 2015, o TCU concluiu 137 fiscalizações, julgou conclusivamente 1.199 processos, condenou em débito ou aplicou multa a 587 responsáveis e inabilitou outros 48 para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal.

As condenações em débito e aplicações de multas totalizaram R\$436.368.581,16. Somando-se este valor aos R\$819.930.257,07 citados anteriormente, decorrentes das demais ações de controles, os benefícios financeiros oriundos das

atividades realizadas pelo TCU no primeiro trimestre alcançaram um valor superior a R\$1,2 bilhão.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, foram evitados prejuízos e danos da ordem de R\$2,12 bilhões em razão da adoção de medidas cautelares. Além disso, existem outros R\$371 milhões em processos de cobrança executiva.

Entre outros números relevantes, destacam-se a declaração de inidoneidade de 15 empresas para participar de licitações na Administração Pública Federal, a análise de 13.572 atos de pessoal, o arresto de bens de 17 responsáveis por bens e valores públicos, a formalização de 13.572 processos de cobrança executiva e o recebimento, pela ouvidoria do TCU, de 306 denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

O TCU informa, ademais, que para cada R\$ 1,00 de custo para seu funcionamento no 1º trimestre de 2015, a Corte recuperou em benefícios financeiramente mensuráveis o valor de R\$3,19. É um cálculo solidamente material, mas que também dá ideia da importância, inclusive sob esse ponto de vista patrimonial, da ação do TCU.

O documento ora em análise apresenta os principais resultados alcançados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no desempenho de suas competências – eu já me referi aos números.

O Relatório de Atividades do TCU apresenta, por função de governo ou área envolvida, resumos das mais relevantes ações de controle levadas a termo no 1º trimestre de 2015. A Corte de Contas separa as ações nos seguintes agrupamentos:

- a) Infraestrutura (Minas e Energia, Transporte e Comunicações);
- b) Saúde;
- c) Integração e Meio Ambiente;
- d) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- e) Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- f) Fazenda, Desenvolvimento e Turismo;
- g) Justiça e Defesa;
- h) Poderes do Estado e Representação;
- i) Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e
- j) Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Srs. Senadores, o relatório prossegue, destacando que foram emitidos alertas pelo TCU, em anos anteriores, quanto aos riscos de desabastecimento de energia elétrica no País.

Entre outras medidas, somente na área de infraestrutura, o Tribunal determinou ao Ministério de Minas e Energia que se manifestasse quanto ao risco de a geração de energia elétrica não atender à demanda durante o exercício de 2015 e apresentasse a descrição detalhada das medidas adotadas para a redução do consumo e aumento da oferta de energia.

Na área da Saúde, destacou-se o exame realizado no Programa Mais Médicos. A auditoria identificou fragilidades na supervisão dos profissionais integrantes do programa, uma vez que 31,73% deles não possuíam supervisores – estavam trabalhando sem nenhuma orientação de alguém mais habilitado. A auditoria mostrou também falhas na distribuição geográfica dos médicos e fragilidades de avaliação e monitoramento do programa.

Nas áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, o TCU verificou o andamento das obras de integração do Rio São Francisco. Nesse levantamento foi constatada uma diminuição do ritmo de execução das obras em alguns eixos. De acordo com a fiscalização, em alguns trechos, as obras apresentaram desmobilização de pessoal e equipamentos. Tais trechos encontram-se no início do Programa de Integração do São Francisco, o que faz aumentar a preocupação de comprometimento de todo o empreendimento, adiando o usufruto, pela população, dos benefícios esperados após a conclusão da obra.

Quanto às áreas de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, merece destaque a apreciação da segunda edição do Relatório Sistemático de Fiscalização da Função Educação. O relatório registrou a evolução do gasto com a Educação em relação ao PIB, consideradas as três esferas de governo, que passou de 3,5%, em 2005, 6,4%, em 2012 e chegou a 6,6%, em 2014. Estima-se que esse gasto convirja para 10% do PIB nos próximos 10 anos, em razão da vinculação dos *royalties* do petróleo ao financiamento da educação pública – aí tenho sérias dúvidas, porque essa exploração dos *royalties* do petróleo provavelmente vai ser adiada ainda por muito tempo. Apesar do aumento real dos montantes de recursos, chama a atenção o considerável aumento do volume de restos a pagar nessas funções.

Na área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, destaca-se a regulamentação pelo TCU de sua participação na fiscalização dos acordos de leniência que venham a ser celebrados no âmbito federal. Para isso, aprovou a Instrução Normativa – TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015.

Por fim, nas áreas de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, o TCU realizou estudos para aplicar as novas regras de cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Estados. Além disso, o Tribunal realizou auditoria para avaliar a gestão de riscos do Banco Central do Brasil, além de acompanhar operação de crédito externo realizada pelo Estado do Paraná.

Srs. Senadores, temos o poder-dever de aprimorar o ordenamento jurídico e cobrar as necessárias ações corretivas. O documento que está sob análise é verdadeiro manual de informações para o bom desempenho de nossas funções. São muitas as áreas para as quais constatamos oportunidades de melhorias da gestão pública. Efetivamente, o TCU, no exercício de suas competências constitucionais e em auxílio ao Congresso Nacional, aponta o caminho, mas as mudanças no arcabouço regulatório são responsabilidade do Congresso Nacional.

Portanto, Srs. Senadores, eu os convido a nos debruçarmos sobre o Relatório de Atividades e nele buscar, cada um em sua área de maior afinidade, conhecimento e interesse, inspiração e fundamentos para ações legislativas e fiscalizatórias que estejam ao nosso alcance.

Não foi por outra razão que o Constituinte determinou ao órgão que auxilia o Congresso no desempenho do controle externo que a ele apresentasse, periodicamente, verdadeiras prestações de contas do que faz.

Diante do exposto, apresento requerimento para que seja realizada audiência pública com a presença do Presidente do TCU e dos técnicos que participaram da elaboração do Relatório de que trata este Aviso, com o fim de que todos nós conheçamos minuciosamente os principais problemas ali apontados.

Esse é o requerimento que consta do item seguinte, que é uma decorrência da minha posição sobre o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA e o requerimento apresentado pelo Relator para realização de audiência pública.

O item 3 da pauta, Senador Aloysio, é também de relatoria de V. Ex^a. Vamos a ele, então.

ITEM 3

AVISO Nº 47, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1421/2015 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (010945/2014-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Ministro de Estado da Saúde.

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 15/03/2016 e 22/03/2016.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Passo diretamente à análise.

O relatório de auditoria do TCU referido por V. Ex^a, por seu esmero, rigor técnico, profundidade e abrangência, merece desde logo nossos elogios. Com efeito, honra a esta Casa a presença de um órgão de controle formado por um corpo técnico de tão elevado calibre, como o que compõe o TCU.

Lamentavelmente, como bem apontou o Relator, Ministro Benjamin Zymler, da Corte de Contas, o quadro retratado na auditoria revela uma situação de baixa eficácia na consecução das políticas públicas relacionadas à oferta de esgotamento sanitário nos Municípios da área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Se as obras do aludido projeto não estivessem, também, em situação de atraso, o cenário retratado pela unidade técnica de contaminação dos corpos d'água integrados ao projeto poderia não ter se concretizado.

De maneira enfática, o ilustre Relator assim se manifesta em seu voto, com o qual, desde já, comungamos:

22. O presente trabalho [diz o Relator] mais uma vez revela um panorama de incapacidade dos órgãos concedentes, *in casu*, da Funasa e do Ministério das Cidades, de fiscalizarem adequadamente a execução dos convênios assinados.

23. Se os Ministérios e demais órgãos integrantes da Administração Federal, na condição de responsáveis pelas políticas públicas de suas pastas, não possuem condições operacionais para acompanhar a consecução de seus convênios, inclusive mediante fiscalização *in loco*, há de se indagar qual o benefício econômico e social de se repassar recursos federais por meio de convênios, dada a sua baixa eficácia e efetividade.

Nesse caso aqui, é o saneamento dos Municípios abrangidos por esse Projeto de Integração do Rio São Francisco, que repete, aliás, a tragédia do saneamento básico no País.

Todavia, a despeito dos encaminhamentos dados no referido acórdão, todos inegavelmente válidos e oportunos, entendemos que as irregularidades apontadas na auditoria merecem imediato esclarecimento a esta Comissão.

Voto.

Diante do exposto e considerando que as determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 1.421/2015-TCU-Plenário serão objeto de monitoramento por parte do Tribunal de Contas da União, o voto é pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Ministro de Estado da Saúde, nos termos abaixo:

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Em conformidade com as disposições [legais] [...], solicito ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações sobre o cumprimento da recomendação 9.3, do Acórdão [citado] [...] [e aí eu cito a recomendação]:

9.3 recomendar [diz o Tribunal de Contas] ao Ministério da Integração Nacional que intensifique as ações junto ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde, em associação com os governos estaduais e municipais, no sentido de buscar aumentar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios relacionados ao Pisf, em especial naqueles com influência direta na qualidade das águas a serem transpostas.

Há também mais dois outros requerimentos no mesmo teor, um encaminhado ao Ministro das Cidades e outro à Fundação Nacional de Saúde.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de dar consequência às auditorias que são realizadas pelo TCU, que frequentemente manda para esta casa, o TCU, relatórios de atividades em que dão conta de recomendações que fizeram a órgãos sujeitos a sua fiscalização e simplesmente esses relatórios são encaminhados rotineiramente ao arquivo sem que as comissões desta Casa procurem saber exatamente se essas recomendações foram cumpridas. Não é o que ocorre na presente Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle. A nossa Comissão tem primado por exigir dos órgãos que são destinatários de advertências, de recomendações, de censuras do Tribunal de Contas da União informações sobre as medidas que estão adotando para corrigir os problemas encontrados pela Corte de Contas. Então, esta Comissão tem se destacado por cumprir esta missão de uma maneira zelosa e não burocrática, como infelizmente ocorre em muitas outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns, Senador Aloysio, pelo relatório e também pelas sábias considerações que V. Exª fez.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação à Mesa do Senado Federal de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Ministro de Estado da Saúde.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V. Exª que faça uma inversão de pauta. Há um requerimento de nossa autoria, que é o item 22. Solicitaria a V. Exª que colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Vamos à votação então.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do art. 70, combinado com o inciso VII, do art. 71, ambos da Constituição Federal, bem como art. 102-A, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, requisite ao presidente do Conselho de Atividades Financeiras - COAF o seguinte documento: CÓPIA DO INTEIRO TEOR DO RELATÓRIO DO COAF O QUAL APONTA QUE PAGAMENTOS DE 2015 POR SERVIÇO NA NORTE-SUL FORAM TRANSFERIDOS PARA EMPRESAS DIFERENTES DA QUE ATUA NA OBRA.

Autoria: Senador João Capiberibe

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para o item 4. O item 4 da pauta também... Hoje nós demos uma limpada na pauta, graças a Deus!

Senadora Lídice da Mata, V. Exª poderia relatar *ad hoc* o item 4 da pauta, de relatoria do Senador Paulo Rocha? V. Exª relataria esse projeto para nós?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos lá. Deixe-me só fazer a leitura aqui.

ITEM 4

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, de 2013

- Não terminativo -

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre procedimentos licitatórios do FNDE para formação de registro de preços tendo por objeto a realização de obras.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 22/03/2016.

A autoria é do competente Senador Pedro Taques, hoje Governador do Mato Grosso do Sul, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A relatoria é do Senador Paulo Rocha, e V. Exª, então, vai fazer essa relatoria *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, o relatório é pelo arquivamento.

Eu vou ler de forma sintética o conteúdo.

O autor sugere a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União que busque respostas às seguintes questões:

1. o objeto dos Editais de RDC - Registro de Preços n. 93/2012 e 94/2012 do FNDE, que consiste na construção de obras de engenharia é cabível em procedimento de registro de preços?

2. os procedimentos adotados na licitação e na execução dos referidos editais conformam-se à regulamentação que rege a formação de registro de preços?

Segundo o Relator, Senado Paulo Rocha, no momento da apresentação da proposta de fiscalização, os questionamentos apresentados mostravam-se convenientes e oportunos, mas já há decisão posterior do TCU sobre os editais objetos desta proposta de fiscalização.

Assim, de acordo com o TCU, é possível a adoção do registro de preços nas licitações de obras, sob o regime do RDC, em que seja demonstrada a viabilidade de se estabelecer a padronização do objeto e das propostas, de modo que se permitam a obtenção da melhor proposta e contratações adequadas e vantajosas às necessidades dos interessados. No caso concreto, o Tribunal observou que tais requisitos foram cumpridos, embora tenha constatado outras impropriedades, que nos termos do acórdão, embora, excepcionalmente, pela proteção ao interesse público primário, não tenham ensejado a suspensão da presente licitação, se repetidas, poderiam redundar na anulação de futuros certames. As impropriedades destacadas foram as seguintes:

1. opção conferida à vencedora do certame de não contratar a integralidade dos quantitativos licitados na Ata de Registro de Preços, em desconformidade com o mens legis estabelecido no art. 96 c/c art. 99 do Decreto 7.581/2011;

2. licitação de obra executada por meio do regime de contratação integrada sem a utilização da modalidade técnica e preço, em contrariedade ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei 12.462/2011;

3. anteprojeto de engenharia com estimativas de metodologia executiva e tecnologia construtiva antieconômica.

Essas foram as referências, Sr. Presidente, de tal forma que o voto é pela prejudicialidade pelo reconhecimento do próprio Tribunal de Contas da superação desses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Lídice.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

Senadora Lídice da Mata, sobre praticamente o último item da pauta a ser discutido hoje, o item 14, de relatoria do Senador Jorge Viana, eu indago a V. Exª se poderia relatá-lo *ad hoc*.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, passemos ao item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

- Matéria apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto, e pela CRA, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

- A matéria constou na pauta do dia 22/03/2016.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, para proceder, como Relatora *ad hoc*, à leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, o relatório conclui pela prejudicialidade. Eu vou sintetizar as observações ali constantes.

O objetivo do projeto é alterar, como V. Exª destacou, a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Para tanto, determina a exigência da assinatura do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (CURB) apenas quando as atividades de desenvolvimento tecnológico ou de bio-prospecção resultarem efetivamente em novo produto ou processo comercializável.

Ademais, revoga os §§ 4º e 5º do art. 16 e o § 1º do art. 19 da Medida Provisória, que exigem a celebração do CURB quando houver perspectiva de uso comercial ou potencial de uso econômico de produto ou processo resultante da utilização de componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado.

O Relator votou pela prejudicialidade do projeto, tendo em vista que Lei nº 13.123, de 2015, revogou a MPV 2.186-16, de 2001, e regulou a matéria de forma a simplificar o acesso ao patrimônio genético.

É o nosso voto pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Como o relatório é pela prejudicialidade da matéria, a votação será realizada pelo processo simbólico.

De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015, aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela prejudicialidade do projeto. Hoje...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só um segundinho.

Quero solicitar o apoio da Secretaria, de V. Exª, do Presidente Otto, para um requerimento aprovado por esta Comissão no ano passado, de conteúdo idêntico ao do Senador Reguffe, também aprovado aqui em ou-

tra reunião. Já entramos em acordo para a realização dessa audiência pública. Na verdade, indiquei seis pessoas, ele indicou mais seis pessoas, sendo que duas eram diferentes. Então, fizemos um acordo para realizarmos uma audiência pública só. Quero, portanto, sugerir e solicitar a Vs. Ex^{as} a prioridade para que a realizássemos logo, porque se trata de uma discussão na área de defesa do consumidor, da vinda dos planos de saúde. Assim, poderemos discutir aqui a negatividade de procedimentos, reajustes de planos por faixa etária, a fórmula de cálculos de reajuste e dos falsos coletivos.

Acrescento agora um novo aspecto, que está dentro da negativa de procedimentos, que é o fato de os planos de saúde se recusarem a garantir e a fazer os exames que se relacionam com o zika. Já há um debate que se aprofunda nessa área. Creio que uma audiência pública é de extrema importância, está na ordem do dia de ser realizada em nossa Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a poderia, Senadora, já sugerir a data para a realização dessa audiência pública.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou combinar logo com o Senador Reguffe, ainda hoje, para que possamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, informe, então, à Secretaria, que tomará as devidas providências.

O último item da pauta de hoje...Votamos praticamente, Senador Aloysio, todos os projetos não terminativos e, também agora, votaremos o último requerimento. Lamentavelmente, não tivemos quórum para os terminativos, mas acredito que, na semana seguinte, tenhamos esse quórum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Ex^a é de uma eficiência fulgurante! Vai causar ciúmes no Senador Otto, nosso Presidente efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Aloysio.

O Requerimento nº 6, de 2016, referente ao item 24 da pauta, é de autoria do Senador Otto Alencar, Presidente desta douta Comissão, e eu o subscrevo. Coloco em votação do Plenário.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do processado referente ao Aviso nº 2, de 2001, que se encontrava no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Otto Alencar e outros

Ratifico que é de autoria do Senador Otto Alencar, e eu o subscrevo neste momento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero, neste momento, agradecer a todos os Senadores e Senadoras, especialmente ao Senador Blairo Maggi que nos ajudou hoje aqui, efetivamente, na realização dos nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos e a Deus.

Muito obrigado.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia nove de março de dois mil e dezesseis, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Primeira Parte da Pauta: Item 1 - Mensagem (SF) nº 13, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor Aurélio Cesar Nogueira Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP -. O Presidente convida o Senhor Aurélio Cesar Nogueira Amaral para compor a mesa e fazer sua exposição. Também convida, para compor a Mesa, a Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da ANP; e o Senhor Haroldo Lima, ex-deputado e ex-diretor da ANP. Relator: Senador Valdir Raupp. Relatório: pronto para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Tem início a Segunda Parte: Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação da matéria com seis emendas. Resultado: Adiado. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: pela aprovação do projeto, com acolhimento da Emenda nº 1-CAE/CI, nos termos da Subemenda oferecida à Emenda nº 1-CAE/CI. Resultado: Adiado. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 753 de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso. Relator: Senador Telmário Mota. Relatório: pela aprovação. Resultado: Adiado. São apreciados dois requerimentos extrapauta. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, de 2016, de autoria dos Senadores Paulo Rocha e Fernando Bezerra Coelho, que, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 01/2016, requer a discussão sobre a concessão se reporte ao trecho que liga Sinop a Santarém, bem como a inclusão, como convidado, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Marcio Miranda, para participar da referida audiência. Resultado: requerimento aprovado. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 10, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer, em aditamento ao RQI 1/2016, desta Comissão, a substituição da EPL pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Deputado Estadual Pedro Satélite. Resultado: requerimento aprovado. O Presidente registra a presença, em plenário, dos Senhores José Gutman e Waldir Barroso, diretores da ANP. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Ronaldo Caiado, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Dalirio Beber e Wilder Morais. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

As S^{ras} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Na impossibilidade, ainda, de um quórum mais adequado, vamos deixar para aprovar em seguida.

Esta reunião está destinada à realização da sabatina do Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Trata-se, portanto, da Mensagem que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A autoria é da Senhora Presidenta da República.

Convido, portanto, a tomar assento à mesa o Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *(Pausa.)*

Antes de darmos a palavra ao indicado, eu gostaria de convidar a Sr^a Magda Chambriard, Diretora da ANP, para compor a Mesa juntamente com o ex-Presidente e ex-Deputado Haroldo Lima. *(Pausa.)*

Quero registrar ainda a presença entre nós, com muita satisfação, do Diretor da ANP, Dr. José Gutman, além do Dr. Waldir Barroso, também Diretor da ANP.

Concedo a palavra ao Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral para que faça a sua exposição, como é de praxe.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Bom dia e obrigado, Sr. Senador.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, que não se encontra aqui, mas gostaria de, na pessoa dele, cumprimentar os demais Senadores. Cumprimento também os Diretores da ANP, as senhoras e os senhores.

É para mim uma grande honra apresentar-me a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura na condição de indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a demonstração de confiança que se refletiu na minha indicação.

Faço um resumo do caminho profissional que trilhei ao longo dos últimos 20 anos.

Iniciei minha carreira como advogado, de forma autônoma, atuando no contencioso cível e trabalhista.

No ano 2000, tive a minha primeira experiência pública na Prefeitura da cidade de São Paulo, onde exerci, entre outros, o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes. Em 2009, aceitei o convite da ANP para atuar como assessor da Diretoria. Pela própria natureza dessa função, que exerci por quase dois anos, tive a oportunidade de adquirir uma visão panorâmica da ampla gama de assuntos tratados pela agência, do pré-sal às revendas de botijão de gás, passando pelas questões de conteúdo nacional e abastecimento.

Somente para ilustrar, a agência é o órgão regulador da cadeia da indústria de petróleo, uma autarquia criada pela Lei nº 9.478, de 1997, que regula as atividades de petróleo, gás natural e biocombustíveis, indo da exploração à comercialização no posto. E a agência é responsável por regular, contratar e fiscalizar: regular as atividades do setor, através dos atos e normas; fiscalizar esses atos e essas normas e também contratar em nome da União, realizar os contratos de concessão com os agentes econômicos.

Senadores, de 2010 a 2011, fui Coordenador Geral do escritório da ANP em São Paulo, sendo responsável pelas atividades de gestão administrativa e de articulação junto aos Poderes Legislativo e Executivo, às agências reguladoras, aos sindicatos e às entidades representativas do setor. Nesse período, conduzi as ações de fiscalização em conjunto com outros órgãos públicos, como o Ministério Público, o INMETRO e o Corpo de Bombeiros.

Somente para ilustrar, Senadores, o mercado de São Paulo é o maior mercado de combustível do País. Sozinho, São Paulo representa 40% da comercialização de combustível. Somente São Paulo tem 8.000 revendas de combustíveis, quatro refinarias e uma infinidade de outros agentes econômicos.

Com os resultados obtidos no combate às irregularidades no setor de abastecimento em São Paulo, fui convidado a ser Superintendente Adjunto de Fiscalização da ANP. Nessa função, procurei aumentar a efetividade das ações por meio do planejamento e do uso de informações estratégicas.

Em 2012, assumi a Superintendência de Abastecimento da ANP, onde coordeno o Sistema Nacional de Combustíveis, composto por um universo de quase 118 mil agentes econômicos, incluindo, entre outros, distribuidores de combustíveis, de solventes, de asfaltos, produtores de lubrificantes e revendedores de combustíveis líquidos e de GLP, o chamado gás de cozinha. É o chamado setor de *downstream*, que vai da refinaria ao posto de gasolina, incluindo aí a distribuição de GLP e também de combustíveis líquidos, e ainda o setor de biocombustíveis, o etanol, mercado, que, no ano passado, movimentou cerca de 140 bilhões de litros, com faturamento estimado de R\$300 bilhões.

Na nossa gestão na Superintendência de Abastecimento, atuamos em três frentes principais: transparência, eficiência e aperfeiçoamento da regulamentação. Para aumentar a transparência e a eficiência, implementamos um sistema eletrônico que elimina a necessidade de documentação em papel.

É autorização eletrônica, via *web*. A partir de janeiro, esse sistema entrou em funcionamento e os postos de gasolina já vão fazer a sua autorização através da internet. O revendedor tem um certificado, digitaliza os documentos, envia-os via *web*, o sistema faz a leitura, vê se há pendência ou não, e os devolve, autorizando o poço, ou os devolve, se houver pendência.

Para facilitar a vida do cidadão, disponibilizamos o acompanhamento de todos os processos da área pela internet, assegurando aos interessados isonomia no acesso à informação.

No campo da regulamentação, coordenei a atualização das normas do setor, com destaque para o novo marco regulatório da distribuição e revenda de combustíveis e para o estabelecimento de estoques mínimos de combustíveis, GLP e combustíveis de aviação.

Foram quase dois anos de discussões entre reuniões técnicas, debates, até chegarmos a uma resolução que atualizou as normas do setor. Estamos falando de algo em torno de 40 mil mais quase 200 duzentas distribuidoras de combustíveis somente nesse universo.

Como novidade, trouxemos a autorização pela internet e a base própria para as distribuidoras de combustíveis. Essa base foi uma forma de atrair o distribuidor e compromissá-lo como ativo, ou seja, trazendo mais segurança para o sistema e trazendo investimento na capacidade de armazenagem, garantindo, assim, o abastecimento.

Para garantir a segurança do abastecimento nacional, coordenei o Grupo de Fluxo Logístico, que é uma equipe dedicada a analisar a operação de abastecimento, identificar seus gargalos e propor ações para assegurar aos consumidores a tranquilidade do fornecimento contínuo de risco. Somente para explicar, Senadores, o Grupo de Fluxos Logísticos, chamado GFL, como a sigla diz, foi um grupo composto por servidores de várias áreas da ANP e agentes econômicos, que fez o mapeamento de toda a infraestrutura de combustíveis do País, através dos seus modos de transporte, fontes de suprimento. Nós analisamos toda essa infraestrutura, identificamos seus gargalos e, a partir desses gargalos, debatendo com o setor, apresentamos soluções. Foram identificados 19 fatores de risco. Para cada um desses fatores de risco, foi identificada uma solução, a fim de melhorar e dar garantia de suprimento. Esse trabalho gerou um documento que hoje está disponível no site da ANP com todo esse mapeamento e estrutura.

Esse trabalho também gerou uma segunda fase, que está agora em andamento, que vai além do refino, que olha as fontes de suprimento, a entrada de petróleo, a infraestrutura portuária, enfim, as formas de internalização do petróleo combustível, a fim de que possamos ter um diagnóstico completo, já pensando no abastecimento nos próximos dez anos. Daí nós identificamos uma grande necessidade de fazermos investimento de infraestrutura, que vamos comentar logo em seguida.

A ANP foi fundamental para a introdução do biodiesel na matriz energética nacional, sendo responsável pela qualidade e a comercialização através dos leilões públicos de biodiesel, que movimentaram cerca de R\$8,5 bilhões somente no ano passado.

Com o sucesso do programa, foi possível aumentar de 2 para 7, e fizemos isso num tempo curtíssimo. A previsão era para 2013. Já em 2010, nós entramos com os 5% de mistura do biodiesel no diesel, tornando mais limpa a matriz de combustíveis.

Recentemente, semana passada, o Congresso aprovou uma nova lei que prevê o aumento gradual do biodiesel até 2019, podendo chegar até 10%, até 15%, se houver estudos da indústria de automóveis sobre a capacidade de os motores absorverem mais esse acréscimo.

Em 2011, a ANP recebeu a atribuição de regular o mercado de etanol. Uma das medidas mais importantes foi a publicação da Resolução 67, que regula os estoques durante a entressafra. Além disso, passamos a autorizar o funcionamento das usinas e a monitorar a capacidade de produção e os dados de movimentação desse produto. Assim, conseguimos reunir informações indispensáveis ao exercício do poder regulatório.

E, para esclarecer um pouco, essa resolução trouxe previsibilidade ao mercado. Ela dá uma meta de estoque tanto para produtores e distribuidores, que devem contratar a sua comercialização antecipadamente de etanol anidro, que se mistura na gasolina para formar a gasolina C durante esse período. E essa meta permite uma estabilidade, diminuindo assim a volatilidade de preços durante a entressafra, dando maior garantia de abastecimento durante esse período.

Srs e Srs. Senadores, nesses sete anos de ANP, vimos avanços em diversas áreas e também oportunidades de evoluir cada vez mais. Na fiscalização do abastecimento, que é a face mais visível da agência para o cidadão, conseguimos trazer a qualidade do combustível a padrões internacionais, níveis em torno de 1%; ou seja, o nosso combustível, combustível consumido hoje, está com números iguais aos dos países de Primeiro Mundo.

Para chegar nesses níveis, realizamos mais de 18 mil ações de fiscalização por ano, além das operações de força-tarefa. Somente no ano passado, foram 87 forças-tarefas, com a participação de mais de 100 órgãos, cobrindo todos os Estados brasileiros. Todo esse esforço, por óbvio, foi para atender o nosso principal cliente, que é o consumidor.

Mas é possível e necessário continuar ampliando e aprimorando as parcerias com outros órgãos públicos e com a sociedade, e também sofisticar o uso de informações estratégicas por meio de mais tecnologia, possibilitando direcionar as ações e chegar mais rapidamente aos fraudadores. O momento desafiador que vivemos nos abre uma série de oportunidades, e cito aqui dois exemplos: a área de logística, de cujo estudo falamos há pouco; e o espaço para pequenos produtores de petróleo. Na logística do abastecimento nacional, a infraestrutura portuária tem um papel fundamental apenas por conta da importação de combustível, como também pela relevância do transporte de cabotagem que alimenta as regiões Nordeste e Norte, supridas em boa parte pela cabotagem.

Por isso mesmo, a Lei dos Portos estabeleceu que a ANP deve ser ouvida previamente sempre que houver licitações envolvendo instalações portuárias voltadas à movimentação de petróleo, gás natural e seus derivados. Fruto também desse trabalho, Senadores, de mapeamento, no momento em que estávamos fazendo esses estudos de mapeamento, identificamos todas as necessidades da infraestrutura portuária, tais como carências de berço, carências de calado, investimentos em infraestrutura. Isso coincidiu com a discussão do Marco Regulatório de Portos, e, por isso, a necessidade de a ANP ser ouvida previamente sempre que houver licitações diárias portuárias que envolvam movimentação de petróleo, gás natural e combustíveis. Já fizemos várias notas técnicas de instrução para esses setores, orientando aí a Secretaria Especial de Portos e a Antaq nas licitações de portos.

Senadores, a ANP continua agindo para garantir o abastecimento de combustíveis. No ano passado, a agência publicou uma resolução criando o monitoramento do abastecimento nacional. Essa resolução determina que produtores, distribuidores e operadores de terminais tenham a obrigação de encaminhar para a ANP, de imediato, informações sobre eventos que restringem o abastecimento e, de posse dessas informações, a ANP atua junto com agentes, viabilizando polos alternativos de suprimento quando necessário.

Para ilustrar, mais um exemplo: quando tivemos a enchente do Rio Madeira, tivemos de autorizar excepcionalmente a comercialização de diesel sem biodiesel, porque todas as bases foram alagadas, e não havia condições de suprir, na região, tanto os Estados de Rondônia como o Estado do Acre, que ficou isolado. Tivemos, então, de autorizar uma importação excepcional de gasolina, vindo do Peru, uma diferença sem mistura de etanol, em função do momento, pois era a ação que tínhamos de tomar no momento, e tivemos a oportunidade de coordenar isso, mandando servidores para lá, que ajudaram a coordenar esse momento de necessidade.

Senadores, já quanto à produção de petróleo, quero chamar a atenção para as oportunidades de estímulo às pequenas e médias petroleiras na exploração de petróleo em terra, chamada de setor *on shore*. Em muitos países, o papel dos pequenos produtores é extremamente relevante. Nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de 20 mil pequenas e médias empresas são responsáveis por 60% de todo o petróleo produzido em terra. No Brasil, elas representam cerca de 3% da produção nacional em terra, que, por sua vez, correspondem a menos de 10% do volume produzido no País. Há um enorme potencial de crescimento nesse segmento.

É preciso agir em sintonia com o Congresso Nacional e os órgãos governamentais, sabendo que os pequenos empresários, mesmo com dificuldade, são uma grande força empregadora. Eles podem mais rapidamente gerar dividendos sociais e têm um grande espaço para crescer no esforço que vai transformar os recursos do petróleo em alavanca do desenvolvimento. E aí, em a província toda que vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Norte, passando aí pelo Recôncavo Baiano, com os desinvestimentos que a Petrobras anunciou que podem sair dessas áreas, é um atrativo para pequenas e médias empresas, que têm custos menores e poderão assumir essas áreas, gerando dividendos, gerando emprego.

Enfim, acho que é um papel importante da ANP e é um compromisso que eu gostaria de assumir com os Srs. Senadores trabalhar para estimular esse setor.

Em janeiro de 2016, o Brasil produziu 3,35 milhões de barris de petróleo por dia, sendo que 1,95 milhão foram produzidos pelos 20 maiores campos, com destaque para o pré-sal, que já produz, por dia, mais de 800 mil barris. Hoje, já temos perto da metade da produção nacional só nos campos do pré-sal.

A descoberta do petróleo abaixo da camada de sal muda em definitivo o paradigma do desenvolvimento brasileiro. Nos próximos anos, a despeito de menores preços, poderemos dobrar as reservas provadas do Brasil, que hoje são de cerca de 16 bilhões de barris.

Também temos que olhar para dentro da ANP. A ANP vem investindo fortemente em sua modernização gerencial, buscando aprimorar tanto seus processos internos quanto suas interfaces com a sociedade.

No âmbito interno, duas iniciativas se destacam: a implementação do planejamento estratégico, com indicadores, metas, gestão de projetos, e a introdução da gestão de processos vinculados a esse planejamento estratégico, melhorando a eficiência das entregas para a sociedade.

No âmbito externo, as atividades de regulação passaram a ser orientadas por uma agenda regulatória pública, disponível na internet.

Com a agenda regulatória, a ANP dá maior previsibilidade à sua atuação e amplia as oportunidades de participação social na elaboração das regras que regem as atividades reguladas.

Entendo que o desenvolvimento do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis é um objetivo nacional. São segmentos capazes de gerar tecnologia, emprego e renda. Nesse sentido, cabe à ANP dedicar ainda mais esforços ao trabalho realizado por seus servidores. Boa regulação é um poderoso indutor de desenvolvimento para a sociedade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a todos que me acompanharam nessa trajetória e permito uma menção especial a meus colegas de ANP. Nesses sete anos na ANP, adquiri significativo conhecimento sobre a agência e o mercado regulado. Assim, creio que a experiência técnica acumulada, os resultados alcançados e o entusiasmo que mantenho pelo trabalho me credenciaram para esse novo desafio.

Eu gostaria de agradecer a todos.

Obrigado pela atenção e confiança.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço pela exposição ao Sr. Aurélio Cesar Nogueira e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator, se desejar fazer alguma consideração neste momento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu vou fazer apenas duas perguntas. Antes, porém, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e aos colegas aqui para abrimos a votação, pois o indicado já fez o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – De acordo com a solicitação do Senador Valdir Raupp, que conta com o apoio de todos os Senadores, o painel será aberto neste momento.

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu faria apenas dois questionamentos.

Os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo acusam a Petrobras de adotar a subdivisão indevida de campos de petróleo com o intuito de pagar menor participação especial do que a realmente devida.

Como V. S^a avalia essa situação?

O que pode ser feito no âmbito da ANP para evitar esse tipo de conflito ou, pelo menos, reduzir o tempo de solução administrativa dessas questões?

Segundo, em auditoria operacional realizada na ANP, o TCU constatou problemas no Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção, responsável pela aferição da fidedignidade da produção reportada pelas empresas. Entre os problemas constatados, há a implantação apenas parcial do sistema de fiscalização da produção. Quais são as condições operacionais da NFP e do SFP?

A ANP tem aplicado, desde 2014, diversos autos de infração à Petrobras por irregularidades na medição de sua produção de petróleo em diferentes unidades. Como V. S^a avalia essa prática da Petrobras?

Fiscalização ineficiente ou multas baixas tornam a subnotificação da produção uma prática economicamente compensadora para a Petrobras?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Aurélio. Em seguida, nós faremos perguntas em bloco de dois Senadores para que tenhamos a resposta do nosso sabinado.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Só um esclarecimento, Senador Valdir Raupp. Na segunda pergunta, eu estava pegando o papel e não consegui... A segunda pergunta eu não consegui anotar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em auditoria operacional realizada na ANP, o TCU constatou problemas no núcleo de fiscalização da medição da produção, responsável pela aferição da fidedignidade da produção reportada pelas empresas. Entre os problemas constatados, há a implantação apenas parcial do sistema de fiscalização da produção.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – O.k. Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, com relação à primeira pergunta, sobre a unificação de campos ou a separação de campos realizada ou não pela Petrobras, a posição da ANP foi de manter esses campos como campos únicos, não dividindo, não segmentando essa produção, porque isso poderia implicar perdas de participação governamentais. Há uma discussão técnica sobre isso que está em curso, mas a ANP mantém a posição de que esses

campos continuem com sua exploração e o seu desenvolvimento da forma como foram licitados, da forma como foram concedidos. Essa é a opinião técnica da ANP, Senador.

Com relação a essa auditoria do TCU que fez recomendações à ANP, e nós fizemos uma atualização, não há hoje, por parte da ANP, em relação às auditorias, nenhuma pendência, nenhuma determinação para mudanças efetivas ou drásticas na fiscalização da ANP. O que há são recomendações que a ANP já atendeu. E, com relação ao núcleo de fiscalização da produção, há hoje um sistema de fiscalização com técnicos altamente capazes, técnicos treinados que fazem esse monitoramento diário a partir dos envios de boletim das petroleiras e, a partir dessas avaliações, apuram essas diferenças. São cálculos, são planilhas gigantes, é um sistema complexo, um envio de informações complexo e, a partir das apurações, a ANP, quando apura diferenças, autua a empresa para que se justifique, se há justificação, e, se não, a ANP faz a efetiva cobrança. Não por isso, a ANP tem aí mais de 500 milhões em processos já autuados e de cobrança. Então, acho que essa é uma fiscalização efetiva que está funcionando. A ANP possui um núcleo de fiscalização da produção com técnicos treinados e capazes de fazer uma boa fiscalização dessa produção, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho. Em seguida, ao nosso Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar o Dr. Aurélio pela sua exposição, mas fazer um registro do prestígio desta sabatina. Ele vem acompanhado da Dr^a Magda, do Dr. Haroldo, que é um velho companheiro de lutas políticas. Tive a alegria de receber a presença dele em muitas das minhas campanhas a Prefeito de Petrolina.

Portanto, Haroldo, é uma alegria renovada poder encontrá-lo aqui na Comissão de Infraestrutura por ocasião da sabatina do Dr. Aurélio.

Eu, na realidade, Sr. Presidente, não teria nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Aurélio, mas queria endereçar algumas perguntas à Dr^a Magda, se fosse possível.

Depois da sabatina do Dr. Aurélio, eu gostaria de saber da Dr^a Magda quais são as expectativas em relação à licitação dessas chamadas áreas de unitização, as áreas que estão próximas das áreas do pré-sal que já vêm sendo exploradas.

Ontem, houve o anúncio de que poderia haver a licitação dessas áreas para 2017 e que isso poderia desencadear investimentos de R\$120 bilhões, o que seria uma notícia muito alvissareira, animadora, no sentido de retomar os investimentos na cadeia de petróleo e gás, que é fundamental para a recuperação do desenvolvimento industrial brasileiro.

Então, minha pergunta é se, de fato, nós poderemos, digamos assim, admitir como uma coisa concreta, factível, a licitação de novas áreas no pré-sal, sobretudo nessas áreas onde se identificam reservas de petróleo superiores a dez bilhões de barris, para as quais existiria, portanto, forte interesse dos atuais operadores.

Essa seria, portanto, minha primeira pergunta.

Segunda pergunta: numa visão do regulador, a Petrobras está atrasada nos seus investimentos assumidos para a exploração da área do pré-sal?

Qual a visão da ANP em relação aos investimentos compromissados pela Petrobras para a exploração da área do pré-sal?

E, finalmente, Sr. Presidente, durante o período em que fui Secretário de Desenvolvimento Econômico do meu Estado, Pernambuco, ainda na gestão de Eduardo Campos, a Petrobras, em parceria com a Petrogal, com a Galp, venceu uma licitação para um bloco de exploração de petróleo em frente à Suape. São dois blocos de exploração. Eles já realizam pesquisas há mais de quatro anos.

Pergunto se a ANP tem alguma informação que possa ser disponibilizada sobre as perspectivas dessas novas áreas, se as informações poderão sugerir que nós possamos ter uma nova área de exploração e produção de petróleo na costa de Pernambuco.

Agradeço e quero, mais uma vez, parabenizar o Dr. Aurélio. Vi que, pela sua experiência de sete anos na ANP, ele está preparado para assumir esse desafio de diretor da ANP, auxiliando aqueles que lá se encontram. Desejo a ele, portanto, todo sucesso.

Muito obrigado.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra.

Acredito que a Sr^a Diretora da ANP, logo após a intervenção dos Senadores, responderá às perguntas do Senador Fernando Bezerra.

Consulto se o Senador Ricardo Ferraço quer assumir um lugar à mesa, na qualidade de Vice-Presidente, ou se quer só fazer as perguntas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu prefiro ficar do lado do povo, Presidente. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se V. Ex^a autorizar...

À Mesa, só a corte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Isso mostra que V. Ex^a não está envolvido em qualquer conspiração. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi, querido amigo que nos coordena, que nos preside na Comissão de Infraestrutura com enorme espírito democrático e de agregação, e meu caro diretor indicado Aurélio Cesar Nogueira Amaral, quero dizer à Dr^a Magda, Presidente da Agência Nacional do Petróleo, e ao nosso querido Haroldo Lima, ex-Presidente da Agência Nacional do Petróleo, que é sempre um prazer e uma honra tê-los aqui para um debate importante quando a Comissão de Infraestrutura se reúne para exercer uma de suas mais importantes atividades e prerrogativas, qual seja a de sabatar indicados para as nossas agências reguladoras, que têm importante papel na estruturação do Estado brasileiro, como é o caso da ANP, que joga um papel decisivo e determinado na execução das políticas que são definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética, numa quadra extremamente complexa e desafiadora para o arranjo de petróleo e gás não apenas em nosso País, mas mundo afora, pelas variáveis que passaram a compor todo esse cenário – fontes alternativas, questões geopolíticas –, levando enormes variações no arranjo de petróleo e gás não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Sr. Presidente, o Dr. Aurélio, indicado pela Presidente da República, trabalha na ANP desde 2009, tendo iniciado o seu exercício como assessor da diretoria e, ultimamente, superintendente de abastecimento da Agência Nacional de Petróleo. Então, nós estamos aqui diante de um quadro experiente, treinado, qualificado, que conhece o funcionamento da Agência Nacional do Petróleo, e esta é uma oportunidade para que nós possamos explorar os conhecimentos de V. S^a acerca das incertezas, acerca de algumas definições que são muito importantes neste momento em que nós estamos sabatinando a indicação de Sua Excelência a Presidente da República do nome de V. S^a.

O Senador Fernando Bezerra Coelho fez aqui um questionamento importante em relação à unitização, à possibilidade da unitização. Notícias veiculadas nos jornais dão conta, nas últimas semanas, de que o Governo estaria disposto até mesmo a flexibilizar as regras para exploração do petróleo na camada pré-sal, dentro da unitização. Há, inclusive, manifestação da própria PPSA, estatal criada pelo Governo no ano passado e que representa a união nas áreas não licitadas do pré-sal. Até então, havia um entendimento comum no setor de que qualquer área da União no pré-sal teria que ser licitada sob o regime de partilha de produção e ter obrigatoriamente a Petrobras como operadora. Nós vamos, inclusive, debater um pouquinho esse tema aqui com V. S^a.

Há manifestações veiculadas de que o Governo poderia estar flexibilizando a exploração do petróleo na camada pré-sal, sem considerar as regras da partilha para os campos que apresentam potencial de unitização. Isso é real? Há, de fato, essa discussão sendo feita no Governo?

Vejo ali a Dr^a Magda balançar a cabeça negativamente. Se o Presidente autorizasse, seria muito importante que pudéssemos ter o concurso da nossa Presidente da ANP, aproveitando a oportunidade aqui, Sr. Presidente, para irmos além da discussão em relação à indicação do Dr. Aurélio. São questões importantes que poderiam agilizar essa exploração.

O que o Governo está pensando a respeito desse tema? Evidentemente, Governo é uma coisa, agência é outra, em tese, mas na prática nós temos observado, nos últimos meses, uma interferência muito grande do CNPE nas decisões da agência reguladora. Eu me refiro, por exemplo, à questão de que há uma enorme demanda por parte dos Estados federados que recebem, por força constitucional, a participação especial. É o caso do meu Estado, O Espírito Santo, o segundo produtor brasileiro de petróleo e gás, que tem, nessas receitas governamentais, importante fonte de financiamento das nossas políticas estaduais.

Há uma queixa na Agência Nacional do Petróleo de que a indústria de petróleo e gás natural tem promovido, de maneira ostensiva, o fatiamento ilegal das áreas de concessões em vários campos, a fim de reduzir o pagamento de participação especial.

Um caso emblemático é o do Bloco BC-60, localizado na Bacia de Campos, cujos prejuízos aos destinatários daquele recurso público ultrapassam a casa de bilhões, não apenas aos Estados, mas também à União e aos Municípios. Nesse caso específico, a ANP, pelo menos a nosso juízo, teria demorado a tomar uma decisão regulatória, e quando o fez, a fim de considerar os campos fatiados como um único campo, a concessionária recorreu da decisão da agência, inclusive em tribunal arbitral internacional. No caso, a concessionária foi a Petrobras. O que V. S^a acha dessa prática da indústria? O que entende que a ANP deveria fazer para evitar essa prática do fatiamento desses campos com elevado nível de produção, que traz enormes prejuízos ao Estado nacional, não apenas à União, aos Estados e aos Municípios? E qual a avaliação no caso específico da questão do Parque das Baleias?

Ainda em 2015, a ANP publicou revisão do Grau API do Campo de Jubarte, também localizado no Estado do Espírito Santo, em que o mesmo passou de 19,30 para 23,20. Esse preço mínimo do petróleo é muito sensível a esse parâmetro, de sorte que essa diferença certamente implica, de novo, fortes prejuízos, inclusive considerando o passado, a classificação de API que foi refeita, revisada. Portanto, não apenas a União, mas também os Estados foram fortemente alcançados em sua redução de renda governamental, no caso, participação especial. Qual a avaliação técnica de V. S^a acerca da cobrança retroativa desses recursos, que deixaram de entrar nos cofres públicos? Nós resolvemos o futuro, fizemos uma revisão do API. E com relação ao passado? Qual é a avaliação de V. S^a com relação a isso?

Recentemente, a ANP tentou rever e atualizar, dentro de suas competências regulatórias, as regras de precificação do preço mínimo de referência do petróleo e gás natural, que servem de referência para os *royalties*, e, de novo, participações especiais, mas teve que recuar diante das ações por interferência do CNPE. Qual a avaliação de V. S^a quanto a essa interferência, a meu juízo indevida, do CNPE nas ações estritamente regulatórias da Agência Nacional do Petróleo? Qual a opinião de V. S^a acerca da revisão de tais preços mínimos?

E já caminhando, Sr. Presidente, para o encerramento, no debate que nós fizemos aqui no Senado, eu mesmo fui Relator da proposta do eminente Senador José Serra, propondo a revisão da Lei nº 12.351/2010 e subtraindo a obrigatoriedade por parte da Petrobras em ser a operadora exclusiva e ter que aportar 30% do capital de cada campo, pelas circunstâncias que enfrenta a Petrobras, etc. Muito influenciado, inclusive, pelo meu estimado Haroldo Lima, nós fizemos um aperfeiçoamento, como Relator, nessa proposta, criando a condição de preferência para a Petrobras fazer essa exploração, criando a oportunidade para que a Petrobras pudesse ser consultada do seu interesse em participar, sem considerar inclusive o art. 12 da Lei nº 12.351/2010, que faculta à União, ao CNPE, atribuir à Petrobras a exploração direta sem concorrência pública. Enfim, nós achamos que, no limite, nós criamos toda a condição de preferência para a Petrobras. Ainda que a Petrobras não manifestasse a sua preferência, ela poderia participar desse processo de concorrência pública. O Senado aprovou esse projeto, está sob apreciação da Câmara Federal.

Mas julgo ser importante conhecer a opinião de V. S^a na condição de indicado para ser Diretor da Agência Nacional do Petróleo. E, nesse debate, uma das questões mais colocadas, inclusive pela representação dos trabalhadores, pelo Sindicato dos Petroleiros, é que, se nós flexibilizarmos e criarmos um ambiente de competição na exploração do pré-sal para empresas multinacionais, faltarão ao Estado brasileiro, à ANP, portanto, condições de fiscalizar a produção de petróleo e gás na camada pré-sal, porque está muito distante do continente, em águas ultraprofundas. Isso foi muitas vezes colocado nos debates aqui no Senado, nas audiências públicas, isto é, disse-se que faltariam ao Estado brasileiro condições para fazer essa efetiva fiscalização e monitoramento.

Portanto, eu me dirijo a V. S^a para que possa nos relatar os meios reais de que dispõe a ANP para fazer a efetiva fiscalização da produção de petróleo, seja na camada pré-sal, seja na camada pós-sal, até porque não tem sido incomum a ANP estar em conflito com a própria Petrobras, atuando na direção de suas prerrogativas legais.

Então, queria que V. S^a fizesse uma abordagem em torno desses temas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente Garibaldi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Garibaldi Alves, eu pediria a V. Ex^a que, ouvindo o Plenário, pudéssemos fazer os questionamentos ao sabatinado, Dr. Aurélio Amaral, em bloco, porque...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós já estamos fazendo em bloco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, sugiro que façamos num bloco só, porque as...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Um bloco só de petróleo ou de perguntas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De perguntas. Eu espero que, de petróleo, tenhamos centenas de blocos, o Brasil precisa disso. Agora, de perguntas, eu proporia que fosse um bloco só, porque as perguntas vão ser basicamente repetitivas. O Senador Ferraço, por sua competência, já fez um questionamento abrangente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso é uma crítica ou é um elogio?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É elogio. Em função de sua competência, V. Ex^a já perguntou praticamente tudo aquilo que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Fui atropelado pelo Senador Flexa sem concluir a minha manifestação!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Há muito petróleo no Espírito Santo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Desculpe, eu pensei que V. Exª tinha concluído. É só a proposição de que nós pudéssemos fazer um bloco único.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, bloco único não, vamos fazer blocos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De cinquenta logo!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Bloco de quatro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª não terminou ainda?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu queria agradecer a atenção do nosso indicado, Aurélio, e vou aguardar aqui atentamente o aprofundamento deste debate.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, com as desculpas aos colegas, falarei muito rapidamente, porque tenho uma reunião no meu gabinete agora com a Bancada de Mato Grosso para escolher um novo coordenador. Antes de sair, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, Drª Magda, Dr. Haroldo e também o Aurélio.

Aurélio, além do pedido de voto da Magda, que andou com você na semana passada aqui pela Casa, também o Sindipetróleo lá de Mato Grosso, através do Aldo Locatelli, fez intervenções, ligou para os Senadores de Mato Grosso recomendando o seu nome em função do trabalho que você fez relativamente às questões de distribuição e regulação, essas questões todas.

O Aurélio não está tendo só o apoio da atual diretoria, tem o apoio também daqueles que trabalham com ele fora e que são os objetivos finais da própria ANP. Parabéns, então. Fica aqui consignado o voto do Senador Blairo Maggi ao Sindipetróleo lá de Mato Grosso, do Aldo Locatelli.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Lembro que os Senadores já podem votar.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro – se ainda quiser fazer perguntas, já que V. Exª se sentiu representado pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em grande parte. Aliás, eu me sinto sempre representado pelo Senador Ricardo Ferraço, com muita honra. O que ele fala, eu assino embaixo. Mas vou querer usar da palavra, se V. Exª me permitir e não limitar meu tempo, como V. Exª costuma fazer. Reduzir meu tempo, não é limitar.

Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Srs. Senadores; Drª Magda Chambriard, Diretora-Geral da ANP; Dr. Haroldo Lima, ex-Diretor da ANP; Dr. Aurélio Amaral, indicado à Diretoria da ANP, cumprimento-os.

A ANP tem um papel fundamental na política petrolífera do nosso País como agência reguladora e fiscalizadora. Uma das perguntas que eu faria, o Senador Ferraço já fez. Gostaria de ter a sua opinião – gostaria de ter também a da Drª Magda, mas ela não está sendo sabatinada, está apenas prestigiando a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Após a exposição, após as respostas do Dr. Aurélio, ela se dispõe a fazer algumas considerações, a pedido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, eu quero estender à presidente também: qual a posição da ANP em relação ao projeto do Senador Serra, que única e exclusivamente libera a obrigatoriedade de a Petrobras participar com no mínimo 30% de todos os leilões do pré-sal? Isso engessa a exploração, traz prejuízo à Nação brasileira.

Lamentavelmente, a Petrobras foi aparelhada e se encontra hoje numa situação eu diria até vexatória em nível mundial, como a empresa petrolífera mais endividada do mundo, e não tem condições de fazer investimento. Não tendo condições de fazer investimento e mantida a regra, não haverá novos leilões. O que o Senador Serra propõe é não tirar da Petrobras o direito dela de ter preferência, ela continua com a preferência, só não tem a obrigatoriedade dos 30%. Porque o único leilão que houve, não apareceu nenhum privado para fechar os 100%, a Petrobras teve que aumentar de 30% para 40%, para poder fechar o leilão. Então, ela pode entrar até com 100%, se ela tiver condições e achar que deve, mas pode também entrar com 10%, com 20%, com 15%, ou seja, dar liberdade a ela, dando preferência. Portanto, é um projeto a favor do Brasil. E o Gover-

no, parte, parece até que... Na votação que fizemos aí, ao final, o Governo cedeu, com ajustes, ao projeto do Senador Serra, mas há segmentos do Governo que são eu diria mais do que fanáticos, eles estão levando isso a extremos que não são aceitáveis para o bem do nosso País.

Mas eu faria outra pergunta à ANP. Todos nós sabemos que o preço dos combustíveis é um preço controlado, administrado pelo Governo. Ao longo do processo eleitoral, esse preço dos combustíveis foi congelado pelo Governo, passando à sociedade, para fins eleitorais, que o preço do combustível estava mais barato do que no resto do mundo todo, trazendo bilhões de reais ou de dólares de prejuízo à Petrobras, que serão pagos pelos brasileiros.

Passado o período eleitoral, foi feito o inverso: o preço dos combustíveis subiu para recuperar o que foi represado anteriormente. Ou seja, essa gangorra está em posição errada. Quando o preço do barril do petróleo estava alto, no Brasil o preço do combustível estava subsidiado politicamente, eleitoralmente. Quando o preço do petróleo caiu mundialmente, no Brasil eles subiram. Queria saber a sua posição, e a da Presidente, quanto a essa distorção que acontece no Brasil em relação ao resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já concluo, Presidente.

Existe o que os americanos chamam de *rent-seeking* – captura de renda na tradução literal – ou seja, quando uma política governamental pode explicar proteções tarifárias para produtos nacionais. Eu me dirijo ao Dr. Aurélio para saber o seguinte. O senhor tem passagem por uma das cadeiras mais rotativas da ANP, a Superintendência de Abastecimento. Naquela posição, algumas ações foram, ou poderiam ter sido, adotadas quanto ao *rent-seeking*. Sobre isso, trago as seguintes questões.

Explique, por favor, como o *rent-seeking* se aplica à regulação da indústria de petróleo no Brasil. Na Superintendência de Abastecimento, que medidas V. S^a sugeriu para combatê-lo? Como Diretor da ANP, o que pode fazer para aperfeiçoar a regulação do setor e evitar a anomalia?

Um dos fatores que tem sido debatidos sobre a regulação dos setores econômicos é a cooptação dos agentes públicos que nele atuam pelas empresas reguladas ou por partidos políticos. Como o senhor vê a atuação de empregados de empresas reguladas pela ANP em cargos dentro da Agência? Existe algum normativo ou regulamento que impeça essa situação?

Como Diretor da ANP, quais fragilidades pode identificar na Agência e como pretende atuar para o aprimoramento das funções a serem exercidas?

Eram as questões que eu deixaria para que o Dr. Aurélio e a Dr^a Magda pudessem esclarecer para todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Flexa e concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bem, pelo que já vimos, o que quero deixar claro é o meu aplauso ao detalhamento e também ao conteúdo formulado pelos que me antecederam, principalmente o Senador Ferraço e o Senador Flexa Ribeiro, que discutiram bastante o assunto na área específica do petróleo.

Quero neste momento saudar aqui a presença do ex-Deputado, nosso colega, Haroldo Lima. Tivemos oportunidade de estar na Câmara dos Deputados, e V. Ex^a agora empresta seu trabalho à Agência Nacional do Petróleo.

Sr. Presidente, em relação ao questionamento que farei ao Dr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral, que foi indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, eu quero ser bem objetivo.

Sr. Presidente, hoje Goiás é o segundo maior produtor de cana no País. São mais de 73 milhões de toneladas de cana/ano, nós temos em Goiás 38 usinas instaladas. Em decorrência de um processo de vinculação do preço da gasolina com o do álcool e do que foi feito naquele período pré-eleitoral, quando esse preço foi achatado por questões muito mais políticas e de campanha do que por uma situação real de mercado, as empresas em Goiás entraram numa fase de enormes dificuldades econômico-financeiras. A maioria delas dentro de uma situação até de solicitar recuperação judicial.

Ora, esse incentivo foi dado como um combustível limpo que pode ser misturado com combustível fóssil, que é o petróleo, com isso, cada vez mais melhorando as condições climáticas, fazendo um trabalho para que possamos cada dia mais diminuir a poluição.

Os americanos estão expandindo sua área de plantio de cana. No entanto, nós estamos vendo que o Estado de Goiás, neste momento, com as 38 usinas, corre um enorme risco de ter, pelo menos, o fechamento da grande maioria delas. Essa é a realidade que nós estamos vivendo no nosso Estado.

Conheço bem a matéria. Temos aqui representantes do setor do nosso Estado de Goiás que se fazem presentes. E uma preocupação que eu gostaria de saber de V. S^a, Sr. Aurélio é qual será a medida que V. S^a vai priorizar para que esse setor não seja dependente do humor e da vontade de momentos políticos eleitorais.

De repente, pessoas que acreditaram, pessoas que investiram principalmente em áreas de fronteira, em regiões principalmente do Estado de Goiás, onde a atividade pecuária, naquele momento, já não era uma atividade rentável e houve a perspectiva de termos efetivamente um ganho real na renda do cidadão, aumentado a oportunidade de empregos, dando uma outra motivação a cada uma das regiões onde elas eram instaladas, hoje, o clima é realmente de todos ficarem sem saber o que vai acontecer com as terras que foram até arrendadas.

No momento em que uma empresa como essa recorre a uma decisão judicial e se coloca em recuperação judicial, o cidadão que tem aquela atividade e que teve grande parte da propriedade dele arrendada para a usina terá que aguardar todo aquele rito de uma recuperação judicial? Ele não tem como ter outra renda?

Então, é muito grave a situação das usinas no Brasil todo. Estou dizendo isso do Estado de Goiás, mas isso é geral. A situação do Nordeste não é menos calamitosa do que essa que nós temos no Estado de Goiás. Nós sabemos hoje que a maioria dessas usinas estão colocadas à venda, essa é a grande verdade. Então, é a preocupação que eu tenho especificamente com esse ponto.

Já que os Senadores que me antecederam formularam todas as outras perguntas em relação principalmente ao pré-sal, ao petróleo, à participação da Petrobras, eu quero me ater especificamente a essa área, para saber qual é o pensamento de V. S^a. Qual é o sentimento que existe hoje? É realmente deixar quebrarem as usinas, inviabilizar a produção e álcool e nós passarmos a importar álcool dos Estados Unidos? Ou nós vamos aqui dar sustentação a um programa que foi, indiscutivelmente, referência mundial de combate à poluição?

Enquanto os americanos produzem álcool na base do plantio de milho, nós produzimos plantando cana. Quer dizer, a vantagem que nós temos é enorme diante da produtividade que nós atingimos. No entanto, nós estamos vendo hoje que estamos perdendo essa competitividade e inviabilizando todos aqueles que acreditaram no que o Governo incentivou, estimulou, o que está provocando a falência e a inviabilidade econômica de milhares de produtores rurais, posso dizer isso do Estado de Goiás.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

Nós temos ainda inscritos o Senador Lasier Martins, o Senador Dalirio Beber e o Senador Walter Pinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu acho que o bloco de quatro está razoável, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, eu daria a palavra ao Dr. Aurélio para que ele pudesse responder.

O Senador Wilder acaba de se inscrever.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, se a gente fizesse essa bateria dos três ou quatro que restam não seria melhor para ele?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos dar a palavra ao Dr. Aurélio. Em seguida, faremos um novo bloco com os Senadores já inscritos.

Com a palavra, o Dr. Aurélio.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado, Presidente.

São muitas perguntas, são muitos comentários. Acho que alguns comentários e algumas perguntas, infelizmente, fogem um pouco da área ou da atribuição da ANP. Então, vou pedir desculpas antecipadamente aos Senadores, porque posso sair de algumas perguntas que têm a ver com a definição de política. Como a própria lei regulamenta, a ANP tem um papel de execução da política, ela não define a política e, por razões nas quais não cabe a nós interferir, eu vou abrir mão de opiniões que digam respeito a políticas. Vou me ater aos comentários com relação à questão técnica.

Respondo, inicialmente, a pergunta do Senador Ferraço sobre o fatiamento de campos.

Acho que o posicionamento técnico da ANP, Senador... Não posso entrar aqui em campos específicos, porque cada processo é um processo, tem as suas particularidades, tem as suas nuances técnicas, tem uma série de variáveis que podem interferir, ou não, na decisão técnica da ANP. Mas, até em relação àquilo que o Senador já citou, acho que a posição da ANP foi clara: ela foi contra o fatiamento desses campos – o que mostra até, nesse caso específico, o litígio, disputa judicial e arbitrária, da Petrobras contra um posicionamento da ANP.

Com relação à questão da operadora única, Senador, eu acho que isso é uma definição de política que cabe ao Congresso, e o Congresso está discutindo essa política neste momento. Eu, como técnico, vou executar essa política seja ela qual for, qualquer que seja a política aprovada – esta Casa, junto com a Câmara, é

que a definirá. Nós iremos implementar a política que for definida, sempre procurando o desenvolvimento da indústria e o avanço do setor. Acho que o momento é de dificuldade, o preço do petróleo agravou muito a situação, o preço do petróleo criou dificuldades para os investimentos não só da Petrobras, mas de todas as empresas, essa dificuldade não acontece só no Brasil, ela é mundial. Isso tem a ver com fatores como o *shale gas*, nos Estados Unidos; o excesso de produção; a entrada do Irã nesse cenário. Ou seja, todas essas variáveis influenciam o preço do petróleo, que é uma *commodity* mundial.

Agora, temos que olhar para o futuro. O petróleo não vive só de momentos de baixa. Como órgão regulador, acho que o nosso papel principal é tentar trabalhar com um calendário mínimo, definido, de investimentos permanentes e constantes, independentemente do preço. Acho que a grande questão a se debater e a grande questão na qual é preciso avançar é esta: termos investimentos constantes, para que, havendo o vencimento de uma área, havendo o vencimento de determinada região, já tenhamos outros investimentos em andamento. Com isso, consegue-se manter uma cadeia de serviço, uma cadeia de indústria em funcionamento, substituindo áreas que deixem de ser produtivas, pelo próprio esgotamento de suas reservas, por novas áreas já licitadas. Eu acho que esse é um ponto importante e acho que a ANP vai procurar dar subsídios técnicos, seja qual for a decisão do Congresso, seja qual for a decisão desta Casa, para promover o bom aproveitamento desses campos, em especial o bom aproveitamento do pré-sal, onde há riquezas imensas que podem fazer o Brasil dar um grande salto na indústria do petróleo.

Não sei se respondi ao Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, porque a pergunta que eu fiz foi objetiva, em relação ao Parque das Baleias. Eu não perguntei subjetivamente nem de maneira abstrata com relação à questão do conflito da ANP com a Petrobras. Eu perguntei especificamente em relação ao Parque das Baleias e à Bacia de Campos.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Sim, Senador, eu entendo, mas, como é muito específico, posso responder-lhe depois trazendo dados. Não saberia dizer especificamente agora, porque cada campo tem seu processo específico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro, é evidente.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Posso ver as informações e responder-lhe oportunamente, porque é um processo específico esse aí.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois é, mas há também a interpretação dada pela PPSA, de uma área de acumulação de petróleo descoberta por companhias em zona de concessão e que avança sobre uma região da camada de pré-sal, pertencente à União...

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Sim, sim, faltou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Há a afirmação de um consultor jurídico da PPSA dando conta de que não há vedação legal para que haja exploração nesses casos da unitização. Eu posso repetir:

A Petrobras é [operadora] exclusiva nos contratos de partilha de produção. Quando eu tenho uma concessão que está saindo do bloco e está saindo para uma área não contratada, não há contrato de partilha ali e nenhum outro tipo de contrato. Então, do ponto de vista legal, neste momento, no atual estado da arte da nossa legislação, não há vedação...

Refiro-me à avaliação do Sr. Olavo Bentes, Consultor Jurídico da PPSA.

É uma pergunta objetiva em relação à interpretação que está sendo dada a quem de direito deve representar o Governo brasileiro nas questões de partilha.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Entendi.

Senador, existem algumas áreas que extrapolam o limite de sua concessão, como Carcará e Gato do Mato. São áreas que estão em discussão. A discussão ainda está em curso. O debate está sendo feito porque envolve...

(Soa a campanha.)

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – ... o entendimento e a competência da Lei de Partilha com blocos que são da Lei de Concessão e com blocos que nem sequer estão concedidos. A discussão é entre a ANP e o Ministério de Minas e Energia. Vai depender da definição do CNPE sobre uma interpretação sobre a destinação dessas áreas. O que eu posso dizer é que essas áreas exploradas isoladamente não são economicamente viáveis, é necessário unitizar ou fazer a unificação da produção nessas áreas para que sejam economicamente viáveis.

Que discussão está sendo feita? Qual é o mecanismo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Qual é a sua opinião sobre o melhor modelo?

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Como ainda está em discussão, Senador,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu quero saber a sua opinião.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Eu sei, eu sei, mas o que está em discussão envolve elementos jurídicos e técnicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu sei que está em discussão.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – A minha opinião específica sobre isso é a de que precisamos unificar essas áreas e ver qual é a melhor maneira de licitar. Agora, a definição, se vai ser por partilha ou por concessão, não há como afirmar agora. Penso que essas áreas devem ser unificadas, ou elas não se tornam economicamente viáveis. Essa é a nossa opinião. Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pronto. Eu queria a sua opinião. Isso.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Eu acho que agora completei.

Com relação ao Senador Flexa, creio que respondi mais ou menos a pergunta referente à Petrobras, sobre o operador único. Essa é uma definição que esperamos do Congresso.

Com relação a preço, embora seja livre, a ANP não regula o preço, a ANP não participa da definição de preço. Essa definição é feita pela Petrobras, por seus diretores e conselheiros. A ANP não interfere. Eu acho que foi isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Aurélio, eu entendo que a ANP não participa, só queria saber sua posição, se V. S^a considera essa política correta ou não. Apesar de não ser a ANP que define a política de preços, ela tem a função de fiscalização e de regulação. É importante saber a sua posição, pois pode ser que V. S^a chegue a diretor da Petrobras, e eu já sei como V. S^a vai definir.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Por ora ele está sendo indicado para a ANP.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas já estou me precavendo para o futuro.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Senador, peço vênha mais uma vez, mas é muito difícil para um técnico ou um diretor da ANP opinar sobre questões que são muito mais de definição política. Seria até inconveniente da minha parte fazer isso neste momento. Posso dar a minha opinião privada, reservada, no momento específico, mas, como técnico, gostaria de me resguardar, porque tenho que ter uma posição de órgão, uma posição de Estado, que é a de a ANP não se imiscuir em assuntos da política. O que nós vamos fazer é, sim, executar a política que for definida.

Hoje os preços têm uma defasagem internacional, mas, ao mesmo tempo, eles criaram uma oportunidade: há grandes empresas importando diesel e gasolina e, dessa forma, auferindo renda extra através dessa importação. Agora, a definição dos preços, infelizmente, está fora do âmbito de atribuições da ANP.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Após a audiência, vou conversar em *off* com V. S^a e obter a informação de cocheira, para saber, como cidadão, qual é a opinião de V. S^a.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Como cidadão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Como cidadão!

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado.

Senador Caiado, com relação ao setor de etanol...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Faltaram as outras, Presidente. Várias outras.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Faltou a questão da captura.

Eu desconheço esse relatório, Senador. A questão da captura, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas ele vai responder em *off*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Todas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – As outras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Todas as outras, Presidente? Mas há algumas aqui que dão para ser às claras.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Eu desconheço essa informação de que haja empregados de empresas que têm na ANP. O que aconteceu foi que pessoas saíram da empresa, fizeram o concurso da ANP e foram trabalhar na ANP. Mas aí é uma decisão natural, uma decisão muito pessoal, que pode acontecer com um ou outro servidor. Porém, foram servidores concursados.

Não creio que há nisso nenhuma deturpação do exercício dessa atividade. E desconheço essa informação, Senador.

Também não acho que a ANP, como órgão técnico que é e pelo nível de regulação que nós temos no Brasil, pela qualidade dos combustíveis, que hoje estão todos na faixa de 1% – o que tem um pouco mais de não conformidade é o diesel, muito em função da mistura de biodiesel, e não de uma não conformidade de qualidade – esteja capturada pelo mercado. Eu acho que a ANP exerce com legitimidade, com maestria e com

dignidade a sua função, fiscalizando, implementando as regras e, sempre que possível, penalizando. Penalizar nunca é a nossa prioridade. A nossa prioridade é regular o mercado, é estimular a atividade econômica, é estimular o ambiente de negócio, mas, quando é preciso, nós penalizamos. Só nesse período, fizemos mais de 18 mil ações de fiscalização.

A ANP, hoje, é uma das agências conhecidas como, talvez, a que tenha uma das leis mais duras de penalidade. Inclusive, há pedidos para que ela seja revista, porque ela penaliza com muita dureza. E nós vimos aplicando isso com o rigor e com o que a lei nos permite, Senador.

Então, não tenho essa informação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou poupá-lo de responder às demais, mas há uma única sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião de V. S^a, que é a que me referi. Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre as fragilidades, a juízo seu, que V. S^a poderia identificar na ANP e como pretende atuar para aprimorar as funções da agência. Logo, eu quero lhe perguntar se umas das fragilidades não se refere aos recursos, que não são transferidos pelo Governo para a agência, que são usados para superávit primário. Eu já te ajudo nessa questão. E quais outras fragilidades V. S^a poderia identificar?

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Eu acho que a regulação e todo o órgão têm um aprimoramento contínuo. Não saberia dizer e não poderia, não gostaria de dizer aqui, no momento, de uma fragilidade específica. Acho que a questão orçamentária é sempre um fator importante, é um fator relevante e influente para melhorar a sua capacidade de atendimento. E sempre que você puder ter mais, é sempre uma ajuda, uma ajuda bem-vinda.

Mas a ANP, dentro da destinação orçamentária que tem, tem executado bem a sua atividade, tem fiscalizado. Dezoito mil ações no Brasil, num universo como esse, não é uma ação irrelevante; é um aspecto importante. E isso se reflete nos índices de qualidade, Senador. Acho que são os medidores, são os indicadores, é o número de multas atuadas também na indústria de controle do local, é o nível de qualidade do serviço.

Recentemente, a agência fez uma pesquisa com os seus regulados para identificar qual é o sentimento. E o retorno dessa pesquisa, que é uma opinião livre, foi o de que a ANP era uma das melhores agências.

Então, acho que apontar fragilidades aqui, eu não veria, mas acho que a ANP, como todo órgão, como toda unidade da Administração, tem que buscar permanentemente aperfeiçoar seus regulamentos, suas ações; aperfeiçoar sua gestão, trazendo capacitação técnica para seus servidores, trazendo conhecimento técnico para seus servidores, enfim, e dar uma boa resposta regulatória para a sociedade.

Acho que no setor, especialmente no que eu atuei, que aí tenho maior conhecimento, que é o abastecimento, a ANP tem vários atos, vários regulamentos que mostram essa independência técnica, que mostra esse conhecimento e essa maestria técnica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, V. S^a me tranquiliza na direção de que podemos reduzir, na tarifa de combustível, os recursos que são decorrentes de transferências a agências.

Senador Garibaldi, todos nós sabemos que não só a ANP mas todas as agências reguladoras que têm seus recursos na tarifa pagos pelos usuários, seja de telefonia, de energia, nos combustíveis... São tarifas que não são necessárias. O pouco que é transferido para a agência é suficiente.

Então, todos nós, no Congresso Nacional, deveríamos lutar para que o saldo que vai para o Tesouro, que é a maior parte, fosse retirado da tarifa, em benefício da sociedade brasileira. Já que não há a necessidade, como disse o Dr. Aurélio, de destinar mais recursos para a ANP, que se onere, então, menos a sociedade, diminuindo essa tarifa que está no preço de todos os serviços.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Senador, só quero retificar: não é que não há essa necessidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas V. S^a disse que estava tudo bem!

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Não, não falei que está tudo bem. Falei que a ANP cumpre bem seu papel com os recursos orçamentários que tem. Há necessidade de aumentar, pois isso é sempre bem-vindo, isso é sempre bom, porque se consegue incrementar o sistema de gestão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas este é o mal deste Governo: quanto mais arrecada, mais quer gastar. Então, se o recurso é suficiente, como V. S^a está dizendo, não há a necessidade de haver esse saldo, que é maior, que é repassado para a Agência, em torno de 15% a 20% do que é arrecadado. Então, se 80% estão sobrando, vamos desonerar os brasileiros. Fico feliz, já que V. S^a, como Diretor da ANP, vai defender também essa desoneração, retirando das costas dos brasileiros parte da carga tributária, que é insustentável.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Respondendo à pergunta do Senador Ronaldo Caiado com relação ao setor de etanol, acho que, talvez, uma das medidas mais importantes tenha sido a Resolução nº 67, de 2011, que trouxe exatamente essa possibilidade de contratação e que definiu metas de contratação entre distribuidores e produtores, criando um mercado estável, principalmente na entressafra, criando essa

possibilidade no mercado, diminuindo, assim, a volatilidade. Nós fazemos mensalmente reuniões com produtores e com distribuidores só para discutir a questão do etanol. Estamos revisando também essa resolução, a fim de criar mecanismos.

É óbvio que, quanto à situação dos preços, mencionada por outros Senadores, a competição com a gasolina levou a uma perda grande. Mas, no ano passado, em detrimento desse preço, a mudança da Cide, a tributação da Cide e o aumento do preço da gasolina fizeram com que o setor recuperasse parte desse investimento. No ano passado, o maior crescimento se deu no setor de etanol, que, sozinho, cresceu 37,5% em participação; foi o que ganhou entre 2014 e 2015.

De nossa parte, vejo o etanol como um elemento importante da matriz de combustíveis no Brasil. O Brasil tem uma matriz de combustíveis das mais limpas e das mais diversificadas. Há o etanol, o biodiesel, o diesel e a gasolina. Acho que não podemos abrir mão de discutir mecanismos que possam gerar o desenvolvimento desse setor. Nosso compromisso é o de continuar debatendo com o setor, para verificar esses mecanismos, revendo nossas normas regulatórias, para que elas permitam incrementar pontos significativos da cadeia. É preciso haver estímulos a financiamentos de safra. É preciso melhorar.

Agora, muitos elementos são também de políticas de que a gente participa, fazendo subsídios. Indicamos elementos, mas ainda não temos a palavra final. Mas vamos trabalhar sempre defendendo esse setor, que é importante, que mostra a diversificação da matriz de combustíveis. Devemos procurar elementos para impulsionar esse setor econômico.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria só de reforçar a V. S^a que é importante o que V. S^a disse à nossa Comissão, mas que é importante também que, na Diretoria da ANP, V. S^a possa, realmente, levar isso a uma condição de trazer resultados claros.

Estou muito preocupado, Sr. Presidente – a situação no Nordeste também se assemelha muito a isto –, com a falência hoje no campo. Tenho essa preocupação. A inadimplência, hoje, é algo enorme.

Nos Estados como Pernambuco, Goiás, Estados que se dedicaram mais a ampliar suas próprias áreas, e muitas áreas de pecuária e de outras lavouras foram trocadas, está ocorrendo um desequilíbrio, porque o plantio da cana não tem um custo barato, é um plantio que tem possibilidade de corte de 5, 6 anos com uma boa produtividade. Eu gostaria de solicitar a V. S^a que realmente desse uma atenção especial a essa situação. Uma política não muito bem sintonizada com esse setor poderá causar um desequilíbrio no único setor rentável no País. O único setor que está sobrevivendo à crise é o setor da agropecuária, o único positivo hoje. Se não tivermos a condição de pelo menos resgatar a habilidade econômica dessas usinas ou do preço da cana, estaremos colapsando-as. O meu Estado de Goiás sofrerá enormemente, como o Estado do nosso Presidente aqui, como todo o Nordeste brasileiro. Então, peço a atenção de V. S^a, à frente da Agência Nacional do Petróleo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero registrar, antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, a presença do Deputado Federal Davidson Magalhães, do Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi, meus cumprimentos. V. Ex^a é sempre talentoso em suavizar a dureza do nosso trabalho com o seu bom humor.

Saúdo a Mesa, Dr. Aurélio Cesar, Dr^a Magda, Dr. Haroldo.

Dr. Aurélio, tenho três perguntinhas e meia.

A primeira: na qualidade também de agência fiscalizadora, sobre a formação de cartéis na venda de combustíveis, a todo instante as notícias são de que estão formados cartéis para venda de combustíveis. V. S^a poderia nos explicar como a ANP pode atuar nesse combate tão lesivo aos consumidores?

A segunda pergunta, Dr. Aurélio Cesar, é sobre a auditoria operacional do Tribunal de Contas da União do ano passado, que teve o objetivo de avaliar a governança nas agências reguladoras. A certa altura, um dos itens colocados pela auditoria do TCU diz o seguinte:

O modelo de gestão das agências não é orientado por um planejamento estratégico. Apenas uma das seis agências reguladoras, a Anac, possui um documento que formaliza o planejamento estratégico.

Então, a pergunta: que providência a ANP pode adequar para um funcionamento de conformidade com as recomendações do TCU?

Também adiro à pergunta do Senador Ferraço, do Senador Flexa, o que não seria apenas uma opinião, mas uma posição funcional com relação ao projeto do pré-sal aprovado no Senado, que desobriga a Petrobras do mínimo de 30% na exploração.

Uma questãozinha que acho muito adequada, Dr. Aurélio, para o senhor responder, porque é proveitosa para V. S^a e para todos nós, é que no relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp consta que V. S^a atendeu os requisitos, mas teve a saudável iniciativa de dizer que há uma ação cível por improbidade administrativa

enquanto V.ª esteve trabalhando no Município de São Paulo. Seria oportuno que V.ª esclarecesse tanto para nós como para evitar qualquer constrangimento diante da situação.

São as minhas perguntas.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado, Senador.

Vou...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Primeiro, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, os demais Senadores que compõem esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como gostaria de saudar a pessoa do Sr. Aurélio, o nosso indicado para ocupar uma importante função junto à Agência Nacional do Petróleo, e de cumprimentar a Srª Magda e o Sr. Haroldo.

E queria dizer que, de fato, as perguntas dos que nos antecederam vasculharam em profundidade o que deveria ser respondido. Eu apenas gostaria de dizer que também recebi, por parte do Estado de Santa Catarina, manifestações de apreço, recomendando que, na sabatina de hoje, pudéssemos respaldar a sua indicação para ser um dos integrantes da Diretoria da ANP. Julinho Zimmermann, que há anos, convive com o setor, foi portador desta solicitação em Santa Catarina.

Durante o ano passado, muito se discutiu a respeito do projeto de autoria do Senador Serra com relação a essa flexibilização que se entendeu oportuna, diante do quadro de dificuldades a que vivem presas, fruto de um aparelhamento do Estado brasileiro em diversos setores, e que não gostaríamos de ver junto às agências reguladoras, porque elas não são órgãos do Governo, e, sim, são órgãos do Estado brasileiro, ou seja, elas estão aí para defender os interesses da Nação. A Petrobras faz parte deste conjunto. No entanto, é uma empresa que tem que ser competitiva, para ser viável e se sustentar.

E, por mais contraditório que pareça, o desinvestimento que ela se propõe a fazer contraria muito as argumentações que são apresentadas aqui no Senado Federal, para se contrapor a essa proposta de flexibilização da 131, permitindo que a Petrobras, se se julgar em condições, possa assumir e, se não tiver condições, que deixe alguém fazer. Mas um dos argumentos também esposados, para fazer essa defesa, foi o de que as empresas estrangeiras que eventualmente viessem a explorar petróleo não informariam com precisão o volume, de fato, extraído. Isto é verdade ou isso não procede?

Se isso procede, por que? E o que pode ser feito para não permitir que os volumes, de fato, extraídos dos poços em Território brasileiro gerem os *royalties* e os excedentes de óleo, para permitir que a saúde, a educação, que tanto estão a esperar por um volume maior de recursos, o que, de fato, não aconteceu...?

Por outro lado, gostaria de fazer realmente um apelo. O senhor trabalhou como técnico, e hoje o senhor, se for aprovado pelo Senado, será guindado à Diretoria, terá um mandato. Que esse mandato seja ser exercido em favor dos interesses maiores do Estado brasileiro, e não de um governo que, muitas vezes, em função de questões ideológicas e de preconceitos, deixa de representar, à altura, os interesses da Nação!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, fazer aqui uma saudação ao nosso companheiro Haroldo Lima, que tem um papel importantíssimo nesse processo de definição dos caminhos da ANP. É alguém que teve uma participação para além de um cargo de Direção na ANP, muito mais, inclusive, num período – diria, Haroldo – de reafirmação das tarefas numa área tão atritada do ponto de vista regulatório, e uma área decisiva do ponto de vista energético para as nossas pretensões. Assim, é uma honra tê-lo aqui na Comissão, e uma honra até muito maior para um indicado, porque V.ª vem como, poderíamos dizer, um avalista, como alguém que pode atestar as boas condições para tal indicação, assim como também a atual dirigente da agência, Drª Magda. Portanto, acho que é um momento importante.

Sr. Presidente, exatamente nessa linha do que toquei aqui, eu estive vendo, Aurélio, que V.ª adentrou a agência assessorando a diretoria numa das áreas. É óbvio que experiência nessa área de regulação poucas pessoas têm no Brasil. Então, ganha-se experiência numa prática muito acumulada aqui nas agências. As pessoas têm ganhado mais experiência no exercício das agências do que efetivamente vindo de outros lugares, até pela própria história recente das nossas agências e até pela ausência de formação acadêmica nessa área.

Hoje até já se encontra espaço nas chamadas grades curriculares para esse tema, mas, até bem pouco tempo, nenhum grande escritório de advocacia, no Brasil, tinha, em seus quadros, advogados com formação tão dirigida e até com grau de especificidade. V.ª, por exemplo, saiu do mundo do trabalho para adentrar, assessorar a agência na área de petróleo. Não deixa de ser o mundo do trabalho, mas é uma diferença substancial.

Um dos pontos que me chamou a atenção, no relatório apresentado e também no próprio avulso da matéria, que traz informações sobre os seus caminhos e os seus passos, tem a ver exatamente com o plano, o

programa, o projeto de regulação que aqui consta tem tido de V. S^a a possibilidade, inclusive, da contribuição, especificamente na questão da regulação nessas áreas. Portanto, na área, há aqui explicitado o processo de licitação de blocos, a exploração de petróleo, a questão de refino, meu caro Fernando Bezerra, e, principalmente, as questões que envolvem a chamada segurança jurídica para esse mundo.

Isso, na realidade, remete-me para duas coisas que eu queria perguntar e não queria resposta de pé de orelha – pé de orelha você pode deixar para o Flexa Ribeiro –, até porque uma das questões centrais da agência é ter a capacidade de preservar essa condição, inclusive. Não é de discordar, mas é a condição de assumir outro papel que não o do Executivo, porque, se a agência fosse para ser auxiliar do Executivo, nós não precisaríamos ter agência reguladora. A agência é, na prática, o instrumento capaz de fazer a defesa dos interesses da população. E, nesse caso particular, a agência tem a tarefa preponderante de fazer a defesa, inclusive, da economia, na medida em que os aspectos regulatórios são fundamentais, para que garantamos segurança jurídica no investimento, que garantamos lisura na competitividade e, principalmente, condições ajustadas para esse mercado de petróleo.

Consequentemente, há um aspecto que é o mais importante. Nós estamos tratando de uma matéria que ainda que tenha passado por processos de transformações profundas, é uma matéria, na minha opinião, que ultrapassa a questão de governos, ela é uma matéria de nação. Portanto, nós estamos tratando de algo que é concernente à Nação, principalmente no que diz respeito à questão energética.

Então, nesse aspecto, eu queria lhe perguntar duas coisas. A primeira tem a ver, inclusive, com o que até foi levantado pelo Senador Caiado. E eu vi aqui que V. S^a também trabalhou na parte regulatória, principalmente no que diz respeito a etanol. Principalmente no aspecto um pouco mais adiante, V. S^a também trabalhou na questão da matriz energética do chamado óleo diesel de baixo teor de enxofre. Essas duas questões, tanto o etanol quanto a questão do óleo diesel de baixo teor, estão hoje talvez cravadas nas duas maiores crises. No etanol, há uma crise brutal, que vem desde o debate da mistura ao processo de financiamento ou ao *boom* do entusiasmo de muita gente se atirar na produção de etanol.

Como é que a agência pensa, ou melhor dizendo, como V. S^a agora, saindo da condição de uma superintendência para ocupar um cargo de conselho na direção, pensa em contribuir com esses dois temas, buscando, primeiro, superar essa deficiência, voltar a ter importância, do ponto de vista econômico, para esta atividade e resgatar, se possível, essas duas questões, principalmente neste momento em que a Petrobras atravessa as suas dificuldades.

Do ponto de vista regulatório, gostaria de saber como V. S^a vai posicionar-se acerca do que o Senado, inclusive, aprovou, na última votação, ou seja, acerca das “mudanças”, entre aspas, para esse segmento, porque enxergo, Dr. Aurélio, que a fragilidade, ali, foi acrescentada ao processo.

E aqui estou falando com alguém que está dizendo ao Senado que trabalhou exaustivamente nas matérias regulatórias. O que vimos ali foi, inclusive, a introdução de mecanismos que facilitam ou fragilizam as questões regulatórias, quando remeto a decisões, ainda que por Conselho, mas que, de certa forma, reportadas à Presidência da República.

O mandato que V. S^a está disputando aqui não tem nada a ver com o Conselho da Petrobras, nem tampouco é um mandato coincidente com aquele de Presidente da República ou seja lá de quem for. Essa foi uma preocupação do legislador, e está aqui um dos que participou do processo de elaboração da lei das agências, que teve a oportunidade de ir para a agência – portanto, trabalhamos juntos nesse processo –, ali no final dos anos 90.

Exatamente, uma das preocupações foi promover a não coincidência de mandatos. Agora, aprovamos uma matéria no Senado, que remeto a alguém que tem mandato diferente da Agência, fora das suas regras, numa verdadeira fragilização jurídica. Esse alguém vai dizer efetivamente o que a Agência está fazendo ou não, se alguém vai investir ou não no País, a partir das decisões desses dois órgãos, que não são de regulação.

A Presidência da República não tem a tarefa de regulação nessa área. Com relação ao Conselho da Petrobras, não foi dado ao legislador brasileiro a condição de regular esse setor. O Conselho da Petrobras tem a obrigação os seus interesses.

Portanto, aprovar uma matéria dessa natureza nesse momento é, inclusive, jogar mais fragilidades ainda para a Petrobras e incertezas – e aí não quero nem tocar nos investimentos de alguém –, no sentido de que alguém ou outrem venham a investir no Brasil. Estou colocando os investimentos da Petrobras diante de tanta fragilidade.

Então, queria saber de V. S^a qual é a sua posição sobre esse absurdo e como, no interior da Agência, V. S^a pretende posicionar-se.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro. O último inscrito é o Senador Wilder Moraes, a quem concedo a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Diretora-Geral Magda Chambriard, e também o ex-Diretor, Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, também, assim como o indicado à Diretoria, o Sr. Aurélio César Nogueira Amaral.

Analisando o seu currículo, Sr. Aurélio, vejo que ele demonstra competência e vasta experiência. Então, V. S^a tem todas as condições e também o apoio do Fórum Nacional de Sucroenergético e da Dr^a Andreia, também de Goiás, que me tem relatado também a participação sua no serviço prestado, na participação na Resolução nº 67, de 2011, dando segurança jurídica ao setor sucroalcooleiro.

Então, parabéns a V. S^a e conte com o nosso apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Tendo em vista que todos os Senadores já votaram...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não votei, Sr. Presidente, porque ficou uma pergunta sem resposta, com relação aos índices de API.

Quero lembrar ao Dr. Aurélio a questão sobre a qual fiz esta pergunta: a revisão dos índices de API, o impacto que isso tem nos preços, com relação ao passado.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Bem, vou começar comentando a resposta de V. Ex^a.

Até por esse trabalho do núcleo de fiscalização e da superintendência de participações governamentais, que fazem não só a fiscalização da produção, mas reveem as informações enviadas pelo agente, ou seja, há um núcleo específico que faz somente o monitoramento diário e constante acerca daqueles números enviados pelo agente.

Temos um sistema, uma sala de monitoramento, hoje interligado às plataformas, onde avaliamos se o nosso número audita os indicados pelas empresas e diz se aquele número está de acordo com o que a empresa auditou. Ao encontrarmos diferenças, é feita uma autuação e cobrada da empresa essa diferença.

Ocorre da mesma forma com o grau API. Ele incide como um dos elementos que vai definir o preço de referência. Quanto mais alto o API, maior a valoração desse petróleo, maior a participação governamental que ele devolverá à União.

Então, o que fazemos? Ao detectarmos – e há muitas auditorias, já feitas ou em andamento, que estão sendo realizadas – essas diferenças, eles são autuados e cobrados. Boa parte delas é paga; uma parte delas é discutida ou ajuizada, mas a maioria das ações tem sido pagas, e a ANP tem feito o repasse ao Município ou ao Estado merecedor daquela participação governamental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois é, mas, uma vez identificado, e o passado?

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Quanto ao passado, não saberia dizer agora como está essa discussão. Talvez a Diretora possa dizer alguma coisa, porque isso foge um pouco da área em que atuo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso é muito importante para os nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra a Diretora da ANP, Dr^a Magda Chambriard.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – Senador Ferraço, o Parque das Baleias, como V. Ex^a sabe, tem uma parte do pós-sal e outra do pré-sal.

Ele começou produzindo do pós-sal um óleo mais pesado. Essa diferença de grau API se deu na medida em que foi aparecendo a produção do pré-sal e de um óleo mais leve.

Então, o *blend* do Parque das baleias foi-se tornando mais leve à medida em que começamos a ter mais produção do pré-sal, de forma que, imediatamente, a ANP ajustou esse valor em benefício do Estado do Espírito Santo. Não cabe passado, porque não tínhamos produção no pré-sal antes, está certo?

Assim, no momento em que essa produção começou a acontecer, o *blend* ganhou um grau API maior, e o Estado foi imediatamente contemplado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O passado não?

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – Não, porque a produção era só do pós-sal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Volto a palavra ao Dr. Aurélio, para responder às indagações dos Senadores Lasier Martins, Dalirio Beber e Walter Pinheiro.

O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Bem, Senador Lasier Martins, vou começar pelo último ponto da sua pergunta. Foi um processo aberto pela Prefeitura de São Paulo contra uma outra pessoa numa averiguação de quatro anos, em que fui arrolado como corréu, exatamente por ter ocupado a posição superior hierárquica num período de nove meses.

Em todo o processo, não há uma única acusação contra a minha pessoa. O meu único envolvimento no processo foi por ter sido superior dessa pessoa, durante o período de quatro anos. E, nos nove meses em que passei por esse cargo, a Prefeitura me arrolou como corréu.

Tenho tranquilidade e segurança de que não vai haver nenhuma imputação jurídica decorrente desse processo. Inclusive, pedimos a exclusão do polo passivo dessa ação.

Como se trata de uma ação que se iniciou no meio do ano passado, dez anos depois de eu ter saído da Prefeitura, somente por essa participação, não vejo que isso possa trazer algum prejuízo jurídico à minha pessoa.

Com relação à fiscalização na formação de cartéis, o papel da agência não é o de fiscalizar propriamente a formação de cartéis. A agência faz um monitoramento de preços, através de uma pesquisa feita semanalmente, na maioria dos postos, na maioria das vezes, definido no *score*.

E a agência, ao identificar irregularidades, instrui o processo e o envia para o Cade, que é competente e tem a atribuição principal de investigar cartel e propor as ações necessárias.

Agora, a Agência atua como órgão auxiliar, fornecendo as informações e fazendo uma investigação preliminar. Ao encontrar esse indício, ela informa ao Cade que fará a apuração e a instrução desse processo.

Com relação à auditoria do TCU – volto a repetir –, acho que um dos pontos que destaquei na minha apresentação é o planejamento estratégico da ANP, que hoje está claro.

Está no nosso *site*, é transparente. Esse é um processo que está em curso, Senador. Foram feitas capacitações também de lideranças. Todos os coordenadores e chefes de áreas da ANP foram treinados, participaram do planejamento estratégico, foram treinados na Fundação Dom Cabral em cursos de liderança, de maneira que eles pudessem trabalhar e fazer o ligamento do planejamento estratégico com as suas ações diárias. Isso está em curso, já está bem avançado na ANP e está disponível no nosso *site*. Há um planejamento estratégico e as ações de governança nós as recebemos com recomendação do TCU, mas não houve nenhuma determinação de mudança. Mas o planejamento estratégico é uma prioridade da ANP e está em curso na Agência.

Com relação ao Senador Dalírio e também ao Senador Walter, vou dar uma única resposta aos dois. Em que pese toda a discussão, eu acho que a Agência está preparada para ofertar e oferecer os subsídios técnicos para uma licitação de áreas, seja no pré-sal, seja fora do pré-sal.

Vou pedir vênias mais uma vez, mas acho que expressar minha opinião agora seria avançar numa discussão que ainda está em curso. É preferível definir ... Isso não significa que abrimos mão de ter opinião técnica, não significa que a Agência não tenha a sua opinião técnica. Acho que mais importante do que discutir o modelo é discutir, debater um calendário permanente de licitações. Acho que isso é prioritário para que não haja buracos, não haja intervalos, para ser mantido o investimento permanente, seja ele no momento de alta de preços, seja ele no momento de baixa de preços.

Com relação a outra pergunta do senhor sobre o S-10 e o etanol, eu acho que a entrada do S-10 na matriz energética foi um dos casos do sucesso de implementação da política. Definida a política, a ANP ficou com o papel de coordená-la e implementá-la com a Petrobras, que preparou seu parque de refinarias para fazer parte desse S-10, mas a outra parte é importada. E a ANP definiu, numa resolução, um raio de três mil postos que deveriam, com uma distância de no mínimo cem quilômetros, ter o S-10, para começar a funcionar, para que houvesse uma cobertura em todo o Brasil de fornecimento de S-10; para que um caminhão, por exemplo, que saísse do Amazonas chegasse ao Rio Grande do Sul sempre com uma diferença. A ANP definiu previamente, a partir de um mapeamento, quais seriam esses postos e obrigou, num primeiro momento, que esses postos se preparassem para fazer a comercialização de S-10, cerca de um ano depois. Hoje, mais de 19 mil postos já aderiram voluntariamente ao fornecimento de S-10. Eu reputo o S-10 como um caso de sucesso que vem crescendo. Ele caiu no gosto do consumidor, e vem crescendo o seu consumo, o que faz diminuir a poluição, a emissão principalmente de enxofre na atmosfera.

Com relação ao etanol, repito, acho que a atuação da Resolução nº 67, que foi citada pelo Senador Wilder, trouxe estabilidade para o mercado. Ela é tudo, ela consegue resolver todos os problemas do mercado? Não. Ela não resolve, mas trouxe uma estabilidade, trouxe metas, trouxe um mercado regular, o que fez diminuir aquelas variações de demanda, principalmente na entressafra. As distribuidoras contratam com os produtores, são obrigadas a cumprir esses contratos, a ANP acompanha mensalmente a execução desses contratos através das informações enviadas pelas distribuidoras. Aqueles agentes econômicos, sejam eles produtores ou distribuidores, que não cumprem essa obrigação são autuados. Há um número imenso de autuações. Ao serem autuados, eles se defendem. Se houver justificativa do não envio ou não, do não cumprimento ou não da meta, a gente pode reformar a decisão. Mas na maioria das vezes eles são autuados. E a gente vem fazendo bem isso, vem cumprindo um papel importante. Eu acho foi um grande ganho para o setor.

É óbvio que outras medidas são necessárias. Eu acho que há medidas que vão além do trabalho da ANP, como a definição de uma política, a estabilidade de uma política de preços – eu acho que passa por isso –, uma definição de investimentos, uma política de investimentos para o setor. Hoje nós não temos nenhuma grande usina feita nos últimos anos. Isso nos dá um teto, nos dá uma barreira. Se não tivermos novos investimentos, não será possível fazer o setor crescer. Então, para que o setor cresça, eu acho que tem que haver, sim, inves-

timentos, eu acho que tem que haver algum tipo de promoção desse investimento que possa permitir ao setor avançar e possa permitir novas unidades, possa permitir ampliar o parque usinas que existe hoje no País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de proceder à apuração, eu encareceria à Dr^a Magda Chambriard que pudesse responder às indagações do Senador Fernando Bezerra. Ao mesmo tempo, perguntaria a ela se há alguma sugestão da parte dela com relação ao problema da exploração terrestre dos poços maduros, chamados poços maduros, que estão presentes principalmente lá no meu Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra, a Dr^a Magda.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – O Senador Fernando Bezerra colocou aqui para nós três questões. A primeira, em relação às áreas unitizáveis, se haveria ou não licitação. A segunda, se entendíamos que a Petrobras está atrasada nos investimentos na área do pré-sal. E a terceira é sobre a qualidade dos blocos em frente a Pernambuco. Não é isso, Senador?

Então, eu vou começar pelas áreas unitizáveis e definir qual é o papel da Agência Nacional do Petróleo, qual é o papel da PPSA e qual é o papel da Petrobras.

Na questão das áreas unitizáveis, toda vez que a gente tem uma exploração dentro de uma área contratada, seja ela através de contrato de concessão, seja ela através de contrato de partilha ou de cessão onerosa, toda vez que o operador dessa área identifica a possibilidade de uma jazida transcender o limite contratado, ele tem obrigação legal de notificar a Agência Nacional do Petróleo.

O que a gente faz, então? A gente recebe essa informação, a gente pega todos os dados e informações, põe na máquina, estuda os dados e informações disponíveis, é claro, e atua no sentido de identificar o que está fora do contrato de concessão. Quando isso acontece dentro do polígono do pré-sal, a gente notifica a PPSA, e a PPSA também estuda essa área.

Neste momento, nós temos um pouco mais de uma dezena de situações como essa em estudo. E duas delas são especificamente diferentes, porque elas têm um tamanho relativamente razoável em relação à jazida como um todo. Está certo? Então, temos um bloco na Bacia de Campos, onde há uma operação Shell, num contrato de concessão dentro do polígono do pré-sal, e essa área a gente denomina informalmente de “gato do mato”. No jargão, vamos dizer assim, informal, nós dizemos que o corpo do gato está concedido e o rabo do gato, porque corresponde a uma área de mais ou menos 30% do volume total, está numa área aberta.

Uma outra questão é, já na Bacia de Santos, dentro Bloco BMS-8, de operação Petrobras em parceria com outros agentes econômicos. Nós temos uma área também denominada informalmente de “carcará”, que, mais ou menos, meio a meio, está dentro do Bloco BMS-8, operação Petrobras, e meio a meio fora do Bloco.

Quanto a essas duas, pelo seu porte, nós, na Agência Nacional do Petróleo, estamos nos posicionando como áreas que vamos precisar necessitar licitar, pelas suas características específicas.

As demais estamos olhando com mais cuidado, porque, sendo pequenas e muito pequenas em relação ao conjunto todo da área contratada, muito dificilmente vamos poder licitar, por falta de interesse comercial numa licitação de tão pequeno porte. Então, estamos fazendo esse pente fino, e esse pente fino se traduz como uma nota técnica da ANP, ao Ministério de Minas e Energia.

Nessa nota técnica, existe um suporte técnico ao Ministério de Minas e Energia, que, assim, encaminha ao Conselho Nacional de Política Energética a manifestação técnica da ANP para que o Conselho avalie a oportunidade de licitação ou não, porque essa última palavra é do Conselho Nacional de Política Energética, mas é claro que fundamentada na opinião técnica da Agência.

Essa é a primeira resposta, então.

A segunda é se a Petrobras está atrasada nos investimentos para a área do pré-sal. Eu diria para o senhor que o que foi feito no pré-sal eu reputo admirável. A primeira descoberta do pré-sal foi feita no BMS-10 e no BMS-11 em 2006. Foram dois poços que foram furados na área então denominada de Tupi e Parati. Em 2006, foram dois poços que demoraram mais de 400 dias para serem perfurados. Portanto, começaram a ser perfurados em 2005 e terminaram em 2006.

Ao longo dos dois anos seguintes, 2006 até 2008, a exploração continuou para chegar à conclusão de que o pré-sal era, sim, uma exceção à regra e, portanto, merecia, sim, um tratamento de exceção. De 2008 até 2015, nós chegamos a produzir quase um milhão de barris no pré-sal. Eu diria que muito pouca gente no mundo, muito pouca empresa no mundo fez isso. Então, eu diria que o que foi feito foi uma ação admirável. Em termos de atraso ou não atraso, eu não diria que houve atraso, eu diria que houve um desenvolvimento admirável numa província muito mais do que admirável.

Hoje temos aí já descobertos recursos a desenvolver da ordem de 40 bilhões de barris. Então, recursos a desenvolver na ordem de 40 bilhões de barris, o senhor imagina que a velocidade para fazer isso pode ser

qualquer velocidade. É claro que no limite da capacidade de um país. Então, temos muito para fazer. Felizmente ainda vamos ter petróleo por muitos anos.

Agora, se o senhor olhar o *site* da Agência e até as minhas próprias palestras ao longo do tempo, o senhor vai ver que a Agência Nacional do Petróleo vem defendendo há algum tempo a questão dos campos de pequeno e médio porte, a questão da, vamos dizer assim, aceleração do investimento em campos de pequeno e médio porte. E vai ver que também no pré-sal, no *site* da Agência o senhor encontra, nas minhas palestras o senhor encontra, temos poços aí que se aproximam da produção de 40 mil barris de petróleo por dia e temos poços no pré-sal que nem sequer produzem dois mil barris por dia.

Portanto, essa gama imensa produtividade também se apresenta no pré-sal. Ela se apresenta em qualquer província petrolífera. Ela se apresenta em qualquer recurso mineral. Toda vez que a gente fala de um recurso mineral e fala, portanto, de petróleo como recurso mineral, nós vamos ter coisas de muito grande porte, de muita produtividade, coisas de médio porte e coisas de pequeno porte.

Pela mesma razão que defendemos a licitação de pequenos e médios campos de petróleo para pequenas e médias empresas – e aí eu vou falar mais pessoalmente do que como Agência Nacional do Petróleo, porque Agência Nacional do Petróleo é um órgão de implantação de política; portanto, ela não faz política –, no mesmo diapasão que defendemos a pequena e média empresa, defendemos também que a Petrobras deva ter o direito de recusa toda vez que ela tiver uma oportunidade que entenda como alguém do seu interesse econômico e não aderente ao seu portfólio. Então, isso é o dia a dia de uma indústria que lida com uma *commodity* internacional, que tem seus preços flutuantes e que lida com uma diversidade de jazidas num Brasil de dimensão continental e que tem pequenas oportunidades, grandes oportunidades, oportunidades para mar, oportunidades em terra, oportunidades de óleo, oportunidades de gás.

Toda empresa precisa ajustar seu portfólio ao porte que lhe é conveniente. Isso não quer dizer que o Brasil não tenha de ir atrás dessas oportunidades. É exatamente essa que vem sendo a tônica da ANP toda vez em que a gente licita oportunidades para pequenas e médias empresas em bacias maduras, toda vez em que a gente oferta áreas inativas com acumulações marginais, toda vez em que a gente identifica uma diferença tão grande de porte entre oportunidades exploratórias e de produção num Brasil deste tamanho continental.

Gosto sempre de lembrar o seguinte: de norte a sul do nosso País, a distância é maior do que a de Lisboa a Moscou. E, de leste a oeste, a distância é grande também. E há indícios de petróleo e de gás neste País em todas as áreas. Recentemente, estudamos, com verba do Plano de Aceleração do Crescimento, áreas diversas em termos de exploração, adquirindo dados e informações com vistas a atrair o interesse das empresas, sejam elas estatais ou privadas, para as nossas bacias sedimentares, para a exploração e produção dessas bacias. Recentemente, fizemos uma descoberta de gás no Estado de Mato Grosso. Ainda não sabemos se essa descoberta é boa ou ruim, porque não a testamos ainda. Mas fizemos uma descoberta que, quem sabe, vai ser capaz de abrir uma nova província no Brasil. Estamos torcendo para que isso aconteça.

Meia dúzia de anos atrás ou pouco mais de meia de dúzia de anos atrás, nós licitamos o Maranhão e o Piauí. Naquela época, ninguém acreditava que o Maranhão pudesse vir a ser um produtor de petróleo e de gás. E, hoje, o Maranhão produz gás natural. No ano que vem, está previsto que o Maranhão seja capaz de produzir 8,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Há dez anos, ninguém contava com isso. Há no Maranhão hoje uma pequena empresa operando isso. E algumas pequenas empresas adquiriram áreas no Maranhão, nas licitações da ANP, com vistas à produção de gás, que é outra questão de interesse do Brasil. O gás natural em terra a preços competitivos para a sociedade brasileira é tudo que a gente pode querer.

Então, acho que estamos indo no caminho correto, num caminho de muito trabalho, num caminho de suporte técnico ao Governo Federal, como é de praxe, como é necessário para cumprir o papel legal, o papel institucional da ANP como agência de Estado.

O Senador Walter Pinheiro foi muito feliz quando disse que os mandatos dos diretores da ANP transcendem os períodos de governo. Não nos esqueçamos disso hora nenhuma, Senador. Os senhores, como Senadores da República, podem ter a certeza de que estamos exercendo esse papel, sem nos arredar por um minuto desse papel institucional. Nossas manifestações, de novo, expressam-se através de notas técnicas muito bem fundamentadas. Agora, também não nos arredamos do papel de implantadores de política. Nós damos suporte técnico e implementamos política. Nós não fazemos política. A política é atribuição do Governo Federal – respeitamos essa atribuição –, assim como a legislação é atribuição do Congresso Nacional, e nós respeitamos demais a atuação do Congresso. Está certo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – E Pernambuco?

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – Quanto a Pernambuco, até o momento, nós não temos dados e informações suficientes para dizer que lá há uma nova província. Está bem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – Mas as pesquisas estão no cronograma?

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – Até agora, os dados e informações não estão tornando a província de Pernambuco/Paraíba muito quente, não. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E quanto ao Rio Grande do Norte?

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – Eu coloco o Rio Grande do Norte no pacote das bacias maduras.

Isso significa Recôncavo Baiano, Espírito Santo, Terra, Rio Grande do Norte, Bacia Potiguar, Sergipe-Alagoas.

Todas essas estão nesse pacote que eu digo que precisa ter um porte mais adequado de empresas atuando para que possamos ter um investimento mais focalizado, mais adequado e que possamos aumentar a produção dessas áreas e estender a vida produtiva dos campos. Na verdade, todo campo de petróleo tem sua produção se encerrando no momento em que a despesa empata com a receita. Isso significa que é importante que tenhamos empresas de porte mais adequado, empresas também de pequeno e médio porte, de porte mais adequado, que atuem com menos custos para que possamos, então, ter mais investimentos e estender a vida produtiva desses campos.

Nesse ponto, vou aplaudir até a iniciativa da Petrobras de comunicar, como fato relevante, desinvestimento em alguns pequenos campos de petróleo nessas bacias maduras.

Nós ainda não recebemos a lista oficial, mas vamos estar na ANP prontos para analisar toda e qualquer ação da Petrobras de cessão de direitos, que nos compete, no sentido de propiciar os investimentos adequados a esses campos e a estender a vida produtiva desses campos em benefício da sociedade local, em benefício do emprego e renda regional, porque nós acreditamos a apoiamos essas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradecemos à Drª Magda Chambriard.

Antes de abrir a votação, existem dois requerimentos. Um deles solicita a inclusão, como convidado, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Márcio Miranda, para participar da audiência pública que será realizada na semana que vem, sobre a concessão do trecho que liga Sinop a Santarém.

A autoria é do Senador Paulo Rocha e também do Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do Art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 01/2016, REQUEIRO que a discussão sobre a concessão se reporte ao trecho que liga Sinop a Santarém, bem como a inclusão, como convidado, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Marcio Miranda, para participar da referida audiência.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também há requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes pede a substituição da PL pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Deputado Estadual Pedro Satélite, nessa mesma audiência pública, que será realizada na próxima semana, bem como submeto à aprovação da ata anterior.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQI 1/2016, desta Comissão, a substituição da EPL pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Deputado Estadual Pedro Satélite.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, solicito que, encerrada a votação, seja aberto o painel, para que possamos proceder ao anúncio do resultado. *(Palmas.)*

A indicação do Sr. Aurélio César Nogueira Amaral recebeu 16 votos “sim”, dois votos “não”; votos em branco, nenhum. Portanto, está aprovada a indicação do Sr. Aurélio César Nogueira Amaral.

Quero agradecer penhoradamente a presença do ex-Deputado e ex-Diretor da ANP, Dr. Haroldo Lima, que nos honrou com sua presença. Ao mesmo tempo, quero agradecer à Srª Diretora da ANP, Drª Magda Chambrind, e convocar a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 16 de março de 2016, quarta-feira, às 8h30.

Parabéns ao indicado, novo participante do Conselho Diretor da ANP, Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka e Sérgio Petecão. Registra presença como não membro o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e faz a leitura de comunicados. São apreciados, inicialmente, os itens extrapauta 4, 5 e 6. Item 4 – Mensagem (SF) nº 21, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany. Relator: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. Item 5 – Mensagem (SF) nº 22, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão. Relator: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. Item 6 – Mensagem (SF) nº 23, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Relator: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: É lido o relatório pelo Senador Waldemir Moka e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. São apreciadas as matérias constantes na Parte I da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 753 de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso”. Relator: Senador Telmário Mota. Relatório: pela aprovação. Resultado: retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 9, de 2016, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Fernando Bezerra Coelho, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para avaliar as recentes alterações nos encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e suas repercussões na política de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; João Paulo Lima e Silva, Superintendente da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; Marcos Guerra, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES”. Resultado: requerimento aprovado. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2016, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que requer, “nos termos regimentais do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 5, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que trata da reconstrução da BR 319 – Trecho Porto Velho (RO) – Manaus (AM), para incluir o nome do Senhor General Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, do Comando Militar da Amazônia, no debate da respectiva audiência pública”. Resultado: requerimento aprovado. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 12, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer a “realização de Audiência Pública, com representante da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para discutir a proposta, apresentada pela Agência e submetida a Consulta Pública, de mudanças nas regras de direitos dos passageiros nos voos domésticos, entre as quais se incluiria o fim da franquia obrigatória de bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagem em até 24 horas”. Resultado: Requerimento aprovado. É apreciada, ainda, uma matéria extrapauta. Item 7 – Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 24, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2011, de autoria da Câmara dos Deputados. Relator: Senador Valdir Raupp. Relator ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela

aprovação do Substitutivo, com as duas ressalvas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Resultado: aprovado o relatório. Tem início a Segunda Parte da Reunião, com audiência pública, para discutir a concessão da BR-163, no trecho Sinop (MT) – Miritituba (PA) – Santarém (PA), com especial atenção à questão tarifária, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura (RQI) nºs 1, 8 e 10, de 2016. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições a Senhora Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes; e os Senhores Edeon Vaz Ferreira, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso – Aprosoja e Membro do Instituto Brasil Logística – IBL; Marcelo Bruto da Costa Correia, Assessor Especial do Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –; Diógenes Álvares, Gerente da Área de Estruturação de Negócios da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL –; e Ricardo Pinheiro, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, Hélio José, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Vamos deixar para mais adiante.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 1.134, de 2015, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina. Trata-se de Requerimento nº 523, de 2015, do Vereador Antônio Aldo da Silva, que requereu o envio de Ofício à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e à Autopista Litoral Sul para que providencie obras para ampliar e reestruturar o túnel do São Roque, que é a única passagem que liga o bairro de São Roque ao bairro Cordeiros da cidade.

As cópias dos documentos encontram-se à disposição.

A Presidência da Comissão comunica o recebimento do Ofício de nº 4.337, de 2015, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que encaminha cópia de proposição do Vereador Maurício Gasparini, aprovada na sessão de 29/10/2015. Trata-se de moção de repúdio à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela edição da Resolução nº 477, de 2015, que regulamenta a prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizada em regime de fretamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu estou com relatório pronto para ser lido sobre a indicação do Sr. Juliano Alcantara Noman para Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil. Se V. Exª entender que pode ser lido hoje, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já concedo a palavra a V. Exª.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCANTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pronto para deliberação.

Tem V. Exª, Senador Blairo Maggi, a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nossa! Muito rápido.

Bom dia, Presidente Garibaldi Alves, Senador Moka, todos que nos acompanham aqui na Comissão de Infraestrutura.

Vou ler o relatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre a Mensagem nº 21, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Juliano Alcantara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Por meio da Mensagem nº 21, de 2016, a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Juliano Alcantara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A Constituição Federal (art. 52, III, f) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Nesse sentido, a Lei nº 11.182, de 2005, que criou a Anac, estabelece, no seu art. 12, que os diretores da agência serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Outrossim, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Sr. Juliano Alcantara Noman é cidadão brasileiro, nascido em 30 de outubro de 1975, na Cidade de Ipatinga-MG. Sua formação acadêmica abrange, dentre outras, a graduação em Ciências Econômicas, realizada na Universidade de Brasília (UnB); e curso de extensão em Gestão de Infraestrutura Aeroportuária, realizada no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Sua experiência profissional na Agência Nacional de Aviação Civil teve início em 2006, como Gerente de Acompanhamento de Mercado e Assessor Especial do Diretor de Serviços Aéreos. Em 2008, tomou posse na carreira de Especialista em Regulação de Aviação Civil da Anac.

De 2008 a 2011, atuou como Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE), na qualidade de responsável pelas operações, fiscalização, outorga e regulação dos serviços aéreos, e como membro titular do Brasil no Painel de Regulação de Transporte Aéreo (ATRP). Ademais, exerceu cargo de assessor da Presidência do mesmo órgão.

De 2011 a 2013, como Secretário de Aeroportos na Secretaria Aviação Civil, participou da elaboração do Programa de Investimentos em Logística (PIL Aeroportos); da criação da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero) como coordenador substituto; do planejamento do setor aéreo para os grandes eventos (Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Copa do Mundo); da pesquisa de qualidade dos serviços aeroportuários no programa API/PNR (procedimento de antecipação de informações aos órgãos públicos, visando à facilitação do fluxo de passageiros com maior segurança e eficiência, permitindo iniciativas implementadas, a exemplo do e-Gate); e também das concessões dos aeroportos.

Ainda como Secretário de Aeroportos na Secretaria de Aviação Civil, foi representante da Infraero no Conselho de Administração da Concessionária do Aeroporto Interacional de São Paulo - Guarulhos.

A partir de 2013, como Secretário de Navegação Aérea Civil, iniciou, em parceria com o CNPq, a criação dos INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), a fim de criar uma rede de pesquisa contínua sobre temas de interesse da aviação civil, seguindo diretrizes da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional) para o desenvolvimento da navegação aérea civil; e foi o responsável pela política de capacitação do setor, que capacitou cerca de 1.340 profissionais entre gestores de aeródromos, bombeiros, fiscais de pátio, gerentes de operação e manutenção. Atuou também na criação do programa de bolsa piloto (a fim de custear as horas de voos necessárias para a formação de piloto privado e comercial de alunos inscritos no Prouni).

Também como Secretário de Navegação Aérea Civil, foi responsável pela definição dos investimentos em infraestrutura aeronáutica para os 270 aeroportos regionais do Programa de Investimento em Logística (PIL Aeroportos); coordenador do grupo de trabalho para revisão da Lei do Aeronauta; responsável pela política de capacitação do setor de Aviação Civil; e representante da Infraero no Conselho de Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte – Confins.

Cabe destacar, ainda, que o presente indicado foi condecorado com a ordem do mérito aeronáutico e homenageado em agradecimento aos relevantes serviços prestados ao setor de aviação civil durante o período de realização da Copa do Mundo FIFA/2014.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no ao cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae*, conforme especificado no inciso I; e demais declarações relacionadas no inciso II).

Diante do exposto, entendemos que as Sras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Juliano Alcantara Noman, constante da Mensagem nº 21, de 2016.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi e concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para que ele possa fazer a leitura da Mensagem nº 23, de 2016, que tem como Relator original o Senador Valdir Raupp.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2016

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, o Senador Valdir Raupp teve dificuldades para chegar, e, até por uma questão de economia de tempo, eu passo à leitura, mas evidencio que o Relator é o Senador Valdir Raupp, e foi S. Exª quem conversou com o indicado e o entrevistou, de modo que a responsabilidade por esse relatório é do Senado Valdir Raupp.

Nos termos do art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, combinado com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 23, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA, para ser conduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes ao transporte aéreo e sua respectiva agência reguladora. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, que criou a ANAC, seus diretores “serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados”.

O Sr. RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA, cidadão brasileiro, nasceu em Brasília, em 02 de agosto de 1971, e é filho de Antônio Valmir Campelo Bezerra e Marizalva Ximenes Maia Bezerra.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir.

Graduou-se em Direito, pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), e em Administração de Empresas, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Possui curso de pós-graduação em Gestão da Aviação Civil pela Universidade de Brasília (UnB).

Consta ainda do currículo apresentado a participação em outros cursos de menor duração e seminário sobre aviação civil e temas jurídicos, dentre os quais destaco: Seminário “Temas Atuais de Direito Aeronáutico”; curso de Direito Aeronáutico – Associação Brasileira de Direito Aeronáutico Espacial (SBDA); e chefe da delegação brasileira junto a missão de comércio sobre tecnologia de modernização de aeroportos, promovido pela Agência de Desenvolvimento de Comércio dos Estados Unidos (USTDA).

Em termos de desempenho profissional: em 1989, trabalhou como auxiliar da tesouraria do Senac; em 1990, o indicado assumiu o cargo de diretor administrativo e financeiro da EMPLAN Engenharia e Construção Ltda.; em janeiro de 1994, trabalhou como assistente técnico da Gerência de Informática da Novacap; em dezembro de 1994, passou a exercer a função de diretor administrativo e financeiro da empresa BBC Informática Ltda.; em 1997, o indicado começou a trabalhar na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), como assessor de diversas diretorias; em 2003, trabalhou na Infraero como assessor da Procuradoria Jurídica e assessor da Superintendência de Segurança Aeroportuária; em 2009, indicado, atuou como consultor jurídico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo responsável jurídico pelo núcleo da entidade em Brasília; em 2010, foi indicado pelo então Presidente da República para exercer o cargo de Diretor de Regulação Econômica da Anac, onde ficou até 2015.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Fica, assim, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Ricardo César Maia Bezerra para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Este é o relatório do eminente Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço o Senador Waldemir Moka e concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que vai fazer a leitura da Mensagem nº 22, de 2016.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2016

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Pronto para deliberação.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, combinado com o art. 52 da Constituição Federal, S. Ex^a a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 22, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes ao transporte aéreo e sua respectiva agência reguladora. Ainda, nos termos do art. 383, do mesmo Regimento Interno, a Comissão de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório, com base nas informações prestadas sobre ele. Ou seja, uma vez apresentado o nosso relatório, é concedida vista coletiva, para que, na próxima sessão, nós possamos ter a honra de receber os nossos sabatinados para a arguição, considerando a importância estratégica das nossas agências reguladoras, mais ainda a nossa Agência Nacional de Aviação Civil, que a cada instante ganha mais relevo e importância em nosso País.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 11.182, que criou a Anac, seus diretores terão que ser brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão eventualmente nomeados.

O currículo anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O candidato é natural do Rio de Janeiro, tem 62 anos de idade, é cidadão brasileiro, bacharel em Ciências Aeronáuticas pela Academia da honrosa Força Aérea Brasileira e em Matemática, com área de concentração em Sistemas de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, possui especialização em Política e Estratégia Aeroespaciais e pós-graduação em Ciência Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar).

Consta ainda do currículo apresentado a participação em diversos outros cursos de menor duração...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, se eu estiver atrapalhando, eu posso esperar.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu peço silêncio aos presentes para que ouçamos o Senador Ricardo Ferraço, que, aliás, é Vice-Presidente desta Comissão. Daqui a pouco, ele vai estar presidindo e não está havendo a devida consideração. E o Presidente está comungando com a perturbação da ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu e o Senador Wellington estávamos em meio a uma conversa muito regional, muito estadual. Assim, peço desculpas ao Presidente e ao Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Que não tem nada a ver com a prefeitura de Cuiabá.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não tem nada a ver, não. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Consta ainda do currículo apresentado a participação em diversos outros cursos de menor duração ligados à aviação civil, dentre os quais destacamos o curso de Gerência em Aviação Civil, com foco em Economia, Regulação, Planejamento de Aeroportos e Gerência de Aviação Regional, na Metropolitan State University em Denver (EUA), e o curso de Gerência Profissional de Aviação na McGill University, em Montreal, entre tantos outros cursos, todos eles especializados no tema, o que assegura o caráter meritório dessa indicação, pelas excepcionais qualificações do Sr. Hélio Paes de Barros.

Em termos de desempenho profissional, o indicado ingressou na Aeronáutica em 1976, tendo atuado em diversas funções. Desde 2015, o indicado é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Especificamente com relação à aviação civil, o indicado atuou no antigo Departamento da Aviação Civil – DAC tendo sido seu vice chefe de Tecnologia da Informação, chefe do Subdepartamento de Operações e chefe do Subdepartamento de Serviços Aéreos. Adicionalmente, participou da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI) e de diversos fóruns na Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Cumpr, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas a, b e c do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do caput do mesmo artigo.

Fica, assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

São essas, Sr. Presidente, as considerações que faço, chamando a atenção para a importância da *expertise* e da qualificação pessoal do Brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior. São indicações como esta que, de fato, atestam a necessidade de que as nossas agências reguladoras possam ser ocupadas por profissionais que tenham não apenas vida ilibada, que é uma pré-condição, mas que tenham também, como premissa, a competência técnica, considerando as importantes e complexas decisões que terão de ser tomadas no âmbito da Anac.

Portanto, é com muita alegria e com muita honra que, mesmo sem conhecer pessoalmente o Brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior, eu apresento o meu relatório, agradecendo a V. Ex^a a honra por ter sido designado para relatar essa matéria, a fim de que, na próxima reunião, nós possamos sabatinar o Brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior, assim como os dois outros indicados para compor o quadro diretivo da Anac.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço, cujas observações finais são absolutamente pertinentes.

Estão em discussão os relatórios. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva das matérias, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Na próxima reunião, teremos, portanto, a sabatina daqueles que foram indicados para a Anac.

Relativamente ao projeto de lei que consta do item 1 da pauta, de autoria da Senadora Lídice da Mata, o Relator, Senador Telmário Mota, solicitou que fosse retirado de pauta para reexame.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 753, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, em decisão terminativa.)

Passemos ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para avaliar as recentes alterações nos encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e suas repercussões na política de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional.

Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; João Paulo Lima e Silva, Superintendente da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec); Marcos Guerra, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.

Consulto se os autores ou algum dos Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, na condição de autor, agradecendo a vênica de V. Exª e a atenção dos colegas Senadores que compartilham conosco aqui na Comissão de Infraestrutura, Senador Wellington, Senador Blairo, Senador Lasier, no dia 18 de dezembro de 2015, Senador Blairo, o Conselho Monetário Nacional, ao arrempe de todos e de tudo, aumentou em 80%, Sr. Presidente, o juro real, as taxas de juros das operações de crédito dos nossos fundos constitucionais, não apenas o Fundo Constitucional do Nordeste, o FNE, mas também o do Centro-Oeste, o do Norte.

Todos nós sabemos da importância desses fundos constitucionais para o desenvolvimento regional, considerando que as regiões emergentes do nosso Estado precisam se valer desses instrumentos para atração de importantes investimentos que são geradores de oportunidades em todo o Brasil, contribuindo e facilitando o espraiamento do desenvolvimento para que todos os brasileiros possam ter oportunidade, Senador Wellington Fagundes. Imagine V. Exª, num momento como este, de profunda recessão, de crise social, de retração econômica como nunca antes na história deste País, o Conselho Monetário Nacional aumenta em 80% a taxa de juros dos fundos constitucionais.

Ora, isso me parece uma estratégia para que os fundos constitucionais não disponibilizem recursos para os bancos para que possam apoiar empreendimentos em todo interior do nosso País. Então, esses recursos não sendo contratados o que acontece? Eles têm que ser devolvidos ao Tesouro Nacional. Na prática, trata-se de uma estratégia para fazer superávit primário. Agora, fazer superávit primário à custa do sofrimento e do sacrifício dessas Regiões me parece uma coisa absolutamente inadequada.

Então, nós estamos propondo uma audiência pública para que nós possamos trazer aqui as autoridades citadas, a fim de avaliarmos os impactos e os cenários relacionados a essa medida equivocada.

Dessa forma nós estamos pedindo apoio aos nossos Pares para que nós possamos discutir na Comissão de Infraestrutura um tema que me parece da maior relevância para os nossos Estados e para as regiões emergentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Na qualidade de Senador nordestino, eu endosso inteiramente as preocupações de V. Exª e, ao mesmo tempo...

Pela ordem, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de aqui esclarecer que, anteontem, tivemos uma informação, da Portaria nº 4395, em que o Governo decidiu abaixar os juros do FNO, FNE e FCO. Isso, inclusive, foi divulgado ontem. O Senador Paulo Rocha está aí e pode confirmar também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte?

Realmente abaixou, mas ontem subiu 60...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Posso concluir ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isto foi o que eles definiram agora, abai-xar os juros. Mas discutir essa questão acho sempre muito importante, porque os fundos constitucionais têm sido usados realmente, principalmente no nosso caso, da Região Centro-Oeste, cujo principal banco operador é o Banco do Brasil, e temos reclamações antigas de que o Banco do Brasil não age como banco de desenvol-vimento, e, sim, como banco comercial. Então, acredito que a audiência, independentemente da taxa que se está cobrando hoje – o Governo resolveu baixar – é oportuna para que possamos discutir de que forma tam-bém esses fundos têm que fomentar o desenvolvimento regional.

Então, não sou contra; muito pelo contrário. Apoio aqui a possibilidade desta audiência pública, mas quero colocar que essa foi a decisão desta semana, e já ajudam, em um momento de crise como esse, essas taxas definidas pelo Governo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradecendo a contribuição de V. Exª, Senador Wellington, é exatamente isto: precisamos aprofundar. De fato, depois que aprovamos aqui, no Senado Federal, um decreto legislativo, na semana passada, tornando sem efeito essa decisão do Conselho Monetário Nacional, o Conselho Monetário Nacional, na sexta-feira, se reuniu de forma extraordinária e publicou uma nova resolu-ção. Mas, ainda assim, imagine V. Exª que empreendedores com receita bruta anual poderão pagar 18,24% de juros ao ano. Consultando o nosso Senador e grande empreendedor, Blairo Maggi, que conhece isso mais que nós todos, quem for a qualquer banco pegar dinheiro com essa taxa de juros está liquidado.

Quer dizer, os fundos constitucionais estão e precisam estar disponibilizados para que sejam atrativos, e isso aqui não é juro atrativo. Então, acho que, ainda que o Conselho Monetário Nacional – e reconheço isso – tenha feito essa reunião extraordinária, em lugar de subir os juros 80%, subiu 60%. Isso não é possível em um quadro e em uma conjuntura como essa.

É isso que me parece tornar relevante o aprofundamento desse tema, até para o Conselho Monetário Nacional e o Poder Executivo saberem que estamos atentos, defendendo aquilo que V. Exª defende, que eu defendo, que é o apoio para que as regiões emergentes do nosso País possam ter acesso, direito e oportuni-dade de desenvolvimento.

Portanto, ainda que o Conselho Monetário Nacional tenha reduzido, isso não viabiliza. Muito pelo con-trário, até contraria uma decisão do Congresso brasileiro, que, ao constituir esses fundos constitucionais, o fez para tornar atrativos investimentos em tantas regiões do nosso País. Agradeço o concurso e a importante con-tribuição do meu estimado amigo, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, para também avalizar aqui o pleito do Senador Ricardo Ferraço acerca dos comentários do Senador Wellington, de fato, juros nessa ordem, nesses valores que o Conselho Monetário Nacional colocou, têm uma clara intenção, a de não emprestar, e não em-prestar para fazer superávit primário, porque empresário que toma juros a 18% ao ano, já em taxa mais baixa do que tinha aí, e fazer um empreendimento de longo prazo não tem atividade. Não há atividade que paga isso, não há *payback* nessa história.

Então, para mim, parece muito claro, Senador Ferraço, que, quando se faz isso, é para dizer que não se quer emprestar o dinheiro. Até porque, ao analisar o projeto, os bancos regionais chegam à conclusão de que não há viabilidade econômica com juros a 18% ao ano. Então, vale, sim, discutir aqui e fazer essa audiência que o Senador está propondo, porque os fundos constitucionais, como foi dito aqui pelos Senadores Wellington e Ferraço, são fundos de estímulo regionais ao desenvolvimento regional. Por isso, foram criados. E, aí, o Gover-no, em momentos de grandes dificuldades, tenta não repassar esses recursos e usa de subterfúgios como esse de juros altos para afastar o empresariado e não deixar que eles tomem esses recursos.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Ferraço, eu gostaria inclusi-ve, se for o caso, se ainda estiver a tempo, de subscrever seu requerimento, porque também, Sr. Presidente, uma grande indagação é a forma, a qualidade, o tipo de cliente que é atendido pelos fundos. Às vezes, existe um financiamento que a pessoa pede para se financiar a cadeia como um todo – desenvolvimento é isso; não adianta financiar só uma indústria, se essa indústria não fomentar a cadeia como um todo –, e aí os bancos, especialmente o Banco do Brasil, no caso da nossa Região Centro-Oeste, estão muito mais preocupados em saber se o projeto tem garantia do que saber se o projeto é inovador para a Região, se o projeto vem para pro-

mover o desenvolvimento da Região, a curto, médio e longo prazo. Pode-se ver também muitos projetos que são financiados, mas a cadeia não tem o seu desenvolvimento porque faltou o começo, meio e fim.

Por isso é que eu penso que seria importante nós discutirmos, com mais amplitude, além da taxa de juros, qual é o papel dos bancos que estão usando esse recurso destinado a promover o desenvolvimento e apenas atuam ali com uma visão muito mais comercial, principalmente na Região Centro-Oeste, onde militamos no dia a dia. Claro que, no Nordeste, existe o Banco de Desenvolvimento do Nordeste, já com mais capacidade, digamos, nessa linha; mas aproveito a oportunidade para deixar mais uma reclamação: está prevista, na Constituição, a criação do banco de desenvolvimento do Centro-Oeste, eu fui inclusive Relator da matéria, mas até hoje, mesmo sendo constitucional, não foi criado.

Como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Para cobrar esses juros, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sim. De qualquer forma, seria um instrumento, porque, quando o fundo fica na mão de um banco com visão comercial, é mais difícil ainda.

Então, a ideia seria exatamente...

E eu tive a oportunidade de relatar, ainda como Deputado Federal, a criação desse banco. Existia até a ideia de transformar o BRB num banco de desenvolvimento. Enfim, a resistência da Fazenda sempre foi muito grande. Tanto é que até hoje nós não temos o banco de desenvolvimento do Centro-Oeste.

E aí, Senador Ferraço, poderíamos até acrescentar essa questão do banco de desenvolvimento do Centro-Oeste, a discussão em torno disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Com muita honra, eu acolho, e, se V. Exª puder...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu também subscrevo, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se pudermos subscrever coletivamente, eu acho que poderíamos fazer aqui um debate de alta qualidade, para revisitarmos todos os procedimentos e instrumentos de desenvolvimento regional.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Estamos juntos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para mim, é uma honra ter V. Exª e todos os colegas nesse objetivo coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É uma discussão válida sobre a política de desenvolvimento regional, que está atingida, comprometida.

Em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 5, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que trata da reconstrução da BR 319 – Trecho Porto Velho (RO) – Manaus (AM), para incluir o nome do Senhor General GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, do Comando Militar da Amazônia, no debate da respectiva audiência pública.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, de 2016

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, com representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para discutir a proposta, apresentada pela Agência e submetida a Consulta Pública, de mudanças nas regras de direitos dos passageiros nos voos domésticos, entre as quais se incluiria o fim da franquia obrigatória de bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagem em até 24 horas.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos uma solicitação do Senador Blairo Maggi para que, extrapauta, tenhamos...

O Relator, na verdade, é o Senador Valdir Raupp, mas o Senador Blairo Maggi, na qualidade de Relator *ad hoc*, vai nos propiciar apreciarmos o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 24, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2011.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 24, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, passo à leitura do relatório a partir da análise que o Senador Valdir Raupp fez a esse projeto.

Consoante o inciso I do art. 104 do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre a matéria.

A proposição advinda da Câmara dos Deputados apresenta diversos dispositivos que trazem melhorias substantivas em relação ao projeto aprovado no Senado Federal.

Em primeiro lugar, busca-se fortalecer um dos mais importantes programas de eficiência energética do País: o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), que tem por finalidade promover a racionalização do consumo de energia elétrica no País, por meio de ações de combate ao desperdício e à redução do consumo de energia elétrica. Instituído há mais de 30 anos pelos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, o Procel tem alcançado resultados significativos, razão pela qual julgamos positiva a iniciativa de reservar 20% dos recursos para eficiência energética previstos no art. 1º da Lei nº 9.991, de 2000, para suportar o Procel. Dessa forma, garante-se a manutenção e a expansão dos atuais programas executados no âmbito dessa iniciativa.

Se o Senador Ricardo Ferraço quiser terminar a conversa dele, eu espero.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu peço desculpas, mas a culpa não é minha; é do Senador Petecão, que chegou aqui me provocando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Trata-se de uma vingança. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Como diz o peixe, “estou morrendo pela boca”. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado. Não tem nada não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

Antes de iniciarmos a audiência pública convocada para a reunião de hoje, eu quero fazer um novo apelo aos Srs. Senadores no sentido de que tenhamos a devolução de processos que se encontram com S. Ex^{as}, para que tenhamos aqui uma pauta mais robusta e o universitário possa se tranquilizar.

Informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado.

A presente audiência pública se destina à discussão da concessão da BR-163, no trecho Sinop (MT) – Miritituba (PA) – Santarém (PA), com especial atenção à questão tarifária.

O requerimento é de autoria do Senador Wellington Fagundes, juntamente com o Senador Paulo Rocha e o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Foi aprovado em 9 de março de 2016. Vamos ter a sua realização.

Convidamos a Sr^a Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Convidamos, ainda, Marcelo Bruto da Costa Correia, Assessor Especial do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), bem como Diógenes Alvares, Gerente da Área de Estruturação de Ne-

gócios da EPL; Ricardo Pinheiro, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e o Sr. Edeon Vaz Ferreira, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística, de Mato Grosso, Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), membro do Instituto Brasil Logística.

Agradeço o comparecimento dos convidados e, desde logo, concedo a palavra à Srª Natália Marcassa de Souza, Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes, para fazer a sua exposição, para o que disporá de 10 minutos, mais a prorrogação que se fizer necessária.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi; cumprimentar os meus colegas de Mesa, o Gerente Diógenes, da EPL; o Assessor Especial da ANTT, Sr. Marcelo Bruto; o representante Presidente da ABCR, Sr. Ricardo Pinheiro; e o representante da Aprosoja, Sr. Edeon.

Eu queria também agradecer e cumprimentar os Senadores Wellington Fagundes e Paulo Rocha pela oportunidade da discussão do projeto da futura concessão da BR-163, no trecho de Sinop a Miritituba, que é um assunto muito importante para o Ministério dos Transportes, e todas as demais autoridades presentes.

Eu serei breve, Sr. Presidente, farei apenas uma introdução, porque a pauta do requerimento é muito técnica, sobre a questão dos cálculos dos estudos. Então, a nossa equipe técnica vai ter condição de dar maiores detalhes sobre isso. Nós montamos uma apresentação com todos os detalhes. Depois, também, quem quiser continuar essa discussão conosco no Ministério, a ANTT e EPL, também vamos estar à disposição.

Só para termos um retrospecto da questão, a primeira fase do Programa de Investimento em Logística foi iniciada em 2012. Ele foi lançado pela Presidenta Dilma em 2012. E na parte de transportes, à época, em 2013, foram concedidas seis rodovias, que somavam, mais ou menos, cinco mil quilômetros em concessão, inclusive duas na região de que estamos falando, uma na BR-163, em Mato Grosso do Sul, e outra na BR-163, em Mato Grosso, que somam mais de 1,4 mil quilômetros de rodovia concedida à época.

Hoje, esses contratos já foram assinados e são uma realidade. Neste um ano e meio de contrato assinado e de realização de obras, nós temos, em números, 430 quilômetros de rodovia duplicada e entregues, nesse período de um ano e meio, e R\$8 bilhões investidos nesses contratos.

Então, o Programa de Investimento em Logística é uma realidade e já produziu frutos. Em sua segunda fase, encontra-se um dos projetos, que é o da BR-163, na continuidade Sinop – Miritituba, pois o Governo está dando especial atenção para o escoamento da produção pelo Arco Norte, que é uma região importante e que vai reduzir enormemente o custo logístico.

Eu vou passar a palavra agora para os próximos presentes a fim de que possamos entrar na questão de fundos, que é o modelo tarifário e de demanda do projeto de concessão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Srª Natália e concedo a palavra ao Sr. Edeon Vaz Ferreira.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Bom dia, Presidente; bom dia, Srs. Senadores.

Nós sabemos que, em uma concessão, a geração de pedágio impacta e muito no resultado econômico de qualquer atividade, mas também temos consciência de que se não fizermos a concessão, não teremos estradas. Portanto, nós temos duas situações. Em toda estrada que tem alto tráfego, é necessário fazer a concessão, pois o Poder Público não consegue fazer a manutenção adequada desses trechos.

No Mato Grosso como um todo, Sr. Presidente, estamos prevendo para 2024/2025 o tráfego de 46 milhões de toneladas de soja e 38 milhões de toneladas de milho. Somente no eixo da BR-163, são mais de 30 milhões de toneladas de grãos a serem transportados. Mato Grosso possui basicamente três grandes rotas em direção ao Norte do País: a da BR-364, para Porto Velho; a da BR-163, Miritituba – Santarém; e a das BRs-158 e 155, para Marabá, daí alcançando os portos de Belém e região.

A BR-163 vem se arrastando ao longo de décadas. Sua abertura foi concluída na década de 70, e ainda faltam pavimentar 104km para se chegar a Miritituba e 88km para se chegar a Santarém. Uma de nossas grandes preocupações é de que o processo da concessão venha interromper as obras que hoje estão sendo feitas pelo Dnit. Nós estamos extremamente preocupados com isso.

Por outro lado, o grande impedimento que nós teríamos para escoar a produção por essa região seria o dos terminais portuários, ou seja, as estações de transbordo de carga nos rios e também os portos. E nós vemos que a iniciativa privada está fazendo muito bem o seu papel. Na região de Miritituba, já estamos hoje com 10,5 milhões de toneladas de capacidade de transbordo e, até o final do ano, esse número chegará a 16,5 milhões de toneladas. Santarém já tem hoje capacidade de 5 milhões de toneladas, e até 2025 vai ter capacidade de 9 milhões de toneladas. Miritituba, até 2025, vai ter capacidade de 31 milhões de toneladas. Portanto, urge que nós consigamos concluir essa obra da BR-163.

Esta é uma visão das estações de transbordo de carga em funcionamento ou em projeto na região do Tapajós. Esta é uma das estações de transbordo de carga em funcionamento. Aqui, a ideia de uma estação de transbordo de carga flutuante, que está funcionando muito bem também. Outras unidades em franca construção. Esta unidade já está também em operação. Esta entra em operação até agosto deste ano. A Cargill, já ampliada, com 5 milhões de toneladas em Santarém.

Bem, qual é a nossa preocupação? Fazendo uma análise do PER, procurei resumir – e aqui está menor do que o encaminhado à ANTT, em função do tempo disponível.

Primeiro, não vimos no PER nenhuma exigência de reforço de capa, nos trechos implantados com 6 centímetros de CBUQ. O projeto original dessa rodovia é de 12cm de CBUQ. No entanto, em nenhum lugar, faz-se menção, no projeto, a esse reforço de capa.

O que nos preocupa? Preocupa-nos que a empresa assuma como está e, depois, venha buscar um reequilíbrio financeiro, o que é natural, pois não consta do projeto.

Há necessidade de adequação de localização de postos de pedágio em Novo Progresso e Trairão, no Pará, porque, nessas duas cidades, os postos de pedágio têm uma distância, um do outro, de mais de 200km, o que faz com que a tarifa, nesses pontos, seja superior a R\$20,00 por eixo.

Imaginem a situação do pequeno produtor, que mora ali, normalmente num raio de 50km dessas cidades. Quanto ele vai pagar de pedágio? Então, há necessidade de redimensionamento desses postos de pedágio.

A outra grande preocupação está no alto valor da tarifa-teto, colocado no projeto. Vejamos: efetuando uma projeção dos embarques, nas estações de transbordo de carga de Miritituba, em 2015, foram embarcados 2,9 milhões de toneladas de grãos, considerando os eixos, com um cálculo mais simplificado: caminhões de 40 toneladas com 7 eixos; e no retorno, com 2 eixos suspensos. Então, em 2025, já estaríamos, neste caso, com 25.500 eixos/dia.

Em Santarém, vamos ter mais 1.600, ou seja, em 2025, estaremos transportando por essa rodovia 33 milhões de toneladas. Estes 33 milhões de toneladas vão representar 27 mil eixos/dia.

Para nós, houve algum problema no cálculo – e foi aí que solicitamos à ANTT que fosse feita uma revisão desses números. Quando comparamos a situação da concessão Sinop-Miritituba, comparando com Rota do Oeste, que é duplicação da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop e com a CCR MSVias, que é a duplicação da divisa de Mato Grosso até a divisa com o Paraná no Mato Grosso do Sul, podemos ver que, no caso de Sinop-Miritituba, no projeto de 30 anos, vamos gastar R\$882,00 por um caminhão de nove eixos. Num projeto de 12 anos, R\$854,00. Enquanto, na Rota do Oeste, numa distância 855km, quer dizer, basicamente cento e poucos quilômetros a menos, dá R\$346,00 e, no futuro, a pista vai ser toda duplicada. Em Mato Grosso do Sul, também: com toda a pista duplicada, R\$495,00.

Qual é a nossa preocupação? A de que, quanto a esse valor aqui, quando a empresa concorrente fizer a sua oferta, ele não tenha dado os 50% de desconto, porque não sabemos qual o percentual de descontos que vai ocorrer no leilão e na licitação.

No caso da Rota do Oeste, houve um desconto de 52% na época. Agora, o que nos garante que esse valor vai ter esse desconto?

Então, pedimos que a ANTT reveja seus números, para que, quando for à licitação, for a leilão, vá com a tarifa-teto menor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Edeon.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Assessor Especial do Diretor-Geral da ANTT.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Bom dia a todos. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves Filho, em nome de quem todos os demais Senadores, e os demais colegas de mesa.

Gostaria também de agradecer ao Senador Wellington Fagundes pela oportunidade de debatermos esse projeto aqui na Comissão de Infraestrutura, fazendo a observação de que esse tem sido um dos processos de participação social – este projeto especificamente – mais ricos da agência.

Tivemos um processo de audiência aberto no final do ano. Houve três audiências públicas com participação muito grande, tanto em Brasília quanto em Santarém e Itaituba, e como estamos hoje num momento de análise de um conjunto enorme de contribuições que recebemos para esse projeto, enxergamos esta reunião como mais uma oportunidade de recolhermos subsídios e contribuições para avaliarmos e submetermos os estudos e o leilão, com o máximo de qualidade possível.

Queria solicitar, por favor, que passassem a nossa apresentação.

Vou fazer uma breve apresentação da estruturação do projeto e da etapa em que se encontra, e o Diógenes, da EPL, vai seguir adiante, entrando mais especificamente nos aspectos relacionados à demanda, que são as principais fontes de preocupação da Aprosoja.

Como todos sabem – o Edeon já falou aqui –, basicamente o projeto da BR-163 era de uma concessão de 976km, indo de Sinop até Miritituba. Essa concessão tem duas características que a tornam um projeto mais desafiador para a agência e também para a EPL, em comparação com outros estudos e projetos de concessão que nós temos estruturados.

Primeiro, é uma rodovia que ainda não está totalmente pavimentada, como o próprio Edeon mencionou. Ela tem aproximadamente 120km a serem pavimentados. Então, esse é um desafio em termos de estruturação de projetos, porque não há ainda uma demanda consolidada, com a via já em pleno funcionamento, como ocorre em geral com as demais concessões que nós até hoje colocamos para leilão.

Um segundo aspecto bastante desafiador – peço, por favor, para passar para o próximo eslaide – é esse eixo fundamental para o chamado Arco Norte, que tem alguns projetos adicionais, com algumas rodovias que também transportam carga similar na região, mas com alguns projetos previstos para implementação nos próximos anos, em especial no modal ferroviário, destacando por exemplo a Ferrogrão, que segue basicamente o mesmo eixo da rodovia.

Então, este é outro desafio em termos de estruturação de projeto: como tratar um eventual ingresso em operação de uma ferrovia que potencialmente poderá competir com a mesma carga que seja transportada pela rodovia BR-163. São características importantes e bastante desafiadoras em termos de estruturação de projetos.

Pode passar, por favor.

Os Municípios interceptados pela concessão são doze, a maior parte no Mato Grosso: Sinop, Cláudia, Itaúba, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá e Guarantã do Norte. No Pará: Novo Progresso, Altamira, Trairão e Itaituba.

Pode passar.

Nós tivemos esse processo iniciado em fevereiro de 2014, através de um procedimento de manifestação de interesses lançado pelo Ministério dos Transportes, no qual se candidataram e foram autorizados a desenvolver estudos para esse eixo um conjunto de vinte grupos. Ao final desse processo, que durou mais ou menos um ano e quatro meses, dois desses grupos de fato foram até o final, entregaram estudos para análise dos Transportes, da EPL e da ANTT; e o estudo escolhido, com base num critério técnico e bastante transparente desenvolvido pela comissão que julga as PMIs no âmbito do Governo Federal, foi o estudo da Empresa EcoRodovias.

Pode passar, por favor.

O estágio atual do processo. Como eu falei, boa parte dos temas levantados pelo Edeon têm sido objeto de análise e estudo, antes mesmo da submissão à audiência pública. Com o próprio Edeon, nós estivemos várias vezes em debate, antes, durante e agora depois também, na audiência pública, porque o aviso foi em fevereiro de 2014, a autorização saiu em maio, nós tivemos entrega dos estudos basicamente um ano depois. Entre maio de 2015 e o final do ano, houve bastante discussão da ANTT, da EPL e dos Transportes em especial sobre a demanda, como o Diógenes vai demonstrar com os setores afetados. Inclusive discutimos com o Edeon na oportunidade, e submetemos aquilo que entendemos que era mais apropriado, do ponto de vista dos estudos técnicos, nós recebemos.

E em 29/12, houve a audiência pública. Foram realizadas três audiências presenciais e recebemos ainda inúmeras contribuições, não só nas audiências públicas presenciais, mas também através dos diversos canais de comunicação que a Agência deixa ao público.

Atualmente, estamos na fase de avaliação. Como eu disse, foi um dos processos mais ricos e participativos que tivemos. O conjunto de contribuições é muito grande, várias com razoável complexidade. Estamos numa fase de análise, e continuaremos abertos ao debate até lá.

Vou passar a palavra ao Diógenes, para que ele entre mais especificamente na questão do estudo de demanda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes que V. Ex^a assuma a Presidência, concedo a palavra ao Sr. Diógenes Alvares, Gerente da Área de Estruturação de Negócio da EPL.

O SR. DIÓGENES ALVARES – Obrigado, Senador Garibaldi, pelo convite. Gostaria de agradecer aos demais Senadores e presentes.

Meu dever aqui é o de fazer uma apresentação estritamente técnica sobre o estudo de tráfego, mostrando aos senhores o rigor técnico metodológico utilizado para a construção do cenário de tráfego, que afeta obviamente as receitas da rodovia.

De forma bem rápida, sem querer adentrar com muito detalhe em cada um dos elementos, gostaria apenas de apresentar aos senhores a estrutura básica de um estudo de tráfego. Esse fluxo demonstra as principais etapas e a concatenação entre essas atividades, para, ao fim, ter-se a chamada curva de demanda.

O trabalho se inicia com os trabalhos de campo, que são as coletas de informação no campo, as contagens de veículos, as pesquisas de origem e destino e preferência declarada. Então, o trabalho todo se inicia com a coleta de informações primárias.

Após essa primeira fase do trabalho, passa-se à montagem da rede, ou seja, ao mapeamento da rede viária que afeta a região onde se localiza a rodovia. Isso é obviamente utilizado nos modelos de simulação, que são base para o estudo de tráfego.

Após essa etapa, é calculado o volume diário anual, o volume médio anual. Então, são feitas diversas transformações naqueles valores primários coletados, de forma a representar estatisticamente o que seria um comportamento anual desse volume de tráfego.

Obviamente, é feita toda a análise dos estudos coletados em campo, no que diz respeito às pesquisas de origem, destino e preferência declarada. Basicamente, essas pesquisas visam demonstrar o perfil do usuário que transita por aquele sistema rodoviário, bem como o comportamento que ele alega nas pesquisas. Isso é muito importante para alimentar os sistemas de simulação de tráfego.

Como passo posterior, é feita a alocação dessas viagens, com a concomitante verificação da localização das praças de pedágio, e aqui existe um trabalho técnico muito grande, visando obviamente buscar a localização mais adequada do ponto de vista da otimização das receitas da concessão, bem como em respeito às questões técnicas – localização geográfica, posicionamento de praça, respeito à equidade na distribuição do pedágio. Enfim, busca-se fazer com que o usuário pague a tarifa de pedágio a mais justa possível.

Por fim, o que se tem é basicamente mapeado o ponto de partida para o estudo de tráfego, passando para uma fase de extrapolação para o futuro. Então, aqui, existe um exercício técnico bastante complexo e robusto, que é prever, para os próximos 30 anos, o que deveria ser o comportamento da demanda.

Para isso, basicamente, o estudo parte para duas frentes: uma frente é o que se tem hoje, extrapola-se o que se tem hoje para o futuro; bem como associa-se à questão logística. Obviamente, no trecho da BR-163, isso se torna ainda muito mais importante por se tratar de um projeto que denominamos quase *greenfield*, ou seja, a rodovia ainda não foi implantada.

Então, o estudo logístico mostrando a capacidade futura de tráfego talvez seja o elemento mais importante. Esse é um elemento que o Governo, através das suas vinculadas, Ministério dos Transportes, ANTT, EPL, tomou um cuidado muito grande em colocar um estudo que fizesse sentido do ponto de vista logístico.

Passado esse introito, para mostrar aos senhores o rigor metodológico que foi utilizado – não sei se esse mapa está muito visual –, essa é a demonstração do posicionamento, ao longo do eixo da rodovia, de todos os postos de coleta de dados primários que foram utilizados. Então, essas contagens foram realizadas por uma empresa subcontratada pela EcoRodovias, chamada Comap, uma empresa conhecida já no setor rodoviário e essas pesquisas foram realizadas basicamente em dois meses do ano de 2014, junho e setembro.

As pesquisas de origem/destino e preferência declarada também foram realizadas praticamente nos mesmos locais de contato.

Aqui é só uma explicação em forma de tabela dos postos que foram utilizados, mostrando exatamente a quilometragem dessa rodovia onde foram instalados os postos de coleta de dados e onde aconteceram também as pesquisas de origem/destino e preferência declarada, mostrando o rigor técnico na coleta das informações, seguindo, inclusive, o termo de referência emitido na época do PMI, quando foram travadas algumas premissas básicas para respeito e entrega de um estudo robusto de demanda.

Aqui mostramos as quantidades de entrevistas. As pesquisas foram distribuídas tanto no Mato Grosso quanto no Pará, tanto no eixo da BR-163 quanto na BR-230, que é a famosa Transamazônica, e somaram 6.200 entrevistas, o que demonstra um número robusto de entrevistas visando coletar o perfil médio do usuário e o comportamento médio desse mesmo usuário.

Aqui apenas para mostrar que as pesquisas aconteceram em junho e setembro. Nós buscamos os dados de exportação de soja que mostram o comportamento de transporte no Estado de Mato Grosso.

O gráfico de cima demonstra soja. O gráfico de baixo é a exportação de milho. Conseguimos entender desse gráfico o comportamento sazonal dessas duas culturas, mostrando um pico basicamente no final do primeiro semestre, mostrando que, em junho, um dos meses onde foram feitas as contagens, pegou-se aqui basicamente o auge da safra de soja. Essa mesma pesquisa pegou o vale de milho.

Por outro lado, setembro pegou o momento de alta de milho e o momento de baixa de soja. Então, conseguiu-se buscar os dois momentos principais de transporte dos principais grãos agrícolas do Estado de Mato Grosso.

Então, para mostrar que, basicamente, devido a essa sazonalidade, o estudo conseguiu capturar os momentos mais sensíveis de ambas as culturas.

Aqui, também fruto do estudo, demonstra os principais pares origem/destino, mostra os principais fluxos.

Então, aqui focando em veículos pesados, podemos observar no estudo foi basicamente o fluxo entre Guarantã do Norte e Matupá. Então, o fluxo em relação a Miritituba ainda não foi evidenciado aqui, talvez pelo fato de que os projetos ainda estão em fase de amadurecimento.

Bom, e aqui acho que é o eslaide, talvez, mais importante que a gente gostaria de apresentar. Basicamente resume os números coletados dos estudos que foram apresentados tanto pelo PMI quanto pelo estudo adotado pelo Governo.

(Soa a campanha.)

O SR. DIÓGENES ALVARES – O estudo entregue pelo PMI revela este comportamento em termos de carga expressa em toneladas, aqui, que passará pela rodovia.

O Governo, EPL, basicamente, juntamente com o Ministério dos Transportes e a ANTT, tem uma preocupação muito grande em relação a isso, principalmente em se criar uma consistência nos estudos que existem associados ao Arco Norte. E, para tanto, nós decidimos que o estudo desenvolvido pela LabTrans, pela Universidade Federal de Santa Catarina, pudesse representar aqui de forma mais fidedigna esse comportamento, uma vez que é o estudo hoje utilizado para dimensionar e planejar todos os projetos no Arco Norte. Basicamente as ferrovias seguem os estudos preparados pela LabTrans, os *master plans* dos terminais, dos portos da Região Norte também seguem o mesmo rigor técnico desenvolvido pela LabTrans. E por uma questão de consistência, a gente entendeu como relevante se utilizar, no estudo logístico da BR-163, o estudo produzido pela LabTrans.

Então, é importante notar que existe uma diferença significativa de fluxo de carga entre o que foi adotado nos estudos e o que foi originalmente desenvolvido. Por uma questão de consistência, a gente adotou o estudo da LabTrans. Estamos falando daqui, em 2030, em uma diferença de 7 milhões de toneladas por ano.

Esse estudo, obviamente, tomou todas as precauções para diferenciar o que seria uma demanda captada pelo eixo rodoviário de uma demanda captada pelo eixo ferroviário. Até fiz questão de trazer aqui o mesmo estudo utilizado para a Ferrogrão, como o Dr. Marcelo Bruto apresentou, que é a ferrovia que também liga Lucas do Rio Verde a Miritituba, ou seja, corre praticamente paralela à rodovia, mostrando que existe uma diferença, de fato, na carga a ser transportada. Então, há uma diferença, a maior, por óbvio, uma vez que a própria vocação da ferrovia permite que ela transporte outras cargas, nas quais, basicamente, o setor rodoviário não tem condições de transportar. Por exemplo, a carga mineral, não faz muito sentido levar minério de ferro ou outros elementos minerais pela rodovia.

Então, essa é basicamente a diferença. E mostrar que este estudo foi o estudo que nós adotamos para a apresentação do projeto da BR-163.

Aqui, esse gráfico visa, basicamente, demonstrar qual é o crescimento médio dessa demanda dentro do estudo. Mostrar que, diferentemente de outros estudos rodoviários, nos quais há, na partida, uma fuga de usuários em função da impedância que o pedágio gera; as pessoas que, no começo, se assustam um pouco com a cobrança de pedágio e buscam rotas alternativas. Essa rodovia é diferente, a gente entende que ela é 100% atrativa de novas cargas e novos fluxos, por conta de uma demanda, obviamente, crescente e patente naquela região.

É sabido por todos que o custo médio do frete vai cair sensivelmente com a implantação desse trecho rumo ao Arco Norte.

Uma coisa que é importante apresentar aqui, senhores, é o crescimento médio evidenciado em 30 anos, nós estamos falando de quase 4% ao ano. O que demonstra a robustez desse projeto em termos de demanda agregada.

É importante verificar que, em outros estudos rodoviários, esse crescimento médio é muito inferior a essa rodovia. Nós estamos falando de veículos, VDMA, que é o volume médio, a quantidade de veículos que trafegam por essa rodovia. Quando nós transformamos isso em veículos equivalentes, ou seja, em eixos... Por que a gente tem que fazer essa transformação? Porque, basicamente, o eixo é que se transforma em receita. Os pedágios são cobrados em função de eixos e não em função dos veículos.

Portanto, aqui, a gente demonstra que esse crescimento é ainda mais parrudo. Nós estamos falando de quase 6% ao ano, uma vez que esse pulo, que nós temos aqui evidenciado, se dá em função da passagem de caminhões muito grandes – nós estamos falando aqui de caminhões de nove eixos, sete eixos, que são hoje os caminhões utilizados para transporte de grãos.

Então, isso reflete, exatamente, nesse que é basicamente o término da pavimentação, a condição *sine qua non* para cobrança de pedágio. Não faria sentido cobrar pedágio sem ter asfalto nem ponte construída.

Bom, aqui é basicamente muito técnico para mostrar o *mix* de veículos, então, a gente percebe que na partida a participação de veículos de sete, nove eixos sobre o total de veículos é pequena. Obviamente, porque aqui ele não refletiu a realidade que hoje já é Miritituba.

Lembrando que esse estudo foi feito em 2014, então, ainda não capturou todo o amadurecimento da região, e mostra que essa rodovia terá uma mudança de perfil logo no curto prazo. Ela passará a ter um perfil, majoritariamente, de caminhões de grande comprimento, de grande extensão. É o que está evidenciado no estudo.

Aqui embaixo é a mesma conclusão, só que por conta de um multiplicador que nós apresentamos.

Concorrência com outros modais, por óbvio que aqui existe uma concorrência intermodal com a Ferrogrão, a gente sabe que esses são dois projetos que concorrem pela mesma carga. Em princípio, na audiência pública que foi realizada pela ANTT, foram apresentados dois cenários. Um cenário de 30 anos, que é o cenário padrão que nós temos utilizado nas concessões de rodovias. Então, para esse cenário de 30 anos, a gente teria claramente uma concorrência com a Ferrogrão. E apresentamos também um cenário de 12 anos, que é um cenário que teria por objetivo exatamente evitar essa concorrência, sabendo, desde já, que a Ferrogrão concorre com o produto que é o produto principal da rodovia.

Então, no caso de concorrência por 30 anos, a ideia seria construir uma saída contratual para mitigar esse risco de concorrência. Enquanto que, no cenário de 12 anos, como esse risco cai sensivelmente, a ideia seria controlar esse risco via extensão da concessão.

Os fatores de impacto no valor do pedágio.

Presidente, eu peço desculpa, mas eu não perguntei ao senhor, no início, qual o tempo que eu teria para falar? Afirmo que já estou quase terminando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª pode continuar.

O SR. DIÓGENES ALVARES – Muito obrigado.

Uma coisa que é importante ressaltar para os senhores – e também não é o nosso desejo colocar tarifas elevadas, até porque, a gente entende a importância desse ramal ligando ao Arco Norte para redução do nosso custo Brasil – que existem elementos hoje fora do controle técnico que afetam sensivelmente as tarifas.

Um primeiro elemento é a elevação da remuneração dessas concessões, de forma a refletir um novo padrão de rentabilidade de custo de oportunidade que é exigido pelo mercado, isto é, não seria prudente colocar nesse tipo de projeto uma taxa de retorno muito inferior ao custo de oportunidade que hoje o investidor teria basicamente no título de renda fixa; a gente não conseguiria atrair potenciais investidores nesse processo. Então, esse elemento gera a elevação tarifária.

O outro elemento é o efeito do eixo suspenso, produzido pela Lei dos Caminhoneiros. A gente tem percebido, nas outras concessões, o impacto da ordem de 10% sobre a tarifa de pedágio. É um impacto muito relevante sobre os pedágios.

Só para explicar aos senhores que, hoje, o caminhão tem condições de levantar o eixo, quando ele passa vazio. Quando ele levanta o eixo, a concessionária não pode mais cobrar o pedágio por aquele eixo. Então, isso reduziu fortemente a receita da concessão, e isso, por óbvio, provoca um aumento na tarifa.

E, nesse caso específico da BR-163, esse efeito ainda é mais forte, é mais robusto, por conta da própria característica do setor se traduzir em um eixo de passagem de caminhões pesados. Para terem uma ideia, um caminhão hoje de nove eixos pode levantar até cinco eixos. Então, é como se um caminhão perdesse mais da metade da receita potencial dele, para os senhores entenderem como é sensível esse elemento.

Impactos que não estão presentes no estudo: o valor do cimento asfáltico de petróleo. O que é isso? É basicamente a principal matéria-prima para pavimentação e construção de pista. Esse elemento já teve, até dezembro de 2015, uma variação de quase 40%. Então, esse elemento afeta sensivelmente os investimentos do projeto, lembrando que esse nosso estudo tem como data base janeiro de 2014, portanto, ainda não reflete esses elementos.

E o próprio efeito do PIB – não é, senhores? –, como é sabido por todos, recentemente tivemos o anúncio do PIB 2015. E, infelizmente, apresentou comportamento negativo, em torno de 4%, foram exatamente 3,84% de queda. A própria ABCR está aqui, e o Dr. Ricardo, enfim, pode corroborar essa afirmativa, em que se verificou uma queda substantiva no tráfego de veículos pesados no País.

Estou quase no fim da apresentação, Sr. Presidente, e gostaria de mostrar que hoje a previsão é de sete praças de pedágio, num trecho de 976km, o que gera um trecho de cobertura do pedágio, de fato, elevado. E, conforme evidenciado pelo Dr. Edeon, entre Novo Progresso e Trairão, de fato, temos uma extensão bastante elevada. E o objetivo aqui foi tentar refletir nesta estruturação, nesse desenho das praças, a característica principal desse trecho, que é praticamente um corredor de transportes.

Obviamente, não podemos nunca esquecer as regiões que são afetadas, os usuários dos Municípios, mas o objetivo maior foi tentar reduzir tarifa. Quanto menos praças de pedágios colocamos, menor é a tarifa quilométrica. Então, o objetivo aqui foi tentar reduzir o impacto da tarifa, embora haja essa questão de colocar aqui eventualmente uma praça de pedágio para tentar reduzir ou diminuir a iniquidade.

E o que seria a iniquidade? Seria fazer com que é a pessoa que está ali no Município pague a tarifa mais justa possível para fazer esse deslocamento. Esse também é o intuito que colocamos no estudo.

Por fim, é só um resumo, isto aqui é sabido por todos: a tarifa-teto de referência, para o cenário de 30 anos, atualizado para janeiro de 2015, ficou em torno de R\$10; e, para o cenário de 12 anos, em torno de R\$9,73. Não é desejo nosso obviamente ter uma tarifa tão elevada, mas reflete um pouco a circunstância atual de governo e de cenário macroeconômico que, enfim, trouxeram elementos adicionais que oneraram essa tarifa de pedágio.

É importante lembrar que essa é a tarifa que vai para o leilão. Então, esperamos e temos a perspectiva de que esse seja, de fato, um projeto que vai gerar muita atratividade para o mercado obviamente, porque se trata de um potencial enorme de negócio. Por isso, espera-se deságio nesse certame, o que vai basicamente trazer para baixo a tarifa projetada.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado, Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de passar a palavra ao último convidado para fazer a sua exposição, eu quero fazer um apelo ao Senador Blairo Maggi e ao Senador Hélio José, para que formalizem as propostas de política pública para o presente exercício, porque o prazo é até final de março.

V. Ex^{as} já verbalizaram isso, mas não escreveram.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu fiz uma sugestão naquele dia.

Eu vou apresentar a sugestão, mas eu acho que a Comissão terá que decidir o que vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sei que V. Ex^a não quer se comprometer muito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bastante.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador, primeiro quero cumprimentá-lo, não havia dado bom dia hoje a V. Ex^a.

O apelo estará atendido. Ontem eu fui eleito Vice-Presidente da Comissão de Energia das Américas.

A discussão da questão das energias alternativas eu acho fundamental não só para o Brasil, mas para os países latino-americanos.

Com certeza, vou apresentar um calendário e uma proposta para discutirmos nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pinheiro, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

O SR. RICARDO PINHEIRO – Muito bom dia! Muito obrigado, Presidente.

A ABCR agradece muito a oportunidade de estar nesta Casa. Não é a primeira vez, mas temos tido esse contato aqui já mais frequente, e isso é importante, até para conhecer os trabalhos da Comissão.

Eu queria cumprimentar todos os meus colegas de Mesa, representantes do Governo, da sociedade aqui e da Aprosoja.

Quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento que redundou na nossa participação na discussão desta manhã.

Eu queria começar a minha conversa, mais ou menos, dizendo que a discussão está focada em um projeto que está sendo montado, sendo formatado, em fase de preparação, portanto a ABCR, representando as concessionárias, representa as concessões já existentes. Então, eu vou fazer um contraponto, simplesmente para mostrar um pouco o que é o resultado da ABCR nos 20 anos de concessão e todo esse lastro de dados que temos e experiência vivida num País, que nos autoriza, após todos esses elementos que aqui foram colocados, mostrar por que o programa de concessões é um programa de sucesso.

Então, acho que tudo que ouvimos aqui nesta manhã, o motivo de estarmos aqui discutindo detalhes da formatação desse projeto é o que dá a garantia depois de resultados.

Eu começaria com a exibição de um filme rápido, para mostrar os 20 anos do Programa de Concessões no País. Depois usarei o tempo restante para fazer algumas chamadas de pontos que eu considero mais ligados à discussão deste momento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RICARDO PINHEIRO – Bom, dito isso como pano de fundo, para a gente analisar os temas que estão aqui, eu chamaria atenção para alguns aspectos, a maioria deles já colocado: o programa recente de expansão da concessão está buscando uma maior integração do País, e todos estão rumando agora para o Norte

e para o Nordeste. A experiência brasileira é uma experiência numa área de alto índice de desenvolvimento, e eu diria que de uma concentração de cerca de 65% do PIB. Esses números já foram colocados, anunciados e, independentemente do que venhamos fazer em termos de concessão, se não fizermos mais nada, estão garantidos R\$50 bilhões de injeção na economia para os próximos cinco anos das concessões existentes.

Eu acho que isso é pouco explorado, a própria sociedade não conhece muito esses números. Mas, se nada for feito, já existe um comprometimento para coisas, porque os contratos são de longo prazo. Isso é importante dizer, porque são compromissos já assegurados, financiamentos já assegurados.

Um marco importante foi a ponte, porque, se nós estamos falando de 25 anos de concessão e, com a ponte, já estamos sinalizando mais 30, então, estamos falando de 50 anos de experiência neste País de concessão, é o que nos autoriza a continuar com o programa. Os avanços têm um embasamento na transparência das relações do poder concedente, das concessionárias, dos usuários. As concessionárias têm isso muito claro, e fazemos isso em nome e em delegação do poder concedente. As concessionárias têm um contrato, têm responsabilidades e conhecem muito bem essa relação.

Quanto aos dados, se fizemos um recorte dos investimentos realizados, das receitas obtidas do pedágio, investimento é o item de maior peso na aplicação dos recursos desses pedágios. Mas não podemos esquecer que, além disso, há despesas operacionais, e há tributos também que voltam para o Governo, entram na cadeia produtiva e produzem resultados.

Aqui um pouco de história, dos 20 anos, mas eu vou passar sobre isso mais rapidamente. Sobre a estrutura regulatória, tudo começa na Lei nº 8.987, de 1995. Então, isso está muito bem fundamentado, o programa tem um marco regulatório jurídico testado – isso é importante.

Eu trago alguns elementos para reflexão que acho que coincidem mais com a discussão desta manhã. Se eu fizer uma tentativa do caminho do edital até o contrato, e a fase que estamos vivendo é uma fase de discussão de edital ainda, olhando um pouco essa primeira fase, que é essa que estamos, sobre o caso do projeto de Sinop até Miritituba, o que está se buscando é exatamente, uma vez definidos os investimentos a serem realizados na rodovia, estabelecer qual é a tarifa de referência, qual é a tarifa projetada com essa taxa interna de retorno. Eu acho que toda a discussão desta manhã é acerca deste primeiro momento em que nós estamos, quer dizer, o que foi dito aqui pela EPL, confirmado pelo regulador e também referendado pelo Ministério, na pessoa Natália, Secretária Executiva, é que esse é o momento dessa discussão.

Qual é essa tarifa que, ao longo desse período, é capaz de contrapor esses investimentos que já estão definidos? Pergunto isso porque essa é a responsabilidade que vai ficar com a concessionária. Daí a nossa preocupação com essa discussão também, porque a concessionária entra no circuito e assume um leque de responsabilidades. E nasce com um contrato, definindo uma tarifa de referência. Daí para frente, são riscos. Existe uma série de riscos corridos. Estamos falando de projetar algo que tenha que perdurar por 30 anos. Então, eu acho que a segunda fase que está sendo prometida desse projeto está à frente ainda, com as várias empresas fazendo essa competição, tentando reduzir essa tarifa de referência, e a última fase, que é o contrato de concessão. Mas, só para pontuar, nós estamos ainda nessa fase, e foi aqui dito que esse encontro é da discussão da modelagem. Ou seja, em termos gerais, se eu tiver um contrato de concessão, o que a concessionária tem como responsabilidade são investimentos e despesas operacionais definidas numa lista, o conhecido PER, mas ela vai ter que fazer isso tudo com base em quê? Na tarifa de pedágio. E sabe que isso tem que financiar esses compromissos.

Essa equação financeira, que nos dá alguma segurança, é exatamente isso. Quer dizer, essas entradas, que nós estamos chamando “receitas de pedágio”, que se contrapõem às despesas do PER, têm toda uma política tarifária por trás, que é o arcabouço legal, o qual já comentamos, mas uma série de riscos. Então, quando aqui se discute o projeto de Sinop a Miritituba, a grande discussão desse momento aqui é o nível de tráfego. Então, as concessionárias vão assumir qualquer redução que seja feita aqui ou na fase de modelagem. Nós estamos atentos a isso. Está claramente posicionada aqui uma contribuição da Aprosoja, dizendo o seguinte: esse tráfego é muito baixo. E o Governo, a modelagem, aqueles especialistas que estão desenhando estão dizendo outra coisa: “Não, esse tráfego está dentro da minha melhor previsão”. Então, veja, nós vamos ficar bastante atentos às condições de contorno dessa definição.

Eu acho que, com isso, eu até encerraria esse momento e me colocaria à disposição, Presidente, para explorarmos um pouco mais esse ponto, que é onde se concentra toda a discussão da parte da manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. S^a.

Dando início aos debates, nós temos a prioridade dos autores dos requerimentos. E, no caso, o requerimento foi de autoria do Senador Wellington Fagundes e do Senador Paulo Rocha, mas, se eles quiserem ouvir os colegas antes, poderão abrir mão dessa prioridade ou não, porque nós só temos aqui inscrito, depois dos

autores, o Senador Blairo Maggi. É evidente que eu estou querendo proteger o Senador Blairo Maggi, claro, mas não sei se posso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Como ele achou que o senhor deu uma atropelada nele no começo, é uma forma elegante de o senhor poder consertar todas as coisas, então eu vou concordar com V. Ex^a. Ele pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Paulo Rocha confirma?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu queria inclusive que o Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ao contrário: o Senador Blairo Maggi e o Vice, porque ele tem muita importância nesse processo do que eu vou dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Na fala dele, com certeza, ele vai dar a solução também para nós lá do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tem a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Obrigado, Wellington.

Eu queria saudar todos os nossos convidados.

Não vou me estender muito ao falar da importância da rodovia BR-163, principalmente para o escoamento da produção para o nosso País. Agora, com o chamado Arco Norte, na infraestrutura, na questão dos portos para processar o nosso desenvolvimento, a nossa exportação para os grandes centros mundiais, nosso Estado está estrategicamente localizado: na saída do Rio Amazonas, bem na frente do Mercado Comum Europeu, vizinho do continente norte-americano e no canto da entrada do mercado asiático, através do Canal do Panamá. Por isso, é fundamental essa questão da logística e da infraestrutura, principalmente em relação aos portos. Nós temos consciência disso e sabemos da importância do nosso Estado nesse aspecto.

Também todos sabem aqui que é uma região que necessita da presença de governos, tanto do Governo Federal como dos governos estadual e municipal. O que existe na região foi construído pelos empreendedores que foram mandados para lá. É claro que há um pouco de presença do Estado, mas muito aquém das necessidades do nosso povo e da nossa gente. Essa visão de a Amazônia ser só floresta e água não é verdade. Há 20 milhões de habitantes dentro das matas, pessoas que querem viver bem e dignamente, como todos no Brasil.

Além de levantar algumas preocupações quanto à concessão, da qual sou a favor, o filme mostra a importância dos avanços e das conquistas que tivemos com a presença do setor privado nessas concessões. Sou a favor, inclusive da concessão nos portos, nos aeroportos, etc., para poder tirar esse déficit, já que, ao longo dos séculos ou dos anos, o nosso Brasil, o nosso Estado brasileiro não deu conta de resolver esses problemas.

Vou levantar umas questões quanto ao mérito da concessionária, mas, antes, eu queria concluir a minha intervenção sobre a questão do desenvolvimento. Por isso, quero provocar meu companheiro e parceiro Blairo Maggi. Falo isso porque ele é uma mistura de Senador e de grande empreendedor do setor. Nós sabemos da importância dos seus empreendimentos no processo de desenvolvimento do seu Estado e da nossa região.

Primeiro, como solucionar os problemas de infraestrutura nas travessias urbanas? Vocês sabem que essa é uma demanda muito grande. Por onde passou, o Ricardo, que é presidente de várias concessionárias, deve ter tido essa experiência. Como foi resolvida essa questão das travessias urbanas? É claro que vocês resolveram isso no centro-sul do País, onde as travessias urbanas são mais complicadas ainda. Mas lá existe essa questão, que é uma das reivindicações dos prefeitos. É claro que os prefeitos querem aproveitar o momento para também resolver o déficit do seu Município quanto à questão da infraestrutura. Geralmente, essas estradas passam no centro das cidades, porque são construídas ao redor, a partir da beira da estrada, e vão crescendo. Então, há essa questão da infraestrutura.

A outra questão é o problema da circulação ao redor das cidades, da circulação normal das cidades. O cara que mora a 10km da cidade e trabalha na cidade ou o cara que mora na cidade, mas tem uma roça ali perto e levanta cedo e vai de carro, etc... Como fica a questão da tarifa para esse pessoal?

Participei de um debate sobre essa questão em Itaituba e estou tentando ser aqui o porta-voz dos prefeitos – aliás, pedi que os prefeitos viessem para cá também, mas não deu tempo – em relação, digamos assim, a essas preocupações com a infraestrutura ao redor das cidades e com essa questão da tarifa da circulação normal, eu diria, da vida da população em torno da cidade e vizinha da cidade. Por mais baratas que as tarifas sejam, são R\$10,00 cada vez que o cara vai passar nessa estrada. Então, os prefeitos levantam muito, nessa questão, naturalmente, a preocupação da população.

Por fim, eu queria levantar exatamente essa questão do desenvolvimento da nossa região. É claro que não é papel do empreendimento resolver o problema da infraestrutura, mas, se tentarem reivindicar que o concessionário possa resolver os problemas dos déficits de infraestrutura da região – o que, obviamente, não é seu papel –, naturalmente, se a concessionária o fizer, vai ter que passar o preço para a tarifa.

Então, para nós da região – chegou o Flexa aqui, em bom momento –, a preocupação é com a questão do desenvolvimento da região. Ou seja, é bem exemplar essa situação de Itaituba. Isso está sendo pensado pelo Brasil, pelo Governo Federal, e, por causa dessa exigência estratégica do escoamento da nossa produção do Centro-Oeste do País, lá estão sendo implantados sete portos. Eu estive lá. São grandes empreendimentos, grandes investimentos. Está havendo um novo panorama em Miritituba, na beira lá, é verdade. Os grandes grupos estão se instalando no local. Mas nós estamos vocacionados ali para entreposto: a soja chega lá, no caminhão, entra em uma barcaça, que desce o Rio Tapajós e, depois, o Amazonas, e vai lá para Conde ou para outro porto que está sendo construído ali para entrar em um grande navio e ir embora.

Em Itaituba também está sendo pensada a construção de cinco hidrelétricas para produzir energia limpa, para produzir energia para o nosso desenvolvimento. Correto. Essa é a nossa vocação? Tudo bem. Mas o que nós pensamos como desenvolvimento para aquela região? Porque, junto com a hidrelétrica, vem logo o Linhão, para poder exportar energia para o centro-sul do País, onde se consome mais energia. Nada contra. Mas nós da região temos que colocar na mesa, nestes grandes debates aqui, a questão do desenvolvimento da região. Temos que saber ali como agregar ali valores, etc., para não ser apenas um entreposto ou, então, produção de energia para exportar para o centro-sul do País.

Estou dizendo isso para vocês aqui porque essa tarefa é nossa. É tarefa nossa dizer “neste momento, nós queremos isso, tudo bem, mas aqui nós queríamos também um empreendimento”. Quem sabe, por exemplo, o pessoal da Aprosoja não possa pensar em deixar um pouquinho do grão para verticalizar lá e entrar em uma cadeia produtiva através da ração ou se não podemos ter um polo de produção animal, com frigoríficos, etc.

Sei que é tarefa nossa apresentar um projeto para isso. Mas eu queria levantar essa questão exatamente para darmos a importância desse empreendimento. Eu sou a favor da concessão. No entanto, nós do Pará temos que colocar à mesa, com todo o respeito aqui ao nosso Blairo e a todos, que queremos agregar valores e alavancar o nosso desenvolvimento.

Como disse, nós não temos só rios, só florestas; nós temos 20 milhões de habitantes que também querem viver com a comodidade e a dignidade da vida moderna.

Então, era isso que eu queria colocar e quero já dizer ao Presidente que eu acho que seria oportuno, Flexa – e isto poderia ser iniciativa nossa, de nós dois, pois você sabe que eu não sou padrinho, que não gosto de ser padrinho de nada sozinho, mas esta é uma tarefa da nossa Bancada – entrarmos com requerimento, nós dois, ou até, quem sabe, o nosso outro Senador, Jader Barbalho, para a realização de uma audiência pública ou de um seminário de desenvolvimento a partir da Comissão de Desenvolvimento Regional daqui, do Senado Federal. Chamariamos o Governo Federal, o Governo estadual, os governos municipais e os empreendedores para um grande seminário para discutirmos esse desenvolvimento. Podemos receber bem ou ser habitat de grandes empreendimentos disso, mas não dá só para produzirmos energia, exportar para fora, para o centro-sul, e também sermos entreposto do nosso grande desenvolvimento do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu agradeço ao Senador Paulo Rocha e comunico o seguinte: nós vamos ter agora a intervenção do Senador Blairo Maggi...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O Senador Blairo pediu que eu falasse primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ..., do Senador Wellington e do Senador Wellington, nessa ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Acordo de bases.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Temos que respeitar. Depois desse acordo, nós teremos a palavra do Senador José Medeiros e do Senador Flexa Ribeiro.

Eu consulto se vamos fazer um bloco só e depois ouviremos a resposta dos expositores.

Então, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento, juntamente com o Senador Paulo Rocha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero saudá-lo e saudar todos os nossos companheiros Senadores aqui presentes e aqueles que aqui vieram, o Diógenes, re-presentando aqui... *(Falha na gravação.)*

..., porque o maior problema do Brasil é exatamente projetos bem feitos. Projetos mal feitos resultam, normalmente, em obras mal feitas. Então, o planejamento de uma obra é fundamental.

Quero saudar a nossa única mulher à Mesa, a nossa Secretária Executiva Natália, pela sua competência e também por estar sempre aqui à disposição da Comissão e de todos nós para tratar dos assuntos de interesse da infraestrutura.

Inclusive, Sr. Presidente, nós já tivemos uma audiência no Ministério, com os técnicos, com empresas interessadas na área, mas é importante, ao meu ver, esta audiência pública aqui, na Comissão de Infraestrutura, até porque daqui também poderemos tirar outras alternativas de promover o desenvolvimento sustentável, como falou aqui o Paulo Rocha, porque desenvolvimento é importante, mas, se ele não for sustentável, acaba prejudicando inclusive a situação das pessoas, principalmente dos nativos.

No caso da Amazônia Legal, lá na Região Amazônica, eu já ouvi aqui até um Deputado, num embate, dizer: “Olha, se vocês estão achando que nós vamos ficar lá na Amazônia lustrando cacunda de jacaré para turista tirar fotografia, não é isso, não! Nós precisamos nos desenvolver, nós precisamos de oportunidades”. E, claro, é extremamente importante o momento para a gente discutir, junto com uma obra que traz um impacto muito grande, junto com todo esse trânsito, que traz outros impactos...

Eu quero citar, por exemplo, no meu Estado, quando chegou a ferrovia à cidade de Alto Taquari, junto com a ferrovia, como acontece com as hidroelétricas, chegaram lá, uma cidadezinha muito pequena, dois mil homens para trabalhar, em uma cidade com mil e poucos habitantes... Imagine o problema social que ocorre! E fica, praticamente, nas costas do prefeito resolver problemas de saúde, de educação e outros assuntos que acabam refletindo dentro de um projeto como esse.

Temos o exemplo de Carajás. Como se começou aquela estrada com o viés de uma empresa pública, lá houve algum trabalho nessa questão do desenvolvimento regional. A empresa privada tem de ter a preocupação, claro, de cumprir o seu papel. E aí entra o Poder Público.

Penso, Senador Paulo Rocha, assim como todos nós aqui, como políticos, em buscarmos exatamente esses mecanismos que V. Ex^a coloca.

Quero saudar o Marcelo Bruto, que está hoje lá na ANTT e é uma pessoa que conhece bastante. Por isso, foi com entusiasmo que aqui votamos a sua indicação, exatamente porque V. S^a sai de uma área de planejamento e vai para um órgão finalístico em fiscalização e muito importante.

Quero saudar o Edeon Vaz, que, além de diretor da Aprosoja, trabalha conosco na Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, e o Ricardo Pinheiro, que representa aqui a ABCR.

Sr. Presidente, foi entregue para V. Ex^a, como foi entregue para mim, uma carta da Asantaq, Associação dos Servidores de Agência Nacional de Transportes Aquaviários, assinada pelo seu Presidente, Rafael Galvão de Santana, que mostra sua preocupação exatamente com a indicação do novo diretor da Antaq, já que venceu...

A Antaq é a agência que tem menos diretores, só três. E foi uma cruzada o que todos nós, a Comissão, fizemos no sentido de que o Governo concluísse ou indicasse os nomes para que tivéssemos as diretorias concluídas. A Comissão o fez, com muita celeridade, dando uma resposta rápida, e, felizmente, conseguimos ter todas elas ocupadas.

Agora, chegam aqui esses três nomes indicados. Também, já em curto espaço de tempo, já está sendo feita a leitura, e V. Ex^a está marcando para a semana que vem.

Essa estrada aqui... Ao mesmo tempo em que temos que discutir essa concessão, é fundamental essa questão da Antaq, porque também teremos, agora, as licitações dos portos, e foi exatamente a Antaq, nesse trabalho com os técnicos, com o Fernando, o Mário Povia e o Adalberto Tokarski, uma diretoria bastante unida e bastante coesa...

Então, venho aqui, mais uma vez, fazer um apelo para que o Executivo... E V. Ex^a poderia, inclusive, com sua influência, remeter, talvez, ao Executivo essa cobrança no sentido de completar a diretoria. Não estamos falando aqui do Diretor-Geral, mas de termos a diretoria completa. Se são três e está faltando um, já fica difícil. E todos eles são pessoas que têm muita... O Mário é de carreira. Por isso, aqui estamos defendendo a recondução do Mário.

Quanto à escolha do diretor, aí cabe ao Executivo. Todos os três têm competência. Já conversei com o Senador Blairo sobre a competência do Fernando, do Adalberto e também do Mário.

Sr. Presidente, quero aqui também fazer uma justificativa. Estava prevista a vinda do Deputado Pedro Satélite, para representar a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, mas ele me ligou para dizer que o voo teve problema e que não conseguiu chegar aqui.

O Deputado Pedro Satélite está em seu sexto ou sétimo mandato e é conhecido como Deputado 163. Ele é da região de Guarantã e era dono de empresa de transporte coletivo. Ou seja, ele foi um dos desbravadores quando aquilo lá era tudo estrada de chão. Ele até fechou sua empresa, dadas as dificuldades econômicas, mas é um lutador por aquela região.

Então, aqui fica registrada também essa posição do Deputado Pedro Satélite de defesa da BR-163 e, inclusive, de apoio a essa questão da concessão.

Quando foi feita a concessão da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, todos nós, mato-grossenses, o Senador Blairo, o Senador Medeiros e toda a classe política, sempre defendemos que essa concessão fosse feita. Principalmente pelo fato de a BR-163 ser o troncal, tudo que demanda a Amazônia tem que passar por esse trecho. Eu já repeti aqui que o trecho entre Rondonópolis e Posto Gil é o trecho que tem mais acidentes frontais do Brasil, segundo a Polícia Rodoviária Federal.

Então, falar aqui na BR-163 é falar no desenvolvimento regional e na integração com o Pará, que, para nós, é fundamental. São duas estradas: a BR-158, onde, felizmente, conseguimos concluir agora o trecho que vai até a divisa do Pará, de Vila Rica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

Do lado do Pará, já estava construído há muito tempo, mas faltava do lado do Mato Grosso. Agora, é claro, há o problema da reserva indígena lá, de que nem vamos falar aqui para não tirar o foco. No Mato Grosso, nós conseguimos concluir até a divisa do Pará, mas no Pará ainda há muita coisa por fazer. Por isso a nossa preocupação com que essa concessão seja feita o mais rápido possível.

É claro que a grande preocupação é com a tarifa, mas nossa outra preocupação, Sr. Presidente, é que estamos falando na concessão da rodovia, mas também estamos trabalhando e não queremos deixar aqui dúvida de que todos nós queremos também a construção da ferrovia. Não podemos permitir que uma concessão da rodovia possa ser impedimento para que o empresariado deixe de fazer a ferrovia. Ou seja, temos que encontrar a forma, a solução, que não sei se será sob a forma de subsídio... Daí a nossa preocupação com o preço da tarifa, porque não podemos nem imaginar haver uma licitação e ela ser deserta. Aí entra mais um componente – e acho que foi uma falha minha aqui não ter convidado o BNDES –, porque, para essas concessões, sem dúvida nenhuma, também é fundamental o financiamento do BNDES. E, no caso, hoje, dada a crise econômica, o BNDES andou colocando algumas dificuldades. Parece que houve um avanço agora, mas é importante essa garantia dos recursos do financiamento de longo prazo para que essas obras, que também são de longo prazo, possam ter a sua licitação e sucesso.

Eu quero, inclusive, dizer também que sou autor da PEC 39, de 2015, que visa exatamente que qualquer mudança na legislação das concessões tem que ser por lei complementar, ou seja, por quórum qualificado, porque não pode fazer uma licitação pensando em 30 anos. Muda o Presidente ou muda a visão e, daqui a pouco, então, muda-se tudo. Aí qual segurança jurídica as empresas teriam para fazer a concessão?

Por isso, quero aqui, inclusive, pedir a V. Ex^a, pela influência da Casa. Agora os blocos partidários e os partidos já elegeram as matérias prioritárias. E, no nosso bloco, essa PEC foi eleita como uma das prioritárias para tentarmos colocar em votação.

Então, não vou aqui me delongar mais ainda, mas a provocação de estar aqui nesta audiência, Sr. Presidente, é exatamente para que a população brasileira, o Parlamento e todos vocês que aqui vieram saibam que nós do Parlamento queremos ser parceiros para realizar. É importante para Mato Grosso, é importante para o Pará e é extremamente importante para o Brasil, porque estamos falando de uma das regiões que tem mais capacidade de aumentar ainda a produção.

Aqui, o Paulo Rocha falou sobre as passagens urbanas. Quando se fala em 12 anos, há uma preocupação, porque qualquer obra maior pode impactar muito na tarifa. Então, Natália, poderiam ser criados critérios, não sei como, inclusive, se for o caso de 12 anos, para que essas obras, principalmente de passagem urbana, que são mais onerosas, pudessem ser feitas por um compromisso do próprio Ministério dos Transportes.

Sr. Presidente, a maioria das travessias urbanas... Aliás, a estrada, no Brasil, tem sido importante para promover o crescimento e o surgimento de cidades, mas, por não haver uma regulamentação muito clara, normalmente, as cidades abraçam as rodovias, e aí vira um problema, inclusive, também de trânsito, de mortes e tudo mais.

As concessionárias, dentro das suas... O objetivo da concessionária é exatamente dar fluidez nas estradas. Então, normalmente, esses contornos, quando são construídos pelas concessionárias, já vêm com um critério muito mais rígido. Mas é importante que o DNIT e o Ministério dos Transportes comecem a fazer essas passagens urbanas.

E quero citar como exemplo a travessia urbana de Sinop, que tem 40 quilômetros, Sr. Presidente. Ou seja, a cidade cresceu ao longo da rodovia. Imagine construir hoje um contorno viário em Sinop. É quase impossível e a população não quer. Às vezes, também, não foram tomados os cuidados necessários para o crescimento da cidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E ainda é uma das melhores, porque, como foi uma cidade mais planejada, tem o espaço grande da duplicação. Mas imagine uma cidade de 140 mil habitantes ter uma travessia urbana de 40 quilômetros?! Isso tudo pesa na concessão, porque a concessionária, a Rota Oeste, que está lá hoje, tem que fazer até depois da cidade, o que impacta muito.

Há uma reivindicação dos prefeitos, principalmente no caso de Mato Grosso, para que o pedágio seja colocado na divisa do Estado, ou seja, logo após a cidade de Guarantã. Sabemos que o impacto é muito forte, como o Paulo Rocha falou, para a comunidade local, pois naquela região há uma comunidade de poder aquisitivo muito menor. Então, é um estudo que gostaríamos, Natália, ANTT, que fosse feito com muito critério. Caso contrário, poderemos ter um problema social muito sério naquela região.

Quanto ao polo de desenvolvimento regional, acho que cabe, sim, Paulo, promovermos uma reunião, chamarmos o BNDES, porque, ao se fazer uma obra como essa, não se pode ignorar a população que lá está. Então, seria oportuno em outro momento... E dá tempo ainda, quem sabe, até para alguma coisa ser questionada ou colocada na concessão.

Só quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que não sei se temos como criar algum mecanismo para que essas audiências públicas feitas para as concessões no Brasil atraíam mais a população. Já estive em muitas audiências públicas extremamente importantes, como no caso da minha cidade, Rondonópolis, onde se fez uma audiência pública para implantação do terminal da ferrovia, que é o maior terminal de ferrovia da América Latina, e o público presente foi inexpressivo. Aí, depois, quando fica pronta, vêm reclamar.

Assim, eu gostaria de aproveitar para chamar a atenção de todos os que nos ouvem, porque é importante que a sociedade saiba e tenha consciência de que é exatamente na audiência pública que o prefeito, os vereadores, a sociedade organizada, enfim, que os cidadãos podem colocar as suas angústias e as suas necessidades, pois, depois do contrato feito, fica muito mais complicado.

Portanto, quero aqui também, ABCR, cobrar um pouco mais de parceria das empresas no sentido de que o Parlamento possa apoiá-los e que as concessionárias possam vir mais para perto, para que, assim, possamos resolver essa angústia. Digo isto porque, às vezes, as concessionárias estão executando as obras e o Ministério Público ou um cidadão questionam achando que a concessão é apenas estar com a estrada boa. É claro que toda concessão não se limita apenas à estrada, pois há toda uma prestação de serviços a ser feita ao cidadão.

Sabemos, Sr. Presidente, que muitas pessoas, hoje, ao terem alguma doença, principalmente as parturientes, vão para a beira das rodovias concessionadas, já que a concessionária é obrigada a dar o atendimento de primeira ordem, o que impacta também nos custos das concessões, impactando, consequentemente, também nas tarifas.

Penso que a ABCR nem quis colocar este assunto aqui porque é polêmico, mas é importante que tudo isso seja previsto e analisado, porque a concessão é importante, mas a tarifa não pode inviabilizar aquilo que é também o seu objetivo, que é promover o desenvolvimento, principalmente na nossa região, na questão da carga.

Só o fato... Votamos aqui a Lei do Caminhoneiro, votamos sob pressão, mas é claro que a Lei do Caminhoneiro impactou inclusive as concessões existentes e com dificuldade de controle.

Então, será que nós adotamos o melhor caminho, inclusive para trazer estabilidade para as novas concessões ou para aquelas existentes no Brasil que, lá, de repente, tiveram de mudar aquilo que estava...? E aí vai impactar em tarifa e tudo o mais.

Então, são estas as considerações que eu gostaria que todos vocês comentassem, exatamente para esclarecermos a população que está nos vendo e nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Cumprimento a Natália, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, o Diógenes Alves, da EPL, o Marcelo Bruto, da ANTT, o Dr. Ricardo Pinheiro, da ABCR, e o meu amigo Edeon Vaz, diretor da Aprosoja e nosso companheiro do Mato Grosso de 35 anos de busca de estrada.

Presidente, ouvi atentamente a colocação do Senador Rocha, a do Senador Wellington e as explicações aqui colocadas. De fato, essa rodovia tem mais de 50 anos de discussão. Acho que talvez um pouco mais. Os paraenses que moram naquela região – o Senador Flexa é de lá também – cobram uma finalização dessa rodovia há muitos anos. Eu, em 1999, fiz um movimento junto com os produtores de Sorriso, de Sinop, da região norte de Mato Grosso, e descemos com 78 caminhões carregados de soja, com alguns caminhões carregados com trator, com motosserra, com madeira, para arrumar as pontes e os buracos, e chegamos a Miritituba para

mostrar que era possível sair com soja por aí. Levamos essa soja até Miritituba e, depois, carregamos em barcaça para Itaqui. Subimos mais 800 quilômetros de rio para descarregar no porto que tem lá em Itaqui.

Mas, no caminho, em cada lugar a que nós chegávamos era uma festa, com foguetes, discursos, muita esperança, mas com muita cobrança. E uma das cobranças que eu recebi naquela época, que me marcou muito, foi a de uma senhora que, numa carta, dizia que ela tinha ido para lá em função do chamado do governo militar da época para ocupação da Amazônia. Ela saiu do Rio Grande do Sul e foi para lá. Ela disse que fez a parte dela, mas que o Governo não fez sua parte. E lá ela enterrou sua juventude, enterrou filhos, enterrou o marido e perdeu sua vida, sem conseguir ascender social e economicamente como aqueles que ficaram em Sorriso, em Rondonópolis, em Lucas do Rio Verde, que ficaram no Mato Grosso ou ficaram no “mais limpo”, vamos dizer assim, onde já havia estrada. Então, essa é uma dívida que o País tem com essas pessoas que lá estão. Se você olhar cada um deles de frente, você vai sentir que o País tem essa responsabilidade.

Então, nós vimos brigando por isso há muitos anos. Já tentamos também, pela própria Aprosoja, há anos, de forma privatizada, fazer essa estrada também. Na época, chegamos à conclusão de que os pedágios não seriam suficientes para pagar essa conta, uma vez que o movimento não é muito grande e os investimentos são bastante grandes. E chegamos agora, então, depois de muita luta para fazer com que essa estrada fosse construída pelo Governo... E hoje ainda faltam 100 ou 120 quilômetros, por aí, para concluir. E a iniciativa privada, já na ponta, em Miritituba, em Barcarena, em Santarém, em Santana também, já tem somado em investimentos feitos, já realizados, mais de R\$5 bilhões, valor que foi usado para a construção de barcaças, empurradores, portos fluviais, tanto na ponta de chegada como na outra. Então, os investimentos, por parte da iniciativa privada, mais uma vez, avançaram além daquilo que o Governo fez.

Nós tivemos muita falta de sorte na construção dessa BR-163, porque várias empresas quebraram. Não podemos colocar a culpa só nas empresas, pois construir uma estrada na Amazônia é muito diferente de construir uma estrada em qualquer lugar do Brasil. É mais caro, é mais difícil, o clima é complicado, e, muitas vezes, os preços que são colocados para licitação querem levar em conta os mesmos preços das outras regiões, e aí, obviamente, as empresas mais fracas acabam, por querer dar um preço menor para participar, não conseguindo concluir. E a gente vai ficando lá, vamos sendo enrolados... E, mais uma vez, a iniciativa privada vai em frente e o Governo não consegue acompanhar.

Então, mais uma vez, nós viemos da questão da privatização ou da concessão.

Eu sou totalmente favorável à concessão de qualquer serviço público. O Governo não tem que ser dono de rodoviária, de aeroportos, de nada. Ele tem que regular. Para isso, estão aí as agências reguladoras, que ficam olhando... Se está certo, tudo bem; se não está, vá lá e faça o serviço que tem que ser feito. Tem até a forma de se tirar a concessão, se for o caso, em uma situação mais drástica.

Mas o fato é que, nesse momento, então, nós estamos pensando nessa concessão, mas me preocupam um pouco os preços aí colocados e levantados para o início dos leilões. Se as empresas que forem participar vislumbrarem aquilo que nós, da iniciativa privada, que mexemos com a soja, com milho, os exportadores, os produtores... E, como disse o Edeon aqui, os números são diferentes daquilo que está no papel, daquilo que nós imaginamos que possa ser, mas que possa ser daqui a pouquinho mesmo, não é muito tempo. É começar a funcionar e as coisas começarem a mudar.

Então, se as empresas não tiverem essa percepção e não derem um bom desconto, mas um bom desconto mesmo, de 50% ou mais – tem que ser de 60% ou mais –, corre-se o risco de esse projeto não ficar de pé, porque Mato Grosso... Ali em Cuiabá há um marco que se diz que é o centro geodésico da América do Sul. Isso significa que, para onde quer que andemos, estaremos equidistantes do norte, do leste, do oeste, do sul. Para qualquer lugar a que nós formos, é longe. Então, qualquer distância que você economiza pode ser determinante para que esse projeto funcione.

Por exemplo, nas contas que estão aqui colocadas, esse pedágio vai custar algo entre R\$20,00 e R\$25,00 por tonelada de carga transportada. Isso é muito dinheiro! É muito dinheiro! O projeto, quando iniciou, tinha a ideia de economizar algo como US\$30,00 por tonelada. O dólar, na época, estava a R\$2,00 por aí. Então, nós estamos falando de R\$60,00. Ora, quase a metade está indo no pedágio. Como nós temos outras alternativas, como a ferrovia, que vem para Santos, a partir de Rondonópolis, da ALL.

A ALL é uma ferrovia privada regulada pela ANTT, mas quem a regula mesmo é o mercado. Ela põe preço de frete em janeiro e ele vai até janeiro do outro ano. Há momentos em que ela é mais cara, em que custa mais caro transporte ferroviário do que o transporte rodoviário de caminhão, e as empresas, como tem que fazer *take-or-pay*, como têm que fechar contrato ano a ano, muitas vezes não conseguem aproveitar essa baixa de frete.

Então, a própria ALL pode ser um risco bastante grande para o projeto dessa BR-163. Por quê? Eles devem ter muita margem. Se eles baixarem a margem de lucro deles por necessidade para não perderem a carga

do norte, eles vão drenar a carga do norte para Santos, e esse empreendedor aqui vai ficar, literalmente, como nós falamos, chupando o dedo.

Trata-se de um projeto superimportante, necessário, mas que tem essas particularidades e peculiaridades que devem ser observadas. Então, eu espero que os detentores, que aqueles que farão os *bids* para fazer essa aquisição da concessão tenham em mente que esse é um projeto que não reflete aquilo que está no papel, pelo levantamento que está aí. Há muito mais carga, há muito mais possibilidades, e é preciso, então, começar com um preço mais baixo para poder ser competitivo.

Outro problema que nós temos... E sempre, Senadores, é um problema quando se tem mais de uma solução para um problema. Nós temos a possibilidade da construção de uma ferrovia também, liderada por empresas que são do ramo, que são do negócio e que estão propondo ao Governo a possibilidade da construção de uma ferrovia. Ela é altamente interessante, economicamente interessante, e vem competir com essa com essa modalidade.

Então, é duro se tomar uma decisão em cima do mesmo produto para duas soluções. Temos que ter um pouco de cautela, novamente, na questão da concessão. Penso que devemos seguir adiante, pois, se não tentarmos, não vamos saber o final disso aí.

Para finalizar aqui a provocação do Senador Rocha, a questão da verticalização da economia do Pará.

No caso dos grãos que são transportados por aí, uma das grandes apropriações que o Pará terá é o consumo de energia, o consumo de combustíveis. Os motoristas, os empurradores, os barcos todos serão abastecidos no Pará. Não faz sentido abastecer isso em Mato Grosso, uma vez que há que se levar o óleo diesel para abastecer em Mato Grosso. Então, toda a força de capturar o ICMS dos combustíveis, de energia e de outras coisas ficarão no Pará. É um ganho substancial para a economia paraense.

A questão da verticalização com grãos na ponta é possível, mas terá que vir na esteira de uma nova reforma de outro processo industrial no Brasil. Hoje, nós não privilegiamos, nós não cuidamos um pouco da questão da industrialização dos grãos brasileiros. O Brasil vende muito grão *in natura* e vende pouco produto processado. Mas isso é porque nós não temos competitividade no mercado internacional. Outros países dão grande subsídios, outros países até criam barreiras para você não entrar com farelo de soja, não entrar com óleo degomado, com óleo, lecitinas e outras coisas que podem ser feitas, porque eles querem que sejam feitos lá. Então, há uma briga nesse sentido.

Mas se, em determinado momento, houver uma mudança da política industrial no Brasil, não tenham dúvida nenhuma de que isto ocorrerá: indústrias em Barcarena, indústrias em Santarém, indústrias em Santana. Em Itaituba, não faz muito sentido, porque teria que se transportar grãos, farelo e óleo. Quer dizer, dois modais para a mesma mercadoria, e você não perde nada no processo. Então, sempre é bom fazer na ponta esses negócios. Então, isso vai acontecer.

Agora, Senador Rocha, eu gostaria de chamar a atenção dos dois Senadores do Pará para a questão da energia. Está tramitando aqui um projeto, de autoria do Senador Acir Gurgacz, de que eu fui Relator, que nasceu quando nós fizemos a primeira visita a Jirau e Santo Antônio e que prevê que a distribuição do ICMS não seja feita só na ponta do consumo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas há um projeto tramitando... Inclusive, o Senador Jader pegou esse projeto na Comissão para ser Relator e ainda não o devolveu. O projeto prevê que 50% da energia produzida por hidroelétricas que estavam entrando em produção até 2013, algo assim, fiquem no Estado de origem. Nada mais justo do que isso! Não é possível que você mande todo seu dinheiro embora, que você fique sem nada, que você seja só uma base, como você falou, de produção! Então, nós temos que trabalhar isso, que não judia, que não cria nenhum problema com ninguém, já que estamos falando da divisão do futuro, não da divisão do passado, porque, realmente, se você fizer hoje uma mudança na cobrança do ICMS do consumo para a origem, vai ser uma quebraadeira geral em todos os Estados. Então, temos saídas, e as discussões estão aqui dentro mesmo.

Então, voltando ao assunto da BR-163, precisamos levá-lo adiante. E aqui faço um pleito, Natália. Sei que vocês estão cuidando muito desse assunto junto ao DNIT, mas vocês têm que dar prioridade para a gente terminar esses cem ou cento e poucos quilômetros que faltam lá. Olha, é um sofrimento! É caminhão atolado, é caminhão tombado, é gente doente nas rodovias... Quando a gente conta para os nossos colegas agricultores dos Estados Unidos e da Argentina o que a gente faz para tirar grãos do Brasil, ninguém acredita. Dizem: “você são loucos!”

Primeiro, estamos a quase dois mil quilômetros dos portos, a mil quilômetros; segundo, é preciso puxar, Senador Rocha, os caminhões por trator nas subidas, porque eles não andam... Não tem estrada. É um negócio

hercúleo. Eu acho que, se fizessem um filme, com certeza, ganharia o Oscar, porque não é possível tanta desgraceira para o produtor brasileiro, principalmente para o mato-grossense daquela região lá.

Então, faço um apelo à Secretária. E não estou fazendo um apelo para que você comece, certo? Eu sei que o seu empenho, que o empenho do Ministério é bastante grande, que é prioridade, mas muitas coisas não dependem só de vocês, pois dependem de terceiros, e eu sei que tem sido assim. Mas eu gostaria de pedir aqui, encarecidamente, que você olhasse não só para o produtor Blairo, para a Maggi, para a Bunge, para a Cargill, que estão lá, mas que olhasse para os motoristas que estão lá.. Coitados! Eles entram com um caminhão bom de um lado e voltam para o outro lado com ele todo despedaçado. Então, ninguém ganha nada com isso. Eu acho que só os borracheiros é que estão ganhando arrumando os pneus, porque o resto não fica com o produtor, não fica com o caminhoneiro, não fica com o transportador, mas fica na ineficiência do nosso País e da falta de condição de infraestrutura.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi. Está inscrito o Senador José Medeiros, mas S. Ex^a não está presente. Então, vamos ouvir o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, o Senador Paulo Rocha pede a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, eu queria que o senhor me liberasse. Não é desatenção aos nossos convidados ou, muito menos, ao Flexa, que vai falar agora, mas é porque eu, realmente, como Líder da Bancada, tenho que sair.

Quero agradecer a atenção e dizer que a nossa aliança aqui entre Pará e Mato Grosso está fechada para que nós, com o apoio de nossos órgãos de Governo Federal, possamos processar as mudanças lá no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Se V. Ex^a não tiver nenhuma pergunta a fazer agora, o Senador Flexa Ribeiro fará todas as perguntas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, eu sei, eu entendo as tarefas do Senador Paulo Rocha, que, como Líder do PT, está numa situação muito complicada. Se o dia tivesse 48 horas, ele não teria tempo de resolver todas as pendências.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu gostaria que ele dedicasse dez minutos para nos ouvir e defender como defende – quero registrar isto aqui – o Estado do Pará, do qual é parceiro, mas ele está colocando a questão partidária acima do interesse do Estado. Eu pediria que ele ficasse, mas eu entendo.

Que Deus o abençoe e o ilumine, porque é difícil a missão de S. Ex^a.

V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, verifica que nesta audiência só havia Senadores de Mato Grosso e do Pará e um Senador de Mato Grosso do Sul, que era o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, ele é do Mato Grosso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ah, o José Medeiros é do Mato Grosso! Então, só estavam presentes Senadores do Mato Grosso e do Pará.

Eu quero saudar todos os convidados. Não o farei nominalmente porque todos já foram citados e porque, quando o Senador Garibaldi me dá a palavra, já restringe o tempo. Embora o Senador Paulo Rocha e o Senador Blairo Maggi tenham nos dado uma aula com tempo livre, espero poder, primeiro, dizer que tenho as mesmas preocupações e que apoio tudo que foi dito pelo Senador Paulo Rocha, pelo Senador Blairo e pelo Senador Wellington Fagundes, que me antecederam.

Eu sou defensor, Senador Garibaldi Alves, do Estado necessário. Para mim, não existe, Senador Blairo, Estado máximo e Estado mínimo, tem que ser Estado necessário. Ele tem que estar aonde a iniciativa privada não vai. Aí, a nossa região, lamentavelmente, não levada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lógico! Lógico!

Eu não diria que nós ainda estamos lá na Idade da Pedra, mas que nós estamos querendo chegar ao desenvolvimento. É difícil os projetos se manterem economicamente lá porque não há fluxo, não há retorno comercial. A iniciativa privada não faz bondade, não faz caridade. Ela vai colocar os recursos onde houver retorno. Eu tenho dito que alguém pode defender tanto quanto eu, mas ninguém defende mais que eu as concessões ou privatizações onde a iniciativa privada pode ir. É o que o Senador Blairo colocou aqui. Agora, onde não há essa possibilidade, o Estado brasileiro tem que estar presente. É o caso da BR-163, como disse o Senador Blairo, há décadas. Isso vem dos governos militares. Nós estamos falando lá da década de 70. Já se vão quase 50

anos, e nós não conseguimos acabar uma estrada. Eu não lembro em que data abriram a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá. Foi na década de 70. Então, são 50 anos para fazer uma estrada.

Se fosse hoje, Senador Blairo, não faríamos mais a estrada, porque, no Brasil, lamentavelmente, não podemos dissociar as duas coisas: não podemos falar em meio ambiente se não falarmos em desenvolvimento. Acho que deveria haver um ministério só de desenvolvimento e meio ambiente. Os dois têm de estar juntos para que tenhamos, como foi dito aqui, desenvolvimento sustentável.

Hoje, abriríamos uma Belém-Brasília, como fez Juscelino Kubitschek, que ligou a Amazônia ao resto do Brasil? Faríamos isso hoje? Duvido. Abriríamos uma Santarém-Cuiabá? Abriríamos uma Transamazônica? Duvido.

Para asfaltar a Santarém-Cuiabá, a então Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, para permitir que o Ibama desse a licença para fazer o asfaltamento, porque a estrada já estava aberta, como disse o Senador Blairo...

Em que ano, Senador Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Em 1999.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele, em 1999, fez uma caravana que saiu de Sinop e foi até Miritituba.

Todas as vezes, com todo o respeito e admiração que tenho pelo Senador Blairo, eu coloco...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a era um menino nessa época. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu ainda não tinha nem nascido, Senador Garibaldi. Eu era projeto nessa época.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Blairo colocou isto com propriedade. Ele fez essa caravana em 1990, consertando pontes, atravessando atoleiros, mas chegou.

Eu só faço uma correção ao meu amigo, que considero paraense, porque ele ajuda... Ele é um grande empresário brasileiro. Sabem e reconhecem todos os plantadores de grãos do Mato Grosso que a saída natural e economicamente viável para dar competitividade à exportação é pelo Pará. Isso é inexorável! Não há como não ser.

Lamentavelmente, o Governo que aí está levou 12 anos para entender, Senador Blairo, que era preciso fazer concessão. Mudou de nome. Como sempre, apelidam as coisas. Era privatização e mudou para concessão. Tanto faz. Tanto faz como tanto fez, mas que se faça. E não se faz concessão no Brasil desde 2004. Estamos em 2016. Já se passaram 12 anos.

Portanto, Senador, eu defendo isso, mas é preciso manter-se economicamente viável, e são poucas as rodovias no Pará que têm isso. Essa é uma que pode ser viável, Senador Blairo.

A parte da BR-163 no Estado de Mato Grosso já foi concedida. O trecho de Cuiabá até a divisa já foi concedido, divisa do Pará com Mato Grosso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pronto. Para trás, então? Para frente, não. Então, é preciso conceder para frente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – De Sinop até...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De Sinop até... Não, é essa que está em estudos. De Sinop até Miritituba, não, mas até Santarém. Essa é a correção que faço ao Senador Blairo Maggi, e quero fazer aos senhores que estão tratando da questão da concessão. Não há como fazer a concessão, e isso é uma questão de Estado. Não é uma questão econômica, mas de Estado, do Estado do Pará, para o desenvolvimento do nosso Estado, que a concessão seja de Sinop a Santarém, passando em Miritituba. Então, não pode parar em Miritituba.

Nós, paraenses, não vamos aceitar isso, e é bom que fique claro desde agora aos senhores que estão tratando do assunto... A audiência fala em concessão da BR-163 no trecho Sinop-Miritituba-Santarém. Está tratando de Santarém. Ela tem que ir até Santarém. Ela não pode parar em Miritituba.

Esse é um ponto.

O Senador Blairo deu uma aula a todos nós, porque, além de competente Senador, um expoente aqui no Senado, S. Ex^a é, como eu disse, um grande empresário, o maior produtor de grãos do Brasil, e hoje exporta pela hidrovía que ele induziu a tornar-se realidade, que é a Madeira-Mamoré.

E o Senador Wellington falou aqui dos indicados da Antaq. Quando o Senador Wellington fez referência à Antaq... Eu também recebi aqui cópia do pedido da Associação dos Servidores da Antaq de apoio às indicações que foi encaminhado ao Senador Garibaldi, Presidente, que a fez chegar aos Senadores. Só que ele só se refere, Senador Garibaldi, aos portos. Cadê as hidrovias, Senador Blairo? A Antaq tem que tratar dos portos in-

ternos. Mas e as hidrovias? Não cita. Nem no ofício que pede apoio aos indicados para a agência a associação fala em hidrovia. E o Brasil está perdendo espaço no comércio internacional porque não implanta as hidrovias. Agora mesmo, o Senador Blairo já navega com barcas de 20 mil toneladas...

Peço que, se eu estiver errado, me corrija.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – De até 30 mil toneladas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De até 30 mil toneladas. Ele já fez um trajeto experimental indo até Miritituba, com 30 mil toneladas. De Miritituba, ele foi até Barcarena. Em Barcarena, ele vai passar para navio e vai exportar de lá.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Senador Flexa, é isso que já se está fazendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exato. Exato.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Dois milhões de toneladas no ano passado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pronto.

Então, como eu disse, ele...

Lá atrás, Senador Garibaldi, quando o saudoso Senador Eliseu Resende foi o Relator da revisão do Plano Nacional de Viação, há uns sete ou oito anos, eu fiz duas emendas ao projeto. Uma estendia a Ferrovia Norte-Sul, que ia até Barcarena, até o Porto de Espadarte. Ela parava em Barcarena, mas o porto final era o de Espadarte. Hoje já não é mais o de Espadarte, mas o de Colares, um porto com melhores condições de calado do que o de Espadarte. Lá atrás, disseram que o Pará não tinha porto com calado suficiente para navios de 300 mil toneladas, que hoje já nem estão mais sendo usados, mas tinha. Nós perdemos o bonde da história na implantação do Projeto Carajás.

Mas é importante dizer... O Senador Blairo Maggi tem razão com sua preocupação em relação ao valor do pedágio.

Eu, lamentavelmente, estava numa audiência externa tratando de assuntos do Estado e não pude ouvir as palestras, mas pediria a V. Ex^a que encaminhasse aos Senadores da Comissão cópia das palestras para que a gente pudesse tomar conhecimento delas.

É importante, e o Senador Blairo sabe disso, que a saída por Barcarena diminui a distância e dá competitividade aos grãos pelo encurtamento do trajeto marítimo, em dias de navegação. Saindo de Barcarena, vai para os Estados Unidos ou vai para a Europa ou vai para a Ásia, agora, pelo Canal do Panamá, que está na porta da Ásia. É só virar à esquerda e está de frente para a Ásia. É inexorável. Eu não tenho dúvida de que o Pará, daqui a 50 anos, será um dos Estados mais importantes da Federação brasileira, e o Senador Blairo está nos ajudando nesse aspecto.

O Senador Paulo Rocha tem toda razão quando diz que o Pará não pode ser um corredor de exportação. Passam quantas mil carretas por dia, Senador Blairo, hoje? Mais adiante, quantas serão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou perguntar aos universitários.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Hoje, já são mais de mil carretas por dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por dia. Então, imagine...

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Em 2025, vão ser 7 mil carretas por dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pronto. Então, imaginem, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, Senador Blairo, o que são hoje – hoje –, com toda a precariedade que ainda existe na Santarém-Cuiabá, mil carretas passando por dia. Imaginem em 2025 – eu acho que vai acontecer antes –, Dr. Edeon, 7 mil carretas passando pela estrada.

Então, a estrada, na sua concessão, tem que ser preparada para isso, nos trechos urbanos. Eu lembro que eu consegui com o então Ministro dos Transportes... Esqueci o nome dele, lá de Mato Grosso... Blairo, me ajuda, ele era Ministro dos Transportes, lá de Mato Grosso...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Era do DNIT, o Pagot.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pagot, do DNIT. Conseguimos que fossem feitas as pistas laterais em Novo Progresso. Mas tem que haver em todas as áreas urbanas de todos os Municípios.

O outro projeto que o Senador Eliseu Resende acatou no Plano de Viação foi a ferrovia de Cuiabá até Santarém. Os meus pares, quando viram a emenda, disseram: "Flexa, está sonhando. Não há nem a estrada, quanto mais a ferrovia". Eu disse: "Não tem importância, coloca no Plano Nacional de Viação, que já vai estar lá. Daqui a décadas, quando forem fazê-la, já estará." Antes do que eu previa, já há grupos interessados estudando fazer a ferrovia. Então, aquilo que podia ser sonho há 7 anos, hoje, já é quase uma realidade.

A concessão tem o apoio da Bancada do Pará. Eu espero que ela tenha viabilidade econômica, que o custo do pedágio não inviabilize e não penalize a população. Eu não vi a transparência, mas o Paulo me disse que é algo em torno de R\$10,00 a tarifa para por 100km rodados. Eu acredito que deva haver uma tarifa diferenciada para veículos de transporte de pessoas, seja individual ou coletivo, e de carga – de um para outro. Não pode ser uma tarifa única. E, como eu disse, o custo do pedágio da carga até Miritituba e Santarém vai ser também compensado com o ganho no tráfego marítimo, para dar competitividade à soja.

O Pará, Senador – e eu o convido diariamente para que V. Ex^a venha também produzir grãos no Pará... Hoje, a fronteira agrícola de grãos...

Senador Garibaldi, eu vi que V. Ex^a já está com a mão no botão, na campainha, e vou pedir que V. Ex^a recolha a mão um instante para eu concluir meu raciocínio.

O Pará hoje já é produtor de grãos. A fronteira agrícola está subindo, e nós não vamos derrubar uma árvore só, nem uma árvore! Nós somos contra! Desmatamento zero! Nós só queremos utilizar as áreas já alteradas, as áreas que estão abertas, pastos abandonados: que possamos, com tecnologia, diminuir a área hoje usada pela pecuária, produzindo até maior número de cabeças – o Pará é o quarto em número de rebanho no Brasil –, e o restante da área, que é a maior parte, dois terços, utilizar para o agronegócio, para outras atividades que gerem emprego, renda e riqueza para o Brasil.

Nós já temos três polos de grãos no Pará: um no sul, lá na fronteira com Mato Grosso, na região de Santana do Araguaia, de Redenção; um mais a nordeste, em Paragominas; e o outro no oeste de Santarém. São três polos já produzindo 2 milhões de toneladas de grãos no Pará. É uma realidade.

Nós estamos recebendo – o Governador Simão Jatene assinou – um protocolo com uma empresa da Argélia. É cliente do Senador Blairo Maggi. Ele até brincou comigo, dizendo: “Flexa, vocês estão tirando um cliente meu!”. Eu disse: “Não, nós não estamos tirando o cliente do Senador Blairo. Ele vai continuar comprando a soja produzida pelo Senador Blairo”. Só que ele se propõe, e vai fazer isto, a agregar valor no Estado do Pará. No compromisso de investimento no Pará, ele vai colocar uma esmagadora de soja em Santarém, uma em Barcarena e outra no sul do Pará – é lógico que não as três ao mesmo tempo. Vai fazer um porto em Barcarena e vai participar de uma ferrovia, ligando Santana do Araguaia, lá no limite com Mato Grosso, que, depois, nós vamos interligar com a Norte-Sul até Barcarena.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já concluo.

E vai fazer a siderúrgica em Marabá, que o Governo Federal propõe. Diz que vai fazer há doze anos e nunca fez. Já foi duas vezes lá, montou palanque e não saiu. Vai sair agora, por ação do Governador Simão Jatene no Estado.

Para terminar, Presidente, eu quero dizer que o outro eixo de escoamento da produção, do lado leste de Mato Grosso, sai pela 158/155. Essa estrada era a estadual 150, que ia de Belém até Santana, até a fronteira com Mato Grosso. Em determinado momento, resolveram federalizar de Marabá para baixo. O Governador Simão Jatene repavimentou e fez o recapeamento de Belém até Marabá. É um tapete. De Marabá até a fronteira, é uma buraqueira. Perde-se carreta quase que diariamente lá, quebrando, caindo. Nós estamos numa luta junto com os amigos vereadores, prefeitos, independentemente de coloração partidária, para que o DNIT possa pelo menos tapar os buracos, ajeitar as pontes, que são de madeira ainda.

Portanto, seria a possibilidade de se fazer uma concessão nesse trecho federal, porque também é uma rota de escoamento da produção importante, com um crescimento de cada vez.

Para concluir, realmente, se não vou deixar V. Ex^a nervoso, e eu não quero isso, porque a idade de V. Ex^a já não permite ter essas emoções que possam irritá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É verdade!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sei que V. Ex^a não fica irritado com seu amigo nunca. Eu poderia ficar aqui, e V. Ex^a iria cortar o som, mas iria me ouvir! (*Risos.*)

Mas vou concluir, dizendo: contem com o apoio da Bancada da Pará, com o apoio da Bancada de Mato Grosso, porque o que nós estamos discutindo aqui é um projeto de Brasil. Não é um projeto de interesse só do setor empresarial, não. É um projeto para o nosso País e para os Estados. É evidente que nós, no Pará, vamos lutar para que não sejamos apenas corredor de exportação; que levemos, agreguemos valor às nossas matérias-primas.

O Brasil, Senador Garibaldi, está voltando ao tempo do Brasil Colônia! Nós estamos voltando a ser exportadores de matéria-prima. A indústria brasileira, que já representou em torno de 20% do PIB, Senador Blairo, hoje representa pouco mais de 10%.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – É que a agricultura cresceu muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade! A agricultura é o único setor que cresceu em 2015. Foi de 1,8%, Senador Blairo, o crescimento da agricultura, do agronegócio?

Foi, parece que foi. Para quem caiu 4% no PIB, crescer 1,8%, já deu uma... Não conseguiu, lamentavelmente, equilibrar a gangorra.

Parabéns, Senador Garibaldi, pela audiência. Acho que ela é importante para discutirmos. Vamos discutir, sim, a questão da concessão, mas vamos discutir, sim, os interesses dos Estados, tanto de Mato Grosso quanto do Pará e da população do nosso Estado, em especial aquela que vive onde passa a BR-163.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados e todos que nos acompanham, eu trouxe escritos – até para não me delongar – alguns questionamentos.

Em audiência pública sobre a concessão da rodovia BR-163, a ANTT apresentou matriz de risco em que o primeiro item listado atribuído ao concessionário foi obtenção, renovação e manutenção de licenças, permissões e autorizações relativas à concessão, dentre as quais todas as licenças de operação. Diz a teoria econômica que todo risco deve ser alocado ao ente com melhores condições de mitigá-lo. Assim, pergunto se, de fato, deve caber ao concessionário a gestão das licenças, ou se elas deveriam ser de responsabilidade do próprio Governo, que as emite, ou da Empresa de Planejamento, a EPL.

Questão 2: considerou-se, no cenário apresentado, da mencionada audiência pública, a possibilidade de entrada em operação da ferrovia paralela à BR-163, a EF-170, prevista no Programa de Investimentos em Logística. Caso esse cenário se concretize, foi prevista uma redução de cerca de 3% no valor do pedágio, uma vez que as cargas típicas da rodovia serão soja e carne. Chama a atenção uma redução tão modesta em função da operação de um meio de transporte bem mais eficiente. Quais as razões dessa estimativa?

Outro questionamento – eu não poderia deixar de fazer o *link* – é que, na própria BR-163, nós tivemos a concessão daquele trecho entre Sonora e Sinop. Na época, foi criada uma grande expectativa por todos os mato-grossenses: “nós vamos ter uma rodovia duplicada e bem mantida”. O edital de concessão previa que, a partir de 10% de duplicação da rodovia pela concessionária, ela poderia começar a cobrar pedágio. No início do ano passado, eu comecei a alertar o Governo, porque eu via a empresa em acelerado ritmo de obras, e a parte que cabia ao DNIT estava muito devagar. Eu falei que acabaria chegando a um ponto em que nós teríamos a seguinte situação: a empresa iria começar a cobrar o pedágio e a população não teria uma estrada duplicada como estava esperando, principalmente naquele trecho crítico entre Rondonópolis e Diamantina. Para piorar, em outubro findou-se o contrato de manutenção daquele trecho. Aí, passou-se a ter uma situação pior: começou-se a cobrar o pedágio, mas a rodovia não estava duplicada e também ficou esburacada. Houve uma revolta tremenda. Há poucos dias, tivemos um problema sério lá.

Agora, a ANTT fez um contrato de manutenção com a concessionária. Mas essa insatisfação está grande lá, principalmente porque o trecho já é totalmente congestionado, pois a rodovia já não comporta a quantidade de carretas que há lá. Na década de 80, gastavam-se duas horas ou duas horas e meia entre Cuiabá e Rondonópolis. Agora, nós estamos em 2016, e, às vezes, gastam-se cinco ou seis horas. Realmente, não é uma situação fácil. Eu digo isso porque, pelas informações que eu tive, essa concessão vai ser para uma rodovia simples. A gente sabe que o novo eixo de desenvolvimento está ali para cima. A nova fronteira agrícola está para aquele lado.

O que eu tenho sentido da população ali é o seguinte: como a concessão vai para em torno de 30 anos, a perspectiva de essa rodovia ser duplicada nos próximos 30 anos fica praticamente nula. Eu queria que vocês falassem um pouco sobre isso. Já que vamos fazer, por que não fazermos a concessão de uma rodovia duplicada? A informação que eu tive lá é que será pista simples.

Outro tema refere-se justamente a uma questão mais paroquial, mas eu estive lá em Guarantã e vi uma preocupação dos moradores de Matupá também sobre a questão.

Já estão falando sobre a questão de praças de pedágio. Aí, eu justamente creio que seja da alçada da ANTT, uma vez que há grande preocupação, pois há um grande assentamento lá, Senador Garibaldi, que faz compra em um dos Municípios. E eles estão preocupados, porque acham que vão colocar a praça de pedágio mais para cá ou mais para lá. Eu queria saber se já está definido que as praças de pedágio vão ser em determinado lugar ou se os Municípios podem discutir isso; se há flexibilidade e espaço para discussão da colocação. Segundo eles, dependendo de onde a praça de pedágio for colocada, praticamente vai-se quebrar a economia de um dos Municípios lá.

Muito obrigado.

São essas as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador José Medeiros.

Concedo a palavra à Srª Natália Marcassa de Souza, Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Prometo não tomar muito tempo. Vou tentar fazer um apanhado geral do que ouvimos, até porque as preocupações são correlatas em relação ao projeto de concessão como um todo.

Realmente, colocamos em audiência pública dois projetos, justamente para discutir um pouco dessa questão da interligação com a ferrovia. Para nós do Ministério dos Transportes, é importante dizer que os dois projetos são prioritários. Com certeza, a ferrovia na região é o modal de transporte que mais agrega ao produto que é despachado aos portos. A ferrovia tem uma grande prioridade.

Então, à medida que a ferrovia for se implantando, o que provavelmente deve acontecer é a definição por um modelo de concessão de 12 anos, que há ali. Assim, se for modelo de concessão de 12 anos, que é um modelo que casa melhor com o projeto ferroviário, para não haver o risco de inviabilizar os dois projetos, tanto a ferrovia quanto a rodovia, ele é um projeto mais módico e, sendo um pouco mais módico, não significa que não terá os investimentos necessários ali na rodovia que hoje ainda não está implantada.

A prioridade para BR-163 é terminar a pavimentação. Vamos duplicá-la inteira? Vamos fazer todas as melhorias necessárias? Vamos, mas, primeiro, temos de terminar os 104km que ali faltam para se conseguir escoar a produção. A segunda prioridade da rodovia e dos projetos que ali se encontram é melhorar as questões das travessias urbanas na região. O segundo gargalo que observamos dos projetos é nas travessias urbanas. Foram identificadas, mais ou menos, 10 a 11 cidades que têm grandes problemas de travessia urbana e variantes que precisam ser feitas ali na região, como Curuá, no Pará, e a parte da Serra do Cachimbo, no Mato Grosso. Então, ali, provavelmente, precisa-se de variante.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só um parêntese, Drª Natália, aproveitando: a senhora poderia falar também da de Rondonópolis?

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Rondonópolis está na outra concessão; não está nesse projeto de concessão. Eu não estou com os dados aqui, Senador, mas eu posso disponibilizá-los. Eu só não vou ter essa informação aqui, agora.

Para o projeto de 12 anos, a ideia é enxugar um pouco esses investimentos, mas não perder de foco as necessidades da rodovia. No projeto de 30 anos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Drª Natália, permite-me?

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Claro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Na verdade, eu me esqueci de colocar um ponto. Eu falei demais e me esqueci de uma coisa importante.

Nessa questão das exigências – como é que chamam aí...? As exigências do que tem de ser colocado: ambulância, resgate...

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – A parte de operação da rodovia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu não sei como é que vocês estudaram, mas essa rodovia teria de...

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Fizemos de forma diferente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Tem de ser diferente. Tem de ser pequenininho. Senão, não dá conta de pagar.

Outra coisa: com esse negócio de se colocar ambulância na rodovia, estamos vendo em Mato Grosso que o pessoal sai do interior com a mulher grávida e entrega para o sistema de auxílio, que tem de levar para o hospital e fazer tudo. Não tem couro para essa correia toda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E aí não há fila. (Risos.)

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Falamos um pouquinho dessa parte de operação também.

No projeto de 30 anos, previmos duplicação, sim, Senador, na rodovia. O projeto de 12 anos é mais módico, não está prevista a duplicação; agora, se ele for renovado, vai haver a duplicação. Agora, nada impede que, mesmo no projeto de 12 anos, por outro lado, se houver demanda, o próprio Governo Federal invista. Então, também não está bloqueado isso.

Quanto às praças de pedágio, nós recebemos as contribuições. Os Municípios fizeram as contribuições, na audiência pública, e estamos analisando essa questão das regiões locais. A regra geral do Ministério, da Agência Nacional de Transportes, é não pôr praça de pedágio, de maneira alguma, em perímetro urbano, mas, às vezes, a região metropolitana e a logística local saem até fora do perímetro urbano. Então, com base nas contribuições, agora, a agência vai refinar e analisar essas questões.

Na questão da operação, Senador Blairo, para essa rodovia nós já fizemos um *modus* de operação que realmente reduza esse impacto na tarifa. Agora, foi identificado, nas nossas pesquisas de origem e destino e na pesquisa de preferência declarada, que ainda a questão de ambulância, na região, é algo que se demanda muito quando há uma operação de rodovia, uma tarifa de pedágio. O usuário espera muito esse serviço. Então,

a princípio, nós o mantivemos, porque, até dada a carência dos hospitais, para ter primeiro um atendimento na rodovia para evitar um desfecho pior em relação a esses acidentes.

Em relação ao que o Senador Flexa acabou falando até Santarém, ele também está previsto; está hoje aberto um processo de manifestação de interesse também para esse, que é a ligação entre Miritituba e Santarém. Então, os interessados que quiserem também vão poder desenvolver esse projeto. Ele só está dividido em dois projetos, porque, senão, a concessão ficaria muito grande. Então, a ideia é que a concessão, no segundo momento, chegue também até Santarém.

Quanto às questões do Senador José Medeiros, em relação ao licenciamento ambiental, eu não sei se não ficou claro ali, mas a responsável por tirar licença é a EPL, não é a empresa. Ela vai ser responsável depois por cuidar da renovação e manutenção dessa licença, mas o licenciamento é da EPL.

Sobre a ferrovia paralela, eu já falei um pouco, e, nesse trecho de concessão, não há mais obra do DNIT. Então, é toda obra privada. Não vamos cair no mesmo problema que aconteceu no trecho do Mato Grosso.

Mais ou menos um apanhado geral. Para o Ministério dos Transportes, falamos e repetimos que o Arco Norte é prioridade. Eu sei que ainda é muito difícil escoar pelo Arco Norte devido aos 104km que faltam ser pavimentados. Senador Blairo, eu acho que eu sou uma das pessoas, junto com todos as *trades*, que mais recebe os problemas. Eu tenho, de manhã e à noite, foto do *top* no meu celular com todos os problemas. Então, sentamos, inclusive com as *trades*, para tentar montar uma solução para melhorar ali, antes do final da safra. Então, estamos discutindo, é prioridade para o Ministério. Lógico que tivemos um problema maior, no ano passado e neste ano, com escassez de recursos. Por isso, também acelerar a concessão para nós é importante, mas podem ter em mente que o Arco Norte é prioridade para o Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Assessor Especial do Diretor-Geral da ANTT.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – A Natália já facilitou muito o comentário, porque já passou por quase todos os pontos. Eu vou ser mais complementar a ela.

Em relação às travessias, nós já tomamos o cuidado. Como num dos modelos não há duplicação, que é o de 12 anos, e no outro há duplicação de acordo com o gatilho de demanda, nós tomamos o cuidado de antecipar e prever, desde já, a realização de obras de travessias num conjunto de Municípios. Foi feito de forma criteriosa.

Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Só um aspecto que me pediram tanto para colocar aqui e, na hora, eu acabei não colocando. O trecho final, no Mato Grosso, é exatamente a cidade de Peixoto de Azevedo, Matupá e Guarantã. De Peixoto a Matupá dá, mais ou menos, a distância de 8km, e de Matupá à divisa do Pará dá aproximadamente vinte e poucos quilômetros; ou seja, são três cidades com a distância muito curta e já no final do Estado, todas elas na margem da BR.

Então, a reivindicação muito forte por parte da região é que, pelo menos no trecho das três cidades, ou seja, da divisa do Pará até Peixoto de Azevedo, seja duplicado, porque são os únicos trechos urbanos próximos ali. Inclusive, o DNIT já tinha estudos anteriores para fazer essa duplicação.

Então, entendemos que não dá para pensar em duplicação a curto prazo numa estrada como essa, porque, como já foi falado aqui, está mais para estrada de arranca-safra, mas é importante essa questão das três cidades lá. E a preocupação única é o local do pedágio, e a reivindicação é de que seja colocado próximo à divisa.

Não foi falado também, e isso não tem bem a ver com a reunião, mas existe uma preocupação lá também com a Serra do Cachimbo, com a área do Exército, porque aquela área é a de maior integração da Região Amazônica. Então, tem que haver um cuidado especial, principalmente na passagem da reserva ou próximo à Base Aérea do Cachimbo. Ali, os militares promoveram muito a segurança da região. Portanto, não dá para esquecer a Base Aérea do Cachimbo também e alguma coisa, inclusive de acesso, alguma coisa como um diálogo muito grande com eles.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – O.k.

Concluindo, em relação às travessias, nós já prevíamos, independentemente do cenário, o conjunto de travessias dentro de um critério do que coubesse numa tarifa razoável. Recebemos muita contribuição nas audiências públicas, mesmo as feitas aqui, nesta Comissão, e estamos avaliando todas, para ver se conseguimos equacioná-las; quais conseguimos equacionar dentro de um nível tarifário razoável.

Quanto à questão da localização das praças de pedágio, acho que a Natália já abordou. Recebemos algumas contribuições. Nós sempre precisamos afastar de área urbana. Esse é um princípio básico, mas também equilibrar a localização, a questão da equidade, com a eficiência e bom nível tarifário. Mas, de toda forma, nós analisamos todas as contribuições. Em outros processos de concessão, nós já fizemos otimização de localização de praça de pedágio após as audiências.

O terceiro ponto de rodovia/ferrovia acho que a Natália já abordou bem.

Acho que um último ponto que caberia comentar, em relação à tarifa, é destacar que, quando nós adotamos a PMI como procedimento, um dos principais objetivos era aproximar a discussão com o setor privado, de forma que tivéssemos leilões e estudos que fossem atrativos para o setor privado.

Durante o processo de análise dos estudos que recebemos da empresa que desenvolveu os estudos, nós verificamos que havia, de fato, uma expectativa diferente em relação ao que o setor produtivo via. Nós fizemos várias reuniões com o próprio setor produtivo e fizemos uma revisão dos estudos, com base em novos estudos, com a parceria que nós tínhamos com a Universidade Federal de Santa Catarina. Então, fizemos todos os esforços dentro da metodologia que tínhamos à mão. De toda forma, recebemos aqui as contribuições na audiência e vamos voltar a olhar as contribuições que foram feitas para verificar se é viável, considerando sempre que também não adianta estabelecermos uma expectativa sem que haja, mais à frente, investidor interessado. Portanto, é esse o olhar que nós vamos ter.

Acho que foram esses os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Diógenes Alvares, Gerente da Área de Estruturação de Negócios da EPL.

O SR. DIÓGENES ALVARES – Senador Garibaldi, agradeço.

Acredito que o Dr. Marcelo Bruto e a Natália cobriram bem os pontos levantados.

Acho que o importante é só comentar que, embora esse seja um processo bastante democrático, em que os agentes locais, obviamente, sempre têm interesse em maximizar o retorno para a sociedade, é preciso ter em mente que é um projeto de concessão, em que qualquer custo adicional acrescentado ao projeto tem, obviamente, um reflexo na tarifa de pedágio. Então, usando a velha máxima, “não existe almoço grátis” na concessão. O objetivo é, de fato, tentar maximizar a concessão, tentando oferecer ao usuário a menor tarifa possível em troca da maior quantidade de investimentos necessários para a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Ricardo Pinheiro, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O SR. RICARDO PINHEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não vou detalhar os pontos operacionais, porque o desenho que está sendo preparado do projeto pelo Ministério eu acho que já foi muito explorado; ou seja, é uma tentativa de dizer a todos o cuidado que se deve ter, justamente para anunciar o projeto e a atratividade.

Eu queria trazer aqui dois assuntos que foram bastante comentados. Eu acho que, nas concessionárias, o projeto se fecha com o financiamento. Esse ponto do financiamento é extremamente importante. O Brasil já tem linhas de financiamento de longo prazo. Eu queria chamar a atenção para que, além de se ter um bom projeto, o financiamento é fundamental. Sem financiamento, nós não teremos a realização desses projetos.

Tivemos, na terceira etapa, algumas dificuldades com relação a completar os financiamentos de longo prazo. Eles estão já em fase adiantada e finalística. Eu acho que, com isso, já vamos poder olhar todos os demais projetos, inclusive esse que aqui está em discussão, mas o financiamento é fundamental.

Outro ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é esse da tarifa. Talvez estejamos discutindo aqui um dilema um pouco falso, mas vejam o seguinte: qual é a preocupação do setor privado? De fato, a PMI foi um convite que o Governo fez. O setor privado apresentou o seu projeto, estudou, teve tempo para fazer isso, e definiu uma projeção de tráfego. Foi exatamente essa projeção de tráfego que orientou a tarifa de referência do projeto.

Eu estou entendendo que o Governo, em um segundo momento, a EPL, de fato, recebendo todas as contribuições que recebeu, convenceu-se de que o tráfego poderia ser ampliado. Isso, de certa maneira, reduz a tarifa, mas eu queria colocar a preocupação da ABCR, porque nós já tivemos histórias passadas. Eu acho que o Marcelo também colocou, mas eu queria reforçar. É o seguinte: ter uma tarifa de referência que seja alta não é um problema para a realização da concessão. Quem acreditar em tarifas mais baixas dê mais desconto na licitação. Não há nenhum problema. A concessão se realiza. Mas o inverso é muito perigoso: se você baixar muito a tarifa de referência, você pode dar em uma licitação deserta.

Então, eu colocaria essa leitura que estou tendo aqui de todas essas informações, o cuidado que está sendo dado ao calibre dessa tarifa, até porque, como foi dito, não se conhece esse fluxo.

Eu cheguei a Brasília em 1975, na Eletronorte. Participei da expansão da malha de transmissão de energia na Amazônia. Nós tínhamos grandes dificuldades com as previsões. Imaginem vocês retornarem a 1975. Hoje, é mais fácil dizer o que aconteceu nos últimos 40 ou 50 anos. Mas estar aqui em 1975, fazer projeção de futuro, de crescimento de necessidades de consumo de energia... São essas as dificuldades que eu quero trazer como referência. Há sempre muita expectativa que pode não se realizar.

Neste momento econômico por que passa o País, as concessões da terceira etapa estão com um atraso de tráfego previsto que poderia ser da ordem de cinco ou seis anos. Ou seja, as concessões que acabaram de ser feitas, que não esperavam esse momento econômico de queda no País, terão a projeção de tráfego deste ano somente daqui a cinco ou seis anos. Já estão amargando uma diferença de expectativa, e não podem mudar o plano de responsabilidades que assumiram. Eu chamaria muito a atenção para isso. Não é muito simples. Não vejo essa dificuldade da tarifa, se ela está conservadora na leitura que possam ter os produtores de soja.

Eu não vejo isso como uma dificuldade. Quem tem essas informações e acredita mais nelas, provavelmente, vai fazer *bids* que sejam os vencedores. É isso que deve ocorrer.

A par de todo o aprimoramento que se possa ter neste projeto em particular, eu acho que o dilema é bom. Não é um dilema ruim, e não vejo uma necessidade brutal de fazer ajuste nisso, porque esse futuro não é tão simples de prever.

O Senador Blairo deu um depoimento muito claro. Ele disse: “Eu faço uma projeção de tráfego muito pesado na rodovia indo para o norte, e as condições de transporte para o sul são concorrentes. E pode mudar esse fluxo”. Então, vejam lá. Há que se tomar um pouco de cuidado com isso.

Eu volto a chamar atenção para o aspecto que mais nos preocupa: é que não dê deserta, porque essa região precisa de desenvolvimento e a estrada precisa ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Edeon Vaz Ferreira, Diretor Executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso e Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – A questão dessa concessão é diferente de tudo que vinha sendo feito até agora. Nós entendemos as dificuldades que há para se prever o futuro. Agora, quando não se tem nada, como foi feito em 2014, quando se tinha uma unidade de transbordo, finalizando a construção, e não havia basicamente nenhum movimento na rodovia, aí fica difícil. Só que nós estamos de outra situação. Nós estamos mostrando que hoje já existe capacidade de 10,5 milhões de toneladas de transbordo hoje. Até o final do ano, mostrando as fotos que eu mostrei, já serão 16,5 milhões de toneladas. Vocês fizeram uma projeção aqui de 18 milhões de toneladas em 2025. Nós estamos com uma projeção de 33 milhões de toneladas; ou seja, é totalmente diferente.

Eu gostaria, inclusive, de convidar o Marcelo Bruto, o Diógenes e a Natália – eu tenho certeza de que ela não vai querer enfrentar a BR-163, mas pode mandar alguém de lá – para que nós façamos...

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Não, injustiça...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu vou defender a Natália, porque ela é da luta, da labuta. (Risos.)

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – ... para que nós façamos juntos um estradeiro de Sinop até Miritituba e até Santarém, defendendo os assuntos do Pará. Nós temos informações em relação a Miritituba. Em relação a Miritituba, eu não tenho dúvida alguma de que nós podemos ir localmente e saber a situação de cada um dos projetos. São 11 projetos que estão em desenvolvimento naquela região – o Senador está equivocado, pois ele falou em 7, mas são 11 projetos. E isso vai-nos mostrar que está subestimado o tráfego.

Eu falo da preocupação, e o Ricardo falou que não precisa ter preocupação, pois a empresa que acreditar vai fazer. Tudo bem. Eu acho que as empresas também têm que ter esse conhecimento para que possam fazê-lo. E vão buscar isso. Eu não tenho dúvida alguma.

Nós já fomos chamados na época da concessão da BR-163, em Mato Grosso, por todas as empresas. Participamos de reuniões na CCR, na EcoRodovias, na Odebrecht, em todas que concorreram. Eles nos chamaram para terem uma ideia da projeção de tráfego. E mostramos isso para eles.

Para nossa surpresa também, nós estamos vendo que o crescimento está muito mais acelerado do que imaginávamos. A BR-163, com a conclusão desses 104km até Miritituba, não é uma coisa para 2025. Isso pode até acontecer até antes. Qual é a limitação? Estação transbordo de carga. A única limitação que nós temos é a estação transbordo de carga.

Todas as empresas que estão se instalando no Rio Tapajós têm transporte hidroviário também. Então, não existe essa limitação. A limitação é a estação de transbordo. Construindo-se estação de transbordo, ele já tem o correspondente em Santana, em Santarém, em Barcarena; já tem a outra ponta. Então, eu não vejo nenhuma possibilidade de esse tráfego ser inferior ao que nós estamos projetando para 2025. Não estamos fazendo projeção para os 30 anos.

Agora, é lógico que precisamos ter todo o cuidado – e eu tenho certeza de que vocês estão tendo – na questão do tempo, porque, pelo que tudo indica, pelas conversas que tenho tido com os investidores, a ferrovia é uma realidade. Eu estou imaginando que o Ministério dos Transportes, se não me engano, em abril – é isso, Natália? –, já coloca em audiências públicas a ferrovia.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Queremos colocar neste mês ainda.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Ainda neste mês. Ótimo, beleza.

Em relação aos 12 anos ou 15 anos, nós temos que pensar, porque, infelizmente, às vezes, se fala assim: “A ferrovia vai ser na área de domínio da rodovia”. Isso não existe. A ferrovia, por uma questão de engenharia, tem lugar que vai passar a 25km da rodovia. Vai haver reservas indígenas, florestas nacionais a serem transportadas. A parte de licenciamento disso aí vai ser demorada mesmo. Sabemos disso.

Agora, nós precisamos concluir. Eu acho que nós não temos outra saída a não ser fazer a concessão. Eu acho que a concessão é uma realidade, é a forma que nós vamos ter para estradas chegando a Miritituba. Então, nós só precisamos nos debruçar um pouco sobre a questão dos valores de investimentos, dos serviços a serem prestados e também sobre a questão do valor da tarifa teto, pois, diferentemente do Ricardo, eu acho que o valor está muito alto. Aí, nós temos de contar com muita boa vontade do investidor para poder baixar isso aí e dar desconto de 50% ou 60%.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Para terminar, eu quero agradecer não apenas ao Dr. Edeon, mas a todos os convidados pelas contribuições que deram, sobretudo pelo acolhimento que deram a todas as interrogações e demandas.

Eu quero agradecer à Drª Natália, ao Dr. Marcelo Bruto, a Diógenes Alvares, a Ricardo Pinheiro, a Edeon Vaz Ferreira. Eu quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes e ao Senador Paulo Rocha, que requererem a audiência, e, agora, ao Senador José Medeiros, aqui presente.

Convoco uma reunião para quarta-feira, dia 23 deste mês, no mesmo horário.

E ainda pede a palavra o Senador Wellington Fagundes – eu pensei que era o Senador Flexa Ribeiro. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, dada a importância desta audiência para a Região Amazônica, eu quero aqui aproveitar também, já que estamos transmitindo pelos meios de comunicação da Casa, para falar dos pontos positivos.

Hoje, está sendo entregue na BR-163 o trecho... Como eu disse aqui, foi concessionado da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop, sendo que, nessa concessão, há algo diferenciado no Brasil, porque o trecho de Rondonópolis, que é a minha cidade natal e que é a cidade de habitação do meu companheiro José Medeiros e também do Blairo Maggi... Portanto, é a única cidade do Brasil que tem três Senadores, e isso aumenta mais ainda a nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Três?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadores da mesma cidade, do interior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas ele é meu conterrâneo; nasceu no Rio Grande do Norte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Vocês, do Rio Grande do Norte, cederam a inteligência dele para ir lá nos servir. De qualquer forma, é onde ele habita e criou seus filhos. Também da mesma forma, é o Blairo.

Com isso, a cobrança da população lá conosco é muito maior.

Nesse trecho de Rondonópolis até Posto Gil, que é um pouco depois de Cuiabá, aí, sim, há a sobreposição da BR-163, BR-364 e ainda BR-070. Então, todo volume de tráfego passa por esse trecho – o Senador Medeiros é policial rodoviário federal –, e, segundo a Polícia Rodoviária, é o trecho que tem mais acidentes frontais do Brasil.

Então, ficou sob a responsabilidade do DNIT fazer a construção desse trecho de Rondonópolis até Cuiabá. Portanto, parte da construção é feita pela concessionária e parte pelo próprio DNIT. Por isso, sugerimos aqui, inclusive nesta concessão, talvez, que as passagens urbanas pudessem ser feitas pelo DNIT, para não incluir isso no custo da concessão. Cada passagem urbana tem a sua especificidade, e, do jeito que a cidade vai crescendo, demanda mais algumas obras. E os Municípios não têm como assumir; mesmo que façam um contorno viário, os Municípios não têm com assumir, porque a maioria é de Municípios pequenos.

Então, continuará sendo como até hoje em Cuiabá: passam pelo centro da cidade as três BRs. E, agora, nas obras da Copa, o Ministério dos Transportes fez várias obras de passagem de nível, tudo com recursos do Ministério dos Transportes.

Então, eu gostaria de dizer que, hoje, o Ministério dos Transportes está entregando 42km já de duplicação do trecho de Jaciara até a Serra de São Vicente. A obra da Serra de São Vicente já foi concluída há algum tempo: são 26km, 13km de cada perna, também já duplicados. E, de Rondonópolis, no sentido de Jaciara, mais 25km. Então, o trecho de Rondonópolis a Cuiabá, a partir de hoje, já passa a ter a metade do trecho duplicado. Claro que não é o ideal ainda, porque o trecho velho tem de ser restaurado, o que continua causando transtornos, mas isso faz parte do progresso e do desenvolvimento. E o trecho de Rondonópolis até a divisa de Mato Grosso do Sul também já está pronto, faltando apenas 2km na chegada da cidade.

Estou falando isso aqui porque é importante, e conquistas estão acontecendo, e não para deixar a Dra Natália tranquila, porque, lá, a cobrança realmente é muito forte. Nesse trecho, já está sendo cobrado o pedágio e, portanto, exige da concessionária muito mais atenção.

Ontem mesmo, estive o Ministério Público, junto com a juíza federal de Rondonópolis, visitando esse trecho, cobrando da concessionária. E, aí, por isso, Presidente, é importante dizer, porque, claro, às vezes, as pessoas veem que as concessionárias estão ali ganhando muito dinheiro, mas também a responsabilidade do serviço de conservar as estradas, de prestar o serviço ao cidadão é muito grande, e é direito do cidadão cobrar isso. Em qualquer acidente por um buraco, se houver, numa estrada concessionária, a responsabilidade cível e criminal da concessionária é muito grande, além dessa questão da saúde e tudo o mais.

Então, quero agradecer, como proponente desta audiência pública, a todos que aqui vieram. Não vou repetir para não delongar mais ainda. Principalmente a associação, como eu disse aqui, antes, Dr. Ricardo, queremos aproximar... Inclusive a Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento tem este objetivo de ser o intermediário entre o Parlamento, a sociedade como um todo, e o Poder Executivo.

Presidente, para encerrar, já que V. Exª sempre não é só atencioso, mas generoso com todos nós, falo dessa questão da Antaq. Faço questão de repetir isso aqui, porque a Antaq é a única diretoria que tem só três membros; ou seja, ficando com dois, não há nem como ter o voto de minerva; é, praticamente, paralisia, porque, se houver duas opiniões divergentes, não há como se tomar uma decisão.

Como Presidente da Frente, temos recebido a cobrança do setor empresarial, porque, agora, para nós, na região, estão previstas todas as licitações dos postos do Arco Norte, e temos uma diretoria incompleta. Então, é muito difícil dar celeridade, e não queremos isso, porque queremos que sejam feitas as licitações. E a Antaq foi uma agência que trabalhou com muita celeridade.

No caso, o Mário Povia, que era Diretor-Geral, e é servidor de carreira.

Então, eu queria aqui pedir, cobrar, sugerir ao nosso Presidente a possibilidade de que esta carta seja enviada, pelo Presidente e pela Comissão, tanto ao Ministro Helder como à Casa Civil.

Eu conversei, semana passada, com o Dr. Gilles, e ele me disse que já estava pronta a recondução do Dr. Mário Povia. Nós não estamos falando aqui da Diretoria-Geral; é apenas para concluir a diretoria. Mas a decisão é do Governo, se quiser colocar esse ou aquele. É claro que o Dr. Mário Povia, com toda sua experiência, se eu tivesse que trabalhar também, se fosse o meu voto minerva, também seria reconduzido inclusive à Diretoria-Geral, mas o Dr. Tokarski também é uma pessoa de extrema competência, como o Fernando. Enfim, ali é uma decisão muito mais política do Governo.

Então, eu queria pedir a V. Exª que fizéssemos essa carta, porque eu acho que, como a Comissão foi tão célere em todas as indicações que vieram para cá, todas as indicações, V. Exª não demorou uma semana para designar os relatores. Então, com isso, nós colaboramos, nós fizemos o nosso papel junto ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A solicitação de V. Exª será atendida.

Quero agradecer também à Consultoria da Casa, representando a consultoria dos órgãos de comunicação, a todos eles que, pacientemente, ouviram tudo; e não somente ouviram, mas colaboraram decisivamente no encaminhamento das questões.

E agradeço à plateia, a esta altura desfalcada, porque – não tenhamos ilusões – a audiência pública durou um pouco mais do que quatro horas: de 8h35 até agora.

Eu acho que o Senador Wellington Fagundes está satisfeito. Poderia até nos convidar para um almoço a esta altura. *(Risos.)*

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Wilder Moraes, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Jorge Viana, Angela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, José Agripino e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senador Raimundo Lira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a Parte I da Pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 21, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys. Relator: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com vinte votos favoráveis e um voto contrário. Item 2 - Mensagem (SF) nº 22, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão. Relator: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com vinte votos favoráveis e um voto contrário. Item 3 - Mensagem (SF) nº 23, de 2016, de autoria da Presidenta da República, que submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Relator: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com vinte votos favoráveis e um voto contrário. Às dez horas e nove minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador Wellington Fagundes. Tem início a Parte II da Reunião, com apreciação de itens extrapauta e inversão da pauta. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura para avaliar as perdas financeiras do resultado da Petrobrás em 2015, discutir as denúncias envolvendo a gestão da área de Recursos Humanos da empresa que podem ainda trazer perdas bilionárias e verificar quais medidas estão sendo tomadas para o reequilíbrio financeiro da empresa”. Resultado: requerimento aprovado. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “requer autorização para participar de audiência pública no município de Guarantã do Norte/MT, no dia 31 de março de 2016, que discutirá sobre a concessão da BR 163 no trecho entre Sinop a Miritituba no Pará”. Resultado: requerimento aprovado. São apreciados os itens 1 e 2 da Pauta. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2016, de autoria do Senador Acir Gurgacz, cujo objetivo será debater a ‘reconstrução da BR-319, trecho Porto Velho (RO) – Manaus (AM), com vistas ao modelo de rodovia a ser implantado, ao processo de licenciamento ambiental e a gestão e operação da rodovia’. Para tanto, indico a inclusão de representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM”. Resultado: retirado de pauta pela autora. Item 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 14, de 2016, de autoria do Senador Jorge Viana, que “requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e identificar alternativas para a recarga de veículos elétricos e, consequentemente, instruir o PLC nº 65, de 2014, que ‘institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais’. Propõe que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ministério das Cidades; Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)”. Resultado: Requerimento aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Vicentinho Alves, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Wilder Moraes, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes e Raimundo Lira. O Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores desta

Comissão, bem como da presente reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à sabatina dos indicados ao cargo de Diretor da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Os indicados são: Juliano Alcântara Noman, Hélio Paes de Barros Júnior e Ricardo Sérgio Maia Bezerra.

Desde logo, convido para que tomem assento à mesa aqueles que foram indicados ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), repito: Juliano Alcântara Noman, Hélio Paes de Barros Júnior e Ricardo Sérgio Maia Bezerra.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - em 16.03.2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;

2 - reunião destinada à sabatina do indicado.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2016

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Cláudio Passos Simão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - em 16.03.2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;

2 - reunião destinada à sabatina do indicado.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2016

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - em 16.03.2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;

2 - reunião destinada à sabatina do indicado.

Antes de convidá-los para suas exposições, comunico que será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar os indicados depois das exposições.

Concedo, portanto, a palavra ao Sr. Juliano Alcântara Noman.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Obrigado, Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Presidente desta Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador, esta é a segunda vez que tenho a oportunidade de estar presente a uma reunião presidida pelo senhor. A primeira foi ainda em 2009, na CAE. Nós discutíamos o PL que visava reestruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Eu era o indicado da Agência Nacional de Aviação Civil para participar daquela reunião. Eu gostaria de dizer que é mais uma vez uma grande honra, uma grande alegria estar com o senhor.

Gostaria de cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente, o Senador Ricardo Ferraço.

Gostaria de agradecer ao Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Blairo Maggi.

Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores, meus colegas indicados, demais autoridades, senhoras e senhores, bom dia.

É uma honra para mim estar aqui nesta Casa hoje, na qualidade de indicado para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, especialmente pelo fato de eu ser servidor de carreira da Agência e também primeiro servidor da carreira a ser indicado para essa posição.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer a confiança em mim depositada pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e pelo Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Aviação Civil.

Tenho 40 anos, sou casado, pai de três filhos, formado em Economia pela Universidade de Brasília. Tive a oportunidade de participar de diversos cursos e seminários dentro do setor de Aviação Civil, entre os quais cito aqui o curso de Gestão de Infraestrutura Aeroportuária, ministrado pelo ITA, e seminários na Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Estou no setor há quase dez anos. Eu ingressei na Anac mais ou menos um mês depois da criação da Agência, ainda em 2006. Foram cinco anos na Anac, dois dos quais como Gerente de Acompanhamento de Mercado e três como Superintendente, inicialmente na Superintendência de Serviços Aéreos, que depois foi transformada em Superintendência de Regulação Econômica.

Naquela época, houve acontecimentos importantes e que impuseram grandes desafios. Vou me permitir aqui citar alguns: implementação de todas as ações necessárias para reorganizar a malha aérea, que tinha como objetivo final eliminar de vez o que era chamado e conhecido à época como caos aéreo; criação de medidas regulatórias que tinham por objetivo facilitar a entrada de novos competidores, de novos atores no setor, lembrando que, naquela época, havia duas empresas que detinham cerca de 90% do *market share* do setor – hoje temos quatro e, como consequência disso, pudemos observar uma redução expressiva no preço médio das passagens desde então e, claro, o grande aumento do número de passageiros transportados.

Tive oportunidade também de participar da criação do núcleo de regulação econômica dentro da Agência, que tinha como objetivo discutir diversos assuntos, dentre os quais a primeira concessão de infraestrutura aeroportuária do País: a concessão do Aeroporto Internacional de Natal – Governador Aluizio Alves.

Cinco anos depois, já em 2011, foi criada a Secretaria de Aviação Civil, e fui convidado pelo então Ministro Wagner Bittencourt para compor a equipe, como Secretário de Aeroportos. Foram dois anos e meio à frente da Secretaria de Aeroportos, em que tive a oportunidade de participar de diversos trabalhos, como o da criação da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), destinada a aperfeiçoar a coordenação dos diversos órgãos públicos dentro dos aeroportos, de forma, claro, a aperfeiçoar e melhorar a qualidade dos serviços prestados no ambiente aeroportuário.

Nesse sentido, cito todo o trabalho de preparação do setor para fazer face aos grandes eventos que o País sediaria e ainda está por sediar: Rio+20, Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Em relação à Copa do Mundo, tive a honra de coordenar, pela Secretaria de Aviação Civil, todas as ações da Secretaria durante o evento, tendo sido homenageado posteriormente – em nome de toda a equipe, claro – pelos relevantes serviços prestados. Lembro-me de que, naquela época, foi um trabalho muito árduo e desafiador, até porque havia a certeza de que o setor não estava preparado para fazer face à grande demanda dos eventos e a de que o sistema não responderia satisfatoriamente. Foi com muita alegria que desenvolvemos esse trabalho, e foi uma alegria maior ainda ver que todas as pesquisas realizadas com os passageiros durante os eventos colocaram os serviços de aviação civil entre os melhores avaliados.

Ainda na Secretaria de Aeroportos, também pude participar de todas as discussões que levaram à criação do Programa de Investimentos em Aeroportos Regionais. São 270 aeroportos contemplados, que receberão investimentos em infraestrutura aeroportuária, em infraestrutura aeronáutica e para a capacitação de

seus trabalhadores e servidores. Sabemos que grande parte desses aeroportos é administrada por prefeituras e por Estados.

Em 2013, deixei a Secretaria de Aeroportos e fui integrar a Secretaria de Navegação Aérea Civil como Secretário de Navegação Aérea, cargo que ocupo até o presente momento. Lá pude participar da definição de todos os pacotes de investimentos em infraestrutura aeronáutica em cada um dos 270 aeroportos integrantes do Plano de Aviação Regional e também tive o prazer de coordenar as ações de capacitação do setor. Até o momento, já treinamos cerca de 1,5 mil trabalhadores, com foco principal em aeroportos regionais.

Criamos ainda, em parceria com a Anac, o que chamamos de Programa Bolsa Piloto. Trata-se de prover ajuda financeira para estudantes de baixa renda que não têm condições, mas que gostariam de se tornar pilotos. Esse é um programa que tem foco principal em estudantes do ProUni.

Enfim, esse foi um breve resumo da minha carreira até aqui. Tenho plena consciência, Senadores, de que ainda há muito a fazer. Caso eu tenha a felicidade e a honra de ter o meu nome aprovado pelos senhores, por esta Casa, eu me comprometo a contribuir para a contínua melhoria da regulação e para o desenvolvimento das instituições, visando atingir diversos objetivos. Cito alguns.

Acho que é de suma importância poder levar ao interior do País o mesmo desenvolvimento que os grandes centros observaram no setor de aviação civil. Todo cidadão que não mora nos grandes centros merece e tem o direito de receber também transporte aéreo de qualidade. Isso passa pelo desenvolvimento da aviação regional, que, claro, tem uma ação importante de investimento em infraestrutura nos aeroportos regionais, mas passa também pela adequação das normas, pela adequação da regulação, de forma a permitir o desenvolvimento da aviação regional, sempre em harmonia com a segurança das operações.

A segurança, aliás, é o nosso maior valor, é um valor inegociável, como a gente costuma dizer na Agência. A segurança do transporte aéreo do Brasil é hoje reconhecida mundialmente. Os nossos índices nessa área figuram entre os melhores do mundo, mas acho que há muito ainda a fazer para melhorá-los ainda mais. Vou me permitir citar aqui o exemplo de um trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Anac e pela SAC, do qual tenho a honra de participar, para implementação do chamado Sistema de Gerenciamento do Risco de Fadiga Humana, um sistema que, quando implementado, permitirá elevar ainda mais os níveis de segurança.

Cito também a necessidade de continuarmos o trabalho de melhoria do ambiente de negócios, eliminando as burocracias desnecessárias, burocracias essas que geram custos adicionais e elevam o tempo de tramitação dos processos. Todos que são empresários sabem como um custo ou um tempo a mais faz toda a diferença entre alguma coisa ser viável ou ser inviável.

Enfim, tenho muito orgulho do caminho trilhado até agora, mas tenho um otimismo maior ainda com relação ao futuro.

Eu gostaria de agradecer aos senhores. Como servidor de carreira da Anac e como um apaixonado pela aviação, caso seja aprovado por esta Casa, eu me comprometo a trabalhar com muita dedicação e espírito público para atingirmos nossos objetivos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu pe-diria a compreensão de V. Ex^a, tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... que os relatórios já foram distribuídos em relação aos três indicados, que V. Ex^a pudesse autorizar o início do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Submeto à consideração do Plenário da Comissão o que foi sugerido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Se os Srs. Senadores aprovam o procedimento, declaro aberto o processo de votação para as Mensagens nºs 21, 22 e 23, de 2016.

Informo àqueles que desejarem votar que a cabine de votação já está à disposição.

Concedo a palavra, seguindo a ordem, ao Sr. Hélio Paes de Barros Júnior.

O SR. HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Senador Garibaldi Alves, meu Relator, Vice-Presidente Senador Ricardo Ferraço, em nome dos quais cumprimento todos os Senadores aqui presentes, autoridades, meus companheiros que hoje estão sendo sabatinados.

Procurei seguir as orientações que o Senador Garibaldi me deu de maneira que a gente pudesse ser bastante breve.

Eu só diria aos senhores, primeiramente, que é realmente uma honra dirigir-me aos senhores, tão importante plateia, mediante indicação para realizar uma tarefa que considero extremamente complexa. Aproveito este momento para, de maneira bastante reduzida, apresentar aos senhores minha experiência profissional e alguns dos meus pensamentos sobre a aviação civil.

Minha família é de aviadores. Meu pai veio de Cuiabá muito cedo, meu tio foi dono da Paraense, lá em Belém do Pará, nos anos 60. Eu tenho 47 anos de Força Aérea, entrei aos 15 e hoje estou com 62 anos.

Graduei-me como Bacharel em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea e em Matemática, especialização em Tecnologia da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, cursei uma Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Militares, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar).

Atuei no Sistema de Aviação Civil, como Major ainda, durante quase seis anos, possuindo diversos cursos no setor, como Planejamento Aeronáutico e Monitoramento de Ruído Aeronáutico, na Comissão de Estudos e Construção da Infraestrutura Aeronáutica - Cecia, órgão ligado ao extinto Departamento de Aviação Civil (DAC) e responsável naquela época pela elaboração dos diversos Planos Aeroviários dos Estados e Planos Diretores dos principais aeroportos do País.

Mediante a necessária transformação da Cecia em Instituto de Aviação Civil (IAC), fui um dos responsáveis também pela criação do Instituto de Aviação, que, naquela época, era a organização que formava os recursos humanos e treinava os recursos humanos do DAC.

No mesmo sentido, tive a oportunidade de, dentro do curso de Gerência de Aviação Civil, no Metropolitan State University, em Denver, Estados Unidos, estudar matérias como Aviação Regional, Economia e Regulação da Aviação Civil e Planejamento de Aeroportos.

Também participei de Curso de Gerência Profissional de Aviação Civil, na McGill University em Montreal, Canadá, onde tive a chance de analisar diversos estudos de casos sobre a construção de malhas aéreas e as respectivas viabilidades técnica e econômica.

Como Vice-Chefe de Tecnologia da Informação do DAC, fui um dos responsáveis pela coordenação e elaboração do primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação do DAC, fato que bastante contribuiu para a reestruturação do Sistema de Controle e Fiscalização da Aviação Civil (Siconfac) e do Sistema Unificado de Controle de Tarifas Aeroportuárias (Sucotap), os quais são derivados da interseção dos Horários de Transporte Aéreos Nacional (Hotran) com os Boletins de Alteração de Voo (BAV), que geram os recursos para a aviação civil, vão alicerçar o Fundo Nacional de Aviação Civil, e continua ainda sendo empregado pela Agência Nacional de Aviação Civil na presente data.

Como Piloto Inspetor da Aviação Civil, ao longo do tempo em que estive no Departamento de Aviação Civil, atuei na Aviação Geral, nas Empresas TAM e Varig, voando diversos tipos de aeronaves, onde tive a possibilidade de, não só avaliar a capacidade técnica da tripulação, como também fiscalizar todos os procedimentos relativos ao desempenho geral das companhias aéreas.

Mais tarde, como Oficial General, fui Chefe do Subdepartamento de Operações do DAC, com a atribuição de recrutamento e capacitação dos recursos humanos, fui um dos responsáveis pela seleção e contratação do pessoal que viria a suprir as necessidades da futura Anac – passei o bastão para o nosso companheiro.

Como Chefe do Subdepartamento de Serviços Aéreos do DAC, participei de inúmeras atividades de coordenação para o ajuste das malhas aéreas das empresas, versus a capacidade aeroportuária instalada e volume de tráfego aéreo existente como, por exemplo, o estudo e a consecução da transferência de voos da Pampulha para Confins.

Além disso, foi da minha competência, como Chefe do Subdepartamento de Serviços Aéreos do DAC, a análise e posterior aprovação de novas linhas aéreas, utilização de *slots* nos aeroportos com grande movimento, autorização para a entrada de novas empresas no mercado, aumento da frota e frequências de voo.

Participei de diversos fóruns e reuniões na Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), bem como representei o DAC em outras organizações multilaterais, como a Comissão Latinoamericana de Aviação Civil e em vários outros simpósios no Brasil e no exterior.

Senhores, agora aqui eu coloco aqui uma visão geral.

É importante salientar que, num país com as dimensões do Brasil, a aviação civil não apenas tem relevância especial no transporte de carga com elevado valor agregado, como também é fator preponderante na integração nacional, principalmente em áreas como a Amazônia Legal, onde o acesso é bastante restrito e, muitas vezes, só é possível através do modal aéreo. Dessa forma, ela leva em suas asas e rotores o desenvolvimento e o progresso do País, sendo a ponta de lança para a preparação de solo fértil em regiões ainda desprovidas de apoio, possibilitando que lá se desenvolvam outras atividades produtivas, sendo a principal conexão com as áreas mais desenvolvidas do País. Todavia, é preciso destacar que as atividades integrantes da aviação civil nacional são prerrogativas do Estado, o qual outorga concessões para que empresários de diversos setores e a própria União explorem seus serviços.

Nesse sentido, o espectro de atuação da Agência Nacional de Aviação Civil é extremamente amplo e importante, passando pela certificação de aeronaves, de empresas de manutenção, de pilotos, da infraestrutura aeronáutica, entre muitas outras.

Ao mesmo tempo cabe a Anac, em primeiro plano, zelar pela segurança de voo, garantindo que todos os recursos humanos, máquinas e infraestruturas do sistema estejam conforme as regras estabelecidas pelos organismos nacionais, como também por aqueles referentes à Oaci (Organização da Aviação Civil Internacional), de maneira a atender o usuário desse sistema, razão primeira de sua existência.

Levando em conta a posição do País no concerto das nações, vamos observar que o Brasil, mediante um trabalho acurado da Anac, Decea e Secretaria de Aviação Civil, vem garantindo a sua posição de destaque no seio da Oaci, com assento no Grupo 1 do Comitê daquela organização, formado por apenas 11 dos 191 países-membros daquela organização.

Ao mesmo tempo, é preciso notar que hoje a cidade de São Paulo ultrapassou Nova York, possuindo a maior frota de helicópteros do mundo, tendo o Brasil a quarta maior frota desse tipo de equipamento. Temos a terceira maior empresa de produção de aeronaves, a Embraer, é uma frota de mais de 12 mil aviões civis de diversos tipos. Também considerando a demanda existente no mercado possuímos uma malha razoável de aeroportos, bem como companhias aéreas com equipamentos de última geração.

Assim, senhores, para fazer a gestão de tão complexa atividade, é necessário, em primeiro lugar, não esquecer do usuário, buscando diuturnamente a disponibilização de um bom serviço a preços razoáveis, porém considerando também a necessária existência de empresas saudáveis, que possam auferir lucros compatíveis de modo a se consolidarem no País, permitindo que toda a cadeia produtiva do setor aéreo possa gerar empregos de qualidade, aumento de eficiência e, como em um círculo virtuoso, repercutir essas ações cada vez mais em melhores serviços e custos condizentes com o trabalho prestado, dentro de alto grau de segurança.

A aviação civil, segundo o meu entendimento e mediante o avanço tecnológico, é algo vivo e para a qual não existe um modelo eterno. Assim, é preciso um constante monitoramento dos cenários, um processo recorrente de avaliação da regulação em relação às novas realidades, visando incorporar as melhores práticas de modo a aprimorar, constantemente, o desempenho da aviação e dos métodos implementados.

Dessa maneira, conforme as informações supracitadas, coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para buscar responder os questionamentos que os senhores julguem convenientes nesta oportunidade.

Muito obrigado, Senadores, foi um privilégio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Hélio Paes de Barros Júnior e concedo a palavra ao Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra.

O SR. RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal Senador Garibaldi Alves Filho, Ex^{mo} Sr. Relator Senador Valdir Raupp, Ex^{mos} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, é com muito orgulho e satisfação que retorno ao plenário da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Agradeço aos Senadores que em 2010 confiaram-me a missão de ser Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Ver meu nome novamente colocado ao crivo de V. Ex^{as}, entendo, é um sinal de que desempenhei minha missão adequadamente. Assim sendo, estou novamente aqui para prestar contas de meu mandato passado e esclarecer dúvidas de minha atuação futura.

Quando estive aqui em 2010, a situação da aviação brasileira era bem diferente. Vivíamos um crescimento assustador e presenciávamos um verdadeiro *boom* em nossa aviação, que impressionava, inclusive, mercados mundiais.

Lembro-me que, em minha sabatina, a grande preocupação dos Srs. Senadores se resumia, basicamente, quase que de forma unânime, na capacidade ou falta de capacidade de nossos aeroportos – afinal, a maioria de nossos terminais caminhavam para um grande colapso e ainda tínhamos a responsabilidade de receber uma Copa do Mundo.

Em 2010, as reclamações dos usuários do modal aéreo eram gerais: falta de conforto dos terminais de passageiros, filas intermináveis, calor, voos atrasados, voos cancelados, falta de infraestrutura para a operação das empresas aéreas. E o que mais nós escutávamos era: “Imaginem na Copa...”

Diante do caos borbulhante, a agência tinha que adotar providências e agir rápido. O Governo Federal, de forma acertada, resolveu, inicialmente, conceder à iniciativa privada quatro aeroportos. O primeiro foi São Gonçalo do Amarante, na grande Natal do nobre Senador Presidente Garibaldi Alves Filho; logo em seguida vieram Brasília, Campinas e Guarulhos.

Destaco aqui que todos os processos de concessões no âmbito da Anac tiveram como responsável a Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado, que à época era ligada à Diretoria de Regulação Econômica, da qual tive a honra de ser Diretor.

Tivemos, em seguida, as concessões dos aeroportos de Belo Horizonte, Confins, e do Rio de Janeiro, Galeão. É importante destacar que todos os seis processos, tanto os editais como os leilões, transcorreram de forma célere, porém respeitando sempre os ditames legais. Dessa feita, não tivemos qualquer questionamento, seja na área administrativa, como na esfera digital, recebendo inclusive aprovação do Tribunal de Contas da União, o TCU.

Agora a Anac comanda novamente mais quatro processos de concessões, os aeródromos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza. Com a experiência adquirida em todas as concessões realizadas até o momento no Brasil no campo da aviação, sinto-me tranquilo e seguro para participar dessa nova rodada de concessões, tão importante para melhorar o futuro da nossa aviação quanto para a qualidade dos nossos usuários.

Junto com minha equipe técnica, visitei e acompanhei os principais aeroportos das cidades sedes da Copa do Mundo, onde fiscalizávamos e cobrávamos as melhorias prometidas dentro da competência da Anac. Assim sendo, a Copa do Mundo, com a união de todos os entes que compõem a aviação nacional, surpreendeu, transcorrendo sem qualquer incidente, sem reclamações, atrasos e ainda com elogios. Devemos, é claro, ressaltar a importância da união de todos os órgãos públicos e privados para o sucesso da operação, principalmente a participação efetiva de todos os servidores da Anac.

Agora, um novo desafio se faz presente: as Olimpíadas e as Paralimpíadas, que, ao contrário da Copa do Mundo, em que a rede aeroportuária foi utilizada por todo o País, a concentração se dará basicamente em uma cidade, o Rio de Janeiro. Com planejamento e execução já em andamento, entendo que o êxito será ainda maior com a experiência adquirida.

Como nas concessões, tive grande participação nos grandes eventos que o Brasil recebeu. Além da Copa do Mundo, que foi nosso grande desafio, tivemos: a Copa das Confederações; a Jornada da Juventude, com a participação de jovens do mundo inteiro e a participação do Papa; a Rio+20, que recebeu dezenas de Chefes de Estado, entre outros. Assim como no processo de concessões, sinto-me também confortável para participar das Olimpíadas e Paralimpíadas, que, sem dúvida, estão demandando e demandarão grande atuação da Anac.

Outro ponto que não podemos deixar de destacar é a crise econômica que afeta todos os setores, em especial o setor aéreo, que, em outros tempos, crescia duas, três vezes mais que o PIB nacional e hoje sofre com resultados negativos. O momento é delicado. Nossas empresas passam por uma situação preocupante. Os custos, em sua maioria, são em dólar e, somados à queda do número de passageiros transportados, o resultado tem sido negativo.

Entendo que a Anac deve procurar alternativas em conjunto com as empresas aéreas e os usuários para buscar possíveis saídas para voltarmos a ter um mercado equilibrado. A Agência responsável por deixar o mercado em equilíbrio, conciliando os interesses dos usuários com os das empresas. Assim, temos de estudar medidas não só para socorrer as empresas, mas também para melhorarmos cada vez mais nossa aviação. Contudo, o que a Anac nunca permitiu foi colocar a segurança operacional em segundo plano. Podemos pensar em alternativas e medidas, porém, a segurança sempre estará em primeiro lugar.

Encerrando, esclareço que fui o Diretor, entre 2010 e 2015, que mais relatou processos na Agência, mais de seiscentos. Conduzi projetos prioritários, participei de diversas missões, discussões e debates nos mais de cinco anos em que estive na Agência. Assim, somados os meus cursos de Direito e de Administração de Empresas, a minha pós-graduação em Gestão da Aviação Civil e os meus sete anos de atuação na Infraero, entendo estar ainda mais preparado para o novo mandato de diretor caso seja o desejo de V. Ex^{as}.

Posto isso, Ex^{mos} Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo ser este um pequeno introito, afinal o campo da aviação é deveras extenso. Poderíamos falar da formação de pilotos, tripulantes, da aviação geral, da aviação executiva, da aviação regional, certificação de aeronaves, certificação de pilotos, oficinas mecânicas, *safety, security*, bagagem, direito dos passageiros e tantos outros temas que envolvem a aviação e a Anac. Contudo, me permitam parar por aqui e me colocar à disposição dos Srs. e das Sr^{as} Senadores para qualquer tipo de esclarecimentos que julgarem necessários em qualquer um dos campos de nossa vasta aviação.

Muito obrigado pela nova oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra. Como é de praxe, os Relatores terão prioridade nos debates.

Concedo a palavra, se assim o desejar, ao Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez estamos aqui cumprindo uma das mais importantes tarefas desta Comissão sabatinando indicados pela Presidente da República para a Agência Nacional de Aviação Civil, agência de extraordinária relevância para o nosso País.

Estamos aqui diante de três indicados, cujos currículos, a meu modesto juízo, fazem jus à indicação presidencial: o Brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior; o Dr. Juliano Alcântara Noman e o Sr. Ricardo Sérgio de Maia Bezerra. São currículos que sinalizam, com muita clareza, a expertise profissional dos indicados para a nossa Anac, alvos de sabatina nesta Comissão. Ainda assim, Sr. Presidente, julgo importante que nós possamos fazer desta reunião um diálogo acerca da conjuntura da aviação civil em nosso País e dos desafios da nossa agência reguladora em função de suas responsabilidades, sendo a maior delas garantir a todos os brasileiros segurança – isso, por si só, já é muito importante – e também a excelência na aviação civil.

Nós estamos vindo de um período, Sr. Presidente... Por omissão do Governo Federal e do Poder Executivo, nós passamos em períodos anteriores por situações bastante delicadas por ausência de indicações para a composição da diretoria. Cito o caso, por exemplo, do Dr. Ricardo, que já foi diretor da agência e que está voltando, salvo melhor juízo, após 12 meses. Poderia já há muito ter sido indicado para recompor o quadro diretivo da Anac; após 12 meses, a sua recondução está acontecendo. Ou seja, desde a sua criação, já havia passado por três períodos em que não havia o quórum mínimo necessário para as decisões colegiadas; chegou a ficar quase seis meses sem ter capacidade de quórum, o que demonstra, seguramente, uma omissão por parte do Poder Executivo na indicação e na importância da agência reguladora.

Desta vez, nós estamos vendo o Governo agir com mais velocidade, é importante fazer este registro. Ou seja, o hábito anterior não se está renovando, isso é importante ser ressaltado.

Tudo isso ocorre em meio a mudanças profundas na estrutura da nossa aviação civil. As mudanças não param, nós estamos em processo de revisão no campo da infraestrutura dos nossos aeroportos. Portanto, eu quero apenas chamar a atenção para esse fato, para que esse fato não passe despercebido. Não tem e não faz sentido que o Governo Federal, o Poder Executivo, atrase tanto na indicação dos diretores da nossa Anac.

São as questões que eu gostaria de endereçar aos indicados para merecer a avaliação de V. S^{as}.

Pessoalmente, tenho absoluta convicção de que a liberação da transferência de bilhete aéreo entre usuários das companhias aéreas pode trazer benefícios para o passageiro, tanto assim que tive um projeto de minha autoria aprovado aqui no Senado, dependendo agora de deliberação da Câmara. Recentemente a Anac lançou consulta pública de normativo que também traz essa alteração nas regras.

Por incrível que pareça, nós estamos aqui discutindo o óbvio. E qual é o óbvio? Que um passageiro que adquiriu a passagem, Senador Vicentinho, com seu esforço e com seu trabalho, dentro de critérios, possa transferir, Senador Moka, essa passagem para quem desejar. Isso não é permitido no Brasil, por incrível que pareça, até aqui. Por mais estranho que possa parecer, nós estamos discutindo o óbvio, até porque isso acontece num conjunto infinito nas relações da sociedade de uma forma geral na aquisição de bens e serviços.

Eu gostaria de merecer a opinião de V. S^{as} a respeito desse tema. Essa consulta pública está em fase de recebimento de contribuições, mas logo os senhores estarão sentados lá – espero que sim, pelo currículo de V. S^{as} – e estarão decidindo sobre esse tema. Eu gostaria de merecer a opinião de V. S^{as} a respeito desse tema.

Mas não há apenas o tema da transferência de passagens entre usuários. Há também a questão da cobrança por bagagem. De igual forma, a Agência Nacional de Aviação Civil está publicando consulta pública trazendo essa alteração significativa, ou seja, o fim da franquia de bagagem despachada, garantida pela legislação atual. Hoje qualquer brasileiro, Sr. Presidente, tem uma franquia com peso determinado, específico. Sobre essa consulta pública... Os brasileiros não terão mais essa franquia, terão, na prática, que pagar por esse adicional ou terão uma redução nos custos da passagem? São mudanças que dialogam com a rotina dos usuários. Qual é a fundamentação, qual é a justificativa para se subtrair isso que me parece ser um direito adquirido dos brasileiros? Eu acho que a Anac, se fizer essa alteração, vai mexer num vespeiro, e vespeiro é o que não falta no Brasil nos tempos atuais.

Portanto, eu gostaria de merecer a opinião de V. S^{as} em relação a essas mudanças que estão sendo previstas. A primeira me parece muito positiva e muito óbvia, tanto que fui autor de um projeto, aprovado aqui no Senado, que dá autorização para que os usuários possam transferir as suas passagens, mas a segunda me parece coisa de quem está procurando chifre em cabeça de cavalo – e acabará encontrando. Eu não sei se é assim que se fala lá no Mato Grosso do Sul, mas no Espírito Santo é assim que se fala, Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – É, mas nós temos opiniões divergentes a respeito disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu gostaria de ouvir de V. S^{as} a razão e a fundamentação para esse tipo de benefício. Ou seja, é exatamente isto: haverá compensação? Se eu viajar sem ba-

gagem, ou se qualquer brasileiro viajar sem bagagem, terá redução no preço? Ou o preço continuará o mesmo e a bagagem terá um custo adicional? Eu gostaria que V. S^{as} pudessem abordar esse tema.

Também relacionado à manutenção da competência ao setor aéreo, há algo que não está sob a égide da Anac, que é o controle do espaço aéreo. O controle do espaço aéreo no nosso Brasil é de competência do Decea, órgão do Comando da Aeronáutica. Em outros países, como nos Estados Unidos por exemplo, o controle do espaço aéreo é civil e apartado do controle militar. Eu gostaria de ouvir de V. S^{as} qual é a avaliação que fazem dessa questão, que é central na estrutura da organização e da segurança dos nossos voos.

Sr. Presidente, além dessas questões, há um tema que está em debate aqui no Senado da República, foco da Medida Provisória 714, que, entre outras alterações, reduz a restrição da participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo. Atualmente, essa restrição admite que uma empresa estrangeira possa participar em até 20%. A medida provisória eleva esse valor para 49%. Em países mundo afora essa restrição já não existe mais, na medida em que a eliminação dessa restrição pode representar competição e concorrência, alternativas para o usuário brasileiro. Eu gostaria de merecer de V. S^{as} uma avaliação também dessa questão.

Paro por aqui por ora, Sr. Presidente, para que os colegas possam também participar da sabatina, mas oportunamente posso retornar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a V. S^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço e concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Cumprimento o Sr. Presidente Senador Garibaldi, os colegas Senadores, o eminente Relator Senador Ricardo Ferraço e os ilustres indicados – o Dr. Juliano, que já conheço há um bom tempo e com quem sempre tive bom relacionamento; o Brigadeiro Paes de Barros; e o Dr. Ricardo, com quem tenho um ótimo relacionamento, com seus familiares, com o seu pai; todos estão muito qualificados, muito preparados para a função.

Eu vou ser bastante objetivo, quero apenas tornar a colocar... Na indicação do Dr. José Ricardo e do Dr. Ricardo Fenelon, fizemos colocações que vamos repetir aqui com muita objetividade, porque isso já está passando do prazo de ser resolvido e é óbvio.

Por exemplo – parece que já está andando, mas a passos lentos, e precisa ser resolvido, Sr. Presidente –, não tem cabimento um avião ter de se deslocar daqui para fazer o *check de King* nos Estados Unidos, pois nem os americanos fazem essa exigência para seus aviadores. Isso é um custo para o avião ou para o proprietário do avião. Isso não tem sentido, fica parecendo que somos países de Terceiro Mundo, que o avião tem de ir aos Estados Unidos, sendo que nem mesmo eles exigem isso de seus aviadores. Então, precisamos resolver isso urgentemente. É caro para o coitado do avião, que está passando dificuldades com o salário achatado, e caríssimo para o proprietário da aeronave, que termina até vendendo o seu avião porque não dá conta de tantas despesas. Então, eu peço – agora que estará completo o quadro de 5 diretores – que se dê prioridade a isso, para diminuirmos, inclusive, o custo Brasil. Isso tudo vai pesando no custo Brasil. Esse é um item.

O outro item que quero encaminhar, Sr. Presidente, é no sentido de a Anac facilitar as homologações das pistas dos aeroportos. É muita burocracia, é muita burocracia. O prefeito constrói uma pista, ou um fazendeiro, e não consegue homologar aquela pista por causa dos entraves burocráticos da Anac, que deveria facilitar essa homologação, até porque passaria a ter mais controle sobre a segurança dessas pistas, que passariam a não ser mais clandestinas.

Lá no nosso Estado do Tocantins deve haver no máximo oito a dez pistas homologadas. É muito pouco. Você faz um plano, decola de Palmas e faz um plano para Dianópolis, mas você está indo para Natividade e para outras cidades. Deus o livre, acontece um acidente, e o serviço de salvação aérea vai conforme o plano e não conforme a rota. Então, eu acho que, à medida que a gente dê foco a homologações de pistas... Há um controle, inclusive, em todos os sentidos, de segurança, em todos os aspectos.

O outro assunto que eu quero colocar diz respeito à aviação regional. O Dr. Juliano chegou a comentar as privatizações de aeroportos, mas onde estão as companhias regionais? As que se lançam logo estão quebrando e voltando à condição de táxis aéreos. Dou o exemplo do Sete Táxi Aéreo, uma empresa bem dirigida pelo Presidente Luiz, um grande amigo, meu contemporâneo de aviação, correto, organizado: foi para a aviação regional, faltou aquele apoio do Governo Federal, e ele está voltando para a condição de oficina, de táxi e de hangaragem. Poderia essa empresa nacional, muito renomada, de pessoas que têm conhecimento de aviação, estar aí no mercado regional, assim como as demais, Brigadeiro. Precisamos ter muita atenção com as empresas regionais, não basta cuidar dos aeroportos.

Quanto ao Código Brasileiro de Aeronáutica, nós estamos aqui já com comissão indo para o final. É importante os diretores da Anac focarem também o CBA. Têm muito a contribuir todos os cinco diretores, porque

é uma comissão formada por especialistas da mais alta capacidade, inclusive presidida pelo brilhante Professor Jorge, da área da aviação. Eu tenho o mais alto respeito por ele.

E com relação também à renovação de habilitações técnicas: os aviadores estão tendo dificuldade quando vão renovar as suas carteiras. É preciso que a Anac dê uma prioridade aos aviadores, porque, sem eles, não há aviação. Essa é uma reclamação muito forte do Sindicato dos Aeronautas.

Com relação ao espaço aéreo, eu continuo defendendo que fique com o Decea e com a Força Aérea, porque eles são qualificados e preparados, até porque a Anac é uma apenas uma agência reguladora, ela não está preparada para administrar o espaço aéreo – aqui quero até cumprimentar o Brigadeiro Mesquita e os demais membros da Força Aérea. Acho que quem entende de espaço aéreo são efetivamente os membros da Força Aérea.

Aliás, colegas Senadores, Presidente e demais, a Anac tem deficiência de servidores. Há uma urgência, Senador Moka, de concurso público, mas concurso público com critérios, para que os servidores sejam do setor. Exigem nível superior e, de repente, entra um agrônomo. Tenho muito respeito pelos agrônomos, mas eles não entendem de aviação. Ele fica ali um pouquinho se preparando para outro concurso. Com isso, do último concurso da Anac para cá, Presidente, já saiu um número enorme de servidores da Anac. A Anac tem deficiência de servidores, e os Srs. Diretores têm que ter essa preocupação.

Isso nós já levantamos aqui na Subcomissão de Aviação Civil há dois anos, e nada ainda ocorreu de lá para cá. A gente observa fiscais de rampa em aeroportos quando vão fiscalizar uma aeronave, uma tripulação: resalto meu grande respeito aos que são qualificados, mas há uns que não conhecem praticamente nada do avião. Pegam ali uma lista e a vão lendo como se estivessem fazendo um discurso. Então, precisamos melhorar as exigências na hora do concurso público da Anac para que tenhamos em seu quadro servidores que conheçam, efetivamente, a aviação.

Caminhando já para o final, quero falar aqui, Brigadeiro Paes, sobre algo que o senhor conhece muito – foi do DAC –, sobre os aeroclubes. Quando era o DAC, os aeroclubes eram perfeitos, Presidente. O DAC pagava manutenção, havia recursos para isso, para aquilo. Os aeroclubes do Brasil eram uma beleza, inclusive no Estado de V. Ex^a, Natal, de Porto Nacional. Hoje, nós estamos vendo cemitérios de aviões, como, por exemplo, lá em Juiz de Fora, que tem mais de 10, 15 aerobueiros. A Anac não tem gestão sobre essas aeronaves por causa de uma portaria que designa para essa tarefa o Ministério do Planejamento, que não tem nada a ver com avião. Inclusive, os técnicos dizem assim: “Senador Vicentinho, mas nós não temos nada a ver com isso.” Eu sei. É por isso mesmo que estou tentando tirar essa portaria para que fique na Anac. Mas eu prego muito no deserto lá na Anac nesse sentido.

Eu espero que, com essa nova diretoria, com os cinco, se traga para a responsabilidade da Anac a gestão dos aeroclubes. Na minha cidade, Porto Nacional, por exemplo, já chegou a haver quase 100 alunos – o senhor conhece, Brigadeiro. Hoje está diminuindo. Por quê? Porque há uma aeronave. Nós já pleiteamos várias vezes buscarmos aeronaves lá em Juiz de Fora – estão lá e não podem ir para Porto Nacional. Voltaria a atender Tocantins, oeste da Bahia, Piauí, Mato Grosso, Pará, Maranhão. É uma região do agronegócio que poderia estar formando pilotos, inclusive agrícolas etc. E a Anac só serve para fiscalizar e punir. Ela não serve para chegar lá com as aeronaves e atender a demanda. Então, precisamos fazer isso, Brigadeiro. Precisamos que os aeroclubes... Não é saudosismo de aviador... Tirei brevê em Volta Redonda, fiz comercial, instrumento lá na Eapac, no Galeão, voei muito neste País, voo até hoje, sou filho de aviador. Então, eu gosto disso.

Eu espero que, com essa nova diretoria, Presidente, nos aeroclubes do Brasil, principalmente os que têm demandas, que são muitos, são vários, seja resolvido esse problema e que a Anac atenda esses pleitos. Todos os presidentes me ligam, me procuram. Eu fico impotente, embora seja uma causa das mais nobres que estou encaminhando, que é a formação de jovens pilotos para voarem Brasil afora.

Por fim, quero fazer uma colocação e trazer uma preocupação também com relação à carga tributária sobre as companhias aéreas, sobre os táxis aéreos e sobre a aviação regional. Isso está fazendo, Presidente, com que os aviadores percam seus postos de trabalho.

Por exemplo, a TAM com a LAN, do Chile: estão contratando pilotos chilenos, porque lá a carga tributária é menor, e vindo voar no Brasil. Ora, nada contra os outros países, mas sempre a favor do aviador brasileiro – os pilotos brasileiros estão entre os melhores do mundo. Estão contratando esses pilotos até com salário maior – sendo menor a carga tributária, podem fazer isso –, e estamos desempregando os nossos aviadores.

Portanto, temos que ter muita atenção com isso a fim de encontrar uma saída para que os aviadores brasileiros não percam seus postos de trabalho para aviadores de outros países – com certeza não é pela qualificação, porque considero que os aviadores brasileiros são os melhores do mundo, isso é histórico. Como aviador e muito solidário a todos os aviadores do Brasil, coloco essa preocupação. Neste momento difícil que vive a economia nacional, ainda temos mais essa condição que prejudica muito os aviadores.

No mais, votarei favoravelmente. As qualificações são as melhores. Tenho certeza de que os senhores, juntamente com o Dr. José Ricardo e com o Dr. Ricardo Fenelon, os cinco, vão ter essa preocupação que nós encaminhamos hoje aqui.

Já faz tempo que fazemos essas colocações, espero que não voltemos a fazê-las. Espero que, no próximo encontro, possamos agradecer, elogiar, dizer que a coisa andou e que facilitou a vida de todos, ou seja, das empresas, dos usuários e dos profissionais que trabalham na aviação. É isso o que nós queremos. É por isso que eu estou aqui.

Agradeço pela oportunidade de mais uma vez me manifestar, Presidente, e espero que esses encaminhamentos sejam atendidos em nome de todos os que aqui citei.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves, que é piloto, comandante de avião, e exibiu aqui os seus conhecimentos teóricos e práticos. Ele até já me convidou para ser passageiro de uma aeronave comandada por ele. Depois desse discurso de S. Ex^a, vou aceitar.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Comandante Hélio, o Dr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra e o Dr. Juliano Alcântara Noman.

Na semana passada, Sr. Presidente, estive na Anac. Fui lá para conversar sobre o que eu acho que deve estar acontecendo em todos os Estados, ou seja, as empresas estão diminuindo o número de voos. E não é uma afirmação, apenas uma constatação. E pode ser até coincidência, mas percebemos isso nitidamente.

Por exemplo, há duas companhias que fazem dois voos diretos para Campo Grande. De repente, uma das duas deixa de operar e fica só uma. Aquela que deixou de operar vai para outra rota onde também havia dois voos. Nessa outra rota, a que ficou deixa de operar lá. Sobre isso, tive a oportunidade de conversar na Anac.

A Anac hoje tem três diretores, salvo melhor juízo. Aliás, dois. Percebe-se quase que a angústia... Senti a boa-fé do Dr. Fenelon e a angústia real em relação a essa questão das empresas. Eu até fiz uma colocação. Eles vivem tanto o problema das empresas, a questão do custo, do prejuízo que as empresas estão tendo, segundo eles, mas a função da Anac não é só essa. Está certo que as empresas têm que estar bem, mas há o outro lado, que é o do usuário, do passageiro.

Não podemos, com a preocupação de que as empresas não podem ter prejuízo... Se a gente começar a reduzir o número de voos... E percebi nitidamente que a Anac não tem instrumentos, não tem. Nós temos de chamar para nós, Presidente, essa responsabilidade. A legislação não deu instrumento à Anac para que possa de fato exigir das empresas, porque as empresas operam livremente. Desde que haja espaço aéreo e horário, é livre. E, se deixar, simplesmente dizem “Não vou mais operar naquela rota”.

É claro que, à medida que se diminui o número de voos, concentra-se. Por isso não entendemos: como essas empresas estão dando prejuízo se esses aviões estão sempre lotados? É muito raro... Eu viajo Brasília-Campo Grande, e é muito raro encontrar um avião como esse que não esteja com 85% ou 90% de sua capacidade de lotação esgotada. E não é uma vez, nem duas, nem três em que há 100% de lotação, e às vezes até se pede para alguém desistir porque houve excesso de passageiros em relação ao número de assentos.

Então, acho que tínhamos que pedir aos novos... Não tenho dúvida de sua aprovação, são excelentes os currículos, funcionário de carreira, o Brigadeiro com uma larga folha de serviços já prestados, o Dr. Ricardo já é diretor e tem experiência, curso de pós-graduação.

Aliás, ultimamente têm vindo para cá... Gosto muito disso, é importante essa coisa da especialidade. Vemos que as pessoas que estão vindo são pessoas que conhecem a realidade.

Então, não tenho pergunta. A minha colocação é a de que os senhores poderiam se sentar lá com os outros e dizer... Eu já desafiei lá o Dr. Fenelon: traga para nós, traga para nós o que precisamos alterar na legislação para dar as ferramentas para que a Anac possa realmente ter uma atitude mais direta no sentido de controlar isso.

Não quero, absolutamente, quebrar as empresas, não é nada disso.

Aí toquei, Senador Ricardo Ferraço, nesta questão de acabar com a franquia da bagagem, e eles me explicaram: “Não, isso não é só assim.” Todo mundo fala só na franquia, mas, segundo eles, no conjunto disso, virá a diminuição da passagem, virá uma série de outras coisas que, no conjunto, vai beneficiar o passageiro.

Por isso, acho que é preciso realmente ver qual é a proposta. Às vezes vale a pena, Sr. Presidente, as pessoas fazerem economia, escolhendo somente o que é necessário levar numa viagem e verem o preço diminuído.

Eles falaram também num tipo de voo, que é comum em vários outros lugares do mundo, em que o preço é bem reduzido. Só que as empresas locais não querem esse tipo de concorrência.

Esta é uma outra análise que o Congresso tem de fazer: se não é hora de abrir a concorrência para empresas que não sejam só as nacionais, senão nunca vai haver essa competitividade.

Não estou dizendo que se deva fazer isso, mas acho que o debate tem que existir, porque senão vamos ficar o tempo todo nisto: três, quatro empresas. E não há para onde correr: ou elas operam ou elas não operam. Quero ver se houver a competitividade: “Ah, não quer mais aquela, vou entrar lá”. Acho que é uma alternativa, sim, de repente possibilitar essa competitividade maior.

Quero saudar o Juliano, o Brigadeiro Hélio. E, Ricardo, tive o prazer, na ausência do Valdir Raupp, de fazer a leitura e pude perceber o alto nível de conhecimento que V. S^a acumulou ao longo de sua carreira.

Sr. Presidente, eu também vou votar, se estiver liberado, porque sou suplente nesta Comissão e titular na outra. Mas sou bem-mandado, e o senhor disse que eu precisaria estar aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a é o suplente mais presente!

A propósito da mudança proposta, e já submetida a consulta pública, de mudança nas regras de direito e dos passageiros nos voos domésticos, entre os quais se incluiria o fim da franquia obrigatória de passagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagem em até 24 horas, já foi aprovado por esta Comissão, no dia 16 deste mês, requerimento de minha autoria pelo qual vamos discutir aqui em audiência pública essas mudanças. A data marcada, já apazada, é dia 20 de abril.

Eu gostaria de ouvir agora os dois Senadores que estão inscritos para podermos ter as respostas dos indicados.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi.

Saúdo os nossos ilustres sabatinados Hélio Paes Júnior, Ricardo Bezerra, Juliano Noman.

Aqui nós temos normalmente duas comissões a cada manhã. Então, se daqui a pouco não puder assistir as respostas, a minha assessoria está aqui para anotar.

Eu tenho três perguntas, Presidente, bem objetivas. Uma delas diz respeito a esse seu oportuno e inspirado requerimento para que tenhamos aqui uma discussão sobre o fim da franquia de bagagem nos voos domésticos. Eu acho que nós já poderíamos – saúdo a Senadora Vanessa, que está chegando; S. Ex^a veio valorizar a Comissão – ter uma *avant-première*, uma antecipação sobre a razão da cobrança da bagagem nos voos domésticos, saber se já existe um limite com relação a peso de bagagem. Por que essa cobrança, já que as passagens aéreas estão caras?

As perguntas poderão ser respondidas a critério dos nossos três convidados.

A segunda pergunta, Presidente, é sobre esse impactante acidente com o empresário Roger Agnelli, em que pereceu toda a sua família no fim de semana. A gente sabe que era usada uma dessas chamadas aeronaves experimentais, que nós, leigos, entendemos como aeronaves amadoras. O que a Anac faz nesse sentido, ou vai fazer agora com os novos diretores, com relação principalmente à comercialização dessas aeronaves nas quais, pelo que se tem ouvido, voa-se por conta e risco do dono, sem homologação da Anac? E disso resultou esse acidente tão grave, com alguém do gabarito, da experiência, do valor de um Roger Agnelli, que faz falta para a vida brasileira, ainda mais agora, em tempos de crise. Então, eu gostaria de ouvir o que se vai fazer a partir de agora, depois dessa triste ocorrência de domingo passado.

E a outra pergunta, Sr. Presidente, é sobre os *drones*. Há notícias de que a regulamentação acontecerá até as Olimpíadas, que estão próximas. Mas como a Anac está trabalhando esse processo? O prazo será observado? Que opinião têm os nossos convidados sobre o uso de *drones* em outros países, já que são aparelhos que, em determinadas circunstâncias, se tornam perigosos?

Objetivamente, são essas três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Cumprimento o Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, os Srs. Senadores e os senhores indicados a diretores da Anac, Juliano Noman, Brigadeiro Hélio Barros Júnior, Dr. Ricardo Bezerra.

Alguns dos questionamentos que queria fazer já foram feitos por meus pares que me antecederam, mas eu queria reforçar alguns deles e aditar outros.

Sobre esse acidente com o empresário Roger Agnelli: a aeronave dele era uma aeronave experimental, em experiência. Há aqui uma informação de que essa categoria de aeronave não tem certificação de segurança e sua operação é por conta e risco do proprietário. E me preocupa também o fato de que, segundo a própria Anac, existem 5.158 aeronaves registradas como experimentais – 5.158!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone.*) – No Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sim, pela Anac.

O Brasil todo foi surpreendido com a tragédia. Eu pensei que era uma aeronave experimental, mas são mais de 5 mil aeronaves registradas pela Anac como experimentais. Esse tipo de aeronave não tem autorização

para sobrevoar áreas densamente povoadas. Qual é a fiscalização da Anac? Como é que a aeronave decola de um aeroporto, que tem a obrigação de ser fiscalizado, e descumpra as regras de segurança?

Há outra pergunta que eu gostaria de fazer, mas, primeiro, quero lamentar que a Anac só tenha hoje dois diretores em exercício, ou seja, não pode fazer nenhuma deliberação, Senador Ferraço, com dois diretores. Com a ida de V. S^{as}, vai ficar completo o quadro da diretoria da Anac.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. S^{as} a respeito da abertura para o capital estrangeiro nas empresas de transporte aéreo. Já foi feita a pergunta, mas volto a fazê-la porque tenho um projeto nesse sentido e agora, recentemente, o Executivo encaminhou uma medida provisória copiando o projeto – já fez isso várias vezes –, propondo essa abertura. Há algumas diferenças em relação ao que eu apresentei, mas é na mesma linha, de fortalecer.

Nós estamos naquela do “me engana que eu gosto”: as empresas, na realidade, estão sendo negociadas com empresas estrangeiras com contratos de gaveta – está aí a TAM que não é mais TAM, é Latam. Todo mundo sabe que é LAN, mas, para efeito de legislação, continua TAM. É o caso também da própria Gol com a Delta. É preciso, então, deixar que o capital estrangeiro venha – evidentemente, com regramento.

Há outra questão que eu gostaria de ver comentada por V. S^{as}.

Eu fui Relator de uma medida provisória que criava o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Outra questão que eu gostaria de ouvir de V. S^{as}, eu fui relator de uma medida provisória que criava o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional. Nessa medida provisória, eu tive o cuidado de fazer um parecer que pudesse definir, Presidente Garibaldi, aquilo que veio indefinido do Executivo. Veio uma medida provisória vazia. Era para criar um plano de desenvolvimento da aviação regional, mas não dizia o que era aviação regional, não dizia o que era rota regional. Ela vinha com um objetivo determinado. E aqui nós fizemos um parecer definindo isso tudo, inclusive dando um tratamento diferenciado para a Amazônia, porque a aviação regional na Amazônia salva vidas. Lá na Amazônia não é como no Sul e Sudeste onde você pode... Lá nós só temos os barcos ou avião para inclusive, como eu disse, salvar vidas.

A medida provisória decaiu, perdeu o objeto pelo prazo. Duas medidas provisórias depois, o relator era o Senador Jucá e eu pedi a ele que incorporasse no parecer dele o parecer do Plano Nacional de Aviação Regional, que era importantíssimo para nós. Ele, como amazônida, entendeu e fez. Só pediu – estava no parecer a questão da abertura do capital das empresas brasileiras para o capital estrangeiro – para tirar e que eu fizesse um projeto separado, como fiz. Mas ele incorporou, foi aprovado, foi sancionado, virou lei. Isso tem dois anos, e até hoje não foi regulamentado o subsídio para a aviação regional.

Então, eu pergunto: qual a posição da Anac na questão de fortalecer a aviação regional? Já deve ter sido dito aqui e eu vou repetir, Senador Garibaldi Alves: fazer um voo de Belém a Redenção, que é uma cidade no sul do meu Estado, é mais caro do que ir de Belém a Paris e voltar duas vezes. Então, tem alguma coisa errada nisso aí. Talvez o subsídio do programa possa vir a solucionar essa questão.

Quero parabenizar o Senador Garibaldi pelo requerimento da audiência pública. Diminuir a franquia da bagagem para o passageiro representa aumentar o custo da viagem. Eu perguntaria se esse peso de 23kg para voo doméstico é usado no resto do mundo ou se é jabuticaba – invenção brasileira. Então, se é no resto do mundo, temos de manter aqui. Não há por que reduzir isso para que os passageiros passem a pagar excesso de bagagem, aumentando ainda mais o custo da viagem.

Por último, quero parabenizar nossos três indicados. Li o currículo de V. S^{as}. Tenho certeza de que a Anac estará muito bem atendida com a ida de V. S^{as} para a diretoria. Espero que a gente possa fortalecer a aviação civil no Brasil que, como foi dito aqui, passa por uma crise. Os aviões vivem lotados e as companhias tendo prejuízo. Também não falo do preço do combustível, que é o combustível mais caro do mundo, e por aí vai. Quero só ouvir a opinião de V. S^a.

Que Deus os abençoe!

Boa sorte a vocês três.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A última oradora inscrita, por ora, é a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele falou por ora, Senador, então está aceitando ainda inscrições, não é, Senador Garibaldi?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quero cumprimentar primeiro o nosso Presidente, Senador Garibaldi, e o Dr. Ricardo, o Dr. Hélio e o Dr. Juliano.

Faço meus questionamentos tendo eu já votado. Já votei porque, como disse o Senador Flexa, que me antecedeu, nós temos as melhores referências da capacidade técnica de todos os senhores, que vêm em boa

hora compor os quadros da Anac, uma agência que nesses últimos tempos ficou praticamente impossibilitada de agir em decorrência do número, da falta de dirigentes.

Então, cumprimento os senhores.

Serei muito breve nos meus questionamentos. Um deles diz respeito a um projeto encaminhado pelo Poder Executivo, acho que é medida provisória, já nem sei mais, que amplia a possibilidade da atuação no espaço aéreo brasileiro de empresas de capital estrangeiro. Segundo o projeto encaminhado pela Presidência, quando houver reciprocidade dos países, o capital poderá ser aberto até quase na sua totalidade. Ou seja, digamos que a Argentina preveja a possibilidade de uma empresa brasileira atuar naquele mercado 100%, como empresa 100% brasileira, essa possibilidade seria aberta ao país.

Eu tenho visto que são várias as emendas apresentadas à medida provisória que retiram essa parte, ou seja, prevendo a possibilidade de estrangeiras atuarem livremente no Brasil sem que haja absolutamente nada de reciprocidade.

Quero manifestar a minha opinião. Sou contrária, porque acho que não alcançamos a maturidade, o desenvolvimento no setor para abirmos o nosso mercado de uma forma tão drástica como está sendo proposta. Essa é a minha opinião.

Pergunto aos senhores, e sei que não estão aqui e nem seria correto perguntar a cada um para que emita o seu juízo de valor, porque essa é uma decisão que não cabe à Anac, é uma decisão que cabe ao Congresso Nacional, entretanto, pergunto se os senhores teriam um quadro para nos passar de como esse procedimento acontece mundo, se os mercados são mais abertos ou mais fechados, se há reciprocidade ou se não há. Queria ouvir essa manifestação dos senhores.

A segunda questão diz respeito à possibilidade – já foi perguntado, e eu vou apenas reforçar os questionamentos – de as empresas aéreas cobrarem pelas bagagens. Eu, Senador Garibaldi, penso de forma inversa, que, ao invés de punir, de cobrar, a nossa legislação teria que mudar de foco, deveria incentivar. Em vez de ser punitiva, deveria ser preventiva. Em vez de cobrar, deveria incentivar, ou seja, pessoas que não dispõem de bagagens teriam desconto nas passagens, e não serem cobradas por um serviço que já é caro, por um serviço que, apesar de ter aumentado muito o número de brasileiros e brasileiras que utilizam esse transporte, isso aconteceu nesses últimos tempos, mostrando o nível de desenvolvimento que o País alcançou, e muito mais do que de desenvolvimento, de distribuição de renda, apesar disso, se comparado o preço das passagens aéreas no Brasil com o de outros países – e os senhores poderiam falar e até me corrigir se eu estiver falando alguma besteira, mas creio que não – é muito maior do que a média internacional.

Quero dizer que essa é a minha opinião.

Gostaria de ouvir a opinião dos senhores a respeito disso, mas já comunico que ingressei com um projeto de lei, Senador Flexa, determinando uma franquias, a possibilidade da cobrança a partir daí, dessa franquias. E dentro da franquias, a possibilidade do desconto caso o passageiro leve menos bagagem e da cobrança caso leve mais bagagem além daquela franquias determinada. Acho que seria um erro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me uma sugestão, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deveria ter, como existe banco de horas, um banco de carga, de bagagem, se credita ou se debita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É mais ou menos isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas a franquias já atende 23kg.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É com isso que eles querem acabar, para cobrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não tem como, só se nós deixarmos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso é que está em discussão. Prevê cobrança de qualquer bagagem despachada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu espero que V. Exª vote contra o Governo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas essa é uma decisão da Anac. Essa é uma decisão da Anac. A Anac abriu...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É sim. A Anac abriu uma audiência para mudar as regras do despacho de bagagem, uma consulta pública – chamada audiência pública –, porque essa é uma decisão que cabe a Anac. Para tirar esse poder da Anac que já apresentei um projeto de lei não permitindo isso, prevendo uma franquias mínima. Ultrapassada a franquias, seria mantida a cobrança e, se não utilizada a franquias, também poderiam dar descontos aos passageiros. E baseado em quê? Baseado

nisto: que nós no Brasil praticamos um preço extremamente maior do que os outros países praticam. Então essa seria a segunda questão.

E a terceira e última, Presidente, diz respeito também à aviação regional. Eu reconheço o belo trabalho que o Senador Flexa fez, e conseguimos avançar muito da medida provisória inicial até a lei aprovada, principalmente no que se refere ao estabelecimento de regras diferenciadas para a aviação na Amazônia, porque discutir a aviação regional... Ela é regional no Brasil inteiro se for um transporte de interiores. Mas é muito diferente fazer transporte de interiores em São Paulo, em Minas Gerais, até aqui, no Centro-Oeste, e na Amazônia. Andar de avião lá não é um luxo, não é uma opção; é uma imposição. Dentro dos orçamentos dos Municípios, orçamentos públicos, o item “gastos com despesas de passagens aéreas” é elevadíssimo. Por quê? Porque pacientes adoecem, precisam de tratamento de emergência, e é a prefeitura que tem que bancar a passagem aérea daquele paciente que não pode passar 15 dias, 20 dias, 30 dias percorrendo de barco até chegar à capital do meu Estado, por exemplo, o Estado do Amazonas.

E nessa lei, Senador Flexa, foi prevista a possibilidade de tratamento diferenciado também aos aeroportos. O que nós tínhamos? As exigências para um aeroporto de interior – lá do Município de Barreirinha, por exemplo, no meu Estado, ou o Município de Tapauá, no interior do meu Estado, um Município de 8 mil habitantes, e, eu digo, nós dependemos da pista da aviação, porque só chegamos lá por via aérea ou por via fluvial – as regras que se exigiam, Senador Garibaldi, de segurança para esses aeroportos eram idênticas às regras exigidas para os grandes aeroportos. É óbvio que com um número menor de equipamentos, mas regras muito parecidas. E a nova lei prevê a possibilidade de regras diferenciadas, claro, dentro do critério de segurança, mas poder apresentar uma exigência mínima sem comprometer a segurança da população, da cidade ou dos trabalhadores do setor.

Então eu perguntaria aos senhores – não sei, os senhores estão chegando à Anac, mas o Dr. Juliano já tem um conhecimento maior sobre o caso, porque já é do setor, já atua no setor – a quantas andam os estudos e a elaboração do expediente para regulamentar essa questão por parte da Anac.

Era isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Bem, nós já temos um número de indagações significativo. Eu indago da...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sim.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – As minhas perguntas são simples, até para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Querem continuar?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É que a maioria já até foi feita.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Também minha colocação seria rápida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, com a palavra, de acordo com a ordem de inscrições, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento os indicados, o Juliano, o Hélio e o Ricardo.

Presidente, a minha colocação também é muito objetiva. Nós temos uma dificuldade muito grande hoje, acho que o Vicentinho falou, na questão do *recheck*; o *recheck* e o *check* também dos pilotos. Isso tem demorado dois meses e tem prejudicado muito a aviação civil.

E um outro item também importante é a questão dos simuladores para quem já pilota aviões tipo jato, quando vai mudar de um avião para outro que também é jato. Por exemplo, quem voa um Citation e vai mudar para um Hawker. Esse simulador é muito caro. Para se ter uma ideia, está custando em torno de R\$70 mil. Já que o piloto é de jato, ele poderia fazer isso também de uma forma mais simples, que não teria esse custo tão elevado.

E a questão da recomendação dos *drones*, pois também foi perguntado agora em que pé está isso.

São essas as perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço e concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente e demais sabatinados, que foram indicados para a Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac.

Sr. Presidente, um ponto que nos inquieta muito é exatamente a dificuldade de ter todo o registro de uma pista no interior. Em várias cidades do Estado de Goiás, por exemplo – eu cito o meu Estado –, foram criadas todas as condições, mas não há aquela estrutura toda do Corpo de Bombeiros e, com isso, essas pistas não são também reconhecidas nem autorizadas, homologadas. É algo que está criando uma situação de total dificuldade para transitar, porque qualquer seguro daquela aeronave exige que também a pista seja homologada.

Quanto a essas exigências, o que as autoridades locais dizem é que é impossível de serem cumpridas. Não entendo como é que seria no interior do Rio Grande do Norte, mas é semelhante à nossa situação de Goiás, bem como à de todos os demais Estados. Por isso há uma certa dificuldade também para a aviação regional, como muito bem foi colocado aqui pelo Senador Flexa Ribeiro.

Um outro fato: as linhas regionais estão totalmente falidas. Isso é uma realidade hoje. Normalmente as grandes empresas lançam algumas de suas empresas aliadas, ou suas concessionárias, para fazerem uma disputa numa tal região, e normalmente todas elas estão fechando.

Quanto à crise da aviação, esta é conhecida de todos, mas aí há mais alternativas, como recorrer ao BNDES, fazer renegociações maiores e, aí, conseguem sobreviver também, buscando empresas internacionais, para se alinharem.

Uma outra queixa nossa, que já foi levantada aqui pelo Senador Ferraço, é a seguinte: eu imagino que todos os senhores usem a aviação comercial, e, para uma pessoa que tem a minha estatura, 1,90m, para poder realmente ficar dentro daquele espaço, sentada, é algo quase impossível. Primeiro, porque você tem que ficar com a perna para o lado de fora. Você não tem como ficar sentado entre aqueles bancos. Essa queixa já foi falada e tal, já foi até motivo de um ex-Ministro, à época, o Nelson Jobim, colocar como sendo uma coisa que ele resolveria em dois minutos. Nada aconteceu. E o pior de tudo é que, quando você cochila em alguns minutos, vem aquele carrinho pelo corredor e quase quebra o nosso joelho. Então, Presidente, o que eu vejo é que se trata de um mínimo de exigência, um mínimo de condição para o cidadão poder ficar sentado ali. Agora ainda querem cobrar mais essa consulta popular para bagagem.

Então, eu vejo que são desafios que os senhores terão à frente da Anac. Sabemos nós da crise, hoje, que atinge também todas as empresas nacionais. É algo que tem de ser muito bem debatido, esclarecido, quais são esses fatores que realmente levam essas empresas todas, quando chegam a um patamar, a entrar nessa crise de total insolvência, normalmente sendo absorvidas por outras, e, logo a seguir, essas outras vêm no mesmo processo de falência.

A sobrevida das empresas aéreas, no Brasil, é muito curta. Eu não tenho essa estatística. Não sei se mundialmente, também, é esse mesmo prazo que tem a vida útil de uma empresa aérea, mas é lógico que isso nos preocupa, até porque é um meio de transporte que deveria ser cada vez mais ampliado e cada vez mais estimulado, para que as pessoas tivessem acesso a ele, até porque as condições das nossas rodovias são as mais precárias do mundo e a incidência de acidentes e mortes em rodovias, é lógico, supera dezenas de vezes a incidência dos acidentes aéreos existentes.

Como tal, as colocações que faço são estas: a rigidez que se coloca aqui, a impossibilidade de cumprirem as determinações para que as pistas no interior sejam homologadas e também a condição de sobrevivência que tem de ser dada a essas empresas regionais.

Fui informado de que, no meu Estado, por exemplo, há uma empresa regional que já pediu recuperação judicial, que já fechou as linhas, e ela servia enormemente às regiões do interior de Goiás, de Tocantins, de Mato Grosso e do Pará. Então, com isso, é mais uma empresa que perde sua capacidade de oferecer serviços à população.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a formular aos senhores candidatos à Anac.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ao mesmo tempo em que concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, peço a ele para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Eu falo daí ou daqui?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a já fala como Presidente.

Quero registrar o quórum significativo que estamos obtendo nesta sabatina e também parabenizar os expositores, que foram brilhantes em suas exposições, o que não é surpresa. Quem examinou os currículos viu que todos estão preparados para enfrentar os grandes desafios da aviação no nosso País. Tenho de me ausentar, mas quero cumprimentar todos. Para mim também não será surpresa se os três lograrem uma aprovação.

Senador, assuma a Presidência com plenos poderes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós gostaríamos de, inicialmente, registrar aqui que o Senador Raupp ligou pedindo para justificar sua ausência, devido a um compro-

misso de última hora no seu Estado. Mas, de qualquer forma, fica aqui registrado também o seu relatório e a sua intenção de que, nesta reunião de hoje, consigamos votar a indicação desses três sabatinados.

É importante dizer que o Presidente Garibaldi e todos nós desta Comissão temos cobrado muito do Governo a indicação rápida dos membros de todas as agências. No ano passado, em muitas agências, faltava completar a diretoria. Agora, hoje, nesta sabatina, são indicados três membros da Anac. Com certeza, isso traz mais agilidade ao trabalho e ao funcionamento da agência.

Na semana passada, nós cobramos isso. Ontem, inclusive, cobramos do Ministro Berzoini e também do Ministro Jaques Wagner o envio urgente do nome do Diretor da Antaq, visto que a Antaq é uma agência que só tem três diretores. Como o mandato do Dr. Mário Povia venceu, hoje a Agência funciona só com dois diretores. E, com dois diretores, é praticamente impossível a agência funcionar, até porque não há o voto de Minerva. O Presidente mandou essa carta tanto para o Ministro Helder Barbalho como para o Ministro Jaques Wagner. Na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ele pede a recondução do Sr. Mário Povia ao cargo de diretor da agência.

Esta Comissão reitera a sua posição, já expressa em outras ocasiões, sempre favorável à manutenção dos quadros completos das diretorias das agências reguladoras, cujo importante papel na gestão pública pode ficar comprometido em razão das vacâncias ou interinidades.

Isto aqui também foi enviado em função também de um ofício encaminhado a esta Comissão da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Asantaq) pelo seu Presidente, Rafael Galvão de Santana, também demonstrando preocupação de ter uma agência apenas com dois diretores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, se for da avaliação de V. Ex^a e dos demais pares, nós começamos esta sabatina às 8h30 e, involuntariamente à minha vontade, agora às 10h, eu tenho a Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, nós estamos aqui diante de um requerimento de minha autoria, solicitando a convocação do Presidente da Petrobras e do Diretor de Governança da Petrobras, Sr. João Adalberto Elek, assim como a do Sr. Ivan de Souza Monteiro, enfim, diretores da Petrobras, para discutirmos o balanço da Petrobras, anunciado ontem, que produziu um prejuízo da ordem de R\$34,8 bilhões.

Sr. Presidente, para além desse péssimo resultado por parte do balanço da Petrobras, há também a denúncia de que o Conselho de Administração da Petrobras estaria investigando denúncias relacionadas ao chamado petrolão sindical da Petrobras, que, segundo essas mesmas fontes do próprio Conselho de Administração da Petrobras, produziria prejuízos adicionais de 40 bilhões.

Portanto, considerando que esses fatos são da maior relevância é que estamos submetendo a V. Ex^a a possibilidade de nós fazermos a votação desse requerimento com a minha presença – parece-me que não há nenhum desacordo aqui, na Comissão –, para que eu possa seguir para a Comissão de Constituição e Justiça.

É a consulta que faço a V. Ex^a, se V. Ex^a poderia submeter ao Plenário, rapidamente, para que pudéssemos ouvir os nossos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Ferraço, até para ter um crédito com V. Ex^a, eu vou dar uma atropelada aqui. Vou colocar já o requerimento de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E, depois, a gente continua com os sabatinados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O crédito de V. Ex^a é da distância do céu! É infinito! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E porque, claro, V. Ex^a tem um compromisso, e aqui já houve a votação. Então, o que vocês vão complementar será necessário, é importante, porque fica aqui tudo gravado. Também a população está nos assistindo pelas redes sociais, continua ao vivo pela TV, enfim, é importante, porque aqui também é uma satisfação a ser dada a toda a população.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Ferraço.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura para avaliar as perdas financeiras do resultado da Petrobrás em 2015, discutir as denúncias envolvendo a gestão da área de Recursos

Humanos da empresa que podem ainda trazer perdas bilionárias e verificar quais medidas estão sendo tomadas para o reequilíbrio financeiro da empresa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Considerando a motivação da audiência pública, recomenda a presença dos seguintes convidados: Al-demir Bendine, Presidente da Petrobras; João Adalberto Elek Júnior, Diretor de Governança, Risco e Conformidade; e Ivan de Souza Monteiro, Diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Antes, porém, há alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam, então, com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também aproveito e coloco um requerimento de minha autoria.

Apenas peço autorização da Comissão de Infraestrutura, nos termos regimentais, para, na qualidade de representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a audiência pública que ocorrerá no dia 31 de março, de 2016, no Município de Guarantã do Norte, Mato Grosso, com a finalidade de debater e discutir a concessão do trecho da BR-163, entre os Municípios de Sinop, em Mato Grosso, a Miritituba, no Estado do Pará, conforme convite anexo.

Importante destacar que a audiência pública supramencionada servirá como sequência da realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura no último dia 16 de março, em atenção aos Requerimentos nº 1/2016 e nº 8/2016.

Eu quero salientar que o convite parte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, mais precisamente do Deputado estadual Pedro Satélite, do PSD.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, de 2016

- Não terminativo -

Requer autorização para participar de audiência pública no município de Guarantã do Norte/MT, no dia 31 de março de 2016, que discutirá sobre a concessão da BR 163 no trecho entre Sinop a Miritituba no Pará.

Autoria: Senador Wellington Fagundes)

Eu faço questão de estar presente, visto que a BR-163 é hoje a estrada mais importante, pois liga toda a Região Centro-Oeste e o centro-sul ao Amazonas. Tudo que segue para a Região Amazônica tem que passar pela BR-163, principalmente pelo trecho entre Rondonópolis e Posto Gil. E essa é uma região que está aumentando muito a sua produção. Nós já temos concessionado o trecho entre a divisa de Mato Grosso do Sul e a cidade de Sinop. Pretende-se agora fazer nova licitação para o trecho entre Sinop e Miritituba e da divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul até o Pará. Até o Paraná também já está concessionado, em obras. Por isso, em razão da importância, faço questão de estar lá.

Eu quero aqui ainda, como último inscrito, registrar o entusiasmo desta reunião, por estarmos votando e dando condições para que a Anac...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, antes que V. Exª prossiga, gostaria de saber se o item 1 da pauta foi apreciado. V. Exª colocou em apreciação?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Esses dois requerimentos foram incluídos extrapauta, mas se V. Exª também quiser, podemos fazê-lo agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na realidade, o item 1 da pauta é um requerimento de minha autoria. É mais um para aditar convidados a uma audiência pública sobre a BR-319. V. Exª pode confirmar se está convidando apenas a Confederação das Indústrias do Estado do Amazonas?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então eu peço a retirada do requerimento porque já apresentei vários outros e nós estamos com um número muito extenso de convidados. Eu retiro de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois bem.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, de 2016****- Não terminativo -**

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2016, de autoria do Senador Acir Gurgacz, cujo objetivo será debater a “reconstrução da BR-319, trecho Porto Velho (RO) – Manaus (AM), com vistas ao modelo de rodovia a ser implantado, ao processo de licenciamento ambiental e a gestão e operação da rodovia”. Para tanto, indico a inclusão de representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin)

Há apenas mais um requerimento e encerramos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É o item 2.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, de 2016****- Não terminativo -**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e identificar alternativas para a recarga de veículos elétricos e, conseqüentemente, instruir o PLC nº 65, de 2014, que “institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais”. Propõe que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ministério das Cidades; Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Autoria: Senador Jorge Viana

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concluída a pauta de votação, vamos prosseguir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, agora vem a parte importante. Todos os Senadores falaram, fizeram questionamentos como eu, mas estamos com uma reunião bastante comprometida. Infelizmente, daqui a pouco terei que ir também, porque há votações de matérias em outras comissões, daí a ausência dos Parlamentares. Então, se V. Exª me permite, antecipadamente, eu gostaria de pedir desculpas aos nossos indicados, assim como a sua compreensão para a minha situação e a de todos os que estiveram aqui correndo para votar e relatar matérias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu acredito que eles entendem bem, até porque já houve a votação. Com certeza, aqui será apresentado o currículo de cada um, todos aqui visitaram os Senadores e conversaram pessoalmente. Acredito, tenho quase certeza de que será por unanimidade essa votação. Mas é importante que cada um coloque o seu posicionamento final em relação às indagações, às ponderações dos nossos Senadores. Ainda vou fazer as minhas, já que eu estava inscrito como orador.

Como eu dizia aqui, acho que é fundamental a conclusão das diretorias. Por isso, esta Comissão tem sido muito ágil. Quero parabenizar o Senador Garibaldi Alves, porque, todas as vezes que aqui chegaram as indicações, ele não demorou mais do que uma reunião para designar o relator e, conseqüentemente, votarmos o mais rápido possível. Por isso, reitero aqui, quero cobrar do Ministro da Casa Civil essa questão da Antaq, que é a única diretoria que só tem três diretores e, com dois diretores hoje, não há praticamente como funcionar. Isso emperra o serviço público, emperra o serviço das agências, no caso específico, dessa agência. Ontem estive lá cobrando e fica aqui mais uma vez, de público, não só essa cobrança nossa como do próprio Presidente, em ofício que enviou ontem à Casa Civil e também ao Ministro Helder.

Em relação aos três sabatinados, os requerimentos já foram muito bem apresentados. O Dr. Juliano, na sua fala, mostrava até certo entusiasmo pelo fato de ser o primeiro funcionário da casa de carreira a ser indicado para a diretoria. Acredito que isso é muito importante, porque valoriza os funcionários públicos de carreira. Hoje, por exemplo, no DNIT, todos os diretores são de carreira. Agora, também não vamos fazer discriminação com quem não é de carreira. Penso que a oportunidade de ter pessoas de carreira ajuda porque representa o dia a dia dos funcionários, os questionamentos. Mas, claro, quem vem de fora, de outros setores, como os demais diretores indicados, sem dúvida nenhuma, pode contribuir até pela experiência profissional, como é

o caso do Dr. Hélio, que é militar e conhece muito da área. Enfim, todos vocês, com certeza, haverão de estar lá prestando esse serviço.

Eu já tive oportunidade de conversar com eles e o faço de público, sem nenhum problema: o que eu espero é que a diretoria, não só da Anac, todas elas entendam que o papel de vocês é atender a população. Quando algum dos Senadores reclama da demora no atendimento – e já tive oportunidade de ir a uma agência com um prefeito, ou com outro interesse –, é porque é uma dificuldade imensa. Há agências com características diferentes das outras, há agências que fazem questão de colocar dificuldades no atendimento e na apreciação dos processos. Isso acaba irritando a população, porque, às vezes, a liberação de um aeroporto, que está pronto, só para fazer vistoria é uma demora, e quem perde com isso é a população. Houve o fechamento simples de um aeroporto por algo que o técnico poderia avaliar e liberar rapidamente. O não funcionamento de um aeroporto pode prejudicar vidas. Muitas pessoas, às vezes, têm que se deslocar por um acidente ou por outras circunstâncias.

Por isso, quero registrar esse pedido. Falei pessoalmente, no sentido de que a diretoria tenha sensibilidade no atendimento àqueles que vão procurá-la, sejam Parlamentares – Parlamentares com legitimidade, porque nós somos representantes legítimos, através do voto; então, se somos procurados, temos que ir lá buscar o caminho para dar respostas à sociedade –, sejam quaisquer cidadãos. Hoje, mais do que nunca, as agências estão se aparelhando e procurando, através das mídias sociais ou outras alternativas, o acesso mais rápido ao cidadão.

Portanto, penso que o trabalho de vocês, como diretores, rejuvenescidos, porque cada mandato rejuvenesce – assim eu espero –, ele rejuvenesce, porque são novas energias que ali são colocadas internamente, entre vocês mesmos... O mandato de vocês, de cinco anos, é um mandato relativamente longo até. Há outras agências, parece-me, com três anos.

É importante, então, para vocês verem que isso aqui transcenderá o Governo. E este é o papel da agência mesmo: ela ter independência para fazer a sua atuação. Então, eu aqui espero, com a posse que virá posteriormente – vai ainda para o Plenário, claro –, que a agência tenha exatamente essa celeridade no sentido de atender à população, que é o que todos nós desejamos.

As minhas considerações são mais nesse sentido de apoio e de esperar que a Anac seja, cada dia mais, uma agência estruturada. Esse é outro aspecto importante, porque também tem que haver estrutura, tem que haver capacitação, tem que haver quadro de pessoas para que possa atender a esse Brasil tão grande e com tantas necessidades, principalmente no caso da aviação regional, por causa das distâncias, como disse aqui a Senadora Grazziotin, em alguns Estados. No meu Estado, são 920 mil quilômetros quadrados e 3,5 milhões de habitantes. É muito território para pouca gente. Somos o Estado maior produtor das *commodities* agrícolas, mas temos problemas de infraestrutura de estrada, hidrovia, ferrovia. Tudo o que se fizer ainda é pouco.

Ainda mais, nessa questão aeroviária, o Governo lançou o Programa de Aviação Regional e criou uma expectativa muito grande nos prefeitos, nas comunidades, porque agora vai haver o aeroporto, vai haver a aviação regional, vai ficar tudo mais rápido. Então, eu gostaria, inclusive, que, naquilo que é papel da Anac, pudéssemos forçar mais ainda o Governo para fazer com que esse Programa de Aviação Regional fosse verdadeiramente implementado.

Eu quero aqui ainda registrar que é papel da SAC, não da Anac – ontem eu falei com o Ministro –, o aeroporto de Cuiabá, no meu Estado. O aeroporto de Cuiabá é o segundo maior aeroporto, em território, em área, do Brasil – são 720 hectares –, está no centro da cidade de Várzea Grande, bem próximo ao centro de Cuiabá e é um aeroporto com obras há mais de 15 anos. Houve agora a Copa do Mundo e as obras não foram concluídas. Lutei muito, inclusive em um convênio que foi feito com o governo do Estado. Já mudou o governo e a obra continua a passos lentos. Segundo a própria pesquisa do setor, hoje o aeroporto de Cuiabá e de Várzea Grande é o pior aeroporto do Brasil. Isso não é uma pesquisa, duas ou três pesquisas já foram feitas.

O Ministro do Planejamento à época, Nelson Barbosa, esteve aqui. Nós, inclusive, cobramos um posicionamento. Aqui, nesta Comissão, ele sugeriu que se procurasse, então, alguém interessado para fazer o PMI, a manifestação de interesse. Isso já foi feito, todos os estudos foram concluídos. Ontem, lá, nós pedíamos ao Ministro que mandasse para o conselho para permitir esses estudos conclusivos para a possível licitação.

Visto que o aeroporto de Cuiabá e Várzea Grande está no centro do Brasil, no centro da América do Sul, é um aeroporto que poderia muito bem ser um aeroporto de integração do Mercosul. Já que nós estamos ali equidistantes de vários países do Mercosul, ele seria não só de integração comercial, de transporte de carga, mas também de integração cultural e de outros negócios. Aquele aeroporto poderia muito bem ajudar Mato Grosso, ajudar a Região Centro-Oeste e, claro, ajudar o Brasil nessa integração do Mercosul.

Eu vou passar a palavra... O Senador Raimundo Lira chegou? Agora já estamos na fala final, mas, se o senhor quiser fazer qualquer intervenção, pode fazê-lo agora ou durante ainda a...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – V. Exª está passando a palavra para mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Se o senhor quiser, sim, passo-lhe a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente Wellington Fagundes...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só um momento, deixe-me aproveitar e ler o ofício que acaba de chegar à Comissão, do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, a S. Ex^a o Senador Renan Calheiros.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Raimundo Lira – PMDB/PB, para compor, como membro suplente do Bloco da Maioria, a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em substituição ao Senador Eunício Oliveira – PMDB/CE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Então, da mesma forma, digo, como Presidente, que V. Ex^a será, com certeza, mais uma inteligência, uma pessoa experiente, que aqui vai nos ajudar neste trabalho.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, senhores futuros Diretores da Anac, eu manifestei ao meu Líder, Senador Eunício Oliveira, o desejo de participar desta reunião. Não cheguei em tempo porque as duas Comissões que frequento são a CAE, que já presidi por três vezes, e a Comissão de Constituição e Justiça, onde o horário de início da reunião é a partir das 10h. Não fui informado que essa reunião começaria às 9h.

Por que o meu desejo de participar desta reunião? Duas razões. Primeiro, porque um dos diretores que está sendo reconduzido, Ricardo Sérgio Bezerra, é filho de um grande amigo meu, até gosto de dizer que foi um irmão que eu escolhi, Valmir Campelo. A nossa relação familiar é uma relação muito forte, de muitos anos. Nós consideramos os filhos de Valmir como nossos sobrinhos, da mesma forma que ele considera meus filhos como seus sobrinhos. E tenho o maior prazer de participar desta reunião e da votação do Ricardo Bezerra e, naturalmente, dos outros, que também são pessoas muito bem qualificadas para ocuparem essa função de Diretores da Anac.

O segundo motivo é que eu estou muito preocupado com uma iniciativa que a Anac, não a Diretoria da Anac, mas a Anac, o corpo técnico da Anac divulgou recentemente, que foi objeto de requerimento meu na Comissão de Assuntos Econômicos e de outro no plenário do Senado. Esse requerimento que eu dei entrada no plenário tem o seguinte teor:

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, as seguintes informações acerca da nova proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte Aéreo – CGTA, anunciadas na Audiência Pública ANAC nº 3/2016: [...]

Apesar de o assunto ser muito sério, eu fui tranquilizado no sentido de que isso ainda não foi votado pela Diretoria da Anac, e no momento em que o Senado Federal recompõe essa diretoria, naturalmente, vai transmitir à população brasileira e aos milhões de usuários do transporte aéreo interno uma tranquilidade muito grande, porque logicamente esse assunto passará a ser visto com muito mais critério, com muito mais tempo e com muito mais estudo.

1. Quais estudos embasaram a nova proposta da ANAC, que reduz os direitos de assistência material aos passageiros em caso de atrasos de voos superiores a 24 horas?

2. Qual estudo de impacto regulatório avaliou como aceitável o transtorno para os passageiros que passariam a ser abandonados à sua própria sorte, em caso de mau tempo, sendo que este é um risco do negócio inerente ao transportador?

3. Qual estudo assegura que haverá um ganho permanente em redução dos preços das passagens aéreas, caso a franquia de bagagem seja reduzida e posteriormente liberada de regulamentação nos termos da presente proposta de revisão das CGTA?

Justificação.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, no dia 9 de março de 2016, abertura de audiências públicas para discussão da proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte Aéreo.

Uma das mudanças propostas pela Anac é que o direito de assistência material ao passageiro – como comunicação, alimentação e acomodação – poderá ser suspenso em casos de força maior imprevisível (como mau tempo que leve ao fechamento do aeroporto) ou caso fortuito. Essa alteração traz grande preocupação aos passageiros da aviação. Se atualmente já existe grande esforço para fazer valer os direitos garantidos por leis e normas, acrescenta-se agora mais um fator de insegurança aos passageiros, que contratarão serviços de transporte sem a certeza de que terão assegurada a assistência material em caso de atraso superior a 24 horas.

Outra mudança que traz desvantagem aos passageiros é a redução de franquia de bagagens. Em voos internacionais, a partir de 1º de outubro de 2017, a franquia seria reduzida de duas peças de 23kg para apenas um total de 23 kg por passageiro – aqui houve um equívoco, porque são duas peças de 32kg, ou seja, seria a redução de dois volumes de 32kg para dois volumes de 23kg. A partir de 1º de outubro de 2018, as franquias de bagagem passariam a ser livremente estabelecidas segundo a regra estipulada por cada transportador aéreo.

Considera-se ainda preocupante que regras que afetam tão gravemente a vida do consumidor que depende do transporte aéreo sejam colocadas para audiência pública com prazo tão curto, de 30 dias, para receber sugestões.

Em razão do exposto, solicito o apoio dos nobres pares à aprovação deste requerimento.

Isso aqui, como eu falei a V. Ex^a, foi encaminhado para o Plenário do Senado Federal.

Uma decisão desse tipo nos deixa profundamente preocupados, Sr. Presidente, é como se fosse uma reunião da associação das transportadoras aéreas, como se fosse uma reunião deles próprios, e não de um órgão técnico. Tenho certeza de que agora a nova diretoria vai colocar essa questão em ordem, dando total tranquilidade aos milhões de usuários do transporte aéreo interno.

Apenas para complementar, Sr. Presidente, acrescento o seguinte. Esses procedimentos existem no exterior, mas eles foram objeto de estudo de longos anos na Europa e nos Estados Unidos. Eles criaram lá as empresas de baixo custo, que são empresas que oferecem um transporte singelo, com poltronas muito juntas umas das outras, com um preço de passagem fixo e muito baixo. Você chega na hora, leva um volume, uma bagagem, e paga US\$25 – é o caso, por exemplo, do voo de Nova York a Miami. São terminais separados, é um serviço totalmente diferenciado.

Nós temos aqui um transporte aéreo que não é de baixo custo – já tem características de baixo custo, mas não é de baixo custo –, e estariam importando todas as condições que são oferecidas às empresas de baixo custo para empresas que não são de baixo custo. Então, é absolutamente inadmissível que os assuntos que são objeto desse requerimento sejam implementados.

E há mais duas pegadinhas. A primeira é que o órgão colocou apenas 30 dias para a discussão aberta, da comunidade, sendo que 30 dias é um prazo superexíguo. A segunda é já definir que, a partir de janeiro de 2017, caem os dois volumes de 32kg para dois volumes de 23kg no transporte internacional. As pessoas não se preocupam porque a medida começa a valer em 2017, pensam que está longe, mas vai chegar rapidamente.

Então, tenho certeza de que os nobres diretores, estes três que estão sendo aprovados aqui agora, com certeza, por unanimidade, vai chegar à mesa deles para eles fazerem essa votação, analisarão. E naturalmente o objeto da fundação, da criação das agências de controle é exatamente a agência de controle criar um equilíbrio entre o interesse da população, do consumidor, do usuário e dos prestadores de serviço para não haver mais aquela interferência direta de repartições públicas do Governo. É uma agência que está lá para isto: para defender de forma equilibrada, de forma harmônica, de forma pragmática os melhores interesses, sem que isso crie dificuldades, para que as empresas tenham condições de sobreviver.

Concluindo minhas palavras, Sr. Presidente, eu falei a respeito do Ricardo Bezerra, mas esqueci de falar a respeito do seu nível técnico. Ele está sendo reconduzido, é o único que está sendo reconduzido neste momento, tem toda sua vida profissional dedicada a essa área, foi assessor jurídico, durante muitos anos, da Infraero, já foi diretor durante cinco anos da Anac nessa mesma função a que ele está sendo reconduzido, portanto, é uma pessoa que só faz engrandecer e fortalecer a Anac.

Quero concluir dizendo que analisei, olhei os currículos de todos, de todas as pessoas. Todos os outros dois diretores são também pessoas qualificadas para ocupar essa função.

Portanto, nós aqui do Senado Federal ficamos tranquilos no sentido de que vocês três, mais os dois que estão lá na Anac, vão defender com patriotismo, com absoluta correção e com esse objetivo de ver sempre, em primeiro lugar, o mais alto interesse do usuário brasileiro.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. E quero saber se, após a leitura desse ofício aí, eu posso já votar também nos senhores diretores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos chamar o nosso universitário porque não foi encerrada ainda a votação, não é? Então, está empossado? *(Pausa.)*

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu perguntaria ao secretário se esse ofício foi lido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não foi lido. É isso que está...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Então eu não posso votar. Mas fica o desejo, fica o voto...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O senhor pode votar publicamente, já está externado...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Pronto. Já externei o meu pensamento. O meu voto é favorável aos três indicados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeito. Na hora de computar vocês coloquem mais um ali para a história de cada um.

Nós temos aqui duas perguntas dos internautas que eu vou fazer questão de ler.

Do Danilo Thomaso, de São Paulo. Ele pergunta: “Dentro das competências e experiência na gestão da aviação civil como um todo, eu, como piloto, gostaria de saber quais as formas que os indicados propõem para reduzir a burocracia e assim o tempo para obtenção de revalidações de licenças e habilitações.”

Na verdade, esse questionamento já foi colocado aqui até pelo Senador Vicentinho.

Também aqui do cidadão, via Alô Senado.

Maria de Fátima Anselmo Edelmann, de São Paulo: “Gostaria de saber se algum dentre os sabatinados possui o desejo de fiscalizar as empresas de aviação civil no que se refere ao preço abusivo das passagens.”

Ela faz mais um comentário aqui que não tem nada a ver, mas vou colocar, até para não dizerem que a gente suprime. Ela diz aqui: “Sugiro que seja designado um avião exclusivo para o Ministério Público.” Não sei com que objetivo, mas está colocado.

Eu vou aqui passar a palavra inicialmente ao Juliano. E quero dizer a todos os três que muitas das perguntas que vocês entenderem mandar também por escrito poderão fazê-lo, dado também o tempo, muitos Senadores aqui não estão, mas, claro, sempre voltados à preocupação de dar resposta à população que nos assiste – é o objetivo maior de nós atender ao público, à população.

Com a palavra então o Dr. Juliano para as suas considerações finais.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve. Foram muitas as considerações, mas vou tentar ser breve, já me colocando à disposição para fazermos diversas reuniões, voltarmos aqui, na Comissão, eventualmente, para aprofundarmos um ou outro assunto específico, fazermos uma discussão um pouco mais aprofundada desses assuntos.

O Senador Ricardo Ferraço, assim como outros Senadores, falaram da norma da Condição Geral de Transporte – e acho que todos os Senadores fizeram questão de comentar. Eu acho que, pelo que temos acompanhado, ainda não dentro a agência, é uma norma que visa evoluir na regulamentação no sentido de permitir que haja empresas de *low cost*, empresas de baixo custo. É claro que essa norma tem diversos pontos, e é por isso que merece um olhar cuidadoso. Acho importantíssimo a agência, de fato, ouvir a comunidade, a população. É muito importante esse tempo para a consulta pública. O Senador tem razão: é importante fazer uma discussão, e os 30 dias são um prazo razoável para que as pessoas, eventualmente, entendam e até reflitam, façam pesquisas e possam, de fato, contribuir. Eu acho que é um ramo importante, mas colocar em consulta pública e ouvir a população é muito importante. Acho importante até receber o *feedback*. Eu acho que os senhores, como representantes legítimos dos anseios da população, são as pessoas mais gabaritadas já para nos externarem e anteciparem as opiniões das pessoas. Eu acho que isso tende a refletir o que vem da consulta; porém, é prudente ouvir e esperar o posicionamento das pessoas na consulta pública.

Do ponto de vista geral, sem entrar no ponto a ponto do fato concreto, o que a norma se dispõe é a isto: tentar propor um novo equilíbrio para que se permita, eventualmente, a existência, a criação de empresas de baixo custo, de verdade, efetivamente, e, com isso, abrindo espaço para que tenhamos no País empresas de transporte aéreo que ofereçam diferentes produtos. Uma oferece, eventualmente, um produto que tem um preço e, aí, dá também mais condições, mais direitos; outra empresa de *low cost* pura ou de *low cost* como a gente conhece no exterior, eventualmente, oferta um outro tipo de produto e também cobra outro preço por isso... Mas, mais uma vez, quero reforçar: muito importante, de fato, fazer a discussão ponto a ponto. Muitas vezes, o que os técnicos pensaram e os objetivos que eles queriam alcançar nem sempre se refletem na norma. Daí, então, fazer todo esse controle antes da edição final da resolução.

O Senador Ricardo Ferraço comentou também a questão do controle do espaço aéreo. De fato, hoje, dos três grandes setores regulados, que são o setor de infraestrutura aeroportuária, o setor de transporte aéreo e o setor de controle do espaço aéreo, o único que não está embaixo da Secretaria de Aviação Civil é o controle do espaço aéreo. Contudo, isso não é, hoje, um grande problema; isso não gera, hoje, nenhum tipo de problema de coordenação; muito pelo contrário, trabalhamos aí, temos um dia a dia com os militares, com o Decea/CGNA, e, não fosse assim, não teria sido possível fazer todos os avanços que nós fizemos. E quero ressaltar aqui que é, de fato, um órgão muito comprometido a seguir todas as diretrizes da Organização Internacional da Aviação Civil.

O Senador comentou também sobre a MP do capital estrangeiro – e não só o Senador Ricardo Ferraço, mas vários outros Senadores. É, de fato, um assunto que está em discussão no mundo inteiro. Não existe um único modelo que todos os países adotam. A Senadora Vanessa Grazziotin perguntou exemplos de como isso se dá no mundo, até para conhecimento. Eu vou, então, citar alguns aqui que me vêm à cabeça. Na Austrália, por exemplo, a empresa que se constitui lá e pretende fazer só operações domésticas pode ter 100% de capital estrangeiro. Se a empresa quiser, por outro lado, fazer transporte aéreo internacional, aí o limite já é de 49%.

Nos Estados Unidos, o limite é de 25%. Há lá uma discussão, ao longo de vários anos, sobre o aumento ou não do limite, mas ainda é de 25%. Na Europa, salvo engano, também, sendo que, intrabloco, ou seja, para os países dentro do bloco, o limite é de 100%, ou seja, não há limite. É uma premissa da constituição do bloco. Mas, para países de fora do bloco, há um limite de 49% também. Então, de fato, o capital estrangeiro... Por exemplo, para um francês que queira constituir uma empresa na Bélgica, o limite é de 100%; mas, eventualmente, para um brasileiro, o limite já seria de, no máximo, 49% da empresa. Então, só para citar alguns exemplos.

Do ponto de vista da regulação, o que é mais importante para a agência é ter as condições de fazer, de fato, a fiscalização, para que a empresa seja constituída sob as leis e regras do País. Em sendo isso garantido, acho que as discussões em torno do capital estrangeiro, se deve haver um limite de 100%, de 49%, de 49% com reciprocidade, que foi a proposta que o Governo Federal acabou optando por encaminhar a esta Casa, é uma discussão, acho, de política pública.

Entretanto, sob o ponto de vista de regulação da aviação e da agência reguladora, acho que o mais importante é garantir ali que seja uma empresa constituída no País, sob as regras do País e que se submeta, de fato, às normas e regulação do País, para que a gente possa garantir as condições de segurança.

Bom, o Senador Vicentinho falou muito das questões do dia a dia, questões muito práticas, dos aviadores, registro das pistas, homologação, e aí eu acho que é muito ao encontro do que eu procurei expor nas minhas considerações iniciais. Acho que é imperativo a gente trabalhar sempre, continuamente, para remover as barreiras que sejam eventualmente desnecessárias, a fim de reduzir os tempos de análise. Acho que toda essa discussão, se uma aeronave é de classe, de tipo e, portanto, todo o prazo que vem para *check* e *recheck* a partir daí, é uma discussão que a agência já vem fazendo há muito tempo. E acho que estamos todos alinhados. Claro que nem sempre a resposta vem no prazo e no tempo que se espera, mas acho que estão todos alinhados, e é esse o objetivo quando entramos na agência.

O Senador Waldemir Moka também citou exemplos de empresas que eventualmente têm o que a gente chama, na lei da Anac, de liberdade de voar. Significa que ela pode colocar um voo ou retirar o voo a qualquer momento. Acho que isso é, de fato, um ponto de lei, isso está expresso na lei que criou a agência. O que eu acho importante, que acho que a agência pode fazer, sim, independente de haver uma eventual mudança na legislação, é de fato trabalhar para aumentar as condições de competição, aumentar as condições de concorrência, facilitar a entrada de novos atores. Fazendo tudo isso, por mais que uma ou outra empresa passe por alguma decisão estratégica ou dificuldade financeira e resolva retirar voo, teremos muito mais condições de eventualmente não ter aquele mercado desassistido ou que isso se reflita em aumento de preço por causa de redução de oferta de uma só empresa. Então, acho, sim, que independente da mudança de lei – ele tem razão, é uma questão legal –, também compete à agência trabalhar de fato para melhorar o ambiente de negócio e aí mitigar, pelo menos, os efeitos, como o que ele citou por aqui.

Ele citou também a franquia de bagagem, em que já fiz minhas considerações. O Senador Garibaldi também comentou a franquia de bagagem. O Senador Lasier na mesma linha, e aí ele cita a questão da aviação experimental. É um outro assunto que também... Aviação experimental e *drone*, acho que vou falar até dos dois assuntos juntos, são assuntos que têm discussões longas, não só no Brasil, nos Estados Unidos da mesma forma, na Europa do mesmo jeito. Por um lado, você tem uma questão importante envolvendo a aviação experimental, que, de fato, são essas pessoas que experimentam novas tecnologias, novas formas de voar, novas formas de construir aviões, então, simplesmente proibir que haja aviação experimental pode ser uma questão que iniba, de fato, a evolução do setor, a contínua evolução. Por outro lado, transformar isso num mercado e num comércio que fica, no fim das contas, informal, em que simplesmente se vende aeronave, monta-se e aí se voa sem nenhum tipo de regra, acho que é uma questão a ser discutida, e a discussão central caminha exatamente nesse paradigma. Acho que é possível fazer muito do ponto de vista de calibrar as normas de certificação. Certificar um avião para fazer voos internacionais, enfim, e certificar um avião eventualmente com características mais simples, isso também pode ser calibrado. Acho que a agência também já vem fazendo esse trabalho, e aí a ideia é contribuir nessa discussão.

A mesma coisa vale para *drone*. *Drone* é uma tecnologia nova, e essa tecnologia nova vem e nos força a, eventualmente, criar novas condições de regulação. Então, eu sei que a agência já colocou em consulta pública uma norma nesse sentido. Vamos sim... Acho que o Senador Wilder comentou que é importante a regulamentação estar pronta até as Olimpíadas, e é de fato agenda prioritária isso. Então, queria tranquilizá-lo de que, para as Olimpíadas, estará tudo certo e regulamentado com certeza.

O Senador Flexa também comenta da aviação experimental, capital estrangeiro, acho que já fiz minhas considerações. E ele cita a questão da aviação regional. De fato, há hoje previsão legal para que a agência faça suas normas, suas regras regulatórias específicas para a aviação regional. A agência tem trabalhado nisso. Não é um assunto simples, não é simplesmente retirar essa ou aquela exigência, há que se fazer, de fato, uma aná-

lise profunda dos impactos e dos riscos envolvidos, mas sei que a agência está trabalhando nesse sentido. Eu me comprometo aqui, caso aprovado, a acelerar as discussões o máximo possível para que possamos dar a resposta esperada.

Comentar sobre bagagem, já foi dito. A Senadora Vanessa Grazziotin, da mesma forma, cita a questão do subsídio. Só a título de informação, essa nem é uma questão tratada pela agência, mas, pelo fato de eu estar na Secretaria, sinto-me na obrigação de dar informação. O decreto que regulamenta o subsídio está praticamente pronto para ser mandado. Chegou a ser encaminhado, mas, com a entrada do novo Ministro, o Ministro Lauro Lopes, é necessário que façamos de novo, obviamente, uma discussão com ele para que ele reinsira no sistema e isso vá à apreciação da Presidência da República. É um projeto que, de fato, está muito avançado, e sabemos da sua prioridade e urgência.

Acho que já comentei os pontos que o Senador citou. O Senador Wellington falou da importância de termos as diretorias com voto. Posso dar o meu depoimento aqui, como servidor da agência, que estive lá e vi que, muitas vezes, não tínhamos quórum. Há, de fato, grandes projetos, mas que demandam um dia a dia muito extenso, e eventualmente fazer qualquer análise ou qualquer coisa que dependa da diretoria para aquele dia a dia, para aquela operação que está por chegar ou, ainda, fazer um entendimento para uma situação nova que dependa de a decisão da diretoria ficar sem quórum é, de fato, muito danoso. Aqui, dou meu depoimento no sentido de que para a agência isso caba sendo um problema.

O senhor comentou que esteve ontem com o Ministro, falando do aeroporto de Cuiabá. É claro que fazer ou não o PMI, levar ou não adiante as concessões é uma decisão que compete à Administração Direta, ao Poder Executivo, mas o que posso falar para o senhor e garantir, com muita tranquilidade, é que, caso passe, caso seja aprovado, seja incluído no programa de desestatização, tanto a agência quanto a SAC estarão prontas para tocar o processo com o mesmo entusiasmo e a mesma celeridade com que vem fazendo em todos os outros processos.

O Senador Raimundo Lira comenta a questão das condições gerais de transporte, e já fez os comentários. Coloco-me à disposição dos senhores.

Os internautas falaram também em reduzir a burocracia para acelerar, e acho que isso é, de fato, imperativo, e aí um compromisso de entrar em todos esses assuntos.

Outra internauta comenta o preço das passagens. Acho que é fato, e, se é fato, não há como discutir, são números: os preços das passagens vêm caindo expressivamente por conta de uma série de razões, mas vêm caindo. E acho que também é fato que, em alguns momentos, em certas passagens, em certos voos, em certos momentos há um preço excessivo. Então, o importante é a agência continuar trabalhando na regulamentação com vistas a aumentar a concorrência e, aí, permitir a contínua redução do preço das passagens.

Senador, desculpe se falei demais, acho que foram muitas considerações. Tentei ser bem conciso.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos, então, aqui já fazer a apuração dos votos.

Declaro encerrado o processo de votação e procederemos ao anúncio do resultado.

Enquanto se faz a apuração, eu gostaria de, se for possível, rapidamente, já que teríamos que concluir às 11h, pedir que vocês façam alguma consideração sobre a qualidade hoje do serviço aeroviário no Brasil. Muitas pessoas acham que temos um serviço de segunda categoria.

O número de acidentes nossos. Pela palestra que tive oportunidade de ver, nós somos um dos melhores países, com mais eficiência no controle aeroviário.

Então, quero aqui, antes anunciar o resultado para todos: SIM, 20 votos. Houve um voto contrário.

Estão todos aprovados.

Eu gostaria que todos fossem aprovados por unanimidade, mas um voto... É direito do cidadão contestar, isso faz parte da democracia. Daria até para somarmos mais um voto, do Senador Raimundo Lira, que, se já tivesse sido lido o requerimento... Ele já externou seu voto.

São 20 votos favoráveis e apenas um contrário.

Vou passar a palavra agora ao Dr. Hélio Paz de Barros Junior para que faça suas considerações finais. Como eu disse, as perguntas poderão ser, depois, remetidas para a Comissão.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Já que foi anunciado o resultado, eu quero requerer urgência para esse projeto a fim de que seja encaminhado ao plenário imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como tem sido praxe desta Comissão, isso é responsabilidade do Presidente Garibaldi Alves, não tenho dúvida de que a Comissão o fará

e, na próxima semana, já vamos tentar colocar em pauta junto ao Presidente Renan. E V. Ex^a, inclusive, poderá trabalhar, assim como eu trabalharei, para que possamos incluir na próxima pauta. A remessa por parte da Comissão, todas as vezes que fazemos a sabatina... Já está aqui a Secretaria garantindo que em uma hora estará em plenário. Quem sabe, como haverá Ordem do Dia hoje, Senador Raimundo Lira, V. Ex^a ou eu podemos pedir a inclusão na pauta de hoje, se for possível.

Essa celeridade que a Comissão está demonstrando é exatamente porque queremos celeridade nas ações de vocês no dia a dia, entendendo a importância das agências para o Brasil. Claro que essa cobrança é feita aqui no sentido de que vai um cidadão e precisamos dar resposta e resposta urgente, dado o tamanho do Brasil e o tamanho das nossas necessidades.

Com a palavra o Dr. Hélio.

O SR. HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR – Senador, rapidamente, eu corroboro as informações que foram passadas pelo Dr. Juliano, para não tomar mais tempo da Comissão, como o senhor mesmo disse.

Queria lembrar a todos que o Brasil, como eu citei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A questão não é nem tomar tempo da Comissão, é porque queremos ir para o plenário. Temos, daqui a pouco, a Ordem do Dia.

O SR. HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR – Para não atrapalhar o andamento do trabalho, queria dizer ao senhor, simplesmente, que o Brasil continua, no comitê da OACI, entre aqueles países de nível 1, ou seja, são apenas 19 países que compõem esse seleto grupo. E o Brasil, em todas as inspeções que foram feitas pela Organização de Aviação Civil Internacional, está em 6º lugar no *ranking* mundial. Isso denota a capacidade. E mesmo dentro da Organização de Aviação Civil Internacional, nós temos tido projetos dentro da própria Anac de maneira a criar grupos de trabalho para ajudar, inclusive, aqueles países que não dispõem da mesma tecnologia, do mesmo desenvolvimento de que o Brasil dispõe na atualidade.

Então, só para dar esse testemunho que o senhor pediu e dizer aos senhores que me comprometo a responder a todas as questões que foram feitas pelos Senadores e remeter ao senhor posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com a palavra o Ricardo Maia Bezerra.

O SR. RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA – Muito obrigado, Senador.

Só para as considerações finais.

Gostaria de agradecer a todos os Senadores da Comissão de Infraestrutura que me confiaram novamente mais um mandato junto à Anac.

Quero agradecer as palavras do Senador Raimundo Lira. Muito obrigado pela consideração, Senador.

E para fechar mesmo, porque os nobres colegas já colocaram muito bem, as grandes perguntas que surgiram aqui e que eu pude anotar foram referentes à aviação regional, bagagens, capital estrangeiro e ao acidente acontecido recentemente com um avião experimental.

Sobre a aviação regional, eu acho que realmente temos que ter uma regra específica. Mas temos que sempre respeitar também os limites de segurança até quanto vale a pena reduzirmos a segurança operacional para termos uma aviação regional segura.

Bagagens. Realmente, como muito bem colocou a Senadora Vanessa Grazziotin, é uma questão que está sendo discutida na agência, colocada recentemente, o Senador Raimundo Lira também colocou muito pontualmente e quer saber sobre os estudos que demandaram a retirada das franquias de bagagens. Eu também, quando chegar à agência, procurarei buscar os conhecimentos sobre esses estudos. Acho que não se faz empresa *low cost* simplesmente retirando a franquia de bagagens. Acho que temos que ter empresas *low cost*, mas temos que ter empresas *low cost* com legislação específica, parando em determinados terminais, com outros atrativos para termos realmente empresas *low cost*.

Sobre capital estrangeiro, a Senadora Vanessa Grazziotin colocou muito bem. A bola está com os Srs. Parlamentares. Vocês que vão decidir se devem ou não aumentar. Para a aviação, realmente, em princípio é muito bom. E como a Senadora questionou um quadro, como é feito isso no mundo, só é feito, só se pratica a aviação 100% com empresas estrangeiras voando dentro de outro território se tiver reciprocidade. Isso é muito difícil acontecer nos grandes mercados. Os países são muito fechados e não abrem.

Em relação ao Senador Wellington Fagundes, o senhor perguntou por último sobre a questão de como anda a nossa aviação. O conforto dos passageiros melhorou em parte com a privatização de alguns aeroportos. Temos muito o que fazer ainda, porque sabemos que há aeroportos com instalações precárias. Cuiabá eu conheço desde a época em que trabalhei na Infraero. É uma obra que parece de igreja, não acaba nunca, não é, Senador? Sempre tem alguma coisa que está travando. E, realmente, devemos dedicar uma atenção especial a essas localidades que ainda não foram atendidas.

Era só isso.

Agradeço a todos, mais uma vez, pela confiança.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E já fica aqui o pedido à nova diretoria, aos diretores que serão empossados, da minha parte, para que seja feita uma fiscalização em Cuiabá, porque realmente, se é confirmado como o pior aeroporto em prestação de serviços ao usuário, precisamos encontrar o melhor caminho para a população de Mato Grosso, para todos aqueles que nos visitam não sofrerem tanto!

Então, aprovada a indicação do Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, bem como a indicação do Sr. Juliano Alcântara Noman e também do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior.

É isso mesmo? Não faltou nenhum aqui, não?

Então, agradeço a presença dos senhores e também lhes desejo uma exitosa missão.

Antes de encerramos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sras e os Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião desta Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Convoco nossa próxima reunião para realizar-se no dia 30 de março de 2016, quarta-feira, às 8h30.

Está encerrada a reunião, desejando um bom final de semana a todos, uma boa Semana Santa. E que esta Semana Santa seja também aproveitada para fazermos as nossas reflexões e voltarmos energizados, para levar o Brasil ao caminho do progresso, do desenvolvimento, da geração de emprego, principalmente buscando o encontro, através de uma paz política, fazendo com que este Brasil retome o seu desenvolvimento.

Então, feliz final de semana a todos e também feliz Semana Santa!

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicado, tem início a Primeira Parte da Reunião, com audiência pública, para debater a reconstrução da BR-319, trecho Porto Velho/RO – Manaus/AM, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura (RQI) nºs 5, 6 e 11, de 2016. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, General de Brigada Combatente, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva; a Senhora Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e o Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O Presidente registra a presença, no Plenário da Comissão, da Deputada Federal Conceição Sampaio (PP/AM); do Deputado Estadual Dermilson Chagas (PEN/AM); do Deputado Estadual Sinésio Campos (PT/AM), que preside o Parlamento Amazônico; do Senhor Thomaz Miazak de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); do Senhor Sérgio Rogério de Castro, Suplente do Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES); e do Deputado Estadual Wellington do Curso (PPS/MA). O Presidente concede a palavra aos Senhores Deputados Sinésio Campos (PT/AM), Dermilson Chagas (PEN/AM) e Wellington do Curso (PPS/MA). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Gladson Cameli, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Roberto Rocha, Sérgio Petecão e Valdir Raupp. Tem início a Segunda Parte da Reunião, com apreciação de matérias.

Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 602 de 2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que “dispõe sobre a criação do Balcão Único de Licenciamento Ambiental, estabelece procedimento para o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos considerados estratégicos e prioritários para o Estado e dá outras providências”. Relator: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, para debater as concessões da infraestrutura aeroportuária. Resultado: requerimento lido e aditado pelo autor, para inclusão, como convidado, de representante da Secretaria de Aviação Civil (SAC). Item 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha sugestão para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica. Resultado: requerimento lido. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião tem como escopo realizar audiência pública interativa para debater a reconstrução da BR-319, trecho Porto Velho (RO) a Manaus (AM), atendendo a requerimento das Senadoras Vanessa Grazziotin e Sandra Braga, e ainda dos Senadores Acir Gurgacz, Gladson Cameli e Fernando Bezerra Coelho.

Teremos ainda deliberação de requerimentos e apreciação de um projeto.

Antes de conceder a palavra, antes até de convidar para compor a Mesa os nossos convidados para a audiência pública de hoje, gostaria de comunicar aos presentes que esta Comissão recebeu ontem o Ofício nº 108, do Parlamento Amazônico, que congrega todos os Deputados Estaduais dos nove Estados da Amazônia. Esse documento está assinado pelo Deputado Estadual Sinésio Campos, Líder do PT do Amazonas. Na corres-

pondência, o Deputado informa que o Parlamento se reuniu no último dia 23 para debater o assunto da presente audiência. Os Deputados ressaltaram o seguinte:

1. A importância da imediata revitalização da BR-319 para a Amazônia e para os Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima, uma vez que a falta da rodovia prejudica o crescimento econômico.

2. Um dos principais trechos em foco é o “trecho do meio”, entre o km 250 e o km 655.

3. A recuperação da BR promoveria uma interligação estratégica, facilitando a mobilidade e o fortalecimento da economia regional, especialmente quando se fala da Zona Franca de Manaus.

4. A recuperação da BR contribuirá para a fiscalização e o combate à grilagem de terras.

Este documento ficará à disposição das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores desta Comissão.

Informo ainda que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado.

Esta parte da reunião destina-se à realização de audiência pública. Sendo assim, eu convido para compor a Mesa o General Castro Neves, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

Convido o Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Outra convidada da Comissão é a Drª Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Retifico: General Costa Neves. Eu peço desculpa ao General, mas a culpa é do universitário. *(Risos.)*

Agradecendo pelo atendimento ao convite desta Comissão, vamos ter agora a satisfação de ouvir os nossos convidados para esta audiência pública. Eu convidaria, então...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Gostaria somente de agradecer a presença dos nossos convidados. É uma audiência pública importante. Nós já tivemos, por várias vezes, reuniões tanto no Ibama, quanto no DNIT, e também no Exército Brasileiro, para discutir e debater este tema tão importante que é a BR-319.

E quero aqui testemunhar a boa vontade do DNIT, em executar a obra, e também a boa vontade do Ibama, em ajudar para que nós tenhamos o licenciamento para a reconstrução da BR, não somente para a abertura. Isso porque o ponto alto, General, da nossa BR-319 é vê-la com trânsito normal, porque hoje ela já está reaberta, tem passagem normal, mas não com segurança, não com a qualidade que nós queremos. E o grande debate hoje aqui é exatamente quanto a este aspecto: que tipo de BR, que tipo de estrada nós queremos para a ligação entre Porto Velho e Manaus?

Eu dizia há pouco, através da Rádio Senado, Presidente, que nós saímos lá da ponta da Argentina, e nós podemos chegar até o Caribe por estrada. E o único pedaço sem asfalto é exatamente o trecho “meião”. Não sei quantos quilômetros, mas são mais de 7 mil km, saindo lá da ponta da Venezuela, que é talvez Puerto La Cruz, que é entrada para o Caribe, chegando à outra ponta, lá na Argentina, devem ser de 7 a 8 mil km, e o único pedaço em que nós não temos asfalto, Senador Cameli, é exatamente nesse trecho do “meião”.

E há uma expectativa enorme do mundo inteiro... As pessoas querem conhecer a Amazônia, mas por estrada, através da BR-319, que é o coração da Amazônia.

Então, agradeço a presença dos senhores e da nossa Presidente do Ibama aqui, e também agradeço o engajamento de todos para que a gente tenha não apenas a reabertura do que já ocorreu, em função de uma diligência que nós fizemos todos aqui do Senado, mas a reconstrução desta BR tão importante para nós brasileiros e, principalmente, para nós do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Como o Acre é muito ligado a Rondônia e ao Amazonas, eu não poderia deixar de entrar no embalo do Senador Acir. E faço as palavras do Senador as minhas também.

O Acre hoje, a Região Norte, tem dois grandes gargalos, que é a ponte sobre o Rio Madeira... E, agora há pouco, eu estava comentando com o Valter sobre a execução da obra, que, com todo o andamento, tira o Acre do isolamento, tendo em vista que temos uma estrada para o Pacífico também. Você pode sair da Argentina, ir até Lima, no Peru, pela Estrada do Pacífico.

E o que falta para interligar também? A conclusão da BR-319. Tendo em vista que há o impasse... Se a Presidente do Ibama me permite, eu escutei isso recentemente lá no Amazonas, há esse impasse quanto a saber de quem é a responsabilidade do impacto ambiental, se é do instituto federal, que é o Ibama, ou se é do local.

Mas o que eu queria pedir às autoridades competentes? Essa BR já foi feita, Sr. Presidente. Qual é o impacto ambiental que a BR-319 vai causar se ela já está aberta? Não vai haver mais desmatamento, porque não há.

E o Ministro dos Transportes já foi à região de Manaus, na região do Amazonas, e essa BR nunca saiu. Por que isso? Qual é o interesse que se tem em não sair essa BR? Tendo em vista que, quando se fala em Amazônia, se fala em preservação, mas estão se esquecendo de 30 milhões de amazônidas que lá residem. E eu não posso me conformar com uma situação dessa.

Faço um apelo, Valter. O que aconteceu com a BR-319, não vamos deixar acontecer com a BR-364, sentido Sena Madureira a Cruzeiro do Sul, porque, se nós cruzarmos os braços, daqui a dez anos, vou estar aqui lutando para que consigamos uma licença e os trabalhos possam retornar novamente na BR-364, que está indo no mesmo caminho da 319, no sentido Sena Madureira a Cruzeiro do Sul. E a BR-319 não é do Amazonas; ela é importante para o Estado de Roraima, do Amazonas, de Rondônia, do Acre, para toda a Região Norte e para o País também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Sr. General Costa Neves, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

O SR. RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Ex^{mo} Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cumprimentando cordialmente V. Exª, cumprimento todos os Senadores aqui presentes; Drª Marilene, Presidente do Ibama; Dr. Valter, Diretor-Geral do DNIT, cumprimentando-os cordialmente, cumprimento todos os presentes.

Gostaria de iniciar esta minha participação, traduzindo e transmitindo a alegria e a satisfação de poder estar aqui com V. Exª, Presidente, para pensar a Amazônia. É uma oportunidade ímpar de nós pensarmos a Amazônia, de nós delimitarmos cenários futuros e delineararmos políticas estratégicas para todos nós, amazônidas.

Venho representando o General de Exército Theophilo, que é o Comandante Militar da Amazônia, que gostaria muito de estar presente aqui, Senador, mas, em função de um compromisso previamente agendado no Chile, ele está hoje em conversas com o Exército chileno.

Eu começo essa minha intervenção com uma foto que é característica da área da minha Brigada, que é o Forte Príncipe da Beira. É um monumento da humanidade, construído dentro do contexto da assinatura do Tratado de Madri, tão importante para a incorporação da Amazônia e para nós, brasileiros. Logicamente que isso toca, em especial, o Senador Acir, porque relembra tanto o nosso querido Estado de Rondônia.

As tropas que eu comando enquadram o Acre todo, Rondônia toda e o sul do Amazonas. Então, é em função da abrangência da minha área que o General Theophilo pediu para que eu estivesse nesta audiência.

A Amazônia é uma área a ser conservada e uma área conservada com grande vazio demográfico, ainda de difícil acesso, remota, distante dos centros de poder de decisão do nosso País, com uma infraestrutura precária, que dificulta a nossa circulação e a circulação de riquezas da nossa área. E, logicamente, quando falamos de Amazônia, estamos falando de uma grande diversidade de condições e de respostas aos desafios. Podemos dizer que temos várias amazônias dentro da nossa Amazônia.

Com essa área que é tão relevante para a nossa Nação, nós não temos dúvida de que a Amazônia traz em si, dentro das suas potencialidades, respostas para alguns dos grandes problemas da humanidade: água, energia renovável, economia verde, biodiversidade, sustentabilidade. Isso é a realidade da nossa Amazônia.

Eu queria trazer também a ideia da Pan-Amazônia, que vai além das fronteiras do Brasil e enquadra uma área de nove nacionalidades, aliás, ela é um banco genético impressionante do Planeta. E por que estou puxando isso aqui? Manaus é o epicentro dessa grande região pan-amazônica. Então, a importância estratégica de Manaus para o nosso Brasil e para a Pan-Amazônia é muito grande, mas, para que essa importância geopolítica se consolide, nós precisamos que esse centro esteja ligado ao centro do Brasil.

Logicamente, já começo a entrar no tema e no assunto que nos traz aqui.

Então, essa ligação da BR-319 já nos permite falar nessa integração do epicentro da Pan-Amazônica com os centros de poder, com centros de produção do nosso País.

Além disso, ela tem ainda as outras vertentes que buscam tanto o Atlântico, o Caribe, como, com outros projetos mais a oeste, para o Atlântico, ou mais para o sudoeste, buscam esses corredores bioceânicos. Então, a importância dessa BR-319 nós poderíamos colocar dentro desse contexto de corredores bioceânicos.

Eu já vi uma apresentação do Senador Acir em que ele coloca números a todas essas iniciativas, o quanto isso traz de possibilidades para o nosso Brasil e para a nossa Amazônia.

Nesse conceito, a BR-319 é uma parte desse conjunto maior.

Então, a realidade é que precisamos ainda conhecer a nossa Amazônia, para que possamos integrá-la, para que possamos desenvolvê-la e para que possamos defendê-la a Amazônia, como é o caso da minha atividade profissional.

Então, vemos como é uma necessidade premente conhecer, integrar, para que possamos desenvolver e para que possamos defender de toda sorte de interesses diversos do nosso.

A integração – assim como fizeram os nossos antepassados, desde da Época Pombalina, depois de 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid e a incorporação desse patrimônio ao nosso País – hoje ainda se faz necessária. Mais ainda: todos nós que moramos e que nos apaixonamos por aquela área temos uma certa indignação, porque vemos uma área tão rica, com um potencial enorme, mas temos parte de nossos brasileiros ainda em condições não aceitáveis.

Estamos falando de conceitos como integração, desenvolvimento e sustentabilidade. São conceitos indissociáveis, têm que caminhar sempre passo a passo.

A integração dessa região, especificamente por onde passa a BR-319, ao nosso Brasil traz um choque de realidades. Até trouxe aqui essa ideia que Samuel Huntington traz: todas as vezes em que temos o encontro de realidades diversas, temos uma área cinzenta, onde acontece muita instabilidade. Até reforçando, existe um francês, o Ruffin, que é da teoria de “limes”, que é basicamente a mesma coisa: quando as realidades diversas se juntam, temos a possibilidade de conflitos.

Para nós, da Amazônia, esses conflitos vêm disfarçados das mais diversas matizes – aí estão algumas delas –, e isso impõe a necessidade da presença cada vez mais crescente e eficiente do Estado brasileiro, para que garantamos a integração, o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Para nós, do Exército Brasileiro, a Amazônia é uma área prioritária de atuação. A diretriz do General Villas Bôas deixa isto mais do que claro: a importância dessa área para o Exército Brasileiro. É por isso que o Exército tem desenvolvido um projeto de vigilância das nossas fronteiras, mas uma vigilância com outro formato, uma vigilância baseada em sensores, baseada em tecnologia. É um projeto de caráter dual, porque ele não serve somente a nós, militares, mas a todas as agências municipais, estaduais e federais, para utilização de tecnologia da informação.

No CMA, em Manaus, temos uma grande concentração de tropas. Nesse contexto do Sisfron, que é usar tecnologia, sensores, para detectarmos algum problema na fronteira e imediatamente termos a condição de intervir tempestivamente, a possibilidade de deslocarmos tropa de Manaus para Porto Velho e, de lá, para toda a nossa fronteira, indiscutivelmente, é um fator que contribui sobremaneira para o cumprimento da missão das nossas tropas federais, ou seja, nós termos fronteiras cada vez mais seguras.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Além desse aspecto de presença de tropa na fronteira, eu ainda ressalto o fluxo logístico para as nossas tropas que estão ali localizadas.

Eu recebo material do Centro-Sul, do Rio de Janeiro, São Paulo, da Base de Apoio Logístico do Exército, que vai para Manaus. Quando chega a Porto Velho, nós colocamos em balsas, e vai para Manaus alguma coisa. Depois de Manaus, ainda há outros suprimentos que vêm também pela balsa para Porto Velho. De Porto Velho, aí então eu faço a distribuição para toda a nossa tropa que está disposta na faixa de fronteira.

Portanto, a abertura da BR-319, a consolidação, a melhoria das condições de trafegabilidade da BR-319, para nós do Exército, significa uma alternativa complementar aos modais de transporte que já temos na área e mais uma segurança de que a nossa tropa disposta na faixa de fronteira sempre estará em condições de defender o nosso Brasil.

Aqui fica bem claro como eu posso me fazer presente na ponta da linha, na faixa de fronteira, na linha de fronteira com os outros países, tendo a possibilidade de uma eficácia melhor na defesa da nossa Nação.

Em termos do Exército e o meio ambiente, o Exército tem uma Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente aqui em Brasília, cuja principal atividade é fazer a coordenação das ações ambientais com os órgãos federais, estaduais e municipais. É um corpo técnico muito qualificado em termos de preservação do meio ambiente, que atende todas as nossas demandas nas obras e nas atividades realizadas pelo Exército Brasileiro. Esta é uma preocupação constante do nosso Exército, a preservação do meio ambiente.

Nós temos, de uma maneira mais local, os grupamentos de engenharia. No caso, na nossa região, nós temos um grupamento de engenharia em Manaus, que possibilita uma resposta às nossas demandas ambientais da região da Amazônia. E agora está em estudo, pelo Exército Brasileiro, a criação dos Batalhões de Engenharia de Selva. Essas unidades poderão estar dispostas nas atividades do Exército, no terreno, para garantir que todas as demandas ambientais sejam atendidas e o impacto ambiental seja mitigado da forma adequada, para

garantirmos a sustentabilidade que se requer, mesmo nas operações militares. Não temos condição de falar em emprego do Exército sem a observância às condições de preservação do meio ambiente e da sustentabilidade.

O Senador Acir conhece muito bem essa disposição, os meios de engenharia de que dispomos. O Dr. Valter, também, lógico, conhece pormenorizadamente as nossas capacidades e as nossas *expertises* na área da Amazônia, em termos de engenharia.

É muito grande para nós essa possibilidade de estarmos presentes também nas obras da BR-319. E essa rodovia, como já foi bem dito pelos dois Senadores de Rondônia e do Acre, sem dúvida alguma, favorece a integração da Amazônia ao Centro-Sul do Brasil. Ela vai nos trazer uma nova dinâmica de desenvolvimento regional e garantir a unidade nacional, tão relevante para a nossa Nação. Essa unidade, volto a dizer, que já vem sendo bravamente conquistada pelos brasileiros desde a construção do nosso querido Forte Príncipe da Beira.

Todos nós sabemos que os rios exercem uma influência muito grande na nossa Amazônia, não há dúvida disso. Como mostrei anteriormente, é pelo Rio Madeira que eu recebo o suprimento que dá a capacidade de durar na ação das minhas tropas. Mas não há como negar também que a estrada integra; o rio liga, e a estrada integra.

Então, esta ideia que nós temos da BR-319 com melhor tráfego é dentro dessas duas vertentes: de progresso, de desenvolvimento, mas também de uma vertente de sustentabilidade. E essa sustentabilidade pode e deve ser garantida pela presença do Estado brasileiro nessa área. A própria estrada já é um caminho que favorece a presença de todas essas agências e de outras, e eu só coloquei aqui nessa transparência alguns dos entes que podem se fazer presentes naquela área da BR-319, para garantir a presença do Estado e trazer esse binômio completamente casado de desenvolvimento e sustentabilidade.

Eu até aqui me usei de uma declaração da Senadora Vanessa Grazziotin, há alguns dias, no *JB*, falando sobre essa possibilidade do desenvolvimento com a sustentabilidade com que nós podemos fazer da BR-319 uma rodovia modelo, com todos os desafios que isso representa. Aliás, são grandes todos os problemas que nós vivenciamos na Amazônia, tudo na Amazônia é grande, o potencial, mas também os desafios. E os desafios não podem nos calar e não podem tolher a nossa iniciativa.

E eu termino essa minha primeira intervenção com uma frase do nosso Comandante, o General Theophilo, que bem retrata o orgulho que todos nós militares temos de servir na Amazônia. Esse é o nosso grande motivador, e o nosso lema é lutar pelo seu desenvolvimento sustentável, é uma obrigação. Cada um de nós, soldados, ali dispostos trabalhamos nesses dois sentidos, com orgulho de servir à Pátria, de integrar e de tornar realidade o potencial da Amazônia, com a sustentabilidade.

E o General Theophilo termina com uma provocação a todos nós, e é o que todos nós, todos os soldados da Amazônia se perguntam diariamente: “O que eu fiz pela Amazônia? O que eu trouxe de bem para esta região e para este povo?” Então, é com essa frase que eu termino essa minha apresentação, também sempre com a mesma incitação: o que temos feito pela nossa Amazônia? E com o nosso brado, que é característico, que é o brado: “Selva! A selva no uel!”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao General Costa Neves, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

Tenho a satisfação de conceder a palavra à Srª Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Com a palavra a Srª Marilene Ramos.

A SRª MARILENE RAMOS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Garibaldi; quero agradecer o convite para estar aqui. Bom dia, Valter, grande parceiro!

General, parabéns pela palestra, que mostrou uma visão muito ampla do Exército sobre essa questão da Amazônia. É uma verdadeira aula sobre a Amazônia de vocês que estão lá, enfrentando as questões do dia a dia.

Quero cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senador Acir Gurgacz, com quem eu tenho tido muitas conversas nos últimos meses, por conta de resolver, buscar dar um encaminhamento adequado a essa questão da BR-319.

Bom, sobre a questão da BR-319, primeiro, quero dar uma boa notícia. Eu estive ontem, pessoalmente, em Manaus, com o Governador, com o Ipaam, a Secretaria de Meio Ambiente, para justamente esclarecer, de vez, a posição de cada órgão com relação à questão do licenciamento das obras de manutenção da rodovia. Houve uma ação do Ministério Público, ainda no ano passado, que fez com que o Governo do Amazonas, o Ipaam, entendesse que não tinha competência para fazer esse licenciamento.

Mas eu e Valter – o Valter interveio diversas vezes, os próprios Senadores que têm discutido essa questão se envolveram e se criou esse impasse –, o que nós fizemos no Ibama foi invocar um princípio de que, se o órgão estadual não agir, o órgão federal pode agir de forma complementar. Com isso, nós retomamos o processo de licenciamento das obras de manutenção para o Ibama e, com um entendimento com o DNIT, as informações foram passadas, foi feito um pedido ao Ibama, e, com isso, nós reiniciamos o processo de licenciamento.

Ontem, fiquei pasma quando cheguei porque ainda havia uma demanda por informações que não estavam completas no processo que estava no Ibama, e os técnicos, os analistas já haviam feito a vistoria, até durante a Semana Santa, para viabilizar a emissão dessas licenças rapidamente. Mas, enfim, na presença do Governador, liguei para o seu superintendente e resolvemos tudo.

Ontem, à tarde, eu recebi a informação, quando cheguei de volta a Brasília, de que o processo estava completo e que a licença sairá. Nos próximos dias, nós teremos a licença...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Já temos licença então, Presidente?

A SRª MARILENE RAMOS – Não temos hoje, ainda, porque só ontem, no final da tarde, o processo ficou completo, mas a garantia é de que, até sexta-feira, a gente tenha licença dentro daqueles parâmetros que foram acertados. (*Palmas.*)

Eu tinha certeza de que vocês iam ficar muito felizes, mas só por isso já valeu a pena a viagem a Manaus, para retirar e resolver esse problema.

Bom, dito isso, nós temos de passar para outra questão. Qual é a BR-319 que nós queremos; qual é a que nós precisamos; qual é a que, de fato, exerce, pode fazer o papel que se espera, de permitir essa integração, mas, ao mesmo tempo, integrar-se àquela situação complexa que nós temos ali. Ali, é o “meião” – esse trecho da BR-319 que, hoje, está ainda em processo de licenciamento é o chamado “meião” –, é uma zona muito preservada, cercada por unidades de conservação, terras indígenas, um ecossistema extremamente frágil, e, por isso, nós não podemos fazer uma estrada qualquer.

Então, desde que começamos esse debate, nós trouxemos esse exemplo das estradas parques, que foi uma experiência que nós tivemos no Rio de Janeiro. Havia um impasse no Rio de Janeiro com a questão de pavimentação de estradas que cortam unidades, até parques nacionais. Então nos saímos para essa solução numa escala de Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro representa 10% do Brasil; as estradas parques do Rio de Janeiro devem representar 10% da BR-319. Lá, nós chegamos a fazer um decreto estadual que normatiza o que é uma estrada parque, que atributos ela tem.

Nós trouxemos isso para discussão, e há também sempre a discussão: a BR-319 passa paralelamente a uma hidrovia. Aliás, eu estou falando e não mostrei o famoso “meião”, que são esses 400km que estão ali em vermelho, que é o trecho que está dependendo de um licenciamento, que, por sua vez, depende de um estudo de impacto ambiental abrangente para se definir qual a estrada que nós vamos ter nesse trecho.

Aí é só para vermos a complexidade da situação. Nós temos, em roxo, terras indígenas; em verde, são unidades de conservação; algumas delas são unidades de conservação de uso sustentável, ou seja, são reservas extrativistas, o que pressupõe, em havendo a reserva extrativista, a retirada até de madeira de forma seletiva e sustentável. Então, há a necessidade de transportar também esses produtos, mas, ao mesmo tempo, essas unidades de conservação e as próprias terras indígenas ainda precisam ser melhor estruturadas para garantir essa proteção.

Quando eu ouço, General, a sua palestra, e isso foi comentado ontem pelo Governador lá em Manaus, eu entendo a disposição do Exército em integrar esforços para a proteção dessa região. Eu acho que isso faz parte desse processo, que não somos nós, o Ibama, que pedimos, mas toda a sociedade, preocupada com que surja aí um novo arco do desmatamento exatamente no coração da Amazônia. O Brasil vai precisar estabelecer condições que garantam que isso não vá acontecer. É uma área em que, se não tivermos esse cuidado, é impossível avançarmos com qualquer licenciamento.

Eu fico muito feliz de ouvir o interesse e a disposição do Exército, que eu acho que é a força que, de fato, pode dar essa garantia para nós.

Temos também a questão dos assentamentos.

Desculpem-me.

Aqui é a posição da rodovia em relação à hidrovia do Madeira, que vemos que é exatamente paralela.

O que estamos buscando também é – está faltando, agora veio o resto da apresentação – a questão dos assentamentos.

Aí sim, a questão da hidrovia e da estrada, que são paralelas. Então, precisamos ver de que forma a hidrovia e a estrada também convivem, também se complementam, o que tem que passar pela hidrovia e o que tem que passar pela estrada.

O processo de licenciamento, que é muito criticado, realmente é um processo difícil, conturbado. Ele se inicia lá em 2005, aliás, começa em 2005, há um início de recuperação da estrada que já estava degradada; em 2007, é feito um pedido; em 2005, há uma interdição das obras, por não estarem licenciadas, e estavam acontecendo soterramento de igarapés, de áreas sensíveis, retirada de material em áreas de preservação, enfim, uma série de ações que fizeram com que houvesse a interdição.

Foi assinado um TAC, na época, entre o DNIT e o Ibama, em que o DNIT se comprometeu a fazer o estudo de impacto ambiental justamente para esse trecho, chamado “meião”. O estudo de impacto ambiental apresentado em 2008 foi considerado incompleto, não atendeu. Houve reapresentações em 2009, mas o estudo de impacto ambiental não foi aprovado pelo Ibama. Agora, em 2013, houve um reinício de entendimentos, de tratativas entre o DNIT e o Ibama, em que foi emitido um novo termo de referência para o estudo de impacto ambiental. Neste momento, ainda o DNIT está trabalhando na elaboração nesse estudo de impacto ambiental.

Com o reinício das obras de manutenção, que inicialmente tiveram licenciamento pelo Ipaam, surgiu a questão de, de novo, haver obras que não estavam de acordo com o TAC que tinha sido assinado lá em 2008, e houve uma nova interdição. Agora, com esse licenciamento e uma revisão do TAC, vai ser possível o reinício das obras agora, ainda no primeiro semestre.

Ao mesmo tempo, estamos conversando com o DNIT sobre a necessidade de alteração do projeto, de um estudo mais abrangente, em que possamos definir quais são, para os modais de transporte que temos, as características que eles têm que ter, quais os atributos que têm que ter para conviver com essa situação complexa.

Aí é a questão das fragilidades.

Uma questão que nós temos que ver é que, na verdade, essa estrada atravessa a região do meio, essa região do interflúvio dos Rios Madeira e Purus. A ocupação, tanto no Rio Madeira quanto no Rio Purus, vai ao longo do rio. Então, há como que uma pressão que vem do rio para o meio. Se nós tivermos essa estrada no meio da região, estabelecendo nova frente de avanço, isso poderá trazer um comprometimento muito sério à preservação daquela região. Temos problema de situação fundiária, ameaças e a questão do novo eixo do desmatamento, com o comprometimento dessa sustentabilidade.

Aí é um exemplo que mostra que esse fator de risco não é desprezível. Ele é um fator de risco grave. E aí até o Senador Gladson – acho que saiu agora – comentou que não haverá mais desmatamento. Não é o que os dados indicam. Vocês verão aí que em azul era o desmatamento até 2003; depois, em laranja amarronzado, ali, é o desmatamento de 2004 a 2012, e em vermelho é o desmatamento de 2013 e 2014. Então nós vemos como, em dois anos, a área de desmatamento avançou naquela região do entroncamento da BR-319 com a Transamazônica, a BR-230. Então, nós temos um fator de pressão pelo sul que, no momento que houver melhores condições de tráfego, pode avançar. Ali nós temos que segurar esse desmatamento.

Nós continuamos perdendo floresta. No ano passado, nós tivemos 5.800km² de floresta perdidos de novo, um aumento em relação ao ano anterior, que tinha sido de 5.000km². E continuamos tendo pressão, continuamos perdendo. É realmente algo sério com que temos que nos preocupar.

Nós mostramos aí, em detalhe, como esse desmatamento avança ao longo da rodovia, o chamado efeito espinha de peixe.

Fala-se tanto em ferrovia. Não sabemos se isso é algo possível para uma região como essa. Mas já é uma solução de transporte indicada para outras regiões onde já se verificou, como na BR-163, um aumento expressivo do desmatamento depois do asfaltamento. Então nós temos essa dificuldade e temos que encontrar uma solução para isso.

Aí são apenas detalhes do rio, que já falei.

O que nós temos que refletir, então, no estudo de impacto ambiental? Nós temos que averiguar a viabilidade ambiental da rodovia; qual é a vulnerabilidade do ambiente; quais são os impactos ambientais previsíveis; o que é mais adequado; quais as medidas de mitigação que temos que apresentar; os custos ambientais que estarão envolvidos; os benefícios e o que nós vamos ter que encarar para garantir essa possibilidade de uma rodovia trafegável o ano todo, se isso é possível, as soluções de engenharia possíveis.

Aqui, falando em estrada parque, nós temos alguns exemplos de atributos que uma estrada parque tem que ter. Obviamente, não é um modelo que se adapte exatamente, foi tirado da literatura. Então há a questão de existirem postos de controle com monitoramento permanente de quem entra e quem sai, com que tipo de carga; a possibilidade de estruturas elevadas em regiões para garantir o fluxo hídrico de um lado ao outro da estrada – quando a estrada foi construída, na década de 70, isso foi desconsiderado –; a integração com a hidrovia e soluções até como as soluções ferroviárias; o tipo de piso, pavimento, pavimentos que induzam velocidades de tráfegos mais lentas; soluções de passagem de fauna, soluções com passagem de fauna elevada, passagem subterrânea, que nós temos que garantir; soluções de drenagem que não propiciem processos erosivos, que vão assorear os igarapés, as vias, os recursos hídricos. Enfim, são soluções que têm que ser pensadas e incorporadas ao projeto da rodovia.

O projeto apresentado ao Ibama é um projeto de pavimentação de uma rodovia sob os moldes tradicionais, sem nenhum desses atributos. Este tipo de projeto não responde aos desafios que nós temos naquela região, não responde aos impactos ambientais esperados para essa rodovia, se ela for pavimentada, simplesmente,

sem nenhum tipo de cuidado. Então, isso é que nós precisamos discutir, quanto isso custa, como incorporar todos esses elementos a um projeto que garanta essa boa convivência entre a rodovia e o meio ambiente ali.

Obrigada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado.

Primeiro, gostaria de cumprimentar a nossa Presidente do Ibama e dizer que esse esforço que o Governo está fazendo para não apenas a manutenção, mas a reconstrução da BR-319 é da maior importância para interligação da Amazônia e também para o combate ao desmatamento. A senhora colocou aqui que houve um aumento do desmatamento exatamente quando a BR estava fechada. E hoje a BR está aberta.

Com a BR aberta, possibilita-se a presença da fiscalização; possibilita-se o trânsito do Exército diariamente, para poder ajudar nessa fiscalização. Sem a BR, sem a estrada, só ficam aquelas pessoas que passam por qualquer lugar, para promover um desmatamento, para tirar a madeira ilegalmente. Com a presença dos fiscais é que a gente pode combater esse desmatamento. Mas eu só quero cumprimentar e agradecer ao Governo, que está fazendo um esforço enorme.

E aqui eu me dirijo às pessoas que estão lá em Porto Velho nos assistindo, para dizer que valeu a pena todo o esforço e todo o trabalho que o Ibama está fazendo para a liberação da manutenção dessa BR para a população de Rondônia, em especial a de Porto Velho. O General Costa Neves conhece muito bem e sabe da importância para nós, de Porto Velho, da reabertura, em condições normais, dessa BR. Então, fica aqui o nosso agradecimento, em nome da população de Rondônia, ao Ibama, e, através do Ibama, ao Governo, que não tem medido esforços para fazer essa integração já há muito tempo; e não só o Ibama, mas o DNIT, o Exército. É um conjunto de ações que vão nos ajudar a desenvolver, cada vez mais, o nosso Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer à Sr^a Marilene Ramos o fato de esta Comissão ter sido palco desse anúncio que a senhora acaba de fazer e que provocou uma euforia muito grande no que toca aos Parlamentares da Amazônia.

Eu concedo a palavra agora, com muita satisfação, ao Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia, Senador Garibaldi!

Cumprimento V. Ex^a, Presidente desta Comissão; o General Costa Neves; a Marilene e cumprimento os demais Senadores aqui presentes, as senhoras e os senhores.

O General e a Marilene já colocaram bem aqui a realidade da BR-319. Eu acho que a Marilene já deve estar até cansada de receber as minhas ligações. Eu ligo para ela, pelo menos, umas três vezes por semana, para poder discutir sobre a questão do licenciamento da BR-319, que é uma questão emblemática até colocada na própria apresentação da Dr^a Marilene.

O DNIT já vem perseguindo o licenciamento dessa rodovia, como foi colocado aqui na exposição, desde 2005. Na verdade, quando o DNIT começou as obras de manutenção e restauração do pavimento, em 2005, que foram embargadas porque foi identificado que o DNIT não tinha licença ambiental, naquela época, ele fazia manutenção de uma rodovia já existente. Depois de uma grande discussão com os órgãos ambientais é que foi colocado como restrição, porque consideraram uma rodovia não pavimentada. Mas, como foi colocado nas próprias apresentações aqui, essa rodovia foi pavimentada na década de 70. Então, o DNIT fez a intervenção em 2005 porque considerava a rodovia pavimentada. Depois de toda essa discussão com os órgãos ambientais é que tornou esse trecho do meio como um trecho... E aí registrou isso no Sistema Nacional de Viação como uma rodovia não pavimentada, colocando todas essas exigências de novo licenciamento, necessidade de um estudo de impacto ambiental e avaliação de todos os impactos com relação à parte indígena também.

Como foi colocado aqui, nós temos duas questões sendo discutidas. Uma é a parte da manutenção. O DNIT, no ano passado, com o licenciamento que foi concedido pelo Governo do Estado, começou a fazer a manutenção para dar condições de trafegabilidade nesse trecho do meio. Claro, considerando uma rodovia não pavimentada, era uma manutenção para poder dar condições simples de trafegabilidade dos veículos que passam nessa rodovia, corrigindo as passagens dos igarapés, que são bueiros ou pontes de madeira, e passando equipamentos para poder manter o nivelamento da rodovia dentro de um trecho original que já tinha sido aberto. O DNIT não fez nada além do que já existia lá.

E aí eu considero até uma questão ideológica. O Ministério Público entrou com uma ação contra o DNIT, contra o órgão ambiental estadual por estar fazendo essa manutenção, dando condição de trafegabilidade. O DNIT, numa instância superior da Justiça, conseguiu derrubar esse questionamento do Ministério Público, para poder continuar com a manutenção. Mas, infelizmente, por um entendimento, como foi até colocado

pela Dr^a Marilene, o órgão ambiental estadual não quis mais atender o pedido do DNIT para o licenciamento. Foi quando começamos as tratativas com o Ibama para que ele, como um órgão nacional que também está fazendo avaliação do licenciamento ambiental da construção da nova pavimentação do trecho do meio, pudesse também conceder essa licença.

Por isso que eu falei que eu ligo para a Marilene três vezes por semana, para podermos acertar esses trâmites burocráticos, porque já foram apresentados os estudos. O processo, com toda a documentação, já estava em poder dos órgãos ambientais do Amazonas. Isto tudo já tinha sido apresentado: os impactos, os estudos necessários para a manutenção, que é uma intervenção simples e pequena, que não gera grandes impactos no trecho.

Mas eu fico muito satisfeito. Eu tive ontem também uma conversa com o nosso superintendente, quando terminou a reunião com a Superintendência do Ibama, em Manaus, dizendo que em dois dias o estudo estaria finalizado, a avaliação dos técnicos do Ibama estaria finalizada, pronta para emitir a licença para a manutenção desse trecho, que, volto a dizer, é somente para dar trafegabilidade com segurança numa rodovia considerada não pavimentada. Não vamos colocar nada de material betuminoso. Não vamos fazer obras de pavimentação ou aumento de capacidade no trecho que hoje já é utilizado com movimentação.

Com relação ao estudo e à pavimentação, o DNIT vem discutindo com o Ibama, também, constantemente, o que poderia ser colocado: parceria com o Exército, titularidade da rodovia como estrada parque ou qualquer outro tipo de ação que possibilite a repavimentação desse trecho, porque entendemos que é um sacrifício que é colocado para o povo, principalmente de Manaus, que não consegue utilizar a rodovia para poder receber os produtos de Rondônia ou vice-versa, para poder levar os produtos do Amazonas para Rondônia também e fazer essa ligação. O transporte hoje utilizado é balsa, e sabemos que o transporte fluvial acaba ficando viável quando se tem um volume maior de carga, e é um transporte bem mais lento do que o transporte rodoviário, então, para pequenas cargas, para cargas que precisam ser transportadas num tempo menor, para poder ter a relação custo-benefício favorável, é preciso ter a rodovia para poder utilizar isso.

Se tivermos de colocar restrição de peso, restrição de controle de acesso a essa rodovia ou outra medida mitigadora imposta pelos órgãos ambientais, o DNIT está disposto a implantar em cooperação com o Exército, porque o DNIT, como o Ibama, é um órgão do Governo que também está preocupado com a preservação do meio ambiente. Somos um órgão de infraestrutura, mas temos a nossa preocupação com a preservação do meio ambiente, queremos trazer a infraestrutura para o País de forma sustentável, para que toda a população ganhe com isso.

Então, o DNIT está aberto, e já há diversas conversas com o Ibama, para poder identificar essa solução a ser dada para fazermos a pavimentação da BR-319, esse trecho do meio, o mais rápido possível. Estamos com a manutenção dos trechos já pavimentados em andamento, para poder garantir que, nesses trechos que já estão pavimentados, não tenhamos a degradação do pavimento, como ocorreu na década de 70, quando foi esquecida a rodovia – e é por isso que estamos nessa discussão novamente, de uma repavimentação, de se considerar como rodovia não pavimentada.

O DNIT está aberto a discussões para poder achar essa solução, que é dar condições de pavimentar esse trecho do meio e voltar com uma rodovia de uso pleno da população, da sociedade de Rondônia, como do Amazonas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de iniciarmos a segunda fase desta audiência pública, eu quero registrar, com muita satisfação, a presença, entre nós, neste plenário, da Deputada Federal Conceição Sampaio, do PP do Amazonas.

Temos que dar prioridade àqueles que foram autores do requerimento.

Então, a palavra volta para o Senador Acir Gurgacz, que tem falado tanto. (*Risos.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente, mas as minhas colocações basicamente já foram feitas.

Eu, mais uma vez, quero agradecer ao Dr. Valter, à Dr^a Marilene, ao General Costa Neves por suas presenças conosco hoje.

As explicações foram muito claras e objetivas. É disto que precisamos: objetividade.

Conversamos, várias vezes, sobre o tipo de BR que queremos para esse “meião”, chamado assim. É uma estrada em que, se tivéssemos transferido tudo o que foi gasto já em estudos em execução de um alambrado, nesses 400km, talvez tivéssemos gastado menos dinheiro do que com o estudo que foi feito, que não nos trouxe muito resultado positivo, mas é o que imaginamos: é uma estrada que pode ter o alambrado. O Exército já se colocou à disposição para colocar dois postos...

A SR^a MARILENE RAMOS – Sobre os alambrados, Senador, tem que se preservar a passagem de fauna.

Então, temos que pensar bem essa solução.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Quando falamos dos alambrados, incluímos, com certeza, os pontos de passagens para animais, tanto subterrâneas, como aéreas também. Existem as duas possibilidades. Os estudos vão mostrar isso e vão dizer em que ponto e em que momento deve ser subterrâneo ou aéreo, mas é possível. O importante é que há essa vontade de fazer.

E quando a gente vê o Exército engajado, aliás, o Exército sempre esteve engajado no desenvolvimento da Amazônia, e não apenas no que se refere ao crescimento, mas no desenvolvimento sustentável, no desenvolvimento com segurança da Amazônia. O Exército está disposto a colocar duas barreiras, ou dois postos, uma em cada ponta do trecho do “meião”, para fazer essa fiscalização junto com a Polícia Rodoviária Federal, junto com o Ibama, junto com o Ipaam – esse trecho do “meião” está localizado somente no Estado do Amazonas; nós, de Rondônia, não podemos interferir. É a saída que vemos para termos essa ligação de toda a América Latina. Faltam somente esses 400km para termos essa ligação toda. Para nós, de Rondônia, essa BR é da maior importância.

O que eu pergunto é quanto tempo nós teremos para fazer esse levantamento para termos o projeto dessa BR estrada parque, só do “meião”, porque entre Porto Velho e Humaitá, o trânsito é normal, entre Castanho e Manaus, também o trânsito é normal. Nós temos só essa dificuldade do trecho do “meião”. Quanto tempo, Dr. Valter, Drª Marilene, teríamos para fazer esse projeto?

Trata-se de um projeto, claro, em que há muito detalhamento, mas muitos estudos já foram feitos em função dessa possível estrada parque. Aliás, já estava prevista, no passado, a construção dessa estrada como estrada parque, desde os anos 2000. Então, já estava prevista a construção de uma estrada parque nesse trecho do “meião”. Lembro que essa estrada não é para transportar a grande produção agrícola. Claro que não! Nunca foi e nunca será. A nossa produção, tanto do Estado de Rondônia quanto de Mato Grosso, nunca vai ser transferida dos rios, que são o meio de transporte mais barato do mundo, por meio das nossas balsas. Então, a estrada de Porto Velho a Manaus é para transportes leves.

Falando nisso, Valter, estamos precisando de uma fiscalização sobre o excesso de peso dos caminhões nesse trecho, porque há caminhões que não deveriam estar trafegando lá, mas que insistem em fazer a travessia por essa estrada, o que não é e não deve ser permitido. Não estamos aqui preocupados com o desmatamento no que se refere a essa questão, o desmatamento enseja outro tipo de preocupação. Nossa preocupação nesse caso é de acabarem com a estrada, porque, mesmo depois de a manutenção feita, ela não vai estar preparada para o trânsito pesado, e sempre teremos o trânsito pesado pelas balsas. O que nós precisamos é do trânsito de caminhões leves para transportar os produtos perecíveis de Porto Velho, do entorno de Porto Velho, para as gôndolas dos mercados de Manaus. Então, é para isso que nós queremos a estrada e também para o transporte de turismo e carros, automóveis e ônibus. Esse é o objetivo dessa estrada.

Dentro dessa lógica, quanto tempo nós levaríamos para ter esse projeto pronto e para o início da construção? Mais uma vez, agradecemos o Ibama pela liberação da manutenção da nossa BR-319. Isso é um alento muito grande, é uma notícia muito importante para a nossa população de Porto Velho.

Muito obrigado aos nossos convidados pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi feita uma pergunta, Senador Acir, só uma pergunta. Então, nós poderíamos ter uma resposta desde logo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Há um bloco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há um bloco. Os Senadores aqui gostam de blocos. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos “blocar”, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos deixar uma expectativa com relação a essa pergunta.

Eu queria dizer, Senador Blairo, que, a respeito dessa estrada, nós estivemos no Ibama, participando de uma audiência com a Drª Marilene. Eu inclusive fui. É só para dizer sobre a luta a que essa estrada vem convocando todos os Senadores, inclusive a mim, que não tenho a honra de pertencer à Bancada da Amazônia, mas, na qualidade de Presidente da Comissão, já estive presente em uma audiência sobre essa estrada.

Bem, agora, tendo em vista ainda a prioridade que tem os Senadores que assinaram o requerimento, temos aqui o Senador Fernando Bezerra Coelho, que foi autor do requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, a minha pergunta não é sobre o tema da audiência pública, até porque acho que tivemos aqui uma boa notícia, dada pela Drª Marilene. Parece que, finalmente, depois de tantos anos, nós vamos ter a licença ambiental para dar prosseguimento às ações que estão a cargo do DNIT.

Mas eu aproveito para dirigir três perguntas. A primeira a V. Ex^a. Nós aprovamos, eu creio, um requerimento para uma audiência pública com o Presidente da Ferrovia Transnordestina. A minha indagação é quando é que nós vamos ter a audiência pública com a presença do Presidente da Ferrovia Transnordestina para falar de como se encontra a obra, sobretudo nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, se ela vai finalmente ser concluída no ano de 2017, se vai chegar ao Porto de Suape, ao Porto do Pecém...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se vai chegar ao Rio Grande do Norte, que está excluído.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois então.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lamentavelmente excluído da...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Essa seria a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta vai para o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter, que traga aqui uma notícia sobre o Arco Metropolitano do Recife, parece que a obra ficou esquecida. A BR-101 também continua andando muito devagar na parte sul de Pernambuco, na direção de Alagoas. Eu queria ter notícia do Arco Metropolitano, queria ter notícia da duplicação da BR-232.

Isso tudo foi anunciado, inclusive quando da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Pernambuco. Então, gostaria de saber se temos alguma perspectiva. Havia pendência de projeto da parte norte do Arco Metropolitano, mas, na parte sul do Arco, o projeto estava praticamente concluído. E a gente não tem notícia dessa obra, nem também a notícia sobre a estrada que liga São Caetano a Garanhuns, que também estava na prioridade do PAC, eu não sei se foi retirada, se não vai ter sequência.

E a minha pergunta à minha querida amiga, grande entusiasta do meio ambiente do nosso País, Dr^a Marilene, se ela pode trazer aqui alguma notícia de como andam as ações de recuperação de toda a Bacia do Vale do Rio Doce, em relação ao desastre de Mariana, da Barragem do Fundão. Qual é a visão que o Ibama tem em relação a este momento difícil de recuperação?

Sei que foi anunciado um grande acordo com um esforço financeiro muito grande por parte da Samarco, da Vale do Rio Doce, com a participação do Governo Federal. De fato essas medidas já estão sendo implementadas, já estão sendo dado algum alívio? E ela vê perspectiva de se recuperar o Rio Doce? É possível a recuperação, e em quanto tempo? Porque as notícias que saem nos jornais são muito tristes, da completa devastação da fauna, da flora, de todos os impactos terríveis que vem enfrentando aquela parte do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra Coelho, a respeito da audiência sobre a Transnordestina, o universitário até fugiu. Isso significa... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sabia. Estamos sem perspectiva.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Está igual à obra, Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De acordo com as inscrições, nós vamos agora conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Garibaldi Alves Filho; General Costa Neves, Comandante da 17^a Brigada de Infantaria de Selva; Dr^a Marilene Ramos, Presidente do Ibama; Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT; Srs. Senadores; Sr^a Deputada, é uma honra recebê-la aqui no Senado Federal.

Vou fugir do tema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, o Senador Fernando Bezerra já o fez.

Temos aqui uma bancada de fugitivos. *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não poderia perder essa grande oportunidade que se apresenta neste momento para que possamos esclarecer assuntos de maior interesse do Estado do Pará.

Antes de iniciar os questionamentos, quero me solidarizar com os companheiros de Rondônia, do Amazonas, enfim, da nossa tão sofrida Região Amazônica, pelo lamentável impasse da pavimentação da BR-319. Acho que, desde criança, ouço falar, Presidente Garibaldi, na pavimentação da 319, da 316, da Transamazônica, quer dizer, é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Isso no século passado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – No século passado, para ver como é que as coisas não andam. Estávamos juntos, V. Ex^a, defendendo o Nordeste, e nós, a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agora sou eu que vou fugir dessa. *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já se vão mais de 40 anos – estamos falando da década de 70 – que os brasileiros que vivem na Amazônia clamam por tudo isso, e não só isso, outras obras importantes para a melhoria da qualidade de vida daqueles brasileiros.

Quero aqui parabenizar o Exército Brasileiro, General Costa Neves, não só o Exército, mas as Forças Armadas de uma maneira geral, Aeronáutica e Marinha, por tudo que fazem pela Amazônia, da ajuda que dão não só na manutenção da Amazônia como Território nacional, pela cobiça internacional que existe, mas pela ajuda humanitária que dão à população.

Mas, como disse, vou fugir do tema, vou-me ater a dois questionamentos: um para a Drª Marilene, outro, para o Dr. Valter.

Drª Marilene, eu dizia ontem, na Comissão de Meio Ambiente, defendendo um projeto do Senador Cássio Cunha Lima para tornar obrigatória a inclusão da disciplina de educação ambiental no currículo escolar – defendendo o projeto –, que eu não entendia você discutir meio ambiente separado de desenvolvimento. Não há como. Repito: não há como. Lamentável a forma como o Ibama prejudica, atrapalha o desenvolvimento do nosso País. É impressionante! E não é na sua administração não. Estou aqui há 11 anos, digo isso e já dizia antes, quando estava presidindo a Federação das Indústrias do Estado do Pará, portanto, já se vão mais de 15 anos.

Acho até que deveria ser um Ministério só, Meio Ambiente e Desenvolvimento, porque, nesse caso, não haveria por que e não há por que haver antagonismo entre eles, tem que haver parceria. Desenvolvimento tem que ser sustentável. Ninguém discute isso.

A preocupação que o Ibama tem com a preservação ambiental tem que haver, mas tem que haver também com o bicho homem. O bicho homem, lá na Amazônia – o General sabe disso –, também está ameaçado de extinção.

Ele tem o mesmo direito que V. Sª tem de ter o padrão de vida que nós, outros brasileiros, temos: energia, água potável, ar refrigerado em casa, não é, Senador Garibaldi? Agora, o caboclo lá da Amazônia, que vive e mantém a ocupação – porque o que tem de estrangeiro na Amazônia fazendo pesquisa, encoberto por ONGs... O que tem de ONGs lá, Senador... Não sei se tem lá no Rio Grande do Norte. Não deve ter, porque é só turismo, sol, praia, petróleo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Vão tirar férias lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Blairo está dizendo que os “ongueiros” tiram férias em Natal, uma cidade belíssima! Parabéns!

Mas, então, a Amazônia está tomada pelas ONGs, que encobrem os pesquisadores de outros países, que levam daqui, pirateiam os nossos princípios ativos para serem desenvolvidos lá fora e, depois de agregado valor, colocados aqui como produtos acabados.

Drª Marilene, eu quero aqui...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Ele está no atalho ainda do tema para o qual ele ia fugir. Quando ele conseguir chegar ao tema, o trem de Fernando Bezerra já ficou pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Walter Pinheiro, primeiro, quero parabenizá-lo pela atitude que V. Exª tomou ontem e convidá-lo oficialmente para que V. Exª venha nos honrar com a sua presença no PSDB. V. Exª é um quadro destacado do Senado Federal, e eu o considero um irmão também. V. Exª sabe disso.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone.*) – A segunda parte eu aceito. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vai aceitar a primeira também porque eu vou conversar com V. Exª.

O que eu queria falar, Drª Marilene – eu fiz só os “considerandos”, como o Senador Walter falou –, é que, para Belo Monte, o Ibama deu a autorização à operação, a LO, e as condicionantes não estão concluídas. Nós estaremos em Belo Monte, e o Ibama está convidado pela Subcomissão para acompanhamento de implantação de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Controle, Fiscalização e Defesa do Consumidor do Senado Federal, e esse convite, Senador Garibaldi, é para os membros da Subcomissão, para os membros da Comissão de Meio Ambiente, Senadores e Senadoras, e para os membros da Comissão de Infraestrutura, Senadores e Senadoras que quiserem ir conosco nos dias 7 e 8 próximos, semana que vem, na visita que faremos às instalações de Belo Monte.

Como eu lhe dizia, as condicionantes de ações mitigadoras não estão concluídas. Aí, o Ibama dá a licença de operação; vai começar a gerar energia. Mas o que é pior, Drª Marilene, entre as condicionantes, existe uma em que a Norte Energia tem que repassar um determinado valor que foi acordado para a mitigação dos impactos ambientais. Senador Blairo Maggi, eu já fiz esse pronunciamento do plenário do Senado Federal. Foi determinado um valor para ser transferido ao Ibama, através do ICMBio, de R\$ 126.325.739,01. Desse valor, Drª Marilene, R\$ 92 milhões serão aplicados no Estado de Mato Grosso, a 800km da Usina de Belo Monte, onde não há nenhum impacto provocado por Belo Monte.

O Senador dizia...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já falei para o Flexa que nós vamos fechar as torneiras da água lá. Não vamos deixar ir água mais para lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, a cabeceira do Xingu não está lá em Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Aí faltou Geografia! (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E no Pará, Dr^a Marilene, dos R\$126 milhões, só R\$34,325 milhões. E o que é pior: desses R\$34,325 milhões, R\$12,5 milhões vão para o Governo do Estado. E aí o Ibama e o ICMBio dizem onde o Governo do Estado tem que aplicar. Quanto aos outros R\$21 milhões, o próprio ICMBio vai fazer a aplicação. Ou seja, o ente federativo, o Estado, não é nem ouvido. Aí existe uma Comissão, chamada Câmara Federal de Compensação Ambiental, que definiu esse recurso. O Estado do Pará, através dos seus órgãos de meio ambiente, da Sema, do Ideflor-bio, fez – e, no meu entender, fez de forma equivocada – uma solicitação à CFCA, que é essa câmara mencionada, para que o Estado do Pará pudesse participar, Dr^a Marilene, das discussões sobre onde aplicar esses recursos.

O que é que se diz aqui? Que as Semas e o Ideflor-bio já manifestaram, reiteradas vezes, junto à Coordenação da Câmara Federal de Compensação Ambiental, o interesse em participar das reuniões como colaboradores convidados ou similares, com o objetivo de acompanhar e garantir os interesses do Estado junto a esse fórum. E qual foi a resposta da câmara? Mandou um ofício negando. Disse que o Estado do Pará não podia participar. E assim definiu isso.

Quero informar a V. Ex^a que o Governador do Estado, o Governador Simão Jatene, vai entrar na Justiça, através da Procuradoria Geral do Estado. E o Ministério Público Federal, em conjunto com a PGE, vão entrar na Justiça para bloquear esses recursos. Esses recursos não serão, se Deus quiser, transferidos para o Ibama. Não serão, porque isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já concluo, Presidente.

Isso aqui é um desrespeito...

A SR^a MARILENE RAMOS (*Fora do microfone.*) – Os recursos não vão para o Ibama.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É para o ICMBio. É a mesma coisa. Está sob o seu guarda-chuva. Então, V. S^a tem a responsabilidade de tudo isso que está escrito aqui. Responde por isso aqui. Então, se Deus quiser, esses recursos não serão transferidos. Terão que ser discutidos com o Estado do Pará, respeitado o Estado do Pará, respeitados os paraenses, porque Belo Monte é para o Brasil, não é para o Pará. Então, não é possível que, quando se tem recurso desse tipo, e havendo muito o que aplicar no Pará, haja desvio de recurso. E o que é pior: o desrespeito de o Estado nem participar, nem ser ouvido sobre o que se pode fazer como ações mitigadoras da questão ambiental no Estado. Eu gostaria de ouvir a posição de V. S^a.

E para o Dr. Valter é rápido e curto, Presidente.

Dr. Valter, eu quero só que V. S^a possa me dizer, para todos os paraenses que veem a TV Senado e ouvem a Rádio Senado, com o prestígio que o Presidente, Senador Garibaldi, tem no Pará... Tenho certeza de que a Comissão de Infraestrutura tem audiência total lá no Pará, para que possa ter o Senador Garibaldi como paraense emérito que é.

Eu quero que V. S^a possa dizer em alto e bom som aos paraenses se a área técnica do DNIT, ao estudar o projeto de implantação do BRT da região metropolitana do nosso Estado, que tem recursos já garantidos e alocados pelo Governo do Japão, licença ambiental conferida e espera apenas que o Ministério dos Transportes dê a delegação daquele trecho, de 18km, na saída de Belém, cuja distância a população leva duas horas para atravessar, se o parecer da área técnica do DNIT, que tem V. S^a como Diretor Geral, é favorável à concessão ao Estado para que ele possa implantar o BRT nesse trecho, diferentemente do que o Governo Federal fez ao lançar uma PMI que é uma fantasia para querer fazer uma concessão de 200km, começando nesses 18km, e não a partir daí, porque aí até poderia ser. Então, eu gostaria só que V. S^a dissesse qual foi o parecer da área técnica: favorável ou não para que esse trecho seja concedido ao Estado do Pará, para que se possa iniciar imediatamente a obra, gerando emprego e renda, que é tudo o que o Brasil precisa neste momento lamentável de crise por que passa o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Consulto a Comissão se vamos ouvir agora as respostas ou se vamos elastecer o bloco.

A Senadora Vanessa é autora do requerimento e tem prioridade, como autora e como mulher.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente. Acho que todos os nossos convidados estão vendo por que V. Ex^a já foi Presidente do Senado e preside, de uma forma tão democrática e ampla, esta Comissão. Seria uma homenagem à senhora também, Dr^a Marilene.

Quero cumprimentar, primeiro, todos os meus pares, Senadores e Deputados Federais que aqui estão, como a Conceição Sampaio; o Deputado Estadual Dermilson, o Deputado Sinésio Campos, que é Presidente

do Parlamento Amazônico, e cumprimentar especialmente os convidados para esta audiência pública: a Presidente do Ibama, Dr^a Marilene; o General Costa Neves e o Valter, o Dr. Valter. Falo assim porque temos sido muito parceiros. E me refiro aos três.

Eu quero, Presidente, Senador Garibaldi, lembrar uma audiência pública muito difícil, muito dura, que nós tivemos nesta Comissão há pouco mais – creio – de um ano. Estava o Dr. Valter; a Dr^a Marilene não estava, mas o Ibama estava representado pelo chefe de licenciamento do órgão. Tínhamos representantes do governo de Rondônia. Foi uma reunião muito difícil, porque àquela altura as obras de manutenção da BR-319 haviam sido embargadas e, num momento de muito atrito, porque discordávamos dos itens estabelecidos ali, que embasaram a interrupção das obras. Nós fizemos aquela reunião difícil.

E hoje ao que assistimos aqui? Eu cheguei atrasada e peço desculpas, porque eu estava em uma reunião com a Igreja Católica e o Movimento dos Sem Terra. Então, saí na metade para chegar aqui a tempo. Mas já fui informada. A cada fala o meu WhatsApp recebia informação. Então, sei absolutamente tudo que já foi dito aqui.

Agradeço as palavras generosas de V. S^a, General Costa Neves. Muito obrigada pelas referências feitas.

Eu me emocionei, mesmo de longe, quando a Presidente do Ibama, Dr. Valter, disse que até sexta-feira nós teremos a licença para a continuidade das obras de manutenção – de manutenção, é bom que fique claro, mas que, para nós, é uma grande vitória, porque nos dará a possibilidade de trafegarmos com segurança em uma estrada que, no último dia 27, completou quarenta anos de existência. No último dia 27 deste mês, agora, completou quarenta anos de existência. E por uma série de fatores, que não me cabe aqui recordar, porque são muitos, essa via lá atrás foi considerada uma via nova, portanto, devendo passar por todos os processos ambientais.

Primeiro, quero repetir o que o General falou bastante aqui: não há entre nós, tenho convicção, certeza absoluta, quem aqui defenda que a Amazônia seja devastada. Mas também não há entre nós quem não tenha, Dr^a Marilene, a preocupação de que a estrada não se transforme em um vetor do desmatamento. Nós temos essa preocupação. E acho que é diante dessa preocupação que nós temos de trabalhar, Senador Garibaldi.

Então, com essas palavras, quero dizer como o Senado tem sido importante nessa luta e cumprimento o Senador Acir, que está ali. Nós fazemos verdadeiras maratonas, seja no DNIT, seja no Ibama – está aqui a presidente de prova. Nós ligamos para ela: “Estamos indo para aí.” Ninguém pede audiência. Nós dizemos: “Estamos indo para aí”, e ela nos recebe. Ressalto as nossas idas ao Poder Judiciário, quando a matéria estava judicializada no Poder Judiciário, no Ministério Público, para debater.

Portanto, eu fico muito feliz. Acho que nós vencemos uma parte importante dessa batalha.

Eu falava ontem, Deputada Conceição, ao Deputado Marcos Rotta, que me dizia que estava tendo alguma dificuldade de chegar ao Ibama: Deputado Marcos Rotta, neste momento, a conversa é o que menos importa. O que mais importa são as ações. E o Ibama pegou para si. Vejam: o Ibama pegou para si, numa situação que não é tranquila – não é tranquila –, porque o que havia antes era um convênio entre Ibama e Governo do Estado do Amazonas, e o Ipaam fazia a fiscalização e dava toda a orientação. O Governo do Estado do Amazonas não quis mais renovar esse acordo de cooperação, mas nem por isso as obras deixarão de ser autorizadas, porque o Ibama está fazendo tudo só, com a colaboração também do Governo do Estado do Amazonas – com a colaboração. Então, é importante também reconhecer isso.

Quero dizer, Senador Garibaldi, que o nosso próximo encontro, que já foi aprovado aqui, não vai ser em Brasília. O nosso próximo encontro vai ser lá em Manaus – vai ser lá em Manaus –, num seminário que estamos fazendo em parceria com vários entes: Ibama, Ministério Público, Poder Judiciário, Exército brasileiro, Forças Armadas, Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, ou seja, vários atores que têm a ver com isso. Nesse encontro, nós vamos discutir a BR-319 agora e a BR-319 do amanhã, que é a BR que nós queremos.

Sabemos, Dr. Valter, que há um contrato com uma empresa para fazer a manutenção, só que esse contrato tem dia e hora para terminar. A partir daí, eu creio que seria muito importante um diálogo com o Exército brasileiro, para que ele se encarregasse, depois de findo esse contrato, da manutenção. O Exército mesmo já se colocou à disposição...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Exército mesmo já se colocou à disposição para implantar um batalhão de engenharia de selva lá na BR, na região da BR-319. Isso casa muito com aquilo que nós queremos, que é o cuidado ambiental e a vigilância, uma parte importante também – a vigilância que deve ser do Instituto Chico Mendes, do Ibama, dos órgãos ambientais de Rondônia e do Amazonas. Mas a Defesa também pode ajudar muito nesse aspecto.

Então, Presidente Garibaldi, quero que minhas últimas palavras sejam de agradecimento a V. Ex^a. E já aproveito não para convidá-lo, mas para intimá-lo a estar conosco em Manaus – acho que será em abril ou

maio, não sei exatamente a data –, e seria importante que outros Senadores também fossem, para conhecer um pouco a realidade de lá. A Dr^a Marilene deve estar conosco também, porque partiu de nós – não é, Dr^a Marilene? – a ideia de discutir com o próprio Ministério Público a recuperação definitiva da BR com o asfaltamento, que é tudo que nós queremos. Nós somos um País gigante e queremos estar junto aos nossos. Nós não queremos estar junto aos venezuelanos, aos americanos, aos colombianos, aos peruanos, porque, pela estrada, nós chegamos lá. Mas, pela estrada, não chegávamos, até pouco tempo, à nossa Capital Federal, à Região Sudeste, à bela Região Nordeste. O Rio Grande do Norte vai ganhar muito, porque muita gente vai de carro, Senador Garibaldi – o Sinésio, não; talvez o Sinésio vá lá para o Ceará –, boa parte vai de carro passar as férias no Rio Grande do Norte, está certo?

Então, quero cumprimentar o Dr. Valter e agradecer-lhe muito. O DNIT tem sido um lutador para além das suas atribuições, porque o DNIT poderia ficar parado. “Como se embargou a obra, não há mais obra.” Não! O DNIT tem sido um lutador ao lado do Ministério dos Transportes.

Então, cumprimento todos e agradeço muito a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, que nunca nos faltou. Quando precisamos fazer uma reunião de emergência aqui, essa a que me referi e que foi a mais dura de todas, o Senador disse: “Vamos fazer na quarta-feira, sem problema nenhum.” Então, parabéns! Vamos seguir e assim estaremos ajudando a fazer do Brasil um país desenvolvido. Que o nosso desenvolvimento seja exemplo para o mundo, porque é o desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer à Senadora Vanessa, sempre muito eloquente, principalmente em defesa das causas da Amazônia. Ela faz uma intimação, e, além da intimação dela, eu estou ao lado do General.

Eu queria registrar, com muita satisfação, a presença entre nós do Deputado Estadual Sinésio Campos, paraense, presidente do Parlamento Amazônico. Há pouco eu li aqui um documento enviado pelo Parlamento Amazônico, mas agora tenho o prazer de registrar a sua presença aqui, como também a do Deputado Estadual Dermilson Chagas, do PEN, do Amazonas. V. Ex^{as} são muito bem-vindos aqui.

Eu consulto a Comissão, porque o que acontece – eu sei que os Senadores têm muitas ocupações, são muitas as Comissões – é que as perguntas são feitas e, às vezes, os Senadores saem. Aí, o debate fica frustrado. Mas, se os senhores quiserem continuar, nós já temos quatro Senadores inscritos agora e temos quatro Senadores que já perguntaram.

Eu acredito muito na objetividade daqueles que compõem a nossa Mesa, mais do que na dos Senadores. Então, vou conceder a palavra à Presidente do Ibama, Sr^a Marilene Ramos, para que ela possa responder às perguntas. Depois, vamos passar mais uma rodada.

A SR^a MARILENE RAMOS – Começo pela questão colocada pelo Senador Acir, em relação a tempo para projeto, para licenciamento, tudo isso. Eu creio que...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARILENE RAMOS – ... esse é um tema em que quem tem que se manifestar é o DNIT, mas eu quero frisar que o Ibama, nessa situação, não está em uma posição passiva, de ficar esperando que o DNIT traga as propostas. Então, nós estamos em entendimento já, juntamente com o DNIT, com o Banco Mundial, dentro do Programa Nacional de Meio Ambiente, que é financiado pelo Banco Mundial, para fazer um estudo auxiliar para definir essas questões, a complementaridade...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARILENE RAMOS – ... os impactos, os atributos requeridos para os modais de transporte na Amazônia, focando o caso da BR-319 e a hidrovia do Madeira.

Eu acredito que nós podemos pensar em um cronograma para que, durante este ano, nós façamos esses estudos, definamos os projetos, complementemos a parte do licenciamento ambiental, para que o DNIT possa, para o próximo ano, licitar, contratar essas obras, tudo isso.

Agora, há uma coisa que é uma característica minha: eu não suporto bola para o lado. Se eu vejo uma situação, acho que temos que partir para fazer o gol, para decidir, para encaminhar a solução. Então, nós estamos falando aqui o tempo inteiro da possibilidade de o Exército nos auxiliar com o controle da BR-319. Qual é o impedimento que nós temos para a construção dos dois pórticos, dos dois postos de monitoramento na entrada, ali, em Humaitá, e lá em Castanho? Não há nada que nos impeça de fazer isso. Se o Valter me pedir uma licença ambiental para fazer isso, eu dou amanhã. Pode chegar lá com o projeto; eu dou amanhã a licença ambiental para fazer isso. Se o Exército nos disser que está pronto para colocar lá a equipe de monitoramento, faremos e colocaremos junto os fiscais do Ibama para trabalhar em parceria.

Então, vamos dar um passo à frente! Vamos mostrar que nós não estamos aqui só para discurso e palavras bonitas e vamos fazer uma atitude concreta. Porque a estrada, com a manutenção, já vai dar passagem para madeireiro, para caçador, para invasões, o que nós sabemos que tende a acontecer. Então, vamos fazer. Essa é a minha proposta e espero...

Eu queria ouvir o Valter também sobre isso.

Com relação – antes de responder aos demais Senadores – ao que foi falado pela Senadora Vanessa, que está fofocando um pouquinho ali com meu amigo Senador Fernando Bezerra, eu acho que a gente deve tirar essa palavra asfaltamento. Vamos falar em pavimentação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Pavimentação.

A SRª MARILENE RAMOS – A gente não sabe exatamente o que a gente vai fazer lá, não é? Então vamos fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARILENE RAMOS – Exatamente. Bem, vamos pensar no que a gente pode fazer.

Com relação à fala do Senador Flexa Ribeiro, eu quero me manifestar totalmente em desacordo, triste pela expressão que o Senador usou – não sei se foi intenção dele – ao dizer que o Ibama atrapalha o Brasil. Essa é uma ideia que muitas vezes foi construída por uma falta de entendimento.

Se as atitudes do Ibama muitas vezes são interpretadas como atitudes que atrapalham o Brasil é porque as nossas políticas de desenvolvimento ainda não incorporaram plenamente os conceitos de desenvolvimento sustentável. Infelizmente, Senador, é assim. Então, o Ibama acaba sendo entendido, na sua... Não só o Ibama. Eu vivi isso no Inea, no Rio de Janeiro, eu vivo isso em outras áreas. Não é verdade. Se o senhor observar um projeto em que o Ibama fez exigências, o Ibama paralisou, pediu mudanças, vai ver que esse projeto ficou melhor. Ficou melhor para o Brasil, defendeu melhor o meio ambiente e é mais compatível com o desenvolvimento sustentável.

Então, eu refuto integralmente essa fala, não aceito. Acho que os órgãos de desenvolvimento sustentável, os órgãos ambientais brasileiros têm cumprido um papel muito difícil, contra forças extremas que, muitas vezes, tendem a querer acabar com o patrimônio ambiental brasileiro. E eu acho que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Marilene.

A SRª MARILENE RAMOS – Só para complementar, Senador.

Acho que essas atitudes são necessárias porque, ainda que existam as intenções com relação a haver de fato desenvolvimento sustentável, o que a gente constata é que o bicho madeireiro, o bicho garimpeiro ilegal e o bicho incendiário – que é todo dia, que durante os meses de agosto e setembro cobrem a Amazônia de fumaça – não param.

Então, infelizmente, temos de trabalhar cada vez de uma forma mais forte, mais presente no território.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite, Drª Marilene?

A SRª MARILENE RAMOS – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiro eu quero dizer que não me enquadro no grupo que V. Exª está colocando aí.

A SRª MARILENE RAMOS – Não. O senhor, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu defendo a manutenção do meio ambiente. Nós não precisamos derrubar uma única árvore mais no Pará e na Amazônia para poder fazer o desenvolvimento. Basta que se utilize com inteligência e tecnologia as áreas já abertas.

Não defendo o bicho garimpeiro, o bicho madeireiro, o incendiário a que V. Exª está se referindo. Não há defesa alguma – apenas defendo o bicho homem, aquele que está pagando por tudo isso que está acontecendo.

Agora, eu gostaria que V. Exª pudesse explicar para o Brasil por que o Ibama aceitou colocar na condicionante de Belo Monte, como condicionante de Belo Monte, a desintrusão da área de Apyterewa, lá em São Félix do Xingu, onde há três mil pessoas colocadas numa área do Incra, onde foi criada uma reserva indígena em cima. Agora o Ibama coloca como condicionante, aceita como condicionante de Belo Monte a desintrusão dessa área. O que tem a ver uma coisa com a outra? Só queria que V. Sª explicasse para o Brasil.

Quero deixar claro que não tenho nada contra a senhora, não! Nada contra a senhora. A senhora está ocupando a Presidência do Ibama neste momento. Então, estou pedindo respostas a perguntas que eu faço há muito tempo.

A SRª MARILENE RAMOS – Senador, de forma alguma eu o incluí entre os defensores. Como o senhor usou a expressão bicho homem, eu manifestei a nossa luta, que é comum, sua e nossa, estamos juntos, contra o bicho madeireiro, o bicho garimpeiro ilegal, o bicho incendiário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARILENE RAMOS – Exatamente, o bicho madeireiro ilegal, o bicho garimpeiro ilegal, enfim.

Com relação à questão do SNUC, dos recursos, é uma lei que o senhor, como Senador, como disse o Senador Garibaldi, ainda do século passado, já estava aqui, certamente participou da formulação, que é a Lei do SNUC, que é uma lei 2000. Enfim, é uma lei que define que os recursos têm que ser aplicados nas unidades de conservação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa, vamos ouvir a Sr. Marilene.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu só queria que ela pudesse dizer o que a Lei do SNUC diz em relação à aplicação dos recursos, onde eles devem ser aplicados. Que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Paciência, Senador.

A SRª MARILENE RAMOS – Eles devem ser, preferencialmente, nas unidades de conservação, afetadas pelo, pelo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. Na área de...

A SRª MARILENE RAMOS – ... de influência do empreendimento. Entretanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa, vamos ouvir...

A SRª MARILENE RAMOS – ... ao se trabalhar com as unidades de conservação também do Mato Grosso, nós estamos trabalhando com o conceito de bacia hidrográfica. Se o Mato Grosso não produzir água, nós não geramos energia em Belo Monte.

Agora, Senador, veja só, nós estamos aqui no Senado. O saudoso Senador Darci Ribeiro, que eu conheci pessoalmente, tive o prazer de conhecê-lo um pouco lá no estado do Rio, dizia que aqui é o céu, o céu na Terra. Então, aqui não é lugar para ninguém brigar. E esse, então, é um caso em que nós não temos razão nenhuma para brigar, por quê?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas agora eu vim para cá e me enganaram, porque eu estava no purgatório lá na Câmara e disseram que eu vinha para o céu. Cheguei aqui e o negócio está complicado. *(Risos.)*

A SRª MARILENE RAMOS – Não, não está, não. Aqui está tranquilo. Aqui está tranquilo. Esteve complicado há seis meses, quando a Senadora Vanessa se referiu a uma outra audiência que houve aqui nesta Comissão em que, eu quero até fazer uma homenagem ao meu diretor de licenciamento, o Thomaz Toledo, que parece um samurai, ele aqui foi atacado de todos os lados e defendeu, disse porque tinha sido necessária a interdição, a interrupção das obras de manutenção da BR-309. Ele resistiu bravamente. Hoje, eu estou aqui. E eu vi que, quando a coisa é difícil, mandam ele, quando é para boas notícias, venho eu. Eu não faria diferente, senão não seria Presidente do Ibama.

Então, Senador, não há por que brigar. Não há necessidade nenhuma de entrar na Justiça. Vamos pegar essas propostas de redirecionamento dos recursos e vamos levar ao CCAF, o Comitê de Compensação Ambiental Federal, e vamos discutir lá. Havendo razão e tempo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu só pediria que chamasse o Estado para estar presente na discussão.

A SRª MARILENE RAMOS – Nós chamamos os dois Estados. Vamos chamar os dois Estados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não. Foi negado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu preciso falar agora. *(Risos.)*

A discussão está entre o Pará e o Ibama e, na verdade, o Mato Grosso está ficando de fora. Eu não quero que o Estado do Mato Grosso perca recursos com isso também. Eu entendo o Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A culpa o senhor sabe de quem é.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Senador Flexa, por exemplo, estava até em dúvida se o Xingu nascia no Estado do Mato Grosso. Todas as nascentes do Rio Xingu são no Mato Grosso. Temos 35 Municípios, o Rio Xingu nasce exatamente da confluência dos Rios Kuluene com Sete de Setembro. São 270 mil habitantes que vivem ali, nos 35 Municípios, há 12 reservas indígenas, pouco mais de 40 assentamentos. Quer dizer, é muito grande a influência do Rio Xingu para as águas do Pará.

Então, a compensação, eu defendo aquilo que o Ibama está colocando. Tem que ser distribuído ao longo da calha de influência da bacia hidrográfica onde está sendo feito o empreendimento. O Pará não teria Belo Monte se nós não produzíssemos essa água em Mato Grosso, como não teria as usinas do Tapajós também.

Então, Senador Flexa, nós temos que sentar e podemos até pedir mais dinheiro para esse setor, mas não tirar do Estado do Mato Grosso; também não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua com a palavra a senhora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Tem o meu endosso, Senador Blairo. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos ouvir a Srª Marilene. Ela continua respondendo às perguntas.

A SRª MARILENE RAMOS – Eu encerro aqui. Acho que essa é uma questão que a gente deve discutir em conjunto, a visão é essa.

Com relação à questão da desintrusão, de fato, é um tema que é anterior a minha estada lá. Eu não tenho... Mas eu vou procurar saber e encaminhar uma resposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Diretor do DNIT, Dr. Valter Casimiro.

A SRª MARILENE RAMOS – É que eu só respondi às questões dos Senadores com relação a uma questão específica. Desculpe.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Isto é uma audiência pública. Uma palavra sobre Vale do Rio Doce.

A SRª MARILENE RAMOS – Desculpe-me, Senador Fernando Bezerra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É que os nordestinos invadiram a nossa reunião, por isso...

A SRª MARILENE RAMOS – Exato.

A questão de Mariana, a sua pergunta foi basicamente Mariana. Mariana, Senador, eu já tive oportunidade de estar aqui em uma outra comissão, presidida pelo Deputado Zequinha Sarney, da Comissão de Meio Ambiente, debatendo esse acordo. É um acordo muito abrangente, são 20 programas socioeconômicos e outros 17 programas socioambientais que tratam da parte de indenização, de retomada do desenvolvimento das atividades econômicas lá na bacia do Doce. E na parte socioambiental nós temos as medidas chamadas reparatórias, que tratam da dragagem desses rejeitos, da disposição adequada, do tratamento dos rios, da reintrodução da ictiofauna e também de programas compensatórios em uma escala que nunca se viu em nenhum acordo já celebrado desse tipo. Nós vamos ter 40 mil hectares de áreas de regeneração florestal na bacia do Doce, contra uma área que foi dizimada de 2 mil hectares. Então, nós vamos ter uma compensação muitas vezes superior à área que foi dizimada de vegetação. Nós vamos ter R\$500 milhões só para coleta, tratamento de esgoto e encerramento de lixões na bacia do Doce. Com isso nós vamos poder propiciar saneamento para os 39 Municípios que ficam na calha do Rio Doce.

Existe uma série de estudos para definir o que nós vamos fazer para o enriquecimento da fauna, tanto aquática quanto da fauna terrestre, o enriquecimento da biodiversidade. Nós sabemos que aquela é uma bacia muito pobre porque ela perdeu a sua cobertura vegetal. A sua cobertura vegetal, é uma mata atlântica, hoje tem menos de 10%. Vai haver a criação de uma outra unidade de conservação na foz do Rio Doce, uma área de proteção ambiental. Enfim, é um acordo que prevê, só nas primeiras medidas compensatórias, R\$4,1 bilhões. As medidas reparatórias, essas medidas não têm teto. Há uma estimativa de que elas podem chegar a algo como R\$16 bilhões, o que daria o acordo um valor total de R\$20 bilhões, mas se elas custarem 40, as medidas reparatórias, os 40 bilhões terão que ser executados. Se elas custarem 10, 10 bilhões serão executados, quer dizer, não existe este teto, existe apenas um número estimativo.

Além disso, há uma inovação em termos de como fazer isso. Os recursos não virão para o Governo Federal, não virão para o caixa único do Tesouro, nada disso. Os recursos serão aportados pela empresa Samarco com as suas controladoras, e isso foi muito importante, porque, na hipótese de uma falência da Samarco, que ninguém quer, enfim, que venha a acontecer, duas das maiores mineradoras do mundo garantem o acordo. Elas têm que aportar esses recursos em uma fundação privada que vai ser criada por elas para a execução desse plano de recuperação ambiental e socioeconômico da bacia.

Esse acordo tem quinze anos de previsão, mas os principais recursos são aplicados nos primeiros anos. Agora, a gente tem que entender que não adianta dizer: "Olha, eu quero os 4 bilhões de medida compensatória aplicados nos primeiros dois, três anos. Isso não existe. Nós sabemos que não adianta: três mulheres não irão

conseguir produzir um filho em três meses. Nós temos que ter o tempo de gestação dos projetos, de aquisição das informações, de tudo isso.

Agora, no dia 11, vai ser instalado o comitê interfederativo, que é um comitê só com representantes do setor público, que engloba Governo Federal, governos dos dois Estados, representantes dos Municípios e do Comitê da Bacia do Rio Doce, que irão controlar a fundação. Quer dizer, todo o plano de investimento da fundação, todos os projetos, tudo será aprovado por esse comitê interfederativo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Srª Marilene.

Concedo a palavra ao Dr. Valter Casimiro, Diretor do DNIT.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom, iniciando, com relação aos questionamentos do Senador Acir, a questão de tempo de projeto que poderia, que deveria ser gasto nessa nova solução que está sendo estudada para a BR-319, pavimentação do trecho do meio, na verdade, o DNIT hoje tem um projeto que já foi apresentado aos órgãos ambientais e que gerou a quantidade de estudos que foram apresentados aqui no eslaide que a Drª Marilene colocou para os senhores. Então, antes de colocar a questão do que seria feito, desse projeto, da necessidade de uma alteração de projeto e elaboração de um novo projeto, é preciso primeiro definir qual seria a solução utilizada para a BR, se nós vamos fazer uma estrada parque, se nós precisamos colocar, como disse o próprio Senador Acir, um alambrado, se nós vamos fazer uma rodovia. Eu vejo que talvez há inviabilidade de fazer toda em bloquete, porque, primeiro, isso é inviável. Têm que definir a solução.

Foi colocado pela Drª Marilene aqui as discussões que nós já estamos tendo com o Banco Mundial para poder auxiliar em um projeto que seja mais sustentável, que seja aceito pelos órgãos ambientais, que seja aceito pelo Ministério Público e que tenha viabilidade para poder dar trafegabilidade à rodovia.

O pedido de controle de peso nós já estamos instituindo em algumas outras rodovias. Fizemos isso na BR-364, Acre, e vamos fazer isso também na BR-319, principalmente no período em que há um grande índice de precipitações pluviométricas para poder diminuir o desgaste da rodovia não pavimentada nesse período, fazendo um controle de peso dos caminhões.

Com relação à pergunta do Senador Fernando Bezerra, o Arco Metropolitano entrou no programa de concessão, então, o DNIT ficou em *stand-by* agora, aguardando o processo da PMI e todo o levantamento para poder ver a questão da concessão do Arco.

Continuamos com a questão do contorno, que é um convênio com o Estado. Fizemos uma alteração agora no convênio para ver se conseguimos maior velocidade, porque temos consciência de que está muito ruim o trecho. Vamos ver se tiramos de uma secretaria do Estado e colocamos em outra para poder ver se conseguimos dar velocidade à manutenção daquele trecho ali, e até a algumas melhorias, aumento de capacidade em alguns pontos.

Então, na questão do arco, o DNIT saiu um pouco do cenário porque está aguardando o resultado do processo de construção, vendo se consegue interessados para poder fazer isso pela iniciativa privada.

No caso da BR-232, esse trecho que o senhor citou, de Garanhuns, o projeto está previsto para ser aprovado agora em maio, com a licitação em junho. Há R\$17 milhões no orçamento deste ano, foi até uma emenda daqui do Congresso, e a previsão é que a gente publique a licitação em junho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Está no PAC, continua no PAC.

Com relação à pergunta do Senador Flexa, eu sei que o senhor está querendo que a gente coloque no viva voz aqui para todo o Brasil ouvir, para o Pará – todo o Brasil porque o senhor falou que o Senador Garibaldi faz questão também de conhecer os problemas do Pará. O DNIT deu um parecer técnico dizendo que não há impedimento nenhum na passagem para o Estado. Então, tecnicamente, o DNIT entende que o projeto que foi apresentado pelo Governo do Estado é um projeto viável, que não causa nenhum prejuízo para a rodovia naquele trecho. Então, não há problema do DNIT em relação à passagem disso para o Estado para fazer o BRT. Isso – claro – tem que ter o aval do Ministério dos Transportes, que está fazendo a avaliação da questão da PMI, que foi o que o senhor citou aqui há pouco.

Com relação à questão colocada pela Senadora Vanessa, do apoio do Exército na 319, o DNIT já tem o Exército como parceiro em diversas rodovias, inclusive na 319, para parte da pavimentação, da manutenção. Quem fez a manutenção da parte pavimentada próxima a Humaitá foi o Exército para o DNIT. Então, o DNIT não se opõe e entende que temos uma parceria de muito êxito com o Exército para dar manutenção na rodovia ou, em alguns casos, até para fazer a pavimentação. Então, essa porta está sempre aberta para poder ver até a disponibilidade também do Exército em fazer isso, porque a gente sabe que o Exército também tem as suas limitações. A gente precisa ver se o Exército tem capacidade para fazer e qual trecho consegue fazer.

Com relação ao pórtico, Marilene, o DNIT nunca se opôs. Se a gente fechar aqui que tem que colocar um pórtico para o Exército fazer a fiscalização, o DNIT faz essa parceria para poder colocar isso como uma condicionante para ter a rodovia liberada e com o licenciamento mantido. Eu poderia até fazer uma brincadeira aqui e dizer o seguinte: olha, eu coloco o pórtico lá com o Exército. Você me dá a licença para a construção? *(Risos.)*

Mas eu sei que as coisas não são tão simples assim. O DNIT entende isso e cumpre com os requisitos legais para o licenciamento, porque, como falei antes, o DNIT está preocupado com a infraestrutura, mas também está preocupado com o meio ambiente. A gente não quer colocar infraestrutura a todo custo, com prejuízo ao meio ambiente. Então, eu tenho tido diversas conversas com a Dr^a Marilene – isso está sendo bem salutar – para poder aproximar as casas, fazer esse investimento em infraestrutura preocupado com o meio ambiente, de acordo com toda a legislação ambiental. Então, está sendo muito boa para o DNIT e – acredito – também para o Ibama essa parceria que a gente está tendo para poder aproximar os interesses de ambos os órgãos para conseguir essa infraestrutura.

A bola vai para o General Costa Neves com relação a essa questão do pórtico, porque não sei se ele pode atuar como poder de polícia na região lá para poder fiscalizar o trânsito, esse tipo de coisa, mas o DNIT tem todo interesse em manter parcerias com o Exército, inclusive para poder colocar um pórtico lá para fazer essa fiscalização, esse acompanhamento do que passa, do que transita na rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o General.

O SR. GENERAL RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Em relação a esses portais, eu lembro que, em 2008, 2009, o Exército já fez, inclusive, o projeto desses portais, tanto aqui perto de Humaitá, como lá em cima, no Careiro. Os projetos não foram colocados em execução, mas, ontem mesmo, conversando com o general chefe do Departamento de Engenharia de Construção, eu vi os projetos, que já estão lá até prontos.

Quanto à capacidade de implementar uma fiscalização adequada, o senhor tocou em um aspecto interessante mesmo, que é o amparo legal para se fazer isso, mas o Exército tem condições de fazer. Acredito que, quando esses portais ambientais foram idealizados, a concepção foi até mesmo de um trabalho interagências, com vários entes municipais, estaduais e federais, vários setores – Receita, Polícia Federal, Ibama e assim por diante – e também o Exército, que estará pronto, como o próprio comandante do Exército já se comprometeu a realizar essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, muito obrigado. Cumprimento nossos convidados: a Presidente do Ibama, Dr^a Marilene; o General Costa Neves e o Valter Casimiro, que já é cliente aqui na nossa Comissão de Infraestrutura.

Acho que a discussão já se iniciou, já foram respondidos vários questionamentos e vários dos que eu tinha que fazer também já foram respondidos na primeira fase. Mas eu gostaria de fazer uma observação à Presidente do Ibama. Acho que nós, como País, como instituição, pecamos em algumas coisas. O Brasil tem tido ultimamente muitas regras, muitos controles, tudo está sob licença, licença e licença. Penso que o Ibama poderia flexibilizar essa questão das manutenções das rodovias. Não há por quê... É uma rodovia que está aberta há mais de 40 anos. Eu passei lá quando jovem junto com o meu pai. Ainda era asfaltada essa rodovia quando eu passei. Quer dizer, é uma rodovia que já foi aberta, que já foi asfaltada, já teve a sua importância. E, com o tempo, foi perdendo a importância econômica e relaxaram na manutenção. Agora, para uma simples manutenção de fazer uma ponte, de fazer o conserto dos buracos, depende de licenciamento, de um monte de gente para cima e para baixo. Acho que esses procedimentos poderiam ser abreviados. E a mesma coisa numa rodovia asfaltada. Quando tem de se fazer uma recuperação dessa rodovia, também gastamos muito tempo, dinheiro, são pessoas para cima e para baixo para fazer licenciamentos para manutenção desses patrimônios. Acho que esse é um patrimônio público brasileiro que tem de ser cuidado. Não adianta você só construir. Tem de construir e cuidar, senão, com o tempo, perde aquilo que fez.

Acho que, nesse aspecto, o Ibama poderia avançar um pouco, olhar um pouco mais sob esse prisma e entender que uma rodovia sem manutenção é muito pior para o meio ambiente do que uma rodovia com manutenção. Por exemplo, os bigodes, as águas que são retiradas nas rodovias de terra e são cortadas ao longo da pendente de uma descida, elas são cortadas, tiradas para fora, jogadas para dentro da mata, dentro das pastagens, enfim, para que essas águas não vão todas elas para dentro dos rios. Quando você não tem manutenção, as águas descem pela lateral da rodovia e vão abrindo voçorocas, buracos e levando tudo isso para dentro do rio. Então, às vezes, no afã de querer defender uma posição, você acaba prejudicando o meio ambiente. Esse é o ponto.

Especificamente nesse ponto da 319, eu tive oportunidade de passar por lá ainda quando criança, a atividade econômica daquela região é dali mesmo, é de dentro. Ela não é uma rodovia, como disse aqui o Senador Flexa, o Senador Acir, em que nós vamos transportar soja, em que vamos transportar milho, em que vamos

transportar algodão, em que vamos transportar produtos da pecuária. Nada disso, porque o transporte normal, original, usual e muito mais barato é a hidrovía. E a hidrovía está funcionando. O que se quer nessa região – eu entendo a preocupação dos amazonenses e também do pessoal de Rondônia – é uma ligação para poder ir e vir de carro para um lado e para o outro; sentir: eu posso sair, eu não preciso só pegar um barco ou um avião para sair daquela região.

Então, era essa a consideração que gostaria de fazer. E não só para essa rodovia, mas para tantas outras rodovias. A gente vê que pessoas acabam morrendo porque não há manutenção, e não tem manutenção porque não tem licença. Nós tínhamos que olhar um pouco mais isso e liberar um pouco. O Brasil está muito preso. São muitas regras, muitas normas. Os servidores do Ibama, os servidores da Secretaria de Meio Ambiente dos Estados têm medo de assinar as coisas. Todo mundo com muito medo de ser preso, de ser processado pelo Ministério Público. Então, para evitar isso, essas coisas têm de vir de cima. Tem de haver uma liberação. Acho que tem de botar tudo sobre a mesa e ver o que é importante aqui, com o que nós temos que gastar energia, o que nós temos que olhar realmente com carinho, porque isso aqui muda muito a vida das pessoas, muda a vida do meio ambiente. A partir daí, deve-se fazer uma espécie de limpeza, deixar um pouco mais simples os procedimentos.

Era essa a minha consideração, porque, eu digo com toda sinceridade, se a gente não tomar um pouco de cuidado, a gente não vai fazer este País andar. E não é que eu seja contra os estudos. Eu penso assim: se for fazer um aviário lá em Mato Grosso – sabe, há um milhão de aviários no Mato Grosso –, todo mundo sabe qual é o impacto no meio ambiente que um aviário vai dar. Então, não tem de estudar aviário. Tem de liberar. Pode ser que se diga assim: “Olha, não pode haver mais de cinco milhões de aviários aqui no Mato Grosso.” Então, até cinco milhões, você deixa fazer. Agora, claro, vai fazer uma ferrovia, vai fazer um negócio numa nova área em que nunca se fez, devem-se fazer os estudos, tem de saber qual é o começo, o meio e o fim desse processo. Mas infelizmente para nós que vivemos o dia a dia, o meio ambiente olha tudo como se fosse o último ponto.

Uma coisa é olhar a fotografia do Planeta, que tem importância ambiental. Mas aí, vai para o País, tem importância ambiental; vai para o Estado de Mato Grosso, tem importância ambiental. E quando se vai aos últimos dez metros quadrados que se veem na fotografia, têm que ter o mesmo respeito ambiental, as mesmas coisas que todo o Território brasileiro. Acho que é isto que está faltando, ou seja, um pouco de sensibilidade para saber e liberar alguma coisa para que o País possa andar e possamos ter uma vida mais tranquila.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, muito resistente, pois está desde às 8h30 aqui.

Também quero pedir desculpas pelo meu atraso, porque cheguei do Japão ontem quase meia-noite. Então, estava cansado. E faço esta referência porque vim de um país onde tudo é tão civilizado, onde tudo é tão certinho e com um povo tão pacífico. Quero dizer que tive oportunidade de passar esses últimos onze dias lá numa viagem organizada pela Embaixada japonesa e conhecer as várias áreas da infraestrutura e todas as questões do Japão. Mas é bom que se diga que nem um real foi utilizado dos cofres brasileiros, tudo foi custeado pela Embaixada do Japão e pela relação Brasil-Japão. Estavam comigo mais 9 Deputados Federais, um grupo de 27 Deputados Estaduais e alguns representantes das Comissões. Os Deputados Federais e o Senador da República, que fui eu, tivemos uma agenda especial, geral; os outros tiveram outras agendas também de interesse Brasil-Japão.

Gostaria de cumprimentar a nossa Marilene Ramos pela sua desenvoltura, pelo seu trabalho e pela sua simpatia. Quero deixar claro que sou de uma carreira, a de Analista de Infraestrutura, que cuida dos projetos dos 15 Ministérios da infraestrutura nacional; e posso te assegurar que nesses 15 Ministérios há bons projetos, boas peças colocadas, mas estamos com muita dificuldade para encaminhar. Digo isso porque criamos o Instituto Chico Mendes e o Ibama para facilitar, para agilizar e não para atrasar mais ainda os processos. Agora, por exemplo, praticamente duplicamos a demora em algumas situações.

Quando vi o Flexinha colocando aqui para vocês algumas questões em relação a isso, digo que precisamos rediscutir essa questão do Ibama e do Chico Mendes de forma a agilizar aquilo que a prática nos demonstra, tal como o processo que o Blairo acabou de colocar aqui do simples aviário. Enfim, são coisas que precisamos fazer.

Eu que acabei de vir do Japão e vi tantas plantas de energia solar digo que vamos ter que colocar essas plantas de energia solar neste País em todos os cantos possíveis. Imaginem se para cada planta que estiver próxima de um povoado tivermos que perder não sei quantos mil anos no Ibama ou no ICMBio para liberar uma coisa simples que vai, inclusive, diminuir o grande impacto poluente das termoeletricas e de outras questões que vem nos atrapalhando o tempo inteiro!

Portanto, quero dizer a V. Ex^a, fugindo do tema, nobre Presidente, porque aqui já fugiu um do PSDB, já fugiu um ex-PT que está sem partido neste momento, já fugiu outro que é do PSB, e eu que sou do PMDB também estou fugindo para os assuntos que são importantes para nós, deixando claro que estamos pensando no Brasil. Então essa questão o Ibama e o Chico Mendes precisam agilizar ao invés de demorar mais.

Sou parceiro do Ibama, e você sabe disso, já ajudei a resolver algumas questões importantes, e quero deixar claro que o trabalho que o Ibama e que o ICMBio fazem são trabalhos importantes, mas nós, engenheiros, que estamos nos 15 Ministérios da infraestrutura nacional, temos que ter uma relação mais próxima ao Ibama e ao ICMBio para tentar destravar os processos do PAC e do PIL e fazer com que as coisas aconteçam de uma forma adequada. Por exemplo, em relação a essa rodovia, o PIL poderia resolver tranquilamente, trazendo mais investimentos e pessoas para fazer o serviço, se tivéssemos menos burocracia nas licenças ambientais, etc., garantindo a qualidade. Ninguém está querendo precarizar, mas, sim, agilizar.

Com relação ao Exército brasileiro, meu nobre General Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, quero dizer que para nós é um orgulho ter um Exército com a qualidade que tem, ter o IME que forma técnicos com altíssima qualidade neste País. O Exército, a Aeronáutica e a Marinha são entidades que contam com todo o nosso apoio democrático, nós reconhecemos.

O que pudermos fazer aqui para ajudar essas Forças que nos garantem a democracia, estaremos ajudando. Nada de golpe, somos contra qualquer tipo de golpe. Queremos a Força de segurança brasileira para isto que vocês fazem hoje: esse apoio à infraestrutura, esse apoio à segurança, à democracia, a um País que tem projetos importantes com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica nas suas áreas afins, que tanto nos ajudam a continuar no processo democrático.

Estamos vivendo um momento conturbado neste País e aproveito esta oportunidade – falando com V. S^a, um general, uma pessoa que tem todo um *know-how* do nosso Exército brasileiro, portanto, nas nossas Forças Armadas – para dizer que nós políticos brasileiros confiamos no bom senso, na responsabilidade, na irmandade, no nacionalismo das Forças Armadas brasileiras para manter a democracia e a ordem sem nenhum tipo de outra questão.

Quero falar com meu amigo Valter Casimiro que precisamos muito resolver algumas questões. Temos aqui a BR-080, a duplicação da última saída de Brasília para Padre Bernardo, que é de 180km. Precisamos resolver, pois, a cada dia que passa, mais vidas são mortas no trecho Taguatinga-Brasília-Padre Bernardo. Já estivemos lá, já pedimos encaminhamento para o PAC. Precisava saber informação de como está essa questão, o que nós da Bancada do DF ainda precisamos fazer, porque já fiz um documento assinado por toda a Bancada solicitando ao PAC para assumir essa duplicação, mandar o dinheiro para vocês, para que nós, que tivemos essa emenda como prioritária da Bancada do DF, consigamos duplicar essa última saída do Distrito Federal.

Além disso, temos outros gargalos por aqui, que é a questão da duplicação daquele trecho da BR-060 a Santo Antônio do Descoberto e outras áreas do anel viário que estamos, juntamente com a ANTT, com vocês e com o Ministério do Transporte, precisando dar continuidade.

Sei da excelência técnica da equipe do DNIT, ajudei a aprovar todos aqui, sei que são pessoas altamente capacitadas. Quero, juntamente com o DNIT, com o Ibama e talvez com o Exército também, discutir a questão das hidrovias brasileiras – está hoje com um excelente diretor aquaviário lá no DNIT –, temos que chamar aqui a Antaq e outros órgãos para debatermos essa questão das nossas hidrovias.

Vamos ao Japão, daquele tamaninho, uma ilha, onde há vários cursos de água, e vemos o tanto que usam o curso marítimo para fazer o transporte. Nos Estados Unidos, praticamente toda a sua carga é feita pelos rios. E nós, com esses rios imensos sem aproveitar, pagamos esse preço absurdo para escoar nossa safra. Portanto, precisamos discutir isso.

Quero ver com você como andam essas obras de Brasília e dizer que em breve estaremos aprovando aqui uma audiência, uma comissão para discutir esse assunto, além daquela outra questão da energia, como já falei, nobre Presidente do Ibama.

Estamos aprovando, como política pública deste ano, a integração das energias das Américas. Inclusive, sou Vice-Presidente do Parlatino nessa área. Apresentei uma proposta de projeto lá. Vamos fazer aqui pelo menos umas dez audiências públicas, envolvendo todas as formas de captação de energia para este País e precisamos realmente tirar do gargalo essa questão em que nos encontramos, com a nobre anuência do nosso sempre elegante Presidente, que conduz com galhardia esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Me engana que eu gosto, Senador.

Com a palavra, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os convidados, nossos colegas Senadores, e ser muito breve e objetivo.

Quero me solidarizar com todas as questões colocadas aqui pelos nossos colegas, mas pontuar, aproveitando a oportunidade de ter aqui o diretor do DNIT, para colocar uma questão que aflige e revolta o povo do meu Estado, o Maranhão.

Temos dez BRs, uma delas, a BR-135, é a única via terrestre que chega à capital do Estado, o maior aglomerado urbano do Maranhão, com quase dois milhões de pessoas. Há aproximadamente um ano, esteve aqui, nesta mesma Comissão, o Ministro dos Transportes, com quem nós, naquela oportunidade, tratamos desta questão: o acesso à ilha de São Luís.

Sr. Presidente, foi feito, próximo da ilha de São Luís, um projeto para instalação de uma refinaria. Nesse projeto, a única coisa que refinou foi voto. O povo do Maranhão assistiu àquilo e, ansioso, acreditou que poderia ter um empreendimento daquele porte, que poderia gerar milhares e milhares de empregos. Para dar mais credibilidade e fazer a população acreditar mais naquele empreendimento, foi iniciada uma obra de duplicação da BR-135, que liga São Luís a Bacabeira, local onde seria a estrada da refinaria. Isso vem desde 2010. Portanto, vem refinando voto há duas eleições. Eu mesmo fui candidato a Senador em 2010 e 2014 e fui vítima dessa prática.

Quando chega agora a 2014, após as eleições, antes do Natal, ou melhor, entre Natal e ano novo, é anunciado que aquilo não passou de um sonho de verão, ou um pesadelo. Não existe refinaria coisa nenhuma. Ficou lá no meio do caminho a duplicação da BR-135.

Pessoalmente, fui, agora, viajar de carro mais uma vez. Num trecho que é para passarmos em vinte minutos, passei mais de quatro horas. Então, você imagine, na Semana Santa, o desespero da população, a revolta da população com aquela situação. Não é só por causa da perda de tempo, mas porque ela está se transformando numa rodovia da morte. Nesse final de semana, houve mais uma vítima fatal nessa rodovia. Quero me solidarizar com a família de Ana Lúcia Duarte Silva, bailarina, professora, que foi assassinada, vítima de latrocínio, num trecho em que o carro, praticamente, é obrigado a parar. Então, isso é uma constante naquele trecho rodoviário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Valter, Diretor-Geral do DNIT, eu já falei com V. S^a algumas vezes sobre esse assunto. Sei que, pessoalmente, V. S^a tem se empenhado na solução do problema, assim como o Ministro, mas, além de ser uma questão de obrigação do Executivo – trata-se de uma BR –, é uma questão moral subjacente, porque se trata da população do Estado que deu a maior votação do Brasil para a Presidenta Dilma, o Estado do Maranhão, da única obra estruturante do Governo Federal no Maranhão, o único acesso rodoviário para a capital do Estado do Maranhão, São Luís, que tem na ilha quatro Municípios. Nós estamos tendo um prejuízo monumental. As pessoas não toleram mais essa situação. E aqui eu falo em meu nome, em nome de todos os Senadores do Maranhão, em nome do Governador do Estado, em nome dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais e de toda a população, dessa população que eu represento aqui, mas também a Presidenta da República representa. Não podemos mais tolerar que a ilha do amor, tão conhecida, seja transformada na ilha do clamor. Hoje há um clamor para que isso seja resolvido.

Nós vimos, recentemente, a Presidenta da República, Dilma, ir a São Luís inaugurar uma obra importante no Terminal do Porto de Itaqui, que é o Tegram (Terminal de Grãos do Maranhão). Antes do Tegram, por essa rodovia andavam 200 carretas, muitas de soja, que vêm do sul do Maranhão para ser exportada através do Porto de Itaqui. Muito bem. Após essa inauguração, que aconteceu há pouco tempo, por essa mesma rodovia andam mais de 800 carretas e, com a operação de mais dois terminais neste ano, serão 1600 carretas, na sua maioria de soja. Então, eu quero aqui expressar o sentimento de revolta, muito maior do que o de indignação com essa situação.

Nesta semana, falei com algumas pessoas do DNIT do Maranhão. Sei que V. S^a vai dizer que a empresa contratada, que é um consórcio, estava com muito dinheiro para receber e, claro, parou as obras – é evidente! O Ministro disse aqui que, em dezembro de 2015, terminava. Nós estamos em 2016, e está lá a obra no meio do caminho, parada, paralisada! O DNIT não deve mais um centavo para a empresa, está absolutamente quite, mas é preciso que a gente reconheça um problema real. Não podemos tergiversar. Estamos vivendo um momento de absoluta insegurança jurídica no País, instabilidade política de toda ordem, um Governo que está aí como que aparando pratos diante de uma prateleira, com muitas dificuldades, mas as empresas, quaisquer que sejam elas, fornecedoras de serviços, prestadoras de serviços têm insegurança! É preciso que a gente fale de frente o que precisa ser feito, ou seja, este Governo pode estar hoje e amanhã pode não estar, mas o prestador de serviço vai simplesmente ficar esperando derreter a situação? Precisamos saber se é necessária uma reunião lá no DNIT, com toda a Bancada federal de Senadores, de Deputados, com o Governador, para dar um mínimo de confiança para o contratado, que é o consórcio de que nem sei o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Serveng-Aterpa. Eles precisam ter alguma segurança, porque, definitivamente, do jeito que está, não pode continuar.

Eu, para concluir, digo que recebi nesta semana mesmo, na própria segunda-feira à tarde, diante de tanta revolta de todo mundo, uma ligação do gabinete da Presidente, do Ministro Jaques Wagner, com quem já tratei várias vezes desse assunto. Também o fiz com ela própria, a Presidente. Já disse, a Bancada já tratou, o Governador tratou... O Governador iria até entrar na Justiça contra essa situação, porque nós não temos mais o que fazer. E o povo cobra de quem? O povo cobra de nós. E eu espero, sinceramente, que nós não tenhamos que, noutra oportunidade, Sr. Presidente, aqui nesta Comissão, voltar a tratar desse assunto, porque nós queremos principalmente poupar vidas.

E eu encerro como comecei, solidarizando-me com a família da Ana Lúcia Duarte Silva, bailarina, professora, que foi mais uma vítima de latrocínio, nessa que é conhecida, lá no Maranhão, como estrada da morte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Garibaldi... Hoje não foi por ordem de chegada, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a está reclamando por quê?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, não estou reclamando não. Estou só registrando, dada a sua elegância, que aqui já foi mencionada, e o senhor não acreditou muito, não é? Mas, com certeza, eu quero aqui agradecer sempre essa elegância e a gentileza a todos nós.

Eu quero cumprimentar todos aqui; a Marilene, que tem um nome muito parecido com o da minha esposa: Mariene e Marilene. Cumprimento também o General Costa Neves. Aproveito para cumprimentá-lo, mas também quero lembrar aqui o General Enzo e destacar, em nome do Exército brasileiro, a importância do Exército, lá, para a nossa Região Amazônica. A BR-163 tem uma história muito grande da participação do Exército brasileiro, a Calha Norte, enfim... Hoje, no momento em passamos uma dificuldade, principalmente com a pouca credibilidade das instituições, com certeza o Exército brasileiro é uma das instituições muito respeitadas por todos nós, brasileiros. E pela sua história, pela história de trabalho.

Quanto à Amazônia, eu ouvi muitas palestras de generais sobre o papel do Exército – das Forças Armadas, de um modo geral, mas principalmente do Exército – em relação à manutenção da nossa Amazônia. Digo isso porque, às vezes, se discute muito a Amazônia, sem conhecer a complexidade, o que é aquela região tão vasta, tão imensa, com uma população tão pequena.

Eu, Marilene, tenho de lembrar aqui que, logo no meu primeiro mandato, um deputado federal de Mato Grosso estava numa discussão, sobre essa questão ambiental, que não pode, que não pode e tal, e ele, muito eufórico, disse o seguinte: “Olhem, se vocês estão pensando que nós vamos ficar lá na Amazônia só lustrando cacunda de jacaré para turista tirar fotografia, estão muito enganados. Nós queremos geladeira, nós queremos energia.” Porque naquela época nem energia havia. Então, às vezes, as pessoas construíam no passado uma hidrelétrica e se esqueciam de levar a energia para a comunidade que estava ali, vizinha. Ou seja, havia uma total ignorância em relação àqueles que estão ali preservando, que estão ali cumprindo o seu papel de fazer com que, daquela região, sejam extirpadas ideias, como já houve, inclusive, de internacionalização da nossa Amazônia. E a Amazônia, sem dúvida nenhuma, é a maior reserva da nossa biodiversidade. Infelizmente muito pirateada também, dada exatamente a falta de condições de toda a vigília brasileira.

Quero cumprimentar também o Valter e registrar, Sr. Presidente, que, conforme requerimento aprovado aqui nesta Comissão, amanhã nós teremos, em Guarantã, na divisa do Mato Grosso com o Pará, uma audiência pública, na qual vamos tratar exatamente da concessão da BR-163, especificamente do trecho de Sinop até Miritituba. Inclusive o Dr. Valter estará presente conosco lá. Essa audiência foi proposta também em conjunto com a Assembleia Legislativa, onde teremos o Presidente da Assembleia Legislativa, com vários Deputados.

Lá na Assembleia, essa proposta foi feita pelo “Deputado BR-163”, que é o Deputado Pedro Satélite. Ele tanto lutou por essa estrada que ganhou o nome, inclusive, de “Deputado BR-163”. Eu quero estar lá e, como foi aprovado aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de ter a sua presença lá com toda essa simpatia, com toda essa nobreza, como aqui já foi falado. Também entendo que não é fácil para V. Ex^a ter de se deslocar também. Mas lá estarei representando e falando em nome de V. Ex^a.

Bom, quero ainda dizer que ontem o Ministro Nelson Barbosa esteve na CAE, falando sobre a readequação da meta fiscal. Dentro dessa readequação, dois itens são importantes, um para o meu Estado, para a Região Centro-Oeste. Na verdade, é a liberação de mais recurso do FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações. São 9,1 bilhões, sendo que Mato Grosso é o Estado que mais recebe, 21,63%, quase 23%. Então, no ano passado, não fosse a liberação desse recurso, o Governo do Estado, como também a Prefeitura, não teria condições de encerrar o ano pagando salários, enfim. Este ano, o Ministro já anunciou aqui a liberação dos recursos. E hoje foi editada a medida provisória no recurso do FEX de 2015 ainda com a possibilidade dessa readequação da meta fiscal de cumprir também o FEX de 2016.

Eu falo isso, Presidente, porque também, nesta readequação, estão previstos 9 bilhões, conforme disse o Ministro, exatamente para os restos a pagar e conclusão de obras inacabadas no Brasil. Como está aqui o Dr. Valter, eu gostaria até que fosse feito aqui por V.ª algum comentário sobre obras. Por exemplo, no caso, a 158, no Estado de Mato Grosso, tem dois impactos: um é o aspecto financeiro. Está faltando muito pouco para se concluir o trecho chegando de Vila Rica até o Pará. Também por parte do Ibama, a 158, nós temos lá o problema da Reserva Marãiwatsédé, que foi criada. E até agora, infelizmente, nós não temos uma solução para essa obra em função da licença ambiental. É claro que tem muito mais a ver com a questão indígena, mas o Ibama também acaba tendo essa influência nesta questão. Além da 158, há a 242, que também agora depende única e exclusivamente da licença do Ibama. Grande parte da obra já foi construída e falta só um trequinho no meio, de dois ou três lotes, que não tem a licença ambiental. A 242, no Estado de Mato Grosso.

Ainda em relação ao objetivo principal da nossa audiência, que é a 319, no Amazonas, eu quero aqui lembrar o Ministro Alfredo Nascimento, do meu Partido. Como Ministro – e foi Senador –, eu lembro que, muitas vezes, nós tivemos reuniões no Ministério. E ele colocava a angústia dele pela impotência de, como Ministro, o seu Estado não conseguir realizar as obras nessa estrada tão importante. É uma estrada que, como disse aqui a Senadora Vanessa, há quarenta anos, como a 158 também lá, uma estrada consolidada, que já foi asfaltada, por onde toda a carga de Manaus praticamente descia, exatamente por essa estrada, e foi se deteriorando, acabando. Hoje, para fazer uma conservação, existe toda essa luta. Aliás, passou o mandato de um Senador do Amazonas como Ministro e ele dizia até da angústia de não conseguir realizar uma obra tão importante para o seu Estado.

Então, na verdade, falo aqui dessa estrada muito mais como um amazônida, mas para testemunhar também a importância que representa essa estrada para o Brasil, porque é uma integração de toda a Amazônia. Então, eu poderia estar aqui falando como um amazônida angustiado, Sr. Presidente, com uma população talvez até revoltada, porque numa obra dessa, consolidada, que foi tanto utilizada, hoje existe essa dificuldade.

Quero só registrar isso, Marilene, e, de qualquer forma, parabenizá-la, porque eu tive uma audiência com V.ª e ouvi esse entusiasmo que colocou aqui, inclusive essa vontade de destravar, dizendo: “Não, aqui nós precisamos resolver.” Ou seja, pegou a bola, tem que jogar para o lado, tem que jogar para frente e marcar o gol.

Então, isso traz esperança para nós. A legislação, evidentemente, foi criada por nós, mas um órgão como esse tem uma importância muito grande. É claro que é preciso evitar os abusos, porque ninguém quer acabar com o meio ambiente e nós temos que ter a responsabilidade com as futuras gerações, mas também não podemos prejudicar o desenvolvimento, principalmente numa região como essa. Na verdade, não basta apenas promover o desenvolvimento. É necessário também cuidar da qualidade de vida das pessoas que lá estão, que lá vivem e que cumprem esse papel de integração nacional e, principalmente, de preservação.

Então, eu gostaria de ouvir, no encerramento de suas palavras, uma consideração geral, General, porque, às vezes, as pessoas não sabem, não têm noção – e os brasileiros estão nos assistindo – do que é a Amazônia. Talvez seja uma oportunidade de o senhor falar, como brasileiro – sei o que isto representa para o Exército –, sobre a importância de as pessoas, em vez de criticarem, conhecerem primeiro e ajudarem nos projetos, como o Calha Norte, que é fundamental para a região. Às vezes, vocês não dispõem dos recursos mínimos para fazer aquilo que fazem, como a assistência social.

Quero aqui finalizar, para deixar um pouquinho para o General, ressaltando a questão da Serra do Cachimbo. Com o asfaltamento da BR-163, que está sendo concluída, nós fizemos a indicação para transformar a Base Aérea do Cachimbo numa unidade avançada – agora esqueci o nome –, como se fosse um... Eles fazem todo o trabalho e prestam assistência, principalmente naquela região. Hoje, lá é apenas uma base. Seria o avanço dessas condições, porque, com o asfaltamento, eles poderiam ter condições de prestar um trabalho muito maior à região. Não me lembro do nome correto, mas, com certeza, o senhor sabe que é mais do que uma base.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, nossos convidados – Drª Marilene Ramos; Valter, do DNIT; e nosso General Ricardo Augusto –, fomos chamados à Comissão hoje, nesta audiência pública, para debater a BR-319.

Nós que estamos na Amazônia – eu sou do Acre, General; parabéns pelo trabalho do Exército na nossa região, na fronteira – sabemos das dificuldades em Epitaciolândia, onde há um quartel; em Santa Rosa do Purus, que acho que só o senhor e eu conhecemos, porque só vai àquele Município quem tem negócio. Onde eu posso defender, eu sempre falo da importância do Exército na nossa região, na Região Amazônica e, principalmente, na região do meu Estado, o Acre.

Fico ouvindo atentamente esse tema da BR-319. Lembro que, há 30 anos, quando o meu pai ainda era vivo – meu pai hoje é falecido –, fui de Rio Branco a Manaus de carro, numa C10 – antigamente havia a C10, a

gasolina. Hoje, vejo aqui a Bancada do Amazonas, a Bancada de Rondônia, e essa BR também é muito importante para o meu Estado, o Acre.

Eu queria atender alguns pontos. É lógico que isso não é culpa do Valter, mas tenho algumas críticas a fazer ao DNIT. Esse é um problema que vem se arrastando há muitos e muitos anos. Por exemplo, eu não consigo entender por que, no caso da BR-317, que liga Rio Branco a Boca do Acre, o pessoal só conseguiu fazer até a metade, Presidente. Até a metade, há estrada; na outra metade, não existe. Eu estive em Boca do Acre agora. Aquilo é um absurdo, aquilo é um absurdo! As pessoas que moram em Boca do Acre, que liga o Amazonas ao nosso Estado e que é a saída daquela região, uma região muito rica, muito próspera, produtora.

Há quantos anos, quantas vidas já foram ceifadas ali? Eu era pequenininho, igual ao Sinésio, e nós já discutíamos sobre aquela estrada. Quantas vezes eu vi – você está ali há quantos mandatos, Sinésio?

O SR. SINÉSIO CAMPOS (*Fora do microfone.*) – Seis.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Há seis mandatos. Então – seis vezes quatro –, há 24 anos, eu vejo o Sinésio ali lutando por aquela estrada. Estou falando dele porque o conheço, mas não é uma luta só dele. Eu sempre estive ali lutando, porque é importante. Hoje, Boca do Acre depende de Rio Branco, da nossa capital.

Mas eu estou falando da BR-317, que é a continuação, que vai até o Pacífico. Eu queria entender, Valter, por que, lá dentro do Peru, que é a mesma Amazônia, é a Amazônia peruana, se faz a estrada – e eu estou falando porque conheço, não estou falando porque alguém me disse, não –, e quem sai de Assis Brasil, que é lá na fronteira, quando entra em território peruano, tem uma estrada cem por cento funcionando – cem por cento! –, e a estrada que está dentro do nosso Território, em precária situação.

Não estou nem falando, ainda, na BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Essa é um escândalo. O Dr. Valter sabe do que eu estou falando, do problema que vem se arrastando. Nessa estrada foram derramados mais de R\$2 bilhões. Eu estive lá semana passada. Fui de Rio Branco até Cruzeiro do Sul de carro. E faço questão de ir de carro para dividir um pouco, prestar a minha solidariedade às pessoas que moram ali em Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e até Cruzeiro do Sul. Um absurdo, Presidente Garibaldi. Um absurdo! As pessoas ficam totalmente isoladas. E aí eu penso que, se ali tivesse sido feito um viaduto, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul – um viaduto! –, tinha gasto menos dinheiro. Porque eu não acredito... “Ah, construir na Amazônia é difícil.” É verdade. Isso é verdadeiro. É difícil. Mas será que não existe tecnologia hoje no mundo, no Brasil, para se fazer estrada? Como é que se faz uma estrada que não foi nem inaugurada e já se acabou?

Então, sinceramente, esta não é a primeira reunião de que eu participo e tenho certeza de que não será a última. Já estou na política há 30 anos. Desde quando era Presidente da Assembleia do Estado, estou nessa luta. Porque eu não consigo, sinceramente, entender. Às vezes, o que me magoa é a briga lá do DNIT acerca de quem vai indicar o diretor do DNIT. Como se isso fosse mudar alguma coisa. Lá no Acre, o Governo do PT – ave, Maria! –, quando se fala em DNIT lá... Porque, antigamente, as obras não eram feitas pelo DNIT. As obras eram sub-rogadas ao Derac, que era o órgão do Estado que fazia, que dizia que ia fazer essa estrada. E o dinheiro era derramado lá, e na verdade quem perdeu foi a população do nosso Estado.

Estou falando da BR-364, da BR-317, e aqui presto a minha solidariedade aos irmãos amazonenses, porque a BR-319 não é diferente da nossa. O Deputado me falava de 400km – é isso? Aí o Ibama, o ICMBio, e não sei quê, e tem que pedir licença... Quanto a essa estrada, não estamos falando de coisa nova. Estou falando que há 30 anos eu já tive o prazer de sair de Rio Branco e ir até Manaus. E hoje essa novela se arrasta aqui no Senado, se arrasta na Câmara, se arrasta lá nas Assembleias. Quando eu era do Parlamento Amazônico, já se discutia isso. Na Unale, que é a entidade dos Deputados estaduais, já se discutia isso.

Eu fico pensando que o cidadão que está assistindo agora à TV Senado deve pensar: será que esse pessoal está brincando? Eles ficam conversando essa história... Será que é só de brincadeira que eles ficam se reunindo? Porque de concreto não sai nada!

Então, sinceramente, eu já estou tão decepcionado com essa situação ali da nossa BR-364 que não aguento mais falar nisso. Você chega lá e vê a cabeceira da ponte, que não tem cinco anos e está lá, arriou, acabou, lá em Tarauacá. Quanto foi gasto naquilo ali? E não há ponte. A ponte está praticamente intrafegável. Aquela ostentação, aquelas pontes com raio, aquela lá de Cruzeiro do Sul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Estaiada, parece essas coisas da Europa. Para que aquilo, gente? Por que não faz umas coisas funcionais? De que adianta ser estaiada, enraizada e não funcionar? A BR não funciona. Para que isso?

Agora, eu só queria aqui, Presidente... Eu tinha de fazer esse desabafo porque eu não aguento mais. Essa não é a primeira... Já estive no DNIT. Semana passada trocaram o diretor do DNIT porque o deputado fulano de tal mudou para outro partido. Aí mudaram o diretor do DNIT, como se isso fosse mudar alguma coisa. Não.

A população do meu Estado – e tenho certeza de que lá no Amazonas não é diferente – não aguenta mais. Nós temos de dar uma resposta urgente – urgente, urgente. “Ah, mas o Ibama não deixa.” Gente, nós temos de... Esse povo do Ibama, esse povo do Imac, esse povo do ICMBio, esse pessoal tem de entender que, acima dos interesses dos ambientalistas que estão lá em Nova York, estão lá não sei onde, que acham bonito, tem uma população que precisa dessas estradas. Tem uma população que precisa viver com dignidade.

Na minha região, como se explica... Como se explica para o... E aí gostaria até que a doutora aí do Ibama... Aprova-se um manejo florestal. Aí está lá: derruba floresta, entra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, mas esse foi aprovado pelo Ibama. Entram 50 *skidders* na floresta. Cinquenta. Acabam com a floresta ali. Aí, o cidadão que mora aqui do lado, o seringueiro, não pode derrubar uma árvore para arrumar a casa dele. Então, essas coisas as pessoas não entendem. Como é que você vai explicar? Como você explica? Aprovou um manejo que derrubou 500 hectares, e não pode passar uma estrada que já existe, que não vai derrubar nada.

Então, existem algumas coisas sobre as quais a gente precisa dar uma explicação mais concreta para a população, sob pena de, daqui a alguns dias, quando chamarem para essas reuniões, ninguém vir mais. Nós não saímos do lugar, ficamos só na falácia, só na falácia, só no discurso. Desculpe, mas é porque eu, sinceramente, já nem acredito mais.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com a aquiescência dos nossos colegas Senadores, eu quero... Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça. Estão no item o nº 1 da pauta lá e me chamam. Fiz um questionamento específico ao Dr. Valter, e gostaria de solicitar a V. Exª que desse preferência para ele tratar desse assunto.

Ao mesmo tempo, quero registrar a presença aqui do Deputado Estadual Wellington, lá do Maranhão, que está ao lado de Deputados do Pará. Gostaria que, após a fala dos Senadores, V. Exª examinasse a possibilidade de franquear a palavra a esses Deputados Estaduais, que vieram de longe para poder participar desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Diretor do DNIT, Dr. Valter Casimiro.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Senador, como o senhor mesmo colocou a questão da dificuldade que teve o ano passado o DNIT para poder honrar seus compromissos, não foi diferente lá no Maranhão, na 135. Isso provocou uma paralisação, pela empresa, da obra de duplicação daquele trecho e acabou gerando também um problema de manutenção dos contratos – era um Crema naquele trecho que liga o porto até a estiva –, que culminou na necessidade de cancelamento do contrato do Crema, que é uma manutenção estruturada naquele trecho.

A rodovia precisa dessa manutenção estruturada; a gente sabe o nível de degradação do pavimento, a quantidade de buracos que existem lá. Então, precisa de uma intervenção mais pesada naquele trecho de estiva até o quilômetro zero da BR-135. Infelizmente, culminou na necessidade de o DNIT cancelar esse contrato por inadimplência da empresa que estava lá... Eu digo inadimplência técnica – não fez, não performou e nós tivemos de cancelar o contrato.

Tivemos de entrar com uma nova licitação para fazer uma manutenção, que vou chamar aqui de tapa-buraco – nós chamamos de Pato, que é um plano de trabalho –, para poder dar condições de trafegabilidade naquele trecho da rodovia. São dois lotes que estamos contratando. Um já está contratado, a empresa já está lá. Prometeu para a gente colocar oito equipes. Está lá com três, agora, mas prometeu colocar oito equipes para ver se consegue minimizar todo esse problema que hoje ocorre lá na 135, do trecho do quilômetro zero até o quilômetro 69. E estão com a licitação em curso, com previsão de abertura da proposta para o início da semana que vem, desse outro trecho, do 69 até Estiva.

Nós estamos tentando decretar uma emergência, caso essa licitação não venha a ter um sucesso, já na próxima semana, desse segundo trecho, para também dar uma resposta imediata, já que a gente teve que cancelar esse contrato de manutenção estruturada, que era o Crema, nesse trecho.

Com relação à duplicação, eu conversei ontem com a empresa. Já tínhamos tido outras reuniões para notificá-los e retomar a obra de imediato. Havia uma discussão com relação ao aditivo que o DNIT tinha feito com a empresa e que mesmo ela tendo consciência de que a gente, agora, vai pagar em dia, que vai retomar, ela estava discutindo a questão de algumas medições, alguns pagamentos que o DNIT não vinha fazendo por conta de um questionamento do TCU, mas isso já foi solucionado e ela se comprometeu essa semana já estar mobilizando. Garantiu para a gente que já está mobilizando para poder dar a conclusão aos viadutos.

Reclamou alguma coisa de que não poderia retomar de imediato a obra de duplicação por conta do período de chuvas, mas a gente tem notificado a empresa para entrar de imediato e retomar as obras de duplicação. É uma obra que está com uma emenda impositiva, é uma obra que está como prioridade dentro do DNIT, e o DNIT tem feito gestão para, caso a empresa não entre de imediato, também aplicar as penalidades do contrato, porque... No ano passado, a gente até entendia, porque foi o que o senhor colocou aqui de intervenção. Entendia porque a empresa tinha reclamações de que o DNIT estava com alguns valores não pagos ainda para a empresa.

Neste ano, a gente pagou tudo. Não tem mais essa justificativa de não entrar na obra por falta de pagamento. Então, estamos atuando nessa questão. Ontem, o nosso coordenador geral de manutenção esteve com o governador, com a equipe do Estado para mostrar um plano de ação que está sendo feito nesse trecho de Estiva até o Km 0 e até Porto, para darmos a resposta que o Estado merece.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Muito bem, então eu entendo que são duas questões distintas: uma de manutenção, que teve problema com a empresa, que teve que fazer uma nova licitação e se não tiver sucesso até a semana que vem, será feito um decreto emergencial. O. k. E o outro é a obra em si de duplicação. Essa obra, a empresa está se prontificando a retomar agora.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – De imediato.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – De imediato. É importante destacar que a emenda impositiva, que fomos nós que fizemos, é do trecho de Bacabeira para Miranda, não é desse trecho que está sendo reclamado agora. Esse trecho já tem 70% concluído; faltam 30%. Agora, o importante é V. S^a, se puder, estabelecer uma data para que a população, por nós aqui representada, tenha noção do prazo em que se concluem esses 30% até Bacabeira, Sr. Presidente.

Bacabeira, Sr. Presidente, é entrada para os Lençóis Maranhenses. Eu estava lá no final de semana, como disse, ao invés de passar duas horas em um trecho, passei sete horas. Às três horas da manhã, eu estava com minha esposa, dormindo, no domingo, a minha filha, que vinha também de lá, ligou porque estava com os pneus do carro furados. Furou tudo. Buraco que não acaba mais. Para nosso desespero, foi exatamente no lugar em que a professora foi assassinada.

Ou seja, é necessário, realmente, que essa medida seja tomada. Eu acredito no que V. S^a está dizendo, o Ministro Jacques Wagner me disse a mesma coisa, o governador também recebeu a mesma informação, a Bancada Federal, enfim. Agora é importante a gente saber se isso aí tem prazo, se a empresa tem um prazo para concluir esses 30% desse trecho, de São Luís até Bacabeira, que é entrada dos Lençóis Maranhenses.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Estamos estimando que a gente consiga a conclusão desses 30% até janeiro do ano que vem, que é a parte da duplicação. Apesar de o senhor ter colocado que emenda impositiva foi do trecho na frente, na verdade houve uma alteração na funcional, na ação orçamentária, que incluiu todo o trecho. Juntaram os dois trechos que eram tratados como ações separadas e ficou um único trecho.

Nós temos, para a conclusão dos 30%, a previsão, ainda, de gastar 100 milhões nesse trecho. Temos 40% inscritos em Restos a Pagar e a gente vai precisar utilizar 60% ainda nesse trecho, do que foi colocado na emenda impositiva.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E sem querer abusar, mas definitivamente para concluir, isso já me levou até a ir na EPL (Empresa de Planejamento e Logística), para tentar fazer um PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), para que aquele trecho... Se houver um trecho viável economicamente, no Maranhão, para ser administrado pelo capital privado, é esse que chega à ilha, porque se o poder público é incapaz de oferecer uma solução à população, tem que ter a capacidade de chamar o capital privado para se unir.

A gente sabe que da metade para baixo, onde a sociedade é maior do que o Governo, as concessões são mais fáceis de serem feitas. Da metade para cima, onde o Governo é muito maior do que a sociedade, como é o meu caso e o caso do Rio Grande do Norte, do nosso Presidente, há dificuldade de ser simplesmente concessão.

Então, vocês têm que estudar um misto de PPP, ou seja, o público entra com uma parte e o privado com outra, porque só o privado não tem taxa de retorno, não funciona, entende? Tanto que não existe nenhuma PPP do Governo Federal, nenhuma, tem estadual, Pernambuco, por exemplo.

É preciso a gente compreender isso, porque senão a gente não resolve.

A gestão pública está entrando em colapso, não tem recurso e a gente tem que encontrar meios criativos para resolver; e acredito que colocar isso para a gestão privada, mediante uma taxa de retorno razoável como o pedágio, uma rodovia pedagiada, é uma solução que 90% da população aplaude.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Dr. Valter Casimiro continua com a palavra para responder as outras indagações dos Senadores; e o universitário, aqui, me fez uma advertência de que não há previsão regimental para que se manifestem os Deputados estaduais, mas nós vamos, com a concordância da Comissão, abrir uma exceção para que eles possam também participar.

Mas a palavra continua com V. Ex^a.

Eu quero apenas registrar, a Presidente do Ibama já o fez, a presença do Dr. Thomaz de Toledo, que é Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama. Na outra audiência, ele foi bastante exigido, então, nessa ele não corre o mesmo risco, poderia até se aproximar mais daqui.

Eu continuo concedendo a palavra ao Diretor do DNIT.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Porque há outras indagações feitas a V. Ex^a.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu começo respondendo à indagação do Senador Hélio José com relação à 080, pois diversas vezes nós já discutimos a necessidade de elaboração do projeto e de fazer a duplicação. Nós temos consciência da importância que é a duplicação, porque é uma rodovia em que diariamente ocorrem acidentes, tem um fluxo de veículos altíssimo e que precisa urgentemente aumentar a capacidade.

Nós fizemos alguns melhoramentos, mas que a gente sabe também que é insuficiente em travessias urbanas com uma segunda faixa, com uma terceira faixa, mas a gente sabe da importância. Já foi feito um estudo que deu a viabilidade dessa duplicação e foi encaminhado também o pedido de inclusão no PAC, para que a gente possa encurtar os períodos de investimento.

Hoje ela ainda continua como as demais. E aí eu pediria até uma ajuda do Senador para que a gente, em conjunto, fizesse uma reunião lá no Ministério do Planejamento para chamá-lo à área do PAC, para incluir isso o mais rápido possível no PAC.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Não, a gente mandou o pedido, até em audiência em que V. Ex^a esteve, também com o Ministro dos Transportes, com a minha participação, mas até hoje não foi incluído.

Então, o DNIT hoje tem muita dificuldade de fazer investimentos em obras que estão classificadas como demais, porque o meu limite, hoje, imposto para empenho, para a execução das obras de demais é muito pequeno, não dá para poder fazer contratação nenhuma com os recursos de demais, se ele não estiver com RP3, que a gente considera como PAC, eu fico com isso inviabilizado.

Eu peço até a ajuda do Senador, para que a gente marque uma reunião lá no Planejamento, para a gente poder discutir, lá com a secretaria do PAC, a inclusão desse empreendimento no PAC, para a gente poder dar celeridade a esse projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou fazer isso. Ainda hoje eu vou reforçar com o secretário da Casa Civil e com o Ministro do Planejamento essa questão, reiterar o nosso pedido, da Bancada do Distrito Federal.

O que V. S^a falou, nobre Presidente do DNIT, é uma DF fundamental aqui para Brasília.

E outra questão é aquele pedacinho que liga Santo Antônio do Descoberto à BR-060. Há alguma questão sobre aquilo ali, a duplicação daquele setor? Porque também toda semana há uma morte ali.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu estou sem informação desse trequinho agora, mas depois eu levanto e passo para o senhor, o.k.?

Com relação às questões apresentadas aqui pelo Senador Wellington Fagundes, aí envolve também o mesmo problema que a gente tem na 317, Senador Petecão: a dificuldade que a gente tem de conseguir a liberação da Funai para poder tocar essas obras. Essa divisão de institutos, o DNIT tem que fazer essa articulação para poder conseguir uma licença definitiva. O Ibama, quando apresenta as condicionantes para dar a licença, uma delas é o “de acordo” da Funai, o que exige que o DNIT também faça estudos, um plano básico ambiental indígena, que a gente chama de PBA indígena, e apresente todos os estudos de impactos nas terras dos índios, que acabam dificultando essa agilidade nos investimentos.

O DNIT, para poder conseguir a licença do Ibama, precisa também fazer esses estudos indígenas, que têm que ter toda uma autorização. A gente consegue contratar a empresa, mas a empresa não tem autorização para entrar na terra indígena. E aí a gente tem que ficar negociando com os índios para poder fazer os estudos que são obrigatórios de serem realizados, e isso acaba gerando um atraso sucessivo no processo de licenciamento.

E claro, nós estamos com as empresas contratadas para poder executar as obras, os projetos já prontos, mas infelizmente temos que cumprir todos esses requisitos legais, que entendemos que temos que cumprir,

porque isso faz parte da nossa legislação, e acaba atrasando essas obras. Pedacos que a gente contrata, mas que passam na área de influência da terra indígena, têm que ficar paralisados até que a gente consiga essa liberação desses trechos, por questões também de terra indígena. Isso, a gente tem exemplo não só no Mato Grosso, não só na 317, no Amazonas, mas na 230, no Pará. Então isso ocorre em diversas rodovias do País, onde nós temos o contrato, nós temos a licença para determinados trechos, mas em outros que têm influência diversificada em terra indígena, a gente tem que aguardar o trâmite junto à Funai, e depois que há a liberação da Funai, junto ao Ibama, para poder dar continuidade a essas obras.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

Vocês têm noção, para apresentar aqui, do custo médio que fica para o DNIT, de toda a obra? Quantos por cento custa a área ambiental, todas essas situações que V. S^a está colocando? Porque a informação que a gente tem, Sr. Presidente, é que para a realização de uma obra de uma hidrovia, gastam-se mais de 50% só nos projetos na área ambiental. Quer dizer, se é isso mesmo... Eu fiquei espantado quando vi isso.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Na parte hidroviária, Senador, em que os investimentos não são tão grandes... A hidrovia do Madeira, o projeto de dragagem da hidrovia do Madeira custa por ano em torno de 19 milhões. E o que a gente precisa fazer de estudo ambiental, claro, a gente faz isso a primeira vez para conseguir uma licença de operação, mas temos que ficar fazendo complementação ano a ano, para poder cumprir com as condicionantes do licenciamento. E não é um licenciamento barato realmente, não. Para a hidrovia, dependendo do nível de intervenção, eu vou citar aqui o Rio Paraguai, em que o investimento é de 4 milhões, chega a 50% o valor que se gasta com os estudos ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – As perguntas do Senador Petecão...

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Faltou só a questão da 364, que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Exatamente. Nós tivemos que antecipar o recebimento da rodovia do Estado para poder dar manutenção. Ela era feita por meio de um convênio, porque havia o convênio para a construção. E o DNIT assumiu de forma emergencial. Tivemos que decretar uma emergência para poder manter, pelo menos, a rodovia em condições de trafegabilidade nesse período de chuva, porque a gente sabe que a intervenção é muito mais pesada do que o que a gente está fazendo. A gente tem consciência de que deverá haver um projeto de reconstrução da rodovia para poder dar condição do pavimento, com a qualidade que o DNIT preza nas suas obras rodoviárias.

Estamos fazendo, de forma paliativa, já um edital para poder fazer a manutenção com o Crema. Sabemos que não é o ideal – mais uma vez, retrato isso aqui –, mas, de forma emergencial, é preciso dar uma manutenção na rodovia para manter a trafegabilidade, enquanto a gente não faz um novo projeto de reconstrução da rodovia. Os técnicos até colocam que precisa aumentar o grelho e precisa melhorar a qualidade técnica que foi aplicada na rodovia, para poder ter um período mais longo de sobrevida nessa rodovia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O DNIT recebeu aquela obra do Governo?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Olha só: o DNIT fez um inventário de como estava a obra, identificou todos os problemas que estavam lá e recebeu para dar manutenção. O DNIT tem consciência de que a competência da BR é dele. Então, eu não posso dizer o seguinte: olha, eu não vou receber a rodovia. Eu a recebi com as características que estavam lá. Fizemos um inventário de como recebemos a rodovia para, depois, colocarmos isso em um relatório, como está sendo entregue essa rodovia e em que condições.

É competência do DNIT. É missão institucional dar manutenção na BR. Então, nós estamos dando a manutenção, mas foi feito um inventário antes para poder identificar como estamos recebendo a rodovia. Então, não recebi a rodovia e, simplesmente, agora é minha responsabilidade, agora eu dou manutenção e esquece para trás. Eu fiz um inventário, identificamos tudo o que havia de problema na rodovia para poder, depois, fazer as intervenções necessárias e aplicar, se tiver que aplicar, as penalidades devidas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho que o Senador Wellington já teve suas perguntas devidamente respondidas.

Eu vou pedir permissão à Sr^a Marilene, nossa Presidente do Ibama, para dar a palavra ao Senador Valdir Raupp. Depois, eu lhe concederei a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, naquela hora eu meio que embananei aqui o nome. A gente fala que lá é a Base Aérea do Cachimbo – todo mundo diz base aérea –, mas, na verdade, técnica e administrativamente, lá não é uma base aérea. Lá é um campo de provas. Então, o nosso pedido é exatamente para transformar aquele campo de provas em base aérea, porque todo mundo diz que é base aérea, mas, administrativamente, não o é. Só isso.

Como eu tenho agora outra audiência, minha assessoria estará aqui e – tudo está sendo gravado – teremos acesso depois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, registrar a presença do Sr. Sérgio Rogério de Castro, suplente do Senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados aqui; Dr^a Marilene Ramos, Presidente do Ibama; Dr. General Costa Neves, Comandante da 17^a Brigada de Infantaria de Selva do meu Estado, da minha região; Dr. Valter Casimiro, com quem estive várias vezes, pessoalmente, conversando sobre a situação das nossas BRs, das nossas pontes, das nossas vias de integração, da hidrovía do Madeira.

Eu não vou aqui fazer muitos questionamentos, até porque quase não participei da reunião. Eu tive outras atividades fora. Eu vim, mas não consegui ficar aqui durante todo o tempo, mas acredito, Sr. Presidente, que esta audiência pública será de vital importância para a nossa região, uma vez que o foco central aqui é a BR-319.

Eu tive, na semana passada, uma audiência pública, em Porto Velho, do Parlamento Amazônico. Estão aqui o Presidente, Deputado Sinésio, do Amazonas, e o Wellington, Secretário de Direitos Humanos do Parlamento Amazônico. E lá estavam o Vice-Presidente do Parlamento, que é do meu Estado, o Deputado Léo Moraes; o Presidente da Assembleia, Maurão de Carvalho, que é do nosso partido, e vários outros Deputados. Havia uns onze, doze Deputados Estaduais. Eu era o único membro da bancada federal, mas representando creio que os outros dois Senadores, o Acir Gurgacz e o Ivo Cassol. E estavam os Deputados Federais.

Lá foi discutida essa situação da BR-319, entre outros assuntos. Mas o tema central era a minha fala, que foi em cima da BR-319. O General Costa Neves estava lá, também falou, apresentou gráficos importantíssimos lá no mapa sobre a situação dessa BR. Essa BR é muito importante para os dois Estados. Não só para Rondônia, Amazonas, Porto Velho e Manaus, como também para o Estado de Roraima e também uma saída para Venezuela. Abre todo um horizonte. Claro, para o Estado do Acre também, que liga mais com a 364, mas há rios de ligações com todo o lado ali.

A BR-319, depois da BR-364, é a BR mais importante da nossa região. Então, eu faço aqui este apelo novamente à Presidente do Ibama. Já estivemos lá pessoalmente. Sei que o Acir tem trabalhado mais nessa área, porque ele começou essa bandeira já há mais tempo. O Senador Acir participou de duas expedições de Porto Velho a Manaus, de carro, de ônibus, dirigindo ônibus, atolando ônibus, sendo rebocado várias vezes por tratores na estrada. A última vez que eu fui, pelo menos, fomos rebocados algumas vezes. Mas chegamos. Saímos um dia à tarde de Porto Velho, dormimos em Humaitá, depois saímos às 5h da manhã e chegamos 22h em frente ao Teatro Amazonas, lá na capital do Amazonas, em Manaus.

Então, foi uma expedição muito importante, para eu ver de perto os problemas. E acho que essa rodovia, que já foi toda pavimentada no passado, merece a sua restauração, a sua reconstrução novamente, porque, repito, liga duas capitais importantes, dois Estados importantes e a Região Norte toda. E é a única via de acesso por terra que nós temos.

Temos a hidrovía, que tem percalços, tem problemas, tem bancos de areia. No período do verão, a navegação fica interrompida por algum período, sobretudo de cargas, e nós ficamos sem essa linha de acesso a Manaus, que é um centro comercial, industrial muito importante, que pode muito bem comprar os nossos produtos de Rondônia, do Mato Grosso, do Acre e de todo o Brasil.

Então, peço encarecidamente à Presidente do Ibama que nos conceda – eu sei que isso vai acontecer – essa licença, para que as empresas e o 5º BEC, lá no Amazonas... Lá no Amazonas é 9º BEC?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GENERAL RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Nós temos o Quinto em Rondônia, o Sétimo no Acre e um Grupamento de Engenharia, que comanda todos eles, lá em Manaus, além do Oitavo, em Santarém. E há mais um em Boa Vista.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Certo. Os BECs podem muito bem ajudar. Sei que já foi dito aqui pelo General. Eu não estava aqui, mas já soube que ele falou que está à disposição para ajudar na conservação dessa rodovia tão importante para Rondônia.

Agora, voltando para o Diretor-Geral do DNIT, com quem eu conversei agora há pouco ali à mesa, vamos falar da situação da nossa BR-364. A BR-364 tornou-se a rodovia da morte. Lamentavelmente, é com muita tristeza que vi essa semana as fotos. Conseguiram condensar num quadro todas as fotos dos acidentes que aconteceram essa semana da Páscoa, na semana feriadão da Páscoa. Cinco mortes, cinco vítimas fatais só no feriado da Páscoa, na BR-364, de Vilhena a Porto Velho.

Eu até pedi para levantar, mas não conseguiram ainda levantar quantas mortes já ocorreram este ano, na BR-364.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Estou falando de Vilhena a Porto Velho. Mas, se for colocar Porto Velho e Rio Branco, acho que é um pouco menos. Mas a nossa rodovia, Diretor-Geral, está muito perigosa. A BR-364 está muito perigosa. Hoje fazer uma viagem de Vilhena a Porto Velho é um risco iminente de vida, porque é muito buraco.

As pessoas que andam de Cuiabá a Vilhena, que é a divisa do Estado, dizem que a BR está boa. Mas no trecho de Rondônia não acertaram as licitações dos quatro lotes.

No lote de Vilhena a Pimenta Bueno, até hoje a empresa não entrou e nem vai entrar mais. Era uma tal de Cavalca que ganhou a concorrência, não entrou e está o caos. O trecho de Pimenta Bueno a Ouro Preto, que seria o segundo lote, foi feito por um consórcio de empresas e já está esburacado de novo. As primeiras obras nem começaram nos lotes, a que fez já está danificada de novo, e já está havendo acidentes por buracos entre Cacoal e Ji-Paraná, entre Ji-Paraná e Ouro Preto, ou seja, já tem buraco para tudo que é lado. E o trecho de Ouro Preto a Ariquemes também não foi feito. Estão fazendo alguns remendos que não resolvem, pois há muito buraco na região da Fazenda Nova Vida, de Jaru a Ouro Preto. E no trecho de Porto Velho a Ariquemes também fizeram uns pedaços e outros não.

Então, o que eu peço, diretor, é que dê uma atenção especial, sobretudo por causa das mortes que estão acontecendo. A gente evita correr, porque se sabe que os acidentes acontecem por excesso de velocidade, por descuido de motoristas. Mas muitas vezes é por causa dos buracos. Os buracos são assassinos. Há buracos que se tornam verdadeiros buracos assassinos, porque matam as pessoas em uma capotagem, em um estouro de pneu.

Vejo muito quando ando na BR, de vez em quando passo por ela, filas de cinco, seis carros, um atrás do outro, trocando pneu porque caíram no mesmo buraco. Chega, “pah”, e estoura as duas rodas, do mesmo lado estoura as duas rodas. E dependendo da velocidade, pode até causar morte.

Eu agradeço por tudo o que o senhor tem feito. Sei que tem se dedicado, que está há pouco tempo ali e a culpa por tudo o que está acontecendo não é sua, pois já vem de muito tempo, mas como representante de Rondônia, sinto-me até envergonhado, envergonhado. Inclusive, já chorei aqui quando aconteceu um acidente e faleceu um prefeito, um vereador, mas não é só por isso. Todas as pessoas merecem o nosso respeito. Todas as famílias das pessoas que morrem numa BR merecem o nosso respeito.

Portanto, mais uma vez, peço encarecidamente uma atenção especial. Os viadutos de Porto Velho têm que ser feitos? Sim, têm que ser feitos. Não estão causando mortes, mas têm que ser feitos. Cobro também os viadutos que estão lá há três, quatro ou cinco anos emperrados e não acontecem. A dragagem da hidrovia é importante? É importante. Tem que ser feita também. Mas não causa tantos acidentes como causa a BR-364.

Era esse o desabafo que eu queria fazer. Agradeço por tudo o que foi feito, mas cobro aquilo que não foi feito.

Estou treinando, Presidente Garibaldi, a ser oposição. O PMDB desembarcou do Governo ontem, então, para nós... Mas a gente não consegue... Você que entrou no PMDB agora...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está estranhando.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Estamos estranhando. Não consigo, estou há quase 14 anos apoiando o Governo aqui. Então, é difícil dizer que agora vai... É lógico que o PMDB sempre teve muito cuidado, muita cautela e muita precaução quando vota as matérias de interesse da Nação. Eu repito sempre que nós ficamos dois anos no primeiro mandato do Presidente Lula, V. Exª sabe disso, dois anos sem ter um cargo. O PMDB não ocupou cargo no Governo Lula durante dois anos, metade do mandato. E nem por isso deixamos de dar governabilidade, dar apoio como o maior Partido aqui no Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara. E não vai ser agora, com esse rompimento, com esse desembarque do Governo, entregando os cargos para o Governo, que vamos deixar de apoiar as matérias de interesse do País.

Qualquer projeto que chegar aqui e que seja de interesse da Nação e do povo brasileiro o PMDB vai votar com o Governo, porque não está votando com o Presidente, mas está votando com a população brasileira. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço. Antes de passar a palavra para a nossa Presidente do Ibama, temos que chegar a um consenso com relação à participação da Bancada Amazônica, porque, claro, além das perguntas que já foram feitas, eles naturalmente ainda têm perguntas. Eu gostaria de fazer um apelo pela objetividade.

Assim, eu daria a palavra ao Deputado Sinésio Campos, do PT do Amazonas, que também é Presidente, também não, é sobretudo Presidente do Parlamento Amazônico. Mas faço um apelo a V. Exª para que sejamos objetivos.

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Vou ser bem objetivo, no tempo dos mandatos que já tenho, e ninguém bate, no Brasil, a longevidade de mandatos que V. Exª tem, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Cuidado com isso! (*Risos.*)

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Queria agradecer ao Senado da República, na nossa reunião, em Rondônia, Porto Velho, na semana passada, que contou com a presença do General Costa Neves e do nosso Senador Valdir Raupp, que também externou, mesmo na ausência, a presença efetiva do Senador Acir Gurgacz, que esteve com a sua representação lá.

Ressenti a presença do Ibama, através da sua Presidente Marilene Ramos, e, ao mesmo tempo, do Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro, a quem também foi encaminhado convite. Nessa reunião, a convite do Senador Valdir Raupp, dissemos que estaríamos aqui.

Muitas pessoas falam de Amazônia, mas poucos conhecem de fato a Amazônia. Queria dar um exemplo: Onde está o pagamento de sequestro de carbono, de que tanto foi falado? Aqui, ao lado, está havendo uma discussão sobre Zona Franca Verde e tal. Ou seja, são coisas que não dão para entender.

Fui Parlamentar com a Senadora Vanessa Grazziotin, quando vereadora, que já teve vários mandatos como Deputada Federal e, agora, como Senadora. O amigo Petecão foi Deputado Estadual comigo, agora é Presidente do Parlamento da Amazônia, e tem todo um conhecimento sobre esta região.

Externo aqui, Senador Garibaldi, primeiro, a gentileza com que a Comissão de Serviços de Infraestrutura nos concedeu a fala neste momento, mas queria, inclusive, fazer uma contribuição de forma direta sobre esse assunto.

Primeiro, uma castanheira que existia no meio da BR-319 conseguir germinar e ser uma grande árvore frondosa: uma castanheira no meio da BR-319. Para derrubar aquela castanheira, na verdade, que está nos resíduos do asfalto, passa a ter uma grande polêmica, para que possamos resolver.

Então, como Presidente do Parlamento Amazônico, que congrega nove assembleias legislativas da Amazônia, dentre elas Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Rondônia, estou fazendo reunião mensal em cada Estado, para que possamos dar uma contribuição ao Senado da República, ao Congresso Nacional, sobre o que os parlamentos estaduais estão pensando em conjunto com a sociedade.

O General Costa Neves, assim como o General Teófilo, disse algo que, na verdade, precisa chegar a informação aqui em Brasília sobre as sedes de fronteira. O narcotráfico... Alternativas econômicas daquela região.

Queria colocar um exemplo, somente com relação ao assunto que estamos aqui abordando com relação à BR-319. Queria dizer que é um trecho específico: Porto Velho-Rondônia. A Senadora Vanessa reportou que, até sexta-feira, estaria saindo esse licenciamento, mas não ouvi da voz da nossa Presidente do Ibama. Não ouvi dela, mas sim da Senadora Vanessa Grazziotin.

Outra coisa que queria dizer: com relação à BR-317, que foi colocado aqui – acompanhei e todos acompanharam –, em Roraima, a Funai era o grande gargalo para a liberação da passagem do linhão em Tucuruí, pois, hoje, aquela energia de Roraima precisa é da energia de Guri. Isso já foi tema sobre o qual já abordamos no Parlamento Amazônico.

A Funai deu o o.k., depois de muito sufoco. Agora, o Ministério Público Federal, depois de ter passado pela polêmica do Ibama e da Funai, embargou a continuidade do linhão de Tucuruí para atender Roraima.

Há aqui o caso colocado pelo Valter Casimiro, na abordagem do nosso companheiro, da BR-174, repito, que liga Roraima. Quando o Senador Petecão cita a situação da BR-317, quando se fala disso, parece algo muito simples, como se fosse há um ou dois meses. Na verdade, esse imbróglio já existe há mais de dez anos. Não é coisa simples não!

Como é que a mesma BR, na parte do Acre, na época em que Senadora Marina Silva era Ministra de Meio Ambiente, foi liberada? É a mesma estrada! Quando entra no Amazonas, ela não foi liberada.

Então, na verdade, quando se coloca aqui que o problema é na Funai, estou dizendo que o linhão de Tucuruí, que chega agora a Roraima, foi liberado pela Funai, mas embargado pelo Ministério Público.

Assim, queria, primeiro, sair desta reunião, bem presidida pelo Senador Garibaldi, com a certeza de que vai ser efetivado o que a Senadora Vanessa Grazziotin disse: a liberação da recuperação dessa estrada, da BR-319, até sexta-feira. Dessa forma, vou sair desta reunião satisfeitíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas a Presidente, a Srª Marilene, realmente denunciou. A Senadora Vanessa apenas ecoou o que ela já tinha dito.

Peço permissão a V. Exª para esclarecer isso, porque, na verdade, ela já havia declarado.

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Não custa nada. Vale a pena ver de novo. Há coisas que são necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª quer ouvir a voz dela! Realmente, digo a V. Exª: também gosto muito de ouvir a voz dela. (*Risos.*)

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Obrigado, Senador Garibaldi. Agradeço a V. Exª. Agora, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim.

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Coloco somente ao Diretor-Geral do DNIT que acompanhe ou faça uma reunião ampliada com a Funai, DNIT e os órgãos ambientais.

General Costa Neves, estive com o Presidente Lula, no seu primeiro mandato, lá em São Gabriel da Cachoeira – V. Exª conhece. Até hoje, aquela ponte não foi liberada, porque, lá, não é o Ibama, mas o ICMBio, que, na verdade, imaginem, o Exército quer e tem estrutura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Não é verdade? Então, creio que são coisas da Amazônia com uma única solução: os órgãos, como Funai, Ibama e ICMBio se sentarem de forma articulada, porque, caso contrário, a infraestrutura está reunindo e aqui, do lado, a Zona Franca Verde está discutindo a questão ambiental. Não vai funcionar nem uma coisa, nem outra.

Mas já saio daqui satisfeito, porque o tema específico aqui é a Br-319, e temos já a manifestação de que, até sexta-feira, a liberação sai.

Parabéns, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Parabéns aos representantes da Amazônia, inclusive a V. Exª.

Concedo a palavra, fazendo um apelo ao Deputado Dermilson Chagas, para que ele possa contribuir com a sua objetividade nas perguntas.

O SR. DERMILSON CHAGAS – Sr. Presidente, estou satisfeito com as colocações.

Como amazonense que sou, a BR-319 é sinônimo de alforria, de liberdade. Já temos uma região que foi estrategicamente planejada pelos militares. De lá pra cá, só temos isso; não temos mais nada.

Temos o potencial, que é toda a reserva florestal, mas, infelizmente, hoje, não podemos caçar, pescar ou derrubar um pau. Infelizmente, estamos vivendo numa região em que temos um distrito industrial, mas não conseguimos nem produzir, porque o Governo Federal tem trinta processos produtivos básicos que não consegue liberar.

Temos mais de R\$1 bilhão do TSA, que foi contingenciado, e não conseguimos desenvolver a nossa região. Temos um CBA, cuja reunião fizemos ontem. Ontem, Deputado Sinésio! Ontem, Senador Garibaldi! Ontem, fizemos uma reunião com os membros do MDIC, só para discutir a retirada de um CNPJ.

Acho que o Brasil, nessa configuração, no passado, foi um caranguejo, não uma terra só de portugueses, que chegaram aqui para poder ocupá-la. Ontem, reunimo-nos aqui para discutir um CNPJ. Há dez anos, o Deputado Sinésio está discutindo a questão de uma estrada.

Só esperamos o seguinte: sermos brasileiros. Só esperamos estar inseridos nesse processo brasileiro, para dizer que lá vamos ter uma estrada que dará essa liberdade de produzir mais, gerar mais emprego, para o nosso Estado, para o povo não só do Amazonas, mas da Região Amazônica. A minha contribuição é somente nesse sentido.

Quero dizer ao senhor o seguinte, nós gostaríamos de nos sentir brasileiros e nós gostaríamos que tanto empecilho não fosse colocado para o desenvolvimento do País. Digo isso porque – para finalizar – nós estivemos no mês passado em Palmas. A Ministra Kátia Abreu também esteve lá, e eu trouxe até a gravação, num *pen drive*, em que ela diz contundentemente que, se depender do Ministério do Meio Ambiente, essa BR nunca sairá do papel. É dolorido ouvir isso, é dolorido morar em um Estado onde você tem seus filhos, onde você tem uma oportunidade de emprego, oportunidade de estudar, e ver uma representante de Estado dizer que o Ministério do Meio Ambiente é contra a BR-319. Nós só gostaríamos de nos sentir brasileiros, a fim de não ir para a marginalidade, nem para a prostituição, nem sermos excluídos. Digo isso porque lá, além de termos índios, existem pessoas que pensam e que querem dar o seu grito de liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço, Deputado, e concedo a palavra ao Deputado Wellington do Curso, do Estado do Maranhão, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Secretário de Direitos Humanos do Parlamento da Amazônia.

Eu faria um apelo a V. Exª, para que pudesse primar também pela objetividade.

O SR. WELLINGTON DO CURSO – Bom dia a todos. Que Deus seja louvado.

Para ganhar tempo, já que o nosso tempo é muito exíguo, quero cumprimentar a todos na pessoa do Senador Garibaldi, que também preside esta Comissão.

Mas eu quero dirigir a palavra ao Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT, e também à Presidenta Dilma Rousseff. Eu trago um apelo do Estado do Maranhão, Sr. Senador Garibaldi. No Estado do Maranhão, nós temos uma rodovia chamada de “rodovia da morte”, já relatada pelo Senador Roberto Rocha. É uma rodovia

que nasce em São Luís do Maranhão, atravessa todo o Estado e vai até Belo Horizonte, em Minas Gerais. Trata-se de uma rodovia importante para o Estado do Maranhão e para o Brasil. E o apelo que eu trago, na manhã de hoje, é um apelo de quase sete milhões de habitantes do Estado do Maranhão, de uma cidade com mais de 400 anos, a cidade de São Luís, e das cidades próximas da região metropolitana de São Luís.

Nós temos uma rodovia... Não estou falando de uma rodovia qualquer. Estou falando de uma rodovia de suma importância para a nossa região, mas uma rodovia velha. Uma rodovia com infraestrutura velha, antiga. Uma rodovia com intenso fluxo de carros. E nós fazemos esse apelo, porque, no último final de semana, como ocorre em quase todos os dias, uma professora foi frear, foi diminuir a velocidade, por conta dos buracos, e acabou assassinada, vítima de um assalto. A população do Maranhão não aguenta mais. E nós conclamamos a classe política do Estado do Maranhão: desde os três Senadores, o Governador do Estado, até os deputados estaduais e os prefeitos da região. Conclamamos a que todos possam se unir em um clamor em defesa do povo do Maranhão e da BR-135.

E, na manhã de hoje, eu dirijo a palavra a V. Exª e faço dois pedidos: que V. Exª, Diretor-Geral do DNIT, receba uma comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, de deputados estaduais, com o apoio do Parlamento Amazônico, com a Bancada Federal, com o Senado, e peço, Senador Garibaldi, como Presidente da Comissão, que V. Exª possa interceder, possa estender a sua mão para o Estado do Maranhão, possa voltar o seu olhar, declinar o seu olhar para o Estado do Maranhão, pois com certeza o povo maranhense terá gratidão pela ação que V. Exª tiver.

Eu faço dois pedidos ao Dr. Valter: que V. Exª receba uma comissão de Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e que V. Exª tenha a possibilidade de fazer uma agenda no Estado do Maranhão, sem custo nenhum. A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão banca a sua passagem, vai buscá-lo no aeroporto, vai levá-lo até a BR, para que V. Exª possa verificar *in loco*, em nome do povo do Maranhão.

Senador Garibaldi, na manhã de hoje há o desabafo de sete milhões de maranhenses. Nós pedimos socorro. O Maranhão deu, nas três últimas eleições, a maior votação proporcional ao PT, ao Lula e à Dilma. E, em contrapartida, recebemos o descaso, o abandono.

Por último, nós temos uma refinaria que seria instalada no Maranhão e iria gerar 200 mil cargos. A refinaria foi abandonada. O projeto foi abandonado. Atolaram, enterraram R\$2 bilhões.

O Maranhão merece respeito. O Maranhão precisa de respeito.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Concedo a palavra à Presidente do Ibama, Srª Marilene.

A SRª MARILENE RAMOS – Quanto a todas as intervenções desta última fase, do Senador Blairo Maggi, do Senador Roberto Rocha, do Senador Wellington Fagundes, sobre a questão do licenciamento para manutenção de rodovias, atualmente temos um acordo já celebrado com o DNIT de que toda manutenção feita dentro da faixa de domínio pode ser feita sem licenciamento. O que pode existir é algum licenciamento específico, às vezes, até municipal, para uma saibreira, para uma jazida de areia, para alguma coisa de que ele precise, mas isso não depende de licenciamento do Ibama.

Além disso, foram publicadas portarias interministeriais entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Transportes, também vinculando os chamados órgãos anuentes – que é a Funai, no caso da questão indígena; a Fundação Palmares, para a questão quilombola; e o IPHAN, para a questão do patrimônio –, em que temos estabelecidos os prazos para cada manifestação, como é o procedimento, enfim, no intuito de permitir uma previsibilidade nos processos de licenciamento.

Isso avançou muito, e isso não está acontecendo só com relação ao transporte, mas também com a área de energia e com outras áreas, buscando essa previsibilidade e dar mais racionalidade ao processo.

Com relação ao que o Deputado Sinésio pediu, porque queria ouvir de mim, Deputado Sinésio, eu, de fato, informei aqui: vim ontem de Manaus, estive com o Governador, com o IPAAM e com o Secretário de Meio Ambiente de lá, de Manaus, e afastamos as últimas questões. Havia uma demanda de informações que não haviam chegado do DNIT, mas, ontem mesmo, entramos em contato com o Superintendente do DNIT lá, e ele, numa reunião ontem à tarde com a equipe técnica do Ibama em Manaus, complementou toda a informação necessária. Com isso, eu fui informada de que, até sexta-feira, temos condição de emitir esse licenciamento para manutenção da BR-319, no seu trecho chamado “meião”, resolvendo essa parte do problema.

Com relação a este questionamento, por que ali é manutenção e precisou-se de licença, é pelas características regionais que temos por ali, pelas características ambientais que temos, que foram longamente expostas na primeira fase, na minha fala, e não cabe agora, neste horário já avançado, voltar a esse tema; mas esse tema está encaminhado.

Além disso, com relação ao que foi questionado, por que essa BR já foi asfaltada não pode ser asfaltada de novo, existem, de fato, setores que questionam a existência dessa BR, que essa BR praticamente não existe mais e que nem se poderia dar uma licença de manutenção, mas essa não é a nossa posição, não é o encaminhamento que foi dado. Desde que estou na Presidência do Ibama, não existe essa manifestação, que foi colocada aqui como sendo manifestação da Ministra Kátia Abreu: ou ela pode ter entendido mal, ou ela pode ter sido mal-entendida na sua manifestação.

O que dissemos e manifestamos é que não podemos fazer ali um asfaltamento tradicional – simplesmente asfaltar a estrada e dar as costas –, sem os cuidados ambientais que é preciso ter, sem os elementos estruturais para permitir a proteção daquela região e evitar que a BR-319 se transforme num novo arco de desmatamento na Amazônia.

Infelizmente, os Deputados não conseguiram estar aqui no início da audiência, que começou às 8h30 da manhã, pontualmente – o Senador Garibaldi é muito estrito nisso –, quando nós apresentamos em que condições aquela BR poderá receber uma pavimentação; receber postos de controle; passar zoopassagens, para permitir a proteção da fauna e evitar a invasão das unidades de conservação e das terras indígenas, trazendo uma nova pressão para o desmatamento ali.

Eu queria aproveitar, Senador – eu realmente estou absolutamente atrasada para outros compromissos –, e pedir licença para me despedir; agradecer a participação, a oportunidade de expor e esclarecer a posição do Ibama com relação a este tema.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente...Até por uma questão de ordem, Sr. Presidente, primeiro Garibaldi Alves, que dá a palavra, há uma questão que eu coloquei e que não foi respondida pela Presidente do Ibama. Depois que ela me responder, a gente libera, se o senhor assim permitir.

Eu coloquei aqui a questão que nós aprovamos a criação do ICMBio não para prejudicar o sistema de liberação e, sim, para facilitar. Já haveria um órgão objetivo, para ver a questão, relativo ao ICMBio, e outro relativo à questão do Ibama. E, hoje, duplicou o tempo de espera, porque o mesmo tempo que ficava no Ibama agora fica no ICMBio. Então, como é que podemos resolver isso? Estou aqui no Parlamento como parceiro para ajudar a resolver essa questão. Por isso preciso dessa resposta.

A SRª MARILENE RAMOS – Senador Hélio José, é sempre assim; os amigos a gente deixa... Às vezes, a gente até esquece. Aconteceu o mesmo com o Senador Fernando Bezerra.

Na verdade, o ICMBio é mais um órgão anuente, então os prazos que correm para manifestação, tanto pelo Iphan ou pela Funai, também correm para o ICMBio. O ICMBio está submetido, por essas portarias, a esses prazos. Hoje, o prazo corre em paralelo para todos. Então, o ICMBio também tem de fazer isso.

Temos de aprimorar; existem críticas. Como o senhor disse, nós temos aí projetos do PAC, do PIL, que precisam ter um tratamento diferenciado, mais ágil. Então, estamos buscando isso dentro do que é possível. Temos, inclusive, começando amanhã, um seminário em que vamos discutir um programa que desenvolvemos relativo à modernização do licenciamento ambiental; um trabalho feito dentro deste Programa Nacional de Meio Ambiente, financiado pelo Banco Mundial, em que foram analisadas experiências de oito países, para buscar entender as melhores práticas, aquelas que permitem a preservação, a proteção ao meio ambiente, mas também fomentam o desenvolvimento sustentável.

Passamos a limpo 80 processos de licenciamento, analisando onde é que eles estão duplicando esforços que não são necessários; onde existem exigências demasiadas em determinadas etapas, em determinados processos que outros não tiveram. Nós vamos buscar, no mais possível, manualizar, dar uma estrutura semelhante a todos os processos, para dar também conforto ao analista ambiental que tem de se manifestar, que tem de responder por um parecer e que, muitas vezes, está desprotegido. Existe uma questão da criminalização. A Lei de Crimes Ambientais permite a abertura de uma ação criminal contra um parecer técnico, às vezes, por uma discordância técnica com o Ministério Público, o que é algo inaceitável...

Então, nós temos também de pensar nesses temas não só de um lado, mas também do outro; que os dois lados precisam estar seguros para agir e para trabalhar na velocidade que o País precisa. Mas a gente sabe que o País precisa de velocidade.

Eu peço, mais uma vez, desculpas por não ter lhe dado essa resposta inicialmente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tranquilo.

Presidente, eu só queria afirmar para o senhor que vou incluir depois, se for aprovada – espero ainda hoje – a nossa questão da política pública, uma audiência específica com o Ibama, com o ICMBio, com o Iphan, com a...

A SRª MARILENE RAMOS – Funai.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Qual é o nome... Dos Quilombolas.

A SRª MARILENE RAMOS – Fundação Palmares.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E com a Fundação Palmares, para a gente discutir um procedimento único aqui, porque é nesses órgãos que estão acontecendo os problemas. Eu sei que não é por ruindade, é falta de procedimento, como a senhora está colocando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de liberar a Presidente do Ibama, Sr^a Marilene Ramos, quero agradecer a atenção que dedicou a esta Comissão, o que para nós não é surpresa, já que tal atenção não ocorreu somente hoje, ela vem ocorrendo com os pedidos de audiência no próprio Ibama. Quero agradecer as respostas e dizer a V. S^a que estamos prontos para fazer esse debate, sempre muito respeitoso e cordial. Se levássemos a questão ambiental para os Estados, até mesmo o meu Estado teria questionamentos, mas isso será feito em outra ocasião. Portanto, agradeço muito a participação da Presidente do Ibama, a Sr^a Marilene Ramos.

A SR^a MARILENE RAMOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E concedo a palavra ao General Costa Neves, para que faça as suas considerações, que eu espero que sejam as finais.

O SR. RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Para finalizar a minha participação nesta audiência pública, gostaria de renovar o compromisso do Exército Brasileiro com a nossa Amazônia, com o seu desenvolvimento sustentável, com a defesa incontestada de nossas fronteiras, que são muito porosas, um desafio enorme para nós. Para dar números a esses desafios, somente a minha brigada, que, como já disse inicialmente, atua no Acre, em Rondônia e no sul do Amazonas, abrange 2.680 quilômetros de fronteira. A título de comparação, a fronteira dos Estados Unidos com o México tem 3,1 mil quilômetros, e sabemos dos meios de que eles dispõem. Mas isso não nos abate, muito ao contrário, impulsiona-nos para cada vez mais sermos proficientes e estarmos em condições tanto de defender a nossa Nação como de estender a mão amiga para a nossa população.

Eu mencionei um dos projetos do Exército para a área amazônica, que tem uma importância relevante. É o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), Senador, que vai trazer um benefício muito grande para o Acre, para Rondônia e não apenas para nós militares, mas para outras agências que trabalham em segurança pública, para universidades e institutos de pesquisa, pois é um sistema baseado em tecnologia, em sensores, e todo o *backbone* pode ser utilizado por outras instituições. E o apoio da Bancada da Amazônia é muito relevante para que possamos realmente levar o Sisfron para Porto Velho, para Rondônia, para o Acre e para o Amazonas.

Com isso, coloco mais uma vez o Exército Brasileiro à disposição das parcerias que se fizerem necessárias para levarmos dignidade e desenvolvimento sustentável para a nossa Amazônia.

Senador, é um prazer reencontrá-lo. E muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, como disse inicialmente, discutindo a Amazônia, pensando a Amazônia. Selva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer ao General Costa Neves e perguntar ao Dr. Valter se ele ainda tem perguntas a serem respondidas. Eu acho que não. Ele já exauriu...

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tem?

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Tem. O Senador Sérgio Petecão falou da...

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele já falou.

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Não, o que o DNIT está articulando com a Funai para destravar. Ficaram de fazer esse diálogo. Se não fizerem, serão mais 20 anos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É que eu conversava aqui com o Deputado Sinésio, e nós acompanhamos essa discussão. O Dr. Valter falou como se estivesse acontecendo há um mês ou dois meses esse debate com a Funai, mas acontece há mais de dez anos. É inadmissível. Como vamos dizer para a população de Boca do Acre que uma instituição como o DNIT está há dez anos discutindo com a Funai para conseguir a liberação? Isso não cabe na cabeça de ninguém.

Quantas pessoas já morreram naquela estrada? Quantas pessoas já ficaram isoladas? Quantas pessoas já foram prejudicadas? Quantas pessoas já abandonaram aquela região por não acreditar mais nisso?

Da forma como o Dr. Valter respondeu, foi como se houvesse um mês que ele está discutindo com a Funai. Não é, não. A estrada veio até um ponto, até a metade, que é a parte que está dentro do meu Estado, e a outra parte é a mesma estrada. Nós não estamos falando de outra estrada. Ela não continuou. É uma coisa que não tem lógica.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu preciso comentar, Valter... Desculpe-me, Senador, até em respeito ao fato de eu estar aqui desde o início, quando cheguei, não saí. São dez comissões funcionando ao mesmo tempo, e eu preciso ir lá, mas estou aqui.

Essa mesma coisa acontece no Tocantins. A cidade da minha esposa, Tocantínia, fica entre Palmas e Pedro Afonso. Há 8km lá que estão dentro de uma aldeia que faz 20 anos que temos batalhado para asfaltar. Por causa de confusão da Funai com Cimi e não sei com quem mais – se DNIT, o Governo –, a coisa não sai. Eu acabei de falar com Marcelo Miranda, que é o Governador do Estado de Tocantins, porque eu tinha conversado com o João Pedro, que é o Presidente da Funai, que falou que, da parte dele, vai resolver essa parada. Nós precisamos asfaltar esses 8km – é a mesma coisa – que ligam Palmas a Tocantínia, o que vai resolver o problema de muita gente lá. É a coisa de que o Petecão falou: a coisa vem de muito tempo. Nesse exemplo que eu estou dando, são 20 anos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Dr. Valter, deixe-me só lhe dar uma informação.

Eu conheço, porque minha família é de Boca do Acre. Então, eu transito muito ali. E eu conversava com alguns indígenas – que não têm nada de indígenas, porque são fazendeiros lá –, e eles querem a estrada. Eles querem, porque a estrada interessa a eles também. Quem não quer a estrada são os indígenas daqui de Brasília, da Funai. Esses não querem, mas as pessoas que moram na região... Eles não têm de índio. Quem não quer é esse povo que fica aqui, no ar-condicionado, no bem-bom. Aí é lógico que ele não quer, porque ele não está passando pelas necessidades. Já conversei, já parei ali, já perguntei: “Meu irmão, por que não sai?” Eles dizem que são os indígenas, que dizem que querem. A estrada interessa a todo mundo.

Desculpe-me, Valter, mas é uma região que eu conheço. Eu gosto de falar do que eu conheço. Do que eu não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Valter.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Para responder rapidamente, sobre a 317, nós já apresentamos o PBA indígena. Já até tivemos reuniões com a Funai para poder apresentar esse PBA indígena. Só que é preciso haver a aprovação formal, para que possamos encaminhar para o Ibama, para poder haver a liberação. Eu sei que não é de hoje, assim como no Tocantins também. O DNIT tem todo o interesse em pavimentar. Se pudesse já começar amanhã, de bom grado, o DNIT faria isso o mais rapidamente possível. Temos empresas contratadas na maioria dos trechos onde há alguma questão indígena ainda pendente, mas sabemos que temos que cumprir a legislação e ter o documento de autorização. Senão, vamos descumprir uma questão legal, para poder entrar na rodovia.

Só para finalizar, Senador, eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui. Para o DNIT, é uma prestação de contas. Eu tenho falado isso desde o dia em que vim aqui pela primeira vez, na sabatina, como Diretor de Infraestrutura Aquaviária, e depois como Diretor Geral do DNIT. É um prazer estar aqui prestando contas para o Senado. As portas do gabinete no DNIT estão abertas para recebê-los a qualquer momento. Sabem disso. Eu me coloco à disposição e coloco também o DNIT à disposição da Bancada toda do Maranhão que queira ter reunião com o DNIT lá. O pessoal do Parlamento aqui, Senadores e Deputados, sabe que as portas estão abertas para poder receber todos os Parlamentares, os representantes estaduais, os representantes municipais, para discutir o desenvolvimento do País.

Agradeço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, só para que fique registrado, eu queria sugerir ao Deputado Sinésio, cujo trabalho eu conheço, que ele convoque todo o Parlamento amazônico – nós a Bancada Federal da Amazônia no Senado e na Câmara Federal vamos nos mobilizar – para que nós possamos fazer uma grande reunião aqui, em Brasília, chamando essa tal de Funai, os índios lá... Eu vejo uma certa boa vontade do DNIT, por parte do Valter, mas, em momento algum, ele disse: “Nós vamos fazer”. Fica perdido. As palavras ficam soltas.

Eu quero fazer, mas não consigo liberar. O que nós não podemos mais é ficar participando de reuniões sem haver decisões concretas. Eu finjo que estou acreditando no Valter, o Valter...

Vamos marcar uma reunião com essa Funai, chamar a Bancada federal, arrumar um auditório ou um espaço para que essa Funai possa dizer por que não... “Esqueçam. Não vai haver estrada.” Acabou. Nunca mais eu vou participar de reunião, nunca mais eu vou à Câmara de Vereadores de Boca do Acre para participar. Nunca mais eu vou, porque não é justo o que se faz com a população. Você cria expectativa de uma coisa que não vem.

Se o Diretor do DNIT não dá a garantia... E ele não pode dar. Ele não pode dar. Ele disse: “O DNIT tem boa vontade, as empresas estão lá.” Mas, de concreto mesmo, eu não ouvi nada. Perdoe-me. Perdoe-me, mas eu acho que nós temos que ter alguns encaminhamentos mais concretos, porque ficar só na falácia, amigo, já era.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar, nós tivemos aqui a participação interativa, sobretudo do Sr. Pedro Fernandes, que fez uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito perguntas. A grande maioria delas já foi respondida. E as que não foram nós vamos encaminhar aos nossos convidados. O Sr. Marco Aurelio Lessa Villela também fez duas perguntas. A Srª Mariana Deusdara também fez. O Sr. Marco

Aurelio não fez duas só, fez três. O Sr. Bruno Roberto Garcia e a Sr^a Luana Santos também fizeram. Todas elas, eu acredito, foram respondidas através das perguntas dos Parlamentares.

Agora só me resta agradecer ao General Costa Neves a sua participação aqui, de uma forma muito gentil, cavalheiresca e de uma forma a não deixar dúvidas quanto à participação do Exército brasileiro diante do desafio enorme que representa para o Exército a Região Amazônica.

Eu não quero me demorar mais em considerações, mas quero agradecer ao General a sua participação nesta Comissão. Assim como ao Dr. Valter Casimiro. Não é a primeira, não é a segunda, eu já perdi a conta das vezes em que o Diretor do DNIT veio a esta Comissão e sempre na disposição de responder a todas as perguntas.

Agora, digo, como disse há pouco o Senador Sérgio Petecão, que nem todas as perguntas podem ser respondidas categoricamente por ele, porque ele depende de outros órgãos do próprio Governo Federal e há uma dependência de recursos que nós sabemos muito bem que não estão à disposição nem estão, muito menos, sobrando.

Vamos encerrar esta reunião e vamos dizer até que, na nossa pauta, nós tínhamos outra pauta deliberativa em que constavam requerimentos. O universitário está altamente frustrado, mas não foi deliberado nada hoje em função, sobretudo, do trabalho. Nós ficamos aqui gratificados. Começamos às 8h30, são 12h34 e a pior constatação é de que ninguém vai pagar o almoço aqui, porque a Comissão não dispõe de recursos para isso, muito menos eu.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Esta Comissão está sendo generosa, porque começava às 7 horas na época do Senador Collor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está sendo generosa. Na época do ex-Presidente Collor, ela começava às 7 horas da manhã. Eu, realmente, não tenho a vocação do Presidente Collor.

Então, vamos encerrar a reunião e agradecer a todos os que estiveram aqui presentes: a Consultoria do Senado; a imprensa; os funcionários, sempre muito atenciosos; os assessores dos Ministérios.

Vamos convocar uma reunião para o dia 6 de abril de 2016, quarta-feira, às 8h30.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem. Eu fiquei aqui até agora para ouvir também nossos convidados. Fiz um compromisso com três Senadores que me pediram para ficar aqui. Eram só três itens na pauta, itens sem polêmica. Precisamos encaminhar esses itens, porque tenho de apresentar o calendário de 12 audiências públicas aqui. Se o item não for aprovado, não tenho condições de apresentar o calendário. Entendeu? Há a questão da política pública sobre energia que queremos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas é a questão da política pública?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu lhe faria um apelo, Senador Hélio, porque a política pública, como V. Ex^a há de entender, é um assunto de tal relevância, que está presente na Constituição a exigência de que possamos fazer isso. Vamos tomar essa deliberação com um quórum mais expressivo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É melhor, mas minha preocupação é que, por ser um dos responsáveis por essa discussão, eu, como Vice-Presidente do Parlatino na área de energia, tenho de participar de reuniões do Parlatino que ocorrerão do dia 6 ao dia 10 de abril. Tenho de estar no Panamá. Eu preciso participar desta discussão aqui e não sei se a data que o senhor está prevendo para essa deliberação vai estar inclusa neste período entre o dia 6 e o dia 10 do mês de abril.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, a próxima reunião em que pretendemos debater será exatamente no dia 6.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois é. Eu estou viajando para o Panamá. Não é por minha culpa. Tenho de estar lá, exatamente por causa do projeto das energias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas podemos fazer uma reunião informal para obter de V. Ex^a esclarecimentos sobre sua participação, porque há uma proposta de V. Ex^a considerada das mais relevantes. Então, o universitário vai marcar essa reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário está propondo aqui que possamos fazer a leitura do requerimento de V. Ex^a. O debate é que...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O debate fica para a próxima reunião. Podemos fazer isso, então, Senador. Vamos fazer isso! São apenas dois requerimentos pequenos. Não há problema algum. E vou tentar adiar minha ida ao Parlatino para o dia 7. Vou tentar fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, temos o Requerimento nº 16, de autoria de V. Ex^a.

ITEM 3**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, de 2016****- Não terminativo -**

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Autoria: Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Consulto se o autor ou alguns dos Senadores gostariam de se manifestar? *(Pausa.)*

Ao mesmo tempo, proponho a votação do requerimento. Faremos a votação, tendo em vista que não temos o quórum desejado, na semana que vem.

Faremos agora um apelo para que V. Exª possa estar aqui presente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou fazer o possível.

O senhor poderia só fazer a leitura do item 2 também, que é de minha autoria? Assim, se eu não estiver presente, ele já terá sido lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O outro requerimento de V. Exª? V. Exª bem poderia pagar o nosso almoço!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu o pago! Para mim é um prazer pagar o almoço para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Leio o item 2.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, de 2016****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater as concessões da infraestrutura aeroportuária.

Autoria: Senador Hélio José.

V. Exª deseja que se debatam nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura as concessões da infraestrutura aeroportuária.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E aí pede para que seja convidado um representante da Infraero, um representante da Anac, um representante do Ministério do Planejamento, um representante do Sindicato Nacional dos Aeroportuários e um representante da Associação Nacional de Empregados da Infraero.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Fui inquirido e solicitado a incluir um representante da SAC, da Secretaria de Aviação Civil, o que acatei sem nenhum problema; vou subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos encerrar finalmente esta reunião, agradecendo aos convidados e a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Após a leitura de comunicados e discussão da Carta recebida pela Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (ANER), tem início a apreciação de matérias, com inversão da Pauta. Item 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha sugestão para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica. Resultado: requerimento aprovado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, para debater as concessões da infraestrutura aeroportuária. Resultado: requerimento aprovado. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que estabelece critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis. Relator: Senador Roberto Rocha. Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela aprovação com uma emenda. Resultado: é lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que “dispõe sobre a criação do Balcão Único de Licenciamento Ambiental, estabelece procedimento para o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos considerados estratégicos e prioritários para o Estado e dá outras providências”. Relator: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela prejudicialidade. Resultado: retirado de pauta. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes”. Relator: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação da matéria, com sete emendas. Resultado: é lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 303 de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças”. Relator: Senador Vicentinho Alves. Relatório: pela aprovação da matéria, com o acolhimento da Emenda nº 1-CAE, com subemenda. Resultado: aprovados, em decisão terminativa, o projeto, a Emenda nº 1-CAE/CI e a Subemenda nº 1-CI. Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que “determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)”. Relator: Senador Romero Jucá. Relatório: pela rejeição. Resultado: retirado de pauta. São apreciados dois itens extrapauta. Item 8 – Mensagem (SF) nº 33, de 2016, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia”. Relator: Senador Wellington Fagundes. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. Item 9 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 19, de 2016, de autoria dos Senadores Valdir Raupp, Wellington Fagundes e Blairo Maggi, que requer “nos termos regimentais, a realização de diligências nos Municípios de Vilhena, em Rondônia, e de Colniza, em Mato Grosso, para tratar de questões atreladas à BR 174”. Resultado: requerimento lido e aprovado.

Fazem uso da palavra os Senadores Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Gladson Cameli, Wellington Fagundes, José Pimentel, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Hélio José, Lasier Martins, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Blairo Maggi, Paulo Rocha e Valdir Raupp. O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são dadas como lidas

e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e catorze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à deliberação de matérias terminativas e não terminativas.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes Avisos do Tribunal de Contas da União:

– Aviso nº 214, que se refere à realização de auditoria para avaliar o nível de qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e o percentual de consumidores faturados pela média do consumo na área de concessão da distribuidora;

– Aviso nº 218, que trata de relatório de auditoria decorrente de fiscalização de natureza operacional efetivado na Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que teve por objetivo avaliar a gestão de obra de geração e transmissão da estatal;

– Aviso nº 239, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de auditoria realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) destinado a avaliar os mecanismos adotados pela referida agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

As cópias desses documentos encontram-se à disposição dos Senadores na secretaria da Comissão.

Ainda sobre os documentos recebidos pela Presidência da Comissão, comunicamos o recebimento de uma carta da Associação Nacional dos Servidores Efetivos de Agências Reguladoras Federais (Aner). O documento informa que há impossibilidade legal de o Sr. Luiz Otávio Oliveira Campos, que foi indicado pela Presidência da República, assumir cargo de direção na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, devido à vedação contida no inciso II do art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, desculpe, eu não entendi. Está sendo vedada a indicação, é isso que eu entendi?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É uma carta dos servidores efetivos das agências reguladoras. O documento informa que há impossibilidade legal de o Sr. Luiz Otávio Oliveira Campos, que foi indicado pela Presidência da República, assumir cargo de direção na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), devido à vedação contida no inciso II do art. 58 da Lei nº 10.233. Esclarece que o indicado é membro do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro e administrador da Companhia Docas do Estado de São Paulo, duas das principais entidades reguladas pela Antaq.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Esse seria o impedimento? Esse seria o motivo do impedimento segundo a associação dos servidores?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Cumprimentando V. Exª e nossos eminentes pares nesta Comissão, tendo em vista a leitura que V. Exª fez deste documento encaminhado a V. Exª e à Comissão, que passa a incorporar uma preocupação quanto a essa questão. A sugestão que eu daria a V. Exª é se a deliberação desta indicação não deveria passar por uma avaliação por parte da Mesa da Comissão de Infraestrutura quanto a essa deliberação, porque, a ser verdade isso, este processo sequer pode tramitar, porque ele viola um preceito legal.

Então, a sugestão que faço a V. Exª é que a Consultoria da Comissão, a Consultoria da Casa pudesse fazer uma avaliação e, antes desse processo tramitar, nós pudéssemos analisar se tem sentido, se faz sentido, se têm fundamentação essas notícias que estão circulando, não apenas aqui nessa correspondência que foi encaminhada a V. Exª, sobre a qual não emito valor de juízo ainda neste momento, mas há, Sr. Presidente, algumas questões, questões relacionadas, por exemplo, a informações de jornais, tendo em vista isso.

A população está assistindo com grande preocupação essa negociação – me perdoe a palavra – escancarada que o Governo Federal está fazendo em favor de manutenção do mandato, a todo e qualquer custo, da Presidente Dilma. Acho que nós não podemos e não devemos ser joguete nesse debate. Para tanto, também não devemos emitir valor de juízo de modo precipitado. Então, é a sugestão que faço a V. Exª, se assim entender – se não entender, V. Exª sabe da minha subordinação ao seu comando e à sua presidência. Esse estudo terá que ser feito pelo relator que foi designado para essa indicação, mas eu queria dar essa modesta e humil-

de sugestão a V. Exª, para que, de plano... Porque essa me parece não ser uma questão de mérito, mas ser uma questão preliminar.

O que nós estamos vendo aqui por parte da associação é que existe uma lei que determina premissas e preliminares com relação a essa indicação. Seria importante que nós pudéssemos, quem sabe, superar essa questão antes de fazermos a avaliação. Ontem nós fizemos um longo debate na Comissão de Assuntos Econômicos a respeito de um conjunto de mensagens que foi encaminhado pelo Poder Executivo sobre operações de crédito. Como sabe V. Exª, operação de crédito é uma prerrogativa exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. E nos documentos que constavam para avaliação nessas operações de crédito, lá estava o próprio Ministério da Fazenda afirmando que aquela análise tinha um determinado prazo de validade. Portanto, nós estávamos ali analisando uma proposta de operação de crédito de US\$200 milhões para além do prazo estabelecido no próprio documento que fundamenta a decisão da Comissão de Infraestrutura. Foi então que eu fiz uma questão de ordem à Senadora Gleisi para que ela pudesse observar isso, e essas propostas que chegassem à Comissão sem passar por esse critério, por essa avaliação fossem devolvidas.

Eu não sei se é o caso. Eu não estou afirmando valor de juízo antecipado, mas eu, então, sugiro a V. Exª, com muita humildade, essa consideração, que eu acho que poderia nos ajudar neste processo aqui de avaliação porque a Comissão terá que deliberar sobre isso. Mas é apenas uma modesta contribuição que dou, ao tempo, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu compreendo a preocupação de V. Exª. Pediria apenas que V. Exª e todos nós aguardássemos a chegada do Relator, Senador Wellington Fagundes, que pode trazer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Ele vai relatar a matéria hoje?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele vai ler o relatório. Ele pode trazer alguma informação a respeito dessa questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – A orientação de V. Exª é muito prudente. Vamos aguardar o Relator, que, ao apresentar seu documento, poderá estar enfrentando essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se ele, por acaso, não enfrentá-la ainda, poderemos suscitar o debate junto ao Relator e até à Mesa da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas aí o questionamento que eu faço é se a assessoria da Mesa atesta essa vedação. Quer dizer, essa vedação realmente existe? Ela é legal? Como é isso?

Na verdade, é uma associação de servidores. É claro que eles têm o direito de arguir. Eles estão arguindo não uma questão interna, mas uma questão de que o pretenso indicado é funcionário de empresas que são fiscalizadas pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Então, realmente, não sei se isso é verdade, mas é, no mínimo, estranho. Vou passar a palavra, senão o Ricardo Ferraço vai enfartar aqui ao meu lado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se for da vontade de Deus... Todos nós estamos submetidos a essa regra, não apenas eu, mas também o Senador Moka. Mas, se eu enfartar aqui, como ele é médico, espero que me socorra e me mantenha com os sinais vivos. (*Risos.*)

A questão que o Senador ...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Mas, Senador – pela ordem, Presidente – tenho certeza de que o senhor não vai enfartar. Você é um homem muito sadio, muito determinado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O que o Senador Moka coloca é uma questão preliminar. Pode tramitar uma matéria que viola uma pré-condição para a indicação? Essa é a questão.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, suscitamos o mesmo debate: pode tramitar uma matéria que não obedece às preliminares e às premissas? Que viola, portanto, uma pré-condição? Então, essa é a questão. Não sei se foi feito algum tipo de análise por parte da Comissão até para que ela nos oriente, dizendo: “A denúncia é inverídica, não tem fundamento e, portanto, a matéria pode, sim, tramitar”.

Essas são as questões, peço desculpas ao meu colega, Senador Moka, mas foi a ansiedade de sair em concurso da sua boa intervenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não há possibilidade de um universitário enfartar porque é muito novo. (*Risos.*)

Mas, segundo ele, de acordo com o nosso Regimento Interno, a matéria pode tramitar. Segundo a Presidência, a matéria pode tramitar. Daí por que faria um apelo para aguardarmos a chegada do Relator Wellington Fagundes e termos o início de um debate sobre essa questão.

De acordo com a pauta, temos dois requerimentos.

Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Autoria: Senador Hélio José

Observações:

Lido em 30.03.2016.

Temos um prazo para dar início ao debate sobre uma política pública. Então, submeto às Sr^{as} e Srs. Senadores esse requerimento do Senador Hélio José, que faria com que o debate sobre a política pública de implantação de energias alternativas e renováveis pudesse ser uma daquelas políticas públicas que seriam examinadas por esta Comissão este ano. No ano passado, tivemos duas políticas públicas examinadas. Este ano, só há requerimento de uma política pública, que é essa cuja proposição é de autoria do Senador Hélio José.

Então, eu submeto à Comissão esse encaminhamento do Senador Hélio José, porque, inclusive, nós tínhamos um prazo até o final do mês de março, ou seja, nós já estamos incorrendo aqui num deslizamento com relação ao debate de uma política pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores querem discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Se não há quem deseje discutir, eu vou submetê-lo à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Outro item da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater as concessões da infraestrutura aeroportuária.

Autoria: Senador Hélio José.

Temos a indicação dos seguintes convidados: um representante da Infraero, um representante da Anac, um representante do Ministério do Planejamento, um representante do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, um representante da Associação Nacional dos Empregados da Infraero, um representante da Secretaria de Aviação Civil.

Consulto se alguns dos Srs. Senadores ou das Sr^{as} Senadoras gostaria de se manifestar sobre o requerimento. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, entendendo que já é um número grande de convidados, e essas audiências com um número grande convidados tendem a ficar um pouco complicadas, mas o pior, na minha avaliação, é que não há o usuário. A gente chama as companhias, mas não chama o usuário, que é quem tem reclamações sobre esse serviço. Eu não sei se existe uma representação de usuários, mas seria fundamental, nem que ele não se sentasse à mesa, mas que lhe fosse permitido... Na verdade, eu acho que ele tem de se sentar à mesa para questionar a qualidade dos serviços.

Eu sei que é difícil chamar um de cada, mas eu sempre vejo chamarem o operador aeroportuário, chamarem as companhias, mas não chamam os usuários. É o usuário quem tem a reclamação sobre os serviços prestados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, V. Ex^a gostaria de acrescentar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, que houvesse alguém que falasse pelos usuários. Poderia ser alguém da defesa do consumidor, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós faremos o aditamento, de acordo com a sugestão do Senador Waldemir Moka.

Algun Senador deseja ainda fazer alguma intervenção a respeito desse requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8:

ITEM 8
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Povia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, V. Exª me designou para fazer o relatório dessa indicação para a Antaq, e nós aqui da Comissão sempre procuramos fazer de forma bastante célere, até por determinação de V. Exª. E mais uma vez quero aqui parabenizá-lo, porque, no ano passado, a maioria das agências estavam incompleta. Ou seja, decidir através da interinidade sempre é muito complicado. Então, aqui nesta Comissão, todos os processos que chegaram foram, de forma bastante rápida, votados.

Vou ler o meu relatório em relação a essa indicação para a Antaq.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 33, de 2016 (Mensagem nº 107, de 2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Senhora Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Mário Povia.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 33, de 2016 (Mensagem nº 107, de 2016, na origem), à qual se encontra anexado o curriculum vitae do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Luiz Otávio Oliveira Campos nasceu na cidade de Belém (PA), em 1954. É graduado em Administração de Empresas.

O histórico profissional do indicado registra sua experiência no ramo empresarial de 1975 a 1990, como superintendente de uma empresa de logística, e longa atuação na carreira política, iniciada em 1992, quando foi eleito vereador. No Poder Legislativo, foi também Deputado Estadual (inclusive ocupando a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará), Deputado Federal e Senador da República. No Poder Executivo, exerceu os cargos de Secretário dos Transportes do Governo do Pará; de Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, da Secretaria de Portos da Presidência da República e da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem; e de coordenador da Comissão Nacional de Autoridades dos Portos (Conaportos).

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno “para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões”, e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”. São elas relativas a: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos, constante da Mensagem nº 33, de 2016 (nº 107, de 2016, na origem), para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu gostaria de informar ao nosso eminente, estimado e querido Relator Wellington Fagundes que, antes de V. Exª chegar, o Presidente Garibaldi leu uma correspondência de uma entidade que representa os funcionários da Antaq.

E, ao lê-la, o Presidente deu fé pública e o tema passou a constar do nosso radar de preocupações e questionamentos. Para além disso, jornais de grande circulação no País também trouxeram essa preocupação.

Qual o questionamento, Senador Wellington Fagundes, que é feito? A Lei nº 10.233 estabelece, no seu art. 58, que está impedida de exercer cargo de direção na ANTT e na Antaq a pessoa que mantenha, ou tenha mantido, nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades reguladas pela respectiva agência: I) participação direta como acionista ou sócio; II) administrador, gerente ou membro do conselho fiscal.

O indicado relaciona no seu currículo que é membro do conselho fiscal de duas companhias que são reguladas pela Antaq.

A pergunta que faço, com a máxima vênia, é se V. Exª observou esta que é uma preliminar aos debates para que a matéria possa tramitar, considerando que a lei me parece ser absolutamente clara, salvo melhor juízo. Eu não faço ainda nenhum juízo de valor, mas este é um questionamento que precisamos fazer para que a matéria possa tramitar normalmente para além das questões de mérito e de conteúdo. Essa é uma precondição, acho eu, a esse tempo. V. Exª pode me convencer do contrário e eu, evidentemente, estarei aqui com muita humildade para rever o meu posicionamento, mas há esse questionamento. E eu gostaria de indagar a V. Exª se chegou a examinar essa questão, agradecendo, naturalmente, a V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador e Senadores, na verdade, agora há pouco, ao chegar eu fui informado que havia aqui um ofício da Associação Nacional dos Servidores Efetivos de Agências Reguladoras Federais em que, através do seu presidente, coloca exatamente o que V. Exª aborda. Isso já foi lido aqui pelo Presidente. Então, eu penso que podemos fazer algumas diligências e, quarta-feira, se for o caso, o Presidente é que deve conduzir, porque o Presidente tem o poder, inclusive, de analisar esse aspecto...

Aqui eu estou apresentando um relatório. Todos nós podemos questionar e acrescer qualquer assunto no relatório. O nosso voto, de qualquer forma, não seria hoje. Então, isso chegou realmente às minhas mãos agora e eu preciso analisar com a assessoria jurídica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu consulto se não seria mais prudente, aí é uma modesta contribuição, se assim V. Exª entender, que aguardasse a análise da sua assessoria, para apresentar o seu relatório. Porque essa questão, que é importante, não consta. V. Exª está afirmando que não tinha informação e conhecimento disso. Ao dar conhecimento à Comissão, nós estamos dando fé pública e nós estamos nos obrigando, de certa forma, pela responsabilidade que temos, a observar essa questão.

A única sugestão que faço a V. Exª, eu entendi, isso não vai ser votado hoje, vai ser dada vista coletiva para a próxima reunião, é se não seria mais prudente observar essa questão para que essa matéria tramitasse. É apenas uma modesta contribuição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, da minha parte, não há nenhum problema; mas necessariamente a vista obrigatoriamente deve ser conjunta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sim, mas aí passará a não constar do relatório. V. Exª está tomando conhecimento dessa violação denunciada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas eu poderei fazer constar. Mas eu gostaria, na experiência...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu não estou nem emitindo juízo de valor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu estou, com muita cautela, com muita humildade, sugerindo que V. Exª retire o seu parecer, se assim entender. V. Exª é o Relator. A decisão de V. Exª vou acaatar com o máximo respeito, evidentemente. Mas a sugestão que dou é se não seria cauteloso que observasse, consultasse, analisasse e, aí, fizesse constar no seu parecer o enfrentamento, a fundamentação e a justificativa dessa questão que está sendo colocada, que abre um precedente, se for efetiva, muito grande.

Então, essa é a modesta contribuição que eu dou ao estimado amigo. Mas V. Exª decide.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não só ouço como quero atender o Senador Ferraço, mas neste momento, Sr. Presidente, nós poderíamos ouvir todos, porque, assim como o Senador Ferraço, cada um pode...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, é que V. Exª é o Relator, então, V. Exª tem essa... A decisão é de V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não há problema, eu só gostaria de ouvir aqui a posição dos Senadores, é uma oportunidade para isso. E aí, dentro da condução que o Presidente entender melhor, podemos fazê-lo, sem nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acredito que a intenção de todos nós é encontrar uma saída que seja jurídica e que resguarde a Comissão e o Senado Federal. Portanto, as preocupações aqui levantadas, desde a leitura feita pelo Sr. Presidente, antes mesmo de o Relator apresentar seu parecer, vão nesse sentido. A contribuição do Senador Ricardo Ferraço também soma nesse sentido.

Como o Relator pode apresentar um adendo ao seu parecer, nós deveríamos manter na pauta com o compromisso de, antes de ouvir o sabatinado, o nobre Relator trazer a sua complementação de voto sobre essa matéria e outras matérias que porventura ele entender que são importantes. Com isso, atende, no meu ver, às preocupações legítimas dos nossos pares e ao mesmo tempo não retarda tanto a condução. Então, o que eu pediria é que, antes da sabatina, o nosso Relator fizesse, para os nossos pares, uma complementação de voto. E ele só entraria em plenário depois desta complementação de voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Olha, eu, se Relator fosse, procederia de uma forma. Mas o Senador Wellington Fagundes, na condição de Relator, tem, naturalmente, a autonomia que desejar, e a decisão dele vai ser a nossa decisão. Apenas, nessa questão, eu acho que, se Relator fosse, eu observaria. Mas cada um faz um juízo de valor em relações às questões, e V. Ex^a tem o meu respeito não só como amigo, mas como bom representante que é e bom Senador que é do querido Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu consulto se algum Senador ainda deseja falar.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para um aspecto em relação à questão da própria leitura. Óbvio que o Relator tem, inclusive, as prerrogativas para isso, e pode, efetivamente, até na medida que o conhecimento em relação ao fato só foi possível ao Relator a partir da sua chegada à Comissão... Mas o mais prudente, Sr. Presidente, é que nós possamos remeter, em forma de consulta – e aí não do Relator, essa é minha opinião, mas da própria Presidência da Comissão – à nossa Consultoria, para que possa responder a partir exatamente desses conflitos com a lei.

A lei que trata dessa questão para indicação de membros para a agência, efetivamente, cita o caso – e um dos casos é a questão da participação de conselho fiscal – exatamente de alguém que, porventura, antes da sua indicação para o cargo, tenha participado, no período de 12 meses anteriores a essa indicação, de alguma atividade nas empresas que nós poderíamos chamar de objeto de regulação e acompanhamento por essas agências. Então, o mais prudente seria essa análise.

Há uma outra interpretação, e aí eu quero chamar a atenção dos nobres Senadores. Eu até participei disso ativamente, Senador Ferraço e Senador Pimentel, quando do processo da instalação de duas agências no País, cujos servidores que foram para essas agências eram servidores de empresas estatais naquela época. Portanto, anteriormente à agência, eram funcionários de empresas estatais, mas empresas estatais, Pimentel, que passaram a ser reguladas por essas agências.

Obviamente, no caso específico de um dos setores, setor de telecomunicações, tivemos a privatização dessas empresas, o que, conseqüentemente, tirava o caráter de representação do Estados.

Não que àquela época o Senado Federal – à época eu era da Câmara – tenha admitido fazer as sabinas. E posso citar aqui, meu caro Flexa, por exemplo, a do Guerreiro, que foi Presidente da Anatel e era oriundo do Sistema Telebras, com uma diferença muito clara, volto a dizer: o processo de transição e desligamento de Guerreiro do Sistema Telebras é um processo diferenciado. E mais ainda: a Telebras, a Eletrobras, citando os casos da Anatel e Aneel, tinham outra característica que não a execução e, portanto, não estariam indo para uma agência de maneira a comprometer o chamado sentida da regulação.

Nesse caso em particular, e aí, Senador Pimentel, para fazer a analogia, seria importante que tivéssemos, eu diria, a minuciosa participação de alguém, que muito melhor do que eu – não tenho formação no mundo do Direito, meu caro Ferraço, portanto não sou a pessoa indicada; faço aqui uma interpretação só a partir daquilo de que tive oportunidade de participar, inclusive a elaboração dessas leis e das próprias regras para essas agências –, fizesse exatamente o chamado ajuste jurídico dessas decisões. Volto a frisar o porquê: se fizéssemos só, e somente só, a analogia de que o nome era indicado para os conselhos pelo governo, como parte do governo e não como parte dos operadores de um porto, por exemplo, poder-se-ia dizer que, nesse caso específico, a sua função no período em que estive no conselho era correlata com a função que a agência desempenha. Só que a lei cita a participação em um dos estágios desses órgãos, particularmente o porto, que é exatamente o conselho fiscal.

Portanto, poder-se-ia dizer que, nesse caso específico, mesmo representando os interesses do governo, no momento em que um conselheiro fiscal emite parecer sobre as contas de membros da direção, ele estaria efetivamente assumindo posições internas e não posições externas de controle. É bem diferente do que se ele fosse um membro, naquela época antiga em que havia a chamada Secretaria de Controle das Estatais, que também atuavam no porto naquela época, e sua participação fosse no sentido de fiscalizar os atos da direção, portanto, já assumindo previamente uma função quase que análoga à função de uma agência reguladora.

É muito perigoso que façamos isso à luz da analogia, sem ter a capacidade de cumprir à risca o que determina a lei. Portanto, nada melhor do que, como diz V. Ex^a, consultar os universitários. Aqui, no Senado Federal, já fizemos isso várias vezes com diversas questões. Por exemplo, Senador Garibaldi, todas as vezes que um Senador – agora estamos com o exemplo do Eduardo Braga, Ministro das Minas e Energia – vai para um conselho, geralmente nossos universitários sugerem que o Senador repense direitinho sua participação em conselhos para evitar o conflito entre sua atividade aqui, no Senado, e a atividade remuneratória de um conselho.

Um cargo de Ministro é diferente. É um cargo de indicação e, portanto, há previsão constitucional para a licença do Parlamentar para que ele possa exercer. Mas o cargo de conselho é um cargo com características não só de remuneração, mas de participação na direção na medida em que se avalia como serão os projetos, os programas, o investimento. Portanto, gera o conflito.

Assim, seria importante que a gente fizesse essa consulta. Se a consulta remeter para que a participação efetiva do Sr. Luiz Otávio no conselho fiscal, por si só, já desenha um perfil de interferência em decisão ou de participação nos rumos de negócios do porto, obviamente, aí, fica inviabilizado o processo de participação dele para ser fiscal de algo em que, ainda ontem, ele era parte na sua aprovação.

Portanto, eu sugeriria que essa consulta fosse direcionada. Nós temos uma Consultoria Jurídica do Senado, já tarimbada, experiente e testada, por diversas vezes, em temas se não iguais a este, mas, pelo menos, muito parecidos com este.

Então, era essa a sugestão que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, lido o relatório, será concedida vista coletiva. Dessa forma, eu vou conceder a vista coletiva, e o Relator trará, então... S. Ex^a já leu o seu relatório, mas não enfrentou a questão. Assim, ele trará, na próxima reunião, um adendo ao seu relatório. Para tanto, S. Ex^a ouvirá a Consultoria Jurídica do Senado, no sentido de nos trazer um esclarecimento sobre a questão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – De acordo, Presidente. Obediente que sou e orientado por toda a sua experiência, assim o farei. E, como está em vista, também gostaria que todos os Senadores que tiverem interesse se manifestassem também até a semana que vem, não só os que já o fizeram aqui ao microfone, mas aqueles que queiram fazê-lo por escrito. Estou aberto às contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sou apenas um bacharel em Direito, mas a minha experiência, que não é tão rica, recomenda, nesse caso, que façamos um amplo um debate.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, vamos fazer oficialmente a consulta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim; estou designando o Relator, que fará a consulta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não; mas seria a Comissão, institucionalmente, a fazer uma consulta também...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Comissão fará também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Independentemente do Relator.

Só para esclarecer, Senador, a Lei nº 10.233 – a lei que criou a Antaq – contém uma vedação explícita, e o próprio indicado, com muito boa-fé, coloca no seu currículo que exerce função arrolada nesse rol de vedações inscrito na lei que criou a Antaq. Portanto, esse não é um adendo – me perdoe –, é uma preliminar, uma premissa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não; não pode ter... Veda a ocupação nos últimos 12 meses.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Exatamente! Pode ser interpretado como quarentena.

A lei diz que não pode ser indicado, não pode exercer a função. Está explícito na lei! Nós não podemos achar que isso é um detalhe. Não é um detalhe; não é uma questão acessória. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas nós não estamos tratando como questão acessória.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Estão tratando com um adendo. Não é um adendo; é uma preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Veja bem: o relatório foi apresentado, mas há uma...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas não enfrenta essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço, há uma questão preliminar que foi posta. Essa questão preliminar será apreciada na próxima reunião antes da sabatina do indicado. Nós faremos uma consulta pela Comissão, ao mesmo tempo em que o Relator, claro, trará...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Já está marcada a sabatina?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então, o que V. Ex^{as} estão propondo é fazer o debate dessa questão na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim; na próxima reunião, antes da sabatina.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso, inclusive, a vista coletiva, que é legal, regimental. E o Presidente já está dizendo que a própria Comissão vai analisar a questão; e nós vamos fazer, em conjunto, uma demanda à Consultoria Legislativa. E o Presidente vai marcar, porque fica bem claro: quem marca a data da sabatina é o Presidente, não é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, chegamos a esta conclusão: a Presidência vai fazer a consulta e o Relator também fará uma apreciação por ocasião da próxima reunião.

Foi dada vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2009

- Não terminativo -

Estabelece critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Flexa Ribeiro para que ele possa relatar essa matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Srs. Senadores, vou fazer a leitura do parecer, como Relator *ad hoc*, do Senador Roberto Rocha.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 388, de 2009, do Senador Valdir Raupp, que estabelece critérios ambientais para a produção de biocombustíveis.

O autor da matéria, preocupado em aumentar a competitividade dos biocombustíveis produzidos no Brasil, propõe que se exijam dos produtores a adoção e a prática dos seguintes critérios socioambientais na cadeia produtiva desses combustíveis:

I) Condicionar a modernização dos processos produtivos à preservação de empregos;

II) Iniciar a produção só após o recebimento da respectiva Licença de Operação;

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio para que ouçamos o nosso Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Seguindo:

III) Proibir o uso de trabalho infantil e o trabalho escravo em qualquer etapa do processo produtivo;

IV) Só produzir biocombustíveis a partir de matérias-primas que impliquem a ocupação de áreas destinadas a unidades de conservação;

V) Usinas produtoras de biocombustível precisam estar certificadas pelo Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), observados os princípios do desenvolvimento sustentável;

VI) A produção das matérias-primas deverá observar as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da região onde se localiza o empreendimento;

VII) As etapas da cadeia de produção deverão obedecer a acordos, tratados e convenções e outros protocolos internacionais assinados pelo Brasil.

O atendimento a tais critérios, na visão do Senador Valdir Raupp, garantirá que o Brasil passe a atender as “garantias e exigências cada vez mais rígidas de sustentabilidade para a cadeia de produção dos biocombustíveis”, requisitos fundamentais para que o Brasil possa inseri-los no mercado internacional, especialmente

o europeu. Dessa forma, o País poderá desenvolver o seu enorme potencial, que poderá torná-lo o principal fornecedor mundial de biocombustíveis.

Inicialmente, o PLS em análise foi encaminhado para esta Comissão e seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), a quem caberá a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

ANÁLISE:

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura a análise de matérias pertinentes a infraestrutura, como é o caso da produção de biocombustíveis.

O critério I supracitado levanta tema atinente às competências da CI, pois afeta diretamente o processo produtivo da cadeia de produção de biocombustíveis. Portanto, o seu mérito deve ser analisado no âmbito da CI. Os temas dos incisos seguintes são atinentes às competências da CMA e não precisam ser analisadas na CI.

É inegável o mérito da proposta que ora analisamos. A clara intenção do autor do PLS é a de ampliar o leque de oportunidades de exportação de biocombustíveis, mediante o rigoroso atendimento das exigências feitas por outros países, mormente quanto ao processo e às condições de produção de combustível verde.

A citada imposição de requisitos ao produtor de biocombustíveis visa a impedir que exigências internacionais venham a se tornar barreiras não tarifárias à exportação de biocombustíveis produzidos no Brasil.

Entretanto, vemos óbice à proposta de condicionar o direito de o produtor modernizar o seu processo produtivo à preservação de empregos extintos por força da própria modernização, objeto do inciso I do art. 1º do PLS em análise.

O critério estabelecido pelo inciso I lembra a versão moderna do ludismo, conceito político que se opõe à industrialização ou a novas tecnologias que venham a substituir mão de obra humana por máquinas. Na realidade, esse movimento vai contra a essência do funcionamento da economia, que é baseado na incessante busca do aumento da produtividade. A modernização dos processos produtivos é uma das pedras angulares dessa busca. É o aumento da produtividade que permite, globalmente, por exemplo, a geração de renda, o controle da inflação, e o crescimento econômico de qualquer economia.

Indiretamente, “a modernização das técnicas e procedimentos empregados nos processos utilizados, com o objetivo de obter melhorias nas condições laborais e na qualidade ambiental” termina por aumentar a produtividade, haja vista que aumenta a qualidade do ambiente de trabalho para os funcionários. Mas o empregador não deve ser impedido de proceder a essa modernização em face do eventual desemprego que tal medida geraria.

Se a modernização de um segmento produtivo, pontualmente, gerar desemprego, cabe ao Estado dar uma solução para esse problema, mas sem inibir o movimento de tornar mais eficiente o processo produtivo. Diariamente, empregos estão desaparecendo, em razão da adoção de novas tecnologias que reduzem custos do processo produtivo, mas outros surgem também decorrentes das mesmas novas tecnologias. O problema é real, pois, não necessariamente, o trabalhador que perdeu o emprego estará apto para assumir um novo emprego que esteja sendo criado. A solução desse problema, entretanto, não deve recair sobre o empreendedor. É dever do Estado criar políticas de capacitação aos desempregados visando à adaptação da massa de trabalhadores às novas tecnologias.

Em resumo, é nosso entendimento que, em uma economia moderna, é inconcebível frear a modernização de processos produtivos, inclusive porque isso comprometeria o aumento de produtividade das empresas, o que limitaria as possibilidades de redução dos preços ao consumidor e comprometeria a competitividade da produção nacional.

Além disso, não há como impedir variações no volume da mão de obra empregada à medida que ocorrem flutuações econômicas. Tentar impor a manutenção do nível de emprego não é economicamente factível, pois, em muitas circunstâncias, isso simplesmente inviabilizaria a atividade produtiva. A medida pode, inclusive, desestimular a busca pela inovação.

Há que se considerar, ainda, que, se empresas inovadoras forem obrigadas a manter o nível de emprego, estariam sendo alvo de tratamento discriminatório, algo que atentaria contra a livre concorrência, um dos princípios da ordem econômica consagrados pela Constituição brasileira, em seu art. 170. Quando a manutenção do emprego em segmentos econômicos submetidos a processos de inovação tecnológica poupadores de mão de obra é considerada socialmente necessária, o instrumento legítimo é a adoção de incentivos fiscais e creditícios em favor das empresas onde tais processos estejam ocorrendo.

Em face do exposto, entendemos que a exigência explicitada no inciso I do art. 1º do PLS não deve fazer parte do rol dos critérios que devam ser atendidos pelo produtor de biocombustíveis, ou seja, esse dispositivo deveria ser suprimido da proposição.

Ressaltamos, por fim, que o restante dos critérios, explicitados nos demais incisos do citado art. 1º, não se inserem nos temas de competência da CI, mas da CMA, responsável pela apreciação da proposição em caráter terminativo.

Nessa oportunidade, os aspectos envolvendo eventuais injuridicidades da proposição também poderão ser analisados.

Voto:

Voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 388, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CI

Suprima-se o inciso I do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2009, renumerando-se os demais incisos.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Senadora Vanessa pede vista.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, estou relatando o item 5 da pauta e, mesmo ele sendo terminativo, eu consulto a V. Exª se há possibilidade de eu fazer a leitura e votarmos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Podemos fazer a leitura.

Fica concedida vista coletiva de acordo com o pedido da Senadora Vanessa Grazziotin.

O próximo item da pauta é o de nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 602, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Balcão Único de Licenciamento Ambiental, estabelece procedimento para o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos considerados estratégicos e prioritários para o Estado e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1 - Não foram oferecidas emendas ao projeto.

2 - A matéria será apreciada pela CCJ e pela CMA, cabendo à última a decisão terminativa.

3 - A matéria constou da pauta desta Comissão em 30.03.2016.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves, eu pediria a V. Exª que fosse retirado de pauta para que se aprofundasse a análise.

Eu fui procurado no dia de ontem para tratar do Projeto de Lei nº 602, de 2015, do Senador Delcídio do Amaral, que dispõe sobre a criação do Balcão Único de Licenciamento Ambiental. Existe um projeto com o mesmo conteúdo, de autoria do Senador Romero Jucá, que está no plenário do Senado Federal já em fase de votação para encaminhamento à Câmara.

O nosso voto, em função disso, seria pela prejudicialidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... seria pela prejudicialidade do Projeto nº 602. Mas fui ontem informado de que há características neste projeto que diferem do projeto que está em plenário.

Então, eu pediria a V. Exª que pudesse retirar de pauta na reunião de hoje. Retornamos com ele na reunião próxima, porque aí eu já teria dirimindo essas dúvidas, mantendo a prejudicialidade ou revendo, se efetivamente o projeto que está em aprovação no plenário é diferenciado em alguns aspectos ao que está tramitando aqui na CI.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O pedido de V. Exª será atendido.

Item 4 da pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação com sete emendas

Observações:

1 - A matéria tem parecer da CMA, pela prejudicialidade.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Só me dão abacaxi. Já até brinquei com o Senador Hélio ontem e disse: Senador, você nem me disse obrigado.

Sr. Presidente, estou brincando com o Senador Ferraço aqui, porque, desses projetos de geração de energia, só mandam para mim os que são fio desencapado. Acho que o pessoal pensa que eu tenho habilidade para lidar principalmente com alta tensão e acaba dando curto-circuito no meu juízo.

Sr. Presidente, esse Projeto nº 494, de 2009, é meritório. À época, o Senador Crivella raciocinou em consonância com todo um debate que já se abria no Brasil em relação à geração de energia, utilizando diversas outras matrizes.

E nesse caso em particular, a ideia é exatamente fazer o aproveitamento de um vasto potencial e, de certa maneira, nós tratamos dessa questão do saneamento no ano posterior ao da ideia do Senador Marcelo Crivella, em 2010, quando da Lei de Resíduos Sólidos. Aliás, aqui no Senado, no ano passado, nós modificamos até para que os Municípios pudessem se adequar, se ajustar às novas regras, inclusive sobre a questão do manejo de resíduos sólidos.

É óbvio que nesses chamados aterros nós temos um potencial enorme para utilização de energia, para a extração de gás etc. Aliás, uma experiência muito adotada em diversas cidades brasileiras. Temos, inclusive, uma experiência exitosa em Salvador e região metropolitana. Portanto, com um potencial enorme e resolvendo um problema do antigo aterro de Salvador.

Portanto, a preocupação do Senador Marcelo Crivella, à época, além da geração de energia, possibilitava esse novo arranjo para os ajustes dos aterros sanitários.

Fizemos algumas alterações. A matéria tramitou de forma eu diria até muito polêmica na Casa. Tendo vindo para cá, teve voto favorável do Senador Paulo Paim na CAS. Depois, o Senador Ivo Cassol relatou a matéria e devolveu-a para que fosse redistribuída, mesmo assim, ajustando ao texto algumas de suas sugestões.

Mas eu quero chamar a atenção, meu caro Presidente, para algumas alterações que nós introduzimos. Primeiro, entendendo a necessidade de remeter à Lei de Resíduos Sólidos todas as exigências, para que essa lei não possa... Volto a dizer que foi algo do projeto pelo Senador Marcelo Crivella, anteriormente ao que fizemos em relação a essa área. E, mais ainda, a necessidade de uma adequação para convivência com os novos padrões tecnológicos dispensados para essa área.

E há também uma incongruência apresentada pelo Senador Marcelo Crivella... Não é uma incongruência, mas eu diria que, para esses novos tempos, algo que ficou desajustado. Ele também faz uma exigência, ou melhor, introduz uma limitação, cravando que se aplicaria apenas a Municípios com mais 200 mil habitantes.

Ora, no debate da Lei de Resíduos Sólidos, meu caro Presidente, nós tivemos a oportunidade de analisar como seria possível se agregar diversas áreas; concentrar um aterro em um lugar, mas promover a chamada integração em um raio de 80km – esse era o debate à época – para promover o ajuste em relação a essa questão dos aterros; a melhoria do ponto de vista da coleta e a melhoria ambiental.

Óbvio que, na medida em que se agrega, que se junta, cria-se um potencial muito maior para produção de energia e até para a consagração das atividades chamadas “exploração do lixo que não é lixo” ou a consolidação de cooperativas para a chamada reciclagem daquele lixo.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que, em determinadas cidades, a produção de lixo não é suficiente, em termos de tonelagem, para se instalar, por exemplo, uma unidade de geração de energia em cada local como esse. Por isso, à época, o Senador Marcelo Crivella teve a boa ideia de cravar em 200 mil.

Mas, por exemplo, a cidade de Ilhéus, na Bahia, que tem um aterro – e falo isso porque tive a oportunidade de fazer esse debate em 2009 –, talvez se ajustasse a essa proposta original do Senador Marcelo Crivella. Mas, à época, quando fizemos o projeto para resolver a questão da região e gerar energia, nós incluímos, além de Ilhéus a cidade de Itabuna.

Duas cidades que, somadas, dão, hoje, quase 400 mil habitantes, contando as cidades em volta, por entender que mesmo uma cidade de 200 mil habitantes não tinha, em tonelagem, uma produção suficiente para gerar essa energia. Então, seria importante que se fizesse uma espécie de aterro regional e projeto de geração de energia também regionalizado.

Uma das primeiras modificações que nós fizemos foi esta: retirar o limitador, alterar os arts. 3 e 4, propondo algo já implementado pela Lei nº 12.305, de 2010, que é a lei que introduz a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O que o Senador Crivella estava propondo em 2009 já está incluso e tratado – agora, obviamente, foi depois – na Lei nº 12.305, de 2010. Ainda assim, Sr. Presidente, o art. 7º do PL 494, que inclui as alíneas – é bobagem citá-las aqui, senão fica só uma sopa de letras, prefiro ir à explicação do que efetivamente estamos fazendo –, acrescenta a esse mesmo parágrafo a que me referi anteriormente sobre a questão das tratativas, ou seja, do uso racional dos energéticos disponíveis na sociedade. Portanto, faz-se necessário promovermos essa atualização, fazendo um rearranjo da técnica legislativa e redacional, de maneira a contemplar, ou melhor, a trazer para o projeto as diretrizes, as tratativas, sem colidir com a matéria que aprovamos, que é a Lei de Resíduos.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós optamos pela aprovação da matéria com as emendas que apresentamos, que tratam exatamente sobre a questão do potencial e a remissão ou a consonância dessa lei com a Lei de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305; a supressão de alguns parágrafos, para permitir exatamente esse ajuste redacional; a inclusão desse novo tempo, do item que trata da eficiência energética, em especial essa coisa da eficiência energética, da geração oriunda de fontes renováveis – aliás, matéria que aprovamos aqui e está no plenário. Eu até pedi ao Senador Renan... Nós podíamos entregar essa matéria. Neste momento de crise, isso é importante. Ele me disse que ia botar para votar na quinta-feira.

Sr. Presidente, há também outra emenda em que resgato a questão do Plano de Saneamento Básico Específico para Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, que deverá prever a possibilidade do potencial de geração de energia elétrica proveniente da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos oriundos de lixo urbano.

E mais ainda as outras emendas que eu faço também, na medida em que vamos ajustando a redação, atendendo a essa demanda.

Por isso, voto pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador Hélio, fazendo um apelo a V. Exª – porque nós temos o quórum regimental, a matéria é terminativa – para que possa ser breve nas suas colocações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza, nobre Presidente. Primeiro, quero cumprimentá-lo, dizer que já estive hoje na Frente Parlamentar Mista do Turismo. Por isso cheguei aqui um pouquinho atrasado.

Quero agradecer a V. Exª e a este Plenário pela aprovação da proposta de políticas públicas das energias alternativas em interface nos demais tipos de energias existentes na nossa matriz elétrica.

Quero agradecer aqui, de público, ao nosso nobre Senador, ex-Deputado, futuro Prefeito de Salvador, Walter Pinheiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato, porque é o nosso mestre, o nosso professor aqui nessa área. Ele é um cara que nos ensina muito.

Ontem, tivemos o prazer de aprovar uma matéria importante na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto de minha autoria e relatado por S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Este aqui é um projeto de alto alcance. Eu queria, na verdade, colaborar colocando algumas coisas que eu tenho com relação a essa importante matéria.

É terminativa, não é, Walter?

É terminativa.

Eu queria até consultar V. Exª, que é meu irmão, meu parceiro aqui: se eu pedir vista coletiva para apreciarmos a matéria na semana que vem, você fica muito chateado comigo? Tranquilo?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, ele não fica não, mas eu fico. *(Risos.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Aí eu tenho que rever essa questão...

O problema é o seguinte, Senador Garibaldi. Eu estou com uma série de matérias relativas a essa importante matéria que o Senador Walter Pinheiro está apresentando. A geração de lixo hoje... Nas pequenas e médias cidades, e nas grandes cidades também, o Brasil está jogando fora um potencial enorme no que diz respeito ao aproveitamento do lixo.

Acabei de chegar do Japão, e uma das plantas que fomos visitar foi uma em que se faz o aproveitamento de todos os resíduos sólidos e do lixo da cidade. Eu acho que há algumas coisas com as quais poderíamos colaborar com o projeto, no sentido de melhorá-lo mais ainda. Quero crer que esta Comissão tem a responsabilidade... Por isto é que estou pedindo vista coletiva, não quero vista individual: para garantir a sua votação na semana que vem e para eu ter meu tempo para fazer esse relato.

Era isso que eu queria dizer a V. Ex^a, pedindo logo desculpas por tal situação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Walter Pinheiro. V. Ex^a poderia esclarecer o Senador Hélio para que possamos votar?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – É óbvio que o Senador Hélio, vindo do Japão, veio de olhos abertos.

Eu estive também lá em Tóquio, Senador Hélio, num passado não tão recente, visitando experiências de aproveitamento de resíduos sólidos. Foi, inclusive, a partir dessa experiência no Japão, meu caro Presidente, que montamos uma proposta de manejo para a Bahia.

A preocupação do Senador Hélio, pelo menos a que foi levantada por ele aqui, foi uma das coisas que modifiquei no projeto original do Senador Crivella. Volto a dizer: o Senador Crivella tinha a visão correta da época, ele escolhia cidades que ele julgava que tinham potencial, mas o potencial não pode excluir as pequenas e médias cidades. Você faz com agregação – o que fizeram japoneses, o que estão fazendo, por exemplo, no interior de São Paulo, e estão fazendo em alguns lugares.

Mesmo Salvador, o exemplo que eu dei, Senador Hélio: o nosso aterro, na realidade, atende a cidade de Salvador e está na região metropolitana, muito próximo de Simões Filho. A busca dessa agregação passa por três razões: primeiro, a questão da distância; segundo, a utilização de todo o potencial no entorno; e, terceiro, faz-se essa junção para ter a capacidade de gerar um percentual elevado de energia para ser agregada à rede. E o fato de isso estar próximo aos centros urbanos é resultado do desejo de evitar o custo com linhas de transmissão. Resolve-se um problema ambiental e, ao mesmo tempo, resolve-se um problema estrutural.

Se eu fizer isso lá no interior, longe do centro, dentro de uma cidade, Senador Garibaldi, e não numa rodovia próxima a uma linha de transmissão ou coisa do gênero, depois que eu fizer toda a estrutura de geração de energia, eu tenho que me preocupar com as linhas de transmissão. Esses são, aliás, problemas que estamos observando no Rio Grande do Norte de V. Ex^a e na Bahia. Acabamos os parques eólicos, mas o vento está comendo no centro, e nós não conseguimos botar a energia do vento no fio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Então, essa é a preocupação.

Se por acaso o Senador Hélio, meu caro Presidente, tiver efetivamente contribuições a dar, eu não vejo problema. Provavelmente ele já deve ter em mente duas, três, quatro, até quarenta propostas, não sei...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Faço um apelo, Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu faria esse apelo, porque, se for só esse conceito que ele levantou, o conceito está sobejamente contemplado na matéria aqui apresentada.

Eu não tenho problema nenhum para receber boas contribuições para aprimorar o projeto feito pelo Senador Crivella – a cabeça de Crivella é de 2009, mas o projeto terminou saindo com os atributos deste novo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a está satisfeito? V. Ex^a hoje foi contemplado com a escolha de uma política pública por sugestão de V. Ex^a. Eu acho que V. Ex^a poderia possibilitar essa votação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Garibaldi, com certeza, o Crivella é uma pessoa muito bacana, genial, preocupado com o Brasil, e o Walter é o nosso mestre nessa área de energia, de telecomunicação. Então, o objetivo é realmente fazer aprimoramentos. A única dificuldade aqui é porque é terminativo hoje, se nós não acertarmos hoje aqui, acabou, não há mais condição de fazer emendas. Então, só por causa dessa situação é que eu gostaria de manter a vista coletiva, para apresentar semana que vem e nós aprovarmos esse projeto, porque esse é um dos assuntos caros para nós.

O que acontece? É como o nosso nobre Senador Walter colocou: o desenvolvimento vem numa curva ascendente com relação a essa área, para tirar os resíduos da rua, para não poluir e para gerar energia. Ele, com muita propriedade, colocou a questão da proximidade com os grandes centros de cargas, apontando o assunto das subestações e da falta da linha de transmissão. Há outro assunto grave também, que é a sobrecarga das nossas linhas já existentes. Se nós podemos fazer várias microgerações dessa questão – por isso ele colocou das pequenas e médias cidades –, e vamos aliviar o sistema dessa sobrecarga.

Então, com a vênia do nosso Senador, eu prometo a V. Exª que quarta-feira que vem, antes disso, terça-feira... Eu estou viajando para o Panamá hoje. Na segunda e na terça, eu vou trabalhar em cima disso aqui, e quarta está aqui na mão para podermos votar, certo?

Obrigado, Walter.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, fazendo um apelo a S. Exª porque nós temos outro projeto terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Serei bastante rápido. É só para fazer uma observação sobre o projeto do Senador Crivella e, em especial, o relatório do Senador Walter Pinheiro. É preciso. O Senador Walter Pinheiro faz as correções que são necessárias que sejam feitas em função do prazo de apresentação do projeto.

Este é um ponto, Senador Garibaldi, que nós não podemos nos furtar a discutir: a geração de energia a partir dos resíduos sólidos. O Senador Hélio José pede vista, que é regimental. O problema que eu vejo: na Alemanha, quase 5% da geração de energia elétrica é proveniente da queima dos resíduos sólidos. Lá, eles fazem incineração dos resíduos sólidos, geram vapor e, com isso, geram energia.

O que me preocupa, Senador Walter Pinheiro, lamentavelmente, é que a Política Nacional de Resíduos Sólidos não consegue ser implantada. Então, nós partimos aqui do princípio de que os Municípios tenham instalados seus aterros sanitários, e acredito que são muito poucos. Por exemplo, na capital do meu Estado, a área... E o Senador Walter Pinheiro tem razão, não dá para fazer isoladamente, é preciso fazer em nível de consórcio, região metropolitana. Ainda hoje ela não completou o aterro sanitário.

Quer dizer, nós temos que dar condições, aí o Governo Federal... Nós já prorrogamos o prazo, já venceu o prazo para os Municípios implantarem seus aterros sanitários, e eles não o fizeram. Aí o que nós fizemos aqui? Prorrogamos o prazo. E vamos ter que prorrogar de novo. Por quê? Porque os Municípios não têm condições de fazer implantação porque não têm recursos e não têm linhas de financiamento. Então, o que nós temos que...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Por isso, Senador Flexa, é que a gente tem que transformar isso num modelo de negócio, com geração de energia, com cooperativas etc, para dar viabilidade para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Viabilidade econômica para...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – ... a consolidação desses aterros. Esse é que é o jogo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E interessar a iniciativa privada em fazer o aterro, gerar energia, diminuir o custo, inclusive, para as prefeituras, porque vai ter...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Ninguém vai explorar o lixo para fazer caridade, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente. Vai ter uma fonte de renda. Só essa observação e dizer da importância do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Fica concedido vista coletiva do item 4 da pauta. Item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação da matéria, com o acolhimento da Emenda nº 1-CAE, com uma subemenda.

Observações:

1 - A matéria tem parecer favorável da CAE, com a Emenda nº 1-CAE.

2 - A matéria constou das pautas desta Comissão em 16.12.2015 e 09.03.2016.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.

Como todos têm acesso ao nosso relatório, e para contribuir com o tempo e aproveitar o quórum, Presidente, vou direto à análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que legislar sobre o direito aeronáutico está compreendido no campo da competência legislativa

privativa da União, consoante dispõe o inciso I do art. 22 da Constituição Federal. Ainda no exame da constitucionalidade formal, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61, da Carta Magna.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre a matéria em pauta.

Quanto ao mérito, estamos de acordo com as razões apresentadas pela Senadora Ana Amélia no sentido de retirar obstáculos ao desenvolvimento econômico, social e cultural de cidades-gêmeas fronteiriças. A Emenda nº 1-CAE aperfeiçoa a proposta de forma a não incluir na proposta as tarifas de navegação aérea no tratamento isonômico entre voos domésticos e internacionais naquelas localidades, uma vez que causaria afastamento do Brasil de procedimentos recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Restou mantida, portanto, a isonomia no que diz respeito às tarifas aeroportuárias. Para maior clareza da abrangência do objeto da matéria, a subemenda sugerida por esta Comissão corrige o texto para beneficiar voos com “origem e destino” em cidades-gêmeas fronteiriças e não como se lia anteriormente, “origem ou destino”.

Acreditamos, ainda, que há possibilidade de aperfeiçoamento do texto do projeto. Especificamente, entendemos que a expressão “cidades-gêmeas fronteiriças” necessita ser mais bem definida. Contudo, tal definição, por ser de característica mais técnica, deve ser disposta por meio das normas infralegais, razão pela qual propomos a alteração, no texto da emenda, para que o comando proposto no projeto analisado seja complementado por regulamentação da autoridade de aviação civil.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, com o acolhimento da Emenda nº 1-CAE, com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº - CI

(à Emenda nº 1 - CAE)

Dê-se a seguinte redação ao proposto art. 11-A, a ser inserido na Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, conforme o art. 1º do PLS nº 303, de 2012:

“Art. 11-A. A fixação das tarifas aeroportuárias observará tratamento isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem e destino em cidades-gêmeas fronteiriças, na forma de regulamentação da autoridade de aviação civil.”

Esse é o nosso voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu não vou pedir vista, Vicentinho, mas quero fazer duas ponderações.

Só quero fazer aqui duas ponderações. Uma preocupação, porque, na realidade, a ICAO, organização internacional de aviação civil, trata da tarifa do ponto de vista da aplicação. E em nosso espaço aéreo já abrigamos diversas aeronaves de porte internacional.

Mas creio que uma coisa importante para essa questão da tarifa – até já conversei isso com V. Exª – talvez fosse até, mesmo sem mexer no projeto, envolver a nossa Anac e o nosso Ministério de Aviação Civil, como peça importante na questão dos aeroportos, para resolver a questão regional e nós pudéssemos adotar uma política na direção da redução tarifária, para atender à demanda.

Sei que a sua intenção, como a de todos nós, é que baixemos o custo desse assento nos voos regionais, que são extremamente elevados. É óbvio que nós fizemos diversas tratativas aqui sobre a questão do preço do combustível. Fui Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Vicentinho, e uma das medidas que adotamos para os voos regionais foi trabalhar uma parcela de isenção do combustível para um lugar onde não tínhamos voo. Óbvio que os Secretários de Fazenda, todos, diziam: “Mas você vai me tirar receita.” E eu respondia: não estou tirando receita nenhuma, não há receita nisso. Eu estou lhe dando receita, é diferente.

Sr. Presidente, estou chamando atenção para uma coisa que é importante. Aliás, nós ficamos de fazer aqui uma audiência para discutir a história da mala, porque alguém proibiu o uso da bagagem.

Vicentinho, não é à toa que, nos voos chamados voos internos, em vários países e na Europa, se aplicou uma medida de baixar o custo do assento e, de certa forma, proibir o uso de bagagem, ou seja usar a barriga do avião, o porão. O sujeito pode até levar uma mala, mas vai pagar mais do que está pagando pelo assento. Porque, no porão, as companhias compensam os seus custos com carga.

Então, como nós poderíamos fazer aqui, Vicentinho, o incentivo para essa aviação regional? Em 2009, 2010, quando eu era Secretário de Planejamento, sugeri ao então Ministro da Fazenda, Mantega, que adotássemos esse programa em comum acordo com os Correios e com o Ministério da Saúde. No caso do transporte

de medicamentos, por exemplo, num voo que vai para o interior de Mato Grosso, a isenção seria ao contrário. O Estado já entra e diz: “Pode botar o voo que eu vou encher o porão desse avião com medicamentos.” Em vez de o medicamento ir para Cuiabá e, depois, o Prefeito encher o próprio carro de medicamentos para levar para sua cidade, isso chegaria em uma região dessa forma.

No caso dos Correios, seria a mesma coisa: em vez de ter um contrato só com uma transportadora nacional, far-se-ia uma parceria com diversos operadores agregando essa carga de correio a esses voos para baratear o custo do assento. Cria-se a demanda e viabiliza-se a redução.

Eu vou votar a matéria e acho que V. Ex^a tem mais experiência do que eu. Essa é uma área em que estou voando no assunto. Mas acho que é importante termos a capacidade de raciocinar como podemos contribuir com essa questão do barateamento do custo e, claro, para aumentar a cobertura no País. Em uma País continental como o nosso, Vicentinho, nós não temos cobertura regional. Na Bahia, em Tocantins, em Mato Grosso, nos Estados do Norte imensos, essa é uma questão crucial, vital.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós precisamos voar com o quórum.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Vou encerrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está encerrada a discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, eu quero vista ao processo, nobre Senador Garibaldi.

Sou Presidente da...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já foi concedida vista coletiva, segundo os universitários.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sou Presidente da comissão da medida provisória exatamente sobre essa questão tarifária aeroportuária, que acabaram de nos mandar. Nós vamos fazer uma série de debates sobre essa questão exatamente para não sermos atropelados. A posição que foi mandada para nós, para relatar-mos essa medida provisória na semana passada. Eu gostaria de pedir vista desse processo para podermos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas já foi concedida vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já foi concedida vista?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vista coletiva.

V. Ex^a hoje esgotou...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, o processo é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A sua capacidade de pedir vista está esgotada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Até porque o último processo é pedir vista, de novo, no próximo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, tudo bem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Presidente, já que foi concedida vista, eu quero concordar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não foi concedido.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Não foi, não?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É porque já foi de outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi concedida antes.

Está encerrada a discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu fiquei com uma dúvida aqui, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, eu estava com a palavra. Eu gostaria de manter minha palavra aqui, nobre Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar. Depois, eu tiro a dúvida com o Relator, com o universitário aqui ao meu lado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, eu quero elogiar V. Ex^a pela maneira sempre elegante de conduzir os trabalhos e elogiar o Senador Vicentinho. Tenho certeza de que ele, por ser um patriota, não tem nada que venha a ser contraditório à medida provisória. O meu objetivo só era fazer a coisa redonda. Não há problema. Sou favorável ao projeto. Vou votar com o projeto. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos proceder à votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só para auxiliar aqui, na emenda do nosso Relator. Ele propõe a isonomia, e eu sou a favor. Eu só perguntei a ele se a isonomia é pela maior ou pela menor tarifa, porque depende de qual tarifa do aeroporto vai servir de parâmetro. Então, era interessante que ele já fizesse aqui uma correção de redação e definisse que a isonomia teria que ser pela menor tarifa.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone.*) – Como já pediu vista, ele traz na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, o pedido de vista não foi concedido. Vamos votar.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone.*) – Ah, já tinha sido concedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já foi concedido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pode colocar para corrigir a redação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Emenda de Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só para corrigir a redação, porque se se cobrar a isonomia pela maior tarifa...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – A preocupação é válida. É sempre, com certeza, pela menor tarifa. Está inserido, Presidente, nas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone.*) – Voto com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Voto com o Relator, ressaltando a questão da importante emenda de redação colocada pelo nosso querido Flexa. E nós, juntos, vamos discutir, na medida provisória, alguns ajustes. Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator, com a emenda pela menor tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Vicentinho Alves, claro, é o Relator. O projeto foi aprovado com 12 votos favoráveis.

Consulto as Srs e os Srs. Senadores se podemos votar as emendas apresentadas: a Emenda nº 1, da CAE; a subemenda apresentada pelo Relator; bem como a última emenda apresentada pelo Relator. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, há um requerimento de autoria do Senador Raupp e também meu. Eu gostaria de ver a possibilidade de colocá-lo em apreciação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu e o Senador Blairo Maggi estamos aqui também assinando esse requerimento. Combinamos com o Senador Wellington Fagundes para fazermos essa expedi-

ção com audiência pública em Vilhena, Juína, depois um ato público em Castanheira, em Juruena, Cotriguaçu e uma outra audiência pública na cidade de Colniza.

Então, reforço também esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O requerimento requer a realização de diligências nos Municípios de Vilhena, em Rondônia, e de Colniza, em Mato Grosso, para tratar de questões atreladas à BR 174.

A autoria é do Senador Wellington Fagundes, Senador Valdir Raupp...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – E Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E o Senador Blairo Maggi.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de diligências nos Municípios de Vilhena, em Rondônia, e de Colniza, em Mato Grosso, para tratar de questões atreladas à BR 174.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros

Em discussão o requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Essa estrada, Sr. Presidente, é fundamental para a integração ainda maior do Estado de Mato Grosso com o Estado de Rondônia e, claro, da Amazônia como um todo.

Essa estrada já tem um trecho de Juína a Vilhena, onde foi feita a recuperação. Do lado de Rondônia, já está toda ela asfaltada. Mas é uma estrada que faz uma ligação muito importante, inclusive, em relação ao abastecimento de petróleo daquela região.

Agora, de Juína a Colniza é uma nova fronteira agrícola que está começando a abrir; na pecuária, tem um rebanho muito grande e também tem reservas minerais, inclusive, com projetos do grupo Votorantim. Enfim, é uma região que tem um potencial muito grande e o Estado de Mato Grosso, a nossa bancada, no ano passado... Aliás, essa obra começou no governo passado, quando foi federalizado esse trecho pela atual Presidente Dilma, a pedido do Governador Silval à época e de todos nós da bancada. Foi um feito muito importante para Mato Grosso e a bancada já colocou os recursos no Orçamento.

A emenda impositiva deste ano foi exatamente para essa estrada. Hoje, já foi reconstruída a ponte – essa região esteve isolada por alguns meses. Então, por isso, é importante essa nossa visita até para levar esperança àquela população, no sentido de que possamos garantir uma estrada com eficiência, asfaltada, enfim, promovendo o desenvolvimento e a integração daquela região.

Por isso, muito próprio esse requerimento, ainda somado com o Senador Valdir Raupp e Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Blairo, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Associado às palavras do Senador Wellington Fagundes e também do Valdir Raupp, nessa viagem nós devemos passar por Vilhena, Juína, Castanheira, que fica no trajeto, Juruena, Cotriguaçu e também Colniza.

Então, vamos organizar essa nossa viagem, que será de carro, e vamos informar aos Prefeitos e às Câmaras de Vereadores, para que, em cada uma delas, tenhamos um tempo de parada para conversar com eles e também informá-los do projeto que estamos estudando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Só para complementar, na mesma linha desse requerimento e dessa expedição que vamos fazer em Vilhena, Juína, Juruena, Cotriguaçu e Colniza, nós realizamos no ano passado na 319. Eu, o Senador Acir Gurgacz, vários outros Parlamentares e o Diretor-Geral do DNIT.

Então, vamos convidar também o Diretor-Geral do DNIT e outras autoridades do Ministério dos Transportes que queiram participar dessa expedição.

Na 319 funcionou. V. Ex^a se lembra dos embates que tínhamos aqui nesta Comissão, trazendo aqui o Diretor-Geral do DNIT, a Presidente Nacional do Ibama, a Marilene. E, ontem, foi publicada a licença ambiental para a restauração da 319.

Quero parabenizar V. Ex^a, como Presidente, e os membros desta Comissão, porque isso tem funcionado. Infelizmente, no Brasil, às vezes, as coisas para funcionar têm de ser assim, tem que ser apertando, acochando mesmo como estamos fazendo aqui na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sras e os Srs Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 2 da pauta, por solicitação do Senador Romero Jucá, está sendo retirado de pauta, neste momento. (É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015

- Não terminativo -

Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 - Não foram oferecidas emendas ao projeto.

2 - A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa.)

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior e da presente reunião desta Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Convoco nossa próxima reunião a realizar-se, no dia 13 de abril de 2016, quarta-feira, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia nove de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Simone Tebet, Ricardo Ferraço, Dalírio Beber, José Medeiros, Wellington Fagundes, Walter Pinheiro, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Jader Barbalho, João Alberto Souza, Ricardo Franco, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 2ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, de 2016. “Requeiro, em aditamento ao Requerimento CDR nº 04 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, de 1998 para instruir o PLC nº 102, de 2015, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro, para dispor sobre a constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, a inclusão do nome do seguinte convidado: - Alexandre de Lima Chumbinho, Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional”. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado, subscreve o Requerimento a Senador Dário Berger. Às dez horas e dezesseis minutos o Senador Davi Alcolumbre passa a Presidência ao Senador Dário Berger. ITEM 02 - OFÍCIO “S” Nº 80, de 2015 - Não Terminativo – “Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao Exercício de 2014”. Autoria: Banco da Amazônia. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado. Às dez horas e vinte um minutos o Senador Dário Berger restitui a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo – “Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – “Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores Dário Berger e Simone Tebet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas. Alguns comunicados.

Comunico a todos que, na próxima quarta-feira, 16 de março de 2016, das 9h30 às 13h, no auditório do Interlegis, a Comissão de Desenvolvimento Regional estará realizando o seminário Welcome Chinese.

Esse evento conta com o apoio da empresa TC Brasil, com a Welcome Chinese e a China Tourism Academy, para trazer ao Brasil o programa de certificação Welcome Chinese.

O programa visa a certificar hotéis, pontos turísticos, restaurantes, aeroportos, museus, *shoppings* e outros, para receber turistas chineses, hoje contabilizados em aproximadamente 300 milhões de pessoas.

A certificação tem o objetivo de adequar os serviços dedicados aos chineses e destina-se a todas as empresas e instituições focadas no setor de turismo que almejam atraí-los.

Uma das vertentes do programa passa pela formação dos trabalhadores brasileiros da área do turismo, para atender adequadamente às exigências do público chinês.

Contaremos com a presença do Sr. Li Jinzhang, Embaixador da República Popular da China no Brasil; do Professor Dai Bin, Presidente da China Tourism Academy; do Sr. Jacopo Sertoli, Presidente da Welcome Chinese; e de mais três pesquisadores da China Tourism Academy.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de algumas proposições.

Item 1 da pauta, Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 5, de autoria do Senador Hélio José, subscrito pelo Senador Dário Berger.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento CDR nº 04 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, de 1998 para instruir o PLC nº 102, de 2015, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro, para dispor sobre a constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, a inclusão do nome do seguinte convidado:

- Alexandre de Lima Chumbinho, Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Autoria: Senador Hélio José

Observações: RDR 05/2016

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger, para fazer a defesa do requerimento subscrito por V. Ex^a.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Sr. Presidente, na verdade, é um requerimento em aditamento ao Requerimento nº 4, de 2016, que solicita a inúmeros senhores e senhoras a vinda a esta Comissão, para realização de audiência pública.

E o Senador Hélio José apresenta um requerimento em aditamento, que subscrevo. Gostaria de submetê-lo à apreciação e à aprovação de V. Ex^a.

Os termos do requerimento são os seguintes:

Requerimento nº 05, de 2016, da CDR.

“Requeiro, em aditamento ao Requerimento CDR nº 04, de 2016 [...]”.

De autoria do Senador Hélio José, no requerimento, S. Ex^a solicita a realização de audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de 1998, para instruir o PLC nº 102, de 2015, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro, para dispor sobre a constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

E ele sugere a inclusão, então, do convidado Alexandre de Lima Chumbinho, Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Subscreve o Senador Hélio José, e eu o subscrevo também, submetendo-o à deliberação desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o requerimento de aditamento proposto pelo Senador Hélio José e referendado pelo Senador Dário Berger.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

A reunião de audiência pública da qual tratou esse Requerimento nº 4 de 2016, da CDR será realizada no dia 27 de abril de 2016, às 9h, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Considerando que sou Relator da próxima matéria, solicito que o Senador Dário Berger assuma a presidência para que eu possa fazer o encaminhamento do próximo item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, vamos à deliberação, então, do item 2.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 80, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, §4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao Exercício de 2014.

Autoria: Banco da Amazônia

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Concedo a palavra ao ilustre Senador Davi Alcolumbre para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na verdade, nós já encaminhamos, na segunda-feira da semana passada, o nosso voto. Isto aqui é uma questão de praxe feita pelo órgão, o Fundo Constitucional do Norte (FNO).

O Ofício nº 199 de 2015-CN, na origem, do Banco da Amazônia (Basa), encaminhou, em mídia eletrônica, para o Congresso Nacional, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), relativo a 2014.

Eu já publiquei, já encaminhei meu voto na semana passada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Trata-se de uma questão regimental a apresentação deste relatório para a Comissão, e ele já está publicado no *site* do Senado Federal. É apenas uma questão técnica e, para encaminharmos para o arquivamento este relatório, eu gostaria de passar direto ao voto, já que foi dado amplo conhecimento dele.

Talvez o dado mais relevante entre as centenas de páginas deste relatório seja o impacto das operações do FNO nas contas públicas. No exercício de 2014, o Banco da Amazônia aplicou, através dos recursos do FNO, o valor de R\$5.356,9 milhões, ou seja R\$5,3 bilhões. Tais investimentos, através de seus efeitos multiplicadores sobre a renda, provocarão um aumento estimado de R\$6,469 bilhões nos tributos oriundos da implementação dos projetos financiados. Ou seja, o impacto tributário das aplicações do Fundo já seria positivo em R\$1,111 bilhão, antes de os empréstimos serem pagos.

Diante de tais números, reitero os termos do Tribunal de Contas da União e de outros órgãos constantes do relatório sobre a necessidade de apoiar as ações do FNO, sobretudo no Estado do Amapá, que, entre todos, vem sendo o menos contemplado.

Tendo em conta o exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao exercício de 2014, voto pelo arquivamento do Ofício “S” nº 80, de 2015.

Sala das Comissões, Senador Davi Alcolumbre, Relator e Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, o voto do Senador Davi Alcolumbre é pelo arquivamento da matéria, mas eu quero apenas mencionar que o FNO tem direito a uma parcela correspondente a 20% do valor destinado para aplicação pelos fundos constitucionais de financiamento. Os recursos do FNO são oriundos de 6% do produto de arrecadação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, como também do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI.

O fundo, como já relatou o eminente Senador Davi, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, tendo como gestor o Banco da Amazônia, mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos.

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas para o exercício. O Relator da matéria fez apenas uma crítica ao FNO, que diz respeito à distribuição desigual dos recursos entre os Estados da região, entendendo que o Amapá recebeu menos do que merecia. Eu queria fazer esse registro porque V. Ex^a é um dos grandes defensores do seu Estado. Por isso, eu queria fazer esse registro.

Atendidas, então, as demandas, o relatório foi pelo arquivamento da matéria.

Submeto, então, este relatório à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pelo arquivamento da matéria. Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo, então, a presidência ao prezado amigo e ilustre Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu gostaria de fazer uma referência aos itens 3 e 4 e gostaria de ouvir os Srs. Senadores presentes.

Infelizmente, não poderemos continuar a votação, haja vista que tanto o item 3, que é o Projeto de Lei do Senado Federal nº 331, de 2015, quanto o item 4, que é o Projeto de Lei do Senado Federal nº 161, são terminativos. Portanto, precisaríamos do quórum de nove Senadores para que pudéssemos fazer a chamada nominal, realizar a votação e submetê-los à apreciação do Plenário.

Então, consulto a Senadora Simone Tebet e o Senador Dário Berger se desejam se utilizar do expediente para fazer alguma ponderação, porque, no caso concreto, não poderemos iniciar nem o item 3 nem o item 4 – portanto, encerraríamos a reunião da Comissão.

Se V. Ex^a tem alguma manifestação para fazer em torno de outro tema que diga respeito à nossa Comissão, e o Senador Dário Berger também, pode fazê-la. Não poderei dar continuidade à reunião da Comissão, haja vista que não temos o quórum determinado pelo Regimento para votar os dois itens da pauta.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Davi, o projeto do item 2, Projeto de Lei do Senado Federal nº 331, da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, requer, claro, votação nominal, porque é terminativo. Pergunto à assessoria se já houve pedido de vista. Provavelmente os Senadores pedirão vista. Eu gostaria de já pedir vista – pode, inclusive, ser uma vista coletiva –, para que nós possamos agilizar esse projeto, que é da mais alta relevância e importância. Assim, na semana que vem, já poderemos votar o projeto aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone, regimentalmente, o pedido de vista é após a leitura do relatório. Estamos sem a presença do Relator e sem o quórum para deliberarmos a matéria. Fica esse esclarecimento regimental: não posso conceder isso a V. Exª, porque, regimentalmente, só a partir da leitura do relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário, deseja fazer alguma ponderação?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só para concordar com V. Exª.

Uma vez que os autores não se encontram presentes, não acho prudente que a gente delibere sobre essas questões dos itens 2 e 3.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Na verdade, Senador Dário, são os Itens 3 e 4, porque houve esse requerimento de aditamento que V. Exª subscreveu.

Nesse sentido, gostaria de agradecer a presença dos Senadores e das Senadoras.

Inviabilizados regimentalmente de votarmos os outros itens da pauta, ficam automaticamente adiados para a próxima reunião da Comissão. E, nesse sentido, solicito à Secretaria da Comissão que faça um ofício aos Srs. Senadores membros desta Comissão para que possamos, na próxima reunião, com a presença do quórum qualificado, deliberar sobre essa matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Walter Pinheiro, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho e Douglas Cintra; dos senadores não são membros da Comissão Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin; da Deputada Federal Conceição Sampaio; do Vereador do município de Macapá/AP Diego Duarte. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Ricardo Franco, José Medeiros e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 01/2016-CDR, com a finalidade de debater a implementação da Zona Franca Verde. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sra. Rebecca Martins Garcia, Superintendente da Zona Franca de Manaus – Suframa e Sr. Rogério Martins Campos, Diretor-presidente da Fundação Estadual de Meio-ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Gladson Cameli, João Capiberibe, Davi Alcolumbre e Vanessa Grazziotin. O Presidente registra a presença dos representantes do governo do Estado de Rondônia – Dr. Alexandre Cardoso da Fonseca, Procurador do Estado de Rondônia e Dra. Elizete Lionel, Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília. Em seguida, o Presidente lê o “manifesto pelo descontigenciamento dos recursos da Suframa”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como ainda não temos número para deliberação sobre a ata, deixamos para assim que ocorrer.

Tenho enorme prazer de iniciar esta reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional no exercício da Presidência temporária até que o titular, Senador Davi Alcolumbre, aqui chegue.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação das Zonas Francas Verdes, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2016, de minha autoria, subscrito também pela Senadora Lídice da Mata.

É com enorme prazer e satisfação que convido a Drª Rebecca Martins Garcia, Superintendente da Zona Franca de Manaus e das demais Zonas Francas da Amazônia, para compor a Mesa.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência, para esta audiência pública, adotará as seguintes normas:

Inicialmente, Drª Rebecca, o protocolo estabelece 15 minutos para a sua exposição, mas quero deixá-la à vontade para utilizar o tempo que achar por bem para a sua exposição, de suma importância para esta Comissão. Em seguida, abriremos para interpelação por parte dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras. A palavra será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes terão três minutos, assegurado igual prazo para resposta.

Quero acrescentar que esta audiência pública pode ser acessada e assistida pelo portal e-Cidadania, do Senado Federal, no endereço www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado, por onde podem ser feitos questionamentos endereçados à nossa expositora de hoje, Drª Rebecca Garcia. O número do Alô Senado é 0800-612211. Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Drª Rebecca, fique à vontade. Os microfones da Comissão de Desenvolvimento Regional são seus para a sua exposição, no prazo que V. Exª achar conveniente.

A SRª REBECCA MARTINS GARCIA – Gostaria de cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, Presidente desta Mesa, cumprimentar todos os senhores e as senhoras aqui presentes, representantes de Estados, e agradecer a iniciativa e a oportunidade de, mais uma vez, a Suframa estar expondo esse novo programa, esse

novo projeto, esse novo momento das zonas francas, como o Sr. Senador tem defendido. É uma oportunidade estar aqui, explicando, tirando todas as dúvidas que ainda permeiam as nossas cabeças. É algo que é muito novo, até mesmo para a equipe da Suframa, que trabalhou na sua construção, mas que teve, com a participação de todos os Estados – e isso nós gostamos muito de frisar, porque entendemos que é algo que tem sido construído para a Amazônia ocidental e o Amapá. Por isso a necessidade da participação e de lembrarmos que foi a participação de todos que construiu a Zona Franca Verde.

Nesse primeiro eslaide nós estamos mostrando onde se encontra a Suframa, nas nossas áreas de livre comércio e em Manaus, que se encontram na Amazônia ocidental. No Amapá, em Macapá e em Santana. Na Amazônia ocidental, Bonfim, Boa Vista, em Roraima. No Amazonas, Tabatinga. Em Rondônia, Guajará-Mirim, e no Acre, Rio Branco, Brasileia e Eitaciolândia.

Então, a gente pode passar para a próxima.

Aqui o que é a Zona Franca Verde, a industrialização, na verdade, nas áreas de livre comércio com isenção de IPI. O Decreto que trouxe o Zona Franca Verde, que tornou possível o Zona Franca Verde, fala que todos os produtos industrializados nas nossas áreas de livre comércio que atendam a alguns critérios – de que vamos falar logo mais – podem receber um futuro selo Zona Franca Verde, se assim conseguirmos criar um selo.

Essa é uma intenção, assim como existe aquele selo dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus, a intenção é que haja um selo dos produtos produzidos na Zona Franca Verde e, em qualquer lugar do mundo que você adquirir esse produto, você vai saber que ele foi produzido em uma área de livre comércio.

Aqui é o decreto de 18 de dezembro de 2015, que constituiu, pela primeira vez, a Zona Franca Verde, que foi assinado pela Presidente nessa data de 18 de dezembro e, a partir daí, o decreto estipulou um prazo à Suframa para que fosse constituído, no papel, o que seria a Zona Franca Verde. E esses critérios seriam aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa. E o Governo teria um prazo para aprová-lo até abril deste ano. E, em dois meses de antecedência, o prazo foi adiantado e entregamos a Zona Franca Verde para toda a Amazônia Ocidental mais Amapá – Macapá e Santana – com esse prazo de antecedência de dois meses de antecedência.

Aí é o Decreto nº 6.614, de 28 de outubro de 2008, das áreas de livre comércio, que todos nós já conhecemos.

Aqui é a prorrogação da Zona Franca de Manaus, porque foi muito importante, foi um primeiro passo para constituir bases sólidas para a construção da Zona Franca Verde. Então, a partir dessa prorrogação, que foi incluída também a própria alavancagem do processo de industrialização nas áreas de livre comércio, criou condições para avançarmos na pauta da Zona Franca Verde.

Aqui existem alguns critérios para viabilizar a industrialização nas áreas de livre comércio. E esses aspectos são os legais, econômicos e administrativos. São pontos importantes, tanto para a área administrativa, para a gestão desses Estados, mas também muito importante para os empresários desses Estados. Então, há uma intenção e nós já comunicamos, já enviamos um documento a todos os governadores, da intenção da Suframa de ir até os Estados. Já fizemos um primeiro contato com o Estado do Amapá, já estivemos no Amapá, a Suframa já esteve presente no Amapá levando um pouco do que seria ou do que é a Zona Franca Verde. E o Amapá, vale a pena ressaltar, é um Estado que tem saído à frente no processo, onde nós já temos projetos que foram apresentados, que já estão sendo avaliados para que seja recebida a isenção do IPI.

Vamos aos aspectos legais. Um dos pontos que foi trabalhado no aspecto legal foi a heterogenia dos prazos de vigência. O que acontecia até então? Cada área de livre comércio tinha um prazo de vigência diferente. Então, a Suframa se preocupou em dar um único prazo, e todos eles passaram a ficar prorrogados até 31 de dezembro de 2050, para que valesse da mesma maneira para toda a região.

Aqui o que precisa ser definido. E aí é aquele ponto, que eu havia dito no início, que são alguns pré-requisitos que o produto precisa contemplar para que seja considerado um produto Zona Franca Verde. O que se definiu pelo corpo técnico de economistas da Suframa é que precisaria se constituir uma preponderância na matéria-prima, como já dizia o decreto, mas não tinha a definição do que seria “preponderância da matéria-prima”. Então, a preponderância da matéria-prima atende a critérios absolutos, relativos ou de importância.

E aqui com este gráfico de *pizza* entende-se melhor quais são esses critérios e de que maneira são avaliados.

Primeiro, é o critério absoluto que considera volume, quantidade ou peso. É aquela matemática pura e simples, 50% mais um já é preponderante. Então, se tenho, num produto, 50% mais um de matéria-prima regional, ele já é um produto que pode receber a isenção do IPI.

Só que nós entendemos também que existe a matéria-prima relativa, a preponderância relativa. O que seria preponderância relativa? Aqueles pedaços da *pizza* que estão em verde claro e em verde escuro são matérias-primas regionais, um exemplo de um produto, sendo que são matérias-primas regionais diferentes. Eles, isoladamente, são menores do que algum outro tipo de matéria-prima que não é regional, que venha de outra

região, que venha do Pará, que venha de São Paulo, que venha de Minas, mas, somados os dois, são maiores do que todo o resto. Então, aí se enquadra na matéria-prima relativa e recebe também a isenção.

E o último ali é por importância. Na verdade, por mais que seja muito pequena a participação da matéria-prima, esse produto não teria a mesma eficácia ou mesmo resultado se não o tivesse. Um exemplo que é muito conhecido na nossa Região Amazônica é um remédio a base de copaíba, o andiroba. Você não precisa ter 50% do produto da copaíba, basta algumas gotas, que seria muito pouco na frente de todo o resto, mas, se você retira a andiroba ou a copaíba, você retira o efeito de anti-inflamatório. Então, deixa de ser um produto anti-inflamatório. Dessa maneira, esses produtos são classificados como matéria-prima regional de preponderância, de importância. A importância da matéria-prima supera todos os outros pontos de preponderância.

Esse é um aspecto que pode ser melhor discutido, melhor conversado. Os técnicos e os economistas da Suframa, as pessoas que desenvolveram essa metodologia, que a gente está tentando aqui transformar de forma rápida e literária, mas, para todos esses gráficos vistos, foram feitos inúmeros cálculos. A gente tem o processo matemático de como se chegou a esse entendimento. E isso pode ser facilmente explicado por um economista que desenvolveu a metodologia. Caso os governos queiram conhecer melhor o processo, queiram entender melhor, a Suframa está à disposição para, com calma, mostrar todo o processo de construção dessa preponderância.

Os aspectos econômicos são, na verdade, uma espécie de mapeamento dos Estados que a Suframa está fazendo dentro daquilo que já existe. Isso aqui é um exemplo de que já existe desenvolvimento, já existe uma indústria embrionária nessas regiões e de produtos que já podem se inscrever e receber o incentivo.

Aí a gente está passando mais rápido mostrando um pouco, em cada área de livre comércio, o que está sendo produzido. Essa área, por exemplo, é Tabatinga, no Amazonas. Eu vi passando Macapá e Santana. Eu vi passando também Guajará-Mirim. Então, são produtos que já estão acontecendo, são produtos que já são à base de matéria-prima. E com a entrada desse projeto na Zona Franca Verde, na Suframa, na sede da Suframa, essas empresas já poderiam receber esses incentivos, incentivos de IPI, porque já está em vigor.

Pode passar.

Agora os aspectos administrativos, que a gente vai explicar um pouco – se puder esperar um pouquinho – de como se faz o procedimento, o que o empresário deve fazer. E é muito importante a participação dos Estados, porque, na verdade, a Suframa tem os seus escritórios, mas a estrutura do Estado, para chegar a um empresariado, é muito maior, é muito mais forte. Nós precisamos do apoio dessa estrutura para que consigamos chegar ao maior número de empresários, para que o maior número de pessoas recebam esse benefício. Com certeza, recebendo esse benefício, vai sobrar mais dinheiro para poder reinvestir no negócio e gerar mais emprego ou gerar mais renda nas suas regiões.

Então aqui é a Zona Franca Verde. E aqui o que se coloca? O que foi colado até então? Que o produto precisa ser produzido nas áreas de livre comércio, mas os insumos podem vir de qualquer área da Amazônia Ocidental e do Amapá. Então, o açaí que, por exemplo, está sendo beneficiado, que está sendo produzido no Amapá – a Sambazon –, ele pode estar comprando o açaí no próprio Estado do Amapá, mas de uma área que não seja de livre comércio, como pode estar comprando do Amazonas, como pode estar comprando de Roraima, Rondônia.

(Soa a campanha.)

A SRª REBECCA MARTINS GARCIA – Então, a Amazônia Ocidental toda pode estar fornecendo, o que vai potencializar em muito o setor primário de toda região. A Suframa acredita fortemente que o setor primário de toda região será beneficiado.

Outro ponto que não coloquei aqui, mas é importante lembrar: essa matéria-prima pode ser de origem animal, vegetal e mineral. Estamos usando aqui alguns exemplos de vegetal, apareceram alguns exemplos animais, mas o mineral também pode ser incluído como matéria-prima regional.

Pode passar.

O insumo vai para a indústria. A indústria apresenta um projeto, atendendo aos critérios de preponderância – aquelas regras da preponderância que foram já explicadas – e o CAS aprova esse projeto, como já é feito com os produtos, com as indústrias, com os projetos da Zona Franca de Manaus. O Cais aprova esses projetos com uma diferença – e esta diferença precisamos aqui registrar: a importância da participação dos Estados. O Senador esteve presente e muito atuante. Então, aproveito a oportunidade para agradecer, em seu nome, a todos aqueles que participaram do processo. Foi por conta desse momento que conseguimos definir que não seria necessário um PPB para esses produtos, com uma única exceção, que nós vamos trabalhar lá na frente e explicar por que já fazia parte de exceção – que são aqueles produtos que não podem ser produzidos na Zona

Franca de Manaus. Para todo esse resto, de origem animal, vegetal e mineral, que já foi explicado, não se necessita de PPB; basta atender aos critérios de preponderância regional, da matéria-prima regional.

Aí há um exemplo de um produto.

E, aí, a exceção são os produtos de perfumaria por conta da 3303 e da 3307, que não nos permitem produzir esses produtos.

Esse produto todo tem essa isenção para o consumo interno ou para toda a venda no Território Nacional. Não se coloca aqui o caso de exportação, porque o IPI já é isento para os casos de exportação, mas pode vender também em todo o mundo.

Aqui é um pouco da lógica do entendimento de análise e acompanhamento de projeto com preponderância de matéria-prima regional. O empresário, a empresa faz apresentação na própria área de livre comércio, no escritório da Suframa; esse projeto segue para a CGPRI, que é a análise de projeto, que faz os projetos também da Zona Franca de Manaus.

Após aprovado o projeto, é encaminhado ao CAS, o Conselho de Administração da Suframa e, após aprovado no CAS, a empresa já está habilitada a trabalhar, a operar com esses incentivos e, aí, é só começar o início da produção. Há uma fiscalização só para entender se está tudo sendo feito de acordo com os critérios de preponderância.

O que nós realmente vislumbramos, e tenho certeza de que o que mais preocupa esta Casa, são os impactos socioeconômicos que podem vir a ser gerados nessas regiões. Há, assim, uma preocupação muito grande com o desenvolvimento dessas regiões. Eu estou, neste momento, como Superintendente da Suframa, mas tenho acompanhado o projeto, a Zona Franca como um todo, pela minha vida inteira e tenho certeza, sem medo de errar, que nunca em nenhum outro momento, a Suframa teve uma ferramenta assim tão palpável, capaz de induzir o desenvolvimento para o resto da Amazônia ocidental e Amapá. Sempre o desenvolvimento das Indústrias ficou muito concentrado na Zona Franca de Manaus.

É importante colocar que a característica dessas indústrias não compete em nada com a de Manaus. Então, Manaus não vai oferecer nenhum tipo de concorrência a essas indústrias. E essas indústrias não vão apresentar nenhum tipo de concorrência às indústrias de Manaus por conta do caráter regional e até mesmo por conta dos insumos. Os insumos necessários estão muito mais perto das áreas de livre comércio do que propriamente de Manaus para receber a isenção do IPI.

Pode passar, por favor.

Aqui é a descrição dos produtos de perfumaria, aqueles que não são contemplados pela Zona Franca de Manaus. Esses produtos não são contemplados e aqui há uma lógica de entendimento de projetos industriais que a gente acabou de explicar e coloca. Isso é uma coisa que diz bem mais respeito ao empresário, em que momento ele deve adquirir. Aqui a gente faz um quadro das empresas que hoje já estão habilitadas, estão funcionando e que já poderiam estar recebendo esses incentivos. Na verdade, para a Zona Franca Verde a gente está tratando de Ji-Paraná para baixo, essas 616 empresas de Manaus não são a base de matéria-prima regional e não estariam enquadradas nesses critérios.

Aqui há uma quantidade de inscrições habilitadas nos Municípios de área de livre comércio, essas são as indústrias que a Suframa, mesmo antes da criação da Zona Franca Verde já havia o acompanhamento da Suframa a essas indústrias, na verdade. No quadro os números estão meio pequenos e a apresentação vai ficar à disposição se alguém quiser olhar com mais cuidado esses números, conhecer melhor. A apresentação estará à disposição da Comissão para que a Comissão coloque à disposição daqueles que, porventura, queiram ter acesso aos seus números.

Pode passar, por favor.

Aqui são os principais incentivos. Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio, a isenção do Imposto de Importação, do IPI – consumo interno – obedecendo à legislação específica, a Zona Franca de Manaus, a redução do II e do IPI e alíquota diferenciada de PIS e Cofins e da Amazônia ocidental também a isenção do Imposto de Importação e do IPI.

Então, é importante também aproveitar que a apresentação saiu e colocar – porque isto não faz parte da apresentação – que, na verdade, existe um pacote de incentivos adicionados a esse da Zona Franca Verde, que, combinado com o da região, que é o da Sudam, que, combinado com o que cada governo estadual já propõe em cima do seu ICMS, torna verdadeiramente essas indústrias competitivas. É importante que essas empresas, é importante que os Estados tomem conhecimento desse pacote de incentivos, que, juntos, colocam a indústria de maneira competitiva com o resto do País. Assim, passa-se a produzir de maneira competitiva com o Sudeste, com o Nordeste, com o Sul, independentemente das dificuldades de logística que a nossa região nos proporciona, vamos colocar assim. É uma maneira de compensar essas dificuldades regionais que nós temos de logística, de comunicação, para que nos tornemos competitivos com o resto do País.

É importante conhecer o todo, é importante conhecer o que o Governo do Estado, do seu Estado, tem para propor; é importante conhecer os incentivos da Sudam também, que são importantes nesse pacote e que vão tornar essas empresas competitivas.

Consegue voltar? Acho que, na verdade, já está bem próximo do fim.

Outra coisa também que seria interessante colocarmos aqui é em relação – e como não faz parte da apresentação, eu não tenho exatamente a área – ao fato de que existem algumas áreas de livre comércio que, quando foram constituídas, foram constituídas num raio muito pequeno. Hoje, as suas indústrias ultrapassam esse raio. Então, para que essas indústrias que estão fora desse raio possam também ser beneficiadas com essa isenção, é preciso que haja uma readequação, Senador, das áreas dessas regiões. Acredito que o Amapá não é o caso. O Amapá, se não me engano, está contemplado.

D^{ra} Ana, nós temos aquela tabela com as áreas de que Municípios precisariam de uma adequação? Porque, nesse caso, o Congresso pode nos ajudar.

(Soa a campainha.)

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – É preciso que haja uma readequação.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Então, é Brasileira...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, Rebeca, só interrompendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Eu entrei com o PLS 61, de 2016, na Comissão de Assuntos Econômicos, justamente para aumentar a área, para que possa abranger maior número. A atual proposta é de 20km² das regiões de Brasileira, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul. Entrei com esse projeto justamente para ampliar. Há empresas, por exemplo, que já estão instaladas em Brasileira e que não entram nesses incentivos fiscais.

Então, quero dizer que já entrei com esse projeto de lei.

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Eu até lhe agradeço, porque é algo que não depende do Executivo; passa pelo Legislativo. Portanto, a participação dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados é de grande importância para essa adequação na legislação, para que um maior número de empresas possa se beneficiar com esses incentivos.

Aí é um plano diretor da Suframa e da Zona Franca Verde, que já está constituído, já será publicado de maneira virtual nesse primeiro momento, que trata exatamente do que propõem as áreas estratégicas da Suframa hoje, que englobam – e aí são os três pontos principais: Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Zona Franca Verde, com um foco muito centrado na exportação pautado no plano da cultura exportadora.

Nós entendemos e, pela própria questão cambial que hoje o País vive, o País se torna mais competitivo quando a gente vive este momento na questão cambial.

Então, um foco hoje da Suframa é a exportação, para que nós possamos vender os nossos produtos em qualquer lugar do mundo e criando para a nossa região alternativa que não seja o mercado consumidor interno brasileiro. Nós sabemos que crise econômica faz parte dos ciclos da economia do modelo democrático que nós vivemos, que é o modelo capitalista. A crise faz parte. A que estamos vivendo não é a primeira e, de certo, não será a última. O que nós precisamos é aproveitar esses momentos para nos adequarmos para que, em próximos momentos, nós venhamos a sentir menos.

Hoje, a Suframa sente um pouco. A Zona Franca, e aí eu falo especificamente da de Manaus, Senador, tem sentido mais porque ela foi criada para abastecer o mercado consumidor interno. Então, se os brasileiros estão consumindo menos, a indústria de Manaus vai estar vendendo menos, porque ela vende para os brasileiros. O que nós queremos fazer é adequar a de Manaus e já preparar a Zona Franca Verde para que não tenha esse problema.

E aí, eu penso que a Zona Franca Verde sai com um passo à frente, porque a Zona Franca Verde passa a ser competitiva naturalmente, independente de valor de produto, porque traz algo que só nós temos: a matéria-prima regional.

Na Zona Franca de Manaus, nós produzimos, por exemplo, ar-condicionado, mas a China também produz ar-condicionado. Agora, produzir o açaí da Sambazon com aquele açaí do Amapá só o Amapá vai poder produzir. Então, nós nos tornamos competitivos nesse momento em que a gente tem algo que só a gente tem. É chegado o momento de nós nos apossarmos, nos empoderarmos daquilo que é nosso, antes que venham outras economias e se apoderem, como foi feito no passado com a nossa borracha. E aí, nós perdemos a con-

dição de competitividade mundial porque outros países se apoderaram e, naquele momento, fizeram de maneira mais competente do que a nossa, que era feito de maneira extrativista.

Então, há hoje uma preocupação muito grande da Suframa, por parte do Governo Federal, nesse intuito de transformar os produtos daquela região em produtos que sejam vendáveis para o mundo inteiro.

Na última a página, o que foi dito a respeito da questão do selo, que nós gostaríamos de constituir esse selo, produzindo na Zona Franca Verde, por exemplo, de Macapá e Santana. E a gente colocou aí, usou o exemplo de Macapá e Santana porque foi a primeira indústria que se inscreveu.

Quando nós criamos a apresentação, nós tínhamos indústrias de Macapá e Santana apenas. Então, nós usamos como exemplo. O planejamento dos arranjos produtivos, a cadeia produtiva. Constituir e também já foi mencionada aqui, a questão que vai desde o setor primário, aquele fornecedor do insumo, até o momento em que nós estaremos vendendo esse produto para o mercado interno, para o mercado brasileiro e para o mercado exterior também.

E aí, o que foi dito também ainda há pouco, que é uniformização e equalizar a legislação das áreas de livre comércio, a fim de evitar distorções, que é o ponto que seria de fundamental apoio desta Casa para que nós atingíssemos o objetivo que realmente queremos.

Pode passar.

E aí, por fim, há essa cartilha da Zona Franca Verde, que também já está produzida e em breve será disponibilizada no *site* da Suframa de maneira virtual neste primeiro momento.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição dos senhores e senhoras.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Capiberibe. Queria agradecer...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Eu já pedi, Sr. Presidente, também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já, já. Perfeitamente. Pela ordem, Senador Gladson Cameli, Senador Davi Alcolumbre, Senador João Capiberibe.

Antes, queria destacar a presença da Deputada Conceição Sampaio, do Partido Progressista do Amazonas. Seja muito bem-vinda aqui a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo! Do Vereador Diego Duarte, da capital do meu Estado, Macapá. Seja muito bem-vindo! Fique à vontade, Vereador.

Queria, ao mesmo tempo, convidar para integrar a Mesa o Dr. Rogério Martins Campos, Diretor de Recursos Hídricos do Governo do Estado de Roraima, neste ato aqui representando a Srª Governadora Maria Suely Silva Campos, Governadora do Estado de Roraima.

Permita-me, Senador Gladson, aqui destacar somente a presença na íntegra da Bancada de Senadores do Amapá, que tem estado desde o início, Drª Rebecca sabe disso, comprometida com este belíssimo projeto da Zona Franca Verde.

Ele se recusou a fazer isso, mas não sei continuar no exercício de uma função quando o titular está presente.

Então, Senador Davi, por favor, eu lhe convido para assumir a sua função aqui.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de dizer, Senador Randolfe, de dizer que V. Exª está representando muito bem esta Comissão no papel de Presidente. Queria pedir que V. Exª pudesse conduzir, se fosse possível, até o final da audiência, inclusive pela importância do requerimento apresentado por V. Exª, aprovado por todos os membros desta Comissão.

Então, como forma de prestígio a V. Exª como um grande Senador e como um grande Líder do Amapá e como autor do requerimento, queria solicitar a V. Exª que presidisse a reunião até o final.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O pedido de V. Exª será ordem.

Antes de passar para os nossos colegas Senadores, na ordem de inscrição Senadores Gladson, Senador Davi e Senador Capiberibe, queria facultar a palavra ao Dr. Rogério para fazer a saudação a esta reunião em nome do Estado de Roraima.

O SR. ROGÉRIO MARTINS CAMPOS – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer primeiramente aos Senadores e Deputados e explicar a ausência da nossa Governadora. Ela estava em Brasília até hoje pela manhã, mas teve que retornar ao Estado de Roraima e me pediu que viesse representá-la aqui.

A relevância desse tema para nossa região, em particular o Estado de Roraima, fez com que a própria Governadora quisesse participar deste momento aqui. Sabemos da complexidade existente na Região Ama-

zônica, em particular o Estado de Roraima, em relação à logística, acesso, mercado, energia, e todo tipo de dificuldade que temos.

Então, essa discussão tem trazido, tem alavancado o setor produtivo dentro da Região Amazônica, em particular no Estado de Roraima e é muito importante. Hoje nós temos uma energia elétrica que não é interligada com o restante do País. Estamos tendo, de vez em quando, apagões, dentro da Região Amazônica, porque mais de 200 megas é termoelétrica, consumindo diesel. Temos dificuldade de acesso. O acesso Manaus por terra a Boa Vista, a Roraima, só é feito até às 18h, porque passa em uma terra indígena Waimiri Atroari, que fecha as porteirolas e ficamos sitiados das 18h às 6h da manhã do dia seguinte. Então, são algumas dificuldades para o desenvolvimento do Estado de Roraima.

Essa oportunidade que temos através dessa lei, desses decretos, faz com que possamos desenvolver nosso Estado dentro das próprias comunidades.

Hoje, para os senhores terem uma ideia, o nosso Estado tem mais de 65% de área protegida, são terras indígenas, são unidades de conservação. Para aumentar esses números, a área produtiva no Estado de Roraima não passa de 10% de área útil.

Então, como estamos falando em produzir, em gerar renda na Região Amazônica se não temos nem área para fazer isso?! Então, precisamos realmente buscar mecanismos para que as áreas protegidas, para que as áreas de terras indígenas, unidades de conservação, as reservas legais possam ser inseridas no setor produtivo.

Aí está um bom exemplo disso: utilizar as reservas legais, utilizar as unidades de conservação, que perpassam, como eu disse, mais de 60% da nossa área, para que a gente possa gerar renda para aquele cidadão, para aquela comunidade que está na ponta. Essa é a preocupação da Governadora, é a preocupação do Estado de Roraima, de todo o Governo, de todas as secretarias envolvidas no setor produtivo. A gente tem buscado parcerias no setor privado para alavancar o setor produtivo, para que a gente possa, realmente, dar condições de o homem do campo ter as suas benfeitorias, as suas necessidades sanadas.

Outra região para a qual chamo a atenção é o baixo Rio Branco, que é a região que perpassa a divisa com o Amazonas. Nós temos uma região muito rica de bens naturais, de pouco acesso, onde há muitas comunidades. Essa região é propícia, sim, para todos esses incentivos que a doutora ressaltou aqui. Então, Roraima está de portas abertas, a gente vai procurá-los, a gente vai buscar todos esses mecanismos necessários para que o Estado de Roraima possa ser inserido na contextualização da necessidade de, além de alavancar o setor produtivo, incentivar novos empreendimentos, novas comunidades, para que eles possam... Na semana passada, inauguramos o Centro de Difusão Tecnológica do Mel. Ou seja, todo o setor produtivo do mel, hoje, tem um centro de difusão de tecnologia, além da industrialização. Parte dessa industrialização é por cooperativas, parte é por pequenos produtores que estão recolhendo esse produto e vendendo para essas cooperativas para que eles possam agregar valor. Nós temos, além do CDT da apicultura, temos mais três CDTs que serão implementados, na fruticultura, na piscicultura e no laticínio, tudo voltado para a agricultura familiar.

Outro ponto importante que resalto no Estado de Roraima, da importância desse entendimento com a própria Suframa, é a necessidade de trazer indústrias para agregar valor nesse produto. Então, como a senhora falou, é muito fácil produzir e exportar. Nós temos um corredor de exportação muito bom em Roraima. Nós temos, ao norte, na Venezuela, e, ao leste, nós temos a Guiana. Estamos próximos, inclusive, de alguns portos para a Europa, para os Estados Unidos. Nós estamos muito mais próximos dos Estados Unidos do que o restante da região do País. Todo esse rearranjo de logística, de tecnologia, de incentivo para o Estado de Roraima, com certeza, é muito bem-vindo devido a todas as considerações e as condições que perpassam o Estado de Roraima.

Mais uma vez, a gente fica à disposição para dar mais alguma explicação do Estado de Roraima, da necessidade do incentivo, da necessidade de o povo daqui de baixo olhar para o povo de cima, como eu sempre falo, porque às vezes a gente participa de alguns eventos aqui no centro-sul do País, e eles se esquecem da gente. Eu tive uma reunião, Senador, permita-me, falando de meio ambiente. A política de proteção ambiental do Governo Federal é proteger a Amazônia. Mas como é que a gente vai proteger a Amazônia se o amazônida, se o ribeirinho, se a comunidade não tem o que comer? Como é que a gente vai salvar a Amazônia se a gente não tem nem condições de dar o pão de cada dia a um ribeirinho? Meus amigos, sou de um órgão ambiental; e todos os dias, temos nos deparado com situações desse tipo. Como é que a gente vai trabalhar na proteção da política ambiental do País sem olhar para o povo do Amazonas?

Então, esse é o contexto que queria participar, a preocupação da Governadora, a preocupação do Governo do Estado de Roraima, para que a gente possa, realmente, fazer uma política de desenvolvimento sustentável, aquele tripé de sustentabilidade, o econômico, o social e o ambiental. Aí sim, a gente pode trabalhar na política voltada para o meio ambiente com sustentabilidade, para que aquele cidadão que está lá na ponta, que vê um açaí, que vê uma madeira, não precise derrubar, porque ele tem o que comer, para ele e para os seus filhos.

Então, mais uma vez, agradeço, em nome da Governadora. A gente fica à disposição aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço ao Sr. Rogério.

Senador Gladson, iniciamos com V. Ex^a. Fique à vontade.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Presidente, Senador Randolfe; minha amiga Rebecca Garcia, Superintendente da Suframa; Dr. Rogério Martins Campos, representando o Governo de Roraima; Srs. Senadores; realmente, o Amapá está de parabéns, a Bancada no Senado está em peso aqui.

Deve ser porque o meu Estado está muito desenvolvido, muito industrializado, que só estou eu aqui. O Governador de lá não precisa desses incentivos. Está tudo uma beleza, uma maravilha! (*Risos.*)

Não estou falando isso como politicagem, estou falando isso para ajudar, querendo parabenizá-lo, Randolfe. Eu estive com a Rebecca, na Superintendência da Suframa, em Manaus, justamente porque esse projeto é imenso. O Dr. Rogério falou uma frase com a qual concordo em gênero, número e grau. Quando se fala de Amazônia, fala-se de preservação, mas estão se esquecendo dos praticamente 30 milhões de amazônidas que residem lá. Quando se fala da Amazônia, como um todo, fala-se de preservação, fala-se de preservar o meio ambiente. As pessoas são assim, Capiberibe. Você conhece Cruzeiro do Sul, você já esteve lá. As pessoas não têm mais o que comer, não têm como trabalhar, não têm incentivos fiscais para gerar emprego, para trazer empresas que realmente possam investir. O que está acontecendo? A máquina pública está ficando inchada, os Estados não têm mais como se manter. Eu tenho uma preocupação muito grande! Tenho dito isso aqui.

Eu entrei com esse PLS aqui no Senado Federal. Estive com o Ministro Monteiro, que foi muito claro, nós tínhamos de fazer uma articulação política aqui muito grande, Randolfe, para que, realmente, a gente possa colocar, na prática, a Zona Franca Verde. Eu não tenho dúvidas... Eu não estou preocupado se o Governador do meu Estado é do Partido dos Trabalhadores e nós somos de oposição. Eu não estou olhando para isso, até porque eu sou Senador de todos e quero poder ajudar, poder contribuir, porque tenho pensado no Acre de amanhã, na Região Norte de amanhã.

Quero, mais uma vez, tranquilizar o Sul e o Sudeste. A Zona Franca Verde não vai tirar empregos deles de forma nenhuma, ela vai dar incentivos para que a gente possa, realmente, valorizar o que podemos construir e explorar no mercado interno da nossa região.

É isso. Quero poder, Randolfe, de todas as formas, com todos os Senadores... O Senador Petecão não está aqui porque está na CCJ. Mas a ideia é que façamos uma unidade política. Tenho defendido, Randolfe, que precisamos fortalecer a bancada da Região Norte de uma vez por todas, senão vamos ficar sempre na mesmice: o Sul e o Sudeste comandando o País e nós aqui de braços cruzados. Não que eles não tenham direito, mas eles já têm direitos demais. Nós temos de olhar para a parte de cima do nosso País.

Para vocês terem uma ideia, eu também fui relator na Câmara dos Deputados, ainda como Deputado Federal, da ZPE (Zona de Processamento de Exportação). Nós temos lá uma estrada do Pacífico brilhante, que tem todas as condições de dar uma aquecida na economia. Hoje mesmo fui informado, na Comissão de Infraestrutura, pela Presidente do Ibama – viu, Conceição Sampaio? – que, na semana que vem, sai a licença da BR-319, outro grande avanço. Outra coisa que também não entendo, fugindo um pouco do assunto. Uma BR que já foi construída, Randolfe. Agora, criaram um problema, acho que enterraram algo lá, porque não pode sair essa BR, porque dizem que causa impacto ambiental. Em que uma BR vai causar impacto ambiental? Vão deixar de sair da Argentina de carro com direito de ir ao Caribe por causa de 400km? O que é isso para o nosso País, 400 quilômetros de rodovia? Não é nada. Temos as mesmas condições de sair da Argentina, por exemplo, e ir até o Pacífico através da Estrada Interoceânica do Pacífico, que passa pelo meu Estado do Acre.

Então, isto era o que eu queria dizer. Contem comigo, estou à disposição para que a gente possa, cada vez mais, olhar o Brasil do amanhã, preparar o Brasil para o amanhã, preparar os nossos Estados para o amanhã, porque os nossos filhos estão aí, as famílias precisam de emprego. Eu parto de um princípio: se gerar emprego, gera-se renda. Se se gera renda, aquece-se o mercado interno.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Muito bem, Senador Gladson. Quero cumprimentá-lo por sua atenção.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Eu vou ter que me retirar, porque, às 11h, haverá uma reunião interna do nosso partido, sobre essa questão política que nós estamos vivendo no nosso País. Essa simples questão. E eu faço um apelo, de uma vez por todas: essa questão, essa guerra política tem que acabar, porque só tem um prejudicado com isso, que é a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Muito bem, Senador Gladson.

Senador João Capiberibe, por gentileza. Fique à vontade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues. Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão também, o Senador Davi Alcolumbre, e a Senadora Lídice da Mata, líder do nosso bloco, grande representante da Bahia e que também precisa desse modelo que nós estamos trabalhando aqui, de desenvolvimento sustentável, porque a Bahia já foi muito destruída pela voracidade desse capital que suga as nossas riquezas naturais em troca de mais pobreza e exclusão.

Eu diria, Dr^a Rebecca, Dr. Rogério, Presidente Randolfe, que não há nenhuma incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. A grande incompatibilidade é preservar mergulhado na pobreza social. Isso é complicado, mas para desenvolver uma região como a Amazônia, equacionar, digamos, e distribuir essa riqueza é preciso de política.

Nós estamos discutindo, de uma forma isolada aqui, uma lei que teve um longo período de gestação. Mesmo depois de aprovada, foi necessário passar seis anos para que fosse regulamentada.

Eu digo isso para constatar, e eu acho que todos nós constatamos, que nós estamos sem política para a Amazônia há décadas. Os últimos governos, o governo do Presidente Lula e o Governo da Presidente Dilma, foram governos de costas para a Amazônia, não formularam políticas para a Amazônia. Essa conquista da aprovação de uma lei que isenta de IPI é uma conquista parlamentar. Primeiro, a aprovação aqui, no Congresso, com uma posição contrária do Governo; depois, a pressão para poder regulamentar e colocar em prática.

É um passo importante, mas ele, isolado, é meio passo. É preciso se integrar dentro de uma política maior para a Amazônia, a política que pudesse combinar, quem sabe, o desenvolvimento da economia com a preservação ambiental e com a equidade social para atender a essa demanda dos 30 milhões de amazônidas que ali vivem.

Então, nós precisamos de uma política de Governo, a começar pela pesquisa. Nós precisamos saber exatamente quais são os nossos potenciais para o desenvolvimento econômico.

Eu estou falando isso porque nós vivemos uma experiência de desenvolvimento associado à preservação no Amapá a partir de 1995. E exatamente nós começamos a construir essa experiência a partir do conhecimento, da busca do conhecimento.

Para se ter uma ideia, quando eu assumi o governo do Amapá, nós tínhamos dois professores, dois doutores, duas pessoas, dois cidadãos com formação em doutorado, de terceiro grau, de quarto grau. Um era o Reitor da Universidade Federal do Amapá, que tinha sido emprestado da Universidade Federal do Pará. Assim que formamos o primeiro doutor, ele voltou; quando nós formamos o primeiro doutor ele voltou. E outro era o Sandro Gallazzi, que é um doutor em filosofia. Dois!

Com essas competências, é impossível se promover o desenvolvimento econômico. Não há como. E a Amazônia continua vivendo esse drama, o drama da falta de competências para promover o desenvolvimento.

Então, nós precisamos, primeiro, bater na porta dos institutos de pesquisas, para nós centralizarmos a pesquisa aplicada para a produção de bens de consumo.

Um pouco foi isso que nós fizemos lá atrás.

O grande desafio, no entanto, é concorrer com o avanço da fronteira agrícola, com a destruição da floresta, porque as *commodities* têm demanda no mercado mundial.

Então, uma proposta como a que nós estamos aqui trabalhando tem uma enorme dificuldade de concorrer no mercado global. É verdade que os nossos produtos são diferenciados e uma boa parte deles só podem ser produzidos ali, mas, no entanto, a busca pelo mercado é um processo longo.

Imagine a entrada do açaí no mercado. Se nós fizermos um estudo para saber como o açaí entrou no mercado, nós vamos ver que ele entrou de maneira espontânea. Nunca houve nenhum tipo de política no nosso País para promover seja a pesquisa... A pesquisa do açaí é muito recente, talvez nos últimos 15 anos. Não existe financiamento, porque, quando eu falo na integração, numa política de integração, existiria a pesquisa, o crédito, o fomento e todos os entes públicos, as entidades voltadas para o desenvolvimento integrado.

A Sudam, por exemplo, que é a instituição de desenvolvimento regional, eu não sei nem se ainda existe a Sudam...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Ela foi extinta e depois foi recriada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas eu não ouço falar dela. Entrou na clandestinidade eu acho, porque ninguém ouve falar da Sudam para nada.

Lá no meu Estado, pelo menos, nós somos três aqui, tem alguma novidade aí, da Sudam?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Capi, a Sudam estava promovendo um seminário – um aparte ao seu pronunciamento –, visitando todos os Estados em que ela efetivamente atua e nós fizemos no Amapá um seminário, no começo do ano, agora, na nova gestão do Dr. Paulo Roberto. Então, nós fizemos um seminário no Amapá e fomos levar para o Amapá isso, porque a Sudam nunca fez, com a participação do novo Superintendente.

Ou seja, passaram-se alguns anos, pelo menos uma década sem a presença da Sudam.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mais de uma década.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas no Amapá, e, agora, depois de dez anos, o novo Superintendente, Dr. Paulo Roberto, visitou o Amapá, no final do ano passado, promovendo esse seminário para apresentar a Sudam para o Amapá, porque nós não sabíamos que ela existia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E ela foi criada quando?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Ela foi recriada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Quando eu era menino, não é? Porque, primeiro, era Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, não me lembro. Aí, foi trocando de nome.

Enfim, o que eu estou dizendo é o seguinte: que a Amazônia não tem política para o desenvolvimento. Os governos não ousam formular, porque nós temos experiências fantásticas na Amazônia, que poderiam se transformar numa política para a região. O que nos permite, por exemplo, a Lei da Zona Franca? Nos permite adensar cadeias produtivas de espécies da biodiversidade.

Hoje, o açaí é, para nós, o segundo item da pauta de exportação. É isso, não é? Ou o segundo, ou o terceiro. Eu acho que é o segundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Me parece que é o segundo. Perde só para a exportação de cavaco. O Chelala estava aí, ele tem esses dados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ele tem os dados. Eu me lembro que ele tem os dados há muitos anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, de fato, é isso. Parece que é o segundo item.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O programa do Amapá, o programa de desenvolvimento sustentável, que está aí o Prof. Chelala, e o Senador Randolfe Rodrigues, um dos protagonistas desse programa, foi um programa que deu resposta.

Nós inauguramos uma fábrica no coração da floresta, em 2012, uma fábrica de produção de biscoitos. Inauguramos uma fábrica para a produção de azeite e de castanha do Brasil, no coração da floresta. Lá, adensando a cadeia produtiva desses recursos. Mas nós éramos isolados, nem sonhávamos com a possibilidade de se aprovar um dia uma lei que permitisse a isenção de qualquer imposto, muito menos de criar uma linha de crédito.

A primeira linha de crédito para manejo de açaizal foi feita pelo Basa, pode pegar o histórico no Basa, eu mandei levantar, foi feito com recursos do orçamento público do Amapá que eu coloquei no Basa para financiar.

Isso foi lá em 1998, a primeira vez em que tivemos a oportunidade de acessar recursos para manejo de açaizal, nem se falava nisso, porque o açaí está concentrado no Golfão do Marajó, na região da Foz do Rio Amazonas, nas grandes áreas de várzea de grande riqueza de nutrientes em função da sedimentação, porque lá há influência da maré, nós temos duas marés todos os dias. Nós estamos numa região onde as ilhas andam, de um ano para o outro, elas vão andando pelo rio a fora em direção ao Atlântico.

Eu conheço uma ilha que já andou mais de 30km, Senador Davi, a Ilha da Croa da Pedreira. Esse Rio Pedreira, a ilha começou a se formar na Foz do Rio Pedreira e, ao longo dos anos, ela foi andando em direção ao Atlântico. Claro que ela não vai chegar lá, porque há muitas outras na frente dela, mas mostra que nós vivemos numa região viva, de uma biodiversidade fantástica, de possibilidades amplas para o desenvolvimento econômico.

Então, toda essa experiência que nós vivemos e que nos deu um crescimento econômico, o dobro do crescimento nacional na época. De 1995 até 2002, nós vivemos mergulhados em crises econômicas e também crises políticas, parecidas com as de hoje. Esta que nós estamos vivendo é muito parecida com a de 1999. Só que as condições eram outras.

Mas, enfim, eu sugiro que a gente faça um próximo debate, Senador, convoque aqui na CDR, chamar o Governo aqui. O problema é que parece que nós vamos ter dois governos. Agora imaginem a confusão que vai ser isso.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – A gente faz dois requerimentos, Senador Capiberibe, a gente convida a Presidente Dilma e convida o Presidente Michel Temer. E aí eles vêm falar o que eles têm de proposta para a Amazônia e para o Brasil.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Olha o cenário da incongruência, da incompetência política da sociedade brasileira. Nós vamos ter dois presidentes: um interino e uma outra afastada. É esse o cenário que está aí. A não ser que na hora que o Senado decidir pelo afastamento por 180 dias, nós vamos decidir pelo afastamento, aí assume o Vice, interinamente, aí nós vamos ter... Aí o nosso requerimento vai ter que ser... É porque 180 dias depois pode voltar tudo de novo. Não é?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Ou então, de repente, o Tribunal Superior Eleitoral pode lá na frente cassar a chapa e a gente não sabe se vai haver novas eleições de novo. A gente faz logo uns cinco requerimentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Esperar pelo TSE é como esperar política para a Amazônia, é mais ou menos parecido, porque não vai sair tão cedo.

Mas, enfim, eu acho que nós temos que integrar, nós temos que fazer um esforço para chamar o Ministério do Planejamento para sentar aqui. Ministro, a Amazônia corresponde a mais da metade do espaço brasileiro, concentra a maior biodiversidade do Planeta, tem amplas possibilidades. Quando se pensa no açaí, que aqui hoje é o segundo item da pauta do Amapá e do Pará não deve ser pequeno também, apesar do Pará viver a história de Carajás lá também, mas hoje Carajás afunda com a queda dos preços, como o petróleo afunda e esse é o fundamento do petróleo, não vai mais se recuperar porque... Veja só, quando nós decidimos pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá foi dois anos depois da ECO 92, e quatro anos depois do assassinato de Chico Mendes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Estávamos no governo, a partir de 1995. É uma experiência que vale a pena ser estudada, tem muita coisa escrita a respeito. Muitos pesquisadores se debruçaram, há muitas teses de doutorado sobre esse tema, mas para o Governo Federal não existe. Se você perguntar em algum nicho do Governo Federal, seja ele qualquer, a respeito desse tipo de experiência não tem a menor noção, porque não interessa a quem decide neste País que nós possamos construir um modelo diferente.

Tanto é que nós estamos aqui num debate sem a presença dos atores principais, da representação da Amazônia.

Então, eu sugiro convidar o Ministro do Planejamento, o que está aí, para ele vir discutir aqui e explicar qual o planejamento estratégico para a Amazônia? Para ele nos dizer, porque a delegação do Executivo é para construir políticas para o País, para o conjunto do País e políticas específicas, dada a diversidade do nosso País.

Eu queria finalizar dizendo o seguinte: de fato, nós temos um problema sério. Há uma paralisação, se o Brasil está sofrendo esse aperto, esse sufoco da crise, é uma coisa mais recente, mas nós não.

Para se ter uma ideia, nós temos uma ponte construída sobre o Rio Oiapoque, inteiramente concluída, desde 2011, nós estamos em 2016, cinco anos depois, e nem se fala quando vai se inaugurar a ponte.

Muito recentemente, fui informado de que vão fazer a urbanização do lado brasileiro, porque está pronta toda a estrutura lá para receber as autoridades aduaneiras e alfandegárias e também de saúde, porque é necessário para controle da fronteira. Agora, parece-me que vai ser concluída, porque só está faltando a urbanização, fazer um canteirinho de flor, é só o que falta para inaugurar a ponte. Cinco anos, uma vergonha! Uma vergonha do nosso País perante a França. A França aprontou lá toda a sua estrutura desde dois mil e... Um ano antes de a ponte estar lá, já estavam lá os gendarmes, já estava lá a aduana, estavam todos prontos lá para receber. Até hoje não aconteceu. Imaginem os franceses!

E no ritmo que vai agora imaginem? Quem é que vai inaugurar a ponte? Vai ser o Presidente interino? Vai se a Presidenta afastada? Então, essa ponte dificilmente vai ser inaugurada até que se resolva a questão política no nosso País.

Então, a minha sugestão é que a gente trate de integrar. É ótimo o que nós conseguimos aqui: a Lei da Zona Franca é um passo importante. Numa região como a nossa, ontem nós fizemos um balanço sobre os impactos provocados pela Lei de Concessão Florestal. É muito ruim o que aconteceu: apenas 0,2% da madeira produzida vem de concessão florestal. Por quê? Porque não há uma política. A gente aprova a lei, mas os órgãos executivos não definem uma política capaz de ser exequível. A mesma coisa com a Zona Franca.

Eu acho que nesse caso aí, a Suframa foi muito ponderada e formulou um projeto. Agora, nós precisamos do crédito. Juntar com o Basa, liberar os recursos que estão retidos há muitos anos para fazer caixa para pagar a dívida pública, que já consome mais de 50% dos impostos que todos nós pagamos. Então, a crise no Brasil não é outra, não. A crise no Brasil é da dívida pública, porque se a Presidenta Dilma tivesse dinheiro para sair generosamente distribuindo, como tinha há alguns anos atrás, não haveria crise. Não me venham com essa conversa, porque não teria crise, não.

A mesma coisa no meu Estado. O meu Estado está em crise, está parcelando salário. O Governador assumiu com o discurso de que ia cuidar das pessoas, que ia cuidar não sei do quê? Está parcelando o salário, por quê? Porque ele está achando que foi no primeiro mandato dele, que tinha muito dinheiro, a receita crescia 20% ao ano. Você imagina crescer o seu salário 20% ao ano, em cinco anos você já dobrou o seu salário. Aí dá para fazer uma grande festa. Dá para entrar no consumo direto. Só que agora, o crescimento da receita continuou. Lá a a receita de transferências da União continuou crescendo, mas não a 20% acima da inflação.

Eu tenho todo o levantamento desses anos do meu Estado, desde 1994 quando o dinheiro passou a ter memória, porque, antes de 1994, era impossível. Então, a partir de 1994 nós tivemos desde esse primeiro orçamento até o de 2014. E aí está tudo desequilibrado e o País também está desequilibrado, porque há uma má governança congênita.

A má governança no País impediu, por exemplo, que a gente profissionalizasse a burocracia pública. Então, todos são apadrinhados. Imagine que já estão negociando os cargos e já estão até brigando! O PMDB já está brigando pelos cargos. Não sei se estão sabendo, mas já estão numa disputa para assumirem os cargos. Ainda nem esfriou o negócio, nem começou, porque o *impeachment* não termina com a votação na Câmara, nem com a decisão do Senado de afastar a Presidente, mas apenas começa, e já estão dividindo tudo.

Então, neste País é tudo difícil. A gente tem que reconhecer que vivemos um impasse de governança em função de uma incapacidade da elite política brasileira de dar respostas à sociedade.

Então, fica a minha sugestão, ou seja, vamos integrar, vamos integrar, a palavra é esta “integrar” todas as instituições – pesquisa, crédito, fomento, desenvolvimento econômico – para a gente poder dar um salto na Amazônia. Sem isso a gente vai andar, mas andar a passos muito lentos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senador Capiberibe, pela sua intervenção e contribuição para este debate aqui.

Senador Davi Alcolumbre, temos o prazer de ouvi-lo agora.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado, Presidente Randolfe.

Queria cumprimentar o Senador Capiberibe; o Senador Gladson, que esteve ainda há pouco aqui; o Dr. Rogério Martins, que representa a Governadora Suely Campos, do Estado de Roraima. Leve o meu abraço à Governadora Suely, Dr. Rogério, e o reconhecimento desta Comissão no sentido de sua participação aqui como representante do Governo do Estado de Roraima.

Eu vi ainda há pouco o requerimento do Senador Randolfe a respeito dos convidados. Nós temos ali 26 convidados. V. S^a está presente e também a Dr^a Rebecca, Deputada, Superintendente da Suframa. Então, V. S^{as} estão interessados efetivamente em resolver os problemas da Amazônia, do Norte. E com certeza as suas presenças aqui, Dr^a Rebecca, e Dr. Rogério representando a Dr^a Suely, mostram o comprometimento de vocês com essa pauta, que não é só do Norte ou da Amazônia, é uma pauta do Brasil. Muito foi dito aqui que nessa região vivem brasileiros também e brasileiros que muitas das vezes o governo central, o governo deste País – não é só deste Governo atual que eu estou falando –, todos os que passaram por aqui não olharam, como deveria ter sido feito.

O Senador Capiberibe fez algumas referências importantes, inclusive no que se refere à questão efetivamente da crise política que vivemos. E essa aqui, Dr^a Rebecca, é uma alternativa que a política dá para as dificuldades que enfrentamos nesses Estados, a partir de uma legislação construída no Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com muita articulação política, com muito trabalho contra o Governo. E o Senador Capiberibe falou isso ainda há pouco, porque, o Governo, em todas as fases, Dr^a Rebecca, se mostrou contrário a isso aqui. O Governo não dá alternativas, o Governo não faz nada para ajudar, e quando o Parlamento toma uma decisão no sentido de tentar viabilizar uma alternativa, o Governo se posiciona contra, como foi se posicionando ao longo dos anos, num embate político entre Câmara e Senado, quando esse projeto percorria os corredores desta Casa e da Câmara dos Deputados.

Dr^a Rebecca, a senhora foi Deputada Federal e é uma grande líder do Estado do Amazonas, e eu tive a honra de ser seu colega como Deputado Federal pelo Amapá, no mandato passado. Eu tenho certeza e convicção de que, com o seu desprendimento, a senhora está sofrendo muito hoje à frente da Suframa, a ver que o Governo do Brasil não oferece caminhos e alternativas, inclusive para facilitar o trabalho da Suframa. Isso porque, quando o Governo contingencia os recursos da Suframa, está contingenciando o seu trabalho, Dr^a Rebecca, à frente da Superintendência. E quando a gente fala que mais de R\$2 bilhões foram contingenciados, de tarifas oriundas de recursos da Zona Franca de Manaus, muitos deles, a maior parte das áreas de livre comércio, que geram os encargos que vão para esse bolo no Orçamento, oriundos da arrecadação dessas receitas da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio.

E quando o Estado brasileiro, nos últimos seis anos, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, através desse mesmo Ministério do Planejamento que o Senador Capiberibe convoca para que

esteja aqui nesta mesa, debatendo propostas e soluções para o Norte, para a Amazônia e para o Brasil, é esse mesmo Governo que contingencia esses recursos e que inviabiliza o trabalho da Suframa, não podendo liberar esses recursos para obras, principalmente obras de infraestrutura nessas cidades que são contempladas pela área de livre comércio e pela Zona Franca de Manaus.

Esse debate, como relatado anteriormente pelo Senador Capiberibe e pelo Senador Randolfe Rodrigues, foi uma luta política que foi travada. E mesmo depois da aprovação nós esperamos – todos nós, inclusive o Amazonas e o Amapá, Roraima, Acre, Rondônia – seis anos pela sua regulamentação.

Eu queria dizer do papel fundamental de participação de todos os técnicos, de todos os Estados, mas quero referendar o nome do Prof. Charles Chelala, que foi um grande técnico na construção no Estado, ao lado da Prefeitura de Macapá, ao lado do Governo do Estado, ao lado de outros Estados que foram contemplados na construção desse texto que foi aprovado na última reunião na Suframa, a primeira reunião que V. Ex^a presidiu lá em Manaus. Eu estive presente, e o Senador Randolfe também.

Quando a gente busca essa alternativa e a Suframa faz seu papel... Eu queria publicamente agradecer à senhora o papel que exerceu à frente da Superintendência, no sentido de viabilizar um texto que pudesse não matar no nascedouro esse projeto, mas dar uma perspectiva para que ele realmente e efetivamente, na ponta, se transforme nessa alternativa de desenvolvimento que nós queremos para as áreas de livre comércio – no meu caso, de Macapá, capital do meu Estado do Amapá, e do Município de Santana, Município vizinho. Essa região abrange algo em torno de 60% a 80% da população do meu Estado.

Estamos aqui, hoje, a senhora colocando as perspectivas da implantação da Zona Franca Verde, todos nós buscando alternativas, e estamos vendo, como foi dito ainda há pouco, que o Governo, de certa forma, acaba novamente atrapalhando esse desenvolvimento. No nosso caso, estamos buscando as alternativas para viabilizar. Nós, pessoalmente, estamos oferecendo... Pedimos ajuda ao Ministro Armando Monteiro – que esteve no Amapá para um seminário promovido pelo Senador Randolfe –, para que ele pudesse, na Confederação Nacional das Indústrias, vender o Amapá como uma alternativa, vender as áreas de livre comércio como uma possibilidade de negócio para a iniciativa privada. Lógico, só a iniciativa privada pode chegar a um Estado, aproveitar um incentivo fiscal, poder gerar emprego e riqueza naquele Estado, porque nós sabemos a dificuldade que vivemos no Amapá. Eu falo do Amapá.

No Amapá nós estamos acostumados, desde a época do território federal, com a política do contracheque. É todo o comércio, são todas as empresas, todos os serviços, esperando o dia do pagamento. É no dia do pagamento federal que circula dinheiro, ou no dia do pagamento estadual, ou no dia do pagamento municipal. E agora o pagamento estadual será parcelado, então agora vai haver duas datas, porque vai pagar uma parte num mês e uma parte no outro mês. Com essa crise, as pessoas estão utilizando seu salário, a sua renda, para sobreviver.

Então, veja só: se não for o capital privado, os empreendedores do Brasil; se não for esse pedido de socorro que fizemos ao Ministro Armando para que ele promova, através da Confederação Nacional das Indústrias, em São Paulo, um evento para promover e vender a Zona Franca Verde – especialmente falo do Amapá, mas também todos os Estados que serão contemplados, que já estão contemplados por essa lei –, para promover a venda desses Estados e mostrar as perspectivas que temos de desenvolver essa região e, com esse incentivo fiscal, atrair empresas, gerando emprego, gerando renda para que a gente possa sair dessa política do contracheque.

Então, para o Brasil que não conhece o Amapá – e estou falando do Amapá – isso é uma alternativa, Dr^a Rebecca. A senhora sabe disso, porque a senhora vive no Amazonas e sabe a realidade do Amazonas; sabe o quanto mudou a história do Amazonas após a implantação da Zona Franca de Manaus, e o quanto isso aqui poderá mudar a vida do Amapá, com a implantação da Zona Franca Verde. Só assim, Dr. Rogério, teremos a perspectiva, pelo menos, de sonhar com um futuro melhor.

Com o modelo que o Brasil adota, vem adotando nos últimos anos, de virar as costas – para o Amapá, pelo menos –, a gente não vai conseguir. Hoje estamos passando, no Amapá, por todo tipo de problema, de toda ordem. Isso aqui, efetivamente, é o debate que esta Comissão faz hoje a partir da sua presença; da presença do Dr. Rogério, representando a Governadora Suely; do requerimento aprovado por unanimidade nesta Comissão, apresentado pelo Senador Randolfe; a nossa presença em conjunto, minha, do Senador Capiberibe e do Senador Randolfe, em todos os momentos decisivos da construção desse projeto.

E essa unidade é independentemente da filiação partidária. Eu sou do Democratas; o Senador Randolfe é da Rede, era do PSOL; o Senador João Alberto Capiberibe é do PSB, já foi governador do Amapá, foi prefeito. Eu já fui Deputado e estou Senador; já fui vereador, com muito orgulho.

Assim como faço referência ao Vereador Diego Duarte, Vereador da capital do nosso Estado, já mencionado pelo Presidente Randolfe, que está aqui hoje nos visitando. Veio acompanhado do Prefeito de Macapá, que está visitando os Ministérios e pedindo pelo menos a liberação do projeto do Programa Minha Casa, Minha

Vida, que é muito divulgado, mas na prática, realmente não chega a acontecer com eficácia, ou pelo menos na sua totalidade. Então, o Prefeito está aqui em Brasília buscando alternativas, o Vereador está aqui na Comissão prestigiando e acompanhando o Prefeito.

Quero dizer que acreditamos nisso aqui. Precisamos efetivamente fazer o que foi sugerido pelo Senador Capiberibe. Chamar o Governo, pela primeira vez, para dizer para a gente: “Olha, realmente queremos dizer para vocês da Amazônia que vocês continuem preservando lá...”

Veja só, o Amapá é o Estado mais preservado do Brasil. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o meu Partido apoiava na época com o Vice-Presidente da República, criou, no último ano de mandato, o maior parque do mundo, Dr^a Rebecca, no meu Estado. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não consultou o Amapá. Inventaram umas audiências públicas lá e tiraram 33% do território do meu Estado, onde poderíamos ter uma perspectiva de desenvolvimento, para criar o maior parque de floresta tropical do Planeta. Ficou lindo para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas ele não ouviu os amapaenses e os moradores dos Municípios sobre se queriam aquele parque e se queriam os benefícios daquele parque.

Eu não estou dizendo que sou ou não sou ambientalista, eu queria que dissessem: “Nós vamos criar o maior parque do mundo, vocês vão ser o pulmão do Planeta, mas o mundo e o Brasil têm que pagar por isso”.

Não fizeram as estradas, não fizeram os hospitais, não fizeram o Porto de Santana. Todas as promessas ficaram no vazio, mas o parque já foi criado, em 2002, está lá para a gente mantê-lo. Quando o ribeirinho sai atrás de uma caça para sua subsistência, a polícia ambiental prende o ribeirinho e lhe toma a espingarda.

O ribeirinho vive isso. Passou do bisavô para o avô, do avô para o pai, do pai para o filho e já está passando para o neto, e para o bisneto vai passar, porque a vida dele é essa, na Amazônia, a não ser que o Estado brasileiro, Senador Capiberibe, queira preservar, faça o mapeamento das pessoas que vivem no parque e todo mês mande um boi, um porco. Não paga Bolsa Família? Vamos fazer uma bolsa! Fala para os moradores: “A partir de hoje vocês não vão caçar porque vocês vivem num parque, mas todo mês a gente vai fazer um cálculo e mandar um quarto de boi para uma família com dez pessoas, que vai durar por trinta dias, ou um porco, ou uma dúzia de galinhas.

Qual a perspectiva que o Brasil está dando para essas pessoas do Amapá? Não está dando! Ao contrário, o Brasil a vida toda... Nós temos o Rio Amazonas, o maior rio do mundo, que é uma maravilha, Dr^a Rebecca. Deus nos deu uma dádiva. O maior rio do mundo na frente de Macapá. Mas o Rio Amazonas para o resto do Brasil se tornou um muro que está separando o Amapá do resto do Brasil.

Se você chegar em qualquer órgão, em qualquer burocrata do Governo, ele só sabe que o Brasil vai até Belém e esquece do Amapá. Eles encontram com a gente e dizem: “Você é mesmo de onde? De Rondônia? Ah, você é de Roraima, não é? Perto do...” Eu digo: não, sou do Amapá. E assim é com Roraima confundido com outros Estados, assim é com o Acre, assim é com Rondônia, porque eu converso com as pessoas e é a mesma confusão. Ele conhece o Pará e o Amazonas. Mas Acre, Roraima, Rondônia são confundidos, um é confundido com outro e não se sabe onde começa e onde termina.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com inveja do Fernando Henrique Cardoso, que destruiu o Amapá no sentido de tirar 33% das suas riquezas, das suas perspectivas, criando o maior parque do mundo, e não compensou em nada, foi lá e criou Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ou seja, também tirou as perspectivas do Estado de Roraima de sobreviver e de subsistir, porque lá em Roraima, no Cerrado de Roraima... E nada contra os indígenas da Raposa Serra do Sol! Lá havia uma perspectiva de desenvolvimento, com plantio de grãos no Cerrado, que agora acabou.

E a Funai não está indo lá cuidar dos índios. As notícias que temos, Dr. Rogério, são de que os índios estão abandonados na Raposa Serra do Sol, doentes, passando muitas dificuldades, e a Funai agora vai cortar 35% dos cargos. Aí acaba de uma vez, no contingenciamento com ajuste fiscal.

Então, é assim: Roraima e Amapá, dois ex-Territórios Federais; a União, com a política adotada para estes Estados, vai ter de sustentar a vida toda mesmo, porque ela não deu mais perspectiva de desenvolvimento. Quando queremos uma perspectiva, o Governo do Brasil ainda atrapalha.

Queria fazer esse desabafo aqui, que parece não ter nada a ver com a Zona Franca Verde, mas tem tudo a ver. Já que temos o maior parque do mundo, já que temos 73% da floresta preservada, que o Brasil nos dê a possibilidade de explorarmos as nossas riquezas, Senador Capiberibe, com seriedade, sem degradação, sem exploração, com desenvolvimento sustentável, como V. Ex^a disse que governou o Amapá, com plano de desenvolvimento sustentável deste Estado, mas que dê as perspectivas, que coloque o incentivo, que coloque o Basa, a Sudam, a Suframa e o Governo Federal liberando os recursos e incentivos necessários, porque, agora, temos uma legislação, a Zona Franca Verde, para que essas empresas possam ir para o Amapá, instalar-se, implantar-se e gerar riqueza de que precisamos.

Então, queria fazer essas ponderações e agradecer a paciência de todos os que estão aqui. É muito importante esse debate, mas o Senador Capiberibe está certo. Temos de colocar o Governo nessa mesa, para saber o que ele quer com a implantação da Zona Franca Verde na Amazônia, o que o Governo vai fazer, porque sabemos que ele fez no passado: tentar boicotar.

Agora, não há mais jeito, já foi sancionado e regulamentado. A Suframa já teve visão e, graças a Deus, já aprovou a sua regulamentação, inclusive atendendo à questão da matéria-prima regional, da preponderância, cujo debate foi fundamental, Dr^a Rebecca, com certeza, fortalecendo esse projeto.

E é nesse sentido a minha participação aqui, no sentido de agradecer a sua presença. Sabemos da sua boa intenção à frente da Suframa. Conhecemos a sua história política, mas o Governo do Brasil, talvez, não esteja dando as condições necessárias de que a senhora necessita na Suframa, assim como talvez na Sudam, no Banco Amazônia, no sentido de prestigiar essas entidades, esses órgãos, para que eles possam efetivamente realizar o mister para que foram criados.

Então, agradeço a participação e ao Senador Randolfe Rodrigues, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senadores Davi Alcolumbre e João Capiberibe.

Senadora Vanessa, seja bem-vinda!

Antes de devolver a palavra à Dr^a Rebecca, para as considerações a partir das intervenções e interpelações feitas pelos Senadores, permita-me somente complementar.

Preparamos uma proposta de texto, que é a ideia de um manifesto, a ser assinado pelos Senadores e pelas Senadoras, da Região Amazônica, onde existem Zonas Francas Verdes. Os Senadores Capiberibe e Davi Alcolumbre tocaram num ponto que também foi objeto da exposição da Dr^a Rebecca, que é o contingenciamento...

Senador Capiberibe, por gentileza.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Randolfe Rodrigues, hoje, como se sabe, é dia de agenda do fim do mundo nesta Casa.

Então, temos três, quatro e, às vezes, cinco agendas na mesma hora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – São cinco Comissões juntas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É tudo junto, e temos de... Vou pedir permissão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vou à CDH e, assim que me liberar, volto para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador Capiberibe.

Senadora Vanessa Grazziotin, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É que, aqui ao lado, na Comissão de Infraestrutura, estamos com outra audiência pública, debatendo a BR-319.

A notícia é extremamente positiva, porque a Presidente do Ibama acabou de dizer que, até sexta-feira, sai o licenciamento para a manutenção das obras, o que é uma ótima notícia, inclusive, para o projeto Zona Franca Verde. Nós, que vivemos nessa região mais isolada do País, vamos ganhar muito com isso.

Mas quero cumprimentar os convidados, Dr^a Rebecca, nossa Superintendente da Suframa, e o Dr. Rogério, pela presença, e principalmente os Senadores que aqui estão.

Penso que o Amapá foi um gigante. E eu, aqui, como amazonense, da Bancada do Amazonas, quero reconhecer, Superintendente Rebecca – Deputada, porque Deputada por muito tempo que foi –, que a Bancada do Amapá foi gigante, para que nós todos, da Região Amazônica, pudéssemos ter essa conquista.

Então, que vocês saibam do reconhecimento de nossa parte.

E creio que temos que continuar trilhando esse caminho, porque, afinal de contas, vivemos na região mais rica do Planeta e, ao mesmo tempo, a que tem maiores dificuldades, sobretudo quanto à qualidade de vida da sua gente. E o nosso objetivo é poder fazer dessa riqueza natural uma riqueza social que possa ser repartida entre todos, independentemente de onde vivam, de onde estejam, nos Municípios do interior ou na capital.

Então, o Senador Capiberibe, acabou de ir, mas temos aqui dois jovens Senadores presentes que eu gostaria de cumprimentar.

E gostaria de já dizer que não só a nossa assinatura, mas vamos assinar e pedir imediatamente uma audiência, Senador Randolfe. Assinar o manifesto, pedindo imediatamente uma audiência com o Ministro Nelson Barbosa. Eu acho que é esse o caminho que nós temos que trilhar.

Lembrando que, da última vez que nós conseguimos – a Rebecca lembra do fato –, a liberação dos recursos da Suframa, dos recursos contingenciados, foi em torno de R\$200 milhões. Nós tivemos uma audiência com o Ministro da Fazenda, a que compareceu quase que a totalidade dos Senadores das Bancadas dos Estados envolvidos – Amazônia, Rondônia, Roraima e Amapá – e dos Deputados Federais, a mesma coisa.

Então, Senador Randolfe, vamos trabalhar juntos nessa medida, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Vanessa. Peço, até, para a Secretaria levar o manifesto à Senadora Vanessa.

Vou conceder a palavra à Dr. Rebecca para exposição final da senhora e respondendo também às interpelações dos Senadores aqui presentes.

Mas, antes, quero informar que circulou, e já está contando com a assinatura dos Senadores, um manifesto que é baseado no tema que aqui foi tratado, principalmente nas exposições do Senador João Capiberibe, do Senador Davi Alcolumbre e da Senadora Vanessa, que aqui também destacou, e que a Dr^a Rebecca também nos relatou, que é a dramática situação do contingenciamento dos recursos da Suframa. E esse contingenciamento resulta na consequência primeira, imediata, para as nossas cidades, onde estão estabelecidas Zonas Francas Verdes.

Nós temos, repetindo, como foi aqui apresentado, áreas de livre comércio em 18 Municípios, médios e grandes, da Região Amazônica, sendo que oito deles têm regulamentado, desde o último dia 18 de dezembro de 2015, Zonas Francas Verdes. E nós temos uma necessidade que é contar com recursos necessários para implementação de infraestrutura nas regiões desses Municípios onde existe Zona Franca Verde ou área de livre comércio.

Nós do Amapá sabemos da importância e da necessidade disso – não é, Senador Davi? No Amapá, a duplicação da rodovia Macapá-Fazendinha, que liga Macapá ao Município de Santana, veio proveniente de recursos da Suframa na segunda metade dos anos 90, durante o governo do Senador João Capiberibe. Ainda no Amapá, a construção da orla de Macapá foi decorrente de recursos da Suframa, e a construção da orla do bairro Perpétuo Socorro foi decorrente desses recursos da Suframa. E nós temos, pelo menos, corrijam-me se eu estiver errado, dez anos em que não tem havido a disponibilização desses recursos. Eu considero que essa é uma pauta central para nós Parlamentares, Senadores da Amazônia, defendermos.

Repito aqui o agradecimento à Dr^a Rebecca. E é um agradecimento que, tenho certeza, faço em nome desta Comissão, em nome do Senador Davi Alcolumbre. Agradeço todo empenho e atenção da Suframa para implementação das Zonas Francas Verdes. Inclusive, ao contrário do que pudesse parecer e ao contrário do que alguns imaginavam, em nenhum momento existiu por parte da Suframa – e poderia existir pelo fato de a sede da Suframa ser em Manaus, por Manaus ser o berço de constituição das zonas francas da Região Amazônica e ser o berço da Suframa, e a própria Suframa, ainda ter a denominação de Superintendência da Zona Franca de Manaus, poderia ter alguma proteção à Zona Franca de Manaus.

Eu quero aqui testemunhar que isso não aconteceu, houve uma percepção por parte dos técnicos da Suframa, liderados por V. Ex^a, de compreender que as zonas francas e as áreas de livre comércio são os instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento conjunto da Amazônia e que as zonas francas se desenvolvendo, tendo condições de atração de investimentos, a Amazônia toda ganha e, com isso, ganha também Manaus, ganham as cidades metrópoles da Amazônia.

Nós tivemos um conjunto de problemas nas nossas metrópoles amazônidas – V. Ex^a, Dr^a Rebecca, sabe muito bem disso. A capital do nosso Estado, Macapá, Senador Davi, tem um gravíssimo problema de saneamento básico, nós só temos 8% de cobertura de saneamento básico na capital do Estado. Isso é uma realidade de todas as metrópoles amazônidas, de todas as principais cidades da Amazônia e nós assistimos que não é por ausência de esforço ou engajamento da Suframa e de seus técnicos, mas é a política econômica do Governo central, que acha que o caixa do Governo pode ser feito com os recursos que deveriam ser destinados a um investimento na Amazônia. Isso é assimétrico até o conceito de Federação.

O conceito de Federação é que são Estados que abrem mão de sua soberania e mantêm a sua autonomia. O princípio da Federação que se associa é, obviamente, os Estados mais fortes protegerem os mais fracos. Esse é o conceito histórico que deu origem à Federação mais conhecida do mundo e mais consolidada que são os Estados Unidos da América. Esse conceito de Federação, em nosso caso, tem sido deturpado porque só estamos querendo, Senador Davi, concretamente, que os recursos da arrecadação da Suframa sejam destinados, na nossa região, para infraestrutura na nossa região, ou seja, não é nem um centímetro a mais do que nos é de direito.

Diante disso, estamos encaminhando, preparando aqui um manifesto em que coletaremos as assinaturas dos Senadores que não puderam estar presentes nesta audiência pública e queremos também contar com a assinatura dos Governadores da Região Amazônica.

Esse manifesto, que é endereçado à Sua Excelência a Presidente da República, Dilma Rousseff; a S. Ex^a o Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa; a S. Ex^a Ministro do Planejamento, Valdir Simão; ao S. Ex^a Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, diz *ipsis literis* o seguinte:

Os Governadores dos Estados da Amazônia Ocidental ou do Estado do Amapá e os Senadores dos Estados da Amazônia Ocidental ou do Estado do Amapá presentes ou representados na audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, no dia 30 de março de 2016, na qual foi abordada a importância das Zonas Francas Verdes da Amazônia, vêm a V. Ex^{as} e ao público em geral expor e reivindicar o que segue:

1) Considerando a necessidade de se aplicar o preceito constitucional de promoção do desenvolvimento regional e de integração nacional como elementos fundamentais para os pilares básicos da Federação;

2) Considerando a inegável importância estratégica histórica e cultural da região Amazônica e seu considerável atraso no que concerne a elementos infraestruturais básicos;

3) Considerando a recente regulamentação e definição de critérios de benefícios fiscais para as Zonas Francas Verdes da Amazônia nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, Tabatinga no Estado do Amazonas, Guajará-Mirim no Estado de Rondônia, Macapá e Santana, no Estado do Amapá e Brasileia, com extensão para Epiaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre;

4) Considerando que o formato desses regimes aduaneiros especiais está plenamente sintonizado com os objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo modelo de desenvolvimento econômico baseado em redução de emissão de gases geradores de efeito estufa e focado para o desenvolvimento das vocações regionais;

5) Considerando que as Zonas Francas Verdes necessitarão, de imediato, de investimentos em infraestrutura básica para atração de investidores e eficácia plena do modelo;

6. Considerando que recursos para tais fins são arrecadados pela Taxa de Serviços Administrativos da Suframa, na ordem de aproximadamente R\$400 milhões anuais, recursos estes que já foram investidos exitosamente em centenas de obras nos Estados da Amazônia Ocidental e no Amapá, como pavimentação, recuperação e duplicação de rodovias; estruturação de Distritos Industriais; implementação de logística portuária; obras de integração regional e até a construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia;

7. Considerando que, há mais de cinco anos, esses recursos vêm sendo, em sua quase totalidade, contingenciados como parte do esforço fiscal do governo federal, o que ceifou aproximadamente R\$2 bilhões de investimentos na infraestrutura dos Estados da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá;

8. Considerando, ainda, que, por mais que se considere justa a necessidade de economia dos gastos públicos, o valor da Taxa de Serviços Administrativos da Suframa é pequeno diante da necessidade fiscal do governo federal, mas altamente vultoso para as necessidades das unidades da Federação periféricas da Amazônia;

Vimos a Vossas Excelências reivindicar o descontingenciamento dos recursos arrecadados via Taxa de Serviços Administrativos da Suframa e sua imediata aplicação em favor de convênios para projetos de desenvolvimento socioeconômico dos Estados da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá, finalidade para o qual foi originalmente criado.

Seguem, de imediato, as assinaturas dos Senadores que se fizeram presentes a essa reunião.

Encaminho uma cópia para levar à Governadora Suely, do Estado de Roraima, e encaminharemos aos demais governadores, Dr^a Rebecca.

Creio que fica acordado e definido, nesta reunião, que essa é uma pauta que travaremos em conjunto, por ser uma bandeira indispensável para o desenvolvimento da nossa região. Fazemos isso, inclusive – sei que é assim –, em apoio à belíssima gestão que V. Ex^a faz à frente da Suframa.

Então, dito isso, eu queria lhe remeter a palavra para responder às interpelações e, ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais em relação a esta audiência.

Dr^a Rebecca, fique à vontade.

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Agradeço, mais uma vez, o convite.

Eu coloquei aqui alguns pontos, para serem esclarecidos, que foram mencionados nas diversas falas que aqui foram proferidas por aqueles que por passaram pela Comissão e que fizeram algum tipo de intervenção, como o Senador Capiberibe. Nós enviaremos uma resposta escrita, pontuando tudo que vai dito aqui, para o conhecimento daqueles que não tiveram a oportunidade de se manifestar.

Foi colocado aqui pelo Senador a questão da integração, da união. Nós entendemos que o Zona Franca Verde veio já com esse intuito. Percebe-se, hoje, uma nítida diferença no envolvimento de toda a Bancada da Região Norte em relação ao momento anterior ao Zona Franca Verde. Hoje é possível ver o Senador do Amapá

promovendo um debate como esse; também é possível ver a Bancada, como um todo, promovendo um manifesto como esse. Neste momento, pode-se enxergar que o Zona Franca Verde já trouxe uma maior integração, que é necessária para defendermos os pleitos da Região Amazônica.

O fortalecimento institucional também vem em decorrência dessa união. Com o fortalecimento institucional, a Suframa terá muito mais condições de colocar seus pleitos e de defendê-los da maneira que for necessária.

Em relação à questão da pesquisa, do investimento da pesquisa, isso também já está sendo trabalhado, pois recurso de P&D está sendo elaborado. De que maneira se constituirá esse marco regulatório? Onde nós poderemos usar esse recurso de P&D, que já é possível hoje – a partir desse recurso de P&D – em toda a região da Amazônia Ocidental?

Também queria lembrar que esses recursos do TCA podem ser usados em mestrado e doutorado, seguindo também a sugestão da qualificação dos nossos profissionais, para que a nossa região realmente avance e se desenvolva. Nós também concordamos com a necessidade de qualificação dos profissionais da região.

O objetivo do Zona Franca Verde é adicionar valor à biodiversidade. O que nós queremos colocar aqui, que foi levantado pelo Dr. Rogério e também depois pontuado pelo Senador Capiberibe, é a questão da possível compatibilidade de desenvolvimento e sustentabilidade.

No caso do Zona Franca Verde, a sustentabilidade, a preservação agrega valor ao produto. Então, se você conseguir desenvolver com a utilização de tecnologias que permitam a produção numa escala necessária, com a manutenção e com a sustentabilidade, há um valor agregado a partir dessa lógica. Então, é importante que nós consigamos desenvolver a partir dessa lógica, porque agrega mais esse valor ao produto que sair dessa região.

Outro ponto também que eu gostaria de colocar é que as oficinas da Suframa nos Estados estão sendo montadas. A intenção é levar a oficina da Suframa em parceria com o Basa, com a Sudam e até com o próprio Sebrae, que não foi mencionado aqui, mas que se colocou à disposição para gerenciar, cuidar dessa parte de empreendedorismo, porque eles têm um domínio grande nessa área, para que os nossos investidores venham se qualificar de maneira adequada nesses investimentos que acontecerão a partir do Zona Franca Verde.

Para terminar, eu gostaria também de pontuar, a respeito do que foi colocado pelo Senador Davi, a questão da promoção comercial, de se conhecer os produtos da região. É fundamental a participação dos governos do Estado. Quem faz a promoção comercial dos produtos do Estado é o próprio governo do Estado. É ele que tem condição de participar de uma feira nos Estados Unidos e mostrar que aquele açaí é feito no Amapá; e transformar, na verdade, o nome Amapá numa marca. Aí os consumidores passam a saber de onde vem esse produto; como ele é feito; que tipo de manutenção há nas florestas, nas áreas de preservação que foram constituídas no passado; a que custo esse Estado está abrindo mão por conta de uma preservação. Isso tudo agrega valor.

Por isso é que eu acho de fundamental importância o que foi colocado – não me lembro se foi pelo Senador Davi, mas acho que sim – sobre chamar os governadores para discussão, porque, nessa parte de promoção comercial, há muita coisa que parte da iniciativa da gestão estadual. Então, essa participação também é fundamental, porque o que queremos é exatamente esse desenvolvimento com reconhecimento, que se saiba de onde está vindo o produto.

Eu vou citar aqui um pequeno exemplo do que aconteceu com uma servidora da Suframa que trabalha com comércio exterior. Ela esteve nos Estados Unidos e foi ao supermercado. Lá, havia uma gôndola do supermercado escrito em inglês: “Produtos do Brasil”. Por curiosidade, ela comprou alguns produtos para que pudesse conhecer. Inclusive, Senador Randolfe, havia até lenço umedecido de açaí. É muito interessante. Lá se dizia que o açaí era regenerador das células, antioxidante, dizia uma série de coisas, e era um lenço umedecido para passar no rosto. Era um produto que estava sendo bem vendido. Ela comprou aqueles produtos e, quando chegou ao hotel, qual a surpresa: nenhum produto era produzido no Brasil. Mas o nome que vende é o do Brasil.

Então, está na hora de nós nos apossarmos, nos empoderarmos – essa palavra “empoderamento”, principalmente em relação às mulheres, está sendo muito utilizada. Eu não estou apontando para ninguém. Eu estou falando que nós, cidadãos brasileiros, precisamos nos apoderar daquilo que é nosso por vocação, pela natureza, e começar a trabalhar esses produtos, a divulgar esses produtos, para que esses recursos voltem para o País.

O Governo do Estado é fundamental nessas articulações bilaterais que podem ser feitas pelos governos dos Estados e que geralmente são feitas pelos governos dos Estados, o que é uma maneira muito mais rápida e prática de fazer acontecer isso. Para o Governo Federal fazer uma negociação grande, isso envolve todo o País, toda uma política federal. Já o governo do Estado é muito mais prático, muito mais rápido. A participação realmente dos governos dos Estados é fundamental.

Antes de terminar, eu gostaria de registrar aqui também, Senador Randolfe, que o Governo de Rondônia mandou seus representantes e que estão sentados ali atrás. Isso é muito importante, mas é claro que o intuito é que nós tenhamos realmente a presença dos seus gestores, porque são os tomadores de decisão e são aqueles que, na ponta, vão decidir como deve ser feito e que política deve ser adotada.

Eu termino agradecendo, mais uma vez. Agradeço o empenho desta Comissão, o empenho de todas as bancadas, que têm se envolvido no pleito, e o entendimento da importância dessa taxa para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr^a Rebecca, nós é que temos de agradecer, mais uma vez, em nome da Amazônia e, particularmente eu, o Senador Davi e o Senador Capiberibe, em nome do nosso Estado do Amapá.

Eu queria registrar a presença dos representantes do Governo do Estado de Rondônia e pedir desculpas pela ausência de registro, pois nós não tínhamos sido informados – nem a Secretaria deste encontro tinha sido informada. Eu peço que seja registrado na ata desta reunião a presença aqui dos representantes do Governo do Estado de Rondônia.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Davi Alcolumbre, por gentileza.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu quero agradecer também.

E eu fiquei pensando nas palavras da Senadora Vanessa e precisava fazer essa referência, mesmo parecendo que é um assunto que não tem nada a ver com a audiência, Dr^a Rebecca.

Olhe só, Senador Randolfe, o nível em que nós estamos aqui, no Senado Federal e no Congresso Nacional, de angústia quanto às decisões do Governo. A Senadora Vanessa falou, ainda há pouco, que ela estava em outra audiência e que ela estava muito feliz de dar uma notícia muito boa para a Amazônia e para o Brasil sobre a questão da BR-319. Ela falou que ela estava muito feliz e entusiasmada com uma boa notícia: a Presidente do Ibama disse que, na próxima semana, se Deus permitir, vai sair a licença ambiental para fazer a manutenção e a conservação de uma estrada que já existe. Olhe só o nível de preocupação em que nós estamos por parte do Governo do Brasil. Essa luta tem sido travada pelos Senadores do Amazonas e do Acre – eu já ouvi o Senador Gladson falar dessa estrada – e por vários Parlamentares da Região Amazônica. E a Senadora Vanessa traz uma boa notícia, feliz da vida, entusiasmada, porque a Presidente da Ibama, depois de alguns meses de luta, vai dar licença ambiental para manutenção e conservação de uma estrada que já existe. Olhe só o nível de interesse que o Brasil tem com a Região Amazônica!

Era só essa consideração que eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Registrado, Senador Davi Alcolumbre.

Antes de concluir esta reunião, eu solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua consequente aprovação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Dr^a Rebecca, mais uma vez, o nosso mais profundo agradecimento. Eu também agradeço os técnicos e as técnicas da Suframa pela atenção que têm dado e pelo empenho para instalação e implantação das Zonas Francas Verdes da Região Amazônica, preocupados com o conjunto da região. Eu faço questão de ressaltar isso. A senhora e toda a sua equipe entram para a história como personagens importantes para todos os nossos Estados e, consequentemente, para toda a Região Amazônica. Permita-me dizer que a senhora não pertence agora somente ao Estado do Amazonas e somente a Manaus.

Eu faço questão aqui de registrar este agradecimento e esta homenagem devido a tudo o que temos avançado juntos para a implementação das Zonas Francas Verdes.

Somente o futuro e a história vão dizer – e eu tenho muita esperança nisso – da importância dos passos que temos dado em conjunto nesse último período.

Eu queria registrar – agora, sim – a presença do Dr. Alexandre Cardoso da Fonseca, Procurador do Estado de Rondônia, membro da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia. Desculpe-nos, sinceramente. Faço questão de registrar a sua presença e a da Dr^a Elizete Lionel, Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília, representante do Estado de Rondônia aqui em Brasília. Seja bem-vinda!

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência, mais uma vez agradecendo a todos os Senadores e a todas as Senadoras que se fizeram aqui presentes, todos os representantes de Governos estaduais aqui presentes, todos os técnicos e técnicas da Suframa presentes, e, em particular, a Dr^a Rebecca, pela presença e pela exposição nesta audiência.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, José Medeiros e Lúcia Vânia. Os Senadores Delcídio do Amaral e Dário Berger justificam a ausência. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 13, de 2016, subscrito pela Srª Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que encaminha a moção de repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, dentre outras moções aprovadas durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro de 2015, na cidade de Brasília-DF; Ofício nº 6.349, de 2015, subscrito pelo Deputado Estadual Fernando Capez, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando moção visando à elaboração de projetos de lei para controle da eutanásia de cães portadores de leishmaniose visceral canina, após a realização de exames confirmatórios; Ofício nº 388, de 2015, subscrito pelo Vereador Aluizio Siqueira Filho, Presidente da Câmara Municipal de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando o Requerimento nº 126, de 2015, aprovado naquela Casa Legislativa, requerendo que seja apresentada pelos Srs. Senadores proposição com a finalidade de amenizar os problemas que o Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, vem sofrendo em função do assoreamento na foz do Rio Paraíba do Sul; Ofício nº 2, de 2016, subscrito pelo Vereador Higino Bottura Ramos, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, encaminhando moção de repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que retira a obrigatoriedade de afixar o símbolo da transgenia nos rótulos de produtos geneticamente modificados; Ofício nº 3.341, de 2015, subscrito pelo Vereador Rodrigo Fachini, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de repúdio ao PLC 34, de 2015. Após a leitura do expediente, a Senhora Presidente inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 83, de 2015, e Requerimento (RRA) nº 14, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, subscritos pela Senadora Ana Amélia, destinada a debater a questão dos Javalis Europeus no País, com a participação do Sr. Rafael Salerno - Coordenador da Rede Aqui Tem Javali; Sr. Ugo Eichler Vercillo - Diretor do Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. João Riograndense - Coordenador-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (representante de: Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente); Sr. João Pimenta - Procurador Jurídico da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA). Os Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes, os Deputados Valdir Colatto (PMDB/SC) e Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC), o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro (PSD/SC) e o Prefeito Edilson José de Souza, do município de Campo Belo do Sul no estado de Santa Catarina, fazem uso da palavra. A Senhora Presidente faz a leitura de parte da manifestação do Senador Dário Berger, impossibilitado de comparecer à audiência pública por motivo de saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício nº 13, de 2016, subscrito pela Srª Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que encaminha moções aprovadas durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro de 2015, na cidade de Brasília.

Ofício nº 6.349, de 2015, subscrito pelo Deputado Estadual Fernando Capez, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando moção visando à elaboração de projetos de lei para controle da eutanásia de cães portadores de leishmaniose visceral canina, após a realização de exames confirmatórios.

Ofício nº 388, de 2015, subscrito pelo Vereador Aluizio Siqueira Filho, Presidente da Câmara Municipal de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando o Requerimento nº 126, de 2015, aprovado naquela Casa Legislativa, requerendo que seja apresentada pelos Srs. Senadores proposição com a finalidade de amenizar os problemas que o Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, vem sofrendo em função do assoreamento na foz do Rio Paraíba do Sul.

Ofício nº 2, de 2016, subscrito pelo Vereador Higino Bottura Ramos, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, encaminhando moção de repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que retira a obrigatoriedade de afixar o símbolo da transgenia nos rótulos de produtos geneticamente modificados.

Ofício nº 3.341, de 2015, subscrito pelo Vereador Rodrigo Fachini, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de repúdio ao PLC 34, de 2015.

A presente reunião se destina a uma audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 83, de 2015, e 14, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, com a finalidade de debater a questão dos javalis europeus.

Antes de convidar as pessoas para compor a Mesa, eu queria informar aos Srs. Senadores que o Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes, encaminhou a esta Presidência convite para a solenidade de posse do Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente, Marcelo Augusto Boechat Morandi, no dia 21 de março, às 14 horas. O evento acontecerá na sede da unidade, na Rodovia SP-340, km 127,5, em Jaguariúna, São Paulo. Na oportunidade também será lançada a Plataforma Multi-Institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária, Plataforma ABC, componente do sistema integrado de monitoramento do Plano ABC. Esse é o convite do Presidente Maurício Antônio Lopes, ao qual nós agradecemos muito e desejamos êxito nessa nova missão da Embrapa.

Também recebi da Embaixada da Nova Zelândia, em Brasília, correspondência informando que as bolsas de estudo de pós-graduação do Governo da Nova Zelândia estão com inscrições abertas. As bolsas são direcionadas a candidatos de países da América Latina que queiram contribuir para o desenvolvimento dos seus países. A Embaixada da Nova Zelândia está entusiasmada, manifesta a correspondência, em ver crescer o interesse dos brasileiros pela bolsa. Temos atualmente sete bolsistas do Brasil na Nova Zelândia, com curso de especialização e mestrado. Em 2016, as inscrições são todas *on-line* e estão abertas no período de 1º de fevereiro a 30 de abril deste ano.

As bolsas estão disponíveis para os seguintes cursos: mestrado, de um a dois anos; especialização, diploma de pós-graduação, um ano; e certificado de pós-graduação, seis meses. Os candidatos precisam atender a todos os critérios estabelecidos pela bolsa. A preferência será dada àqueles que pretendam desenvolver seus estudos acadêmicos nas áreas de agricultura e de energias renováveis. As inscrições poderão ser feitas *on-line*, e todas as informações podem ser encontrados no *link* fornecido aqui.

Por favor, há um telefone celular esquecido aí.

Eu agradeço muito a informação da Embaixadora Caroline Bilkey e, para os interessados, disponibilizamos o endereço eletrônico da embaixada: <https://www.mfat.govt.nz/en/aid-and-development/scholarships>. Os interessados também podem acessar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que o endereço estará disponível no *site* da CRA. Eu agradeço à Embaixadora Caroline Bilkey pela comunicação.

Aos interessados também informo que foi nomeado o Sr. Daire Paiva Coutinho Neto para Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Conselho do Agronegócio da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz.

Esta audiência pública foi requerida pelo Senador Dário Berger, que não pôde comparecer por motivo de doença, e subscrita por mim.

Comunico a presença do Sr. João Riograndense, Coordenador-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – por favor, eu queria que o convidado João Riograndense tomasse assento à mesa da Comissão –; do Sr. Ugo Eichler Vercillo, Diretor do Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente; e do Sr. Rafael Salerno, Coordenador da Rede Aqui Tem Javali.

E havia solicitado a presença do representante do Governo de Santa Catarina. Eu gostaria que a Secretaria da Comissão registrasse a presença dele, mesmo que não esteja. É o Procurador da Federação do Meio Ambiente de Santa Catarina, o Dr. Alexandre. Por favor, peço à Secretaria, ao Dr. Marcello Varela, que informe o sobrenome do Dr. Alexandre na placa, para o reconhecimento, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, Dr. Marcello, anote o nome completo dele, cargo e representação.

Eu comunico aos senhores que esta audiência é para discutir as questões relacionadas ao javali.

São dez minutos para cada expositor.

De imediato, passo a palavra ao Coordenador-Geral – eu prefiro iniciar com o Dr. Rafael Salerno, que está mais ligado ao tema. Depois, ao Ministério do Meio Ambiente e, por último, à Secretaria, para explicar a política de controle da biodiversidade.

Com a palavra o Dr. Rafael Salerno.

A SRª RAFAEL SALERNO – Bom dia a todos.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui ao Senador Dário Berger e ao Deputado Peninha, que fizeram a indicação.

Inicialmente eu fui orientado que teria de vinte a trinta minutos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Secretaria costuma informar o tempo certo: são dez minutos.

A SRª RAFAEL SALERNO – Então solicito ao pessoal da Mesa que eu possa apresentar pelo menos dois vídeos de vinte segundos cada, porque imagens valem mais do que palavras.

Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto isso, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, que está presente, assim como o Deputado Peninha, de Santa Catarina, citado pelo Dr. Rafael.

(Inicia-se exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos com problemas para exibir o vídeo. Eu queria, então, que o senhor fizesse a exposição, antes de aparecer...

A SRª RAFAEL SALERNO – Isso é uma nascente no Estado de Minas Gerais. Hoje o javali é um problema que está por todo o País, e a nossa rede monitora, com o auxílio de voluntários, a sua incidência. Temos relatos de Roraima ao Rio Grande do Sul, o que varia é o tempo.

Próximo, por favor.

Ali foi uma nascente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas aquele animal que estava ali era...

A SRª RAFAEL SALERNO – Não, passou um cachorro que estava acompanhando o controlador. Essa é uma lavoura onde os javalis passaram.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não foi um trator, não?

A SRª RAFAEL SALERNO – Não foi um trator, não foram capivaras, não foram outros animais. Isso aí é pura incidência de javalis.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quantos javalis teriam passado para fazer esse estrago?

A SRª RAFAEL SALERNO – É de se perder a conta, Senadora. Isso é uma coisa que a gente deve discutir. A taxa de reprodução é muito alta. Uma porca asselvajada: em um ano, são 40 novos indivíduos a campo, e 40 novos indivíduos fariam esse estrago tranquilamente, em curto prazo.

As imagens falam por si próprias, e nós temos outras abordagens aqui que vão além desses prejuízos ambientais e da agricultura.

A apresentação, por favor.

Eu estou aqui presente, ali são duas fêmeas novas, talvez não tenham um ano de idade: dá para ter a dimensão do porte dos animais.

A nossa rede é formada por voluntários, que colhem essa informação e mandam para nós. Eu tenho quase que em tempo real onde é que estão os javalis, onde é que há incidência no Brasil. De São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, eu recebo quase que diariamente.

Nós temos aí: o javali é uma espécie exótica invasora, já declarada como nociva, e, dentro da nossa legislação, já estaria permitido o seu controle uma vez declarada nociva a espécie. A regulamentação acabou restringindo esse controle, seja para os proprietários rurais, seja para controladores que se motivam a fazer esse controle.

Ocorre também que o javali não é a única espécie exótica invasora que está causando danos à agricultura e danos ambientais – por assim dizer, exótica e invasora já é um dano ambiental.

E temos também, no caso da nossa agricultura, diversos animais silvestres que estão em conflito. Eu acredito que o pessoal do Ministério vai poder falar melhor sobre isso.

Então, são problemas para a agricultura e para o meio ambiente.

Este é o horizonte do Rio Grande do Sul em apenas 16 anos: era apenas um Município; em mais 6 anos, 6 Municípios; em mais 10 anos, 213 Municípios. Ali já parou porque praticamente todo o Rio Grande do Sul está ocupado por javalis. Nos Estados Unidos, com todos os recursos que eles têm, em 1982, eram 17 Estados; em 2014, 44 Estados. Os javalis tomaram os Estados Unidos num horizonte muito curto de tempo.

Em relação à taxa reprodutiva, que eu já citei, este é um estudo do próprio Ibama referindo uma infestação no Estado da Bahia. Havia uma população inicial estimada do criador original de 50 cabeças; em 4 anos, havia 900 cabeças a campo.

Essa é a dimensão de um abate realizado no Rio Grande do Sul em dezembro de 2015. Se calcularmos a biomassa, com aquelas imagens iniciais do vídeo que chamaram a atenção para isso, da dimensão do problema que está sendo enfrentado a campo...

Como eu vim a convite do povo de Santa Catarina, por meio do Senador Dário Berger, é importante frisar que é muito mais do que isso. É mais do que o problema ambiental e da agricultura. Existe um risco sanitário enorme de manter essas populações a campo ou, pelo menos, mantê-las sem o monitoramento sanitário adequado, porque elas também existem em outros países, países que têm estados sanitários avançados, mas aí é necessária uma estratégia diferente da atual, porque a prerrogativa da atual foi que voluntários fizessem esse controle sanitário.

Nós estamos fazendo o controle em si, o abate desses animais. O custo estimado de cada animal é de R\$1 mil, ou seja, pendurado naquela cerca havia bastante dinheiro investido. E não temos apoio, quando muito vemos obstruções no caminho para se conseguirem as licenças.

Em resumo, o último dado é importante: a suinocultura de Santa Catarina corresponde a 21% do PIB estadual. Então, em qualquer eventualidade de uma epidemia ou de uma doença constada, o impacto é seriíssimo na economia e na questão socioeconômica do Estado.

Não é preciso falar da qualidade da carne catarinense, dos certificados sanitários que obtiveram no Estado.

Aqui temos a dimensão do que foram os últimos surtos de aftosa no Brasil. A aftosa é só uma das doenças que o javali pode disseminar. Tivemos prejuízos no Paraná da ordem de US\$242 milhões na época; em Mato Grosso, os prejuízos foram da ordem de US\$750 milhões na época. Falava-se no Paraná que havia um prejuízo diário de US\$5 milhões.

Essa é a incidência em Santa Catarina, que não é hoje diferente da encontrada no centro-sul como um todo.

Aqui há um exemplo – não sei se o proprietário rural está aqui, ele me disse que aqui estaria. Mas esse é o exemplo de uma única propriedade em Coxilha Rica, em Santa Catarina. De 2011 a 2014, foram quatro mil javalis abatidos, com quatro equipes de caça em 11 mil hectares. Onze mil hectares é muito para uma propriedade, mas é pouco no contexto territorial do Município ou da região. Então, isso também nos dá essa dimensão. E nos dá a dimensão também de outros problemas, como, por exemplo, a destinação desses animais, porque, hoje, não é permitida nem a distribuição para um familiar ou para um vizinho e muito menos a comercialização, sendo que, em diversos países onde há manejo de fauna em vida livre, há essa comercialização, não há restrições. Na África, em outros países da América do Sul, na Europa e nos Estados Unidos, há essa comercialização. É necessário prover os caminhos para isso.

Vou tentar concentrar essa questão, mas é importante dizer o seguinte: são 24 anos enfrentando javalis no Brasil. Nesses 24 anos, a cada três anos, no Rio Grande do Sul, basicamente do ano de 1995 até 2010, quando, enfim, houve uma liberação – foram 15 anos correntes –, havia uma liberação e uma revogação a cada três anos. Ou seja, havia um conflito, um combate realmente, entre forças que, motivadas por ideologias ou por outras questões, não aceitavam esse controle do animal a campo, enquanto a população rural sofria. As pessoas que se voluntariavam eram taxadas, inclusive, como bandidas, mesmo fazendo um serviço voluntário para a sociedade, seja no nível da agricultura ou no do meio ambiente.

Imagens falam mais que palavras. Esse foi o mapa de incidência do Ibama em 2007. Eram poucos Municípios no centro-sul em 2007. Agora, por favor, atenção para isto: esse é o mapa de incidência de 2014, do final de 2014. Já estamos em 2016. Esse foi um estudo da Rede Aqui Tem Javali, em parceria com o Departamento de Ecologia da Unesp, em que se constatou um crescimento de 11,5 vezes nessa incidência territorial em apenas sete anos. O que será dos próximos sete anos ou da próxima década? É muito preocupante!

Nos Estados Unidos, há diversos estudos. Mesmo o Estado do Texas, com 900 mil caçadores, onde arma de todo tipo e calibre é liberada, não conseguiu fazer esse controle. Esse é um problema multifacetado. Hoje

há mais de três milhões de javalis em vida livre somente no Estado do Texas. Então, é uma praga, mas que acaba conotando a questão de convivência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali, quando se fala em colisões: é porque ele atravessa a estrada?

A SRª RAFAEL SALERNO – Exato. Eu teria até vídeos do Rio Grande do Sul desta semana. É constante o envio de informações.

(Soa a campanha.)

A SRª RAFAEL SALERNO – Tenho mais um minuto.

A nossa legislação sobre caça, controle e abate a campo seria muito adequada se fosse realmente aplicada. Infelizmente, ela não é aplicada. Mas seria uma lei moderna, comparada a de outros países.

O Ibama, na sua Instrução Normativa nº 141, de 2006, que trata de fauna sinantrópica nociva, de forma estranha, permitiu o abate sem restrição de algumas espécies, como o próprio rato.

O que nos permite matar rato, barata e pernilongo, na verdade, é essa instrução normativa, mas ela restringe outros. Por exemplo, o abate da pomba doméstica é liberado; do pardal, que é problema em muitos estabelecimentos, não. Há restrições que estabelecem que somente indivíduos do Poder Público podem atuar abatendo determinados animais, enquanto, por exemplo, um fazendeiro que tem seu gado atacado por cães, se ele atuar, defendendo-se ali, ele pode ser preso, como de fato ocorreu diversas vezes no Estado de Minas Gerais.

O CTF, que é a norma atual, instituído na Instrução Normativa nº 03, de 2013 – infelizmente, nós já temos experiência de três anos, e posso falar com todas as palavras aos senhores –, é um fracasso! Desculpem o termo, mas a verdade precisa ser dita. Por quê? Porque não se compreendeu a realidade do produtor rural, das populações rurais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que quer dizer CTF?

A SRª RAFAEL SALERNO – O CTF é o Cadastro Técnico Federal feito junto ao Ibama, que é, em tese, muito simples, porque você pode fazer pela internet. Em 30 minutos, você teria uma pessoa cadastrada e apta a ir a campo – em tese. Na sequência, em 3 meses, é necessário apresentar um relatório, que, *a priori*, precisava ser no escritório do Ibama. Então, você tinha que parar sua atividade, perder seu dia de serviço e gastar gasolina por quilômetros para poder atender à exigência de apresentar um relatório sobre um serviço voluntário ambiental que você estava fazendo.

A realidade no campo é muito diferente. Quem está vendo aqueles javalis ou a sua lavoura ser atingida, como vimos no vídeo, não pode esperar um cadastro; a pessoa não pode depender da feitura de um relatório. Foi transpassada uma responsabilidade ao cidadão e ao proprietário rural que não é deles.

Por fim, em dados, a verdade é a seguinte: até o último levantamento, eram pouco mais de 7 mil inscritos, dos quais nem 20% conseguiram se manter regulares. Ou seja, 80% foram levados à ilegalidade.

Dos abates – porque o que se fala é da necessidade dos dados –, em setembro de 2015, não haviam tabulado os dados dos formulários de 2014! Então, esses dados são para quem? Para encher gaveta, basicamente.

Estamos colocando dessa maneira por quê? Em resumo, o simples fato de se declarar um animal nocivo já permitiria o controle, que é o nosso objetivo primário. O mais importante seria abater esses animais. As formas de controle são diversas. O pessoal, dependendo da incidência no exterior, abate até com aeronave.

A dimensão que nós temos colocado. Os produtores rurais, infelizmente, nos chamam quando o estágio já está muito avançado; o ideal seria chamar na primeira incidência, ou seja, viu pegadas, chame os controladores. Essa seria a melhor rotina para se conseguir garantir a produção ao final do ciclo.

Nós temos um sério problema com ativistas, ativistas que aparentemente não têm compromisso algum com a sociedade, nem mesmo com a vida humana. Nós passamos por uma situação muito delicada recentemente, quando faleceu um colega nosso num acidente com arma de fogo. Na sequência, o pessoal lançou manifestações. Pessoas que são presidentes de OSCIPs, quase 60 mil pessoas, veterinárias, lançaram este manifesto que faço questão de mostrar aqui: a pessoa comemorando a morte de um cidadão e, na sequência, centenas de outras pessoas comemorando a morte de um cidadão, um pai de família com duas filhas, um amigo. Realmente, é impossível conviver com pessoas dessa natureza.

Mais do que tudo, essa ideologia tem restringido a principal ferramenta para o controle de javalis no Brasil. Nós fizemos um estudo também com os departamentos de Ecologia da Federal de Lavras, Unesp, o pessoal do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo...

(Soa a campanha.)

A SRª RAFAEL SALERNO – ... e 80% do controle de javalis é feito com o uso de cães. E é o principal problema. Por quê? Porque hoje cães e gatos estão para o Brasil como as vacas estão para Índia. É isso o que está acontecendo no Brasil hoje.

Eu gostaria de resumir essa questão, já que meu tempo se esgotou: restringir o uso de cães, de qualquer forma, é promover o aumento da expansão de javalis no Brasil, com sérios riscos à economia de diversos Estados, assim como à economia do País de forma geral.

Haveria outros eslaides, mas meu tempo já se esgotou.

Agradeço a oportunidade de estar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Rafael Salerno. Na hora dos debates, V. Sª poderá voltar a outras informações.

Convido agora Ugo Eichler Vercillo para fazer uso da palavra, ele que representa aqui o Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, aqui de Brasília.

O SR. UGO EICHLER VERCILLO – Bom dia a todos.

Senadora Ana Amélia, eu queria agradecer a oportunidade e o espaço dado ao Ministério do Meio Ambiente. É uma grande honra estar mais uma vez no Senado atendendo a demanda dos Parlamentares.

O Ministério do Meio Ambiente, desde 2006, montou uma estratégia nacional para espécies invasoras. Esse trabalho é fruto da importância de se trabalhar com o tema controle de invasoras no Brasil.

Só para nivelar o conhecimento de todos: espécie exótica invasora é aquela que não ocorre naturalmente no território nacional e cuja introdução e dispersão não apenas ameaça a diversidade biológica, mas também a saúde humana e a economia. Então, é importante entender que são fatores que vão além da questão ambiental em si, afetam também economia e saúde.

Para tentar controlar isso, em 2009, foi publicada uma resolução da Conabio que estabelece estratégias nacionais para espécies exóticas invasoras. Ela foca em três grandes pilares: prevenir e mitigar os impactos negativos de espécies exóticas invasoras, ou seja, prevenir a sua introdução; planejar e executar ações de prevenção, erradicação, contenção ou controle.

Aqui quero destacar que existem diferenças no processo para controlar uma espécie invasora. A primeira coisa a fazer é prevenir a entrada, porque, uma vez que uma espécie entre, há o processo de preestabelecimento, quando se consegue ainda inibir que a espécie se prolifere e se disperse no ambiente. Por fim, uma vez que ela consiga se introduzir, consiga se estabelecer e comece a se dispersar, passamos ao processo de controle, que é o processo mais difícil.

Como o Dr. Rafael Salerno teve oportunidade de mostrar, os Estados Unidos investem milhões para controlar o javali, a espécie se estabeleceu lá e está se dispersando de forma incrível. Tivemos oportunidade de trocar informações com uma equipe do Texas para saber como eles estão fazendo o controle lá e trazer a tecnologia para cá, mas eles também estão apanhando bastante, porque é uma espécie que tem capacidade de dispersão muito grande.

Nesse processo de implementação da estratégia foram produzidos informes sobre a situação de espécies invasoras, não só sobre as espécies consideradas invasoras que já estão estabelecidas, mas também sobre espécies com potencial invasor – e é significativo o número de espécies com potencial de invasão que estão sendo registradas no Brasil, daí a importância de a estratégia ser devidamente implementada. Então, desde 2006, produzimos informações sobre a situação das espécies exóticas no Brasil.

Focando no javali, é importante destacar que é uma espécie exótica invasora que traz problemas para o meio ambiente: compete com espécies nativas, degrada ambientes naturais e destrói a flora e a fauna – pequenos animais, insetos, anfíbios, sementes, frutos, brotos, tudo isso o javali tem o poder de devastar numa área grande. Mas não só isso: é uma espécie que tem grande poder de destruir lavouras e traz grande risco para a saúde animal, a saúde sanitária.

O problema do javali não é novo, não é deste ano – acho que o Salerno conseguiu apresentar bem esse histórico. Desde 1995, são implementadas medidas para tentar controlar e evitar essa dispersão. Portarias editadas desde 1995 pelo Ibama estabelecem regras para que seja permitido o manejo, para que seja feito realmente o controle e o abate. Temos essa série de normas, que vão de 1995 a 2005, apresentando isso.

A norma mais recente é a Instrução Normativa nº 3, de 2013 – acho que o João vai explorá-lo um pouco mais na apresentação dele –, e queria destacar para vocês alguns pontos que ela traz. Ela declara a nocividade do javali, permitindo o controle populacional, e suspende a instalação de novos criadouros para evitar que surjam novas fontes para introdução e reintrodução do javali. Além disso, estabelece um comitê permanente interinstitucional de manejo e monitoramento das populações de javalis em território nacional.

Então, a gente tem atuado de forma efetiva buscando ampliar a capacidade de controlar o javali, não só por meio das regulamentações e pelas normas para controle da espécie, mas também por meio de ações em campo em si.

Hoje existem unidades de conservação federais... O Instituto Chico Mendes tem promovido ações para controle dessas espécies nessas áreas protegidas, oito delas têm controle efetivo e 6 têm monitoramento. Além disso, alguns planos de ação, que são ferramentas para ordenar ações para conservar a espécie em extinção, também identificaram o javali como uma ameaça e propõem também ações para o seu controle.

E destaco algumas ações criadas pela ICMBio. Desde 2011 temos trabalhado na construção desses planos, na realização de seminários para conseguir implementar ações para controle, e há uma série de ações sendo produzidas para evitar a ampliação, a dispersão dessas espécies em áreas protegidas.

Um exemplo desse trabalho é o que acontece em Ibirapuitã, onde temos feito um trabalho desde 2009 buscando fazer um controle com armadilhas, mesmo o controle por meio de caça. Isso é feito em parceria com as comunidades que lá vivem, com os moradores da região.

Mas esse desafio não é um desafio só da área ambiental. É importante destacar, como foi posto aqui, alguns problemas, como a questão da destinação de carcaça, potencial para uso. São questões que não estão na esfera de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Por isso, para que possamos avançar no controle efetivo do javali, é importante ter outros atores envolvidos no processo. Os Estados têm responsabilidade na gestão também, assim como o Ministério da Agricultura e Pecuária, porque todos os protocolos de atuação ligados ao abate e ao transporte animal são relativos ao Ministério da Agricultura.

Por exemplo, a Instrução Normativa do Mapa nº 06/2004 proíbe o trânsito de suínos na zona livre de peste suína clássica. Então, existem restrições. A Embrapa também tem um trabalho em cima disso e não indica o consumo da carne devido às possíveis doenças que podem ser transmitidas.

É importante ampliar esse debate para envolver outros setores, não só os que estão aqui na Mesa hoje. Sabemos que não é um tema simples, é um tema complexo. A própria autorização do manejo do javali tem trazido também outros impactos ambientais. Por exemplo, há relatos de uso indevido da autorização para captura de javali para capturar queixadas, o que tem tido um impacto ambiental também. Apesar de termos promovido todo esse trabalho de forma clara, sistêmica e transparente, isso não tem sido suficiente para a sociedade entender e aceitar as ações que estão sendo promovidas.

O Ministério Federal abriu um inquérito civil para apurar a suposta condescendência do Ibama para com a utilização de métodos cruéis no abate de javalis. Então, apesar de o Poder Público estar atuando para o controle, ainda que não a contento, o que estamos promovendo tem sido questionado pelo Ministério Público Federal, pela sociedade civil, que até posta aí um chamamento para ocuparem o Ibama... Apesar, segundo a visão do Salerno, de não estarmos facilitando as coisas, na visão oposta estamos prejudicando e atrapalhando, eles estão querendo invadir o Ibama por conta disso. E também há outro lado, o lado de pessoas que estão sofrendo com a presença do javali e que precisam que tenhamos medidas claras e transparentes para fazer esse controle.

Para avançarmos no processo de controle dessa espécie: a nossa meta para este ano de 2016 é elaborar o Plano Nacional de Controle do Javali. Vamos estabelecer ações de prevenção, controle e monitoramento da espécie buscando mitigar os impactos negativos. Para isso, estamos promovendo cinco etapas ao longo deste ano, que envolvem consultoria especializada, grupo técnico, seminário, consulta pública sobre a proposta e, depois, a elaboração da proposta em si.

Para que esse processo tenha sucesso, precisamos trabalhar de forma integrada, temos que ter a sociedade de toda envolvida, engajada, os órgãos estaduais e federais envolvidos, não só o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e o ICMBio. Nós precisamos da agricultura junto conosco, da saúde também, precisamos todos juntos caminhar no mesmo caminho em busca de uma solução para esse problema que afeta todo o nosso País.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Ugo Vercillo, pela exposição.

Eu passo agora ao Procurador Jurídico da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, João Pimenta.

Queria também anunciar e agradecer a presença do Prefeito de Campo Belo do Sul, Prefeito Edilson José de Souza, e do Deputado Estadual de Santa Catarina Gabriel Duarte. Já mencionei o Deputado Valdir Colatto e o Deputado Peninha, ambos do PMDB de Santa Catarina, que é o Estado aparentemente mais afetado, embora o meu Estado do Rio Grande do Sul, como foi mostrado no mapa, esteja bordado de javalis.

Com a palavra, o Dr. João Pimenta.

O SR. JOÃO PIMENTA – Bom dia a todos.

Bom dia, Senadora Ana Amélia. Cumprimentando a senhora, eu cumprimento as autoridades da Mesa.

Cumprimentando os Deputados Federais Valdir Colatto e Peninha, cumprimento os demais Deputados e os demais aqui presentes.

Em nome do Estado de Santa Catarina, da Fundação do Meio Ambiente e de seu Presidente Alexandre, nós estamos aqui justamente para debater e tentar buscar soluções mais efetivas para que o Estado possa controlar e tentar – sei que é difícil – erradicar o problema desses animais invasores.

Acredito que seja fato incontroverso aqui que o javali é uma espécie invasora dentro do Estado. Dentre os mecanismos que estão sendo adotados, há, desde 2012, a delegação da gestão de fauna do Ibama para o Estado, e a Fundação do Meio Ambiente vem sendo cobrada sobre ações, sobre formas mais incisivas para promover o controle dos animais.

Hoje nós enfrentamos – falo como Procurador Jurídico da Fundação –, no âmbito da fundação, uma insegurança jurídica: até onde nós podemos tratar essa questão dentro do Estado? Isso porque, em 2012, em função da Lei Complementar 140, foi delegada essa gestão de fauna para o Estado, porém a regra que autoriza o caçador a fazer o abate é dada através de uma instrução normativa do Ibama que surgiu depois dessa delegação de gestão de fauna – através da Fatma, Santa Catarina foi o primeiro ou o segundo Estado a receber essa gestão de fauna.

Então o que a gente poderia ver, junto com o Ibama, é de que forma isso pode ser feito, delegado também para o Estado. Conforme o nosso primeiro apresentador aqui colocou, hoje essa solução já existe, é legal, mas é uma solução ineficiente, por todos aqueles problemas que ele colocou. Nesse quesito, acho que a Fundação do Meio Ambiente, que possui 14 gerências regionais dentro do Estado e está vinculada a todas as secretarias regionais – falo agora exclusivamente no âmbito do Estado de Santa Catarina –, pode desenvolver algo mais preciso para facilitar essas autorizações e fazer com que o criador busque se regularizar, em função de todos os problemas já mencionados.

Conversamos com outros Estados para debater esse problema, para saber como agiram. Cinco anos atrás, o Estado do Rio de Janeiro autorizou, via polícia ambiental, esse abate, com a doação da carne dos javalis para as entidades públicas e entidades sociais. Mas esse é um impasse que nós temos dentro do Estado, porque a instrução normativa autoriza, mas não permite a venda, não permite toda essa questão. Então, dentro do Estado, junto com o Ibama, se a gente pudesse ter uma melhor administração, acredito que a gente poderia fazer esse controle da melhor forma.

Nós estamos falando de uma questão também social, nós não podemos esquecer que o abate de um animal tem todos esses pontos colocados. Então, tem que ser tudo de uma forma administrada, da forma mais transparente possível, para que o problema seja solucionado, o problema das invasões, mas sem colocar em risco essa questão social que é de grande clamor público.

Então, Senadora, é um problema dos dois lados. A forma de trabalhar, de solucionar, é o que acho que pode ser tratado no âmbito federal e dos Estados para que se possa fazer essa melhor administração.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Pimenta, que é procurador jurídico da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Quero pedir desculpas ao Deputado Estadual Gabriel Ribeiro. Ao mencioná-lo, foi dito aqui outro nome em função da informação da assessoria do Senador Dário Berger. O Deputado Gabriel Ribeiro representa aqui a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Passo a palavra ao Dr. João Riograndense, que é Coordenador-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Bom dia todos.

Gostaria inicialmente de agradecer à Senadora Ana Amélia, minha conterrânea, e também aos Deputados Peninha e Valdir Colatto, em nome dos quais cumprimento todos os outros Deputados e prefeitos presentes.

Essa questão do javali, acompanhei muito de perto no meu Estado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nosso.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Nosso Estado.

Acompanhei essa questão muito de perto, porque fui por cinco anos Superintendente do Ibama, de 2010 a 2015, até o final do ano passado, quando vim para cá coordenar essa área de autorização de uso, um novo desafio.

Vamos passar ao próximo.

Vou fazer uma rápida explanação nesta introdução.

O javali não caiu do céu aqui. Temos relatos do início do século passado que dão conta de que matrizes foram importadas da Argentina. Nas décadas de 60, 70 e 80 também animais vieram da Alemanha para o Brasil para que se analisasse a viabilidade econômica dessa criação, em função do nosso mercado consumidor. Em 1989 tivemos um episódio no Rio Grande do Sul e no Uruguai, uma seca muito intensa. Há estudos que mos-

tram que poderia essa dispersão ser natural, por uma entrada... Mas isso seria de menor monta. Em 1992, o Ibama autorizou a criação comercial, com matrizes importadas da Argentina, do Chile, do Uruguai e da França. Inicia-se, então, nesse período, a criação comercial. Paralelamente a isso, ocorreram introduções clandestinas no País, tanto para a criação com fins de consumo de carne como para a própria atividade de caça.

Sobre os impactos ambientais, acho que o Rafael e o Ugo já falaram bastante. Eu só queria destacar mais a questão da flora, dos impactos na biodiversidade, onde temos uma grave perda da fertilidade do nosso solo. Há estudos que mostram que, em áreas com alta incidência do javali, há diminuição de invertebrados, minhocas, que podem chegar a 80% e, com isso, a fertilidade vai se reduzindo. Então, além da destruição das lavouras, há os danos à pecuária, principalmente à ovinocultura em nosso Estado – há ali cordeiros jovens, que são alimento. Eles necessitam de uma quantidade muito grande de proteínas, e eles o fazem consumindo essas minhocas.

Além disso, nós temos dados sobre a transmissão de doenças. Entram aí peste suína, febre aftosa, tuberculose, brucelose. E há também, não raramente, ataques a seres humanos, porque eles estão cada vez mais próximos do homem. Também há que se mencionar o assoreamento dos rios e a erosão do solo. Enfim, são danos de ampla abrangência.

Aqui nós podemos ver alguns prejuízos.

Aqui vemos prejuízos no Parque Nacional das Araucárias – fiz questão de trazer algo de Santa Catarina, É o fuçar, o hábito do animal, que vai retirando a cobertura vegetal, com a destruição principalmente das lavouras de milho, embora eles também ataquem lavouras de soja em menor grau e lavouras de cana-de-açúcar.

Aqui, o histórico.

O que o Ibama fez? Já em 1995, identificou esse animal na natureza causando danos. Então, editou essa Portaria nº 07, permitindo o manejo de controle por três meses e meio. Em 2002, ele aumenta o número de Municípios, passa a um ano. Em 2004 repete, aumentando o número de Municípios, que é o que o Rafael mostrou, devido à dispersão do animal. Em 2005, pela Instrução Normativa nº 71, expande para todo o Estado e por tempo indeterminado.

Essas medidas não foram suficientes. O Ibama, em 2010, revoga IN anterior e faz um estudo com os especialistas para todo o País. Em 2013, edita a Instrução Normativa nº 03, declarando a nocividade da espécie exótica invasora javali. E aqui é importante salientar que, no nosso País – e este é o ponto onde está toda a discussão –, a caça amadorista que existia no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de portarias, foi proibida. Então, hoje, no País, a caça é totalmente proibida. E o Ibama editou essa IN porque, caso contrário, de maneira nenhuma, o Rafael ou qualquer outra pessoa poderia manejar um animal silvestre no nosso País, porque a legislação hoje não permite. Ela só abre esta exceção: declarada a nocividade da espécie exótica – no caso, invasora –, o Ibama autoriza o controle populacional do javali. Mesmo assim, nós respondemos expedientes quase diariamente do Ministério Público e de ONGs de proteção dizendo que nós estamos ferindo a legislação nacional.

Juntamente com a IN nº 03, nós editamos a Portaria nº 65, envolvendo todos os entes, porque esse problema – e é importante a fala de todos, Senadora – não é do Ibama; esse problema é da sociedade brasileira. Nós temos que conscientizar a nossa população – e daí a importância de todos – de que esse animal causa danos. E o Ibama não autoriza a caça porque goste que se matem animais silvestres, como muitas vezes escutamos. Nós autorizamos a caça porque esse animal causa sérios prejuízos à saúde pública, ao meio ambiente, além de prejuízos econômicos.

Aqui estão dados oficiais sobre a presença do javali no Brasil. Nós temos a sua presença confirmada em toda a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. E temos – ainda não confirmado, mas já com pesquisadores levantando a presença do javali – ocorrências no Acre, no Piauí e em Pernambuco. Isso já vai ser...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. João Riograndense, o Senador Flexa Ribeiro, que é do Pará, diz que lá só há búfalos. Porém, o senhor está provando, pelo mapa, que em Paragominas e Serra do Cachimbo já há javalis.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Estão entrando lá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não vai lá? Tem medo do javali?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou até verificar, Srª Presidente, lá em Paragominas. A Serra do Cachimbo é quase no Mato Grosso, é área de preservação. O Senador Blairo Maggi tem que ajudar também para nós fazermos essa limitação. Agora, lá em Paragominas, eu vou ver, porque a carne de javali é muito gostosa.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – É muito gostosa.

Aqui, então, o que nós estamos vendo é um animal que tem uma possibilidade de dispersão muito rápida.

Aqui temos dados oficiais e, neste ponto, eu entro na discussão com o Rafael.

Realmente, nós temos um sistema que nós precisamos aprimorar – refiro-me ao cadastro desses manejadores. Nós temos de chamá-los de manejadores, porque, como disse, essa questão da caça é muito sensível no nosso País.

Esses manejadores apresentaram, após a publicação de 2013 a 2015, 405 relatórios, e nós temos ali o número de 1.629 javalis abatidos. Esse número, como o Rafael mostrou, pode não ser real, muitas vezes os números que vêm da área são superestimados.

A gente precisa unir esforços. E aí eu vejo que esse plano de ação nacional envolvendo todos os atores, inclusive os Ministérios Públicos Estaduais e o federal... Nós temos que colocá-los também nessa discussão para que nós tenhamos o reconhecimento da importância de controlar essa espécie exótica invasora. Não podemos hoje tratar javali como *pet*, animal de estimação. Ele não é *pet*, trata-se de uma espécie exótica invasora, e ele é tratado assim em todos os países.

O Ibama, o País, não está inventando nada. Onde o javali é espécie exótica invasora – ele é natural da Europa –, como na Austrália e nos Estados Unidos, a caça é autorizada. E até na França, onde ele é nativo, a caça é autorizada.

Então, não temos, hoje...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe, Dr. João Riograndense. Eu prestei muita atenção no primeiro quadro que o senhor mostrou, onde o senhor disse que a espécie é originária da Alemanha.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Não, eu disse que as primeiras matrizes vieram da Alemanha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas a origem é na França.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Não, é de toda a Europa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É por causa do Asterix? (*Risos.*)

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Está certo!

Aqui, por Estado.

Por que o Rio Grande do Sul – e isso não quer dizer que a incidência seja maior no Estado – tem uma experiência maior desde 1995, com essas autorizações para o manejo de javali? A caça, ali no Estado, tem uma maior relevância.

Como eu disse, em 2016 nós precisamos ter ações articuladas. E aqui eu acho importantíssimo o que o Procurador João Pimenta coloca: nós temos que articular muito fortemente com o Estado. Espécie exótica invasora não é uma exclusividade do órgão federal, é do órgão estadual e também do próprio Município. Se nós não integrarmos Emater, Secretarias de Agricultura, Secretarias de Meio Ambiente dos Estados, o Mapa, o Ibama e o próprio Exército nessas ações, nós não vamos avançar no controle. Como está visto aqui, há ações esporádicas de alguns Estados. O Ibama, desde 1995, vem trabalhando, mas a dispersão aconteceu e vai continuar acontecendo se nós não atacarmos essa questão como uma prioridade nacional.

Para isso, nós participamos ativamente – e verificamos com muito bons olhos – da iniciativa de nós elaborarmos, juntamente com o Ministério e com o Instituto Chico Mendes, o plano de ação nacional, que vai direcionar as ações para cada ente, o que o Estado, o Ibama, o ICMBio e a Secretaria de Agricultura vão fazer. E aí, para esse debate, nós temos que trazer as forças que estão a discutir a nossa estratégia.

A estratégia do Ibama é clara: declarou a nocividade. Foi uma ação muito corajosa da instituição declarar a nocividade, pelo que vem respondendo, praticamente sozinha, os questionamentos referentes à questão de descumprimento da legislação.

Assim, se nós não envolvermos toda a sociedade nessa defesa do controle do javali, nós vamos continuar tendo resultados pífios. Nós precisamos atuar conjuntamente, com os vários setores se manifestando.

Com relação a carcaças, trânsito de carcaças, como o Rafael coloca, as proibições, muitas vezes, vêm de outros órgãos, como o Ministério da Agricultura e Secretarias. Por isso, precisamos unir esses esforços. Nós temos portarias estaduais pós 2010, do Estado de Santa Catarina, do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado do Paraná e do Estado do Mato Grosso. Ou seja, há um esforço também dos Estados para o controle do javali. Contudo, sem essa união federal de Estados e Municípios, nós vamos continuar não tendo sucesso, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Riograndense, que confirma aqui a gravidade do problema.

Eu, lembrando a posição do Dr. João Riograndense, faço uma analogia com o mosquito *Aedes aegypti*, que é uma questão que envolve toda a sociedade. Então, é preciso... Há um grupo de pessoas que não querem

que se faça o abate, mesmo reconhecendo a gravidade do problema. Trata-se de uma espécie exótica, transmissora de doenças graves e que compromete inteiramente não só o meio ambiente, pela devastação que promove, como também a economia dos Estados, como Santa Catarina, que é uma zona livre de aftosa sem vacinação. Como o javali pode ser transmissor da febre aftosa, ele pode ser um indutor da introdução da febre aftosa no Estado. Então, o risco é muito grande.

Eu queria, assim, agradecer os nossos expositores.

Agora concedo a palavra aos Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes, pela ordem de chegada a esta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero cumprimentar aqui o Dr. Ugo, o Sr. Rafael Salerno, o Dr. João Riograndense e o Dr. João Pimenta.

Objetivamente falando, temos que separar o seguinte. O cara, às vezes, é contra, mas ele não tem o problema; não é produtor...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é parte.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, ele não é parte. Então, é fácil fazer discursos sem ter o problema.

Eu não estou aqui defendendo... Eu acho que o Dr. João Riograndense tem uma compreensão muito lúcida da questão, pelo que quero parabenizá-lo, no sentido de dizer: "Como é que nós resolvemos isso?" Porque a questão é a seguinte: eu acho que têm que se sentar à mesa o Rafael Salerno, o João e tirar dali uma posição.

Ele diz que uma parte da culpa é nossa, porque a legislação é que não deixa. Então, qual seria a legislação de que o Ibama precisa? Qual é a modificação que precisa ser feita – claro, com controle também, para que não se saia autorizando de qualquer forma – para que se tenha um controle realmente efetivo disso, não deixando também, muitas vezes, que se perca o controle?

Eu penso que o que tem de ser feito hoje é conter essa dispersão. E os dados estão aí para mostrar.

Eu sou do Mato Grosso do Sul. Então, nós temos um problemão! E é muito comum você ver. Na hora em que ele entra numa lavoura de milho, quem fica com o prejuízo é o dono da lavoura; não é o cara que fica... É lógico! Agora, nem por isso nós vamos deixar de ver as coisas pelo outro lado. Por isso que, quando se coloca gente de bom senso, principalmente ouvindo o produtor rural, aquele que tem o problema, que fica com o prejuízo... Porque, senão, o cara acha que vai controlar e não consegue. E o que é pior? Quando você tem uma reação, e essa reação vocês não vão conseguir fiscalizar.

Daqui a pouco, o Rafael, que tem uma ONG, que tem voluntários, vai dizer: "Espera aí!"

É igual a onça. Ela começa a atacar; ela vai para cima mesmo. O cara perde, por ano, às vezes, 20, 30, 50 reses. Agora se diz: "Ah, mas não pode!" Tudo bem; mas qual é a alternativa? Tem que ter uma solução para o problema!

Rafael, eu sei que você está angustiado aí, mas a palavra vai voltar para você. Fica tranquilo! Você é jovem, por isso está angustiado. Mas a Senadora Ana Amélia vai permitir que você se pronuncie novamente.

Então, o que eu acho, objetivamente, Senadora Ana Amélia – senão, ficamos aqui a manhã inteira falando as mesmas coisas, repetindo uns aos outros e não objetivando aquilo que me parece muito claro –, primeiramente vamos alterar a legislação onde ela precisa ser alterada. Mas tem que alterar de forma que os produtores sejam ouvidos, bem como o Ministério participe, para não ficar depois pressionando o Ibama, o pessoal do meio ambiente. Porque é assim também: o cara, depois, tem que ficar respondendo ao pessoal.

Então, é isso que nós temos que fazer. Agora, vamos liberar? Pode tudo? Não! Vamos fazer uma coisa que é necessária, mas que, também, atenda aqueles que realmente estão com problema e que querem participar de forma até cooperativa.

Eu acho que esta Comissão poderia, depois, se me permitem, encaminhar essa questão, através do Ibama e do Meio Ambiente, mas com a participação das Secretarias de Meio Ambiente de cada Estado, principalmente daqueles onde o problema está mais afluído. Vamos começar por aí!

A primeira coisa é mudar a legislação. Mas onde e como? Isso é importante, até para que a gente não fique cada um querendo... E, com essa nova legislação, com a participação do Ministério Público, do Ibama e do Meio Ambiente, nós vamos chegar a um bom texto.

Eu acho que é por aí. E, depois, ainda, com uma forma de autorizar os Estados, descentralizando isso... Não adianta ficar aqui em Brasília, com o Ibama, sendo que o problema está lá. E quando eu falo Estado, eu me refiro ao Estado e ao Município. Ocorre que, muitas vezes, há Municípios tão pequenos que não têm essa estrutura. Então, é preciso, a partir das Secretarias estaduais, chegar aos Municípios. É claro que os Municípios de médio e de grande porte podem, eles mesmos, ser delegados a assumir essa responsabilidade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente Ana Amélia.

Cumprimento os convidados da Mesa: o Sr. João Pimenta, o Sr. João Riograndense – Riograndense até no nome, não é? – e o Rafael, bem como todos os presentes.

Esse é um assunto que, por onde a gente caminha em Mato Grosso, por onde a gente passa, em especial nos ambientes agrícolas, provoca uma reivindicação e, principalmente, um pedido de explicações. As pessoas não sabem muito bem como se comportar diante desse problema que, hoje, é real no campo.

Por outro lado, sabe-se que pode fazer o abate, mas não se sabe exatamente como. Então, a audiência pública de hoje aqui acho que vem esclarecer bastante esses assuntos e também fazer o encaminhamento para que possamos ser mais claros e específicos nesse assunto. O prejuízo que esses animais estão dando no campo é muito grande e não é apenas o prejuízo financeiro. Quem lida com agricultura sabe que o agricultor precisa entrar na lavoura; todos os dias ele precisa fiscalizar a sua lavoura e andar pela lavoura para verificar se tem praga ou não tem, como está o desenvolvimento.

Em Mato Grosso, principalmente, já várias vezes, houve incidentes com esses animais e os homens que trabalham na agricultura. Há filmagens que os agricultores fazem e postam nas redes sociais de verdadeiros bandos ou manadas enormes...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Matilhas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Matilhas? Não, matilhas é de cachorros. Vara!

A SRª RAFAEL SALERNO (*Fora do microfone.*) – Em geral, no Mato Grosso, são queixadas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – São queixadas?

A SRª RAFAEL SALERNO (*Fora do microfone.*) – Mas estão bem distribuídos com os javalis.

O SR. UGO EICHLER VERCILLO (*Fora do microfone.*) – É uma espécie nativa brasileira.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, se a exótica eu não consigo controlar, imaginem a nativa, como vai ser lá?

O volume é imenso de animais. Imenso! Os estragos nas lavouras são muito grandes. Já que estamos tratando desse assunto de um animal exótico, vamos ter que botar na pauta como vamos fazer o controle dos nativos, porque não sei se houve um descontrole. Acho que não, porque o que tem acontecido é que a agricultura tem proporcionado um volume de alimentos muito grande. E alimentos de qualidade. E sabemos que, com alimentos de qualidade em abundância, a população cresce. Foi assim com o ser humano.

Vejo, nas lavouras por onde ando, lá na fazenda, que, na época das chuvas, com comida abundante, milho bom para comer – até a gente come ele cru, imagine se o porco não vai comer –, água no chapadão e comida, então, ele nem vai mais para o rio, não vai nem para o Cerrado, se instala por ali.

A situação é bem complicada e que merece a atenção de todos nós aqui no Senado, no Congresso Nacional. Eu ouvi não sei de quem – acho que foi do Rafael – que a nossa legislação é muito falha. Talvez a gente tenha que se debruçar, Senadora Ana Amélia, nesta Comissão, em um esboço de legislação para tratar deste assunto: defesa não apenas dos animais, mas do homem, da agricultura e do próprio meio ambiente, como mostrado aqui.

Eu quero cumprimentar o Senador Dário Berger. No momento S. Exª não está aqui, mas foi quem fez esse pedido de audiência pública, subscrito por V. Exª, porque o tema é importante e vale uma grande reflexão de nossa parte.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Antes de passar a palavra ao Senador Flexa, o Senador Ivo Cassol pede a palavra pela ordem.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol, de Rondônia, lá também tem javalis.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Lá não tem. Eu quero aqui dar o testemunho....

A SRª RAFAEL SALERNO (*Fora do microfone.*) – Eu lhe mando fotos, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tem? Já conseguiu também? Então, eu não sei, porque não sei distinguir javali do porco-do-mato e não sei mais do quê.

Eu só quero dar um testemunho de que, na minha propriedade, há mais ou menos 60 dias, o filho do meu vaqueiro quase morreu por causa de porco-do-mato. Eles estão avançando, vêm para cima. Ele estava em cima de uma mula e foi derrubado e cortado. Deu sorte que o pai dele conseguiu descer e, como quem trabalha não

pode usar arma – só bandido que pode usar arma neste País, nem para se defender o cara pode ter uma espingarda –, imaginem ele tentando acudir o filho. E conseguiu socorrer e, depois, ele ficou por cinco dias na UTI.

Então, lá também existe uma quantidade de porco-do-mato, que a gente conhece como porcão, e, com certeza, de javalis também.

Assim, gostaria de sugerir que seja expandido não apenas ao javali, mas a toda a área, porque não se trata apenas da questão de destroçar a roça, como também colocar em risco a vida das pessoas.

Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço. É um bom depoimento do Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Isso aconteceu na minha propriedade, na Fazenda Kajussol, perto da cidade, que preservamos, mas, infelizmente, os porcos botam os peões para correr. E não foi a primeira vez que aconteceu isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol, de Rondônia.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente Ana Amélia, Senadores, senhores convidados, eu não sabia da existência do javali no meu Estado. Mas, pelo mapa aqui mostrado, ainda é pontual ali na Serra do Cachimbo, que é uma área de proteção ambiental, como eu disse.

E Paragominas é uma cidade modelo para o Brasil. Lá, antes de o PSDB assumir o governo – já são cinco mandatos continuados, Senadora Ana Amélia –, Paragominas era “Paragobalas”. Agora, Paragominas é modelo. Meus amigos de lá são tão orgulhosos da mudança que fizeram na cidade que eles chamam de “Parisgominas” agora. *(Risos.)*

Vejam como uma gestão séria e comprometida pode fazer a mudança!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no Rio Grande do Sul, há uma cidade chamada Arambaré, agora eles estão achando que existe uma praia de água doce na Lagoa dos Patos, que é “Arubaré”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Olha só!

Vou convidar V. Exª para conhecer o Caribe da Amazônia, que é o Alter do Chão, em Santarém.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aceito o convite.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero parabenizar, porque acho que é um problema que tem que ser atacado, controlado.

Eu conversava com o Senador de Mato Grosso do Sul e ele falava algo que também acontece na Amazônia, em especial até mais no Amazonas, que é a superpopulação de jacarés. Eu lembrava a ele que, lá na época...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Wellington é do Mato Grosso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De Mato Grosso, desculpe-me, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas a gente convive bem lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – São vizinhos.

Na década de 90, lembro que eu estava Presidente da Federação das Indústrias e promovi um seminário, “Eco-Amazônia”, preparativo para a Eco 92. E era Governador do Amazonas o Governador Mestrinho e não me lembro quem era o Presidente do Ibama, era uma senhora. O Governador Mestrinho estava distribuindo armas para os caboclos matarem os jacarés, porque eles estavam comendo os filhos dos caboclos e os caboclos. E a Presidente do Ibama ameaçou entrar com uma ação contra o governo. Ele disse: “Se a senhora entrar aqui, eu mando prendê-la.” E eu fiz o encontro deles nesse seminário.

Quando o número de animais pode vir a trazer riscos para a sociedade, é preciso ter uma ação de Estado no sentido do controle.

Parabéns! Vou tomar conhecimento do problema em Paragominas, meu Estado. Pelo mapa, ele está livre, está todo branco, só há uns pontinhos, e a gente vai procurar retirar.

Senadora Ana Amélia, lembro aos nossos pares que participam da CAS – e V. Exª é uma defensora junto com o Senador Ivo Cassol e todos nós aqui – que temos uma sessão extraordinária às 9h para aprovarmos o projeto da fosfo... O nome todo V. Exª vai dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fosfoetanolamina sintética.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só V. Exª tem a capacidade de dizer por inteiro o nome da droga. Eu chamo fosfo porque é mais fácil. E vamos ter que ir para lá.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero saudar a todos aqui presentes, nossos companheiros Senadores e os palestrantes, expositores, e a nossa Presidente Ana Amélia, que sempre procura ser pontual. Hoje, eu ainda estava em casa com a minha esposa e falei: aquela ali não atrasa um minuto. Isso é bom, é um bom exemplo para todos nós.

Eu gostaria de pedir, principalmente ao João Riograndense, que é o Ibama, que falasse um pouco de forma ampla, porque, quando se fala em controle, precisa-se saber da questão ambiental, os predadores, enfim. No caso do javali, essa é uma dificuldade, porque não há um predador. Então, a possibilidade de ele avançar é muito maior. Daí a necessidade do controle, sim. Como V. Sª colocou, parece que o Ibama está isolado; por isso eu acho a audiência importante, para a gente discutir e encontrar apoio ao que todos aqui falaram.

Há o problema econômico e também a questão de acidentes – todos sabem do potencial do javali na hora de um ataque. Também foi colocada aqui a situação do cateto e do queixada, estes que são menores.

Penso que o importante é que se defina a melhor forma de se explorar também economicamente essa possibilidade. No Brasil, há muito “não pode fazer nada”. Em todos os países se pensa em tirar economicamente alguma vantagem daquilo desde que haja um controle e que seja eficaz.

Então, a portaria do Ibama me parece que só prevê a caça com profissionais. Por que o sitiante, o fazendeiro, que têm lá o problema, não poderiam fazê-lo de forma também esportiva e, com isso, terem um rendimento?

Essa é a pergunta que eu faço e o que poderíamos fazer, inclusive, se for o caso, em termos de legislação.

Não faz parte da audiência, mas nós que vivemos no Pantanal – e esses assuntos já foram discutidos em outros momentos –, temos um desequilíbrio lá em função do predador. Nessa questão do jacaré, nós temos uma superpopulação, comprovada pela Universidade Federal. Em relação às capivaras, da mesma forma. E um jacaré, quantos quilos de peixe come? Parece que 4kg/dia. Então, eu penso que, em outro momento, não necessariamente na audiência pública, o Ibama poderia nos subsidiar: de que forma podemos auxiliar para que o Ibama não seja uma parte isolada e, sim, que tenha um apoio, se for o caso até de sugerir à Comissão legislação, para que possamos providenciar. Estamos aqui discutindo o javali, mas sei que há outros problemas em que vocês poderiam ter a Comissão como parceira.

É essa a minha consideração.

Presidente, como Parlamentar do Pantanal, e estando aqui na audiência, já pedi a minha assessoria – o Blairo foi governador à época e havia um programa Pantanal – quero propor, porque o Pantanal está tendo muitos impactos ambientais, fauna, flora, que a gente discuta, quem sabe em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, o ecopantanal, já que o Pantanal é patrimônio da humanidade e, hoje, tem sofrido vários aspectos que carecem de uma parceria com o Ibama em termos de legislação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Wellington Fagundes.

O Senador Dário Berger, que foi o autor do Requerimento, entregou, através da sua assessoria, uma manifestação dele, que é uma exposição de quatro páginas, sendo três uma descrição daquilo que já foi feito aqui pelos expositores, pelo Pimenta, pelo João Riograndense, pelo Rafael e pelo Ugo. Essas três páginas são para descrever o número de animais abatidos, estimativas, origem e a situação de Santa Catarina.

Vou ler, exatamente pela propriedade, a parte final da correspondência do Senador Dário Berger, porque aí os expositores vão responder aos Senadores. Posteriormente, darei a palavra aos dois Deputados, democraticamente, embora não seja do Regimento, ao Deputado Peninha e ao Deputado Estadual, se quiser fazer uso da palavra, dentro de uma convivência democrática aqui nesta Comissão, por ser um tema relevante.

O que o Senador Dário Berger está propondo? Aqui há propostas objetivas.

Srªs e Srs. Senadores, precisamos discutir o aumento da validade do Certificado de Registro Ambiental, de porte obrigatório, que autoriza o abate. Também é preciso abordar a questão da validade da Guia de Tráfego das armas de caça fornecida pelo Exército. Não existe compatibilidade de prazos entre esses dois documentos. Trimestralmente os cadastros precisam iniciar um novo processo e, ao longo desse tempo, geram-se mais custos e, claro, novos javalis para as manadas [aqui aprendi que são varas].

Espero que o presente debate contribua para o encontro de soluções ao grave problema enfrentado pelos agricultores de nosso País devido a presença do javali, considerado uma das piores espécies exóticas invasoras no mundo.

Essa é a manifestação do Senador, onde constam propostas objetivas a esse tema.

Passo a palavra ao João Riograndense. Depois, ao Rafael, ao Ugo e ao João Pimenta.

Se pudermos usar cinco minutos, pois haverá essa reunião para votação da questão da fosfoetanolamina, em que há um interesse muito grande também, porque diz respeito à saúde e ao combate ao câncer.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Bem, inicialmente, eu gostaria de deixar bem claro que somos um órgão ambiental. Nós defendemos o uso sustentável das espécies nativas e também a conservação delas. Temos que separar o que é nativo. E temos orgulho de ser um País megadiverso – isso está até no nosso Hino Nacional e temos que cuidar dessa nossa biodiversidade.

Agora, javali é outra questão. Javali é uma espécie exótica invasora, como aqui foi bem demonstrado, e tem que ser combatida.

Alterar a legislação, como foi sugerido: a nossa legislação descriminaliza, na Lei nº 9.605, de 1998, o controle de animais que sejam declarados nocivos, então, a legislação está correta. Isso autoriza o Ibama a editar as suas normas de manejo de controle. Onde nós temos sido muito atacados? Outro artigo da lei fala que “nenhum animal pode ser submetido a maus-tratos.” Nesse ponto é que as ONGs, o próprio Ministério Público vem para cima, muitas vezes, do Ibama.

Do que precisamos? Eu acho – já indo para propostas – que, se nós não mostrarmos esse problema à sociedade... Acho que 80% da nossa população é urbana. Ela não conhece isso que nós mostramos aqui, como o dano que está causando o animal, fortemente na pequena propriedade, porque, quando dizima uma lavoura de milho, acabou com a economia de um pequeno proprietário.

Então, nós precisamos mostrar isso à sociedade. O Ibama e todos os órgãos e agentes são responsáveis. Nós não estamos conseguindo mostrar à sociedade brasileira os danos que essa espécie vem causando. O assunto fica em fóruns restritos e, muitas vezes, ficam em brigas entre o setor que maneja e o setor que defende os animais. É uma briga horrorosa no YouTube, nas redes sociais, como o Rafael mostrou aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desumana.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Muitas vezes, mostrando comemorações da morte de um cidadão, o que não tem nenhum cabimento. Então, chega-se a isso.

A legislação não precisa ser alterada para que nós possamos manejar. Nós precisamos saber como utilizar lá na propriedade. O animal é abatido e a Secretaria da Agricultura e o próprio Ministério têm que normatizar como se daria – e falo como veterinário de formação –, como esse animal entrar na cadeia produtiva, qual é a segurança que esse animal abatido vai poder ser transportado, entrar em um frigorífico para ser disponibilizado. Mercado existe; nós temos que ter iniciativas e coragem para mudar esse quadro de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Riograndense.

Dr. Rafael Salerno.

A SRª RAFAEL SALERNO – Bom, retomando aqui, a primeira coisa que chama a atenção é que estamos discutindo uma espécie exótica invasora em uma Comissão de Agricultura. Talvez essa discussão devesse já ter começado lá no Meio Ambiente há muitos anos. Isso por si só é muito absurdo. Eu gostaria de chamar a atenção para isto: esta deveria ser, prioritariamente, uma discussão ambiental antes de agrícola.

A Lei nº 9.605, de 1998, não proíbe a caça, ela proíbe o abate de animais sem autorização ou em desconformidade com a autorização. Ou seja, a caça no Brasil, juntamente com a lei de 1967, que é o nosso Código de Fauna também, nunca foi proibida, ela não é regulamentada. Essa é a lacuna que existe.

Então, precisamos ter muita atenção com relação a isso. Se não, não apenas índios, caboclos, todos estariam em crime ambiental.

O javali – para fechar preciso ser objetivo e direto – é de extermínio impossível nas áreas onde há infestação. Discutir extermínio de javali é a mais pura perda de tempo. É como discutir o extermínio de ratos e baratas em uma cidade.

Seguindo nessa analogia, é importante dizer que não há ativismo ao controle de ratos. É um mamífero, é uma espécie exótica, causa doenças, mas não há ativismo contra o controle de ratos. Nós matamos milhões de ratos diariamente. Esse é o fato.

Então, nós gostaríamos muito que os javalis fossem considerados como os ratos, simplesmente espécie nociva. Isso é algo que pode ser feito em uma nova instrução normativa, tirar a regulamentação e, simplesmente, declarar como nocivo. Ou seja, quem está sofrendo aquele problema pode atuar diretamente sem maiores burocracias. É isso que nós pedimos.

Sobre as restrições de retirar, isso foi muito bem apontado, agora com o novo *status* em relação à peste suína, não é possível mais o transporte. O *status* de peste suína é recente. Eu posso falar aos senhores que, se os caçadores, que são os voluntários hoje para fazer esse controle, não puderem retirar os animais da proprie-

dade, acabou com toda a classe de controladores. Esses voluntários não terão incentivo, motivação alguma para estarem investindo em cachorros ou armas, se dispondo à burocracia, para realizar esse controle. Ou seja, o produtor vai sofrer dobrado.

Eu coloco aos senhores que o produtor acaba tendo os seus meios. Se o queixada não é permitido, se as aves aquáticas não são permitidas, se as pombas, maritacas não são permitidas hoje no Brasil, que os órgãos ambientais não se omitam, não se enganem, porque os produtores estão tomando suas medidas. Ninguém assiste calado perder milhares de reais ou ter ameaçado o sustento de suas famílias passivamente. Isso não existe.

Então, há uma catástrofe ambiental em curso muito grande diária a que os órgãos ambientais têm fechado os olhos.

Uma observação muito importante é que, em todas as discussões, são envolvidos a Embrapa, o Exército, os ministérios, mas os caçadores... E nós somos caçadores, não somos controladores, manejadores, não há outro nome para isso. Em qualquer sociedade moderna, os caçadores são respeitados como manejadores. Eles têm essa *expertise*. Eles não estão inclusos nas discussões, não sentam às mesas nos conselhos.

Então, isso nos faz muita falta hoje, porque não é quem pratica que está dando opinião sobre as regulamentações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Rafael. Quero dizer a você que, em relação ao fato de só agora estarmos discutindo na Comissão de Agricultura, nós estamos discutindo, e isso é uma iniciativa de um Senador de um Estado onde há incidência em função da situação sanitária que agrava mais ainda esse problema.

Eu acompanhava isso como jornalista desde quando ainda o João Riograndense estava no comando do Ibama no Rio Grande do Sul. Os javalis entraram pelo Uruguai e é por isso que lá há um maior número de grupos que fazem o controle, em função da gravidade da situação também no Estado do Rio Grande do Sul.

O fato de a Comissão estar agora tratando, antes tarde do que nunca.

Eu não sou da Comissão de Meio Ambiente, mas acho que a crítica tem procedência, mas não a esta Comissão, porque foi marcada esta audiência assim que requerida.

A SRª RAFAEL SALERNO (*Fora do microfone.*) – É que eu gostaria que não tivesse chegado a isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Passo a palavra ao João Pimenta, também para uma manifestação breve; depois ao Ugo Vercillo; em seguida, aos dois Deputados e ao Senador José Medeiros, que chegou, se tiver interesse.

João Pimenta com a palavra.

O SR. JOÃO PIMENTA – Obrigado, Senadora.

Vou tecer alguns comentários por tudo que já comentamos, já falamos aqui na manhã de hoje.

O grande problema que vejo hoje, em nome do Estado, falando como procurador jurídico, da área jurídica, é a questão da segurança jurídica dentro do dia a dia dessa questão da autorização ou não do abate dos invasores.

Temos duas leis, uma que autoriza e outra que deixa – entre aspas – “na berlinda” todo aquele que autoriza um parecer, uma autorização, que é a questão dos maus-tratos dos animais. Esse debate, podemos levar para a sociedade, acredito que, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a imensa maioria da sociedade é favorável, porém, falando dentro do dia a dia de um órgão ambiental, aquele que lida com o Ministério Público, aquele que vê quando o Ministério Público contesta licenças ambientais, expedidas ou não, pela independência funcional do Ministério Público, por mais que toda a sociedade esteja favorável, há sempre o risco de aquela pessoa que autorizou ser responsável, inclusive sofrer sanções penais e jurídicas, por ter autorizado, em desconformidade com lei de maus-tratos aos animais, portanto, é um risco muito grande.

Vejo, dentro das licenças expedidas... Hoje temos leis, por exemplo, o Código Florestal, que o Estado adota e ainda há membro do Ministério Público não questionando a lei, mas questionando o tal do retrocesso ambiental. O Código foi aprovado pelas pessoas que têm a legitimidade para aprovar, e temos tido decisões judiciais não contra a lei, não, mas... Eles estão contestando leis legitimamente aprovadas, imagine questões que têm dupla interpretação.

Essa delegação do Ibama, vindo para o Estado, gera outro problema para quem vai autorizar. Precisamos ter – não sei se declarar o javali como nocivo ou não, para isso não tenho opinião formada, isso tem que ser debatido aqui dentro do Congresso Nacional –, uma exclusão dentro da lei que permita o gestor assinar autorização sem ter medo de ser penalizado depois.

Nesse sentido, seria a minha contribuição, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, João Pimenta.

E agora, para encerrar as exposições, Ugo Vercillo, que é o Diretor do Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Temos tido sempre a colaboração dele na Comissão e em outros momentos.

O SR. UGO EICHLER VERCILLO – Obrigado, Senadora.

Nos comentários finais, queria primeiro ressaltar que, como todos sabem, a questão ambiental é transversal. Então, o problema ambiental não necessariamente precisa partir da área ambiental para ser tratado; muitas vezes, é uma relação com a área econômica que denota uma ação para conservação.

Nesse aspecto, na questão do javali especificamente, todo o começo do processo de invasão foi proveniente de uma tentativa de trazer para o Brasil uma atividade econômica nova em que, infelizmente, houve descontrole. Não conseguimos realmente estabelecer mecanismos que garantissem que o cultivo fosse apenas entre os criadouros, e aí escapes permitiram a invasão da espécie. Portanto, vai além simplesmente de uma decisão da área ambiental, de uma ação ambiental.

Mas a área ambiental nunca se furtou a atuar sobre o problema, por isso que vemos normativas desde 1995, tentando resolver, e infelizmente o esforço feito não foi suficiente, o que denota que uma estratégia que só dependa da área ambiental e da boa vontade do interesse dos proprietários também não resolve.

O que ficou muito claro, nas explanações que foram feitas, mas não sei os Srs. Senadores conseguiram captar, foi a necessidade de envolvimento não só da área ambiental, mas também de outros setores, principalmente dos Estados e Municípios e do setor da agricultura.

O Salerno comentou aqui que a questão de interesse em uso e em consumo dessa carne vai além da atribuição do Ministério do Meio Ambiente, isso é uma atribuição sanitária que é regida pelo Ministério da Agricultura, portanto, temos que trazê-los para a mesa para buscar uma saída envolvida a isso. E, claro, uma ação efetiva dos Estados e Municípios, que é onde o problema ocorre.

Na questão do javali, acho que o bom encaminhamento é estarmos propondo isso, tendo o plano nacional de controle para o javali; é tentarmos integrar esses entes para que consigamos realmente ter uma ação mais efetiva para o controle da espécie.

Outro ponto que foi colocado aqui nos comentários dos nobres Senadores foi a questão de tentarmos colocar no mesmo balaio espécies nativas e espécies exóticas. Javali é um caso clássico – todo mundo entende – declarado já como nocivo pela portaria do Ibama, e todos numa ação contra essa espécie querendo controlar. Agora, nos casos de espécies silvestres, como o caso de queixada e jacaré, as situações são diferentes. Espécies... A legislação brasileira obriga-nos a proteger as espécies. Muitas vezes, o desequilíbrio que ocorre para ter um aumento populacional não é culpa da espécie. Por exemplo, o próprio Senador Blairo Maggi, em seus comentários, frisou que, como temos um aumento da produção agrícola e um aumento de oferta, isso implica no aumento de alimento para o animal e ele se reproduz mais. Então, o que temos que fazer é estabelecer mecanismos de melhor harmonizar o processo de produção com o processo de conservação para evitarmos esses conflitos.

Em 2004, o pessoal da Ceagesp, em São Paulo, estava querendo fazer o abate de pombos que invadem a Ceagesp e, no debate que tivemos lá, ficou muito claro que não adiantava nada matarmos mil, um milhão de pombos por ano se continuássemos jogando lixo, frutas no chão, continuássemos com nichos para o animal se reproduzir. Então, não adianta nada, estaremos sempre tentando matar uma coisa que estamos alimentando. Temos que buscar também melhorar nossas práticas para podermos fazer realmente uma gestão.

No caso ligado a jacaré, quero destacar o que foi feito na reserva do Lago do Cuniã, em Rondônia, um trabalho muito bom, exemplo internacional inclusive. A gente teve o ataque de uma criança por um jacaré-açu, *Melanosuchus niger* é o nome da espécie, e isso promoveu uma comoção social, e foi chamado, na época, o Ibama para trabalhar a questão.

(Soa a campanha.)

O SR. UGO EICHLER VERCILLO – E, por meio do nosso centro de répteis e anfíbios, trabalhamos um processo de monitoramento da população. Agora, o que a população está fazendo? Está fazendo um manejo controlado, a espécie está sendo capturada, o couro é exportado, gerando renda para essa comunidade. Então, não é simplesmente matar o animal, podemos fazer outras ações para a conservação, integrando conservar, fazer uma conservação sustentável. Dá sim, para trabalhar junto.

E, por fim, o último ponto que foi posto em questão, o da caça em si, apesar de existir uma legislação de 1967, Rafael Salerno, que diz da permissão para a caça esportiva, essa legislação diz que a caça profissional é proibida no Brasil. A caça esportiva está prevista na normativa de 1967, mas no caso específico que aconteceu no Rio Grande do Sul em que o Ibama autorizava, sim, o manejo e a caça esportiva de marrecas no Rio Grande do Sul, ela foi proibida pela Justiça, essa questão subiu para o Supremo Tribunal Federal, onde a decisão que

foi posta foi uma interpretação confrontando a legislação de 1967 com a Constituição de 1988, dizendo que alguns artigos de 1967 vão em desacordo com a Constituição Federal. Portanto, em virtude dessa interpretação dada pelo Judiciário, hoje, a caça esportiva no Brasil não é permitida, e o Ibama está impossibilitado de emitir autorização para caça esportiva.

Então, uma lacuna da legislação mais efetiva que atualize o Código de Fauna traz interpretações jurídicas que nos levam a ser obrigados a seguir o que o juiz decide, e não, na verdade, o que poderia ser a melhor prática.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Ugo.

Ele está também revelando a gravidade da falta de clareza quando nós, legisladores, elaboramos as leis que levam o Judiciário a uma interpretação que provoca insegurança, porque uma mesma lei tem uma interpretação, digamos, controversa sobre o mesmo tema. Então, nós temos que ter muito cuidado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E a normatização que não vem, ao mesmo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, e aí a regulamentação da lei que trata disso.

Agora, passo a palavra, primeiro, ao Senador Valdir Colatto, aliás, Deputado Valdir Colatto – espero que um dia chegue ao Senado. Em seguida, ao Deputado Peninha; depois, ao Deputado de Santa Catarina, que aqui representa a Assembleia, Gabriel Ribeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Chegarei lá, Presidente. Já tentei ser Senador, não pude.

Senadora Ana Amélia, agradeço, parabéns pela iniciativa. Queria também aqui louvar a iniciativa do Senador Dário Berger, nosso colega e companheiro lá de Santa Catarina, que traz esse tema tão importante em que a gente já está há tempos trabalhando.

Quero lembrar aqui que está aqui o Décio Ribeiro, aliás, o Gabriel Ribeiro, filho do Décio, que é o nosso representante da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, da Comissão de Agricultura e o Padre Edilson que é o Prefeito de Campo Belo, que é um dos Municípios mais atingidos lá. Aqui também está o Carlos de Sennes, que é de Abelardo Luz, veterinário, que trabalha com inspeção animal, nos dando o testemunho de que em Abelardo Luz também existe isso.

Rapidamente, pois sei que o tempo urge, quero dizer que os nossos companheiros aqui, o João Pimenta, da FATMA. Nós estivemos conversando com eles para ver o que iríamos fazer. A FATMA tem tido algumas ações... E aqui o João Riograndense e o pessoal do Ministério do Meio Ambiente propuseram algumas ações para o controle do javali. Seria primeiro a caça, que já foi debatido; armadilhas nas fazendas. Está-se tentando colocar *know-how* para que os agricultores tenham esse tipo de ferramentas para armadilhas nas fazendas. Fala-se em envenenamento com iscas. As pessoas brigam em cima disso, e não se aceita. Mas uma das questões que nós estamos levantando é a possibilidade de abate pela força-tarefa da Polícia Ambiental. Porque essa coisa de Exército é tão complicada, com o *Aedes aegypti*, que está aí. E nós temos de tomar uma decisão.

Por isso, eu queria só colocar aqui rapidamente, Senadora, a situação que nós levantamos nessa IN-03. E eu estava aqui falando com o João Riograndense sobre isso. Veja como são difíceis as coisas. O item 10 dessa portaria diz que o Ibama, com a IN-03, não visa permitir a caça nem ações de maus-tratos. “A autorização que é outorgada para o manejo possibilita apenas o controle desse animal tão nocivo ao homem e ao meio ambiente. Por sua vez, as ações de maus-tratos não estão liberadas na oportunidade do manejo do javali, seja com ou sem a utilização de cães.”

Isso é impossível. Está aqui o Rafael falando de todo esse trabalho. E com essas normas, é impossível se transpor isso. Então, na verdade, na verdade, a situação é uma restrição muito grande da área ambiental e da questão dos maus-tratos.

Eu pergunto ao João e ao Ministério do Meio Ambiente se alguma vez ouviram o Rafael, que está no dia a dia e que mostrou todos esses dados. Porque eu vejo que, quando se fala que tem de haver um consórcio de conversa entre ministérios e tal, isso não vai dar certo nunca. No Brasil, enquanto tivermos mais de um ministério, pode contar que não vai dar certo, que não funciona.

Já concluo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode concluir, Deputado.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Então, deveríamos buscar realmente quem está no dia a dia, e o nosso agricultor, principalmente, que é quem paga a conta do bolso.

Senadora, eu estive na CPI de Maus-Tratos a Animais. Aqui, no Brasil, principalmente, acho que temos de banir consumirmos carne de proteína animal, porque tudo é proibido. Como falou o Rafael, os animais aqui são mais do que vaca sagrada no Índia. Não tem mais jeito de se contemplarem as exigências, que são ideo-

lógicas. Na CPI de Maus-Tratos a Animais, nós vimos claramente que é proibido até rodeios e o uso de animais para testes em laboratório. Então, é uma heresia isso no Brasil. Ou nós fazemos isso ou não teremos como sair.

Então, acho que tínhamos de ter atitudes práticas, como o Ibama facilitar, na sua parte; e depois, os outros nós vamos buscar. A Secretaria de Agricultura quer resolver o problema em Santa Catarina. Mas bate na trave quando existem esses impedimentos. O que é o controle? “Ah, nós vamos fazer o controle sem abater.” Maus-tratos. “Ah, deu um tiro, isso é maus-tratos. Claro que é maus-tratos.” O que fazer? Então, há umas coisas que levamos para a interpretação do tal do direito difuso.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Não é só a lei, Senadora. O direito difuso é a interpretação do juiz ou do promotor. “Pela situação que está ali, entendo que é assim e vou fazer assim.” Inclusive, contestando o Código Florestal agora, com uma Adin, no Supremo Tribunal Federal. E estamos lá brigando para não deixar cair. A Ministra Izabella Teixeira está nos ajudando para manter o Código Florestal, porque não tem como segurar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Agradeço pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu dou três minutos ao Deputado Peninha, dois minutos ao Deputado Gabriel Ribeiro e dois minutos ao Prefeito de Campo Belo do Sul.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (Bloco/PMDB - SC) – Quero saudar a Senadora Ana Amélia, todos os demais componentes da Mesa e todos que estão aqui. Faço uma referência especial ao Cristian Gollo de Oliveira, que é de Concórdia, em Santa Catarina, e Presidente da Brasil Safari Clube, entidade que agrega caçadores de todo o Brasil e à qual, inclusive, sou filiado.

Quero saudar também o Senador Dário Berger, que aqui não está, mas que teve a brilhante ideia desta audiência.

Em relação a esse tema, Senadora, para ser breve, quero dizer que, infelizmente, é uma vergonha o que se vê no Brasil. O País, hoje, está caminhando para uma ideologia totalmente de esquerda, que nada pode, em que nada se faz e que, infelizmente, está travando o desenvolvimento do Brasil.

Essa questão do javali deveria ser tratada como uma questão de guerra, sim, porque, se amanhã nós tivéssemos um problema sério de febre aftosa lá em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, eu pergunto: quem vai pagar por isso? Por tantos agricultores que vão ficar sem ter o que fazer? Santa Catarina, como foi falado, há 26 anos está livre de aftosa. Agora, em épocas de foco em algum outro Estado, colocam-se barreiras, coloca-se o Exército nas fronteiras com a Argentina, com o Paraguai. Eu pergunto: como nós vamos controlar a passagem do javali de um lado para outro? Então, é preciso haver, sim, uma operação de guerra, e isso tem que ser resolvido. Infelizmente, a nossa legislação atrapalha, e muito.

Eu tenho uma sugestão fácil para resolver, muito fácil. Depende de nós, aqui da Casa, e depende também de escantearmos mais essa ideologia de esquerda, que nada pode. Uma madame, lá em Copacabana, que tem um cachorrinho e pertence a uma associação que defende os animais tem mais poder, muitas vezes, do que nós lá, de Santa Catarina, que queremos trabalhar e produzir. Não que eu seja contra cachorro, porque eu também tenho. A solução simples, Senadora, qual é? É aprovar o PLC 436, de minha autoria...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (Bloco/PMDB - SC) – ... de 2014, que torna a caça, a apanha e o manejo da fauna ações exclusivas do Estado. É necessária uma legislação para que cada Estado faça a sua legislação. Não vamos comparar a realidade do Amazonas, do Acre, de Alagoas com a realidade de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Vamos aprovar esse projeto de lei que está tramitando, hoje, na Comissão de Meio Ambiente e deixar cada Estado resolver a sua situação, porque cada Estado sabe onde dói o seu calo e conhece os seus problemas. A solução é simples e está nas nossas mãos.

Infelizmente, do que jeito que está o nosso Congresso Nacional, está difícil. Nós temos que mudar a ideologia e a forma de pensar dos nossos governantes e dos nossos legisladores.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Peninha.

Passo a palavra ao Deputado Gabriel Ribeiro, por dois minutos, por favor.

O SR. GABRIEL RIBEIRO – Senadora Ana Amélia, é um grande prazer estar aqui representando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Sou lageano, vizinho do Estado do Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentar os Deputados Federais catarinenses Valdir Colatto e Peninha e, em especial, o Senador Dário Berger, pela proposição da matéria.

Estou aqui como Prefeito de Campo Belo do Sul.

O nosso Dr. Geraldo Vieira, produtor rural nas fazendas de Santa Catarina, realiza os estudos mais avançados para manejo e controle de javali no Brasil. Já foram abatidos mais de 5 mil javalis, com a elaboração de armadilhas, com clubes de tiro. Ele tem uma *expertise* e pode contribuir muito na construção de um trabalho conjunto das forças públicas para o controle dessa praga, como o Deputado Peninha muito bem falou.

É uma situação, hoje, de segurança nacional, Senadora Ana Amélia Lemos. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, os Estados do Sul do Brasil estão sendo atacados por essa praga.

(Soa a campanha.)

O SR. GABRIEL RIBEIRO – Nossa produção nos interiores está sendo afetada.

Fizemos uma audiência pública no interior de Santa Catarina em que estiveram presentes mais de 300 produtores somente da região serrana. Ouvimos relatos de ataques a pessoas, de ataques a animais, de destruição de lavouras, e mais de 60% da produção de lavouras na serra catarinense estão sendo afetadas pelo javali. Ou seja, é muito complexa a matéria.

Temos que pensar em descentralizar o poder em nível federal. Temos que passar para os Estados. Temos que ter uma visão para deixar de lado esse empoderamento e essa vaidade de alguns órgãos, pensando numa força-tarefa que possa ter um resultado efetivo para o bem da população dos interiores do Brasil. É um problema que pode se alastrar para o Brasil inteiro, porque está ficando fora de controle.

Nós esperamos obter deste Senado uma visão de apoio à descentralização e à desburocratização. O caçador não vai chegar a uma fazenda e encontrar um javali ali, esperando para ser abatido. Ele precisa caçar e precisa também desburocratizar para conseguir a documentação. São duas missões em que temos de auxiliá-lo para ele conseguir, efetivamente, ajudar no controle e manejo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Deputado Gabriel Ribeiro.

Com a palavra, o Prefeito Edilson José de Souza, de Campo Belo do Sul.

O SR. EDILSON JOSÉ DE SOUZA – Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e todas as autoridades presentes, e dizer que sou o Padre Edilson, Prefeito de Campo Belo do Sul.

Eu admiro muito a discussão de todos nós aqui; só que, lamentavelmente, para nós que estamos lá no final, não está adiantando nada. Por quê? Porque nós discutimos, discutimos, discutimos e continuamos a discutir. A burocratização é o grande problema de todos nós.

No meu Município, onde a renda anual é torno de R\$18 milhões, no ano passado, eu tive um prejuízo de R\$1,6 milhão só por causa de javali. Este ano...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na receita do Município.

O SR. EDILSON JOSÉ DE SOUZA – Na receita do Município. É um prejuízo enorme, este ano já contabilizado em torno de R\$600 mil. Não fizemos ainda as contas gerais.

Então, enquanto se discute aqui, lá nós estamos tendo prejuízo, e ninguém está aguentando mais isso. Lamentavelmente, os órgãos ambientais ficam brigando entre si e, realmente, quem vai nos defender? Hoje estamos com pequenos agricultores falindo e eu digo aos senhores: enquanto a sociedade achar que leite de vaca dá em pacotinho, não vai adiantar nada para nós. A realidade nossa lá é bem diferente.

Todos estão discutindo a questão do javali. Eu coloco outra opção: o javaporco, porque o nosso problema lá é o javaporco. É a mistura do javali com o nosso porco comum, que é um porco de raça.

Por isso, Senadora, o que estamos pedindo aqui, hoje, simplesmente, senhores e todas as autoridades, é: olhe pelo pobre, olhe pelo pequeno. Daqui a uns dias, vai faltar o produto agrícola nas nossas mesas e aí, sim, vamos sentir como o problema é grave. Então, eu solicito. E o problema mais grave não é o controle. É tranqüilo, os nossos agricultores sempre fizeram...

(Soa a campanha.)

O SR. EDILSON JOSÉ DE SOUZA – ... controle naturalmente. O nosso problema está na questão da arma, que muito bem o nosso Deputado Peninha já colocou aqui. O problema está na arma. Como conduzir?

E outra coisa: é uma vergonha para nós dizer que se pode abater, mas não se pode fazer nada com a carne. Muitas vezes pode ser uma carne saudável, mas as regras... Então, o que a gente pede, Senadora, para encerrar: olhem pelos pequenos, olhem pelos pobres, senão nós, um Município de 7 mil habitantes, estaremos falidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer o Prefeito Padre Edilson José de Souza. É um apelo que V. Exª faz, inclusive à sensibilidade social e humana, pois muita gente que passa fome poderia estar sendo alimentada com essa carne. Estaríamos dando a tal sustentabilidade num país em que se discute muito o desperdício.

Então, agradeço muito a sua participação e lamento muito. O dinheiro que V. Exª perdeu na receita falta para atender a saúde das pessoas ou para atender outros temas relevantes.

Eu queria passar a palavra ao João Riograndense para, em função do questionamento do Deputado Valdir Colatto, brevemente dar uma resposta às questões levantadas por ele.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Bem, há vários artigos da instrução normativa que – eu concordo, Deputado – nós temos de revisar e estamos iniciando imediatamente essa revisão da instrução normativa. Ela virá junto com esse plano de ação, porque todas essas questões pontuais que foram colocadas – uso da carcaça...

Eu participei, no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa, de um grupo formado por Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, MAPA. E até a posição do MAPA, com certos critérios, pode-se levar ao aproveitamento. Então, temos de juntar esses órgãos e dizer.

O Ibama restringe porque não é de sua competência liberar carcaça, liberar trânsito de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Pode, e por isso está sendo junto com o Ministério, chamar esses entes. Sentamos, sim, Rafael e Deputado, com a Federação de Caçadores, porque nós precisamos aprimorar esses métodos de controle. É importante.

E aí a academia, os caçadores, os agricultores têm que estar junto, a Secretaria, os sindicatos rurais. Nós temos que fazer um grande esforço. Não pode mais continuar só um órgão, uma autarquia do Governo Federal com essa demanda, que é de toda a sociedade.

Questões também, Senadora... Eu respondo questionamento de Deputados do Estado de São Paulo que colocam em suspensão a nossa IN porque, no Estado de São Paulo, há uma Constituição estadual que proíbe, terminantemente, a caça. E aí diz que o Ibama, ao autorizar o manejo que eu coloco, o manejo de controle, está afetando a legislação estadual. Então, essa discussão não é só repassar ao Estado. Vários Estados têm legislações até mais restritivas, que dificultam a solução desse problema.

Então, nós temos que trabalhar – União, Estado e Município – e mostrar para a sociedade. Se nós não convenceremos a sociedade, nós não vamos avançar nesse assunto. O senhor fala do seu Município, mas é um Município de quantos mil habitantes?

O SR. EDILSON JOSÉ DE SOUZA *(Fora do microfone.)* – Sete mil.

O SR. JOÃO RIOGRANDENSE – Sete mil habitantes. Agora, o que aparece? Abate o animal, expõe no YouTube, foi feito isso, não sei quê, foi com maus-tratos... Isso corre para milhões de brasileiros, e daí vêm em cima do Ibama, dizendo que o Ibama está autorizando maus-tratos aos animais. Então, a sociedade tem que conhecer o que foi mostrado aqui. Não chegam à sociedade brasileira esses prejuízos e esse potencial de prejuízo para o Estado do Rio Grande do Sul, para o Estado de Santa Catarina que eu reconheço. Se isso entrar na cadeia produtiva, vai ser um desastre para a suinocultura. Um desastre! Tanto no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina, como no Paraná, como no Mato Grosso do Sul, a cadeia vai ser fortemente afetada, com prejuízos tremendos para a economia.

Nós temos essa visão. Não somos cegos a isso. Agora, há questões que fogem da competência da área ambiental, e, se nós não trabalharmos em conjunto, isso não vai avançar no País. Nós estamos puxando essa discussão fortemente, e essa iniciativa conjunta – Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes – é no sentido de nós trazermos todos os atores para essa discussão. Se eu não conseguir trazer o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal para junto e conhecer essa realidade, esse assunto não prospera, porque vamos continuar recebendo ações civis públicas e, muitas vezes, coibindo ações mais avançadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Riograndense.

Eu entendo que aqui há um ponto que precisa ser levado em consideração, que é a comunicação, a informação. A guerra da informação está sendo perdida. Penso até que, num sermão, na hora de uma cerimônia religiosa, esse tema tem que estar presente, Padre e Prefeito. Na escola isso tem que ser colocado. Nos ambientes todos sociais, tem que ser colocado o tema como ele é, entre as pessoas e os animais. Convivência pacífica, sim, mas não se pode imaginar que, em nome da defesa de uma tese, se permita que milhares de pessoas

sejam afetadas negativamente, inclusive com risco de morte, como aconteceu com o jacaré, como aconteceu no relato do Senador Ivo Cassol, com a violência do animal contra pessoas, matando pessoas. Então, tem que ser visto isso, nessa relação de sustentabilidade, mas também é preciso separar as coisas como elas são.

Então, a informação é muito importante. As ONGs em defesa, protetoras dos animais são muito ativas, enquanto aquelas pessoas que são vítimas de uma espécie exótica no Brasil não estão tendo a capacidade de usar igualmente os meios de comunicação e as redes sociais para mostrar a foto do estrago ambiental, a foto do estrago da sua lavoura, a foto de uma pessoa ferida ou morta por um animal desses. Então, é preciso que haja também esse ativismo. Como comunicadora, penso que é preciso vencer também a guerra da comunicação nesse processo, para que um promotor de Justiça não seja sensibilizado pela pressão de apenas um lado, mas entenda e veja a realidade dos dois lados.

Então, eu queria agradecer esta audiência pública. A finalidade foi debater exatamente as questões do javali. O requerimento foi do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, que aqui foi muito bem representado por representantes do Estado.

Quero agradecer muito ao João Riograndense, o Coordenador-Geral de Autorização do Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama; o Dr. Rafael Salerno, Coordenador da Rede Aqui tem Javali; o Ugo Eichler Vercillo, Diretor do Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o João Pimenta, Procurador Jurídico da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina; e o Fernando da Lava que é Diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que esteve participando aqui na assistência.

Quero agradecer os Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes e José Medeiros; agradecer também os Deputados Valdir Colatto e Peninha, o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro e o Prefeito Edilson José de Souza, de Campo Belo do Sul.

Está encerrada esta audiência pública. Eu gostaria de pedir ao Senador Flexa Ribeiro que permaneça, porque vamos em seguida para uma breve, rápida sessão deliberativa.

Muito obrigada a todos. Esta Comissão está à disposição dos senhores.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e um minuto do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Lasier Martins, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Os Senadores Delcídio do Amaral e Dário Berger justificam a ausência. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à pauta com a comunicação do adiamento da deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2015; ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 215, DE 2015; ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010; ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, DE 2015; ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2012; e ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2014. Em seguida, anuncia a apreciação do seguinte item extrapauta: ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, DE 2016 – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Santa Rosa (RS), durante a FENASOJA, no dia 29 de abril de 2016, com o tema: “O Cooperativismo que Vence a Crise”. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA**

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Nós tínhamos para esta reunião vários projetos do Senador Flexa Ribeiro, mas, em função da nossa sessão e da falta de quórum, diante da crise política, dos problemas graves que o País está vivendo, das manifestações públicas aqui em Brasília, que estão perturbando a movimentação toda, inclusive dos Parlamentares, da votação na Comissão de Assuntos Sociais e do início, em breve, da Comissão de Relações Exteriores, de que V. Exª e eu somos partes, eu queria, então, na falta de quórum, apenas votar, extrapauta, um requerimento de minha autoria.

**EXTRAPAUTA
ITEM 7**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2016

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Santa Rosa (RS), durante a FENASOJA, no dia 29 de abril de 2016, com o tema: “O Cooperativismo que Vence a Crise.”

Autoria: Senadora Ana Amélia.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião deliberativa.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas do dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 76/2016, subscrito pelo Deputado Estadual Jeová Vieira Campos, Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, solicitando a adoção de medidas legais necessárias para que seja prorrogado o prazo para regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para que pequenos agricultores, especialmente os que necessitam contrair empréstimos rurais bancários, não sejam prejudicados; Ofício nº 11/2016, subscrito pelo Deputado Federal Heitor Schuch, encaminhando a Carta Reivindicatória das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Regional Sul, subscrita pelo Sr. Bruno Leitzke, Coordenador Regional, e pela Sra. Joice Simões, Coordenadora Regional de Mulheres, aprovada na Reunião realizada no dia 12 de março de 2016, em Arroio Grande no estado do Rio Grande do Sul; Ofício nº 2/2016, subscrito pelo Sr. José Adão Braun, Secretário Municipal da Agricultura do Município de Estrela no estado do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia do Ofício nº 1/2016 endereçado à Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que solicita providências para produção e oferta em larga escala da vespa parasitoide, inseto com comprovada eficiência no controle biológico de pragas que atacam várias culturas, como as lagartas do milho e da soja, causando muitos prejuízos aos produtores e o uso elevado de agrotóxicos. A Presidência informa que solicitará nota técnica à Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre a possibilidade da prorrogação do prazo para inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Após as comunicações, a Senhora Presidente inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 60, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, destinada a debater e acompanhar a implantação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) pelos estados, previstos no Artigo 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a participação do Sr. Rodrigo Justus de Brito - Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Raimundo Deusdará Filho - Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Eugênio Spengler - Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA). Os Senadores Donizeti Nogueira, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra. Ao final do debate, a Senhora Presidente incumbe o Sr. Eugênio Spengler de apresentar as adaptações ao Código Florestal para serem debatidas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento do Ofício nº 76/2016, subscrito pelo Deputado Estadual Jeová Vieira Campos, Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, solicitando a adoção de medidas necessárias e legais para que seja prorrogado o prazo para regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para que pequenos agricultores, especialmente os que necessitam contrair empréstimos rurais bancários, não sejam prejudicados.

Recebimento do Ofício nº 11/2016, subscrito pelo Deputado Federal Heitor Schuch, encaminhando a Carta Reivindicatória das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, que passo a ler:

Carta Reivindicatória das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul

As mulheres trabalhadoras rurais, reunidas no dia 12 de março de 2016, em Arroio Grande (RS), para comemorar o Dia Internacional das Mulheres, vêm através desta reivindicar melhor qualidade de vida e fortalecer ainda mais o movimento sindical.

O movimento sindical, nas suas lutas, conseguiu, ao longo de muitos anos, direitos legítimos na Previdência Social. Por esse motivo, reivindicamos a manutenção de todos os direitos já conquistados para os agricultores familiares, entre eles, a aposentadoria do homem aos 60 anos de idade e da mulher aos 55 anos de idade.

Na área da saúde, reivindicamos o fortalecimento do (SUS) Sistema Único de Saúde, que os governos municipais, estaduais e federal cumpram com os investimentos, atendendo todos os segmentos da sociedade.

Na segurança, queremos profissionais qualificados, que combatam, de fato, a criminalidade, trazendo de volta a tranquilidade para a população rural e urbana.

Reivindicamos justiça para que não deixem impunes os bandidos e os corruptos deste País. Só assim a Justiça terá a confiança do povo brasileiro.

Reivindicamos por tecnologia na implantação e na distribuição de sinal da internet no meio rural e melhoramento da qualidade de energia elétrica.

Propomos a implantação de energia solar com recurso público subsidiado, colaborando com o meio ambiente, pois é energia limpa.

Solicitamos, conforme promessa, a resposta imediata da pauta entregue na Marcha das Margarida, em Brasília, em agosto de 2015, pauta essa entregue para a Excelentíssima Senhora Presidente da República e vários ministérios e secretarias do Governo Federal, ainda sem resposta.

Bruno Leitzke, coordenador regional.

Joyce Simões, coordenadora regional das mulheres.

Comunico também o recebimento do Ofício nº 2/2016, subscrito pelo Sr. José Adão Braun, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando providências para produção e oferta em larga escala da vespa parasitoide, inseto com comprovada eficiência no controle biológico de pragas que atacam várias culturas, como as lagartas do milho e da soja, causando muitos prejuízos aos produtores e o uso elevado de agrotóxicos.

A presente reunião foi requerida pelo Senador Donizeti Nogueira e destina-se à uma audiência pública, em cumprimento ao requerimento de autoria do Senador, com a finalidade de debater e acompanhar a implantação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) pelos Estados, previstos no art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Foram convidados: Sr. Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente; se estiver presente, por favor, assente-se à Mesa; Sr. Eugênio Spengler, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; Sr. Rodrigo Justus de Brito, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária; Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); e Rodrigo Lima, Diretor-Geral da Agroicone – Agricultura, Energia e Sustentabilidade.

A assessoria informa aos Senadores e também aos nossos telespectadores que hoje toda a Esplanada dos Ministérios está com uma proteção de segurança especial, por conta de manifestações planejadas e organizadas para esta manhã. Então, é possível que isso tenha criado algum problema na mobilidade ou na vinda dessas pessoas ao nosso evento, porque até agora os convidados não compareceram.

Gostaria que o Senador Donizeti Nogueira, que é o requerente da nossa audiência, se manifestasse. O requerimento, Senador Donizeti, foi exatamente na direção da segunda etapa do CAR; depois do CAR há a implementação, conforme era o debate proposto por V. Ex^a. Aqui veio já um pedido da Paraíba, da Assembleia, como foi lido, pedindo prorrogação, porque os prazos se estão encerrando e a gente não sabe ainda se haverá ou não prorrogação. Se V. Ex^a tiver informações, que possamos transmitir aos nossos agricultores.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr^a Presidenta, bom dia. Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

O Código Florestal veio trazer uma segurança e uma previsibilidade de como é organizada a segurança para o produtor rural, de como ele proceder. E foram instituídas algumas coisas.

O CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, está em fase execução e vence, como a Presidenta disse, e há o pedido de prorrogação. Por parte dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, neste momento, não existe a disposição de prorrogar. Alguns Estados já cumpriram a tarefa, outros estão em franco andamento. Para citar um exemplo, o Estado do Tocantins é um dos que está ainda atrasado, mas já tem mais de 58% do CAR realizado.

É necessário que haja a realização do CAR para ter essa radiografia das propriedades. Eu acredito que nós precisamos fazer um esforço agora muito grande para tentar cumprir, dentro do limite da lei, mas, não conseguindo, a gente vai ter que encontrar uma saída para que ninguém fique prejudicado.

Mas hoje a recomendação é que a gente faça isso o mais rápido possível, ainda há mais de um mês para fazer. O Tocantins, em um mês, praticamente subiu mais de 20%, porque vinha acumulando.

Agora, há um outro detalhe, Presidenta, que é preciso – e eu não sei, Assembleia Legislativa que nos mandou requerimento, se essa fase já foi cumprida – a atualização da Lei Florestal dos Estados. Porque só vai ser possível fazer o PRA, por exemplo, o Programa de Regularização Ambiental, se estiver atualizada a Lei Florestal do Estado, nos termos que o Código Florestal determina.

No meu Estado, por exemplo, isso ainda não foi feito. E isso inviabiliza a realização do PRA,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que é a segunda etapa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...que é a segunda etapa, que depois, realizado o CAR, para o produtor aderir ao Programa de Regularização Ambiental que o Governo Federal vem discutindo, não vai ser possível porque o Estado não fez o CAR.

Então, hoje a gente espera dar uma contribuição aqui no debate, nessa questão do Programa de Regularização Ambiental dos Estados, o Governo Federal já fez a parte dele e agora precisa que os Estados façam. E há Estados que já fizeram, pelo o que eu sei, Minas Gerais, São Paulo, se eu não me engano, só para citar alguns, já estão com isso realizado.

Prorrogar, a gente ainda não pode dar segurança se vai prorrogar, mas o que a gente pode dar segurança é que, por parte do Governo Federal existe o empenho de que façamos o CAR.

Esse vai ser o maior cadastro rural do mundo. Não existe algo parecido em andamento. Então, é importante que os produtores o façam, porque assim eles terão os benefícios de participar da recuperação ambiental daqueles 12,5 milhões de hectares. Nós assumimos na COP 21 o compromisso de realizar a recuperação da vegetação nativa de 12,5 milhões de hectares, que é preciso ser cumprido, e para fazer isso, é preciso que os Estados cumpram essas etapas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti. Eu acho que foi bem colocado também. É claro que é importante que o agricultor trate de regularizar a situação porque é mais tranquilo. Se não houver a prorrogação, ele terá dificuldades também no acesso a crédito e a todas as operações financeiras.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Assim, é bom também registrarmos que, em que pese tenha havido todo aquele barulho na discussão da aprovação do Código Florestal, os legisladores, na confecção do Código Florestal, conseguiram contemplar, de forma a não prejudicar os produtores de maneira nenhuma. Eu acho que o Código Florestal é bem justo no encaminhamento da necessidade do mundo, que é a sustentabilidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente da nossa Comissão, Senadora Ana Amélia. Também cumprimento o Senador Moka, o Senador Donizeti. Vamos aguardar as explicações e os comentários de cada um dos nossos convidados, se vierem – eu penso que vêm.

Lembro-me de que o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia participaram efetivamente da confecção desse novo cadastro, dessa nova lei ambiental, fizemos o Código Florestal. A intenção era realmente dar tempo para que os produtores de todo o Brasil pudessem se adequar à nova lei, que acho também uma lei justa, a que foi possível construir naquele momento, e acho que foi muito bem construída. Penso que os dois lados poderiam ter avançado mais, mas ficou de bom tamanho.

Uma das cláusulas, o art. 59, prorrogava ou dava possibilidade de prorrogar por mais um ano. À época, eu achava pouco esse tempo de prorrogação, porque quando governador no Estado de Mato Grosso nós implantamos um Cadastro Ambiental Rural também, que começou com um programa na cidade de Lucas do Rio Verde. Depois nós ampliamos isso, levamos para o Estado e conseguimos fazer a regularização, inclusive conseguimos fazer com que o desmatamento, à época, fosse reduzido em torno de 90% no período em que ficamos no Governo. Trouxemos os produtores, os ministérios públicos estadual, federal, enfim, toda a sociedade para dentro dessa discussão, para mostrar que tínhamos que tomar uma atitude.

Mesmo assim, quero aguardar hoje o posicionamento daqueles que estão aqui convidados, mas penso que este um ano que foi dado seja pouco, porque a própria União, o próprio Estado brasileiro demorou muito para fazer o seu programa. E não é que demorou porque não quis. Como eu tinha experiência do Estado, sei

que a confecção de um instrumento desses é lento, é demorado, não é de um dia para o outro que conseguimos fazer essas coisas andarem. Então, talvez tenhamos que pensar num prazo maior.

Mas também, imagino, lá pelo Estado de Mato Grosso as coisas estão andando rápido, quando já tínhamos implantado isso. Mesmo assim, há dificuldades. Vamos aguardar a audiência pública e talvez, no final, tenhamos que tirar daqui uma posição de uma recomendação de dilação de prazo maior, para poder todo mundo se enquadrar.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o início da nossa reunião e também fazer um comunicado. No dia 29, faleceu em Mato Grosso um dos grandes pecuaristas do nosso Estado. Ele, além de pecuarista, foi o precursor da indústria frigorífica no nosso Estado, uma pessoa já de 83 anos, o Sr. Sebastião Bueno Xavier, conhecido como Chico Preto. Só que lá em Mato Grosso há uns três Chicos Pretos. Então, dá para confundir. Ele começou a vida, Senador Moka, como todo empresário da antiga começava: do nada. Começou como um açougueiro no Tendal da Lapa.

Foi vendendo carne e picando carne que chegou à conclusão de que teria que partir para frigorífico. Foi para o Estado do Paraná, começou em Jacarezinho, Londrina. Em 86, ele foi para Mato Grosso e fez uma grande diferença para a pecuária mato-grossense, não só abrindo fazendas, expandindo os negócios da pecuária, mas fazendo com que, de 86 para cá, alguns frigoríficos fossem implantados no Estado e em regiões pioneiras, que deram suporte à atividade pecuária naquele Estado.

Ele abriu um frigorífico em Colíder, um em Alta Floresta, um em Vila Rica, um em Joara. Depois construiu o Frigoverde, na cidade de Cuiabá, fez o primeiro curtume no Estado de Mato Grosso, na cidade de Colíder. Chegou a ter mais de cinco mil funcionários trabalhando nas suas empresas. Quer dizer, uma atividade econômica fortíssima, importante para o Estado.

Homem de pouco estudo também, como a grande maioria, como foi meu pai e muitos outros, ele tinha uma visão de futuro, uma visão de empreendedorismo muito grande, um faro para negócios espetacular. Isso fazia com o que o estudo fosse suplantado por essa capacidade, essa vontade e essa garra de fazer as coisas.

Então, quero deixar esse registro aqui. Ele deixa a sua esposa, Dona Laura, filhos – a Rosana, o Douglas, que é uma pessoa também do setor, a Suzete – e os netos; deixa a sua família. Quero cumprimentar todos, dar os meus pêsames, não só em nome meu, mas tenho certeza de que em nome do Estado e de todos os pecuaristas de Mato Grosso, porque como disse, a presença do Chico Preto, do Seu Sebastião, é muito importante.

No início da nossa pecuária, nós não tínhamos frigoríficos e foi ele que interiorizou praticamente essa atividade no nosso Estado. Depois, claro, vieram as políticas de governo e houve essas grandes concentrações de frigoríficos na mão de poucos, e ele acabou também vendendo, saindo um pouco da atividade. Mas fez a parte dele. É mais um dos bandeirantes modernos de Mato Grosso que nos deixa. Assim como vamos todos nós também.

Eu quero aqui, na Comissão de Agricultura, deixar registrada essa homenagem a esse homem importante, deixar meus cumprimentos a todos os seus funcionários, ao Luiz Olavo também, que foi funcionário dele, mais tarde foi sócio dele em alguns empreendimentos. Enfim, tenho certeza de que o Sr. Chico Preto cumpriu com a sua obrigação aqui na terra, que é a de gerar emprego, renda e criar oportunidade para as pessoas.

Então, quero deixar registrado, Presidente, em meu nome, em nome do Estado do Mato Grosso, o agradecimento a ele que já foi e à sua família que ficou. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Comissão se associa à homenagem que o senhor faz ao Chico Preto, que não é Francisco, é Sebastião. Penso que essas figuras contribuíram enormemente para desbravar regiões novas, na chamada fronteira agrícola ou de pecuária, e fazendo a diferença. São pessoas especiais. Temos que ter a responsabilidade de preservar a memória de quem começou tudo isso. Essas pessoas merecem o nosso respeito, a nossa admiração, e as suas famílias, da mesma forma.

O Senador Moka, como disse o Senador Blairo Maggi, teve um papel muito importante na questão do Código Florestal. Foram muitos embates, acho que foi uma das mais bonitas páginas da história do Parlamento brasileiro. Com todas as dificuldades, mas foi, ao fim e ao cabo, a construção do que foi dito pelo Senador Donizeti, pelo Senador Blairo, um Código Florestal equilibrado entre as diversas correntes que aqui estavam. Em alguns momentos, parecia que as coisas não iam dar certo, mas foi feito o possível. Talvez isso é que esteja faltando nesta crise de hoje, essa coisa de se conseguir o equilíbrio de posições antagônicas para construir um benefício para o País.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, Dr. Rodrigo Justus de Brito, nosso convidado, eu só quero fazer um registro. Eu, na Casa – não, eu acho que mais alguém –, participei da construção do Código Florestal na Câmara e no final do mandato, eu vim para o Senado e participei também aqui no Senado.

Eu me lembro do Senador Blairo Maggi falando que o prazo de um ano era curto. E aí a briga que foi para o pessoal dito ambientalista dizendo que não. Eles não queriam nem esse um ano, e a gente dizendo que o prazo não daria. Houve também radicalizações da outra parte. Esse Código, na verdade, acabou dando certo exatamente porque ficou no meio-termo. Os dois lados acabaram se entendendo e conseguimos, principalmente no Senado, fazer uma conciliação daquilo que era possível fazer. Na nossa avaliação, nós temos um código que nós podemos dizer moderno e principalmente justo para com os produtores, sejam eles grandes, médios ou pequenos.

Nós estamos aqui hoje discutindo, requerido pelo eminente Senador Donizeti, essa questão do PRA. E aí, é claro, somos obrigados a discutir também pedidos para que se prorrogue mais uma vez o prazo do CAR e aí entra essa discussão. O Blairo dizia: “Olha, eu tenho essa experiência, eu implantei isso no Mato Grosso. Um ano só é muito pouco e não deu.” Foi o que se conseguiu.

Agora, de qualquer forma, em algum momento, se for dado mais prazo, eu mesmo digo que ele não pode também a cada ano ser prorrogado. Não pode, senão vamos criar uma expectativa de que sempre haverá prorrogação. Aí eu acho que não. Se for prorrogar, que se dê mais um prazo suficiente dizendo: quem não fizer, terá sanções por não ter feito.

No início eu fui de sindicato em sindicato. Havia uma desconfiança desse cadastramento, Senador Donizeti. Eu cheguei a ter embates até mais duros, mas é importante que façam o cadastramento. Existem vários benefícios que serão concedidos se o produtor fizer, e ele vai ficar fora se não fizer. Então, acho que os sindicatos rurais e as federações têm que ajudar, fazendo exatamente a campanha da importância de o produtor fazer o CAR, para logo em seguida podermos fazer o PRA.

Em boa hora, lembra o Senador Donizeti, da atualização da chamada Lei Florestal, de competência das assembleias legislativas de cada Estado.

Era só isso, enquanto esperávamos os nossos convidados, a título de contribuição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Moka.

Ao fim desta audiência pública, nós vamos fazer uma nota técnica pela assessoria legislativa do Senado, desta Comissão, encaminhar ao Ministério do Meio ambiente a sugestão, com base também nesses dados. Penso que a posição de V. Exª tem tudo a ver com a questão da credibilidade do prazo. Isso é fundamental em qualquer relação. Concordo com V. Exª.

A propósito, eu gostaria de lembrar, de saudosa memória, pelo trabalho e pela relevância que teve, um dos relatores do Código Florestal, o Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi, digamos, um arquiteto político fundamental no processo de acomodar todos os pontos divergentes para uma convergência de entendimento e equilíbrio. Da mesma forma o Senador Jorge Viana. Os dois fizeram uma parceria muito bem-sucedida e conseguiram oferecer ao Brasil este Código Florestal de alta qualidade.

Como já temos dois convidados, um representante dos produtores rurais, no caso a CNA, o Dr. Rodrigo Justus de Brito e o Dr. Raimundo Deusdará Filho, do Ministério do Meio Ambiente, vamos começar ouvindo o Dr. Rodrigo.

Aqui é por ordem de chegada. Em seguida – porque ele vai apresentar os problemas que tem o setor – o senhor vai tentar esclarecer.

Não sei se foi informado. São dez minutos em geral. Depois partimos para perguntas e encaminhamentos.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Bom dia a todos. Senadora Ana Amélia, cumprimento os demais Senadores, todos os presentes.

Sou uma das pessoas que também participou da discussão do Código Florestal como técnico da CNA. Desde 2006 discutimos isso. Quando chegou o momento do cadastramento, falando primeiramente sobre a questão do CAR especificamente, já se sabia que esse prazo não seria cumprido. Ocorre que houve uma pressão dizendo que, se o CAR fosse por tempo indeterminado, muitos bons brasileiros deixariam de fazer porque a hora em que o prazo fosse fixado, eles começariam a se mexer para fazer. Então, colocou-se um prazo, prorrogável por mais um ano. Esse prazo já venceu. E qual é o problema que causaram ao Governo esses que não fizeram o cadastro? Na verdade nenhum, porque o PRA não está de fato implementado.

Eu pensei que iria falar depois do Deusdará, mas eu vou falar de forma geral e depois a gente discute.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Seja o que Deus quiser.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – É. Seja o que Deus quiser. Deus dará, mas seja o que Deus quiser.

(Risos.)

E a questão do cadastro ficou. Não há mais como administrativamente fazer uma prorrogação, a não ser por uma mudança na lei.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já foi prorrogado por um ano.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Certo, já foi prorrogado por um ano. Vamos lembrar que antigo Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) nunca foi concluído. Deveria constar mapas e tudo, ele é de 1973, embora iniciado. O georreferenciamento é um procedimento que, de início, não foi concluído porque o órgão não tinha condição de processar os pedidos e as pessoas ficaram sem; e uma parte deixou de fazê-lo porque via que os outros não conseguiam.

Agora, na questão do cadastro, objetivamente, a discussão é se deve ser prorrogado ou não e por quê. E por que o cadastro deveria ser prorrogado? São esses os pontos de que vamos falar rapidamente. Primeiro, o CAR compõe a base de controle de monitoramento inclusive para desmatamento. O Brasil tem 850 milhões de hectares. Existe uma parte considerável ocupada por Municípios e infraestrutura em torno de cento e tantos milhões. Temos as terras indígenas e o resto é cobertura vegetal ou área antropizada. Se não tivermos a maior parte do território lançada nessa base, nós não vamos saber quem está desmatando onde, mesmo aqueles que têm o direito de fazê-lo. Então, a apresentação do Deusdaré é importante para nos ajudar a tirar as conclusões, para vermos quanto disso está feito. Esses números ele vai trazer.

Outro ponto é o prazo do cadastramento. Um dia desses, eu estava expondo a minha tese sobre esse isso para o Deusdaré. O art. 29 do Código diz que o prazo do CAR é um ano após a sua implantação, prorrogável por mais um ano.

A ministra, no dia 5 de maio de 2014, baixou um ato dizendo: considera-se implantado o CAR. Só que se nós pegarmos o Estado de Mato Grosso Sul, por exemplo, o CAR só foi efetivamente implantado lá – é um outro sistema que interliga com o CAR – no mês de julho. Não deixa de ser um CAR, porque o CAR é um instrumento estadual que compõe o Sicar, que é um sistema nacional de informações, onde existe a consolidação de dados referentes a reserva legal, APP, etc. O Estado do Mato Grosso só começou no final de outubro do mesmo ano.

Então, embora Mato Grosso seja o Estado que mais tem imóveis lançados na base em termos de superfície territorial coberta, o produtor de Mato Grosso, pela lei, considerando que foi implantado no final de outubro daquele ano, tem até final de outubro de 2016 para fazer o seu cadastro aplicado. O que diz a lei: a implantação do sistema como norma técnica é a partir do momento que ele está disponível ao usuário. Então, a implantação do CAR não acontece porque a ministra baixou um ato, mas porque a partir daquele dia estava funcionando o CAR federal disponível para todos aqueles que queriam fazê-lo naqueles Estados. Na maior parte dos Estados, usaram de saída o CAR chamado federal, que é o sistema desenvolvido pelo Governo. Então, a maior parte dos Estados utilizou isso, a outra não.

Outra coisa é que o cômputo das APPs na reserva legal depende da inscrição no CAR. Isso está escrito no Código, no art. 15: é admitido o cômputo da APP na reserva legal desde que o proprietário tenha requerido a inclusão do móvel no CAR. Quer dizer que quem não fizer o CAR não tem o direito de fazer o cômputo. Isso é extremamente sério nos Estados do Sul e Sudeste, para onde a somatória da APP na reserva legal ameniza o problema do produtor, e muito. O não cadastramento traz um problema sério nesse sentido.

Agora, vamos ao PRA. Em um ano de existência do Código, eu não conheço um Estado que tenha efetivamente implementado o CAR, a maior parte ainda não implementou. Vamos ouvir aqui o Deusdaré e depois vamos falar sobre isso.

O que temos visto – não sei qual é a opinião do Deusdaré – é que a qualidade das normas dos PRAs, na verdade, acaba copiando tudo que está escrito na lei de novo sem muitas vezes considerar as peculiaridades. Quando foi discutido, aqui no Congresso, se o PRA deveria ser feito lá no Estado A ou no Estado B é porque aquele Estado, pela dimensão do Brasil, tem uma diferença que cabe a ele normatizar. A maior parte dos PRAs não têm trazido a solução para os problemas das peculiaridades. Então, nós temos uma maioria de Estados que não têm PRA e vários PRAs e alguns deles não trazem a solução para a questão dessas peculiaridades.

O que o PRA traz de concreto, específico na lei é que ele impede a aplicação de multas sobre fatos anteriores a julho de 2008 até o prazo final da adesão ao PRA. Então, ele impede a aplicação dessas penalidades, muitas delas já prescritas. Na verdade, com ou sem PRA, haveria a prescrição do direito de autuar, mas existem as sanções por impedir a regeneração da vegetação, que são sanções permanentes, e eles poderiam ser alvo, sim, de auto de infração por isso. A assinatura do termo de compromisso suspende as penalidades.

Agora, existe um aspecto cuja discussão é controversa. Nossa posição é de que o não cadastramento das áreas no CAR e a não adesão ao PRA não desconsolidam as APPs. A inscrição no CAR, caso não realizada, impede o cômputo da APP na reserva legal, mas ela não desconsolida a questão das distâncias. Estudamos, isso não está escrito lá, a penalidade para não inscrição no CAR.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Já estou concluindo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – O que quer dizer na prática essa consolidação?

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – É o seguinte: por exemplo, na pequena propriedade, são trinta metros de APP. Aquele pequeno produtor deixou lá cinco metros, e daí entende-se que a conclusão do processo do PRA traria a consolidação dessa área e ele ficaria lá nos seus cinco metros.

Na verdade, quem não fizer o PRA não perde o direito de consolidação da sua APP. Existem posições dizendo que ele não tem direito a nada, que quem não fizer inscrição no CAR tem que ser igual a uma propriedade hoje começada do zero.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – É, exato, não teria o benefício da escadinha.

Então, nós colocamos aqui as consequências da não prorrogação do CAR – esse é um eslaide chave.

Nós vamos inutilizar, inviabilizar tudo o que foi produzido. Nós precisamos voltar ao que está escrito lá no art. 29 da lei. O CAR é criado, registro avançando, regime público eletrônico para todos os imóveis rurais com a finalidade de integrar informações ambientais de propriedades e posses rurais. O §3º diz que a inscrição no CAR, requerida no prazo de um ano, é prorrogável por uma única vez. Significa que, se o Congresso não prorrogar, ou se o Governo, através de medida provisória, não prorrogar, está proibido abrir novo CAR. E pela quantidade de áreas que ainda faltam ser cadastradas, nós estamos matando tudo aquilo que foi feito e que é essencial como informação ambiental.

Se nós pegarmos a definição dos CPFs ou dos CNPJs, veremos que são cadastros, e são permanentes. Uma coisa é o prazo de benefícios do PRA do CAR, outra coisa é que o CAR existe e ele tem que continuar a ser realizado. E o que está escrito na lei é que o Governo vai fazer CAR durante dois anos e, dali para frente, não existe mais cadastramento. Então, não é a questão do benefício, a questão é que a forma como foi colocado dá a impressão de que o CAR para, o CAR acaba. É como a gente dizer que só se abre o CPF até 2016. Está bem, e quem nasceu em 2010 e vai fazê-lo em 2026 não vai poder fazer mais o seu CPF? É isso o que está escrito no nosso texto.

Então, fechando: nós temos que fazer a prorrogação do CAR, a prorrogação não traz prejuízo. O CAR ainda não foi analisado significativamente, os órgãos nem começaram a analisá-lo. Até chegar nos CARs já apresentados, eles vão demorar muito tempo, não se está causando prejuízo. É necessário fixar o prazo. Então, qual é o prazo do PRA agora? É até 2017? Não existe lá... O Código traz a sanção de que a não inscrição no CAR corta o crédito – 20 de maio de 2017, certo?

É uma decisão política desta Casa: nós vamos fazer o prazo do benefício até x ou até o próprio dia 20 de maio de 2017? Ou não? É mais ou é menos? É preciso dar um ponto final em relação a essa questão do prazo, porque, pela lei, o prazo de adesão ao PRA é um ano após a implantação do PRA. Acho que mais de 15 não têm PRA, talvez 20 – o Deusdará vai mostrar: a maior parte não tem. Já venceu o prazo para os Estados implementarem o PRA. Era um ano, prorrogável por mais um ano a partir da lei e, nem veio o decreto prorrogando o tal ano, já morreu no primeiro ano – e ninguém fez. Então, na verdade, é preciso também convalidar esses PRAs que estão aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é o percentual de propriedades rurais que foram submetidas ao cadastro até hoje?

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Essa resposta está na palestra do Deusdará.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – É de 67,58%

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Eu vou encerrar aqui e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então vamos passar para o Deusdará para ele responder, mas eu imaginava que a CNA tivesse uma informação própria dela, advinda das confederações de agricultura dos Estados. As entidades, em defesa do agricultor, têm que trazer essa informação também para a sua confederação.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Sim, e outra coisa é que, no caso de pequenos produtores que não tenham recursos, a lei estabeleceu que eles teriam apoio do Estado para fazê-lo. O Governo fez um trabalho hercúleo juntando recursos, arrumando dinheiro para fazer parcerias, mas muitos Estados não fizeram isso também. Então, quem mais vai perder nisso, atendendo o que as federações dizem, de fato, são os pequenos. Quem faz agricultura comercial mesmo, médio e grande porte, já fez o seu CAR, porque depende daquilo – os bancos já estão pedindo desde o ano passado.

Então, quem realmente está... Agora, quem é pequeno e está na atividade não teve, muitas vezes, meios para fazer. Nós queremos que seja feita essa prorrogação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Rodrigo.

De imediato, passo a palavra a Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Bom dia.

Senadora, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. É uma honra estar com vocês. Peço desculpas pelo atraso.

Eu gostaria hoje, Senadora, de ficar concentrado no objeto da convocação, de falar um pouco dos Programas de Regularização Ambiental e das Cotas de Reserva Ambiental – é o que a gente está chamando, Senador, de além-CAR, o pós-CAR. Nós temos a inscrição no CAR, nós temos a análise das informações do CAR e teremos os encaminhamentos dos Programas de Regularização Ambiental.

Com relação ao prazo, Senadora, antes de entrar diretamente na palestra...

Eu peço aos senhores para colocarem por favor.

Como Poder Executivo, cabe a nós obedecer a lei. Quer dizer, nós trabalhamos com o prazo de 5 de maio de 2016, porque a lei diz que o prazo é de um ano, prorrogável uma única vez, e já foi prorrogado pela Ministra do Meio Ambiente via Portaria nº 100. Então, trabalhamos com a perspectiva do que está fixado hoje para nós, que é o prazo de 2 anos, que vence dia 5 de maio.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Embora vocês, durante o debate, defendessem esse prazo.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Sim, é verdade.

Chegamos à conclusão, Senador, que, do ponto de vista do desenvolvimento – são os dados que vou mostrar agora...

Esse boletim, Senadora, está na página florestal.gov.br. Todos os meses, o Serviço Florestal Brasileiro produz um boletim com informações para dar transparência à evolução e ao incremento das informações a respeito do cadastro.

Hoje estamos com cerca de 269 milhões de hectares, o que não é pouca área. Os senhores, que são ligados à área rural, têm a dimensão do que é isso. Normalmente os ambientalistas gostam, Senador Caiado, de falar em campos de futebol. Então, seriam cerca de 269 milhões de campos de futebol. Essa é uma área extremamente significativa, representa 68% da área passível de cadastro.

Estamos com um incremento mensal médio no cadastro de cerca de seis milhões de hectares. Temos a expectativa de que, este mês... Houve um pico de acessos – acompanhamos o sistema do ponto de vista de acessos –, observamos que, no final do mês de fevereiro, houve muitos acessos.

Quer dizer, muita gente fez o CAR, Senador Blairo, e não o enviou. Fez o arquivo chamado ponto k: ele preenche o cadastro, mas não o envia para o sistema. Então, acreditamos que haverá a tendência, em março/abril, de começarem a subir as informações relativas a vários imóveis cujos cadastros estão prontos. Além disso – isso é da nossa natureza –, certamente, vamos ter um problema no final do prazo porque muita gente vai deixar para o último dia.

A distribuição continua. A Região Norte, que já tinha um histórico bem avançado em relação ao cadastro, assim como Mato Grosso e Pará... O Centro-Oeste: muito consistente; o Estado de Goiás tem cadastros muito bem feitos – é impressionante, é mais de 50% do Estado de Goiás, são cadastros muito bem feitos do ponto de vista qualitativo; o Nordeste teve um incremento maior agora, com os Estados do Ceará e da Bahia; o Sudeste, muito bem; Paraná e Santa Catarina no Sul; e o Sudeste de Minas Gerais.

Estive agora, Senadora, em Caxias do Sul. Tive oportunidade de estar com o Prefeito Alceu...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Alceu Barbosa Velho.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Isso.

Estive também com o Secretário de Meio Ambiente, Adivandro. Foi uma experiência maravilhosa, Senadora. Voltei orgulhoso, vi pequenas propriedades, 80% do Município fizeram o cadastro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caxias é Caxias!

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Caxias é Caxias.

O cadastro foi muito bem feito, o pessoal está muito entusiasmado. Caxias do Sul, realmente, vai ser um exemplo para todo o Brasil. Realmente são muito bem feitas as coisas lá, o cadastro dos pequenos, a comunidade italiana está envolvida...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há uma grande produção de frutas.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Sim, há muita produção de frutas, especialmente uva.

Agora, falando de PRA. Isso é extremamente importante, Senador Donizeti. Esse dado é um dado do banco de dados. O que significa isso? Que 54% dos imóveis inscritos no cadastro solicitaram adesão voluntária ao PRA.

E aí eu discordo um pouco do meu colega Rodrigo Justus, porque no CAR você tem uma pergunta... No final do cadastro, aparecem perguntas. “Você tem déficit?” “Sim.” “Você quer aderir ao PRA?” “Sim.” O nosso entendimento: na hora em que ele coloca “sim” lá, ele fez sua adesão ao PRA, independentemente de o Estado ter ou não Programa de Regularização Ambiental. Quer dizer, a lei fala que você tem que aderir, você não tem que fazer o PRA.

Então, quando diz – desculpem o jargão – “Devo, não nego, pago quando puder”, o produtor diz que realmente tem um déficit e quer aderir a um programa que possa resolver o seu déficit. E 54% dos imóveis fizeram adesão voluntária ao PRA.

Esse gráfico de pizza à esquerda mostra imóveis cujos proprietários disseram assim: “Eu tenho déficit e quero ir para o PRA”. E quando eles têm déficit, o gráfico mostra o seguinte: 18% querem fazer recomposição, querem plantar; 28% querem compensar; e 54% querem deixar regenerar.

Mais uma vez: a importância desse cadastro é a importância que os senhores tiveram historicamente na viabilização de uma produção harmonizada com o meio ambiente. Os produtores estão sendo extremamente honestos, estão dizendo assim: “Olha, se eu tenho um problema, eu quero resolver o meu problema, me deem condições de resolver que eu vou resolver.” E esse novo Código Florestal está criando a possibilidade para os agricultores resolverem seus problemas. Isso é muito importante.

Agora, há também aqueles que querem aderir ao PRA não porque têm déficit, mas porque têm multas, embargos. Como o PRA também prevê a suspensão de punibilidade para algumas sanções, o PRA também é visto como um caminho para a regularização. Eles querem ir para o PRA porque têm problemas de embargos, de multas e, com o PRA, podem ter a suspensão da punibilidade das multas. É muito importante esse dado.

Esse é o Cadastro Ambiental. Aparecem aqui assentamentos em Goiás – presente de Deus, só para mostrar que as coisas estão acontecendo de uma forma muito acelerada e boa. Hoje nós já temos funcionando uma central de comunicação. Hoje o produtor pode se comunicar com o sistema, saber como está o processo dele, que tipo de pendência ele tem, qual é a recomendação para resolvê-la. Nós estamos implantando isso – já está implantado no Mato Grosso em ambiente de produção. É informada a ele a pendência que ele tem e o que tem de fazer para saná-la.

Já temos o Módulo de Análise rodando também, em fase de testes. Aquele é o exemplo de um imóvel analisado. O produtor ou possuidor declarou que tem remanescente – a gente verifica que, na verdade, ele não tem tudo aquilo de vegetação que ele falou. Nesse exemplo – está muito pequeno, mas observem por favor –, no lado direito, embaixo, aparece um número verde. Ali o sistema aponta as propriedades que têm excedente de vegetação. Quando essa propriedade tem mais verde, mais algum número – eu não tenho aqui o *laser* –, ela passa a ser elegível, Senador, para a emissão de Cotas de Reserva Ambiental. Então, quando o sistema roda a validação das informações e aquela propriedade apresenta um excedente de vegetação nativa, aquela propriedade vai para um banco de intenções de propriedades elegíveis para emitir Cotas de Reserva Ambiental, outro grande dispositivo que os senhores colocaram, que é a possibilidade de remunerar esses produtores por seu ativo florestal.

Um exemplo. Essa é uma propriedade com área consolidada, uma propriedade com vegetação nativa. Essa propriedade tem déficit – aparece lá -20. Então, essa propriedade poderia se utilizar do excedente de outra propriedade para fazer sua compensação.

Esta é outra propriedade: uma área consolidada, uma reserva legal a compensar. E aquela que está com mato ali... É a vegetação nativa dele, esse tem excedente. Então, essa propriedade poderia ser eleita também para ter a possibilidade de ser remunerada por seu ativo florestal.

Aqui há uma outra – mais claramente visível, Senadora. Imaginem uma propriedade que está dentro da floresta e que tem uma área a consolidar: ela tem um excedente passível de ser comercializado em função dos dispositivos do artigo do novo Código Florestal – nesse caso aí, mais de 10 hectares.

Esse é o Módulo de Regularização Ambiental. A gente está tentando apoiar os Estados desenvolvendo um módulo automatizado de PRA, Justus, colocado à disposição gratuitamente para os Estados. Esse é um protótipo. Há possibilidade de você ver todo o imóvel, as declarações do imóvel. Se você quiser fazer a compensação, há a informação de como você pode fazê-la – por Cota de Reserva Ambiental, por arrendamento.

A compensação via Cota de Reserva Ambiental. Nós estamos desenvolvendo isso do ponto de vista dinâmico. Se ele quiser fazer a recomposição, o sistema vai orientá-lo para fazer a recomposição. “O senhor deseja plantar?” “Desejo.” “O senhor vai plantar como? Espaçamento 3 por 3?” Então, é uma espécie de miniprojeto padrão que a gente vai fazer por região e, no final, ele vai ter a possibilidade, sem necessariamente ter custos adicionais, através do sistema, de ter o seu projeto de recomposição.

As sanções administrativas. Isso é muito importante, porque as propriedades que têm sanções ou embargos já poderão informá-las, no módulo de PRA, para que se possa emitir um termo de compromisso suspendendo a punibilidade.

Os dois decretos, Senadora, que fizemos a respeito do PRA. Ou seja, a moldura do PRA federal foi feita dentro do prazo.

Nós lançamos o primeiro decreto em 2012, dentro do prazo de seis meses dado pelo Código, normas gerais para os PRAs, e lançamos um decreto em 2014 dando as normas complementares para o PRA.

Esses, Rodrigo, são os Estados que têm legislação associada a Programas de Regularização Ambiental. Não quer dizer necessariamente que o PRA desses Estados esteja ligado ao novo Código Florestal – já existiam os Pradas, os programas de regularização dos Estados, independentes do novo Código Florestal.

Por exemplo, o Acre aparece branquinho ali, mas o Acre está desenvolvendo uma legislação agora de PRA já adaptada ao novo Código Florestal. Então, a maioria dos Estados têm alguma iniciativa de regularização ambiental, mas não necessariamente associada ao novo Código Florestal. Em verde aparecem os Estados que têm regulamentação de PRA; em branco, os que não a tem. Repito, insisto: não quer dizer que sejam PRAs associados ao novo Código Florestal, mas esses Estados já tinham iniciativas de regularização ambiental.

Essas são ações nossas. Todas as cores – amarelo, verde, verde claro – representam ações que o Serviço Florestal Brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente, está desenvolvendo relativamente à regularização, ajudando os Estados, apoiando os Estados na regularização ambiental dos imóveis, com vários recursos: do KFW, do governo britânico, do nosso próprio Orçamento. Então, estamos tentando chegar nos Estados. E ali na Região Nordeste, Senadora, é onde estamos ajudando os Estados a fazer cadastro, porque é ela a região mais deficiente sob esse aspecto.

Estamos agora com um fundo – algo inédito –, juntamos 6 fundos: Fundo de Direitos Difusos, Ministério da Justiça; Fundo Socioambiental da Caixa; Fundo Nacional de Mudanças Climáticas; Agência Nacional de Águas; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro; Fundo do Meio Ambiente. Colocamos R\$45 milhões para a recuperar bacias. Essas áreas em verde são projetos que estamos desenvolvendo para fazer o PRA, ou seja, para fazer o Estado ter a iniciativa de recuperar bacias hidrográficas críticas que têm relação com o abastecimento humano.

Para finalizar, temos alguns projetos com o KFW. O Arboretum, ali no Sul da Bahia, é um centro de recuperação de áreas degradadas já instalado. Junto com o Ministério Público, estamos construindo mais cinco centros, que vão servir de apoio para a produção de sementes e viveiros para o PRA.

Era isso, Senadora. Desculpe-me por ter passado um pouquinho do tempo. A palestra vai ficar à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi muito boa.

A preferência é do Senador Donizeti, que é o requerente.

Queria só mencionar que, em sua exposição aqui, o Dr. Deusdará fez uma referência ao Estado do Pará, do Senador Flexa Ribeiro, e ao Estado de Goiás, do Senador Ronaldo Caiado, em relação ao que os agricultores, os produtores, junto com as autoridades municipais e estaduais, fizeram para avançar. Esses dois Estados têm os melhores índices, Pará e Goiás, assim como a Região Norte.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, quero agradecer ao Dr. Rodrigo e ao Dr. Raimundo Deusdará por estarem conosco nesta manhã trazendo essas informações tão importantes para os produtores rurais e para os agentes públicos.

Temos é que comemorar: de 397 milhões de hectares, nós estamos com praticamente 270 milhões já no cadastro. Ou seja, nós já alcançamos 67%. Acho que a metodologia estabelecida pela lei, de um ano mais um ano, foi correta, tornou possível chegarmos nisso. Agora, parece-me que o Poder Executivo vai ter, ao final, que fazer uma medida provisória prorrogando isso para dar continuidade ao que já foi feito. Acho que, com mais um ano, nós concluímos.

Há uma parte aqui que está muito ligada à questão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, especificamente ao Incra, que é a dos assentamentos. Parece que há um contrato com a Universidade de Lavras por meio do qual se faz o CAR nos assentamentos. É uma informação que vou discutir na semana que vem no Incra, mas no Mato Grosso, que já tem 80%, provavelmente boa parte é dos assentamentos que ainda não entraram. Conversava ontem com a Secretária de Meio Ambiente lá do meu Estado, a Drª Meire, e ela me disse: “Precisa ir para o Incra, conversar com o Incra.” Nós avançamos muito, mas a parte dos assentamentos está atrasada.

Então, precisamos dialogar com o Incra para ver como resolver isso, mas acredito que há necessidade de prorrogação.

Eu havia elaborado algumas perguntas, mas, no desenrolar das apresentações aqui, praticamente todas foram respondidas. Estou muito satisfeito com o resultado desta manhã. Os colegas Senadores e Senadoras vão poder acrescentar, vocês vão poder responder mais, mas é um sucesso para nós essa questão do Código Florestal, a questão do Cadastro Ambiental Rural, a evolução que teve. Esperamos que possa ser prorrogado, sejam corrigidas essas lacunas que o Dr. Rodrigo colocou, e possamos, ao final de mais um ano, concluir isso, que é algo extraordinário para o nosso País.

Tenho viajado pelo Estado e tenho dito, quando encontro com os produtores, com os assentados e com os agricultores familiares, que é necessário fazer, não há prejuízo, só há benefício. O receio de ser punido é infundado, está programado é o benefício, não está programada a punição, basta cumprir a lei agora, é muito importante fazer isso. Também penso que nós, Parlamentares – e estamos aqui, já não é a primeira vez que discutimos isso na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária –, estamos dando a nossa contribuição.

Lá no nosso Estado, é preciso procurar as empresas que estão trabalhando, pressionar o governo do Estado também a cumprir sua parte, porque os governos vão deixando, vão deixando... O meu Estado não atualizou a lei, mas já está na Casa Civil o projeto de lei para mandar para a Assembleia. Vamos mandar para a Assembleia! O Governador Marcelo Miranda está empenhado em ajudar a resolver isso.

Em mais um ano – não tenho dúvida, Senadores Blairo, Moka, Caiado, Ana Amélia, Flexa Ribeiro – nós vamos concluir esta obra magnífica para o nosso País que é o Cadastro Rural Ambiental.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto se algum Senador quer se manifestar. Se não, eu passaria logo a palavra para o Dr. Eugênio Spengler, que acaba de chegar, para falar em 5 minutos.

Senador Caiado e Senador Moka, escolham quem fala primeiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria apenas, na linha de raciocínio apresentada aqui pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, de agradecer o reconhecimento que fez ao dizer que hoje Goiás é uma referência na área de georreferenciamento. Talvez uma das melhores cabeças nessa área esteja no nosso Estado – hoje até está emprestado para o Piauí, porque a situação lá estava próxima da calamidade.

O que acontece é que nós estamos ainda muito queixosos em relação à parte do Ministério do Meio Ambiente. A situação no Ministério do Meio Ambiente está deixando muito a desejar. Esses dados, por exemplo, são totalmente incompatíveis com a realidade, isso é que me preocupa.

Eu tirei, única e exclusivamente, um extrato sobre o Acre, pelo Ministério do Meio Ambiente. Área passível de cadastro: 3.528.543 hectares; área cadastrada: 8,588 milhões de hectares, três vezes mais do que a área passível de cadastro. Estou apresentando aqui dados do Ministério. Quer dizer, 34 mil propriedades... Eu imagino que o Acre tenha muito mais do que 34 mil propriedades.

Então, o que está acontecendo é que... Modéstia à parte, eu acho que não só Goiás, mas outros Estados também, estão atuando com a segurança necessária para que haja os limites, os confrontantes, para que as pessoas realmente possam assinar aquele documento, para que não haja sobreposição de áreas. Como é que um Estado como o Acre, que tem, compatíveis aqui, 3,528 milhões tem exatamente 8 milhões de área cadastrada? Esse resultado... O que acontece? Aparece o quê? Acre: mais de 100%. Mas, na verdade, Senador Moka, não é um dado real do Acre, porque se são 3,5 milhões compatíveis, e se apresentam 8,5 milhões...

Então, esse casamento dessas informações – eu não sei qual é o sistema do Ministério – está deixando muito a desejar como retrato fiel do setor rural nosso, brasileiro. Essa tem sido a queixa do nosso pessoal de Goiás, que tem levado com um pouco mais eu não diria de retardo, mas com mais cautela para que esses processos possam ser 100% dirimidos e que a gente possa apresentar um relatório no final, o Estado de Goiás apresentando exatamente o que ele tem e a área dele, porque, senão, vai ficar parecendo aquelas escrituras de Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, de Goiás com a Bahia, de Goiás com Mato Grosso. Então, fica toda aquela superposição de escrituras. O CAR veio exatamente para acabar com isso, porque esse é um georreferenciamento cuja base é satélite, aquilo tem que ter precisão milimétrica. Não pode haver 3 milhões e ter 8 milhões cadastrados.

Essa é a colocação que eu faço ao representante do Ministério do Meio Ambiente: que realmente haja uma reordenação dos dados do Ministério ou uma redefinição do que deve ser feito, porque isso aqui desqualifica totalmente o trabalho de georreferenciamento que está sendo feito.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou passar a palavra primeiro ao Senador Moka, que também quer fazer uma ponderação ou um questionamento, e aí V. Exª responde.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu penso que é claro que essa informação que traz o Senador Ronaldo Caiado realmente deve ter uma explicação, mas, em sendo verdade, ela desqualifica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tira a credibilidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Fica difícil.

Mas quero me ater ainda a uma questão que me parece correta. A verdade é que, se colocarmos a quantidade que existe, baseados nas informações do Senador Donizeti, realmente isso representa um número expressivo dos produtores que já fizeram. Tenho comigo que a maior dificuldade – concordo com ele – certamente será em assentamentos que têm essa dificuldade mesmo e que precisam de ajuda, e talvez não esteja chegando essa ajuda.

Mas eu queria tocar... O Rodrigo disse algo, e eu queria ouvi-lo sobre isso: nós vamos prorrogar – já foi prorrogado – mais uma vez. Tenho comigo, e vou repetir, Rodrigo, que isso não pode ser prorrogável *ad aeternum*, porque aí você dá uma expectativa de que “não, daqui a mais um ano, eles vão prorrogar outra vez”. Você tem que pensar bem o prazo adequado e dizer “nós vamos prorrogar isso por mais tempo e depois não vamos prorrogar mais”. Isso não significa que a pessoa vai ter que ter... Ela não tem os direitos que o CAR dá a ela, mas ela... Como você mesmo disse, qual o prejuízo disso? É do próprio produtor. O Estado não tem prejuízo. Foi o que V. Sª disse.

E aí eu tenho comigo que o mais difícil, que era esse Código Florestal, foi feito. Que o pessoal do Meio Ambiente, eu estou falando do pessoal técnico, o pessoal da Agricultura e o pessoal da CNA vejam aquilo que vocês acham que tem que ser modificado. Se chegar num acordo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e a Confederação, vocês mandam para a Comissão de Agricultura, e nós vamos fazer essas modificações que os senhores acham que sejam pertinentes, que vão facilitar ainda mais isso daí.

Eu acho que esta audiência pública poderia servir, Senadora Ana Amélia, para dar exatamente este encaminhamento: a Ministra Kátia Abreu vai delegar a um grupo, a Ministra Izabella a outro, lá do Meio Ambiente, e a CNA, o Rodrigo mesmo cuida disso.

E aí não sei, o Eugênio chegou agora, vai falar ainda, mas se houver mais pessoas para participar dessa discussão... O importante é que o grosso disso foi feito. Realmente, mostra resultados efetivos, mas nós precisamos avançar ainda mais. Eu acho que um ano, como o Raimundo Deusdará disse, não sei se é o ideal, mas se vamos dizer não um ano, mas um ano e meio, que seja um ano e meio e mais nada, porque, senão, vão sempre apostar que vai haver novo adiamento, e vamos ficar naquela coisa de que vai ser adiado, adiado, e nunca vamos poder chegar ao máximo.

São as minhas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, agradeço-lhe.

Vou ouvir o Senador Flexa, que está inscrito, também o Senador Blairo, passar às respostas e depois ouvir o representante dos Estados.

Senador Moka, a Ministra Kátia Abreu, quando aqui esteve, atendendo a um convite da Comissão, fazendo uma exposição ampla sobre todo o programa do Plano Safra, ao ser alertada sobre os problemas na Região Sul em relação ao Cadastro Ambiental Rural, da demora, das dificuldades, inclusive por ação do próprio Ministério Público, ela se comprometeu a conversar com a Ministra Izabella Teixeira para que houvesse essa prorrogação, e acho que talvez encaminhando nessas condicionantes que V. Exª muito apropriadamente aborda em relação a definir um prazo que seja o último de prorrogação, para também dar credibilidade às ações do Governo.

Senador Flexa e Senador Blairo. O Senador Donizeti ainda quer fazer uma ponderação. Então, vou passar a palavra, pela ordem...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Os que chegaram primeiro não vão falar primeiro?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe, Senador. Isso foi bem ponderado. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sem problema. O Senador Blairo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Quem madruga... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, é o primeiro que chegou. Obrigada por refrescar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª tem a preferência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acontece que o senhor, como é muito gentil, e o seu amigo Caiado estava ali e como a voz dele é mais alta e ele é maior também... Lembra da história que o senhor estava contando, da criança, Senador Blairo, bem pequenina já brigando? Olhe para o tamanho dele, então, não dá, a Presidência... (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Ana Amélia, é só para restabelecer a verdade na Comissão, mas vou ceder o espaço para o Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não. Senadora Ana Amélia, o Senador Blairo vai falar. Mato Grosso e Pará são irmãos siameses.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está resolvido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª, ao falar por Mato Grosso defende o Pará, e vice-versa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Resolvido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Mas depois que todos falarem ainda farei perguntas.

Quando eu estava assistindo a apresentação do Deusdará, essa foto me chamou a atenção para um assunto que há muito tempo eu venho pensando, até porque ando muito no interior e vejo essa situação que se encontra aqui.

Minha sugestão aqui, para a gente começar a pensar. Nesse eslaide, estamos vendo ali que há uma nascente de água... Moka, preste atenção aqui, por favor, é importante sua participação e a do Caiado. Ali, nós temos uma nascente de água que está totalmente comprometida porque provavelmente essa propriedade foi aberta para a pecuária, pelo tipo de solo que tem ali, é uma área de pecuária. Mas, no Centro-Oeste, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, em Rondônia e no Pará, a gente tem muito dessa situação porque as aberturas que foram feitas no início, na década de 60, foram para a pecuária, não foram para a agricultura. Então, as áreas eleitas para a atividade agrícola eram sempre próximas dos cursos dos rios, das águas, para poder dar água aos animais.

Com a mudança para a agricultura hoje, quem abre uma área para agricultura evita fazer isso aí, não vai para perto das águas e procura ficar nos chapadões, nas áreas mais planas e mais secas. Então, eu gostaria que nós começássemos a pensar na possibilidade de, no futuro, o produtor ter a opção de voltar a regenerar todas essas áreas aqui, ao redor dessas nascentes de água e, uma vez pronto isso, ele poderia ter a opção, ou melhor, ele terá a opção de vir nessa área verde dele aqui embaixo, uma área plana que está longe das águas, abrir essa área para agricultura e devolver aquela área para a natureza, com proteção de águas e tudo mais, como se faz necessário.

Todos nós sabemos que uma área de mata como aquela à direita, onde está...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cerrado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... o Cerrado, como está lá, isolado, sem água, sem nada, não significa nada praticamente para o meio ambiente, para a fauna e flora, no conjunto. Mas se você transferir para cá, você harmoniza e dá conjunto de produção de água e cuidado dos animais e tudo mais.

Então, eu gostaria que nós começássemos a pensar, Deusdará, na possibilidade de fazer isso. E o que me chamou a atenção para a possibilidade de fazer isso foi quando você mostrou que o sistema consegue ler aquela propriedade que tem excesso de área e que você já está reservando essa área para a venda e a cessão de uso da cota florestal. Bom, se nós temos esse controle hoje, poderemos ter esse controle e dizer assim: "A minha opção é regenerar toda essa área, vou ampliar toda essa área; uma vez pronta essa área, eu ganho a licença para abrir, dentro da minha área, uma área seca, que é melhor para a agricultura, e podemos fazer essa troca."

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (*Fora do microfone.*) – Isso pode ser monitorado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pode ser monitorado. Então, vamos pensar nisso, que acho uma solução boa para os produtores e boa para o meio ambiente também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, se o Senador Blairo Maggi me conceder um aparte de um minuto só, esse tema que ele levanta aqui foi uma das grandes discussões que nós tivemos no momento em que fomos aprovar o Código Florestal, dizendo exatamente isso que ele disse. Se minha área, aquela área que ele coloca ali, já está congelada como área de reserva e, sendo área de reserva, hoje, eu não tenho aquela área específica, que é exatamente essa área margeando os rios, ou seja, mata ciliar, que pode ser recomposta muito mais, a prioridade deveria ser exatamente essa que o Senador Blairo Maggi colocou, ou seja...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Água.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Na época, nós discutimos isso, no sentido de avançar na recomposição dessa água e liberar a área, os 20% da propriedade rural como reserva florestal. Não houve acordo, não conseguimos. Quer dizer, a propriedade hoje está congelada ali, a reserva florestal, e aquela parte ali fica comprometida, que é a parte mais importante e que melhor resultado daria ao meio ambiente. Então, esse é um tema em que acho que temos de rever alguns pontos depois, dentro da lei, para que possamos corrigir esses detalhes que são importantes e que não foram bem redigidos.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é só para mostrar a importância do que nós estamos fazendo, a construção de uma ferramenta que vai viabilizar licenciamento mais rápido, vai economizar para a sociedade, para o Estado, dar agilidade para o produtor, e essa possibilidade de estarmos transferindo área à medida que recupera.

Então, se naquele momento pareceu correto ter essa posição, hoje, construída uma ferramenta dessa magnitude, que possibilita a você monitorar, é possível fazer essa evolução. Acho extraordinário isso, e essa evolução é algo que vai resolver muito problema de crise hídrica que temos nos nossos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitamos para agradecer a V. Exª, Senador Donizeti, por ter provocado o debate na Comissão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, iremos às respostas e, depois, passaremos a palavra ao Eugênio Spengler.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, senhores convidados, Dr. Raimundo Deusdará, do Serviço Florestal Brasileiro; Dr. Rodrigo Brito, da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA; Dr. Eugênio Spengler, que representa os Secretários de Meio Ambiente estaduais, a audiência, por si só, já foi ilustrativa. Como disse o Senador Donizeti, os questionamentos já foram respondidos pelas palestras.

O Estado do Pará se esforça no sentido de fazer o dever de casa, e o faz, a juízo nosso, de uma forma exemplar. O Estado do Pará, de vez em quando, aparece em nível nacional no topo dos desmatamentos.

O problema é que sempre há uma dúvida com relação ao foco do incêndio, se é para limpeza de pasto, se é desmatamento, porque há desmatamento ilegal, isso ninguém pode desconhecer, e ninguém defende, todos somos contrários.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural, nós avançamos bastante. No início, Senador Moka, havia até uma restrição do próprio produtor rural. O próprio produtor rural achava que, ao fazer o Cadastro Ambiental Rural, ele estava se entregando para o Governo Federal, para os controles do Governo Federal, quando, na realidade, ele estava dando oportunidade de se regularizar.

Hoje, nós temos no Pará praticamente 70% dos imóveis rurais feitos já com o seu CAR registrado. O Governo do Estado, do Governador Simão Jatene, lançou um programa, com recursos do Tesouro do Estado, que inicia agora, mês próximo. Ele vai fazer 30 mil cadastros rurais para pequenos agricultores, até quatro módulos rurais, gratuitos, isso em 37 Municípios. Então, nós vamos ampliar bastante esse número de 70%, que representa 160 mil cadastros rurais já feitos de imóveis. E mais ainda: esses cadastros estaduais estão migrando para o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Isso ocorre, segundo informações que eu tenho, agora em abril. Todos os 160 mil ou quase todos eles estarão já no sistema nacional, e isso vai facilitar a consulta. E mais ainda, Senadora Ana Amélia: o Governo do Estado está ampliando o CAR, está transformando o CAR, Senador Moka, Senador Blairo, em Carf (Cadastro Rural Fundiário), porque o grande problema que existe não é só o de cadastrar a propriedade rural, é o da legalização fundiária, porque, lamentavelmente, o Terra Legal não funciona. Não funciona.

Então, o pequeno produtor, aquele que necessita de ter seu título de terra para poder ter acesso a financiamento, não consegue legalizar. O Estado está implantando esse projeto, que deve iniciar-se agora, que amplia o CAR para Carf, ou seja, ele amplia as informações também, Senador Donizeti, para a questão fundiária. Ao registrar a propriedade rural, ele também coloca as informações para a legalização, aqueles que não estão legalizados, para a legalização da titularidade da área. A ideia do Governador é ir agregando informações ao Carf, ampliando o Carf até chegar a um cadastro “multifinalitário”, ou seja, ele vai dar informações de todo tipo para a questão do produtor rural, ampliando isso aí. Além do programa que já é, no Estado do Pará, um sucesso, que é o Programa Municípios Verdes, que modifica aquilo que eu acho, Senadora Ana Amélia, o principal: os costumes.

Agora mesmo nós estamos passando por essa crise. Ontem, Senadora Ana Amélia, V. Exª fez um pronunciamento belíssimo da tribuna no plenário. Nós estamos passando por uma crise, mas a primeira coisa que tem que ser mudada no Brasil são os costumes. Nós não podemos continuar da forma como se faz a política, de troca de vantagens por voto. Isso tem que mudar, esse costume. Aqui, no Programa Municípios Verdes, também o grande motivo de êxito é que mudou a consciência da sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já concluo.

Todas as vezes, eu termino dizendo e usando o Município do Pará que é modelo no Brasil, que é Paragominas. Na década de 90, era “Paragobala”. Na década de 2000, eu lembro que eu levei Senadores daqui para o Arco de Fogo, em Paragominas. Hoje, é “Parisgominas”.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E agora está levando um grupo para Belo Monte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para Belo Monte, para conhecer lá o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vejam como ele acompanha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas no Município de Paragominas aconteceu isso que o Senador Blairo falou. O empresário... A lei permitia 20% da área dele que era totalmente de cobertura florestal, e a sociedade não deixou, “não vai desmatar nada”, corte zero no Pará.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vejam como mudam as coisas, no Arco de Fogo, ele foi lá para brigar com a Ministra, agora é elogiando. *(Risos.)*

Era a Marina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço.

Passo a palavra ao Rodrigo para responder ao Senador Moka, porque ele fez um questionamento para o senhor, e, em seguida, ao Dr. Deusdará para responder aos questionamentos feitos a ele, inclusive a questão do Senador Caiado.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Senador Moka, eu anotei tantas coisas que o senhor falou, o senhor podia...?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Na verdade, eu fiz um comentário em cima do que você falou, Rodrigo, de que o fato de terminar o prazo não significa que a pessoa... Você sugeriu que, terminado o prazo, a pessoa não pode fazer... Em algum momento, a pessoa pode cadastrar.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Isso. O que eu sugiro, em resumo, é que nós façamos uma alteração na lei no seguinte aspecto. Primeiro, dizendo que, quanto ao CAR, uma coisa é o prazo dos benefícios. O CAR é um cadastro permanente. Por quê? Eu compro fazenda, eu vendo fazenda, eu divido em duas, transformo três em uma fazenda, então, o CAR é dinâmico, a gente tem um consenso em relação a isso. Mas a lei diz que o CAR é uma coisa que começa durante um ano, prorroga-se por mais um ano e termina, nunca mais se abre um CAR. Isso não pode acontecer.

E, segundo, o prazo da regularização, que tem que ter um limite para ser feito, certo? E digo mais, não vai mais ter o crédito a partir do ano que vem também. Então, há sanções sérias. Nós precisamos colocar um prazo, dizendo: a partir de tal data, aquele que não fez o CAR nesse prazo não tem mais direito aos benefícios tais e tais, ponto. Então, estamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Exato, ele vai ter uma série de problemas na sequência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Rodrigo. Passo a palavra ao Dr. Raimundo Deusdará.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senadora, vou ser bem breve. Primeiro, eu queria fazer um registro que não posso deixar de fazer nesta oportunidade: a satisfação e orgulho que tenho de ver os Srs. Senadores acompanhando tão ativamente suas questões. O Senador Flexa fez um retrato perfeito do Estado do Pará, realmente o Pará está migrando os dados para o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), então fico muito satisfeito que os senhores estejam...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esta Comissão é muito ativa, Dr. Deusdará.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – É muito presente, também o Senador Donizeti, Senador Blairo...

Foi sorte, viu, Senador? Eu não coloquei aquela imagem com a iniciativa de ter a sua provocação, mas acho que temos condições, que não tínhamos há quatro anos, de monitorar. Quer dizer, Senador Donizeti, houve uma evolução. As imagens de satélite são de 5 x 5m. Aquela resolução é de 5 x 5m. Então, acho que dá, sim, para usar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Dá para ver as formigas. *(Risos.)*

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Dá para usar. Acho que dá para usar. Uma coisa era a discussão do Código há quatro ou cinco anos, quando não tínhamos essa ferramenta, o sistema não estava desenvolvido. Registro, isso é *software* livre, isso tudo é inteligência nacional, propriedade intelectual do Ministério do Meio

Ambiente, nós não temos *software* proprietário. Então, há, sim, possibilidade de você ter monitoramento e poder ousar em algumas alternativas de uso alternativo do solo, de recomposição e de conversão.

Com relação à colocação do Senador Caiado, eu completei, em março agora, 33 anos de serviço público, um terço de... Sou engenheiro florestal e agrônomo. O que ele está colocando – pena que ele não esteja presente – é: os dados do CAR são relacionados a uma base do Censo Agropecuário de 2006, ou seja, quando a gente fala de área cadastrável em alguns Estados, a linha de corte é o Censo Agropecuário, o dado oficial em 2006. Nós estamos em 2016. Na Região Sul e Sudeste, você tem uma malha fundiária mais consolidada, não houve tanto desmembramento e remembramento. Na Região Norte, houve incorporação de área, houve abandono de área, então, você tem uma dinâmica muito maior, de dez anos de áreas passíveis de ser cadastradas.

Alguns Estados atualizaram suas áreas. Por exemplo, Mato Grosso. Se o senhor pegar Mato Grosso do Censo Agropecuário, a área passível de cadastro, tirando água, área urbana, terra indígena, era em torno de 50 milhões de hectares.

Hoje o Mato Grosso atualizou sua área: 78 milhões. Então, os dados do Mato Grosso já são em função de um mais atualizado, quer dizer, a área passível de cadastro em Mato Grosso é em cima de uma área atualizada pelo Estado. Então, não há nenhuma possibilidade de – quero deixar bem claro – se questionar a credibilidade do Cadastro Ambiental Rural em função disso.

Nós temos uma defasagem, Senador Moka, do dado referencial de 2006, que é o censo IBGE, e os dados que são cadastrados. Se pegarem o extrato nacional, só para finalizar, Senadora, pelo IBGE, são 330 milhões de hectares a serem cadastrados. Se observarem os dados atualizados do CAR, nossa base, são 397. Por quê? Porque 67 novos milhões de hectares foram incorporados à base produtiva do País. Certamente o de alguns outros Estados pode até ser maior. A gente agora está num processo de atualização dessa base. Então, não há equívoco. O que há é transparência, informando, sim, que a área cadastrada é de oito milhões, quando, na verdade, a área do censo, dez anos atrás, era só de três milhões.

Senador Moka, queria deixar o senhor tranquilo com relação a isso, porque o senhor é um grande defensor...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É até porque a diferença é muito grande, de três para oito milhões. Eu aceito o seu argumento como...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Justificativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Houve uma atualização, mas é importante realmente que a gente tenha confiança nesse dado.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que é que não está certo: o censo ou o...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Não, não. O que não está certo é que nós não temos uma base atualizada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sei. É isso que eu estou falando. É que, para os outros Estados, não houve, digamos, essa diferença tão acentuada entre os dados do censo, porque toda base usada pelo senhor no cadastro é o censo...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – O censo de 2006.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... de 2006. Então, nos outros Estados, não há o que aconteceu no Acre, a diferença entre 2006 e 2016 em relação a...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas tem que observar o seguinte: nós já tivemos um acréscimo de quase 70 milhões de hectares na base de 2006 e o Acre cumpriu 100%. Então, à medida que os Estados cumprirem 100%, isso provavelmente vai crescer um pouco mais ainda, porque está atualizando o dado. Mas é importante que a gente levante esses questionamentos aqui, como fez o Senador Caiado, para que possa esclarecer.

Eu olhava e ficava me perguntando: por que é mais do que 100%? É mais de 100% porque nós estamos trabalhando com dados de 2006. Sobre tudo na Região Amazônica, houve um crescimento de expansão de propriedade. Vai ver que era área pública que estava lá, não estava cadastrada como compatível para cadastrar e foram transferidos os assentamentos. Então isso faz crescer o número de propriedade, mas não só de propriedade, também de hectares.

Mais uma vez eu registro: se nós já acrescentamos quase 70 milhões, significa que vamos acrescentar um pouco mais e, aí sim, nós estamos atualizando o que o censo fez em 2006, copiou a realidade de 2006. Dez anos depois a nossa realidade é outra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti, pelo esclarecimento.

Eu queria só informar aos senhores que o Senador Romero Jucá, a propósito do CAR, apresentou o PLS 287, nesse ano de 2015, fazendo alterações na redação do §3º do art. 29 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A proposta dele nessa alteração é alterar de um para três anos o prazo de inscrição das propriedades e posses rurais no Cadastro Ambiental Rural. A relatoria dessa matéria aqui na CRA, na nossa Comissão, foi do Senador Acir Gurgacz, também um Senador, nosso Vice-Presidente, que tem tratado muito dessa questão, da questão lá de Rondônia. Já foi aprovada aqui e está pendente de aprovação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Então, informo aos senhores.

Queria passar agora a palavra ao Eugênio Spengler. Aqui, Dr. Eugênio, a grande queixa foi exatamente de que o déficit na realização do cadastro, do registro do cadastro se deve à falta, digamos, de uma estrutura melhor por parte dos Estados na relação ambiental. Então, eu já lhe coloco isso. O senhor tem aí uns cinco minutos ou um pouquinho mais, porque a gente já está finalizando o debate.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Primeiro, bom dia a todos e a todas. É uma satisfação, Senadora Ana Amélia, participar aqui, Senadores, todo pessoal que está acompanhando.

Primeiro, eu gostaria de me desculpar pelo atraso, mas foi por causa de voo. Vim de Salvador ontem de manhã. Houve um problema de voo, mas, enfim, felizmente consegui chegar.

Na Abema, eu represento, obviamente, um colegiado de 26 Estados e o Distrito Federal. Assim como nas Casas Legislativas nunca se tem unanimidade, a grande maioria dos Estados, na consulta que nós fizemos, concordam com a prorrogação do prazo do CAR pelo menos para dois anos – é o que a gente defende. E com a grande justificativa na sua pergunta, Senadora: os Estados não conseguiram atender aquilo que era obrigação deles, que é o cadastro das propriedades até quatro módulos rurais, à exceção de Santa Catarina e alguns outros Estados que têm uma estrutura de sindicatos mais organizada, a regularização fundiária das propriedades já consolidada ou quase totalmente consolidada, como o Rio Grande do Sul, mas mesmo assim, outros problemas inviabilizaram...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O castramento.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Eu morei no Rio Grande do Sul onze anos. Eu conheço mais ou menos o Estado.

O Paraná também tem um nível de dificuldade, apesar de ter uma situação fundiária já mais estabilizada. A grande maioria dos Estados tem muita dificuldade. E aí a dificuldade reside em recursos.

Nós, por exemplo, na Bahia, conseguimos acessar 36 milhões do Fundo Amazônia em 2014, junho de 2014. Aí veio o processo eleitoral, não pode licitar. No ano passado, veio a dificuldade financeira. Licitamos agora 136 mil propriedades, já está em execução, com um valor bem abaixo. Assim outros Estados também. O valor está caindo, mas a grande dificuldade que se tem, eu não vou tratar desse aspecto, é justamente esta: os Estados não estavam preparados nem com pessoal nem com estrutura administrativa, muito menos com recursos financeiros para contratar esse volume de cadastro na agricultura até quatro módulos rurais, que é responsabilidade dos Estados, como determina o Código Florestal.

O que a gente tem visto num balanço, acho que o Deusdará falou, pena que eu não estive aqui, mas o que eu tenho visto nos balanços que o Ministério tem apresentado é que você tem uma evolução muito grande de adesão nas propriedades maiores. No nosso caso, da Bahia, está praticamente, o oeste da Bahia, totalmente cadastrado. Nós temos um cadastro próprio, assim como o Pará, mas já migrando, já está integrado, migra todas as informações, portanto, a gente tem essa situação. O grande vazio nosso é justamente a região do Semiárido, onde predomina a pequena propriedade rural, e a região da Mata Atlântica, do bioma Mata Atlântica, já mais próxima ao litoral e também a questão da pequena propriedade rural, mas esse é um aspecto geral. Eu não quero ficar usando exemplos da Bahia, porque, não tem jeito, sou eu que coordeno lá.

Mas, de uma forma geral, esse é um problema que a gente tem visto e nós temos conversado na Abema que os Estados têm enfrentado: recursos, falta de estrutura, estão se estruturando agora e isso tem dificultado bastante essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No caso de recurso, o Ministério do Meio Ambiente não dispõe de alguma... Ele tem uma multa que cobra nas questões ambientais. Esse recurso não poderia ser disponibilizado para essa situação?

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Eu quero fazer justiça ao Ministério do Meio Ambiente. Ele viabilizou via Fundo Amazônia. Na verdade, é administrado pelo BNDES o fundo, mas o recurso, a gestão do recurso em si é feita pelo Ministério do Meio Ambiente e foi viabilizado, assim como também o Ministério disponibilizou para nós o sistema CAR, o Sicar, e também as imagens de satélite. Então, na verdade...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor disse: para nós. É para a Bahia ou é para todos?

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Disponibilizou para o Brasil todo. Alguns Estados...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A verdade é que até o Ministério disponibilizar isso demorou um pouco. Agora que os estados estão instrumentalizados de verdade para fazer.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Senador, é por isso que a gente defende com a Abema e com os Estados a prorrogação do prazo, justamente porque nós não tivemos capacidade de nos estruturar. E eu não estou aqui jogando culpa em ninguém. Eu estou falando como Estado. Nós tivemos dificuldade de nos estruturar para atender...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Rio Grande do Sul igualmente.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Portanto, a gente entende que é fundamental a prorrogação.

Também entendo, como disse o Senador Caiado, enfim, o Senador Moka, alguns dos Senadores aqui falam, que a gente não pode prorrogar indefinidamente, dar um prazo, acabou, e tal. Então, isso é uma questão importante.

A outra questão que dificulta muito é a falta de regularização fundiária. A Bahia, o Pará e outros Estados são campeões nisso. Em vários Estados, nós temos um atraso muito grande na regularização fundiária e conflitos enormes com comunidades tradicionais, fundo fechos de pasto, indígenas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quilombolas.

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – ... quilombolas. Fundo fecho de pasto é uma categorização que tem mais no Nordeste. A Bahia tem muito, tanto no oeste quanto no Semiárido. Isso tem dificultado bastante e alguns dados têm sido contestados, porque há contestação em relação à titularidade da posse ou mesmo escrituras já sendo contestadas. Então, essa também é uma dificuldade e esse atraso.

Alguns Estados, como disse o Senador do Pará, estão ampliando o cadastro para outras finalidades. Além daquilo previsto no Código Florestal, estão também, é o caso do Pará, avançando para a questão da regularização fundiária. Outros Estados estão trabalhando para regularização de todas as atividades dentro da propriedade rural, é o nosso caso.

Nós, por exemplo, não licenciamos mais plantio. Nós entendemos que a área consolidada da agricultura cadastrada está resolvida, tem que monitorar. Algumas outras atividades ainda necessitam de licenciamento ambiental, por exemplo, um grande confinamento de gado, de animais, que a gente entende que sim, um grande reservatório de água e algumas atividades ainda pressupõem, mas outras não. Então, alguns Estados também, principalmente aqueles que já avançaram para sistemas próprios, o fizeram trazendo outras atribuições para o próprio cadastro, permitindo assim também uma ampliação desse instrumento que é importante.

Então, estou trazendo alguns exemplos aqui para reforçar a importância do cadastro. Eu não estou dizendo que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos concordamos aqui...

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Tudo que eu estou falando é que é isso. Só que a gente pode, há possibilidade de nós avançarmos para que o cadastro tenha um papel para além do que está inicialmente previsto, com o Brasil ganhando com isso maior transparência, maior agilidade, maior segurança, maior sustentabilidade, para parar com aquela ideia de que se não tem o carimbo de um técnico não tem regularidade ambiental. Nós temos que superar essa fase. Nós temos que acreditar no que diz o cidadão, inverter um pouco a lógica. Nós estamos partindo, no Brasil, da lógica de que, até prova em contrário, você mente. Nós temos que parar com isso. Infelizmente, eu mexo com a área ambiental há 35 anos, aí faço *mea culpa*, nós trabalhamos muito essa lógica na área ambiental, principalmente no licenciamento ambiental. A gente sempre acha que alguém está mentindo para a gente. Então, a gente precisa inverter um pouco essa lógica. E o cadastro é uma oportunidade, tanto que, na discussão do Conama agora, para revisão da 01 e da 237, que trata do licenciamento ambiental, a gente está trazendo um mecanismo de cadastro para licenciamento de determinadas atividades como um avanço no próprio licenciamento ambiental, baseado no que foi o avanço do cadastro no Código Florestal.

Agora, há algumas questões que eu gostaria de comentar, Senadora, se a senhora me permitir, sobre o que eu ouvi, porque é bom falar depois que a gente ouve. Nós defendemos também, e aí eu não vou falar precisamente em nome da Abema, embora eu saiba que outros Estados também defendem isso, nós também defendemos que onde há uma reserva legal isolada que não cumpre a função ecológica não haveria dificuldade nenhuma, com critérios bastante claros e com ganho ambiental, de relocá-la. Como disse o Senador Blairo, eu acho que é importante isso, que a gente possa pensar, se houver alguma revisão, trabalhar um pouco nessa perspectiva, porque hoje, como está, está confuso, a gente tem dificuldade e há riscos grandes de judicialização se isso não estiver muito claro na lei. Obviamente que não pode ser de qualquer forma. Precisamos ter critérios bastante claros, bastante objetivos, até para poder executar depois. Mas é verdade isso.

Quando o senhor mostrou o mapa, eu olhei o oeste da Bahia. O oeste da Bahia é muito isto: o início da ocupação era gado, e gado bem precário inclusive. Então, nós temos muitas áreas.

O sul da Bahia é isto: é gado, depois da crise toda que houve, gado e uma área de margem de rio totalmente degradada. Então, quando você vem com agricultura, quando você vem com silvicultura, começa a recuperar um pouco esse processo e isso é importante. Esta é uma questão: a relocação de reserva legal.

Uma outra questão que eu queria trazer, que é um problema para os Estados, é a reposição florestal. Como está a reposição florestal colocada no Código, quando eu autorizo supressão de vegetação para uso alternativo do solo para agricultura, se o cidadão que suprimiu não consegue vender o material lenhoso, ele é obrigado a repor. Olhem o que está escrito! Eu alertava para isso na época em que eu já era secretário na Bahia. Eu alertei alguns Deputados para isso num seminário que nós tivemos em Luís Eduardo Magalhães em 2010, 2011. Eu alertava para isso. Depois que foi publicado, foi vetado, veio a medida provisória, eu alertava para esse artigo. Nós conversávamos muito sobre isso inclusive. A gente chegou a fazer e propor emenda.

Então, essa é uma questão para a qual a gente precisa estar atento, porque hoje...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Rodrigo, isso aí nasceu com a gente, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Porque hoje, por exemplo, e aí desculpem eu trazer o exemplo da Bahia, mas eu estou numa das maiores fronteiras agrícolas na fronteira do Estado, junto com o Piauí, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E os gaúchos que estão lá...

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Lá tem gaúcho, catarinense, japonês, chinês, tudo e um pouquinho mais, principalmente na Bahia, paranaenses, enfim... Agora, nós temos uma grande fronteira agrícola, nós estamos autorizando a supressão de vegetação para uso alternativo do solo, por si só a autorização de supressão já é polêmica, já gera conflito e, quando ele não vende, dois, três anos depois, há fiscalização ou do órgão estadual, ou do órgão federal, ou do Ministério Público, que cobra reposição florestal, porque ele tem que dar um destino ao material lenhoso. Ele tem que dar destino ao material lenhoso. Então, são algumas questões que a gente tem que ver. Nós não queremos também que isso fique aberto, sem destino nenhum. Não é isso. Mas é preciso pensar como resolver essas questões.

Nós vamos encaminhar, Senadora, alguns comentários, alguns pontos que nós entendemos, do Código Florestal, já que é para aperfeiçoar o Código florestal – e eu não quero que fiquem entendendo aqui que queremos fragilizar, nós queremos aperfeiçoar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou interromper. Eu não quero levantar essa questão de que nós vamos aperfeiçoar o Código Florestal. Não vamos levantar uma polêmica desnecessária. Eu sugiro, vou repetir, que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, a própria entidade dos secretários de meio ambiente e a CNA, vocês têm condição de produzir modificações específicas e mandar. Aí a Comissão de Agricultura, em nome de todos aqui... Porque se a gente for reabrir a discussão do Código Florestal, meu Deus do céu!

O SR. EUGÊNIO SPENGLER – Desculpe a expressão, Senador. Não foi isso que eu quis dizer. A ideia é nós encaminharmos alguns pontos que entendemos que poderiam...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu entendi, Eugênio. É só para deixar claro. Sem problema.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que esse encaminhamento do Senador Moka, que pode envolver a Abema, a CNA, a Contag, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, pode trazer algo já conciliado. Então, que a gente faça esse tipo de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós solicitamos então ao Secretário Eugênio que assuma, porque ele trouxe a ideia e penso que, pela experiência que ele está tendo, pelas dificuldades que está vivendo e a realidade, que não é diferente aqui, como falou o Senador Blairo, da de Mato Grosso, as áreas de Cerrado, por exemplo, nessa compensação que foi muito bem explicada com o mapa que o Dr. Deusdará trouxe e mostrou, ficou ali muito claro, até para um leigo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Está bom. O GPS tem essa maravilha, o satélite. E o que a Secretaria e o Secretário Eugênio também...

Então, por consenso, Secretário, nós aqui, a Comissão pede encarecidamente esse conjunto de entendimentos, para enviar o mais rápido possível à Comissão para debatermos e, pela lei, produzirmos aí essas adaptações. Não se trata de mudança, mas de adaptação a uma realidade que não estava, evidentemente, para o

legislador, na época da formulação do Código, prevista e imaginada. Agora, ao aplicar o Código Civil, há essa janela, uma pequena janela aberta que é muito favorável à própria preservação ambiental.

Então eu penso que a experiência do Secretário Eugênio Spengler é suficiente também por conhecer a realidade e as dificuldades dos Estados, de todos os Estados brasileiros, ele que é o Presidente da entidade que reúne todos os secretários de meio ambiente dos Estados brasileiros. Então, fica como sua incumbência.

Queria agradecer imensamente.

Pergunto aos Srs. Senadores se têm algum questionamento a fazer aos nossos expositores, que foram muito claros e muito precisos na sua exposição em todos os aspectos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, eu, como signatário do requerimento, só quero agradecer os convidados, a disposição dos Senadores de estarem aqui debatendo, porque isso vem me preocupando desde o dia em que eu tomei posse. No meu discurso de posse eu coloquei essa questão como tema. Então, eu me dou hoje aqui por muito satisfeito com a cooperação de todo mundo. Estou muito feliz por termos feito um debate tão profícuo.

Queria fazer esse registro e agradecer à Comissão e aos convidados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Comissão é que agradece o requerimento e a iniciativa de V. Exª, Senador Donizeti.

Eu queria agradecer ao Raimundo Deusdará Filho, que é o Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, de novo, pela didática na apresentação – obrigada pela gentileza –; ao Rodrigo Justus de Brito, que preside a Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil; e ao Sr. Eugênio Spengler, que é o Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, na verdade, das secretarias estaduais de meio ambiente. Ele ficaria encarregado, por decisão colegiada da Comissão, de coordenar, com a maior brevidade possível... Porque estamos esgotando o prazo, Secretário Eugênio, que é dia 5 de maio. Se não houver uma medida provisória ou a lei entrar em vigor... Mas é mais fácil uma medida provisória para esse procedimento. Renovo o agradecimento também ao Senador Donizeti pela iniciativa.

Do ponto de vista da audiência, podem ficar mais um instante? Eu queria comunicar, inclusive, aos Srs. Senadores que, no dia 7 de abril, próxima quinta-feira, às 8 horas, nosso horário normal de funcionamento desta Comissão, será realizada uma audiência pública com a presença do Ministro Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de minha autoria. Esse tema poderá voltar, porque, como aqui foi expresso, é na agricultura familiar ou na pequena propriedade que estão os maiores problemas e dilemas na confecção do Cadastro Ambiental Rural.

Também queria comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu um convite para o dia de campo, sábado, 9 de abril, às 12 horas, em Agro Maripá, Jaguariúna, São Paulo. Sophia e Marcelo e Baptista de Oliveira convidam para um almoço de lançamento do livro *Mangalarga Marchador do Brasil – A história da raça e cavalgadas pelo mundo*.

É bom lembrar que, quando se discutiu aqui a questão do mormo, doença dos equinos, eles vieram aqui, fizeram uma exposição muito importante e também a Comissão trabalhou. Então, eu quero retransmitir o convite a todos os Srs. Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Que dia?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dia 9 de abril, às 12 horas, na própria Agro Maripá, em Jaguariúna, São Paulo. O Senador Ronaldo Caiado fez questão de lembrar que esse convite foi ao meu gabinete e eu o trouxe aqui para retransmitir a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu queria fazer o convite e registrar que nós vamos fazer um dia de campo, no dia 8 de abril, no Município de Almas, no Tocantins, na fazenda do Sr. Neiçon Gome, sobre a agricultura de baixo carbono. Lá é uma unidade de referência técnica da agricultura de baixo carbono. Então, a gente terá um dia de campo lá. Cerca de 400 produtores, estudantes e pesquisadores, junto com a Embrapa e a Ruraltins, estarão realizando esse dia de campo. Quero registrar e convidar os Senadores e Senadoras para estarem lá e aproveitar para justificar por que eu não vou poder ir ao lançamento do livro sobre o mangalarga marchador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O seu pet de estimação continua vivo, Senador?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não, o meu já morreu há muito tempo. Eu era criança, e esse cavalo – daí a minha estima e o meu amor pelos animais – chamava-se Completo. Meu pai botou o nome dele de Completo, porque era o jeito que ele falava; Completo, porque ele era o nosso cavalo de pastorear, de gradear, de capinar a lavoura. Então, era um animal muito querido da família, versátil e muito dócil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quantos HPs? *(Risos.)*

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Um cavalo. *(Risos.)*

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, ele já morreu, e nós tivemos, inclusive, o cuidado de sepultá-lo, para não deixar que ele fosse devorado pelos urubus.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito a presença também do Senador Donizeti, dos Senadores madrugadores Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi, do Mato Grosso, Flexa Ribeiro, do Pará, Ronaldo Caiado, de Goiás, e Wellington Fagundes, também do Mato Grosso.

A todos os Srs. Senadores eu agradeço e, especialmente, em nome da Comissão, agradeço aos nossos expositores.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, Telmário Mota e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Justificam a ausência os Senadores Hélio José e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Omar Aziz, para relatar os itens 1 e 2. **Item 1: Minuta de Projeto de Resolução do Senado**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que “Altera o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)”. Após a leitura da minuta, usa da palavra o Senador Omar Aziz. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão decide pela apresentação do Projeto de Resolução do Senado, nos termos do art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 2 de 2016**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis n.ºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013”. O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 689 de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição da matéria. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 4: Ofício “S” n.º 29 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 5: Ofício “S” n.º 30 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 6: Ofício “S” n.º 30 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/2015, encaminhado por meio da Mensagem nº 357, de 29 de junho de 2010, que comunica a transferência, para a Fundação Eurico Bergsten,

da concessão outorgada à Rádio Nordeste Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 7: Ofício “S” n.º 37 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda, no município de Pinheiro - MA.” O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Omar Aziz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 8: Ofício “S” n.º 43 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2015, de que trata o PDC nº 486/2000, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda, no município de Auriflama - SP.” O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Ivo Cassol Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 9: Ofício “S” n.º 45 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Brasil Sociedade Ltda., no Município de Valinhos e Campinas - SP.” O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Requerimento n.º 10 de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, que requerem “..., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 4/2016 – CCT, para a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS (Requerimento Nº 4/2016 e Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH (Requerimento nº13/2016 – CDH).” O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Valdir Raupp, para relatar os próximos itens. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor,

Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo sobrestamento do Projeto e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do Projeto e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.” A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecno-

logia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores!

Começamos a nossa 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de março de 2016.

Cumprimentamos os telespectadores da TV Senado e aproveitamos para utilizar este nosso importante meio de comunicação e convidar os integrantes da Comissão a que venham ao plenário, a fim de termos um número necessário para, daqui a pouco, a deliberação das matérias.

Abrimos esta reunião de hoje com um pouco de tristeza, naturalmente, pelo que está acontecendo na Bélgica. Então, em nome desta Comissão, tenho a certeza de que estamos todos solidários – não só esta Comissão, como todo o Senado, como, aliás, todos os brasileiros – com o povo belga e os visitantes que, lá, foram vítimas, na manhã de hoje, de uma série de atentados terroristas, que vem atormentando o Ocidente nos últimos tempos.

Hoje, houve atentados no aeroporto de Bruxelas e numa estação de metrô. O terrorismo, como se sabe, é um crime hediondo, perverso e tem por objetivo causar medo, em geral, e atingir pessoas inocentes.

Que no nosso começo de trabalhos, na manhã, de hoje, seja feito este registro de solidariedade aos belgas, às famílias e aos amigos dessas tantas vítimas, que há pouco já somavam 31 pessoas, só de vítimas fatais, sem falar no elevadíssimo número de feridos.

Dito isso, vamos a alguns comunicados. Chegou a esta Comissão um comunicado do Ex^{mo} Sr. Rostyslav Tronenko, Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, da Ucrânia no Brasil, que encaminha a esta Comissão informações sobre o fórum internacional, denominado “O Legado de Chernobyl para a Segurança Nuclear do Mundo”.

Este fórum acontecerá entre os dias 21 e 23 de abril – portanto, daqui a um mês – na cidade de Kiev, na Ucrânia.

Para as Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem maiores informações sobre o evento, o documento se encontra à disposição na Secretaria da CCT.

Como é de praxe, na abertura dos nossos trabalhos, aproveitamos para fazer comunicados que dizem respeito à nossa atividade na Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação.

O primeiro item a ser analisado hoje pelos Senadores será a apresentação à Mesa do Senado Federal do Projeto de Resolução que altera o Regimento Interno do Senado no que diz respeito ao horário normal de funcionamento da nossa Comissão.

O art. 107 do Regimento Interno organiza a agenda das Comissões Permanentes e determina o horário de suas reuniões ordinárias. O Regimento Interno é a nossa lei de funcionamento. É importante que ele esteja atualizado até mesmo nas pequenas questões, para que possamos seguir a nossa lei com atenção.

Assim como já propusemos desde a nossa primeira reunião, a CCT vai se reunir às terças-feiras, sempre com o início dos trabalhos às 8h45.

A 34ª edição do Simpósio Brasileiro de Telecomunicações e Processamento de Sinais será realizado entre 30 de agosto e 2 de setembro em Santarém, no Pará. É o evento da maior relevância acadêmica nacional na área de telecomunicações e processamento de sinais. Nesse simpósio, serão apresentados e discutidos temas importantes que abordam os mais recentes avanços dos grupos de pesquisa do País, por meio de palestras, seus participantes também podem ter visão do estado da arte em tópicos específicos e discutir com palestrantes de renome nacional e internacional. Até o dia 4 de abril, os estudiosos podem submeter os seus trabalhos – Simpósio Brasileiro de Telecomunicações e Processamento de Sinais – entre 30 de agosto e 2 de setembro.

Amanhã, dia 23 de março, a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de funcionários do Banco do Brasil e da comunidade realizará um encontro com o tema “Importância do Trabalho na Vida Adulta da Pessoa com Deficiência Intelectual”. Esse evento acontecerá a partir das 18h na APABB, unidade do Rio de Janeiro, que fica na rua Barão de São Francisco, 177, Vila Isabel, Rio de Janeiro.

O Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica é destinado às iniciativas que contribuam significativamente para tornar a ciência, a tecnologia e a inovação conhecidas do grande público. Em 2016, o Prêmio José Reis completa 36 edições. Neste ano, premiará o pesquisador ou o escritor, que se tiver destacado como divulgador da ciência, tecnologia e inovação e seus avanços para o grande público. As inscrições vão até 15 de abril no CNPq.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizará, em 5 de abril, seminário para orientar como divulgar pesquisa científica e inovação nos meios de comunicação. O debate terá a presença da repórter e colunista de tecnologia e inovação do Jornal do Comércio, Patrícia Knebel, e acontecerá das 14h às 15h30 no auditório do Prédio 67 do Instituto de Informática, Av. Bento Gonçalves, 9.500, *campus* do Vale, na Universidade do Rio Grande do Sul.

Outra boa notícia da Universidade do Rio Grande do Sul. No mês em que são comemorados os 55 anos do primeiro voo cósmico, o Planetário da URGs volta a atender o público após reformas.

O planetário relembra a missão Vostok 1, com o cosmonauta russo Yuri Gagarin, que viajou pelo espaço em abril de 1961. O público poderá voltar a frequentar o planetário a partir do dia 3 de abril.

Medida provisória publicada para solucionar importação científica. Na quinta passada, dia 17, foi publicada a Medida Provisória nº 718/2016, alterando a Lei nº 8.010, de 1990. Essa legislação concede isenção fiscal, por exemplo, a centros de pesquisas e universidades federais e privadas para importação de produtos destinados à pesquisa há mais de 20 anos. Tradicionalmente, as compras de materiais científicos no exterior para os institutos federais de ensino superior são realizadas pelas federações de apoio à pesquisa credenciadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As instituições de apoio à pesquisa, porém, começaram a enfrentar dificuldades para manter essas operações porque a legislação foi ajustada na redação do artigo 8º da Lei nº 13.243/2016, que deu origem ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), sancionado em 11 de janeiro deste ano, depois de aprovação unânime no Congresso Nacional.

Segundo explicou o Vice-Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, Fernando Peregrino, as fundações de apoio realizam as importações de produtos científicos porque as universidades federais não dispõem de estrutura para realizar essas operações. Também Diretor de Orçamento da COPPE, Universidade do Rio de Janeiro, ele cita a existência de 52 fundações de apoio credenciadas e que respondem por 74% das importações de produtos científicos do País.

Fistel e Fust arrecadaram quase R\$7,2 bilhões em 2015. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou na quarta-feira, dia 16, os valores brutos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), em 2015. Ao todo, os fundos arrecadaram R\$7,188 bilhões no ano. O Fust recolheu R\$1,780 bilhão. Desse total, R\$19,9 milhões foram em multas aplicadas sobre as operadoras, na base de R\$681 milhões, e R\$120 mil vieram de outorgas, R\$998 mil de certificações, e a maior parte, R\$1,080 bilhão vindo da contribuição que as teles são obrigados a fazer ao fundo.

Já o Fistel somou R\$5,4 bilhões no ano. O maior montante tem origem no pagamento da taxa de fiscalização, que somou R\$3,4 bilhões. Já R\$2,640 bilhões vieram de receita própria do fundo e R\$2,320 bilhões de outorgas e o restante de multas e rendimentos.

Desde sua criação em 2001, o Fust arrecadou R\$19,540 bilhões, enquanto o Fistel arrecadou R\$67,650 bilhões desde 1997.

Voltamos a encarecer aos nobres colegas integrantes da Comissão que estão ainda nos gabinetes que venham a plenário, a fim de começarmos a discutir a pauta do nosso dia de hoje. Nós temos previsão de discutir, daqui a pouco, projeto de lei provindo da Câmara que diz respeito à regulamentação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Estamos com um prazo curto para essas decisões, e é preciso considerar ainda que essa matéria deverá passar por outras duas Comissões, a de Constituição e Justiça e a de Educação e Esporte. Estamos com o relatório pronto e o apresentaremos tão logo tenhamos o quórum necessário. *(Pausa.)*

Na semana passada, como V. Ex^{as} se recordam, nós tivemos aqui a aprovação do projeto que agiliza pesquisas clínicas. Naquela reunião, o Senador Capiberibe fez um requerimento para que a matéria passasse também pela Comissão de Direitos Humanos. Depois, ele retirou esse requerimento. Registramos esse fato porque houve uma rápida discussão sobre a conveniência ou não da análise de mais uma Comissão e, diante disso, o Senador Capiberibe desistiu de seu pedido. Foi uma matéria muito importante, aliás uma das mais importantes que decidimos este ano aqui na Comissão. Até faço questão, enquanto aguardamos a chegada de Senadores, de relembrar do que tratou esta nossa Comissão.

Ela cria o marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes e outras doenças, além de fixar regras para os estudos em seres humanos. O projeto, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Waldemir Moka e Walter Pinheiro, contém dispositivos para proteger a saúde do voluntário de pesquisa, com garantia de assistência médica por pessoal qualificado durante o estudo. Os autores afirmam que o projeto agiliza a liberação de novos testes.

O Brasil é uma das nações mais atrasadas em relação aos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Se no restante do mundo esses processos tomam de 3 a 6 meses, no Brasil chegam a 10 a 15 meses de espera.

É importante este comunicado, porque a nossa TV Senado vem tendo uma audiência cada vez maior em todo o Brasil. Como nem todos assistem a todas as reuniões, para esses amigos da TV Senado nós estamos aqui recapitulando essa matéria que diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 200/2015. Ela estabeleceu a exigência de revisão por comitês de ética em pesquisa; liberdade para o participante se retirar a qualquer momento do estudo; condução da pesquisa por equipe constituída de pessoas cientificamente qualificadas, evitando sofrimento e danos desnecessários; suspensão dos procedimentos quando se evidenciar a possibilidade de dano, invalidez ou morte; obrigatoriedade de dar publicidade aos resultados e testes de novos métodos terapêuticos em comparação com os métodos existentes.

Sem dúvida, foi um projeto bastante avançado esse que decidimos na semana passada por unanimidade aqui na CCT.

O projeto sofreu mudanças. Entre as emendas acatadas pelo Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, está o aumento do escopo da proposta para abarcar não apenas pesquisas clínicas experimentais, mas todas as pesquisas com humanos. O Relator também acatou emendas com objetivo de conferir maior segurança ao participante da pesquisa e prevê o direito de o participante da pesquisa solicitar a retirada de seus dados genéticos de bancos onde eles se encontram. Recebeu ainda emenda do Senador Randolfe Rodrigues que, inclui entre as responsabilidades do pesquisador principal, assegurar os direitos e zelar pelo bem-estar e segurança dos participantes em pesquisa. Mas o Senador rejeitou a emenda que determinava que, terminada a pesquisa, o fabricante garantiria aos participantes o fornecimento gratuito e por tempo indeterminado do medicamento que tivesse apresentado maior eficácia terapêutica. Isso poderia gerar desestímulo ao desenvolvimento de pesquisas clínicas. Assim, mantemos o fornecimento gratuito do medicamento experimental pelo patrocinador até o medicamento ser comercializado no País ou fornecido gratuitamente pelos SUS ou por outro meio.

As emendas do Relator exigem ainda que seja observado equilíbrio de gênero na composição dos comitês de ética e do controle social; a máxima independência dos comitês de ética; responsabilidade do investigador em prestar cuidados médicos aos participantes da pesquisa durante toda a sua execução; proteção ao sujeito da pesquisa em caso de uso de placebo e eliminação de ambiguidades que possam comprometer o direito de acesso do participante ao medicamento experimental no pós-estudo.

O projeto também estabelece condições para a participação de criança, adolescente ou pessoa adulta incapaz de expressar validamente a própria vontade, ainda que circunstancialmente, em pesquisa clínica e, também, de mulheres grávidas.

Detalha ainda as condições que devem reger o termo de consentimento e as informações a serem fornecidas ao sujeito da pesquisa. A este serão garantidos o anonimato, o sigilo das informações e providas as condições para a sua privacidade, sendo vedada a remuneração ou a concessão de qualquer tipo de vantagem por sua participação em ensaio clínico. Não se configura como remuneração ou vantagem o ressarcimento de despesas com transporte ou alimentação e outros tipos de ressarcimento, segundo o protocolo da pesquisa.

A participação de sujeitos saudáveis em pesquisa de fase inicial, quando não houver benefícios terapêuticos diretos a esses participantes, pode ser remunerada, desde que verificadas as condições previstas no projeto.

Estamos recapitulando, aqui, detalhes desse projeto importantíssimo, que votamos na semana passada, que agiliza as pesquisas clínicas.

Como sabem os nossos colegas e assessorias, nós publicamos, aqui na CCT, todas as semanas, um retrospecto dos trabalhos que realizamos na semana anterior: o Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse documento que estou mostrando agora aos nossos telespectadores, com quatro páginas, sempre traz um retrospecto daquilo que decidimos na nossa CCT. *(Pausa.)*

Bom dia, Senador Valdir Raupp! Encontrei-me com V. Exª no avião para o Rio Grande do Sul, considerando que o senhor é do Norte, mas tem familiares no Rio Grande do Sul.

Antes de passar a palavra ao Senador Raupp, que é Relator do item 3, informo que é notícia de hoje que o Ministério da Ciência e Tecnologia abre concurso para a marca da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Aberto a jovens estudantes de todo o País, busca identidade visual para a 13ª edição da SNCT, que acontecerá em outubro com o tema “Ciência Alimentando o Brasil”.

Estudantes podem exercitar sua imaginação para criar a logomarca da 13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorre de 17 a 23 de outubro, com este tema “Ciência Alimentando o Brasil”, organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O concurso voltado à escolha da identidade visual tem inscrição aberta até 15 de abril.

Senador Valdir Raupp, o PLS 689, de 2011, é o nosso item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2011
- Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;

2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;

3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/03/2016.

Não temos ainda quórum para deliberar, mas temos possibilidade de nos inteirar do que trata esse PLS. Com a palavra V. Exª, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Presidente. Vamos ganhar tempo.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 689, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, cuja ementa é transcrita acima.

O art. 1º do projeto altera o art. 84 da Lei nº 9.279, de 1996, a chamada Lei de Patentes, segundo o qual o depositante do pedido e o titular da patente estão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, a partir do início do terceiro ano da data do depósito. De acordo com a proposição, o valor da retribuição anual será progressivo durante o prazo de vigência da patente e calculado multiplicando-se o valor previsto para o terceiro ano da data do depósito pelo número de anos decorridos após a data do depósito da patente.

O PLS 689, de 2011, acrescenta ainda o § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 2007, de forma a integrar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Por fim, a proposição revoga o parágrafo único do art. 40 da Lei de Patentes, segundo o qual o prazo de vigência para a patente de invenção não será inferior a dez anos e para a patente de modelo de utilidade, a sete anos, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante do projeto entre em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou abreviar um pouco aqui, até porque, muito embora esse projeto seja meritório, nós estamos dando um voto pela rejeição.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 689, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelo menos, nós podemos colocar em discussão. Se houver alguém que queira discutir... Voltaremos a esse tema mais tarde.

Eu quero pedir a fineza do nosso Senador amazonense Omar Aziz de assumir, por instantes, de assumir por alguns instantes a Presidência, porque sou o Relator dos outros dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Com muita honra, o Estado do Amazonas está na Presidência.

Item 1:

ITEM 1

MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , de 2016

Altera o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Autoria: Senador Lasier Martins.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Essa é uma proposta que fazemos e que altera o art. 107, item 1, letra k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 107.

I -

k) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática: às terças-feiras, oito horas e quarenta e cinco minutos.

Justificação.

O projeto de resolução que ora justificamos tem o objetivo de alterar o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão.

Nesse sentido, estamos propondo que as reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizar-se-ão às terças-feiras, às oito horas e quarenta e cinco minutos.

Atualmente, nos termos da redação vigente do dispositivo em questão, as reuniões da Comissão de que se trata estão previstas para realizarem-se às quartas-feiras, às dezoito horas.

Ocorre que o colegiado da CCT, reunido há alguns dias para analisar o dia e o horário de suas reuniões ordinárias semanais, chegou à conclusão de que devem ser alterados tanto o dia quanto o horário, decidindo-se por reuniões às terças-feiras, às oito horas e quarenta e cinco minutos – que é o que já estamos fazendo hoje.

A propósito, cabe registrar que apenas a CCT tem as suas reuniões marcadas para o final do dia, às dezoito horas, e às quartas-feiras, dia e hora em que, em regra, o Plenário do Senado está em pleno funcionamento, muitas vezes com votações de matérias, o que demonstra a inadequação do dia e horário atualmente em vigor. A esse respeito, cabe relevar que o mesmo art. 107 do RISF que ora propomos modificar estatui, no seu parágrafo único, que a reunião de qualquer comissão não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado e, como sabemos, é exatamente nas quartas-feiras à tarde que mais ocorrem as sessões deliberativas ordinárias da Casa.

Como conclusão, pelas razões acima expendidas, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador Lasier, nós faremos as reuniões da Comissão às terças-feiras, às 8h45?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esperamos sempre contar com sua valiosa presença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Com certeza.

Eu queria aqui, Senador Lasier – algo que eu já tinha até conversado com o Senador Cristovam; nós vimos conversando sobre isto desde o primeiro dia em que estamos nesta Comissão –, dizer da importância da ciência e tecnologia hoje para qualquer país. Ninguém sobrevive mais sem avanço na ciência e tecnologia. Acho que V. Exª poderia até avançar nessa questão no sentido de que, uma vez por mês ou a cada 60 dias, houvesse uma reunião conjunta do Senado e da Câmara, as duas Comissões de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câ-

mara, para que tirássemos algumas propostas em conjunto e fizessemos dar celeridade às aprovações desses projetos, com o compromisso das duas Comissões. Muitas delas saem por aqui, passam por lá depois, e nós não temos a agilidade necessária.

E há de se convir que, hoje, a celeridade em qualquer aprovação de projeto nessa área é muito importante, para que tenhamos resultados práticos o mais rapidamente possível.

É lógico que sou favorável. Acho que não temos quórum para votar essa sua proposta neste momento. Mas não tenha dúvida alguma de que todos nós iremos concordar com essa mudança que V. Exª está propondo agora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito!

Antes de anunciar o próximo item, eu lhe queria dizer que toda proposta que vier para agilizar, para tornar mais prática e difundir mais a nossa Comissão será sempre muito bem aceita, Senador Aziz. Desde que assumi honrosamente este cargo, a exemplo do que acontecia com o Senador Cristovam, que já está presente aqui no plenário, queremos dar todo o valor que esta Comissão merece, porque estamos conscientes de que esta é uma das mais importantes comissões do Senado Federal.

Ciência, tecnologia e inovação dizem respeito ao futuro do Brasil. Estamos atrasados ainda nesta matéria, ao contrário de países que evoluíram rapidamente quando passaram a valorizar a pesquisa e as inovações, sem viverem como o Brasil vive, importando tecnologias. Precisamos utilizar os cérebros privilegiados do País, precisamos utilizar melhor os fundos que existem e que vêm sendo desviados para outras finalidades, para que essas pesquisas sejam financiadas através de licitações que serão feitas com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Com certeza absoluta!

Passo ao item 2, que trata de um projeto de lei que tem como Relator o Senador Lasier.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: pela aprovação.

Observações: a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da CF, combinado com os arts. 122 e 375 do RISF.

Peço a V. Exª, Senador Lasier, que leia o seu relatório.

Não há aqui quórum para votação, mas o Senador Lasier vai ler o seu relatório agora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse projeto, Srs. Senadores, é atualíssimo e urgente, porque diz respeito às medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil e que se aproximam rapidamente. O Projeto de Lei nº 2, de 2016, vem da Câmara, onde o projeto possui o nº 3.221.

Vou ler mais a análise, porque diz respeito principalmente às transmissões de imagens de rádio e de televisão, aos espaços para propaganda, à regulamentação de espaços para autoridades, aos critérios de cobrança de ingressos.

Enfim, essa matéria ainda deve ir para a Comissão de Constituição e Justiça e, depois, para a Comissão de Educação e Esporte.

Então, vou diretamente à análise, em que estamos revelando para o Brasil, neste momento, as condições e as regras para os Jogos Olímpicos, em cumprimento ao que manda o Comitê Olímpico Internacional. É um projeto de autoria do Governo Federal, e coube a mim a honra de relatá-lo.

Análise.

Conforme os incisos VII e IX do art. 104-C do RISF, compete à CCT opinar sobre temas atinentes à comunicação, à imprensa, à radiodifusão, à televisão e a outros assuntos correlatos.

Assim, essa proposição pretende disciplinar, entre outros aspectos, a captação – aqui já começamos a registrar quais são os itens propostos por esse projeto –, a transmissão e a exibição dos sons e imagens dos

eventos oficiais dos Jogos, bem como o tratamento a ser dispensado à cobertura jornalística pelos veículos de comunicação não detentores de direitos, nos termos previstos pela Seção III de seu Capítulo II.

Nesse sentido, o art. 10 do PLC nº 2, de 2016, prevê que o credenciamento dos agentes públicos e dos demais profissionais envolvidos com os Jogos, inclusive os representantes de imprensa, será realizado exclusivamente pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), pelo IPC ou pelo Rio 2016, não implicando o direito de captar as imagens ou sons dos eventos oficiais.

Já o art. 11 confere ao COI e ao IPC a titularidade exclusiva de todos os direitos, títulos e interesses relacionados aos sons e imagens dos eventos oficiais, com as prerrogativas de exploração, negociação, autorização e proibição de uso, bem como de captação, reprodução, transmissão, exibição e disponibilização.

O art. 12, reforçando o disposto no artigo anterior, estabelece que a autorização para captação de sons e imagens de qualquer evento oficial será concedida, exclusivamente, pelo COI e pelo IPC, ou por pessoa por eles indicada, inclusive em relação aos representantes de imprensa.

O *caput* do art. 13 também garante ao COI e ao IPC a prerrogativa de autorizar, de forma prévia e expressa, a transmissão, a retransmissão ou a exibição dos sons e imagens gerados nos eventos oficiais, para fins comerciais, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet.

Os mencionados dispositivos estão em absoluta sintonia com os compromissos assumidos pelo País com as entidades internacionais responsáveis pelos Jogos Olímpicos.

Já o §1º do art. 13, disciplina a cessão, pelo COI e pelo IPC, de flagrantes de imagens de todos os eventos oficiais para os veículos de comunicação interessados em sua retransmissão, não detentores dos respectivos direitos. Nesse sentido, estabelece que essa transmissão deve ser destinada à inclusão em noticiário, com finalidade informativa, vedada qualquer associação a patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de *marketing*. Pretende, com isso, impedir que os veículos que não pagaram pelos direitos de transmissão obtenham vantagem comercial indevida.

Segundo o referido dispositivo, para que os veículos de comunicação tenham acesso ao conteúdo das imagens dos eventos oficiais disponibilizado pela organização, é necessária a formalização do interesse, por escrito, até 72 horas antes do início dos Jogos.

O projeto prevê ainda que a transmissão de sinais de rádio e de televisão somente se dará na programação dos canais e nos meios disponíveis exclusivamente no Território Nacional.

O §2º do art. 13 dá ênfase a mandamento anterior, vedando a exploração comercial, pelos meios de comunicação interessados em transmitir os flagrantes de imagens dos eventos oficiais, do conteúdo disponibilizado em qualquer forma de veiculação, inclusive em programas de entretenimento, documentários ou *sites* na internet. Esses veículos também não poderão realizar atividades promocionais, publicitárias ou de *marketing* associadas às imagens fornecidas pelos organizadores do evento.

O §4º do art. 13 limita a exibição do material televisivo selecionado apenas ao veículo de comunicação que o solicitou, restrita ao território nacional. Por sua vez, o §3º anterior permite, de forma excepcional, que o conteúdo disponibilizado para as emissoras de TV seja distribuído para suas retransmissoras.

O art. 14 do PLC nº 2, – estamos aqui comentando sobre os Jogos Olímpicos, sobre os quais nos cabe legislar –, busca detalhar a disponibilização, pelo COI e pelo IPC, dos flagrantes das imagens dos eventos oficiais. Nesse sentido, estabelece, por meio dos seus incisos I e II, que esse conteúdo deve conter, no mínimo, seis minutos das cerimônias de abertura e de encerramento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e 21 minutos das competições desportivas realizadas a cada dia.

O §1º do art. 14 prevê o tempo mínimo do conteúdo disponibilizado, relativo a competições nas quais atletas brasileiros estejam disputando medalhas: 90 segundos ou um terço da duração total da prova, o que for menor; ou a totalidade do evento, caso dure 15 segundos ou menos.

De acordo com o §2º do art. 14, os responsáveis pela produção das imagens dos eventos oficiais devem disponibilizar os flagrantes das competições três vezes por dia (manhã, tarde e noite), devendo editá-los no prazo máximo de duas horas após o término da última sessão de modalidade desportiva em cada período.

Já o parágrafo subsequente determina que o limite máximo diário de exibição das imagens recebidas pelos veículos de comunicação não deve exceder 15 minutos. Deverão, portanto, selecionar até 15 minutos dos 21 minutos de imagens disponibilizados diariamente pela organização do evento.

Finalmente, o art. 14, §4º, do projeto estabelece o tempo mínimo de 90 segundos de duração das imagens das cerimônias de premiação com a participação de atletas brasileiros, a serem disponibilizadas pelos responsáveis aos veículos de comunicação interessados.

Assim, entendemos que as medidas propostas, no que dizem respeito à captação, transmissão e exibição dos sons e imagens dos eventos oficiais dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos estão adequadas e possibilitarão

aos veículos de comunicação uma cobertura de grande qualidade e ao público brasileiro o acesso ao melhor conteúdo esportivo.

Importante ainda ressaltar outro dispositivo que merece atenção deste Colegiado, qual seja a alteração promovida pelo art. 38 da proposição em tela na Lei nº 12.035, de 2009, estendendo aos eventos-teste dos Jogos a disponibilização do espectro de radiofrequência, bem como a isenção de pagamento por sua utilização, desde que solicitado à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com prazo mínimo de 90 dias. Essa autorização é de extrema relevância, já que permite tanto às autoridades competentes quanto aos organizadores dos Jogos realizar testes e mitigar eventuais problemas na gestão das faixas de frequência a serem utilizadas durante o evento.

Diante do exposto, esta Relatoria firmou a convicção a respeito da validade, oportunidade e necessidade da medida em exame, propondo sua aprovação.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2016.

Sr. Presidente Omar Aziz, esta é a matéria que compete à nossa Comissão relativamente às transmissões dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro que estão se aproximando.

Eu queria ainda acrescentar – isto não foi colocado no relatório – que a própria organização, o próprio Governo do Estado que apresentam o projeto, nós nos inspiramos na disciplina e na regulamentação que aconteceu em 2014, durante a Copa do Mundo. Muitos dos itens que estão sendo preparados, Senador Cristovam, para a boa ordem das Olimpíadas têm as mesmas regras da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Em discussão a matéria.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, é uma questão de ordem legislativa. Nós estamos a poucos dias das Olimpíadas. Se esse projeto não fosse – e será – aprovado, o que aconteceria com as transmissões? Seguiria alguma coisa que já está determinada? Não mudaria nada? Esse é um ponto.

Segundo, eu ouvi que o senhor disse que se inspiraram na Copa, mas é assim nos outros países em que há Olimpíadas? Há diferença ou é dessa mesma maneira?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelo que aprendemos, Senador, existem as regras vindas do Comitê Olímpico Internacional. Como na Copa do Mundo, nós somos obrigados – na Copa, é a FIFA; no caso aqui, é o COI – a algumas regras básicas, principalmente com relação à propaganda, às faixas nas canchas esportivas, à duração para aqueles que não são detentores de direitos. São regras internacionais.

Parece-me, apesar da escassez de tempo, que essa matéria será automaticamente aprovada. Há um item, que não diz respeito a nós, mas vai dizer respeito à Comissão do Senador Romário, que trata do esporte, que diz respeito ao preço das entradas. Pelo que percebemos, para os estudantes e para os idosos, como no nosso caso ou pelo menos no meu caso, o preço da entrada é metade com base no preço da entrada mínima. Isso vai dar discussão, mas vamos deixar para lá, pois não é do âmbito da nossa Comissão.

Foi apenas para citar um exemplo, porque, no mais, a tendência é passar rápido, como convém, em razão da experiência da Copa do Mundo e em razão da orientação que veio do Comitê Olímpico Internacional, mas há itens próprios do Brasil que deverão gerar algum debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Em discussão ainda.

Eu quero só colocar uma coisa. Eu acho que o Brasil não é exemplo nessa questão, porque é o único país em que jogo do Brasil é feriado. Não conheço outro país. É o único país que passa uma semana festejando o Carnaval.

O Brasil não é referência em relação a exemplos. Não acredito que um país como os Estados Unidos pare por causa de Olimpíadas, não para, nem por causa de uma Copa do Mundo ou coisa parecida. O Brasil tem suas peculiaridades, que respeitamos, sua cultura, que todos nós respeitamos, podemos até discordar em algumas coisas, mas não dá para nos espelharmos em outros países. As últimas Olimpíadas, na Inglaterra, transcorreram e não pararam... O Rio de Janeiro, com certeza absoluta, vai parar nas Olimpíadas deste ano, até pela própria participação da população. É isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas não há problema, porque o Brasil está em plena prosperidade, tranquilo; não há problema que pare durante as Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pois é, temos condições de parar; paramos dez dias por mês e está tudo bem. Vamos continuar crescendo. Quando a gente fala dessas questões, há alguma referência em outro país? Não. Temos que ter as nossas referências só, porque

aprovamos lei baseados na nossa cultura, não baseado na cultura de outros países, pelo que vejo no esporte. Tem algum país que passa uma semana celebrando uma festa? Sinceramente, não tenho conhecimento de um país desenvolvido começar Carnaval na quinta-feira e terminar na outra quarta-feira, não conheço. Mas tudo bem, vai falar mal do Carnaval que o mundo cai sobre nós. Falar a verdade não pode, mentir pode. Então, não somos referência para isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu também não conheço nenhum desenvolvido e acho que vai ser difícil se desenvolver dessa maneira.

Ao mesmo tempo, algo que ouvi no rádio quando vinha para cá, Senador Lasier – pelo qual a gente não pode fazer nada, mas que mostra outra especificidade do Brasil, embora eu tenha lido que um Prêmio Nobel vendeu sua medalha –, ouvi que uma atleta nossa que ganhou uma medalha em 1996, em Atlanta, está vendendo a medalha para financiar o tratamento de saúde do filho. É duplamente triste uma coisa dessas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só por isso, ela mereceria mais uma medalha.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É verdade.

Em discussão ainda a matéria.

Não havendo mais ninguém para discutir a matéria, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vou colocar em votação a Resolução nº 1, que já foi lida pelo Senador Lasier.

Em discussão a Resolução nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada também a Resolução nº 1. O horário de início desta Comissão, às terças-feiras, muda para 8h45.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Qual das duas? Desculpe-me pela inexperiência. O item 1 vai para a Comissão de Constituição e Justiça? Não é terminativa aqui a Resolução?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Está bem.

Em relação à Resolução, correrão os trâmites legais do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Lasier, o senhor me consultou e eu apoiei essa mudança de horário. Queria pedir desculpas porque, quem apoia isso, deve fazer esforço para chegar na hora, mas tem sido difícil nesses dias, porque muita gente está ligando, querendo saber assuntos, rádio, por conta do clima que vivemos. Então, peço desculpas porque não cheguei na hora, mas apoio, sim, essa mudança de horário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Até como símbolo, porque precisamos madruguar em ciência, tecnologia e inovação, o senhor que é um grande pregador dessa tese como solução para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Passo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado por sua contribuição, Senador Omar Aziz.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, quero aproveitar para cumprimentar os colegas.

Nós tivemos aqui o parecer de 18 de março do Ministro Celso Pansera sobre o resultado da fosfoetanolamina. É um resultado positivo na área de citotoxicidade, se faz mal ou não para as pessoas. O teste comprovou que não faz mal para as pessoas.

Fico triste porque estamos com esse projeto para ser aprovado pelo plenário da Casa, já pedi regime de urgência, e a cada dia vemos mais situações novas, pessoas diagnosticadas com câncer. Ao mesmo tempo, não concluíram as pesquisas.

Eu falei aqui que, infelizmente, o nosso sistema de saúde no Brasil é podre. Eu quero aqui, perante a câmara, falar mais uma vez: o nosso sistema de saúde brasileiro é podre! Porque não tem interesse, laboratórios. Quem é responsável... não tem interesse, Sr. Presidente, de colocar à disposição de pacientes remédios que

curem. O que interessa para laboratórios, o que interessa para esses paladinos da saúde, é colocar remédio à disposição para o cara ser um cliente a vida eterna. E ao mesmo tempo da fosfo, como estou falando aqui, eu quero tornar a falar de novo. Ontem à noite me ligou uma amiga – o Senador Raupp está aqui do meu lado e sabe que tem uma pessoa no travessão que une a linha 196 com a linha 192 em Rolim de Moura –, estava tomando a fosfoetanolamina, ele estava acamado, a filha dele estuda em Porto Velho. Ligou-me no final de semana e falei com ela ontem à noite, Senador Raupp. Enquanto ele estava tomando, ele saiu da cama, continuou com as atividades dele normalmente no sítio – eu não vou falar o nome dele aqui porque ele não me autorizou. Retomou suas atividades normais e está há 10 dias sem o comprimido. Imaginem para onde ele voltou de novo, Senador Omar: para a cama de novo. A família e todo mundo estão desesperados, porque a fosfoetanolamina fez o efeito, deu resultado. E eu não consigo entender, nem para defender a vida essas pessoas lutam para que se possa colocar à disposição esse medicamento ou esse suplemento contra o câncer.

Infelizmente, há muitas pessoas humildes, Senadores, pessoas simples que têm alguém na família que está com câncer. E esses paladinos da moralidade, que são contra a liberação do medicamento, é porque não têm a mãe com câncer, é porque não têm um filho com câncer, é porque não têm irmãos com câncer. Desculpem-me a verdade, isso aqui é um desabafo, não dá para aceitar. Porque quem está com câncer, está carimbado.

Eu estive na Bahia, no final de semana, em um casamento. E lá, conversando com lideranças locais e por onde passamos, sabemos do desespero de pessoas com câncer. Lideranças políticas pedindo pelo amor de Deus para liberar, para poder ter acesso. Aqui nos corredores acabei de passar, agora aqui, o pessoal que trabalha no serviço terceirizado, pedindo pelo amor de Deus a liberação. E eu não consigo entender que não haja interesse. É como se esses donos de laboratórios, essas clínicas que ganham milhões com quimioterapia e radioterapia, como se todo esse dinheiro que ganham vão botar dentro do caixão no dia em que morrerem. Não vai ter nada. O fogo do inferno vai queimar tudo! Dinheiro, caixão, vai queimar tudo! Vai tudo para o ralo!

Então, não consigo entender por que tanto boicote. Sr. Presidente, quero até agradecer, o senhor foi eficaz, o senhor foi pronto, o senhor foi ágil. A matéria entrou aqui em uma quarta-feira e na outra terça-feira já aprovamos aqui. Aí foi para a CAS, esses dias e, lá, Líder do Governo no Senado – num momento em que o Governo da Presidente Dilma está se derretendo, quando só se fala de *impeachment*, de cassação de Deputados, Presidente da Câmara –, se dá ao luxo de ir lá e pedir vista em um projeto desses. Aí vai lá e diz o seguinte: “Olha, eu sou contra esse projeto da fosfoetanolamina, porque não estamos aqui para enfrentar a Anvisa, estamos aqui para aprovar outras coisas”.

Engraçado, para aprovarmos um monte de projetos, desculpem-me a expressão, sem efeito nenhum, a não ser para poder cobrar mais impostos do povo, aí somos bons, aí estamos aqui habilitados para isso. Agora, para aprovarmos um projeto para defender a vida, não podemos. Eu falei isso tribuna do Senado na quarta-feira. O Líder do Senado achou ruim. Fez um voto contra na quinta-feira. Ganhamos, mesmo assim, com um voto contra. Agora, não consigo entender, o Líder do Governo foi Ministro, é médico, ao mesmo tempo trabalham contra a liberação para dar uma esperança a paciente que está enfermo ou mesmo que não está enfermo, que já foi diagnosticado com câncer, tendo a oportunidade de uma vida mais longa ou de cura, e aí, simplesmente, evitam isso.

Então, o Governo Federal não está preocupado com *impeachment*, não está preocupado com nada, o Líder do Governo está preocupado com a lei para liberar ou não liberar a fosfo.

Espero que nós consigamos aprovar essa lei no Senado, e aí a Presidente Dilma possa dar de presente para o povo brasileiro. E ela foi diagnosticada com câncer, teve o tratamento e teve condições de importar o remédio sem a autorização da Anvisa. Olhem o que eu digo: a Presidente Dilma foi diagnosticada com câncer, parece-me em 2011, trouxe remédio ilegal de fora do País. A Anvisa, depois, legalizou o medicamento. Ela, graças a Deus, está curada. E quem dos demais brasileiros não quer ter essa oportunidade de ter esse tratamento também?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nós temos aqui o requerimento para a audiência que será marcada para os próximos dias. Se não me engano será no dia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já está marcada. Será no dia 5.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em conjunto com as demais?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais. Temos certeza, Senador Cassol, que o público acorrerá de forma extraordinária.

Nós vimos na semana passada, Senador Cassol, que a maior parte da nossa Comissão está solidária com a sua obstinação, uma obstinação saudável, porque V. Ex^a tem pensado na saúde, na recuperação, na salvação de doentes de câncer.

E nós compartilhamos de um ponto de vista: se mal não faz, que se procure investir na possibilidade do bem. Essa é a nossa tese.

V. Exª viu na semana passada que houve apenas, digamos, um voto e meio de dissidência, porque um colega nosso foi contra e um outro colega, que é médico, disse que tem restrições, mas como a maioria quer ver indo adiante a fosfo, vamos deixar ir adiante, como próprio dos laboratórios a lentidão, até que decidam se realmente é eficaz o medicamento, vamos adotá-lo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só queria completar o seu aparte dizendo o seguinte: se nós temos essa opção para o medicamento e há alguém que é contra, mas, quanto à toxicidade, há parecer do Ministro Celso Pansera no sentido de que não há toxicidade, ou seja, não há faz mal para o corpo humano, por que não autorizar?

Fico triste porque nós estamos aqui no Senado para aprovar projetos, leis do interesse do povo brasileiro, em benefício da sociedade. Eu não estou aqui, como Senador para fazer leis para ferrar o povo brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... ou para cobrar impostos etc. Então, eu fico indignado quando ouço de um Líder do Governo no Senado, como ouvi na semana passada, que nós aqui não podemos aprovar porque não poder fazer... Então, se não pudermos aprovar, o que estamos fazendo aqui se somos representantes do povo?

Então, eu só queria agradecer o carinho especial, mas, já que estamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, espero, mais uma vez, a compreensão da maioria...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Somos testemunhas. Eu tenho a impressão, Senador Ivo Cassol, que, se for comprovada a eficácia desse medicamento, lá adiante, pelos laboratórios, alguém vai erguer uma estátua em sua homenagem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não precisa isso. O que eu quero é que a medicação seja colocada à disposição para o povo de que necessita dela.

Quem nos garante amanhã que as próximas vítimas não seremos nós? Por isso a gente luta por isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Eu não quero nem pensar se ela for reprovada, não sei o que pode acontecer. Mas vale o esforço, a sua luta, a sua pertinácia em querer demonstrar a utilidade desse medicamento, de um nome difícil... (*Risos.*)

Não é, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fique certo que o laboratório que for produzi-la vai encontrar uma marca fantasia que nós todos vamos saber dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos dizer, lá adiante, Senador Cristovam: “Vá lá na farmácia e compre o remédio do Cassol!” (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas eu dizia há pouco ao Senador Cassol que ainda não li o jornal inteiro, mas vi na primeira página da *Folha*, uma chamada no sentido de que os primeiros exames, que as primeiras avaliações, pela USP, do remédio estão dando resultado negativo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estão dando...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Negativo, no sentido de que não funciona, de que não resolve.

Eu só vi a chamada.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só queria aproveitar o aparte do Senador Cristovam, Sr. Presidente, e dizer o seguinte: então as milhares de pessoas que usaram a fosfo estão mentindo? A D. Bernadete que vem aqui toda semana – não sei se ela já está aqui –, está aqui a doutora do Rio de Janeiro, que além de médica é também advogada, também tem prova disso.

A D. Bernadete estava em uma cadeira de rodas, enferma, e quando começou a tomar a fosfo está andando, percorrendo e defendendo.

Quer dizer, então, que esses seres humanos vivos, que melhoraram, não estão ainda curados 100%, estão mentindo? São os laboratórios que estão com a razão? Então, eles, infelizmente, vão morrer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, teremos uma ampla discussão, Senador Ivo Cassol, no dia 5 de abril com outras duas Comissões e será uma grande discussão.

Bom, vamos seguir, então, com a nossa Ordem do Dia. Vamos passar aos itens 4 e 5, não terminativos, que tem com o Relator o nosso ex-presidente, mas que será sempre presidente, poderá reassumir aqui a hora que quiser, Prof. Cristovam Buarque.

Item 4:

ITEM 4
OFÍCIO “S” Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 08/03/2016 e 15/03/2016.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, muito rapidamente. O item 4 se refere a documento encaminhado nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, que altera o controle societário de empresa jornalística de radiodifusão e comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas do controle societário da TV Tocantins Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Eu vou direto à análise, Senador, para dizer que a apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, desta Comissão.

Por sua vez, a documentação encaminhada pelo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do Ofício nº 40.401/2015, atende ao disposto no ato normativo que acabo de citar e comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga, sobretudo quanto à concentração de outorgas e à nacionalidade dos proprietários da TV Tocantins Ltda.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o meu voto, em face do exposto acima, é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 29, de 2014, que encaminha o comunicado de alteração de controle societário de empresa jornalística de radiodifusão, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Tocantins Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão.

Em discussão o item 4. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o relatório do Senador Cristovam, que passa a constituir este parecer pelo arquivamento da matéria.

Item 5:

ITEM 5
OFÍCIO “S” Nº 30, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 08/03/2016 e 15/03/2016.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – No mesmo sentido, eu quero dizer que se trata de documento que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotista do controle acionário da Televisão Riviera Ltda, que é concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, que está distribuído a todos os Senadores, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 30, de 2014, nos termos do art. 335.

Nos termos do art. 50, aqui vem a descrição do documento.

Então, a posição é pelo sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Então, em discussão esse parecer do Senador Cristovam, pelo sobrestamento da tramitação o Ofício “S”, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado e pela aprovação do requerimento de informações do Ministro das Comunicações. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

O item 6 tem como Relator o Senador madrugador, que, suponho eu, saiu de madrugada de Salvador, na Bahia, como sempre – não é, Senador Walter Pinheiro? – e nos dá a honra de chegar a tempo de participar.

Item 6:

ITEM 6
OFÍCIO “S” Nº 30, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/2015, de que trata o PDC 95/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Oeste Baiano Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Barreiras, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pelo arquivamento

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Meu Presidente, tudo em paz?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tudo em paz.

É confirmado que V. Exª sai às 5h30 da madrugada?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Que jeito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ai, o senhor desperta às 4h da madrugada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Às 4h, 4h30 da manhã, eu tenho que estar indo para o aeroporto. Mas é assim mesmo: não mata, não; é bom.

Sr. Presidente, a matéria ora em apreciação tem aqui o nosso relatório apresentado, com todo o exame da documentação. Portanto, patrocinado, inclusive, pelo órgão competente, que é o nosso Ministério. E é bom salientar que acompanha aqui todo este material a manifestação favorável por parte do Ministro de Estado das Comunicações, que declara que a referida emissora preencheu todos os requisitos e, consequentemente, a cessionária preenche as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

Sendo assim, Sr. Presidente, e cumprindo o que o nosso Regimento determina, voto pelo arquivamento do Ofício “S” nº 30, de 2015, que comunica a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Nordeste Ltda para a Fundação Eurico Bergsten, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão, portanto, o item 6, em que o Senador Relator Walter Pinheiro propõe.... arquivamento ou aprovação?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu só não entendi bem qual é o motivo para o arquivamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O arquivamento, Sr. Presidente, representa, na prática, que nós estamos acolhendo a manifestação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, perfeito. Obrigado.

Então, em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Quem aprova permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovada a matéria.

Bom, como ainda não temos as presenças necessárias para votação dos demais itens, quero pedir a gentileza do Senador Omar Aziz, para relatar o item 7, cuja relatoria é do Senador José Medeiros. Do item 8, do Senador Fernando Bezerra, fica a relatoria ao Senador Ivo Cassol. Do item 9, que era do Senador Marcelo Crivella, fica o Senador Valdir Raupp como *ad hoc*.

Item 7:

ITEM 7
OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda., no Município de Pinheiro (MA).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda., no Município de Pinheiro (MA).

O relatório é pelo sobrestamento da tramitação do Ofício nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

É pelo sobrestamento, mas pede informações ao Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o item 7, que diz respeito à emissora do Município de Pinheiro (MA). *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Sem qualquer contestação, aprovada a matéria.

Item 8:

ITEM 8
OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2015, de que trata o PDC nº 486/2000, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no Município de Auriflama (SP).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Como Relator *ad hoc* o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no Município de Auriflama, Estado de São Paulo.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 43, de 2015, nos termos do art. 335.

É esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão esse item 8, que diz respeito a Rádio Auriflama de Comunicação, do Município Auriflama, São Paulo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo restrição, aprovado o relatório do Senador Fernando Bezerra, com a relatoria *ad hoc* Senador Ivo Cassol.

O Senador Walter Pinheiro está pedindo a palavra para fazer uma retificação do item que relatou, item 6. Algum reparo, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aí, os assessores que se entendam, a pauta está corretíssima. Eu li aqui...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nenhuma retificação?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mantida a decisão.

Vamos, então, ao item 9:

ITEM 9 OFÍCIO “S” Nº 45, de 2015 - Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Brasil Sociedade Ltda., no Município de Valinhos e Campinas - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Passamos a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 16, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias nos Municípios de Valinhos e Campinas, no Estado de São Paulo.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 45, de 2015, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão, portanto, o relatório do Senador Raupp com relação à Rádio Brasil do Município de Valinhos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o voto do sobrestamento, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma contestação, aprovado o relatório.

Vamos para o item 10, do Senador Ivo Cassol, que estava aqui até agora há pouco. Refere-se a requerimento do Senador Ivo Cassol pedindo audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão Direitos Humanos.

Eu subscrevo o requerimento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu posso também subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Subscrevemos o Senador Valdir Raupp e eu.

Item 10:

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10, de 2016****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 4/2016 – CCT, para a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS (Requerimento Nº 4/2016 e Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH (Requerimento nº 13/2016 – CDH).

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Em discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele havia proposto antes, só que ele estava fora de hora.

Então aprovado o requerimento. No dia 5 de abril, teremos essa audiência conjunta com a CDH e com a CAS.

Peço a gentileza do Senador Raupp assumir por instantes a Presidência para que eu possa relatar os itens 11 e 12.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Item 11:

ITEM 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Com a palavra o Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Trata-se do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de São Luiz Gonzaga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Nos termos do art. 50, nesse processo que outorga autorização para executar serviço de radiodifusão, nós somos pelo sobrestamento da tramitação, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, sobrestamento de tramitação, a exemplo de outros projetos que tiveram aqui o mesmo destino. É o relatório resumido.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12, ainda de relatoria do Senador Lasier Martins:

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trata-se de aprovar o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 198, o que evidenciou possível violação da legislação pertinente, além de divergência entre a composição societária indicada da Sociedade Rádio Palmeira e aquela constante na base de dados da Agência Nacional de Telecomunicações, votamos pelo sobrestamento da matéria e pela aprovação do requerimento de informações ao Ministro das Comunicações.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Em discussão o relatório do Senador Lasier Martins. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a presidência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela contribuição, Senador Valdir Raupp. Srs. Senadores, como não temos quórum para deliberar temas terminativos, adiamos o item 3, que foi lido e foi relatado pelo Senador Valdir Raupp.

Adiamos também os itens 13 ao 25.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 283, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 15/03/2016, foi concedida Vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais.

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2014****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação

ITEM 22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Sandra Braga

Relatório: Pela aprovação

ITEM 23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARI-COBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aproveitamos para comunicar aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras da Comissão que, na próxima reunião, teremos aqui, para uma audiência pública, o Ministro Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia, que será sabatinado por nós nesta Comissão na próxima terça-feira, a partir das 8h45, para a qual convidamos todos os integrantes da nossa Comissão.

Para encerrar, temos ainda que deliberar sobre a votação da ata.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Dito isso, agradecendo a presença de todos, reiterando o convite para a próxima reunião, na próxima terça-feira que vem, às 8h45, damos por encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 08 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Eduardo Amorim e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Justificam a ausência os Senadores Hélio José e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** Audiência Pública destinada a debater o tema “Agendas e Prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o ano de 2016”, em atendimento ao Requerimento nº 02/2016-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Celso Pansera. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Omar Aziz, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro. **2ª parte:** Reunião deliberativa. **Item 1: Requerimento nº 11, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, que requerem “... nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no ano de 2016, sejam os Fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico”. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 12, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Lasier Martins, que requer “... a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017”. O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quinze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de março de 2016.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos, em instantes, uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 2/2016 CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado pelo Plenário da CCT, com o objetivo de realizar debate em torno do tema agenda e prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2016. Para tanto, nós vamos contar com o Ministro Celso Pansera, que já nos está dando a honra de estar aqui presente. Daqui a pouco ele vai se manifestar.

Antes, como de hábito, vamos transmitir algumas informações, o que tem sido prática daqui da nossa Comissão.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

O Ministro Celso Pansera, que estamos recebendo hoje, nasceu no Município gaúcho de São Valentim, em 10 de outubro de 1963. Depois, em Pinhalzinho, Santa Catarina, concluiu o ensino médio e formou-se técnico em contabilidade. Em 1986, fundou o Diretório Central dos Estudantes Fapa/Fapcca, para o qual foi eleito Presidente no ano seguinte. Já em 1988, eleito Secretário-Geral da União Nacional dos Estudantes (UNE), Pansera mudou-se para o Rio de Janeiro para aprofundar a atuação à frente da UNE. Formado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Celso Pansera tem pós-graduação em Supervisão Escolar.

Em 2007, assumiu a Presidência da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), instituição vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, permanecendo no posto por sete anos. No cargo, trabalhou para ampliar as vagas gratuitas oferecidas na educação profissional e tecnológica do Estado do Rio de Janeiro, para garantir transporte gratuito aos estudantes do ensino técnico e dos cursos de qualificação profissional e para aumentar o uso de novas tecnologias. O programa Faetec Digital, implantado em 2007, garantiu 3 milhões de atendimentos em todo o Estado do Rio e mais de 100 polos de internet grátis instalados em Municípios fluminenses.

Em seu legado, estão a realização de um grande concurso público para ingresso de servidores e a conquista do novo Plano de Cargos e Salários. A atuação de Celso Pansera à frente da Faetec garantiu o título de Personalidade Educacional 2013, premiação da Associação Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Imprensa e Grupo Folha Dirigida.

Em 2014, foi eleito Deputado Federal pelo PMDB. Na Câmara Federal, além de presidir a Comissão Especial de Crise Hídrica do Brasil, foi membro efetivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e integrou também as Comissões de Educação, Parlamentar de Inquérito da Petrobras e Fiscalização Financeira e Controle Interno.

Em outubro de 2015, assumiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Sobre o Ministério, vamos ver aqui alguns detalhes sobre a importância e a grandiosidade desse Ministério. Às vezes a gente nem se dá conta do quanto é importante e grande esse Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Como órgão da Administração Direta, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento da informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear; controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

E agora a organização toda, a série de órgãos vinculados ao Ministério: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; a Comissão Nacional de Energia Nuclear; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial; a Financiadora de Estudos e Projetos; o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; o Observatório Nacional; e mais vários laboratórios, centros de pesquisa, museus e empresas, que têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no País.

Além disso, também está sob a responsabilidade primeira do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (o FNDCT), criado em 1969. A Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, é a secretaria executiva do Fundo.

A partir de 1998, o Governo Federal tomou a iniciativa de criar os Fundos Setoriais, cujos recursos foram alocados no FNDCT. As receitas que alimentam o Fundo têm diversas origens: recursos ordinários do Tesouro Nacional; a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); parcela sobre o valor de *royalties* sobre a produção de petróleo ou gás natural; percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica; percentual dos recursos decorrentes de contratos de cessão de direitos de uso da infraestrutura rodoviária para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações; percentual dos recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; percentual das receitas destinadas ao fomento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor espacial; percentual do faturamento bruto de empresas que desenvolvam ou produzam bens e serviços de informática e automação; percentual sobre a parcela do produto da arrecadação do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante, que cabe ao Fundo da Marinha Mercante; o produto do rendimento de suas aplicações em programas e projetos, bem como nos fundos de investimentos; recursos provenientes de incentivos fiscais; empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; contribuições e doações de entidades públicas e privadas; o retorno dos empréstimos concedidos à Finep.

Neste ano, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática irá analisar os fundos de ciência, tecnologia e comunicação, o que já realçamos aqui desde a nossa primeira reunião. Terá prioridade na nossa Comissão aqui no Senado esse debate, essa análise, essa busca de destinação de verbas etc. Esperamos com isso conhecer melhor o que se tem feito, ao longo dos últimos anos, com os recursos destinados a esses fundos e compreender os benefícios e as dificuldades dessa área, assim como verificar se todo o montante que é destinado está sendo aplicado ou desviado para outras funções.

Com isso esta Comissão também pretende contribuir para que os recursos destinados à Ciência e à Tecnologia tenham destinação adequada e que as dificuldades legais que ainda existam possam ser superadas.

Sobre os fundos, o Ministro vai nos falar daqui a pouco.

Mas, em primeiro lugar, cumprimentando-o, Ministro Pansera, tenho uma dúvida: a pronúncia correta é “Pansêra” ou “Panséra”? Bom dia!

O SR. CELSO PANSERA – Bom dia, Senador Lasier Martins. É um prazer estar aqui.

É «Pansêra», mas os cariocas não conseguem falar Pansera; eles falam «Panséra». Aí, na minha campanha, foi feito um *jingle*. Quem fez o *jingle* foi um gaúcho chamado Antonio Villeroy, e nós aproveitamos a pronúncia dos cariocas para rimar na música, e ficou “Panséra”.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor sabe – o senhor nos conhece muito bem, porque o senhor é gaúcho – que nós temos uma cidade vizinha, no Rio Grande do Sul, que se chama Rivera. Os cariocas insistem em dizer “Rivéra”. Sempre abrem o “e”.

O SR. CELSO PANSERA – É o caso do meu nome; sempre com o “e” aberto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Ministro, é um prazer recebê-lo. Vamos propor ao senhor 15 minutos para a sua dissertação e, depois, vamos formular algumas perguntas, lembrando que esta nossa reunião de hoje pela manhã está sendo televisionada pela TV Senado, de modo que tenha um alcance muito grande, e temos certeza de que será uma palestra, diríamos assim, muito produtiva. Então, fique à vontade.

O SR. CELSO PANSERA – Eu queria, Senador Lasier, agradecer a oportunidade e agradecer também ao ex-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, um educador e patriota muito dedicado às questões da educação e da ciência e tecnologia brasileira, que não se encontra conosco, mas que tem sido um parceiro nosso, de bastante diálogo, no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele precisou viajar.

O SR. CELSO PANSERA – Vou fazer, então... Se alguém puder me ajudar e, aos dez minutos, me lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu aviso.

O SR. CELSO PANSERA – Esta apresentação nós fizemos para uma negociação que nós fizemos com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Fiz uma adaptação, mas ela dá um panorama bem razoável do Ministério.

Primeiro, a importância que tem a CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) para a educação e a pesquisa básica do Brasil, como contribuição para o desenvolvimento não só econômico, mas, fundamentalmente, social e de redução das desigualdades sociais históricas que o País possui.

Recentemente, nós tivemos dois grandes avanços do ponto de vista da legislação brasileira nessa área. Eu destaco aqui a votação, em, se não me engano, 17 de dezembro de 2015, do então Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77, de 2015, que se transformou agora na Lei nº 13.243, de 2016, que atualiza todo o código brasileiro, toda a legislação brasileira. Foi votada unanimemente, tanto nesta Comissão, quanto na Comissão de Legislação e também, depois, no plenário do Senado, e a Presidenta Dilma sancionou-a no dia 11 de janeiro. Essa lei muda e abre para o Brasil uma perspectiva muito grande nessa área para os próximos anos. Depois, se der, falaremos um pouco mais sobre ela.

E agora, no final do mês, até o final desta semana, vamos colocar para consulta pública toda a regulamentação da lei, tudo o que falta regulamentar. Isso, depois, vai compor um decreto presidencial. Nós estamos colocando à disposição da sociedade civil e do Parlamento toda a regulamentação para receber contribuições e, depois, transformá-la em um projeto de decreto.

E também a Emenda Constitucional nº 85, de 2015, que foi aprovada, no ano passado, pelas duas Casas do Legislativo e que também inova, cria uma série de facilidades, e foi determinante para a aprovação do PLC 77/2015 depois.

Este é o ciclo de planejamento da nossa política de inovação e tecnologia. Primeiro, a Política Nacional de CT&I. Nós temos já resoluções da IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que traçam as políticas básicas para o País. Depois, tivemos a Estratégia Nacional de CT&I, que venceu agora em 2015, e nós estamos, Senador Lasier, em plena discussão da nova estratégia, uma nova ENCTI. Já estivemos em diversos lugares do Brasil falando sobre ela, com universidades, pesquisadores, empresários.

Fechando essa parte da estratégia, vamos partir para os planos setoriais – ações e metas por setores – e, a partir daí, nós teremos a nova estratégia nacional, que vai de 2016 a 2019. Quem quiser participar, toda documentação para debates está também disponível no nosso *site* e nós estamos à disposição para o debate exclusivo sobre a estratégia nacional, a ENCTI, que a gente chama, que é fundamental para determinar os passos nos próximos anos da ação do Ministério.

Aqui são os nossos desafios, eu vou passar rápido essa lâmina e abordar cada um deles.

O primeiro é a expansão, consolidação, integração do sistema nacional. Expansão é essa questão de a gente tentar reduzir a distância que temos entre os principais países de produção de ciências, tecnologia, inovação do mundo, ou seja, um avanço muito grande. É um esforço muito grande do Brasil já nos últimos anos,

para isso tem avançado bastante. Ontem, por exemplo nós estivemos com uma comissão de pesquisadores chilenos, que estão criando um Ministério de Ciência e Tecnologia lá no Chile e vieram ouvir o Brasil, a experiência nossa. Então, o Brasil, se torna referência – vamos dizer assim – para América do Sul, América Latina, particularmente nessa área, mas nós ainda estamos muito distantes dos países centrais. Então, essa expansão para a gente é determinante.

A consolidação é a gente manter os avanços dos últimos anos. O Brasil avançou muito, quem vive na área sabe o quanto a infraestrutura nossa, na área de pesquisa e tecnologia, avançou no País e agora é a questão de a gente conseguir consolidar isso, mantendo esses avanços. E avançar na formulação de políticas estratégicas que tornem o Brasil um ator importante no âmbito mundial.

E a integração. E o nosso grande desafio, Senador Lasier, hoje e na lei aprovada no Senado e sancionada pela Presidenta Dilma, agora em janeiro, é integração da academia com o setor produtivo, para que nós avancemos não só da pesquisa pura para fazer pesquisa aplicada ao sistema produtivo e, obviamente, gerar recursos e bem-estar social. Então, esse é o nosso primeiro desafio.

O segundo desafio é também, avançando nessa área de inovação em cadeias produtivas nacionais e isso para a gente é importante, nós vamos lançar agora um edital do Start-Up Brasil, um incentivo às empresas de inovação – as *start-ups* –, cooperações internacionais, nós temos andado bastante mundo a fora, não só o Ministro, mas como as equipes do Ministério, para avançarmos nessa questão de trazer experiências do exterior para cá e nos ajudar a avançar na interação com o setor produtivo.

A questão das políticas de inovação e o comprometimento delas com algumas questões fundamentais, por exemplo: segurança energética, segurança hídrica, segurança alimentar, fundamental para a gente.

O uso de tecnologias do Governo Eletrônico que, para a gente, é uma fonte importante de desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil e um avanço fundamental na questão do controle e prevenção de doenças transmissíveis, além das negligenciadas.

Nós lançamos, semana passada, um plano muito ousado, muito ambicioso, para pesquisa da zika, chikungunya e dengue não só do combate ao vírus como o principal vetor, que são os mosquitos.

E iniciativas governamentais para trabalhar com o setor privado que, para a gente, como falei antes, é o grande desafio nosso, fazer essa interação entre pesquisa e setor produtivo e o setor de inovação. Determinante para a gente.

O terceiro desafio são as tecnologias críticas, a gente ter domínio sobre as mesmas. Aí a gente cita algumas delas que são determinantes para o futuro do País do ponto de vista do seu avanço tecnológico e inovador.

Aqui, as diretrizes nacionais, aqui para a gente são importantes, formação de recursos humanos. O fortalecimento da pesquisa da infraestrutura científica nossa. Já falei sobre isso, mas é importante, reforça a questão da inovação empresarial, determinante para a gente.

E o financiamento público, que não pode parar. 65% a 70% do que é investido em pesquisa e inovação no Brasil vêm da iniciativa pública, então, se vê como isso tem relevância para o País.

O Brasil tem que continuar com o Poder Público investindo na área.

E as abordagens transversais: a pesquisa básica, que é fundamental para depois chegarmos à pesquisa aplicada, e a dimensão social. Como já falei, precisamos utilizar a ciência e a tecnologia para ajudar a reduzir os hiatos sociais que nós temos.

Aqui é como se articula a nossa política de ciência, tecnologia e inovação.

Nos setores do Governo, as agências reguladoras, Anatel, Aneel, ANP, todas têm setores de pesquisa e também fundos que interagem conosco, e os Governos estaduais possuem fundações de apoio às pesquisas e o Conselho Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, que é importante. Hoje, inclusive, estou indo à Bahia, à tarde, para participar de uma reunião nacional da Confap.

Nas políticas de Estado, há todo um cruzamento dos diversos Ministérios que possuem políticas específicas na área de ciência e tecnologia. Eles interagem conosco através da Finep e do CNPq.

Há a academia, é importante a Academia Brasileira de Ciências, o SBPC, as associações de reitores e de universidades que interagem conosco.

Há também os setores vinculados aos movimentos sociais, notadamente às Centrais Sindicais, ao Movimento Sem Terra e a outros, e o setor de empresas, que, para nós, é muito importante. Temos procurado dialogar bastante com o setor produtivo em cima da lógica de que a pesquisa básica tem que estar voltada à pesquisa aplicada na articulação com o desenvolvimento de produtos, riqueza social e riqueza propriamente dita.

Essa é a nossa ENCTI, que é a nossa Estratégia Nacional de CT&I.

Aqui são alguns avanços que temos. Eu falaria, agora, rapidamente sobre a questão do Sirius.

O Sirius é um projeto ambicioso nosso. Estamos construindo em Campinas. É uma luz de síncrotron de quarta geração, fundamental para as pesquisas brasileiras avançarem. É referência mundial, inclusive, na área. É um investimento do PAC de US\$1,3 bilhão, que está com o seu cronograma em dia.

Do Reator Multipropósito Brasileiro, estamos iniciando a obra dele agora. Estamos desenvolvendo o projeto executivo dele. Em 2022, ele tornará o Brasil autossuficiente na produção de radiofármacos.

O navio Vital de Oliveira é um dos mais avançados navios de pesquisa do mundo. Ele já se encontra no Brasil e ajudou a pesquisar, por exemplo, a questão da contaminação do rio Doce quando ela chegou ao mar. Já ajudou nisso e está à disposição da comunidade científica brasileira.

O satélite, iremos lançá-lo até o final deste ano, importante.

O supercomputador Santos Dumont está para ser inaugurado a qualquer dia. Está dependendo de confirmação da data com a Presidenta. Está instalado no LNCC, em Petrópolis, que se transformará em referência mundial também em projeção de modelos pela sua capacidade de processamento de informações.

As outras também são iniciativas que temos no Ministério.

Aqui um balanço rápido do Ciência sem Fronteiras. Foram 92.880 bolsas implementadas. A distribuição das bolsas por regiões está nesse gráfico em verde, por região de origem dos nossos alunos que foram para o exterior. Os principais destinos, principais países a que enviamos nossos alunos são, notadamente, os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá e a França e as principais áreas de que enviamos foram as engenharias e demais áreas tecnológicas, que foi o centro dessa primeira fase do Ciência sem Fronteiras. Foram 41 mil brasileiros para o exterior e esse programa se estende até setembro deste ano.

Aqui a questão da diminuição das desigualdades regionais. O Ministério tem tido uma política estratégica de distribuição em todas as regiões de seus centros de pesquisa e institutos. O mapa dos anos 80 e dos anos 90 e o mapa atual, o terceiro, mostram uma redistribuição mais equitativa entre os Estados.

Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia são uma política nossa. Dizem respeito à criação de redes de pesquisadores em cima de determinados eixos.

Nós lançamos dois editais, um já em funcionamento, do outro devemos anunciar em abril ou maio o resultado, englobando um conjunto, vamos citar: 1.937 instituições de pesquisa; 6.794 pesquisadores, uma musculatura muito forte, e já produziu 70.389 registros de publicações acadêmicas. Então é um programa ambicioso que tem funcionado bem e que, agora, com o novo edital, irá expandir o conjunto de institutos de pesquisadores no Brasil.

W(Soa a campanha.)WW

O SR. CELSO PANSERA – Aqui a distribuição dos nossos institutos no País todo. Depois vou deixar essa apresentação à disposição da Comissão.

As principais tendências internacionais na área de ciência e tecnologia.

Vamos avançar um pouquinho aqui sobre nossas ações em 2016. É importante.

Primeiro, eu quero citar a estratégia nacional da ciência e tecnologia que nós estamos debatendo agora para apresentar o debate, em breve, ao Brasil.

Segundo, o programa lançado na semana passada, que é o Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes Aegyptis* e à Microcefalia, no eixo do desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa. Esse programa tem um orçamento de R\$1,2 bilhão. Suas principais ações vão daqui até 2017, mas, como envolve bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, ele se estende até 2020 e é um programa bastante ambicioso.

A Fonte de Luz Síncrotron, que estamos construindo em Campinas, que será um marco determinante na pesquisa brasileira; da questão do Reator Multipropósito também já falei anteriormente. O Brasil hoje importa os radiofármacos do Canadá. Em 2022, o Brasil para de importar remédios que usam a questão nuclear e passa a produzir o suficiente para a demanda interna, inclusive podendo passar a exportar radiofármacos.

A implantação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité, que tem previsão para começar a funcionar no início de 2017.

Há os estudos sobre fosfoetanolamina, que não são, digamos, o nosso maior investimento, mas que têm chamado a atenção da opinião pública brasileira, e aqui o Senado aprovou, inclusive, uma lei na semana retrasada. Nós, amanhã, iremos apresentar os novos estudos sobre essa questão e a nossa visão sobre como devem prosseguir essa questão para o uso do público. Da questão do fortalecimento da infraestrutura de pesquisa nós já falamos. Há os laboratórios multiusuários, que são aqueles laboratórios abertos para que qualquer pesquisador se inscreva e utilize Luz Síncrotron desses laboratórios. O nosso supercomputador no LNCC será multiusuário, ou seja, à disposição de toda comunidade científica e também do setor produtivo.

Aqui é a evolução dos gastos brasileiros do PIB em ciência, tecnologia e inovação de 2000 até agora, mas o último ano fechado foi 2013, que chegou a 1,66% do PIB em ciência, tecnologia e inovação, pesquisa e

desenvolvimento na área. Esse é o tamanho do Brasil, e o objetivo nosso é que o Brasil chegue a 2% do PIB até 2020. É o objetivo da nossa estratégia nacional; 2019, no caso, porque a estratégia foi até 2019.

Aqui são esses dispêndios um pouquinho mais detalhados, envolvendo federais, estaduais e setores da iniciativa privada. Então 1,66% em 2013, 0,93% disso, dispêndios públicos; 0,73%, da área empresarial.

Aqui o gráfico também falando o mesmo.

Aqui o nosso orçamento. Vocês podem ver a evolução, ele veio num crescente, houve uma redução em 2011, voltou a crescer e, neste ano, em função da retirada do Ciência sem Fronteiras do FNDCT e o contingenciamento do FNDCT até este momento, um corte drástico no nosso orçamento, na evolução do nosso orçamento, está aí o gráfico. Nós estamos negociando com o Governo.

E aqui eu vou rapidamente mostrar o que nós estamos fazendo, alternativas de enfrentamento ou contingenciamento. Depois eu avanço melhor.

Primeiro, a questão que nós estamos discutindo com o Governo – temos uma reunião agora, às 14h com o Ministério da Fazenda –, a redução do contingenciamento do FNDCT, que está muito duro, muito grande: cerca de R\$1,7 bilhão contingenciados. Então, nós estamos solicitando o desbloqueio imediato de R\$400 milhões desse fundo de reserva. Isso é muito importante.

O outro é a recomposição do nosso orçamento – quando ele veio aqui para o Congresso, houve um corte novamente dele – a fim de recompô-lo em níveis de 2015. Nós precisaríamos em torno de R\$1,25 bilhão.

A terceira iniciativa, que está bem avançada, é um financiamento junto ao BID. Nós já estivemos com o BID, já acertamos o tamanho do financiamento, que é de US\$1,4 bilhão. Seriam US\$200 milhões neste ano e US\$300 milhões nos próximos quatro anos. Seria dinheiro que entraria no CNPq e na Finep. Com isso, nós teríamos um aporte financeiro muito forte. Já temos o o.k. do Ministério do Planejamento, falta o o.k. do Ministério da Fazenda, o que nós esperamos resolver hoje à tarde com o Ministro Nelson Barbosa. A partir daí, falta a aprovação na Coflex. O BID nos garantiu que, se a Coflex aprovar isso até abril e enviar a carta para eles ainda até o final de abril, esse dinheiro entrará no Brasil, no nosso sistema, na Finep no segundo semestre deste ano. E US\$200 milhões são, ao câmbio de hoje, em torno de R\$800 milhões, o que nos dá um respiro e dá uma estabilidade para o sistema nos próximos quatro anos. Então, esse debate para nós é determinante hoje para que funcione. Após isso, nós vamos nos articular aqui. Precisaremos muito do Senado para aprovação desse empréstimo, para efetivação do mesmo. A nossa grande batalha hoje junto ao Governo é a aprovação desse empréstimo junto ao BID.

Isso aí eu já falei, isso é a questão do BID. Para nós, é determinante esse empréstimo. Por isso, esta reunião hoje é tão importante para nós.

Isso aí é mais detalhamento do próprio empréstimo, mostrando em que vamos investir: fortalecimento institucional, ou seja, fortalecimento da infraestrutura; fortalecimento das unidades de pesquisa; um eixo de pesquisa será segurança hídrica, energética e alimentar; e outro eixo é a questão da segurança cibernética. Hoje, temos um trabalho bastante avançado nessa área.

É isso aí.

Agora, estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

Ministro Celso Pansera, no ano passado, a nossa Comissão optou para avaliação de política pública o Ciência sem Fronteiras – por sinal, está aqui presente o eminente Senador Omar Aziz, que foi Relator dessa política na nossa Comissão no ano passado. O programa Ciência sem Fronteiras sofreu cortes, como o senhor falou há pouco, o que, certamente, daqui a pouco, o Senador Omar Aziz vai questionar. Neste ano, Ministro, nós estamos escolhendo para avaliação desta Comissão a política pública do setor da ciência e tecnologia. O que tem nos preocupado tem sido exatamente os contingenciamentos, sobre os quais V. Ex^a falou agora, ao final. Eu acho que nós podemos ir a um detalhamento maior.

A estrutura de política estratégica que V. Ex^a descreveu para nós agora, nessa sua dissertação, é uma estrutura que impressiona, que é muito bem organizada. A Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação tem exatamente como índole e vocação discutir isso, porque nós entendemos, nesta Comissão aqui, que ciência, tecnologia e inovação é um setor preponderante para o futuro do País. Então, por isso, o Senador Cristovam Buarque teve a inspiração. Tão logo ele saiu da Presidência, permanecendo, no entanto, na nossa Comissão, com a cultura e a experiência que tem, nós...

Trazê-lo aqui hoje exatamente para ver qual é o futuro, o que nós temos de concreto daqui para diante, em termos de recursos. V. Ex^a falou por alto, mas essa matéria é tão relevante que nós vamos ter que esmiuçar um pouco mais.

Na abertura, nós relembramos aqui quais são as receitas que alimentam esses fundos setoriais. São recursos do tesouro, é contribuição da Cide, é valor de *royalty* sobre petróleo e gás, é receita vinda da energia

elétrica, é receita vinda da exploração do sistema de comunicação e telecomunicações, é percentual de receitas da pesquisa científica, faturamento de empresas, etc., isso é, há recursos vindo de todos os lados.

No entanto, o que nós temos de concreto? Nesse particular, Ministro Pansera, gostaria que V. Ex^a, que vem dedicando todo o seu esforço para vingar esse Ministério, que é um Ministério importantíssimo, até pelas organizações que estão ligadas a ele, dissesse o que nós temos concretamente, além dessa sua informação final, de um corte de R\$1,700 bilhão, que realmente é um corte muito fundo. V. Ex^a diz que está indo hoje ao Ministro da Fazenda, para buscar mais recursos.

Então, uma primeira pergunta: nessa soma de receitas, quanto, ao menos na teoria – porque na prática, parece que o dinheiro não está entrando –, qual é o montante de recursos de todas essas instituições que o Ministério recebe anualmente? A primeira pergunta seria essa. E depois: o senhor acredita mesmo que o Governo, a braços com tantos problemas, dilemas que está vivendo sob o ponto de vista econômico-financeiro, vai liberar aquilo para que este Ministério tão importante, cuja titularidade V. Ex^a detém, consiga desenvolver esse trabalho? Nós queremos ter esperanças de que esse Ministério vai conseguir funcionar com esses recursos.

São essas duas perguntas que tomo a liberdade de fazer para início do nosso debate.

O SR. CELSO PANSERA – São muito pertinentes. Quero saudar também o Senador Omar Aziz.

Nós temos conversado com o Governo. O contingenciamento é fruto da crise fiscal pela qual o País passa. Não dá para a gente dourar a pílula e achar que vai funcionar como funcionou anteriormente à crise. Foi feito um esforço muito grande nos últimos anos. O setor se consolidou mesmo, é sólido, é muito forte. Nós temos hoje uma estrutura que funciona não só no Ministério como nas universidades públicas e em algumas universidades privadas, e também junto ao setor empresarial. Nós temos alguns acertos, algumas resoluções já tomadas com o Governo, com a Presidência. Uma é que o contingenciamento se dará aos poucos, do FNDCT, encerrando em 2019, voltando plenamente para o sistema em 2019, já que o Governo precisa, efetivamente, segurar os gastos públicos para sair dessa crise muito grande, apontar uma saída para a crise.

A outra é a questão de que 25% do fundo social ou aquele fundo do pré-sal venha ao setor de Ciência, Tecnologia e Inovação. Já está pronto o decreto, falta acertar detalhes com a Casa Civil para publicação. Então, seria 25% para a saúde, 25% para a educação, e 25% viriam para o nosso sistema, o que ajudaria, também, a encorpar neste momento os recursos. E também, depois do descontinenciamento disso a partir de 2019, isso se tornaria – vamos dizer assim – um ganho dentro do sistema.

A outra é esse empréstimo do BID, que para a gente é importante. É uma questão determinante para a gente. Significaria, neste ano já, a entrada de quase R\$800 milhões através da Finep e do CNPq, o que nos permitiria retomar algumas linhas de financiamento de bolsas, pesquisadores e institutos. Isso é dinheiro que entrou e você já pode gastar.

A outra questão seria o descontinenciamento imediato de R\$400 milhões do FNDCT, já neste ano também.

Com isso, teríamos o ingresso de recursos até o final do ano que permitirá o funcionamento do sistema, de todas as nossas organizações sociais e institutos e também o cumprimento daqueles compromissos que temos com bolsas, pesquisadores, etc.

Agora, há duas semanas, foi publicada a MP 716, que descontinencia R\$50 milhões do FNDCT para pesquisa da zika, então nisso já avançamos. Queríamos agora avançar no restante, nos outros R\$350 milhões.

Com isso e o dinheiro do BID, podemos dizer que o sistema fecha o ano bem, cumprindo os seus compromissos e mantendo o ritmo de iniciativas novas, perspectivas novas, para os próximos anos.

É óbvio que é um debate difícil, num momento duro para o Governo, mas nós estamos tratando com a devida seriedade e urgência que isso precisa. Ontem eu estive com o Ministro Jaques Wagner, conversando com ele especificamente sobre essa questão. Devo encontrá-lo, saio daqui e vou para lá conversar com ele. Depois, antes de ir para a Bahia, para o encontro das FAPs, vou até o Ministério da Fazenda exatamente para avançar naquilo que já avançamos com o Planejamento: ver se a Fazenda nos dá um cronograma disso e também se a Fazenda concorda com o empréstimo do BID, que, para nós, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu vou pedir-lhe, ainda mais uma vez, porque há divergências com relação a essa receita geral do Ministério com as várias procedências de recursos: atinge a quanto essa verba, que é uma pena não ter vindo para a ciência e tecnologia? Ao que se sabe, tem ido para o superávit primário. Qual é o montante que se direciona para o Ministério?

O SR. CELSO PANSERA – A previsão deste ano do contingenciamento é de enviar para nós R\$1,05 bilhão e contingenciar em torno de R\$1,6 bilhão do FNDCT.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Contingenciado?

O SR. CELSO PANSERA – Isso. Estamos solicitando a liberação de mais R\$350 milhões. Eram R\$400 milhões, já liberaram R\$50 milhões, estamos pedindo mais R\$350 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não é fácil.

O SR. CELSO PANSERA – O que há de novidade é que o Ciência sem Fronteiras saiu do FNDCT. Isso era uma exigência não só do Congresso, como também do sistema acadêmico brasileiro. Quanto a isso, avançamos na negociação com o Governo, e essa questão se resolveu.

Agora, temos que trabalhar. Existe um compromisso da Presidenta de, a cada, reduzir o contingenciamento e zerá-lo em 2019, em função da necessidade de formar superávit das contas públicas.

Então, temos que compreender, compreendemos isso. O que estamos discutindo é como fazer isso de uma forma que não prejudique o setor, que ele continue funcionando, mesmo em momento de crise, e a outra compensação seria o financiamento do BID, que nos dá esse fôlego para enfrentar este momento tão duro da situação fiscal brasileira do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu pergunto ao Senador Omar Aziz, que fez um belo relatório sobre o Ciência sem Fronteiras, portanto aprofundou o estudo sobre o Ciência sem Fronteiras, se tem alguma pergunta a respeito?

Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu teria, Presidente, Senador Lasier, ao Ministro Celso.

Primeiro, quero agradecer a gentileza com que o Ministro Celso sempre me atende quando é procurado por mim. Retorna as ligações. É um dos poucos ministros que fazem essa gentileza.

Eu tenho algumas perguntas e algumas sugestões a dar ao Ministro, até porque é uma oportunidade ímpar.

Eu sempre tenho dito que a Comissão de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm que ter um tratamento diferenciado. Sofremos nisso por não termos acreditado lá atrás em algumas potencialidades do Brasil e ficamos muito amarrados em algumas questões, na produção, no agronegócio. Fugimos um pouco do que a realidade mundial nos traz e nos mostra claramente sobre essa independência que os países desenvolvidos e um país como o Brasil teriam que ter em relação a algumas questões que são colocadas para o mundo.

Fizemos, no relatório, como disse o Senador Lasier, que foi aprovado aqui por todos os Senadores – era um relatório meu, mas com a participação de todos os Senadores –, algumas recomendações em relação ao Ciência sem Fronteiras.

Fizemos recomendações em relação à atividade-fim, quanto à importância que nós tínhamos que priorizar, quem deveria ir para trazer esse conhecimento de volta. Não dá para você fazer um investimento – já temos pouco dinheiro –, e não haver um retorno para a população brasileira, porque alguém está pagando essa conta: quando você pega um jovem e manda para o exterior, alguém está pagando essa conta, e é povo brasileiro.

E esse povo não tem o conhecimento da questão micro do que trata o Ciência sem Fronteiras. Ele tem conhecimento, através da mídia, de questões pontuais e sobre aquilo que traz de proveito. E, segundo inúmeras discussões que tivemos aqui, infelizmente muito pouco daquilo que se investiu trouxe um retorno.

E os jovens que vieram aqui falaram muito mais em intercâmbio, porque aprenderam a língua. São coisas que não correspondem à nossa atividade hoje. A nossa atividade-fim seria aquilo que podemos ensinar aos brasileiros que ficaram aqui, sacrificaram-se para outros irem para lá. Correto? Se nem todos podem ir, alguns têm que ir, aprender e trazer esse conhecimento, para que a gente possa potencializar.

Então, sobre as recomendações que fizemos nesse relatório, eu espero, Ministro – tenho certeza do seu compromisso com essa área, com essa pasta –, que o Ministério possa dar uma olhada com carinho, seus técnicos possam olhar com carinho as recomendações que foram feitas. E eu não vou entrar nem no detalhe da questão orçamentária, porque não é só a sua pasta, são todas as pastas que estão sofrendo cortes.

E muitas pessoas entendem o Ministério da Ciência e Tecnologia como um Ministério de atividade-meio. Eu não entendo a ciência e a tecnologia como atividade-meio. Eu entendo a ciência e a tecnologia como atividade-fim, assim como a saúde é uma atividade-fim, como a educação é uma atividade-fim e como outras áreas são atividade-fim e levam benefícios diretos à população.

Mas eu me reservo a tratar especificamente da experiência que tive como gestor. Como o Governador do Estado do Amazonas – fui Governador e, depois, fui reeleito Governador –, foquei muito na área do Fundo de Amparo à Pesquisa. Nós temos uma lei segundo a qual a arrecadação é sagrada: 1% da arrecadação do Estado é direcionado à pesquisa, fora os convênios que nós fizemos com a Capes, com outras instituições, para que a gente pudesse focar.

E eu me surpreendia, em feiras que ia, com pessoas que tinham recebido financiamento. Como era possível gerar muito emprego, conhecimento e beneficiar a população, às vezes, com poucos recursos. Mas eu tenho uma queixa: uma queixa que não é minha, uma queixa que é do meu Estado, do povo amazonense, dos amazônidas em si. E não é diferente no Rio Grande do Sul do Senador Lasier; não é diferente em outros Estados que têm potencialidades, e essas potencialidades são pouco exploradas – muito pouco exploradas!

Veja bem, eu tenho no Amazonas o CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia. Hoje, em qualquer discussão entra biotecnologia, entra Amazônia, entra preservação. E preservação é uma palavra bonita para quem não mora na Amazônia, para quem não sofre os problemas que nós temos na nossa região. Só para você ter uma ideia, Ministro, o meu Estado, o Estado do Amazonas, tem 1,5 milhão quilômetros quadrados; ele é maior que todos os nove Estados do Nordeste; todos os Estados do Nordeste não cabem no Amazonas; o Amazonas sozinho é maior do que todos os nove Estados que tem o Nordeste.

Mas eu não falo especificamente sobre o meu Estado, mas falo da região toda. E lá nós poderíamos ter hoje, por parte do Governo, se houvesse realmente interesse em resolver essa questão, fabuloso conhecimento da nossa região. Para você ter uma ideia, o Centro de Biotecnologia foi construído pelo Fernando Henrique Cardoso – você conhece, o senhor sabe do que eu estou falando.

Inclusive, um dos seus assessores, o Eron Bezerra, é lá da região e foi meu secretário de produção. Hoje, está servindo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e trabalhou comigo durante anos como secretário.

Há pouco a Senadora Vanessa, que é casada com o Eron Bezerra, estava aqui e pediu desculpas por não ficar. Mas ela é da minha região também, do meu Estado.

Sabe que se passaram 12 anos e não havia uma entidade jurídica para o CBA, por isso ele não funcionava, Senador Lasier. Veja bem, tinha que haver uma reunião entre o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior e a Casa Civil, para dar uma identidade jurídica a fim de captar recursos para se fazer pesquisa.

Agora se passou para o Inmetro. Nada contra o Inmetro. Mas eu venho lutando há muito tempo para que o CBA fique na pasta do Ministro da Ciência e Tecnologia. Não tem nada a ver indústria e comércio com pesquisa, principalmente com uma pesquisa avançada da nossa fauna e da nossa flora na nossa região. Não tem nada a ver com isso, absolutamente nada a ver com isso.

Ministro, uma das reivindicações que eu queria fazer é que o senhor lute para que a Pasta do Ministro da Ciência e Tecnologia fique com o CBA da Amazônia, para vermos se o Centro de Biotecnologia da Amazônia consegue, realmente, na prática, fazer as pesquisas necessárias para que possamos desenvolver a nossa região preservando as nossas florestas, preservando aquilo que o mundo todo quer que se preserve.

Isso no discurso é muito bom. Mas o caboclo que vive lá, o homem que vive naquela região precisa se alimentar, precisa se tratar, precisa de médico, precisa de uma série de serviços, e, infelizmente, o Poder Público não tem como chegar a todas essas regiões, a todos os locais que existem. Eu faço um apelo sobre essa questão do CBA.

Outra questão, Ministro: como governador, eu falei da minha experiência. Não estou me vangloriando nem nada, mas como gestor se aprende muita coisa. Mesmo que não se tenha conhecimento, com o tempo se passa a aprender. Eu tive uma reunião com a Samsung. Ela é uma das maiores indústrias de tecnologia do mundo, produz tecnologia. Para se ter uma ideia, hoje, mais de 90% dos televisores vendidos no Brasil são Samsung e LG; são duas coreanas. O P&D das indústrias, no meu Estado, é 5%. Nos outros Estados, é 4%.

Um dia eu fui convidado para ir a uma apresentação do trabalho de P&D do investimento que se estava fazendo. Sugeri isso à Presidente uma vez. Eu disse: Presidente, há muitas indústrias de outros países aqui cujo P&D poderia ser focado no sentido de que nós fizéssemos laboratórios e que, da Coreia, do Japão, da China, viessem pessoas, profissionais, recursos humanos, para que pudessem ensinar às pessoas do Brasil. Não seria nós irmos lá. Eles viriam aqui. Seria uma das condições para estar num País de mais de 200 milhões de brasileiros que consomem. E essas indústrias têm interesses comerciais, econômicos, de estarem aqui no Brasil. Não estão aqui porque nós somos bonitos ou feios. Não. Estão aqui porque existe um mercado consumidor muito grande.

Neste momento em que nós passamos por uma crise – e essa crise não será eterna –, talvez haja por parte dessas empresas um pequeno prejuízo. Mas isso vai passar. Devemos focar nesse intercâmbio em cima do P&D, para que as indústrias que fazem projeto de P&D e trazem alguns aplicativos...

Para se ter uma ideia, há gente fazendo aplicativo de celular com recursos de P&D. Nós temos que avançar muito mais nisso. Nessas indústrias, que se tragam recursos humanos dos países de origem, para que se possa fazer esse intercâmbio e os nossos jovens possam aprender alguma coisa aqui. Não custa nada você ter dentro de uma indústria dessa um laboratório para 50 ou 60 alunos, com recursos humanos de fora.

Até porque, Ministro, conversando com a Semp Toshiba, quando esta ainda existia – agora está com muita dificuldade –, chamei o Presidente e disse: vamos fazer uma indústria de semicondutores aqui no Amazonas, para que não precisemos mais importar esse material para produzir uma série de artefatos eletroeletrônicos produzidos no Brasil, principalmente na Zona Franca de Manaus.

A primeira coisa que ele disse: “Nós não temos recursos humanos. Para que a gente monte uma indústria de semicondutores, precisaríamos de mil engenheiros eletroeletrônicos, e nós não os temos no mercado”. Aqui nós não temos, mas a Índia deve ter uns dez milhões de engenheiros eletroeletrônicos. Nós não temos.

Nós não potencializamos os recursos humanos até hoje. E a gente não pode falar de forma nenhuma, Ministro, em pesquisa, em desenvolvimento, sem os recursos humanos. Não há pesquisa e desenvolvimento sem recursos humanos. Focar nessa questão.

Não é um trabalho a que a nossa geração vai assistir. Não. Mas se a gente não plantar isso hoje, as futuras gerações também não terão esse direito que nós não tivemos; nem a minha nem a sua geração – somos praticamente da mesma idade – tivemos esse direito de ter tecnologia – que não é essa coisa de outro mundo – produzida no Brasil, gerando emprego aqui e exportando essa tecnologia para outros países.

Eu vejo muita gente e discuto isso, às vezes sou mal interpretado, até porque a interpretação vem de cada um. Acho que tenho as minhas convicções. Sou engenheiro civil. Quando fiz universidade, a Universidade Federal do Amazonas não tinha nem laboratório de mecânica do solo, não tinha laboratório de materiais de construção. Tínhamos de utilizar a Escola Técnica Federal do Amazonas para fazer laboratório, para se ter uma ideia. Havia uma universidade com um curso de engenharia que não tinha laboratório. Estou falando da realidade da década de 80, não estou falando de agora. Hoje se avançou muito nisso.

Ministro, sem os recursos humanos não adianta termos propostas para ciência e tecnologia; não adianta chegar com a melhor proposta que não iremos a lugar nenhum. E os poucos recursos humanos que temos, precisamos focar na atividade-fim. É aquilo que vai para a prateleira, não é aquilo que vai para o currículo do pesquisador. Não. É aquilo que irá para a prateleira.

Quando se tem pouco, foca-se. Por exemplo, o Brasil todo tem uma queda de economia; no Amazonas é duas vezes mais. Qualquer pesquisa que se veja, qualquer... A economia do Amazonas caiu... Se a do Brasil caiu 8% a 9%, a do Amazonas caiu 16%. A média no Brasil é uma, a nossa é o dobro. Por quê? Porque os nossos materiais não são consumos de primeira necessidade.

Aparece uma televisão LED com vários aplicativos, mas você tem uma boa televisão, então você diz: “Não, agora não tenho dinheiro, não vou comprar essa televisão.” É diferente de comprar arroz e feijão. Por isso a nossa alternativa é ter conhecimento da nossa região, é mostrar ao Brasil que lá temos matéria-prima para resolver muitos problemas, só que o maior problema que temos é o próprio Brasil que não foca nessa região, que não investe nessa região e não quer ter conhecimento da nossa região.

Nós vemos matéria-prima nossa sendo patenteada em outros países! Vejam bem, patenteada em outros países! Até o cupuaçu, que é um fruto da nossa região, foi patenteado no Japão, uma vez, para se ter uma ideia. Então, essas coisas, Ministro, muitas vezes desestimulam o pesquisador de seguir essa carreira, de seguir esse caminho.

Eu acredito muito no seu trabalho. Sinceramente, tenho grande respeito pelo senhor. As pessoas ligadas a essa área me conhecem e sabem da minha preocupação em relação a essa questão, e eu não vejo outra saída para uma frase que digo há muitos anos, que não é minha, foi um amigo meu que me disse e eu sempre repito: Sem conhecimento, Senador Lasier, não há desenvolvimento em região nenhuma. Nós precisamos conhecer a nossa região para desenvolvê-la.

Era isso, Ministro. E eu queria que o senhor desse uma olhada, com muito carinho, nas recomendações que esta Comissão fez em relação ao Programa Ciência sem Fronteiras, que é um bom programa.

Ninguém aqui diz que não é um bom programa, mas precisa de alguns ajustes para que tenhamos um retorno maior para aquelas pessoas que não têm o direito de ir, a fim de que adquiram esse conhecimento no Brasil também.

O SR. CELSO PANSERA – Senador, vamos lá! Agradeço a sua fala, acho que foi bem consistente.

Primeiro, em relação ao Ciência sem Fronteiras, eu não lembro de todas as recomendações. Li o relatório da Comissão, mas sobre duas eu posso falar. Uma é que vamos investir mais em cursos de pós-graduação. A outra foi tirar o financiamento do FNDCT. Então, sobre essas duas questões tenho certeza de que já tomamos decisão.

Há outro debate que tem uma preponderância no Governo, mas não está resolvido, que é de investir ainda mais no Ciência sem Fronteiras na área de tecnologias e afins. Nós já mostramos no gráfico que a maior parte dos alunos foram eram das áreas de engenharias e ciência e tecnologia. Nós ampliariamos ainda mais essa margem para essas áreas de exatas voltadas para a área de produção, engenharias, etc.

Quanto à formação de recursos humanos, a sua fala é correta: o Brasil tem uma carência enorme. Quando vem crise, os engenheiros ficam de cabelo em pé, mas o fato é que o Brasil tem pouco engenheiro. A gente chega a brincar muitas vezes com o MEC dizendo que já que houve o Mais Médicos, pensar alguma coisa sobre Mais Engenheiros, não para importar, mas para ter um programa ousado, no Brasil, de formação de engenheiros.

A MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação) nos apresentou, há 15 ou 30 dias, uma proposta de reformulação dos cursos de engenharias no Brasil, tornando-os mais contemporâneos com aqueles da Europa, e é muito boa a proposta. Nós a recebemos, tanto eu quanto o Ministro da Educação. Eu gostei da proposta deles e talvez isso venha a ser um novo marco na formação da engenharia brasileira, tornando a engenharia

mais dinâmica e vinculada ao setor produtivo e às demandas do mundo moderno, ampliando o número de vagas na área de engenharia.

Muito correta a sua fala e é uma preocupação minha também. Então, temos de fato essa preocupação. E o MEC também tem essa preocupação. Talvez eu encaminhe para V. Ex^a, depois – vou pedir até para o Sávio me lembrar –, a proposta da MEI sobre essa questão, para que dê uma lida depois. É muito interessante a proposta que nos fizeram em relação às engenharias.

Especificamente quanto à questão do CBA. Nós avançamos bastante. Nós liberamos um pesquisador do Inpa para coordenar a reestruturação do CBA como organização social qualificada no nosso Ministério, no MDIC, na Defesa e no Meio Ambiente. Então, a ideia é de que o CBA se transforme, ainda neste ano, numa organização social com uma gestão diferente, como nós temos a experiência de outros institutos nossos, sem tantos vínculos, tantas amarras com as leis, como se fosse instituto público...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ministro, por que vinculado ao MDIC?

O SR. CELSO PANSERA – Ele continuaria... Ele terá um conselho...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas não tem nada a ver. Não tem nada a ver com o MDIC.

O SR. CELSO PANSERA – Esse é um debate que estamos fazendo ainda com o MDIC, mas ele deixa de pertencer ao Inmetro, que foi um arranjo, e passa a ser uma organização social qualificada nos quatro Ministérios e teria uma gestão mais dinâmica, como é o CNPEM e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, que conseguem, como organização social, ter uma gestão mais dinâmica, rápida e efetiva.

Isso já está andando, Senador, e a gente pode também, Sávio, passar um relatório para o Senador sobre em que pé está isso aí. Mas temos feito reuniões constantes sobre isso e anda bem.

Temos outro projeto de instalação, nos destacamentos do Exército, do antigo Projeto Calha Norte, na fronteira – são onze destacamentos –, de espaços para os pesquisadores. Hoje os nossos pesquisadores que precisam coletar amostras de terras, de biodiversidade, têm dificuldade de acessar esses rincões da Floresta Amazônica.

Então, isso já está acertado com a Defesa e falta fechar com a Casa Civil. A ideia é começarmos já neste ano, em um ou dois desses lugares construir um espaço, naqueles galpões, com alojamento para os pesquisadores e também para que possam dar o primeiro tratamento nas amostras, se for necessário congelar, etc. Ou seja, trabalhar dando um primeiro tratamento nas amostras ali no local, para depois transportá-las para as suas universidades, os seus institutos. Isso a gente acha que pode ajudar a expandir a fronteira de pesquisas nossas na Região Amazônica, como também consolidar a presença do Brasil, não só a Defesa mas também a área de pesquisa em ciência e tecnologia lá dentro.

Esse projeto anda rápido e nós conversamos com o Meio Ambiente, para que de novos recursos que chegarão para o Fundo Amazônia, ver se destinam-se 70 milhões neste ano e 70 milhões no ano que vem, para financiar esse projeto e também o CBA. É uma coisa que a gente pretende anunciar em breve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA – O Fundo Amazônia tem, mas está todo comprometido. Como existe um novo comprometimento da União Europeia de enviar mais US\$600 milhões... Não vem tudo de uma vez só; eles enviam uma parte, você executa, eles enviam o restante. Nós estamos conversando – já está bem avançado – para que a Finep receba 70 milhões neste ano, 70 milhões no ano que vem e execute isso em projetos de pesquisa na área da Amazônia, vinculados a esses centros que nós queremos fazer junto à Defesa e também ao CBA, vai encorpar bastante o volume de recursos para a região.

Eu respondi tudo?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Houve uma pergunta que V. Ex^a não respondeu e uma pergunta do Senador Aziz de que eu gostei muito, embora a gente veja a dificuldade: como atrair investidores que tragam o seu conhecimento para produzir, apresentar e nos transferi-lo aqui? E falou inclusive em grandes empresas multinacionais.

Eu me lembro, Ministro Pansera, de que quando a China começou a explodir em desenvolvimento, coisa de 20 anos atrás, eu até tive oportunidade de como jornalista ir duas vezes à China fazer reportagens para mostrar por que a China estava explodindo em desenvolvimento. Lá percebi uma estratégia muito simples que era atrair os grandes empreendedores mundiais, para que fossem ali trabalhar, com vantagens.

Eu me lembro de que era muito comum o governo chinês oferecer toda infraestrutura montada para a empresa que quisesse se instalar lá: terraplenagem, construção de prédios, instalação de energia, telefone,

toda infraestrutura. E mão de obra farta e barata. O empreendedor que lá chegava vindo da Itália, da França, dos Estados Unidos, enfim, grifes internacionais, etc., entrava com o capital e a tecnologia.

Como nós brasileiros não temos recursos, atualmente, esses contingenciamentos, de que já falamos aqui na abertura da nossa conversa de hoje, assustam-nos e nos decepcionam. A ciência, tecnologia e inovação é uma área decisiva para o desenvolvimento do Brasil, mas não tem sido possível apurar esses recursos porque são levados para outros setores mais urgentes do Governo, que enfrenta terríveis dramas fiscais, como V. Exª disse.

Então, há possibilidade de atrair, mediante alguma vantagem, ou criar uma política de desenvolvimento tecnológico de incentivo trazendo, quem sabe, para produzir tecnologicamente? Cientificamente? Foi isso que eu deduzi da pergunta do Senador Aziz. E acho que temos que começar a pensar, porque o Brasil, com a dimensão que tem, com os recursos naturais que tem, possui toda possibilidade de realmente se tornar um expoente mundial, mas custa-nos chegar a esse ponto.

O SR. CELSO PANSERA – Presidente, uma coisa é ter de enfrentar o drama. Não tem jeito. O Brasil tem que enfrentar essa questão.

Como falei antes, a pesquisa no Brasil depende muito de iniciativa pública: do Governo Federal e dos governos estaduais.

Os governos estaduais também estão passando por uma crise profunda. No meu Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o fundo de ciência e tecnologia é de 2% da arrecadação do ICMS. E na reestruturação para enfrentar a crise fiscal, o Governo enviou para a Alerj uma proposta de reduzir para 1%. Então se vê como a crise afeta essa área e como tal área é sensível.

Então, quais são os enfrentamentos necessários? O Parlamento brasileiro deu um grande passo no enfrentamento dessa questão, que foi a aprovação do novo marco legal, no passado.

Eu vou citar duas questões desse marco legal que para mim serão determinantes nos próximos anos para atrair recursos da iniciativa privada para a área de P&D. A primeira é a permissão de que universidades públicas e institutos públicos de pesquisa formem sociedades como sócios minoritários para projetos específicos de pesquisa, de P&D, juntamente com empresas, e passem a receber recursos a partir daí. Isso não era permitido, até então; era muito restrita a busca de recursos da iniciativa privada para uso pelas universidades. Era preciso criar artifícios através das fundações de apoio, etc. Agora, as próprias universidades ou os institutos poderão se associar diretamente. Nós temos recebido consultas de diversas universidades que já estão caminhando nesse sentido, com projetos até bem consistentes. Então, acho que isso tende a repercutir.

A outra é a mudança da lei, que permite que os pesquisadores, nossos professores, dediquem 416 horas/ano para essas pesquisas, porque até então estavam limitados a 240 horas/anos. Então, isso significa o quê? Que na média, oito horas por semana os professores e pesquisadores públicos brasileiros poderão se dedicar a projetos de pesquisa junto à iniciativa privada, dentro da sua infraestrutura da universidade, e ganhar por isso. Assim você aposta em que os setores mais dinâmicos das universidades irão se movimentar e buscar receitas para enfrentar o desafio.

Isso é um avanço necessário. Então, esse enfrentamento – vamos dizer assim –, o Legislativo brasileiro, ano passado, fez, sabiamente aprovou a lei, agora foi sancionada pelo Governo, pela Presidenta; nós vamos colocar agora, à disposição para consulta pública, toda a regulamentação, até o final desta semana, no site do MCT. Se eu disser que alguma coisa avançou e aponta para uma perspectiva positiva, é com relação a essa questão.

Existem outras iniciativas. O pessoal... Existe uma iniciativa do MEC com o Sistema S, de implantação de 60 grandes laboratórios em todo o Brasil, também nessa área de pesquisa e inovação junto ao empresariado. Essas coisas começam a repercutir nos próximos anos. Mas é um enfrentamento necessário, Senador Lasier. E se não fizermos isso, podemos perder outra oportunidade como as que já perdemos.

O Brasil soube, por exemplo, transformar a área de produção aeronáutica num grande caso de sucesso no Brasil. Nós temos de fazer isso também com outras áreas e não perder essas janelas de oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah é. Cumprimentos à capital baiana, que está de aniversário hoje.

Quantos anos, mesmo?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – 467 anos. A cidade está comemorando o seu dia. É óbvio que os soteropolitanos, com todo o esforço empreendido ao longo de todos esses anos, ainda reclamam muito de uma cidade que efetivamente cresceu, ou melhor, em certa medida inchou.

Hoje nós estamos até numa perspectiva positiva que é de a cidade ganhar uma estrutura de mobilidade compatível com as necessidades de uma cidade que durante muito tempo, na realidade se transformou numa Meca, exatamente por conta da concentração.

Salvador é uma cidade pobre do ponto de vista da sua renda. É uma das piores *per capita*s do Brasil, mas é uma cidade que por exemplo deveria encontrar a vocação nessa área, porque é onde temos um potencial enorme de criatividade.

Não é à toa que a gente tem inclusive uma enormidade de frentes nessa área de desenvolvimento de *software* ou da chamada economia criativa. É uma das coisas pelas quais a gente sempre batalhou. Eu, por exemplo, meu caro Presidente, quando cheguei ao Congresso Nacional, uma das primeiras batalhas foi com o Ministro da Ciência e Tecnologia, à época do governo Fernando Henrique, para que a gente pudesse instituir a política de parques tecnológicos. Uma das coisas, inclusive, meu caro amazonense ou amazonino... (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Fiz a provocação exatamente para... O cara pegou o nome simplesmente, mas você...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Amazonino foi três vezes governador do Amazonas, três vezes prefeito de Manaus, Senador da República e é um político que deixou um legado. Inclusive, a Universidade Estadual do Amazonas foi criada por ele e hoje a universidade está em todos os Municípios do Estado do Amazonas. Deixou um grande legado, é meu amigo pessoal e eu o respeito muito. Ser confundido com essa lenda do Amazonas é bom, agora, eu confundi-lo com o ACM, vai ser brincadeira, não é? (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu não o confundi com o Amazonino, Omar. Só quis fazer um trocadilho chamando a região com o nome de Amazonino.

Mas Omar, acho que é importante lembrar uma coisa, é uma política que a gente inclusive acabou de aprovar aqui, no Marco da Ciência e Tecnologia. Uma das questões centrais – aí eu volto a dizer por que eu estou tocando nessa questão de Salvador – seria termos a capacidade de homogeneizar e, ao mesmo tempo, capilarizar as políticas de ciência e tecnologia. Aliás, o povo do Amazonas até me é muito grato, porque, inclusive, o texto da atual lei de informática ainda é o texto vigente. De certa forma, nós travamos uma batalha enorme do Norte contra o Centro-Sul, particularmente até contra São Paulo. O texto da atual lei, inclusive, é de minha autoria. É uma emenda de minha autoria, quando eu era Deputado, que permitiu a gente ampliar o incentivo a Manaus, mas adotar uma política que fosse para além do incentivo, fosse uma política, inclusive, de estímulo ao desenvolvimento.

Falo muito de Salvador, que, meu caro Ministro, perdeu sua vocação industrial. Eu, por exemplo, morei durante muitos anos ao lado de uma fábrica de chocolate, na casa de meus pais. Depois de casado, eu voltei a morar nessa casa com meus filhos. Os três filhos chegaram a morar nessa casa. A menina que é a mais nova saiu pequeninha, mas chegou a morar. E havia uma campanha muito grande para desativar as unidades industriais da cidade de Salvador, sob a égide do combate à poluição. Eu morei junto de uma fábrica de chocolate e estudei junto de uma fábrica de cigarros. A escola pública em que eu estudei era junto da Souza Cruz e a fábrica de chocolate era chamada Chadler. Eu morava num bairro que se chama Uruguai e a minha rua era Sinagoga; de um lado havia a Palestina e do outro lado a Galileia. Só faltou... Hoje, na realidade, virou uma Faixa de Gaza.

É uma realidade dura e cruel. Essa Cidade Baixa, como é chamada, de Salvador, era mais por causa da península... Itapagipano, onde nós tínhamos fábricas têxteis, indústria de sabão... Toda essa parte foi desativada, era exatamente a região industrial da cidade de Salvador. Isso não foi substituído por absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – À exceção de uma grande montadora de automóveis...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A JAC “morta”. Não foi para lá, está lá a Ford, mas a JAC “morta” anunciou e não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas está perto de ir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso é para entender como é difícil de convivermos com esse processo atual. A Ford fica em Camaçari, que é uma cidade da região metropolitana de Salvador, é a nossa cidade industrial que abriga o Polo Petroquímico.

Essa é uma das áreas que acho mais importante discutirmos.

Quando ouvi aqui o questionamento tanto do Omar quanto o reforçado pelo Presidente, o que fazer para atrair investimentos, o marco aprovado por nós aqui abre uma perspectiva enorme disso, diferentemente daquilo que nós conseguimos aprovar em 1998.

Para se ter uma ideia, meu caro Presidente, eu comecei a colocar emenda para o Parque Tecnológico, em Salvador, já no ano de 1999; o nosso parque foi inaugurado em 2012. Eu venho de um setor em que a grande excelência nossa é o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, o nosso CPqD de Campinas, que teve toda uma política industrial. Eu dizia nesse instante ao Senador Flexa do desmonte da nossa política industrial.

Ministro, veja o que era o raciocínio da época. Eu venho do sistema Telebras. Quando ele foi constituído, adotávamos uma lógica: você tinha o desenvolvimento por parte da Telebras, que era *holding*, desenvolvimento para adotar práticas e ao mesmo tempo políticas no setor de telecom. Essa iniciativa era transformada em projeto, isso era conduzido para o CPqD para o desenvolvimento de todo um processo tecnológico, aí surgiu, por exemplo, a pesquisa com fibra ótica, naquela época, a pesquisa com as centrais trópicos, que resultaram, inclusive, numa importante unidade de fabricação no Brasil.

Citarei aqui para ver se todos se lembram: A Elebra foi uma indústria que chegou a fabricar as primeiras máquinas matriciais do Brasil. Vou citar algumas e vão dizer: “Isso é do tempo do ronca”, não, é do tempo de ontem. A Elebra fabricava uma impressora matricial chamada Alice e uma outra chamada Mônica. Por que a Elebra se estabeleceu no Brasil e invadiu essa área? A Elebra fabricava os enlaces, uma espécie de componente desenvolvido pelo nosso CPqD e adotado como prática para todo sistema Telebras, para resolvermos um problema de rede no País. Ajudar no processo de transmissão, eliminar a atenuação, criar as condições.

Depois disso, surgiram outras indústrias: a Embracon, em São Paulo, Socorro, Santo Amaro. Eu tive oportunidade de várias vezes fazer a aceitação de equipamentos nessa unidade, em São Paulo. De onde surgiu a Embracon? Para fornecer ao sistema Telebras. O desenvolvimento todo, Presidente, era do CPqD; o mercado era apresentado, as unidades do sistema Telebras do Brasil inteiro adquiriam esses equipamentos.

O que fabricava a Embracon? Um equipamento que, na prática, é um equipamento que você utiliza para superar a deficiência de infraestrutura de rede, o que a gente tanto debate hoje, a história de a banda larga ter condição de você passar um volume de dados.

Na época, utilizávamos um equipamento que chamávamos de multicanal. Ou seja, com um par a gente adotava a utilização desse multicanal e, por esse único par, a gente conseguia pendurar oito assinantes, que era a possibilidade de você atender. Ou seja, não havia condição de se trocar um cabo. Naquela época, usávamos muito os chamados cabos CTP-APL, um cabo de fio de cobre com capa de PVC de 1.800 ou de 2.400 mil pares. Quando você tinha a capacidade desse esgotada, fazia-se a multiplicação das facilidades de rede utilizando esses equipamentos desenvolvidos pelo CPqD e fabricados por indústria nacional, a Microlab, no Rio de Janeiro.

Portanto, uma política de desenvolvimento científico e tecnológico lincada numa política industrial para você desaguar. Por isso, meu caro Omar, é que não trouxemos a fabricação de semicondutores para cá, porque nós não temos uma política de desenvolvimento lincada com a política de desenvolvimento industrial. Quero aqui lembrar...

Eu falo dessas coisas, Omar, porque eu vivi isso intensamente aqui, no Congresso Nacional. Todo mundo sabe que essa foi a minha opção inclusive de atuação aqui no Parlamento. Eu briguei muito aqui, desde a época do Sérgio Motta. Com o ACM eu brigava quando ele estava no ministério eu era da Telebahia. Depois eu vim para cá e enfrentei Sérgio Motta no Ministério das Comunicações. No Ministério da Ciência e Tecnologia tive oportunidade de conviver com Sardenberg. Depois, nesse novo tempo, com diversos outros Ministros, inclusive com o ex-Governador Eduardo Campos, que chegou a ser Ministro da Ciência e Tecnologia.

Uma das brigas nossas, meu caro Pansera, era exatamente a gente ter a capacidade de fazer isso. Quando nós abrimos a disputa com a TV digital – eu fui autor do projeto para tentar disputar aquela loucura de a gente ter que adotar o padrão japonês de olho fechado –, nós fizemos uma proposta e tivemos o apoio do então Ministro das Comunicações Miro Teixeira. No início do governo Lula, Miro bancou. Quero dizer inclusive aqui – já disse várias vezes de público, mas é importante lembrar isto – que foi decisiva a posição do Ministro Miro Teixeira em aportar recursos para a gente fazer o desenvolvimento para a produção do *middleware* mais importante da TV digital no mundo hoje. Brasileiro nenhum dá valor e foi devolvido pela nossa turma. O Ginga é um *middleware*, ou seja, um *software*, uma interface que hoje dialoga com qualquer padrão, por isso que foi batizado de Ginga, jeito de corpo, porque ele dialoga com o padrão japonês, americano, com o padrão europeu e com o padrão chinês.

Portanto, quanto a esse desenvolvimento, meu caro Omar, na época, os japoneses prometeram ao Governo brasileiro – a Ministra da Casa Civil era, na época, inclusive, a atual Presidente da República – que os japoneses colocariam fábricas de semicondutores no Brasil. Inclusive, em conversa com vários técnicos da Samsung do Amazonas, fiz a pergunta uma vez, à Ministra da Casa Civil, se ela sabia onde havia efetivamente produção de semicondutores no mundo.

Nessa área não há, nem nos Estados Unidos e na Europa. O grande desenvolvedor americano leva seu bolachão para produzir na Ásia. Todos os quatro centros de produção, todos eles, os mais importantes, estão na Ásia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas, Senador Walter, V. Exª está respondendo, para mim, uma coisa que eu disse.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não estou respondendo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Está.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Estou fundamentando o que V.Exª acabou de dizer. O grande erro é esse, estou dizendo que V. Exª está correto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Excelência, o grande problema nosso é a falta de recursos humanos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Também, quando há política, a mesma vem junto com...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas, quem sabe, passamos esse dilema, esse problema ao Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso que estou tentando. Estou dizendo a ele o que é a política.

Bom, foi vendida uma proposta. Com esse negócio de recursos humanos, Ministro, o Ministério de V. Exª, inclusive – para V. Exª, que é Deputado –, apoiou, como o fez desde o ano passado, a participação de empresas brasileiras, inclusive, de várias empresas do Rio Grande do Sul, no mais importante congresso de tecnologia móvel do mundo, que é o Mobile, de Barcelona.

Ouvi lá, viu, meu caro Omar, de uma das empresas, de uma empresa inclusive sediada em Campinas... O dono da empresa disse: “Pinheiro, estou há não sei quanto tempo atrás de 110 profissionais”, em Campinas! De junto da Unicamp! Não é nem lá no Amazonas – eu sei que a Universidade Federal lá é importante, mas não tem a marca de uma Unicamp, tampouco na minha querida São Salvador, na nossa Universidade Federal da Bahia, na nossa Escola Politécnica. Campinas! A empresa me disse: “Estou atrás de 110 profissionais e não consigo contratar.”

Então, na realidade, Ministro, o desafio é este: como a gente supera isso adotando as políticas? Como a gente supera isso fazendo um *link* das coisas? Como a gente supera isso juntando os projetos?

Quando entrei aqui, ouvi o Senador Omar falando inclusive dessa questão do MDIC. Por exemplo, nós temos, Omar, uma coisa importantíssima para essa política de semicondutores. Nós temos algumas áreas de reservas no Brasil, inclusive a céu aberto, de silício. Para o silício virar semicondutor precisa ter cinco noves, ele precisa ter 99.999. Há um campo a céu aberto de silício a oito quilômetros da principal rodovia nacional, que é a 101.

Se você entrar no Google, meu caro Omar, você vai ver, parece neve. Em pleno verão, você vai conseguir ver lá, na cidade de Belmonte, na Bahia, um belo monte de sílica. No entanto, não temos política para isso. Poderíamos adotar, Ministro, junto com essa política de produzir células.

Aqui, aprovamos nesta Comissão, meu caro Flexa e meu caro Omar, a proposta para a gente renovar o incentivo para a questão de células. O Governo vetou, alegando que nós teríamos, inclusive, perda de receita. Perda de receita onde, cara-pálida, se não recebemos absolutamente nada disso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma incoerência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Padis. Também tive oportunidade de participar da elaboração desse programa quando era Deputado. Aqui, meu caro Lasier, nós aprovamos a renovação desse programa com a inclusão das células, para inclusive caminharmos nessa direção de política industrial, caminhar nessa política de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vamos passar para o Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, eu quero concluir, eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito boa sua explanação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não é uma questão de explanação. Tivemos uma conversa dessa com o Ministro Aldo, é importante que chamemos a atenção do Ministro, que tem demonstrado não só empenho, como uma dedicação enorme nessa área. Mas é preciso primeiro, para chegarmos na inovação, vencermos essas barreiras.

Lamentavelmente, costumamos sempre dizer que Ciência e Tecnologia é preponderante para o desenvolvimento, mas quando se chega na própria definição de governo, Ciência e Tecnologia é tratada como subproduto ou como Ministério sem importância.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o que nós queremos combater nesta Comissão, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Acho importante que tenhamos capacidade de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Queremos levantar esse valor que tem a nossa Comissão.

Como o Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... está precisando se retirar para ir a uma outra Comissão, vou passar ao seu questionamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, Ministro Celso Pansera...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje ficou assentado aqui que a pronúncia correta é Pansera.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É Pansera. Desculpe-me o erro de pronúncia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São os cariocas que sempre abrem o e.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ministro, depois dessa aula do Senador Walter Pinheiro, que é, sem sombra de dúvidas, o Senador daqui da CCT que ensina todos nós sobre a questão da tecnologia, em especial tecnologia das comunicações, de onde ele é oriundo, buscamos sempre, não só nessa área, mas em outras áreas, adquirir o conhecimento que ele nos transfere.

O Senador Omar Aziz, amazônida como eu, colocou as questões que dizem respeito à nossa região.

Ministro, eu tive a honra de presidir a CCT quatro anos atrás. Fui o segundo Presidente, o primeiro foi o Senador Wellington Salgado, depois eu o substituí. Até cumprimentei o Senador Lasier Martins, que, no dia da sua posse, disse que daria destaque à área de ciência e tecnologia. Porque a área de comunicação da Comissão praticamente tomava o espaço e a ciência e tecnologia eram esquecidas.

Quando assumi a presidência, fiz exatamente isto: puxei para a discussão a questão da ciência e tecnologia. Fizemos várias audiências, que estão nos *Anais do Senado*, das Comissões. Lamentavelmente, Ministro, passaram daquele tempo para cá eu acho que uns cinco Ministros da Ciência e Tecnologia. Que eu lembre, rapidamente, o Ministro Mercadante, o Ministro Raupp, o Ministro Aldo Rebelo e agora V. Ex^a. São cinco Ministros, praticamente um por ano.

Como se pode fazer um programa de incentivo de ciência e tecnologia quando há mudanças de comando no Ministério e, o que é pior, Senador Walter Pinheiro, não há um projeto de Governo voltado à ciência e tecnologia?

Se não há para o Brasil – e o Senador Walter Pinheiro se referia à dificuldade lá em Campinas, no Estado mais desenvolvido do nosso País, em encontrar cem especialistas na área de tecnologia para atender à demanda na indústria –, imaginem na Amazônia!

Então, a luta, Ministro é realmente... Eu não tenho de cabeça os números, mas a relação entre o número de doutores na Amazônia e em outras regiões do Brasil é algo que espanta. Contudo, nós sabemos que a Amazônia está recebendo pesquisadores de outras nações e que não aparecem. Eles estão nas ONGs. Eles estão acobertados pelas ONGs, mas eles estão fazendo pesquisas, levando princípios ativos da nossa região para serem pesquisados lá fora.

Tivemos um caso clássico, Senador Lasier: o nosso cupuaçu foi patenteado no Japão!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi falado há pouco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. Foi patenteado no Japão! Então, o amazônida, para usar o cupuaçu, teria que pagar a patente para quem a tinha tirado no Japão. Graças a Deus, derrubou-se a patente.

Já colocamos o açaí também na lista para ser protegido, porque, daqui a pouco, vão patentear o açaí como não sendo fruto da Amazônia.

Eu pediria a V. Ex^a, Ministro, uma atenção especial para a Região Amazônica. Não tem como haver um incentivo para levar os pesquisadores para lá? Eles não vão para lá. Lá nós temos, decantada, em prosa e verso, a maior biodiversidade do mundo. Para quê isso? Para quem? Para nós, brasileiros? Ou para os estrangeiros que estão lá? Eles estão pesquisando! Eles estão pesquisando!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse seu pronunciamento é oportuníssimo. É uma denúncia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É uma verdade!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª tem toda a razão! São plantas, são frutas, são microorganismos que os estrangeiros estão explorando e estão patenteando lá fora. E nós não temos uma política que atinja isso.

Então, a sua pergunta para o Ministro é muito bem encaminhada, muito oportuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Que tipo de incentivo podemos dar para que tenhamos pesquisadores brasileiros levados para a Amazônia? Porque, se não tiverem incentivo, vão ficar em São Paulo, vão ficar em Campinas.

Lá no Pará, nós temos institutos de pesquisa de renome internacional. Nós temos o Instituto Evandro Chagas. Hoje, é um pesquisador do Evandro Chagas que dirige, no mundo inteiro, a busca da vacina de combate à zika. É um pesquisador lá do Evandro Chagas, do Pará. Mas o Evandro Chagas não tem recursos para fazer a pesquisa!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Museu Emílio Goeldi é outro ponto de referência internacional. Estão querendo até dar um abraço no Museu Emílio Goeldi, porque ele está para ser fechado por falta de recursos.

Por último, Ministro, eu luto há sete anos para levar para o Pará, pela Universidade Federal do Pará, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Todos os Ministros que passaram por aqui – esses que foram aqui citados, com exceção de V. Exª, com quem ainda não conversei sobre o assunto –, todos eles, alguns em audiência pública, comprometeram-se, assumiram o compromisso de que iriam fazer a instalação do CBPF no Pará. A Universidade Federal do Pará já cedeu o terreno, enquanto não há dotações... E olha que estão falando em sete anos para construir a unidade do centro lá. Ela disponibilizou uma área física já construída, com laboratório, para que pudessem iniciar as atividades do CBPF no Estado.

Há parecer favorável do não sei se é Presidente ou Diretor do CBPF – parecer favorável. Ele quer ir para lá. Ele quer ir para lá. Seria praticamente sem ônus para o CBPF, no início, porque era só abrir uma lotação de dois ou três pesquisadores lá e estaria resolvido. O resto a universidade bancaria.

Nós já temos lá o doutorado em Física. São 15 doutores formados na Universidade Federal do Pará, e não conseguimos levar uma unidade do CBPF para o nosso Estado. Então, eu pediria a V. Exª que pudesse resgatar, no Ministério, todas essas tratativas, todas as reuniões que foram feitas, todos os compromissos que foram assumidos pelos ministros anteriores e que V. Exª fosse o Ministro que efetivamente pudesse fazer a implantação da unidade do CBPF na Universidade Federal do Pará.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. CELSO PANSERA – Quero saudar o Senador Walter Pinheiro. Estarei em Salvador, agora à tarde, em um...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Um encontro de secretários de ciência e tecnologia.

O SR. CELSO PANSERA – Eu irei para o encerramento lá. É um prazer. É uma chegada e saída rápida, mas irei para lá.

Senador Ivo Cassol, sobre essa questão da interrupção, da intermitência do investimento em PID no Brasil, nos últimos anos, eu diria que, se acompanharmos o gráfico tanto do que é investido do montante do PIB quanto dos recursos próprios do Ministério de Ciência e de Tecnologia e do MEC voltado para a universidade, vê-se que há uma constância de crescimento. Nesse último ano, o corte foi duro, em função da crise, que é muito grande.

A questão é que o atraso brasileiro era muito grande. Então, não é fácil vencer, numa área tão sensível, tão dinâmica e que avança tão rapidamente, os desafios de uma forma razoável. Eu citei o exemplo da indústria aeronáutica, mas eu poderia citar o exemplo da indústria da área espacial, em que o Brasil está indo muito bem e pode, até meados da década de 20, tornar-se um importante polo de produção de tecnologia e de produtos em nível mundial, como é a indústria aeronáutica. Não pode é parar de investir.

Então, é muito importante que nós estejamos negociando a encomenda de um novo satélite pelos Ministérios das Comunicações e de Defesa para que não parem os nossos projetos de produção de tecnologia na área de transferência de tecnologia da França, particularmente, para o Brasil. Isso está avançando bastante e há uma avaliação de que é um setor que pode se consolidar. Na área de biomassas, por exemplo, nós temos que avançar também.

Quando eu falei que para nós é uma batalha crucial o financiamento do BID, é porque esse dinheiro nos permite, em quatro anos, ter uma constância de entrada de recursos, *cash*, financeiro mesmo, na Finep e no CNPq, que permitirá continuarmos com o CT-INFRA, que é um programa de investimento em infraestrutura nas universidades e nos institutos de pesquisa. É determinante para nós a formação de recursos humanos. É

determinante para nós... Já fiz aquela brincadeira do médico e de mais engenheiros. O Brasil precisa realmente avançar nessa questão, Senador Walter Pinheiro.

Sobre energias limpas, eu estive, inclusive, com o Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, na semana passada, sobre a questão da instalação de um laboratório de certificação no Nordeste. A ideia é criar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA – Exatamente. É importante o Brasil ter um laboratório de certificação de segurança na área de equipamentos de energia limpa, porque o Brasil começa a se destacar na área e precisa de um lugar que certifique a segurança, a funcionalidade e a eficiência desses equipamentos. Então, existe uma chamada pública para que nós venhamos a instalar um ou dois...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A ideia é que esse centro, Ministro, faça, inclusive, certificação para essa área que V. Exª citou, que é a área de aviação.

O SR. CELSO PANSERA – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É outro problema. Nós não temos no Brasil.

O SR. CELSO PANSERA – Exato. Nós estamos querendo avançar na área de segurança. Quando falamos de segurança cibernética, tem a ver com a área de aviação, porque é um setor muito sensível, que precisa de produção de *software* no Brasil, para que nós tenhamos segurança.

Por isso nós incluímos segurança cibernética no projeto do BID, em razão da sensibilidade do assunto para o mundo moderno.

Quanto ao contingenciamento, é inevitável, pelo tamanho da crise. O nosso enfrentamento está em reduzir o contingenciamento e conseguir dinheiro de mecanismos multilaterais. Não há outra saída. Precisamos que isso seja aprovado pela Fazenda, sob o risco de termos que interromper, de fato, alguns programas bem avaliados e muito positivos na área de pesquisa de P&D. Nós vamos trabalhar nesse sentido, e contamos com o apoio importante do Senado nessa questão.

Eu trabalhei com a Alice e com a Mônica e também com um computador chamado Cisne, da Scopus. Sou antigo nessa área também. Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA – Com relação aos vetos, Senador Walter, eu acho que, no ano passado, quando o Governo se deu conta do tamanho da crise, saiu buscando recursos onde era possível, inclusive com a Lei do Bem, para 2016 – o prazo se encerrou, a matéria não foi votada e deixou de ter validade. O Governo buscou alternativas para a questão fiscal. No sufoco, você erra e acerta. A crise está clara, ela é profunda mesmo, nós conseguimos analisá-la com mais sobriedade e buscar alternativas, mas não há saída, é com negociação e pressão, e isso fazemos bastante.

O Senador Flexa Ribeiro abordou a questão dos desequilíbrios regionais. Em um dos mapas da minha apresentação, que ficará à disposição de V. Exªs, eu mostrei o esforço que o Ministério tem feito nos últimos anos para distribuir mais equitativamente as verbas, os recursos para pesquisa, a fim de contemplar particularmente o Nordeste e o Norte. Na próxima semana, vamos lançar um edital com recursos do Funtel para pesquisa e inovação. Consta no edital que 30% dos recursos serão destinados para iniciativas no Norte e no Nordeste, exatamente para buscar corrigir um pouco esses desequilíbrios regionais, tanto em recursos humanos como em infraestrutura. É importante esse enfrentamento, não há como não fazer.

Eu tenho andado pelo Brasil todo e percebi que, nos últimos anos, não apenas as universidades federais como seus *campi* se expandiram para o interior dos Estados. Isso nos permite ter uma perspectiva de que, na próxima década, também haverá no interior dos Estados do Norte e do Nordeste centros de pesquisa, pois existe muita massa crítica para isso. O que não pode é interromper o investimento em bolsas para doutoramento, pós-doutoramento e infraestrutura. Nós temos cuidado disso e temos nos preocupado com isso.

Quanto ao Amazonas, eu já falei sobre o CBA, que nós elegemos como enfrentamento principal para a questão amazônica transformar o CBA em uma AOS. Avançamos bastante nisso. É muito importante a instalação de centros de apoio aos pesquisadores nos destacamentos de fronteira. Esse programa já está aprovado, estamos aguardando o momento de lançá-lo. Queremos avançar na questão dos destacamentos. É uma preocupação dos dois Senadores daquela região e, com certeza, uma preocupação do Senador Ivo Cassol também, que não falou ainda, e nós estamos fazendo esse enfrentamento.

Em relação à CBPF na Universidade Federal do Pará, esse debate existe no Ministério. O que faltou, e falta obviamente, foi recurso e tempo para fazer todas essas coisas, mas, resolvendo o CBA, com certeza, o CBPF na UFPA será a próxima iniciativa do Ministério para a Região Norte.

Sobre a descontinuidade do Ministério, ontem, em função da situação política, recebi algumas ligações de pesquisadores que têm liderança na área, perguntando sobre a questão da continuidade do Ministério.

Todos os projetos que o Ministro Aldo havia acertado com a Academia Brasileira de Ciências e com o SBPC adotei como prioridade no Ministério. Não paramos nenhum deles, porque a ciência precisa de tempo para maturar suas ideias e seus avanços.

Então, cientes dessa questão da instabilidade política, adotamos como compromisso todos os compromissos assumidos pelo Ministro Aldo, estamos dando continuidade a todos eles e achamos fundamental isso. Por isso, falo do CBA, falo dos destacamentos da fronteira, falo do empréstimo do BID, falo da regulamentação do novo marco legal, falo desse conjunto de iniciativas, como o Edital Universal, que lançamos agora em janeiro com o CNPq e com a Capes. Todas as iniciativas tomadas pelo Ministro Aldo nós as assumimos como compromisso, para darmos continuidade. E temos dado continuidade a esse compromisso, exatamente para que o sistema não sinta esse impacto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É importante V. Ex^a declarar isso, Ministro Pansera, porque hoje, como estamos acompanhando, é um dia bastante conflagrado. V. Ex^a é um Ministro do PMDB. Ao que tudo indica – há indícios neste sentido –, o PMDB deixará o Governo. Mas alguns Ministros, certamente, para não desativar o que vem sendo feito, vão permanecer por algum tempo. Parece que esse é o caso de V. Ex^a. Inclusive, recebemos notícias, hoje, pela manhã, de que as entidades científicas estão pedindo que V. Ex^a não saia do Ministério. Não sabemos ainda o que vai acontecer. Pode ser que V. Ex^a fique por 30 dias ou mais. Pode acontecer também de o PMDB assumir o Governo, não sei. Aí quem sabe V. Ex^a, sendo do PMDB, vai continuar no Ministério? Tudo é imprevisível.

Mas acho que seria oportuno V. Ex^a declarar aqui qual é a tendência, o que V. Ex^a está pensando sobre tudo isso, já que V. Ex^a estruturou um projeto muito interessante, que foi exposto aqui no início da sua fala. Então, o que está por acontecer? Como V. Ex^a interpreta este momento que estamos vivendo?

Esse Ministério tem uma relação íntima com nossa Comissão, porque nossa Comissão está muito interessada em ver também a continuidade de trabalhos. Foi dito aqui há pouco pelo Senador Flexa que há mudança no Ministério, praticamente, a cada ano. Todos os anos, muda! Ora, quando vamos ter uma política sólida, próspera, produtiva, se muda a toda hora? Como é que V. Ex^a encara essa situação?

O SR. CELSO PANSERA – Estive ontem com a Presidenta e com o Vice-Presidente. Conversei com ambos.

A minha posição é clara: sempre fui e sou contra o *impeachment*. Como Deputado, vou votar contra o *impeachment*. Acho que ainda não existe o fato que determina o *impeachment*. Essa é uma batalha minha. Obviamente, o *impeachment* é um mecanismo constitucional, mas ele tem de ser cumprido a rigor. Ontem, tanto o pedido da OAB quanto a fala dos Ministros do STF foram claros. O Ministro do STF falou que é um dispositivo legal que está na Constituição e que o Congresso é que decide. Agora, tem de decidir em cima de fato determinante, o que, para mim, não existe. Mesmo os argumentos colocados ontem pela OAB não me convenceram disso. Então, essa é a minha posição em relação ao *impeachment*.

Em relação à manutenção no Ministério, vou aguardar a resolução que será aprovada ou não, hoje à tarde, na reunião do Partido. Já comuniquei ao Presidente do meu Partido, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, que meu desejo é o de continuar trabalhando no Ministério.

Fizemos reuniões com toda a minha equipe na semana passada. Não vamos parar nenhuma iniciativa, tanto que estou aqui hoje, cumprindo minha agenda. Tenho depois reunião na Casa Civil, reunião da Fazenda. Vou para a Bahia, retorno da Bahia. Amanhã, tenho reunião sobre a “fosfo”. Há um conjunto de agendas no Rio de janeiro à tarde. Vou manter minha agenda normal.

Estamos cuidando do Ministério. Vamos ter serenidade para avaliar os fatos, os próximos fatos. Falei, inclusive, em público e falei para os dirigentes do meu Partido – há até uma citação minha hoje na *Folha de S. Paulo* – que não acho que a luta política tem de ser levada a este extremo de se desmontarem equipes que estão tocando Ministérios. Nem falo do meu Ministério. Mas os da Saúde, da Agricultura e da Energia são Ministérios determinantes, que têm impactos imediatos.

E eu tenho colocado que acho um erro levar a luta política, que é legítima e existe em função da crise, para esse extremo.

Então, essa é a minha disposição, que comuniquei à Presidenta. Depois da resolução, ela que vai nos convidar ou não para permanecer; nós vamos conversar. Eu estive com o Líder Picciani ontem à noite, num conjunto de Deputados do PMDB, e conversamos. Fizemos uma grande reunião com Deputados do PMDB ontem, com o Líder Picciani, e também comuniquei ao Vice-Presidente da República, Michel Temer, da minha disposição.

Por mim, a minha equipe continua trabalhando lá no Ministério até que essa crise tenha um desfecho, e, a partir daí, obviamente, com certeza serão tomadas as iniciativas necessárias.

Então, essa é a minha posição. O meu Ministério e a minha equipe continuarão o trabalho, com todos cumprindo seus horários, que são puxados. Hoje, por exemplo, neste momento, o Manoel Fonseca, que é o Secretário de Políticas de Informática, está dando uma palestra na Bahia. Também está presente na reunião o Jailson, um pesquisador da Universidade Federal da Bahia que trabalha na minha equipe. Então, nós estamos trabalhando normalmente, dentro desse ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem. Muito obrigado pela resposta, Ministro.

V. Ex^a falou também agora em fosfoetanolamina. E, quando se fala em fosfoetanolamina, fala-se em Senador Cassol. É um batalhador pela comprovação da eficácia desse medicamento. E, antes de lhe passar a palavra, Senador Cassol, já no início da sua fala, o Ministro Pansera disse que, numa coordenação conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia com a Saúde, foi anunciada uma verba de R\$10 milhões para financiamento da pesquisa. Então, estou apenas lhe passando esta informação, para abrir caminho à sua pergunta e ao seu pronunciamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente, nosso Líder, Senador Lasier. Quero também cumprimentar o Ministro Celso Pansera.

Em primeiro lugar, eu só quero pedir ao nosso Ministro – eu já estive conversando com ele várias vezes – o apoio, a ajuda para que não deixe a Anvisa interceder, perante a Presidenta da República, pelo veto ao Projeto de Lei do Senado nº 3/2016, que nós aprovamos. Fomos muito criticados por alguns políticos, por alguns colegas, dizendo que nós, aqui no Senado, não poderíamos ter feito isso, porque quem tinha de fazer era a Anvisa.

Eu fico triste porque, quando é para falar de *impeachment*, todo mundo fala; quando é para falar de cassação de Deputado, todo mundo fala; quando é para falar de aumentar imposto, todo mundo fala que nós temos de aprovar o aumento; quando nós temos de aprovar o orçamento, aprovar isso ou aquilo, tudo está certo; agora, quando é para liberar um medicamento para defender a vida, nós não podemos.

Eu fico indignado, porque, como Senador da República, eu fui eleito pelo povo do meu Estado de Rondônia para defender os interesses não só do povo de Rondônia, como até do Rio Grande do Sul e do Brasil afora. Nós somos Senadores do Brasil. E é inaceitável quando alguém vem aqui e diz que nós não podemos aprovar uma lei, mesmo em estado precário, porque nós estamos aqui aprovando em estado emergencial – como se diz, em estado precário –, mas até que se liberem as conclusões das pesquisas.

Se as pessoas já diagnosticadas com câncer tentaram tratamentos e não houve efeito, não é justo tirar o direito dessas pessoas de continuarem vivendo, o direito de terem outra expectativa de vida. Não temos o direito de tirar a fé dessas pessoas. Nós não temos esse direito. É como disse uma paciente de câncer no programa do Ratinho – e eu quero até parabenizar o Ratinho por ter comprado essa briga... Não sei qual é o país que, quando o sentenciado vai para a cadeira da morte, ele tem o direito de fazer o último pedido. Aqui nem o último pedido o pessoal tem o direito de fazer, porque dizem que a Anvisa não deixa.

Bom, já houve efeito, conforme alguns relatórios aqui. Eu quero dizer, Sr. Ministro, que os relatórios são tendenciosos, porque esses mesmos pesquisadores defendem laboratórios!

Eu vou dar o testemunho, Ministro, da minha vivência, de pessoas próximas a mim que estão tomando o medicamento; estavam na cama, já tinham encomendado a missa de sétimo dia, Senador Lasier, o médico já tinha desenganado, começaram a tomar o medicamento, a pílula do câncer, começaram a tomar a fosfo e, uma semana depois, já voltaram a comer, a se alimentar normalmente. Vinte dias depois, já estavam com a atividade normal da vida.

Na última quarta-feira, veio a filha desse amigo meu, que mora no Travessão da Linha 192 para 96, no Município de Rolim de Moura. Ela estava em Porto Velho, desesperada, porque fazia dez dias que o pai dela não tinha mais os comprimidos. E o pai dela, na última terça-feira – ontem fez oito, nove dias –, já tinha voltado para o hospital de novo porque teve a recaída do câncer.

Eu tenho outra amiga da cidade de Rolim de Moura, advogada, conhecida na cidade, que está de cama, não conseguindo nem andar nem caminhar. Ela começou a tomar o medicamento e, 20 dias depois, já estava dirigindo, estava com sua atividade normal.

Senador Lasier, eu não consigo entender. Eu acho que há médico que vem falar que não dá certo porque ele quer defender o que dá dinheiro. O que é que dá dinheiro? A fosfo dá dinheiro? Não dá. A fosfo não dá dinheiro nem para laboratório nem para alguns médicos que só pensam no dinheiro. Mas alguns profissionais... Há muito profissional bom, Ministro. Há alguns profissionais sérios.

O que acontece? Nesse trabalho que está sendo feito, mesmo que tenham sido colocados 10 milhões à disposição, nós estamos há cinco meses e não foram gastos nem dois, porque a maioria foi contingenciada, a maioria não consegue ser liberada. É igual perna de cobra, todo mundo fala que tem, mas ninguém vê.

Eu sei que o senhor tem vontade, tem garra. Não o estou criticando, não, mas este Governo, na verdade, está paralisado, está parado. Tanto é verdade que estou, há quatro meses, cinco meses, para marcar uma audiência com a Presidente Dilma. Eu não consigo falar com a Presidente Dilma. No dia que ela souber que há votação aqui, no Senado, vão me chamar para falar comigo. Aí eu não vou querer falar com ela, eu não preciso mais falar com ela, porque ela não me deu prerrogativa de, como Senador, defender o povo, num projeto de defesa da vida.

E, se ela não conseguiu ganhar o povo brasileiro pelo projeto da economia, pelo desemprego, pela situação econômica em que está o Brasil, por que ela não ganhou as pessoas pelo coração? Por que ela não ganhou as pessoas pelo corpo? Porque o câncer dá naquele que tem a cesta básica, e o câncer dá em juiz, promotor, Senador e em Presidente da República, como ela também teve. Então, ninguém escapa disso. Pode ter o dinheiro que for, no tratamento convencional, por mais que alguns sejam bons, nem para tudo há solução. Então, não podemos desperdiçar.

Eu espero que a Presidente Dilma não ouça a Anvisa, porque infelizmente, dentro da Anvisa, quando é para aprovar o Yervoy... No mês de março do ano passado, em 90 dias, aprovaram o Yervoy, que custa R\$240, cinco ampolas, e que não cura o câncer, só prolonga a vida por mais alguns dias ou algum mês – R\$240, aí pode. Para a quimioterapia, a radioterapia, que mutila as pessoas, aí pode, está aprovado, está autorizado. Concordo, não há nada de mal.

E uma coisa, Ministro Celso Pansera, que eu descobri, nosso Senador e Presidente da CCT, Lasier... Sabe o que eu descobri, Senador? Que a maioria... Olha o que existe de amigos e amigas que estão com câncer. A primeira coisa que a pessoa faz quando está com câncer é se isolar. A mulher já se sente mutilada desde o começo, porque, quando ela toma a primeira quimioterapia, já perde os cabelos ou tem que tirar o seio. Então, ela mesma se rejeita pela própria situação. Ela mesma se rejeita.

O que acontece? Quando eu estou falando aqui, é de arrepiar. Eu tenho amigos que estavam tomando – não estão mais tomando – e voltaram à vida normal e que infelizmente foram para a cama e não têm mais expectativa de vida. Por quê? Porque a nossa burocracia, o nosso sistema no Brasil... Nós aqui, Senadores, servimos para votar projeto para aumentar imposto para ferrar o povo brasileiro. Nós prestamos para isso, mas para fazer um projeto para defender a vida, dizem que nós não podemos. Isso é triste.

Eu quero aqui, Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A sua pergunta certamente seria sobre a destinação dos 10 milhões, se realmente existem ou não...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não. Não. Não. Não é só isso. Eu estou também aproveitando o Ministro, Lasier, primeiro, porque faço parte desta Comissão; segundo, que é uma defesa à vida. Por mais que falemos em investimento na Amazônia, investimento em todas as áreas de pesquisa que nós temos um fundo aqui... O senhor pode contar comigo para que esse dinheiro seja investido de verdade e não usado para caixa de superávit financeiro do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já falamos bastante hoje sobre isso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode contar comigo em cima disso.

O que eu quero pedir para o Ministro aqui... Toda vez que eu conversei com o Ministro Celso Pansera, ele tem sido um cara extraordinário. Não estou aqui puxando o saco do senhor, não. Eu torço para que o senhor fique no Ministério. Eu torço para que consiga resolver a situação do Brasil.

Enquanto está todo mundo preocupado com quem entra e quem sai, estou preocupado com a liberação desse medicamento para que os laboratórios... Queria pedir para o senhor que, numa conversa com a Presidente Dilma, fale: Dilma, vamos deixar um pouquinho o *impeachment* de lado, vamos falar para liberar o medicamento, vamos colocar os 17 laboratórios do Ministério da Ciência e Tecnologia à disposição para produzir esse medicamento.

Outra coisa. Temos uma audiência pública no dia 5 de abril para saber como estão os resultados do trabalho. São cinco meses e o resultado praticamente... Estamos há seis meses da última audiência, pois dia 5 é terça-feira, se não estiver enganado.

Os pesquisadores que descobriram, que têm a fórmula, para participarem, nem a diária de hotel e nem a despesa são pagas para eles. O trabalho que o pessoal fez, da pesquisa feita se utilizaram de cem partes apenas uma, para dar o resultado. O teste toxicológico, o senhor mesmo falou e já li, não tem efeito nenhum no corpo humano.

Então, queria pedir para o senhor que intermediasse. Já que o senhor está sendo requisitado pela Presidente, junto com os demais Ministros, para debater as questões políticas do Brasil, que o senhor levasse para

ela e fizesse um pedido nosso no sentido da liberação, para que dê oportunidade para o povo. Depois acabamos de concluir essas pesquisas.

Ao mesmo tempo, esses laboratórios, esses pesquisadores que estão comprometidos com o laboratório... Olha, eu não estou comprometido com laboratório, eu não tive ajuda de campanha de laboratório, e se tivesse, eu não estaria aqui os ajudando. Eu estou aqui para dar uma oportunidade a mais para quem quer uma sobrevida a mais, uma oportunidade de vida melhor para todo mundo.

Então, por isso, queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O seu pedido, então, Senador Ivo Cassol, é para que o Ministro...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Intervenha junto com a Presidente Dilma, para que sancione essa lei em estado excepcional, porque a lei nós aprovamos em estado excepcional; o paciente assina o termo. É igual a Presidente Dilma. Ela não está no mandato? Está. É como se fosse uma vida. Ela está defendendo.

Já que ela não conseguiu arrebanhar o PMDB por atacado, no rebanho, está começando a dividir, pegar os Parlamentares individualmente. Não é diferente de quem está com câncer e quer se curar. Se vai conseguir um pacote ou dez não importa; se vai conseguir para a coletividade ou não, não importa. O que a pessoa quer é ter acesso ao medicamento, para poder pelo menos tentar uma outra oportunidade de cura.

Então, faço esse pedido especial para o senhor, Ministro, para que o senhor intermediasse com a Presidente Dilma dizendo bem assim: O Cassol mandou dizer para a senhora que já que a senhora não conseguiu ganhar pela economia, pela situação de administração, ganhe o povo pelo coração, ganhe o povo pela vida, porque são 7,5%, se não me engano, da população que está com diagnóstico de câncer e cada dia aumentando mais ainda.

Então, gostaria de fazer esse pedido para o senhor para que ajudasse a encampar essa briga. E eu como Senador, assim como o Senador Lasier, o Senador Blairo Maggi e tantos outros votamos o projeto e é uma prerrogativa nossa.

Se tem algum Senador que está aqui e diz que aquilo não é prerrogativa para ele, então ele que se candidate a ser capacho de político, de qualquer administrador, mas não do povo brasileiro.

Então, esses políticos que são contra esse projeto de lei não merecem mais o voto do povo brasileiro, porque quando tem algum Ministério ou a Anvisa que está boicotando, algum laboratório, alguém que está boicotando alguma coisa, que tem oportunidade de tratamento médico, nós temos que trabalhar, temos que interferir. Não é questão de regra, mas, em caso excepcional, acho que nós estamos aqui para isso, porque é aqui que são feitas as leis. Aí, infelizmente, esses órgãos que deveriam agir com mais agilidade, não fazem.

Por que a Anvisa disse que não tem documento até agora? Porque os laboratórios não deram entrada. Tem um teste toxicológico de 1995, de São Paulo, de um hospital, porque não tinha teste toxicológico. O que fizeram? Sumiram. Então, quer dizer, sem os testes de laboratório e sem as análises, a Anvisa não analisa.

Então, temos que intermediar, caso contrário esse medicamento nunca vai estar à disposição dos pacientes que estão com câncer. Vamos dar essa oportunidade. Sei que o senhor é sensível, sei que o senhor tem trabalhado para isso, mas infelizmente tem muitas pessoas que estão no meio de laboratório, desses pesquisadores que estão comprometidos com essas empresas ou com esse esquema podre de saúde que tem no Brasil.

O SR. CELSO PANSERA – Primeiro, quero me colocar à disposição para o dia 5. Quero participar desse debate aqui, que acho importantíssimo.

Dizer, Senador Ivo Cassol, que uma...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estão convidados, para a audiência pública, Gilberto Orivaldo Chierice, Prof. Pesquisador da Universidade de São Paulo; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantan de São Paulo; Renato Menegueto, Mestre de Bioengenharia da Universidade de São Paulo; Eduardo de Azeredo Costa, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; Marisa Maria Dreyer Breitenbach e Renato Alencar Porto. São esses os convidados para a audiência pública do dia 5.

Sua resposta ao Senador, Ministro Pansera.

O SR. CELSO PANSERA – O Jailson é que vai representar o Ministério. É um bom pesquisador e também tem essa noção da importância de legalizar o uso da fosfo.

Quando nós chegamos lá, foi exatamente com ele que eu desenhei essa questão de nós unirmos diversos pesquisadores, porque a Anvisa diz e prova que nunca houve um pedido de regulamentação do uso da fosfo como remédio no Brasil. E eles fizeram pesquisa no FDA americano, na União Europeia e no Japão, e também não existe nenhum pedido de legalização da fosfoetanolamina, nem como alimento, nem como suplemen-

to alimentar, nem como medicamento. Então, não há como legalizar uma coisa que não existe formalmente dentro da estrutura dela.

No que nós avançamos bastante até agora? A gente tem certeza de que não faz mal para o corpo humano e isso foi determinante para a gente avançar para as próximas etapas. Como ela age dentro do corpo humano ainda não há prova científica, existem os relatos das pessoas, mas, cientificamente, ela não faz mal ao corpo humano, e isso para a gente é muito bom.

A partir daí, nós podemos trabalhar com diversas expectativas. Por exemplo, como suplemento alimentar pode ser uma forma de você colocar a fosfo na prateleira das farmácias, é legal e é um caminho que nós temos a seguir. Amanhã, Senador Ivo – eu já liguei para o Deputado Arlindo Chinaglia, convidando-o, e eu iria ligar para V. Ex^a logo mais, para convidá-lo –, nós faremos uma reunião às dez horas com os pesquisadores a nós vinculados e o Jailson, para tomarmos uma decisão de qual caminho vamos seguir daqui para frente com isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como complemento alimentar não há impedimento nenhum?

O SR. CELSO PANSERA – Não há, não há, inclusive a Anvisa fez uma nota técnica para a gente, não há como, não há nenhum impedimento. Nós temos que ter alguém que peça isso, então, só para se ter uma ideia do que a gente está pensando no geral, nós vamos fechar isso amanhã, é lançar um edital pedindo, contratando algum laboratório que se proponha a pedir o registro da substância que está sendo distribuída pela USP.

Não é só a fosfo, ela tem outros complementos que, na nossa avaliação, é o que pode estar funcionando. Como não é só fosfo, ela pode, no metabolismo humano, estar funcionando de uma forma que não foi identificada ainda *in vitro*, e precisa ser feito o teste em seres humanos para ver como ela funciona ao metabolizar isso no organismo, como ela funciona e se ela pode, com os demais sais e componentes dentro da pílula, efetivamente ter uma ação benéfica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ou seja, teria que encontrar uma finalidade para justificar como complemento.

O SR. CELSO PANSERA – Isso, qual o nosso caminho? Não, como complemento não, nós temos que ter alguém que peça isso formalmente, algum laboratório, alguma indústria, que pode até ser pública, mas que formalize o pedido junto à Anvisa como suplemento alimentar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O senhor me permite só reforçar, já que o senhor falou que pode ser até pública, uma sugestão que eu daria é que os próprios laboratórios do Ministério de Ciência e Tecnologia fizessem isso, porque os pesquisadores já colocaram à disposição para o SUS gratuitamente, Senador Lasier. Então, para que nós darmos para um laboratório particular, para depois eles venderem para o próprio Governo a preço de ouro? Com a sugestão de ser suplemento alimentar eu fico feliz da vida.

O SR. CELSO PANSERA – Pode ser, nós temos dois laboratórios públicos com capacidade para produzir isso, Farmanguinhos e o laboratório da Marinha, os dois têm capacidade para dar escala num primeiro momento, mas é insuficiente para atender a toda a demanda; eles podem dar escala no primeiro momento.

Então, nós estamos vendo como faremos isso. Amanhã, queremos anunciar a forma disso.

O outro caminho, Senador, seria juntar esforços com a USP para prosseguir agora com os testes em seres humanos. As duas fases: primeiro, em um grupo restrito de seres humanos; depois, em um grupo mais amplo, que é para ter depois a certificação como medicamento. Isso é muito importante.

Por que eu tenho sido muito cuidadoso com as palavras? Só para os senhores entenderem, é que eu não posso, como Ministro, avançar além do que a lei me permite. Primeiro fato. Segundo, é que eu não posso romper a minha capacidade de diálogo com todo mundo que está envolvido no processo.

Então, tenho tido muito cuidado com as palavras. Eu sei o que eu quero e estou muito satisfeito com o resultado até agora. As matérias que saíram dos pesquisadores criticando ou não nos jornais, isso a gente vê, analisa, mas somos donos da nossa opinião. Posso dizer que o resultado, até agora, para mim, é satisfatório, dentro do que eu acho razoável para tamanha complexidade.

E podemos avançar. Eu não quero mais ver a Fosfo sendo vendida em feiras livres, no contrabando, de modo que as famílias tenham de encontrar isso em qualquer lugar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E muitas vezes...

O SR. CELSO PANSERA – Eu desejo ver isso sendo vendido na prateleira de uma farmácia. Temos de achar o caminho para isso, e nós vamos encontrar o caminho para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um dos caminhos seria uma proposta de lei?

O SR. CELSO PANSERA – Pode ser um projeto de lei. Eu não tratei disso com a Presidenta ainda...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O projeto nós aprovamos aqui no Senado.

O SR. CELSO PANSERA – Eu até liguei para V. Exª no dia, falei com o Senador Acir no dia.

Eu falei: O projeto de lei está bem, mas tem uma questão. A substância na cápsula da USP não é só Fosfo. Ela tem outros sais que podem ser... Por isso que quando se diz “Fosfo”, se diz: “Mas Fosfo não é remédio”. Mas pode ser que a mistura com os demais sais tenha, no metabolismo humano, uma ação benéfica de cura.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Entendi.

O SR. CELSO PANSERA – E é isso o que temos de comprovar daqui para frente.

Então, sabemos que aquela substância, aquela cápsula, que vemos hoje azul e branca, do que nós recebemos 500g da USP, ela tem 32% de Fosfo. O restante são outros sais, outras substâncias. Pode ser que esse conjunto de substâncias, junto com a Fosfo, tenha uma ação benéfica sobre o organismo. O que está claro é que ela não é maléfica. Isso está claro para nós, está resolvido.

Amanhã, iremos apresentar a nota técnica da Anvisa sobre a questão de ser suplemento alimentar ou alimento. E vamos tomar a decisão mais correta, que achamos a mais viável, com os pesquisadores. E também o restante dessa primeira fase das pesquisas. E anunciar os próximos passos.

Então, gastamos R\$2 milhões até agora, que era o necessário até aqui, e temos mais R\$8 milhões para seguir com os outros passos, entendeu, Senador Ivo Cassol?

Então, essa coisa não acaba agora. Vamos seguir em frente com ele como Ministro e, se for necessário, como Deputado. Vamos continuar atuando juntos nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

Vou agradecer. E na própria opinião do Ministro, no sentido de que a substância pode ser utilizada como suplemento, a gente fica feliz...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª já tinha ouvido essa alternativa?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu já sabia que ela poderia ser usada como suplemento, mas nada melhor do que ouvir do Ministro de Ciência e Tecnologia.

Uma situação é ouvir dos pesquisadores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Começa a surgir uma alternativa. Enquanto a pesquisa de laboratório prossegue, ela funciona como um complemento alimentar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas, na verdade, o pessoal tem defendido desde o começo o uso como suplemento alimentar. Isso traz de volta a expectativa para as pessoas.

Pode ter certeza, Ministro, de que esta é a descoberta do século. Se eu não estivesse acompanhando e vendo, não estaria brigando como estou. Brigo porque, por exemplo, tenho o caso de uma sobrinha, por parte da minha esposa, que está em São Paulo. Ela fez três cirurgias na cabeça em razão de câncer. Na quarta, o médico chamou a família para encomendar a Missa do Sétimo Dia.

Resultado, Senador Lasier: diminuiu o tumor, e o médico de São Paulo, feliz da vida, queria entender o que havia acontecido.

Ela está tomando o medicamento, que acabou.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª não pensou ainda em assumir o patenteamento desse medicamento?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não e nem quero, porque não estou aqui defendendo a questão financeira. Eu estou aqui defendendo a descoberta brasileira, para que seja utilizada por pacientes que já estejam diagnosticados com câncer e para os próximos que aí estão, vítimas. Eles podem, de repente, ser diagnosticados e podem ter uma oportunidade a mais de tratamento além do convencional.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Ivo Cassol, esse assunto vai prosseguir na audiência pública do próximo dia cinco.

Bom, Ministro Celso Pansera, nós queremos agradecer a sua paciência, afinal, V. Exª está aqui há mais de duas horas. Ficamos muito satisfeitos com a sua vinda aqui, com as exposições, e esperamos que o Ministério da Ciência e Tecnologia realmente consiga esses recursos, que são indispensáveis ao desenvolvimento desse setor tão importante da vida nacional.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. CELSO PANSERA – Agradecer ao Senador Lasier Martins, aos demais Senadores que compareceram aqui, Omar Aziz, Walter Pinheiro, Humberto Costa, meu amigo Ivo Cassol, Flexa Ribeiro. Dizer que nós estamos à disposição sempre, pelo bem da boa política e da boa pesquisa, e que é um prazer conversar. Eu gosto de conversar, tenho paciência para sentar, ficar ouvindo e falando o tempo que for necessário, gosto.

Acho fundamental, como Parlamentar, essa qualidade: capacidade de ouvir, falar e negociar. Nós estamos à disposição para isso.

Senador Ivo, pode ter certeza que nós estamos no mesmo caminho, eu com os meus cuidados, como Ministro, e o senhor com a sua verba, como Parlamentar, legítimo representante do povo, o qual eu parabeno pela combatividade. E a gente vai confluír para o mesmo caminho, com certeza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Eu peço a gentileza de permanecer um pouquinho mais, temos dois requerimentos para votar.

Senador, nós temos aqui um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no ano de 2016, sejam os “Fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico”.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

Matéria que já expusemos aqui também, em uma outra reunião.

Os Srs. Senadores – já que temos um quórum de assinaturas bastante satisfatório – concordam, então, que submetamos esse requerimento à votação? (Pausa.)

Aprovado.

E um outro requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017.

Proponho, outrossim, a presença dos seguintes convidados:

- 1) Representante da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações;
- 2) Representante da Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor;
- 3) Representante do Ministério Público Federal;
- 4) Representantes das Operadoras de Telefonia Celular Vivo, Claro e Oi, Tim e Net.

Autoria: Senador Lasier Martins

A justificação é a seguinte, sucintamente:

Desde o início do ano, operadoras como a Vivo, Claro e Oi têm anunciado que poderão limitar o uso de dados de banda larga fixa, por meio de cláusula que estabelecerá o bloqueio ou redução de velocidade após o limite ser atingido pelo cliente. Assim, o serviço de fornecimento de acesso à internet não seria mais por velocidade, mas por volume de dados.

Há o risco evidente de prejuízo para uma parte significativa dos consumidores, haja vista que os grandes fornecedores de serviços na internet têm cada vez mais oferecido serviços que dependem do acesso rápido a servidores remotos.

É o caso, por exemplo, do armazenamento de dados na nuvem, ou ainda dos serviços de *streaming* – transmissão de vídeos ou música.

Assim, as operadoras poderiam, se esse tipo de contrato for considerado válido, interromper ou reduzir a velocidade de acesso à internet.

A matéria merece análise e discussão cuidadosa, para evitar que os consumidores sejam lesados com a nova determinação.

Esse é o requerimento, se não houver nenhuma objeção. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião de hoje, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



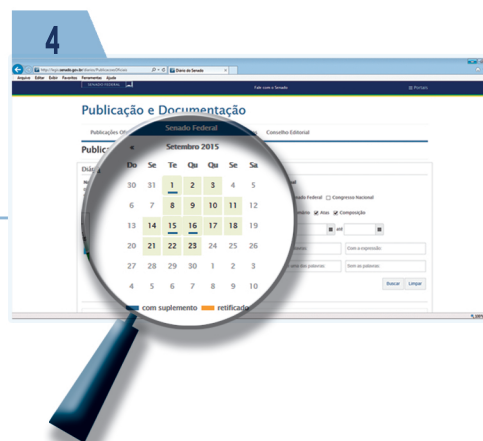
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

